



Câmara dos
Deputados

Atas das

REUNIÕES DA MESA

54^a Legislatura

2011 - 2015



Câmara dos
Deputados

APRESENTAÇÃO

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados tem como atribuição regimental dirigir os trabalhos legislativos e os serviços administrativos da Casa e deve reunir seus membros periodicamente. As Reuniões são então registradas em Atas, que são publicadas no Diário da Câmara dos Deputados.

Como as datas das reuniões da Mesa e a subsequente publicação das atas são dinâmicas, nem sempre é intuitiva a localização desses registros.

Portanto, apresentamos aqui as atas de reuniões da Mesa da 54ª Legislatura, ocorridas entre 2011 e 2015, de forma a dar acesso facilitado às discussões realizadas no âmbito dessa Casa Legislativa e promover, assim, a Transparência Ativa para a sociedade.

É possível pesquisar "termos/expressões" no texto dos documentos, usando a ferramenta de busca de seu aplicativo ou programa.

Brasília, 17 de setembro de 2020.

Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação
Corpi

Sumário

1ª Sessão Legislativa Ordinária – 54ª Legislatura - Ata da 1ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 16.03.11	6
1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 2ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 05.05.11	31
1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 11.05.11	63
1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 3ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 12.07.11	65
1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 4ª Reunião da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 11.10.11	87
1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 5ª Reunião da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 26.10.11	125
1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 6ª Reunião da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 16.11.11	126
2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 7ª Reunião da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 20.03.12	130
2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 8ª Reunião da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 12.04.12	164
2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 9ª Reunião da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 19.12.12	188
3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 1ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 26.02.13	244
3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 2ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 20.03.13	251
3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 3ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 17.04.13	253
3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 4ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 26.06.13	262
3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 5ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 09.07.13	267

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 6ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 10.09.13	314
Ata da 7ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 15.10.13.....	346
3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 8ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 21.11.13	365
Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 03.12.13.....	377
3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 9ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 18.12.13	379
4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 10ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 19.02.14	449
4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 11ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 14.05.14	462
4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 28.05.14	540
4ª Sessão Legislativa Ordinária – da 54ª Legislatura - Ata da 12ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 16.07.14	541
4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 13ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 26.11.14	567
4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 14ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 02.12.14	609
4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 09.12.14	612

Atas das
REUNIÕES DA MESA
2011

ATA DA MESA**1ª Sessão Legislativa Ordinária – 54ª Legislatura****Ata da primeira reunião ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 16 de março de 2011**

Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e onze, às nove horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões do Espaço Cultural, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Marco Maia, Presidente. Presentes no início da reunião os Senhores Deputados Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente; Eduardo Gomes, Primeiro Secretário; Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário; Inocêncio Oliveira, Terceiro Secretário; Geraldo Resende, Primeiro Suplente de Secretário; Manato, Segundo Suplente de Secretário; Carlos Eduardo Cadoca, Terceiro Suplente de Secretário; Sérgio Moraes, Quarto Suplente de Secretário; e Nelson Marquezelli, Procurador Parlamentar. Havendo número legal, o Senhor Presidente Marco Maia declarou abertos os trabalhos. Antes de passar à apreciação de sua pauta, o Senhor Presidente Marco Maia informou que pretendia imprimir regular periodicidade às reuniões da Mesa e esclareceu os procedimentos adotados na preparação da pauta e na condução das reuniões. A propósito, o Senhor Deputados Geraldo Resende, Primeiro Suplente de Secretário, interveio para sugerir que, para não prejudicar a participação dos Suplentes nos trabalhos das Comissões, as reuniões não fossem marcadas para as quartas-feiras, tendo o Senhor Presidente Marco Maia respondido que procuraria agendá-las para as terças ou quintas-feiras. Neste momento, adentrou o recinto a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente. Passou-se, então, à apreciação das matérias constantes da pauta. **I – PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE.** A Mesa Diretora ratificou, por unanimidade, os despachos favoráveis, *ad referendum* da Mesa Diretora, exarados nos seguintes expedientes referentes a reembolso de despesas médico-hospitalares, cessão de servidor, nomeação de servidor, Relatório de Gestão Fiscal, Ato da Mesa, missão oficial e requerimento de informação: 1) **Reembolso de despesas médico-hospitalares: 1.1 Processo nº 133.586/2010**, de interesse da Deputada Rita Camata (despacho favorável à fl. 35); 1.2 **Processo nº 137.008/2010**, de interesse do Deputado Jairo Ataíde (despacho favorável à fl. 22); 1.3 **Processo nº 137.009/2010**, de interesse da Deputada Rita Camata (despacho favorável à fl. 17); 1.4 **Processo nº 137.364/2010**, de interesse do Deputado Jorge Khoury (despacho favorável à fl.

32); 1.5 **Processo nº 138.649/2010**, de interesse do Deputado Osmar Serraglio (despacho favorável à fl. 10); 1.6 **Processo nº 138.724/2010**, de interesse do Deputado Armando Abílio (despacho favorável à fl. 13); 1.7 **Processo nº 138.980/2010**, de interesse do Deputado Ronaldo Caiado (despacho favorável à fl. 17); 1.8 **Processo nº 139.144/2010**, de interesse do Deputado Décio Lima (despacho favorável à fl. 14); 1.9 **Processo nº 139.154/2010**, de interesse do Deputado Roberto Balestra (despacho favorável à fl. 8); 1.10 **Processo nº 139.247/2010**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira (despacho favorável à fl. 8); 1.11 **Processo nº 139.351/2010**, de interesse do Deputado Zezeu Ribeiro (despacho favorável à fl. 9); 1.12 **Processo nº 139.544/2010**, de interesse do Deputado Augusto Farias (despacho favorável à fl. 9); 1.13 **Processo nº 139.545/2010**, de interesse do Deputado Augusto Farias (despacho favorável à fl. 9); 1.14 **Processo nº 139.606/2010**, de interesse do Deputado Fábio Faria (despacho favorável à fl. 16); 1.15 **Processo nº 139.625/2010**, de interesse do Deputado Lael Varella (despacho favorável à fl. 28); 1.16 **Processo nº 139.721/2010**, de interesse do Deputado Evandro Milhomen (despacho favorável à fl. 14); 1.17 **Processo nº 139.804/2010**, de interesse do Deputado Nilson Mourão (despacho favorável à fl. 10); 1.18 **Processo nº 140.183/2010**, de interesse da Deputada Angela Amin (despacho favorável à fl. 17); 1.19 **Processo nº 140.197/2010**, de interesse do Deputado Gervásio Silva (despacho favorável à fl. 8); 1.20 **Processo nº 140.889/2010**, de interesse do Deputado José Mendonça Bezerra (despacho favorável à fl. 13); 1.21 **Processo nº 100.695/2011**, de interesse do Deputado Luiz Carreira (despacho favorável à fl. 8); 1.22 **Processo nº 101.326/2011**, de interesse do Deputado Ronaldo Caiado (despacho favorável à fl. 11); 1.23 **Processo nº 101.342/2011**, de interesse do Deputado Luiz Carreira (despacho favorável à fl. 14); 1.24 **Processo nº 102.424/2011**, de interesse do Deputado Luiz Carreira (despacho favorável à fl. 31); 1.25 **Processo nº 103.071/2011**, de interesse do Deputado Nilson Mourão (despacho favorável à fl. 13); 1.26 **Processo nº 103.072/2011**, de interesse do Deputado Nilson Mourão (despacho favorável à fl. 14); 1.27 **Processo nº 105.403/2011**, de interesse do Deputado Fábio Faria (despacho favorável à fl. 13); 1.28 **Processo nº 105.521/2011**, de interesse do Deputado Abelardo Camarinha (despacho favorável à fl. 8); 1.29 **Processo nº 105.569/2011**, de interesse do Deputado Carlos Magno (despacho favorável à fl. 23). 2) **Cessão de Servidor**: 2.1 – **Processo nº 102.407/2003**. Despacho favorável exarado à fl. 157: “Em 17/12/2010. Atendendo à solicitação do Governador do Estado de Minas

Gerais, Antonio Augusto Junho Anastasia, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora desta Casa, a prorrogação da cessão do servidor **Guilherme Horta Gonçalves Júnior**, ponto n. 6.630, Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 1/1/2011, para continuar exercendo o cargo de Assessor Especial da Presidência (Assessoramento Superior) da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), com ônus para o órgão cessionário, mediante ressarcimento, de acordo com as informações e manifestações dos órgãos técnicos internos com fulcro no art. 1º, parágrafo único, do Ato da Mesa n. 56/97, no art. 93, inciso I, §1º da Lei n. 8.112/90, e no art. 15, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Encaminhe-se a Diretoria-Geral para providências.”; 2.2 – **Processo nº 100.568/2011**. Despacho favorável exarado à fl. 10: “Em 25/1/2011. Atendendo à solicitação do Governador do Estado do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a cessão do servidor **Eder Luiz dos Santos de Jesus**, ponto n. 4.430, Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, lotado na Primeira-Secretaria, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário de Estado Extraordinário, com ônus dos vencimentos do cargo efetivo para esta Casa, cabendo ao cessionário as demais despesas resultantes da requisição, de acordo com os despachos do Departamento de Pessoal (fls. 03 a 05), Diretoria de Recursos Humanos (fl. 06), Diretoria-Geral (fls. 07 e 08) e Primeira-Secretaria (fl. 09), nos termos do art. 93 da Lei n. 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 2.3 – **Processo nº 100.587/2011**. Despacho favorável exarado à fl. 13: “Em 18/1/2011. Atendendo à solicitação do Senhor Vice-Presidente da República, Michel Temer, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a cessão do servidor **Marco Antonio Nunes Ribeiro**, ponto n. 2.602, Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe da Assessoria Administrativa, código DAS 101.5, naquela Vice-Presidência, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações e manifestações favoráveis dos órgãos técnicos internos (fls. 04 a 10) e da Primeira-Secretaria desta Casa (fl. 11), nos termos do art. 93 da Lei n. 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 2.4 – **Processo nº 100.590/2011**. Despacho favorável exarado à fl. 16: “Em 28/1/2011. Atendendo à solicitação do Senhor Vice-Presidente da República, Michel Temer, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a

cessão da servidora **Fabiana Ramos Ferreira de Melo Todorov**, ponto n. 6.842, Analista Legislativo – atribuição – Técnico em Comunicação Social – Televisão, lotada no Gabinete do Presidente, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor, código DAS-102.4, na Vice-Presidência da República, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações e manifestações favoráveis da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral (fls. 9 a 11), do Diretor-Geral (fls. 12 a 14) e da Primeira-Secretaria desta Casa (fl. 15), nos termos do art. 93 da Lei n. 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 2.5 – **Processo nº 100.613/2011**. Despacho favorável exarado à fl. 10: “Em 20/1/2011. Atendendo à solicitação do Ministro de Estado da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a cessão do servidor **Leonardo José Rolim Guimarães**, ponto n. 6.692, Analista Legislativo – atribuição Consultoria, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário de Políticas de Previdência Social daquele Ministério, código DAS 101.6, sendo de responsabilidade desta Casa tão-somente o ônus dos vencimentos do cargo efetivo, de acordo com os despachos do Departamento de Pessoal (fls. 3 a 6), da Diretoria de Recursos Humanos (fl. 7) e da Diretoria-Geral (fls. 8 e 9), nos termos do art. 93 da Lei n. 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. 3) **Nomeação de servidor: Processo nº 105.391/2011**. Despacho favorável exarado à fl. 7: “Em 24/2/2011. Trata-se de indicação do Segundo Vice-Presidente, Deputado Eduardo da Fonte, para que **Marcos André Santos de Vasconcelos** exerça o cargo de natureza especial de Secretário Particular, CNE-07, naquele órgão. O Departamento de Pessoal esclarece que o indicado não atende o requisito do artigo 4º da Lei n. 5.901/1973, que prevê a exigência de curso universitário para o provimento de cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS), da Câmara dos Deputados. Entretanto, a Resolução n. 43/2006 autoriza o Presidente da Casa a dispensar, *ad referendum* da Mesa, a escolaridade de nível superior, exigida em atos internos, para a designação de acesso às funções comissionadas de Direção e Assessoramento e, por extensão, conforme processo n. 2007/122698, aos Cargos de Natureza Especial. Dessa forma, autorizo, em caráter excepcional, *ad referendum* da Mesa, o provimento do cargo em comissão de Secretário Particular, CNE-07, pelo referido indicado, naquela Segunda Vice-Presidência, nos termos dos despachos do Diretor do Departamento de Pessoal (fls. 3 e 4) e do Diretor-Geral em exercício (fls. 5 e 6).

Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. Neste instante, compareceu à reunião o Senhor Deputado Júlio Delgado, Quarto Secretário. 4) **Relatório de Gestão Fiscal: Processo nº 101.343/2011**. Despacho favorável exarado à fl. 26: “Aprovo, *ad referendum* da Mesa, o Relatório de Gestão Fiscal desta Casa, do período de janeiro a dezembro de 2010, na forma da Portaria 1/2011. Encaminhe-se o Relatório aprovado à Mesa Diretora do Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, tendo em vista o disposto no art. 122 da Lei 12.017/09 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, bem como no inciso I do art. 5º da Lei 10.028/00. À Diretoria-Geral para providenciar a devida publicação no prazo determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.”. 5) **Relatórios de Missão Autorizada nºs 1 e 2, de 2011**, da Presidência. Missões oficiais autorizadas por meio de ofícios – GPO nºs, de 2011: 43, 44, 70, 71, 78 a 81, 95, 107, 118, 140 a 142, 161, 162, 165, 175, 215, 227, 235, 283, 284, 287 a 289, 309, 311, 328, 347, 349, 371, 372, 378, 394, 397, 399, 403, 404, 407, 414, 415, 420, 425, 453, 455 a 457, 460, 464, 465, 471, 485 e 486; GPO nºs, de 2010: 2105, 2133, 2134, 2156, 2158, 2159, 2164 e 2165. 6) **Relatório de Requerimentos de Informação**, despachados *ad referendum* da Mesa Diretora, nos termos dos pareceres da Relatora, Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente: 1 – **Nº 1/11** – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que “solicita informação sobre os valores pagos pelo transporte de gás no gasoduto Brasil-Bolívia”. Parecer: pela aprovação; 2 – **Nº 2/11** – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que “solicita informação sobre os valores pagos a título de royalties de exploração mineral”. Parecer: pela aprovação; 3 – **Nº 3/11** – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita aos Srs. Guido Mantega, Ministro da Fazenda, e Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, esclarecimentos sobre a aquisição de ações de instituições financeiras realizada pela Caixa Econômica Federal, bem como sobre a venda do Banco Panamericano para o Banco BTG Pactual”. Parecer: pela aprovação; 4 – **Nº 4/11** – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre os gastos realizados pela Presidência da República por meio do uso de “cartões de pagamento””. Parecer: pela aprovação; 5 – **Nº 5/11** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações aos Senhores Ministros de Estado da Saúde e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre a ampliação do acesso a órteses e próteses no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 6 – **Nº 6/11** – dos Srs. Antonio Imbassahy e Rui Palmeira – que “solicita ao Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, informações sobre

as causas, responsabilidades e demais consequências advindas da interrupção no fornecimento de energia elétrica “apagão”, em oito Estados do Nordeste”. Parecer: pela aprovação; 7 – **Nº 7/11** – do Sr. Mendonça Filho – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, o Sr. Edison Lobão, sobre o apagão elétrico ocorrido no Nordeste na madrugada do dia 04 de fevereiro de 2011”. Parecer: pela aprovação; 8 – **Nº 8/11** – do Sr. Arnaldo Jardim – que “solicita informações ao Ministro de Minas e Energia sobre as causas do apagão no Nordeste, ocorridas em virtude de falhas no fornecimento de energia que vieram a ocasionar uma pane no sistema elétrico dos Estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Sergipe, Piauí e Rio Grande do Norte”. Parecer: pela aprovação; 9 – **Nº 9/11** – do Sr. Arnaldo Jardim – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre a Tabela Progressiva Mensal do Imposto de Renda Pessoa Física”. Parecer: pela aprovação; 10 – **Nº 10/11** – do Sr. Ivan Valente – que “solicitar informações ao Ministro de Estado da Saúde, relativas à suposta negligência cometida pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar com respeito às ações de fiscalização e cobrança de ressarcimento devido pelos Planos Privados de Assistência à Saúde ao SUS – Sistema Único de Saúde”. Parecer: pela aprovação; 11 – **Nº 12/11** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita à Exma. Sra. Ministra do Meio Ambiente informações relativas ao número de servidores do IBAMA, bem como à quantidade e tipos de equipamentos utilizados pelo Órgão no cumprimento de suas funções, por unidade da Federação e na forma que especifica”. Parecer: pela aprovação; 12 – **Nº 13/11** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo. Sr. Ministro das Comunicações informações relativas ao número de rádios comunitárias no país, por unidade da Federação, bem como ao número de processos de solicitação de exploração de serviço de rádio comunitária que têm como solicitantes entidades do Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 13 – **Nº 14/11** – do Sr. Flaviano Melo – que “solicita informações ao ministro das Cidades, Mário Negromonte, acerca do número de contratos celebrados no âmbito dos Programas PAC (I e II) e Minha Casa Minha Vida, com o Governo do Estado do Acre e municípios acreanos, seus valores e a fase de execução destes contratos”. Parecer: pela aprovação; 14 – **Nº 15/11** – do Sr. Flaviano Melo – que “solicita informações ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, acerca das ações propostas efetivamente e implementadas pela Pasta contra a eminente epidemia de dengue que ameaça a capital do Estado do Acre, Rio Branco”. Parecer: pela aprovação; 15 – **Nº 16/11** – do Sr. Pauderney Avelino – que “solicita informações

ao senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão, sobre a execução orçamentária de despesas correntes da empresa estatal Amazonas Energia, no período de 2006 a 2010”. Parecer: pela aprovação; 16 – **Nº 17/11** – do Sr. Stepan Nercessian – que “solicita informações do Senhor Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad sobre evasão escolar em comunidades atendidas pelo Bolsa Família”. Parecer: pela aprovação; 17 – **Nº 18/11** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre os recursos dos concursos das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal”. Parecer: pela aprovação; 18 – **Nº 19/11** – do Sr. Ronaldo Fonseca – que “solicita informações ao Ministro da Educação a respeito do Convênio firmado com Ecos – Comunicação em Sexualidade para a elaboração de material para combater a homofobia nas escolas”. Parecer: pela aprovação; 19 – **Nº 20/11** – do Sr. Hugo Leal – que “solicita à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, no âmbito do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, informações envolvendo as diretrizes atuais e as possibilidades futuras de atuação do IPEA e o papel reservado à sede do instituto localizada no Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 20 – **Nº 21/11** – do Sr. Felipe Bornier – que “solicita ao Ministro de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, informações relativas às notícias veiculadas pela imprensa de que a Eletrobrás e suas Controladas celebraram contratos de compra de energia superiores aos preços de mercado, visando viabilizar preços de leilão, abaixo do custo real de implantação desses projetos”. Parecer: pela aprovação; 21 – **Nº 22/11** – do Sr. Arnaldo Jardim – que “solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre a aquisição de ações do Banco Pan-Americano pela Caixa Econômica Federal bem como a venda do referido Banco para o Banco de Investimentos BTG Pactual”. Parecer: pela aprovação; 22 – **Nº 23/11** – do Sr. Cesar Colnago – que “solicita informações ao Ministro dos Transportes sobre aplicação de recursos para rodovias federais no Espírito Santo, e denúncias do Ministério Público Federal contra o DNIT no Estado”. Parecer: pela aprovação; 23 – **Nº 24/11** – do Sr. Artur Bruno – que “solicita informações ao Ministro de Estado das Cidades acerca do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social”. Parecer: pela aprovação; 24 – **Nº 25/11** – do Sr. Augusto Coutinho – que “solicita ao Sr. Ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, informações sobre as obras da BR-104, no Estado de Pernambuco”. Parecer: pela aprovação; 25 – **Nº 26/11** – do Sr. João Campos – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação, sobre os critérios de elaboração e distribuição do

“Kit contra Homofobia””. Parecer: pela aprovação; 26 – **Nº 27/11** – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Saúde sobre possível impacto do estudo publicado pelo University College, do Reino Unido, nas políticas públicas de aleitamento infantil no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 27 – **Nº 28/11** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Nascimento, sobre a evolução da movimentação total de cargas nos portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí”. Parecer: pela aprovação; 28 – **Nº 29/11** – do Sr. Efraim Filho – que “solicita informações ao Sr. Ministro das Cidades, referentes as novas regras aplicáveis a 2ª etapa do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida”. Parecer: pela aprovação; 29 – **Nº 30/11** – do Sr. Nelson Marchezan Junior – que “solicita informações ao Ministro da Educação Senhor Fernando Haddad sobre o documento diagnóstico que norteou as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020”. Parecer: pela aprovação; 30 – **Nº 31/11** – do Sr. Nelson Marchezan Junior – que “solicita informações à Ministra da Cultura, Sra. Anna Maria Buarque de Hollanda, acerca do Programa Mais Cultura de Apoio a Bibliotecas Públicas”. Parecer: pela aprovação; 31 – **Nº 32/11** – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita informações ao Senhor Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União acerca do Relatório de Gestão Fiscal referente ao último quadrimestre do ano de 2010”. Parecer: pela aprovação; 32 – **Nº 33/11** – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita informações ao Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil acerca do Relatório de Gestão Fiscal referente ao último quadrimestre do ano de 2010”. Parecer: pela aprovação; 33 – **Nº 34/11** – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro da Fazenda acerca do Relatório de Gestão Fiscal referente ao último quadrimestre do ano de 2010”. Parecer: pela aprovação; 34 – **Nº 35/11** – do Sr. Sandro Alex – que “solicito informações ao Sr. Ministro da Defesa sobre o fechamento das diversas unidades da ANAC nos aeroportos brasileiros, bem como das Superintendências Regionais nas Unidades da Federação”. Parecer: pela aprovação; 35 – **Nº 36/11** – do Sr. Ricardo Tripoli – que “solicita ao Senhor Ministro da Defesa, sobre as restrições impostas aos navios que circulam no litoral brasileiro”. Parecer: pela aprovação; 36 – **Nº 37/11** – do Sr. Cláudio Puty – que “solicita informações ao Ministro da Educação – MEC acerca das providências adotadas até o momento por aquele órgão com vistas à criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Estado do Pará – UNIFESSPA, com atenção especial aos prazos para implantação da referida instituição de ensino e informações acerca da estrutura

que a futura universidade deverá ter”. Parecer: pela aprovação; 37 – **Nº 38/11** – do Sr. Cláudio Puty – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Defesa, acerca das medidas adotadas pela Agência Nacional da Aviação civil – ANAC para solucionar problemas verificados juntos aos aeroportos brasileiros, particularmente nos aeroportos da Região Norte do Brasil”. Parecer: pela aprovação; 38 – **Nº 39/11** – do Sr. Carlos Brandão – que “solicita ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações relativas a recursos da União transferidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – Superintendência Regional do Estado do Maranhão a prefeituras e entidades privadas daquele Estado, no período de 2009 a 2010”. Parecer: pela aprovação; 39 – **Nº 40/11** – do Sr. Otavio Leite – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado da Previdência Social informações sobre o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social concedidos no Estado do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 40 – **Nº 41/11** – do Sr. Otavio Leite – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado da Previdência Social informações sobre o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social concedidos no Município do Rio de Janeiro/RJ”. Parecer: pela aprovação; 41 – **Nº 42/11** – da Sra. Andreia Zito – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda quanto à execução do Programa Minha Casa Minha Vida instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009”. Parecer: pela aprovação; 42 – **Nº 43/11** – do Sr. Marcon – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Previdência Social, em relação ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural”. Parecer: pela aprovação; 43 – **Nº 44/11** – do Sr. Cláudio Puty – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia – MME, acerca dos motivos que levaram a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a negar a devolução dos valores pagos, a maior, pelos consumidores nas contas de energia elétrica nos últimos anos”. Parecer: pela aprovação; 44 – **Nº 45/11** – do Sr. Dr. Aluizio – que “solicita informações ao senhor Ministro de Estado de Transportes a respeito da privatização da BR 101 no trecho compreendido entre as cidades de Campos e Rio de Janeiro, trecho denominado Autopista Fluminense”. Parecer: pela aprovação; 45 – **Nº 46/11** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Esporte a respeito de denúncias veiculadas pelo jornal O Estado de S. Paulo, a respeito de desvio de recursos orçamentários destinados ao Programa Segundo Tempo sob responsabilidade desse Ministério”. Parecer: pela aprovação; 46 – **Nº 47/11** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informação ao Senhor Mi-

nistro do Desenvolvimento Agrário, sobre comunidades quilombolas”. Parecer: pela aprovação; 47 – **Nº 48/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de BRASILÉIA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 48 – **Nº 49/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de ASSIS BRASIL, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 49 – **Nº 50/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de ACRE-LÂNDIA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 50 – **Nº 51/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de CAPIXABA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 51 – **Nº 52/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de JORDÃO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 52 – **Nº 53/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de FEIJÓ, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 53 – **Nº 54/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de EPITACIOLÂNDIA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 54 – **Nº 55/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de CRUZEIRO DO SUL, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 55 – **Nº 56/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de BUJARI, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 56 – **Nº 57/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/

Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de SENA MADUREIRA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 57 – **Nº 58/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de SENADOR GUIOMARD, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 58 – **Nº 59/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de SANTA ROSA DO PURUS, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 59 – **Nº 60/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de RODRIGUES ALVES, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 60 – **Nº 61/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de RIO BRANCO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 61 – **Nº 62/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de PORTO WALTER, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 62 – **Nº 63/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de PORTO ACRE, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 63 – **Nº 64/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de PLÁCIDO DE CASTRO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 64 – **Nº 65/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de MARECHAL THAUMATURGO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 65 – **Nº 66/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de MA-NOEL URBANO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela

aprovação; 66 – **Nº 67/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de MÂNCIO LIMA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 67 – **Nº 68/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de TARAUAÇÁ, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 68 – **Nº 69/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de XAPURI, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 69 – **Nº 70/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de GUAJARÁ no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 70 – **Nº 71/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de FONTE BOA no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 71 – **Nº 72/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de ENVIRA no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 72 – **Nº 73/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de EIRUNEPE no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 73 – **Nº 74/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de CODAJÁS no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 74 – **Nº 75/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de COARÍ no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 75 – **Nº 76/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC,

realizadas e previstas para o município de CAREIRO DA VÁRZEA no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 76 – **Nº 77/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de CAREIRO no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 77 – **Nº 78/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de CARAUARI no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 78 – **Nº 79/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de CANUTAMA no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 79 – **Nº 80/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de CAAPIRANGA no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 80 – **Nº 81/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de BORBA no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 81 – **Nº 82/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de BOCA DO ACRE no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 82 – **Nº 83/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de BOA VISTA DO RAMOS no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 83 – **Nº 84/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de BERURI no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 84 – **Nº 85/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de BENJAMIN CONSTANT no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 85 – **Nº 86/11**

– do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de BARREIRINHA no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 86 – **Nº 87/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de BARCELOS no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 87 – **Nº 88/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de AUTAZES no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 88 – **Nº 89/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de ATALAIA DO NORTE no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 89 – **Nº 90/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de APUÍ no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 90 – **Nº 91/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de ANORÍ no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 91 – **Nº 92/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de ANAMÁ no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 92 – **Nº 93/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de AMATURÁ no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 93 – **Nº 94/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de ALVARÊS no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 94 – **Nº 95/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Cres-

cimento – PAC, realizadas e previstas para o município de MAUÉS no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 95 – **Nº 96/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de MARAÃ no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 96 – **Nº 97/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de MANICORÉ no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 97 – **Nº 98/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de MANAUS no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 98 – **Nº 99/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de MANAQUIRI no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 99 – **Nº 100/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de MANACAPURU no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 100 – **Nº 101/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de JUTAÍ no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 101 – **Nº 102/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de JURUÁ no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 102 – **Nº 103/11** – do Sr. Silas Câmara – que “Solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de JAPURÁ no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 103 – **Nº 104/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de LÁBREA no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 104 – **Nº 105/11** – do Sr. Si-

las Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de ITAPIRANGA no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 105 – **Nº 106/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de ITAMARATI no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 106 – **Nº 107/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de ITACOATIARA no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 107 – **Nº 108/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de IRANDUBA no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 108 – **Nº 109/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de IPIXUNA no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 109 – **Nº 110/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de HUMAITÁ no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 110 – **Nº 111/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de URUCARÁ no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 111 – **Nº 112/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de UARINÍ no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 112 – **Nº 113/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de TONANTINS no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 113 – **Nº 114/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Ace-

leração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de TEFÉ no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 114 – **Nº 115/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de TAPAUÁ no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 115 – **Nº 116/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de TABATINGA no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 116 – **Nº 117/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de SILVES no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 117 – **Nº 118/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 118 – **Nº 119/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de SÃO PAULO DE OLIVENÇA no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 119 – **Nº 120/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 120 – **Nº 121/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de SANTO ANTONIO DO IÇÁ no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 121 – **Nº 122/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de SANTA ISABEL DO RIO NEGRO no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 122 – **Nº 123/11** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, rea-

lizadas e previstas para o município de RIO PRETO DA EVA no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 123 – **Nº 124/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de PRESIDENTE FIGUEIREDO no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 124 – **Nº 125/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de PAUINÍ no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 125 – **Nº 126/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de PARINTINS no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 126 – **Nº 127/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de NOVO ARIPUANÃ no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 127 – **Nº 128/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de NOVO AIRÃO no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 128 – **Nº 129/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de NOVA OLINDA DO NORTE no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 129 – **Nº 130/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de NHAMUNDÁ no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 130 – **Nº 131/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, realizadas e previstas para o município de URUCURITUBA no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 131 – **Nº 132/11** – do Sr. Pastor Marco Feliciano – que "solicita informações ao Ministro de Estado da Educação sobre a disciplina de ensino religioso nas escolas públicas de ensino fundamental". Parecer: pela aprovação; 132 – **Nº 133/11** – do Sr. Onofre Santo Agostini – que "soli-

cita informações ao Senhor Ministro das Cidades, referentes as novas regras do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida". Parecer: pela aprovação; 133 – **Nº 134/11** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "solicita informações ao Ministro da Fazenda relativas à cunhagem e à circulação de moedas de Real, em especial às de valores de R\$0,01". Parecer: pela aprovação; 134 – **Nº 135/11** – do Sr. Otavio Leite – que "solicita ao Senhor Ministro de Estado da Educação informações sobre o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro/RJ, em especial a unidade São Cristóvão". Parecer: pela aprovação; 135 – **Nº 136/11** – do Sr. Cláudio Puty – que "solicita informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional acerca das ações adotadas para a implementação do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu e do Marajó – PDRS, bem como solicitar o envio a este gabinete parlamentar do cronograma de audiências a serem realizadas, seminários, grupos de trabalhos e demais assuntos relativos ao tema". Parecer: pela aprovação; 136 – **Nº 137/11** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "solicita informações ao Ministro – Presidente do Banco Central relativas à cunhagem e à circulação de moedas de Real, em especial às de valores de R\$0,01". Parecer: pela aprovação; 137 – **Nº 138/11** – do Sr. Augusto Coutinho – que "solicita ao Sr. Ministro do Esporte, Orlando Silva de Jesus Júnior, informações sobre os recursos financeiros destinados pelo Programa Segundo Tempo, no período de 2004 a 2010". Parecer: pela aprovação; 138 – **Nº 139/11** – do Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto – que "solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva de Jesus Júnior, sobre o Programa Segundo Tempo e outros convênios firmados pela referida Pasta". Parecer: pela aprovação; 139 – **Nº 140/11** – do Sr. Duarte Nogueira – que "solicita informações ao Ministro do Esporte, sobre convênios firmados e aplicação de recursos do Programa Segundo Tempo, de 2003 até a presente data". Parecer: pela aprovação; 140 – **Nº 141/11** – do Sr. Duarte Nogueira – que "solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça sobre apurações realizadas pela Polícia Federal acerca de denúncia de prática de crime por parte do atual Governador do Distrito Federal, Agnelo Santos Queiroz Filho". Parecer: pela aprovação; 141 – **Nº 163/11** – do Sr. Júlio Cesar – que "solicita informações ao Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda, acerca da arrecadação federal". Parecer: pela aprovação; 142 – **Nº 167/11** – do Sr. Aureo – que "solicita informações ao Sr. Ministro da Saúde sobre dados relativos ao ressarcimento ao Sistema Único de Saúde – SUS por parte das operadoras de planos de saúde". Parecer: pela aprovação; 143 – **Nº 168/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informa-

ções ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Urucurituba, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 144 – **Nº 169/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Urucurá, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 145 – **Nº 170/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Tonantins, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 146 – **Nº 171/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Tapauá, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 147 – **Nº 172/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Tabatinga, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 148 – **Nº 173/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de São Sebastião do Uatumã, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 149 – **Nº 174/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 150 – **Nº 175/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 151 – **Nº 176/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Santo Antonio do Içá, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 152 – **Nº 177/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Santa Izabel do Rio Negro, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 153 – **Nº 178/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Rio Preto da Eva, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 154 – **Nº 179/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Novo Aripuanã, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 155 – **Nº 180/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto

no município de Novo Airão, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 156 – **Nº 181/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Nova Olinda do Norte, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 157 – **Nº 182/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Maués, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 158 – **Nº 183/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Manicoré, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 159 – **Nº 184/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Manaquiri, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 160 – **Nº 185/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Manacapuru, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 161 – **Nº 186/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Jutai, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 162 – **Nº 187/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Japurá, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 163 – **Nº 188/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Itapiranga, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 164 – **Nº 189/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Itamarati, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 165 – **Nº 190/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 166 – **Nº 191/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Iranuba, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 167 – **Nº 192/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Ipixuna, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 168 – **Nº 193/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes,

sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Humaitá, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 169 – **Nº 194/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Guajará, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 170 – **Nº 195/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Fonte Boa, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 171 – **Nº 196/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Eirunepé, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 172 – **Nº 197/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Codajás, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 173 – **Nº 198/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Careiro da Várzea, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 174 – **Nº 199/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Carauari, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 175 – **Nº 200/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Canutama, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 176 – **Nº 201/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Borba, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 177 – **Nº 202/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Lábrea, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 178 – **Nº 203/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Tefé, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 179 – **Nº 204/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Beruri, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 180 – **Nº 205/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Benjamin Constant, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 181 – **Nº 206/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita

informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Barreirinha, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 182 – **Nº 207/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Barcelos, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 183 – **Nº 209/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Autazes, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 184 – **Nº 210/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Apuí, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 185 – **Nº 211/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Boa Vista do Ramos, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 186 – **Nº 212/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Boca do Acre, no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 187 – **Nº 213/11** – do Sr. Davi Alcolumbre – que "solicita informações à Agência Nacional de Telecomunicações, através do Ministério das Comunicações". Parecer: pela aprovação; 188 – **Nº 214/11** – do Sr. Davi Alcolumbre – que "solicita informações ao Ministério das Relações Exteriores". Parecer: pela aprovação; 189 – **Nº 215/11** – do Sr. Marco Tebaldi – que "solicita informações ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobre a produção de arroz no Brasil". Parecer: pela aprovação; 190 – **Nº 216/11** – do Sr. Dr. Aluizio – que "solicita informações ao Ministro da Defesa a cerca dos investimentos da INFRAERO no aeroporto de Macaé". Parecer: pela aprovação; 191 – **Nº 217/11** – do Sr. Vanderlei Macris – que "solicita informações ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional – GSI da Presidência da República sobre os critérios e regulamentos para entrada, saída e "atendimento específico" ou "prioritário" de pessoas na Portaria principal do Palácio do Planalto". Parecer: pela aprovação; 192 – **Nº 218/11** – do Sr. Vanderlei Macris – que "solicita informações ao Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre os critérios e regulamentos para entrada, saída e "atendimento específico" ou "prioritário" de pessoas na Portaria principal do Palácio do Planalto". Parecer: pela aprovação; 193 – **Nº 219/11** – do Sr. Vanderlei Macris – que "solicita informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre os critérios e regulamentos para entrada, saída e "atendimento específico"

ou “prioritário” de pessoas na Portaria principal do Palácio do Planalto”. Parecer: pela aprovação; 194 – **Nº 220/11** – do Sr. Beto Faro – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia sobre a liberação de OGMs pela CTNBio”. Parecer: pela aprovação; 195 – **Nº 221/11** – do Sr. Dr. Aluizio – que “solicita informações ao Ministro da Educação sobre a situação do curso de medicina da UFRJ em Macaé”. Parecer: pela aprovação; 196 – **Nº 222/11** – da Sra. Andreia Zito – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação quanto ao anúncio do novo valor do piso salarial nacional dos professores do ensino básico de R\$ 1.187,97 e as suas consequências em relação ao piso salarial da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784, de 2008”. Parecer: pela aprovação; 197 – **Nº 223/11** – da Sra. Andreia Zito – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República quanto ao anúncio do novo valor do piso salarial nacional dos professores do ensino básico de R\$ 1.187,97 e as suas consequências em relação ao piso salarial da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784, de 2008”. Parecer: pela aprovação. 7) Ratificado o **Ato da Mesa nº 001, de 2011**, que “dispõe sobre o número de membros das Comissões Permanentes e a respectiva representação numérica das bancadas”, informando o Senhor Presidente Marco Maia que o ato em apreço mantinha a composição da Legislatura anterior. Por último, o Senhor Presidente Marco Maia apresentou o **Anteprojeto de Resolução do Congresso Nacional**, que dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, encaminhada pela Secretaria daquele colegiado, concedendo a palavra ao Senhor Deputado Dr. Rosinha, presente à reunião, para prestar breves esclarecimentos sobre o tema. O Senhor Deputado Dr. Rosinha procedeu a circunstanciado relatório sobre as razões informadoras das modificações preconizadas no anteprojeto, esclarecendo as dúvidas levantadas pelos Senhores Membros da Mesa. Ao final, não havendo divergências, a Mesa Diretora opinou, por unanimidade, pela aprovação do supracitado anteprojeto de resolução, nos termos da minuta encaminhada, conforme a seguir: **“PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2011-CN**. Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências. O Congresso Nacional resolve: **CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**. Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em conformidade com o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, adicional ao Tratado de Assunção, e com a

Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 28, de 2010, e sobre a tramitação das matérias de interesse do Mercosul no Congresso Nacional. Art. 2º É criada a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul. **CAPÍTULO II – DA COMPETÊNCIA**. Art. 3º Compete à Representação Brasileira, entre outras atribuições: I – apreciar e emitir parecer a todas as matérias de interesse do Mercosul que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional, inclusive as emanadas dos órgãos decisórios do Mercosul, nos termos do art. 4º, inciso 12, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul; II – emitir relatório circunstanciado sobre as informações encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo retratando a evolução do processo de integração do Mercosul; III – examinar anteprojeto encaminhados pelo Parlamento do Mercosul, nos termos do art. 4º, inciso 14, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul; IV – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil; V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão; VI – participar de projetos resultantes de acordos de cooperação com organismos internacionais celebrados pelo Parlamento do Mercosul; VII – receber e encaminhar ao Parlamento do Mercosul a correspondência que lhe for dirigida; VIII – apreciar e emitir parecer a todas as matérias sobre a organização da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul que sejam submetidas ao Congresso Nacional. Art. 4º No exame das matérias emanadas dos órgãos decisórios do Mercosul, a Representação Brasileira apreciará, em caráter preliminar, se a norma do Mercosul foi adotada de acordo com os termos do parecer do Parlamento do Mercosul, caso em que esta obedecerá a procedimento preferencial, nos termos do art. 4º, inciso 12, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul. § 1º As normas sujeitas a procedimento preferencial serão apreciadas apenas pela Representação Brasileira e pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. § 2º Nessa hipótese, compete à Representação Brasileira opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, adequação financeira e orçamentária, bem como, manifestar-se quanto ao mérito da matéria. § 3º Caso julgue necessário, ante a complexidade e especificidade da matéria em exame, a Representação Brasileira poderá solicitar o pronunciamento de outras Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que se manifestarão exclusivamente sobre o objeto da consulta. § 4º Concluída a apreciação da matéria pela Representação Brasileira, o parecer e o respectivo projeto de decreto legislativo serão devolvidos à Mesa da Câmara dos Deputados para nume-

ração e inclusão na Ordem do Dia daquela Casa. §5º A apreciação da matéria no plenário de cada uma das Casas obedecerá as respectivas disposições regimentais. Art. 5º Em se tratando de normas que não estejam sujeitas ao procedimento preferencial de que trata o art. 4º desta Resolução, conforme o exame preliminar feito pela Representação Brasileira, observar-se-á o seguinte procedimento: I – a Representação Brasileira examinará a matéria quanto ao mérito e oferecerá o respectivo projeto de decreto legislativo; II – a Representação Brasileira devolverá a matéria à Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, que após numerá-la, fará a distribuição, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; III – concluída sua apreciação pelas comissões permanentes, a matéria irá à Mesa, para inclusão na Ordem do Dia; IV – após a votação pela Câmara dos Deputados, o projeto será encaminhado ao Senado Federal, para apreciação das comissões permanentes e do plenário, nos termos do respectivo Regimento Interno. CAPÍTULO III – DA COMPOSIÇÃO. Art. 6º A Representação Brasileira compõe-se de 37 (trinta e sete) membros titulares, sendo 27 (vinte e sete) Deputados Federais e 10 (dez) Senadores, com igual número de suplentes, mantida a mesma divisão numérica entre as Casas, designados por ato assinado pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos da Decisão nº 28, de 2010, do Conselho do Mercado Comum, aprovada em complementação ao Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul. Art. 7º A Mesa do Congresso Nacional fixará as representações dos partidos ou blocos parlamentares na Representação Brasileira, observado, tanto quanto possível, o critério da proporcionalidade partidária. Art. 8º Estabelecidas as representações previstas no art. 7º, os líderes indicarão aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, até o décimo dia após a publicação desta Resolução, os nomes que integrarão a Representação Brasileira, como titulares e suplentes. Parágrafo único. Esgotado o prazo referido neste artigo, não havendo eventualmente a indicação das lideranças, os Presidentes de cada Casa farão as respectivas designações. Art. 9º Em caso de falecimento, renúncia, perda de mandato, afastamento ou impedimento permanente, o Deputado ou Senador, membro da Representação Brasileira, será substituído no Parlamento do Mercosul. §1º Em caso de perda de mandato no Parlamento do Mercosul, nos termos das normas regimentais do Parlamento, o Deputado ou Senador perde sua vaga na Representação Brasileira. §2º Na impossibilidade de comparecimento às reuniões do Parlamento do Mercosul, o membro da Representação Brasileira será substituído, preferencialmente, pelos suplentes da

mesma Casa. Art. 10 O mandato dos membros designados para a Representação Brasileira terminará com a posse dos Parlamentares eleitos diretamente, nos termos do Artigo 6º do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, ou ao término da 54ª Legislatura. CAPÍTULO IV – DOS TRABALHOS. Art. 11 A Representação Brasileira observará, no que couber, as disposições do Regimento Comum relativas ao funcionamento das comissões mistas do Congresso Nacional, inclusive no que diz respeito à eleição do seu Presidente e 2 (dois) Vice-Presidentes. Parágrafo único. O Presidente e os Vice-Presidentes serão eleitos na primeira e na terceira sessão legislativa, alternando-se a presidência entre deputados e senadores, sendo sempre vice-presidentes um senador e um deputado. Art. 12 As reuniões da Representação Brasileira serão públicas e a discussão e votação das matérias que lhe forem submetidas serão abertas, salvo deliberação em contrário da maioria dos presentes, a requerimento de qualquer de seus membros. Art. 13 Cabe à Representação Brasileira criar, no âmbito das respectivas competências, turmas permanentes ou temporárias, mediante proposta de qualquer de seus integrantes, aprovada pela maioria dos membros presentes. Art. 14 A Representação Brasileira participará das sessões, reuniões e demais atividades do Parlamento do Mercosul, realizadas na sede em Montevideu, República Oriental do Uruguai, com registro obrigatório de presença dos membros participantes. § 1º É autorizada a participação dos membros da Representação Brasileira em sessões, reuniões e demais atividades do Parlamento do Mercosul, quando convocadas para outras localidades fora da sede em Montevideu, com registro obrigatório de presença dos membros participantes. § 2º O registro da presença dos membros da Representação Brasileira nas sessões, reuniões e demais atividades no Parlamento do Mercosul terá efeito equivalente ao comparecimento às Sessões Deliberativas da respectiva Casa e do Congresso Nacional. §3º A Secretaria da Representação Brasileira comunicará previamente às respectivas Mesas a realização de sessão, reunião ou outra atividade do Parlamento do Mercosul, bem como a frequência dos parlamentares, para os fins de registro a que se refere o § 2º. §4º Cada Casa do Congresso Nacional fixará as despesas com deslocamento e diárias para manutenção e hospedagem dos parlamentares que participem das sessões, reuniões e demais atividades do Parlamento do Mercosul e do corpo técnico necessário aos trabalhos do do Parlamento do Mercosul. Art. 15 Os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal instituirão, nos moldes dos órgãos de apoio às comissões técnicas, uma única secretaria para prestar

apoio à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, fornecendo, para tanto, pessoal recrutado entre os servidores das duas Casas e material necessário ao desenvolvimento de suas atividades. Art. 16 A instalação da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul ocorrerá até o décimo dia após o início da sessão legislativa de 2011. Art. 17 Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de fevereiro de 2011. Art. 18 É revogada a Resolução nº 1, de 2007-CN. Congresso Nacional, em ... 2011.". Retirou-se da sala, neste momento, o Senhor Deputado Dr. Rosinha. Com a palavra, a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente, comentou ter observado a existência na Casa de expectativa dos Deputados relativamente a mudanças no Regimento Interno, sobretudo no tocante ao funcionamento das sessões plenárias, assim, iniciou levantamento para elaboração de anteprojeto de resolução sobre o assunto. Após manifestações de Membros da Mesa sobre aspectos merecedores de atenção, o Senhor Presidente Marco Maia solicitou que a Senhora Deputada Rose de Freitas prossiga com o estudo para posterior apreciação da Mesa. Ainda com a palavra, a Senhora Deputada Rose de Freitas propôs também que a Mesa Diretora encaminhasse voto de condolências ao povo japonês pela tragédia de que foi vítima. O Senhor Presidente Marco Maia esclareceu, então, que já estava acertado a ida de Comissão de Deputados à Embaixada japonesa expressar a solidariedade da Câmara dos Deputados ao povo japonês. Somando-se à proposta da Senhora Deputada Rose de Freitas, o Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, Terceiro Secretário, sugeriu à Casa manifestar igualmente solidariedade aos Governadores dos Estados atingidos por enchentes. Retirou-se da sala de reuniões, neste instante, o Senhor Deputado Sérgio Moraes, Quarto Suplente de Secretário. **II – PAUTA DO SENHOR SEGUNDO VICE-PRESIDENTE.** A Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres exarados pelo Senhor Deputado Eduardo da Fonte nos processos referentes a reembolso de despesas médico-hospitalares, conforme a seguir: a) Pareceres pelo deferimento: 1 – **Processo nº 139.189/2010** (parecer à fl. 13), de interesse da Deputada Gorete Pereira; 2 – **Processo nº 100.642/2011** (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Antônio José Medeiros; 3 – **Processo nº 101.526/2011** (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Beto Mansur; 4 – **Processo nº 102.366/2011** (parecer à fl. 13), de interesse do Deputado Vinicius Carvalho; 5 – **Processo nº 102.685/2011** (parecer à fl. 10), de interesse do Deputado Affonso Camargo; 6 – **Processo nº 102.709/2011** (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Wilson Santiago; 7 – **Processo nº 102.880/2011** (parecer à fl. 7), de inte-

resse do Deputado José Roberto Dudé; 8 – **Processo nº 103.026/2011** (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Eurípedes Miranda; 9 – **Processo nº 103.063/2011** (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Silas Brasileiro; 10 – **Processo nº 103.504/2011** (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Joaquim Beltrão; 11 – **Processo nº 104.391/2011** (parecer à fl. 11, com glosa), de interesse do Deputado Pedro Henry; 12 – **Processo nº 105.092/2011** (parecer à fl. 9), de interesse da Deputada Nice Lobão; 13 – **Processo nº 106.401/2011** (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Jorge Corte Real; 14 – **Processo nº 106.640/2011** (parecer à fl. 7, com glosa), de interesse do Deputado Renato Molling; 15 – **Processo nº 107.551/2011** (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Ronaldo Caiado; 16 – **Processo nº 107.645/2011** (parecer à fl. 13), de interesse do Deputado Carlos Bezerra; 17 – **Processo nº 107.661/2011** (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Wandenkolk Gonçalves; 18 – **Processo nº 107.670/2011** (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Manato; 19 – **Processo nº 107.906/2011** (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Vander Loubet; 20 – **Processo nº 108.305/2011** (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Onofre Santo Agostini; 21 – **Processo nº 108.390/2011** (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Valdemar Costa Neto; 22 – **Processo nº 108.561/2011** (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Joaquim Beltrão; 23 – **Processo nº 132.905/2010** (parecer à fl. 22), de interesse do Deputado Colbert Martins; 24 – **Processo nº 139.712/2010** (parecer à fl. 19, com glosa), de interesse do Deputado Davi Alves Silva; 25 – **Processo nº 140.531/2010** (parecer à fl. 19, com glosa), de interesse do Deputado Paulo Bauer; 26 – **Processo nº 140.694/2010** (parecer à fl. 16), de interesse do Deputado Simão Sessim; 27 – **Processo nº 140.957/2010** (parecer à fl. 13), de interesse do Deputado Vicente Arruda; 28 – **Processo nº 101.827/2011** (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Arnaldo Jardim; 29 – **Processo nº 101.886/2011** (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Valdemar Costa Neto; 30 – **Processo nº 101.965/2011** (parecer à fl. 11), de interesse do Deputado Hugo Leal; 31 – **Processo nº 102.289/2011** (parecer à fl. 16), de interesse da Deputada Elcione Barbalho; 32 – **Processo nº 103.006/2011** (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Índio da Costa; 33 – **Processo nº 103.066/2011** (parecer à fl. 7), de interesse da Deputada Elcione Barbalho; 34 – **Processo nº 107.765/2011** (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Wellington Fagundes; 35 – **Processo nº 108.801/2011** (parecer à fl. 10), de interesse do Deputado Luiz Carreira; 36 – **Processo nº 109.129/2011** (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Fábio Faria;

37 – **Processo nº 128.096/2009** (parecer à fl. 20), de interesse da Deputada Rose de Freitas; 38 – **Processo nº 135.851/2010** (parecer à fl. 26), de interesse do Deputado Gastão Vieira; 39 – **Processo nº 102.688/2011** (parecer à fl. 18), de interesse do Deputado Osmar Júnior; 40 – **Processo nº 102.878/2011** (parecer à fl. 12), de interesse do Deputado João Almeida; 41 – **Processo nº 103.816/2011** (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 42 – **Processo nº 104.847/2011** (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Vicente Arruda; 43 – **Processo nº 105.127/2011** (parecer à fl. 15, com glosa), de interesse do Deputado Paulo Renato Souza; 44 – **Processo nº 105.435/2011** (parecer à fl. 8), de interesse da Deputada Elcione Barbalho; 45 – **Processo nº 139.137/2010** (parecer à fl. 30, com glosa), de interesse do Deputado Arnaldo Jardim; 46 – **Processo nº 140.984/2010** (parecer à fl. 21), de interesse da Deputada Lucenira Pimental; 47 – **Processo nº 101.818/2011** (parecer à fl. 49), de interesse do Deputado Paulo Pimenta; 48 – **Processo nº 103.065/2011** (parecer à fl. 11), de interesse do Deputado Vicente Arruda; 49 – **Processo nº 106.177/2011** (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Fábio Faria; 50 – **Processo nº 140.104/2010** (parecer à fl. 20), de interesse do Deputado Jorge Boeira; 51 – **Processo nº 140.377/2010** (parecer à fl. 17), de interesse do Deputado Moreira Mendes; 52 – **Processo nº 140.883/2010** (parecer à fl. 8), de interesse da Deputada Marina Maggessi; 53 – **Processo nº 106.220/2011** (parecer à fl. 13), de interesse do Deputado Jânio Natal; 54 – **Processo nº 107.729/2011** (parecer à fl. 23), de interesse do Deputado Décio Lima; 55 – **Processo nº 107.870/2011** (parecer à fl. 10), de interesse do Deputado Lael Varella; 56 – **Processo nº 108.397/2011** (parecer à fl. 12), de interesse do Deputado Gladson Cameli; 57 – **Processo nº 108.656/2011** (parecer à fl. 12), de interesse do Deputado Simão Sessim. Por último, a Mesa Diretora resolveu aprovar, por unanimidade, o reembolso de despesa, no valor total, referente à aquisição de aparelho auditivo, de interesse do Deputado Carlos Bezerra, conforme parecer do Relator, Deputado Eduardo da Fonte, exarado à fl. 19 do Processo nº **139.320/2010**. Intervindo a seguir e a propósito do não acolhimento de despesa médica, o Senhor Deputado Manato relatou que, no período de recesso na Casa, teve de recorrer a consulta médica no seu Estado e que, ao apresentar a respectiva nota, esta fora glosada, sob a alegação da existência de médico na Casa. Considerando ilógico tal decisão, no sentido de ter que viajar a Brasília para uma consulta e depois voltar ao seu Estado, solicitava novo entendimento em casos análogos. Sua Excelência, o Senhor Deputado Eduardo da Fonte, na quali-

dade de Corregedor, expôs os seguintes processos: 1 – **Processo nº 105.779/2011**, instaurado pelo Ofício nº 283/R, do Supremo Tribunal Federal, comunicando decisão em medida cautelar no mandado de segurança nº 30.260, garantindo ao Impetrante (Senhor Carlos Victor da Rocha Mendes) o direito de precedência na ocupação de eventual vaga de Deputado Federal deixada por Alexandre Aguiar Cardoso; 2 – **Processo nº 105.783/2011**, instaurado pelo Ofício nº 280/R, do Supremo Tribunal Federal, comunicando decisão em medida cautelar no mandado de segurança nº 30.272, garantindo ao Impetrante (Senhor Humberto Guimarães Souto) o direito de precedência na ocupação da vaga de Deputado Federal deixada por Alexandre Silveira de Oliveira, desde que se comprove a sua condição de suplente diplomado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais nos termos da legislação em vigor. Após explanação dos pareceres pelo Senhor Deputado Eduardo da Fonte, o Senhor Presidente Marco Maia registrou o recebimento do Requerimento do Senhor Deputado Jairo Ataíde Vieira, no início desta reunião, entregue pelo próprio parlamentar, com relação ao Processo nº 105.783/2011. Ainda com a palavra, o Senhor Presidente Marco Maia lembrou que, no final do ano passado, a então Mesa Diretora apreciara caso semelhante que envolvia o então Deputado Natan Donaton e, na ocasião, deliberara cumprir a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal. No caso atual, continuou, tratava-se de adotar o mesmo entendimento, embora outros Ministros já não estivessem concedendo liminares, preferindo antes pedir informações à Câmara dos Deputados. Concluiu sua intervenção ressaltando a possibilidade de apreciação do mérito da questão pela Suprema Corte nos próximos dias. Com a palavra o Senhor Deputado Júlio Delgado, Quarto Secretário, para levantar preliminares em relação aos processos sob apreciação. De início, porém, relembrou que, logo após a eleição da Mesa, registrou que o tema mais palpitante do início dos trabalhos da Casa seria justamente a instabilidade jurídica e o efeito cascata gerados pela decisão do Supremo, uma vez que em Minas Gerais, por exemplo, já estavam sendo levantadas questões relativamente à eleição de 2008 para Vereador. No concernente às preliminares, a primeira levantada por Sua Excelência dizia respeito à tese adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral, segundo a qual a coligação partidária se extinguiria logo após as eleições. Ora, argumentou Sua Excelência, como pode a coligação valer para alguém, eleito pelo coeficiente eleitoral e diplomado nessa circunstância, e não valer para o seu primeiro suplente? Por outro lado, com referência à segunda preliminar, Sua Excelência chamou a atenção da Mesa para o fato de o

despacho concessivo da liminar falar em posse do suplente diplomado pela Justiça Eleitoral, o que não se configurava no caso específico do Deputado Humberto Souto, cuja diplomação sucedera após o deferimento da liminar. Com a palavra, o Senhor Deputado Inocêncio Oliveira declarou que a Câmara dos Deputados deve respeitar a decisão do Supremo Tribunal Federal. Manifestando-se em seguida, o Senhor Presidente Marco Maia ponderou que a Mesa Diretora devia concluir a apreciação do assunto, que decisão da Suprema Corte tem de ser logo cumprida; aduziu que, no caso em tela, iria cumprir o rito adotado pela Casa em questões que envolvem o mandato parlamentar, lembrando que, em relação ao Senhor Deputado Chico das Verduras, de Roraima, tinha sido adotado idêntico procedimento. Após discussão, a Mesa Diretora concedeu pedido de vista dos supracitados processos aos Senhores Deputados Jorge Tadeu Mudadalen, Segundo Secretário, Júlio Delgado, Quarto Secretário, e Carlos Eduardo Cadoca, Terceiro Suplente de Secretário. Em seguida, o Senhor Presidente Marco Maia informou à Mesa já ter pedido ao Ministério Público informações sobre o caso da Senhora Deputada Jaqueline Roriz e que encaminharia hoje o processo para a Corregedoria, que adotará as providências de praxe.

IV – PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO. O Senhor Deputado Eduardo Gomes relatou os seguintes processos: 1 – **Administração:** 1.1 – **Processo nº 102.376/2011.** Parecer do Relator exarado às fls. 55/56: “Trata-se do Orçamento Analítico da Câmara dos Deputados, em sua versão final, referente ao exercício de 2010, a ser submetido à apreciação da Mesa Diretora, em cumprimento ao disposto no inciso XXIV do art. 15 do Regimento Interno, *verbis*: “... Art. 15. À Mesa compete, dentre outras atribuições estabelecidas em lei, neste regimento ou por resolução da Câmara, ou delas implicitamente resultantes: ... XXIV – aprovar o orçamento analítico da Câmara;...” A versão final do Orçamento Analítico 2010 detalha as diversas ações desenvolvidas pela Câmara dos Deputados ao longo do exercício, a fim de permitir a execução das despesas no âmbito das unidades orçamentárias Câmara dos Deputados – CD e Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados – FRCD, bem como as variações decorrentes dos diversos créditos adicionais na forma discriminada às fls. 1 e 2. Segundo os autos, a dotação global do Órgão (que compreende as despesas fixadas para as unidades CD e FRCD) diminuiu em R\$300.000,00 no decorrer do exercício, passando de R\$3.825.571.365,00 para R\$3.825.271.365,00 no encerramento do ano, em razão da abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério das Relações Exteriores, para atender des-

pesas com doações emergenciais às vítimas do terremoto no Haiti, com recursos compensatórios desta Casa, como demonstrado à fl. 1. Do valor final, R\$2.879.147.323,00 referem-se ao Orçamento Fiscal e R\$946.124.042,00 ao Orçamento da Seguridade Social, conforme Tabela 1, às fls. 03. Considerando a dotação final por unidade orçamentária, a unidade CD foi contemplada com R\$3.746.105.357,00. Desse montante, R\$2.802.431.008,00 referem-se à esfera Fiscal e R\$943.674.349,00 à Seguridade Social. Ao FRCD foi destinado o montante de R\$79.166.008,00, correspondendo R\$76.716.315,00 à esfera Fiscal e R\$2.449.693,00 à Seguridade Social. Distribuídas as dotações da unidade CD por ação, segundo a Tabela 2, fls. 04, as maiores parcelas foram destinadas à atividade “Processo Legislativo”, na qual se inserem as despesas com pessoal ativo e com a maior parte do custeio administrativo e operacional do Órgão, perfazendo R\$2.172.975.569,00 (58,01%); e à operação especial “Pagamento de Aposentadorias e Pensões” destinou-se a segunda maior parcela: R\$735.738.979,00 (19,64%). Considerando a dotação sob o aspecto dos grupos de natureza da despesa, conforme demonstrado na Tabela 3 – fls. 05, na unidade orçamentária Câmara dos Deputados o grupo “Pessoal e Encargos Sociais” foi beneficiado com R\$2.901.588.429,00 (77,46%) da dotação final; “Outras Despesas Correntes” com R\$646.207.051,00 – 17,25%; “Investimentos” com R\$98.309.877,00 – 2,62%, e “Reserva de Contingência” com R\$100.000.000,00 – 2,67%. A dotação da unidade FRCD, resultante de receitas diretamente arrecadadas, não sofreu alteração, ficando em R\$79.166.008,00. Distribuídas as dotações da unidade FRCD por ação, a maior parcela foi destinada ao projeto “Ampliação do Edifício Anexo IV”, perfazendo R\$47.868.750,00 – 60,47%; e ao projeto “Construção do Anexo V” destinou-se a segunda maior parcela: R\$26.156.250,00 – 33,04%. No encaminhamento da matéria a esta Secretaria, o Diretor-Geral ressalta que, da dotação final destinada a esta Casa, permaneceu indisponível a importância de R\$72.821.441,00, relativa a investimentos, que representa 92% da dotação final da unidade orçamentária Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados, tendo em vista o contingenciamento realizado em função do disposto no art. 9º da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), c/c o art. 70 da Lei n. 12.017, de 12/8/09 – LDO/2010. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da doughty Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução.”. Aprovado o parecer supra por unanimidade.

1.2 – **Processo nº 128.543/2010.** Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 80/81: “Trata-se da proposta

orçamentária da Câmara dos Deputados para o exercício de 2011, que inclui as Unidades Orçamentárias 01.101 – Câmara dos Deputados e 01.901 – Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados, a ser submetida à apreciação da Mesa Diretora, a teor do disposto no inciso XX do art. 15 do Regimento Interno, *verbis*: “Art. 15. À Mesa compete, dentre outras atribuições estabelecidas em lei, neste regimento ou por resolução da Câmara, ou delas implicitamente resultantes: (...) XX – aprovar a proposta orçamentária da Câmara e encaminhá-la ao Poder Executivo; (...)” Segundo a instrução processual, o fechamento da programação orçamentária para 2011 foi precedido de ampla consulta aos setores internos, de análise dos gastos referentes aos contratos em vigor e de projeções dos dispêndios com pessoal e com outras despesas de caráter continuado, sendo adotada a expectativa de inflação de 4,5% ao ano, em conformidade com as metas inflacionárias traçadas pelo Governo Federal. A proposta orçamentária para o exercício de 2011, que engloba as Unidades Câmara dos Deputados – CD e Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados – FRCD, previa uma despesa de R\$4.232.220.262,00. No entanto, após a incidência do corte aplicado pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), a Câmara dos Deputados poderá contar com o total de R\$4.064.265.168,00 (quadro 2.5, fls. 36). O limite divulgado pela SOF para os gastos com pessoal e encargos sociais foi de R\$3.192.515.996,00. Dessa forma, o montante de recursos reclamados e não atendidos para o grupo Pessoal e Encargos Sociais alcança R\$99.210.074,00, conforme Quadro 2.1, às fls. 32, e está relacionado aos valores destinados a posses de servidores concursados e ao pagamento de aposentadorias e pensões de parlamentares declarados anistiados e vinculados ao ex-IPC. Relativamente aos grupos Outras Despesas Correntes e Investimentos, a SOF fixou em R\$871.749.172,00 o limite monetário para essas despesas. Deste montante, a Câmara dos Deputados contribuiu com R\$74.025.000,00 referentes à receita decorrente da cessão dos direitos sobre o processamento bancário da folha de pagamento dos servidores, em caráter de exclusividade, representando um esforço próprio do órgão para fazer frente às suas despesas. Ainda assim, tal limite não comporta a programação total desta Casa, acarretando déficit estimado de R\$68.745.020,00, conforme Quadro 2.4, fls. 35. O Quadro 3.1 às fls. 42 demonstra as arrecadações do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados previstas para 2011 e, conforme Quadro 3.3 às fls. 44, as despesas para o exercício 2011 foram programadas no mesmo montante da receita. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação

da dought Mesa, com parecer favorável desta Secretaria, nos termos das informações e manifestações dos órgãos técnicos da Casa.”. Analisado o processo, o parecer supra foi aprovado por unanimidade. 1.3 – **Processo nº 108.687/2011.** Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 83/84: “Trata-se da proposta de detalhamento inicial do Orçamento Analítico da Câmara dos Deputados referente ao exercício financeiro de 2011, a ser submetida à apreciação da Mesa Diretora em cumprimento ao disposto no inciso XXIV do art. 15 do Regimento Interno, *verbis*: “... Art. 15. À Mesa compete, dentre outras atribuições estabelecidas em lei, neste regimento ou por resolução da Câmara, ou delas implicitamente resultantes: ... XXIV – aprovar o orçamento analítico da Câmara; ...” O Orçamento Analítico compreende as despesas fixadas para as Unidades Orçamentárias “Câmara dos Deputados” e “Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados”, aprovadas pela Lei Orçamentária Anual, Lei n. 12.381, de 9/2/2011, totalizando o valor de R\$4.227.184.594,00, as quais são apresentadas de forma detalhada por unidade (CD e FRCD), por esfera orçamentária (Fiscal e Seguridade Social) e por grupos de natureza da despesa (Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos), conforme fls. 7 a 44. Segundo os autos, a Unidade Orçamentária CD, que depende de recursos do Tesouro Nacional, foi contemplada com 98,10% da dotação total alocada para o Órgão, correspondendo a R\$4.146.891.714,00, dos quais 74,07% referem-se ao orçamento fiscal – R\$3.131.215.801,00, e 24,03% ao da seguridade social – R\$1.015.675.913,00. A Unidade Orçamentária FRCD, que depende de arrecadação própria, foi beneficiada com os restantes 1,90%, cerca de R\$80.292.880,00, sendo 1,81% relativos ao orçamento fiscal, equivalentes a R\$76.422.672,00, e 0,09% ao da seguridade, no montante de R\$3.870.208,00. As Tabelas 2 e 3 às fls. 3 e 4 consolidam os valores das dotações por ação orçamentária das Unidades Orçamentárias CD e FRCD. O Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade – Defin informa que a maior parcela da dotação (62,20%) foi alocada na ação “Processo Legislativo” (tabela 2), na qual estão consignadas as dotações para as despesas com pessoal ativo e respectivos encargos sociais, custeio administrativo e operacional do órgão e os investimentos agregados nessa atividade. Relativamente ao FRCD, os valores foram fixados de acordo com a Tabela 3, distribuídos por grupo de natureza da despesa e por ação. A maior parte da dotação, cerca de 59,62%, foi destinada ao projeto “Ampliação do Edifício Anexo IV”, seguido pelo projeto “Construção do Anexo V” com 32,58% da dotação. Esses dois projetos serão atendidos com os

recursos decorrentes da exploração dos direitos de processamento da folha de pagamento da Câmara dos Deputados. Nos termos das informações do Defini, essa proposta já contempla a reabertura de crédito especial aberto pela Lei n. 12.370, de 29/12/2010, no valor de R\$2.000.000,00, efetivada pela Portaria/CD n. 2, de 28/1/2011. Acrescenta ainda as restrições impostas pela Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – cujos principais pontos afetos a esta Casa estão destacados às fls. 4/5, ressaltando que a mencionada Lei Complementar e a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 (art. 70) estabelecem competência ao Poder Executivo para informar aos demais Poderes sobre a limitação para empenho da despesa, sempre que houver risco de comprometimento das metas fiscais. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução.”. Aprovado por unanimidade o parecer supra. 1.4 – **Processo nº 130.968/2011**. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 30: “Trata-se de anteprojeto de Resolução com o objetivo de regulamentar a contratação de serviços terceirizados na Câmara dos Deputados, segundo as suas peculiaridades, determinadas pela conformação arquitetônica, pela extensão física e pela natureza específica da Instituição, e em observância aos imperativos constitucionais da pessoa humana, do valor social do trabalho e da eficiência administrativa. A proposta foi elaborada por Grupo de Estudo constituído para esse fim, a partir de recomendações da Secretaria de Controle Interno no Relatório de Auditoria n. 3/2010, tomando por base a análise realizada pelo Grupo de Trabalho criado pela Portaria/DG n. 2/2008, atualizada pela regulamentação e jurisprudência supervenientes. Entre as medidas propostas está a de facultar à Câmara dos Deputados reter pagamentos às contratadas, mediante a abertura de conta vinculada, com movimentação restrita à autorização da administração, quando do inadimplemento das empresas no pagamento de suas obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias. Tal medida tem precedente no Poder Judiciário, à vista da Resolução n. 98/2009, do Conselho Nacional de Justiça, e visa a preservar a Câmara dos Deputados da responsabilidade solidária na liquidação dos direitos dos trabalhadores terceirizados, como vinha ocorrendo, com prejuízos ao Erário e à imagem da Casa perante a opinião pública. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável à proposta apresentada na forma do anteprojeto de Resolução anexo, nos termos das informações e manifestações dos órgãos técnicos da Casa.”. Discutido o processo, a Mesa

Diretora resolveu aprovar o parecer supra e, em decorrência, apresentou o Projeto de Resolução que “dispõe sobre a contratação de serviços pela Câmara dos Deputados”. 2. **Deputados: 2.1 Processo nº 104.169/2011**. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 36/37: “Trata-se de solicitação do Senhor Terceiro-Secretário, Deputado Inocêncio Oliveira, para que seja liberado o cargo de Assistente Técnico de Gabinete – CNE 9, da Terceira Secretaria, atualmente ocupado pela servidora Janice Cunha dos Santos, que está em gozo de licença à gestante até o dia 16/05/2011. Revela a instrução do processo que, em casos análogos, a Diretoria-Geral manifestou-se pela possibilidade de exoneração de servidora durante o gozo de licença à gestante, desde que assegurada a indenização respectiva, relativa ao período de estabilidade constitucional (art. 7º, XIII, da Constituição Federal, c/c art. 10, II, b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias/ADCT). Nesse sentido é a jurisprudência dos Tribunais: Tribunal Regional Federal/1ª Região ADMINISTRAÇÃO CONSTITUCIONAL. EXONERAÇÃO. CARGO EM COMISSÃO. GESTANTE. EXONERAÇÃO NÃO MOTIVADA. INDENIZAÇÃO. I. A servidora pública – ocupante de cargo em comissão – se grávida e exonerada sem justa causa, tem direito ao recebimento da vantagem resultante da combinação do inciso XVIII, artigo 7º com a alínea “b”, inciso II, artigo 10 ADCT. Consectário lógico da regra do art. 39, da CF. Precedentes do STJ e do TRF – 1ª Região. 2. Apelação e remessa oficial improvidas. (AC 1999.01.00. 044688-2/DF, Rel. Juiz Federal Flávio Dino De Castro E Costa (conv., Segunda Turma Suplementar, DJ p. 44 de 31/03/2005). Superior Tribunal de Justiça/STJ CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CARGO EM COMISSÃO. GESTANTE. EXONERAÇÃO. FALTA DE MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO NO SENTIDO DE QUE A EXONERAÇÃO SE DEU POR OUTRA RAZÃO QUE NÃO A DA GRAVIDEZ. INEXISTÊNCIA DE DIREITO A PERMANECER NO CARGO, QUE É DE CONFIANÇA. DIREITO, CONTUDO, A UMA INDENIZAÇÃO EQUIVALENTE A CINCO MESES DE REMUNERAÇÃO, A CONTAR DA GRAVIDEZ. INVOCAÇÃO DE NORMAS PROTETIVAS DA PRÓPRIA CONSTITUIÇÃO PARA O TRABALHADOR “IN GENERALE” (ARTS. 5º, PARÁGRAFO 2º; 7º, INC. XVIII, E 10, INC. II, ALÍNEA ‘B’, DO ADCT) RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO E PROVIDO. I – A impetrante foi nomeada para exercer cargo em comissão. Alega que foi exonerada simplesmente por estar grávida. O impetrante, em suas informações, ao fazer a defesa do ato impugnado, não alegou nenhuma razão para a exoneração. Restou, assim, claro que o motivo foi a gravidez.

II – Ainda que não haja norma expressa para proteger a recorrente, pode-se-lhe aplicar, por força do art. 5º da Constituição, dispositivos constitucionais relativos ao trabalhador em geral (art. 7º, inc. XVIII, combinado com o art. 10, inc. II, 'b', do ADCT). III – Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido para que a recorrente, que não tem direito a permanecer no cargo, seja paga uma indenização equivalente a remuneração que ela teria em 5 (cinco) meses a contar da gravidez. (sem grifos em BRASIL: Superior Tribunal de Justiça. RMS 3.313/SC, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEXTA TURMA, julgado em 28/11/1994, DJ 20/03/1995, p. 6144) Ocorre que a Mesa Diretora, em 12/05/2010, ao apreciar o processo n. 105.585/2010, idêntico ao caso em tela, indeferiu o pedido de exoneração de servidora em gozo de licença à gestante. Ante o exposto, à luz da jurisprudência pátria e tendo em vista a posição dos órgãos técnicos pela possibilidade legal de exoneração de servidora em gozo de licença à gestante, desde que assegurado o pagamento da indenização respectiva, esta Secretaria reapresenta o assunto à avaliação deste Colegiado, com parecer favorável ao pleito, conforme a instrução”. Aprovado por unanimidade o parecer supra. Em continuação, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os seguintes processos, constantes dos itens 3 – **Servidores** – e 4 – **Terceiros** -, nos termos dos pareceres do Deputado Eduardo Gomes, Relator, conforme a seguir: Item 3 – Servidores: 3.1 – **Processo nº 106.636/2011**. Parecer do Relator à fl. 10: “Trata-se de solicitação do Senhor Presidente do Senado Federal para que seja autorizada a cessão da servidora da Câmara dos Deputados **Tatiana Cláudia Costa Velho Simões**, Técnico Legislativo, atribuição Adjunto Parlamentar, ponto nº 4.726, para aquela Casa do Congresso Nacional, com vistas a prestar serviços no gabinete do Senador Francisco Dornelles, no exercício do cargo em comissão de Assistente Parlamentar – AP-06. O Departamento de Pessoal informa que a servidora encontra-se à disposição do Senado Federal desde 16/7/2003, tendo a última prorrogação expirado em 18/12/2010. Entretanto, após essa data, a servidora continuou prestando serviços àquela Casa Legislativa, ainda no cargo em comissão, até 01/02/2011, quando foi exonerada devido à não reeleição do Senador Paulo Duque. Dessa forma, para regularizar a situação da servidora relativamente ao período acima, o Diretor-Geral encaminha o processo no sentido de que seja convalidada a prorrogação da cessão no período de 19/12/2010 a 31/01/2011, e autorizada uma nova cessão a partir da publicação do referido ato, com vistas a atender à solicitação objeto do presente processo. A cessão observará as normas de regência (art. 93, inciso I, § 1º da Lei

n. 8.112/90, e art. 4º do Ato da Mesa n. 56/97), não havendo impedimento legal ao atendimento do pedido. Atualmente, 20 (vinte) servidores da Câmara dos Deputados encontram-se cedidos a outros órgãos públicos, sendo 7 (sete) ao Senado Federal. Ante o exposto, esta Secretaria submete o pleito ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável à cessão da servidora ao Senado Federal, para prestar serviços em Brasília, a partir da publicação do ato de cessão, pelo período de 1 (um) ano, e à convalidação da prorrogação da cessão anterior, vencida em 18/12/2010, relativamente ao período de 19/12/2010 a 31/01/2011.”; 3.2 – **Processo nº 122.518/2001**. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, à fl. 164: “Trata-se de solicitação do Senhor Presidente do Senado Federal para que seja prorrogado o prazo da cessão do servidor da Câmara dos Deputados **ANTONIO FERNANDO BARROS NETO**, Técnico Legislativo, atribuição Adjunto Parlamentar, ponto nº 5.026, para aquela Casa do Congresso Nacional, com vistas a continuar prestando serviços no Gabinete do Senhor Senador Inácio Arruda, no exercício do cargo em comissão de Assistente Parlamentar – AP/06. O servidor encontra-se à disposição do Senado Federal desde 28/9/2001, tendo sido a cessão prorrogada até 18/12/2010. Atualmente, 7 (sete) servidores da Câmara dos Deputados encontram-se cedidos àquela Casa Legislativa. A cessão observa as normas de regência (inciso I do art. 93 da Lei n. 8.112/90 e art. 4º do Ato da Mesa n. 56/97, com redação dada pelo Ato da Mesa n. 86/06), não havendo impedimento legal à prorrogação pretendida. Ante o exposto, esta Secretaria submete o pleito ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável à prorrogação da cessão do servidor por 1 (um) ano, conforme a instrução.”; 3.3 – **Processo nº 149.999/2006**. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, à fl. 91: “Trata-se de solicitação do Senhor Presidente do Senado Federal para que seja prorrogado o prazo da cessão da servidora da Câmara dos Deputados **Teresa Cristina Costa Velho Simões**, Técnico Legislativo, atribuição Adjunto Parlamentar, ponto nº 4.725, para aquela Casa do Congresso Nacional, com vistas a continuar prestando serviços no gabinete do Senador Francisco Dornelles, no exercício do cargo em comissão de Assistente Parlamentar – AP-08. A servidora encontra-se à disposição do Senado Federal desde 2/1/2007, tendo sido a cessão prorrogada até 18/12/2010. Atualmente, 7 (sete) servidores da Câmara dos Deputados encontram-se cedidos àquela Casa Legislativa. A cessão observa as normas de regência (inciso I do art. 93 da Lei n. 8.112/90 e art. 4º do Ato da Mesa n. 56/97, com redação dada pelo Ato da Mesa n. 86/06), não havendo impedimen-

to legal à prorrogação pretendida. Ante o exposto, esta Secretaria submete o pleito ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável à prorrogação da cessão da servidora por 1 (um) ano, conforme a instrução.”; 3.4 – **Processo nº 139.300/2007**. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, à fl. 65: “Trata-se de solicitação do Senhor Presidente do Senado Federal para que seja prorrogada a cessão da servidora da Câmara dos Deputados **Cristiana Martins de Araújo Costa Fonseca**, Analista Legislativo, atribuição Técnica Legislativa, ponto nº 6.755, para aquela Casa do Congresso Nacional, a fim de continuar exercendo o cargo em comissão de Assistente Parlamentar – AP-03, no gabinete do Senador Epitácio Cafeteira. A servidora encontra-se à disposição do Senado Federal desde 15/1/08, tendo sido a cessão prorrogada até 14/1/11. Atualmente, 7 (sete) servidores da Câmara dos Deputados encontram-se cedidos àquela Casa Legislativa. A cessão observa as normas de regência (inciso I do art. 93 da Lei n. 8.112/90 e art. 4º do Ato da Mesa n. 56/97, com redação dada pelo Ato da Mesa n. 86/06), não havendo impedimento legal à prorrogação pretendida. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável à prorrogação da cessão por 1 (um) ano, conforme a instrução.”; 3.5 – **Processo nº 101.095/2007**. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 79/80: “Trata-se de solicitação do Senhor Governador do Estado do Ceará para que seja autorizada a prorrogação da cessão do servidor da Câmara dos Deputados **Maurício Holanda Maia**, Analista Legislativo, atribuição Consultoria, ponto nº 6.810, a fim de continuar exercendo cargo em comissão de Secretário Adjunto da Secretaria da Educação Básica daquele Estado. O servidor foi cedido àquela ente federativo em 25/01/2007, com ônus para o órgão cessionário, mediante ressarcimento do cargo efetivo e da contribuição previdenciária. O prazo da cessão expira em 24/01/2011. A matéria está disciplinada no inciso I e § 1º do art. 93 da Lei nº 8.112/1990 e, no âmbito da Câmara dos Deputados, no art. 1º e parágrafo único do Ato da Mesa nº 56, de 1997, *in verbis*: **Lei nº 8.112/90** “Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses: I – para exercício de cargo em comissão ou função de confiança; (...) §1º Na hipótese do inciso I, sendo a cessão para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, **o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária**, mantido o ônus para o cedente nos demais casos.” (grifo nosso) **Ato da Mesa nº 56/97** “Art. 1º O servidor efetivo da Câmara

dos Deputados somente poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão, nas seguintes hipóteses: (...) Parágrafo único. Outras requisições poderão ser atendidas, **desde que sem ônus para a Câmara dos Deputados**.” (grifo nosso) Atualmente, 20 (vinte) servidores encontram-se à disposição de outros órgãos públicos. A Consultoria Legislativa, órgão de lotação do servidor, informa não se opor à permanência do servidor no órgão cessionário “tendo em vista a relevância das funções que continuarão a ser desempenhadas por ele no exercício da função de Secretário Adjunto da Secretaria de Educação daquele Estado da Federação.” Ante o exposto, esta Secretaria submete o pedido ao exame e à deliberação da douta Mesa, com **parecer favorável à prorrogação da cessão por 1 (um) ano**, nos termos das informações e manifestações dos órgãos técnicos da Casa.”; 3.6 – **Processo nº 111.033/2006**. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 95/96: “Trata-se de solicitação da Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República para que seja prorrogado o prazo de cessão da servidora da Câmara dos Deputados **Anna Cláudia Silva de Mendonça**, Analista Legislativo, atribuição Taquígrafo Legislativo, ponto n. 1.959, para continuar exercendo a função gratificada – FG-1 no Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República. A servidora encontra-se cedida à Casa Civil da Presidência da República desde 31/05/2006, com ônus para a Câmara dos Deputados. Nos termos da instrução processual, a matéria está disciplinada no art. 93, inciso I, § 1º da Lei nº 8.112/90, o qual estabelece a responsabilidade do órgão cedente pelo pagamento da remuneração, *in verbis*: “Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses: I – para exercício de cargo em comissão ou função de confiança; (...) § 1º Na hipótese do inciso I, sendo a cessão para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária, **mantido o ônus para o cedente nos demais casos**.” (...) (sem destaque no original) No âmbito da Câmara dos Deputados, aplica-se o disposto nos arts. 1º e 2º do Ato da Mesa nº 56/97: “Art. 1º O servidor efetivo da Câmara dos Deputados somente poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão, nas seguintes hipóteses: I – na Presidência da República e no Supremo Tribunal Federal, para exercício nos setores diretamente subordinados ao respectivo Presidente; (...) Art. 2º Na hipótese dos incisos I, II e III do artigo anterior, **o ônus dos vencimentos do cargo efetivo será de responsabilidade da Câ-**

mara dos Deputados, cabendo ao cessionário as demais despesas resultantes da requisição.” (sem destaque no original) Atualmente, 20 (vinte) servidores encontram-se cedidos a outros órgãos públicos. Ante o exposto, esta Secretaria submete o pedido ao exame e à deliberação da douta Mesa, com **parecer favorável à prorrogação da cessão, por 1 (um) ano**, haja vista não haver óbice legal ao atendimento do pleito.”.

Item 4 – **Terceiros** (aprovados pela Mesa Diretora por unanimidade): 4.1 – **Processo nº 158.537/2008**. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, à fl. 28: “Trata-se de regularização de área ocupada desde 2008 pela assessoria parlamentar do Ministério da Cultura nesta Casa, localizada na sala 187-B do Anexo II. Referido órgão (fls. 13) reiterou o interesse em permanecer ocupando a área em questão. O Departamento Técnico esclareceu que, conforme o inciso III do parágrafo único do art. 2º do Ato da Mesa nº 61/2005, àquela entidade poderia ser autorizada a cessão da supracitada sala, a título não oneroso, conforme termo de outorga (fls. 22/23). A Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 68 do Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa nº 80/2001, concluiu pela adequação da minuta do Termo de Autorização de Uso, elaborado pelo Departamento de Material e Patrimônio, reiterando haver previsão legal para a concessão da área, a título não oneroso, para assessorias parlamentares de órgãos do Poder Executivo. Ressalte-se que para a regularização das ocupações já existentes é necessária a formalização de respectivo instrumento de outorga, após a autorização da Mesa Diretora para a cessão do espaço, em observância à legislação pertinente. À vista do exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação do Colegiado, com parecer favorável à regularização da cessão, a título não oneroso, do mencionado espaço físico à assessoria parlamentar do Ministério da Cultura, nos termos da instrução processual.”; 4.2 – **Processo nº 179.281/2008**. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, à fl. 20: “Trata-se de regularização de área ocupada pela assessoria parlamentar do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, localizada na sala 187-B do Edifício Anexo II desta Casa. Referido órgão reiterou (fls. 1) o interesse em permanecer ocupando a área em questão. O Departamento Técnico informou (fls. 3) que o INMETRO ocupa uma área de 2,39m² no Anexo II e que àquela entidade poderia ser autorizada a cessão da referida área, a título não oneroso, a teor do inciso III do parágrafo único do art. 2º do Ato da Mesa nº 61/2005, conforme termo de outorga (fls. 14/15). A Assessoria Téc-

nica da Diretoria-Geral, em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 68 do Regulamento dos Procedimentos Licitatórios, concluiu pela adequação do Termo de Autorização de Uso, elaborado pelo Departamento de Material e Patrimônio, reiterando haver previsão legal para a concessão da área, a título não oneroso, para assessorias parlamentares de órgãos do Poder Executivo. Ressalte-se que para a regularização das ocupações já existentes é necessária a formalização de respectivo instrumento de outorga, após a autorização da Mesa Diretora para a cessão do espaço, em observância à legislação pertinente. À vista do exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação do Colegiado, com parecer favorável à regularização da cessão, a título não oneroso, do mencionado espaço físico à assessoria parlamentar do INMETRO, nos termos da instrução processual.”; 4.3 – **Processo nº 137.116/2010**. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 12: “Trata-se de solicitação da Assessoria Parlamentar do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para que possa continuar utilizando o espaço físico localizado no Edifício Deputado Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), sala 187-B, com área de 2,39m². Consoante o inciso III do parágrafo único do art. 2º do Ato da Mesa n. 61/2005, há expressa previsão legal para concessão de área a título não oneroso para entidades com o perfil da requerente, *verbis*: “Parágrafo único. A outorga a título não oneroso poderá ser permitida às seguintes entidades: (...) III – assessorias parlamentares de órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.” A Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 68 do Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80/2001, ratificou a minuta do Termo de Autorização de Uso elaborada pelo Departamento de Material e Patrimônio, acostada às fls. 8 e 9, consoante parecer jurídico de fls. 11. Nos termos do art. 2º do Ato da Mesa n. 7/2007, que alterou o Ato da Mesa n. 61/2005, compete à Mesa Diretora autorizar a cessão de espaços com vistas à regularização das ocupações já existentes, *verbis*: “Art. 2º Para regularização das ocupações existentes, a Administração da Casa, após a autorização da Mesa para a cessão do espaço, elaborará o respectivo instrumento de outorga, dará ciência ao usuário para a sua assinatura e implementará o procedimento de cobrança.” Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução.”; 4.4 – **Processo nº 127.831/2010**. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, à fl. 31: “Trata o presente processo de concessão de espaço físico nas dependências desta Casa à Advocacia-

-Geral da União, a título não oneroso, em decorrência do Acordo de Cooperação Técnica n. 2010/071.0, firmado com a Câmara dos Deputados, a fim de promover a defesa dos interesses desta instituição perante o Poder Judiciário. Após manifestação favorável desta Secretaria, o Senhor Presidente autorizou (fls. 4) a cessão, *ad referendum* da Mesa, da sala n° 385 do Anexo III desta Casa, para uso dos servidores daquele órgão público, nos termos do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Posteriormente, foram autorizados à Advocacia-Geral da União o acesso à rede de dados da Câmara dos Deputados (Portaria/DG n. 34/2009) e a cessão de bens móveis para compor o gabinete, descritos em Termo de Responsabilidade de Cessão Temporária de Bens (fls. 28), a teor do art. 11 do Ato da Mesa n°63/1997. Após análise da matéria, a Diretoria-Geral restituiu os autos a esta Secretaria para que a decisão de fls. 4 seja encaminhada à ratificação da douta Mesa Diretora. À vista do exposto, em observância ao art. 1° da Portaria n° 69/2007, esta Secretaria submete a matéria à deliberação do Colegiado, a fim de que proceda à ratificação da referida autorização de cessão, nos termos da instrução processual”. Neste momento, retirou-se da sala de reuniões o Senhor Deputado Geraldo Resende, Primeiro Suplente de Secretário, retornando o Senhor Deputado Sérgio Moraes, Quarto Suplente de Secretário. **V – PAUTA DO SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO.** Sua Excelência o Senhor Deputado Jorge Tadeu Mudalen informou a respeito do “Prêmio Dr. Pinotti – Hospital Amigo da Mulher”, que encaminhara memorando aos Líderes partidários para indicação de um representante para constituição, ainda no mês de março, do Conselho para apreciação das indicações feitas e escolha dos três agraciados; propôs, ainda, que a solenidade de entrega das medalhas se realize no dia 25 de maio. Após observações do Senhor Deputado Inocêncio de Oliveira, Terceiro Secretário, e da Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente, sobre o local e horário da cerimônia, o Senhor Presidente Marco Maia considerou a possibilidade de o ato ser realizado em local diverso do Plenário Ulysses Guimarães. A respeito da medalha “Mérito Legislativo Câmara dos Deputados”, o Senhor Deputado Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário, informou sobre quais parlamentares podem indicar personalidades a serem agraciadas e sugeriu os dias 22 ou 23 de novembro para realização da solenidade de entrega, tendo os Membros da Mesa optado pelo dia 23 de novembro, quarta-feira. Em continuação, o Senhor Deputado Jorge Tadeu Mudalen submeteu à Mesa solicitação do Deputado Antônio Brito de reposição de medalha “Mérito Legislativo Câmara dos Deputados”

concedida a seu pai, Dr. Edvaldo Pereira de Brito, que fora furtada. Submetido a votos, o pedido foi aprovado por unanimidade. Por último, o Senhor Segundo Secretário deu conhecimento aos Membros da Mesa das atividades desenvolvidas por sua Secretaria, consistentes do estágio visita (previsão de oito edições) e do estágio universitário (convênio com nove universidades em Brasília, com um total geral de 213 vagas). **VI – PAUTA DO SENHOR TERCEIRO SECRETÁRIO.** O Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, explanou o **Processo n° 140.968/2010**, nos termos do seu parecer, exarado às fls. 10/15, conforme a seguir: “Trata-se de solicitação apresentada pelo Deputado Walter Tosta, visando a liberação de cota extra de passagem aérea para assessor parlamentar que acompanhará o referido parlamentar em suas viagens, em virtude do congressista ser portador de necessidades especiais. A Coordenação de Gestão da Cota Parlamentar (COGEP), através da manifestação de fls. 04/05, especificamente quanto à concessão de cota extra, nos termos do Ato da Mesa n° 43/2009, assim se pronunciou: “Os valores da CEAP são variáveis por estado da federação. Para os deputados da Minas Gerais, o valor da cota é de R\$ 27.049,62, conforme Anexo ao Ato da Mesa no 43/2009. Observe-se que o único adicional de cota previsto no regimento da CEAP corresponde a R\$ 1.244,54, sendo concedido apenas aos deputados que se encontrem no efetivo exercício de cargos de liderança ou de presidência e vice-presidência em Comissão Permanente, nos termos do art. 1°, § 1° do citado ato legal.” Por sua vez, no tocante ao custeio das passagens para uso por assessor parlamentar, a COGEP emitiu parecer nos seguintes termos: «(...) Dessa forma, despesas com passagens aéreas para terceira pessoa, com vistas ao acompanhamento em viagens realizadas em função do exercício da atividade parlamentar, conforme exposto pelo requerente, podem ser realizadas mediante utilização dos recursos da CEAP, desde que tal pessoa seja assessor parlamentar, nos termos do referido preceito legal.” Os autos foram encaminhados à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados, que, através de sua Assessoria Técnica, pronunciou-se acerca da CEAP e o exercício do mandato parlamentar, às fls. 07/08, cumprindo consignar: “Contudo, visto que o valor da CEAP é uniforme para os parlamentares do mesmo estado e que não há previsão de cota extra para a finalidade em questão, pode-se entender que os parlamentares portadores de necessidades especiais, que dependam, por recomendação médica expressa, de acompanhamento de outra pessoa durante suas locomoções, sofrem redução nominal em suas respectivas CEAP’s, pois terão de despendar recursos em dobro para atividades que

habitualmente gerariam despesas apenas relativas ao próprio parlamentar.” Cumpre destacar, ainda, que a exemplo do interessado nestes autos, Deputado Walter Tosta, ainda foram eleitas as Deputadas Rosinha da ADEFAL e Mara Gabrilli, ambas portadoras de necessidades especiais, razão pela qual se deve buscar uma solução para o presente caso, bem como eventuais casos que venham a se apresentar, seja pelas mencionadas Deputadas, ou até mesmo outros Deputados Federais que venham assumir os respectivos mandatos. Ocorre que o Ato da Mesa nº 43/2009 nada menciona acerca da possibilidade de liberação de cota extra para as despesas com passagens aéreas para assessor parlamentar acompanhar Deputado Federal portador de necessidade especial. Contudo, não podemos tangenciar o assunto posto em debate, especialmente pelo fato de que os portadores de necessidade especial possuem crescente atenção do Poder Público e da sociedade, para fins de se possibilitar o justo e pleno exercício de seus direitos. Para fins de demonstrar o compromisso estatal com a política de defesa dos direitos dos portadores de necessidades especiais, convém cotar trechos do Decreto legislativo nº 186/2008, pelo qual restou aprovado o texto da Convenção sobre Direitos das Pessoas com deficiência, pelo que vejamos: “*Artigo 29. Participação na vida política e pública. Os Estados Partes garantirão às pessoas com deficiência direitos políticos e oportunidade de exercê-los em condições de igualdade com as demais pessoas, e deverão: a) Assegurar que as pessoas com deficiência possam participar efetiva e plenamente na vida política e pública, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos, incluindo o direito e a oportunidade de votarem e serem votadas, mediante, entre outros: I) Garantia de que os procedimentos, instalações e materiais e equipamentos para votação serão apropriados, acessíveis e de fácil compreensão e uso; II) Proteção do direito das pessoas com deficiência ao voto secreto em eleições e plebiscitos, sem intimidação, e a candidatar-se nas eleições, efetivamente ocupar cargos eletivos e desempenhar quaisquer funções públicas em todos os níveis de governo, usando novas tecnologias assistivas, quando apropriado; III) Garantia da livre expressão de vontade das pessoas com deficiência como eleitores e, para tanto, sempre que necessário e a seu pedido, permissão para que elas sejam auxiliadas na votação por uma pessoa de sua escolha; b) Promover ativamente um ambiente em que as pessoas com deficiência possam participar efetiva e plenamente na condução das questões públicas, sem discriminação e em igualdade de oportunidades com as demais pes-*

soas, e encorajar sua participação nas questões públicas, mediante: I) Participação em organizações não-governamentais relacionadas com a vida pública e política do país, bem como em atividades e administração de partidos políticos; II) Formação de organizações para representar pessoas com deficiência em níveis internacional, regional, nacional e local, bem como a filiação de pessoas com deficiência a tais organizações. Frise-se que constitucionalmente está garantida à proteção dos direitos dos portadores de necessidades especiais, tendo sido consignado na Constituição Federal de 1988: “*Art. 1º – A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático e tem como fundamentos: III – a dignidade da pessoa humana*”. *Art. 3º – “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”*. Podemos destacar ainda a existência do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, um benefício da assistência social, integrante do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pago pelo Governo Federal e assegurado pela Lei nº 8.742/93, em seu art. 2º, inciso V, que permite o acesso de pessoas com deficiência às condições mínimas de uma vida digna. Verifica-se que o objetivo principal é diminuir a desigualdade social, habilitando os deficientes e gerando, assim, a integração destes com a sociedade e, consequentemente, desestimulando a exclusão. A própria legislação previdenciária igualmente contempla proteção aos portadores de necessidades especiais, ao estabelecer no art. 45 da Lei nº 8.213/91 um adicional de 25% sobre o valor do benefício previdenciário para os aposentados por invalidez que necessitem de assistência permanente. Ou seja, o INSS reconhece o dever estatal de assegurar ao PNE condições de integração na vida social, bem como o exercício dos respectivos direitos, inerentes ao respeito ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, mormente, pelo fato de que os portadores de necessidades especiais, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível. Dessa feita, é nosso dever propiciar, através de todos os meios possíveis, condições para a total inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais, o que no caso em análise significa permitir o pleno e regular exercício do mandato parlamentar, legitimamente conferido pelos cidadãos brasileiros. O Deputado Federal Walter Tosta

(PMN/MG), em razão de ser PNE, necessita de constante acompanhamento, inclusive durante os seus deslocamentos do Estado de Minas Gerais para o Distrito Federal e no seu retorno, razão pela qual manifesto minha posição favorável ao requerimento formulado, nos seguintes termos: 1) Fica autorizada a emissão de passagem aérea em nome de acompanhante, em razão dos cuidados especiais exigidos para o parlamentar, no limite de 04 (quatro) bilhetes aéreos mensais de ida e volta, por ocasião do deslocamento entre o respectivo Estado de Origem e o Distrito Federal, bem como de seu regresso; 2) A pessoa que acompanhará o parlamentar necessita possuir vínculo com os quadros funcionais da Câmara dos Deputados, nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato da Mesa nº 43/2009; 3) Para fins de cientificação da Câmara dos Deputados acerca das passagens aéreas emitidas, deverá ser observado o contido no §5º do art. 5º do Ato da Mesa nº 43/2009; 4) O parlamentar emitirá a passagem aérea diretamente por sua Cota para Exercício da Atividade Parlamentar, requerendo em seguida à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados o reembolso/ressarcimento da quantia utilizada à CEAP, de modo a não prejudicar as demais despesas passíveis de custeio pela referida cota. Ademais, por se encontrarem as Deputadas Federais Rosinha da ADEFAL (PTdoB/AL) e Mara Gabrilli (PSDB/SP) em situação análoga à do ora requerente, julgo ser necessária a extensão dos efeitos da decisão no presente caso às mesmas, para fins de deferir em prol das mencionadas parlamentares autorização de emissão de passagem aérea em prol de pessoa acompanhante, com base nos fundamentos acima expostos. Com essas informações, submeto a questão à apreciação de Vv. Exas., manifestando-me pelo deferimento, em caráter excepcional.”. Discutidas as peculiaridades que envol-

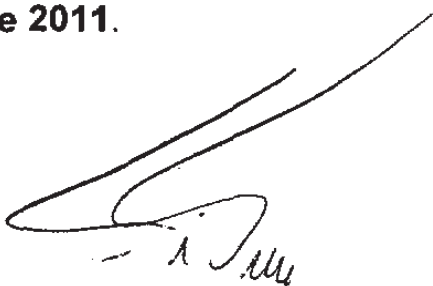
vem a questão, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer supra. Com a palavra, o Senhor Deputado Júlio Delgado, Quarto Secretário, comunicou, inicialmente, que a entrega dos primeiros prédios reformados da Superquadra Norte 302 terá início no final deste mês e concluída em julho. Informou também que dos dezoito Parlamentares notificados antes do carnaval para desocupação dos imóveis residenciais de propriedade da Câmara dos Deputados, apenas sete ainda não os tinham entregado. Acrescentou que a próxima providência a ser adotada pela Quarta Secretaria será a publicação de portaria tornando sem efeito o ato de ocupação, o que possibilitará o ingresso da competente ação de reintegração. À sugestão do Senhor Deputado Inocêncio Oliveira no sentido de que o prazo de entrega fosse prorrogado por mais trinta dias, o Senhor Deputado Júlio Delgado fez ver que se, em 2007, trezentos Deputados tinham requerido auxílio-moradia e duzentos, apartamentos funcionais, a equação agora se invertera: trezentos Deputados tinham optado por apartamentos funcionais e duzentos por auxílio-moradia, e que existia um déficit de cento e quarenta e quatro unidades. O Senhor Presidente Marco Maia concordou em manter a decisão do Deputado Júlio Delgado e a adoção das providências necessárias no sentido da desocupação, acompanhado pelos demais Membros da Mesa. Nada mais havendo a tratar, às onze horas e quinze minutos, o Senhor Presidente Marco Maia declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, , Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. – **Marco Maia**, Presidente.

Secretaria-Geral da Mesa

Ata da 1ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada no dia 16 de março de 2011.

Em 20/abril/2011

Publique-se.



Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida
Secretário-Geral da Mesa

ATAS DA MESA

PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA QUINQUAGÉSIMA QUARTA LEGISLATURA**Ata da segunda reunião ordinária da Mesa
Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em
5 de maio de 2011**

Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e onze, às dez horas, na Sala de Reuniões do Espaço Cultural, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Se-nhor Deputado Marco Maia, Presidente. Presentes no início da reunião a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente, e os Senhores Deputados Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente; Eduardo Gomes, Primeiro Secretário; Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário; Júlio Delgado, Quarto Secretário; Geraldo Resende, Primeiro Suplente de Secretário; Carlos Eduardo Cadoca, Terceiro Suplente de Secre-tário; e Nelson Marquezelli, Procurador Parlamentar.

Ausentes justificadamente os Senhores Deputados Inocêncio Oliveira, Terceiro Secretário, e Sérgio Moraes, Quarto Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente Marco Maia declarou abertos os trabalhos, passando à apreciação da pauta. I – PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE. Expostos os itens 1 e 2, a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade: 1) baixar o Ato da Mesa que “dispõe sobre o Gabinete de Arte da Câmara dos Deputados e dá outras providências”, instruído no Processo nº 137.267/2009; e 2) desarquivar o Projeto de Resolução nº 137, de 2008, de autoria da Mesa Diretora, que “dá nova redação ao art. 212 do Regimento Interno, dispondo sobre a formação de publicação dos projetos de consolidação”, por solicitação do Deputado José Mentor, Coordenador do Grupo de Trabalho de Consolidação das Leis, conforme Of. nº 2/GTCL, nos termos a seguir: “Senhor Presidente, Ao tempo em que cumprimento Vossa Excelência, sirvo-me deste para solicitar que Vossa Excelência requeira o desarquivamento do PRC 137/2008, de autoria da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, que “dá nova redação ao art. 212 do Regimento Interno, dispondo sobre a forma de publicação dos projetos de consolidação”. 2. Vale ressaltar que a proposição é de absoluto interesse deste Grupo de Trabalho, eis que altera os termos do §2º do art. 212 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados a fim de dispensar a obrigatoriedade de publicação integral da matéria no Diário Oficial da União, uma vez que a íntegra do projeto, além de ser publicada no Diário da Câmara dos Deputados, constará disponível no Portal desta Casa”. Em seguida, a Mesa Diretora ratificou, por unanimidade, os despachos favoráveis do Senhor Presidente Marco Maia, ad referendum, exarados nos seguintes expedientes referentes a reembolso de despesas médico-hospitalares, cessão de servidor, nomeação de servidor, requerimento de moção, missão autorizada e requerimento de informação: 1.1- Processo nº 105.707/2011, de interesse do Deputado Fábio Faria (despacho favorável à fl. 15); 1.2- Processo nº 108.639/2011, de interesse do Deputado Zé Vieira (despacho favorável à fl. 39); 1.3- Processo nº 109.428/2011, de interesse do Deputado Fábio Faria (despacho favorável à fl. 19); 1.4- Processo nº 110.820/2011, de interesse do Deputado Paes Landim (despacho favorável à fl. 20). 2- Cessão de servidor: 2.1- Processo nº 106.638/2011. Despacho favorável exarado à fl. 9: “Em 24/2/2011. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, José Sarney, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a cessão do servidor Flávio José Barbosa de Alencastro, ponto Nº 5.608, Técnico Legislativo - atribuição Assistente Ad-

ministrativo, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico, SF-02, no Gabinete do Senador Aécio Neves, com ônus para esta Casa, de acordo com os despachos do Departamento de Pessoal (fls. 3 a 6), da Diretoria de Recursos Humanos (fl. 7) e da Diretoria-Geral (fl. 8), nos termos do art. 93 da Lei Nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 2.2 - Processo nº 108.692/2011. Despacho favorável exarado à fl. 10: “Em 14/3/2011. Atendendo à solicitação do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a cessão da servidora Christina Elizabeth Araripe de Almeida, ponto Nº 5.938, Técnico Legislativo - atribuição Agente de Encadernação e Douração, lotada na Secretaria-Geral da Mesa, com afastamento pelo período de até 1 (um) ano, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assistente Parlamentar, código AP-03, no Gabinete do Senador Aécio Neves, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações do Departamento de Pessoal (fls. 3 a 6) e manifestação favorável da Diretoria-Geral (fls. 7 e 8), nos termos do art. 93 da Lei Nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 2.3 - Processo nº 113.287/2011. Despacho favorável exarado à fl. 14: “Em 12/4/2011. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, José Sarney, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a cessão da servidora Sabá Cordeiro de Monteiro Chagas Filha de Oliveira, ponto Nº 5.867, Analista Legislativo — atribuição Taquígrafo Legislativo, lotada no Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação (Detaq), para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, SF01, no gabinete do Senador Ciro Nogueira, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações dos órgãos técnicos (fls. 5 a 10) e das manifestações favoráveis do órgão de lotação e da Diretoria-Geral (fls. 3, 11 e 12), nos termos do art. 93 da Lei Nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. 3 - Nomeação de servidor: 3.1 - Processo nº 106.775/2011. Despacho favorável à fl. 3: “Em 18/2/2011. Trata-se de indicação do Chefe de Gabinete do Presidente para que o servidor Mauro Cunha Batista de Deus, ponto Nº 4.988, exerça a função comissionada de Assessor Técnico, nível FC-07, naquele órgão. O Departamento de Pessoal esclarece que o servidor, lotado no Gabinete do Terceiro-Secretário, ocupa o cargo efetivo de Técnico Legislativo — atribuição Adjunto Parlamentar - Secretaria, e que não possui o requisito previsto no artigo 14 da Resolução Nº

21/1992, qual seja, certificado de conclusão de curso superior ou qualquer habilitação legal equivalente. Entretanto, a Resolução n.43/2006 autoriza o Presidente da Câmara dos Deputados a dispensar, ad referendum da Mesa, a escolaridade de nível superior, exigida em atos internos da Casa, para a designação de acesso às funções comissionadas de Direção e Assessoramento. Dessa forma, e não obstante o disposto na Resolução Nº 21/1992, autorizo, em caráter excepcional, ad referendum da Mesa, o provimento da função de Assessor Técnico, nível FC-07, pelo referido servidor, no Gabinete do Presidente, a partir de 14 de fevereiro de 2011, nos termos do despacho do Diretor do Departamento de Pessoal (fl. 2). Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 3.2 - Processo nº 109.930/2011. Despacho favorável à fl. 8: “Em 30/03/2011. Trata-se de indicação da Primeira-Vice-Presidente, Deputada Rose de Freitas, para que Suzi Raquel Barbosa exerça o cargo de natureza especial de Secretário Particular, CNE-07, naquele órgão. O Departamento de Pessoal esclarece que a indicada não atende o requisito do artigo 4º da Lei Nº 5.901/1973, que prevê a exigência de curso universitário para o provimento de cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS), da Câmara dos Deputados. Entretanto, a Resolução Nº 43/2006 autoriza o Presidente da Casa a dispensar, ad referendum da Mesa, a escolaridade de nível superior, exigida em atos internos, para a designação de acesso às funções comissionadas de Direção e Assessoramento e, por extensão, conforme processo Nº 2007/122698, aos Cargos de Natureza Especial. Dessa forma, autorizo, em caráter excepcional, ad referendum da Mesa, o provimento do cargo em comissão de Secretário Particular, CNE-07, pela referida indicada, naquela Primeira-Vice-Presidência, nos termos dos despachos do Diretor do Departamento de Pessoal (fls. 4 e 5) e do Diretor-Geral (fls. 6 e 7). Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 3.3 - Processo nº 113.500/2011. Despacho favorável à fl. 4: “Em 6/4/2011. Trata-se de indicação do Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para que Marizilda Soares exerça o cargo de natureza especial de Assessor Técnico, CNE-07, naquela Comissão. Embora a indicada não preencha o requisito do artigo 4º da Lei Nº 5.901/1973, que prevê a exigência de curso universitário para o provimento de cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) da Câmara dos Deputados, a Resolução Nº 43/2006 autoriza o Presidente da Casa a dispensar, ad referendum da Mesa, a escolaridade de nível superior, exigida em atos internos, para a designação de acesso a tais funções comissionadas e, por extensão, conforme pro-

cesso Nº 2007/122698, aos Cargos de Natureza Especial. Dessa forma, autorizo, e caráter excepcional, ad referendum da Mesa, o provimento do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, pela referida indicada, naquela Comissão. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 3.4 - Processo nº 113.904/2011. Designação do servidor RICARDO SOARES DE ALMEIDA, ponto nº 4396, ocupante de cargo da Categoria de Analista Legislativo - atribuição Contador, Classe Especial, Padrão 45, para exercer a função comissionada de Secretário de Controle Interno, FC-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados. 4 - Requerimento de Moção: REQ Nº 1221, de 2011, que expressa solidariedade com as famílias das crianças do bairro de Realengo, no Rio de Janeiro, vítimas de um ato de crueldade cometido na Escola Municipal Tasso da Silveira. 5 - Relatório de Missão Autorizada nº 3, de 2011, da Presidência. Missões oficiais autorizadas por meio de ofícios - GPO nºs, de 2011: 486, 534 a 537, 548 a 550, 553, 556, 562 a 566, 568, 582, 585 a 587, 589, 592, 597, 598, 601, 624, 625, 628, 646 a 648, 661, 662, 664, 667, 687, 711 a 713, 715, 719, 721 a 725, 738 a 745, 752, 757, 758, 763, 774, 783, 785, 787, 789, 801 a 805, 865 a 872, 874, 876, 878, 886, 888 a 892, 917 a 919, 921 a 924, 929, 937, 939, 945, 951 a 953, 955 a 959, 968, 995, 1004 a 1008, 1010, 1012 a 1023, 1029 a 1031, 1033, 1044, 1046 a 1056, 1084, 1085, 1091, 1092, 1101, 1106, 1107, 1117, 1119, 1121 a 1125, 1130, 1176, 1177, 1188 a 1199, 1884 e 1885. 6 - Relatório de Requerimentos de Informação, despachados ad referendum da Mesa Diretora, nos termos dos pareceres da Relatora, Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente: 1 - Nº 142/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de PLÁCIDO DE CASTRO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 2 - Nº 143/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de PORTO ACRE, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 3 - Nº 144/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de PORTO WALTER, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 4 - Nº 145/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de

Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de MARECHAL THAUMATURGO, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 5 - Nº 146/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de MANOEL URBANO, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 6 - Nº 147/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de MÂNCIO LIMA, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 7 - Nº 148/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de CAPIXABA, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 8 - Nº 149/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de BUJARI, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 9 - Nº 150/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de BRASILÉIA, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 10 - Nº 151/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de ASSIS BRASIL, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 11 - Nº 152/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de ACRELÂNDIA, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 12 - Nº 153/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de XAPURI, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 13 - Nº 154/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de TARAUCÁ, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 14 - Nº 155/11 - da Sra. Antônia

Lúcia - que "solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de SENADOR GUIOMARD, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 15 - Nº 156/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de SENA MADUREIRA, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 16 - Nº 157/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de SANTA ROSA DO PURUS, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 17 - Nº 158/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de RODRIGUES ALVES, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 18 - Nº 159/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de RIO BRANCO, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 19 - Nº 160/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de JODÃO, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 20 - Nº 161/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de FEIJÓ, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 21 - Nº 162/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de EPITACIOLÂNDIA, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 22 - Nº 164/11 - do Sr. Eduardo da Fonte - que "solicita ao Ministro de Estado das Minas e Energia informações sobre o Atlas Eólico Nacional". Parecer: pela aprovação; 23 - Nº 165/11 - do Sr. Duarte Nogueira - que "solicita informações ao Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União - CGU sobre auditorias realizadas nos projetos do Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte". Parecer: pela aprovação; 24 - Nº 166/11 - do Sr. Alfredo Sirkis - que

“solicita informações ao Senhor Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, informações sobre acidentes ocorridos nas usinas nucleares de Angra 1 e 2, da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto”. Parecer: pela aprovação; 25 - Nº 224/11 - do Sr. José Priante - que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa informações sobre o fechamento de escritórios da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)”. Parecer: pela aprovação; 26 - Nº 225/11 - do Sr. Silas Câmara - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, acerca de Programas de combate ao tráfico de drogas e de recuperação de dependentes químicos”. Parecer: pela aprovação; 27 - Nº 226/11 - do Sr. Silas Câmara - que “solicita informações ao Ministério da Justiça, acerca de Programas de combate ao tráfico de drogas e de recuperação de dependentes químicos”. Parecer: pela aprovação; 28 - Nº 227/11 - do Sr. Silas Câmara - que “solicita informações a Presidência da República, por meio do Gabinete de Segurança Institucional, acerca de Programas de combate ao tráfico de drogas e de recuperação de dependentes químicos”. Parecer: pela aprovação; 29 - Nº 229/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre a implantação e efetivo funcionamento da Zona de Processamento de Exportações - ZPE’s para o município de RIO BRANCO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 30 - Nº 230/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre a implantação e efetivo funcionamento da Zona de Processamento de Exportações - ZPE’s para o município de CRUZEIRO DO SUL, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 31 - Nº 231/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre a implantação e efetivo funcionamento da Zona de Processamento de Exportações - ZPE’s para o município de SENADOR GUIOMARD, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 32 - Nº 232/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Cenesp”; “Rede Cedes”; “Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de EPITACIO-LÂNDIA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 33 - Nº 233/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Ce-

nesp”; “Rede Cedes”; “Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de MARECHAL THAUMATURGO no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 34 - Nº 234/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Cenesp”; “Rede Cedes”; “Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de PLÁCIDO DE CASTRO no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 35 - Nº 235/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Cenesp”; “Rede Cedes”; “Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de PORTO ACRE no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 36 - Nº 236/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Cenesp”; “Rede Cedes”; “Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de PORTO WALTER no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 37 - Nº 237/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Cenesp”; “Rede Cedes”; “Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de ACRELÂNDIA no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 38 - Nº 238/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Cenesp”; “Rede Cedes”; “Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de ASSIS BRASIL no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 39 - Nº 239/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Cenesp”; “Rede Cedes”; “Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de BRASILÉIA no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 40 - Nº 240/11 - da Sra. Antônia Lúcia

- que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Cenesp”; “Rede Cedes”; “Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de BUJARI no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 41 - Nº 241/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Cenesp”; “Rede Cedes”; “Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de CAPIXABA no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 42 - Nº 242/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Cenesp”; “Rede Cedes”; “Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de CRUZEIRO DO SUL no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 43 - Nº 243/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Cenesp”; “Rede Cedes”; “Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de FEIJÓ no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 44 - Nº 244/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Cenesp”; “Rede Cedes”; “Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de JORDÃO no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 45 - Nº 245/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Cenesp”; “Rede Cedes”; “Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de MÂNCIO LIMA no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 46 - Nº 246/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Cenesp”; “Rede Cedes”;

“Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de MANOEL URBANO no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 47 - Nº 247/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Cenesp”; “Rede Cedes”; “Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de RIO BRANCO no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 48 - Nº 248/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Cenesp”; “Rede Cedes”; “Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de RODRIGUES ALVES no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 49 - Nº 249/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Cenesp”; “Rede Cedes”; “Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de SANTA ROSA DO PURUS no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 50 - Nº 250/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Cenesp”; “Rede Cedes”; “Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de SENA MADUREIRA no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 51 - Nº 251/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Cenesp”; “Rede Cedes”; “Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de SENADOR GUIOMARD no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 52 - Nº 252/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Cenesp”; “Rede Cedes”; “Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de TARAUCÁ no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 53 - Nº 253/11 - da Sra. Antônia Lúcia

- que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: “Segundo Tempo”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Pintando a Liberdade”; “Pintando a Cidadania”; “Bolsa Atleta”; “Descoberta do Talento Esportivo”; “Cenesp”; “Rede Cedes”; “Praça da Juventude” e “Praças do PAC”; realizados e previstos para o município de XAPURI no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 54 - Nº 254/11 - do Sr. Ricardo Tripoli - que “solicita Informações ao Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia sobre o credenciamento de instituições para realizar experimentos com animais em laboratórios”. Parecer: pela aprovação; 55 - Nº 255/11 - do Sr. Davi Alcolumbre - que “solicita informações à Polícia Federal, através do Ministério da Justiça”. Parecer: pela aprovação; 56 - Nº 256/11 - do Sr. Davi Alcolumbre - que “solicita informações ao Ministério da Previdência Social”. Parecer: pela aprovação; 57 - Nº 257/11 - do Sr. Davi Alcolumbre - que “solicita informações ao Ministério do Trabalho e Emprego”. Parecer: pela aprovação; 58 - Nº 258/11 - do Sr. Weliton Prado - que “solicita informações ao Ministério das Minas e Energia, no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), sobre o plano de fiscalização dos serviços prestados pela CEMIG, concessionária de energia elétrica de Minas Gerais”. Parecer: pela aprovação; 59 - Nº 259/11 - do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame - que “solicita informações a Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre o processo de desapropriação da Fazenda São Gabriel, que era de propriedade da família Bumlai, localizada no município de Corumbá - MS, adquirida pelo INCRA em 2005”. Parecer: pela aprovação; 60 - Nº 260/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC realizadas e previstas para o município de CRUZEIRO DO SUL, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 61 - Nº 261/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de ACRELÂNDIA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 62 - Nº 262/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de CRUZEIRO DO SUL, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 63 - Nº 263/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de EPITACIOLÂNDIA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 64 - Nº 264/11 - da Sra. An-

tônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de FEIJÓ, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 65 - Nº 265/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de JORDÃO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 66 - Nº 266/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de RIO BRANCO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 67 - Nº 267/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de RODRIGUES ALVES, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 68 - Nº 268/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de SANTA ROSA DO PURUS, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 69 - Nº 269/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de SENA MADUREIRA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 70 - Nº 270/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de SENADOR GUIOMARD, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 71 - Nº 271/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de TARAUCÁ, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 72 - Nº 272/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de XAPURI, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 73 - Nº 273/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de ASSIS BRASIL, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 74 - Nº 274/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto

aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de BRASILÉIA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 75 - Nº 275/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de BUJARI, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 76 - Nº 276/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de CAPIXABA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 77 - Nº 277/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de MÂNCIO LIMA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 78 - Nº 278/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de MARECHAL THAUMATURGO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 79 - Nº 279/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de PLÁCIDO DE CASTRO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 80 - Nº 280/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de PORTO ACRE, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 81 - Nº 281/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de PORTO WALTER, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 82 - Nº 282/11 - do Sr. Jair Bolsonaro - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre atendimentos médico, odontológico e hospitalar devidos aos militares e pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal”. Parecer: pela aprovação; 83 - Nº 283/11 - do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame - que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário com relação ao Programa de Reforma Agrária no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 84 - Nº 284/11 - do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame - que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura sobre práticas fraudulentas em operações de pagamento de

bônus do governo a compradores de milho, do Programa “Prêmio de Escoamento de Produto - PEP””. Parecer: pela aprovação; 85 - Nº 285/11 - do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde a respeito das estimativas das despesas orçamentárias para o quinquênio de 2011 a 2015, referente à imunização de mulheres na faixa etária de 9 a 26 anos com a vacina contra o papilomavírus humano (HPV), na rede pública do Sistema Único de Saúde”. Parecer: pela aprovação; 86 - Nº 286/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto aos programas: “Saúde da Família” e “Unidades de Pronto Atendimento - UPA’s” direcionados para o município de MANOEL URBANO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 87 - Nº 287/11 - da Sra. Professora Dorinha Seabra Rezende - que “solicita o envio pelo Ministério de Estado da Educação à Câmara dos Deputados o diagnóstico da realidade educacional brasileira que fundamenta o Projeto de Lei nº 8.035, que “aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências””. Parecer: pela aprovação; 88 - Nº 288/11 - do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame - que “solicita informações ao Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República sobre a recuperação da Imagem do Cristo Morto, para a Presidência da República”. Parecer: pela aprovação; 89 - Nº 289/11 - do Sr. Sarney Filho - que “solicita ao Sr. Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, informações sobre fiscalização e segurança das usinas nucleares”. Parecer: pela aprovação; 90 - Nº 290/11 - do Sr. Sarney Filho - que “solicita ao Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, Aluizio Mercadante, informações sobre fiscalização e segurança das usinas nucleares”. Parecer: pela aprovação; 91 - Nº 292/11 - do Sr. Alceu Moreira - que “requer informações do Ministério das Cidades quanto às recentes alterações no Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV - que altera as exigências para contratação de financiamento de imóveis”. Parecer: pela aprovação; 92 - Nº 293/11 - do Sr. Flaviano Melo - que “solicita informações à Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, acerca dos cortes anunciados de R\$ 5,1 bilhões na previsão de gastos para 2011 do Programa Minha Casa Minha Vida e o corte específico previsto para execução do referido Programa no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 93 - Nº 294/11 - do Sr. João Dado - que “solicita ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 4.593 de 2004”. Parecer: pela aprovação; 94 - Nº 295/11 - do Sr. João Dado - que “solicita ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da isenção

do IPI para os veículos de transporte de carga”. Parecer: pela aprovação; 95 - Nº 296/11 - do Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto - que “solicita informações à Ministra-Chefe da Secretaria de Comunicação Social, Sra. Helena Chagas, sobre contrato firmado entre a Empresa Brasil de Comunicação - EBC e a Tecnet Comércio e Serviços Ltda”. Parecer: pela aprovação; 96 - Nº 297/11 - do Sr. Fernando Jordão - que “solicita informações ao Sr. Ministro Chefe da Casa Civil, Dr. Antônio Palocci Filho, a respeito do andamento do Anteprojeto de Lei, que dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Política Nuclear e da Agência Reguladora Nuclear Brasileira, enviado àquele ministério em maio de 2009”. Parecer: pela aprovação; 97 - Nº 298/11 - da Sra. Rosane Ferreira - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Minas e Energia a respeito do oleoduto ligando os terminais de São Francisco do Sul (SC), Paranaguá (PR) e Biguaçu (SC) à Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR) em Araucária, Paraná”. Parecer: pela aprovação; 98 - Nº 299/11 - da Sra. Mara Gabrilli - que “requer que sejam prestadas informações pelo Sr. Ministro da Defesa acerca do cumprimento da Resolução Nº 009 de 05 de Junho de 2007 da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC”. Parecer: pela aprovação; 99 - Nº 300/11 - do Sr. Stepan Nercessian - que “solicita informações do Senhor Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre o ProUni”. Parecer: pela aprovação; 100 - Nº 301/11 - do Sr. Roberto de Lucena - que “solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça sobre o efetivo e a atuação da Polícia Federal nos Postos de Controle de Fronteiras com a Colômbia”. Parecer: pela aprovação; 101 - Nº 302/11 - do Sr. João Dado - que “solicita ao Ministério das Relações Exteriores informações sobre as exigências consulares norte-americanas para concessão de visto às autoridades brasileiras”. Parecer: pela aprovação; 102 - Nº 303/11 - do Sr. Ivan Valente - que “requer informações ao Ministro de Estado das Comunicações acerca da reestruturação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”. Parecer: pela aprovação; 103 - Nº 304/11 - do Sr. Silas Câmara - que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia, por meio da Eletrobrás Amazonas Energia, Eletrobrás Distribuição Acre, CEA - Companhia de Eletricidade do Amapá, COPEL - Companhia Paraense de Energia, Eletrobrás Distribuição Rondônia, e CERR - Companhia Energética de Roraima, acerca dos recursos que foram destinados a publicidade no ano de 2010”. Parecer: pela aprovação; 104 - Nº 305/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que “solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - “Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil”,

realizadas e previstas para o município de PORTO WALTER, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 105 - Nº 306/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que “solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - “Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil”, realizadas e previstas para o município de PORTO ACRE, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 106 - Nº 307/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que “solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - “Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil”, realizadas e previstas para o município de PLÁCIDO DE CASTRO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 107 - Nº 308/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que “solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - “Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil”, realizadas e previstas para o município de XAPURI, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 108 - Nº 309/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que “solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - “Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil”, realizadas e previstas para o município de TARAUCÁ, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 109 - Nº 310/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que “solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - “Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil”, realizadas e previstas para o município de SENADOR GUIOMARD, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 110 - Nº 311/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que “solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - “Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil”, realizadas e previstas para o município de SENA MADUREIRA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 111 - Nº 312/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que “solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - “Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil”, realizadas e previstas para o município de SANTA ROSA DO PURUS, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 112 - Nº 313/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que “solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - “Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil”, realizadas e pre-

vistas para o município de RODRIGUES ALVES, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 113 - Nº 314/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - "Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil", realizadas e previstas para o município de RIO BRANCO, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 114 - Nº 315/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - "Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil", realizadas e previstas para o município de MANOEL URBANO, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 115 - Nº 316/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - "Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil", realizadas e previstas para o município de MÂNCIO LIMA, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 116 - Nº 317/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - "Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil", realizadas e previstas para o município de MARECHAL THAUMATURGO, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 117 - Nº 318/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - "Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil", realizadas e previstas para o município de JORDÃO, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 118 - Nº 319/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - "Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil", realizadas e previstas para o município de FEIJÓ, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 119 - Nº 320/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - "Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil", realizadas e previstas para o município de CRUZEIRO DO SUL, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 120 - Nº 321/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - "Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil", realizadas e previstas para o município de CA-

PIXABA, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 121 - Nº 322/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - "Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil", realizadas e previstas para o município de BUJARI, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 122 - Nº 323/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - "Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil", realizadas e previstas para o município de BRASILEIA, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 123 - Nº 324/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - "Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil", realizadas e previstas para o município de ASSIS BRASIL, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 124 - Nº 325/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - "Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil", realizadas e previstas para o município de ACRELÂNDIA, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 125 - Nº 326/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Programa - "Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil", realizadas e previstas para o município de EPITACIOLÂNDIA, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 126 - Nº 327/11 - do Sr. Chico Dangelo - que "solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Cidades sobre a dívida da CBTU com o fundo de previdência REFER". Parecer: pela aprovação; 127 - Nº 328/11 - do Sr. Chico Dangelo - que "solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes sobre a dívida da União (sucessora da Rede Ferroviária Federal) com o fundo de previdência REFER". Parecer: pela aprovação; 128 - Nº 329/11 - do Sr. Chico Dangelo - que "solicita informações à Sra. Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a dívida da CBTU com o fundo de previdência REFER". Parecer: pela aprovação; 129 - Nº 330/11 - do Sr. William Dib - que "solicita ao Senhor Ministro de Estado da Saúde informações sobre o Programa Farmácia Popular do Brasil". Parecer: pela aprovação; 130 - Nº 331/11 - do Sr. Roberto de Lucena - que "solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro da Defesa quanto à sistemática de proteção das plataformas brasileiras de prospecção de petróleo no pré-sal

brasileiro". Parecer: pela aprovação; 131 - Nº 332/11 - do Sr. Adrian - que "solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia no âmbito da Petrobrás a respeito da situação dos funcionários das empresas terceirizadas". Parecer: pela aprovação; 132 - Nº 333/11 - do Sr. Augusto Coutinho - que "solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Defesa, Sr. Nelson Jobim, a respeito das atuais condições da frota de aeronaves das companhias aéreas brasileiras". Parecer: pela aprovação; 133 - Nº 334/11 - do Sr. Pepe Vargas - que "solicita informações ao Sr. Ministro do Trabalho e Emprego sobre o Parecer nº 085/78 - MT/SSMT". Parecer: pela aprovação; 134 - Nº 335/11 - do Sr. Antonio Imbassahy - que "solicita informações ao Senhor Alfredo Nascimento - Ministro dos Transportes acerca do Projeto de Construção do Trem de Alta Velocidade - TAV". Parecer: pela aprovação; 135 - Nº 336/11 - do Sr. Onofre Santo Agostini - que "solicita informações a Sra. Ministra de Estado do Planejamento, sobre o corte nas Emendas Parlamentares". Parecer: pela aprovação; 136 - Nº 337/11 - do Sr. Reguffe - que "solicita informações à Ministra do Planejamento a respeito do funcionalismo público". Parecer: pela aprovação; 137 - Nº 338/11 - do Sr. Reguffe - que "solicita informações ao Ministro da Justiça a respeito dos imigrantes e estrangeiros anistiados". Parecer: pela aprovação; 138 - Nº 339/11 - do Sr. Amauri Teixeira - que "solicita informações ao Senhor Ministro do Turismo sobre Contrato de Repasse 0305054-05, número do processo 064388/2009, cuja beneficiária a Prefeitura Municipal de Caém do Estado da Bahia". Parecer: pela aprovação; 139 - Nº 340/11 - do Sr. Toninho Pinheiro - que "solicita ao Ministro de Minas e Energia, o Senhor Edson Lobão, algumas informações sobre as termoeletricas no Brasil". Parecer: pela aprovação; 140 - Nº 342/11 - do Sr. Newton Cardoso - que "solicita informações ao Departamento Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, autarquia federal vinculada ao Ministério dos Transportes relativas ao Anel Rodoviário de Belo Horizonte - MG". Parecer: pela aprovação; 141 - Nº 343/11 - do Sr. Edmar Arruda - que "solicita ao Poder Executivo, mais especificamente ao Ministério da Educação, informações sobre a "cartilha contra a homofobia", ou kit gay, a ser distribuída nas escolas públicas de ensino público fundamental do Brasil". Parecer: pela aprovação; 142 - Nº 344/11 - do Sr. Rubens Bueno - que "solicita informações da Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, sobre o envio de projeto de lei referente à criação de novos cargos da carreira de Defensor Público Federal". Parecer: pela aprovação; 143 - Nº 345/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério dos Transportes sobre as

condições atuais, Projetos e Investimentos destinados às Rodovias BR-307, BR-317, BR-364 e BR-409, nos percursos compreendidos nos limites do Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 144 - Nº 346/11 - do Sr. Alberto Mourão - que "solicita informação ao Senhor Ministro de Estado da Previdência Social sobre a exigência de cadastro prévio dos aposentados referente à entrega do comprovante de rendimentos para o Imposto de Renda". Parecer: pela aprovação; 145 - Nº 347/11 - do Sr. Paulo Abi-Ackel - que "solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações por meio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica - sobre a prorrogação, por mais 25 (vinte e cinco) anos, do Encargo RGR - Reserva Global de Reversão - constante na Medida Provisória 517". Parecer: pela aprovação; 146 - Nº 348/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que "solicita informações à Senhora Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal". Parecer: pela aprovação; 147 - Nº 349/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que "solicita informações à Senhora Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal". Parecer: pela aprovação; 148 - Nº 350/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal". Parecer: pela aprovação; 149 - Nº 351/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal". Parecer: pela aprovação; 150 - Nº 352/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal". Parecer: pela aprovação; 151 - Nº 353/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que "solicita informações à Senhora Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal". Parecer: pela aprovação; 152 - Nº 354/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal". Parecer: pela aprovação; 153 - Nº 355/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que "solicita informações à Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre quantitativos de cargos comis-

sionados existentes na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 154 - Nº 356/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações à Senhora Ministra de Estado Chefe da Secretaria dos Direitos Humanos sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 155 - Nº 357/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 156 - Nº 358/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Turismo sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 157 - Nº 359/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 158 - Nº 360/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 159 - Nº 361/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Cidades sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 160 - Nº 362/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 161 - Nº 363/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 162 - Nº 364/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República Especial sobre contratação de pessoal terceirizado do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social”. Parecer: pela aprovação; 163 - Nº 365/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 164 - Nº 366/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 165 - Nº 367/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita infor-

mações ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 166 - Nº 368/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 167 - Nº 369/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Previdência Social sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 168 - Nº 370/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 169 - Nº 371/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações à Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 170 - Nº 372/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 171 - Nº 373/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 172 - Nº 374/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações à Senhora Ministra de Estado da Cultura sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 173 - Nº 375/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 174 - Nº 376/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 175 - Nº 377/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações à Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 176 - Nº 378/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Defesa sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 177 - Nº 379/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre contratação

de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal". Parecer: pela aprovação; 178 - Nº 380/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal". Parecer: pela aprovação; 179 - Nº 381/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que "solicita informações à Senhora Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal". Parecer: pela aprovação; 180 - Nº 382/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal". Parecer: pela aprovação; 181 - Nº 383/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal". Parecer: pela aprovação; 182 - Nº 384/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal". Parecer: pela aprovação; 183 - Nº 385/11 - do Sr. Vanderlei Macris - que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Esporte sobre contratação de pessoal terceirizado na Administração Pública Federal". Parecer: pela aprovação; 184 - Nº 386/11 - do Sr. Geraldo Resende - que "solicita informações ao Exmo Sr Ministro de Estado da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, referentes às políticas públicas voltadas para mulher, em especial às de combate ao câncer de mama e ao exame de Mamografia no Brasil". Parecer: pela aprovação; 185 - Nº 387/11 - do Sr. Onofre Santo Agostini - que "solicita informações ao Senhor Alfredo Nascimento, Ministro dos Transportes, referente às obras no Trevo da BR 470, entrada da cidade de Lontras - SC". Parecer: pela aprovação; 186 - Nº 388/11 - do Sr. Adrian - que "solicita informações ao senhor Ministro de Estado de Transportes sobre a concessão para administrar e conservar a BR 101/RJ por 25 (vinte e cinco) anos, no trecho que atravessa o Estado do Rio de Janeiro, da divisa com o Estado do Espírito Santo até a ponte Presidente Costa e Silva (ponte Rio - Niterói), em Niterói". Parecer: pela aprovação; 187 - Nº 389/11 - do Sr. Davi Alcolumbre - que "solicita ao Ministério das Cidades, informações do Departamento de Trânsito Nacional de Trânsito - DENATRAN". Parecer: pela aprovação; 188 - Nº 390/11 - do Sr. Carlos Sampaio - que "requer que sejam solicitadas do Senhor Ministro de Minas e Energia informações acerca do processo disciplinar aberto contra o servidor Pietro Adamo Sampaio Mendes por ter denunciado irregularidades de indicados políticos da Agência Nacional de Petróleo

- ANP e do processo judicial interposto por referido servidor a respeito desse mesmo assunto". Parecer: pela aprovação; 189 - Nº 391/11 - da Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação às medidas preventivas e saneadoras diante de catástrofes climáticas. - que "solicita ao Ministro de Estado dos Transportes, Sr. Alfredo Nascimento, informações relativas a rodovias federais danificadas por desastres climáticos de 2005 a 2010 e os gastos governamentais estimados ou realizados para a recuperação das estradas". Parecer: pela aprovação; 190 - Nº 392/11 - da Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação às medidas preventivas e saneadoras diante de catástrofes climáticas. - que "solicita ao Ministro de Estado da Integração Nacional, Sr. Fernando Bezerra de Souza Coelho, informações relativas a Desastres por todas as modalidades de classificação, suas vítimas fatais, quantidade de desabrigados, estimativa em valores dos danos materiais por unidade da federação nos anos de 2009 e 2010". Parecer: pela aprovação; 191 - Nº 393/11 - da Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação às medidas preventivas e saneadoras diante de catástrofes climáticas. - que "solicita ao Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega, informações sobre recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS liberados de 2005 a 2010 por unidade da federação e município relativos a desastres climáticos". Parecer: pela aprovação; 192 - Nº 394/11 - da Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação às medidas preventivas e saneadoras diante de catástrofes climáticas. - que "solicita ao Ministro de Estado da Integração Nacional, Sr. Fernando Bezerra de Souza Coelho, informações sobre recursos orçamentários disponibilizados, empenhados e pagos de 2005 a 2010 por unidade da federação e município relativos a desastres climáticos". Parecer: pela aprovação; 193 - Nº 395/11 - da Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação às medidas preventivas e saneadoras diante de catástrofes climáticas. - que "solicita ao Ministro de Estado da Integração Nacional, Sr. Fernando Bezerra de Souza Coelho, informações atualizadas de riscos/ameaças de desastres previstas para no ano de 2011 por unidade da federação e classificação de desastre constante no Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD". Parecer: pela aprovação; 194 - Nº 396/11 - do Sr. Reguffe - que "solicita informações ao Ministro da Defesa a respeito das viagens realizadas pelo Presidente da República, de seus Ministros de Estado e dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em aeronaves da

Força Aérea Brasileira - FAB, no período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010". Parecer: pela aprovação; 195 - Nº 397/11 - do Sr. Rui Palmeira - que "solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário - MDA, Sr. Afonso Florence, informações sobre denúncias de venda, distribuição e ocupação ilegal de imóveis rurais destinados à Reforma Agrária no período de 2005 a 2011". Parecer: pela aprovação; 196 - Nº 398/11 - do Sr. Leonardo Quintão - que "solicita ao Ministro da Defesa informações sobre o processo de licitação para obras de modernização e ampliação do terminal 1 de passageiros do Aeroporto Internacional Tancredo Neves". Parecer: pela aprovação; 197 - Nº 400/11 - do Sr. Fábio Souto - que "solicita ao Ministério de Minas e Energia informações acerca dos critérios de segurança adotados para a prevenção de acidentes nucleares nas usinas termoeletricas brasileiras". Parecer: pela aprovação; 198 - Nº 401/11 - do Sr. Arnaldo Faria de Sá - que "solicita ao Ministro de Estado dos Transportes sobre o cumprimento do art. 39 § 2º da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso". Parecer: pela aprovação; 199 - Nº 403/11 - do Sr. Júlio Campos - que "solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Esporte informações sobre os convênios celebrados e relatório de metas dos projetos que são prioritários para a realização da Copa do Mundo de 2014, no Estado do Mato Grosso". Parecer: pela aprovação; 200 - Nº 404/11 - do Sr. Paulo Abi-Ackel - que "solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro da Saúde informações sobre as denúncias de fraude no Sistema Único de Saúde - SUS veiculadas pela mídia". Parecer: pela aprovação; 201 - Nº 405/11 - da Sra. Mara Gabrilli - que "solicita que sejam prestadas informações pelo Sr. Ministro da Educação acerca de eventual plano de alteração no perfil das atividades ofertadas pelos seguintes órgãos vinculados ao Ministério da Educação; Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, e Instituto Benjamin Constant - IBC". Parecer: pela aprovação; 202 - Nº 407/11 - da Sra. Andreia Zito - que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação quanto ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências". Parecer: pela aprovação; 203 - Nº 408/11 - da Sra. Andreia Zito - que "solicita informações a Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão quanto à publicação em Diário Oficial da União de 28 de março de 2011, Seção 1, da Portaria nº 39, de 25 de março de 2011, que suspende, por tempo indeterminado, os efeitos das portarias de autorização para realização de concursos públicos e de autorização para provimento de cargos públicos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional publi-

casadas até a presente data". Parecer: pela aprovação; 204 - Nº 409/11 - do Sr. Arnaldo Jordy - que "solicita informações da Sra. Tereza Campello, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sobre os cortes no orçamento de 2011 de programas de atendimento à crianças e adolescentes". Parecer: pela aprovação; 205 - Nº 410/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Acrelândia, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 206 - Nº 411/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Assis Brasil, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 207 - Nº 412/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Brasiléia, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 208 - Nº 413/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Bujari, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 209 - Nº 414/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Capixaba, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 210 - Nº 415/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Epitaciolândia, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 211 - Nº 416/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Jordão, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 212 - Nº 417/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Mâncio Lima, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 213 - Nº 418/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Mi-

nistério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Manoel Urbano, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 214 - Nº 419/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Marechal Thaumaturgo, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 215 - Nº 420/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Plácido de Castro, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 216 - Nº 421/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Porto Acre, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 217 - Nº 422/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Porto Walter, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 218 - Nº 423/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Rio Branco, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 219 - Nº 424/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Rodrigues Alves, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 220 - Nº 425/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 221 - Nº 426/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Sena Madureira, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 222 - Nº 427/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de For-

talecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Senador Guiomard, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 223 - Nº 428/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Tarauacá, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 224 - Nº 429/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Xapuri, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 225 - Nº 430/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 226 - Nº 431/11 - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quanto as ações realizadas e previstas para o município de Feijó, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 227 - Nº 432/11 - do Sr. Onofre Santo Agostini - que "solicita informações ao Senhor Alfredo Nascimento, Ministro dos Transportes, referente às obras de recuperação do viaduto de acesso à cidade de Garopaba - SC". Parecer: pela aprovação; 228 - Nº 433/11 - do Sr. Beto Faro - que "solicita informações ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre dados do cadastro rural". Parecer: pela aprovação; 229 - Nº 434/11 - do Sr. Beto Faro - que "solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda sobre o endividamento rural". Parecer: pela aprovação; 230 - Nº 435/11 - do Sr. Rodrigo Maia - que "solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, sobre o número de atendimentos realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade do Rio de Janeiro nos últimos cinco anos". Parecer: pela aprovação; 231 - Nº 436/11 - do Sr. Rodrigo Maia - que "solicita informações ao Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, José Leônidas Cristino, sobre a evolução da movimentação total de cargas nos portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí". Parecer: pela aprovação; 232 - Nº 437/11 - do Sr. Valdir Colatto - que "solicita informações ao Ministro da Justiça Excelentíssimo Senhor José Eduardo Cardozo, sobre todas as áreas demarcadas como terra indígena ou reserva indígena, e também todos os estudos que estão sendo realizados no âmbito do Ministério da Justiça, para a demarcação

de terras indígenas ou reserva indígena, oferecendo informações detalhadas sobre cada uma delas". Parecer: pela aprovação; 233 - Nº 438/11 - do Sr. Sarney Filho - que "solicita informação ao Ministro da Defesa, o senhor Nelson Azevedo Jobim, sobre as providências adotadas pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, com relação aos transtornos causados aos usuários e passageiros com a interdição parcial do Aeroporto Internacional Marechal Hugo da Cunha Machado de São Luís, do Maranhão". Parecer: pela aprovação; 234 - Nº 439/11 - do Sr. Sarney Filho - que "solicita à Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, informações sobre o licenciamento ambiental da Usina Nuclear de Angra 3". Parecer: pela aprovação; 235 - Nº 440/11 - do Sr. César Halum - que "solicita que seja encaminhado ao Senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, sobre o processo de cadastramento das empresas brasileiras emittentes de nota fiscal eletrônica". Parecer: pela aprovação; 236 - Nº 441/11 - do Sr. Anthony Garotinho - que "solicita informações à Senhora Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão quanto ao vínculo Administrativos dos servidores militares remanescentes do antigo Distrito Federal (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros) sob a égide da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002". Parecer: pela aprovação; 237 - Nº 442/11 - do Sr. Anthony Garotinho - que "solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda quanto ao vínculo Administrativos dos servidores militares remanescentes do antigo Distrito Federal (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros) sob a égide da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002". Parecer: pela aprovação; 238 - Nº 443/11 - do Sr. Anthony Garotinho - que "solicita informações ao Senhor Ministro da Casa Civil quanto ao vínculo Administrativos dos servidores militares remanescentes do antigo Distrito Federal (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros) sob a égide da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002". Parecer: pela aprovação; 239 - Nº 444/11 - do Sr. Otavio Leite - que "solicita ao Senhor Ministro de Estado da Previdência Social informações sobre os requerimentos indeferidos de solicitação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro". Parecer: pela aprovação; 240 - Nº 445/11 - do Sr. Otavio Leite - que "solicita ao Senhor Ministro de Estado da Previdência Social informações sobre os requerimentos indeferidos de solicitação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social concedidos no Município do Rio de Janeiro/RJ". Parecer: pela aprovação; 241 - Nº 446/11 - do Sr. Otavio Leite - que "solicita ao Senhor Ministro de Estado do Esporte informações sobre o estudo do "padrão Fifa" de exigências que implica um custo médio, por torcedor, de cerca de R\$ 7.800,00 na

construção/reforma dos estádios". Parecer: pela aprovação; 242 - Nº 447/11 - do Sr. Antonio Imbassahy - que "solicita ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, informações sobre os procedimentos adotados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, em relação ao desempenho da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba". Parecer: pela aprovação; 243 - Nº 448/11 - da Sra. Andreia Zito - que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação quanto ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências". Parecer: pela aprovação; 244 - Nº 449/11 - do Sr. Domingos Dutra - que "solicita Informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr Antônio de Aguiar Patriota sobre brasileiros que encontram-se presos no exterior". Parecer: pela aprovação; 245 - Nº 450/11 - do Sr. Antonio Imbassahy - que "solicita informações ao Senhor Jorge Hage, Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União, acerca da lisura e de possíveis prejuízos causados a Furnas Centrais Elétricas S.A. pela decisão de adquirir ações da empresa Oliveira Trust Service". Parecer: pela aprovação; 246 - Nº 451/11 - do Sr. Takayama - que "solicita o envio de informações, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, a respeito de material "didático" que se encontra em elaboração, para posterior distribuição pelo Ministério da Educação, que visa combater a homofobia". Parecer: pela aprovação; 247 - Nº 452/11 - do Sr. Homero Pereira - que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde quanto às análises realizadas para registro e reavaliação de agrotóxicos, analisados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA". Parecer: pela aprovação; 248 - Nº 453/11 - do Sr. Homero Pereira - que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde quanto às análises realizadas para registro e reavaliação de agrotóxicos, analisados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA". Parecer: pela aprovação; 249 - Nº 454/11 - do Sr. Arnaldo Faria de Sá - que "solicita ao Ministro de Estado da Saúde sobre o cumprimento do art. 100, III, da Lei 10.741, de 01 de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso". Parecer: pela aprovação; 250 - Nº 455/11 - do Sr. Joaquim Beltrão - que "solicita informações ao Sr. Ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, sobre a aplicabilidade do Art. 17, do Decreto nº 1998 de 08 de julho de 1998, dos estudos sócio-econômicos relativos a proibição do emprego do fogo na agricultura". Parecer: pela aprovação; 251 - Nº 456/11 - do Sr. Joaquim Beltrão - que "solicita informações a Srª Ministra do Meio Ambiente, Izabella Mônica Teixeira Vieira, sobre a aplicabilidade do art. 17, do Decreto nº 1998 de 08 de julho de 1998, dos estudos sócio-econômicos

relativos a proibição do emprego do fogo na agricultura". Parecer: pela aprovação; 252 - Nº 457/11 - do Sr. Onofre Santo Agostini - que "solicita informações ao Senhor Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, referente às oscilações abusivas de preços de passagens aéreas praticados pelas empresas de linhas aéreas". Parecer: pela aprovação; 253 - Nº 458/11 - do Sr. Silas Câmara - que "solicita informações ao Ministério das Comunicações, por meio da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, acerca dos contratos de privatização dos serviços de telecomunicações assinados em 1998". Parecer: pela aprovação; 254 - Nº 459/11 - da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - que "solicita ao Sr. Ministro da Integração Nacional encaminhar cópia dos Relatórios de Vistoria realizada nos Convênios de 2008, 2009, 2010 e 2011, destinados à Defesa Civil". Parecer: pela aprovação; 255 - Nº 460/11 - da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - que "solicita ao Sr. Ministro da Integração Nacional encaminhar cópia do Relatório Final do Convênio firmado em 2005 entre o Município de Teófilo Otoni (MG) e aquele Ministério". Parecer: pela aprovação; 256 - Nº 461/11 - da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - que "solicita ao Sr. Ministro da Integração Nacional o envio de planilhas com as ementas de todos os contratos, convênios e transferências obrigatórias dos recursos da Defesa Civil, de 2008, 2009, 2010 e 2011 com ações, valores, cidade, estado e situação atual dos Convênios". Parecer: pela aprovação; 257 - Nº 462/11 - da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - que "solicita ao Ministro de Estado dos Transportes informações relativas ao andamento das obras do Viaduto Caiçara, na BR-153-GO, em Goiânia - GO, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT". Parecer: pela aprovação; 258 - Nº 463/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Pesca e Aquicultura sobre os Projetos: Aquicultura em águas da União; Aquicultura em estabelecimentos rurais; e Aquicultura em comunidades indígenas que possam beneficiar o Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 259 - Nº 464/11 - do Sr. Pauderney Avelino - que "solicita informações ao Excelentíssimo Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega, a respeito dos tributos que incidem sobre a gasolina". Parecer: pela aprovação; 260 - Nº 465/11 - do Sr. Pauderney Avelino - que "solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, a respeito dos recentes aumentos no preço da gasolina". Parecer: pela aprovação; 261 - Nº 466/11 - do Sr. Flaviano Melo - que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, se os

componentes de custo - leia-se energia, distribuição, transmissão, tributos, encargos setoriais e taxa de iluminação - e suas respectivas formas de cálculo que integram o valor da conta de cada consumidor de energia elétrica no Estado do Acre, obedecem aos parâmetros estabelecidos por este Ministério. E ainda se a incidência tributária obedece à legislação vigente". Parecer: pela aprovação; 262 - Nº 467/11 - do Sr. Stefano Aguiar - que "solicita ao Ministério do Desenvolvimento Agrário informações sobre o Projeto Barraginhas, do engenheiro agrônomo Luciano Cordoval Barros". Parecer: pela aprovação; 263 - Nº 468/11 - do Sr. Marllos Sampaio - que "solicita informação ao Excelentíssimo Ministro das Minas e Energia a respeito da situação atual da exploração de Gás Natural na Bacia do Parnaíba no Estado do Piauí". Parecer: pela aprovação; 264 - Nº 469/11 - do Sr. Romero Rodrigues - que "solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, a respeito dos aumentos sucessivos do preço da gasolina". Parecer: pela aprovação; 265 - Nº 470/11 - do Sr. Roberto de Lucena - que "solicita informações acerca de editoras didáticas estrangeiras que atuam no Brasil para o fornecimento de livros didáticos do ensino fundamental e médio". Parecer: pela aprovação; 266 - Nº 471/11 - do Sr. Rui Palmeira - que "solicita ao Ministro de Minas e Energia, senhor Edison Lobão, informações sobre as constantes interrupções no fornecimento e distribuição de energia elétrica no Estado de Alagoas, sob responsabilidade da Eletrobras Distribuição Alagoas". Parecer: pela aprovação; 267 - Nº 472/11 - da Sra. Manuela D'Ávila - que "solicita informações ao Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, sobre o cumprimento de contratos de compra, entrega e instalação de computadores em escolas da rede pública pela empresa Positivo". Parecer: pela aprovação; 268 - Nº 473/11 - da Sra. Manuela D'Ávila - que "solicita informações à Sra. Ministra da Cultura Ana de Hollanda sobre o projeto "Praças do PAC"". Parecer: pela aprovação; 269 - Nº 474/11 - do Sr. Jorge Tadeu Mudalen - que "solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes sobre processo licitatório realizado pela VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., entidade vinculada ao Ministério dos Transportes, para fornecimento de trilhos nas ferrovias descritas no Edital 004/2011 - VALEC". Parecer: pela aprovação; 270 - Nº 475/11 - da Sra. Mara Gabrilli - que "solicita que sejam prestadas informações pelo Sr. Ministro das Comunicações acerca do acompanhamento das medidas tomadas pelos exploradores de serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para a implementação do disposto na Portaria nº 188 de 24 de março de 2010, do Ministério das

Comunicações, que dispõe sobre a implementação do recurso de audiodescrição, na forma e prazos que especifica". Parecer: pela aprovação; 271 - Nº 476/11 - da Comissão de Defesa do Consumidor - que "solicita ao Ministro de Estado da Secretaria de Aviação Civil o encaminhamento de informações relativas às "taxas de conforto" cobradas pelas companhias aéreas". Parecer: pela aprovação; 272 - Nº 477/11 - do Sr. Eduardo da Fonte - que "solicita ao Ministro de Estado das Comunicações informações sobre as ações previstas no Plano Nacional de Banda Larga para o Estado de Pernambuco". Parecer: pela aprovação; 273 - Nº 481/11 - do Sr. João Arruda - que "requer o encaminhamento de Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Ministro da Secretaria Nacional de Aviação Civil para que informe a atual situação do sistema de aproximação por instrumentos do Aeroporto Internacional Afonso Pena, localizado em São José dos Pinhais - Paraná e preste outras informações". Parecer: pela aprovação; 274 - Nº 482/11 - do Sr. João Dado - que "solicita ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 1.217 de 2007". Parecer: pela aprovação; 275 - Nº 483/11 - do Sr. Otavio Leite - que "solicita ao Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República informações sobre a possível transferência da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Rio de Janeiro/RJ para Brasília - DF". Parecer: pela aprovação; 276 - Nº 484/11 - do Sr. Rubens Bueno - que "solicita informações da Ministra da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Helena Chagas, sobre a dispensa de licitação e o contrato firmado entre a Empresa Brasileira de Comunicação - EBC e o jornalista Luís Nassif". Parecer: pela aprovação; 277 - Nº 485/11 - do Sr. Roberto Santiago - que "solicita ao Ministro de Estado das Comunicações o encaminhamento de informações relativas às investigações preliminares sobre empresa Brasil Telecom - Oi de telecomunicações". Parecer: pela aprovação; 278 - Nº 486/11 - do Sr. Flaviano Melo - que "solicita informações ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, acerca do corte no orçamento da Polícia Federal (PF) para este ano e as consequências nas ações de fiscalização e controle de fronteira para combate ao narcotráfico, contrabando de armas e imigração ilegal, sobretudo via território do Acre". Parecer: pela aprovação; 279 - Nº 487/11 - do Sr. Luis Carlos Heinze - que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre as comunidades Quilombolas demarcadas, em fase de demarcação e em estudo no estado do Rio Grande do Sul". Parecer: pela aprovação; 280

- Nº 488/11 - do Sr. Luis Carlos Heinze - que "solicita informações ao Sr. Ministro das Comunicações sobre o plano de expansão e implantação do sistema de telefonia celular nos municípios do estado do Rio Grande do Sul". Parecer: pela aprovação; 281 - Nº 489/11 - do Sr. Luis Carlos Heinze - que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça sobre as Reservas Indígenas demarcadas, em fase de demarcação e em estudo no estado do Rio Grande do Sul". Parecer: pela aprovação; 282 - Nº 490/11 - do Sr. Assis Melo - que "solicita informações ao Sr. Ministro da Justiça sobre a construção da sede administrativa da 13ª Delegacia, da 9ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, sediada no Município de Uruguaiana". Parecer: pela aprovação; 283 - Nº 491/11 - do Sr. Sarney Filho - que "solicita à Sra. Ministra do Meio Ambiente, Izabela, informações referentes à construção de uma nova pista no aeroporto Luiz Eduardo Magalhães, de Salvador, Bahia". Parecer: pela aprovação; 284 - Nº 493/11 - do Sr. Arnaldo Jordy - que "solicita informações ao Sr. Paulo Bernardo, Ministro das Comunicações, sobre "o mercado ilegal de concessões de rádio e TV", por meio dos "chamados contratos de gaveta" e uso de laranjas, veiculada pela imprensa nacional". Parecer: pela aprovação; 285 - Nº 494/11 - do Sr. Reguffe - que "solicita informações ao Ministro da Fazenda acerca da arrecadação de impostos sobre medicamentos de uso humano". Parecer: pela aprovação; 286 - Nº 495/11 - do Sr. Flaviano Melo - que "solicita informações ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, acerca dos recursos liberados pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) ao Estado do Acre por cada ação e atividade do programa, bem como as metas atingidas". Parecer: pela aprovação; 287 - Nº 496/11 - do Sr. Wilson Filho - que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação acerca de dados da educação no Brasil e, mais especificamente, no Estado da Paraíba". Parecer: pela aprovação; 288 - Nº 497/11 - do Sr. Paulo Abi-Ackel - que "solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia informações quanto às suas atividades na regulação, controle, prevenção e planos de contingência para situações de emergência nuclear, inclusive por meio do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - INP, das Indústrias Nucleares do Brasil - INB, da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, e da Nuclebás Equipamentos Pesados S/A - Nuclep". Parecer: pela aprovação; 289 - Nº 498/11 - do Sr. Paulo Abi-Ackel - que "solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho informações quanto às suas atividades na regulação, controle, prevenção e planos de contingência para situações de emergência nuclear". Parecer:

pela aprovação; 290 - Nº 499/11 - do Sr. Paulo Abi-Ackel - que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações quanto às suas atividades na regulação, controle, prevenção e planos de contingência para situações de emergência nuclear, inclusive por meio da Eletrobrás, Eletronuclear e Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM”. Parecer: pela aprovação; 291 - Nº 500/11 - do Sr. Paulo Abi-Ackel - que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes informações quanto às suas atividades na regulação, controle, prevenção e planos de contingência para situações de emergência nuclear, inclusive por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT”. Parecer: pela aprovação; 292 - Nº 501/11 - do Sr. Paulo Abi-Ackel - que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado da Agricultura informações quanto às suas atividades na regulação, controle, prevenção e planos de contingência para situações de emergência nuclear”. Parecer: pela aprovação; 293 - Nº 502/11 - do Sr. Paulo Abi-Ackel - que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado da Educação informações quanto às suas atividades na regulação, controle, prevenção e planos de contingência para situações de emergência nuclear”. Parecer: pela aprovação; 294 - Nº 503/11 - do Sr. Paulo Abi-Ackel - que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa informações quanto às suas atividades na regulação, controle, prevenção e planos de contingência para situações de emergência nuclear, inclusive por meio do Comando da Marinha do Brasil”. Parecer: pela aprovação; 295 - Nº 504/11 - do Sr. Paulo Abi-Ackel - que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado das Cidades informações quanto às suas atividades na regulação, controle, prevenção e planos de contingência para situações de emergência nuclear, inclusive por meio do DENATRAN e do CONTRAN”. Parecer: pela aprovação; 296 - Nº 505/11 - do Sr. Paulo Abi-Ackel - que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde informações quanto às suas atividades na regulação, controle, prevenção e planos de contingência para situações de emergência nuclear, inclusive por meio da Agência Nacional da Saúde - ANS”. Parecer: pela aprovação; 297 - Nº 506/11 - do Sr. Paulo Abi-Ackel - que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça informações quanto às suas atividades na regulação, controle, prevenção e planos de contingência para situações de emergência nuclear, inclusive por meio da Polícia Rodoviária Federal”. Parecer: pela aprovação; 298 - Nº 513/11 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - que “solicita nos termos regimentais, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ

EDUARDO CARDOZO, Ministro de Estado da Justiça, pedido de informações sobre o contencioso entre a Marinha de Guerra do Paraguai e a Polícia Federal brasileira”. Parecer: pela aprovação; 299 - Nº 514/11 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ EDUARDO CARDOZO, Ministro de Estado da Justiça, sobre as providências tomadas referentes ao menino haitiano de 11 anos que foi encontrado no metrô, em São Paulo, em dezembro de 2009, bem como quais medidas estão sendo tomadas pelo Governo Federal para coibir o tráfico internacional de pessoas em nosso país”. Parecer: pela aprovação; 300 - Nº 515/11 - da Sra. Nilda Gondim - que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, informações concernentes ao número/localização de Agências da Previdência Social e possibilidade de ampliação, em razão do Plano de Expansão -PEX, para o Estado da Paraíba”. Parecer: pela aprovação; 301 - Nº 516/11 - do Sr. Otavio Leite - que “solicita ao Senhor Ministro-Chefe da Secretaria Nacional da Aviação Civil da Presidência da República informações pertinentes sobre os investimentos a serem realizados no Aeroporto Internacional do Galeão/Tom Jobim, no Rio de Janeiro - RJ, conforme previsão Orçamentária para o ano de 2011”. Parecer: pela aprovação; 302 - Nº 517/11 - do Sr. Roberto de Lucena - que “solicita informações ao Ministério da Saúde sobre a disponibilidade da Reeducação Postural Global no Sistema Único de Saúde”. Parecer: pela aprovação; 303 - Nº 518/11 - do Sr. Reguffe - que “solicita informações ao Ministro das Cidades, órgão responsável pelo Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, acerca do montante de multas aplicadas em veículos oficiais e cometidas por seus condutores, no ano de 2010”. PARECER: pela aprovação. Em seguida, o Senhor Presidente Marco Maia comunicou ao Colegiado que o Governo brasileiro tinha indicado o nome do Professor José Graziano Silva para concorrer ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, tendo a Mesa Diretora manifestado integral apoio, determinando, no mesmo sentido, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Antonio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores. Extrapauta, o Senhor Presidente Marco Maia apresentou relação de processos político-disciplinares instaurados no âmbito da Mesa Diretora na legislatura passada, encaminhados à Presidência pelo então Corregedor, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, e pelo então Corregedor-Substituto, Deputado Odair Cunha, nos termos dos ofícios a seguir: 1 – Of. 2VIPR/COR nº 002 /2011 (Corregedor Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto): “Senhor

Presidente, Tendo em vista o encerramento da Legislação, encaminho a V. Exa. os processos em anexo. Os autos referem-se a investigações que se encontram em trâmite nesta Corregedoria, referentes a deputados federais que disputaram a reeleição ao cargo, mas não foram eleitos, tendo ficado na condição de suplentes. Em razão da inviabilidade de prosseguir a investigação disciplinar em face de não-detentores de mandato, mas, ao mesmo tempo, considerando a possibilidade de que, na condição de suplentes, os ora investigados venham a assumir mandato ao longo da próxima Legislatura, sugiro a V. Exa. que determine o sobrestamento dos processos anexos junto à Secretaria-Geral da Mesa. Sugiro, ainda, que V. Exa. determine à Secretaria-Geral da Mesa que, na hipótese de assunção de mandato por parte de qualquer um dos parlamentares investigados, os autos sejam imediatamente restituídos à Corregedoria para as providências a que se refere o Ato da Mesa nº 37, de 2009. Por fim, friso que os processos em anexo, por força do art. 4º, do Ato da Mesa nº 37, de 2009, são sigilosos, requerendo, para seu trânsito e guarda, as cautelas cabíveis. LISTA DE PROCESSOS ANEXOS 1) Processo nº 2009/147.193, iniciado por despacho da Presidência da Câmara dos Deputados, apenas no que se refere à Deputada TONHA MAGALHÃES; 2) Processo nº 2010/135.235, de iniciativa da 14ª Vara do Trabalho, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, referente ao Deputado CARLOS WILLIAM; 3) Processo nº 2010/135.117, de iniciativa do Sr. Chaim Zaher, referente ao Deputado FERNANDO CHIARELLI; 4) Processo nº 2010/140.188, de iniciativa do Deputado Paulo Pereira da Silva, referente ao Deputado FERNANDO CHIARELLI.”; 2 - Of. 2VIPR/COR nº 003/2011 (Corregedor Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto): “Senhor Presidente, Tendo em vista o encerramento da Legislação, encaminho a V. Exa. os processos em anexo. Os autos referem-se a investigações que se encontram em trâmite nesta Corregedoria, referentes a deputados federais que não disputaram a reeleição ao cargo. Em razão da inviabilidade de prosseguir a investigação disciplinar em face de não-detentores de mandato, sugiro a V. Exa. que determine o arquivamento definitivo dos mesmos. Por fim, friso que os processos em anexo, por força do art. 4º, do Ato da Mesa nº 37, de 2009, são sigilosos, requerendo, para seu trânsito e guarda, as cautelas cabíveis. LISTA DE PROCESSOS ANEXOS 1) Processo nº 2008/161.699, iniciado por Jonas Peixoto Manhães, referente ao Deputado GERALDO PUDIM; 2) Processo nº 2009/148.441, iniciado pelo Grupo de Coordenação Institucional CD-MPF, referente ao Deputado ERNANDES AMORIM.”; e 3 – Ofício s/nº. Processo nº 124.686/2010 (Corregedor-Substituto

Deputado Odair Cunha): “Senhor Presidente, Por determinação consubstanciada no despacho de 3 de agosto de 2010 (fls. 7, v. 1), em razão da declaração de impedimento por motivo de foro íntimo do Corregedor titular, assumi a condução dos procedimentos referentes à apuração de eventual prática de condutas incompatíveis com o decoro parlamentar pelos deputados Márcio Junqueira, Severiano Alves e Uldurico Pinto, conforme consta dos autos do processo nº 2010/124.686. Tendo em vista o encerramento dos atuais mandatos da Mesa Diretora e a impossibilidade de concluir as diligências pertinentes ao procedimento político-disciplinar em tela, encaminho os autos a Vossa Excelência para que tome as providências que considerar cabíveis, nos termos do Ato da Mesa nº 66, de 1993 e do Ato da Mesa nº 37, de 2009.”. Prosseguiu-se à análise da relação apresentada pelo Senhor Presidente Marco Maia, com sugestões de despacho conforme encaminhamentos supracitados e Parecer do Núcleo de Assessoramento Jurídico da Secretaria-Geral da Mesa, nos termos a seguir: “Trata-se do Of. 2VIPR/COR nº 002/2011 e do Of. 2VIPR/COR nº 003/2011, ambos protocolizados nesta Secretaria-Geral da Mesa em 1º de fevereiro de 2011, por meio dos quais o então Segundo-Vice-Presidente e Corregedor, Deputado ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO, encaminha à Presidência da Câmara seis processos político-disciplinares, instaurados no âmbito da Mesa na Legislatura passada: o de nº 147.193/2009, contra a então Deputada TONHA MAGALHÃES; o de nº 135.235/2010, contra o então Deputado CARLOS WILLIAM; os de nºs. 135.117/2010 e 140.188/2010, ambos contra o então Deputado FERNANDO CHIARELLI, todos eleitos Suplentes de Deputado Federal para a presente Legislatura; o de nº 161.699/2008, contra o então Deputado GERALDO PUDIM; e o de nº 148.441/2009, contra o então Deputado ERNANDES AMORIM, que sequer voltaram a concorrer ao cargo de Deputado Federal. Quanto aos primeiros processos, instaurados contra os hoje Suplentes de Deputado Federal, em vista da possibilidade de virem a exercer o mandato ao longo da presente Legislatura, sugere Sua Excelência sejam sobrestados no âmbito desta Secretaria-Geral da Mesa e devolvidos à Corregedoria na eventualidade de os investigados virem a exercer o mandato. Já no que toca aos últimos processos, instaurados contra ex-Deputados Federais que sequer voltaram a concorrer ao cargo, sugere Sua Excelência seu arquivamento. Cuida-se, também, do Ofício s/n, protocolizado nesta Secretaria-Geral da Mesa em 14 de fevereiro de 2011, mediante o qual o então Terceiro-Secretário e Corregedor-Substituto, Deputado ODAIR CUNHA, encaminha à Presidência

da Câmara o Processo nº 124.686/2010, instaurado no âmbito da Mesa, na Legislatura passada, contra os então Deputados MÁRCIO JUNQUEIRA, SEVERIANO ALVES e ULDURICO PINTO, todos eleitos Suplentes de Deputado Federal para a presente Legislatura. Trata-se, ainda, do Processo nº 133.834/2010, instaurado no âmbito da Mesa, na Legislatura passada, contra o então Deputado RODOVALHO, que sequer voltou a concorrer ao cargo de Deputado Federal. O ex-Deputado RODOVALHO teve a perda de seu mandato decretada pela Justiça Eleitoral. A Mesa da Câmara, no entanto, não chegou a declarar a perda do mandato devido ao término da Legislatura. Cuida-se, finalmente, do Processo nº 129.093/2009, instaurado no âmbito da Mesa, na Legislatura passada, contra o então Deputado PAULO BAUER e o então Suplente em exercício ACÉLIO CASAGRANDE. A Mesa, em reunião realizada em 12 de maio de 2010, decidiu arquivar o feito no que tange ao então Deputado PAULO BAUER e sobrestá-lo no que concerne ao então Suplente de Deputado ACÉLIO CASAGRANDE. O ex-Suplente sequer voltou a concorrer ao cargo de Deputado Federal. É o relatório. Com efeito, têm-se aí dois grupos de processos político-disciplinares instaurados no âmbito da Mesa na Legislatura passada: de um lado, o de nº 147.193/2009, contra a então Deputada TONHA MAGALHÃES; o de nº 135.235/2010, contra o então Deputado CARLOS WILLIAM; os de nos. 135.117/2010 e 140.188/2010, ambos contra o então Deputado FERNANDO CHIARELLI; e o de nº 124.686/2010, contra os então Deputados MÁRCIO JUNQUEIRA, SEVERIANO ALVES e ULDURICO PINTO, todos eleitos Suplentes de Deputado Federal para a presente Legislatura; de outro lado, o de nº 161.699/2008, contra o então Deputado GERALDO PUDIM; o de nº 148.441/2009, contra o então Deputado ERNANDES AMORIM; o de nº 133.834/2010, contra o então Deputado RODOVALHO; e o de nº 129.093/2009 contra o então Suplente de Deputado em exercício, ACÉLIO CASAGRANDE, que sequer voltaram a concorrer ao cargo de Deputado Federal. No que toca ao último grupo, o de processos instaurados contra ex-Deputados que sequer voltaram a concorrer ao cargo, nada há a fazer senão arquivá-los por perda de objeto, já que, nos termos constitucionais e regimentais, a detenção de mandato é condição de procedimentalidade do processo político-disciplinar. Opina-se, pois, pelo acatamento dessa parte do parecer da Corregedoria. O mesmo não se diz no que concerne à outra parte do parecer, de acordo com a qual os processos instaurados no âmbito da Mesa, na Legislatura passada, contra então Deputados e Suplente de Deputado em exercício que foram eleitos Suplentes de Deputados

Federal para a presente Legislatura devam ser sobrestados no âmbito desta secretaria-Geral da Mesa e devolvidos à Corregedoria na eventualidade de os investigados virem a exercer o mandato. O Ato da Mesa nº 17/2003, que regulamentava os procedimentos a serem observados na apreciação de representações relacionadas ao decoro parlamentar e de processos relacionados às hipóteses constitucionais de perda de mandato, admitia a possibilidade de instauração de processo, no âmbito da Mesa, contra quem estivesse na iminência de ser convocado para exercer o mandato de Deputado Federal, ou seja, contra Suplente de Deputado Federal (art. 1º, § 2º, II, a contrario sensu). Essa possibilidade não foi recepcionada no Ato da Mesa nº 37/2009, a nova norma de regência. Dito de outra forma, a partir da entrada em vigência do Ato da Mesa nº 37/2009, não mais se admite representação contra Suplente de Deputado Federal. Ora, se não mais se admite representação contra Suplente de Deputado Federal, com maior razão não se haverá de manter em tramitação ou conservar sobrestado processo político-disciplinar contra quem não mais seja detentor de mandato de Deputado Federal, mesmo que esteja na iminência de vir a sê-lo. Ad argumentandum, caso se acatasse a sugestão apresentada por Sua Excelência de se sobrestarem os processos instaurados contra os hoje Suplentes de Deputado Federal, por quanto tempo se os manteriam nessa condição? Imagine-se a hipótese de esses ex-Deputados Federais, Suplentes de Deputados nesta Legislatura, voltarem a sê-lo na próxima. Os processos contra eles instaurados na Legislatura passada seguiriam sobrestados nas próximas Legislaturas, mantida sua condição de Suplentes? Opina-se, portanto, pelo arquivamento também desse grupo de processos, os instaurados no âmbito da Mesa na Legislatura passada contra então Deputados e Suplente de Deputado em exercício eleitos Suplentes de Deputado Federal para esta Legislatura, com a possibilidade de virem a ser desarquivados, até o fim da presente Legislatura e mediante provocação dos interessados, caso esses Suplentes venham a exercer o mandato. Ante todo o expendido, opina-se pelo acatamento apenas parcial, por parte da Mesa, da sugestão da Corregedoria, para o fim de se determinar o arquivamento, por perda de objeto, de todos os processos político-disciplinares encaminhados à Presidência da Câmara, cientificando-se os interessados. É o parecer, s.m.j.". Discutidos os processos, de um lado processos instaurados contra ex-Deputados que sequer voltaram a concorrer ao cargo de Deputado Federal (de nº 161.699/2008, em relação ao ex-Deputado Geraldo Pudim; nº 148.441/2009, em relação ao ex-Deputado Ernandes Amorim; nº 133.834/2010,

em relação ao ex-Deputado Rodovalho; e nº 129.093/2009, em relação ao ex-Suplente de Deputado, Acélio Casagrande); e de outro lado contra ex-Deputados e Suplente de Deputado que foram eleitos Suplentes de Deputado Federal para a presente Legislatura (de nº 147.193/2009, em relação à ex-Deputada Tonha Magalhães; nº 135.235/2010, em relação ao ex-Deputado Carlos William; nºs 135.117/2010 e 140.188/2010, ambos em relação ao ex-Deputado Fernando Chiarelli; e o de nº 124.686/2010, em relação aos ex-Deputados Márcio Junqueira, Severiano Alves e Uldurico Pinto); a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, arquivá-los, por perda de objeto, ressalvada a possibilidade de virem a ser desarquivados, até o fim da presente Legislatura e mediante provocação dos interessados, os processos referentes aos Suplentes de Deputado Federal que venham a exercer o mandato. Nesse instante, interveio o Senhor Deputado Carlos Eduardo Cadoca, Terceiro Suplente de Secretário, para encarecer ao Senhor Presidente a necessidade de acelerar uma decisão sobre a estrutura funcional das lideranças partidárias, tendo em vista a ocorrência de acréscimos e perdas de parlamentares nas diversas bancadas. Em resposta, o Senhor Presidente Marco Maia esclareceu que estava em tratativa com os Senhores Líderes visando equacionar o problema. II – PAUTA DA SENHORA PRIMEIRA VICE-PRESIDENTE. Sua Excelência a Senhora Deputada Rose de Freitas proferiu seus pareceres exarados nos seguintes Projetos de Resolução, que foram aprovados, por unanimidade, pela Mesa Diretora: 1) PRN Nº 02, de 2008, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly e outros, que “dispõe sobre a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI)”. Parecer: pela aprovação, com substitutivo; 2) PRC Nº 25, de 2011, de autoria do Deputado Vitor Paulo, que “cria o Grupo Parlamentar Brasil – Países Caribenhos”. Parecer: pela aprovação; 3) PRC Nº 08, de 2011, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, que “institui dois co-presidentes aos Grupos Parlamentares de Amizade, sendo um da base de apoio ao Governo e outro da oposição”. Parecer: pela aprovação, com emenda; 4) PRC Nº 236, de 2010, de autoria do Deputado Alex Canziani, que “institui o Prêmio José Mindlim de Promoção da Leitura, a ser concedido, anualmente, às Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas que coletarem mais livros destinados às escolas e bibliotecas públicas de sua jurisdição”. Parecer: pela aprovação, com emenda; 5) PRC Nº 233, de 2010, de autoria do Deputado Alex Canziani, que “institui o Prêmio Inspirar de valorização do trabalho e do empreendedorismo, no âmbito da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público”. Parecer: pela aprova-

ção, com emenda; 6) PRC Nº 219, de 2010 (apensado o de nº 228/2010), de autoria do Deputado Antonio Carlos Biscaia, que “institui a Medalha de Honra ao Mérito Dra. Zilda Arns a ser concedida a pessoas que se destacarem na defesa dos direitos da criança, do adolescente e do idoso”. Parecer: pela aprovação do PRC nº 219/10 e pela rejeição do apensado, PRC nº 228, de 2010. Por último, a Mesa Diretora concedeu vista do Projeto de Resolução nº 207, de 2009, aos Senhores Deputados Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, e Geraldo Resende, Primeiro Suplente de Secretário. Neste momento, a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente, retirou-se da Sala de Reuniões para presidir a Sessão Plenária. III – PAUTA DO SENHOR SEGUNDO VICE-PRESIDENTE. A Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres favoráveis exarados pelo Senhor Deputado Eduardo da Fonte nos seguintes processos referentes a reembolso de despesas médico-hospitalares: 1 - Processo nº 103.021/2011 (parecer à fl. 15), de interesse do Deputado Fábio Ramalho; 2) Processo nº 105.338/2011 (parecer à fl. 15), de interesse da Deputada Fátima Pelaes; 3) Processo nº 105.568/2011 (parecer à fl. 13), de interesse do Deputado Jovair Arantes; 4) Processo nº 110.119/2011 (parecer à fl. 12), de interesse do Deputado Davi Alves Silva Júnior; 5) Processo nº 110.153/2011 (parecer à fl. 21), de interesse do Deputado Vander Loubet; 6) Processo nº 110.179/2011 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Wandenkolk Gonçalves; 7) Processo nº 110.418/2011 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Ronaldo Zulke; 8) Processo nº 110.714/2011 (parecer à fl. 17), de interesse do Deputado Wandenkolk Gonçalves; 9) Processo nº 111.208/2011 (parecer à fl. 16), de interesse do Deputado Décio Lima; 10) Processo nº 111.449/2011 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Natan Donadon; 11) Processo nº 112.661/2011 (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Lael Varella; 12) Processo nº 112.725/2011 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Valdemar Costa Neto; 13) Processo nº 112.321/2011 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Marllós Sampaio; 14) Processo nº 112.679/2011 (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Agnolin; 15) Processo nº 113.349/2011 (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Hugo Napoleão; 16) Processo nº 113.700/2011 (parecer à fl. 14), de interesse do Deputado Josias Gomes; 17) Processo nº 113.716/2011 (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Enio Bacci; 18) Processo nº 115.248/2011 (parecer à fl. 14), de interesse do Deputado Eduardo Sciarra; 19) Processo nº 116.232/2011 (parecer à fl. 9), de interesse da Deputada Perpétua Almeida; 20) Processo nº 116.276/2011 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Júlio Del-

gado; 21) Processo nº 106.396/2011 (parecer à fl. 12, com glosa), de interesse do Deputado Décio Lima; 22) Processo nº 109.073/2011 (parecer à fl. 16), de interesse do Deputado Vander Loubet; 23) Processo nº 110.007/2011 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 24) Processo nº 113.497/2011 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Vitor Penido; 25) Processo nº 113.536/2011 (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Paulo Bornhausen; 26) Processo nº 113.655/2011 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 27) Processo nº 113.738/2011 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Wellington Fagundes; 28) Processo nº 113.746/2011 (parecer à fl. 15), de interesse do Deputado Dr. Ubiali; 29) Processo nº 114.774/2011 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Décio Lima; 30) Processo nº 115.474/2011 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Wandenkolk Gonçalves; 31) Processo nº 113.683/2011 (parecer à fl. 25), de interesse do Deputado André Dias; 32) Processo nº 110.181/2011 (parecer à fl. 17), de interesse do Deputado Wandenkolk Gonçalves; 33) Processo nº 111.401/2011 (parecer à fl. 19), de interesse do Deputado Marcelo Aguiar; 34) Processo nº 111.945/2011 (parecer à fl. 17, com glosa), de interesse do Deputado Josias Gomes; 35) Processo nº 104.421/2011 (parecer à fl. 20), de interesse do Deputado Armando Abílio; 36) Processo nº 109.243/2011 (parecer à fl. 16), de interesse do Deputado Décio Lima; 37) Processo nº 113.761/2011 (parecer à fl. 21, com glosa), de interesse do Deputado Aracely de Paula. Em seguida, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres, pelo arquivamento, em razão da perda de objeto, proferidos pelo Senhor Deputado Eduardo da Fonte, na qualidade de Corregedor, nos seguintes processos: 1) Processo nº 139.975/2010 (Parecer do Corregedor - Of. 2VIPR/COR Nº 28/2011, exarado às fls. 67 e 68), referente à decisão judicial do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso que decretou a perda do mandato (53ª Legislatura) do Deputado Eliene Lima, cassando-lhe o diploma obtido nas eleições de 2006; e 2) Processo nº 103.262/2011 (Parecer do Corregedor - Of. 2VIPR/COR Nº 33/2011, exarado às fls. 7 e 8), referente ao comunicado da decisão do Supremo Tribunal Federal em pedido liminar no Mandado de Segurança nº 30.249, impetrado pelo Sr. Francisco Luiz Escórcio Lima, para assegurar-lhe a posse imediata no cargo de Deputado Federal, vago pela licença do Deputado Pedro Novaes. Em devolução os Processos nºs 105.779/2011, referente ao comunicado da decisão do Supremo Tribunal Federal em medida liminar no Mandado de Segurança nº 30.260, impetrado pelo Sr. Carlos Victor da Rocha Mendes; e 105.783/2011, referente ao comunicado da

decisão do Supremo Tribunal Federal em medida liminar no Mandado de Segurança nº 30.272, impetrado pelo Sr. Humberto Guimarães Souto; a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, arquivá-los em face da decisão definitiva de mérito pelo Supremo Tribunal Federal, em 27 de abril próximo passado, que determina que a vaga decorrente do licenciamento de titulares de mandato parlamentar deve ser ocupada pelos suplentes das coligações e não dos partidos, contrária a medida liminar concedida nos referidos mandados de segurança, conforme pareceres do Corregedor, Deputado Eduardo da Fonte, Of.2VIPR/COR nº 38/2011 e Of.2VIPR/COR nº 39/2011, respectivamente. Exposto o Processo nº 107.023/2011, referente à decisão judicial do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima que decretou a perda do mandato do Deputado Chico das Verduras, cassando-lhe o diploma de deputado federal, a Mesa Diretora deferiu pedido de vista aos Senhores Deputados Júlio Delgado, Quarto Secretário, e Carlos Eduardo Cadoca, Terceiro Suplente de Secretário. Por último, o Senhor Corregedor, Deputado Eduardo da Fonte, relatou o Processo nº 109.931/2011 (apensados nºs 109.902/2011, 110.132/2011, 111.899/2011, 112.747/2011, 112.826/2011 e 114.239/2010), referente às petições subscritas pelo Deputado Chico Alencar e Antonio Carlos de Andrade, Presidente do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL/DF; pelo Senhor José Eudes Oliveira Costa, Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal – CUT-DF; e pelo Senhor Ivan Rodrigues da Rocha, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa em relação à Deputada Jaqueline Roriz. Discutido o processo, a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, aprovar o parecer - Of. 2VIPR/COR nº 40/2011 – do Corregedor, pela apresentação de Representação da Mesa Diretora ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar em desfavor da Deputada Jaqueline Roriz, por indícios de ato incompatível com o decoro parlamentar, como incursa no art. 55, inciso II e § 1º, da Constituição Federal, combinado com o disposto nos artigos 4º, inciso II, e art. 5º, inciso VII, do Código de Ética e Decoro Parlamentar. IV – PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO. O Senhor Deputado Eduardo Gomes relatou os seguintes processos: 1 - Administração: 1.1 - Processo nº 116.092/2010. Parecer do Relator exarado às fls. 55 a 57, trecho extraído: “Trata-se de proposta de instituição de assistência à saúde suplementar dos servidores ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar-SP e de Natureza Especial-CNE, mediante auxílio-saúde, de natureza indenizatória, creditado a título de ressarcimento parcial de mensalidade com Plano Privado de Assistência à Saúde contratado pelo servidor. A matéria está disciplinada no art. 230, in fine,

da Lei Nº 8.112/90, o qual preceitua que a assistência à saúde do servidor (incluído o servidor comissionado por força do disposto no art. 183, § 1º, do mesmo diploma), será prestada pelo Sistema Único de Saúde - SUS e, de maneira suplementar, (a) diretamente pelo órgão ou entidade, (b) mediante convênio, (c) contrato, ou ainda (d) por meio de auxílio, com ressarcimento parcial do valor despendido pelo servidor a planos ou seguros privados, conforme regulamento. Atualmente, os SPs e os CNEs que exercem suas atividades em Brasília estão limitados à assistência médica suplementar oferecida pelo Departamento Médico da Casa, enquanto os SPs que laboram em outros Estados da Federação não dispõem desse recurso.

Ao apresentar a conclusão do estudo, a Secretaria Executiva do Pró-Saúde aduziu, em síntese, que a sistemática de ressarcimento, mediante rateio, é mais vantajosa para o servidor, dada a possibilidade de ajustar o plano de saúde escolhido a sua realidade financeira, e para a Câmara dos Deputados, na medida em que permitirá melhor adequação de seu orçamento, redução de custo e de estrutura administrativa; assim como evitará o repasse, para a Instituição, do risco inerente à rotatividade dos servidores. O modelo de assistência à saúde, mediante ressarcimento parcial, foi igualmente indicado pela Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, que destacou as dificuldades inerentes à instabilidade do vínculo funcional como um dos principais motivos para não se ter promovido até o momento a cobertura de assistência à saúde para a clientela dos comissionados nos moldes em que praticados para os servidores efetivos (Ato da Mesa Nº 75/2006), mediante convênio de compartilhamento de rede credenciada com a Caixa Econômica Federal. Porém, no tocante à formatação do plano de saúde a ser viabilizado, se de cunho individual/familiar ou coletivo/empresarial, informou o órgão de assessoria, relativamente à segunda opção, haver viabilidade jurídica, em tese, tanto para (1) a licitação de operadora de plano de saúde privado, quanto para (2) o credenciamento público de Administradoras de Benefícios, com fulcro no art. 25, caput, da Lei Nº 8.666/93 e na constatação de heterogeneidade e volume da população de comissionados. No tocante às possibilidades apontadas quanto às opções para o plano de saúde coletivo/empresarial, ponderou a Atec/DG que, relativamente à contratação, mediante procedimento licitatório, de operadora de plano de saúde, tal modalidade implicaria custos muito maiores do que os absorvidos pela clientela de efetivos, o que “não se mostraria razoável sob o ponto de vista isonômico, orçamentário e financeiro, sem contar com o fato de que a prestação de serviços centralizada numa só operadora dificilmente

te atenderia a contento uma massa de trabalhadores que se encontra dispersa em toda a Federação”. Em contrapartida, no que concerne ao credenciamento de Administradora de Benefícios, atuariam essas Administradoras como estipulantes de plano coletivo para os comissionados, na forma do art. 23, III, da Resolução Normativa Nº 195/2009, isentando a Câmara dos Deputados de qualquer responsabilidade financeira senão o pagamento de auxílio ao servidor. Por derradeiro, cabe destacar que o modelo de auxílio, mediante ressarcimento parcial, foi o adotado pelo Executivo para assistência à saúde dos servidores daquele Poder, ocupantes de cargo em comissão (Portaria do Ministério do Planejamento SRH/SOF/MP Nº 1, de 29/12/2009), resultando, segundo a instrução do processo, “em benefícios tanto no que diz respeito à impossibilidade de responsabilização do ente público por inadimplência, tanto no que concerne à vantagem proporcionada por se viabilizar, aos servidores comissionados, a contratação de plano de saúde coletivo”. Nesses lindes, o Diretor-Geral encaminha minuta de Ato da Mesa disciplinando a matéria, que será regulamentada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação. Pela proposta, a contratação do Plano de Saúde será feita diretamente pelo servidor, por sua livre escolha e responsabilidade, por meio de Administradoras de Benefícios previamente credenciadas, por procedimento público, pela Câmara dos Deputados. No caso, o servidor fará jus ao auxílio-saúde desde que, cumulativamente, esteja em efetivo exercício de função ou cargo comissionado pelo período mínimo de seis meses consecutivos e não seja beneficiário, na qualidade de titular ou dependente, de convênio, contrato ou outro auxílio-saúde, custeados total ou parcialmente pelos cofres públicos. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável à instituição do auxílio-saúde aos ocupantes de cargos de secretário parlamentar e de natureza especial, na forma de reembolso parcial, a teor do disposto no art. 230, in fine, da Lei Nº 8.112/90, nos termos da minuta de Ato da Mesa apresentada”. Discutida a proposta, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer supra e, em consequência, baixou o Ato da Mesa nº 3, de 2011, que “institui auxílio-saúde aos servidores ocupantes de cargo de Secretário Parlamentar e de Natureza Especial, na forma de ressarcimento”. 1.2 - Processo nº 101.762/2010. Parecer do Relator às fls. 17 e 18: “Trata-se de proposta de Ato da Mesa que dispõe sobre a adoção de critérios socioambientais na aquisição de bens, contratação, execução e fiscalização de serviços e obras pela Câmara dos Deputados. A instrução processual revela, em síntese, que: - di-

versos governos — nacionais e estrangeiros — têm-se mobilizado e adotado procedimentos visando à manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado; - no âmbito da Administração Pública Federal, direta, autárquica e fundacional, a iniciativa mais recente relativamente à matéria é a Instrução Normativa Nº 1, de 19/1/10, editada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Federal; - informações sobre a publicação do referido ato normativo foram oficialmente encaminhadas à Presidência da Câmara dos Deputados pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, oportunidade em que se buscou parceria desta Casa na empreitada de concretizar as Licitações Sustentáveis como uma prioridade de governo (Processo/CD Nº 121.906/10); - com o advento da Lei Nº 12.349/10, foi incluído como fim específico das contratações públicas a promoção do desenvolvimento sustentável, verbis: Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos (grifo nosso) - a própria Lei de Licitações já fixava restrições consideradas relevantes sob os aspectos ambiental e social, a teor do art. 12, incisos IV e VII, ao estabelecer, nos projetos básicos e executivos de obras e serviços, a possibilidade de emprego de mão de obra, materiais e matérias-primas existentes no local, devendo ser considerado o “impacto ambiental”. Por fim, ressalte-se que, em exame da matéria, a Assessoria Técnica da Diretoria-Geral concluiu que a adoção por esta Casa do Ato da Mesa em tela reveste-se de plena legalidade. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame à deliberação da doughta Mesa, com parecer favorável, nos termos das informações e manifestações dos órgãos técnicos da Casa.”. Submetido a votos, o parecer supra foi aprovado por unanimidade e, em consequência, baixado o Ato da Mesa nº 4, de 2011, que “dispõe sobre a adoção de critérios socioambientais na aquisição de bens, contratação, execução e fiscalização de serviços e obras pela Câmara dos Deputados”. 1.3 - Processo nº 105.341/2011. Parecer do Relator, Senhor Deputado Eduardo Gomes, à fl. 8, trecho extraído: “Trata-se de solicitação do Deputado Nelson Marquezelli, Procurador Parlamentar

da Câmara dos Deputados, para que sejam disponibilizadas as linhas celulares indicadas no Ofício Nº 5/2011 à fl. 1, com os respectivos aparelhos, para uso da Procuradoria Parlamentar. Nada obstante, dada a relevância institucional da Procuradoria Parlamentar como órgão colaborador da Mesa, e também da Procuradoria Especial da Mulher e Ouvidoria Parlamentar, esta Secretaria considera oportuno estender aos titulares de tais órgãos a autorização expressa na decisão do Colegiado, conferindo-lhes tratamento isonômico relativamente aos membros da Mesa e Líderes. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da doughta Mesa.”. Aprovado o parecer supra por unanimidade. 1.4. – Processo nº 100.972/2011. Parecer do Relator às fls. 40 e 41, trecho extraído: “Trata-se da fixação do teto de incidência do redutor sobre as pensões parlamentares oriundas do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas-IPC, a ser aplicado no presente exercício - 2011, à luz do disposto no art. 45, inciso II, da Lei Nº 7.087/1982, in verbis: Art. 45. O direito ao recebimento de pensão será: II - reduzido de 2/3 (dois terços) quando o pensionista venha a perceber, no exercício de funções, empregos, cargos públicos ou no exercício de mandato, exceto o legislativo federal, vencimentos, salários, remunerações ou gratificações de qualquer espécie, mensalmente, em montante igual ou superior à soma de subsídios, média das diárias e ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional. Atualmente, por força da decisão da Mesa Diretora exarada em 21/6/00 no Processo Administrativo Nº 123.993/99 e as deliberações contidas nos autos do P. A. Nº 121.994/2001, o critério adotado pela Câmara dos Deputados na aplicação do redutor toma por base o número de parcelas remuneratórias percebidas pelos senhores Deputados no ano imediatamente anterior, utilizando-se o valor do subsídio atualmente vigente. Assim se pronunciou o órgão de pessoal: “em virtude de o redutor do art. 45, II, da Lei Nº 7.087, de 1982, estar sendo aplicado com fundamento no somatório dos valores recebidos pelo Deputado Federal na anterior legislatura”, propugna-se por sua aplicação “com base no subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal, por força do disposto no art. 37, XI da Constituição Federal.” Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da doughta Mesa, com parecer favorável à fixação do teto de incidência do redutor a que se refere o art. 45 da Lei Nº 7.087/82 no valor do teto constitucional (art. 37, XI, CF), a partir de fevereiro de 2011, data dos efeitos financeiros do Decreto Legislativo Nº 805/2010, conforme a instrução.”. Analisada a matéria, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer

supra. 2- Deputados: 2.1. – Processo nº 107.211/2011. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, à fl. 2: “Trata-se de proposta de alteração do art. 77 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados para permitir o acesso dos Presidentes de Partidos Políticos com representantes na Casa ao Plenário Ulysses Guimarães. A proposta justifica-se tendo em vista a importância dos partidos políticos no funcionamento do Congresso Nacional, cuja ação depende, substancialmente, dos partidos, de sua coesão interna e disciplina. Nesse sentido, importa corrigir uma lacuna no Regimento Interno para possibilitar o acesso dos dirigentes máximos das agremiações com representação nesta Casa ao recinto do Plenário, em reconhecimento da decisiva atuação partidária nas deliberações plenárias. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, na forma de Projeto de Resolução.”. Aprovado o parecer supra por unanimidade, a Mesa Diretora apresentou Projeto de Resolução que “modifica o caput do art. 77 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados”. 2.2 - Processo nº 111.691/2009, de interesse do Deputado Geraldo Magela, referente à anteprojeto de resolução que objetiva autorizar a transferência de recursos orçamentários, a título de contribuição corrente, em favor da Confederação Parlamentar das Américas/COPA, e o pagamento de contribuições anuais da Câmara dos Deputados ao referido organismo internacional. A Mesa Diretora deferiu pedido de vista ao Senhor Deputado Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário. 2.3. - Processo nº 106.923/2011. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 12 e 13: “Trata-se de processo no qual os Deputados Federais filiados ao Partido Social Cristão - PSC autorizam e requerem as necessárias providências para que seja feita dedução, no valor da remuneração bruta referente ao cargo de cada um, do percentual de 5% (cinco por cento), referente a sua contribuição partidária, indicando o banco, o CNPJ e a conta-corrente do Partido para receber o referido crédito. Consultada, a Diretoria-Geral manifesta-se contrariamente ao pedido, adotando entendimento da Coordenação de Pagamento de Pessoal no sentido de que o deferimento do pedido favoreceria abertura de precedente, onerando a margem de consignação dos congressistas, e que a adoção da medida em referência abriria caminho para pedidos similares, o que traria sobrecarga ao sistema de processamento de dados, bem como a troca de informações entre a Coordenação de Pagamento de Pessoal e os respectivos interessados, uma vez que os procedimentos abrangem não só o controle de autorização de débito, mas também a verificação de margem consignável e a confe-

rência de valores a serem descontados e os efetivamente processados. Ao concluir, invoca precedentes de natureza similar que não foram acolhidos por esta Casa, citando o processo de interesse da Frente Parlamentar da Saúde, o do Deputado Nilson Mourão em favor do programa Fome Zero, e o do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, solicitando contribuição partidária mediante desconto em folha de pagamento. Adoto o posicionamento da Diretoria-Geral. Acrescento aos argumentos administrativos a existência de proibição legal ao atendimento da solicitação, contida no artigo 31, II, da Lei 9096, de 1995, Lei dos Partidos Políticos, verbis: Art. 31. É vedado ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de: I - II - Autoridade ou órgãos públicos, ressalvadas as dotações referidas do artigo 38. Nesse sentido o TSE respondeu a Consulta nº 1135 - DF, na qual considerou irregular o desconto em folha de contribuição de servidores ocupantes de cargo de confiança filiados a partido político. Embora o objeto da consulta trate de ocupantes de cargos comissionados, o conceito de autoridade constante do inciso II do referido artigo permite entender que tal vedação se aplica à hipótese presente. Assim, quer pelas ponderações contrárias da administração, quer pelo óbice legal acima apontado, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, manifestando-se contrariamente ao pedido de, mediante consignação em folha, promover esta Casa o recolhimento da contribuição partidária de parlamentares em favor dos seus respectivos partidos políticos.”. Submetido a votos, o parecer supra, contrário à solicitação, foi aprovado por unanimidade. 2.4 - Processo nº 127.750/2009, de interesse da Senhora Susan Alvarine Galvão Valadares, referente ao pecúlio parlamentar do ex-deputado Fernando Diniz. A Mesa Diretora concedeu vista do processo em referência aos Senhores Deputados Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente, Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário, e Júlio Delgado, Quarto Secretário. Com relação ao item 3 – Servidores – a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres do Relator nos seguintes processos de cessão de servidor: 3.1 - Processo nº 109.099/2011. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 14 e 15: “Trata-se de solicitação da Senhora Ministra de Estado da Cultura, para que seja autorizada a cessão da servidora da Câmara dos Deputados Lara de Podestá Haje, Analista Legislativo, atribuição Técnico em Comunicação Social - Imprensa Escrita, ponto nº 7.235, para exercer o cargo comissionado de Coordenador-Geral de Políticas Audiovi-

suais, Código DAS 101.4. A matéria encontra-se disciplinada no art. 93, inciso I, §1º, da Lei Nº 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 1º, inciso II, e art. 2º do Ato da Mesa Nº 56/97, verbis: Lei Nº 8.112/90 “Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses: I - para exercício de cargo em comissão ou função de confiança. (...) §1º Na hipótese do inciso I, sendo a cessão para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária, mantido o ônus para o cedente nos demais casos.” Ato da Mesa n.º 56/97 “Art. 1º O servidor efetivo da Câmara dos Deputados somente poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão, nas seguintes hipóteses: (...) II - na administração federal direta, autárquica e fundacional, para o exercício de cargo de Ministro de Estado, cargo em comissão ou função de confiança de níveis DAS-05 ou DAS-06 e cargo de natureza especial ou equivalentes; (...) Art. 2º Na hipótese dos incisos I, II, e III do artigo anterior, o ônus dos vencimentos do cargo efetivo será de responsabilidade da Câmara dos Deputados, cabendo ao cessionário as demais despesas resultantes da requisição.” Conforme estabelece a Lei Nº 8.112/90, o ônus da remuneração do servidor cedido para órgãos ou entidades dos Poderes da União será do órgão cedente, neste caso, da Câmara dos Deputados. Ocorre que o Ato da Mesa Nº 56/97 condiciona a cessão de servidor da Casa para a administração federal direta ao exercício de cargo em comissão ou função de confiança de níveis DAS-05 ou DAS-06. Dessa forma, verifica-se que o pedido não se enquadra nas disposições das normas de regência, o que inviabiliza o seu acolhimento. Destaque-se ainda que a Secretaria de Comunicação Social, órgão de lotação da servidora, ao manifestar-se sobre o pedido, pronunciou-se contrariamente à cessão, em decorrência da carência de quadros especializados naquele órgão e da necessidade de contar com a força de trabalho dos novos servidores para atender a crescente demanda pelos serviços da Secretaria. Além disso, mencionou o fato de encontrar-se a servidora sujeita ao estágio probatório de que trata o art. 20 da Lei Nº 8.112, de 1990, assim como os termos do Edital de Convocação Nº 02/2007, de 20 de janeiro de 2007, que estabelece que o ocupante de cargo de Analista Legislativo, atribuição Técnico em Comunicação Social, deve ser lotado e exercer suas funções na Secretaria de Comunicação Social. Ante o exposto, esta Secretaria submete o pleito ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer contrário à cessão da servidora, conforme a instrução.”; 3.2 -

Processo nº 109.955/2011. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, à fl. 10: “Trata-se de solicitação do Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, para que seja autorizada a cessão do servidor da Câmara dos Deputados ADMAR GONZAGA NETO, Analista Legislativo, atribuição Técnica Legislativa, ponto nº 3.773, para aquela Casa do Congresso Nacional, com vistas a exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar - AP- 06, no Gabinete do Senador Rodrigo Rollemberg (PSB/DF). A matéria encontra-se disciplinada no art. 93, inciso I, § 1º, da Lei Nº 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 4º do Ato da Mesa Nº 56/97, com redação dada pelo Ato da Mesa Nº 86/06, verbis: Lei Nº 8.112/90 Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses: I - para exercício de cargo em comissão ou função de confiança. (...) § 1º Na hipótese do inciso I, sendo a cessão para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária, mantido o ônus para o cedente nos demais casos.” Ato da Mesa Nº 56/97 “Art. 4º As cessões de ocupantes de cargo efetivo da Câmara dos Deputados para o Senado Federal, observado o disposto no art. 93 da Lei Nº 8.112, de 1990, ficam limitadas a 30 (trinta) servidores.” À luz das normas de regência e conforme a instrução do processo, não há impedimento legal à cessão do servidor. Vale frisar que, atualmente, 18 (dezoito) servidores da Câmara dos Deputados encontram-se à disposição de outros órgãos públicos, sendo 7 (sete) para o Senado Federal. Ante o exposto, esta Secretaria submete o pleito ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável à cessão do servidor ao Senado Federal, por 1 (um) ano, conforme a instrução.”; 3.3. - Processo nº 102.696/2011. Parecer do Relator à fl. 25: “Trata-se de solicitação do Secretário de Estado do Governo do Distrito Federal para que seja prorrogada a cessão do servidor Cristiano Magalhães de Pinho, Analista Legislativo, atribuição Engenheiro, ponto nº 6.823, para continuar exercendo o cargo de Diretor de Engenharia e Meio Ambiente da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, com ônus para o órgão de origem. O servidor encontra-se cedido à CAESB desde 1º/4/2005, com ônus para o órgão cessionário, mediante ressarcimento, tendo optado, à época, pela percepção da remuneração do cargo de Diretor do referido órgão. A cessão está amparada pelo art. 1º, parágrafo único, do Ato da Mesa nº 56, de 1997, c/c o art. 93, I, § 1º, da Lei nº 8.112, de 1990, não havendo óbice legal à prorrogação solicitada. Instado a mani-

festar-se, o Departamento Técnico, órgão de lotação do servidor, manifestou-se contrariamente à prorrogação da cessão, pelas razões que apresenta às fls. 4/5 dos autos, dentre elas a carência de pessoal e o elevado volume de demandas de serviço no setor de engenharia civil. O Senhor Presidente, em 20/04/2011, em atenção à manifestação contrária do Departamento Técnico, indeferiu o pedido, tendo, em 28/04/2011, concedido prazo de 30 (trinta) dias, a contar daquela data, para o retorno do servidor a esta Casa. Entretanto, em consideração a novo pedido do Secretário de Estado do Governo do Distrito Federal e tendo em vista a importância do cargo destinado ao servidor naquele ente federativo, o Senhor Presidente decidiu rever sua decisão, encaminhando a matéria a esta Secretaria, com parecer favorável, com vistas à apreciação da Mesa Diretora. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da dita Mesa, com parecer favorável à prorrogação da cessão, a contar do vencimento da última prorrogação, mantidas as condições anteriores.” Na ocasião, entrou a Sala de Reuniões o Senhor Deputado Manato, Segundo Suplente de Deputado. Prosseguiu-se à análise dos seguintes processos: 3.4 - Processo nº 137.448/2007. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 243 a 246: “Trata-se de recurso interposto por Maria Zélia Guedes de Lima contra decisão do Diretor-Geral que lhe indeferiu o pedido de pensão decorrente do óbito do ex-servidor Jorge Arouca Lima, ocorrido em 18/8/2007, porque não comprovada, na data do evento, a qualidade de companheira nem a de ex-companheira que recebe pensão alimentícia. A instrução do processo revela que após o óbito do instituidor requereram pensão civil a Sra. Maria Zélia Guedes de Lima, na condição de companheira, a Sra. Maria Helena Borges Lameira, na qualidade de viúva, e a filha menor Giselle Borges Lima. Ao manifestar-se sobre os pedidos de pensão, a Comissão Permanente de Benefícios propôs a concessão do benefício à viúva e à filha menor do servidor e o indeferimento do pedido da requerente, vez que, à época do óbito, a sua união estável com o instituidor já se encontrava extinta (fls. 155/159). Ao decidir, o Diretor-Geral acolheu parcialmente o relatório da Comissão, indeferindo o pedido de concessão de pensão formulado pela interessada; autorizando a concessão da pensão temporária à filha menor Giselle Borges Lima e determinando a reserva da cota-parte relativa à viúva, até decisão de mérito nos autos da Ação de Anulação de Casamento (fls. 149/154), ajuizada pelo filho do ex-servidor, Sr. Renato Marcel Guedes Lima, contra a esposa de seu pai. Irresignada, a Sra. Maria Zélia Guedes de Lima interpôs recurso, no qual

defende o direito à percepção do benefício, por ser ex-companheira com direito ao recebimento de pensão alimentícia. Para tanto, faz prova, às fls. 39/40, juntando aos autos cópia da sentença proferida em 27/08/2007 na ação de reconhecimento de sociedade de fato cumulada com partilha de bens e alimentos que moveu contra o instituidor perante a Sexta Vara de Família. Na sentença, por homologação de acordo, o juiz reconheceu e dissolveu a união estável ocorrida entre a recorrente e o Sr. Jorge Arouca Lima no período de 25/12/1979 a 27/10/2006 (data do ajuizamento da ação), determinando que, dos rendimentos brutos do instituidor, fosse descontado o percentual de 30% em favor da requerente a título de pensão alimentícia. Ocorre que a sentença homologatória foi proferida nove dias após a morte do instituidor, não configurando a situação, para a Comissão Permanente de Benefícios, caso de ex-companheira que percebe pensão alimentícia, a teor do disposto no art. 217, inciso I, “b”, da Lei nº 8.112/90, o qual consigna o direito de receber pensão vitalícia à pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada, com percepção de pensão alimentícia. Esse direito também é aplicável à ex-companheira, em observância à disposição constitucional que reconhece a união estável entre um homem e uma mulher como entidade familiar. O órgão técnico, ao manifestar-se acerca do recurso, justificou o entendimento acima afirmando que “não basta possuir o direito à pensão alimentícia; é necessário que ele esteja sendo exercido à época do falecimento do instituidor”. Ademais, esclareceu a Comissão que a autonomia da vontade não prevalece nos institutos de direito previdenciário. “A pensão por morte tem como característica a indisponibilidade, ou seja, os critérios para a sua concessão transcendem a vontade do instituidor”. Nessa linha, cita a lição de Wladimir Novaes Martinez: Os critérios do Direito Previdenciário são distintos dos do Direito Civil. Embora em matéria de família e direito da sucessão haja íntima relação entre ambos, em face da peculiaridade do Direito Previdenciário — guardadora de sua autonomia — o seguro social não observa as mesmas regras ou princípios do Direito Civil. A disponibilidade no direito da sucessão ou a divisão do quinhão deixado pelo de cujus, é distinta na previdência social. Além do aspecto econômico prevalecente condicionar o direito à prestação, a pretensão à pensão por morte é distinta do direito à herança. Os contemplados com benefício previdenciário são relacionados na lei. Trata-se de norma pública imposta ao segurado. (MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de Direito Previdenciário. 4ª ed., São Paulo, Ltr, 2001, p. 157) (grifos acrescentados). Ainda nesse sentido, a Comissão citou o Acórdão 742/2007 - Plenário, do Tribunal

de Contas da União, o qual, ao analisar concessão de pensão com fundamento análogo já fixou que a dependência, “para fins de concessão de pensão previdenciária, só se confirma mediante a comprovação de pagamento de pensão alimentícia pelo de cujus”. Por fim, em reexame do pedido, o Diretor-Geral acompanhou mais uma vez a posição da Comissão Permanente de Benefícios relativamente à requerente e manteve sua decisão de fls. 186, pela não concessão do benefício, vez não ter sido comprovada a qualidade de ex-companheira com percepção de alimentos na data do falecimento do instituidor. A recorrente, às fls. 223/233, apresentou aditamento ao recurso, no qual alega, em síntese, ter sido comprovada, pela documentação juntada aos autos, a sua condição de ex-companheira e alimentada. Afirma que “a vontade das partes já havia sido manifestada acerca da obrigação alimentar, a qual deverá prevalecer, não em face de ainda não ter sido desconstituída, como também porque foi celebrado pelo de cujus em data anterior ao seu falecimento e só não foi homologado a tempo unicamente devido à morosidade da marcha processual no Poder Judiciário”. Em reforço às suas alegações, a recorrente citou decisões judiciais e textos doutrinários favoráveis ao entendimento de que a homologação do acordo realizado entre as partes em juízo já seria suficiente para caracterizar a condição de alimentada, situação que lhe conferiria o direito ao benefício pleiteado. Instada a manifestar-se sobre o aditamento do recurso, a Coordenação Permanente de Benefícios reiterou sua posição anterior, pelo não provimento do recurso, destacando que “não há qualquer omissão da legislação em relação ao caso em análise, não havendo, portanto, dúvidas quanto à sua aplicação, uma vez que a alínea “b” do inciso I do art. 217 da Lei Nº 8.112/1990 estabelece que a concessão de pensão civil à pessoa desquitada, divorciada ou separada judicialmente tem um único requisito, qual seja, estar recebendo alimentos no momento do óbito” - situação que não se apresenta no caso da recorrente. Igualmente se posicionou a Assessoria Técnica da Diretoria-Geral (Atec/DG) - pelo não provimento do recurso -, oportunidade em que fez referência à inteligência do artigo 265 do Código de Processo Civil, que estabelece como causa de suspensão do processo a morte de uma das partes, salvo se o juiz já tiver iniciado a audiência de instrução e julgamento. Nesse sentido, destacou a Assessoria, “a suspensão processual imposta pela lei é automática e se inicia no momento da ocorrência do evento fatídico — independentemente de comunicação do fato ao juiz da causa -, acarretando a nulidade dos atos praticados após o óbito, os quais devem ser reputados inexistentes, à luz do arti-

go 266 daquele diploma.” Mencionou ainda a Atec/DG que não há no referido processo judicial (reconhecimento e dissolução da sociedade de fato) declaração de nulidade dos atos praticados depois de 18/8/07 (data do óbito do instituidor), em razão de o Juiz da 6ª Vara de Família da Circunscrição Judiciária de Brasília “jamais ter sido informado dessa circunstância, “nada obstante a requerente tenha-se manifestado nos autos após aquele evento (fl. 278 do P.A. Nº 22/10).” Após acurada análise dos autos, esta Secretaria corrobora as argumentações dos órgãos técnicos, entendendo que o requerimento de habilitação da recorrente ao benefício pensional vai de encontro ao disposto no artigo 217, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 8.112/90, que estabelece ser beneficiária da pensão por morte do servidor, dentre outras, “a pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada, com percepção de pensão alimentícia” (estendendo-se o direito, neste caso, por força constitucional, à ex-companheira que percebe alimentos). Isso porque, até 18/8/2007, data do falecimento do Senhor Jorge Arouca Limeira, a recorrente não havia assumido formalmente a condição de alimentada - sequer havia sido homologado o acordo judicial que lhe atribuiria tal direito - o que impede, por falta de amparo legal, seja-lhe concedido o benefício requerido. Ademais, a pensão alimentícia é obrigação conferida ao alimentante e não ao órgão empregador, responsável apenas pelo desconto do valor dos alimentos nos proventos do servidor. Nesse passo, tendo ocorrido o óbito do instituidor antes da homologação da sentença - instrumento judicial constituidor da obrigação de alimentar -, restou cessada, com a morte, a possibilidade de arbitramento da prestação. Por sua vez, a homologação judicial do acordo, ocorrida apenas em 27/08/2007, deixou de observar o disposto no art. 265, inciso I, do Código de Processo Civil, que determina a suspensão do processo em caso de morte de qualquer das partes, sendo defeso, durante a suspensão, a prática de qualquer ato processual. Nesse passo, a homologação do acordo de alimentos é ato nulo, como bem salientou a Atec/DG às fls. 241/242, não repercutindo qualquer efeito sobre a pretensão da recorrente. Nesses lindes, não assiste direito à recorrente, que somente teria direito à pensão civil se fosse efetivamente, à época do óbito, pensionista de alimentos do servidor, o que não se verificou. Ante todo o exposto, esta Secretaria decide pelo não provimento do presente recurso, vez que a situação da requerente não está contemplada nos limites estabelecidos no art. 217 da Lei nº 8.112/90.” Posto em votação, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer supra, pelo indeferimento. Neste momento, retirou-se da reunião o Senhor Deputado Carlos Edu-

ardo Cadoca, Terceiro Suplente de Secretário. 3.5 - Processo nº 127.021/2010. Parecer do Relator às fls. 136 a 139: “Trata-se de recurso do servidor Raimundo Nonato dos Santos Júnior contra a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados que o exonerou, nos autos do Processo n.º 128.971/2010, da função Comissionada de Chefe da Seção de Conservação e Restauração, FC-05, da Coordenação de Prevenção de Bens Culturais, do Centro de Documentação e Informação, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados (fls. 51- 53), conforme publicação no Boletim Administrativo da Casa n.º 185 de 28/09/2010. Inicialmente, em 18/08/2010, o então Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, autorizou o afastamento do servidor para cursar Mestrado em Museologia, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, na cidade do Porto, Portugal, durante o período de 13 de setembro de 2010 a 30 de setembro de 2011, sem ônus adicionais para a Câmara dos Deputados, nos termos das manifestações de fls. 38-40, a teor do art. 95 da Lei n.º 8.112/90 e dos arts. 66 a 76 do Ato da Mesa n.º 41/2000 (fls. 41). Em 19/08/2010, o Departamento de Pessoal protocolizou solicitação do Diretor do Centro de Documentação e Informação — CEDI e do Senhor Diretor Legislativo, dirigida ao Senhor Presidente, para que o servidor fosse dispensado, a partir de 01/09/2010, da função de Chefe da Seção de Conservação e Restauração (FC-5) (fls.46). Em 20/08/2010, o servidor requereu ao então Senhor Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, a manutenção da função comissionada de Chefe da Seção de Conservação e Restauração durante a realização do curso de mestrado, com fulcro no art. 66, II do Regulamento do Cefor, aprovado pelo Ato da Mesa n.º 41/2000, que versa sobre o afastamento de servidor do ambiente de trabalho para treinamento. (fls. 45). Em 01/09/2010, nos autos do Processo n.º 129.750/2010, foi protocolado requerimento do servidor, no qual pleiteia a reconsideração da decisão do então Presidente da Câmara dos Deputados, que o exonerou da função de Chefe da Seção de Conservação e Restauração, FC-05, da Coordenação de Prevenção de Bens Culturais, do Centro de Documentação e Informação. Em síntese, o requerente aduz que: a) a autorização para a participação no curso em questão, foi concedida pelo Senhor Presidente da Casa, nos autos do Processo n.º 127.021/2010, publicada no Boletim Administrativo n.º 158, de 19/08/2010; b) a expressão “sem ônus adicionais”, constante do despacho do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados (fls. 41), é compreendida como afastamento “com ônus limitado”, a teor do que estabelece o inciso II do art. 66 do Regulamento do CEFOR, aprovado pelo Ato da Mesa n.º 41/2000,

in verbis: “Art. 66. O afastamento do ambiente do trabalho, por tempo integral ou parcial, para atividade de treinamento que o ex(ja, dar-se-á: / - com ônus, podendo compreender, conforme o caso: a) remuneração integral, que compreende a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, nestas compreendidas as relativas à natureza ou ao local de trabalho e a prevista no art. 62 da Lei nº8.112 de 1990, ou outra paga sob o mesmo fundamento. (...) II - com ônus limitado, assegurando-se apenas a remuneração integral,nos termos da alínea “a” do inciso anterior.” Por conseguinte, ainda em argumento, o servidor ressalta: c) o estabelecido no art. 62, I, “a” da Lei nº8.112/90, in verbis: Art. 62. Ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de natureza especial é devida retribuição pelo seu exercício ou outra paga sob o mesmo fundamento” (Redação dada pela Lei nº9.527 de 10.12.97). Em razão disso, o servidor conclui que a legislação supramencionada (o inciso II do art. 66 do Regulamento do CEFOR, e o art. 62, da Lei 8.112/90) lhe assegura a remuneração integral, compreendida a função comissionada por ele exercida. Assim, pede a reconsideração da decisão, no sentido de mantê-lo na referida função. Solicita ainda que o seu requerimento seja remetido à Mesa Diretora em grau de recurso, em caso de indeferimento. Ao pronunciar-se sobre o pedido, a Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, em 15/09/2010, cita parecer da Secretaria de Controle Interno/Secin, exarado nos autos do Processo Nº 119.833/2004, no qual o órgão de controle assevera que, nada obstante o Ato da Mesa assegurar que a remuneração integral do servidor em afastamento inclui a função comissionada porventura recebida, não é tal dispositivo garantia de percepção de função comissionada por todo o período de afastamento, uma vez que a sua finalidade é a de assegurar que o afastado receba, durante o treinamento, o acréscimo pertinente à função comissionada enquanto nela estiver investido, dado o seu caráter de “livre nomeação e exoneração” (art. 35 da Lei Nº 8.112/90 e art. 37 da Constituição Federal). Ainda segundo a Secin, a garantia da função comissionada “imobilizaria a Administração, coibindo-a de fazer ajustes e remanejamentos necessários de funções comissionadas existentes no órgão, o que violaria o disposto no art. 35 da Lei Nº 8.112/90, que dispõe que a exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função comissionada dar-se-á a critério e juízo da autoridade competente ou a pedido do próprio servidor.” Por sua vez, a Atec ressalta que: - o servidor foi afastado da Coordenação de Prevenção de Bens Culturais ainda no mês de ju-

lho/2010, passando a exercer suas atividades na Seção de Reprografia e que sua exoneração se deu somente em 01/09/2010, em atendimento a pedido do servidor, que alegou encontrar-se em dificuldades pessoais, que seriam agravadas com a perda da função em 01/08/2010, data pretendida, pelo órgão de lotação, para a mencionada exoneração; - os despachos do Senhor Diretor de Recursos Humanos, do Senhor Diretor-Geral e do Senhor Primeiro-Secretário não fundamentam suas decisões no art. 66 do Regulamento do CEFOR, mas tão somente em seu art. 70 e no art. 95 da Lei 8.112/90, que dispõem sobre a prerrogativa do Presidente da Casa para autorizações de afastamentos para realização de cursos no exterior; - o curso “sem ônus adicionais”, de forma alguma pode ser interpretado com a hipótese “com ônus limitado” constante do inciso II do art. 66. do Ato da Mesa nº41/2000, tal como interpreta o servidor requerente. A referência textual do despacho do Senhor Presidente aos arts. 66 a 76 do Regulamento do Cefor não implica que a instrução do processo foi orientada no sentido do seu inciso II, do art. 66. Tratou-se de uma decisão daquela autoridade, competente para conceder e para exonerar ad nutum funções comissionadas no âmbito da Casa, no exercício da autoridade que lhe confere o art. 35, da Lei n.º 8.112/90; - a garantia da função comissionada imobiliza a Administração, a cobrindo de fazer ajustes e remanejamentos necessários de funções comissionadas existentes no órgão, o que violaria o disposto no art. 35 da Lei n.º 8.112/90, que dispõe que a exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função comissionada dar-se-á a critério e juízo da autoridade competente ou a pedido do próprio servidor; - a decisão de exonerar o servidor da função foi fundamentada na legislação pertinente e direcionada para o estrito interesse da Administração e que o pedido de reconsideração do ato é uma “tentativa despropositada de sobrepor os interesses pessoais do requerente aos desta Casa”; - a decisão tem caráter discricionário, vez que inexistente fundamento jurídico que conceda estabilidade para o exercício de função de confiança demissível ad nutum. Finalmente, a Assessoria Técnica assevera que a manutenção de servidor no exercício de função de confiança é uma prerrogativa discricionária da administração pública, não existindo fundamento jurídico para se instituir, a partir da autorização para freqüentar um curso de mestrado, uma espécie de estabilidade para o exercício desse tipo de função, que, tanto histórica, quanto legalmente, é demissível ad nutum. Em 21/09/2010, o então Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, acolhendo as manifestações dos órgãos técnicos da Casa, indeferiu o pleito do servidor Raimundo

Nonato dos Santos Júnior no sentido da desconsideração da decisão que o exonerou da função comissionada de Chefe da Seção de Conservação e Restauração (FC-05). É o relatório. É cediço que a exoneração de cargo em comissão e a função de confiança dar-se-á por interesse da autoridade competente ou a pedido do próprio servidor, sendo tais cargos considerados demissíveis ad nutum. Vale lembrar que a expressão ad nutum é usada para indicar a condição em que um ato pode ser efetuado, revogado ou anulado pela vontade, ou nuto, de alguém, sem interferência de outrem. No presente caso, o ato de exoneração se deu pela vontade da autoridade que o praticou. Assim sendo, não existe direito adquirido na manutenção do servidor na função de confiança, vez que é de caráter transitório o preenchimento da função, permanecendo a nomeação enquanto for do interesse e da conveniência da Administração. Ademais, no presente caso, os princípios da boa-fé e da segurança jurídica não foram desacatados pela Administração, que tratou de dar ciência ao servidor de que sua função seria dispensada em 1º de agosto de 2010 (prorrogada para 1º de setembro a pedido do próprio recorrente), não tendo sido ele surpreendido por tal decisão, vez que no momento da autorização do Presidente para a participação do Mestrado no exterior, já tinha o requerente ciência de que não poderia mais contar com esse acréscimo financeiro. Diante de todo o exposto, em observância ao art. 15, inciso XVI, do Regimento Interno, esta Secretaria, acompanhando todas as informações e manifestações contrárias dos órgãos técnicos desta Casa, submete a matéria ao exame e à deliberação da doughty Mesa pelo não provimento do recurso”. Posto em votação, o parecer supra foi aprovado por unanimidade. Por último, *extrapauta*, foi ratificado o parecer do Senhor Presidente Marco Maia no Processo nº 113.586/2011, nos termos a seguir: “Em 4/5/2011. Conforme instrução, à luz da jurisprudência pátria, e tendo em vista a posição dos órgãos técnicos pela possibilidade legal de exoneração de servidora grávida, desde que assegurado o pagamento da indenização respectiva, esta Presidência solicita ao Departamento de Pessoal o Ato de Exoneração da Servidora FABIANA DE MORAIS COSTA, Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, conforme solicitação do Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, às fl.1, lembrando que este Ato de exoneração deverá conter a expressão “ad referendum da Mesa Diretora”, pois a presente decisão deverá ser ratificada pela Mesa Diretora, conforme decisão em reunião deste Colegiado em 16 de março de 2011.” V – PAUTA DO SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO. O Senhor Deputado Jorge Tadeu Mu-

dalen comunicou que, no dia 6 de abril próximo passado, fora realizada reunião para a instituição do Conselho Prêmio Dr. Pinotti, sendo eleita Presidente do Conselho a Senhora Deputada Keiko Otta. Informou ainda que, para o recebimento do aludido prêmio, tinham sido escolhidas as seguintes entidades: Hospital da Baleia (Fundação Benjamin Guimarães), de Belo Horizonte/MG; Hospital Santa Marcelina, de São Paulo/SP; e Maternidade Bárbara Heliodora, de Rio Branco/AC, aduzindo que solenidade de outorga ocorrerá no dia 25 do corrente mês, no Salão Nobre da Casa. Aproveitando o ensejo, Sua Excelência sugeriu ao Colegiado que, em relação à medalha “Mérito Legislativo Câmara dos Deputados”, os Membros da Mesa passassem a ter o direito de indicar dois nomes. Para tanto, tendo em vista a necessidade de alterar a resolução que dispunha sobre o assunto, apresentaria, na próxima reunião, proposta a respeito. Ainda com a palavra, o Senhor Deputado Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário, esclareceu que em abril acontecera a primeira edição do estágio-visita, com a participação de cerca de 49 universitários de todo o País; que a segunda sucederia de 22 a 28 do corrente mês e, finalmente, que entre os dias 1º e 7 de julho serão abertas as inscrições para a terceira edição. Nesse instante, deixou a Sala de Reuniões o Senhor Deputado Geraldo Resende, Primeiro Suplente de Secretário. VI – PAUTA DO SENHOR QUARTO SECRETÁRIO. O Senhor Deputado Júlio Delgado comentou que se iniciara ontem entrega dos primeiros apartamentos reformados na Superquadra Norte 303, fato que devia ser valorizado como exemplo de continuidade de obras de gestão anterior. Destacou que, dos dezoitos casos iniciais, restava apenas um apartamento a ser devolvido. Reiterou que, diferentemente da Legislatura anterior, os Senhores Deputados estavam optando por apartamentos, daí a importância da Mesa autorizar o prosseguimento do procedimento licitatório para reforma dos demais blocos. Em continuidade, declarou que estava submetendo à consideração minuta de Ato da Mesa que “disciplina a ocupação, por Deputados Federais, dos imóveis funcionais administrados pela Câmara dos Deputados”. Adiantava que o Ato em apreço consubstanciava apenas três modificações em relação ao atualmente vigente, a saber: ampliação para sessenta dias do prazo de devolução da unidade, no caso de parlamentar licenciado para o exercício de cargo público em qualquer Estado da Federação; aperfeiçoamento do Termo de Ocupação de Imóvel Funcional Residencial; e estabelecimento de novos critérios para a ocupação de imóvel residencial. Analisada a proposta e esclarecidas dúvidas apresentadas pelos Senhores Deputados, a referida minuta foi aprovada por

unanimidade e, em consequência, a Mesa Diretora baixou o Ato da Mesa nº 5, de 2011. Esgotada a pauta dos Membros da Mesa, o Senhor Presidente Marco Maia comunicou que, a propósito da realização, na próxima semana, da Marcha dos Prefeitos a Brasília, propusera - e fora aceito - que o credenciamento dos Prefeitos para ter ingresso na Casa fosse feito pelos próprios organizadores da Marcha. Igualmente, propunha que os Membros da Mesa Diretora, os Líderes partidários e os Senhores Deputados promovessem, no Salão Negro, uma solenidade de recepção aos Prefeitos, proposta que obteve a concordância geral. Nada mais havendo a tratar, às onze horas e trinta e cinco minutos, o Senhor Presidente Marco Maia declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, , Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. – **Marco Maia**, Presidente

Publique-se.

Em 16-06-11. – **Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida** Secretário-Geral da Mesa.

PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA QUINQUAGÉSIMA QUARTA LEGISLATURA

**Ata da primeira reunião extraordinária da Mesa
Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em
11 de maio de 2011**

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e onze, às dez horas, na Sala de Reuniões do Espaço Cultural, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Marco Maia, Presidente. Presentes a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente, e os Senhores Deputados Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente; Eduardo Gomes, Primeiro Secretário; Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário; Inocêncio Oliveira, Terceiro Secretário; Júlio Delgado, Quarto Secretário; Manato, Segundo Suplente de Secretário; e Carlos Eduardo Cadoca, Terceiro Suplente de Secretário. Ausentes, justificadamente, os Senhores Deputados Geraldo Resende, Primeiro Suplente de Secretário; e Sérgio Moraes, Quarto Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente Marco Maia declarou abertos os trabalhos, retomando à discussão o fato referente à decisão judicial do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima que decretou a perda do mandato do Deputado Chico das Verduras, cassando-lhe o diploma de deputado federal, instruído no Processo nº 107.023/2011, cujo pedido de vista foi concedido aos Senhores Deputados Júlio Delgado, Quarto Secretário, e Carlos Eduardo Cadoca, Terceiro Suplente de Secretário, na reunião do dia

cinco do corrente mês. Em devolução o referido Processo, analisados os diversos aspectos que informavam a matéria, a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, aprovar o parecer (Of. 2VIPR/COR nº 27/2011) do Senhor Corregedor, Deputado Eduardo da Fonte, baixando, em consequência, o Ato da Mesa nº 6, de 2011, que declara a perda do mandato de Deputado Federal do Senhor Francisco Vieira Sampaio, nome parlamentar CHICO DAS VERDURAS, nos termos do inciso V do art. 55 da Constituição Federal. Nada mais havendo a tratar, às dez horas e trinta minutos, o Senhor Presidente Marco Maia declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, , Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. – **Marco Maia**, Presidente.

Publique-se.

Em 16-06-11. – **Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida** Secretário-Geral da Mesa.

putada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente, e os Senhores Deputados Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente; Eduardo Gomes, Primeiro Secretário; Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário; Júlio Delgado, Quarto Secretário; Geraldo Resende, Primeiro Suplente de Secretário; Manato, Segundo Suplente de Secretário; e Sérgio Moraes, Quarto Suplente de Secretário. Ausente justificadamente o Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, Terceiro Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente Marco Maia declarou abertos os trabalhos, passando imediatamente à apreciação da pauta. **I – PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE.** Sua Excelência expôs o **Processo nº 110.376/2011**, referente ao processo de contas da Câmara dos Deputados, exercício financeiro de 2010, nos termos do Parecer da Secretaria de Controle Interno, à fl. 153, conforme a seguir: “PARECER. Em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 74 da Constituição Federal e no inciso X do art. 3º da Resolução 69, de 21 de junho de 1994, da Câmara dos Deputados, foi realizado o exame das contas desta Casa com vistas à comprovação da legalidade e à avaliação dos resultados, quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos agentes responsáveis pela Câmara dos Deputados no exercício de 2010. As análises efetuadas estão consubstanciadas no Relatório de Auditoria de Gestão, de folhas 133 a 151 e no respectivo Certificado, de folha 152, cuja opinião, por mim acolhida, foi pela **REGULARIDADE** da gestão praticada pelos responsáveis no período examinado. Assim, o processo de contas em apreço, organizado na forma regulamentar, encontra-se em condições de ser encaminhado ao Tribunal de Contas da União, para os fins do inciso II do art. 71 da Constituição Federal”. Submetido a análise, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, as contas do exercício financeiro de 2010 da Câmara dos Deputados, instruídas no supracitado processo, acatando o Parecer supra da Secretaria de Controle Interno e atestando haver tomado conhecimento das conclusões expressas no Relatório de Auditoria de Gestão, às fls. 133 a 151, e no Certificado de Auditoria, à fl. 152. Dando seguimento, a Mesa Diretora ratificou, por unanimidade, os despachos favoráveis, *ad referendum* da Mesa Diretora, exarados nos seguintes expedientes referentes a reembolso de despesas médico-hospitalares, cessão de servidor, programa de assistência à saúde, relatório de missão autorizada e relatório de requerimentos de informação: 1 – **Reembolso de despesas médico-hospitalares:** 1.1- **Processo nº 100.653/2011**, de interesse do Deputado Nilson Mourão (despacho favorável à fl. 25); 1.2 – **Processo nº 104.603/2011**, de interesse do Deputado José Mentor (despacho favorável à fl. 19); 1.3 – **Processo**

ATA DA MESA

PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA QUARTA LEGISLATURA

Ata da terceira reunião ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 12 de julho de 2011

Aos doze dias do mês de julho de dois mil e onze, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões do Espaço Cultural, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Marco Maia, Presidente. Presentes no início da reunião a Senhora De-

nº 113.761/2011, de interesse do Deputado Aracely de Paula (despacho favorável à fl. 32); 1.4 – **Processo nº 124.817/2011**, de interesse do Deputado Carlos Magno (despacho favorável à fl. 20); 1.5 – **Processo nº 125.414/2011**, de interesse do Deputado José Mentor (despacho favorável à fl. 8); 1.6 – **Processo nº 125.417/2011**, de interesse do Deputado José Mentor (despacho favorável à fl. 14); 1.7 – **Processo nº 125.565/2011**, de interesse do Deputado Décio Lima (despacho favorável à fl. 15); 1.8 – **Processo nº 125.568/2011**, de interesse do Deputado Décio Lima (despacho favorável à fl. 14); 1.9 – **Processo nº 126.209/2011**, de interesse da Deputada Teresa Surita (despacho favorável à fl. 13); 1.10 – **Processo nº 127.151/2011**, de interesse do Deputado Abelardo Camarinha (despacho favorável à fl. 9). 2 – **Cessão de Servidor**: 2.1 – **Processo nº 6076/2011**. Despacho favorável exarado à fl. 6: “Em 14/4/2011. Atendendo à solicitação do Secretário de Estado de Governo, Paulo Tadeu, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a cessão do servidor Antonio Sabino de Vasconcelos Neto, ponto n. 2562, Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos – Serviços de Atendimento, lotado na Diretoria Administrativa, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 15 de abril de 2011, para exercer o Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-4, de Administrador Regional da Administração Regional de Taguatinga, da Coordenadoria de Cidades, da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, com ônus para o órgão requisitante, mediante ressarcimento da remuneração e da parte da contribuição previdenciária patronal, de acordo com as informações do Departamento de Pessoal (fl. 3) e da Primeira-Secretaria desta Casa (fl. 4), nos termos do art. 93 da Lei n. 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. 2.2 – **Processo nº 112.355/2011**. Despacho favorável à fl. 21: “Em 9/5/2011. Considerando a justificativa apresentada pelo Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público (fls. 19 e 20), revejo minha decisão de fl. 18 e defiro, *ad referendum* da Mesa Diretora, nos termos do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno, a prorrogação da cessão da servidora Cláudia Regina Fonseca Lemos, ponto n. 6.838, Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Televisão, para continuar a exercer o cargo em comissão, símbolo CC-05, de Secretária de Comunicação daquele Conselho. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para as demais providências.”. 2.3 – **Processo nº 114.202/2011**. Despacho favorável à fl. 18: “Em 31/5/2011. Atendendo à solicitação do Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Cezar Peluso, autorizo, *ad referendum*

da Mesa Diretora, a cessão do servidor Alexandre Sankievicz, ponto n. 6.808, Analista Legislativo – atribuição Consultor, lotado na Consultoria Legislativa (Conle), com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Ministro, código CJ-3, no Gabinete do Ministro Marco Aurélio, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações e manifestações favoráveis do Departamento de Pessoal (fls. 5 e 6) e da Diretoria-Geral desta Casa (fl. 13 a 15), nos termos do art. 93 da Lei n. 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. 2.4 – **Processo nº 125.175/2011**. Despacho favorável à fl. 13: “Em 10/6/2011. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a cessão da servidora Hebe Machado Guimarães-Dalgaard, ponto n. 6.301, Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social, lotada no Gabinete da Liderança do Governo na Câmara, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assistente Parlamentar, AP-03, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações e manifestações favoráveis dos órgãos internos (fls. 2 a 4) e da Primeira-Secretaria desta Casa (fls. 11 e 12), nos termos do art. 93 da Lei n. 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. 3 – **Programa de Assistência à Saúde: Processo nº 104.363/2011**. Despacho favorável à fl. 19: “Em 12/4/2011. Trata-se de prorrogação de prazo para que Deputados não reeleitos continuem como beneficiários do Programa de Assistência à Saúde da Câmara dos Deputados (Pró-Saúde). Pela nova redação do art. 4º que foi fixada no Ato da Mesa nº 71, de 27/1/2011, publicado no dia seguinte, o parlamentar deveria fazer a opção de permanecer como beneficiário do Pró-Saúde no exercício do mandato. Ocorre que a publicação do Ato da Mesa foi feita a apenas 3 (três) dias do fim do mandato, prazo não razoável para atender a inovação da norma. Desta forma, acompanhando o entendimento do Senhor Primeiro-Secretário às fls. 18, autorizo, *ad referendum* da Mesa, a prorrogação do prazo por 30 (trinta) dias, a contar do recebimento pelo parlamentar da comunicação desta decisão, para que o Deputado Federal não reeleito possa optar por continuar como beneficiário do Pró-Saúde nas condições estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 71, de 27/1/2011. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para as devidas providências com a urgência que a questão requer.”. 4 – **Relatório de Missão Autorizada nº 4, de 2011**, da Presidência. Missões oficiais

autorizadas por meio de ofícios – GPO nºs, de 2011: 326, 1199, 1201 a 1228, 1230, 1232 a 1235, 1238 a 1242, 1272 a 1274, 1279 a 1283, 1287, 1288, 1296, 1298, 1300, 1302, 1303, 1318, 1322, 1324, 1348, 1350, 1354, 1357, 1361 a 1365, 1386 a 1394, 1398, 1416 a 1421, 1423 a 1443, 1456, 1459, 1460, 1470 a 1472, 1474, 1485 a 1487, 1498, 1499, 1502, 1510, 1512, 1514, 1517, 1518, 1520, 1521, 1526, 1528 a 1549, 1552, 1553, 1559, 1565 a 1568, 1573, 1574, 1612, 1614 a 1616, 1623, 1624, 1627 a 1631, 1636 a 1640, 1652, 1653, 1660, 1664, 1704 a 1708, 1713, 1714, 1722, 1724 a 1727, 1732, 1751 a 1754, 1760, 1761, 1766, 1767, 1771, 1773, 1775, 1776, 1782 a 1786, 1788 a 1802, 1818 a 1821, 1836, 1839, 1842 a 1852, 1864, 1866 a 1871, 1889 a 1891, 1893, 1894, 1927 a 1929, 1933, 1939 a 1941, 1959 a 1985, 1987 a 1992, 1997, 1998, 2000, 2001, 2011, 2012, 2019 a 2025, 2027, 2028, 2031, 2032, 2034, 2035, 2049, 2059 a 2062, 2069 a 2074, 2077, 2079, 2080, 2082, 2086 a 2091, 2100, 2109 a 2113, 2115, 2122 a 2124, 2130, 3132 a 2136, 2145 a 2147, 2154 e 2157.5 – **Relatório de Requerimentos de Informação**, despachados *ad referendum* da Mesa Diretora, nos termos dos pareceres da Relatora, Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente: 1 – **Nº 406/11** – da Sra. Mara Gabrielli – que “solicita que sejam prestadas informações pelo Sr. Ministro de Estado da Secretaria de Aviação Civil acerca do cumprimento da Resolução nº 9, de 5 de Junho de 2007, da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC”. Parecer: pela aprovação; 2 – **Nº 492/11** – do Sr. Sarney Filho – que “requer ao Sr. Ministro da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Wagner Bittencourt, informações referentes à construção de uma nova pista no aeroporto Luiz Eduardo Magalhães, de Salvador, Bahia”. Parecer: pela aprovação; 3 – **Nº 519/11** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Ministro de Estado da Justiça cópia do Processo de Licitação, referente à aquisição de 03 helicópteros para uso das Forças de Segurança Pública do Estado de Goiás, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública”. Parecer: pela aprovação; 4 – **Nº 520/11** – do Sr. Onofre Santo Agostini – que “solicita informações ao Senhor Alfredo Nascimento, Ministro dos Transportes, referente às razões que deram ensejo ao reajuste de pedágio nos municípios catarinenses de Garuva, Araquari, Porto Belo e Palhoça, todos na BR-101”. Parecer: pela aprovação; 5 – **Nº 521/11** – do Sr. Domingos Dutra – que “solicita informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, sobre as previstas construções de geradoras de energia elétricas no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 6 – **Nº 522/11** – do Sr. Domingos Dutra – que “solicita informações a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Mônica Vieira Tei-

xeira, sobre as previstas construções de geradoras de energia elétricas no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 7 – **Nº 523/11** – do Sr. Jonas Donizette – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, a respeito dos recentes reajustes, acima da inflação, nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo”. Parecer: pela aprovação; 8 – **Nº 524/11** – do Sr. Chico Lopes – que “solicita informações ao Senhor Ministro das Minas e Energia sobre os Contratos de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica que vigoram de 2002 a 2010”. Parecer: pela aprovação; 9 – **Nº 525/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa de regularização fundiária, segurança, insalubridade e habitabilidade de população localizada em área inadequada à moradia ou em situações de risco, visando a sua permanência ou realocação, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, saneamento ambiental e inclusão social, nos municípios do Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 10 – **Nº 526/11** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita ao Ministro de Estado das Comunicações informações sobre a participação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) na execução do projeto Trem de Alta Velocidade (TAV)”. Parecer: pela aprovação; 11 – **Nº 527/11** – do Sr. Raul Henry – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Educação sobre o sistema de avaliação educacional do INEP e dados sócio-econômicos que especifica”. Parecer: pela aprovação; 12 – **Nº 528/11** – do Sr. Claudio Cajado – que “solicita informações à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre as consequências da vigência do Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011, que “mantém a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 que especifica, altera o parágrafo único do art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e dá outras providências”. Parecer: pela aprovação; 13 – **Nº 529/11** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações ao Ministro da Previdência e Assistência Social sobre atividades das empresas BRL TRUST SERVIÇOS FIDUCIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, PENTAGONO TRUST PARTICIPAÇÕES LTDA e PENTAGONO DTVM S/A”. Parecer: pela aprovação; 14 – **Nº 530/11** – do Sr. Geraldo Simões – que “solicita ao Senhor Ministro da Fazenda informações sobre o empreendimento portuário Terminal Embraport em relação à aquisição de participação do Fundo de Investimentos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço”. Parecer: pela aprovação; 15 – **Nº 531/11** – do Sr. Ricardo Tripoli – que “solicita informação à Senhora Ministra de Meio Ambiente, acerca da desertificação do Rio Doce, no município de Aimorés (MG)”. Parecer:

pela aprovação; 16 – **Nº 532/11** – do Sr. Alexandre Leite – que “solicita informações ao Senhor Ministro das Cidades sobre os Estudos Técnicos enviados ao DENATRAN pela Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança do Município de Bragança Paulista, localizado no estado de São Paulo”. Parecer: pela aprovação; 17 – **Nº 533/11** – do Sr. Davi Alcolumbre – que “Solicita informações ao Conselho Nacional de Educação, através do Ministério da Educação.” Parecer: pela aprovação; 18 – **Nº 534/11** – do Sr. Davi Alcolumbre – que “Solicita informações ao Departamento de Trânsito Nacional de Trânsito – DENATRAN, através do Ministério das Cidades.” Parecer: pela aprovação; 19 – **Nº 535/11** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita Informações ao Ministro da Educação sobre os critérios técnicos adotados especificamente para a seleção e aprovação de livros didáticos que compõem o acervo do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) voltado à distribuição de livros escolares aos estudantes da rede pública de ensino, que trazem críticas ao governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e elogios à gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), segundo informações veiculadas no dia 1º de maio de 2011, pelo Jornal Folha de São Paulo”. Parecer: pela aprovação; 20 – **Nº 536/11** – do Sr. Flaviano Melo – que “solicita ao Ministro das Cidades, Mário Negromonte, complementação de informações à resposta ao Requerimento nº 14, de 2011, da Câmara dos Deputados com o objetivo de que sejam identificados o número de unidades habitacionais produzidas e em produção bem como os respectivos tomadores, nos contratos firmados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida e dos Programas PAC (I e II) no Estado do Acre elencados no Ofício nº 001898/2011/GABIN/MCIDADES e relacionados em ANEXO. Solicita ainda a atualização dos dados referentes aos percentuais de obras executados”. Parecer: pela aprovação; 21 – **Nº 537/11** – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça sobre processo de vista de permanência do Senhor Mohamed Aly Abou Elezz El-Mahdy Fis Ibrahim Soliman” Parecer: pela aprovação; 22 – **Nº 538/11** – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “solicita informações ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre critérios técnicos de fixação do preço de arrendamento aplicados a este Ministério para a atividade portuária”. Parecer: pela aprovação; 23 – **Nº 539/11** – do Sr. André Figueiredo – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações sobre o Grupo de Trabalho que especifica”. Parecer: pela aprovação; 24 – **Nº 540/11** – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor ANTONIO PATRIOTA, Ministro de Estado das

Relações Exteriores, sobre o elevado número de ocorrências de furtos e assaltos a turistas brasileiros na cidade de Buenos Aires, capital argentina”. Parecer: pela aprovação; 25 – **Nº 541/11** – da Sra. Luciana Santos – que “solicita do Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia esclarecimentos quanto aos reajustes de tarifas de energia elétrica recentemente concedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em percentuais superiores aos solicitados pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica”. Parecer: pela aprovação; 26 – **Nº 542/11** – do Sr. Otavio Leite – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado da Educação informações sobre o convênio/parceria firmado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP com o Conselho Federal de Educação Física – CONFEF”. Parecer: pela aprovação; 27 – **Nº 543/11** – do Sr. Otavio Leite – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações sobre os empréstimos e/ou financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES para o Metrô Rio – Rio de Janeiro/RJ”. Parecer: pela aprovação; 28 – **Nº 544/11** – do Sr. Jonas Donizette – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre a implantação do IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus de Campinas/SP”. Parecer: pela aprovação; 29 – **Nº 545/11** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, no sentido de esclarecer esta casa sobre os sucessivos aumentos dos combustíveis no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 30 – **Nº 546/11** – do Sr. Edinho Araújo – que “solicita informações ao Ministério dos Transportes sobre o cronograma de obras indispensáveis à segurança da malha ferroviária, especialmente no Estado de São Paulo, sob a concessão da ALL – América Latina Logística”. Parecer: pela aprovação; 31 – **Nº 547/11** – do Sr. Marlllos Sampaio – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, informações sobre veiculação de publicidade e programas sociais do Banco do Nordeste do Brasil – BNB e Caixa Econômica Federal – CEF”. Parecer: pela aprovação; 32 – **Nº 548/11** – do Sr. Marlllos Sampaio – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, informações sobre veiculação de publicidade e programas sociais da Petrobrás e Eletrobrás”. Parecer: pela aprovação; 33 – **Nº 549/11** – do Sr. Marlllos Sampaio – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, informações sobre veiculação de publicidade e programas sociais dos Correios”. Parecer: pela aprovação; 34 – **Nº 550/11** – do Sr. Marlllos Sampaio – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado

do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, informações sobre veiculação de publicidade e programas sociais do Banco Nacional do Desenvolvimento-BNDES". Parecer: pela aprovação; 35 – **Nº 551/11** – do Sr. Eleuses Paiva – que "solicita informações ao Ministro de Estado das Minas e Energia, sobre a extinção das reservas garimpeiras no norte do Estado do Mato Grosso". Parecer: pela aprovação; 36 – **Nº 552/11** – do Sr. Carlos Roberto – que "solicita ao Sr. Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil, Wagner Bittencourt de Oliveira, informações sobre às obras do Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos, Estado de São Paulo". Parecer: pela aprovação; 37 – **Nº 553/11** – do Sr. Carlos Roberto – que "solicita ao Sr. Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil, Wagner Bittencourt de Oliveira, informações sobre as obras da ponte Baquirivu-Guaçu que dá acesso ao Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos, Estado de São Paulo". Parecer: pela aprovação; 38 – **Nº 554/11** – da Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições de políticas públicas e de Projetos de Lei destinados a combater e prevenir os efeitos do Crack e de outras drogas ilícitas. – que "solicita informações ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre a relação de entidades que realizam assistência aos usuários de drogas no Estado do Rio Grande do Norte, inclusive aquelas que não estejam regularmente registradas". Parecer: pela aprovação; 39 – **Nº 555/11** – do Sr. Otavio Leite – que "solicita a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Cultura informações sobre a obra de reforma do Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro/RJ". Parecer: pela aprovação; 40 – **Nº 556/11** – do Sr. Vicentinho – que "solicita informações à Sra. Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre o Projeto de Lei que cria o Plano de Carreira dos Servidores da Advocacia-Geral da União". Parecer: pela aprovação; 41 – **Nº 557/11** – do Sr. José Chaves – que "solicita informações ao Senhor ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a cobrança de taxas de ocupação, foros e laudêmios, incidentes sobre "terrenos de marinha e acrescidos", a cargo do Serviço do Patrimônio da União (SPU)". Parecer: pela aprovação; 42 – **Nº 558/11** – do Sr. Pauderney Avelino – que "solicita informações ao Excelentíssimo Secretário da Aviação Civil, Sr. Wagner Bittencourt, sobre situação dos aeroportos internacionais de Tabatinga e Tefé localizados no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 43 – **Nº 559/11** – do Sr. Maurício Quintella Lessa – que "solicita ao Excelentíssimo Ministro de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, o envio de balancetes e plano de investimento da Eletrobras em Alagoas". Parecer: pela aprovação; 44 – **Nº 560/11** – do Sr. Ivan Valente – que "solicita informações

ao Senhor Ministro de Relações Exteriores acerca das ações adotadas pelo Brasil em relação à Organização dos Estados Americanos – OEA". Parecer: pela aprovação; 45 – **Nº 561/11** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "solicita informações pelo Ministro da Justiça, Senhor José Eduardo Martins Cardozo, quanto aos Editais de 12 de abril de 2011, publicados na Seção 3, do Diário Oficial da União, em 13.4.2011, para seleção de consultores temporários para formulação de estudos relativos à temática ali indicada". Parecer: pela aprovação; 46 – **Nº 562/11** – do Sr. Laercio Oliveira – que "solicita informações à Sra. Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre o Projeto de Lei que cria o Plano de Carreira dos Servidores da Advocacia-Geral da União". Parecer: pela aprovação; 47 – **Nº 563/11** – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que "solicita informações à Ministra do Meio Ambiente sobre os índices de desmatamento, ano a ano, na Amazônia Legal". Parecer: pela aprovação; 48 – **Nº 564/11** – do Sr. Izalci – que "solicita informação ao Sr. Ministro da Justiça sobre o andamento da Operação Shaolin iniciada pela Polícia Civil do Distrito Federal e que foi absorvida pela Polícia Federal". Parecer: pela aprovação; 49 – **Nº 565/11** – do Sr. Izalci – que "solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva de Jesus Júnior, sobre o Programa Segundo Tempo e outros convênios firmados pela referida Pasta". Parecer: pela aprovação; 50 – **Nº 566/11** – do Sr. Moreira Mendes – que "solicita informações sobre questões relacionadas ao trabalho escravo ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Excelentíssimo Senhor Carlos Lupi". Parecer: pela aprovação; 51 – **Nº 567/11** – do Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto – que "solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, a respeito da formação de cartéis no setor de combustíveis". Parecer: pela aprovação; 52 – **Nº 568/11** – do Sr. Rogério Peninha Mendonça – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes a respeito do aumento de pedágio na BR-101, em Santa Catarina, e na BR-376, no Paraná". Parecer: pela aprovação; 53 – **Nº 569/11** – do Sr. Duarte Nogueira – que "solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, quanto ao incremento patrimonial supostamente operado na relação de bens do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Senhor Antônio Palocci, no período de 2006 a 2011". Parecer: pela aprovação; 54 – **Nº 570/11** – do Sr. Duarte Nogueira – que "solicita sejam prestadas informações pelo Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Sr. Jorge Hage Sobrinho, quanto ao incremento patrimonial supostamente operado na relação de bens do Ministro de Estado Chefe da

Casa Civil da Presidência da República, Sr. Antônio Palocci Filho, no período de 2006 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 55 – **Nº 571/11** – do Sr. Stepan Nercessian – que “solicita informações ao Ministro da Educação sobre os problemas na distribuição e na qualidade da merenda escolar nas escolas públicas brasileiras denunciado pelo Programa Fantástico da Rede Globo, que colidem frontalmente com a política preconizada pelo Ministério da Educação embasada no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE”. Parecer: pela aprovação; 56 – **Nº 572/11** – do Sr. Dr. Aluizio – que “solicita à Sra. Ministra do Meio Ambiente, Isabella Teixeira, informações referentes ao transporte de material radiativo para Caetité, Bahia”. Parecer: pela aprovação; 57 – **Nº 573/11** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Exmo. Ministro de Estado da Casa Civil esclarecimentos acerca dos serviços de consultoria prestados por sua empresa durante o seu mandato de Deputado Federal na 53ª Legislatura”. Parecer: pela aprovação; 58 – **Nº 574/11** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita informações ao Ministro de Estado de Minas e Energias, relativas à denúncia de práticas discriminatórias nas relações de trabalho da Empresa de Pesquisa Energética (EPE)”. Parecer: pela aprovação; 59 – **Nº 575/11** – do Sr. Dr. Aluizio – que “solicita ao Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, Aluizio Mercadante, informações referentes ao transporte de material radiativo para Caetité, Bahia”. Parecer: pela aprovação; 60 – **Nº 576/11** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardoso, sobre a entrada de turistas estrangeiros no Brasil nos últimos cinco anos”. Parecer: pela aprovação; 61 – **Nº 577/11** – do Sr. Beto Faro – que “solicita informações à Senhora Ministra do Meio Ambiente sobre as multas aplicadas a produtores rurais por infrações ambientais”. Parecer: pela aprovação; 62 – **Nº 578/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de XAPURI, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 63 – **Nº 579/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de TARAUCÁ, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 64 – **Nº 580/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de SENADOR GUIOMARD, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 65 – **Nº 581/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informa-

ções ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de SENA MADUREIRA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 66 – **Nº 582/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de SANTA ROSA DO PURUS, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 67 – **Nº 583/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de RODRIGUES ALVES, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 68 – **Nº 584/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de PORTO WALTER, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 69 – **Nº 585/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de PORTO ACRE, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 70 – **Nº 586/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de PLÁCIDO DE CASTRO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 71 – **Nº 587/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de MARECHAL THAUMATURGO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 72 – **Nº 588/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de MANOEL URBANO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 73 – **Nº 589/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de MÂNCIO LIMA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 74 – **Nº 590/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de JORDÃO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 75 – **Nº 591/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de FEIJÓ, no Estado do ACRE”. Pa-

recer: pela aprovação; 76 – **Nº 592/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de EPITACIOLÂNDIA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 77 – **Nº 593/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de CRUZEIRO DO SUL, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 78 – **Nº 594/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de CAPIXABA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 79 – **Nº 595/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de BUJARI, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 80 – **Nº 596/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de BRASILÉIA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 81 – **Nº 597/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de ACRELÂNDIA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 82 – **Nº 598/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de ASSIS BRASIL, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 83 – **Nº 599/11** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de RIO BRANCO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 84 – **Nº 600/11** – do Sr. Ronaldo Fonseca – que “solicita informações complementares ao Ministério da Educação a respeito do Convênio firmado com Ecos – Comunicação em Sexualidade para a elaboração de material para combater a homofobia nas escolas”. Parecer: pela aprovação; 85 – **Nº 601/11** – do Sr. Daniel Almeida – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre a arrecadação tributária efetuada pela União”. Parecer: pela aprovação; 86 – **Nº 602/11** – do Sr. Mendonça Filho – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, sobre a distribuição do livro “Por uma Vida Melhor”, pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos, obra

que permite o uso de erros gramaticais pelos alunos da rede pública nacional”. Parecer: pela aprovação; 87 – **Nº 603/11** – do Sr. Pepe Vargas – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre a arrecadação dos impostos Federais do PIS e COFINS para o setor têxtil”. Parecer: pela aprovação; 88 – **Nº 604/11** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Sr. Ministro da Fazenda informações acerca de operações financeiras envolvendo a empresa DIGITRO TECNOLOGIA LTDA”. Parecer: pela aprovação; 89 – **Nº 605/11** – do Sr. Genecias Noronha – que “solicita informações ao Senhor Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro da Secretaria de Aviação Civil, sobre a situação do Aeroporto de Juazeiro do Norte/CE”. Parecer: pela aprovação; 90 – **Nº 606/11** – do Sr. Valdir Colatto – que “solicita informações ao Ministro da Justiça, Excelentíssimo Senhor José Eduardo Cardozo, sobre o número atualizado da População Indígena Brasileira, por reserva existente”. Parecer: pela aprovação; 91 – **Nº 607/11** – do Sr. Valdir Colatto – que “reitera solicitação de informações ao Ministro da Justiça Excelentíssimo Senhor José Eduardo Cardozo, sobre todas as áreas demarcadas como terra indígena ou reserva indígena, e também todos os estudos que estão sendo realizados no âmbito do Ministério da Justiça, para a demarcação de terras indígenas ou reserva indígena, oferecendo informações detalhadas sobre cada uma delas”. Parecer: pela aprovação; 92 – **Nº 608/11** – do Sr. Onofre Santo Agostini – que “solicita informações ao Senhor Orlando Silva de Jesus Junior, Ministro do Esporte, referente à alteração do nome do Estádio Mané Garrincha, localizado na capital federal, para Estádio Nacional de Brasília”. Parecer: pela aprovação; 93 – **Nº 609/11** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro da Educação sobre o uso de termos coloquiais da língua portuguesa com graves erros gramaticais em livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) voltado à distribuição de livros escolares aos estudantes da rede pública de ensino”. Parecer: pela aprovação; 94 – **Nº 610/11** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita informações ao Sr. Fernando Haddad, Ministro da Educação sobre os programas que estão sendo desenvolvidos para a redução do analfabetismo no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 95 – **Nº 611/11** – do Sr. José Chaves – que “solicita à Senhora Ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão fornecer teor de editais da Gerência do Serviço do Patrimônio da União (SPU), em Pernambuco, publicados na imprensa, nos exercícios de 2010 e 2011”. Parecer: pela aprovação; 96 – **Nº 612/11** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, sobre os Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPAC na ci-

dade do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 97 – **Nº 613/11** – da Comissão de Defesa do Consumidor – que “solicita ao Ministro de Estado da Saúde o encaminhamento de informações a respeito das providências adotadas pela Anvisa para cumprimento das recomendações e determinações feitas pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 1796/2008 – Plenário”. Parecer: pela aprovação; 98 – **Nº 614/11** – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “solicita informações a Exm^a Sra. Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre o Projeto de Lei que cria o Plano de Carreira dos Servidores da Advocacia-Geral da União”. Parecer: pela aprovação; 99 – **Nº 615/11** – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “solicita informações ao Ministro de Minas e Energia, sobre a carga de urânio recebida no município de Caetité (BA)”. Parecer: pela aprovação; 100 – **Nº 616/11** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita informações ao Sr. Paulo Bernardo Silva, Ministro de Estado das Comunicações, referentes ao inventário de bens reversíveis à União decorrente dos contratos de concessão firmados com as prestadoras de telefonia fixa”. Parecer: pela aprovação; 101 – **Nº 617/11** – do Sr. Pauderney Avelino – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega, a respeito dos créditos tributários do Banco Panamericano”. Parecer: pela aprovação; 102 – **Nº 618/11** – da Sra. Nilda Gondim – que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, informações concernentes aos programas da FUNASA para fins de abastecimento e saneamento básico com vistas ao atendimento de municípios com população de até 50 mil habitantes, no Estado da Paraíba”. Parecer: pela aprovação; 103 – **Nº 619/11** – da Sra. Nilda Gondim – que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, possibilidade de encaminhar levantamento/dados estatísticos da doença de Chagas no Brasil, em especial quanto ao Estado da Paraíba e ainda, as ações realizadas para o seu combate e controle”. Parecer: pela aprovação; 104 – **Nº 620/11** – da Sra. Nilda Gondim – que “solicita à ilustríssima Senhora Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, possibilidade de encaminhar os nomes dos municípios do Estado da Paraíba que podem ser contemplados com programa do Governo Federal com vistas à erradicação de “pobreza extrema” no estado”. Parecer: pela aprovação; 105 – **Nº 621/11** – da Sra. Íris de Araújo – que “solicita informações ao Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes, sobre as providências tomadas pela Superintendência Regional do DNIT nos Estados de Goiás e Distrito Federal, referentes aos defeitos apresentados em viaduto da duplicação da

rodovia BR-070 em Goiás”. Parecer: pela aprovação; 106 – **Nº 622/11** – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União sobre a transição governamental de 2010, prevista na Lei 10.609 de 2002 e no Decreto nº 7.221 de 2010”. Parecer: pela aprovação; 107 – **Nº 623/11** – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita informações ao Sr. Ministro Chefe da Casa Civil sobre a transição governamental de 2010, prevista na Lei 10.609 de 2002 e no Decreto nº 7.221 de 2010”. Parecer: pela aprovação; 108 – **Nº 624/11** – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a transição governamental de 2010, prevista na Lei 10.609 de 2002 e no Decreto nº 7.221 de 2010”. Parecer: pela aprovação; 109 – **Nº 625/11** – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre a transição governamental de 2010, prevista na Lei 10.609 de 2002 e no Decreto nº 7.221 de 2010”. Parecer: pela aprovação; 110 – **Nº 626/11** – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a transição governamental de 2010, prevista na Lei 10.609 de 2002 e no Decreto nº 7.221 de 2010”. Parecer: pela aprovação; 111 – **Nº 627/11** – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a transição governamental de 2010, prevista na Lei 10.609 de 2002 e no Decreto nº 7.221 de 2010”. Parecer: pela aprovação; 112 – **Nº 628/11** – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita informações ao Sr. Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre a transição governamental de 2010, prevista na Lei 10.609 de 2002 e no Decreto nº 7.221 de 2010”. Parecer: pela aprovação; 113 – **Nº 629/11** – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa sobre a transição governamental de 2010, prevista na Lei 10.609 de 2002 e no Decreto nº 7.221 de 2010”. Parecer: pela aprovação; 114 – **Nº 630/11** – do Sr. Nelson Padovani – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antônio de Aguiar Patriota, sobre o Acordo por Troca de Notas, Referente à Atualização das Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai de 1º de setembro de 2009”. Parecer: pela aprovação; 115 – **Nº 631/11** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro das Relações Exteriores sobre contratação de mão de obra por empresas brasileiras em atividade no exterior, na forma que especifica”. Parecer: pela aprovação; 116 – **Nº 632/11** – do Sr. Audifax – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre a esti-

mativa de renúncia de receita decorrente da aprovação do Projeto de Lei nº. 4.392, de 2004". Parecer: pela aprovação; 117 – **Nº 633/11** – do Sr. Ivan Valente – que "solicita informações ao Senhor Ministro de Relações Exteriores sobre a existência de Acordo efetuado ou em estudo entre o Estado de Israel e o Estado Brasileiro com a finalidade de cooperação na área de segurança". Parecer: pela aprovação; 118 – **Nº 634/11** – do Sr. Duarte Nogueira – que "solicita informações ao Senhor Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre os gastos realizados pela Presidência da República por meio do uso de "cartões de pagamento"". Parecer: pela aprovação; 119 – **Nº 635/11** – do Sr. Rubens Bueno – que "solicita informações à Sra. Ana de Hollanda, Ministra de Estado da Cultura, informações e cópias integrais dos convênios efetuados entre o Ministério e a Fundação Feira do Livro de Ribeirão Preto". Parecer: pela aprovação; 120 – **Nº 636/11** – do Sr. Rubens Bueno – que "solicita informações ao Sr. Pedro Novaes, Ministro de Estado do Turismo, informações e cópias integrais dos convênios efetuados com a Fundação Feira do Livro de Ribeirão Preto". Parecer: pela aprovação; 121 – **Nº 637/11** – do Sr. Beto Mansur – que "solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre alterações das normas que regem as operações de Resseguros, pela Resolução nº 225, de 6 de dezembro de 2010, do CNSP Conselho Nacional de Seguros Privados". Parecer: pela aprovação; 122 – **Nº 638/11** – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministério das Comunicações, por meio da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, acerca dos contratos de privatização dos serviços de telecomunicações assinados em 1998". Parecer: pela aprovação; 123 – **Nº 639/11** – do Sr. Domingos Dutra – que "solicita informações ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre o destino dos recursos captados pela Caixa Econômica Federal a título de Contribuição Sindical os quais não tenham sido repassados aos respectivos titulares dos créditos". Parecer: pela aprovação; 124 – **Nº 640/11** – do Sr. Rogério Peninha Mendonça – que "solicita ao Ministro da Justiça informações sobre a aplicação dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional". Parecer: pela aprovação; 125 – **Nº 641/11** – do Sr. Tiririca – que "solicita informações à Sra. Ana de Hollanda – Ministra da Cultura – acerca dos programas, ações de amparo e incentivo à atividade circense desenvolvidos pela Fundação Nacional de Artes (Funarte) e pelo Ministério da Cultura". Parecer: pela aprovação; 126 – **Nº 642/11** – do Sr. Tiririca – que "solicita ao Ministro da Educação informações acerca de aspectos envolvendo a educação e as artes e atividades circenses". Parecer: pela aprovação; 127 – **Nº 643/11** – do Sr. Carlinhos Almeida – que "solicita informações

ao Sr. Ministro de Estado do Turismo sobre as ações do Ministério para que o "Centro de Treinamento Gastronômico Dr. Franklin Bueno Maia", no município de Campos do Jordão, Estado de São Paulo, entre em efetivo funcionamento". Parecer: pela aprovação; 128 – **Nº 644/11** – do Sr. Nelson Padovani – que "solicita informações ao Presidente da INFRAERO, Senhor Antonio Gustavo Matos do Vale, sobre os contratos de serviços terceirizados efetuados nos aeroportos brasileiros". Parecer: pela aprovação; 129 – **Nº 645/11** – do Sr. Padre Ton – que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energias, no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os estudos básicos, licitação e implementação das obras de construção da linha de transmissão de energia elétrica entre a fonte geradora, em Porto Velho/RO, e a subestação de distribuição em Araraquara/SP". Parecer: pela aprovação; 130 – **Nº 646/11** – da Sra. Rosinha da Adefal – que "solicita que sejam prestadas informações pela Sra. Ministra da Cultura, acerca da existência de previsão, na proposta de revisão da Lei de Direitos Autorais, de acessibilidade para as pessoas com deficiência (acesso e bens culturais em formato acessível), em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência". Parecer: pela aprovação; 131 – **Nº 647/11** – do Sr. Izalci – que "solicita informações ao Ministro da Fazenda sobre a arrecadação setorial e por regime de tributação do Imposto de Renda". Parecer: pela aprovação; 132 – **Nº 648/11** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "solicita informações à Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente a respeito da concessão da Licença de Instalação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, sem o atendimento à totalidade das condicionantes referidas no procedimento de concessão da Licença Prévia para o empreendimento da USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE (UHE Belo Monte) ou AHE Belo Monte". Parecer: pela aprovação; 133 – **Nº 649/11** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia relativas ao desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro face aos riscos inerentes à construção de novas centrais term nucleares e exigências da prevenção e da contenção de danos nucleares". Parecer: pela aprovação; 134 – **Nº 650/11** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação, a respeito de modificações nas taxas de juros para amortização de financiamento por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies)". Parecer: pela aprovação; 135 – **Nº 651/11** – do Sr. Hugo Leal – que "solicita ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão infor-

mações sobre procedimentos que devem ser adotados pela Secretaria do Patrimônio da União, para dar cumprimento à legislação que dispõe sobre a gestão dos bens imóveis da União, em consonância com a sua Missão Institucional de “conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos para a Nação.” Parecer: pela aprovação; 136 – **Nº 652/11** – do Sr. Alexandre Leite – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Saúde sobre as políticas públicas desenvolvidas, atualmente, para prevenção e tratamento da Leishmaniose no país”. Parecer: pela aprovação; 137 – **Nº 653/11** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, informações sobre os valores arrecadados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO”. Parecer: pela aprovação; 138 – **Nº 654/11** – do Sr. Dr. Rosinha – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado da Educação informações a respeito da ampliação das instalações da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Cornélio Procopio”. Parecer: pela aprovação; 139 – **Nº 655/11** – da Sra. Rosane Ferreira – que “solicita informações à Senhora Ministra do Meio Ambiente sobre a eventual redução de sete unidades de conservação na Amazônia para permitir a construção de seis usinas hidrelétricas”. Parecer: pela aprovação; 140 – **Nº 656/11** – da Comissão de Turismo e Desporto – que “solicita ao Ministro das Relações Exteriores informações sobre o atendimento dispensado aos cidadãos brasileiros em situação regular que se destinam aos aeroportos da Espanha”. Parecer: pela aprovação; 141 – **Nº 657/11** – da Comissão de Viação e Transportes – que “solicita informações ao Ministério dos Transportes e ao DNIT referentes ao cronograma completo de todos os lotes da obra de duplicação da BR – 381”. Parecer: pela aprovação; 142 – **Nº 658/11** – do Sr. Sandro Alex – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes sobre a conclusão das obras da Rodovia Transbrasiliana”. Parecer: pela aprovação; 143 – **Nº 659/11** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações à Excelentíssima Ministra-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Sra. Helena Chagas, sobre as informações que especifica”. Parecer: pela aprovação; 144 – **Nº 660/11** – do Sr. Vanderlei Macris – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes, sobre os critérios de elaboração das tabelas de preço do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi e do Sistema de Custos Rodoviários – Sicro”. Parecer: pela aprovação; 145 – **Nº 661/11** – da Sra. Elcione Barbalho – que “solicita ao Ministro da

Justiça, Senhor José Eduardo Cardozo, informações da base de dados do Ministério da Justiça sobre o atendimento de mulheres vítimas de violência no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 146 – **Nº 662/11** – do Sr. Paulo Abi-Ackel – que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, informações sobre os materiais didáticos distribuídos pelo Ministério da Educação – MEC às Escolas Públicas brasileiras, com vistas a elaborar uma possível ação legislativa nesta área”. Parecer: pela aprovação; 147 – **Nº 663/11** – do Sr. José de Filippi – que “solicita informações ao Ministério das Minas e Energia e à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre quantos e quais municípios do Estado de São Paulo foram implicados pela Resolução ANNEEL Nº 414, de 09 de Setembro de 2010”. Parecer: pela aprovação; 148 – **Nº 664/11** – do Sr. Wladimir Costa – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Sr. Garibaldi Alves Filho, informações a respeito da execução da emenda orçamentária de autoria da Bancada do Estado do Pará – OGU 2009, destinada à Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS – Região Metropolitana de Belém – No Estado do Pará, relativo aos municípios de Barcarena, Benevides, Garrafão do Norte e Mojú”. Parecer: pela aprovação; 149 – **Nº 665/11** – do Sr. Carlisle Pedrosa – que “solicita informações a Sra. Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre os dados referentes aos patrocínios e programas desportivos mantidos pelo SESI-SP, que devem constar do orçamento dessa entidade”. Parecer: pela aprovação; 150 – **Nº 666/11** – do Sr. Valdir Colatto – que “solicita informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Excelentíssimo Senhor Afonso Florence sobre o impacto da aplicação do Código Florestal vigente sobre a agricultura familiar brasileira”. Parecer: pela aprovação; 151 – **Nº 667/11** – do Sr. Valdir Colatto – que “solicita informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente, Excelentíssima Senhora Izabella Mônica Vieira Teixeira sobre o impacto da aplicação do Código Florestal vigente sobre a produção agrosilvopastoril brasileira”. Parecer: pela aprovação; 152 – **Nº 668/11** – do Sr. Moreira Mendes – que “solicita informações sobre o aumento do desmatamento na Amazônia Legal, à Ministra de Estado do Meio Ambiente, Excelentíssima Senhora Izabella Mônica Vieira Teixeira”. Parecer: pela aprovação; 153 – **Nº 669/11** – do Sr. Ademir Camilo – que “solicita informações ao Exmo. Sr. Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação, encaminhar cópia do Convênio 3564/93 e dos documentos que instruíram a Auditoria do mesmo, realizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE”. Parecer: pela aprovação; 154 – **Nº 670/11** – do Sr. Fábio Souto – que “solicita informações ao Mi-

nistério do Meio Ambiente sobre os critérios técnicos que subsidiaram a criação da Reserva Extrativista de Canavieiras no Estado da Bahia”. Parecer: pela aprovação; 155 – **Nº 671/11** – do Sr. Neri Geller – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Justiça Excelentíssimo Senhor José Eduardo Cardozo, sobre o processo nº 08620.0073/2010 da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), para demarcação de terra indígena Apiaká do Pontal e Isolados”. Parecer: pela aprovação; 156 – **Nº 672/11** – do Sr. Valdir Colatto – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Excelentíssimo Senhor Wagner Rossi sobre o impacto da aplicação do código florestal vigente sobre a produção agrosilvopastoril brasileira”. Parecer: pela aprovação; 157 – **Nº 673/11** – do Sr. João Dado – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a estimativa de renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 1.577, de 2011”. Parecer: pela aprovação; 158 – **Nº 674/11** – do Sr. Reguffe – que “solicita informações ao Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN a respeito da realização de auditorias desta instituição junto ao Banco de Brasília – BRB”. Parecer: pela aprovação; 159 – **Nº 675/11** – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita ao Senhor Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, informações sobre os materiais didáticos distribuídos pelo Ministério da Educação – MEC às Escolas Públicas brasileiras, com vistas a estudar e elaborar proposição legislativa nesta área”. Parecer: pela aprovação; 160 – **Nº 676/11** – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “solicita informações à Sra. Ministra do Meio Ambiente sobre a captura de peixes no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 161 – **Nº 677/11** – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “solicita informações ao Ministro da Pesca e Aquicultura sobre a captura de peixes no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 162 – **Nº 678/11** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S.A., relativas ao cumprimento dos princípios da administração pública na contratação da obra do edifício sede dessa estatal em Vitória – Espírito Santo”. Parecer: pela aprovação; 163 – **Nº 679/11** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado da Defesa informações complementares sobre a geração, posse e fornecimento de documentação pública solicitada por estudiosos do fenômeno dos objetos voadores não identificados”. Parecer: pela aprovação; 164 – **Nº 680/11** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, informações sobre o projeto da Refinaria Abreu de Lima, no estado brasileiro de

Pernambuco, e sobre as relações contratuais da Petrobrás com a estatal venezuelana PDVSA – Petróleo de Venezuela S.A”. Parecer: pela aprovação; 165 – **Nº 681/11** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Fernando Damata Pimentel, informações sobre o financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES à estatal venezuelana PDVSA – Petróleos de Venezuela S.A”. Parecer: pela aprovação; 166 – **Nº 682/11** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Martins Cardozo, informações sobre as recentes medidas legislativas dos governos do Paraguai e da Bolívia que facilitam o registro de veículos em situação irregular nesses países, muitos dos quais são produto de crimes realizados no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 167 – **Nº 683/11** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro da Defesa, Sr. Nelson Azevedo Jobim, informações sobre as recentes medidas legislativas dos governos do Paraguai e da Bolívia que facilitam o registro de veículos em situação irregular nesses países, muitos dos quais são produto de crimes realizados no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 168 – **Nº 684/11** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Sr. Antonio de Aguiar Patriota, informações sobre as recentes medidas legislativas dos governos do Paraguai e da Bolívia que facilitam o registro de veículos em situação irregular nesses países, muitos dos quais são produto de crimes realizados no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 169 – **Nº 685/11** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita sejam prestadas informações pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, referente à Refinaria Abreu de Lima, em Pernambuco, conforme questionamentos que seguem”. Parecer: pela aprovação; 170 – **Nº 697/11** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Mâncio Lima, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 171 – **Nº 698/11** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Manoel Urbano, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 172 – **Nº 699/11** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Assis Brasil,

no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 173 – **Nº 700/11** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Cruzeiro do Sul, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 174 – **Nº 701/11** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Capixaba, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 175 – **Nº 702/11** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Bujari, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 176 – **Nº 703/11** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Brasiléia, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 177 – **Nº 704/11** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Acrelândia, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 178 – **Nº 705/11** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Epitaciolândia, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 179 – **Nº 706/11** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Marechal Thaumaturgo, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 180 – **Nº 707/11** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Plácido de Castro, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 181 – **Nº 708/11** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Porto Acre, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 182 – **Nº 709/11** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao

excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Rio Branco, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 183 – **Nº 710/11** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Rodrigues Alves, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 184 – **Nº 711/11** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Santa Rosa do Purus, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 185 – **Nº 712/11** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Sena Madureira, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 186 – **Nº 713/11** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Senador Guiomard, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 187 – **Nº 714/11** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Tarauacá, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 188 – **Nº 715/11** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Xapuri, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 189 – **Nº 716/11** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Porto Walter, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 190 – **Nº 717/11** – do Sr. Sarney Filho – que “solicita à Sra. Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, informações referentes à contaminação por chumbo e outros metais pesados no município de Santo Amaro da Purificação, Bahia”. Parecer: pela aprovação; 191 – **Nº 718/11** – do Sr. Sarney Filho – que “solicita ao Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações referentes à contaminação por chumbo e outros metais pesados no município de Santo Amaro da Purificação, Bahia”. Pa-

recer: pela aprovação; 192 – **Nº 719/11** – do Sr. Jilmar Tatto – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, sobre providências tomadas quanto a brasileiros barrados em aeroportos da União Européia”. Parecer: pela aprovação; 193 – **Nº 720/11** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado da Previdência Social informações sobre a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008”. Parecer: pela aprovação; 194 – **Nº 721/11** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério do Turismo informações e cópias de todos os processos de contratação e prestação de contas dos convênios com as entidades de direito privado que identifica”. Parecer: pela aprovação; 195 – **Nº 722/11** – da Sra. Manuela D’Ávila – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Defesa Nelson Jobim sobre declaração a respeito dos documentos relativos ao período militar”. Parecer: pela aprovação; 196 – **Nº 723/11** – do Sr. Décio Lima – que “solicita ao Senhor Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, informações acerca das providências administrativas tomadas visando os delegados da Polícia Federal, que produziram escutas ilegais no episódio da Operação Influenza em 2008”. Parecer: pela aprovação; 197 – **Nº 727/11** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Ministro de Estado dos Esportes, informações detalhadas das licitações, projetos e execução de obras, com as devidas ações realizadas, ocorrências e irregularidades constatadas e eventuais providências saneadoras pertinentes à realização da Copa do Mundo de 2014”. Parecer: pela aprovação; 198 – **Nº 729/11** – do Sr. Arnaldo Jardim – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, relativas ao cumprimento das recomendações e determinações contidas no relatório de fiscalização da gestão da Reserva Global de Reversão – RGR, datado em abril de 2008”. Parecer: pela aprovação; 199 – **Nº 730/11** – do Sr. Sarney Filho – que “requerimento de Informação ao Senhor Ministro da Saúde, sobre o banimento de agrotóxicos no Brasil e sobre o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos, conduzido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa”. Parecer: pela aprovação.

II – PAUTA DA SENHORA PRIMEIRA VICE-PRESIDENTE. Sua Excelência a Senhora Deputada Rose de Freitas proferiu seus pareceres exarados nos seguintes projetos, que foram aprovados, por unanimidade, pela Mesa Diretora: 1) **Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2010**, de autoria do Deputado Roberto Britto e outros, que “altera o anexo da Resolução nº 1, de 2006-CN, para modificar o quantitativo de emendas da Comissão Perma-

nente de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados”. Parecer: pela aprovação; e 2) **Projeto de Resolução nº 55, de 2011**, de autoria do Deputado Giovanni Queiroz, que “denomina o Plenário de nº 08 das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados de Deputado Desembargador Antônio José Miguel Feu Rosa”. Parecer: pela aprovação. Neste momento, adentrou a Sala de Reuniões o Senhor Deputado Carlos Eduardo Cadoca, Terceiro Suplente de Secretário. Em prosseguimento, a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente, informou ainda não ter chegado a um consenso sobre a minuta de Ato da Mesa que propõe alteração à norma da medalha “Mérito Legislativo Câmara dos Deputados”, salientando que pretendia voltar a conversar a respeito com o Senhor Segundo Secretário. Interveio, então, o Senhor Deputado Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário, para, na oportunidade, apresentar a referida matéria constante de sua pauta, esclarecendo que a modificação preconizada na referida proposta de Ato visava apenas ampliar a faculdade de os Membros da Mesa fazerem duas indicações cada, ao invés de uma. Retomando a palavra, a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente, explicou não ser contra o mérito da propositura, mas ponderou sobre a conveniência da definição de critérios, de modo que fossem indicadas figuras exponenciais, fazendo com que a sociedade se sentisse integrada à Câmara dos Deputados. Considerando o argumento de que não poderiam interferir nas indicações, cuja responsabilidade era do parlamentar competente para fazê-la, os Membros da Mesa Diretora resolveram, por unanimidade, baixar o **Ato da Mesa nº 15, de 2011**, que “altera dispositivos do Ato da Mesa nº 89, de 31/10/2006, que dispõe sobre a medalha ‘Mérito Legislativo Câmara dos Deputados’”.

III – PAUTA DO SENHOR SEGUNDO VICE-PRESIDENTE. O Senhor Deputado Eduardo da Fonte expôs seu parecer ao **Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2011**, de autoria do Senhor Senador Ciro Nogueira e outros, que “altera o art. 47, da Resolução nº 1, de 2006 – CN, a qual dispõe sobre a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), referida no § 1º do art. 166 da Constituição, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo”. Após discussão da matéria, a Mesa Diretora opinou, por unanimidade, pela aprovação do projeto em referência, nos termos do parecer do Relator. Em seguida, o Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente, devolveu o **Processo nº 127.750/2009**, de interesse da Sra. Suzan Alvarine Galvão Valadares, referente ao pecúlio parlamentar do ex-deputado Fernando Diniz, cujo pedido de vista foi concedido na reunião do dia cinco de maio

próximo passado. Declarou que acompanhava o voto do Senhor Primeiro Secretário e dos órgãos técnicos da Casa. Intervindo em seguida, o Senhor Deputado Júlio Delgado, Quarto Secretário, que também pedira vista do processo, manifestou preocupação quanto à possibilidade de a Câmara dos Deputados ser a única instância em que a requerente obtivera êxito, uma vez que na esfera judicial ainda não lograra qualquer decisão a seu favor. Como a família já ajuizara ação para elidir a pretensão da Sra. Suzan Alvarine Valadares relativamente à existência de união estável com o ex-parlamentar, Sua Excelência concluiu temer que a Casa antecipasse qualquer deliberação sobre o pecúlio antes da decisão judicial. Examinada a questão, os Membros da Mesa Diretora convieram em que o processo fosse retirado de pauta, para aprofundamento da discussão da matéria. Com relação ao **Processo nº 112.542/2011**, referente à transformação de cargos na Segunda Vice-Presidência, o Senhor Presidente Marco Maia determinou que o processo em referência fosse pautado em outra reunião, já com os competentes pareceres. Em continuidade, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres favoráveis exarados pelo Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente, nos processos referentes a reembolso de despesas médico-hospitalares, conforme a seguir: 1 – **Processo nº 8.645/2011** (parecer à fl. 14), de interesse do Deputado Assis Melo; 2 – **Processo nº 8.862/2011** (parecer à fl. 14), de interesse do Deputado Assis Melo; 3 – **Processo nº 102.690/2011** (parecer à fl. 15, com glosa), de interesse do Deputado Vic Pires Franco; 4 – **Processo nº 115.064/2011** (parecer à fl. 15), de interesse do Deputado Hugo Napoleão; 5 – **Processo nº 115.113/2011** (parecer à fl. 38, com glosa), de interesse do Deputado Wellington Fagundes; 6 – **Processo nº 115.380/2011** (parecer à fl. 14), de interesse do Deputado Mauro Mariani; 7 – **Processo nº 116.086/2011** (parecer à fl. 38, com glosa), de interesse do Deputado Ariosto Holanda; 8 – **Processo nº 116.118/2011** (parecer à fl. 12), de interesse do Deputado Pedro Uczai; 9 – **Processo nº 117.067/2011** (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Lael Varella; 10 – **Processo nº 117.439/2011** (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Guilherme Campos; 11 – **Processo nº 125.017/2011** (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Aelton Freitas; 12 – **Processo nº 125.492/2011** (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Vitor Penido; 13 – **Processo nº 126.308/2011** (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Lincoln Portela; 14 – **Processo nº 126.516/2011** (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Giovani Cherini; 15 – **Processo nº 126.973/2011** (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Joaquim Beltrão; 16 – **Processo nº 127.996/2011** (parecer à fl.

7), de interesse do Deputado Luiz Carlos Gomes dos Santos Junior; 17 – **Processo nº 128.107/2011** (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Walter Tosta; 18 – **Processo nº 128.136/2011** (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Francisco Praciano; 19 – **Processo nº 128.463/2011** (parecer à fl. 10), de interesse do Deputado Ronaldo Caiado; 20 – **Processo nº 128.631/2011** (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Wandenkolk Gonçalves; 21 – **Processo nº 129.100/2011** (parecer à fl. 10), de interesse do Deputado Fábio Souto; 22 – **Processo nº 129.300/2011** (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Natan Donadon; 23 – **Processo nº 130.782/2011** (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Edinho Bez; 24 – **Processo nº 130.942/2011** (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Assis Melo; 25 – **Processo nº 102.956/2011** (parecer à fl. 24, com glosa), de interesse do Deputado Guilherme Campos; 26 – **Processo nº 113.744/2011** (parecer à fl. 25), de interesse do Deputado Dr. Ubiali; 27 – **Processo nº 115.197/2011** (parecer à fl. 10), de interesse do Deputado Raimundo Gomes de Matos; 28 – **Processo nº 115.699/2011** (parecer à fl. 58, com glosa), de interesse do Deputado Davi Alcolumbre; 29 – **Processo nº 117.190/2011** (parecer à fl. 9), de interesse da Deputada Sueli Vidigal; 30 – **Processo nº 120.630/2011** (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado José Stédile; 31 – **Processo nº 124.482/2011** (parecer à fl. 12), de interesse do Deputado Lincoln Portela; 32 – **Processo nº 124.786/2011** (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Ronaldo Caiado; 33 – **Processo nº 124.919/2011** (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 34 – **Processo nº 125.182/2011** (parecer à fl. 15, com glosa), de interesse do Deputado Dr. Rosinha; 35 – **Processo nº 126.707/2011** (parecer à fl. 16), de interesse do Deputado Edinho Bez; 36 – **Processo nº 127.237/2011** (parecer à fl. 17), de interesse do Deputado Wellington Fagundes; 37 – **Processo nº 127.496/2011** (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Wandenkolk Gonçalves; 38 – **Processo nº 127.953/2011** (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Carlos Roberto; 39 – **Processo nº 128.398/2011** (parecer à fl. 12), de interesse da Deputada Elcione Barbalho; 40 – **Processo nº 128.797/2011** (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Antonio Carlos Mendes; 41 – **Processo nº 128.809/2011** (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Edinho Bez; 42 – **Processo nº 128.852/2011** (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Jorginho Mello; 43 – **Processo nº 129.363/2011** (parecer à fl. 13), de interesse do Deputado Antonio Roberto; 44 – **Processo nº 129.437/2011** (parecer à fl. 19, com glosa), de interesse do Deputado José Chaves; 45 – **Processo nº 129.696/2011** (parecer à fl. 8), de interesse da Deputada Benedita da Silva; 46 – **Pro-**

cesso nº 130.252/2011 (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Edson Aparecido; 47 – **Processo nº 130.395/2011** (parecer à fl. 15), de interesse do Deputado Roberto Dorner; 48 – **Processo nº 126.366/2011** (parecer à fl. 13), de interesse do Deputado Ronaldo Caiado; 49 – **Processo nº 130.074/2011** (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Carlos Sampaio; 50 – **Processo nº 130.285/2011** (parecer à fl. 14), de interesse do Deputado Luciano Castro; 51 – **Processo nº 112.741/2011** (parecer à fl. 20), de interesse do Deputado Márcio Bittar; 52 – **Processo nº 124.825/2011** (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Wandenkolk Gonçalves; 53 – **Processo nº 130.640/2011** (parecer à fl. 16), de interesse do Deputado Homero Alves Pereira; 54 – **Processo nº 130.132/2011** (parecer à fl. 16), de interesse do Deputado Aracely de Paula; 55 – **Processo nº 130.841/2011** (parecer à fl. 13), de interesse do Deputado Jânio Natal. Por último, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o valor total do reembolso de despesas médico-hospitalares instruídos nos seguintes Processos: 1) **nº 127.948/2011**, de interesse do Deputado Simão Sessim (parecer do Relator à fl. 16); e 2) **nº 130.283/2011**, de interesse do Deputado Wellington Fagundes (parecer do Relator à fl. 22). Com a palavra, o Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente, na qualidade de Corregedor, expôs os seguintes processos: 1) **Processo nº 112.818/2011 e apensos (nºs 112.735/2011, 115.645/2011, 120.530/2011, 112.904/2011 e 127.030/2011)** – Do principal constam quatro representações: do Deputado Edson Santos; da Deputada Manuela D'Ávila, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e outros; do Deputado Luiz Alberto; e do Senhor Carlos Alberto Júnior, Ouvidor da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. Dos apensos constam: **Processo nº 112.735/11**, representações subscritas pela Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados; e pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado do Rio de Janeiro; **Processo nº 115.645/11**, representação subscrita pela Deputada Dalva Figueiredo; **Processo nº 120.530/11**, representação subscrita pela Ouvidora da Câmara Municipal de Salvador. Trata-se de representações em desfavor do Senhor Deputado Jair Bolsonaro, por fatos relacionados à entrevista concedida ao programa da TV Bandeirantes, intitulado CQC – Custe o Que Custar, veiculado no dia 28 de março de 2011. Aberta a discussão, após exposição do parecer do Senhor Corregedor, manifestou-se primeiramente o Senhor Deputado Sérgio Moraes, Quarto Suplente de Secretário, que se declarou a favor do parecer exarado pelo Senhor Corregedor, uma vez que qualquer pessoa tem o direito de ter opiniões e de poder expres-

sá-las livremente. Usando a palavra a seguir, o Senhor Presidente Marco Maia frisou que o ordenamento jurídico brasileiro assegura a todos liberdade de expressão, porém penaliza apologia ao crime. Continuando, lembrou que, se os parlamentares gozam de imunidade, esse predicado não lhes faculta a prática de crimes ou de atitudes discriminatórias. Daí, prosseguiu, a existência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, órgão instituído para não permitir a proteção de procedimentos condenáveis do ponto de vista ético. Finalizou afirmando que tais atitudes desgastam profundamente a imagem dos parlamentares e do Legislativo. O Senhor Deputado Júlio Delgado, Quarto Secretário, manifestou-se favorável ao parecer do Senhor Corregedor. Usou da palavra a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente, enfatizando que, mesmo no exercício do mandato parlamentar, ninguém tem o direito de infringir a lei, nem tampouco discriminar pessoas. Acrescentou que considerava necessário advertir seriamente o Senhor Deputado Jair Bolsonaro, sob pena de a sociedade julgar que a Casa estava sendo com ele conivente. Finalizando, a Senhora Deputada Rose de Freitas leu o § 2º do art. 53 da Constituição Federal, segundo o qual, “desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável”, e que o Senhor Deputado Jair Bolsonaro teria cometido crime inafiançável e, portanto, a Mesa Diretora deveria ser mais incisiva, a fim de evitar a reincidência desse tipo de conduta. O Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Corregedor, reiterou que, em seu parecer, repudiava qualquer tipo de preconceito, mas não podia deixar de reconhecer que as prerrogativas eram inerentes à defesa e ao exercício do mandato parlamentar, seguindo, aliás, o entendimento do Supremo Tribunal Federal. Em votação, foi aprovado, por unanimidade, o parecer (Of. 2VIPR/COR Nº 54/2011) do Senhor Corregedor, Deputado Eduardo da Fonte, exarado às fls. 173 a 178, pelo arquivamento das representações apreciadas no processo em referência, conforme exposto: “Por fim, exorto o Deputado Jair Bolsonaro para que preste mais atenção ao fazer suas declarações, na certeza de que a Mesa não admitirá que haja mais enganos por parte do Parlamentar. Aproveito para reiterar meu repúdio a todo tipo de preconceito ou discriminação a qualquer cidadão brasileiro ou estrangeiro. 23. Por todo exposto, sugiro o arquivamento das representações apreciadas, por inexistência de infração ao decoro parlamentar, reconhecida a incidência da imunidade parlamentar no caso apreciado.”. 2) **Processo nº 115.676/2011**, que trata de ofício encaminhado pelo Senhor Carlos Alberto Júnior, Ouvidor da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Pre-

sidência da República, em desfavor do Senhor Deputado Pastor Marco Feliciano, por suposta prática de discriminação racial e religiosa contra africanos e afro-descendentes. Após discussão, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer (Of. 2VIPR/COR Nº 55/2011) do Senhor Corregedor, exarado à fl. 19, pelo arquivamento do processo em referência, conforme exposto: “Desse modo, verifica-se que a representação padece de pressuposto básico de existência, não me restando outra manifestação a não ser pelo arquivamento da representação por inépcia, em consonância com o art. 1º, §1º, I, do Ato da Mesa nº 37, de 2009.”. Prosseguindo à pauta da Corregedoria, os itens 3 e 4 tratam de processos originados das mudanças ocorridas no resultado das últimas eleições, advindas do julgamento do Supremo Tribunal Federal – STF – sobre a inaplicabilidade da Lei da Ficha Limpa às Eleições 2010, que ensejou retotalização de votos para deputado federal em alguns estados, conforme a seguir: 3) **Processo nº 131.710/2011**, de interesse do Senhor Nilson Aparecido Leitão, deputado federal eleito pelo Estado do Mato Grosso, que requer “a reconsideração do despacho que determinou a notificação do Deputado Saguas Moraes para apresentar ampla defesa ante a já determinada perda de seu mandato pela Justiça eleitoral”. Com a palavra o Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Corregedor, expôs seu parecer, colocando em discussão seu entendimento de que em se tratando de posse em virtude da expedição de diploma de titular por Tribunal Regional Eleitoral, não cabia a adoção do rito previsto no Ato da Mesa nº 37, de 2009. Fazendo uso da palavra, o Senhor Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, declarou que concordava com o Senhor Corregedor, salientando que a Casa, assim agindo, dava efetiva dimensão a não aplicação da Lei da Ficha Limpa na eleição passada. Usou, então, a palavra, o Senhor Deputado Júlio Delgado, Quarto Secretário, para levantar uma preliminar. Declarou que a Senhora Janete Capiberibe, parte interessada no **Processo nº 128.502/2011**, item 4 da pauta em análise, já fora, em junho passado, diplomada pelo Tribunal Regional Eleitoral amapaense e cumprira todas etapas procedimentais exigidas pela Casa. Assim sendo, considerava que o processo que lhe dizia respeito deveria ser deliberado antecipadamente à mudança de rito, passando a decisão que a Mesa Diretora viesse a tomar em face do processo ora sob apreciação a ter aplicação nos casos seguintes. Discutida a questão, o Senhor Eduardo da Fonte, Corregedor, retirou seu parecer ao Processo nº 131.710/2011, tendo o Senhor Presidente Marco Maia sugerido que, para efeito de transparência e segurança jurídica da mudança proposta, o Senhor Corregedor formulasse ato, para deli-

beração ainda nesta reunião, que consubstanciasse o entendimento da Mesa Diretora no tocante à matéria em discussão e aos processos em andamento na Corregedoria, seguindo-se, então, à apreciação das outras pautas. Retirou-se da Sala de Reuniões, neste momento, o Senhor Deputado Júlio Delgado, Quarto Secretário. **IV – PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO.** O Senhor Deputado Eduardo Gomes relatou os seguintes processos: 1 – Proposições: 1.1 – **Projeto de Resolução nº 27/2001**, de autoria do Senhor Deputado Junji Abe, que “denomina ‘Plenário Deputado Paulo Kobayashi’ o Plenário 2, do Anexo II, da Câmara dos Deputados”. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, à fl. 9 do Processo nº 111.654/2011: “Trata-se do Projeto de Resolução nº 27/2011, que ‘denomina ‘Plenário Deputado Paulo Kobayashi’ o Plenário 2, do Anexo II, da Câmara dos Deputados’. Em sua justificativa, o Deputado Junji Abe, autor da proposta, objetiva *“dar ao Plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, o nome do saudoso Deputado Paulo Kobayashi, com isso prestando-lhe justa e merecida homenagem”*, referindo, ainda, ter sido o homenageado um grande articulador e um dos melhores coordenadores partidários na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Plenário 2, onde teve *“uma atuação política com excelente trânsito na base governista e na oposição.”* Segundo a instrução processual, não há projeto de resolução ou qualquer outro processo que tenha atribuído nome ao Plenário 2, do Anexo II, da Câmara dos Deputados. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução”. Submetido à votação, o parecer supra foi aprovado por unanimidade. 2 – Administração: 2.1 – **Processo nº 125.361/2011**. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, à fl. 38: “Trata-se do Relatório de Gestão Fiscal da Câmara Deputados, relativo ao período de maio de 2010 a abril de 2011, aprovado, *ad referendum* da Mesa, nos termos da Portaria do Presidente n. 08, de 2011, cumprimento ao que dispõe a Lei Complementar n. 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal/LRF), especialmente os art. 18, 19, 54, 55 e 71. A instrução processual, em síntese, revela que, no âmbito do aludido Relatório, evidencia-se baixo índice obtido da relação Despesa Líquida com Pessoal/Receita Corrente Líquida, sendo de 0,507803%, muito aquém do limite prudencial de 1,1495%, conforme o parágrafo único do art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo parecer da Secretaria de Controle Interno, os dados do Relatório estão compatíveis com os limites estipulados na LRF e na Lei n. 12.017 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao *referen-*

dum da douta Mesa, com parecer favorável desta Secretaria, nos termos das informações e manifestações dos órgãos técnicos da Casa.”. A Mesa Diretora ratificou o despacho favorável do Senhor Presidente Marco Maia exarado à fl. 21, conforme parecer supra. Com relação ao item 2.2 – **Processo nº 128.480/2011**, de interesse do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, referente à proposta de alteração do Ato da Mesa nº 63, de 2005, a Mesa Diretora concedeu vista do processo para o Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente. Pronunciando-se a respeito da proposta, o Senhor Deputado Sérgio Moraes, Quarto Suplente de Secretário, declarou que, na qualidade de ex-Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, questiona a necessidade de a Casa disponibilizar um veículo para aquele órgão. 2.3 – **Processo nº 129.424/2001**. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 15 e 16: “Trata-se de proposta de alteração do Ato da Mesa n. 43, de 2009, *que institui a Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar*, com o escopo de estender aos representantes de partidos políticos com bancada composta por menos de um centésimo da composição da Câmara dos Deputados – o que representa, no momento, menos de 5 (cinco) deputados – a concessão do adicional mensal a que se refere o § 1º do art. 1º do citado normativo, *verbis*: “Art. 1º § 1º Atribui-se o adicional de R\$1.244,54 ao valor da Cota mensal do Deputado que exerce o cargo de: I – Líder ou Vice-Líder de Partido Político, de Bloco Parlamentar ou da Minoria; II – Líder ou Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados ou no Congresso Nacional, se Deputado Federal; ou III – Presidente ou Vice-Presidente de Comissão Permanente.” Consoante o § 4º do art. 9º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os partidos políticos com bancada inferior a um centésimo dos membros da Casa não têm Liderança, mas poderão indicar um de seus representantes para expressar a posição do Partido quando da votação de proposições, ou para fazer uso da palavra durante o período destinado às Comunicações Parlamentares. Assim, nos termos da instrução processual, o aporte extra faz-se necessário para a cobertura dos gastos adicionais inerentes às atividades exercidas pelos representantes dessas agremiações, assegurando-se-lhes a plena participação nos trabalhos parlamentares e, no caso, conferindo a essas agremiações condições isonômicas de funcionamento. Considerando o panorama atual de composição partidária, a despesa para atender os 7 (sete) partidos políticos que possuem menos de 5 (cinco) integrantes na Casa monta a R\$ 8.711,78 (oito mil, setecentos e onze reais e setenta e oito centavos) por mês, totalizando o custo anual de R\$ 104.541,36 (cento e quatro mil, quinhentos

e quarenta e um reais e trinta e seis centavos), conforme demonstrativo às fls. 5. O Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade – Defin providenciou a reserva dos recursos necessários mediante emissão da Nota de Pré-Empenho às fls. 7, apresentando as estimativas do impacto orçamentário-financeiro da aludida alteração na legislação interna, consoante explanação e quadro demonstrativo de fls. 11 a 13, e a informação de que o aumento da despesa é compatível com a legislação de regência. No encaminhamento da matéria a esta Secretaria, o Diretor-Geral declara que o aumento da despesa em tela, decorrente da alteração na mencionada norma interna, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual n. 12.381/2011 (LOA 2011), e compatibilidade com as Leis ns. 11.653/2008 (Plano Plurianual – PPA 2008/2011) e 12.309/2010 (LDO para 2011). Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável à alteração proposta, que consiste no acréscimo do inciso IV ao § 1º do art. 1º do Ato da Mesa n. 43, de 2009, na forma da anexa minuta de Ato da Mesa.”. Retornou à reunião, no momento da discussão, o Senhor Deputado Júlio Delgado, Quarto Secretário. Analisado o processo, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer supra e, em consequência, baixou o Ato da Mesa nº 14, de 2011, que “altera o §1º do art. 1º do Ato da Mesa nº 43, de 2009”. Neste instante, compareceu à reunião o Senhor Deputado Nelson Marquizezelli, Procurador Parlamentar. 2.4 – **Processo nº 128.640/2011**. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, à fl. 17: “Trata-se de proposta formulada pelo Deputado Paulo Teixeira, para que seja efetuada alteração do Ato da Mesa n. 43, de 2009, que institui a Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar – CEAP, com vistas a possibilitar que a Liderança Partidária perceba parte da verba mensal destinada aos parlamentares da respectiva agremiação partidária, para atender às despesas de interesse coletivo da bancada. A instrução processual apresenta duas possibilidades de implementação da cota destinada ao atendimento das despesas coletivas das lideranças, quais sejam: a) permitir que os Vice-Líderes destinem o adicional previsto no § 1º do art. 1º do Ato da Mesa n. 43, de 2009, no valor mensal de R\$ 1.244,54, para composição da cota coletiva da Liderança, ou b) permitir que os parlamentares membros da bancada destinem até 10% da cota mensal à Liderança do seu Partido. Segundo os autos, em ambas as situações a responsabilidade pela realização da despesa caberá ao Líder do Partido, devendo a administração desse adicional ser objeto de controle em separado do restante da CEAP, com os reembolsos processados mediante crédito em conta bancária aber-

ta especificamente para. essa finalidade. No encaminhamento da matéria a esta Secretaria, o Diretor-Geral posicionou-se pela hipótese descrita no item “a”, ressaltando que não haverá acréscimo de despesa pública, eis que apenas ocorrerá remanejamento de despesas já consolidadas na programação orçamentária da Câmara dos Deputados, nos termos da legislação de regência. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável à hipótese descrita no item “a”, conforme sugerido pelo Diretor-Geral, na forma da anexa minuta de Ato da Mesa.”. Submetido à votação, o parecer supra foi aprovado, por unanimidade, e, em consequência, a Mesa Diretora baixou o Ato da Mesa nº 13, de 2011, que “altera o art. 14 do Ato da Mesa nº 43, de 21 de maio de 2009”. 3 – Deputados: 3.1 – **Processo nº 113.850/2011**. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 19 a 20: “Trata-se de processo no qual o Deputado Luis Tibé, filiado ao Partido Trabalhista do Brasil – PTdoB, encaminha pedido subscrito por 21 (vinte e um) servidores lotados em seu Gabinete Parlamentar, no qual autorizam e requerem as necessárias providências para que seja feito desconto em folha do percentual de 5% (cinco por cento) do valor dos seus rendimentos brutos, indicando o banco e a conta corrente do Partido para receber o referido crédito. Invoca o parlamentar, em apoio ao pedido, o disposto no artigo 93 do Estatuto do Partido, assim redigido, *verbis*: “Art. 93. Os parlamentares, e os ocupantes de cargos comissionados indicados pelo Partido, contribuirão mensalmente, com no mínimo 5% do valor do rendimento bruto”. O processo está instruído com manifestações da Coordenação de Pagamento de Pessoal e da Diretoria do Departamento de Pessoal, contrárias ao atendimento do pleito. Ao submeter o assunto a esta Secretaria, o Senhor Diretor-Geral bem sintetizou o pensamento dos órgãos da administração da Casa acerca da matéria: “Ademais, a autorização para desconto em folha na forma solicitada favorecerá a abertura de precedente, onerando ainda mais a margem de consignação dos interessados, além de abrir o caminho para pedidos similares, o que certamente traria sobrecarga ao sistema de processamento de dados, bem como a troca de informações entre a Coordenação de Pagamento de Pessoal e os respectivos interessados, uma vez que os procedimentos abrangem não só o controle de autorização de débito, mas também a verificação de margem consignável e a conferência de valores a serem descontados e os efetivamente processados. Cumpre esclarecer, por oportuno, que outros processos de natureza similar, nos quais se solicitou fossem autorizadas consignações facultativas em favor de partidos políticos ou programas governamentais,

como o Programa Fome Zero, por exemplo, mediante desconto em folha de pagamento de servidores da Câmara dos Deputados, não foram acolhidos e se encontram arquivados”. Adoto o posicionamento da Diretoria-Geral. Acerca da matéria, acrescente-se aos argumentos administrativos o entendimento firmado pelo Pleno do Tribunal Superior Eleitoral que, ao responder a Consulta nº 1135/DF – Relator Ministro Marco Aurélio, considerou irregular o desconto em folha de contribuição de servidores ocupantes de cargo de confiança filiados a partido político. Assim, quer pelas ponderações contrárias da administração, quer pelo óbice legal acima apontado, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer contrário a que esta Casa promova o recolhimento em folha de pagamento da contribuição partidária de servidores em favor dos seus respectivos partidos políticos, conforme a instrução.”. A Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer supra, contrário à solicitação. 4 – Servidores: 4.1- **Processo nº 127.104/2011**. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, à fl. 11: “Trata-se de solicitação do Senhor Presidente do Senado Federal para que seja prorrogada a cessão da servidora da Câmara dos Deputados Fernanda Brandão Cunha Porto, Técnico Legislativo, atribuição Adjunto Parlamentar, ponto nº 4.948, para aquela Casa Legislativa, a fim de continuar exercendo o cargo em comissão de Assistente Parlamentar, símbolo AP-06, no gabinete do Senador Cyro Miranda. A servidora encontra-se à disposição do Senado Federal desde 03/05/2010, tendo o prazo de sua cessão expirado em 02/05/2011. Nos termos da instrução processual, a matéria é disciplinada pelo inciso I e § 1º do art. 93 da Lei nº 8.112/90 e pelo art. 4º do Ato da Mesa nº 56/97, na redação dada pelo Ato da Mesa nº 86/2006, *verbis*: Lei nº 8.112/90 “Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses: I – para exercício de cargo em comissão ou função de confiança; (...) § 1º Na hipótese do inciso I, sendo a cessão para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária, mantido o ônus para o cedente nos demais casos.” Ato da Mesa nº 56/97 “Art. 4º As cessões de ocupantes de cargo efetivo da Câmara dos Deputados para o Senado Federal, observado o disposto no art. 93 da Lei n. 8.112, de 1990, ficam limitadas a 30 (trinta) servidores.” Atualmente, 23 (vinte e três) servidores desta Casa encontram-se cedidos para outros órgãos públicos, sendo 10 (dez) para o Senado Federal. Ante o exposto, esta Secretaria submete o pleito ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável

à prorrogação da cessão da servidora para o Senado Federal, a contar de 03/05/2011, pelo período de 1 (um) ano, conforme a instrução.”. A Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer supra. Retirou-se da reunião, neste momento, o Senhor Deputado Júlio Delgado, Quarto Secretário. Posto em discussão os itens 4.2 e 4.3, examinada a questão à luz da norma constitucional e da legislação trabalhista, da economicidade, da troca de titulares dos gabinetes, deliberou a Mesa Diretora, por unanimidade, aprovar os pareceres do Senhor Primeiro Secretário nos processos a seguir, estabelecendo, porém, que doravante a Casa não admitirá a exoneração de servidoras do Secretariado Parlamentar durante a gravidez e a licença-maternidade. Por fim, o Senhor Presidente Marco Maia recomendou ao Senhor Primeiro Secretário que apresentasse à Mesa Ato normativo sobre o assunto. 4.2 – **Processo nº 103.590/2011.** Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 97 a 99: “Trata-se de requerimento da ex-servidora Maria Helena Monteiro Costa, exonerada, em 31 de janeiro de 2011, do cargo de Secretária Parlamentar quando em estado gravídico (a partir de novembro de 2010), no sentido de que: 1) seja-lhe concedida estabilidade no cargo ocupado; 2) seja-lhe paga indenização pelo período restante da gestação e pelo período de licença maternidade – por seis meses, assim como todos os seus reflexos (férias proporcionais, décimo terceiro proporcional, recolhimento da contribuição previdenciária respectiva e demais auxílios e indenizações pertinentes); 3) seja-lhe paga a aludida indenização com base na sua remuneração de novembro de 2010, quando ainda percebia a parcela “Gratificação Representação de Gabinete”. A requerente exerceu, nesta Casa, o cargo em comissão de Secretariado Parlamentar (SP-28), exonerável *ad nutum*, sob o regime da Lei n. 8.112/90 (art. 9º, inciso II), vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, § 13, da Constituição Federal. Esteve, na última Legislatura, lotada, inicialmente, no Gabinete Parlamentar do Deputado João Oliveira, no período de 01/02/2007 a 30/12/2010, e, posteriormente, do deputado Júnior Marzola, no período de 04/01/2011 a 31/01/2011. Ao manifestar-se sobre o pedido da ex-servidora, o Departamento de Pessoal ressaltou o dever da Administração Pública de pagar a indenização substitutiva requerida, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso II, alínea “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Em seu parecer, às fls. 12/33, o órgão de pessoal assim se posicionou, em conclusão: “Com amparo na fundamentação supra, a homenagear a jurisprudência atual, iterativa e pacificada do Supremo Tribunal Federal que sinaliza o direito constitucional à estabilidade provisória das servidoras públicas

comissionadas sem vínculo efetivo com a Administração Pública, com assento no art. 10, II, b, do ADCT esta Assessoria coloca-se parcialmente favorável ao pleito da requerente, assegurando-lhe o percebimento de indenização substitutiva, tributada na fonte, correspondente aos salários devidos a partir do seu desligamento até cinco meses após o parto, observados os reflexos econômicos pertinentes e a faixa salarial que então vigorava no início do estado gravídico da ex-servidora, tudo condicionado, no entanto, à prévia remessa dos autos à douta Mesa Diretora, seja para suprimir o entendimento que ainda conflita com o ora proposto, seja para ainda orientar os parlamentares a observar, sempre que possível, a proteção constitucional extensível às servidoras comissionadas, com vistas a se evitar o pagamento desmedido de indenizações substitutivas em detrimento do erário.” Por sua vez, a Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, em síntese, assim se pronunciou sobre os direitos da requerente: - não possui estabilidade no cargo público que exercia – de livre nomeação e exoneração-, entretanto, conforme entendimento pacífico dos Tribunais Superiores, possui direito à indenização correspondente ao tempo que gozaria de estabilidade, ante a proteção constitucional que finca-se na preservação das condições advindas do trabalho da servidora gestante, qual seja, a remuneração. – tem direito à indenização pelo prazo da prorrogação da licença à gestante previsto na Lei n. 11.770/2008, cuja aplicação no âmbito desta Casa foi determinada pelo Ato da Mesa n. 28/2008, mesmo que não observado o cumprimento da exigência de requerimento prévio da interessada, vez que o fato que a impediu de requisitar a prorrogação da licença foi oriundo da própria Administração (exoneração); – tem direito ao cálculo da indenização com base na remuneração percebida em novembro de 2010, visto que, conforme documentação acostada aos autos (fls. 4 e 6), a gravidez teve início no referido mês, estando, pois, já amparada pela estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea “b”, do ADCT; – tem direito à percepção de todos os consectários legais (férias proporcionais e respectivo terço constitucional, décimo terceiro salário proporcional e contribuição previdenciária) que seriam legalmente devidos, caso não tivesse sido exonerada do cargo; – diferentemente do que entendeu o Departamento de Pessoal, conclui pela não incidência do imposto de renda sobre a parcela recebida a título de indenização pelo período de estabilidade constitucional da empregada gestante, conforme entendimento pacificado do STJ, evitando-se, com tal retenção, gravame desnecessário à ex-servidora. Por fim, a Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, com o intuito de preservar os interesses da Requerente e da Administração, su-

gere que o pagamento da indenização ocorra da seguinte forma: – relativamente ao mês de janeiro de 2011, deve ser paga a diferença entre a remuneração de novembro de 2010 e a recebida em janeiro de 2011; – relativamente ao período compreendido entre a data da exoneração da Requerente e a decisão da d. Mesa, devem ser pagos os valores retroativos, desde que a Requerente apresente novo laudo médico comprovando o normal desenvolvimento da gestação, visto que o laudo acostado aos autos data de 05/01/2011; – nos meses subsequentes, até o parto, a Requerente deverá apresentar, mensalmente, laudo médico comprovando o desenvolvimento gestacional para o recebimento da indenização correspondente ao mês respectivo; – com o advento do parto, a requerente deverá trazer laudo médico certificando a data do parto e a certidão de nascimento da criança, momento a partir do qual será paga a indenização correspondente ao período restante (seis meses após o parto), nesta incluídos os consectários legais respectivos (férias proporcionais, terços constitucionais e décimo terceiro salário proporcional, bem como o recolhimento da contribuição previdenciária). Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da d. Mesa, com parecer favorável ao pagamento da indenização substitutiva à requerente até o final do período correspondente à licença gestante (seis meses após o parto), na forma proposta pela Assessoria Técnica da Diretoria-Geral.”; 4.3 – **Processo nº 7.178/2011**. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 9 a 10: “Trata-se de requerimento da ex-servidora Marina Andrade Santos Lacerda, ponto n. 221.032, no qual solicita seja sua licença-maternidade arcada diretamente pela Câmara dos Deputados, tendo em conta que sua exoneração, em 02/05/2011, ocorreu quando já se encontrava afastada de suas atividades por recomendação médica. Revelam os autos que a interessada tomou posse no cargo em comissão de Secretária Parlamentar nesta Casa em 02/04/2007, submetida ao regime instituído pela Lei n. 8.112/90 e vinculada ao RGPS, tendo sido exonerada, a pedido do Deputado Davi Aleolumbre, em 02/05/2011. A requerente afirma que no dia 11/04/2011 apresentou atestado médico ao chefe de gabinete noticiando-lhe a necessidade de afastamento imediato para o gozo da licença-maternidade. Entretanto, o que ocorreu foi a sua exoneração do cargo, sem a efetivação da referida licença. Por sua vez, a Coordenação de Secretariado Parlamentar esclarece que somente tomou conhecimento do requerimento de licença à gestante da interessada por intermédio deste processo, oportunidade em que oficiou o Gabinete do Deputado Davi Aleolumbre para que se manifestasse sobre o pedido de licença da interessada, sem res-

posta até o momento. Ao manifestar-se, a Assessoria Jurídica do Departamento de Pessoal opina contrariamente à dispensa da servidora (fls. 8/10), haja vista ter sido ela exonerada em pleno gozo da licença-maternidade. Nesse sentido, afirma que deveria ela ter sido oficialmente afastada para gozo efetivo da licença-maternidade, de acordo com a determinação médica reiterada à fl. 3. Menciona o órgão de assessoramento que o texto constitucional arrola como direito fundamental social o efetivo gozo de “*licença gestante, sem prejuízo do emprego e salário, com duração de cento e vinte dias*” (art. 7º, XVIII), devendo, portanto, ser respeitado o intervalo de tempo destinado ao afastamento remunerado, como expressão da própria valorização social do trabalho que finda o Estado Democrático de Direito que assim se autointitula. Ademais, ressalta que as indenizações substitutivas pagas às servidoras exclusivamente comissionadas exoneradas, ainda que justas e de fato devidas, “*promovem desmotivado comprometimento das dotações orçamentárias desta Casa, além de igual lesão ao princípio constitucional da economicidade* (art. 70), considerando que o afastamento das servidoras correria ordinariamente a expensas do ente autárquico se se mantivesse o vínculo estatutário, na forma prevista no art. 97 do Decreto n. 3.048/99.” Nada obstante tais colocações, conclui a Assessoria Jurídica do Depes que, tendo em vista que a exoneração da servidora efetivamente já se operou, outra medida não restaria senão a de garantir-lhe o pagamento dos salários devidos a partir do seu desligamento até cinco meses após o parto, na forma do art. 10, II, b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e em consonância com a jurisprudência consolidada da Suprema Corte. Nesse sentido, entende esta Secretaria que, dada a consumação da exoneração da pleiteante e a implicação que a anulação do ato de exoneração teria sobre terceiros, haja vista já terem sido nomeados dois novos servidores para o SP correspondente, outra saída não resta à Administração da Casa senão, excepcionalmente, decidir pelo pagamento da indenização substitutiva, cujo valor deverá refletir, com a máxima fidelidade, os valores remuneratórios que a gestante vinha percebendo, de forma a preservar a proteção imposta pela Constituição. Cabe registrar que a interessada protocolou, por meio do processo administrativo n. 8.871/2011, apensado a estes autos, requerimento de prorrogação da licença maternidade, nos termos da Lei n. 11.770/2008, cuja aplicação no âmbito desta Casa foi determinada pelo Ato da Mesa n. 28/2008, devendo o período ser considerado para fins de cômputo da indenização pleiteada. Ante o exposto, esta Secretaria submete o processo ao exame e à deliberação da d. Mesa, com parecer favorável ao

pagamento da indenização substitutiva à requerente, a contar da data de sua exoneração, conforme a instrução.”. Retornou à reunião, neste momento, o Senhor Deputado Júlio Delgado, Quarto Secretário. Por último, em análise o item 5.1, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer a seguir: **Processo nº 162.653/2008**. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, à fl. 27: “Trata-se de solicitação formulada pelo Ministério das Cidades (fls. 16) no sentido de permanecer ocupando área de, aproximadamente, 2,39m² na sala 187-B, localizada no Edifício Anexo II, destinada às atividades da Assessoria Parlamentar daquele órgão público nesta Casa. A matéria é disciplinada pelo Ato da Mesa nº 61, de 2005, (alterado pelo Ato da Mesa n. 7, de 2007) e regulamentada pela Portaria n. 69, de 2007, que, respectivamente, no parágrafo único do art. 2º e no art. 1º dos referidos diplomas legais assim consignam: “Art. 2º .. *Parágrafo único. A outorga a título não oneroso poderá ser permitida às seguintes entidades: (...) III – assessorias parlamentares de órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; (...)*” “Art. 1º *O requerimento de cessão de espaços físicos da Câmara dos Deputados será submetido à Mesa, para deliberação, com parecer do Primeiro-Secretário, mediante processo administrativo encaminhado pelo Diretor-Geral.*” No encaminhamento da matéria a esta Secretaria, o Diretor-Geral manifestou-se favorável à cessão do espaço ora analisada. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da dita Mesa, com manifestação favorável à ocupação do supramencionado espaço físico pela Assessoria Parlamentar do Ministério das Cidades, conforme a instrução e as normas pertinentes.”. Tendo em vista que a pauta do Senhor Segundo Secretário fora examinada antecipadamente, com a palavra, o Senhor Deputado Júlio Delgado, Quarto Secretário, reiterou comunicação sobre a entrega de apartamentos reformados e anunciou a aceleração de providências, mediante o remanejamento de verbas e adequação financeira do Orçamento, destinadas a abertura do procedimento licitatório para a reforma de três prédios na Superquadra Norte 302. Retornando a palavra ao Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente, para prosseguimento da pauta da Corregedoria, Sua Excelência procedeu à leitura de minuta sobre a não aplicação do Ato da Mesa nº 37, de 2009, nos processos originados das mudanças ocorridas no resultado das últimas eleições, sobre a inaplicabilidade da Lei da Ficha Limpa às Eleições 2010, que ensejou retotalização de votos. Novamente o Senhor Deputado Júlio Delgado, Quarto Secretário, reiterou preliminar sobre a conveniência de o processo que dizia respeito à Senhora Janete Capiberibe, item 4 da pauta, ser decidido antecipada-

mente, uma vez que tinham sido cumpridos todos os requisitos, que a Mesa Diretora apenas daria posse ao titular do mandato, devidamente diplomado. Requereu, então, a inversão de pauta, passando o quarto item da Pauta da Corregedoria para terceiro, proposta aprovada por unanimidade. 3 – **Processo nº 128.502/2011**, referente ao comunicado do Tribunal Regional eleitoral do Amapá, que, em sessão realizada em primeiro de junho deste ano, considerando a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em onze de abril do corrente, nos Autos de Recurso Extraordinário nº 632.391/STF, proclamou eleita e expediu diploma à Senhora Janete Maria Góes Capiberibe, candidata ao cargo de Deputada Federal pelo Partido socialista Brasileiro – PSB, nas eleições 2010, com consequente cancelamento do diploma concedido à Senhora Marcivânia do Socorro da Rocha Flexa, atualmente no exercício do mandato parlamentar. A Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer (Of. 2VIPR/COR nº 56/2011) do Senhor Corregedor, exarado às fls. 98 a 100, pelo afastamento do exercício do mandato de deputada federal a Senhora Professora Marcivânia, a fim de que a Senhora Janete Capiberibe tomasse posse como deputada federal. Em decorrência, a Mesa Diretora baixou o Ato da Mesa nº 9, de 2011, que “determina o afastamento do exercício do mandato da Deputada Marcivânia do Socorro da Rocha Flexa, nome parlamentar Professora Marcivânia (PT/AP)”. 4. **Processo nº 131.710/2011**, de interesse do Senhor Nilson Aparecido Leitão, deputado federal eleito pelo Estado do Mato Grosso. Posta em votação a minuta apresentada pelo Senhor Corregedor, Deputado Eduardo da Fonte, foi aprovada por unanimidade, nos termos a seguir: “**DECISÃO DA MESA**. Considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 23/3/2011, no julgamento do RE 633.703, que determinou a inaplicabilidade da Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, Lei da Ficha Limpa, às eleições de 2010, por violação do art. 16 da Constituição Federal; Considerando que em decorrência da decisão da Suprema Corte foi determinada a recontagem de votos e a consequente elaboração de nova lista de eleitos; Considerando que foram expedidos novos diplomas de titular e suplente de deputado federal; Considerando que a diplomação é o ato que declara o direito e garante a assunção do cargo eletivo de deputado federal; Considerando que nos casos de substituição dos suplentes pelos titulares o Regimento Interno determina a assunção imediata, sem a necessidade de abertura de processo para conceder direito ao contraditório e a ampla defesa, por não se tratar de decretação de perda de mandato; Considerando, ainda, que no caso da recontagem dos votos oriunda da decisão do STF, na aplicação da Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, não configura perda de mandato; A Mesa da Câ-

mara dos Deputados **DECIDE** que nos casos específicos de recontagem de votos decorrentes da decisão do STF a respeito da Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, não cabe o rito do Ato da Mesa nº 37, de 2009, aplicando-se o previsto no Regimento Interno para a substituição dos suplentes. A Mesa **DECIDE**, ainda, que os processos em andamento na Corregedoria, abertos em consonância com o rito do Ato da Mesa nº 37, de 2009, ficam prejudicados e serão arquivados.”. Em decorrência, a Mesa Diretora baixou o Ato da Mesa nº 10, de 2011, que “determina o afastamento do exercício do mandato do Deputado Saguas Moraes Sousa, nome parlamentar Saguas Moraes (PT/MT). Nada mais havendo a tratar, às doze horas e quinze minutos, o Senhor Presidente Marco Maia declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, ,Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. – **Marco Maia**, Presidente.

Secretaria-Geral da Mesa

Ata da 3ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada no dia 12 de julho de 2011.

Em 23/ago/2011

Publique-se.



Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida
Secretário-Geral da Mesa

ATAS DA MESA

Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Quarta Legislatura Ata da quarta reunião da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 11 de outubro de 2011

Aos onze dias do mês de outubro de dois mil e onze, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Mesa, localizada no Espaço Cultural, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Marco Maia, Presidente. Presentes a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente, e os Senhores Deputados Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente; Eduardo Gomes, Primeiro Secretário; Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário; Júlio Delgado, Quarto Secretário; Manato, Segundo Suplente de Secretário; Cadoca, Terceiro Suplente de Secretário, e o Senhor Deputado Nelson Marquês, Procurador Parlamentar. Ausentes justificadamente os Senhores Deputados Inocêncio Oliveira, Terceiro Secretário; Geraldo Resende, Primeiro Suplente de Secretário; e Sérgio Moraes, Quarto Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente Marco Maia declarou abertos os trabalhos, passando à apreciação da pauta. I – PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE. Inicialmente, a Mesa Diretora acolheu, por unanimidade, o Certificado de Auditoria, à fl. 2783 do Processo nº 153.414/2005, emitido pela Secretaria de Controle Interno, referente à certificação da regulari-

dade das contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela Câmara dos Deputados, no exercício de 2005, a título de Contribuições, à União Nacional dos Legislativos Estaduais (UNALE), tendo como gestora a Confederação Parlamentar das Américas (COPA), conforme a seguir: “CERTIFICADO DE AUDITORIA. Examinamos o processo em referência, que trata da prestação de contas da UNALE/COPA – Confederação Parlamentar das Américas, concernente aos recursos transferidos pela Câmara dos Deputados, no exercício de 2005, a título de Contribuições, para cobertura das despesas constantes do respectivo Plano de Trabalho e suas alterações, aprovado pela Mesa Diretora. Para a realização do exame levou-se em consideração a legislação aplicada aos recursos transferidos, abrangendo a documentação componente da prestação de contas, assim como verificações nos registros do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). As despesas realizadas foram comprovadas com documentos fiscais hábeis exigidos pela legislação e mediante procedimentos de circularização. Em alguns casos foram utilizados recursos de maneira inadequada e/ou comprovados de maneira incompleta e/ou indevida por parte da Entidade, sendo então motivo de glosa. Tais recursos apontados como glosa tiveram seus valores acrescidos de correção e juros de mora, de acordo com a legislação vigente, sendo objeto de restituição pela UNALE/COPA. As falhas formais constatadas foram corrigidas ainda no decorrer do processo, não ensejando outras providências. Considerando o exposto acima, CERTIFICAMOS a regularidade das contas relativas à aplicação dos recursos transferidos. Brasília, 28 de junho de 2011.” Dando seguimento, a Mesa Diretora ratificou, por unanimidade, os despachos favoráveis do Senhor Presidente Marco Maia, ad referendum da Mesa Diretora, exarados nos seguintes expedientes referentes a reembolso de despesas médico-hospitalares, nomeação de servidor, relatório de missão autorizada e relatório de requerimentos de informação: 1 – Reembolso de despesas médico-hospitalares: 1.1 – Processo nº 117.421/2011, de interesse do Deputado Simão Sessim (despacho favorável à fl. 52); 1.2 – Processo nº 129.502/2011, de interesse do Deputado Zé Vieira (despacho favorável à fl. 21); 1.3 – Processo nº 130.257/2011, de interesse do Deputado Carlos Magno (despacho favorável à fl. 23); 1.4 – Processo nº 130.607/2011, de interesse do Deputado Carlos Bezerra (despacho favorável à fl. 31); 1.5 – Processo nº 131.664/2011, de interesse do Deputado Carlos Magno (despacho favorável à fl. 18); 1.6 – Processo nº 131.745/2011, de interesse do Deputado Arthur Lira (despacho favorável à fl. 27); 1.7 – Processo nº 131.803/2011, de interesse do Deputado Rogério

Peninha Mendonça (despacho favorável à fl. 15); 1.8 – Processo nº 132.252/2011, de interesse da Deputada Rose de Freitas (despacho favorável à fl. 17); 1.9 – Processo nº 132.302/2011, de interesse do Deputado Aracely de Paula (despacho favorável à fl. 13); 1.10 – Processo nº 132.443/2011, de interesse do Deputado Eduardo da Fonte (despacho favorável à fl. 17); 1.11 – Processo nº 132.788/2011, de interesse do Deputado Júlio Delgado (despacho favorável à fl. 9); 1.12 – Processo nº 133.034/2011, de interesse do Deputado José Aníbal (despacho favorável à fl. 18); 1.13 – Processo nº 133.271/2011, de interesse do Deputado Assis Melo (despacho favorável à fl. 16); 1.14 – Processo nº 133.430/2011, de interesse do Deputado Assis Melo (despacho favorável à fl. 31); 1.15 – Processo nº 133.717/2011, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira (despacho favorável à fl. 9); 1.16 – Processo nº 134.057/2011, de interesse da Deputada Nice Lobão (despacho favorável à fl. 11); 1.17 – Processo nº 134.590/2011, de interesse do Deputado Milton Monti (despacho favorável à fl. 21); 1.18 – Processo nº 134.680/2011, de interesse do Deputado Ivan Valente (despacho favorável à fl. 14); 1.19 – Processo nº 135.341/2011, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira (despacho favorável à fl. 10); 1.20 – Processo nº 135.402/2011, de interesse do Deputado Júlio Delgado (despacho favorável à fl. 17); 1.21 – Processo nº 136.592/2011, de interesse do Deputado Dr. Rosinha (despacho favorável à fl. 27); 1.22 – Processo nº 137.354/2011, de interesse do Deputado Dr. Rosinha (despacho favorável à fl. 10); 1.23 – Processo nº 137.727/2011, de interesse do Deputado Júlio Delgado (despacho favorável à fl. 9); 1.24 – Processo nº 138.319/2011, de interesse do Deputado Paes Landim (despacho favorável à fl. 10); 1.25 – Processo nº 139.163/2011, de interesse do Deputado Antonio Brito (despacho favorável à fl. 16). 2 – Nomeação de servidor: Processo nº 134.328/2011. Despacho favorável à fl. 6: “Em 23/8/2011. Trata-se de indicação do Segundo-Vice-Presidente e Corregedor, Deputado Eduardo da Fonte, no sentido de que a servidora Fernanda de Cerqueira Costa Gomes, ponto nº 118.732, seja nomeada para exercer o Cargo de Natureza Especial de Assessor Técnico, CNE-07, na Segunda-Vice-Presidência, com solicitação de dispensa de escolaridade, nos termos da Resolução nº 43/2006. O Departamento de Pessoal esclarece que, para o exercício do cargo pleiteado, é exigido o nível superior de escolaridade, conforme estabelecido no art. 4º da Lei nº 5.901/1973. Igualmente o art. 5º da Lei nº 8.112/90 estabelece como requisito básico para a investidura em cargo público o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo. Entretanto, o art. 1º da Resolução nº 43/2006

autoriza o Presidente da Casa a dispensar, ad referendum da Mesa, a escolaridade de nível superior, exigida em atos internos para a designação de acesso às funções comissionadas de Direção e Assessoramento, em decisão fundada em critérios de confiança, eficiência e oportunidade. Dessa forma, autorizo, em caráter excepcional, ad referendum da Mesa, a nomeação da referida servidora para o cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, nos termos dos despachos do Diretor do Departamento de Pessoal (fls. 3 e 4) e do Diretor-Geral (fl. 5). Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. 3 – Relatório de Missão Autorizada nº 5, de 2011, da Presidência. Missões oficiais autorizadas por meio de ofícios – GPO nºs, de 2011: 2157, 2219 a 221, 2226 a 2231, 2233, 2241 a 2244, 2246 a 2254, 2261 a 2265, 2269 a 2272, 2278, 2280, 2283, 2285, 2291, 2302, 2304, 2305, 2308, 2309, 2357, 2364, 2365, 2370 a 2373, 2375, 2378, 2383 a 2387, 2395 a 2398, 2401, 2417, 2418, 2420 a 2422, 2431 a 2433, 2437, 2439, 2440, 2444 a 2447, 2458, 2479, 2480, 2483 a 2485, 2491 a 2493, 2532 a 2542, 2550, 2573 a 2575, 2579, 2581 a 2594, 2600, 2601, 2605, 2625, 2627, 2654 a 2666, 2679, 2688 a 2690, 2703, 2706 a 2713, 2731 a 2737, 2759, 2760, 2762, 2768, 2790, 2795, 2797, 2800, 2805 a 2812, 2852 a 2858, 2860, 2862, 2864 a 2868, 2878 a 2883, 2896, 2897, 2901, 2904, 2920, 2929 a 2931, 2933 a 2935, 2955, 2957, 2959, 2960, 2987, 2990 a 2996, 3016 a 3028, 3030, 3031, 3040, 3065 a 3074, 3076 a 3080, 3113, 3118 a 3120, 3129 a 3133, 3135 a 3137, 3147, 3154 a 3161, 3163 a 3165, 3167 a 3172, 3174, 3177 a 3179, 3182, 3198 a 3203, 3205 a 3214, 3216 a 3219, 3226 a 3231, 3241 a 3243, 3252 a 3261, 3266 a 3270, 3272 a 3274, 3286, 3289 a 3302, 3314 a 3319, 3324 a 3328, 3331, 3340 a 3343. 4 – Relatório de Requerimentos de Informação, despachados ad referendum da Mesa Diretora, nos termos dos pareceres da Relatora, Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente: 1 – Nº 686/11 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações pelo Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, referente à Refinaria Abreu de Lima, em Pernambuco, conforme questionamentos que seguem”. Parecer: pela aprovação; 2 – Nº 687/11 – Do Sr. Gean Loureiro – que “solicita ao Ministro de Estado dos Transportes informações acerca do cumprimento de item dos contratos de concessão de rodovia federal”. Parecer: pela aprovação; 3 – Nº 688/11 – Do Sr. Ricardo Tripoli – que “solicita informações à Senhora Ministra do Meio Ambiente, sobre a implantação do Complexo Portuário e de Serviços Porto Sul”. Parecer: pela aprovação; 4 – Nº 689/11 – Do Sr. Arnaldo Jardim – que “solicita informações ao Senhor Ministro dos Transportes

tes, sobre o cancelamento de recursos para a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste”. Parecer: pela aprovação; 5 – Nº 690/11 – Do Sr. Arnaldo Jardim – que “solicita informações à Senhora Ministra do Planejamento, sobre o cancelamento de recursos para a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste”. Parecer: pela aprovação; 6 – Nº 691/11 – Do Sr. Arnaldo Jardim – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, relativas a fiscalização da empresa AES Eletropaulo”. Parecer: pela aprovação; 7 – Nº 692/11 – Do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008”. Parecer: pela aprovação; 8 – Nº 694/11 – Do Sr. Romário – que “solicita ao Exmo. Sr. Orlando Silva de Jesus Júnior, Ministro de Estado do Esporte, encaminhar cópias das informações atualizadas sobre as obras para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 referidas nas Matrizes de Responsabilidades, bem como de todos os contratos relativos a esse evento que estejam à disposição daquele Ministério”. Parecer: pela aprovação; 9 – Nº 695/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Feijó, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 10 – Nº 696/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses para transporte escolar realizados entre os anos de 2006 e 2010 para o município de Jordão, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 11 – Nº 726/11 – Do Sr. Vanderlei Macris – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações sobre o financiamento a ser realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES à fusão entre o Pão de Açúcar e o Carrefour”. Parecer: pela aprovação; 12 – Nº 731/11 – Do Sr. Otavio Leite – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, informações sobre o financiamento a ser realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES à fusão entre o Pão de Açúcar e o Carrefour”. Parecer: pela aprovação; 13 – Nº 732/11 – Do Sr. César Halum – que “solicita informações ao Ministro de Estado dos Transportes sobre o andamento das licitações para o transporte rodoviário interestadual de passageiro, e sobre o Trem de Alta Velocidade – TAV, Rio de Janeiro/RJ – Campinas/SP, ambos sob responsabilidade da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT”. Parecer:

pela aprovação; 14 – Nº 733/11 – Do Sr. Pauderney Avelino – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde sobre atuação da Secretaria Especial da Saúde Indígena -SESAI, junto às Comunidades do Umariáçu 1 e 2 e Belém do Solimões, do Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 15 – Nº 734/11 – Do Sr. José Priante – que “solicita informações à Controladoria Geral da União (CGU) sobre ações de fiscalização das obras do Projeto Vila da Barca, em Belém (PA)”. Parecer: pela aprovação; 16 – Nº 735/11 – Do Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, sobre as denúncias de corrupção no Ministério dos Transportes”. Parecer: pela aprovação; 17 – Nº 736/11 – Do Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Nascimento, sobre a majoração injustificada do custo das obras de responsabilidade do Ministério”. Parecer: pela aprovação; 18 – Nº 737/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a excelentíssima Ministra da Cultura, Sra. Ana de Hollanda, sobre as atividades desenvolvidas pelo Plano Nacional de Livro e leitura no município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 19 – Nº 738/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a excelentíssima Ministra da Cultura, Sra. Ana de Hollanda, sobre as atividades desenvolvidas pelo Plano Nacional de Livro e leitura no município de Mâncio Lima, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 20 – Nº 739/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a excelentíssima Ministra da Cultura, Sra. Ana de Hollanda, sobre as atividades desenvolvidas pelo Plano Nacional de Livro e leitura no município de Manoel Urbano, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 21 – Nº 740/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a excelentíssima Ministra da Cultura, Sra. Ana de Hollanda, sobre as atividades desenvolvidas pelo Plano Nacional de Livro e leitura no município de Rio Branco, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 22 – Nº 741/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a excelentíssima Ministra da Cultura, Sra. Ana de Hollanda, sobre as atividades desenvolvidas pelo Plano Nacional de Livro e leitura no município de Sena Madureira, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 23 – Nº 742/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a excelentíssima Ministra da Cultura, Sra. Ana de Hollanda, sobre as atividades desenvolvidas pelo Plano Nacional de Livro e leitura no município de Acrelândia, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 24 – Nº 743/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a

excelentíssima Ministra da Cultura, Sra. Ana de Hollanda, sobre as atividades desenvolvidas pelo Plano Nacional de Livro e leitura no município de Bujari, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 25 – Nº 744/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a excelentíssima Ministra da Cultura, Sra. Ana de Hollanda, sobre as atividades desenvolvidas pelo Plano Nacional de Livro e leitura no município de Xapuri, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 26 – Nº 745/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a excelentíssima Ministra da Cultura, Sra. Ana de Hollanda, sobre as atividades desenvolvidas pelo Plano Nacional de Livro e leitura no município de Brasiléia, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 27 – Nº 746/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a excelentíssima Ministra da Cultura, Sra. Ana de Hollanda, sobre as atividades desenvolvidas pelo Plano Nacional de Livro e leitura no município de Jordão, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 28 – Nº 747/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a excelentíssima Ministra da Cultura, Sra. Ana de Hollanda, sobre as atividades desenvolvidas pelo Plano Nacional de Livro e leitura no município de Feijó, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 29 – Nº 748/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a excelentíssima Ministra da Cultura, Sra. Ana de Hollanda, sobre as atividades desenvolvidas pelo Plano Nacional de Livro e leitura no município de Epitaciolândia, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 30 – Nº 749/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a excelentíssima Ministra da Cultura, Sra. Ana de Hollanda, sobre as atividades desenvolvidas pelo Plano Nacional de Livro e leitura no município de Porto Acre, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 31 – Nº 750/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a excelentíssima Ministra da Cultura, Sra. Ana de Hollanda, sobre as atividades desenvolvidas pelo Plano Nacional de Livro e leitura no município de Plácido de Castro, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 32 – Nº 751/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a excelentíssima Ministra da Cultura, Sra. Ana de Hollanda, sobre as atividades desenvolvidas pelo Plano Nacional de Livro e leitura no município de Marechal Thaumaturgo, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 33 – Nº 752/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a excelentíssima Ministra da Cultura, Sra. Ana de Hollanda, sobre as atividades desenvolvidas pelo Plano Nacional de Livro e leitura no município de Rodrigues Alves, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 34 – Nº 753/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a excelentíssima Minis-

tra da Cultura, Sra. Ana de Hollanda, sobre as atividades desenvolvidas pelo Plano Nacional de Livro e leitura no município de Tarauacá, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 35 – Nº 754/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a excelentíssima Ministra da Cultura, Sra. Ana de Hollanda, sobre as atividades desenvolvidas pelo Plano Nacional de Livro e leitura no município de Porto Walter, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 36 – Nº 755/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a excelentíssima Ministra da Cultura, Sra. Ana de Hollanda, sobre as atividades desenvolvidas pelo Plano Nacional de Livro e leitura no município de Senador Guimard, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 37 – Nº 756/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a excelentíssima Ministra da Cultura, Sra. Ana de Hollanda, sobre as atividades desenvolvidas pelo Plano Nacional de Livro e leitura no município de capixaba, no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 38 – Nº 757/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores, Sr. Antonio de Aguiar Patriota, sobre recentes decisões do governo Boliviano relativas a regularização de automóveis e exigência de residência fixa para estudantes brasileiros”. Parecer: pela aprovação; 39 – Nº 758/11 – Da Comissão de Desenvolvimento Urbano – que “solicita informações ao Ministério das Minas e Energia, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre a Resolução Normativa nº 414/10”. Parecer: pela aprovação; 40 – Nº 759/11 – Do Sr. Chico D’Angelo – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes sobre a dívida da União (sucessora da Rede Ferroviária Federal) com o fundo de previdência REFER”. Parecer: pela aprovação; 41 – Nº 760/11 – Do Sr. Otavio Leite – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações sobre os empréstimos e/ou financiamentos concedidos pelo Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES para financiamento de novas unidades hoteleiras na cidade do Rio de Janeiro/RJ”. Parecer: pela aprovação; 42 – Nº 761/11 – Do Sr. Otavio Leite – que “solicita ao Senhor Ministro-Chefe da Secretaria Nacional da Aviação Civil da Presidência da República informações pertinentes sobre os investimentos e obras realizados no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro – RJ”. Parecer: pela aprovação; 43 – Nº 762/11 – Do Sr. Homero Pereira – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde quanto às análises realizadas para registro e reavaliação de agrotóxicos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA”. Parecer: pela aprovação; 44 – Nº 763/11 – Da Comissão de

Defesa do Consumidor – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações relativas a cobranças indevidas de telefonia fixa”. Parecer: pela aprovação; 45 – Nº 764/11 – Do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações ao Senhor Jorge Hage, Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União, acerca da lisura e de possíveis prejuízos causados a Furnas Centrais Elétricas S.A. pela decisão de adquirir ações da empresa Oliveira Trust Service”. Parecer: pela aprovação; 46 – Nº 765/11 – Do Sr. Carlos Souza – que “solicita ao Ministério das Cidades informações acerca do número de habitações populares destinadas aos indígenas através do Programa Minha Casa, Minha Vida, no Estado do Amazonas, na Região Norte, bem como em todo o Brasil”. Parecer: pela aprovação; 47 – Nº 766/11 – Do Sr. Carlos Souza – que “solicita ao Ministério de Minas e Energia informações acerca do montante de recursos provenientes da Reserva Global de Reversão repassados, nos últimos cinco anos, para a execução de obras de expansão do sistema elétrico no Estado do Amazonas, na Região Norte, bem como em todo o Brasil”. Parecer: pela aprovação; 48 – Nº 767/11 – Da Sra. Nilda Gondim – que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, informações concernentes aos casos de hepatites virais no país”. Parecer: pela aprovação; 49 – Nº 768/11 – Do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério da Previdência Social, através do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social acerca da implantação de agências de atendimento nos municípios do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 50 – Nº 769/11 – Do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações a Excelentíssima Ministra de Estado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora Miriam Belchior, sobre a contratação de terceirizados pela Administração Pública Federal”. Parecer: pela aprovação; 51 – Nº 770/11 – Do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Senhor Edison Lobão, sobre a contratação de terceirizados pelo Ministério de Minas e Energia, pela Eletrobras Furnas e pelos demais órgãos vinculados a este Ministério”. Parecer: pela aprovação; 52 – Nº 771/11 – Do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, sobre a contratação de terceirizados pelo Ministério da Fazenda e pela Caixa Econômica Federal”. Parecer: pela aprovação; 53 – Nº 772/11 – Do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado do Ministério da Educação, Senhor Fernando Haddad, sobre a contratação de terceirizados pelo Ministério da Educação e demais órgãos vinculados a este Ministério”. Parecer: pela aprovação; 54 – Nº

773/11 – Do Sr. Jilmar Tatto – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, sobre as medidas adotadas diante da decisão do Governo do Estado Plurinacional da Bolívia, de legalizar veículos roubados no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 55 – Nº 774/11 – Da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – que “solicita informações à Ministra do Meio Ambiente, Excelentíssima Senhora Izabella Mônica Vieira Teixeira, sobre cada Parque Nacional criado de 1988 até 2011, oferecendo informações detalhadas sobre cada um deles”. Parecer: pela aprovação; 56 – Nº 775/11 – Da Sra. Manuela D’Ávila – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça sobre o número de detentos mortos durante cumprimento de pena em regime fechado e o respectivo registro no INFOPEN”. Parecer: pela aprovação; 57 – Nº 776/11 – Do Sr. Arnaldo Jardim – que “solicita informações ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior referente ao enquadramento financeiro solicitado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pelo grupo Pão de Açúcar para viabilizar a fusão com o grupo francês Carrefour”. Parecer: pela aprovação; 58 – Nº 777/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Tarauacá, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 59 – Nº 778/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Acrelândia, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 60 – Nº 779/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Assis Brasil, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 61 – Nº 780/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Brasiléia, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 62 – Nº 781/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Bujari, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 63 – Nº 782/11 – Da

Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Capixaba, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 64 – Nº 783/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 65 – Nº 784/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Epitaciolândia, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 66 – Nº 785/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Feijó, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 67 – Nº 786/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Jordão, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 68 – Nº 787/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Mâncio Lima, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 69 – Nº 788/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Manuel Urbano, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 70 – Nº 789/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Porto Walter, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 71 – Nº 790/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Porto Acre, no Estado do Acre”.

Parecer: pela aprovação; 72 – Nº 791/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Plácido de Castro, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 73 – Nº 792/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Marechal Thaumaturgo, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 74 – Nº 793/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Rio Branco, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 75 – Nº 794/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 76 – Nº 795/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Rodrigues Alves, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 77 – Nº 796/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Sena Madureira, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 78 – Nº 797/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Senador Guimard, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 79 – Nº 798/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os repasses do programa Dinheiro Direto na Escola realizados entre os anos de 2008 e 2010 para o município de Xapuri, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 80 – Nº 799/11 – Do Sr. Edmar Arruda – que “solicita ao Poder Executivo, mais especificamente ao Ministério da Educação, informações sobre o registro de indícios de descumprimento, por parte de Instituições de Ensino Superior,

do Decreto nº 5.518/2005, e do Ofício Circular nº 152/2005, editado por aquele ministério”. Parecer: pela aprovação; 81 – Nº 800/11 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Previdência Social sobre as estimativas das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, referente ao PL 2.784, de 2003, que inclui a Hepatite do tipo “C” na relação de doenças graves passíveis de aposentadoria por invalidez, bem como a Citopatia Mitocondrial, a mitocondriopatia e a doença de DEVIC”. Parecer: pela aprovação; 82 – Nº 801/11 – Do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S.A. , relativas aos contratos emergenciais celebrados com as prestadoras de serviços Manchester Serviços Ltda e a Conservadora Luso Brasileira S.A”. Parecer: pela aprovação; 83 – Nº 802/11 – Do Sr. João Dado – (PL 7341/2010) – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 7.341, de 2010”. Parecer: pela aprovação; 84 – Nº 803/11 – Do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, sobre dados e práticas de acompanhamento e fiscalização na Companhia de Eletricidade da Bahia – Coelba” Parecer: pela aprovação; 85 – Nº 804/11 – Do Sr. Amauri Teixeira – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa sobre suposta humilhação pública sofrida por defensora federal em Base Militar, em Natal-RN”. Parecer: pela aprovação; 86 – Nº 805/11 – Do Sr. Davi Alcolumbre – que “solicita informações ao Ministério da Cultura”. Parecer: pela aprovação; 87 – Nº 806/11 – Do Sr. Tiririca – que “solicita informações à Sra. Ministra da Cultura acerca da não inclusão de atividades circenses na programação do Festival Europalia, edição de 2011”. Parecer: pela aprovação; 88 – Nº 807/11 – Do Sr. Francisco Araújo – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro Interino de Estado dos Transportes Paulo Sérgio Passos, sobre os recursos enviados ao Estado de Roraima no período de 2005 a 2010”. Parecer: pela aprovação; 89 – Nº 808/11 – Do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Senhor Edison Lobão, sobre a aquisição de um terreno pela Eletrobras localizado no Estado do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 90 – Nº 809/11 – Do Sr. Romário – que “solicita ao Exmo. Sr. Orlando Silva de Jesus Júnior, Ministro de Estado do Esporte, fazer encaminhar cópias dos contratos e convênios já assinados pelas cidades-sedes, bem como das recomendações, requi-

sitos e exigências da FIFA para a construção ou reforma dos estádios onde serão realizados os jogos daquele evento em nosso País”. Parecer: pela aprovação; 91 – Nº 810/11 – Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor ANTONIO PATRIOTA, Ministro de Estado das Relações Exteriores, pedido de informações sobre as recentes decisões do governo boliviano relativas a regularização de automóveis e exigência de residência fixa para estudantes brasileiros”. Parecer: pela aprovação; 92 – Nº 811/11 – Do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Senhor Ministro-Chefe da Secretaria Nacional da Aviação Civil da Presidência da República informações acerca das atribuições de responsabilidade nas autorizações de voos de aeronaves”. Parecer: pela aprovação; 93 – Nº 812/11 – Do Sr. Padre Ton – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Rodagens – DNIT, sobre a eventual construção de uma rodovia federal ligando a BR 421 à BR 425”. Parecer: pela aprovação; 94 – Nº 813/11 – Do Sr. Padre Ton – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Rodagens – DNIT, sobre a construção da ponte internacional sobre o Rio Mamoré, interligando as cidades de Guajará-Mirim, no Brasil, e Gayara-Mirim, na Bolívia”. Parecer: pela aprovação; 95 – Nº 814/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Xapuri, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 96 – Nº 815/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Tarauacá, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 97 – Nº 816/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Senador Guimard, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 98 – Nº 817/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Sena Madureira, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 99 – Nº 818/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Santa Rosa do Purus, Estado do Acre”. Pa-

recer: pela aprovação; 100 – Nº 819/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Rodrigues Alves, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 101 – Nº 820/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Marechal Thaumaturgo, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 102 – Nº 821/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Manuel Urbano, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 103 – Nº 822/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Mâncio Lima, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 104 – Nº 823/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Jordão, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 105 – Nº 824/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Porto Walter, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 106 – Nº 825/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Porto Acre, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 107 – Nº 826/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Plácido de Castro, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 108 – Nº 827/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Feijó, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 109 – Nº 828/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Epitaciolândia, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 110 – Nº 829/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que

“solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Rio Branco, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 111 – Nº 830/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 112 – Nº 831/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Capixaba, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 113 – Nº 832/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Bujari, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 114 – Nº 833/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Brasiléia, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 115 – Nº 834/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Assis Brasil, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 116 – Nº 835/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Brasil Sorridente no município de Acrelândia, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 117 – Nº 836/11 – Do Sr. Nelson Marchezan Junior – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, informações sobre o acompanhamento e fiscalização da prestação de serviços pelas operadoras de telecomunicação”. Parecer: pela aprovação; 118 – Nº 837/11 – Do Sr. Otavio Leite – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações sobre os programas realizados pela APEX – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos em prol da venda da Música Brasileira no Exterior”. Parecer: pela aprovação; 119 – Nº 838/11 – Do Sr. Otavio Leite – que “solicita a Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre o encaminhamento do processo para realização de concurso público para o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS”. Parecer: pela aprovação; 120 – Nº 839/11 – Do Sr. Otavio Leite – que “solicita

ao Senhor Ministro de Estado da Educação informações sobre a situação dos alunos do Instituto Benjamin Constant – IBC e Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES para o ano letivo de 2012” Parecer: pela aprovação; 121 – Nº 840/11 – Da Sra. Carmen Zanotto – que “solicita Informações ao Ministro da Educação a situação dos cursos de graduação em serviço social no âmbito brasileiro”. Parecer: pela aprovação; 122 – Nº 841/11 – Do Sr. Aureo – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações sobre os estudos de capacidade realizados pela Anatel a respeito das prestadoras do Serviço Móvel Pessoal que operam no Estado do Rio de Janeiro, discriminando o uso de frequências, número e localização das antenas e respectiva licença em nível municipal; mapa da cobertura de cada prestadora do Serviço Móvel Pessoal que opera no Estado do Rio de Janeiro, equipamentos instalados em cada ponto, frequências utilizadas e capacidade de atendimento; e avaliação da relação entre qualidade do serviço, frequências utilizadas e área de célula”. Parecer: pela aprovação; 123 – Nº 842/11 – Do Sr. Aureo – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações a respeito dos Processos Administrativos de Apuração de Descumprimento de Obrigação – PADO – que tenham resultado em penalidade de multa às operadoras do Serviço Móvel Pessoal, com a cópia dos respectivos processos e a discriminação se a multa foi efetivamente recolhida ou se o PADO encontra-se em recurso administrativo ou judicial”. Parecer: pela aprovação; 124 – Nº 843/11 – Da Sra. Erika Kokay – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil, da Presidência da República, sobre como ficará a situação dos atuais empregados da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, na hipótese que menciona”. Parecer: pela aprovação; 125 – Nº 844/11 – Da Sra. Erika Kokay – que “solicita informações à Excelentíssima Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre as medidas adotadas pelo governo, visando ao cumprimento da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos quanto ao caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia)”. Parecer: pela aprovação; 126 – Nº 845/11 – Do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita informações ao Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, sobre as providências que estão sendo tomadas sobre as denúncias de turismo sexual na Amazônia”. Parecer: pela aprovação; 127 – Nº 846/11 – Do Sr. Jose Stédile – que “solicita informações ao Ministro da Secretaria Nacional de Aviação Civil informações sobre a viabilidade de utilização das bases aéreas brasileiras para operação e estacionamento de aeronaves civis durante os eventos esportivos internacionais que o Brasil

sediara”. Parecer: pela aprovação; 128 – Nº 847/11 – Do Sr. Romário – que “solicita informações ao Exmo Sr. Ministro de Estado da Fazenda”. Parecer: pela aprovação; 129 – Nº 848/11 – Do Sr. Romário – que “solicita informações ao Exmo Sr. Ministro de Estado da Previdência Social”. Parecer: pela aprovação; 130 – Nº 849/11 – Do Sr. Romário – que “solicita informações à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR”. Parecer: pela aprovação; 131 – Nº 851/11 – Da Comissão de Turismo e Desporto – que “solicita ao Senhor Ministro da Fazenda, Guido Mantega, informações junto ao Banco do Nordeste do Brasil acerca dos investimentos no PRODETUR por Estado da região Nordeste”. Parecer: pela aprovação; 132 – Nº 852/11 – Da Comissão de Turismo e Desporto – que “solicita ao Ministro da Fazenda, Senhor Guido Mantega, informações junto ao Banco do Nordeste do Brasil acerca do volume de recursos do FNE aplicados em Projetos Turísticos por Estado do Nordeste”. Parecer: pela aprovação; 133 – Nº 853/11 – Do Sr. Átila Lins – que “solicita informações ao Senhor Ministro dos Transportes, Paulo Sergio de Oliveira Passos, sobre obras em portos de cidades do Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 134 – Nº 854/11 – Do Sr. Nilton Capixaba – que “solicita ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) informações sobre questões socioambientais referentes à construção das UHEs de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, Estado de Rondônia”. Parecer: pela aprovação; 135 – Nº 855/11 – Do Sr. Pastor Marco Feliciano – que “solicita ao Ministério da Defesa informações sobre o cargo de Controlador de Tráfego Aéreo”. Parecer: pela aprovação; 136 – Nº 856/11 – Do Sr. Nelson Marchezan Junior – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, informações sobre a fiscalização dos serviços de call centers prestado pelas operadoras de telecomunicação”. Parecer: pela aprovação; 137 – Nº 857/11 – Do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a arrecadação proveniente da cobrança de foro, laudêmio e taxas de ocupação de terrenos de marinha”. Parecer: pela aprovação; 138 – Nº 858/11 – Do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por intermédio da empresa “Companhia Nacional de Abastecimento – Conab”, sobre transações envolvendo bens imobiliários de propriedade da referida empresa em todo o território nacional”. Parecer: pela aprovação; 139 – Nº 859/11 – Do Sr. Aureo – que “solicita ao Sr. Ministro das Comunicações cópias de todos os contratos firmados entre a União e os prestadores do serviço móvel pessoal, bem como

dos seus aditivos; e cópias dos termos dos planos de serviço hoje oferecidos pelas operadoras de telefonia móvel". Parecer: pela aprovação; 140 – Nº 860/11 – Do Sr. Rodrigo Maia – que "solicita informações ao Exmo. Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, o Sr. Carlos Lupi, sobre o programa Projovem Urbano". Parecer: pela aprovação; 141 – Nº 861/11 – Do Sr. Rodrigo Maia – que "solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardoso, sobre a entrada de turistas estrangeiros no Brasil nos últimos cinco anos". Parecer: pela aprovação; 142 – Nº 862/11 – Do Sr. Rui Palmeira – que "solicita ao Ministro dos Transportes, Senhor Paulo Sérgio Oliveira Passos, informações sobre projetos de obras nas rodovias federais que cruzam Alagoas e, mais especificamente, sobre a duplicação do trecho alagoano da BR 101". Parecer: pela aprovação; 143 – Nº 863/11 – Do Sr. Geraldo Thadeu – que "solicita informações do Sr. Antonio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores, sobre a morte dos brasileiros Mario Gramani Guedes e Mario Augusto Soares, funcionários da empresa brasileira Leme Engenharia, que morreram no Peru". Parecer: pela aprovação; 144 – Nº 864/11 – Do Sr. Sarney Filho – que "solicita informação a Senhora Ministra do Meio Ambiente, sobre a ocupação ilegal de áreas de preservação permanente". Parecer: pela aprovação; 145 – Nº 865/11 – Do Sr. Sarney Filho – que "solicita ao Sr. Ministro da Defesa, Nelson Jobim, informações sobre a fiscalização efetivada pela Marinha sobre as terras situadas às margens do Oceano". Parecer: pela aprovação; 146 – Nº 866/11 – Do Sr. Weliton Prado – que "solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), sobre o plano de fiscalização dos serviços prestados pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), no Estado de Minas Gerais, diante das explosões de bueiros causadas por problemas na rede elétrica subterrânea da estatal mineira". Parecer: pela aprovação; 147 – Nº 867/11 – Do Sr. José Priante – que "solicita informações ao Ministro da Fazenda sobre o contrato de repasse firmado entre o Ministério das Cidades e a Prefeitura Municipal de Belém (PA), tendo como gestora a Caixa Econômica Federal, para a construção de habitações populares na comunidade Vila da Barca". Parecer: pela aprovação; 148 – Nº 868/11 – Da Sra. Nilda Gondim – que "solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, informações sobre o aumento de casos de Leishmaniose no país". Parecer: pela aprovação; 149 – Nº 869/11 – Do Sr. Júlio Delgado – que "solicita ao Ministro das Comunicações pedido de informação sobre a revisão da Norma 04, de 1995". Parecer: pela aprovação; 150 – Nº 870/11 – Do Sr. Arnaldo Jardim – que "solicita infor-

mação ao Senhor Ministro de Minas e Energia, sobre a exploração de minério de ferro em Caetité (BA)". Parecer: pela aprovação; 151 – Nº 871/11 – Do Sr. Flaviano Melo – que "solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Fernando Damata Pimentel, acerca dos Contratos de Financiamentos firmados entre o BNDES e o Governo do Estado do Acre a partir de 2002". Parecer: pela aprovação; 152 – Nº 872/11 – Do Sr. Otavio Leite – que "solicita ao Senhor Ministro de Estado da Educação informações sobre o déficit de professores do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – (CAp UFRJ)". Parecer: pela aprovação; 153 – Nº 873/11 – Do Sr. Otavio Leite – que "solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Cidades informações pertinentes sobre a paralisação das obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, na comunidade da Rocinha, no Município do Rio de Janeiro – RJ". Parecer: pela aprovação; 154 – Nº 874/11 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre as estimativas das renúncias fiscais, referente à concessão de benefício oferecido pelo Projeto de Lei nº 3.600, de 2004, que reduz a zero a alíquota do IPI para os óleos vegetais transesterificados destinados à adição ao diesel mineral". Parecer: pela aprovação; 155 – Nº 875/11 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre as estimativas das renúncias fiscais, referente ao Projeto de Lei nº 4.785, de 2005, que dispõe sobre a dedução de gastos com ensino fundamental, médio e superior pagos em favor de empregados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real na determinação do imposto de renda". Parecer: pela aprovação; 156 – Nº 876/11 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia sobre a extração, o processamento, a venda e comercialização do minério nióbio (Nb) produzido pelo Brasil". Parecer: pela aprovação; 157 – Nº 877/11 – Do Sr. Romero Rodrigues – que "solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado dos Transportes, sobre a situação das Rodovias Federais no Estado da Paraíba". Parecer: pela aprovação; 158 – Nº 878/11 – Da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que "solicita ao Ministro de Minas e Energia, informações e cópias de todos os contratos, aditivos e respectivos processos licitatórios, envolvendo o Grupo Mitsui e a Petrobrás e suas Subsidiárias no Brasil e no Exterior". Parecer: pela aprovação; 159 – Nº 879/11 – Do Sr. Junji Abe – que "solicita informações ao Ministro dos Transportes, Senhor Paulo Sérgio Oliveira Passos, acerca da construção de dois viadutos sobre

a linha férrea de Mogi das Cruzes (SP), objeto do Edital nº 408/2010-00, do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte – DNIT, processo nº 50600.010274/2010-0”. Parecer: pela aprovação; 160 – Nº 880/11 – Da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações e cópias ao Sr. Ministro da Defesa a respeito das licitações realizadas desde o ano de 2009 pelo Instituto Militar de Engenharia (IME)”. Parecer: pela aprovação; 161 – Nº 881/11 – Da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações e cópias à Sra. Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão de documentos relativos aos servidores públicos federais e empregados públicos federais que aderiram ao Programa de Demissão Voluntária, no período de 1993 a 2001”. Parecer: pela aprovação; 162 – Nº 882/11 – Do Sr. Rui Palmeira – que “solicita ao Ministro de Minas e Energia, senhor Edison Lobão, informações sobre o blecaute e sobre a interrupção no fornecimento de energia elétrica ocorrido em Alagoas de 3 de agosto de 2011”. Parecer: pela aprovação; 163 – Nº 883/11 – Da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – que “solicita informações à Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, referentes ao uso de produtos químicos por aeronaves pulverizadoras que estariam levando ao desmatamento criminoso da Amazônia”. Parecer: pela aprovação; 164 – Nº 884/11 – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita informações ao Ministro das Comunicações quanto à expansão do número de rádios comunitárias nos municípios paraibanos”. Parecer: pela aprovação; 165 – Nº 885/11 – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre o impacto do contingenciamento orçamentário determinado pela Presidente Dilma nas atividades do Instituto Nacional do Semi-Árido – INSA, localizado em Campina Grande-PB”. Parecer: pela aprovação; 166 – Nº 886/11 – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita informações ao Ministro das Comunicações sobre o número de cidades paraibanas efetivamente atendidas por telefonia móvel”. Parecer: pela aprovação; 167 – Nº 887/11 – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia e à FINEP sobre o direcionamento de recursos públicos para o Programa PRIME em favor de empresas localizadas no Estado da Paraíba”. Parecer: pela aprovação; 168 – Nº 888/11 – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita informações ao Ministro das Comunicações sobre a inclusão de municípios paraibanos no Plano Nacio-

nal de Banda Larga (PNBL)”. Parecer: pela aprovação; 169 – Nº 889/11 – Do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa, o Sr. Celso Amorim, sobre o gasto com o “5º Jogos Mundiais Militares do CISM””. Parecer: pela aprovação; 170 – Nº 890/11 – Do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Alexandre Tombini, a respeito da compra de títulos do tesouro dos Estados Unidos da América pela autoridade monetária”. Parecer: pela aprovação; 171 – Nº 891/11 – Do Sr. Tiririca – que “solicita ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre dados estatísticos relacionados à atividade circense”. Parecer: pela aprovação; 172 – Nº 892/11 – Do Sr. Tiririca – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação acerca dos programas suplementares de atendimento aos educandos, previstos no art. 208, VII, da Constituição Federal”. Parecer: pela aprovação; 173 – Nº 893/11 – Do Sr. Francisco Araújo – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário Afonso Florence, sobre os Títulos de Transferência das Terras repassadas pela União ao Estado de Roraima”. Parecer: pela aprovação; 174 – Nº 894/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Xapuri, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 175 – Nº 895/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Xapuri, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 176 – Nº 896/11 – Do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita ao Excelentíssimo Ministro de Estado dos Transportes, Sr. Paulo Sérgio Passos, informações sobre a arrecadação da Ponte Rio-Niterói”. Parecer: pela aprovação; 177 – Nº 898/11 – Do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura informações acerca da situação do setor pesqueiro na Região Norte do Brasil”. Parecer: pela aprovação; 178 – Nº 899/11 – Do Sr. Beto Mansur – que “solicita informações complementares ao Senhor Ministro da Fazenda ao nº 637/2011, sobre alterações das normas que regem as operações de Resseguros, pela Resolução nº 225, de 06 de dezembro de 2010, do CNSP Conselho Nacional de Seguros Privados, com base nas respostas contidas no Ofício 430/2011/Susep-GABIN, de 11 de julho de 2011”. Parecer: pela aprovação; 179 – Nº 901/11 – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita informações à ministra-chefe da Secretaria de Comu-

nicação Social, Helena Chagas, sobre recursos aplicados em publicidade”. Parecer: pela aprovação; 180 – Nº 902/11 – Do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações ao Ministro de Estado do Ministério dos Transportes, Sr. Paulo Sérgio Passos, sobre os aditivos contratuais realizados por tal ministério, bem como pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit”. Parecer: pela aprovação; 181 – Nº 903/11 – Do Sr. Carlos Roberto – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, informações sobre aplicação de recursos públicos federais transferidos ao Hospital Municipal da Criança de Guarulhos, no Estado de São Paulo, bem como as possíveis causas que levaram ao falecimento de 14 (quatorze) crianças internadas na UTI daquele estabelecimento hospitalar”. Parecer: pela aprovação; 182 – Nº 904/11 – Do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia e à FINEP sobre o direcionamento de recursos públicos através do Programa PRIME”. Parecer: pela aprovação; 183 – Nº 905/11 – Do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações ao Ministro das Comunicações sobre os critérios para a escolha dos municípios brasileiros que serão beneficiados no Plano Nacional de Banda Larga (PNBL)”. Parecer: pela aprovação; 184 – Nº 906/11 – Da Sra. Nilda Gondim – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, sobre levantamentos/dados de casos de acidentes envolvendo o uso de cerol no país nos últimos 5 (cinco) anos, se possível, por unidade da federação, informando, os números de lesões corporais, mutilações de membros e óbitos”. Parecer: pela aprovação; 185 – Nº 907/11 – Do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda sobre a situação atual do endividamento do município do Rio de Janeiro/RJ”. Parecer: pela aprovação; 186 – Nº 908/11 – Da Comissão de Turismo e Desporto – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Turismo, Pedro Novais, sobre fatos noticiados pela imprensa, em especial a malversação de recursos públicos por este Ministério”. Parecer: pela aprovação; 187 – Nº 909/11 – Do Sr. Padre Ton – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, no âmbito da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, sobre denúncias de invasão do Território Nacional por grupos paramilitares peruanos para exterminar grupos de índios isolados na fronteira”. Parecer: pela aprovação; 188 – Nº 910/11 – Do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, sobre o aumento no custo das obras públicas do Governo Federal por meio da celebração de aditivos contratuais”. Parecer: pela aprovação; 189 – Nº 911/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que

“solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Senador Guiomard, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 190 – Nº 912/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Tarauacá, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 191 – Nº 913/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Sena Madureira, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 192 – Nº 914/11 – Da Sra. Jô Moraes – que “solicita informações ao Ministério do Trabalho sobre morosidade nas tramitações dos processos”. Parecer: pela aprovação; 193 – Nº 915/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Santa Rosa do Purus, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 194 – Nº 916/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Rodrigues Alves, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 195 – Nº 917/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de RIO BRANCO, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 196 – Nº 918/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Porto Walter, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 197 – Nº 919/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Porto Acre, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 198 – Nº 920/11 – Do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita informações ao Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União sobre sindicâncias e auditorias realizadas no Ministério da Agricultura”. Parecer: pela aprovação; 199 – Nº 921/11 – Do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita informações ao Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União sobre sindicâncias e auditorias realizadas no Ministério dos Transportes”. Parecer: pela aprovação; 200 – Nº 922/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informa-

ções ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Plácido de Castro, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 201 – Nº 923/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Marechal Thaumaturgo, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 202 – Nº 924/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Manoel Urbano, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 203 – Nº 925/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Mâncio Lima, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 204 – Nº 926/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Jordão, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 205 – Nº 927/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Feijó, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 206 – Nº 928/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Epitaciolândia, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 207 – Nº 929/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 208 – Nº 930/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Capixaba, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 209 – Nº 931/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Bujari, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 210 – Nº 932/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recur-

sos para o município de Brasiléia, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 211 – Nº 933/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Assis Brasil, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 212 – Nº 934/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Acrelândia, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 213 – Nº 935/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Acrelândia, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 214 – Nº 936/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 215 – Nº 937/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Sena Madureira, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 216 – Nº 938/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Santa Rosa do Purus, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 217 – Nº 939/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Rodrigues Alves, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 218 – Nº 940/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de RIO BRANCO, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 219 – Nº 941/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Porto Walter, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 220 – Nº 942/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Porto Acre, Estado do Acre, no período de 2000 a

2011". Parecer: pela aprovação; 221 – Nº 943/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Plácido de Castro, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 222 – Nº 944/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Marechal Thaumaturgo, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 223 – Nº 945/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Manoel Urbano, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 224 – Nº 946/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Mâncio Lima, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 225 – Nº 947/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Jordão, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 226 – Nº 948/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Feijó, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 227 – Nº 949/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Epitaciolândia, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 228 – Nº 950/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Capixaba, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 229 – Nº 951/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Bujari, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 230 – Nº 952/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Brasiléia, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 231 – Nº 953/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao

Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Assis Brasil, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 232 – Nº 954/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Senador Guiomard, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 233 – Nº 955/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre programas e projetos de segurança pública e repasses de recursos para o município de Tarauacá, Estado do Acre, no período de 2000 a 2011". Parecer: pela aprovação; 234 – Nº 956/11 – Do Sr. Eduardo da Fonte – que "solicita ao Ministro de Estado das Minas e Energia informações no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica sobre o processo de declaração de caducidade da concessão da Companhia Energética de Pernambuco (CELPE)". Parecer: pela aprovação; 235 – Nº 957/11 – Do Sr. Roberto Santiago – que "solicita ao Presidente do Banco Central, informações relativas à cobrança de tarifas indevidas pelos bancos Santander e Itaú". Parecer: pela aprovação; 236 – Nº 958/11 – Da Comissão de Defesa do Consumidor – que "solicita ao Ministro de Estado da Saúde informações relativas a medicamentos falsificados". Parecer: pela aprovação; 237 – Nº 959/11 – Da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que "solicita informações ao Sr. Ministro da Justiça sobre a Operação Voucher da Polícia Federal, que resultou em 38 prisões". Parecer: pela aprovação; 238 – Nº 960/11 – Do Sr. Lourival Mendes – que "solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energias sobre anúncio oficial feito pela PETROBRAS, referente ao adiamento da construção da Primeira fase da Refinaria Premium I no Maranhão". Parecer: pela aprovação; 239 – Nº 961/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Fazenda, sobre a implantação e efetivo funcionamento da Zona de Processamento de Exportações – ZPE's para no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 240 – Nº 962/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre a implantação e efetivo funcionamento da Zona de Processamento de Exportações – ZPE's para no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 241 – Nº 963/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Acrelândia, no Estado do Acre". Parecer: pela apro-

vação; 242 – Nº 964/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Assis Brasil, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 243 – Nº 965/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Xapuri, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 244 – Nº 966/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Tarauacá, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 245 – Nº 967/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Senador Guiomard, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 246 – Nº 968/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Sena Madureira, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 247 – Nº 969/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 248 – Nº 970/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Rodrigues Alves, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 249 – Nº 971/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Rio Branco, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 250 – Nº 972/11 – Da Sra.

Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Brasília, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 251 – Nº 973/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Bujari, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 252 – Nº 974/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Capixaba, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 253 – Nº 975/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 254 – Nº 976/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Epitaciolândia, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 255 – Nº 977/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Feijó, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 256 – Nº 978/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Jordão, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 257 – Nº 979/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Mâncio Lima, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 258 – Nº 980/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de

Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Manoel Urbano, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 259 – Nº 981/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Marechal Thaumaturgo, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 260 – Nº 982/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Plácido de Castro, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 261 – Nº 983/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Porto Acre, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 262 – Nº 984/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás Distribuição Acre e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sobre os projetos e programas de manutenção e investimento no período de 2000 a 2011, no município de Porto Walter, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 263 – Nº 985/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de Assis Brasil, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 264 – Nº 986/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de Acrelândia, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 265 – Nº 987/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de Brasília, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 266 – Nº 988/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de Bujari, no Estado do ACRE”.

Parecer: pela aprovação; 267 – Nº 989/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de Capi-xaba, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 268 – Nº 990/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de Cruzeiro do Sul, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 269 – Nº 991/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de EPITACIOLÂNDIA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 270 – Nº 992/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de Feijó, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 271 – Nº 993/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de Jordão, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 272 – Nº 994/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de Mâncio Lima, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 273 – Nº 995/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de Manoel Urbano, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 274 – Nº 996/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de Marechal Thaumaturgo, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 275 – Nº 997/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de Plácido de Castro, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 276 – Nº 998/11 – Da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planeja-

mento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de Porto Acre, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 277 – Nº 999/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de Porto Walter, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 278 – Nº 1.000/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de Rio Branco, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 279 – Nº 1.001/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de Rodrigues Alves, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 280 – Nº 1.002/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de Santa Rosa do Purus, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 281 – Nº 1.003/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de Sena Madureira, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 282 – Nº 1.004/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de Senador Guimard, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 283 – Nº 1.005/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de Tarauacá, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 284 – Nº 1.006/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC realizadas e previstas para o município de Xapuri, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 285 – Nº 1.007/11 – Do Sr. Mendonça Filho – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Educação, Sr. Fernando Haddad, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre denúncias de fraude nas recentes elei-

ções para reitor do IFPE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, bem como a existência, no âmbito do Ministério da Educação, de medidas visando apurar a veracidade dos fatos denunciados”. Parecer: pela aprovação; 286 – Nº 1.008/11 – Do Sr. Rubens Bueno – que “solicita ao Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cópias das imagens do circuito interno, nos termos que especifica”. Parecer: pela aprovação; 287 – Nº 1.009/11 – Do Sr. Davi Alcolumbre – que “solicita informações ao Banco Central do Brasil-BACEN, através do Ministério da Fazenda”. Parecer: pela aprovação; 288 – Nº 1.010/11 – Da Sra. Erika Kokay – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento quanto ao efetivo cumprimento do disposto no art. 46 do Decreto nº 7.127, de 04 de março de 2010, que “Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e dá outras providências””. Parecer: pela aprovação; 289 – Nº 1.012/11 – Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor CELSO AMORIM, Ministro de Estado da Defesa, sobre o cerco feito aos funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai), no estado do Acre, na fronteira com o Peru conforme noticiado pela imprensa”. Parecer: pela aprovação; 290 – Nº 1.013/11 – Do Sr. Sandro Alex – que “solicito sejam prestadas informações pelo Sr. Ministro de Estado da Secretaria de Aviação Civil acerca do funcionamento do Aeroporto Internacional Afonso Pena, em Curitiba/PR – no ano de 2010 e 2011”. Parecer: pela aprovação; 291 – Nº 1.014/11 – Do Sr. Cláudio Puty – que “solicita ao Ministro das Minas e Energia que a ANEEL preste informações acerca do desempenho da CELPA, sob a perspectiva da qualidade dos serviços prestados ao consumidor e as medidas adotadas pela Agência em casos nos quais são constatados desempenho abaixo do padrão mínimo fixado pelo órgão regulador”. Parecer: pela aprovação; 292 – Nº 1.015/11 – Do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita do Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento cópia de inteiro teor de contratos e outros instrumentos, abaixo especificados, bem como de imagens gravadas em circuito interno de TV instalado no prédio do Ministério respectivo”. Parecer: pela aprovação; 293 – Nº 1.016/11 – Do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministério das Comunicações, acerca da Radiobras Empresa Brasileira de Comunicação S/A em Cruzeiro do Sul, Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 294 – Nº 1.017/11 – Da Comissão de Finanças e Tributação – que “solicita ao Presidente do

Banco Central do Brasil informações acerca da venda / compra de dólares para regular as oscilações da queda da moeda americana em face ao real". Parecer: pela aprovação; 295 – Nº 1.018/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações ao Ministro da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 296 – Nº 1.020/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 297 – Nº 1.022/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações ao Ministro do Esporte sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 298 – Nº 1.023/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações ao Ministro da Justiça sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 299 – Nº 1.024/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações ao Ministro da Justiça sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 300 – Nº 1.025/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações ao Ministro da Saúde sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 301 – Nº 1.026/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações ao Ministro do Esporte sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 302 – Nº 1.027/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações ao Ministro do Esporte sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 303 – Nº 1.028/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 304 – Nº 1.029/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 305 – Nº 1.030/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações ao Ministro do Planejamento e Gestão sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 306 – Nº 1.031/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 307 – Nº 1.032/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações ao Ministro da Saúde sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 308 – Nº 1.033/11 – Do Sr. Fábio Souto – que "solicita informações ao Sr. Ministro da Integração Nacional a respeito do aumento do valor previsto para execução das obras do rio São Francisco". Parecer: pela aprovação; 309 – Nº 1.034/11 – Do Sr. Antônio Roberto – que "solicita informações ao senhor Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre a Medida Provisória nº 542, de 2011". Parecer: pela aprovação; 310 – Nº 1.035/11 – Do Sr. Antônio Roberto – que "solicita informações à senhora Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, sobre a Medida Provisória nº 542, de 2011". Parecer:

pela aprovação; 311 – Nº 1.036/11 – Do Sr. Toninho Pinheiro – que "solicita ao Ministério de Minas e Energia informações acerca do volume mensal de gás natural, e respectivo valor monetário, utilizado pela Petrobrás, ou por qualquer uma de suas subsidiárias, na operação da Usina Termelétrica Aureliano Chaves". Parecer: pela aprovação; 312 – Nº 1.038/11 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "solicita informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre as estimativas das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, referente ao PL nº 2.784, de 2003, que inclui a Hepatite do tipo "C" na relação de doenças graves passíveis de aposentadoria por invalidez, bem como a Citopatia Mitocondrial, a mitocondriopatia e a doença de DEVIC". Parecer: pela aprovação; 313 – Nº 1.039/11 – Do Sr. Rodrigo Maia – que "solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Previdência Social, Senhor Garibaldi Alves Filho, sobre eventuais repasses de recursos pelo Governo Federal à Portus – Instituto de Seguridade Social ou às suas patrocinadoras". Parecer: pela aprovação; 314 – Nº 1.040/11 – Do Sr. Rodrigo Maia – que "solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, sobre eventuais repasses de recursos pelo Governo Federal à Portus – Instituto de Seguridade Social ou às suas patrocinadoras". Parecer: pela aprovação; 315 – Nº 1.041/11 – Do Sr. Rodrigo Maia – que "solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado dos Transportes, Senhor Paulo Sérgio Passos, sobre construção do Arco Rodoviário em torno da região metropolitana no Estado do Rio de Janeiro". Parecer: pela aprovação; 316 – Nº 1.042/11 – Do Sr. Vanderlei Macris – que "solicita informações ao Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, sobre os contratos celebrados, mediante dispensa de licitação, com a Fundação Universidade de Brasília e o Centro de Seleção e Promoção de Eventos (CESPE) para operacionalização e aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011". Parecer: pela aprovação; 317 – Nº 1.043/11 – dos Srs. Paulo Freire e João Campos – que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação, sobre os critérios de implantação das "máquinas de preservativos" nas escolas públicas". Parecer: pela aprovação; 318 – Nº 1.044/11 – Do Sr. Geraldo Resende – que "solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, informações pormenorizadas quanto a situação da implantação do SAMU regionalizado nos municípios de Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia e Terenos, da documentação já apresentada e da tramitação do pro-

cesso” Parecer: pela aprovação; 319 – Nº 1.045/11 – Do Sr. Nelson Marchezan Junior – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre o processo nº 25380002625201171 – Dispensa de Licitação nº 116/2011 – objeto do Contrato firmado com a FIOCRUZ e a ALERT PORTUGAL para transferência de tecnologia de solução e desenvolvimento conjunto de plataformas e sistemas automatizados”. Parecer: pela aprovação; 320 – Nº 1.046/11 – Do Sr. Fernando Coelho Filho – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardoso, informações detalhadas sobre os motivos da desativação de sete postos no interior do estado de Pernambuco”. Parecer: pela aprovação; 321 – Nº 1.047/11 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre as estimativas das renúncias fiscais, referente à concessão de benefício oferecido pelo Projeto de Lei nº 5.395, de 2005, que garante ao beneficiário o direito de adquirir novo veículo antes do prazo de 3 (três) anos, em caso de ter sido declarado como irrecuperável, motivado por acidente com perda total”. Parecer: pela aprovação; 322 – Nº 1.048/11 – Do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita informações a Ministra do Meio Ambiente sobre as alterações nos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Matinguari, para abrigar usinas hidrelétricas, atividades de mineração e assentamentos do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA”. Parecer: pela aprovação; 323 – Nº 1.049/11 – Da Sra. Erika Kokay – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda, nos termos que especifica”. Parecer: pela aprovação; 324 – Nº 1.050/11 – Do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações ao Ministro de Estado do Ministério dos Transportes, Sr. Paulo Sérgio Passos, informações a respeito da concessão do Sistema Rodoviário composto pelos entre trechos das rodovias BR 116, BR 324, BA 528 e BA 526”. Parecer: pela aprovação; 325 – Nº 1.051/11 – Do Sr. Mendonça Prado – que “solicita informações ao Ministro de Estado de Minas e Energias acerca da produção de petróleo e gás natural nos Estados do Nordeste”. Parecer: pela aprovação; 326 – Nº 1.052/11 – Do Sr. Sérgio Brito – que “solicita à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, informações estatísticas sobre a Prostituição no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 327 – Nº 1.053/11 – Do Sr. Dr. Jorge Silva – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre o aporte de recursos da União para creches municipais”. Parecer: pela aprovação; 328 – Nº 1.055/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Esporte sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 329 – Nº 1.056/11

– Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Esporte sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 330 – Nº 1.057/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 331 – Nº 1.058/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Justiça sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 332 – Nº 1.059/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Esporte sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 333 – Nº 1.061/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Esporte sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 334 – Nº 1.062/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Esporte sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 335 – Nº 1.063/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Esporte sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 336 – Nº 1.064/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Esporte sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 337 – Nº 1.065/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Esporte sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 338 – Nº 1.066/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Esporte sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 339 – Nº 1.067/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Esporte sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 340 – Nº 1.068/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Esporte sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 341 – Nº 1.069/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Esporte sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 342 – Nº 1.070/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Esporte sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 343 – Nº 1.071/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 344 – Nº 1.072/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 345 – Nº 1.073/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 346 – Nº 1.074/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre convênio realizado com a Pasta”.

Parecer: pela aprovação; 347 – Nº 1.076/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Esporte sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 348 – Nº 1.077/11 – Do Sr. Eduardo Cunha – que “solicita informações ao Ministro da Defesa acerca do processo nº 2.408/83”. Parecer: pela aprovação; 349 – Nº 1.078/11 – Do Sr. Edio Lopes – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça, nos termos que especifica”. Parecer: pela aprovação; 350 – Nº 1.079/11 – Do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita informação ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, no âmbito do Departamento Nacional de Produção Mineral, relativa à Portaria de lavra nº 514, de 2010 que outorga à Serra Pelada Companhia de Desenvolvimento Mineral – DNPM, concessão para lavrar Minério de Ouro, Minério de Paládio, Minério de Platina no Município de Curionópolis, Estado do Pará”. Parecer: pela aprovação; 351 – Nº 1.080/11 – Do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita informações da Sra. Maria do Rosário, Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, sobre as providências que estão sendo tomadas sobre as denúncias do aumento da exploração e abuso sexual em hidrelétricas”. Parecer: pela aprovação; 352 – Nº 1.082/11 – Do Sr. Carlos Roberto – que “solicita a Sra. Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Helena Hoffmann, informações sobre a desapropriação, total ou parcial, em favor da União, dos imóveis que trata o Decreto de 24 de junho de 2011, de áreas adjacentes ao Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos”. Parecer: pela aprovação; 353 – Nº 1.083/11 – Do Sr. Carlos Roberto – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil, Wagner Bittencourt de Oliveira, informações sobre a desapropriação, total ou parcial, em favor da União, dos imóveis que trata o Decreto de 24 de junho de 2011, de áreas adjacentes ao Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos”. Parecer: pela aprovação; 354 – Nº 1.084/11 – Do Sr. André Zacharow – que “solicita informações ao Senhor Ministro do Turismo, nos termos que especifica”. Parecer: pela aprovação; 355 – Nº 1.085/11 – Do Sr. Ivan Valente – que “solicita informações ao Ministro dos Transportes, relativas à ausência de realização de licitação na concessão de permissão de uso do terreno da União denominado Pátio do Pari, localizado na cidade de São Paulo, à época sob a responsabilidade da Inventariança da Extinta Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e do envolvimento da Instituição em supostas irregularidades ocorridas na administração da “Feira da Madrugada”, complexo comercial que funciona no mesmo local”. Parecer: pela aprovação; 356 – Nº 1.086/11 – Do Sr. Homero Pereira – que “solicita informação à Advo-

cacia Geral da União a respeito de estudos realizados pelo órgão para subsidiar a adoção de medidas visando regulamentar a aquisição de terras por estrangeiros”. Parecer: pela aprovação; 357 – Nº 1.087/11 – Do Sr. Roberto Santiago – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia sobre Contrato de Transferência de Tecnologia para construção de navios petroleiros contratada pela Petrobras”. Parecer: pela aprovação; 358 – Nº 1.088/11 – Do Sr. Roberto Santiago – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia sobre Contrato de Transferência de Tecnologia para construção de navios petroleiros contratada pela Petrobras”. Parecer: pela aprovação; 359 – Nº 1.089/11 – Do Sr. Roberto Santiago – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos sobre Contrato de Transferência de Tecnologia para construção de navios petroleiros contratada pela Petrobras”. Parecer: pela aprovação; 360 – Nº 1.090/11 – Do Sr. Roberto Santiago – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre Contrato de Transferência de Tecnologia para construção de navios petroleiros contratada pela Petrobras”. Parecer: pela aprovação; 361 – Nº 1.091/11 – Do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Sr. Ministro do Esporte sobre a contratação do Sindicato das Associações de Futebol – SINDAFEBOL, como parte do Projeto Torcida Legal, para a implementação do sistema de controle do acesso e monitoramento por câmeras nos estádios brasileiros, como parte dos preparativos para a Copa do Mundo de Futebol”. Parecer: pela aprovação; 362 – Nº 1.092/11 – Do Sr. Stepan Nercessian – que “solicita informações ao Ministro da Educação sobre a execução do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens, em que foram constatadas irregularidades por meio de fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU)”. Parecer: pela aprovação; 363 – Nº 1.093/11 – Do Sr. Rubens Bueno – que “solicita ao Sr. Orlando Silva, Ministro de Estado do Esporte, informações e cópias integrais dos contratos efetuados com o Sindicato das Associações de Futebol (Sindafebol)”. Parecer: pela aprovação; 364 – Nº 1.094/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita cópia de documentos ao Ministério do Esporte de Convênio realizado com Pasta”. Parecer: pela aprovação; 365 – Nº 1.095/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita cópia de documentos ao Ministério do Esporte de Convênio realizado com Pasta”. Parecer: pela aprovação; 366 – Nº 1.096/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita cópia de documentos ao Ministério do Esporte de Convênio realizado com Pasta”. Parecer: pela aprovação; 367 – Nº 1.097/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita cópia de documentos ao Ministério do Esporte

te de Convênio realizado com Pasta”. Parecer: pela aprovação; 368 – Nº 1.098/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita cópia de documentos ao Ministério do Esporte de Convênio realizado com Pasta”. Parecer: pela aprovação; 369 – Nº 1.099/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita cópia de documentos ao Ministério do Esporte de Convênio realizado com Pasta”. Parecer: pela aprovação; 370 – Nº 1.100/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita cópia de documentos ao Ministério do Esporte de Convênio realizado com Pasta”. Parecer: pela aprovação; 371 – Nº 1.101/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita cópia de documentos ao Ministério do Esporte de Convênio realizado com Pasta”. Parecer: pela aprovação; 372 – Nº 1.102/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita cópia de documentos ao Ministério do Esporte de Convênio realizado com Pasta”. Parecer: pela aprovação; 373 – Nº 1.103/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita cópia de documentos ao Ministério do Esporte de Convênio realizado com Pasta”. Parecer: pela aprovação; 374 – Nº 1.104/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita cópia de documentos ao Ministério do Esporte de Convênio realizado com Pasta”. Parecer: pela aprovação; 375 – Nº 1.105/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita cópia de documentos ao Ministério do Esporte de Convênio realizado com Pasta”. Parecer: pela aprovação; 376 – Nº 1.106/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita cópia de documentos ao Ministério do Esporte de Convênio realizado com Pasta”. Parecer: pela aprovação; 377 – Nº 1.107/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita cópia de documentos ao Ministério do Esporte de Convênio realizado com Pasta”. Parecer: pela aprovação; 378 – Nº 1.108/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita cópia de documentos ao Ministério do Esporte de Convênio realizado com Pasta”. Parecer: pela aprovação; 379 – Nº 1.109/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita cópia de documentos ao Ministério do Esporte de Convênio realizado com Pasta”. Parecer: pela aprovação; 380 – Nº 1.110/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita cópia de documentos ao Ministério do Esporte de Convênio realizado com Pasta”. Parecer: pela aprovação; 381 – Nº 1.111/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita cópia de documentos ao Ministério do Esporte de Convênio realizado com Pasta”. Parecer: pela aprovação; 382 – Nº 1.112/11 – Do Sr. Hugo Leal – que “solicita ao Ministério dos Transportes, no âmbito da competência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, informações sobre as obras que estão sendo executadas na Rodovia União Indústria e as demais obras previstas para o local”. Parecer: pela aprovação; 383 – Nº 1.113/11 – Do Sr. Anderson Ferreira – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia a respeito da construção de navios petroleiros no Estado de Pernambuco”. Parecer: pela

aprovação; 384 – Nº 1.114/11 – Do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita informações do Sr. Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego sobre as denúncias de trabalho escravo em empresas brasileiras ligadas ao campo da moda”. Parecer: pela aprovação; 385 – Nº 1.115/11 – Do Sr. Ivan Valente – que “solicita informações à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão relativas a procedimentos ocorridos na transferência do imóvel da União denominado Pátio do Pari, localizado na cidade de São Paulo, da Inventariança da Extinta Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA para este Ministério, através da Superintendência de Patrimônio da União no Estado de São Paulo – SPU/SP, e sobre a transferência deste mesmo imóvel e da consequente administração da “Feira da Madrugada”, complexo comercial que funciona no local, para a Prefeitura do Município de São Paulo”. Parecer: pela aprovação; 386 – Nº 1.117/11 – Do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita ao Ministro da Saúde informações sobre a incidência de leishmaniose nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul”. Parecer: pela aprovação; 387 – Nº 1.118/11 – Do Sr. Nilson Leitão – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, sobre a situação das obras da BR 163, no Estado de Mato Grosso”. Parecer: pela aprovação; 388 – Nº 1.119/11 – Do Sr. João Dado – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 1.198, de 2007”. Parecer: pela aprovação; 389 – Nº 1.120/11 – Do Sr. João Dado – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 4.720, de 2009”. Parecer: pela aprovação; 390 – Nº 1.121/11 – Do Sr. Efraim Filho – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Previdência Social, Senhor Garibaldi Alves Filho, sobre o Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro – FUNPREVI, administrado pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro – Previ-Rio”. Parecer: pela aprovação; 391 – Nº 1.122/11 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita ao Ministério da Saúde informações sobre servidores que trabalharam com substâncias pesticidas”. Parecer: pela aprovação; 392 – Nº 1.123/11 – Do Sr. Amauri Teixeira – que “solicita informações ao Ministro de Estado do Ministério dos Transportes, Sr. Paulo Sérgio Passos, informações a respeito da concessão do Sistema Rodoviário composto pelos entre trecho Salvador e Feira de Santana da BR 324”. Parecer: pela aprovação; 393 – Nº 1.124/11 – Do Sr. Sandro Alex – que “solicita sejam prestadas informações pelo Sr. Ministro de Estado das Comunicações acerca da implementação da tec-

nologia PLC (Power Line Communications) no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 394 – Nº 1.125/11 – Do Sr. Arnaldo Jardim – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre o Fundo Soberano do Brasil”. Parecer: pela aprovação; 395 – Nº 1.126/11 – Do Sr. Taumaturgo Lima – que “solicita informações à Senhora Ministra do Meio Ambiente sobre as ocupações, os projetos de desenvolvimento e o processo de regularização fundiária do Parque Nacional da Serra do Divisor, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 396 – Nº 1.127/11 – Do Sr. Eduardo Azeredo – que “solicita informações ao Senhor Ministro das Cidades, Mário Negromonte, sobre o cumprimento, pela indústria automobilística dos prazos de implantação do percentual da produção de veículos com o equipamento suplementar de segurança passiva – Air Bag, conforme determina a Lei 11.910 de 18 de março de 2009, regulamentada pela Resolução nº 311, de 03 de abril de 2009, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN”. Parecer: pela aprovação; 397 – Nº 1.128/11 – Da Sra. Dalva Figueiredo – que “solicitam informação a Excelentíssima Senhora Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior sobre o benefício da Assistência à Saúde para os Servidores Públicos e Policiais Militares dos extintos Territórios do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia”. Parecer: pela aprovação; 398 – Nº 1.129/11 – Do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado da Previdência Social informações sobre a destinação de recursos da Fundação Sistel de Seguridade Social”. Parecer: pela aprovação; 399 – Nº 1.130/11 – Do Sr. Rubens Bueno – que “solicita ao Ministro de Estado do Esporte informações detalhadas e cópias integrais dos convênios e contratos no âmbito do ministério, na forma que especifica”. Parecer: pela aprovação; 400 – Nº 1.131/11 – Do Sr. Nelson Padovani – que “solicita informações à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, nos termos que especifica”. Parecer: pela aprovação; 401 – Nº 1.132/11 – Do Sr. Biffi – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Educação acerca de decisões administrativas do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS referentes à infraestrutura daquele Instituto”. Parecer: pela aprovação; 402 – Nº 1.133/11 – Do Sr. Alfredo Sirkis – que “solicita ao Senhor Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, cópia do processo de autorização de pesquisa solicitada pela empresa Ibrata Mineração LTDA”. Parecer: pela aprovação; 403 – Nº 1.134/11 – Da Sra. Manuela D’Ávila – que “solicita informações ao Senhor Secretário de Aviação Civil, Wagner Bittencourt, sobre a criação de poltronas em aeronaves para passageiros obesos e altos”. Parecer: pela aprovação; 404 – Nº 1.135/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao

Ministro da Saúde sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 405 – Nº 1.136/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Saúde sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 406 – Nº 1.137/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministério do Esporte sobre Convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 407 – Nº 1.138/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministério do Esporte sobre Convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 408 – Nº 1.139/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 409 – Nº 1.140/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 410 – Nº 1.141/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 411 – Nº 1.142/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 412 – Nº 1.143/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 413 – Nº 1.144/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 414 – Nº 1.145/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 415 – Nº 1.146/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 416 – Nº 1.147/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 417 – Nº 1.148/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 418 – Nº 1.149/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 419 – Nº 1.150/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 420 – Nº 1.151/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 421 – Nº 1.152/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 422 – Nº 1.153/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 423 – Nº 1.154/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre con-

vênio realizado com a Pasta” Parecer: pela aprovação; 424 – Nº 1.155/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 425 – Nº 1.156/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 426 – Nº 1.157/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 427 – Nº 1.158/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 428 – Nº 1.159/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 429 – Nº 1.160/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 430 – Nº 1.161/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 431 – Nº 1.162/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 432 – Nº 1.163/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 433 – Nº 1.164/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 434 – Nº 1.165/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 435 – Nº 1.166/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 436 – Nº 1.167/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 437 – Nº 1.168/11 – Do Sr. Fábio Souto – que “solicita informações ao Senhor Ministro dos Transportes sobre o cronograma de execução e o prazo de liberação das obras da Ferrovia Norte-Sul”. Parecer: pela aprovação; 438 – Nº 1.169/11 – Do Sr. Ivan Valente – que “solicita informações ao Ministro dos Transportes relativas à implantação de serviços de melhoria, manutenção, obras e instalação de outros dispositivos de segurança na Rodovia Regis Bittencourt – BR 116”. Parecer: pela aprovação; 439 – Nº 1.170/11 – Do Sr. Dr. Paulo César – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Educação acerca dos processos de autorização e criação de novos cursos de Medicina no país”. Parecer: pela aprovação; 440 – Nº 1.171/11 – Do Sr. Flaviano Melo – que “solicita informações à Ministra do Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, acerca

dos Contratos de Financiamentos firmados com organismos multilaterais de crédito (BIRD, BID, FIDA, BEI e outras) e agências governamentais estrangeiras, para o financiamento de projetos governamentais com o Governo do Estado do Acre a partir de 2002”. Parecer: pela aprovação; 441 – Nº 1.172/11 – Da Sra. Benedita da Silva – que “solicita informações à Ministra Maria Helena de Freitas Chagas da Secretaria de Comunicação da Presidência da República sobre decisão do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação sobre a Resolução 02/2011”. Parecer: pela aprovação; 442 – Nº 1.173/11 – Do Sr. Edson Silva – que “solicita informações a Ministra da Cultura acerca dos valores destinados por concessionárias de telecomunicações nos últimos cinco anos, por meio de programas de renúncia fiscal, a entidades com atuação na área cultural que tiveram propostas culturais aprovadas pelo Ministério da Cultura, com discriminação das entidades beneficiadas e valores repassados”. Parecer: pela aprovação; 443 – Nº 1.174/11 – Do Sr. Eduardo Azeredo – que “solicita informações ao Senhor Ministro das Cidades, Mário Negromonte, a respeito da situação da Emenda OGU 2011 aprovada para realização da obra em Sistemas de Trens Urbanos de Belo Horizonte – MG, implantação do trecho Barreiro– Calafate – Hospitais”. Parecer: pela aprovação; 444 – Nº 1.175/11 – Do Sr. Guilherme Campos – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre os custos nos últimos dois anos, por estado da federação, da Polícia Federal e do Departamento da Polícia Rodoviária Federal na armazenagem de produtos ilegais apreendidos pela Polícia Federal e pela Polícia Rodoviária Federal”. Parecer: pela aprovação; 445 – Nº 1.176/11 – Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – que “solicita nos termos regimentais, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Excelentíssimo Senhor Antonio Patriota Ministro de Estado das Relações Exteriores, Requerimento de Informações a respeito da posição do Brasil em relação à adesão à Convenção de Budapeste sobre crimes cibernéticos”. Parecer: pela aprovação; 446 – Nº 1.177/11 – Do Sr. Walney Rocha – que “solicita ao Senhor Ministro dos Transportes, informações pertinentes à processos de licitações e contratos de concessões de linhas da malha ferroviária dos municípios da Baixada Fluminense Estado do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 447 – Nº 1.178/11 – Do Sr. Walney Rocha – que “solicita ao Senhor Ministro dos Transportes, informações pertinentes ao processo licitatório e contrato de concessão da rodovia Presidente Dutra, que liga o Estado do Rio de Janeiro ao Estado de São Paulo” Parecer: pela aprovação; 448 – Nº 1.179/11 –

Do Sr. Walney Rocha – que “solicita ao Senhor Ministro dos Transportes, informações relativamente processo de concessão de linhas de ônibus interestaduais”. Parecer: pela aprovação; 449 – Nº 1.180/11 – Do Sr. Walney Rocha – que “solicita ao Senhor Ministro do Trabalho e Emprego, informações relativas ao Programa e Projovem Urbano” Parecer: pela aprovação; 450 – Nº 1.181/11 – Do Sr. Walney Rocha – que “solicita ao Senhor Ministro dos Esportes, informações relativas a convênios firmados com a Prefeitura de Nova Iguaçu e com Organizações não Governamentais”. Parecer: pela aprovação; 451 – Nº 1.182/11 – Do Sr. Walney Rocha – que “solicita ao Senhor Ministro das Minas e Energia, informações referentes à débitos da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu/RJ e/ou Hospital Geral de Nova Iguaçu/RJ, junto à Light Serviços de eletricidade S/A”. Parecer: pela aprovação; 452 – Nº 1.183/11 – Do Sr. Walney Rocha – que “solicita ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social informações relativas à auditoria realizada no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Nova Iguaçu/RJ – PREVINI, nos últimos cinco anos até a data de hoje”. Parecer: pela aprovação; 453 – Nº 1.184/11 – Do Sr. Walney Rocha – que “solicita ao Senhor Ministro das Cidades, informações relativas ao Programa de Aceleração de Crescimento – PAC”. Parecer: pela aprovação; 454 – Nº 1.185/11 – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações a respeito das outorgas em vigor para prestação dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens com fins exclusivamente educativos no Estado do Rio Grande do Norte, bem como dos planos do Ministério para a expansão desses serviços no Estado”. Parecer: pela aprovação; 455 – Nº 1.186/11 – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita informações ao Ministro das Comunicações quanto à expansão do número de rádios comunitárias, nos municípios do Rio Grande do Norte”. Parecer: pela aprovação; 456 – Nº 1.187/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 457 – Nº 1.188/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 458 – Nº 1.189/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 459 – Nº 1.190/11 – Do Sr. Otavio Leite – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações informações sobre Rádios e TVs, no Município do Rio de Janeiro/RJ”. Parecer: pela aprovação; 460

– Nº 1.191/11 – Do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde sobre a compra de Tomógrafos para Sistema Público de Saúde, no Município do Rio de Janeiro/RJ”. Parecer: pela aprovação; 461 – Nº 1.192/11 – Do Sr. Beto Faro – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Agricultura sobre aspectos técnicos do feijão geneticamente modificados resistentes ao vírus mosaico dourado”. Parecer: pela aprovação; 462 – Nº 1.193/11 – Do Sr. Onofre Santo Agostini – que “solicita informações ao Senhor José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, para verificar junto à Diretoria Geral da Polícia Rodoviária Federal as razões da mudança do escritório da Polícia Rodoviária Federal do município catarinense de Rio do Sul para Itajaí, também em Santa Catarina”. Parecer: pela aprovação; 463 – Nº 1.194/11 – Do Sr. Inocêncio Oliveira – que “solicito ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) informações sobre o andamento da implantação dos instrumentos previsto na Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997”. Parecer: pela aprovação; 464 – Nº 1.195/11 – Da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – que “solicita informações à Ministra do Meio Ambiente sobre pedido de registro e análise de medicamentos e agrotóxicos”. Parecer: pela aprovação; 465 – Nº 1.196/11 – Da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – que “solicita informações ao Ministro da Saúde sobre pedido de registro e análise de medicamentos e agrotóxicos”. Parecer: pela aprovação; 466 – Nº 1.197/11 – Da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – que “solicita informação ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre pedido de registro e análise de medicamentos e agrotóxicos”. Parecer: pela aprovação; 467 – Nº 1.198/11 – Do Sr. Dr. Jorge Silva – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre os critérios utilizados na expansão da rede federal de educação superior”. Parecer: pela aprovação; 468 – Nº 1.199/11 – Do Sr. Eduardo da Fonte – que “solicita ao Ministro de Estado das Minas e Energia informações no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica sobre o processo de implantação da Usina Termoelétrica de SUAPE, no município de Cabo de Santo Agostinho – PE”. Parecer: pela aprovação; 469 – Nº 1.200/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Presidente do Banco Central sobre o Banco de Brasília -BRB”. Parecer: pela aprovação; 470 – Nº 1.201/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades quanto ao repasse de recursos para iniciativas de reabilitação de áreas urbanas, por intermédio do Programa Nacional de Reabilitação, aos municípios do Estado do Acre”. Parecer:

pela aprovação; 471 – Nº 1.202/11 – Da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades quanto ao repasse de recursos para iniciativas de saneamento, no tocante ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos urbanos, por intermédio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, aos municípios do Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 472 – Nº 1.203/11 – Do Sr. Padre Ton – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, no âmbito da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, sobre a situação dos povos indígenas isolados que habitam a região abrangida pelos lagos das Usinas do Madeira”. Parecer: pela aprovação; 473 – Nº 1.204/11 – Do Sr. Padre Ton – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação, no âmbito da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, sobre as condições de conservação das instalações e equipamentos, bem como a disponibilidade de corpo docentes e pessoal administrativo”. Parecer: pela aprovação; 474 – Nº 1.205/11 – Do Sr. Junji Abe – que “solicita informações ao Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil, acerca da construção, modernização e ampliação dos aeroportos situados no Estado de São Paulo”. Parecer: pela aprovação; 475 – Nº 1.206/11 – Do Sr. Junji Abe – que “solicita informações ao Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil, acerca da pretensão de se construir um aeroporto em área localizada no Município de Mogi da Cruzes – SP”. Parecer: pela aprovação; 476 – Nº 1.207/11 – Do Sr. Roberto Balestra – que “solicita informação ao Ministro dos Transportes sobre desapropriação de terras, feitas no Estado de Goiás pela VALEC para implementação da Ferrovia Norte-Sul”. Parecer: pela aprovação; 477 – Nº 1.208/11 – Do Sr. Roberto Balestra – que “solicita ao Ministro dos Transportes informação sobre as empresas que executam os serviços de roçagem, como o termo de referência de cada contrato e cópia dos contratos pagos pelo DNIT”. Parecer: pela aprovação; 478 – Nº 1.209/11 – Do Sr. José Priante – que “solicita informações ao Ministro de Minas e Energia sobre resultados de estudos e prospecções realizados pela Petrobrás para encontrar óleo e gás natural na Bacia Pará-Maranhão”. Parecer: pela aprovação; 479 – Nº 1.210/11 – Da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre crime ocorrido no município de Tatuí, estado de São Paulo”. Parecer: pela aprovação; 480 – Nº 1.211/11 – Do Sr. Zé Silva – que “solicita informações ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf”. Parecer: pela aprovação; 481 – Nº 1.212/11 – Do Sr. Zé Silva – que “so-

licita informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf”. Parecer: pela aprovação; 482 – Nº 1.213/11 – Da Sra. Rosinha da Adefal – que “solicita que sejam prestadas informações pelo Ministro de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão para que apresente uma data concreta de quando serão disponibilizadas as informações sobre as pessoas com deficiência colhidas no XII Recenseamento Geral do Brasil (Censo 2010), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”. Parecer: pela aprovação; 483 – Nº 1.214/11 – Do Sr. Pedro Eugênio – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre o impacto orçamentário e financeiro do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.139/07 (PL 6.722/10, apensado)”. Parecer: pela aprovação; 484 – Nº 1.215/11 – Do Sr. Ronaldo Fonseca – que “solicita informações complementares referente às respostas encaminhadas pelo Ministério da Educação a respeito do Convênio nº 832.009/2007 firmado com Ecos – Comunicação em Sexualidade para a elaboração de material para combater a homofobia nas escolas”. Parecer: pela aprovação; 485 – Nº 1.216/11 – Do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita informações ao Senhor Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República -Gilberto Carvalho, sobre audiências com o ex-ministro Márcio Thomaz Bastos”. Parecer: pela aprovação; 486 – Nº 1.217/11 – Do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre audiências com o ex-ministro Márcio Thomaz Bastos”. Parecer: pela aprovação; 487 – Nº 1.218/11 – Do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita informações à Sra. Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República – Gleisi Helena Hoffmann, sobre audiências com o ex-ministro Márcio Thomaz Bastos”. Parecer: pela aprovação; 488 – Nº 1.219/11 – Do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita informações ao Senhor Ministro Chefe da Advocacia Geral da União – AGU, Luis Inácio Lucena Adams, sobre audiências com o ex-ministro Márcio Thomaz Bastos”. Parecer: pela aprovação; 489 – Nº 1.220/11 – Do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre possível vazamento de informação a respeito do aumento da alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) de automóveis importados”. Parecer: pela aprovação; 490 – Nº 1.221/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro dos Esportes sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 491 – Nº 1.222/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro dos Esportes sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 492 – Nº 1.223/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecno-

a ao Ministro dos Esportes sobre convênio realizado com a Pasta” Parecer: pela aprovação; 511 – Nº 1.242/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro dos Esportes sobre convênio realizado com a Pasta” Parecer: pela aprovação; 512 – Nº 1.243/11 – Do Sr. Amauri Teixeira – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações que forneça um relatório detalhado de acompanhamento das operadoras de telefonia celular móvel na Bahia”. Parecer: pela aprovação; 513 – Nº 1.244/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 514 – Nº 1.245/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 515 – Nº 1.246/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 516 – Nº 1.247/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 517 – Nº 1.248/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 518 – Nº 1.249/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 519 – Nº 1.250/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 520 – Nº 1.251/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 521 – Nº 1.252/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 522 – Nº 1.253/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 523 – Nº 1.254/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 524 – Nº 1.255/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 525 – Nº 1.256/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 526 – Nº 1.257/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 527 – Nº 1.258/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 528 – Nº 1.259/11 – Do Sr. Izalci – que “solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com

Pasta". Parecer: pela aprovação; 529 – Nº 1.260/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 530 – Nº 1.261/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 531 – Nº 1.262/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 532 – Nº 1.263/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações ao Ministro do Turismo sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 533 – Nº 1.264/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 534 – Nº 1.265/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 535 – Nº 1.266/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 536 – Nº 1.267/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 537 – Nº 1.268/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação; 538 – Nº 1.269/11 – Do Sr. Izalci – que "solicita informações à Ministra da Cultura sobre convênio realizado com a Pasta". Parecer: pela aprovação. II – PAUTA DA SENHORA PRIMEIRA VICE-PRESIDENTE. Preliminarmente, a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente, esclareceu aos Membros da Mesa que, ao emitir parecer aos requerimentos de informações encaminhados à Primeira Vice-Presidência, tem se pautado em estrita observância à norma constitucional e aos procedimentos regimentais que regulam a questão. Assim, nos casos constantes da pauta da reunião em curso, ora se manifestara contrariamente porque o objeto dos requerimentos extrapolava as atribuições da Câmara dos Deputados, ora porque as proposições apresentavam vícios de formalização e não preenchiam os requisitos necessários à sua apreciação. Manifestando-se a seguir, o Senhor Deputado Júlio Delgado, Quarto Secretário, declarou, sem pormenorizar casos, concordar com o posicionamento da Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente, em relação a determinadas propostas, mas fez ver aos colegas a necessidade de a Casa não restringir a ação política do parlamentar de encaminhar, por intermédio dos respectivos Ministérios, requerimentos de informações a órgãos federais e exigir deles a devida resposta, o que muitos deixavam de fazer. Novamente com a palavra, a Senhora Deputada Rose de Freitas,

Primeira Vice-Presidente, explicou que, nos casos em tela, alguns requerimentos versavam sobre atos cuja fiscalização e controle estavam afetos à exclusiva competência das Assembleias Legislativas, outros vulneravam o direito à privacidade das pessoas e outros referiam-se a matéria estranha à competência dos Ministérios a que eram dirigidos. Esclareceu ainda que, sanados os vícios formais que continham os Requerimentos de Informações, os autores poderiam reapresentá-los, caso em que, reexaminados, poderiam ser acolhidos. A seguir, a Mesa Diretora rejeitou, por unanimidade, os seguintes Requerimentos de Informação, nos termos dos pareceres da Relatora, Deputada Rose de Freitas: 1 – Nº 693, DE 2011, de autoria do Anthony Garotinho, que "solicita à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República informações relativas a vôos realizados e demais informações que especifica". Parecer da Relatora: pela rejeição; 2 – Nº 724, DE 2011, de autoria do Deputado Décio Lima, que "solicita ao Senhor Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, informações acerca do processo de número 2008.72.05.001950-2-TRE-SC". Parecer da Relatora: pela rejeição; 3 – Nº 725, DE 2011, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, que "requer da Senhora Ministra de estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações sobre o financiamento a ser realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES à fusão entre o Pão de Açúcar e o Carrefour". Parecer da Relatora: pela rejeição; 4 – Nº 728, de 2011, de autoria do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, que "solicita informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Fernando Damata Pimentel, sobre o processo de fusão do Carrefour com o Grupo Pão de Açúcar e a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES". Parecer da Relatora: pela rejeição; 5 – Nº 850, DE 2011, de autoria do Deputado Romário, que "requer o encaminhamento do Requerimento de Informação ao Ministro da Justiça". Parecer da Relatora: pela rejeição; 6 – Nº 897, DE 2011, de autoria do Deputado Rodrigo Maia, que "solicita ao Excelentíssimo Secretário de Aviação Civil da Presidência da República, Sr. Wagner Bittencourt, informações sobre movimentação de voos". Parecer da Relatora: pela rejeição; 7 – Nº 900, DE 2011, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que "solicita parecer do Sr. Ministro do Trabalho e Emprego Carlos Lupi referente ao Projeto de Lei nº 5.239/2009 que altera o art. 605 da Consolidação das Leis do Trabalho". Parecer da Relatora: pela rejeição; 8 – Nº 1019, DE 2011, de autoria do Deputado Izalci, que "solicita informações à Presidente da República sobre convênio realizado com a Pasta". Pa-

recer da Relatora: pela rejeição; 9 – Nº 1021, DE 2011, de autoria do Deputado Izalci, que “solicita informações à Presidente da República sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer da Relatora: pela rejeição; 10 – Nº 1037, de 2011, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira, sobre as informações que especifica. Parecer da Relatora: pela rejeição; 11 – Nº 1054, de 2011, de autoria do Deputado Arnaldo Jordy, que “requer informações referentes a voos realizados por aeronave privada no período de 2010 e 2011”. Parecer da Relatora: pela rejeição; 12 – Nº 1060, DE 2011, de autoria do Deputado Izalci, que “solicita informações à Presidente da República sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer da Relatora: pela rejeição; 13 – Nº 1075, DE 2011, de autoria do Deputado Izalci, que “solicita informações à Presidente da República sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer da Relatora: pela rejeição; 14 – Nº 1081, de 2011, de autoria do Deputado Antonio Imbassahy, que “requer seja reiterado Requerimento de Informações junto ao Senhor Jorge Hage, Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União, acerca da lisura e de possíveis prejuízos causados a Furnas Centrais Elétricas S.A. pela decisão de adquirir ações da empresa Oliveira Trust Service”. Parecer da Relatora: pela rejeição; 15 – Nº 1116, de 2011, de autoria da Deputada Manuela D’Ávila, que “solicita informações ao Senhor Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, Marcelo Pacheco dos Guarany, sobre a criação de poltronas em aeronaves para passageiros obesos e altos”. Parecer da Relatora: pela rejeição. III – PAUTA DO SENHOR SEGUNDO VICE-PRESIDENTE. Inicialmente, o Senhor Deputado Eduardo da Fonte propôs estudo de viabilidade jurídica e impacto orçamentário da extensão de tratamento odontológico aos Senhores Deputados, nos termos do que hoje é prestado pelo Pró-Saúde aos servidores, o que fora solicitado à Diretoria-Geral. Dando seguimento, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres favoráveis exarados pelo Relator, Deputado Eduardo da Fonte, nos processos referentes a reembolso de despesas médico-hospitalares, conforme a seguir: 1 – Processo nº 13.062/2011 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Assis Melo; 2 – Processo nº 133.432/2011 (parecer à fl. 20), de interesse do Deputado Assis Melo; 3 – Processo nº 112.741/2011 (parecer à fl. 26), de interesse do Deputado Márcio Bittar; 4 – Processo nº 126.528/2011 (parecer à fl. 14), de interesse do Deputado Félix Mendonça Junior; 5 – Processo nº 127.938/2011 (parecer à fl. 21), de interesse da Deputada Elcione Barbalho; 6 – Processo

nº 131.510/2011 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Natan Donadon; 7 – Processo nº 131.595/2011 (parecer à fl. 14), de interesse do Deputado Francisco Floriano; 8 – Processo nº 132.766/2011 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado José Stédile; 9 – Processo nº 132.778/2011 (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Augusto Coutinho; 10 – Processo nº 133.313/2011 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Joaquim Beltrão; 11 – Processo nº 137.427/2011 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Joaquim Beltrão; 12 – Processo nº 133.605/2011 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Gorete Pereira; 13 – Processo nº 133.762/2011 (parecer à fl. 16), de interesse do Deputado Onofre Santo Agostini; 14 – Processo nº 133.877/2011 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Simão Sessim; 15 – Processo nº 137.099/2011 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Simão Sessim; 16 – Processo nº 133.903/2011 (parecer à fl. 14), de interesse do Deputado Mauro Mariani; 17 – Processo nº 136.826/2011 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Mauro Mariani; 18 – Processo nº 134.343/2011 (parecer à fl. 12), de interesse do Deputado Walter Tosta; 19 – Processo nº 134.396/2011 (parecer à fl. 11), de interesse da Deputada Fátima Pelaes; 20 – Processo nº 134.540/2011 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame; 21 – Processo nº 135.237/2011 (parecer à fl. 7), de interesse da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende; 22 – Processo nº 137.718/2011 (parecer à fl. 7), de interesse da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende; 23 – Processo nº 135.698/2011 (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Jilmar Tatto; 24 – Processo nº 136.414/2011 (parecer à fl. 11), de interesse do Deputado Pedro Paulo; 25 – Processo nº 136.648/2011 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Jhonatan de Jesus; 26 – Processo nº 136.903/2011 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Roberto de Lucena; 27 – Processo nº 137.073/2011 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Márcio Macedo; 28 – Processo nº 138.445/2011 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Eduardo Azeredo; 29 – Processo nº 138.807/2011 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Laercio Oliveira; 30 – Processo nº 138.811/2011 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Laercio Oliveira; 31 – Processo nº 138.818/2011 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Edson Ezequiel; 32 – Processo nº 140.734/2011 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Fernando Torres; 33 – Processo nº 140.822/2011 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Lael Varella; 34 – Processo nº 140.825/2011 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Gean Loureiro; 35 – Processo nº 141.051/2011 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Paulo Feijó; 36 – Processo

nº 013.068/2011 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Adrian; 37 – Processo nº 128.839/2011 (parecer à fl. 15), de interesse do Deputado Enio Bacci; 38 – Processo nº 129.547/2011 (parecer à fl. 47), de interesse da Deputada Luiza Erundina; 39 – Processo nº 131.775/2011 (parecer à fl. 10), de interesse do Deputado Mauro Mariani; 40 – Processo nº 132.126/2011 (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Mauro Mariani; 41 – Processo nº 132.480/2011 (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Valdemar Costa Neto; 42 – Processo nº 132.932/2011 (parecer à fl. 12), de interesse da Deputada Fátima Pelaes; 43 – Processo nº 133.357/2011 (parecer à fl. 19), de interesse do Deputado Lael Varella; 44 – Processo nº 134.147/2011 (parecer à fl. 15), de interesse do Deputado Jorge Tadeu Mudalen; 45 – Processo nº 134.765/2011 (parecer à fl. 16), de interesse do Deputado Antonio Imbassahy; 46 – Processo nº 134.916/2011 (parecer à fl. 10), de interesse do Deputado Luiz Carlos Setim; 47 – Processo nº 136.009/2011 (parecer à fl. 11), de interesse do Deputado Mendonça Prado; 48 – Processo nº 139.843/2011 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Moreira Mendes; 49 – Processo nº 132.412/2011 (parecer à fl. 9), de interesse da Deputada Rose de Freitas; 50 – Processo nº 135.665/2011 (parecer à fl. 19), de interesse do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame; 51 – Processo nº 137.396/2011 (parecer à fl. 13), de interesse do Deputado Jhonatan de Jesus; 52 – Processo nº 137.108/2011 (parecer à fl. 25), de interesse do Deputado Marcelo Aguiar; 53 – Processo nº 137.689/2011 (parecer à fl. 21), de interesse do Deputado Missionário José Olímpio; 54 – Processo nº 134.059/2011 (parecer à fl. 22), de interesse do Deputado José Mentor; 55 – Processo nº 138.947/2011 (parecer à fl. 17), de interesse do Deputado Roberto de Lucena; 56 – Processo nº 131.566/2011 (parecer à fl. 12, com glosa), de interesse do Deputado Celso Maldaner; 57 – Processo nº 132.704/2011 (parecer à fl. 17, com glosa), de interesse do Deputado Zé Vieira; 58 – Processo nº 133.418/2011 (parecer à fl. 12, com glosa), de interesse do Deputado Pauderney Avelino; 59 – Processo nº 127.848/2011 (parecer à fl. 18, com glosa), de interesse do Deputado Mendonça Filho; 60 – Processo nº 137.569/2011 (parecer à fl. 15, com glosa), de interesse do Deputado Jorge Boeira; 61 – Processo nº 136.433/2011 (parecer à fl. 19, com glosa), de interesse da Deputada Elcione Barbalho; 62 – Processo nº 137.797/2011 (parecer à fl. 25, com glosa), de interesse do Deputado André Vargas; 62 – Processo nº 110.081/2011 (parecer às fls. 19 a 21), de interesse do Deputado Walter Tosta. Em continuidade, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o reembolso de despesa com aquisição de aparelho auditivo ins-

truído no Processo nº 137.111/2011, de interesse do Deputado Félix Mendonça Junior, e no de nº 139.180/2011, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira, tendo em vista relatórios médicos apresentados indicando o uso de aparelho de amplificação sonora e por haver precedentes autorizados, conforme manifestação dos órgãos técnicos. Por último, a Mesa Diretora devolveu à interessada, Deputada Jandira Feghali, o Processo nº 130.902/2011, referente a reembolso de despesa médico-hospitalar, para a devida instrução, conforme parecer do Relator, Deputado Eduardo da Fonte, às fls. 25/26. Com a palavra, o Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente, procedeu à devolução do Processo nº 128.480/2011, a que pedira vista na última reunião, e declarou que acompanhava o parecer do Senhor Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, favorável à alteração do Ato da Mesa nº 63, de 2005, nos termos a seguir: “Trata-se de proposta de alteração do Ato da Mesa nº 63, de 2005, que consolida e atualiza a legislação dos serviços de transporte da Câmara dos Deputados, para atender solicitação do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, relativamente ao item 3 do Ofício nº 040/11-CEDPA/P. Recentemente, foi editada a Resolução da Câmara dos Deputados nº 2, de 2011, a qual acrescenta, entre outras medidas, Capítulo III-B ao Título II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, dispondo sobre o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar – CEDPA. Conforme manifestação do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a aprovação da mencionada Resolução buscou retratar a experiência vivenciada pelo órgão técnico ao longo dos últimos dez anos, nos quais se pôde detectar a necessidade de aperfeiçoar as estruturas orgânica e processual, de modo a oferecer resposta condizente com as expectativas da sociedade. Nesse sentido, encontra-se em tramitação nesta Casa o Processo nº 129.678/2011, que trata da compatibilização da atual estrutura administrativa do CEDPA aos princípios da Resolução nº 2, de 2011. Dentre as medidas administrativas necessárias para dotar o CEDPA de estrutura adequada para o cumprimento de sua missão institucional está a de disponibilizar veículo de natureza especial ao órgão. Assim, em consonância com a mencionada Resolução, faz-se mister proceder à atualização do inciso II do art. 2º do Ato da Mesa nº 63, de 2003, para incluir o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar no rol dos titulares elencados no referido dispositivo, relativamente ao uso de veículo de natureza especial. Na oportunidade, releva considerar a edição da Resolução da Câmara dos Deputados nº 10, de 2009, que criou a Procuradoria Especial da Mulher, alterando-se

o Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, com o acréscimo do Capítulo II-A ao Título II do RICD. Portanto, esta Secretaria entende oportuno proceder à alteração do normativo para também fazer constar a titular da Procuradoria Especial da Mulher na previsão contida no supramencionado inciso II, a fim de conferir-lhe tratamento isonômico em relação aos demais titulares ali referidos. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da doughty Mesa, com parecer favorável à alteração proposta, na forma da anexa minuta de Ato da Mesa.”. Submetido à votação, o parecer supra foi aprovado por unanimidade e, em consequência, baixado o Ato da Mesa nº 18, de 2011, que “altera o inciso II do art. 2º do Ato da Mesa nº 63, de 2005”. Em seguida, o Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente, na qualidade de Corregedor, expôs os seguintes processos: 1 – Processo nº 142.162/2011. Representação apresentada pelo Deputado Rubens Bueno, Líder do Partido Popular socialista – PPS – em desfavor dos Deputados Marco Maia e Policarpo, com base na denúncia veiculada pela **revista Veja**, Edição 2238, por suposta utilização indevida do Departamento de Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados. Ao iniciar a discussão do processo, o Senhor Presidente Marco Maia solicitou que a apreciação da matéria fosse deixada para o final da reunião, quando pretendia passar a presidência dos trabalhos para a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente, e retirar-se da sala de reuniões, para deixar os Membros da Mesa à vontade para deliberarem. 2 – Processo nº 134.025/2011. Requerimento subscrito pelos Deputados Chico Alencar (PSOL – RJ), Ivan Valente (PSOL – RJ), Jean Wyllys (PSOL – RJ) e Roberto Freire (PPS – SP), em que solicitam a apuração de denúncia contra o Deputado Davi Alves Silva Júnior, com base em vídeo divulgado pela Revista IstoÉ, em sítio eletrônico na internet. Após discussão, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer (Of. 2VIPR/COR Nº 66/2011) do Senhor Corregedor, Deputado Eduardo da Fonte, exarado às fls. 35 a 40, pelo arquivamento do processo em referência, em razão de não existir nexo de causalidade entre a mudança de partido político e a liberação de recursos públicos federais alusivos à obra rodoviária objeto da denúncia, conforme exposto: “...24. Em outras palavras, os recursos federais pleiteados pelo parlamentar, que visavam à execução de obra rodoviária no Estado do Maranhão, não foram, no período em destaque, liberados pelo Governo Federal, considerando, em especial, a informação de que o parlamentar já está filiado ao Partido da República – PR – há mais de dois anos, conforme se depreende de decisões nos autos do processo Pet.

Nº 3016– DF, no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral, acessíveis no sítio daquele tribunal, na internet. Conclusão. 25. Por tudo que foi até aqui exposto, Concluo que não há indícios de irregularidades ou de infrações às normas de decoro e ética parlamentar, aptas a justificar a formalização de Representação, por parte da Mesa, em razão dos fatos descritos na denúncia e na matéria jornalística que a instrui, motivo pelo qual submeto a matéria à análise dos Nobres Pares, sugerindo o arquivamento do Processo nº 134.025/2011, em face do Deputado Davi Alves Silva Júnior.” Neste momento, retirou-se da sala de reuniões, o Senhor Deputado Manato, Segundo Suplente de Secretário. IV – PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO. O Senhor Deputado Eduardo Gomes proferiu seus pareceres exarados nos seguintes projetos, aprovados, por unanimidade, pela Mesa Diretora: 1 – Projeto de Resolução nº 104, de 2007 (Processo administrativo nº 110.374/2011), de autoria do Deputado Henrique Afonso, que “denomina ‘Dr. Enéas Ferreira Carneiro, Médico e Deputado Federal’ as dependências do Departamento Médico da Câmara dos Deputados”. Parecer do Relator: pela aprovação; 2 – Projeto de Resolução nº 132, de 2008 (Processo administrativo nº 110.383/2011), de autoria do Deputado José Carlos Araújo e outros, que “denomina ‘Deputado Ricardo Izar’ o espaço onde funciona o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar”. Parecer do Relator: pela aprovação; 3 – Projeto de Resolução nº 231, de 2010 (Processo administrativo nº 110.413/2011), de autoria do Deputado Inocêncio Oliveira, que “denomina ‘Deputado Vital do Rêgo’ o espaço onde se encontra instalada a Procuradoria Parlamentar”. Parecer do Relator: pela aprovação. Por último, foi concedido o pedido de vista ao Senhor Deputado Júlio Delgado, Quarto Secretário, do Projeto de Resolução nº 210, de 2009 (Processo administrativo nº 110.394/2011), de autoria do Deputado Sandro Mabel, que “denomina ‘Edifício Álvaro Valle’ o edifício do Anexo I da Câmara dos Deputados”. Dando seguimento, o Senhor Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, relatou os seguintes processos: 1 – Processo nº 135.447/2011. Parecer do Relator às fls. 129/130: “Trata-se das propostas da Câmara dos Deputados que constarão dos Projetos de Lei Orçamentária para o exercício de 2012 e do Plano Plurianual para o período de 2012-2015, relativas às Unidades Orçamentárias 01.101 – Câmara dos Deputados e 01.901 – Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados, a serem submetidas à apreciação da Mesa Diretora, nos termos do disposto no inciso XX do art. 15 do Regimento Interno, verbis: ‘Art. 15. À Mesa compete, dentre outras atribuições estabelecidas em lei, neste regimento ou por resolução da Câmara, ou delas impli-

citamente resultantes: (...) XX – aprovar a proposta orçamentária da Câmara e encaminhá-la ao Poder Executivo; (...)” Na instrução processual, o Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade – Defin informa, às fls. 1 a 6, as metodologias de elaboração da proposta orçamentária da Unidade “Câmara dos Deputados” e da receita do “Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados”, o teto orçamentário e os critérios estabelecidos pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) para a distribuição desse teto para 2012. Segundo o nominado órgão de finanças, as propostas foram elaboradas após ampla consulta aos órgãos internos e análise dos gastos referentes aos contratos vigentes e de projeções dos dispêndios com pessoal e com outras despesas de caráter continuado. Ademais, esclarece que, no caso da massa contratual, embutiu-se expectativa de inflação de 4,5% ao ano, em conformidade com as metas de inflação traçadas pelo Governo Federal. Quanto à proposta para o Plano Plurianual, no período de 2012 a 2015, procurou-se corrigir os valores referentes ao Programa “Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados”, na parte concernente às ações alusivas ao custeio administrativo e operacional do Órgão, nos mesmos percentuais de crescimento indicados pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Às fls. 40 é apresentado quadro que reflete a diferença entre o orçamento desejado para o desenvolvimento das diversas ações da Câmara dos Deputados, no valor de R\$4.464.235.659,00 (quatro bilhões, quatrocentos e sessenta e quatro milhões, duzentos e trinta e cinco mil e seiscentos e cinquenta e nove reais), e o teto orçamentário de R\$4.220.668.882,00 (quatro bilhões, duzentos e vinte milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, oitocentos e oitenta e dois reais) estabelecido pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, refletindo um corte de cerca de 5,46%. A diferença entre o valor desejado e o limite fixado é de R\$243.566.777,00. Desse total, R\$223.931.251,00 referem-se ao corte nas despesas com “Pessoal e Encargos Sociais”, R\$16.618.238,00 em “Outras Despesas Correntes” e R\$3.017.288,00 em “Investimentos”. Relativamente ao Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados – FRCD, a receita orçamentária prevista para 2012 foi calculada com base nos modelos de receitas elaborados pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF). O quadro 3.1 às fls. 46 indica as arrecadações previstas para 2012 e o quadro 3.3, às fls. 48, demonstra que as despesas para o exercício de 2012 foram programadas no mesmo montante da receita. Na proposta para o Plano Plurianual 2012-2015, relativamente aos grupos “Ou-

tras Despesas Correntes” e “Investimentos”, os novos limites apresentados são os seguintes: R\$983.297.611,00 para 2013, R\$1.026.197.611,00 para 2014 e R\$1.070.897.611,00 para 2015. O rol de ações orçamentárias alusivas à proposta do PPA para o período de 2012-2015, com os respectivos limites, consta do Quadro 4, às fls. 49, que inclui também as ações referentes à Unidade Orçamentária “Fundo Rotativo”. Por fim, o Diretor-Geral, ao encaminhar a matéria a esta Secretaria, esclarece que a Administração Superior, à vista das alterações impostas pelos cortes sofridos na proposta orçamentária, poderá propor emenda ao projeto de lei orçamentária 2012, quando de sua tramitação no Congresso Nacional. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável desta Secretaria, nos termos das informações e manifestações dos órgãos técnicos da Casa.”. Submetido a votos, o parecer supra foi aprovado unanimemente. 2 – Processo nº 138.662/2011. Parecer do Relator à fl. 38: “Trata-se do Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, relativo ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011, aprovado pelo Senhor Presidente, ad referendum da Mesa, nos termos da Portaria da Câmara dos Deputados nº 17, de 27 de setembro de 2011, em cumprimento às disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente os art. 18, 19, 54, 55 e 71. O Relatório evidencia que o percentual de comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) com despesas de pessoal e encargos sociais (TDP) da Câmara dos Deputados totaliza 0,498413%, valor substancialmente aquém do limite prudencial de 1.1495% da RCL, fixado para o órgão. Segundo parecer da Secretaria de Controle Interno, os dados do Relatório, relativos ao 2º quadrimestre de 2011, estão compatíveis com os limites estipulados na Lei Complementar nº 101/2000 e com a Lei nº 12.309/10 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011. À vista disso, o órgão de controle recomendou a aprovação do referido Relatório de Gestão Fiscal, na forma apresentada. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao referendado da douta Mesa, com parecer favorável desta Secretaria, nos termos das informações e manifestações dos órgãos técnicos da Casa.”. A Mesa Diretora ratificou o despacho favorável do Sr. Presidente Marco Maia, ad referendum da Mesa, exarado à fl. 20: “Em 27/9/2011. Aprovo, ad referendum da Mesa, o Relatório de Gestão Fiscal desta Casa, do período de setembro/10 a agosto/11, na forma da Portaria 17/11. Encaminhe-se o Relatório aprovado à Mesa Diretora do Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, tendo em vista o disposto no art. 121 da Lei 12.309/10 – Lei de

Diretrizes Orçamentárias para 2011, bem como no inciso I do art. 5º da Lei 10.028/00. À Diretoria-Geral providenciar a devida publicação no prazo determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.”. 3 – Processo nº 126.499/2010. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 47/49: “Trata-se da Prestação de Contas do Programa de Assistência à Saúde dos Servidores da Câmara dos Deputados – Pró-Saúde, relativa ao exercício de 2009, apresentada pela Secretaria Executiva do Programa, nos termos do Regulamento próprio, aprovado pelo Ato da Mesa nº 75, de 2006, que assim dispõe: Art. 45. A prestação de contas anual das atividades do Pró-Saúde será apreciada pelo

Conselho Diretor após parecer da Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados e submetida à aprovação da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. As despesas do Pró-Saúde são pagas com recursos da dotação orçamentária da Câmara dos Deputados e com recursos próprios do Programa. Nas modalidades Escolha Dirigida (assistência prestada por entidade ou profissional credenciado), Livre Escolha (assistência prestada ao beneficiário por entidade ou profissional fora da rede credenciada, mediante ressarcimento tabelado) e Perícia Odontológica, as despesas estão assim discriminadas (fls. 34):

Despesas 2009	Pagas com recursos orçamentários da CD	Pagas com recursos próprios	Total
Escolha Dirigida	43.349.520,28	20.105.225,96	63.454.746,24
Livre Escolha	6.155.776,48	250.188,27	6.405.964,75
Perícia Odontológica	59.896,32	-----	59.896,32
TOTAL	49.565.193,08	20.355.414,23	69.920.607,31

As receitas do Pró-Saúde no período totalizaram a importância de R\$ 43.618.836,48, assim demonstradas (fls. 34) :

RECEITAS 2009	R\$
Rendimentos de aplicação financeira	17.578.151,48
Contribuições mensais	17.592.365,71
Participações	8.428.853,70
Taxas de confecção de carteira	2.238,60
Receitas Diversas	17.226,99
TOTAL	43.618.836,48

A instrução do processo revela que, como em exercícios anteriores, no período em análise o Pró-Saúde foi **deficitário** considerando apenas as receitas próprias, já que as despesas com o Programa em 2009 foram superiores à receita arrecadada, como demonstrado a seguir:

EXERCÍCIO 2009	R\$
Receitas	43.618.836,48
Despesas	69.920.607,31
Déficit	26.301.770,83

Nada obstante, o Programa realiza movimentação dos recursos próprios por meio de conta corrente e conta de aplicação na Caixa Econômica Federal, cuja disponibilidade financeira em 31/12/2009 foi de R\$226.857.451,38. Nos termos da instrução processual, esse saldo constitui o fundo de reserva do Pró-Saúde e é oriundo da arrecadação acumulada pelo Programa desde a sua implantação, sendo utilizado somente quando os recursos alocados no orçamento da Câmara são insuficientes para atender aos gastos do Plano. Segundo os autos, conforme Relatório e parecer de Auditoria, às fls. 33 a 41, o órgão de

Controle considerou regulares as contas relativas ao exercício de 2009. O mesmo parecer foi submetido à consideração do Conselho Diretor do Pró-Saúde, que se manifestou por seu acatamento. Consequentemente, a Diretoria-Geral encaminhou o processo a esta Primeira-Secretaria, informando que a matéria está em condições de ser submetida à aprovação da Mesa Diretora. Ante o exposto, em observância ao art. 45 do Regulamento do Pró-Saúde, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da dita Mesa, encaminhando-a pela aprovação, nos termos das informações e manifestações favoráveis dos órgãos técnicos da Casa.”. O parecer supra foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi retirado de pauta pelo Senhor Deputado Eduardo Gomes, Relator, o item 4 – **Processo nº 9.103/2001**, de iniciativa do Sindilegis, referente à proposta de alteração do Ato da Mesa nº 65, de 2005, que acrescenta modalidade de consignação em folha de pagamento.

5 – Processo nº 129.831/2011. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, à fl. 121: “Trata o presente processo de ratificação, pela dita Mesa, da decisão do Sr. Presidente que, ad referendum da Mesa Diretora, autorizou a liberação do pagamento do pecúlio parlamentar instituído pelo Decreto Legislativo nº 96, de 1975, alterado pelo Decreto Legislativo nº 29, de 1981, do ex-deputado Luciano Fernandes Moreira, falecido em 16/06/2011, devido à viúva e às filhas do ex-parlamentar, devidamente habilitadas para tal fim. A instrução processual revela ter sido arrecadada dos Senhores Deputados a importância de R\$ 997.662,40 (novecentos e noventa e sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos), mediante o

recolhimento de 2 diárias de cada Parlamentar, que não sofreu a incidência de atualização monetária no curso do processo administrativo, ante a impossibilidade de depósito em conta de poupança, conforme estabelece a Resolução nº 2.747 do Banco Central do Brasil (fls. 64). Do montante arrecadado foi descontado o débito de R\$1.287,93 (um mil, duzentos e oitenta e sete reais e noventa e três centavos), relativo a excesso verificado na utilização da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (CEAP) do instituidor do benefício, na forma da anuência expressa nos termos das declarações de fls. 86 e 87. Esclareça-se que o pecúlio parlamentar é rateado conforme a ordem sucessória prevista no Código Civil e com a utilização, por analogia, do art. 4º, parágrafo único, do Regulamento do Pecúlio dos Servidores desta Casa. No presente caso, habilitaram-se ao recebimento do pecúlio a viúva, Sra. Clara Virgínia de Sales Gurjão, e as filhas: Lara Gurjão Moreira Soares, Lia Gurjão Moreira, Ticianna Moreira Gurjão Alencar, Rafaela Gurjão Moreira – filhas da atual cônjuge -, e Luciana Moreira Parente e Mona Lisa Moreira Silva – filhas de união anterior. O rateio foi feito da seguinte forma: 50% do valor do pecúlio à viúva, a título de meação, e o restante foi dividido em 7 (sete) partes iguais, cabendo à viúva o montante equivalente a 1/7 dessa divisão, a título de herança, e os outros 6/7 divididos entre as 6 (seis) filhas, em partes iguais. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável à ratificação do pagamento efetuado, conforme a instrução”. A Mesa Diretora ratificou o despacho favorável do Sr. Presidente Marco Maia, ad referendum da Mesa, exarado à fl. 88: “Em 8/8/2011. Atendendo à solicitação das interessadas, e tendo em vista a instrução processual, autorizo, ad referendum da Mesa, na forma do art. 15, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e observadas as disposições do Decreto Legislativo nº 29/1981, o pagamento do pecúlio parlamentar deixado pelo ex-Deputado Luciano Fernandes Moreira, falecido em 16 de junho de 2011, cujo montante arrecadado foi de R\$ 997.662,40 (novecentos e noventa e sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos), sendo que a viúva Clara Virgínia de Sales Gurjão deverá receber 50% (cinquenta inteiros por cento) do valor do pecúlio, a título de meação, e o restante do valor deverá ser rateado em 7 (sete) partes iguais, a título de herança, cabendo à viúva 1/7 (um sétimo) dessa divisão e às filhas do ex-parlamentar Lara Gurjão Moreira Soares, Lia Gurjão Moreira, Ticianna Moreira Gurjão Alencar, Rafaela Gurjão Moreira, Luciana Moreira Parente e Mona Lisa Moreira Silva os outros 6/7 (seis sétimos), em partes iguais,

cabendo a cada uma o correspondente a 1/7 (um sétimo) do valor da herança, nos termos do despacho do Diretor-Geral (fl. 85 e 85v). Considerando a anuência das beneficiárias do ex-Deputado Luciano Fernandes Moreira (fls. 86 e 87), autorizo, ainda, a dedução de R\$ 1.287,93 (mil, duzentos e oitenta e sete reais e noventa e três centavos) do montante do pecúlio, referente a excesso verificado na utilização da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (Ceap), instituída pelo Ato da Mesa nº 43/2009, além de outros débitos, de responsabilidade do ex-parlamentar, que venham a ser apurados em diligências realizadas por órgão internos da Casa. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências”. 6 – Processo nº 109.263/2011. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 28/29: “Trata-se de solicitação da Empresa AZUL Linhas Aéreas Brasileiras para ampliação da área atualmente ocupada no térreo do Edifício Anexo IV (3,09 m – contrato nº 2011/0150), tendo como justificativa o aumento das rotas operadas pela companhia, e, consequentemente, a necessidade de ajustar o seu quadro funcional presente na Câmara dos Deputados para um melhor gerenciamento das suas crescentes demandas. Cumpre observar, preliminarmente, que a matéria é disciplinada pelo Ato da Mesa nº 61, de 2005, e regulamentada pela Portaria nº 69, de 2007, do Primeiro-Secretário. Em conformidade com os artigos 1º e 2º do Ato da Mesa nº 61, de 2005, os espaços físicos da Câmara dos Deputados destinam-se prioritariamente à instalação dos seus serviços, admitida eventual cessão de áreas para fins não institucionais, concedida a título oneroso, mediante autorização, permissão ou concessão de uso. Em síntese, a instrução processual revela que não há área disponível para a ampliação de espaços ocupados por companhias aéreas na Câmara dos Deputados e que faz parte das ações do Planejamento Estratégico da Casa o Projeto do Plano Diretor de Uso dos Espaços, que está em fase de finalização. No encaminhamento da matéria a esta Secretaria, o Diretor-Geral sugeriu o sobrestamento do processo em epígrafe, até que se possa implementar a adequação do uso de espaços nas dependências da Casa, resultante do mapeamento que está sendo efetuado no âmbito do referido Projeto do Plano Diretor de Uso dos Espaços. Nada obstante o Projeto do Plano Diretor de Uso dos Espaços encontrar-se em fase de finalização, não há data prevista para a sua implementação. Ocorre que o pleito formulado pela Empresa Aérea AZUL de ampliação de espaço físico da loja de atendimento localizada no térreo do Anexo IV é razoável, tendo em vista sua necessidade previamente de ampliação de espaço. No mais, considerando-se ainda que a cessão de espaço à Empresa em

questão é a título oneroso e tem caráter revogável a qualquer tempo, verifica-se a possibilidade de autorização provisória do pleito, conforme planta baixa proposta às fls. 15, com os ajustes de áreas entre as companhias aéreas referidos na instrução (fls. 25), até que seja ultimado o supracitado Projeto do Plano Diretor de Uso dos Espaços da Câmara dos Deputados. Ressalte-se que a área indicada na mencionada planta baixa encontra-se atualmente ocupada pela empresa TAM Linhas Aéreas S/A, cuja ocupação foi autorizada pela Mesa Diretora, em 23/08/2008, em caráter temporário, por meio do Processo nº 105.141/2006. Entretanto, o Departamento Técnico da Casa, após vistoria no local, atestou que a aludida área é “relativamente pouco adensada”, o que permitiria a ampliação do espaço, conforme proposto às fls. 15, com os ajustes sugeridos às fls. 25. Diante do exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da dita Mesa, com parecer favorável à ampliação da área hoje ocupada pela Empresa AZUL Linhas Aéreas Brasileiras no térreo do Edifício Anexo IV, conforme planta baixa de fls. 15, em caráter provisório, oneroso, rescindível a qualquer tempo, procedendo-se aos ajustes de áreas entre as companhias aéreas nos termos da instrução processual”. Submetido a votos, o parecer supra foi aprovado unanimemente. 7 – Processo nº 13.446/2011. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 145 a 149: “Trata-se de solicitação do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União – Sindilegis para que a Administração promova estudo e elaboração de projeto de resolução com vistas a conceder progressão funcional a partir do Padrão 22 para os servidores da categoria de Técnico Legislativo – Nível Técnico Especializado, aprovados em concurso público realizado em 2007, que ingressaram no Padrão 7. O Sindilegis justifica o pedido, em síntese, alegando que são necessários 29 anos (30 padrões) para que esses servidores alcancem o final de carreira – Padrão 36 -, o que ocasionaria a situação de muitos Técnicos Legislativos se aposentarem sem chegar ao último padrão. Sustenta, ainda, que tal realidade é agravada pelo fato de, atualmente, os proventos de aposentadoria de novos servidores públicos serem calculados com base na média das contribuições, o que implicará proventos de menor valor. Alega, por fim, que essa distorção é evidente quando comparada com o Senado Federal, em que o padrão de ingresso na carreira é o 21, e com outros órgãos públicos, como o Tribunal de Contas da União, que tem 13 padrões na carreira, e o Ministério Público e a Justiça Federal, que contam com 15 padrões. Ao manifestar-se sobre a matéria, a Assessoria Jurídica do Departamento de Pessoal confirmou a fal-

ta de isonomia entre a carreira de Técnico Legislativo com ingresso no Padrão 7 e a de Analista Legislativo, que conta com apenas 15 padrões de progressão funcional, e a existência de distorção entre aquela carreira e a de outros órgãos públicos. Argumentou ainda que a remuneração dos novos servidores não reflete o grau de exigência dos concursos públicos realizados na Casa e que dos 120 servidores inicialmente nomeados no último concurso de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, apenas 89 permaneceram no cargo. Por fim, lembrou que, em momento pretérito, a Mesa Diretora tomou a iniciativa de propor o reposicionamento de servidores da carreira de jornalistas e consultores, que se encontravam em situação semelhante, culminando na edição da Resolução nº 39, de 2006, que reposicionou tais servidores dos Padrões 31 a 35 para o Padrão 36. Por essas razões, concluiu a Assessoria Jurídica do Depes pelo provimento do pedido inicial do Sindicato, no sentido de que o assunto seja encaminhado à Mesa Diretora para decisão acerca da oportunidade e conveniência do reposicionamento dos Técnicos Legislativos a partir do padrão 22, mediante a apresentação de projeto de resolução, que, no presente caso, é o instrumento adequado para a alteração, a teor do disposto no art. 51, IV, c/c art. 59, VII, da Constituição Federal, tendo em vista o fato de a Mesa Diretora ter deixado de fixar diferente padrão inicial, conforme lhe autoriza o art. 3º, § 4º, da Resolução nº 28, de 1998. Atualmente, há 185 Técnicos Legislativos nessa situação, sendo 133 Assistentes Administrativos; 41 Agentes de Polícia Legislativa; e 11 Agentes de Serviços Legislativos (Serviços Paramédicos – Técnico em Enfermagem). A estimativa da despesa anual relativa ao reposicionamento desses 185 Técnicos Legislativos do Padrão 7 para o Padrão 22 é da ordem de R\$ 10.109.047,50 (fls. 137). Entretanto, está em curso procedimento de posse de mais 75 Técnicos Legislativos, o que deve ocorrer até o final do mês de agosto deste ano, acarretando, no caso, um aumento da ordem de R\$ 4.098.262,50 no custo anual da despesa. Nada obstante entender procedente a análise feita pelo Departamento de Pessoal quanto ao reposicionamento dos servidores a partir do Padrão 22, a Diretoria-Geral posicionou-se pelo atendimento parcial do pleito, no sentido do reposicionamento dos referidos servidores nos Padrões 16, 17 e 18, tendo em vista o fato de a Administração da Casa vir realizando estudos para a reestruturação de seus serviços e para a revisão de sua estrutura remuneratória. Bem por isso, o presente processo encontra-se instruído com duas minutas de projeto de resolução: uma Primeira versão, do Sindilegis e encampada pelo Departamento de Pessoal, propondo o reposicionamen-

to dos servidores que se encontram atualmente nos Padrões 7, 8 e 9 da Tabela de Vencimentos Básicos da Carreira Legislativa nos Padrões 22, 23 e 24, respectivamente; e uma segunda proposta, sugerida pela Diretoria-Geral, na qual esses servidores são reposicionados, respectivamente, nos Padrões 16, 17 e 18. Ante o exposto, esta Secretaria submete as duas propostas ao exame e à deliberação da douda Mesa, com parecer favorável à minuta de projeto de resolução que reposiciona os servidores ocupantes do cargo de Técnico Legislativo, atualmente posicionados nos Padrões 7, 8 e 9 da Tabela de Vencimentos Básicos da Carreira Legislativa, nos padrões 22, 23 e 24, respectivamente, pelas razões apresentadas pelo Sindilegis, autor da iniciativa, e pelo Departamento de Pessoal desta Casa.”. Com a palavra o Senhor Deputado Eduardo Gomes, Relator, acrescentou que optara pela resolução porque a progressão funcional preconizada era uma forma de a Casa manter em seus quadros funcionários concursados e qualificados, adiantando que cerca de quarenta deles, em razão do baixo valor inicial dos vencimentos, já tinham trocado a Câmara dos Deputados por outros órgãos da administração federal. Salientou, finalmente, que o impacto orçamentário decorrente da aprovação da matéria só ocorrerá no próximo exercício, devendo o Relator do Orçamento da Câmara dos Deputados proceder à inclusão do montante correspondente para fazer face à despesa. Discutida a matéria, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer supra e, em decorrência, apresentou Projeto de Resolução que dispõe sobre o reposicionamento dos servidores ocupantes do cargo de Técnico Legislativo, atualmente posicionados nos Padrões 7, 8 e 9 da Tabela de Vencimentos Básicos da Carreira Legislativa, nos padrões 22, 23 e 24, respectivamente. 8 – Processo nº 144.725/2007. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 13 a 17: “Trata-se de proposta do Departamento de Pessoal com vistas à regulamentação da progressão funcional de que tratam os arts. 5º e 6º da Resolução nº 46, de 2006. O aludido normativo assegurou a possibilidade de progressão funcional aos servidores ocupantes do cargo efetivo de Técnico Legislativo até o Padrão 36 da Tabela de Vencimentos Básicos da Carreira Legislativa. Dispõe ainda que Ato da Mesa definiria as condições de aplicação do benefício aos aposentados, instituidores de pensão e servidores da ativa que, na data da publicação da Resolução, preenchessem os requisitos de aposentadoria, in verbis: “Art. 5º Fica assegurada aos servidores ocupantes do cargo de Técnico Legislativo a possibilidade de progressão até o Padrão 36 da Tabela de Vencimentos Básicos da Carreira Legislativa. Parágrafo único. Ato da Mesa disporá

sobre: / – a progressão de que trata o caput deste artigo, devendo o servidor atender cumulativamente, no mínimo, às seguintes condições: a) ser portador de diploma de graduação de nível superior reconhecido pelo Ministério da Educação; b) ocupar cargo efetivo da Câmara dos Deputados há 15 (quinze) anos; c) estar posicionado no Padrão 30 há 5 (cinco) anos. II – as condições de aplicação do disposto no caput deste artigo aos aposentados e pensionistas e aos servidores da ativa que, na data de publicação desta Resolução, preencham os requisitos de aposentadoria. Art. 6º Aos servidores que, na data da publicação desta Resolução, estejam ocupando o cargo de Técnico Legislativo ficam dispensadas as condições estabelecidas no inciso I do parágrafo único do art. 5º desta Resolução. Parágrafo único. De forma semelhante aos demais servidores da Câmara dos Deputados, a progressão dos servidores alcançados pelo disposto neste artigo dar-se-á a cada 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação desta Resolução, obedecida a legislação em vigor sobre a matéria.” Dessa forma, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 5º da citada Resolução, elaborou-se a minuta de Ato da Mesa anexa que, em síntese, estabelece as condições de aplicação da referida progressão funcional, que se dará a cada 12 (doze) meses, a contar de 8 de dezembro de 2006, para os aposentados, instituidores de pensão e aos servidores da ativa que, na data de publicação da Resolução nº 46, de 2006, preencham os requisitos de aposentadoria. O impacto anual da despesa está estimado em R\$ 3.640.000,00 (três milhões, seiscentos e quarenta mil reais), sendo que o valor concorrente aos atrasados, apurado relativamente ao período de 8/12/2007 a 30/06/2011, está previsto em R\$ 6.700.000,00 (seis milhões e setecentos mil reais). Instado a manifestar-se, o Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade esclareceu que o momento oportuno para análise da adequação orçamentária e financeira da despesa em tela, assim como de sua compatibilidade com as leis orçamentárias, objeto do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, foi o da edição da Resolução nº 46, de 2006, ocasião em que de fato foi criada a despesa. Sendo assim, informou que há compatibilidade orçamentária para a despesa prevista para 2011, no montante de R\$ 3.640.000,00, devendo o pagamento dos atrasados, por prudência, passar por novo exame daquele departamento no último bimestre do atual exercício para verificar a possibilidade de acolhimento integral do pleito ainda no presente exercício. Por sua vez, o Diretor-Geral, na condição de ordenador de despesas, declarou a adequação orçamentária e financeira referente à edição do Ato da Mesa em análise, no que se refere ao exer-

cício de 2011, recomendando que o pagamento dos valores retroativos seja objeto de ulterior deliberação da Alta Administração da Casa, após manifestação do órgão de finanças da Casa. Ante o exposto, esta Secretaria submete a minuta de Ato da Mesa ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável à sua aprovação, com vistas a dar cumprimento ao ordenamento constitucional previsto no art. 7º da EC nº 41, de 2003, que garantiu o direito à paridade aos inativos e pensionistas que estejam abrangidos pelas condições estabelecidas naquela Emenda, assim como regulamentar a matéria, na forma prevista na Resolução nº 46, de 2006.” A Mesa Diretora, após análise da matéria, aprovou, por unanimidade, o parecer supra e, em consequência, baixou o Ato da Mesa nº 17, de 2011, que “regulamenta a progressão de que tratam os artigos 5º e 6º da Resolução nº 46, de 2006”. Com relação ao item 9 – Processo nº 167.914/2011, de iniciativa da Secretaria de Controle Interno, referente à proposta de Ato da Mesa disciplinando a concessão de diárias e passagens aéreas, foi concedida vista ao Senhor Presidente Marco Maia. Aproveitando o ensejo, o Senhor Deputado Júlio Delgado, Quarto Secretário, reiterou a urgente necessidade de a Casa reformular o Ato que dispõe sobre o rol das pessoas para as quais podem ser adquiridas passagens aéreas pela Verba Indenizatória. Afirmou Sua Excelência ser absolutamente incompreensível, em face do crescente número de parlamentares que optaram morar em apartamentos funcionais em Brasília, que esposas e filhos não estejam incluídos na relação mencionada. 10 – Processo nº 134.191/2011. Parecer do Senhor Deputado Eduardo Gomes, Relator, à fl. 16: “A Associação dos Servidores Terceirizados do Congresso Nacional – ASTECON subscreve, à fl. 1, pedido de equiparação do valor do auxílio-alimentação recebido pelos empregados terceirizados da Casa com o valor do mesmo benefício percebido pelos servidores efetivos, ocupantes de cargo em comissão e secretários parlamentares, que atualmente representa R\$740,96 mensais. 2. Após estudo acerca da adequação financeira e orçamentária da despesa decorrente do pleito, o Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade concluiu que a equiparação pretendida implica aumento de 68,4%, equivalente a uma despesa anual de aproximadamente R\$12,5 milhões, montante esse que poderá comprometer o orçamento da Casa. 3. Em busca de alternativas viáveis para a concessão de reajuste do valor do benefício, os órgãos técnicos sugerem a aplicação do percentual de 10,59%, mesmo índice utilizado para reajustar o valor do auxílio-alimentação pago aos servidores efetivos e comissionados da Casa em 2011. 4. O Departamento de Finanças, Orçamento e Conta-

bilidade entende ser possível a concessão do reajuste de 10,59%, sob os aspectos financeiro e orçamentário, haja vista que a despesa no presente exercício seria da ordem de R\$800.000,00, valor esse que poderia ser absorvido pelo orçamento vigente. 5. Ainda segundo aquele Órgão Técnico, a Proposta Orçamentária da Câmara dos Deputados, para os exercícios seguintes, poderá suportar o reajuste proposto, uma vez que o percentual incide sobre o item “auxílio-alimentação”, uma das parcelas da formação do preço de contratação dos serviços que utilizam empregados terceirizados. 6. Ante o exposto, e em face das manifestações dos órgãos técnicos da Administração da Casa, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, manifestando-se favoravelmente à concessão de reajuste de 10,59% do valor do auxílio-alimentação dos empregados terceirizados, em ordem a elevar o valor diário do benefício dos atuais R\$20,00 (vinte reais) para R\$22,12 (vinte e dois reais e doze centavos).” Em votação, o parecer supra foi aprovado por unanimidade. Em continuidade, retirou-se de pauta, para análise em conjunto com o item 9 – Processo 167.914/2005, o Processo nº 126.911/2011, de iniciativa da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que sugere alteração do Ato da Mesa nº 43, de 2009, criando adicional de cota para custeio de viagem para missão oficial no Mercosul. Com a palavra, o Senhor Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, comentou os seguintes processos, referentes à organização administrativa: 1 – nº 104.507/2010, de iniciativa da Procuradoria Especial da Mulher; 2 – nº 129.678/2001, de iniciativa do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar; e 3 – nº 126.167/2011, de iniciativa do Grupo de Trabalho de Consolidação das Leis. Em seguida, interveio o Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente, para solicitar que o Processo nº 112.542/2011, que apresentara na última reunião, referente à transformação de cargos no âmbito da Segunda Vice-Presidência, fosse analisado nesta oportunidade. Iniciada a discussão, os processos supracitados foram retirados de pauta para análise em conjunto. Manifestou-se a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente, para solicitar que, no tocante à Procuradoria Especial da Mulher, considerando as dificuldades de locomoção de algumas parlamentares, fosse estudado pela Direção-Geral da Casa um local mais próximo do Edifício Principal para seu funcionamento. Por último, a Mesa Diretora opinou, por unanimidade, pela aprovação do Projeto de Resolução nº 216, de 2009, com substitutivo, nos termos do parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, instruído no Processo administrativo nº 128.947/2011. Neste instante, retirou-se da

sala de reuniões o Senhor Deputado Nelson Marquelli, Procurador Parlamentar. Esgotada a pauta da Primeira Secretaria, o Senhor Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, ainda com a palavra, encaixou a absoluta necessidade de a Câmara dos Deputados ter em sua estrutura administrativa, na área de comunicações, um setor com a função institucional de transmitir à mídia regional informações oficiais sobre o funcionamento dos diferentes órgãos da Casa, a exemplo da Polícia Legislativa, e de responder formalmente a notícias veiculadas com distorções. A propósito, ressaltando que nada deixava sem resposta, a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente, comentou matéria jornalística acerca da sessão da última quinta-feira de conteúdo claramente inverídico, uma vez que no plenário da Casa estavam presentes onze líderes partidários e tinha havido intensa discussão das proposições em pauta. Assim, com vistas a produzir fatos que contribuíssem para o fortalecimento da instituição, sugeriu a realização, nos dias em que não houvesse sessões deliberativas, de audiências públicas ou de comissões gerais. Falando a seguir, o Senhor Presidente Marco Maia disse que registrava as ponderações dos colegas, mas que julgava estar a Câmara dos Deputados cumprindo com o seu dever ao realizar votações às terças, quartas e quintas-feiras. V – PAUTA DO SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO. Primeiramente, o Senhor Deputado Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário, exaltou a iniciativa do Senhor Presidente Marco Maia pela adesão à campanha mundial da luta contra o câncer de mama – ‘Outubro Rosa’, iluminando o prédio da Câmara dos Deputados com lâmpadas cor de rosa, fato registrado em vários meios de comunicação. Em seguida, informou que a outorga da “Medalha Mérito Legislativo Câmara dos Deputados” será realizada no próximo dia 23 de novembro, às quinze horas, no Salão Nobre. Por fim, submeteu ao Colegiado indicações feitas por parlamentares não listados no Ato da Mesa regulamentador da matéria. Deliberou a Mesa Diretora que as propostas em referência poderiam ser assumidas pelos Deputados que não haviam feito indicações. O Senhor Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, solicitou que a “Medalha Mérito Legislativo Câmara dos Deputados” fosse entregue ao Senhor José Serra, anteriormente concedida. VI – PAUTA DO SENHOR QUARTO SECRETÁRIO. Com a palavra, o Senhor Deputado Júlio Delgado, Quarto Secretário, esclareceu que o Ato da Mesa nº 5, de 2011, prevê a aplicação de multa no caso de atraso na devolução de apartamento funcional. Em consequência, tendo ocorrido dois casos de atraso, instruídos nos Processos nºs 138.993/2011 e 129.150/2011, de interesse dos

Deputados Cristiano José R. de Souza e Chico das Verduras, respectivamente, providenciaria a cobrança administrativa dos valores correspondentes. Continuando com a palavra, o Senhor Deputado Júlio Delgado, Quarto Secretário, anunciou que, no último dia sete, foi publicado o edital de licitação para a reforma dos três blocos residenciais restantes da Superquadra Norte 302, dando prosseguimento ao processo iniciado em 2007. Em seguida, o Senhor Presidente Marco Maia passou a presidência dos trabalhos para a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente, e retirou-se da Sala de Reuniões. Assumindo a direção dos trabalhos, a Senhora Presidente Rose de Freitas retomou a apreciação do Processo nº 142.162/2011, constante da pauta da Corregedoria, referente à representação apresentada pelo Deputado Rubens Bueno, Líder do Partido Popular socialista – PPS – em desfavor dos Deputados Marco Maia e Policarpo. Após discussão do parecer exarado pelo Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Corregedor – OF.2VIPR/COR Nº 68/2011-, que opinava pelo arquivamento do processo, por inépcia da denúncia em relação aos fatos imputados ao Deputado Marco Maia, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o referido parecer, conforme exposto: “....17. Desse modo, considerando: a) que a atuação do DEPOL nesse caso é disciplinada por normas regimentais sem qualquer interferência da Presidência da Casa; b) que os fatos narrados na denúncia não constituem infração às normas de decoro e ética parlamentar; c) que o Deputado Policarpo, a quem é atribuída declaração que enseja a controvérsia, traz manifestação formal em que contradita informação veiculada pela revista VEJA e, por fim, d) que a matéria jornalística em debate se limita a explorar o campo da subjetividade, invocando premissas falsas que distorcem a realidade, não me resta outro encaminhamento a não ser pugnar liminarmente pela inépcia da representação no que diz respeito aos fatos imputados ao Presidente Marco Maia. 18. Pelo exposto, submeto à apreciação dos nobres Pares parecer pelo arquivamento da denúncia em relação ao Deputado Marco Maia, com fundamento no art. 2º do Ato da Mesa nº 37, de 2009”. Nada mais havendo a tratar, às doze horas e quinze minutos, a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente, no exercício da Presidência declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, , Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. – **Marco Maia**, Presidente, Secretaria-Geral da Mesa

Ata da 4ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada no dia 11 de outubro de 2011.

Publique-se.

Em 16-11-11. – **Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida**, Secretário-Geral da Mesa

Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Quarta Legislatura Ata da quinta reunião da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 26 de outubro de 2011

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e onze, às treze horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões da Mesa, localizada no Espaço Cultural, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Marco Maia, Presidente. Presentes os Senhores Deputados Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente; Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário; Inocêncio Oliveira, Terceiro Secretário; Júlio Delgado, Quarto Secretário; Geraldo Resende, Primeiro Suplente de Secretário; Manato, Segundo Suplente de Secretário; e Sérgio Moraes, Quarto Suplente de Secretário. Ausentes justificadamente a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente; os Senhores Deputados Eduardo Gomes, Primeiro Secretário; e Carlos Eduardo Cadoca, Terceiro Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, Terceiro Secretário, solicitou vista do Processo nº 139.719/2011, iniciado pelo Ofício nº 264/2011/GP/TRE-RO, da Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO, Desembargadora Zelite Andrade, pelo qual comunica que o Tribunal determinou a expedição de diploma de Deputado Federal ao candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Marcos Rogério da Silva Brito, e a perda dos efeitos jurídicos do diploma de Deputado Federal conferido ao candidato do Partido Verde, Lindomar Barbosa Alves, referente às eleições de 2010. Acordado pela Mesa Diretora, fora concedido pedido de vista conjunta do

supracitado processo aos Senhores Deputados Inocêncio Oliveira, Terceiro Secretário, e Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário. Nada mais havendo a tratar, às treze horas e vinte minutos, o Senhor Presidente Marco Maia declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, , Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. – **Marco Maia**, Presidente, Secretaria-Geral da Mesa

Ata da 5ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada no dia 26 de outubro de 2011.

Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Quarta Legislatura Ata da sexta reunião da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 16 de novembro de 2011

Aos dezesseis dias do mês de novembro de dois mil e onze, às doze horas e dez minutos, na Sala de Reuniões, localizada no Espaço Cultural, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Marco Maia, Presidente. Presentes a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente, e os Senhores Deputados Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente; Eduardo Gomes, Primeiro Secretário; Júlio Delgado, Quarto Secretário; Manato, Segundo Suplente de Secretário; Carlos Eduardo Cadoca, Terceiro Suplente de Secretário; e o Senhor Deputado Nelson Markezelli, Procurador Parlamentar. Ausentes, justificadamente, os Senhores Deputados Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário; Inocêncio Oliveira, Terceiro Secretário; Geraldo Resende, Primeiro Suplente de Secretário; e Sérgio Moraes, Quarto Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente Marco Maia declarou abertos os trabalhos, informando que a presente reunião se destinava à tomada de decisão acerca do Processo nº 139.719/2011, iniciado pelo Ofício nº 264/2011/GP/TRE-RO, da Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO, Desembargadora Zelite Andrade, pelo qual comunica que o Tribunal determinou a expedição de diploma de Deputado Federal ao candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Marcos Rogério da Silva Brito, e a perda dos efeitos jurídicos do diploma de Deputado Federal conferido ao candidato do Partido Verde, Lindomar Barbosa Alves, referente às eleições de 2010. O Senhor Presidente Marco Maia salientou que o procedimento padrão adotado pela Mesa visava resguardar e assegurar o direito das partes envolvidas. Em seguida, passou a palavra ao Senhor Deputado Eduardo da Fonte, que, na qualidade de Corregedor, procedeu à leitura do seu parecer – Of. 2VIPR/COR. 71/2011 –, exarado às fls. 29 a 35. Submetido à votação, o referido parecer pela declaração do afastamento do mandato do Deputado Lindomar Barbosa Alves e, em consequência, pela posse, como deputado federal, do Senhor Marcos Rogério da Silva Brito foi aprovado por unanimidade. Em decorrência, a Mesa Diretora baixou o Ato da Mesa nº 19, de 2011, que “determina o afastamento do exercício do mandato do Senhor Deputado Lindomar Barbosa Alves”. Com a palavra, o Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente,

solicitou a apreciação do Processo nº 140.083/2011, de interesse do Senhor Deputado Eduardo Azeredo, referente ao reembolso de despesas médico-hospitalares, relativo à consulta ambulatorial com ECG. Exposto o parecer do Relator, manifestou-se o Senhor Deputado Júlio Delgado, Quarto Secretário, para corroborar com o entendimento do Senhor Segundo Vice-Presidente, salientando que, certa ocasião, acometido de pneumonia, fora atendido fora de Brasília, mas que, ao apresentar o recibo da consulta ao Departamento Médico, este não autorizara o ressarcimento da despesa, sob a alegação de que não se tratava de emergência e de que existia pneumologista nos quadros da Casa, o que, a seu ver, constituía atitude absolutamente equivocada, uma vez que, em muitos casos, é indispensável a consulta ser feita com o médico particular, que conhece o histórico do paciente e em quem ele confia. Posto em votação, o parecer do Senhor Segundo Vice-Presidente, exarado às fls. 14 a 16, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Senhor Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, pediu vênua para, extrapauta, submeter à consideração da Mesa Diretora seus pareceres exarados nos seguintes processos: 1 – Processo nº 116.873/2010. Parecer do Relator à fl. 19: “Trata-se de proposta de Ato da Mesa que dispõe sobre a extinção e criação de cargos efetivos no Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, com vistas à nomeação de mais 2 (dois) candidatos aprovados no concurso público em vigor para o cargo de Analista Legislativo, atribuição Nutricionista, cuja prorrogação de validade do concurso foi publicada no DOU em 8/3/2010. Segundo a instrução processual, o ajuste do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados pode ser feito com a extinção de cargos vagos em outras atribuições, sem o aumento do número de cargos existentes. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável à aprovação da minuta de Ato da Mesa anexa, a teor do disposto no art. 4º da Resolução nº 46, de 2006, que autoriza a Mesa Diretora dispor sobre a extinção e a criação de cargos efetivos, desde que não acarretem acréscimo de despesa.”. O Senhor Deputado Eduardo Gomes, Relator, esclareceu que o processo em apreço versava sobre a transformação de cargos efetivos do Quadro de Pessoal com vistas à nomeação de mais dois candidatos aprovados em concurso público para Analista Legislativo – Atribuição Nutricionista. Acrescentou que o prazo de validade do concurso em referência estava na iminência de vencer, que a Câmara não pretendia abrir novo concurso, porém a área técnica necessitava, com urgência, de tais profissionais in-

clusive para a tarefa de fiscalizar a qualidade das refeições oferecidas nos restaurantes e lanchonetes existentes na Casa. Analisada a proposta, o parecer supra foi aprovado por unanimidade e, em consequência, baixado o Ato da Mesa nº 20, de 2011, que “dispõe sobre a extinção e criação de cargos no Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados”. 2 – Processo nº 126.911/2011. Parecer do Relator às fls. 25 a 26: “Trata-se de proposta formulada pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (fls. 1) no sentido de que seja alterado o Ato da Mesa nº 43, de 2009, que institui a Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar – Ceap, com vistas à criação de adicional correspondente a 10% (dez por cento) do valor da menor cota mensal fixada no Anexo do citado Ato, para custear a participação de deputado em missão oficial pela referida Representação, por evento efetivamente realizado. A presente proposição objetiva a simplificação dos atuais procedimentos administrativos exigidos para a liberação dos recursos destinados a esses deputados, quando em missão oficial pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sobretudo, considerando a edição da Resolução nº 1, de 2011, do Congresso Nacional, que “dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências”, que prevê a ampliação da participação da Câmara dos Deputados de 9 (nove) para 27 (vinte e sete) deputados federais. Considerando o aumento do número de deputados federais na aludida Representação, o Diretor-Geral refere que este fato redundará em considerável acréscimo de processos administrativos para tratar da concessão de transporte aéreo, diárias e adicional de embarque/desembarque aos parlamentares em missão oficial da Representação, nos termos do normativo interno que disciplina a matéria, tornando difícil o atendimento tempestivo e eficiente pelos órgãos da Casa nos moldes atuais e comprometendo o desenvolvimento dos trabalhos realizados no âmbito do Parlamento do Mercosul. Segundo a instrução processual, o impacto financeiro adicional na Ceap, por parlamentar, em relação a cada evento, representará a importância de R\$2.303,31 (dois mil, trezentos e três reais e trinta e um centavos). Dessa forma, para atendimento dos 27 (vinte e sete) deputados que compõem a Representação, na eventualidade de todos os deputados participarem de ao menos um evento por mês, o aumento de despesa mensal será da ordem de R\$62.189,45 (sessenta e dois mil, cento e oitenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), gerando um dispêndio anual estimado em R\$746.273,41 (setecentos e quarenta e seis mil, duzentos e setenta e três reais e

quarenta e um centavos). Em cumprimento às exigências da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Diretor-Geral declara que o aumento da despesa em questão, decorrente da alteração do mencionado normativo, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual nº 12.381/2011 (LOA 2011), compatibilidade com as Leis nº 11.653/2008 (Plano Plurianual – PPA 2008/2011) e nº 12.309/2010 (LDO para 2011). Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da dought Mesa, com parecer favorável na forma da anexa minuta de Ato da Mesa.”. Tendo em vista questionamentos levantados pelo Presidente Marco Maia, o Senhor Diretor-Geral da Casa, após destacar a economia processual decorrente da medida, esclareceu que, entre a atual sistemática e o adicional preconizado, as despesas se equivaliam; que o adicional proposto incidirá sobre o valor da menor cota mensal, a fixada para o Distrito Federal; e que o valor do acréscimo correspondente será creditado tão somente no mês em que o parlamentar efetivamente viajar para participar das reuniões do Mercosul. Após discussão, o parecer supra foi aprovado por unanimidade e, em consequência, baixado o Ato da Mesa nº 21, de 2011, que “acrescenta dispositivos ao art. 1º do Ato da Mesa nº 43, de 21 de maio de 2009”. Tomou, então, a palavra o Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente, para pleitear da Mesa, reiterando proposta já apresentada, a transformação de funções na estrutura do Gabinete da Segunda Vice-Presidência. Com a palavra, o Senhor Diretor-Geral informou que já estava estudando formas de contemplar os vários processos apresentados acerca do assunto em reunião anterior da Mesa. Adiantou, porém, que a proposta em apreço, mesmo extinguindo várias funções e criando apenas uma, implicava acréscimo de despesa, o que não poderia ser feito mediante Ato da Mesa. O Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente, declarou, então, que determinaria a realização de novos estudos, para a checagem de todos os dados, e, em seguida, reapresentaria proposta a respeito. Nada mais havendo a tratar, às doze horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente Marco Maia declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados.

Marco Maia, Presidente, Secretaria-Geral da Mesa

Ata da 6ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada no dia 16 de novembro de 2011.

Publique-se.

Em 6-12-2011. – **Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida**, Secretário-Geral da Mesa

I

Atas das
REUNIÕES DA MESA
2012

ATA DA MESA

Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Quarta Legislatura Ata da sétima reunião da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 20 de março de 2012

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e doze, às quinze horas, na Sala de Reuniões do Espaço Cultural, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Marco Maia, Presidente. Presentes inicialmente os Senhores Deputados Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente; Eduardo Gomes, Primeiro Secretário; Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário; e Inocêncio Oliveira, Terceiro Secretário. Ausentes justificadamente os Senhores Deputados Júlio Delgado, Quarto Secretário, e Sérgio Moraes, Quarto Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente Maia declarou abertos os trabalhos. I – PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE. O Senhor Presidente expôs minuta de Ato da Mesa que visava à simplificação da sistemática de tramitação das comunicações à Casa sobre alterações do controle societário em empresas jornalísticas e de radiodifusão, estabelecendo a desnecessidade de os processos correspondentes serem discutidos e votados, como ocorre atualmente. Esclarecida a matéria, a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, baixar o Ato da Mesa nº 29, de 2012, que “dispõe sobre a tramitação, no âmbito da Câmara dos Deputados, dos comunicados de alteração de controle societário das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, prevista no §5º do artigo 222 da Constituição Federal”, instruído no Processo nº 109.415/2011. Em seguida, o Senhor Presidente expôs o Processo nº 135.661/2011, que trata de dar cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas da União, item 9.9 do Acórdão nº 1793/2011, no sentido de que a Casa aperfeiçoe sua sistemática de verificação do cumprimento da alínea “a” dos incisos I e II do art. 54 da Constituição Federal, durante o exercício dos mandatos dos parlamentares, desde a posse. Durante a discussão, compareceram à reunião os Senhores Deputados Geraldo Resende e Carlos Eduardo Cadoca, respectivamente, Primeiro e Terceiro Suplente de Secretário. Apresentada proposta a respeito da matéria, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o procedimento de que, no ato da posse, os Senhores Deputados sejam solicitados a assinar declaração de que não se acham incursos em qualquer dos impedimentos estabelecidos no artigo supracitado, nos seguintes termos: “DECLARAÇÃO. (Nome do Deputado), Depu-

tado Federal eleito para a (n. da legislatura) Legislatura, declaro não incorrer em qualquer dos impedimentos previstos no art. 54 da Constituição Federal. Mais especificamente, I – não mantenho contrato com pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público que não obedeça a cláusulas uniformes; II – não ocupo ou exerço cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os demissíveis ad nutum em pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público; III – não sou proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público nem nela (empresa) exerço função remunerada; IV – não patrocino causa em que seja interessada pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público; V – não sou titular de qualquer outro cargo ou mandato público eletivo. Firmo a presente declaração ciente de que, no caso de comprovação de sua falsidade, estarei sujeito à sanção prevista no art. 55, I, da Carta Magna.” Em prosseguimento, a Mesa Diretora ratificou, por unanimidade, os despachos favoráveis exarados pelo Senhor Presidente Marco Maia, ad referendum da Mesa Diretora, nos seguintes expedientes referentes a reembolso de despesas médico-hospitalares, cessão de servidor, afastamento de servidor, designação de servidor, Atos da Mesa, relatório de missão autorizada e relatório de requerimentos de informação: 1 – Reembolso de despesas médico-hospitalares: 1.1 – Processo nº 14.261/2011, de interesse do Deputado Gean Loureiro (despacho favorável à fl. 8); 1.2 – Processo nº 130.902/2011, de interesse da Deputada Jandira Feghali (despacho favorável à fl. 37); 1.3 – Processo nº 133.898/2011, de interesse do Deputado Carlos Magno (despacho favorável à fl. 9); 1.4 – Processo nº 134.222/2011, de interesse do Deputado André Dias (despacho favorável à fl. 19); 1.5 – Processo nº 138.139/2011, de interesse do Deputado Bilac Pinto (despacho favorável à fl. 18, a ser ratificado); 1.6 – Processo nº 138.392/2011, de interesse do Deputado Delegado Protogenes (despacho favorável à fl. 15); 1.7 – Processo nº 140.357/2011, de interesse do Deputado André Dias (despacho favorável à fl. 14); 1.8 – Processo nº 140.359/2011, de interesse do Deputado André Dias (despacho favorável à fl. 15); 1.9 – Processo nº 140.360/2011, de interesse do Deputado André Dias (despacho favorável à fl. 8); 1.10 – Processo nº 140.361/2011, de interesse do Deputado André Dias (despacho favorável à fl. 8); 1.11 – Processo nº 140.522/2011, de interesse do Deputado Carlos Mag-

no (despacho favorável à fl. 18); 1.12 – Processo nº 141.456/2011, de interesse do Deputado Moreira Mendes (despacho favorável à fl. 13); 1.13 – Processo nº 141.460/2011, de interesse do Deputado Jesus Rodrigues (despacho favorável à fl. 21); 1.14 – Processo nº 141.554/2011, de interesse da Deputada Rose de Freitas (despacho favorável à fl. 9); 1.15 – Processo nº 141.697/2011, de interesse do Deputado Lael Varella (despacho favorável à fl. 8); 1.16 – Processo nº 141.699/2011, de interesse da Deputada Iris de Araújo (despacho favorável à fl. 10); 1.17 – Processo nº 141.896/2011, de interesse do Deputado Luciano Castro (despacho favorável à fl. 10); 1.18 – Processo nº 142.055/2011, de interesse do Deputado Mauro Mariani (despacho favorável à fl. 14); 1.19 – Processo nº 142.240/2011, de interesse do Deputado José Chaves (despacho favorável à fl. 17); 1.20 – Processo nº 142.486/2011, de interesse do Deputado Celso Maldaner (despacho favorável à fl. 8); 1.21 – Processo nº 142.568/2011, de interesse do Deputado Joaquim Beltrão (despacho favorável à fl. 8); 1.22 – Processo nº 142.762/2011, de interesse do Deputada Elcione Barbalho (despacho favorável à fl. 13); 1.23 – Processo nº 142.832/2011, de interesse da Deputada Teresa Surita (despacho favorável à fl. 19); 1.24 – Processo nº 142.904/2011, de interesse do Deputado Aracely de Paula (despacho favorável à fl. 8); 1.25 – Processo nº 142.969/2011, de interesse do Deputado Nelson Marquezelli (despacho favorável à fl. 12); 1.26 – Processo nº 143.016/2011, de interesse do Deputado Fernando Marroni (despacho favorável à fl. 12); 1.27 – Processo nº 143.325/2011, de interesse da Deputada Nice Lobão (despacho favorável à fl. 18); 1.28 – Processo nº 143.365/2011, de interesse do Deputado Salvador Zimbaldi (despacho favorável à fl. 9); 1.29 – Processo nº 143.435/2011, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho (despacho favorável à fl. 12); 1.30 – Processo nº 143.531/2011, de interesse do Deputado Hugo Leal (despacho favorável à fl. 27); 1.31 – Processo nº 143.595/2011, de interesse do Deputado Simão Sessim (despacho favorável à fl. 13); 1.32 – Processo nº 143.727/2011, de interesse do Deputado Marillos Sampaio (despacho favorável à fl. 8); 1.33 – Processo nº 143.783/2011, de interesse do Deputado Eduardo Azeredo (despacho favorável à fl. 10); 1.34 – Processo nº 143.858/2011, de interesse do Deputado Paulo Feijó (despacho favorável à fl. 8); 1.35 – Processo nº 143.895/2011, de interesse do Deputado Giovanni Queiroz (despacho favorável à fl. 18); 1.36 – Processo nº 143.901/2011, de interesse do Deputado Luis Carlos Heinze (despacho favorável à fl. 8); 1.37 – Processo nº 143.931/2011, de interesse do Deputado Dr. Rosinha (despacho favorável à fl. 20); 1.38 –

Processo nº 143.947/2011, de interesse do Deputado Edson Ezequiel (despacho favorável à fl. 21); 1.39 – Processo nº 144.262/2011, de interesse do Deputado Flaviano Melo (despacho favorável à fl. 18); 1.40 – Processo nº 144.341/2011, de interesse do Deputado Jesus Rodrigues (despacho favorável à fl. 26); 1.41 – Processo nº 144.485/2011, de interesse do Deputado Luciano Castro (despacho favorável à fl. 18); 1.42 – Processo nº 145.016/2011, de interesse do Deputado Josue Bengtson (despacho favorável à fl. 19); 1.43 – Processo nº 145.060/2011, de interesse do Deputado Julio Cesar (despacho favorável à fl. 41); 1.44 – Processo nº 145.224/2011, de interesse do Deputado Mauro Mariani (despacho favorável à fl. 10); 1.45 – Processo nº 145.468/2011, de interesse do Deputado José Aníbal (despacho favorável à fl. 23); 1.46 – Processo nº 145.751/2011, de interesse do Deputado Edinho Bez (despacho favorável à fl. 19); 1.47 – Processo nº 145.752/2011, de interesse do Deputado Edinho Bez (despacho favorável à fl. 9); 1.48 – Processo nº 145.754/2011, de interesse do Deputado Edinho Bez (despacho favorável à fl. 9); 1.49 – Processo nº 145.973/2011, de interesse do Deputado Damião Feliciano (despacho favorável à fl. 49); 1.50 – Processo nº 146.225/2011, de interesse do Deputado Simão Sessim (despacho favorável à fl. 16); 1.51 – Processo nº 146.363/2011, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira (despacho favorável à fl. 11); 1.52 – Processo nº 146.582/2011, de interesse do Deputado André Dias (despacho favorável à fl. 13); 1.53 – Processo nº 146.584/2011, de interesse do Deputado André Dias (despacho favorável à fl. 8); 1.54 – Processo nº 146.715/2011, de interesse do Deputado Zenaldo Coutinho (despacho favorável à fl. 9); 1.55 – Processo nº 146.749/2011, de interesse do Deputado Wellington Fagundes (despacho favorável à fl. 17); 1.56 – Processo nº 147.128/2011, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro (despacho favorável à fl. 11); 1.57 – Processo nº 147.184/2011, de interesse do Deputado Josué Bengtson (despacho favorável à fl. 9); 1.58 – Processo nº 147.401/2011, de interesse do Deputado Edson Ezequiel (despacho favorável à fl. 19); 1.59 – Processo nº 147.409/2011, de interesse do Deputado Joaquim Beltrão (despacho favorável à fl. 8); 1.60 – Processo nº 147.641/2011, de interesse do Deputado Jânio Natal (despacho favorável à fl. 14); 1.61 – Processo nº 147.642/2011, de interesse do Deputado Hugo Napoleão (despacho favorável à fl. 8); 1.62 – Processo nº 147.843/2011, de interesse do Deputado Luiz Couto (despacho favorável à fl. 9); 1.63 – Processo nº 147.868/2011, de interesse do Deputado Carlos Alberto Lereia (despacho favorável à fl. 15); 1.64 – Processo nº 147.869/2011, de interesse do Deputado

Vicente Arruda (despacho favorável à fl. 9); 1.65 – Processo nº 147.879/2011, de interesse da Deputada Cida Borghetti (despacho favorável à fl. 15); 1.66 – Processo nº 148.156/2011, de interesse da Deputada Professora Dorinha (despacho favorável à fl. 8); 1.67 – Processo nº 148.275/2011, de interesse do Deputado Dr. Rosinha (despacho favorável à fl. 11); 1.68 – Processo nº 148.387/2011, de interesse do Deputado Pedro Henry (despacho favorável à fl. 9); 1.69 – Processo nº 148.482/2011, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro (despacho favorável à fl. 15); 1.70 – Processo nº 148.559/2011, de interesse da Deputada Teresa Surita (despacho favorável à fl. 9); 1.71 – Processo nº 148.987/2011, de interesse do Deputado Paes Landim (despacho favorável à fl. 9); 1.72 – Processo nº 149.169/2011, de interesse do Deputado André Teixeira Dias (despacho favorável à fl. 11); 1.73 – Processo nº 100.709/2012, de interesse do Deputado Giovanni Queiroz (despacho favorável à fl. 28); 1.74 – Processo nº 100.603/2012, de interesse do Deputado Geraldo Thadeu (despacho favorável à fl. 8); 1.75 – Processo nº 100.629/2012, de interesse do Deputado Davi Alves Silva Junior (despacho favorável à fl. 18); 1.76 – Processo nº 101.227/2012, de interesse do Deputado Luiz Argôlo (despacho favorável à fl. 31); 1.77 – Processo nº 101.598/2012, de interesse do Deputado Pedro Henry (despacho favorável à fl. 17); 1.78 – Processo nº 101.869/2012, de interesse do Deputado Flaviano Melo (despacho favorável à fl. 16). 2 – Cessão de servidor: 2.1 – Processo nº 130.610/2011. Despacho favorável à fl. 14: “Em 14/7/2011. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor Marcus Antonio Amorim dos Santos, ponto nº 2.813, Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 10/7/11, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico, símbolo SF-02, do Órgão Central de Coordenação e Execução, com lotação no Cerimonial da Presidência do Senado Federal, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações e manifestações favoráveis dos órgãos técnicos internos (fls. 2 a 12), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 2.2 – Processo nº 137.955/2011. Despacho favorável à fl. 10: “Em 20/9/2011. Atendendo à solicitação do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a cessão do servidor Aluizio Davis Neto, ponto nº 2.723, Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, lotado na

Liderança do Governo no Congresso Nacional, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe do Gabinete do Ministro, código DAS 101.5, naquele Ministério, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações e manifestações do Departamento de Pessoal (fls. 2 a 6) e da Diretoria-Geral (fl. 8), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 2.3 – Processo nº 139.507/2011. Despacho favorável à fl. 11: “Em 5/10/0011. Atendendo à solicitação do Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Rocha Santos Padilha, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor Jair Vieira Tannús Júnior, ponto nº 4.615, Técnico Legislativo – atribuição Adjunto Parlamentar, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no Maranhão, código DAS 101.4, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações e manifestações do Departamento de Pessoal (fls. 2 a 8) e da Diretoria-Geral (fls. 9 e 10), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 2.4 – Processo nº 145.640/2011. Despacho favorável à fl. 10: “Em 30/12/2011. Atendendo à solicitação do Secretário-Chefe da Casa Civil do Estado de São Paulo, Sidney Estanislau Beraldo, de ordem do Governador Geraldo Alckmin, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão da servidora Izabel Cristina Filgueiras de Almeida, ponto nº 6.158, Analista Legislativo – atribuição Técnico em Documentação e Informação Legislativa, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Assistente Técnico I naquela Casa Civil, sem ônus para a Câmara dos Deputados, mediante ressarcimento da remuneração e encargos sociais pelo Governo do Estado de São Paulo, de acordo com as informações do Departamento de Pessoal (fls. 3 e 4) e manifestação favorável da Diretoria-Geral desta Casa (fl. 9), nos termos do § 1º do art. 93 da Lei nº 8.112/1990, do parágrafo único do art. 1º do Ato da Mesa nº 56/97 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 2.5 – Processo nº 145.673/2011. Despacho favorável à fl. 11: “Em 20/12/11. Atendendo à solicitação do Vice-Presidente da República, Michel Temer, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor Marco Antonio Nunes Ribeiro, ponto nº 2.602, Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos,

com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe da Assessoria Administrativa, código DAS 101-05, na Vice-Presidência da República, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações do Departamento de Pessoal (fls. 3 e 4) e manifestação favorável da Diretoria-Geral desta Casa (fl. 9), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 2.6 – Processo nº 145.675/2011. Despacho favorável à fl. 12: “Em 22/12/11. Atendendo à solicitação do Vice-Presidente da República, Michel Temer, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão da servidora Fabiana Ramos Ferreira de Melo Todorov, ponto nº 6.842, Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Televisão, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor, código DAS 102-4, na Vice-Presidência da República, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações do Departamento de Pessoal (fls. 3 a 5) e manifestação favorável da Diretoria-Geral desta Casa (fl. 10), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-eral para providências.”; 2.7 – Processo nº 146.881/2011. Despacho favorável à fl. 10: “Em 22/12/2011. Atendendo à solicitação do Governador do Estado de Minas Gerais, Antonio Augusto Junho Anastasia, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor Guilherme Horta Gonçalves Júnior, ponto nº 6.630, Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para continuar exercendo o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial da Presidência (Assessoramento Superior) da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), com ônus para o órgão cessionário, mediante ressarcimento da remuneração e dos encargos sociais, pelo Governo do Estado de Minas Gerais, de acordo com as informações do Departamento de Pessoal (fls. 2 e 3) e da manifestação favorável da Diretoria-Geral desta Casa (fl. 8), nos termos do §1º do art. 93 da Lei nº 8.112/1990, do parágrafo único do art. 1º do Ato da Mesa nº 56/97 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 2.8 – Processo nº 147.629/2011. Despacho favorável à fl. 11: “Em 22/12/11. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor Antonio Fernando Barros Neto, ponto nº 5.026, Técnico Legis-

lativo, atribuição Adjunto Parlamentar – Secretaria, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Assistente Parlamentar, código AP-06, no Gabinete do Senador Inácio Arruda, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações do Departamento de Pessoal (fls. 3 e 4) e manifestação favorável da Diretoria-Geral desta Casa (fl. 9), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 2.9 – Processo nº 148.800/2011. Despacho favorável à fl. 11: “Em 2/1/2012. Atendendo à solicitação do Ministro de Estado da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação, por 1 (um) ano, da cessão do servidor Leonardo José Rolim Guimarães, ponto nº 6.692, Analista Legislativo – atribuição Consultoria, para continuar exercendo naquele ministério o cargo de provimento em comissão de Secretário de Políticas de Previdência Social, código DAS 101.6, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações do Departamento de Pessoal (fls. 3 e 4) e manifestação favorável da Diretoria-Geral desta Casa (fls. 9 e 10), nos termos do § 1º do art. 93 da Lei nº 8.112/1990, do parágrafo único do art. 1º do Ato da Mesa nº 56/97 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 2.10 – Processo nº 149.819/2011. Despacho favorável à fl. 10: “Em 10/2/2012. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão da servidora Cristiana Martins de Araújo Costa Fonseca, ponto nº 6.755, Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Assistente Parlamentar, símbolo AP-03, no Órgão Central de Coordenação e Execução, com exercício no Gabinete do Senador Eptácio Cafeteira, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações do Departamento de Pessoal (fls. 3 e 4) e manifestação favorável da Diretoria-Geral desta Casa (fl. 9), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 2.11 – Processo nº 103.622/2012. Despacho favorável à fl. 11: “Em 7/3/2012. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor Flávio José Barbosa de Alencastro, ponto nº 5.608, Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para continuar a exercer o cargo

de provimento em comissão de Assessor Técnico, SF-02, no Gabinete do Senador Aécio Neves, com ônus para esta Casa, de acordo com as informações do Departamento de Pessoal (fls. 3 e 4) e manifestação favorável da Diretoria-Geral (fls. 8 e 9), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. 3 – Afastamento de servidor: Processo nº 136.778/2011. Despacho favorável à fl. 4: “Em 25/8/2011. Atendendo à solicitação da Deputada Elcione Barbalho, Procuradora Especial da Mulher, autorizo, ad referendum da Mesa, o afastamento, em caráter de missão oficial no exterior, da servidora Candyce da Cruz Rocha, ponto nº 119.232, que assessorará aquela parlamentar durante a XI Reunião Anual da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, a ser realizada no dia 6 de setembro de 2011, durante a XI Assembleia Geral da Confederação Parlamentar das Américas (Copa), que ocorrerá no período de 6 a 9 de setembro de 2011, na cidade de Quebec, Canadá, e na palestra sobre as experiências parlamentares e tendências em gênero no Brasil, dos avanços do Legislativo em defesa das mulheres e do estágio em que se encontra a implementação da Lei Maria da Penha, na sede do Banco Mundial, na cidade de Washington, Estados Unidos, no dia 12 de setembro de 2011, com dispensa de ponto no período de 3 a 13/9/11 e concessão de passagem aérea, no trecho Brasília / Quebec / Washington / Brasília, nos termos do art. 95 da Lei nº 8.112/1990 e do Ato da Mesa nº 133/2002 (alterado pelo Ato da Mesa nº 10/2007), sem ônus adicionais para esta Casa, esclarecendo que as despesas com o deslocamento da servidora deverão ser debitadas na Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (Ceap) da Deputada Elcione Barbalho, nos termos do Ato da Meta nº 43/2009. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. 4 – Designação de servidor: 4.1 – Processo nº 16.911/2011. Despacho favorável à fl. 8: “Em 13/1/2012. Trata-se de indicação do Líder do Partido Social Democrático, Deputado Guilherme Campos, para que o servidor Fernando César Silva, Técnico Legislativo – atribuição Assistente Legislativo, ponto nº 5.744, exerça a função comissionada de Chefe de Gabinete, nível FC-8, na Liderança do PSD. O Departamento de Pessoal (Depes) informa que o servidor não atende os requisitos previstos no artigo 14 da Resolução nº 21/1992 para provimento de função comissionada de Direção, Consultoria e Assessoramento, quais sejam, diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior ou habilitação legal equivalente, correlacionados à área de especialização (fl. 5). No entanto, a Diretoria-Geral se manifesta favoravelmen-

te ao atendimento do pedido, tendo em vista que a Resolução nº 43/2006 faculta ao Presidente da Casa dispensar, ad referendum da Mesa Diretora, em decisão fundada em critérios de confiança, eficiência e oportunidade, a escolaridade de nível superior exigida para a designação às funções comissionadas de Direção e Assessoramento (fl. 7 e 7v). Por esses motivos, autorizo, ad referendum da Mesa, o provimento da função de Chefe de Gabinete, nível FC-08, pelo servidor Fernando César Silva, 5.744, na Liderança do PSD – acompanhando o parecer favorável do Diretor-Geral. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 4.2 – Processo nº 138.043/2011. Despacho favorável à fl. 7: “Em 18/10/2011. Trata-se de indicação do Diretor do Departamento de Comissões, para que a servidora Alessandra Müller Vidal Guerra, Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Padrão 45, ponto nº 6.548, exerça a função comissionada de Secretário de Comissão, nível FC-07, da Coordenação de Comissões Temporárias. O Departamento de Pessoal informa que a servidora não atende os requisitos previstos no Ato da Mesa nº 18/1987 para provimento da função comissionada de Secretário de Comissão, quais sejam, ter exercido por mais de 5 (cinco) anos interpolados a função de Secretário de Comissão ou possuir certificado de conclusão de curso de preparação e treinamento de Secretário de Comissão, expedido pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor). No entanto, nos termos do parecer da Diretoria-Geral (fl. 6), há precedentes de dispensa das exigências elencadas no dispositivo legal supracitado, e, ademais, a servidora exerceu outras funções comissionadas nesta Casa, além de constar, em seus assentamentos funcionais, o registro de conclusão dos cursos de Relações Internacionais, expedido pela Universidade de Brasília, e o de especialização, com habilitação em Legislativo e Políticas Públicas, promovido pelo Cefor, de acordo com informações prestadas pelo Departamento de Pessoal (fls. 3 e 4). Por esses motivos, autorizo, ad referendum da Mesa, o provimento da função de Secretário de Comissão, nível FC-07, pela servidora Alessandra Müller Vidal Guerra, ponto nº 6.548, na Coordenação de Comissões Temporárias, acompanhando a manifestação favorável do Diretor-Geral (fl. 6). Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 4.3 – Processo nº 140.320/2011. Despacho favorável à fl. 12: “Em 26/10/2011. Trata-se de indicação do Diretor do Departamento de Comissões, para que o servidor Fernando Antonio Teixeira, Analista Legislativo – atribuição Analista de Informática Legislativa, ponto nº 6.438, exerça a função comissionada de Secretário de Comissão, nível FC-07, da Coordenação de Comissões Temporárias. O Departa-

mento de Pessoal informa que o servidor não atende os requisitos previstos no Ato da Mesa nº 18/1987 para provimento da função comissionada de Secretário de Comissão, quais sejam, ter exercido por mais de 5 (cinco) anos interpolados a função de Secretário de Comissão ou possuir certificado de conclusão de curso de preparação e treinamento de Secretário de Comissão, expedido pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor). No entanto, nos termos do parecer da Diretoria-Geral (fls. 9 e 10), o servidor exerceu outras funções comissionadas nesta Casa, além de constar, em seus assentamentos funcionais, o registro dos cursos de graduação (Processamento de Dados, ministrado pela Universidade Católica de Brasília, Licenciatura Plena no Ensino Fundamental – 1º e 2º Ciclo) e especialização (habilitação em Desenvolvimento de Sistemas em Plataforma Cliente/Servidor, também ministrado pela Universidade Católica de Brasília). Por esses motivos, autorizo, ad referendum da Mesa, o provimento da função de Secretário de Comissão, nível FC-07, pelo servidor Fernando Antonio Teixeira, ponto nº 6.438, na Coordenação de Comissões Temporárias, acompanhando a manifestação favorável do Diretor-Geral (fls. 9 e 10). Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. 5 – Atos da Mesa: 5.1 – nº 16, de 2011, que “determina o afastamento do exercício do mandato do Deputado Cristiano José Rodrigues de Souza, nome parlamentar Deputado Cristiano (PTdoB)”, baixado em 11 de agosto de 2011; 5.2 – nº 26, de 2012, que “autoriza a realização de concurso público para provimento de cargos de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Polícia Legislativa”, baixado em 6 de março de 2012. 6 – Relatório de Missão Autorizada nº 1, de 2012, da Presidência. Missões oficiais autorizadas, processos n.s: 107.476/12 a 107.480/12, 107.485/12 a 107.493/12, 107.496/12 a 107.499/12, 107.501/12 a 107.509/12, 107.512/12, 107.516/12 a 107.519/12, 107.524/12, 107.525/12, 107.529/12 a 107.531/12, 107.533/12, 107.536/12 a 107.538/12, 107.540/12, 107.546/12, 107.547/12, 107.552/12 a 107.558/12, 107.561/12, 107.570/12 a 107.574/12, 107.580/12 a 107.589/12, 107.591/12, 107.593/12 a 107.602/12, 107.604/12 a 107.606/12, 107.620/12 a 107.627/12, 107.633/12, 107.637/12 a 107.644/12, 107.646/12, 107.647/12, 107.651/12 a 107.661/12, 106.903/11, 106.905/11 a 106.907/11, 106.916/11, 106.917/11, 106.919/11 a 106.927/11, 106.930/11, 106.932/11 a 106.934/11, 106.940/11, 106.944/11 a 106.952/11, 106.962/11, 106.963/11, 106.967/11, 106.978/11 a 106.987/11, 106.998/11, 107.000/11, 107.004/11, 107.005/11, 107.007/11 a 107.009/11, 107.011/11, 107.013/11 a 107.016/11, 107.023 a 107.032/11, 107.037 a

107.044/11, 107.046/11, 107.047/11, 107.052/11 a 107.055/11, 107.059/11 a 107.062/11, 107.064 a 107.071/11, 107.073/11 a 107.075/11, 107.079/11 a 107.082/11, 107.084/11 a 107.087/11, 107.089/11 a 107.098/11, 107.100/11 a 107.102/11, 107.104/11 a 107.107/11, 107.113/11 a 107.116/11, 107.119/11, 107.121/11, 107.123/11 a 107.126/11, 107.132/11 a 107.136/11, 107.138/11, 107.139/11, 107.141/11 a 107.146/11, 107.151/11 a 107.161/11, 107.168/11, 107.169/11, 107.171/11, 107.175/11, 107.183/11 a 107.186/11, 107.188/11 a 107.190/11, 107.192/11 a 107.195/11, 107.206/11 a 107.217/11, 107.228/11 a 107.232/11, 107.234/11 a 107.240/11, 107.255/11 a 107.262/11, 107.264/11 a 107.270/11, 107.275/11 a 107.284/11, 107.286/11, 107.322/11 a 107.324/11, 107.287/11, 107.325/11 a 107.328/11, 107.331/11, 107.333/11, 107.335/11 a 107.337/11, 107.427/11, 107.428/11, 107.338/11 a 107.342/11, 107.348/11 a 107.351/11, 107.353/11 a 107.359/11, 107.361/11 a 107.373/11, 107.376/11 a 107.386/11, 107.388/11 a 107.392/11, 107.394/11 a 107.396/11, 107.402/11, 107.429/11, 107.430/11, 107.436/11 a 107.439/11, 107.441/11 a 107.443/11, 107.447/11, 107.448/11, 107.450/11 a 107.456/11, 107.474/11 e 107.475/11. 7 – Relatório de Requerimentos de Informação, despachados ad referendum da Mesa Diretora, nos termos dos pareceres da Relatora, Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente: 1 – Nº 208/11 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a recuperação e manutenção do porto no município de Anori, no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 2 – Nº 507/11 – do Sr. Paulo Abi-Ackel – que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior informações quanto às suas atividades na regulação, controle, prevenção e planos de contingência para situações de emergência nuclear”. Parecer: pela aprovação; 3 – Nº 510/11 – do Sr. Roberto Balestra – que “solicita ao Ministério dos Transportes informação sobre as empresas que executam os serviços de roçagem, seus respectivos contratos e valores pagos pelo DNIT”. Parecer: pela aprovação; 4 – Nº 511/11 – do Sr. Roberto Santiago – que “solicita ao Ministro de Estado de Minas e Energia o encaminhamento de informações relativas ao recente aumento da gasolina nos postos de combustíveis e seu impacto para o consumidor final”. Parecer: pela aprovação; 5 – Nº 512/11 – do Sr. Aureo – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações esclarecimentos a respeito de processos administrativos conduzidos pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel”. Parecer: pela aprovação; 6 – Nº 1.011/11 – do Sr. Izalci – que “solicito que a Mesa Diretora reitere o RIC

564/2011, dirigido ao Senhor Ministro da Justiça, acerca do andamento do Inquérito da Polícia Federal nº 707/2010, que investiga a chamada “Operação Shao-lin”. Parecer: pela aprovação; 7 – Nº 1.270/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 8 – Nº 1.271/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 9 – Nº 1.272/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 10 – Nº 1.273/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 11 – Nº 1.274/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 12 – Nº 1.275/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 13 – Nº 1.276/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 14 – Nº 1.277/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 15 – Nº 1.278/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 16 – Nº 1.279/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 17 – Nº 1.280/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 18 – Nº 1.281/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 19 – Nº 1.282/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 20 – Nº 1.283/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 21 – Nº 1.284/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro das Cidades sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 22 – Nº 1.285/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 23 – Nº 1.286/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecno-

logia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 24 – Nº 1.287/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 25 – Nº 1.288/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 26 – Nº 1.289/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 27 – Nº 1.290/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 28 – Nº 1.291/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 29 – Nº 1.292/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 30 – Nº 1.293/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 31 – Nº 1.294/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 32 – Nº 1.295/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 33 – Nº 1.296/11 – da Sra. Sandra Rosado – que “solicita aos Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estimativa de despesas decorrentes da aprovação do Projeto de Lei nº 2.539, de 2007”. Parecer: pela aprovação; 34 – Nº 1.297/11 – da Sra. Sandra Rosado – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda estimativa de despesas decorrentes da aprovação do Projeto de Lei nº 2.539, de 2007”. Parecer: pela aprovação; 35 – Nº 1.298/11 – do Sr. Fábio Souto – que “solicita ao Ministro de Estado do Esporte informações acerca dos contratos de obras públicas para a Copa do Mundo de Futebol de 2014”. Parecer: pela aprovação; 36 – Nº 1.299/11 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações à Ministra do Meio Ambiente sobre a aplicação e execução do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC, desde sua criação em dezembro de 2009”. Parecer: pela aprovação; 37 – Nº 1.300/11 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro da Integração Nacional sobre a aplicação e execução do Fundo Especial para Calamidades Públicas – FUNCAP, nos últimos 5 (cinco) anos, especialmente se está sendo aplicado e executado em atividades preventivas”. Parecer: pela aprovação; 38 – Nº 1.301/11 – da Sra. Mara Gabrilli – que “solicita que sejam pres-

tadas informações pelo Sr. Ministro da Saúde acerca da eficiência administrativa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em particular no que tange às avaliação de requerimentos de registro e cadastro de órteses e próteses e suas alterações por inclusão de novos modelos”. Parecer: pela aprovação; 39 – Nº 1.302/11 – do Sr. Dr. Jorge Silva – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre os motivos do curso de Enfermagem do Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes) não ter sido incluído no vestibular 2012”. Parecer: pela aprovação; 40 – Nº 1.303/11 – do Sr. Nelson Marchezan Junior – que “solicita informações ao Ministro de Estado dos Transportes, Sr. Paulo Sérgio Passos, sobre as conclusões do Relatório previsto na Portaria nº 180, de 7 de julho de 2010, que criou comissão especial para definição das premissas, condições, parâmetros técnicos e metodologia adotada para o retorno dos trechos rodoviários federais delegados ao Estado do Rio Grande do Sul à União”. Parecer: pela aprovação; 41 – Nº 1.304/11 – do Sr. Augusto Coutinho – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Carlos Lupi, a respeito de dados sobre violações às normas trabalhistas por parte de empresas executoras de obras governamentais e obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC”. Parecer: pela aprovação; 42 – Nº 1.305/11 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Belchior sobre as áreas doadas pelo Estado do Acre para União”. Parecer: pela aprovação; 43 – Nº 1.306/11 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, sobre o Programa de Eficiência Energética de Geladeiras”. Parecer: pela aprovação; 44 – Nº 1.307/11 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega, sobre o processo de transferência de parte das Diretorias, e de Gerências do Banco do Brasil”. Parecer: pela aprovação; 45 – Nº 1.308/11 – do Sr. Vanderlei Macris – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União sobre Procedimento de Investigação Preliminar nº 00190.028352/2009-86”. Parecer: pela aprovação; 46 – Nº 1.309/11 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações por escrito ao Sr. Ministro do Trabalho e Emprego, para fornecimento dos dados que especifica”. Parecer: pela aprovação; 47 – Nº 1.310/11 – do Sr. João Dado – (PL 2818/2008) – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 2.818, de 2008”. Parecer: pela aprovação; 48 – Nº 1.311/11 – do Sr. Rodrigo Maia – que

“solicita informações ao Exmo. Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, o Sr. Gilberto Carvalho, sobre o Programa Projovem Urbano”. Parecer: pela aprovação; 49 – Nº 1.312/11 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita informações ao Sr. Ministro das Comunicações sobre os resultados dos testes realizados pela Anatel com o “WiMax”, bem como a remessa, a esta Comissão, de cópia completa dos relatórios contendo os resultados dos testes realizados”. Parecer: pela aprovação; 50 – Nº 1.313/11 – do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita informações do Sr. José Eduardo Cardoso, Ministro da Justiça, sobre a ocorrência de eventuais pagamentos indevidos do seguro-defeso, nos estados onde o benefício é concedido”. Parecer: pela aprovação; 51 – Nº 1.314/11 – do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita informações do Sr. Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego, sobre a ocorrência de fraudes ou eventuais pagamentos indevidos do seguro-defeso, nos diversos estados onde o benefício é concedido”. Parecer: pela aprovação; 52 – Nº 1.315/11 – do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita informações do Sr. Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira, Ministro da Aquicultura e Pesca, sobre a ocorrência de fraudes ou eventuais pagamentos indevidos do seguro-defeso, nos diversos estados onde o benefício é concedido”. Parecer: pela aprovação; 53 – Nº 1.316/11 – do Sr. Romero Rodrigues – que “solicita informações à Sra. Ministra do Meio Ambiente sobre a implantação de Planos de Controle de Poluição Veicular – PCPV – pelos Estados, Distrito Federal e Municípios com frota superior a três milhões de veículos”. Parecer: pela aprovação; 54 – Nº 1.317/11 – do Sr. Penna – que “solicita ao Senhor Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, referente ao Plano Nacional de Outorgas para o Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens com fins educativos e o Serviço de Radiodifusão de Sons com fins educativos”. Parecer: pela aprovação; 55 – Nº 1.318/11 – do Sr. José Mentor – que “solicita a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre o financiamento de obras pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES ao Município de Americana/SP”. Parecer: pela aprovação; 56 – Nº 1.319/11 – do Sr. José Mentor – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações sobre o financiamento de obras pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES ao Município de Americana/SP”. Parecer: pela aprovação; 57 – Nº 1.320/11 – do Sr. José Mentor – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Cidades informações sobre o financiamento de obras pelo Banco Nacional

do Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES ao Município de Americana/SP". Parecer: pela aprovação; 58 – Nº 1.321/11 – do Sr. Josias Gomes – que "solicita informações ao Ministério das Comunicações sobre processos de outorga de radiodifusão comunitária na localidade de Olindina, no Estado da Bahia". Parecer: pela aprovação; 59 – Nº 1.322/11 – do Sr. Otavio Leite – que "solicita ao Senhor Ministro-Chefe da Secretaria Nacional da Aviação Civil da Presidência da República informações pertinentes sobre os investimentos a serem realizados no Aeroporto Internacional do Galeão/Tom Jobim, no Rio de Janeiro – RJ, conforme previsão Orçamentária para o ano de 2011". Parecer: pela aprovação; 60 – Nº 1.323/11 – da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – que "solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre a situação dos Projetos de Assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária e Terra Legal". Parecer: pela aprovação; 61 – Nº 1.324/11 – do Sr. Roberto Santiago – que "solicita informações do Sr. Ministro da Defesa a respeito do PROSUPER – Programa de Obtenção de Meios de Superfície para a Marinha do Brasil". Parecer: pela aprovação; 62 – Nº 1.325/11 – do Sr. Roberto Santiago – que "solicita informações do Sr. Ministro da Defesa a respeito do PROSUPER – Programa de Obtenção de Meios de Superfície para a Marinha do Brasil". Parecer: pela aprovação; 63 – Nº 1.326/11 – da Sra. Erika Kokay – que "solicita ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Defesa um balanço geral das ações militares brasileiras como parte na Missão para Estabilização do Haiti da ONU (Minustah), elencando o número atual de soldados brasileiros em missão no Haiti, que tipo de ajuda/ações humanitárias foram promovidas até o momento, quais as reais condições de atendimento à população, se há o registro de violações cometidas por brasileiros e quanto representa o custo total aos cofres públicos brasileiros a operação militar no Haiti até a presente data". Parecer: pela aprovação; 64 – Nº 1.327/11 – da Sra. Erika Kokay – que "solicita ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a transferência de diretorias, departamentos e gerências do Banco do Brasil para outras unidades da Federação". Parecer: pela aprovação; 65 – Nº 1.328/11 – do Sr. Onyx Lorenzoni – que "solicita informações ao Sr. Ministro do Trabalho e Emprego sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal". Parecer: pela aprovação; 66 – Nº 1.329/11 – do Sr. Onyx Lorenzoni – que "solicita informações ao Sr. Ministro da Pesca e Aquicultura sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pes-

cador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal". Parecer: pela aprovação; 67 – Nº 1.330/11 – do Sr. Penna – que "solicita ao Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, informações referentes à disposição de rejeitos nucleares". Parecer: pela aprovação; 68 – Nº 1.331/11 – do Sr. Penna – que "solicita Informações à Senhora Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, referentes à perfuração de poços na região de Caetitê (BA)". Parecer: pela aprovação; 69 – Nº 1.332/11 – do Sr. Penna – que "solicita informação ao Senhor Ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Oliveira Passos, referente ao transporte de cargas radioativas". Parecer: pela aprovação; 70 – Nº 1.333/11 – do Sr. Cleber Verde – que "solicita Informações ao Senhor Ministro da Fazenda sobre a situação atual do endividamento do Município de Zé Doca (MA)". Parecer: pela aprovação; 71 – Nº 1.334/11 – do Sr. Duarte Nogueira – que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União – CGU sobre a situação atual e resultados das apurações sobre irregularidades nos Ministérios dos Transportes, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Turismo, das Cidades e dos Esportes". Parecer: pela aprovação; 72 – Nº 1.335/11 – do Sr. Duarte Nogueira – que "solicita informações a Senhora Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, se o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Presidente Dilma Rousseff, então Ministra da Casa Civil, foram comunicados, nos anos de 2010 e 2011, sobre o conteúdo da Nota Técnica (MR) nº 27/2010 COFIP/CISSET/CC-PR – de 19 de outubro de 2010, bem como sejam encaminhadas cópias de processo administrativo, nos termos abaixo especificados". Parecer: pela aprovação; 73 – Nº 1.336/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que "reitera solicitação de informações ao Ministério do Esporte, acerca dos Programas: "Segundo Tempo"; "Esporte e Lazer da Cidade"; "Pintando a Liberdade"; "Pintando a Cidadania"; "Bolsa Atleta"; "Descoberta do Talento Esportivo"; "Cenesp"; "Rede Cedes"; "Praça da Juventude" e "Praças do PAC"; realizados e previstos para todos os municípios do Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 74 – Nº 1.337/11 – do Sr. José Linhares – que "solicita informações ao Senhor Ministro dos Transportes sobre a adoção de medidas que deem condições para tráfego de veículos na BR – 222, no Estado do Ceará". Parecer: pela aprovação; 75 – Nº 1.338/11 – do Sr. Costa Ferreira – que "solicita ao Ministro de Estado de Transportes informações referente ao cancelamento da duplicação da BR – 135, no Maranhão, e retomada do processo". Parecer: pela aprovação; 76 – Nº 1.339/11 – do Sr. Ivan Valente – que "solicita informações à Ministra de Estado do Ministério do Meio

Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, relativas ao licenciamento ambiental federal da Rodovia Régis Bittencourt – BR 116 no trecho da Serra do Cafezal, estado de São Paulo”. Parecer: pela aprovação; 77 – Nº 1.340/11 – do Sr. Ivan Valente – que “solicita informações ao Ministro da Defesa acerca de publicação do Exército Brasileiro e sua utilização”. Parecer: pela aprovação; 78 – Nº 1.341/11 – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita informações sobre a situação da tuberculose resistente a remédios no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 79 – Nº 1.342/11 – do Sr. Onyx Lorenzoni – que “solicita informações ao Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Sr. Jorge Hage, sobre atuações e registros em obras públicas, bem como a existência de apontamentos ou procedimentos fiscalizatórios, junto a este órgão em relação à empresa Uni Engenharia e Comércio Ltda., de São Paulo”. Parecer: pela aprovação; 80 – Nº 1.343/11 – da Sra. Andreia Zito – que “solicita informações à Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão quanto às ações de autorização para realização de concursos públicos e de autorização para provimento de cargos públicos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, após a publicação da Portaria nº 39/MPOG, de 25/3/2011, no DOU de 28/3/2011”. Parecer: pela aprovação; 81 – Nº 1.344/11 – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “solicita informações à Sra. Ministra do Meio Ambiente sobre cavidades espeleológicas no município de Caetité (BA)”. Parecer: pela aprovação; 82 – Nº 1.345/11 – do Sr. Nelson Marchezan Junior – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, acerca das ações desenvolvidas pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – Apex”. Parecer: pela aprovação; 83 – Nº 1.346/11 – do Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto – que “solicita informações sobre as audiências e reuniões realizadas entre o Ministro dos Esportes, Sr. Orlando Silva, com o soldado PM-DF João Dias Ferreira, representante das ONG’s FEBRAK – Federação Brasileira de Kung-Fu e Associação João Dias de Kung-Fu”. Parecer: pela aprovação; 84 – Nº 1.347/11 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – que “solicita nos termos regimentais, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, aos Excelentíssimos Senhores ANTONIO PATRIOTA, Ministro de Estado das Relações Exteriores; e MENDES RIBEIRO FILHO, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pedidos de informações sobre os procedimentos tomados por aqueles Ministérios no que se refere aos procedimentos constantes na Lei nº 12.429, de 20 de junho

de 2011, que “autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, para assistência humanitária internacional””. Parecer: pela aprovação; 85 – Nº 1.348/11 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – que “solicita nos termos regimentais, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Excelentíssimo Senhor ANTONIO PATRIOTA, Ministro de Estado das Relações Exteriores, pedido de informações sobre os acordos existentes entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Democrática Popular da Coreia (Coreia do Norte)”. Parecer: pela aprovação; 86 – Nº 1.349/11 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Defesa acerca da decisão do Tribunal Marítimo sobre o acidente ocorrido com o navio Maersk Naples, na cidade de Paranaguá, no estado do Paraná, em julho de 2006”. Parecer: pela aprovação; 87 – Nº 1.350/11 – do Sr. Deley – que “solicita informações sobre acidentes de trânsito na BR-116/ Rodovia Presidente Dutra, no Estado do Rio de Janeiro, sobretudo no seu trecho que corta a Serra das Araras”. Parecer: pela aprovação; 88 – Nº 1.351/11 – do Sr. Domingos Dutra – que “solicita informações ao Ministro de Estado de Turismo, Sr. Gastão Dias Vieira, sobre o convênio de nº 755425/2011 firmado com o Governo do Estado do Maranhão para construção da Via Expressa de São Luís no Município de São Luís no referido Estado”. Parecer: pela aprovação; 89 – Nº 1.352/11 – do Sr. Moreira Mendes – que “solicita o envio de solicitação de informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes”. Parecer: pela aprovação; 90 – Nº 1.353/11 – da Sra. Fátima Peleaes – que “solicita informação ao Senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda sobre ampliação do acesso ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS por parte dos trabalhadores domésticos”. Parecer: pela aprovação; 91 – Nº 1.354/11 – do Sr. Assis do Couto – que “solicita à Ministra de Estado do Meio Ambiente que o IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis preste informações sobre o volume de defensivos agrícolas comercializados no Brasil nos anos de 2006 a 2010”. Parecer: pela aprovação; 92 – Nº 1.355/11 – da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – que “solicita informações ao Ministério das Comunicações sobre os atos instrutivos da Portaria nº 493, de 15 de agosto de 2008, referente à permissão para que a Rádio Cruzeiro Ltda., explore o serviço de radiodifusão em frequência modulada no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina”. Parecer: pela aprovação; 93 – Nº 1.356/11 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Ministro de Estado dos Esportes informações relativas a denún-

cias publicadas no sítio do Jornal Estadão em 31/08/2011 que dão conta de aumentos frequentes e desarrazoados nos custos de convênios públicos”. Parecer: pela aprovação; 94 – Nº 1.357/11 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Sr. Ministro da Fazenda informações acerca de volume de FCVS já homologados pela CEF e novados pelo Tesouro Nacional”. Parecer: pela aprovação; 95 – Nº 1.358/11 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Ministro da Justiça informações relativas ao contrato de Prestação de Serviços nº 07/47 – 3727 tendo como beneficiária a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP”. Parecer: pela aprovação; 96 – Nº 1.359/11 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Ministro da Fazenda informações relativas às investigações e representações fiscais para fins penais, bem como cópia integral dos referido processos”. Parecer: pela aprovação; 97 – Nº 1.360/11 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Ministro da Justiça informações relativas a contrato de compra e venda que tem como beneficiária a Superintendência Regional da Polícia Federal”. Parecer: pela aprovação; 98 – Nº 1.361/11 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Ministro da Justiça informações relativas ao contrato nº 25/2007 celebrado entre a União e o Consórcio de Integração PAN”. Parecer: pela aprovação; 99 – Nº 1.362/11 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Sr. Ministro da Integração Nacional informações referentes às ações da Defesa Civil no Estado de Minas Gerais”. Parecer: pela aprovação; 100 – Nº 1.363/11 – da Sra. Sandra Rosado – que “solicita informações ao Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre o número de crianças e adolescentes aptos à adoção, acometidos pelo vírus HIV e/ou por algum tipo de deficiência”. Parecer: pela aprovação; 101 – Nº 1.364/11 – da Sra. Sandra Rosado – que “solicita informações à Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Sra. Maria do Rosário, sobre o número de crianças e adolescentes aptos à adoção, acometidos pelo vírus HIV e/ou por algum tipo de deficiência”. Parecer: pela aprovação; 102 – Nº 1.365/11 – da Sra. Sandra Rosado – que “solicita informações à Ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Sra. Tereza Campello, sobre o número de crianças e adolescentes aptos à adoção, acometidas pelo vírus HIV e/ou por algum tipo de deficiência”. Parecer: pela aprovação; 103 – Nº 1.366/11 – do Sr. Francisco Araújo – que “solicita informações a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, se foi enviada ao INCRA de Roraima alguma ver-

ba referente a projetos nos últimos 5 anos”. Parecer: pela aprovação; 104 – Nº 1.367/11 – do Sr. Francisco Araújo – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, sobre o quantitativo de projetos e o valor de cada projeto destinado ao INCRA de Roraima nos últimos 5 anos”. Parecer: pela aprovação; 105 – Nº 1.368/11 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro da Educação sobre como se dará a reestruturação do Programa Segundo Tempo, que deve migrar do Ministério do Esporte para o Ministério da Educação”. Parecer: pela aprovação; 106 – Nº 1.369/11 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita ao Sr. Orlando Silva, Ministro de Estado do Esporte, informações e cópias integrais de todos os contratos efetuados com a Igreja Batista Gera Vida Internacional”. Parecer: pela aprovação; 107 – Nº 1.370/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Trabalho e Emprego sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 108 – Nº 1.371/11 – do Sr. Edmar Arruda – que “solicita, por meio do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o envio de pedido de informação ao presidente da Caixa Econômica Federal sobre procedimentos relativos às Loterias”. Parecer: pela aprovação; 109 – Nº 1.372/11 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Ministro da Justiça informações relativas a fiscalizações realizadas na área de transportes”. Parecer: pela aprovação; 110 – Nº 1.373/11 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – que “solicita informações aos Excelentíssimos Senhores GUIDO MANTEGA, Ministro de Estado da Fazenda; JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO, Ministro de Estado da Justiça; e ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA, Ministro de Estado da Saúde, sobre a atuação da Receita Federal, Polícia Federal e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), respectivamente, no que se refere ao caso da importação de resíduos hospitalares e qual a política de prevenção a ser adotada”. Parecer: pela aprovação; 111 – Nº 1.374/11 – da Sra. Sandra Rosado – que “solicita à Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, relação de estados e municípios que já constituíram os respectivos conselhos de direitos da pessoa idosa e os fundos vinculados a esses, nos termos das Leis n.s 10.741/2003 e 12.213/2010”. Parecer: pela aprovação; 112 – Nº 1.375/11 – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Paulo Sérgio Oliveira Passos, informações sobre a arrecadação referente à administração da Ponte Rio-Niterói”. Parecer: pela aprovação; 113 – Nº 1.376/11 – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado das Comuni-

cações informações sobre a outorga à Sociedade de Radiodifusão Litorânea Ltda. – SORALI – de concessão de rádio FM no município de Entre Rios – BA”. Parecer: pela aprovação; 114 – Nº 1.377/11 – do Sr. Domingos Dutra – que “solicita informações ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, complementares ao Aviso n.º 231/MF sobre o destino dos recursos captados pela Caixa Econômica Federal a título de Contribuição Sindical”. Parecer: pela aprovação; 115 – Nº 1.378/11 – do Sr. Hugo Leal – que “solicita ao Ministério da Previdência Social, no âmbito das competências do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito das competências da Secretaria do Patrimônio da União, informações sobre a adoção de providências para viabilização da aquisição pelos ocupantes cadastrados e habilitados, de imóveis de titularidade do INSS ocupados situados no Estado do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 116 – Nº 1.379/11 – do Sr. Hugo Leal – que “solicita ao Ministério do Meio Ambiente, no âmbito das competências do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito das competências da Secretaria de Patrimônio da União, informações sobre procedimentos que envolvem a implantação e funcionamento da Área de Proteção Ambiental (APA) denominada Cairuçu e a ocupação de Ilhas situadas na Baía de Paraty, no Município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 117 – Nº 1.380/11 – do Sr. Amauri Teixeira – que “solicita do Ministro dos Transportes informações que dizem respeito ao trabalho da Agência Nacional de Transportes Terrestres, sobre a situação do contrato de concessão do Sistema Rodoviário composto pelo trecho Salvador e Feira de Santana da BR 324”. Parecer: pela aprovação; 118 – Nº 1.381/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Esporte sobre ações da Pasta na realização do Pan-Americano do Rio”. Parecer: pela aprovação; 119 – Nº 1.382/11 – da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – que “solicita informações à Casa Civil da Presidência da República sobre o Grupo de Trabalho em atenção às vítimas de escarpamento criado no ano de 2007”. Parecer: pela aprovação; 120 – Nº 1.383/11 – do Sr. Onofre Santo Agostini – que “solicita informações ao Senhor Paulo Sérgio Oliveira Passos, Ministro dos Transportes, referente aos acidentes de trânsito envolvendo motoristas embriagados no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 121 – Nº 1.384/11 – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações a Excelentíssimo Ministro de Estado do Ministério da Saúde, Senhor Alexandre Padilha, sobre a transferência do Hospital de Ipanema para Secretaria de

Governo do Estado do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 122 – Nº 1.385/11 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre as missões aéreas realizadas pela Força Aérea Brasileira- FAB em 2011, para atender a presidenta da República, o vice-presidente da República, os ministros de estados, os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e outras autoridades federais”. Parecer: pela aprovação; 123 – Nº 1.386/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 124 – Nº 1.387/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União sobre ações realizadas no Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte”. Parecer: pela aprovação; 125 – Nº 1.388/11 – do Sr. Francisco Floriano – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda a respeito de assunto tributário”. Parecer: pela aprovação; 126 – Nº 1.389/11 – do Sr. Francisco Floriano – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda a respeito de assunto tributário”. Parecer: pela aprovação; 127 – Nº 1.390/11 – do Sr. Nelson Padovani – que “solicita informações ao Ministro da Fazenda, nos termos que especifica”. Parecer: pela aprovação; 128 – Nº 1.391/11 – do Sr. Nelson Padovani – que “solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, nos termos que especifica”. Parecer: pela aprovação; 129 – Nº 1.392/11 – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Educação sobre a prestação de contas com despesas da Pasta da Educação, no Município do Rio de Janeiro/RJ”. Parecer: pela aprovação; 130 – Nº 1.393/11 – do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita informações ao Ministro da Justiça sobre as investigações referentes ao suposto envolvimento do ex-Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhor Wagner Rossi, e demais envolvidos em esquema de corrupção na pasta da Agricultura”. Parecer: pela aprovação; 131 – Nº 1.394/11 – do Sr. Valdir Colatto – que “solicito informações à Excelentíssima Ministra de Estado do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, a respeito do fornecimento de anilhas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, para os criadores de pássaros”. Parecer: pela aprovação; 132 – Nº 1.395/11 – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça sobre visita de equipe de televisão estrangeira à área dos índios Suruwahás conforme noticiado pela revista Veja”. Parecer: pela aprovação; 133 – Nº 1.396/11 – do Sr. Manoel Junior – que “solicita ao Ministro de Estado da Fazenda estimativa de impacto orçamentário-financeiro de projeto

a ser apresentado”. Parecer: pela aprovação; 134 – Nº 1.397/11 – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita informações ao Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre repasse de recursos do BNDES para construção de estrada na Bolívia”. Parecer: pela aprovação; 135 – Nº 1.398/11 – da Comissão de Finanças e Tributação – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça acerca de inquérito conduzido pela Polícia Federal sobre o Banco PanAmericano”. Parecer: pela aprovação; 136 – Nº 1.399/11 – do Sr. Átila Lins – que “solicita ao Senhor Ministro das Comunicações informações do presidente da ECT, sobre obras em municípios do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 137 – Nº 1.400/11 – do Sr. Fernando Francischini – que “solicita informações ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo sobre os processos de autorização de funcionamento e concessão de título de utilidade pública federal das instituições que abaixo relaciona”. Parecer: pela aprovação; 138 – Nº 1.401/11 – da Sra. Fátima Pelaes – que “solicita informação ao Senhor Alexandre Padilha, Ministro de Estado da Saúde, sobre as ações para a atenção ao câncer de mama e de colo de útero”. Parecer: pela aprovação; 139 – Nº 1.402/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Epiplândia, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 140 – Nº 1.403/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Feijó, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 141 – Nº 1.404/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Jordão, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 142 – Nº 1.405/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Mâncio Lima, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 143 – Nº 1.406/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 144 – Nº 1.407/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Capixaba, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 145 – Nº 1.408/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Bujari, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 146 – Nº 1.409/11 – da Sra.

Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Brasileia, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 147 – Nº 1.410/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Acrelândia, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 148 – Nº 1.411/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Assis Brasil, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 149 – Nº 1.412/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Manoel Urbano, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 150 – Nº 1.413/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Marechal Thaumaturgo, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 151 – Nº 1.414/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Plácido de Castro, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 152 – Nº 1.415/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Porto Acre, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 153 – Nº 1.416/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Porto Walter, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 154 – Nº 1.417/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Rio Branco, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 155 – Nº 1.418/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Rodrigues Alves, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 156 – Nº 1.419/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 157 – Nº 1.420/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Sena Madureira, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 158 – Nº 1.421/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Senador Guimard, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprova-

ção; 159 – Nº 1.422/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Tarauacá, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 160 – Nº 1.423/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Xapuri, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 161 – Nº 1.424/11 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro do Esporte sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 162 – Nº 1.425/11 – do Sr. Chico Alencar – que “solicita informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, relativas ao vazamento de óleo em Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro no dia 09 de novembro de 2011”. Parecer: pela aprovação; 163 – Nº 1.426/11 – do Sr. Nilton Capixaba – que “solicita ao Ministério de Minas e Energia (MME) informações sobre questões referentes à construção das UHEs de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, Estado de Rondônia”. Parecer: pela aprovação; 164 – Nº 1.427/11 – do Sr. Brizola Neto – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia em consulta ao Diretor da Agência Nacional de Petróleo, sobre o vazamento de petróleo do poço da Chevron no Campo Frade, na bacia de Campos, no Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 165 – Nº 1.428/11 – do Sr. João Dado – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado da Previdência Social a estimativa de renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 4.720, de 2009”. Parecer: pela aprovação; 166 – Nº 1.429/11 – do Sr. João Dado – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado da Previdência Social a estimativa de renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 1.198, de 2007”. Parecer: pela aprovação; 167 – Nº 1.430/11 – do Sr. João Dado – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 2.004, de 2007”. Parecer: pela aprovação; 168 – Nº 1.431/11 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre o pagamento de indenizações efetuadas durante o processo de desapropriação, realizado no município de Guaíra – PR e demais municípios afetados, em decorrência da criação do reservatório da Hidrelétrica de Itaipu”. Parecer: pela aprovação; 169 – Nº 1.432/11 – do Sr. Nelson Marchezan Junior – que “solicita informações à Sra. Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, relativas ao combate ao processo de desertificação no Estado do Rio Grande do Sul”. Parecer: pela aprovação; 170 – Nº 1.433/11 – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita a Senhora Miriam Belchior, Ministra de Estado do Pla-

nejamento, Orçamento e Gestão, informações sobre o descumprimento do Decreto nº 3.529, de 2000, que determina a publicação quadrimestral das remunerações pagas pela Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo Federal”. Parecer: pela aprovação; 171 – Nº 1.434/11 – do Sr. José Chaves – que “solicita ao Senhor Ministro-Chefe de Estado da Secretaria Nacional dos Portos informações sobre as indenizações dos Portuários, previstas na Lei nº 8.630, de 1997, não pagas aos seus legítimos credores”. Parecer: pela aprovação; 172 – Nº 1.435/11 – do Sr. João Carlos Bacelar – que “solicita informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes”. Parecer: pela aprovação; 173 – Nº 1.436/11 – do Sr. Ronaldo Benedet – que “solicita informações ao Senhor Ministro dos Transportes a respeito dos entraves que impedem a conclusão das Obras de Duplicação da BR-101/Sul”. Parecer: pela aprovação; 174 – Nº 1.437/11 – do Sr. Ronaldo Benedet – que “solicita informações à Senhora Ministra da Cultura a respeito da gestão do IPHAN que tem causado impedimento a conclusão das Obras de Duplicação da BR-101/Sul”. Parecer: pela aprovação; 175 – Nº 1.438/11 – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Integração Nacional, referentes as Notas Técnicas da Área de Engenharia da Coordenação-Geral de Integração Programática da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, do período de 1º/01/2011 a 24/11/2011 de Convênios de valor até R\$ 1.000.000,00, disponibilizando as respectivas cópias ordenadas cronologicamente”. Parecer: pela aprovação; 176 – Nº 1.439/11 – do Sr. Zé Silva – que “solicita informações ao Senhor Ministro dos Transportes sobre as estatísticas de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias federais no Estado de Minas Gerais, no período de 2003 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 177 – Nº 1.440/11 – da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – que “solicita informações ao Ministro da Saúde, para que encaminhe a este Colegiado, em caráter de urgência, o Relatório com análise de todas as contribuições enviadas pela população às Consultas Públicas de N.ºs 112 e 117/2010 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ANVISA”. Parecer: pela aprovação; 178 – Nº 1.441/11 – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura sobre a existência de uma eventual autorização para a demolição da Cobal, situada no Bairro do Leblon, no Município do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 179 – Nº 1.442/11 – do Sr. Edson Ezequiel – que “solicita informações ao Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil, Senhor Wagner Bittencourt, sobre abandono e subutilização do Aeroporto Governador Dix-Sept

Rosado, de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte”. Parecer: pela aprovação; 180 – Nº 1.443/11 – do Sr. Edson Ezequiel – que “solicita informações ao Ministro da Defesa, Senhor Celso Amorim, sobre abandono e subutilização do Aeroporto Governador Dix-Sept Rosado, de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte”. Parecer: pela aprovação; 181 – Nº 1.444/11 – do Sr. Edson Ezequiel – que “solicita informações ao Ministro da Defesa, Senhor Celso Amorim, sobre a destinação das áreas H e I, pertencentes ao sítio patrimonial do Aeroporto de Macapá- AP”. Parecer: pela aprovação; 182 – Nº 1.445/11 – do Sr. Edson Ezequiel – que “solicita informações ao Ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, Senhor Wagner Bittencourt, sobre a destinação das áreas H e I, pertencentes ao sítio patrimonial do Aeroporto de Macapá- AP”. Parecer: pela aprovação; 183 – Nº 1.446/11 – do Sr. Mandetta – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, acerca do reconhecimento das vacinas contra Leishmaniose Visceral Canina (LVC)”. Parecer: pela aprovação; 184 – Nº 1.447/11 – do Sr. Mandetta – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Mendes Ribeiro Filho, acerca do reconhecimento das vacinas contra Leishmaniose Visceral Canina (LVC)”. Parecer: pela aprovação; 185 – Nº 1.449/11 – do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre as demissões de trabalhadores do consórcio construtor responsável pelas obras da Usina de Belo Monte”. Parecer: pela aprovação; 186 – Nº 1.450/11 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, sobre denúncias de cobrança de propina, em convênios com ONGs e para liberação de registro sindical por parte de assessores do Ministério do Trabalho e Emprego”. Parecer: pela aprovação; 187 – Nº 1.451/11 – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita informações ao Sr. Gilberto Carvalho, Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, sobre denúncia de tentativa de cobrança de propina no Ministério do Trabalho e Emprego”. Parecer: pela aprovação; 188 – Nº 1.452/11 – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita informações ao Sr. Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego, sobre processo de registro sindical do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de São Paulo- SIRVESP”. Parecer: pela aprovação; 189 – Nº 1.453/11 – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita informações ao Sr. Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União, sobre denúncia de tentativa de cobrança de propina no Ministério do Trabalho e Em-

prego”. Parecer: pela aprovação; 190 – Nº 1.454/11 – do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita informações à Ministra da Casa Civil, Sua Excelência a Senhora Gleisi Hoffman, sobre a exclusão no Programa de Aceleração do Crescimento das obras de derrocamento, dragagem e sinalização da Hidrovia do Tocantins, bem como das obras do porto público de Marabá”. Parecer: pela aprovação; 191 – Nº 1.455/11 – do Sr. Marcelo Aguiar – que “solicita informações à Casa Civil da Presidência da República sobre a nomenclatura de Taiwan nos portais eletrônicos de diversos órgãos subordinados à Presidência da República”. Parecer: pela aprovação; 192 – Nº 1.456/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o planejamento e execução as obras de saneamento, no tocante ao abastecimento de água, ao município de Senador Guimard, no Estado do Acre, nos últimos 05 (cinco) anos”. Parecer: pela aprovação; 193 – Nº 1.457/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o planejamento e execução as obras de saneamento, no tocante ao abastecimento de água, ao município de Tarauacá, no Estado do Acre, nos últimos 05 (cinco) anos”. Parecer: pela aprovação; 194 – Nº 1.458/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o planejamento e execução as obras de saneamento, no tocante ao abastecimento de água, ao município de Xapuri, no Estado do Acre, nos últimos 05 (cinco) anos”. Parecer: pela aprovação; 195 – Nº 1.459/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o planejamento e execução as obras de saneamento, no tocante ao abastecimento de água, ao município de Sena Madureira, no Estado do Acre, nos últimos 05 (cinco) anos”. Parecer: pela aprovação; 196 – Nº 1.460/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o planejamento e execução as obras de saneamento, no tocante ao abastecimento de água, ao município de Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre, nos últimos 05 (cinco) anos”. Parecer: pela aprovação; 197 – Nº 1.461/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o planejamento e execução as obras de saneamento, no tocante ao abastecimento de água, ao município de Rodrigues Alves, no Estado do Acre, nos últimos 05 (cinco) anos”. Parecer: pela aprovação; 198 – Nº 1.462/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o planejamento e execução as obras de saneamento, no tocante ao abastecimento de água, ao município de Rio Branco, no Estado do Acre, nos últimos 05 (cinco) anos”. Parecer: pela aprovação; 199 – Nº 1.463/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao

Ministério das Cidades sobre o planejamento e execução as obras de saneamento, no tocante ao abastecimento de água, ao município de Porto Walter, no Estado do Acre, nos últimos 05 (cinco) anos". Parecer: pela aprovação; 200 – Nº 1.464/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o planejamento e execução as obras de saneamento, no tocante ao abastecimento de água, ao município de Porto Acre, no Estado do Acre, nos últimos 05 (cinco) anos". Parecer: pela aprovação; 201 – Nº 1.465/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o planejamento e execução as obras de saneamento, no tocante ao abastecimento de água, ao município de Plácido de Castro, no Estado do Acre, nos últimos 05 (cinco) anos". Parecer: pela aprovação; 202 – Nº 1.466/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o planejamento e execução as obras de saneamento, no tocante ao abastecimento de água, ao município de Manuel Urbano, no Estado do Acre, nos últimos 05 (cinco) anos". Parecer: pela aprovação; 203 – Nº 1.467/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o planejamento e execução as obras de saneamento, no tocante ao abastecimento de água, ao município de Mâncio Lima, no Estado do Acre, nos últimos 05 (cinco) anos". Parecer: pela aprovação; 204 – Nº 1.468/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o planejamento e execução as obras de saneamento, no tocante ao abastecimento de água, ao município de Jordão, no Estado do Acre, nos últimos 05 (cinco) anos". Parecer: pela aprovação; 205 – Nº 1.469/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o planejamento e execução as obras de saneamento, no tocante ao abastecimento de água, ao município de Feijó, no Estado do Acre, nos últimos 05 (cinco) anos". Parecer: pela aprovação; 206 – Nº 1.470/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o planejamento e execução as obras de saneamento, no tocante ao abastecimento de água, ao município de Eptaciolândia, no Estado do Acre, nos últimos 05 (cinco) anos". Parecer: pela aprovação; 207 – Nº 1.471/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o planejamento e execução as obras de saneamento, no tocante ao abastecimento de água, ao município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, nos últimos 05 (cinco) anos". Parecer: pela aprovação; 208 – Nº 1.472/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o planejamento e execução as obras de saneamento, no tocan-

te ao abastecimento de água, ao município de Capi-xaba, no Estado do Acre, nos últimos 05 (cinco) anos". Parecer: pela aprovação; 209 – Nº 1.473/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o planejamento e execução as obras de saneamento, no tocante ao abastecimento de água, ao município de Bujari, no Estado do Acre, nos últimos 05 (cinco) anos". Parecer: pela aprovação; 210 – Nº 1.474/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o planejamento e execução as obras de saneamento, no tocante ao abastecimento de água, ao município de Brasília, no Estado do Acre, nos últimos 05 (cinco) anos". Parecer: pela aprovação; 211 – Nº 1.475/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o planejamento e execução as obras de saneamento, no tocante ao abastecimento de água, ao município de Assis Brasil, no Estado do Acre, nos últimos 05 (cinco) anos". Parecer: pela aprovação; 212 – Nº 1.476/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o planejamento e execução as obras de saneamento, no tocante ao abastecimento de água, ao município de Acrelândia, no Estado do Acre, nos últimos 05 (cinco) anos". Parecer: pela aprovação; 213 – Nº 1.477/11 – do Sr. Roberto de Lucena – que "solicita ao Ministro da Saúde informações sobre mortalidade infantil nas comunidades indígenas de todo o país". Parecer: pela aprovação; 214 – Nº 1.478/11 – do Sr. Arnaldo Jardim – que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, sobre o cumprimento do Plano de Modernização de Instalações de Interesse Sistêmico – PMIS 2005". Parecer: pela aprovação; 215 – Nº 1.479/11 – do Sr. Chico D'Angelo – que "solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes sobre os recorrentes problemas envolvidos Barcas S/A, responsável pela travessia Rio/Niterói, na Baía da Guanabara". Parecer: pela aprovação; 216 – Nº 1.480/11 – do Sr. Chico Alencar – que "solicita informações ao Ministro de Relações Exteriores, relativas à resposta apresentada pelo Estado Brasileiro às denúncias apresentadas junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA por razão de remoções de moradias realizadas na Cidade do Rio de Janeiro". Parecer: pela aprovação; 217 – Nº 1.481/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados investimentos destinados ao município de Feijó, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 218 – Nº 1.482/11

– da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados investimentos destinados ao município de Jordão, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 219 – Nº 1.483/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados investimentos destinados ao município de Mâncio Lima, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 220 – Nº 1.484/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados investimentos destinados ao município de Manuel Urbano, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 221 – Nº 1.485/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados investimentos destinados ao município de Marechal Thaumaturgo, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 222 – Nº 1.486/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados investimentos destinados ao município de Plácido de Castro, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 223 – Nº 1.487/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados investimentos destinados ao município de Epitaciolândia, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 224 – Nº 1.488/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados investimentos destinados ao município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 225 – Nº 1.489/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados investimentos destinados ao município de Capixaba, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 226 – Nº 1.490/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados

investimentos destinados ao município de Bujari, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 227 – Nº 1.491/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados investimentos destinados ao município de Brasiléia, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 228 – Nº 1.492/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados investimentos destinados ao município de Assis Brasil, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 229 – Nº 1.493/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados investimentos destinados ao município de Acrelândia, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 230 – Nº 1.494/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados investimentos destinados ao município de Porto Acre, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 231 – Nº 1.495/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados investimentos destinados ao município de Porto Walter, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 232 – Nº 1.496/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados investimentos destinados ao município de Rio Branco, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 233 – Nº 1.497/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados investimentos destinados ao município de Rodrigues Alves, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 234 – Nº 1.498/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados investimentos destinados ao município de Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 235 – Nº 1.499/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a

municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados investimentos destinados ao município de Sena Madureira, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 236 – Nº 1.500/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados investimentos destinados ao município de Senador Guiomard, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 237 – Nº 1.501/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados investimentos destinados ao município de Tarauacá, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 238 – Nº 1.502/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre programas e projetos direcionados para a municipalização da administração penitenciária no qual estejam programados investimentos destinados ao município de Xapuri, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 239 – Nº 1.503/11 – do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega, sobre a operação de financiamento do BID, com aval da União, ao “Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia”, autorizado pela Resolução nº 7, de 2009, do Senado Federal, bem como sobre outras operações do Estado da Bahia em exame pela Secretaria do Tesouro Nacional”. Parecer: pela aprovação; 240 – Nº 1.504/11 – do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Belchior, sobre a operação de financiamento do BID, com aval da União, ao “Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia”, autorizado pela Resolução nº 7, de 2009, do Senado Federal, bem como sobre outras operações do Estado da Bahia enquadradas pela Comissão de Financiamentos Externos, COFIEIX”. Parecer: pela aprovação; 241 – Nº 1.505/11 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Ministro da Justiça informações relativas aos convênios firmados entre estabelecimentos de ensino público, fundações e ONG’S no Estado de Mato Grosso – MT”. Parecer: pela aprovação; 242 – Nº 1.506/11 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações ao Ministro de Estado dos Transportes sobre inexecuções das obras de trechos concedidos, referente ao ano de 2010”. Parecer: pela aprovação; 243 – Nº 1.507/11 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Ministro da Edu-

cação informações relativas aos convênios firmados entre estabelecimentos de ensino público, fundações e ONG’S no Estado de Mato Grosso – MT”. Parecer: pela aprovação; 244 – Nº 1.508/11 – do Sr. Sibá Machado – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes, sobre a construção de ponte sobre o rio Madeira na BR-364, entre Porto Velho e Rio Branco”. Parecer: pela aprovação; 245 – Nº 1.509/11 – do Sr. Sibá Machado – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, sobre a execução das obras da 2ª Linha de Transmissão de Energia no trecho Porto Velho – Rio Branco”. Parecer: pela aprovação; 246 – Nº 1.510/11 – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita ao Senhor Ministro Chefe da Controladoria Geral da União, cópias de inteiro teor dos Relatórios das auditorias realizadas por esse Órgão de Controle Federal nas obras que compõe o projeto de transposição de parte das águas do Rio São Francisco”. Parecer: pela aprovação; 247 – Nº 1.511/11 – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre a compra de ações do Banco Panamericano S/A pela Caixa Econômica Federal”. Parecer: pela aprovação; 248 – Nº 1.512/11 – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro de Estado do Banco Central sobre a compra de ações do Banco Panamericano S/A pela Caixa Econômica Federal”. Parecer: pela aprovação; 249 – Nº 1.513/11 – do Sr. Andre Moura – que “solicito ao Ministério da Justiça informações sobre o número de ocorrências policiais provenientes de conflitos, brigas de torcedores e entre torcidas organizadas em eventos esportivos e estádios de futebol. E quantas são decorrentes do uso de bebida alcoólica e quantas são provenientes do uso abusivo de drogas?” Parecer: pela aprovação; 250 – Nº 1.515/11 – da Sra. Rebecca Garcia – que “solicita ao Ministro dos Transportes, o Sr. Paulo Sérgio Oliveira Passos, informações referentes AFRMM ao Fundo Nacional de Marinha Mercante”. Parecer: pela aprovação; 251 – Nº 1.516/11 – da Sra. Rebecca Garcia – que “solicita ao Ministro de Estado das Minas e Energia informações no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANELL) e da ELETROBRAS/ Amazonas Distribuidora de Energia S/A”. Parecer: pela aprovação; 252 – Nº 1.517/11 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações da Sra. Maria do Rosário, Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, sobre as providências que estão sendo tomadas sobre a população da fazenda Santa Elina, em Corumbiara/Rondônia”. Parecer: pela aprovação; 253 – Nº 1.518/11 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações do Sr. Afonso Florence, Ministro do Desenvolvimento Agrário, sobre as providências que es-

tão sendo tomadas relacionadas à conclusão do processo de desapropriação da fazenda Santa Elina em Corumbiara/Rondônia e a permanência das famílias remanescentes na área”. Parecer: pela aprovação; 254 – Nº 1.519/11 – do Sr. Marcio Bittar – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça, no âmbito da Polícia Federal, acerca das denúncias sobre escutas telefônicas feitas por aquele órgão no Comitê Eleitoral do PSDB no Acre”. Parecer: pela aprovação; 255 – Nº 1.520/11 – do Sr. Ronaldo Fonseca – que “solicita informações ao Ministro das Cidades a respeito do processo de credenciamento para habilitação na Portaria nº 1334/2010”. Parecer: pela aprovação; 256 – Nº 1.521/11 – do Sr. Mendonça Prado – que “solicita informações ao Ministro de Estado do Trabalho acerca de convênios firmados entre esse órgão técnico e organizações não-governamentais”. Parecer: pela aprovação; 257 – Nº 1.522/11 – do Sr. Marcos Montes – que “solicita informações ao Ministério dos Transportes sobre as obras de infraestrutura logística – MG nas rodovias BR-262 – Adequação de capacidade da Travessia Urbana de Uberaba; BR-050 – Duplicação – Uberaba / Uberlândia / Araguari”. Parecer: pela aprovação; 258 – Nº 1.523/11 – da Sra. Erika Kokay – que “solicita informações a Excelentíssima Sra. Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre os desdobramentos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (2003-2004), cuja relatoria coube a então Deputada Federal Maria do Rosário e a presidência, à senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)”. Parecer: pela aprovação; 259 – Nº 1.524/11 – do Sr. Arnaldo Jardim – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça, no âmbito da Superintendência Regional da Polícia Federal do Rio de Janeiro, sobre o acidente ambiental ocorrido no campo de Frade, operado pela concessionária Chevron”. Parecer: pela aprovação; 260 – Nº 1.525/11 – do Sr. Padre Ton – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça, no âmbito da Fundação Nacional do Índio – FUNAI referente demarcação e revisão de limites de Terras Indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul”. Parecer: pela aprovação; 261 – Nº 1.526/11 – do Sr. Ademir Camilo – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego Sr. Paulo Roberto dos Santos Pinto, informações sobre os andamentos dos processos de registros sindicais que tramitam na Secretaria de Relações do Trabalho – SRT”. Parecer: pela aprovação; 262 – Nº 1.527/11 – do Sr. Edmar Aruda – que “solicita o envio do presente pedido de informações ao excelentíssimo senhor presidente do Banco Central do Brasil sobre os procedimentos relativos à condução da política monetária no País”. Pare-

cer: pela aprovação; 263 – Nº 1.528/11 – do Sr. Fernando Francischini – que “solicita informações à Exma. Senhora Ministra Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Helena Chagas, sobre as razões da censura ao Governador do Estado do Paraná, Beto Richa, no evento realizado no Ministério da Justiça”. Parecer: pela aprovação; 264 – Nº 1.529/11 – do Sr. Ademir Camilo – que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego Sr. Paulo Roberto dos Santos Pinto, informações sobre os andamentos dos processos de registros sindicais que tramitam na Secretaria de Relações do Trabalho – SRT”. Parecer: pela aprovação; 265 – Nº 1.530/11 – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado do Ministério da Defesa informações acerca das atribuições de responsabilidade nas autorizações de voos de aeronaves”. Parecer: pela aprovação; 266 – Nº 1.531/11 – do Sr. Nazareno Fonteles – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre quais quantidades dos medicamentos Cloridrato de Metilfenidato, Benzodiazepínicos e Anfetaminas foram adquiridas e dispensadas pelo setor público entre os anos 2000 e 2011”. Parecer: pela aprovação; 267 – Nº 1.532/11 – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado da Justiça informações referente às investigações da Polícia Federal quanto a participação de parlamentares na confecção e divulgação de documentos falsos”. Parecer: pela aprovação; 268 – Nº 1.533/11 – do Sr. Carlos Sampaio – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações, que abaixo se especifica, referente, especialmente, ao Decreto nº 7.635, de 5 de dezembro de 2011”. Parecer: pela aprovação; 269 – Nº 1.534/11 – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, sobre a obra urbana Porto Maravilha, subvencionada pelo Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha, gerido pela Caixa Econômica Federal”. Parecer: pela aprovação; 270 – Nº 1.535/11 – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, sobre o Museu do Amanhã empreendimento pertencente a obra urbana Porto Maravilha, subvencionada pelo Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha, gerido pela Caixa Econômica Federal”. Parecer: pela aprovação; 271 – Nº 1.536/11 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações a respeito do andamento das ações do Programa Nacional de Banda Larga”. Parecer: pela aprovação; 272 – Nº 1.537/11 – do Sr. Otavio Leite – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor

Ministro de Estado das Minas e Energia informações sobre a execução orçamentária da Petrobras no Estado do Rio de Janeiro". Parecer: pela aprovação; 273 – Nº 1.538/11 – do Sr. Hugo Leal – que "solicita a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e ao Ministério da Defesa, no âmbito do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – CENIPA, do Comando da Aeronáutica, informações sobre a adoção de providências para investigação de acidente aéreo e para evitar que novos acidentes ocorram". Parecer: pela aprovação; 274 – Nº 1.539/11 – do Sr. Takayama – que "solicita ao Ministério do Trabalho e Emprego informações sobre as relações trabalhistas entre brasileiros e paraguaios na fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero". Parecer: pela aprovação; 275 – Nº 1.540/11 – do Sr. Zé Silva – que "solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes ouvido o Diretor da Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, a execução de obras de manutenção e recuperação da BR 251 no trecho de Montes Claros até a BR 116, no vale do Jequitinhonha, neste ano de 2011". Parecer: pela aprovação; 276 – Nº 1.541/11 – do Sr. Roberto de Lucena – que "solicita ao Ministro da Justiça informações sobre a promoção de festas no Brasil para a prática do "bareback" ". Parecer: pela aprovação; 277 – Nº 1.542/11 – do Sr. Roberto de Lucena – que "solicita ao Ministro da Saúde informações sobre a correlação entre a prática do "bareback" e aumento de casos de AIDS no Brasil". Parecer: pela aprovação; 278 – Nº 1.543/11 – do Sr. Takayama – que "solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça, no âmbito da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, sobre o número de crianças indígenas vítimas de infanticídio devido ao nascimento com deformações congênitas, outra condição de saúde ou de crianças gêmeas ". Parecer: pela aprovação; 279 – Nº 1.544/11 – do Sr. Odair Cunha – que "solicita informações ao Ministério das Cidades sobre contrato de obras de esgotamento sanitário no Município de São Sebastião do Paraíso/MG". Parecer: pela aprovação; 280 – Nº 1.545/11 – do Sr. Osmar Serraglio – que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, referentes a processos da Secretaria Nacional de Defesa Civil e Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração, empenhados em 2011 e que tenham qualquer parcela paga, informando o Município, as datas do protocolo, do empenho e do pagamento". Parecer: pela aprovação; 281 – Nº 1.546/11 – do Sr. Roberto Santiago – que "solicita informações do Senhor Ministro da Defesa a respeito da aquisição de navios-patrolha e fragatas inglesas usadas". Parecer: pela aprovação; 282 – Nº

1.547/11 – do Sr. Stepan Nercessian – que "solicita informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre os impactos da Resolução nº 94, de 08 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de dezembro de 2011". Parecer: pela aprovação; 283 – Nº 1.548/11 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – que "solicita informações à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República/Agência Nacional de Aviação Civil, acerca de processo(s) administrativo(s) instaurado(s) em decorrência do acidente aéreo, em 29 de setembro de 2006, entre a aeronave Boeing 737-800, da empresa aérea brasileira GOL, e a aeronave Embraer N600-XL, da empresa norte-americana ExcelAire". Parecer: pela aprovação; 284 – Nº 1.549/11 – da Sra. Carmen Zanotto – que "solicita informações à Sra. Ministra de Estado da Desenvolvimento Social e Combate à Fome relativos aos benefícios de que trata o art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, pagos ao idoso com idade igual ou superior a cem anos". Parecer: pela aprovação; 285 – Nº 1.550/11 – do Sr. Duarte Nogueira – que "solicita informações ao Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. FERNANDO PIMENTEL, concernente à sua participação na "VIII Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio", realizada em Genebra, Suíça, no período de 13 a 16 de dezembro de 2011". Parecer: pela aprovação; 286 – Nº 1.551/11 – do Sr. Duarte Nogueira – que "solicita informações ao Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, concernente à participação do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Fernando Pimentel, na "VIII Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio", realizada em Genebra, Suíça, no período de 13 a 16 de dezembro de 2011". Parecer: pela aprovação; 287 – Nº 1.552/11 – do Sr. Nelson Marchezan Junior – que "solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, informações sobre a regulação econômica do setor de telecomunicações, bem como do serviço de call centers prestado pelas companhias". Parecer: pela aprovação; 288 – Nº 1.553/11 – do Sr. Nelson Marchezan Junior – que "solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda relativas à eventual renúncia de receita decorrente do Projeto de Lei nº 2.890, de 2011, de autoria do Deputado Federal Nelson Marchezan Junior, sobre incentivo fiscal na área da saúde". Parecer: pela aprovação; 289 – Nº 1.554/11 – do Sr. Nelson Marchezan Junior – que "solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, informações sobre o acompanhamento e fiscalização da prestação de serviços pelas operadoras de telecomunicação". Parecer: pela aprovação;

290 – Nº 1.555/11 – do Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, sobre operações envolvendo títulos com lastro nos contratos do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS”. Parecer: pela aprovação; 291 – Nº 1.556/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Santa Rosa do Purus, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 292 – Nº 1.557/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Sena Madureira, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 293 – Nº 1.558/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Senador Guiomard, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 294 – Nº 1.559/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Tarauacá, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 295 – Nº 1.560/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Xapuri, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 296 – Nº 1.561/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Marechal Thaumaturgo, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 297 – Nº 1.562/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Plácido de Castro, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 298 – Nº 1.563/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Porto Acre, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 299 – Nº 1.564/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Porto Walter, no Estado do ACRE”. Parecer: pela

aprovação; 300 – Nº 1.565/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Rio Branco, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 301 – Nº 1.566/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Rodrigues Alves, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 302 – Nº 1.567/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Manuel Urbano, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 303 – Nº 1.568/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Mâncio Lima, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 304 – Nº 1.569/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Jordão, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 305 – Nº 1.570/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Feijó, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 306 – Nº 1.571/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Epitaciolândia, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 307 – Nº 1.572/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Cruzeiro do Sul, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 308 – Nº 1.573/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Capixaba, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 309 – Nº 1.574/11 – do Sr. Duarte Nogueira – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Senhor GUIDO MANTEGA, informações sobre a denúncia apresentada pela imprensa a respeito de eventual falha na negociação de papéis da dívida pública envolvendo a Caixa Econômica Federal e a Ges-

tora de Recebíveis TETTO”. Parecer: pela aprovação; 310 – Nº 1.575/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Bujari, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 311 – Nº 1.576/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Brasiléia, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 312 – Nº 1.577/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Assis Brasil, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 313 – Nº 1.578/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, quanto as atividades e programas desenvolvidos pelos Agentes Comunitários de Saúde direcionados para o município de Acrelândia, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 314 – Nº 1.579/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de CAPIXABA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 315 – Nº 1.580/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de BUJARI, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 316 – Nº 1.581/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de BRASILEIA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 317 – Nº 1.582/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de ASSIS BRASIL, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 318 – Nº 1.583/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de CRUZEIRO DO SUL, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 319 – Nº 1.584/11 – da Sra. Antônia

Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de RIO BRANCO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 320 – Nº 1.585/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de PORTO WALTER, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 321 – Nº 1.586/11 – da Sra. Carmen Zanotto – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, relativas à renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 1.314, de 2011”. Parecer: pela aprovação; 322 – Nº 1.587/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de PLÁCIDO DE CASTRO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 323 – Nº 1.588/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de PORTO ACRE, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 324 – Nº 1.589/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de MARECHAL THAUMATURGO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 325 – Nº 1.590/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de MANUEL URBANO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 326 – Nº 1.591/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de MÂNCIO LIMA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 327 – Nº 1.592/11 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de JORDÃO, no Estado do ACRE”.

Parecer: pela aprovação; 328 – Nº 1.593/11 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de FEIJÓ, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 329 – Nº 1.594/11 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de EPITACIOLÂNDIA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 330 – Nº 1.595/11 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de RODRIGUES ALVES, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 331 – Nº 1.596/11 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de SANTA ROSA DO PURUS, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 332 – Nº 1.597/11 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de SENA MADUREIRA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 333 – Nº 1.598/11 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de SENADOR GUIOMARD, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 334 – Nº 1.599/11 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de TARAUCÁ, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 335 – Nº 1.600/11 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de XAPURI, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 336 – Nº 1.601/11 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de XAPURI, no Estado do ACRE”.

lhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), realizados e previstos para o município de ACRELÂNDIA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 337 – Nº 1.602/11 – do Sr. Sebastião Bala Rocha – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Minas e Energia com relação a complexidade da situação da Companhia de Eletricidade do Amapá -CEA”. Parecer: pela aprovação; 338 – Nº 1.603/11 – do Sr. Sebastião Bala Rocha – que “solicita informações a Senhora Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão com relação aos Acordos da GEAD e dos 992”. Parecer: pela aprovação; 339 – Nº 1.604/11 – do Sr. Sebastião Bala Rocha – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Secretaria Nacional da Aviação Civil com relação às providências adotadas a respeito da área “H” do Sítio Aéreo Portuário de Macapá/AP”. Parecer: pela aprovação; 340 – Nº 1.605/11 – da Sra. Fátima Pelaes – que “solicita de informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça”. Parecer: pela aprovação; 341 – Nº 1.606/12 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 342 – Nº 1.607/12 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 343 – Nº 1.608/12 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 344 – Nº 1.609/12 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 345 – Nº 1.610/12 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 346 – Nº 1.611/12 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 347 – Nº 1.612/12 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 348 – Nº 1.613/12 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 349 – Nº 1.614/12 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre convênio realizado com a Pasta”. Parecer: pela aprovação; 350 – Nº 1.617/12 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda a respeito dos recursos que compõem o Fundo de Participação dos Estados”. Parecer: pela aprovação; 351 – Nº 1.618/12 – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita informações ao Ministro da Agricultura sobre o uso do pesticida carbendazim nas plantações de la-

ranja no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 352 – Nº 1.619/12 – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita informações ao Ministro da Justiça sobre a morte de uma criança indígena da etnia Awa-guajá que pode ter sido queimada viva por madeireiros”. Parecer: pela aprovação; 353 – Nº 1.620/12 – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita informações ao Ministro da Fazenda sobre a exportação para o Bahrein de gás lacrimogêneo fabricado no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 354 – Nº 1.622/12 – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita informações ao Ministro da Defesa sobre a venda de gás lacrimogêneo fabricado no Brasil para o Bahrein”. Parecer: pela aprovação; 355 – Nº 1.623/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, a respeito de concessão eventual de passaporte brasileiro a familiares de governantes e ou funcionários governamentais da República Popular e Democrática da Coreia”. Parecer: pela aprovação; 356 – Nº 1.624/12 – do Sr. Eduardo Gomes – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no âmbito da Petrobrás, sobre o processo de aquisição de usinas da BSBios – Indústria e Comércio de Biodiesel Sul pela Petrobrás Biocombustíveis S/A”. Parecer: pela aprovação; 357 – Nº 1.625/12 – do Sr. Amauri Teixeira – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado da Justiça que forneça um relatório detalhado sobre a Ação de Reintegração de Posse realizada pela Polícia Federal no dia 01 de fevereiro, na Comunidade Indígena Tupinambá do Acuípe”. Parecer: pela aprovação; 358 – Nº 1.670/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Pesca e Aquicultura sobre a distribuição de Máquinas e Implementos para estruturação das atividades de Pesca nos municípios do Estado do Acre, no período de 2008 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 359 – Nº 1.671/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério dos Transportes sobre os valores repassados para construção da BR-364 pelo Governo da Presidenta Dilma Rousseff no atual governo do Sr. Sebastião Afonso Viana, e quais os trechos e custos que correspondem a Sena Madureira e Cruzeiro do Sul”. Parecer: pela aprovação; 360 – Nº 1.694/12 – do Sr. Geraldo Simões – que “solicita informações ao Sr. Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, sobre a execução do projeto de construção da Barragem do Rio Colônia, no município de Itapé – Bahia”. Parecer: pela aprovação; 361 – Nº 1.695/12 – do Sr. Raimundo Gomes de Matos – que “solicita informações ao Ministro da Educação Senhor Aloizio Mercadante sobre a execução do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação

Infantil (Proinfância)”. Parecer: pela aprovação; 362 – Nº 1.696/12 – do Sr. Rubens Bueno – que “requer ao Sr. Aldo Rebelo, Ministro de Estado do Esporte, informações referentes a contratos firmados entre o Ministério do Esporte e a Fundação Instituto de Administração (FIA), conforme especifica”. Parecer: pela aprovação; 363 – Nº 1.697/12 – do Sr. Romário – que “solicita Informações ao Ministro do esporte, Sr. Aldo Rebelo, sobre a destinação de verbas públicas federais à Confederação Brasileira de Beach Soccer”. Parecer: pela aprovação; 364 – Nº 1.698/12 – do Sr. Jefferson Campos – que “requerimento de informação ao Ministro da Saúde Alexandre Padilha”. Parecer: pela aprovação; 365 – Nº 1.699/12 – do Sr. Pepe Vargas – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre a arrecadação de impostos federais pelo setor têxtil e de confecção nos últimos 12 meses”. Parecer: pela aprovação; 366 – Nº 1.700/12 – do Sr. Sarney Filho – que “requerimento de Informação a Senhora Ministra do Meio Ambiente sobre as providências tomadas quanto ao vazamento de óleo na Bacia de Santos e a efetivação do Plano Nacional de Contingência”. Parecer: pela aprovação; 367 – Nº 1.701/12 – do Sr. Sarney Filho – que “requerimento de Informação ao Senhor Ministro de Minas e Energia sobre as providências tomadas quanto ao vazamento de óleo na Bacia de Santos e a efetivação do Plano Nacional de Contingência”. Parecer: pela aprovação; 368 – Nº 1.702/12 – do Sr. Sarney Filho – que “requerimento de Informação ao Senhor Ministro do Trabalho e Emprego, Paulo Roberto dos Santos Pinto, referente ao acidente ocorrido na sede da empresa Marfrig Alimentos em Mato Grosso do Sul”. Parecer: pela aprovação; 369 – Nº 1.703/12 – do Sr. Sarney Filho – que “requerimento de Informação ao Senhor Ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, referente ao acidente ocorrido na sede da empresa Marfrig Alimentos em Mato Grosso do Sul”. Parecer: pela aprovação; 370 – Nº 1.704/12 – do Sr. Sarney Filho – que “requerimento de Informação à Senhora Ministra do Meio Ambiente, Isabella Teixeira, referente ao acidente ocorrido na sede da empresa Marfrig Alimentos em Mato Grosso do Sul”. Parecer: pela aprovação; 371 – Nº 1.705/12 – do Sr. Sarney Filho – que “requerimento de Informação ao Senhor Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, referente ao acidente ocorrido na sede da empresa Marfrig Alimentos em Mato Grosso do Sul”. Parecer: pela aprovação; 372 – Nº 1.706/12 – do Sr. Otavio Leite – que “requer, ao Senhor Ministro de Estado do Esporte, informações referentes à criação, atividades desenvolvidas e determinação de encerramento da Empresa Brasileira de Legado Esportivo Brasil 2016”. Parecer: pela aprovação; 373 – Nº 1.707/12 – do Sr.

Hugo Leal – que “solicita ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da Secretaria do Patrimônio da União, informações sobre imóveis que encontram-se cadastrados nos Sistemas SPIUNET e SIAPA, bem como sobre procedimentos que está adotando para a identificação e demarcação do patrimônio público imobiliário da União”. Parecer: pela aprovação; 374 – Nº 1.708/12 – do Sr. Roberto Santiago – que “solicita informações do Sr. Ministro da Saúde a respeito das circunstâncias que envolveram a morte do Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira”. Parecer: pela aprovação; 375 – Nº 1.709/12 – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa, sobre área pública federal, objeto de Convênio entre o então Ministério da Marinha e o então Departamento Nacional de Estrada e Rodagem – DNER, no ano de 1973”. Parecer: pela aprovação; 376 – Nº 1.710/12 – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre área pública federal, objeto de Convênio entre o então Ministério da Marinha e o então Departamento Nacional de Estrada e Rodagem – DNER, no ano de 1973”. Parecer: pela aprovação; 377 – Nº 1.711/12 – do Sr. Alfredo Sirkis – que “requer cópia do Relatório Anual de Lavra, ano base 2009 e 2010, elaborado pela empresa Ibrata Mineração LTDA”. Parecer: pela aprovação; 378 – Nº 1.712/12 – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro da Controladoria-Geral da União, Sr. Jorge Hage Sobrinho, a respeito do noticiado sobre os convênios celebrados entre a União e entidades privadas sem fins lucrativos (ONGs)”. Parecer: pela aprovação; 379 – Nº 1.714/12 – do Sr. Aureo – que “solicita informações ao Sr. Ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil sobre as obras de acessibilidade para deficientes e idosos no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 380 – Nº 1.715/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre os quantitativos dos beneficiados com a sanção da Lei nº 8.922, de 25 de julho de 1994, que acrescentou dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna”. Parecer: pela aprovação; 381 – Nº 1.716/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requerimento de Informação ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário, sobre comunidades quilombolas”. Parecer: pela aprovação; 382 – Nº 1.719/12 – do Sr. Átila Lins – que “requer solicitação de informações ao Senhor Ministro do Estado de Defesa”. Pare-

cer: pela aprovação; 383 – Nº 1.720/12 – do Sr. Átila Lins – que “requer solicitação de informações ao Senhor Ministro do Estado de Defesa sobre recursos liberados no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 384 – Nº 1.721/12 – do Sr. Júlio Campos – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da Republica informações sobre os investimentos que estão sendo realizados através de convênios com o Governo do Estado de Mato Grosso e repasses diretos da União, na realização das obras no Aeroporto Internacional Marechal Rondon”. Parecer: pela aprovação; 385 – Nº 1.722/12 – da Sra. Erika Kokay – que “requer pedido de informações ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Justiça, sobre o quantitativo de antropólogos que atualmente trabalham, no âmbito da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com os indígenas que possivelmente serão afetados pela construção da Usina de Belo Monte (PA), e ainda, o número de servidores e de terceirizados, bem como a origem do pagamento dos terceirizados”. Parecer: pela aprovação; 386 – Nº 1.724/12 – do Sr. Sebastião Bala Rocha – que “solicita informações referentes aos empenhos de emendas individuais e coletivas do Orçamento de 2011”. Parecer: pela aprovação; 387 – Nº 1.730/12 – do Sr. José Mentor – que “solicita a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre o andamento do financiamento de obras do PAC-I, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES ao Município de Americana/SP”. Parecer: pela aprovação; 388 – Nº 1.731/12 – do Sr. Toninho Pinheiro – que “solicita ao Ministério de Minas e Energia no âmbito da Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A. cópia do contrato celebrado com a empresa CONSITA, objetivando a limpeza da “Lagoa da Petrobrás” no Município de Ibitiré – Minas Gerais”. Parecer: pela aprovação; 389 – Nº 1.732/12 – do Sr. Stepan Nercessian – que “requer informações ao Ministro da Educação sobre ações que estão sendo desenvolvidas para capacitar os docentes sobre uso responsável e seguro das tecnologias de informação e comunicação no âmbito educacional”. Parecer: pela aprovação; 390 – Nº 1.733/12 – do Sr. Taumaturgo Lima – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia a respeito do efetivo cumprimento do cronograma de interligação dos sistemas isolados do setor elétrico ao Sistema Interligado Nacional (SIN)”. Parecer: pela aprovação; 391 – Nº 1.734/12 – do Sr. Júlio Delgado – que “solicita informação ao Ministério da Justiça sobre prejuízos vivenciados pelos consumidores em decorrência de práticas discriminatórias utilizadas pelos serviços de buscas “orgânicas” na internet”. Parecer: pela aprovação; 392 – Nº 1.735/12 – do Sr. Júlio Del-

gado – que “requerimento de informação ao Ministro dos Transportes sobre Convênio DNIT 646/2011, de 21 de dezembro de 2011”. Parecer: pela aprovação; 393 – Nº 1.736/12 – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita informações ao Ministério da Saúde sobre patologias da tireoide no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 394 – Nº 1.737/12 – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita informações ao Ministério da Saúde sobre os parâmetros adotados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA a respeito da quantidade de íon fluoreto nas águas minerais e naturais e nas águas purificadas”. Parecer: pela aprovação; 395 – Nº 1.738/12 – do Sr. Laercio Oliveira – que “solicita informações ao Ministro da Fazenda no tocante à aplicação da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, combinada com a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011”. Parecer: pela aprovação; 396 – Nº 1.739/12 – da Sra. Romanna Remor – que “solicita informações ao Ministério da Saúde sobre convênio com o Município de Criciúma”. Parecer: pela aprovação; 397 – Nº 1.740/12 – do Sr. Paes Landim – que “solicita informações do Senhor. Ministro de Minas e Energia sobre investimentos da Petrobrás e suas subsidiárias na Argentina”. Parecer: pela aprovação; 398 – Nº 1.741/12 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita ao Senhor Ministro Chefe da Controladoria Geral da União, cópias de inteiro teor dos Relatórios da auditoria realizada por esse Órgão de Controle nos contratos de patrocínio firmados entre a ONG PANGEA e a Petrobras”. Parecer: pela aprovação; 399 – Nº 1.742/12 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Saúde e envie a esta Casa, a relação completa de expedientes, licenças, solicitações de registros, autorizações solicitadas, concedidas ou negadas e relatórios de fiscalizações realizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA”. Parecer: pela aprovação; 400 – Nº 1.744/12 – do Sr. Izalci – que “solicita informações à Ministra da Secretaria de Direitos Humanos sobre convênio com o Centro Popular de Formação da Juventude”. Parecer: pela aprovação; 401 – Nº 1.746/12 – do Sr. Izalci – que “solicita informações à Ministra da Secretaria de Direitos Humanos sobre convênio com a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal”. Parecer: pela aprovação; 402 – Nº 1.747/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Brasília, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 403 – Nº 1.748/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os

repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Assis Brasil, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 404 – Nº 1.749/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Acrelândia, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 405 – Nº 1.750/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Senador Guiomard, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 406 – Nº 1.751/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Tarauacá, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 407 – Nº 1.752/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Xapuri, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 408 – Nº 1.753/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Manuel Urbano, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 409 – Nº 1.754/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Marechal Thaumaturgo, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 410 – Nº 1.755/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Porto Walter, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 411 – Nº 1.756/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência

das enchentes, para o município de Porto Acre, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011". Parecer: pela aprovação; 412 – Nº 1.757/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Jordão, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011". Parecer: pela aprovação; 413 – Nº 1.758/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Feijó, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011". Parecer: pela aprovação; 414 – Nº 1.759/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011". Parecer: pela aprovação; 415 – Nº 1.760/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Epitaciolândia, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011". Parecer: pela aprovação; 416 – Nº 1.761/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Capixaba, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011". Parecer: pela aprovação; 417 – Nº 1.762/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Bujari, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011". Parecer: pela aprovação; 418 – Nº 1.763/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Sena Madureira no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011". Parecer: pela aprovação; 419 – Nº 1.764/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Rio Branco, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011". Parecer:

pela aprovação; 420 – Nº 1.765/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Rodrigues Alves, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011". Parecer: pela aprovação; 421 – Nº 1.766/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011". Parecer: pela aprovação; 422 – Nº 1.767/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Mâncio Lima, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011". Parecer: pela aprovação; 423 – Nº 1.768/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Xapuri, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011". Parecer: pela aprovação; 424 – Nº 1.769/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Tarauacá, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011". Parecer: pela aprovação; 425 – Nº 1.770/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Senador Guiomard no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011". Parecer: pela aprovação; 426 – Nº 1.771/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Sena Madureira no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011". Parecer: pela aprovação; 427 – Nº 1.772/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011". Parecer: pela aprovação; 428 – Nº 1.773/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses

de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Rodrigues Alves, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 429 – Nº 1.774/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Rio Branco, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 430 – Nº 1.775/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Porto Walter, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 431 – Nº 1.776/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Porto Acre, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 432 – Nº 1.777/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Plácido de Castro, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 433 – Nº 1.778/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Marechal Thaumaturgo no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 434 – Nº 1.779/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Manuel Urbano, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 435 – Nº 1.780/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Mâncio Lima, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 436 – Nº 1.781/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Jordão, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”.

Parecer: pela aprovação; 437 – Nº 1.782/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Feijó, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 438 – Nº 1.783/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Epitaciolândia, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 439 – Nº 1.784/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 440 – Nº 1.785/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Capixaba, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 441 – Nº 1.786/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Bujari, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 442 – Nº 1.787/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Brasiléia, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 443 – Nº 1.788/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Assis Brasil, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 444 – Nº 1.789/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Acrelândia, no Estado do Acre, no período de 2005 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 445 – Nº 1.790/12 – do Sr. João Dado – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado do Trabalho e Emprego a estimativa de renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº

1.198, de 2007". Parecer: pela aprovação; 446 – Nº 1.791/12 – do Sr. Paes Landim – que "solicita do Senhor Ministro de Estado da Saúde informações sobre convênios celebrados entre a Fundação Nacional de Saúde e a Prefeitura Municipal de São João do Piauí". Parecer: pela aprovação; 447 – Nº 1.792/12 – do Sr. Paes Landim – que "solicita do Senhor Ministro de Estado do Turismo informações sobre convênios celebrados com a Prefeitura Municipal de São João do Piauí". Parecer: pela aprovação; 448 – Nº 1.793/12 – do Sr. Paes Landim – que "solicita do Senhor Ministro de Estado da Educação informações sobre convênios celebrados entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Prefeitura Municipal de São João do Piauí". Parecer: pela aprovação; 449 – Nº 1.794/12 – do Sr. Paes Landim – que "solicita do Senhor Ministro de Estado das Cidades informações sobre convênios celebrados com a Prefeitura Municipal de São João do Piauí". Parecer: pela aprovação; 450 – Nº 1.795/12 – do Sr. Deley – que "solicita informações ao Ministro de Estado dos Transportes, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres -ANTT- sobre a concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, constantes no edital de concessão nº 007/2006 de exploração de rodovia federal". Parecer: pela aprovação. II – PAUTA DO SENHOR SEGUNDO VICE-PRESIDENTE. Inicialmente, o Senhor Deputado Eduardo da Fonte submeteu a apreciação minuta de Ato da Mesa para atualizar e aperfeiçoar o Ato da Mesa nº 24, de 1983, enfatizando a necessidade de reformulação do ato disciplinador do reembolso de despesas médicas. Acentuou considerar indispensável dar-se ao parlamentar a liberdade de escolher o médico de sua preferência, até porque, em muitos casos, o profissional escolhido já o acompanha há muitos anos e tem amplo conhecimento de suas condições de saúde, podendo, assim, prestar-lhe a assistência médica adequada. Informou ainda que o Ato passava a incluir entre as despesas reembolsáveis o tratamento odontológico, seguindo os mesmos critérios já adotados em relação aos funcionários da Casa, e que, enfim, a medida racionalizava e desburocratizava o processo de reembolso. Em seguida, interveio o Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, Terceiro Secretário, para expressar total apoio à proposta do Senhor Segundo Vice-Presidente. Disse que a reformulação apresentada pelo Senhor Deputado Eduardo da Fonte não objetivava senão o respeito à individualidade do parlamentar. Em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade e, em consequência, baixado o Ato da Mesa nº 30, de 2012, que "altera o Ato da Mesa nº 24, de 1983". Neste momento, compareceu à reunião a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente. Dando

seguimento, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres favoráveis exarados pelo Relator, Deputado Eduardo da Fonte, nos processos referentes a reembolso de despesas médico-hospitalares, conforme a seguir: 1 – Processo nº 145.248/2011 (parecer à fl. 15), de interesse do Deputado Dr. Rosinha; 2 – Processo nº 146.543/2011 (parecer à fl. 14), de interesse do Deputado Delegado Protógenes; 3 – Processo nº 146.843/2011 (parecer à fl. 16), de interesse do Deputado Antonio Roberto; 4 – Processo nº 148.874/2011 (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Dr. Rosinha; 5 – Processo nº 148.970/2011 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Simão Sessim; 6 – Processo nº 149.297/2011 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Joaquim Beltrão; 7 – Processo nº 149.347/2011 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Eduardo Azeredo; 8 – Processo nº 2.869/2012 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Gabriel Guimarães; 9 – Processo nº 101.072/2012 (parecer à fl. 20), de interesse da Deputada Fátima Pelaes; 10 – Processo nº 101.522/2012 (parecer à fl. 14), de interesse do Deputado Gabriel Guimarães; 11 – Processo nº 101.769/2012 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Vicente Arruda; 12 – Processo nº 102.503/2012 (parecer à fl. 7), de interesse da Deputada Janete Capiberibe; 13 – Processo nº 102.658/2012 (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Pedro Henry; 14 – Processo nº 102.856/2012 (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Vieira da Cunha; 15 – Processo nº 102.949/2012 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Eduardo Azeredo; 16 – Processo nº 103.293/2012 (parecer à fl. 8), de interesse da Deputada Benedita da Silva; 17 – Processo nº 103.523/2012 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Zenaldo Coutinho; 18 – Processo nº 103.599/2012 (parecer à fl. 15), de interesse do Deputado Pedro Chaves; 19 – Processo nº 104.146/2012 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Ângelo Agnolin; 20 – Processo nº 104.519/2012 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Aracely de Paula; 21 – Processo nº 104.613/2012 (parecer à fl. 13), de interesse da Deputada Carmen Zanotto; 22 – Processo nº 104.777/2012 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Antônio Roberto; 23 – Processo nº 105.515/2012 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Joaquim Beltrão; 24 – Processo nº 139.976/2012 (parecer à fl. 16), de interesse do Deputado Abelardo Camarinha; 25 – Processo nº 144.113/2011 (parecer à fl. 23), de interesse do Deputado Abelardo Camarinha; 26 – Processo nº 148.046/2011 (parecer à fl. 13), de interesse do Deputado Ronaldo Caiado; 27 – Processo nº 150.118/2011 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Arlindo Chinaglia; 28 – Processo nº 101.770/2012 (parecer à fl. 7), de interesse do Depu-

tado Vicente Arruda; 29 – Processo nº 102.131/2012 (parecer à fl. 7), de interesse do Deputado Mauro Mariani; 30 – Processo nº 102.640/2012 (parecer à fl. 14), de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 31 – Processo nº 102.861/2012 (parecer à fl. 17), de interesse do Deputado Lael Varella; 32 – Processo nº 103.652/2012 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Hugo Napoleão; 33 – Processo nº 104.753/2012 (parecer à fl. 10), de interesse do Deputado Edmar Arruda; 34 – Processo nº 104.855/2012 (parecer à fl. 9), de interesse do Deputado Simão Sessim; 35 – Processo nº 105.490/2012 (parecer à fl. 19), de interesse do Deputado Josias Gomes da Silva; 36 – Processo nº 105.838/2012 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Simão Sessim; 37 – Processo nº 015.611/2011 (parecer à fl. 18), de interesse do Deputado Givaldo Carimbão; 38 – Processo nº 016.764/2011 (parecer à fl. 16), de interesse do Deputado Givaldo Carimbão; 39 – Processo nº 102.291/2012 (parecer à fl. 15), de interesse do Deputado Fábio Faria; 40 – Processo nº 148.553/2011 (parecer à fl. 20), de interesse do Deputado Edinho Bez; 41 – Processo nº 100.286/2012 (parecer à fl. 36), de interesse do Deputado José Mentor; 42 – Processo nº 100.846/2012 (parecer à fl. 8), de interesse do Deputado Mendes Ribeiro; 43 – Processo nº 103.315/2012 (parecer à fl. 17), de interesse do Deputado Ribamar Alves; 44 – Processo nº 103.129/2012 (parecer à fl. 28), de interesse da Deputada Maria Gorete Pereira; 45 – Processo nº 103.261/2012 (parecer à fl. 16), de interesse do Deputado Jânio Natal; 46 – Processo nº 137.358/2011 (parecer à fl. 14, com glosa), de interesse do Deputado Zezeu Ribeiro; 47 – Processo nº 139.579/2011 (parecer à fl. 12, com glosa), de interesse do Deputado Zezeu Ribeiro; 48 – Processo nº 149.034/2011 (parecer à fl. 16, com glosa), de interesse da Deputada Benedita da Silva; 49 – Processo nº 103.792/2012 (parecer à fl. 8, com glosa), de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 50 – Processo nº 105.643/2012 (parecer à fl. 10, com glosa), de interesse do Deputado Aníbal Gomes; 51 – Processo nº 122.678/2010 (parecer à fl. 74, com glosa), de interesse do Deputado Silvio Torres; 52 – Processo nº 103.206/2012 (parecer à fl. 11, com glosa), de interesse do Deputado Aelton Freitas; 53 – Processo nº 142.710/2011 (parecer à fl. 23, com glosa), de interesse do Deputado Wellington Fagundes; 54 – Processo nº 148.009/2011 (parecer à fl. 40, com glosa), de interesse do Deputado Arnaldo Jordy. Por último, a Mesa Diretora resolveu aprovar, por unanimidade, os reembolsos de despesas médico-hospitalares, conforme parecer do Relator, Deputado Eduardo da Fonte, a seguir: 1 – Processo nº 143.067/2011, de interesse do Deputado Otavio Leite, parecer à fl. 13; 2 – Processo

nº 101.382/2012, de interesse do Deputado Cláudio Cajado, parecer às fls. 17 a 20; 3 – Processo nº 103.405/2012, de interesse do Deputado José Chaves, parecer às fls. 25 a 27. Antes de passar para a pauta da Corregedoria, o Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente, questionou a não implantação da Gratificação de Representação aos servidores da Casa, solicitando que na próxima reunião da Mesa a questão fosse tratada. Com a palavra o Senhor Diretor-Geral comentou que na pauta da Primeira Secretaria constava proposta referente à delegação de atribuições previstas no inciso XVIII do art. 15 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Novamente com a palavra, o Senhor Deputado Eduardo da Fonte, na qualidade de Corregedor, expôs os seguintes processos: 1 – Processo nº 107.197/2011, de interesse do Deputado Paulo Rubem Santiago, referente ao Mandado de Segurança nº 30.357 – suplência de coligação. Esclarecida a matéria, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer (Of. 2VIPR/COR nº 78/2011) do Senhor Corregedor, exarado às fls. 56/57, pelo arquivamento do processo em referência, por perda de objeto, em virtude de decisão judicial nos Mandados de Segurança 30.260 e 30.272, no dia 27 de abril de 2011, no sentido de que o quociente partidário para o preenchimento de cargos vagos é definido em função da coligação, contemplando seus candidatos mais votados, independentemente dos partidos aos quais são filiados – regra que deve ser mantida para a convocação dos suplentes. Assim sendo, o Ministro Marco Aurélio negou seguimento ao MS 30.357, cassando, por consequência, a liminar que determinava a posse do suplente do mesmo partido do Deputado Danilo Jorge de Barros Cabral. 2) Processo nº 139.476/2011. Requerimento subscrito pelo Senhor Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ) com relação aos Senhores Deputados Pedro Novais (PMDB/MA) e Francisco Escórcio (PMDB/MA), com base em reportagem do jornal Folha de São Paulo, datada de 14 de setembro de 2011. Após análise, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer (Of. 2VIPR/COR nº 80/2011) do Senhor Corregedor, exarado às fls. 32 a 38, pelo arquivamento, por não se verificar indícios de infringência das normas de ética e decoro parlamentar, conforme exposto: “... 29. Por tudo que foi até aqui exposto, CONCLUO que não há indícios de irregularidades ou de infrações às normas de decoro e ética parlamentar, aptas a justificar a formalização de Representação por parte da Mesa, em razão dos fatos descritos na denúncia e na matéria jornalística que a instrui, motivo pelo qual submeto a matéria à análise dos Nobres Pares, sugerindo o arquivamento do Processo 139.476/2011, em face dos Deputados Pedro

Novais e Francisco Escórcio”. 3) Processo nº 142.162/2011. Requerimento subscrito pelo Senhor Deputado Rubens Bueno (PPS/PR) com relação ao Senhor Deputado Policarpo (PT/DF), com base em reportagem da revista VEJA, Edição nº 2238, “envolvendo suposta utilização indevida do Departamento de Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados”. Discutido o processo, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer (Of. 2VIPR/COR Nº 04/2012) do Senhor Corregedor, exarado às fls. 324 a 329, pelo arquivamento, por não se verificar indícios de infração às normas de ética e decoro parlamentar. Esgotada a pauta da Segunda Vice-Presidência, o Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, Terceiro Secretário, pediu licença para apresentar a pauta da Terceira Secretaria, uma vez que, em seguida, teria de retirar-se para participar de reunião da bancada do Partido da República. Com a concordância de todos, passou-se a III – PAUTA DO SENHOR TERCEIRO SECRETÁRIO. Sua Excelência o Deputado Inocêncio Oliveira expôs o Ofício Nº 0608/GAB-NC/11, de interesse do Deputado Newton Cardoso, referente à autorização para emissão de bilhetes aéreos. Deliberaram os Membros da Mesa Diretora adiar a apreciação da matéria. Em seguida, o Senhor Terceiro Secretário deu conhecimento aos seus pares do relatório de sua Secretaria, referente aos processos para licença para tratamento de saúde. E informou que retirava os demais itens constantes de sua pauta, e, como já avisara, retirou-se da Sala de Reuniões. Neste instante, apresentou-se à reunião o Senhor Deputado Manato, Segundo Suplente de Secretário. IV- PAUTA DO SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO. Informou o Senhor Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário, com relação ao “Prêmio Dr. Pinotti – Hospital Amigo da Mulher”, que, no que concerne à data da concessão, propunha o dia 30 de maio e que já encaminhara ofício aos Líderes partidários sobre a constituição do Conselho – o que deverá ocorrer ainda este mês – para apreciação das indicações feitas pelos parlamentares e a escolha dos três agraciados. Com relação à medalha “Mérito Legislativo Câmara dos Deputados”, lembrou Sua Excelência que a Mesa Diretora deveria decidir quanto à data da solenidade, sugerindo os dias 21 e 28 de novembro. Em seguida, o Senhor Deputado Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário, deu conhecimento aos seus pares dos Atos do Presidente concedendo a medalha “Mérito Legislativo Câmara dos Deputados”, a saber: ao Excelentíssimo Senhor Sérgio Cabral Filho (Governador do Estado do Rio de Janeiro); à Senhora Marianne Peretti (artista plástica); ao Senhor João da Gama Filgueiras (arquiteto); e ao Excelentíssimo Senhor Deputado Gianfranco Fini (Presidente da Câmara dos Deputados

da República da Itália). Por último, a Mesa Diretora resolveu: ratificar, por unanimidade, o Ato da Mesa nº 24, de 2012, que concede a referida medalha aos cantores Cauby Peixoto e Angela Maria, baixado em 22 de dezembro de 2011; e aprovar a indicação do Senhor Glênio Bianchetti, proposta pelo Senhor Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, instruída no Processo nº 106.147/2012, baixando, em consequência, o Ato da Mesa nº 28, de 2012, que “concede a medalha ‘Mérito Legislativo Câmara dos Deputados’”. V- PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO. Com a palavra, o Senhor Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, inicialmente, enfatizou a necessidade da convocação de uma reunião da Mesa Diretora para apreciar exclusivamente a reforma administrativa da Casa. Acrescentou que deixaria a maior parte da pauta que organizara para a próxima reunião, limitando-se tão somente aos seguintes processos: 1 – Processo nº 167.914/2005, referente à proposta de Ato da Mesa que visa atualizar e aperfeiçoar a legislação interna que dispõe sobre a concessão de diárias e de adicional de embarque e desembarque, até então regulada pelo Ato da Mesa nº 133/2002 e alterações, bem como disciplinar a concessão de passagens aéreas, no país e para o exterior, a Deputados, servidores, e colaboradores eventuais, em razão de missão oficial ou evento promovido pela Câmara dos Deputados. Explicitou o Senhor Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, que a proposta em apreço disciplinava o assunto de modo definitivo – inclusive no tocante a convidados e expositores para eventos na Casa –, estava em linha com os valores praticados, por exemplo, pelo Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Contas da União, mas ainda assim inferiores. Submetido a votos, o parecer favorável do Relator, exarado às fls. 137 a 139, foi aprovado unanimemente e, em consequência, baixado o Ato da Mesa nº 31, de 2012, que “disciplina a concessão de diárias, de adicional de embarque e desembarque e de passagens aéreas”. 2 – Processo nº 126.167/2011. Inicialmente, o Senhor Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, esclareceu que a proposta objetivava consolidar pleitos apresentados, na última reunião da Mesa, por diversos órgãos da Casa, como Ouvidoria Parlamentar, Procuradoria da Mulher, a própria Primeira Secretaria e também a administração da Casa. Após discussão, o Senhor Presidente Marco Maia sugeriu que a matéria ficasse para reunião da Mesa específica sobre reforma administrativa, inclusive para proceder-se à sua adequação financeira e orçamentária. Manifestou-se, em seguida, o Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente, para insistir na premência da criação de uma função comissionada FC-7 para a

Segunda Vice-Presidência. Salientou que atualmente a Corregedoria tem, em sua estrutura, duas funções comissionadas FC-7, ocupadas por advogados, ao passo que a Segunda Vice-Presidência não tem nenhuma, ficando o seu titular impossibilitado de recrutar funcionários à altura para o desempenho de determinadas atribuições. Ainda com a palavra, propôs que, como seu pleito correspondia à extinção de cinco funções comissionadas (duas FC-04, duas FC-03 e uma FC-04) e a criação de uma função comissionada FC-06 e uma função comissionada FC-07, ele desde logo fosse considerado aprovado, caso não houvesse aumento de despesa, sem necessidade de nova apreciação pela Mesa Diretora. Deliberou, então, a Mesa Diretora retirar da pauta o processo em apreciação, ficando, porém, aprovada a proposta do Senhor Eduardo da Fonte quanto à transformação de funções na Segunda Vice-Presidência, desde que não ensejasse aumento de despesa. 3 – Processo nº 143.609/2011. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 29/30: “Trata-se de Projeto de Resolução com a finalidade de criar a Comissão Permanente de Disciplina para apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra, nos termos da Lei nº 8.112/1990. A proposta em tela decorre de entendimentos mantidos entre Diretoria-Geral e Diretoria de Recursos Humanos (fl. 1). Instituir a Comissão Permanente de Disciplina justifica-se pelos seguintes motivos: a) a especialização e a exclusividade de servidores atuando com processo administrativo disciplinar irão contribuir para a qualidade dos trabalhos; b) a dificuldade da Administração em nomear servidores para compor as comissões restará solucionada, tendo em vista que hoje as atribuições normais do cargo são acumuladas com as atividades disciplinares; c) o modelo proposto já é adotado por vários outros órgãos da Administração Pública. Além de ser prevista na Lei nº 8.112/1990, está em consonância com o inciso XXXVII do art. 5º da Constituição Federal, já que afasta a possibilidade de configuração de comissões instituídas temporariamente (como no modelo atual) como juízo ou tribunal de exceção. A Coordenação de Administração Financeira – Cafin do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade – Defin examinou a proposta e concluiu que “a criação da despesa sob análise está em condições de ser autorizada, vez que em consonância com a legislação em vigor” (p. 18-v). Após o Defin encaminhar estimativa do impacto orçamentário-financeiro das despesas correspondentes à criação das funções comissionadas (fl. 20), em cumprimento aos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal –

LRF, o Diretor-Geral declarou que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA. Estima-se o valor de R\$ 1.706.490,73 (um milhão setecentos e seis mil, quatrocentos e noventa reais e setenta e três centavos) como impacto orçamentário-financeiro para o exercício de 2013 (fl. 7). A redação do texto está em consonância com as regras da Lei Complementar nº 95/1998, que trata da técnica legislativa. O projeto conta com nove artigos e três anexos. Os artigos dispõem sobre a criação, a composição, a nomeação dos servidores, a possibilidade de convocação de servidores temporários – no caso de grande demanda – e a previsão de um regulamento, a ser submetido ao Diretor-Geral após noventa dias de sua instalação, para disciplinar funcionamento, competências e atribuições. Os anexos preveem a criação de: 5 (cinco) FC-07, sendo 1 (um) para Titular-Presidente e 4 (quatro) para Titulares; 4 (quatro) FC-05 para Assistentes; 1 (um) FC-06 para Chefe do Serviço de Administração; e 3 (três) FC-04 para Auxiliares. Na forma encaminhada, a referida Comissão é criada de forma autônoma, na estrutura da Câmara dos Deputados. Apenas servidores estáveis integram a Comissão, por indicação do Diretor-Geral. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da dought Mesa, com parecer favorável na forma da anexa minuta de Projeto de Resolução, e conforme a instrução”. Solicitado a prestar esclarecimentos a respeito do anteprojeto o Senhor Diretor Geral informou que a inexistência de uma Comissão Permanente de Disciplina tem trazido uma série de problemas para a Administração da Casa, uma vez que, atualmente, os servidores encarregados de apurar as infrações disciplinares têm de exercer concomitantemente suas atribuições regulares. Sustentou ainda que, embora formalmente se estivesse criando funções, as despesas entre a prática atual – comissões constituídas caso a caso – e a nova modalidade proposta seriam perfeitamente compensadas. Ademais, concluiu, como os servidores designados para a Comissão Permanente passariam a exercer as atividades com exclusividade haveria padronização nas decisões e uniformidade de interpretação. Após discussão, a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, aprovar o parecer supra e, em decorrência, apresentou Projeto de Resolução que “institui a Comissão Permanente de Disciplina”. 4 – Processo nº 139.952/2011. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 33: “Trata-se de minuta de Projeto de Resolução que objetiva estabelecer jornada de trabalho dos servidores da Câmara dos Deputados cujos serviços exijam atividades ininterruptas. A proposta possibilita a flexibilização da jornada de trabalho, desde que atendida uma car-

ga horária mínima de trinta horas semanais e que os serviços exijam atividades ininterruptas em regime de turnos ou escalas nos períodos diurno e/ou noturno. Especifica ainda que o adicional por serviço extraordinário somente será devido quando ultrapassado o limite semanal de 40 (quarenta) horas semanais. No caso, a exceção à regra restringir-se-á às situações excepcionais, impossíveis de se prever e que sejam devidamente comprovadas. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, nos termos da anexa minuta de Projeto de Resolução.” Finda a leitura do parecer e esclarecida a matéria, reiterou o Senhor Primeiro Secretário que, em síntese, a proposta – decorrente de recomendação do Tribunal de Contas da União e previamente negociada com o Departamento de Pessoal, o Departamento de Polícia Legislativa e o órgão sindical representativo da categoria – estabelecia a jornada de trinta horas semanais para atividades ininterruptas e que o adicional por serviço extraordinário somente seria devido a partir da quadragésima primeira hora de trabalho. Em votação, o parecer supra foi aprovado por unanimidade e, em decorrência, a Mesa Diretora apresentou Projeto de Resolução que “dispõe sobre jornada de trabalho dos servidores da Câmara dos Deputados em órgãos cujos serviços exigem atividades ininterruptas”. 5 – Processo nº 116.659/2011. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 42/43: “Trata-se de minuta de Ato da Mesa com vistas a delegar ao Diretor-Geral atribuições previstas na Resolução nº 17/1989 relativas à concessão de licenças e de vantagens previstas em lei aos servidores da Câmara dos Deputados. A proposta decorreu de estudo sobre a competência para concessão de Gratificação de Atividade Legislativa – GAL a servidores, solicitado pelo Diretor de Recursos Humanos (fl. 2). Em um primeiro momento, o Departamento de Pessoal emitiu um parecer com a seguinte conclusão (fl. 9): “a concessão da vantagem sob comento encontra-se inserida na competência do Senhor Presidente da Câmara, nos termos do Ato da Mesa nº 205/90, que adveio após o Ato da Mesa nº 17/75. Todavia, enquanto não normatizada a delegação de atribuições, no tema vertente, da autoridade referida e ainda considerados os preceitos do AM nº 17/75, compete ao Diretor-Geral a concessão da gratificação de atividade legislativa”. O pedido de alguns servidores foi concedido pelo Diretor de Recursos Humanos, de forma excepcional (fls. 4/5), já que havia dúvida quanto à mencionada competência. Após, o Departamento de Pessoal realizou análise do assunto, concluindo pela necessidade de edição de Ato da Mesa para regularizar as delegações (fls. 24/27). Por sua vez, a

Assessoria Técnica da Diretoria-Geral concluiu (fls. 31/36) que a atribuição para a concessão de vantagens é da Mesa Diretora, que a delegou ao Presidente, nos termos do Ato da Mesa nº 205/1990. Para dirimir as dúvidas de interpretação, o Diretor-Geral encaminha minuta de Ato da Mesa, elaborada por aquela Assessoria, para exame e deliberação, de modo a regularizar a competência e, como necessário se faz, alterar a redação da alínea “b” do inciso I do art. 1º do Ato da Mesa nº 205/1990. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável na forma da anexa minuta de Ato da Mesa, conforme instrução.” Esclareceu ainda que a transferência, pelo Ato da Mesa nº 90, de 2005, dessa atribuição ao Presidente da Casa criara um verdadeiro hiato em termos administrativos, uma vez que, em determinado momento, a prática fora suspensa, causando problemas para a Administração e perda de direitos adquiridos para os funcionários. Analisada a matéria, o parecer supramencionado foi aprovado por unanimidade e, em consequência, a Mesa Diretora baixou o Ato da Mesa nº 32, de 2012, que “delega ao Diretor-Geral atribuições previstas no inciso XVIII do art. 15 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989, relativas à concessão de licença e vantagens devidas aos servidores da Câmara dos Deputados”. VI – PAUTA DA SENHORA PRIMEIRA VICE-PRESIDENTE. Usando da palavra, a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente, declarou que, numa homenagem à memória do Deputado Moacir Micheletto, submeteria ao Colegiado apenas o Projeto de Resolução nº 84, de 2011, de autoria do ex-parlamentar, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Albânia, com parecer pela aprovação, com emenda. Posto a votos, a Mesa Diretora opinou, por unanimidade, pela aprovação do supracitado projeto, com emenda, nos termos do parecer da Relatora. VII – PAUTA DO SENHOR QUARTO SECRETÁRIO. O Senhor Deputado Geraldo Resende, Primeiro Suplente de Secretário, em substituição ao Senhor Quarto Secretário, expôs os seguintes processos constantes da pauta da referida Secretaria: 1 – Processo nº 111.018/2009. Esclarecida a matéria, a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, isentar os parlamentares ocupantes de imóvel funcional, administrado pela Câmara dos Deputados, do pagamento da Taxa de Limpeza Pública (TLP), considerando-se o custo operacional de cobrança relativamente ao valor nominal da própria taxa e o alto custo operacional e financeiro da cobrança da taxa, por via administrativa, de ex-ocupantes dos imóveis funcionais que não se encontram mais no exercício do mandato parlamentar. Em decor-

rência, o processo em referência retorna à Quarta Secretaria para redação final da alteração do item VII da Cláusula Terceira do Termo de Ocupação de Imóvel Funcional Residencial do Anexo I do Ato da Mesa nº 5/2011. 2 – Processo nº 148.425/2011, referente à devolução de imóvel funcional. Encaminhamento do Senhor Quarto Secretário, Deputado Júlio Delgado, à fl. 9: “SUBMETA-SE à consideração da Douta Mesa Diretora, com a sugestão de que seja deferido à ex-Deputada SOLANGE ALMEIDA o prazo de 60 (sessenta) dias para devolução do imóvel, considerando-se como data inicial o dia em que a ex-Parlamentar foi oficiada por esta Casa.” Conforme instrução processual, a ex-Deputada alegou motivo de saúde de familiar como escusa pelo atraso, tendo em conta que informou que seu filho se encontrava em tratamento médico. Submetido a votos, a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, conceder prazo adicional de 30 (trinta) dias para devolução do imóvel funcional ocupado pela ex-Deputada Solange Almeida, conforme despacho supra do Senhor Quarto Secretário. 3 – Processo nº 133.261/2011, referente à devolução de imóvel funcional ocupado pelo ex-Deputado Luciano Moreira. Encaminhamento do Senhor Quarto Secretário, Deputado Júlio Delgado, à fl. 13: “Considerando a peculiaridade da hipótese ora em exame, SUBMETA-SE À DOUTA MESA DIRETORA, sugerindo a dispensa do valor da Multa objeto do presente processo.” Conforme instrução processual, considerou-se a comoção familiar e as dificuldades práticas inerentes à circunstância de a família do falecido residir em outra unidade da Federação para proceder à devolução do imóvel. Em votação, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o encaminhamento supra do Senhor Quarto Secretário. 4 – Processo nº 146.254/2011, referente à devolução de imóvel funcional. Encaminhamento do Senhor Quarto Secretário, Deputado Júlio Delgado, à fl. 31: “DE ACORDO. SUBMETA-SE à consideração da Douta Mesa Diretora, com a sugestão de que seja deferido à Senhora Ministra ANA ARRAES o prazo de 60 (sessenta) dias para devolução do imóvel, nos moldes concedidos a parlamentares que se licenciam para

ocupação de cargos públicos nas unidades da federação, findando-se seu prazo aos 30 dias do mês de dezembro de 2011.” Conforme instrução processual, em seu parecer, a Quarta Secretaria, assim, expôs: “... Tendo em conta que a Senhora ANA ARRAES afastou-se do Mandato Parlamentar para assumir o cargo de Ministra do TCU, a hipótese poderia ser enquadrada, por analogia, ao caso do Parlamentar que se licencia para assumir cargo público nos Estados da Federação, o qual a norma defere o prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do § 1º do art. 6º, a seguir transcrito: “§1º O prazo para devolução do imóvel reduz-se para 15 (quinze) dias, caso o ocupante responsável seja suplente de deputado e tiver exercido o mandato por período inferior a 6 (seis) meses e estende-se para 60 (sessenta) dias, caso o ocupante se licencie para o exercício de cargo público em qualquer Estado da federação.” Analisado o processo, a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, conceder prazo adicional de 30 (trinta) dias para devolução do imóvel funcional ocupado pela Ministra Ana Arraes, conforme despacho supra do Senhor Quarto Secretário. Por último a Mesa Diretora acatou a sugestão, encaminhada pela Quarta Secretaria, de elaboração de estudo com relação ao auxílio moradia, tendo em conta sua defasagem, no sentido de que eventuais valores a maior possam ser custeados com a cota para o exercício da atividade parlamentar. Nada mais havendo a tratar, às dezesseis horas e trinta e cinco minutos, o Senhor Presidente Marco Maia declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, , Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados.

Marco Maia, Presidente Secretaria-Geral da Mesa

Ata da 7ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada no dia 20 de março de 2012.

Publique-se.

Em 20-4-12. – **Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida**, Secretário-Geral da Mesa.

Secretário; Geraldo Resende, Primeiro Suplente de Secretário; e o Senhor Deputado Nelson Marquezelli, Procurador Parlamentar. Ausentes justificadamente os Senhores Deputados Manato, Segundo Suplente de Secretário; Carlos Eduardo Cadoca, Terceiro Suplente de Secretário, e Sérgio Moraes, Quarto Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente Maia declarou abertos os trabalhos. **I – PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE.** O Senhor Presidente Marco Maia relatou os seguintes processos, que solicitam reconsideração de decisão da Mesa Diretora referente à filiação retroativa ao Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC) limitada ao prazo prescricional de cinco anos: 1.1. **Processo nº 102.286/2011**, de interesse do ex-Deputado Pedro Fernandes. Solicitação no sentido de autorizá-lo à filiação retroativa ao Plano de Seguridade Social dos Congressistas, no período entre 1999 e 2006, desconsiderando a decisão da Mesa Diretora de 15 de dezembro de 2010. Analisado o processo, a Mesa Diretora, por unanimidade, aprovou o parecer exarado às fls. 41 a 45, pelo indeferimento do pedido, assim concluído: “...Ante o exposto, esta Presidência submete a matéria ao exame e à deliberação da dita Mesa, com parecer pelo **indeferimento** do pleito, facultando-se ao nobre ex-Deputado Pedro Fernandes o direito de optar entre a manutenção dos valores recolhidos ao PSSC, garantindo a contagem do período entre fev./2001 e jan./2006 para fins de cálculo dos futuros proventos – assegurado o direito à averbação onerosa do mandato entre fev./1999 e jan./2001, nos termos do art. 5º da Lei nº 9.506/1997 – ou a devolução do montante, descontados os valores aproveitados a título de filiação retroativa referentes ao período não atingido pela prescrição quinquenal.”; 1.2. **Processo nº 102.417/2011**, de interesse do ex-Deputado Marcelo Teixeira. Solicitação no sentido de autorizá-lo à filiação retroativa ao Plano de Seguridade Social dos Congressistas, no período entre 1999 e 2006, desconsiderando a decisão da Mesa Diretora de 15 de dezembro de 2010. A Mesa Diretora, por unanimidade, aprovou o parecer exarado às fls. 45 a 49, pelo indeferimento do pedido, assim concluído: “... Ante o exposto, esta Presidência submete a matéria ao exame e à deliberação da dita Mesa, com parecer pelo **indeferimento** do pleito, facultando-se ao nobre ex-Deputado Marcelo Teixeira o direito de optar entre a manutenção dos valores recolhidos ao PSSC (período entre fev./1999 e jan./2006), a título de averbação onerosa do mandato (art. 5º da Lei nº 9.506/1997) – o que implicaria 7 (sete) anos a mais de contribuição para fins de cálculos de proventos -, ou a devolução do valor recolhido, no importe de R\$ 305.143,44 (trezentos e cinco mil, cento e quarenta e três reais e qua-

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Ata da oitava reunião da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 12 de abril de 2012

Aos doze dias do mês de abril de dois mil e doze, às onze horas, na Sala de Reuniões do Espaço Cultural, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Marco Maia, Presidente. Presentes os Senhores Deputados Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente; Eduardo Gomes, Primeiro Secretário; Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário; Inocêncio Oliveira, Terceiro Secretário; Júlio Delgado, Quarto

renta e quatro centavos)”. Em continuidade, o Colegiado ratificou, por unanimidade, os despachos favoráveis exarados pelo Senhor Presidente Marco Maia, *ad referendum* da Mesa Diretora, nos seguintes expedientes referentes a reembolso de despesas médico-hospitalares, cessão de servidor, designação de servidor, Ato da Mesa, pecúlio parlamentar, relatório de missão autorizada e relatório de requerimentos de informação: 1 – **Reembolso de despesas médico-hospitalares:** 1.1 – **Processo nº 128.749/2011**, de interesse do Deputado Aguinaldo Ribeiro (despacho favorável à fl. 29); 1.2 – **Processo nº 143.304/2011**, de interesse do Deputado Vitor Penido (despacho favorável à fl. 45); 1.3 – **Processo nº 150.144/2011**, de interesse do Deputado Jerônimo Goergen (despacho favorável à fl. 15); 1.4 – **Processo nº 101.981/2012**, de interesse do Deputado Roberto Britto (despacho favorável à fl. 17); 1.5 – **Processo nº 103.058/2012**, de interesse do Deputado Henrique Fontana (despacho favorável à fl. 17); 1.6 – **Processo nº 104.320/2012**, de interesse da Deputada Nice Lobão (despacho favorável à fl. 9); 1.7 – **Processo nº 105.807/2012**, de interesse do Deputado Onyx Lorenzoni (despacho favorável à fl. 18); 1.8 – **Processo nº 106.143/2012**, de interesse do Deputado Carlos Magno (despacho favorável à fl. 12). 2 – **Cessão de servidor:** 2.1 – **Processo nº 101.363/2012**. Despacho favorável à fl. 9: “Em 13/3/2012. Atendendo à solicitação do Governador do Estado do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor Eder Luiz dos Santos de Jesus, ponto nº 4.430, Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 31/1/12, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário-Extraordinário para Assuntos da Correspondência Oficial, do Governo do Estado do Tocantins, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações do Departamento de Pessoal (fls. 2 a 5) e da Diretoria-Geral (fls. 7 e 8), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. 3 – **Designação de servidor:** 3.1 – **Processo nº 103.840/2012**. Despacho favorável à fl. 7: “Em 8/3/2012. Trata-se de indicação do Diretor do Departamento de Comissões, para que a servidora Edna Maria Glória Dias Teixeira, Técnico Legislativo – atribuição Agente de Encadernação e Douração, ponto nº 5.892, exerça a função comissionada de Secretário de Comissão, nível FC-07, na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional. O Departamento de Pessoal (fls. 3 e 4) informa que a servidora não atende aos requisitos previstos no Ato

da Mesa nº 18/1987 para provimento da função comissionada de Secretário de Comissão, quais sejam: ter exercido por mais de 5 (cinco) anos interpolados a função de Secretário de Comissão ou possuir certificado de conclusão de curso de preparação e treinamento de Secretário de Comissão, expedido pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor). No entanto, a servidora exerceu outras funções comissionadas nesta Casa, além de constar, em seus assentamentos funcionais, o registro dos cursos de graduação em Administração, ministrado pela União Educacional de Brasília (Uneb)/Instituto de Ciências Exatas (Icex), e em Direito, ministrado pelo Centro Universitário Unieuro. Por esses motivos, autorizo, *ad referendum* da Mesa, o provimento da função de Secretário de Comissão, nível FC-07, pela servidora Edna Maria Glória Dias Teixeira, ponto nº 5.892, na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. 4 – **Ato da Mesa nº 33, de 2012**, que “delega aos Presidentes das Comissões Permanentes e Temporárias da Câmara dos Deputados, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul competência para autorizar, dentro dos limites fixados, despesas referentes aos eventos que o Colegiado promova ou de que participe nos termos deste Ato”, baixado em 11 de abril de 2012, instruído no **Processo nº 146.604/2011**. Neste instante, compareceu à reunião a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente. Em continuação, item 5 – **Pecúlio Parlamentar: Processo nº 102.109/2012**. Despacho favorável à fl. 53: “Em 14/3/2012. Atendendo à solicitação dos interessados, e tendo em vista a instrução processual, autorizo, *ad referendum* da Mesa, na forma do art. 15, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e observadas as disposições do Decreto Legislativo nº 29/1981, o pagamento de pecúlio parlamentar aos beneficiários do ex-Deputado Moacir Micheletto, falecido em 30 de janeiro de 2012, cujo montante arrecadado foi de R\$ 990.536,24 (novecentos e noventa mil, quinhentos e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos), sendo que a viúva Diolinda Salette Micheletto deverá receber 50% (cinquenta inteiros por cento) do valor do pecúlio, a título de meação, e o valor correspondente aos 50% (cinquenta inteiros por cento) restantes deverá ser rateado entre os filhos Marcel Henrique Micheletto, Leonardo Augusto Micheletto e Anna Letícia Micheletto, em partes iguais, a título de herança, nos termos do despacho do Diretor-Geral (fl. 52 e 52v). Autorizo, ainda, mediante prévia ciência às partes beneficiárias, a dedução de R\$ 890,77 (oitocentos e noventa reais e

setenta e sete centavos) do montante do pecúlio, referente a 1 (um) dia do subsídio mensal de janeiro de 2012, nos termos das informações prestadas pelo Serviço de Pagamento de Deputados do Departamento de Pessoal (fl. 51). Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. 6 – **Relatório de Missão Autorizada nº 2, de 2012**, da Presidência. Missões oficiais autorizadas, processos n.s, de 2012: 107661, 107666, 107667, 107669 a 107678, 107682 a 107686, 107688 a 107694, 107697, 107707 a 107714, 107719 a 107727, 107730 a 107736, 107742 a 107745, 107747 a 107751, 107753, 107754, 107762, 107763, 107775 a 107777, 107780 a 107790. 7 – **Relatório de Requerimentos de Informação**, despachados *ad referendum* da Mesa Diretora, nos termos dos pareceres da Relatora, Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente: 1 – **Nº 1.621/12** – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita informações ao Ministro das Relações Exteriores sobre a venda de gás lacrimogêneo fabricado no Brasil para o Bahrein”. Parecer: pela aprovação; 2 – **Nº 1.717/12** – do Sr. Jean Wyllys – que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério da Saúde informações relativas à suspensão de veiculação de vídeo”. Parecer: pela aprovação; 3 – **Nº 1.723/12** – da Sra. Erika Kokay – que “Requer o encaminhamento de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde sobre as razões que determinaram a retirada do ar do vídeo da campanha de prevenção à AIDS, prevista para ser veiculada durante o período do carnaval e que tinha como alvo o público LGBT”. Parecer: pela aprovação; 4 – **Nº 1.725/12** – do Sr. Chico Alencar – que “requer informações ao Ministro da Fazenda, acerca das circunstâncias que culminaram na exoneração do Presidente da Casa da Moeda”. Parecer: pela aprovação; 5 – **Nº 1.726/12** – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, sobre a decisão da Caixa Econômica Federal, controladora do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que determinou as operações de crédito para as obras do Projeto Porto Maravilha na cidade do Rio de Janeiro/RJ”. Parecer: pela aprovação; 6 – **Nº 1.727/12** – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda sobre as operações de crédito referentes as obras do Projeto Porto Maravilha na cidade do Rio de Janeiro/RJ, realizadas pela Caixa Econômica Federal, por meio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço”. Parecer: pela aprovação; 7 – **Nº 1.728/12** – do Sr. José Mentor – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações sobre o andamento das obras financiadas pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social– BNDES no Município de Americana/

SP”. Parecer: pela aprovação; 8 – **Nº 1.729/12** – do Sr. José Mentor – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Cidades informações sobre o andamento das obras do PAC-I, financiadas pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social– BNDES ao Município de Americana/SP”. Parecer: pela aprovação; 9 – **Nº 1.796/12** – do Sr. Nelson Marchezan Junior – que “solicita informações à Sra. Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, relativas ao combate ao processo de desertificação no Estado do Rio Grande do Sul”. Parecer: pela aprovação; 10 – **Nº 1.797/12** – do Sr. Raul Henry – que “solicita informações à Senhora Ministra do Meio Ambiente, Izabela Teixeira, sobre a instalação de usina termoeletrica nas imediações do Porto de Suape, Pernambuco”. Parecer: pela aprovação; 11 – **Nº 1.798/12** – do Sr. Raul Henry – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Edson Lobão, sobre a instalação de usina termoeletrica nas imediações do Porto de Suape, Pernambuco”. Parecer: pela aprovação; 12 – **Nº 1.799/12** – do Sr. Jorge Tadeu Mudalen – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, acerca de prática abusiva na remarcação ou cancelamento de bilhete de passagem aérea adquirida junto a sites especializados”. Parecer: pela aprovação; 13 – **Nº 1.800/12** – do Sr. Ivan Valente – que “solicita informações ao Ministro da Integração Nacional acerca de execução de contratos e de obras pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS”. Parecer: pela aprovação; 14 – **Nº 1.801/12** – do Sr. Stepan Nercessian – que “solicita informações a Sra. Ana de Hollanda, Ministra de Estado da Cultura sobre os projetos que solicitam subsídios da Lei Rouanet e o processo de avaliação utilizado”. Parecer: pela aprovação; 15 – **Nº 1.802/12** – do Sr. Carlos Brandão – que “solicita ao Minsitro de Minas e Energia as seguintes informações a respeito da construção, pela Petrobrás, da Refinaria Premium I, em Bacabeira – MA: empresas contratadas para a realização desse empreendimento; modalidades de seleção dessas empresas; valores dos respectivos contratos, aditivos, serviços de terraplanagem, cronograma físico-financeiro e previsão do término da obra”. Parecer: pela aprovação; 16 – **Nº 1.803/12** – do Sr. Carlos Brandão – que “solicita informações ao Senhor Ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República sobre o montante de recursos liberados para ações de construção, ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária nos anos de 1995 a 2002”. Parecer: pela aprovação; 17 – **Nº 1.804/12** – do Sr. Guilherme Campos – que “solicita informações ao Senhor José Edu-

ardo Cardozo, Ministro da Justiça, para fundamentar estudo de proposições que versem sobre a segurança pública nacional”. Parecer: pela aprovação; 18 – **Nº 1.805/12** – da Sra. Andreia Zito – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda quanto às ações de autorização para realização de obras para a construção de andares adicionais, no imóvel do Banco Central localizado na região portuária da Cidade do Rio de Janeiro-RJ”. Parecer: pela aprovação; 19 – **Nº 1.806/12** – do Sr. Pedro Eugênio – que “solicita ao Ministro do Trabalho e Emprego informações acerca da arrecadação do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT e sobre o número de imóveis rurais até 30 ha em Pernambuco”. Parecer: pela aprovação; 20 – **Nº 1.807/12** – do Sr. Mandetta – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão, informações sobre atuação da Enersul e da Aneel”. Parecer: pela aprovação; 21 – **Nº 1.808/12** – do Sr. Raul Henry – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, sobre eventuais ilegalidades e abusos cometidos por parte de planos privados de saúde contra idosos portadores de contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 1999 e não adaptados à Lei nº 9.656/98”. Parecer: pela aprovação; 22 – **Nº 1.809/12** – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita ao Ministro da Justiça informação sobre a existência de projeto especial ou de força tarefa que vise a repressão ao tráfico de animais silvestres durante os eventos esportivos internacionais que acontecerão no Brasil nos próximos anos”. Parecer: pela aprovação; 23 – **Nº 1.810/12** – do Sr. Jorginho Mello – que “solicita ao Senhor Ministro da Educação informações sobre as providências tomadas no âmbito do Ministério a respeito das denúncias envolvendo faculdades que cobram preços diferenciados para bolsistas e não bolsistas do PROUNI e clientes do FIES”. Parecer: pela aprovação; 24 – **Nº 1.811/12** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações à Sra. Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão acerca da instituição do regime de Previdência Complementar para os Servidores Civis da União, na forma de que dispõe o Projeto de Lei nº 1.992, de 2007 – Câmara dos Deputados”. Parecer: pela aprovação; 25 – **Nº 1.812/12** – do Sr. Hermes Parcianello – que “solicita informações ao Sr. Ministro dos Transportes sobre Obras da BR 158”. Parecer: pela aprovação; 26 – **Nº 1.813/12** – do Sr. Junji Abe – que “solicita informações ao Ministro da Saúde, Senhor Alexandre Padilha, acerca da implantação da Portaria nº. 81/09, que institui oficialmente no âmbito do SUS a Política Nacional de Atenção Integral em Genética Clínica”. Parecer: pela aprovação; 27 – **Nº 1.814/12** – do Sr. Zé Geraldo – que “solicita informações ao Se-

nhor Ministro da Justiça sobre contratos firmados por comunidades indígenas com empresas estrangeiras no âmbito do mercado voluntário de carbono”. Parecer: pela aprovação; 28 – **Nº 1.815/12** – do Sr. Júlio Delgado – que “solicita informação ao Ministério do Meio Ambiente sobre a atuação dos prestadores de serviço de coleta e tratamento de resíduos”. Parecer: pela aprovação; 29 – **Nº 1.816/12** – do Sr. Júlio Delgado – que “solicita informação ao Ministério do Meio Ambiente sobre os projetos de preservação do Peixe-boi marinho na região da Costa dos Corais, entre as Ilhas de Itamaracá (PE) e Porto da Pedra (AL)”. Parecer: pela aprovação; 30 – **Nº 1.817/12** – do Sr. Ivan Valente – que “solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre a autorização de operações de garantia de derivativos de balcão, e ainda sobre a aplicação dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal e do Fundo Soberano”. Parecer: pela aprovação; 31 – **Nº 1.818/12** – do Sr. Ivan Valente – que “solicita ao Presidente do Banco Central do Brasil informações sobre a autorização de operações de garantia de derivativos de balcão, e ainda sobre a aplicação dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal e do Fundo Soberano”. Parecer: pela aprovação; 32 – **Nº 1.819/12** – do Sr. Chico Alencar – que “sugere ao Ministro de Estado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações sobre o cumprimento do disposto no Decreto 7.127, de 2010, acerca do provimento de cargos em comissão por servidores efetivos”. Parecer: pela aprovação; 33 – **Nº 1.820/12** – do Sr. Rubens Bueno – que “sugere à Senhora Ministra da Cultura sobre a gestão de contratos do Programa Cultura Viva, no qual estão inseridos os Pontos de Cultura”. Parecer: pela aprovação; 34 – **Nº 1.821/12** – do Sr. Augusto Carvalho – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Sr. Paulo Roberto dos Santos Pinto, sobre denúncias de maus tratos de trabalhadores estrangeiros em fábricas de abate de frangos pelo método “halal”, no Paraná e no Distrito Federal”. Parecer: pela aprovação; 35 – **Nº 1.822/12** – do Sr. Walter Feldman – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Educação sobre as providências tomadas no âmbito deste Ministério e também quais cobranças foram feitas a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/ SP, a respeito das denúncias de autoplágio para obter o 2º mestrado, envolvendo o Ex – Secretário estadual da Educação e pré – candidato a prefeito de São Paulo, Deputado Gabriel Chalita”. Parecer: pela aprovação; 36 – **Nº 1.823/12** – do Sr. Amauri Teixeira – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado da Defesa informações sobre a ação praticada pela Marinha do Brasil no Território da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos”. Parecer: pela aprovação; 37 – **Nº 1.824/12**

– do Sr. Amauri Teixeira – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado da Justiça informações sobre a ação praticada pela Marinha do Brasil no Território da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos”. Parecer: pela aprovação; 38 – **Nº 1.825/12** – do Sr. Amauri Teixeira – que “solicita ao Sr. ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República informações sobre a ação praticada pela Marinha do Brasil no Território da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos”. Parecer: pela aprovação; 39 – **Nº 1.826/12** – do Sr. Junji Abe – que “requer informações à Ministra do Meio Ambiente sobre o Programa do Governo de apoio à Coleta Seletiva de Lixo – Recicla Brasil”. Parecer: pela aprovação; 40 – **Nº 1.856/12** – do Sr. Marllos Sampaio – que “solicita informação a Excelentíssima Senhora Ministra do Meio Ambiente sobre a quantidade e destinação de todas as madeiras apreendidas no Estado do Piauí, nos últimos 12 (doze) anos, para onde e quem, e quais os critérios que foram adotados para vendas ou doações, caso tenham ocorridas”. Parecer: pela aprovação; 41 – **Nº 1.857/12** – do Sr. Marllos Sampaio – que “solicita informação a Excelentíssima Senhora Ministra do Meio Ambiente sobre a apuração das denúncias feitas pelo Superintendente do IBAMA do Piauí, através do Ofício nº 047/2012/GAB/SUPERINTENDENCIA DO PIAUÍ em 01/02/2012, ao Presidente do IBAMA”. Parecer: pela aprovação; 42 – **Nº 1.858/12** – do Sr. Marllos Sampaio – que “solicita informação a Excelentíssima Senhora Ministra do Meio Ambiente sobre o orçamento das Superintendências do IBAMA em todo o país, detalhando investimento, custeio e quais critérios utilizados para especificar os valores destinados para cada Superintendência”. Parecer: pela aprovação; 43 – **Nº 1.873/12** – do Sr. Dimas Ramalho – que “solicita informações do Sr. Gonzaga Patriota, Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a situação dos haitianos que estão imigrando para o Brasil”. Parecer: pela aprovação; 44 – **Nº 1.874/12** – do Sr. Lincoln Portela – que “solicita ao Ministro da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural informações referentes à estimativa sobre Receitas e Despesas que animais capturados com problemas de zoonoses têm gerado aos cofres públicos”. Parecer: pela aprovação; 45 – **Nº 1.875/12** – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita que seja encaminhado ao Ministro da Saúde pedido de informações sobre a capacidade dos portos brasileiros de lidar com surtos de enfermidades infectocontagiosas”. Parecer: pela aprovação; 46 – **Nº 1.876/12** – do Sr. Asdrubal Bentes – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Justiça a respeito da possível negociação de terras dos índios Mundurucus, conforme noticiado pela imprensa”. Parecer: pela aprovação; 47 – **Nº 1.877/12** –

do Sr. Glauber Braga – que “solicita informação ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação referente à ratificação da adesão brasileira ao Observatório Europeu do Sul (ESO, na sigla em inglês)”. Parecer: pela aprovação; 48 – **Nº 1.878/12** – do Sr. Arnaldo Jardim – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre a cobrança do custo de emissão de apólices fixada pela Superintendência de Seguros Privados – Susep”. Parecer: pela aprovação; 49 – **Nº 1.879/12** – do Sr. João Dado – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 409, de 2007”. Parecer: pela aprovação; 50 – **Nº 1.880/12** – do Sr. João Dado – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 7.154, de 2010”. Parecer: pela aprovação; 51 – **Nº 1.881/12** – do Sr. Roberto Freire – que “solicita informações ao Ministro da Integração Nacional relativas ao aumento de 77,8% dos custos das obras de transposição do Rio São Francisco”. Parecer: pela aprovação; 52 – **Nº 1.882/12** – do Sr. Roberto Freire – que “solicita informações à Ministra do Planejamento relativas ao aumento de 77,8% dos custos das obras de transposição do Rio São Francisco”. Parecer: pela aprovação; 53 – **Nº 1.883/12** – do Sr. Simplício Araújo – que “solicita informações do Sr. Alexandre Padilha, Ministro de Estado da Saúde, sobre o Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde – IDSUS”. Parecer: pela aprovação; 54 – **Nº 1.884/12** – do Sr. Manoel Junior – que “solicita informações a Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil a respeito de atraso da partida de voo saído do Aeroporto de Guarulhos com destino a Londres, no dia 29 de fevereiro de 2012”. Parecer: pela aprovação; 55 – **Nº 1.885/12** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério do Esporte informações e cópias de todos os documentos firmados pelo Brasil para a realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014”. Parecer: pela aprovação; 56 – **Nº 1.886/12** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério das Relações Exteriores informações e cópias de todos os documentos firmados pelo Brasil para a realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014”. Parecer: pela aprovação; 57 – **Nº 1.887/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobre as liberações de Emendas de Bancada do Estado do Paraná, junto a esse Ministério, nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, os diversos beneficiários, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer:

pela aprovação; 58 – **Nº 1.888/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes, sobre as liberações de Emendas de Bancada do Estado do Paraná, junto a esse Ministério, nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, os diversos beneficiários, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 59 – **Nº 1.889/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Turismo, sobre as liberações de Emendas de Bancada do Estado do Paraná, junto a esse Ministério, nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, os diversos beneficiários, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 60 – **Nº 1.890/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, sobre as liberações de Emendas de Bancada do Estado do Paraná, junto a esse Ministério, nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, os diversos beneficiários, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 61 – **Nº 1.891/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, sobre as liberações de Emendas de Bancada do Estado do Paraná, junto a esse Ministério, nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, os diversos beneficiários, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 62 – **Nº 1.892/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Esporte, sobre as liberações de Emendas de Bancada do Estado do Paraná, junto a esse Ministério, nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, os diversos beneficiários, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 63 – **Nº 1.893/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, sobre as liberações de Emendas de Bancada do Estado do Paraná, junto a esse Ministério, nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, os diversos beneficiários, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 64 – **Nº 1.894/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação, sobre as liberações de Emendas de Bancada do Estado do Paraná, junto a esse Ministério, nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, os diversos beneficiários, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 65 – **Nº 1.895/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvi-

mento Social e Combate à Fome, sobre as liberações de Emendas de Bancada do Estado do Paraná, junto a esse Ministério, nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, os diversos beneficiários, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 66 – **Nº 1.896/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, sobre as liberações de Emendas de Bancada do Estado do Paraná, junto a esse Ministério, nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, os diversos beneficiários, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 67 – **Nº 1.897/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Cidades, sobre as liberações de Emendas de Bancada do Estado do Paraná, junto a esse Ministério, nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, os diversos beneficiários, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 68 – **Nº 1.898/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Cultura, sobre as liberações de Emendas de Bancada do Estado do Paraná, junto a esse Ministério, nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, os diversos beneficiários, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”.

Parecer: pela aprovação; 69 – **Nº 1.899/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, sobre as liberações de Emendas de Bancada do Estado do Paraná, junto a esse Ministério, nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, os diversos beneficiários, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 70 – **Nº 1.900/12** – do Sr. Chico D’Angelo – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Previdência Social sobre a dívida da União (sucessora da Rede Ferroviária Federal) com o fundo de previdência REFER”. Parecer: pela aprovação; 71 – **Nº 1.901/12** – do Sr. Chico D’Angelo – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes sobre a dívida da União (sucessora da Rede Ferroviária Federal) com o fundo de previdência REFER”. Parecer: pela aprovação; 72 – **Nº 1.902/12** – do Sr. Chico D’Angelo – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a dívida da União (sucessora da Rede Ferroviária Federal) com o fundo de previdência REFER”. Parecer: pela aprovação; 73 – **Nº 1.903/12** – do Sr. Chico D’Angelo – que “solicita informações à Sra. Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a dívida da União (su-

cessora da Rede Ferroviária Federal) com o fundo de previdência REFER”. Parecer: pela aprovação; 74 – **Nº 1.904/12** – do Sr. Marllos Sampaio – que “solicito informação a Excelentíssima Senhora Ministra do Meio Ambiente sobre a situação física, financeira e administrativa da Superintendência do IBAMA, dos seus escritórios regionais e dos parques ambientais, sob sua responsabilidade, detalhando a situação de cada um, no Estado do Piauí”. Parecer: pela aprovação; 75 – **Nº 1.905/12** – da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – que “solicita ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações sobre as providências tomadas com relação à situação dos trabalhadores do Campo Experimental de Pesquisa do Amazonas.” Parecer: pela aprovação; 76 – **Nº 1.906/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, referentes à relação de todos os Municípios e Entidades Paranaenses, beneficiados com Recursos desse Ministério nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 77 – **Nº 1.907/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Cidades, referentes à relação de todos os Municípios e Entidades Paranaenses, beneficiados com Recursos desse Ministério nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 78 – **Nº 1.908/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Cultura, referentes à relação de todos os Municípios e Entidades Paranaenses, beneficiados com Recursos desse Ministério nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 79 – **Nº 1.909/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, referentes à relação de todos os Municípios e Entidades Paranaenses, beneficiados com Recursos desse Ministério nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 80 – **Nº 1.910/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, referentes à relação de todos os Municípios e Entidades Paranaenses, beneficiados com Recursos desse Ministério nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 81 – **Nº 1.911/12** – do Sr. Osmar Serraglio

– que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação, referentes à relação de todos os Municípios e Entidades Paranaenses, beneficiados com Recursos desse Ministério nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 82 – **Nº 1.912/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Esporte, referentes à relação de todos os Municípios e Entidades Paranaenses, beneficiados com Recursos desse Ministério nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 83 – **Nº 1.913/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, referentes à relação de todos os Municípios e Entidades Paranaenses, beneficiados com Recursos desse Ministério nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 84 – **Nº 1.914/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, referentes à relação de todos os Municípios e Entidades Paranaenses, beneficiados com Recursos desse Ministério nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 85 – **Nº 1.915/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, referentes à relação de todos os Municípios e Entidades Paranaenses, beneficiados com Recursos desse Ministério nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 86 – **Nº 1.916/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes, referentes à relação de todos os Municípios e Entidades Paranaenses, beneficiados com Recursos desse Ministério nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 87 – **Nº 1.917/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Turismo, referentes à relação de todos os Municípios e Entidades Paranaenses, beneficiados com Recursos desse Ministério nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 88 – **Nº 1.918/12** – do Sr. Severino Ninho – que “solicita informações ao Ministro da Educação, Sr. Aloizio Mercadante, sobre as vagas nas faculdades de medicina que

obtiveram conceito insatisfatório nas avaliações do Ministério”. Parecer: pela aprovação; 89 – **Nº 1.919/12** – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Dr. Paulo Roberto Pinto”. Parecer: pela aprovação; 90 – **Nº 1.921/12** – da Sra. Manuela D’Ávila – que “solicita informações ao Exmo. Senhor Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, sobre a assistência do Estado brasileiro à família do brasileiro Roberto Laudísio, morto pela polícia australiana na cidade de Sydney”. Parecer: pela aprovação; 91 – **Nº 1.922/12** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre gastos em propaganda, publicidade e patrocínio do Banco do Brasil”. Parecer: pela aprovação; 92 – **Nº 1.923/12** – do Sr. Hugo Leal – que “solicita ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, informações sobre a Fazenda Nacional de Santa Cruz e a competência do INCRA para tratar de questões relacionadas à regularização fundiária em áreas urbanas”. Parecer: pela aprovação; 93 – **Nº 1.924/12** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações a Controladoria Geral da União, sobre possíveis repasses de verbas para a construção do prédio da OAB/AC, diretamente ou através do Conselho Federal da OAB, ou através de órgão estaduais do Acre”. Parecer: pela aprovação; 94 – **Nº 1.925/12** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional, sobre possíveis repasses de verbas para a construção do prédio da OAB/AC, diretamente ou através do Conselho Federal da OAB, ou através de órgão estaduais do Acre”. Parecer: pela aprovação; 95 – **Nº 1.926/12** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre possíveis repasses de verbas para a construção do prédio da OAB/AC, diretamente ou através do Conselho Federal da OAB, ou através de órgão estaduais do Acre”. Parecer: pela aprovação; 96 – **Nº 1.927/12** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, sobre possíveis repasses de verbas para a construção do prédio da OAB/AC, diretamente ou através do Conselho Federal da OAB, ou através de órgão estaduais do Acre”. Parecer: pela aprovação; 97 – **Nº 1.928/12** – da Comissão de Minas e Energia – que “solicita informações do Ministério de Minas e Energia a respeito do cumprimento das premissas do Plano de Desenvolvimento do Campo de Frade, aprovado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP”. Parecer: pela aprovação; 98 – **Nº 1.929/12** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda, no âmbito da Caixa

Econômica Federal – CAIXA, sobre denúncia de irregularidades relacionada ao Programa Minha Casa Minha Vida, no município de Roncador, no Estado do Paraná”. Parecer: pela aprovação; 99 – **Nº 1.930/12** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, referentes à relação de todos os Municípios e Entidades Paranaenses, beneficiados com Recursos desse Ministério nos anos de 2008 a 2011, especificando cada dotação, o ano de empenho e pagamento, com os respectivos valores e objetos”. Parecer: pela aprovação; 100 – **Nº 1.931/12** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado dos Transportes, Senhor Paulo Sérgio de Oliveira Passos, sobre a venda de área na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro para o município, com o fim de construir empreendimento imobiliário”. Parecer: pela aprovação; 101 – **Nº 1.932/12** – da Comissão de Finanças e Tributação – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Previdência Social relativas à renúncia de receita decorrente do Projeto de Lei nº 7.358, de 2010”. Parecer: pela aprovação; 102 – **Nº 1.933/12** – da Comissão de Finanças e Tributação – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda relativas à renúncia de receita decorrente do Projeto de Lei nº 1.201, de 2011”. Parecer: pela aprovação; 103 – **Nº 1.934/12** – da Comissão de Finanças e Tributação – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda relativas à renúncia de receita decorrente do Projeto de Lei nº 531 de 2011”. Parecer: pela aprovação; 104 – **Nº 1.935/12** – do Sr. Padre Ton – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Justiça, no âmbito da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, acerca das providências para demarcação da terra indígena dos povos Poruborá e Miguelenos, localizada nas proximidades do córrego Cabixi, BR 429, acerca de 32 km de Seringueira/RO”. Parecer: pela aprovação; 105 – **Nº 1.936/12** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Sr. José Eduardo Cardozo Ministro da Justiça a respeito da aquisição de terras indígenas na Amazônia Legal por empresas estrangeiras”. Parecer: pela aprovação; 106 – **Nº 1.937/12** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações a Sra. Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira a respeito da aquisição de terras indígenas na Amazônia Legal por empresas estrangeiras”. Parecer: pela aprovação; 107 – **Nº 1.938/12** – do Sr. Mendonça Filho – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado dos Transportes, Sr. Paulo Sérgio Oliveira Passos, a respeito da interdição de interseção na BR 232-PE, trecho Recife-Curado”. Parecer: pela aprovação; 108 – **Nº 1.939/12** – da Comissão de Segurança Pública e Com-

bate ao Crime Organizado – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Justiça acerca da redução do apoio do Governo Federal à instalação e manutenção das Unidades de Polícia Pacificadora no Estado do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 109 – **Nº 1.940/12** – do Sr. Stepan Nercessian – que “solicita informações ao Ministro da Educação sobre que medidas estão sendo desenvolvidas para cooperar tecnicamente com os estados que não possuem capacidade de assegurar o pagamento do piso nacional dos professores”. Parecer: pela aprovação; 110 – **Nº 1.941/12** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. José Eduardo Cardozo Ministro da Justiça em relação ao fluxo migratório na República Federativa do Brasil”. Parecer: pela aprovação; 111 – **Nº 1.942/12** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Sr. Antonio de Aguiar Patriota Ministro de Estado das Relações Exteriores a respeito dos vistos de estudantes Brasileiros no Estado Plurinacional da Bolívia”. Parecer: pela aprovação; 112 – **Nº 1.944/12** – do Sr. Nelson Marchezan Junior – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, informações sobre os pagamentos realizados pelo Poder Executivo à Revista Carta Capital, relativamente às despesas de ordem publicitária”. Parecer: pela aprovação; 113 – **Nº 1.945/12** – do Sr. Nelson Marchezan Junior – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações Paulo Bernardo Silva, sobre o acompanhamento e fiscalização da prestação de serviços pelas operadoras de telecomunicação”. Parecer: pela aprovação; 114 – **Nº 1.946/12** – do Sr. Nelson Marchezan Junior – que “solicita a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Miriam Belchior, informações sobre os pagamentos realizados pelo Poder Executivo à Revista Carta Capital, relativamente às despesas de ordem publicitária”. Parecer: pela aprovação; 115 – **Nº 1.947/12** – do Sr. Amauri Teixeira – que “solicita a Sr. Ministro da Saúde informações sobre processos que tramitam na FUNASA que dizem respeito ao programa Luz Para Todos direcionados a beneficiar comunidades indígenas no Extremo Sul da Bahia”. Parecer: pela aprovação; 116 – **Nº 1.948/12** – do Sr. Amauri Teixeira – que “solicita a Sra. Ministra do Meio Ambiente informações sobre processos que tramitam em autarquias do órgão que dizem respeito ao programa Luz Para Todos direcionados a beneficiar comunidades indígenas no Extremo Sul da Bahia”. Parecer: pela aprovação; 117 – **Nº 1.949/12** – do Sr. Amauri Teixeira – que “solicita ao Sr. Ministro da Justiça informações sobre processos que tramitam em autarquias do órgão que dizem respeito ao programa Luz Para Todos direcionados a beneficiar

comunidades indígenas no Extremo Sul da Bahia”. Parecer: pela aprovação; 118 – **Nº 1.950/12** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações sobre possíveis irregularidades na Coordenação Geral de Logística e Serviços Gerais do Ministério”. Parecer: pela aprovação; 119 – **Nº 1.951/12** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “requer informações do Sr. Antonio de Aguiar Patriota, Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre as providências que estão sendo tomadas pelo governo brasileiro sobre a morte do Sr. Roberto Laudisio Curti, na Austrália”. Parecer: pela aprovação; 120 – **Nº 1.952/12** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Saúde, Senhor Alexandre Padilha, sobre as transferências de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para unidades públicas de saúde, hospitalares e ambulatoriais especializadas, situadas no Município do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 121 – **Nº 1.953/12** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro da Integração Nacional referentes a contratos, aditivos e execução das obras referentes à transposição do Rio São Francisco”. Parecer: pela aprovação; 122 – **Nº 1.954/12** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “requer à Sra. Gleisi Helena Hoffmann, Ministra-Chefe da Casa Civil, informações acerca das garantias governamentais para a Copa de 2014”. Parecer: pela aprovação; 123 – **Nº 1.955/12** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “requer informações ao Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União sobre as empresas denunciadas por corrupção em licitação junto ao Instituto de Pediatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 124 – **Nº 1.956/12** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “Requer informações à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora Miriam Belchior, no âmbito do Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento, sobre a exclusão neste Programa das obras de derrocamento, dragagem e sinalização da Hidrovia do Tocantins, bem como das obras do porto público de Marabá”. Parecer: pela aprovação; 125 – **Nº 1.957/12** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, complementação de informações sobre o cumprimento, pela indústria automobilística, dos prazos de implantação do percentual da produção de veículos com o equipamento suplementar de segurança passiva – air bag -, conforme determina a Lei nº 11.910, de 18 de março de 2009, regulamentada pela Resolução nº 311, de 3 de abril de 2009, do Conselho Nacional de Trânsito – Contran”. Parecer: pela aprovação; 126 – **Nº**

1.958/12 – do Sr. Benjamin Maranhão – que “requer informações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) a respeito do convênio firmado com a Prefeitura de João Pessoa para a execução do programa “Jampa Digital””. Parecer: pela aprovação; 127 – **Nº 1.959/12** – do Sr. Lourival Mendes – que “solicita ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Paulo Roberto dos Santos Pinto, informações sobre os cursos realizados pela Rede Nacional de Promoção Social e Integração – RENAPSI -, no período de março a novembro de 2011”. Parecer: pela aprovação; 128 – **Nº 1.960/12** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Ministro da Educação Senhor Aloizio Mercadante sobre os critérios para contratações e nomeações em cargos de livre provimento do MEC, em especial, para a Diretoria de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC)”. Parecer: pela aprovação; 129 – **Nº 1.961/12** – do Sr. Luis Carlos Heinze – que “solicita informações a Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República relativas à importação de alimentos com resíduos de agrotóxicos de uso não autorizado no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 130 – **Nº 1.962/12** – do Sr. Luis Carlos Heinze – que “solicita informações ao Ministro da Saúde relativas à importação de alimentos com resíduos de agrotóxicos de uso não autorizado no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 131 – **Nº 1.963/12** – do Sr. Luis Carlos Heinze – que “solicita informações ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento relativas à importação de alimentos com resíduos de agrotóxicos de uso não autorizado no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 132 – **Nº 1.964/12** – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, sobre os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS que serão utilizados no Projeto Porto Maravilha na cidade do Rio de Janeiro/RJ”. Parecer: pela aprovação; 133 – **Nº 1.965/12** – da Sra. Andreia Zito – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, Eduardo Cardozo, sobre a redução do apoio do Governo Federal à instalação e manutenção das Unidades de Polícia Pacificadora no Estado do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 134 – **Nº 1.966/12** – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – que “requer nos termos regimentais, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Excelentíssimo Senhor ALOIZIO MERCADANTE, Ministro de Estado da Educação, Requerimento de Informações sobre as medidas que estão sendo tomadas para garantir a segurança dos estudantes brasileiros que vão estudar no exterior através do Programa Ciência sem Fronteira”. Parecer: pela aprovação; 135 – **Nº 1.967/12** – da Comissão de Se-

gurança Pública e Combate ao Crime Organizado – que “requer informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre as operações “Monte Carlo” e “Las Vegas”, realizadas pela Polícia Federal”. Parecer: pela aprovação; 136 – **Nº 1.968/12** – do Sr. Augusto Coutinho – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Sr. Marco Antônio Raupp, sobre a implantação de projetos de acesso à internet, por meio de banda larga gratuita, realizados por Estados e Municípios em parceria com este Ministério”. Parecer: pela aprovação; 137 – **Nº 1.969/12** – do Sr. João Campos – que “requerimento de informação ao Senhor Ministro da Educação sobre o Convênio nº 832009/2007, referente ao Projeto Escola Sem Homofobia – ESH, produto pactuado no âmbito do FNDE, Processo nº 23400.002057/2007-11”. Parecer: pela aprovação; 138 – **Nº 1.970/12** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação informações sobre o projeto Jampa Digital”. Parecer: pela aprovação; 139 – **Nº 1.971/12** – do Sr. Sibá Machado – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, sobre a prospecção de petróleo e gás no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 140 – **Nº 1.972/12** – do Sr. Bruno Araújo – que “solicita informações ao Ministro das Relações Exteriores, Senhor Antonio de Aguiar Patriota, sobre a denúncia do Correio Braziliense da edição de ato administrativo discriminatório em desfavor de servidores do Itamaraty”. Parecer: pela aprovação; 141 – **Nº 1.973/12** – da Sra. Mara Gabrilli – que “requer informações ao Ministro da Saúde com relação ao acesso a exames de genética molecular no âmbito do Sistema Único de Saúde”. Parecer: pela aprovação; 142 – **Nº 1.974/12** – da Sra. Mara Gabrilli – que “requer informações ao Ministro da Saúde com relação às pesquisas que utilizam células-tronco para tratamento de lesão da medula”. Parecer: pela aprovação; 143 – **Nº 1.975/12** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Senhor Ministro da Defesa, informações pertinentes às denúncias de superfaturamento, assim como, desvio de recursos públicos em execução de obras realizadas pela empresa Schain Engenharia S.A, no âmbito do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIARR), onde a empresa teria recebido irregularmente cerca de 44 milhões de Reais”. Parecer: pela aprovação; 144 – **Nº 1.976/12** – da Comissão de Finanças e Tributação – que “requer seja encaminhado pedido de informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda relacionadas ao Projeto de Lei nº 341 de 2007 de autoria do Sr. Júlio Cesar”. Parecer: pela aprovação; 145 – **Nº 1.977/12** – do Sr. Mário Feitoza – que “Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Dr. Fernando Pimentel”. Senhor Presidente, Com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V e § 2º e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel esclarecimentos sobre a real situação atual da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Pecém, na Região Metropolitana de Fortaleza, no Estado do Ceará. JUSTIFICAÇÃO Sabemos que a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) é de muita importância para o desenvolvimento econômico não só do local, mas de todo o Estado. E também gera um investimento muito alto pelos Governos Estadual e Federal. Por esse motivo que faço esse Requerimento de Informação para acompanhamento de uma obra de tamanha magnitude. Sala das Sessões, em 28 de março de 2012. Deputado MÁRIO FEITOZA PMDB/CE”. Parecer: pela aprovação; 146 – Nº 1.978/12 – do Sr. Mário Feitoza – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Dr. Paulo Passos”. Parecer: pela aprovação; 147 – Nº 1.979/12 – da Sra. Erika Kokay – que “requer o encaminhamento de pedido de informação ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores quanto à implantação de medidas de caráter discriminatório, naquele órgão, para o acesso de estagiários, contínuos e trabalhadores terceirizados às suas dependências”. Parecer: pela aprovação; 148 – Nº 1.980/12 – da Sra. Erika Kokay – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Defesa sobre os procedimentos disciplinares adotados por esse Ministério e pelos comandantes das três Forças Armadas, em contraposição às críticas dirigidas por clubes de militares da reserva, em duas notas recentes, à Presidente Dilma Rousseff”. Parecer: pela aprovação; 149 – Nº 1.981/12 – do Sr. Arnaldo Jordy – que “requer informações da Sra. Gleisi Helena Hoffmann, Ministra da Casa Civil, sobre a indicação dos membros da Comissão da Verdade”. Parecer: pela aprovação; 150 – Nº 1.982/12 – do Sr. Rubens Bueno – que “requer Informações ao Ministro da Pesca e Aquicultura sobre a aquisição de lanchas-patrolha”. Parecer: pela aprovação; 151 – Nº 1.983/12 – do Sr. Mendonça Prado – que “requer informações ao Ministro de Estado da Educação acerca dos critérios para instalação de Campus Universitário”. Parecer: pela aprovação; 152 – Nº 1.984/12 – do Sr. Lourival Mendes – que “solicita ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Paulo Roberto dos Santos Pinto, informações oficiais sobre o registro do profissional Óptico e Optometrista”. Parecer: pela aprovação; 153 – Nº 1.985/12 – do Sr. Domingos Neto – que “re-

quer informações sobre discrepâncias entre o valor de contrato praticado por algumas construtoras no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida e o valor de avaliação para o financiamento do mesmo imóvel”. Parecer: pela aprovação; 154 – Nº 1.986/12 – do Sr. Domingos Neto – que “requer informações sobre os dados do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no que concerne aos projetos de habitação”. Parecer: pela aprovação; 155 – Nº 1.987/12 – do Sr. César Halum – que “solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre a situação dos Projetos de Assentado do Programa Nacional de Reforma Agrária e Terra Legal”. Parecer: pela aprovação. II – **PAUTA DA SENHORA SEGUNDA VICE-PRESIDENTE.** Dando início a sua pauta, a Senhora Deputada Rose de Freitas declarou que tem procurado informar aos colegas parlamentares sobre os limites constitucionais e regimentais do conteúdo dos requerimentos de informação. Seguidamente, expôs seus pareceres, pela rejeição, nos seguintes RIC's: 1 – Nº 1514, de 2011, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações a respeito das atividades de sua empresa de consultoria P-21 Consultoria e Projetos Ltda. nos exercícios de 2009 e 2010”. Declarou ser contrária ao seu encaminhamento, porque a proposição fere o princípio constitucional da inviolabilidade da vida privada dos cidadãos, além de extrapolar a área de competência do Ministério a que é dirigido. Manifestou-se, então, o Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, Terceiro Secretário, que apoiou as assertivas da Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente, salientando que a atividade privada não pode jamais ser confundida com atividade de caráter público e que sua investigação, por meio de requerimento de informação, constituirá grave precedente. Posto em votação, o parecer pela rejeição foi aprovado por unanimidade. No tocante aos itens 2 a 42, relativos aos **Requerimentos de Informação n.ºs 1.828 a 1.855 e 1859 a 1871, de 2012**, todos de autoria do Senhor Deputado Marlllos Sampaio, acerca de convênios e projetos originados de emendas parlamentares e dirigidos a diversos Ministérios, ponderou a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente, que fundamentara seu parecer em contrário no princípio da razoabilidade, pois não convinha um só Deputado ser informado, de forma generalizada, do destino das emendas parlamentares individuais, sem embargo de que as informações solicitadas eram de domínio público, podendo ser obtidas via Internet. Novamente fez-se ouvir o Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, Terceiro Secretário, para concordar com o parecer da Senhora Deputada Rose de Freitas, Pri-

meira Vice-Presidente, enfatizando que nenhum recurso no País sofre maior fiscalização do que os decorrentes de emendas parlamentares. Submetidos a votos, os pareceres pela rejeição foram aprovados por unanimidade. Por último, a Senhora Primeira Vice-Presidente, Deputada Rose de Freitas, apresentou o item 43 – **Requerimento de Informação nº 1.872, de 2012**, de autoria do Senhor Deputado Fernando Jordão, que “solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda a respeito de assunto tributário”, esclarecendo que também se manifestara contrariamente à sua aprovação, uma vez que a propositura em referência tinha natureza de consulta, o que era vedado pelo Regimento Interno da Casa. Em votação, o parecer pela rejeição foi aprovado por unanimidade. III – **PAUTA DO SENHOR SEGUNDO VICE-PRESIDENTE**. O Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente, inicialmente, propôs a suspensão dos efeitos do Ato da Mesa nº 30, de 2012, que “altera o Ato da Mesa nº 24, de 1983”, e também a criação de um grupo de trabalho, integrado pelo Diretor-Geral, pelo Diretor do Departamento Médico e pelo Chefe do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, para apresentar os eventuais ajustes redacionais no Ato em apreço. Discutidos os aspectos da questão, com esclarecimentos prestados pelo Senhor Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, e pelo Diretor-Geral, a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, suspender os efeitos do Ato da Mesa nº 30, de 2012, para adequação aos procedimentos técnicos da Casa, até nova deliberação sobre a matéria, tendo, porém, o Senhor Presidente Marco Maia observado ser imprescindível, em casos que tais, que as matérias sejam analisadas à exaustão antes de serem submetidas à Mesa Diretora. Extrapauta, o Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente, submeteu à Mesa a Solicitação de Informação (SIT) nº 29, de 2012, de autoria do Senhor Deputado Carlos Eduardo Cadoca, Terceiro Suplente de Secretário, que “solicita ao Sr. Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU, o histórico das receitas obtidas pelas representações brasileiras no exterior, com emolumentos e taxas consulares advindos da concessão de todas as categorias de visto, bem como o histórico das despesas realizadas com tais recursos”. Posto a votos, a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, encaminhar a referida solicitação de informação. Em prosseguimento, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres favoráveis exarados pelo Relator, Deputado Eduardo da Fonte, nos processos referentes a reembolso de despesas médico-hospitalares, conforme a seguir: 1 – **Processo nº 102.999/2012**, de interesse do Deputado Vieira da Cunha; 2 – **Processo nº 105.667/2012**, de interesse do Deputado Lael Va-

rella; 3 – **Processo nº 106.036/2012**, de interesse do Deputado Joaquim Beltrão; 4 – **Processo nº 107.652/2012**, de interesse do Deputado Vicente Arruda; 5 – **Processo nº 108.024/2012**, de interesse do Deputado Marllos Sampaio; 6 – **Processo nº 106.538/2012**, de interesse do Deputado Mauro Mariani; 7 – **Processo nº 106.805/2012**, de interesse do Deputado Júlio Semeghini; 8 – **Processo nº 107.071/2012**, de interesse do Deputado Renzo do Amaral Braz; 9 – **Processo nº 107.237/2012**, de interesse do Deputado Mauro Mariani; 10 – **Processo nº 108.040/2012**, de interesse do Deputado Vicente Arruda; 11 – **Processo nº 108.042/2012**, de interesse do Deputado Simão Sessim; 12 – **Processo nº 104.666/2012**, de interesse do Deputado Milton Monti; 13 – **Processo nº 106.804/2012**, de interesse do Deputado Júlio Semeghini; 14 – **Processo nº 107.065/2012**, de interesse da Deputada Cida Borghetti; 15 – **Processo nº 108.139/2012**, de interesse do Deputado Pedro Henry; 16 – **Processo nº 107.341/2012**, de interesse do Deputado Edmar Arruda; 17 – **Processo nº 107.512/2012**, de interesse do Deputado Ângelo Agnolin; 18 – **Processo nº 104.225/2012**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho. Com a palavra, o Senhor Deputado Eduardo da Fonte, na qualidade de Corregedor, expôs o seguinte processo: 1) **Processo nº 143.970/2011**. Requerimento subscrito pelo Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ), em que solicita a apuração de denúncia contra o Deputado João Carlos Bacelar, com base em reportagem da Revista Veja, edição nº 2240, datada de 26 de outubro de 2011, que noticia supostas contratações irregulares de funcionários. Após análise do processado, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer (Of. 2VIPR/COR nº 15/2012) do Senhor Corregedor, exarado às fls. 52 a 59, conforme exposto: “... Conclusão 36. Pelas razões aqui expostas, opino pela apresentação, em desfavor do Deputado João Carlos Bacelar, de Representação da Mesa Diretora ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por verificar a existência de indícios de atos atentatórios ao decoro, nos termos do art. 3º, II, c/c art. 5º, X, do Código de Ética e de Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados. Eis o parecer que submeto à consideração dos Nobres Pares.”. Em decorrência, a Mesa Diretora apresentou REPRESENTAÇÃO, nos termos a seguir: “Representa ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o Deputado JOÃO CARLOS BACELAR (PR/BA), por procedimento atentatório ao decoro parlamentar. A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições previstas no art. 14, *caput*, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, acatando o Parecer do Senhor

Segundo Vice-Presidente e Corregedor aprovado na reunião da Mesa Diretora realizada em 12 de abril de 2012, relativo ao que consta do processo interno nº 2011/143.970, formula a presente **REPRESENTAÇÃO** ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em face do Sr. **JOÃO CARLOS PAOLILO BACELAR FILHO**, como incurso no citado art. 5º, X, c.c o art. 3º, II, e com o art. 14, §1º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar, instituído pela Resolução da Câmara dos Deputados nº 2, de 2011. Acompanham esta Representação, como partes integrantes, o Parecer do Senhor Segundo Vice-Presidente e Corregedor, submetido à Mesa por meio do Ofício 2VIPR/COR. Nº 15/2012, e todos os demais documentos que compõem o processo interno nº 2011/143.970.” **IV – PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO.** Preliminarmente, o Senhor Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, lembrou que ele solicitara a realização de reunião para tratar da reforma administrativa. Todavia, acrescentou, tendo em vista questões de previsão orçamentária e a evolução das tratativas sobre recursos com a Comissão Mista de Orçamento, deixava a matéria reforma administrativa para ocasião futura e passava diretamente à sua pauta, limitando-se aos seguintes processos: 1 – **Processo nº 100.482/2012, referente ao Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados**, do período de janeiro de 2011 a dezembro de 2011, o qual fora aprovado pelo Senhor Presidente, *ad referendum* da Mesa, conforme despacho à fl. 23, consubstanciado na Portaria nº 1, de 25/1/2012, publicada no DOU nº 20, de 27/01/2012 (fls. 33 a 34). A Mesa Diretora ratificou, por unanimidade, o despacho do Senhor Presidente Marco Maia, exarado *ad referendum*, conforme parecer do Relator às fls. 48 e 49. 2 – **Processos nº 101.894/2011 e nº 104.442/2012**, referente ao Orçamento Analítico da Câmara dos Deputados, do exercício financeiro de 2011 e de 2012, respectivamente, compreendidas as despesas fixadas para as Unidades Orçamentárias “Câmara dos Deputados” e “Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados”. Submetidos a votos, os pareceres favoráveis do Relator, Deputado Eduardo Gomes, foram aprovados por unanimidade, respectivamente às fls. 61/62 e fls. 73/74. 3 – **Processo nº 159.230/2005.** Parecer do Senhor Deputado Eduardo Gomes, Relator, à fl. 71: “Trata-se de solicitação do Superior Tribunal Militar-STM no sentido de que seja providenciada a retirada do patrimônio pertencente à Câmara dos Deputados existente no terreno que engloba os Lotes 02, 03 e 04 da Quadra 06 do Setor de Administração Federal Sul (SAFS), e de questionamento sobre a possibilidade de utilização da cerca metálica já instalada no local. Tal solicitação, encaminhada pelo Ministro-Presidente do Superior

Tribunal Militar, justifica-se em razão do início de ações voltadas à construção da futura sede daquela Corte nos referidos Lotes, tendo em vista a comprovação da posse dessas áreas, consoante a cópia do respectivo Termo de Entrega acostado às fls. 2 a 5. A instrução processual revela, em síntese, que: – há aproximadamente vinte anos a mencionada área, contígua ao Anexo IV desta Casa de Leis, foi objeto de tratativas entre a Câmara dos Deputados e o Governo do Distrito Federal (GDF), com vistas a viabilizar a expansão do Complexo Arquitetônico desta Casa; – em 15/09/2006, na Ata da 157ª Assembleia Geral Extraordinária da TERRACAP, o GDF e a União, acionistas daquela Autarquia Distrital, aprovaram, por unanimidade, a “doação dos Lotes 02, 03 e 04, Quadra 06, SAFS, Brasília/DF, à União, para uso da Câmara dos Deputados”; – em novembro de 2010, a Câmara dos Deputados tomou conhecimento de que a Secretaria de Patrimônio da União – SPU havia doado os Lotes em referência ao Superior Tribunal Militar, ignorando, *data venia*, todo o esforço despendido por esta Casa perante o GDF para aprovar a doação dos Lotes destinados ao projeto de expansão de seu Complexo Arquitetônico; – em 13/12/2010, reuniram-se na SPU representantes da Direção desta Casa e a Secretária de Patrimônio da União para tratar do tema, ocasião em que a Secretária informou teria ocorrido um equívoco na tramitação do processo; – em 10/03/2011, a situação passou a ser objeto de análise de nova gestão da SPU; – em junho de 2011 seguiram-se reuniões entre a Direção desta Casa e a Direção-Geral do STM, inclusive com a presença, em uma delas, do titular desta Primeira-Secretaria da Câmara dos Deputados, sem, contudo, ter havido consenso entre as partes; – por fim, em 02/08/2011, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Diretor-Geral desta Casa e o Ministro do STM, em reunião, decidiram por convocar a Secretária do Patrimônio da União para nova reunião nas dependências da Câmara dos Deputados; – segundo manifestação do Departamento Técnico – Detec (fls. 9), “a falta de terreno contíguo aos existentes para a construção de novas edificações pode colocar em risco diversos serviços desta Casa de apoio à atividade parlamentar, que necessitarão de novos espaços físicos em decorrência da construção da Ampliação do Ed. Anexo IV, na Quadra 03 do SAFS, e do Centro de Tecnologia (CETEC Norte), no Complexo Avançado na Via N3, ambas previstas no PPA 2012-2015”; – com relação à cerca metálica já instalada pela Câmara dos Deputados no local, o Detec sugere, caso seja confirmada a destinação do terreno ao STM, seu reaproveitamento em outras áreas desta Casa, quando da realização de intervenções em seus terrenos. No encami-

nhamento da matéria a esta Secretaria, o Diretor-Geral opina pelo urgente prosseguimento das tratativas com a SPU e que a matéria seja, concomitantemente, levada ao conhecimento e à deliberação da Mesa, para ulterior comunicação formal ao STM. Outrossim, sugere-se que o GDF seja convidado a participar das tratativas, de modo a possibilitar a desafetação de outra área para a construção da nova sede daquela Corte Superior. Dada a urgência da matéria, esta Secretaria encaminhou o processo ao Senhor Presidente, a teor do disposto no parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno, para que, caso assim o entendesse, decidisse *ad referendum* da Mesa Diretora acerca do encaminhamento do Diretor-Geral, assim como, em conformidade com as disposições da alínea “n”, inciso VI, do art. 17 do Regimento Interno, oficiasse o Superior Tribunal Militar sobre essa decisão (fls. 66 e 68). Em seguida, os autos retornaram a esta Secretaria para conhecimento da douta Mesa e ratificação da decisão do Senhor Presidente.”. A propósito desse processo, esclareceu o Senhor Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, que ele dizia respeito à constituição de uma comissão para tratar dos Lotes 02, 03 e 04, da Quadra 06 – SAFS, os quais se estiveram sob a posse da Câmara dos Deputados e que, por decisão equivocada do Serviço de Patrimônio da União, foram entregues ao Superior Tribunal Militar. Ressaltou Sua Excelência a absoluta necessidade de a Casa proceder a negociações em caráter definitivo para não perder essa área indispensável à possível construção do Anexo IV-B, frisando, ao final, que, como se tratava de pendência entre Poderes, o encaminhamento da questão deveria ser conduzido pelo Presidente da Câmara. Colocado em votação, a Mesa Diretora, por unanimidade, ratificou a decisão do Senhor Presidente, citada no parecer supra, tendo o Senhor Presidente Marco Maia determinado ao Senhor Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, a continuidade da condução das tratativas em nome da Casa. 4 – **Processo nº 110.097/2011**. Parecer do Deputado Eduardo Gomes, Relator, à fl. 54: “**Trata-se de proposta de criação, na Segunda Vice-Presidência, de 1 (uma) função comissionada de Assessor Técnico, Nível FC-07, visando ao aprimoramento da atuação institucional desse órgão de composição da Mesa Diretora, que tem como missões, dentre outras, exercer a função de Corregedoria e de fomento da interação institucional entre a Câmara dos Deputados e os órgãos do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com vistas a desenvolver sistematicamente a ação legislativa. Para tanto, serão extintas, na Segunda Vice-Presidência, 1 (uma) função de Ajudante “A”, FC-02; 2 (duas) funções de Ajudante “B”, FC-03;**

e 2 (duas) funções de Auxiliar, FC-04; e ainda 1 (uma) função comissionada de Auxiliar “B”, Nível FC-02, a ser extinta na Coordenação de Apoio Técnico Administrativo da Consultoria Legislativa. A nova disposição de funções não acarretará acréscimo de despesa, podendo ser efetivada por meio de Ato da Mesa, nos termos do art. 4º da Resolução nº 46, de 2006, *in verbis*: Art. 4º Desde que não acarrete acréscimo de despesas, a Mesa podera dispor sobre requisitos, atribuições, criação, transformação, extinção e lotação de cargos efetivos e funções comissionadas, bem como sobre a estrutura dos órgãos da Câmara dos Deputados, com vistas na racionalização e modernização administrativa. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, nos termos da anexa minuta de Ato de Mesa.”. Em votação, o parecer supra foi aprovado por unanimidade e, em consequência, a Mesa Diretora baixou o Ato da Mesa nº 34, de 2012, que “extingue funções comissionadas da Segunda Vice-Presidência e da Consultoria Legislativa e cria função comissionada na Segunda Vice-Presidência”. 5 – **Processo nº 147.103/2011**. Parecer do Relator à fl. 13: “**Trata-se de proposta, formulada pelo Departamento Médico – Demed, de criação de 2 (dois) cargos de Analista Legislativo – atribuição Enfermeiro. A proposta visa ajustar o quadro de pessoal efetivo da Casa para atender às necessidades do Demed, tendo em vista a deficiência de pessoal existente e a sobrecarga de atividades enfrentada pelos servidores lotados naquele órgão, de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados aos parlamentares, servidores da Casa e público externo. Segundo a instrução processual, serão extintos 1 (um) cargo efetivo vago de Analista Legislativo – atribuição Administrador e 1 (um) cargo efetivo vago de Analista Legislativo – atribuição Assistente Social; e criados 2 (dois) cargos de Analista Legislativo – atribuição Enfermeiro no Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, à luz do disposto no art.4º da Resolução nº 46, de 2006, que autoriza a Mesa Diretora dispor sobre requisitos, atribuições, criação, transformação, extinção e lotação de cargos efetivos, funções e cargos comissionados, bem como sobre a estrutura dos órgãos da Câmara dos Deputados, com vistas na racionalização e na modernização administrativa, desde que os atos não acarretem acréscimo de despesa. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, na forma da anexa minuta de Ato da Mesa.”. Submetido a votos, o parecer supra foi aprovado por unanimidade e, em consequência a Mesa Diretora baixou o Ato da Mesa nº 35, de 2012, que “dispõe sobre a extinção e criação de cargos**

no Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados”. 6 – **Processo nº 137.182/2011.** Parecer do Relator à fl. 21: “Trata-se de proposta do Departamento de Comissões visando à unificação dos serviços de apoio aos trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito e das Comissões Especiais, por meio da alteração do Ato da Mesa nº 77, de 7 de junho de 2001, *que cria funções comissionadas para os trabalhos das comissões parlamentares de inquérito*. Esclareça-se que o Departamento de Comissões possui, em sua Coordenação de Comissões Temporárias, serviço de apoio destinado a atender às Comissões Parlamentares de Inquérito, bem como serviço destinado a atender às Comissões Especiais. Segundo a instrução processual, esses dois serviços em um único serviço de apoio às atividades das comissões temporárias, estendendo às Comissões Especiais a possibilidade de contar também com as funções criadas pelo Ato da Mesa nº 77, de 2001, oferecerá maior flexibilidade ao Departamento de Comissões, otimizando a gestão de pessoas com vistas à prestação de serviços com mais qualidade e eficiência. Essa medida justifica-se em razão de haver períodos de maior demanda nas Comissões Especiais, e outros em que o fluxo concentra-se mais nas atividades desempenhadas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito. Na essência, a proposta permite que as funções comissionadas destinadas ao apoio dos trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito possam ser utilizadas pelas Comissões Especiais, porém, será assegurada prioridade às demandas das Comissões Parlamentares de Inquérito. Instada a manifestar-se, a Assessoria Jurídica do Departamento de Pessoal posicionou-se favoravelmente à proposta, afirmando que o pedido em análise não acarreta acréscimo de despesa, o que possibilita ser a alteração da norma realizada por meio de Ato da Mesa. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, na forma da anexa minuta de Ato da Mesa.”. **Analisado o processo, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer supra e, em consequência, baixou o Ato da Mesa nº 36, de 2012, que “altera o Ato da Mesa nº 77, de 7 de junho de 2001”.** 7 – **Processo nº 138.403/10.** Parecer do Senhor Deputado Eduardo Gomes, Relator, às fls. 71 a 74: “Trata-se de pedido de reconsideração, formulado pelo ex-Deputado Jorge Khoury, da decisão do Senhor Presidente desta Casa que, ao conceder a aposentadoria requerida pelo ex-congressista – publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 2011-, excluiu da contagem 11 meses e 07 dias referentes ao mandato de Prefeito de Juazeiro, na Bahia, exercido de 31 de janeiro de 1983 a 31 de dezembro de 1988.

A decisão atacada está assim redigida: “Ratifico o Ato de Concessão de aposentadoria de fl. 49. Acolho o parecer de fls. 52 a 54, da Secretaria de Controle Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral, para conhecimento e elaborar ofício em resposta ao pedido, ressaltando que o ex-parlamentar tem averbados 11 (onze) meses e poderá complementar o tempo necessário ao exercer novamente mandato federal, como titular ou suplente, e, assim, atingir os 365 dias exigidos em lei para fazer jus a mais 1/35 no valor da aposentadoria concedida.” Invoca o ex-parlamentar, em suas razões recursais, **a antecipação na data de posse dos cargos eletivos em janeiro de 1988, em face de determinação constitucional; o exercício integral do mandato de Prefeito de Juazeiro/Ba; e a razoabilidade na consideração dos 11 meses e sete dias restantes para cômputo no cálculo da aposentadoria.** A instrução processual revela divergência nos pareceres da **Coordenação de Registro e Segurança Parlamentar do Departamento de Pessoal** – a qual sustenta que, em face da submissão da administração pública ao princípio da legalidade, não poderia considerar a determinação contida no art. 4º, § 1º, da Lei 9.506/97 de que a apuração do tempo de exercício de mandato é feita em dias, convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias -, **e da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral** que propugnou, com fundamento nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, aliada à interpretação sistêmica da Lei 9.506/97, não poder ignorar o fato de que o mandato de Prefeito à época, embora reduzido por ditame do constituinte originário, foi exercido por completo pelo ex-deputado, assim como que a referida lei, a qual criou o PSSC e extinguiu o antigo IPC, reprisou, em seu art. 5º, antiga previsão legal (Lei 7087/82, art. 27) de averbação de mandato parlamentar estadual ou municipal, e não somente de parte dele, como defendido pela Coordenação de Registro e Segurança Parlamentar.. e que a redução do mandato ocorreu não por ato de mera disposição do interessado, mas por determinação constitucional (ADCT, art. 4º § 4º), o que afasta qualquer violação ao princípio da legalidade, concluindo que, além dos 5/35 (cinco trinta e cinco avos) relativos aos 5 anos integralizados, deveria também ser acrescida a fração de 11/12 (onze doze avos) de 1/35 (um trinta e cinco avos) na averbação requerida pelo ex-congressista. Objetivando dirimir a controvérsia estabelecida entre o Departamento de Pessoal e a Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, o processo foi encaminhado à Secretaria de Controle Interno que, em bem fundamentada manifestação lançada às fls. 52/54, concordou com a posição do Departamento de Pessoal entendendo que “aque-

les 11 meses de mandato municipal somente poderiam ser contados na presente aposentadoria se e quando completados os 365 dias imprescindíveis para o acréscimo de 1/35", pois o tempo a ser contado para majorar os proventos de aposentadoria parlamentar deve ser considerado em ano (**artigos 1º, §6º, inciso IV, e 4º, § 1º, da Lei 9.506/97**). Como não houve retratação do Presidente desta Casa, os presentes autos foram então encaminhados a esta Primeira-Secretaria pela Chefia de Gabinete da Presidência no final de junho próximo passado para inclusão em pauta. Determinei fosse colhida nova manifestação da Diretoria-Geral e a anexação a este do processo 138.403/2010, que trata do pedido de aposentadoria. Consta, às fls. 51 dos autos, cópia da publicação do Ato que concedeu aposentadoria ao ex-Deputado Federal Jorge Khoury, com proventos de 26% do subsídio acrescidos de dezessete trinta e cinco avos da remuneração fixada para os membros do Congresso nacional. Passo a decidir. Merece ser provido o recurso ora em análise para que passe de dezessete para dezoito trinta e cinco avos da remuneração fixada para os membros do Congresso Nacional a aposentadoria do ex-congressista Jorge Khoury. *In casu*, as manifestações dos órgãos técnicos da Casa que levaram o Senhor Presidente a decidir contrariamente ao requerido contrariam direito fundamental, o preceito constitucional propriamente dito do **direito adquirido**, contido no artigo 5º, XXXVI, da Lei Maior, e no § 2º do artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. Transcrevo, objetivando uma melhor compreensão da matéria pelos ilustres Pares, o contido no inciso XXXVI do artigo 5º – Direitos e Garantias Fundamentais na Constituição, *verbis*: “**A lei não prejudicará o direito adquirido**, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.” Já o § 2º do artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil possui a seguinte redação: “**Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém que por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo prefixo, ou condição preestabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.**” Assim, vejamos, embora resumidamente, os motivos de fato e de direito que alicerçam o deferimento do recurso. O ora recorrente disputou e venceu a eleição para Prefeito do município de Juazeiro, situado no Estado da Bahia, no ano de 1982. Foi **eleito e diplomado pela Justiça Eleitoral**, tomou posse **em 31 de janeiro de 1983** para exercer o mandato para o qual foi eleito, até **1º de fevereiro de 1989**. Ocorre que o legislador constituinte, ao redigir a Carta de 1988, instituiu a regra de que os Chefes do Poder Executivo devem tomar posse no dia 1º de janeiro do ano seguinte ao das eleições, sob a alegação de garantir ao eleito o controle sobre o orça-

mento do primeiro ano do mandato. O texto, contido no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ficou assim redigido: “Art.4º..... §4º Os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores terminarão no dia 1º de janeiro de 1989, com a posse dos eleitos.” Tal modificação feriu de morte **o princípio constitucional da temporariedade legal dos mandatos eletivos**, ou seja, de que os mandatos que estão em curso não podem nem devem ser prorrogados ou reduzidos. No caso ora em análise, aumentou-se o mandato em um mês para os que tomaram posse em 1º de janeiro de 1989 e reduziu-se em um mês o mandato de quem foi eleito em 1983, **golpeando-se tanto o direito adquirido dos prefeitos eleitos, como a soberania popular manifestada nas urnas em 1982**. Ora, **motivos de força maior ou fatos supervenientes** não podem retirar do ora recorrente o **direito adquirido** de ver averbado o mês de janeiro de 1989 ao seu patrimônio previdenciário, sob pena, inclusive, de ferir **o princípio da segurança jurídica**. Sobre o assunto, transcrevo lição de CRETELLA JÚNIOR, *in* Enciclopédia Saraiva, pág. 134: “Quando, durante a vigência de determinada lei, alguém adquire um direito, este se incorpora ao patrimônio do titular mesmo que este não o exercite, de tal modo que o advento de lei nova não atinge o status conquistado, embora não exercido ou utilizado, como, p.ex., o agente público que, após trinta anos de serviço, adquire direito à aposentadoria, conforme a lei então vigente, e não atingido pela nova lei que fixe em trinta e cinco anos o requisito para a aposentadoria. O não exercício do direito, nesse caso, não implica a perda do direito, adquirido na vigência da lei anterior. Ao completar, na vigência da lei antiga, trinta anos de serviço público, o titular adquiriu o direito subjetivo público de requerer a aposentadoria, em qualquer época, independentemente de alteração introduzida na lei nova, que não mais o atinge. Qualquer ameaça ou medida concreta de cercear tal direito encontraria a barreira constitucional do direito adquirido. O direito adquirido, em virtude da relação de função pública, denomina-se direito subjetivo público e é oponível ao estado pro labore facto. Incorporado ao patrimônio do funcionário, pode ser exigido a qualquer época, a não ser que o texto expresso da lei lhe fixe o período de exercício. Do contrário, adquirido sob o império de uma lei, em razão do *vinculum iuris*, que liga ao Estado, é intocável, não obstante alteração introduzida por lei, posterior, podendo ser oponível ao Estado que, se o negar, fere direito subjetivo público, líquido e certo de seu titular, como, p. ex., pelo decurso do tempo, fixado em lei, o funcionário adquire direito (à aposentadoria, às férias, à licença-prêmio, ao estipêndio, aos adicionais) *pro*

labore facto, ingressando em *status* intocável, imune a qualquer fato ou lei que tente vulnerá-lo, o que implicaria ofensa ao direito adquirido, com implicações patrimoniais e/ou morais.” Nesse sentido é a súmula 359 do Supremo Tribunal Federal, do seguinte teor: **A aposentadoria rege-se pela lei em vigor na data em que o servidor reuniu as condições necessárias para aposentar-se.** Demais disso, havia a preocupação do legislador com o mandato parlamentar e com suas atividades – **que impõem ao congressista o distanciamento de suas atividades privadas e, com o passar do tempo, a dedicação exigida pelo cargo acaba por vinculá-lo completamente à vida pública, afastando-o definitivamente da profissão que anteriormente exercia** -, desde a criação do Instituto de Previdência dos Congressistas em 1963, pela Lei 4.284, onde já continha a seguinte previsão legal, *verbis*: Art. 5º. É facultado aos parlamentares no exercício do mandato à época em que entrar em vigor esta lei, bem como aos que, de futuro, não se reelegerem, continuarem a contribuir até ultrapassar as cotas relativas a 8 (oito) anos, na forma e para os fins do §1º do art. 2º, ou receber contribuições recolhidas, acrescidas dos juros pagos pelo Banco onde são feitos os depósitos do IPC. Posteriormente, a Lei 4.937, de 1966, no *caput* do seu artigo 5º, previa que a pensão aos ex-congressistas era proporcional aos anos de mandato à razão de 1/30 (um trinta avos). E seus parágrafos tinham a seguinte redação: §1º. A pensão, em qualquer hipótese, fica subordinada ao recolhimento das contribuições correspondentes a 8 (oito) anos e, no caso de o término do mandato ou a aposentadoria ocorrer antes do pagamento total da carência, o restante será pago na base do subsídio ou dos vencimentos básicos na data da concessão do benefício. § 2º. No caso de afastamento temporário do Congressista, para o exercício de outra função compatível com o mandato, não podendo haver o desconto em folha do Congresso o associado pagará integralmente a sua contribuição e a da Câmara a que pertencer, correspondentes ao tempo de afastamento. A Lei 6.017, de 31 de dezembro de 1973, também previa que: Art. 8º. Se ao término do mandato o congressista não houver cumprido o mínimo de oito anos de exercício, consecutivo ou alternado, poderá integralizar a carência, mediante o pagamento de contribuição referente a vinte por cento sobre a parte fixa do subsídio vigente, mensalmente, desde que o requeira no prazo de seis meses. No mesmo sentido foi redigida a Lei 6.311, de 1975, que alterou a legislação anterior, *verbis*: Art. 10. O associado que tenha contribuído obrigatoriamente para o IPC e deixou de fazê-lo por impedimento legal, mesmo que tenha havido devolução, poderá recolher as contribuições

recebidas, nas condições em que o órgão estabelecer, para efeito da complementação do período de carência de oito anos. Já a Lei 9.506, de 30 de outubro de 1997, que criou o Plano de Seguridade Social dos Congressistas – PSSC e extinguiu o Instituto de Previdência dos Congressistas, prescreve: Art. 5º. Para fins de contagem de tempo de exercício de mandato é facultada ao segurado a averbação do tempo correspondente aos mandatos eletivos municipais, estaduais ou federais. Consigno, por derradeiro, que “o Supremo Tribunal Federal firmou orientação jurisprudencial no sentido de que o servidor público não tem direito adquirido a determinado regime jurídico, que pode ser alterado no interesse da administração, mas a eventual alteração legislativa deve preservar o valor da remuneração até então percebida, sob pena de ofensa aos princípios constitucionais do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos/ proventos”. (AMS 20054000001799-0/PI, Rel. Desembargadora Federal Angela Catão, Primeira Turma do TRF1, e-DJF1 p.21 de 19/07/2011). Assim, demonstrado ter havido contrariedade aos princípios constitucionais do direito adquirido, da temporariedade dos mandatos eletivos, da segurança jurídica e à soberania popular manifestada nas eleições de 1982; caracterizado ainda que houve impedimento legal para o recolhimento da contribuição do mês de janeiro de 1989; e não havendo disposição legal vedando o recolhimento atualizado da contribuição, conforme previsão existente no § 2º do artigo 5º da Lei 9.506/97, opino favoravelmente ao legítimo acréscimo do mês de janeiro de 1989 ao cálculo do benefício da aposentadoria do ex-Deputado Federal Jorge Khoury. À superior consideração da douta Mesa.”. Consultado sobre a matéria, o Senhor Diretor-Geral, Rogério Ventura Teixeira, esclareceu que o Tribunal de Contas da União tem rejeitado processos em que falta tempo para completar o prazo mínimo, como no caso em tela; que o Controle Interno se manifestara contrariamente ao pedido, entendimento que fora acompanhado pelo Presidente da Casa. Discutida a matéria, o parecer supra foi aprovado por unanimidade, tendo o Senhor Presidente Marco Maia se abstenido de votar. Finalizando, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres proferidos pelo Relator, Deputado Eduardo Gomes, nos seguintes processos: **1 – Processo nº 140.823/2011.** Parecer do Relator à fl. 20: “Trata-se da **ratificação**, pela douta Mesa, da autorização do Senhor Presidente, concedida nos termos do art. 15, parágrafo único, do Regimento Interno, de prorrogação, pelo prazo de um ano, da cessão da servidora **Lúcia Frederico de Lyra Vaz**, ponto nº 6.893, para a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, com vistas a continuar no

exercício do cargo em comissão de Gerência Executiva, Código CGE III, naquele órgão, com ônus para o órgão cedente. O Departamento de Pessoal informa que a servidora foi cedida à mencionada Agência, no período de 29/08/2003 a 03/11/2004, sem ônus para a Câmara dos Deputados, mediante ressarcimento. No período de 04/11/2004 a 22/12/2010, foi lotada na ANP, com exercício provisório, em razão de Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge. A partir de 23/12/2010, a servidora foi novamente cedida à ANP, com ônus para a origem, com prazo de sua cessão previsto para vencer em 22/12/2011. Há amparo na legislação de regência para a prorrogação solicitada. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução.”; 2 – **Processo nº 101.159/2012**. Parecer do Relator à fl. 10: “Trata-se de solicitação do Senhor Governador do Estado do Ceará para que seja autorizada a prorrogação da cessão do servidor da Câmara dos Deputados **Maurício Holanda Maia**, Analista Legislativo, atribuição Consultoria, ponto nº 6.810, a fim de continuar exercendo cargo em comissão de Secretário Adjunto da Secretaria da Educação daquele Estado. O servidor ingressou na Câmara dos Deputados em 26/08/2004 e foi cedido ao Governo do Estado do Ceará em 25/01/2007, com ônus para o órgão cessionário, mediante ressarcimento do cargo efetivo e da contribuição previdenciária. O prazo da cessão expirou em 24/01/2012. A matéria está disciplinada no art. 93, inciso I e § 1º da Lei nº 8.112/1990 e, no âmbito da Câmara dos Deputados, no parágrafo único do art. 1º do Ato da Mesa nº 56, de 1997, *in verbis*: Lei nº 8.112/90 Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses: I – para exercício de cargo em comissão ou função de confiança; (...) § 1º Na hipótese do inciso I, sendo a cessão para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária, mantido o ônus para o cedente nos demais casos.” (grifo nosso) Ato da Mesa nº 56/97 “Art. 1º O servidor efetivo da Câmara dos Deputados somente poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão, nas seguintes hipóteses: (...) Parágrafo único. Outras requisições poderão ser atendidas, desde que sem ônus para a Câmara dos Deputados.” (grifo nosso) Revela a instrução do processo que, atualmente, 24 (vinte e quatro) servidores encontram-se à disposição de outros órgãos públicos. A Consultoria Legislativa, órgão de lotação do servidor, informa não se opor, no momento, à permanência do servidor

no órgão cessionário, visto que tem “*realizado um trabalho de reconhecida importância junto à Secretaria de Educação do Estado do Ceará*”. Ante o exposto, esta Secretaria submete o pedido ao exame e à deliberação da douta Mesa, com **parecer favorável à prorrogação da cessão por 1 (um) ano**, a contar de 25/01/2012, nos termos das informações e manifestações dos órgãos técnicos da Casa.”; 3 – **Processo nº 133.068/2011**. Parecer do Relator às fls. 20/21: “Cuidam os autos de questionamento desta Secretaria acerca da aplicação, no âmbito da Câmara dos Deputados, do disposto no art. 10, II, b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que trata da proibição de exoneração durante o estado gravídico e a licença-maternidade. O pedido objetiva esclarecer a douta Mesa sobre o tema, haja vista que, em reunião realizada em 12/07/2011, o Colegiado suscitou dúvidas acerca da possibilidade de exoneração de servidora comissionada, em estado gravídico ou em gozo de licença-maternidade, mediante o pagamento de indenização correspondente ao período de estabilidade provisória. De início, importante colacionar o voto do Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento de Recurso Extraordinário acerca da matéria, *verbis*: RE 639786/SC – Santa Catarina. Julgamento: 23/11/2011 (...) “**As gestantes – quer se trate de servidoras públicas, que se cuide de trabalhadoras, qualquer que seja o regime jurídico a elas aplicável, não importando se de caráter administrativo ou de natureza contratual (CLT), mesmo aquelas ocupantes de cargo em comissão ou exercentes de função de confiança ou, ainda, as contratadas por prazo determinado, inclusive na hipótese prevista no inciso IX do art. 37 da Constituição, ou admitidas a título precário – têm direito público subjetivo à estabilidade provisória, desde a confirmação do estado fisiológico de gravidez até cinco (5) meses após o parto (ADCT, art. 10, II, “b”) e, também à licença-maternidade de 120 dias (CF, art. 7º, XVIII, c/c o art. 39, §3º), sendo-lhe preservada, em consequência, nesse período, a integridade do vínculo jurídico que as une à Administração Pública ou ao empregador, sem preluízo da integral percepção do estipêndio funcional ou da remuneração laboral. (...) Se sobrevier, no entanto, em referido período, dispensa arbitrária ou sem justa causa de que resulte a extinção do vínculo jurídico-administrativo ou da relação contratual da gestante, assistir-lhe-á o direito a uma indenização correspondente aos valores que receberia até cinco (5) meses após o parto, caso incorresse tal dispensa.**” (grifos acrescidos) (...) Destaca-se da referida jurisprudência que a Suprema Corte reconheceu, nesse julgamento, a proteção

à maternidade como garantia constitucional a todos aqueles que mantêm vínculo empregatício, independentemente de sua natureza, seja ela pública ou privada. Por sua vez, a disposição do § 3º do art. 39 da Constituição Federal estendeu às servidoras ocupantes de cargo público o direito à Licença à Gestante, sem qualquer distinção entre a servidora ocupante de cargo efetivo e a servidora ocupante de cargo em comissão. Relevante ainda transcrever julgado de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, cuja relatora foi a Ministra Cármen Lúcia, do STF, impetrado por servidora desta Casa de Leis, que se encontra no aguardo para julgamento em Plenário daquela e. Corte, *verbis*: MS 30519 MC/DF – DISTRITO FEDERAL. MEDIDA CAUTELAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA. Julgamento: 05/04/2011. (...) 2. **A Impetrante sustenta que, “em 25/02/2011, (...) ao chegar ao trabalho foi surpreendida com a sua exoneração. Ante o acontecido, a mesma se dirigiu ao departamento pessoal para informar que estava grávida, e que em virtude de tal situação não poderia ser exonerada. (...) 3. A Impetrante assevera que, “apesar de ter conhecimento desde quando fora nomeada que seu cargo era de natureza especial e de livre provimento e que a qualquer momento poderia ser exonerada, (...) jamais imaginaria que seus direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal seriam violados, haja vista à época de sua dispensa estar grávida” (fl. 2). Afirma que a relevância do fundamento estaria configurada, pois “há de se reconhecer à gestante em exercício de cargo em comissão o direito à estabilidade provisória, independentemente de prévia comunicação, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, em que pese esse cargo ser de livre provimento e dispensa, uma vez que encontra guarida no próprio texto constitucional, que instituiu a garantia dos princípios maiores da moralidade pública, do respeito à gravidez, à personalidade e à dignidade da pessoa humana” (fl. 4). (...) **Requer o deferimento da medida liminar para “assegurar os direitos usurpados com a exoneração, desse modo anulando o Ato de Exoneração, reintegrando a Impetrante ao cargo até que se cumpra o período de estabilidade provisória e da licença maternidade. Porém, caso não seja esse o entendimento de V.Exa., requer alternativamente o pagamento de indenização a partir do dia da exoneração, 25/02/2011, correspondente ao tempo da estabilidade provisória e da licença maternidade. Requer ainda os benefícios da estrutura médico-hospitalar do Impetrado, tendo em vista a Impetrante não possuir condições para arcar com despesas médicas e hospitalares” (fls. 13-14). (...) 4. O que se põe****

em foco no presente mandado de segurança é se o ato da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados teria contrariado direito líquido e certo da Impetrante ao determinar a exoneração de gestante ocupante de cargo em comissão. A Impetrante requer, em essência, a reintegração no cargo ou o pagamento de indenização pelo período da estabilidade provisória e da licença maternidade. (...) 8. Além disso, apesar de este Supremo Tribunal ter assentado que as servidoras públicas efetivas no exercício de cargo em comissão têm direito à remuneração desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, conforme o art. 7º, inc. XVIII, da Constituição da República e o art. 10, inc. II, alínea b, do Ato das Disposições Constitucionais Provisórias, não há precedente específico quanto às ocupantes de cargo em comissão não efetivas no serviço público. Assim não há de como se concluir pela existência de fundamento relevante, neste ponto. 9. Neste exame preliminar e precário, próprio das medidas liminares, não está evidenciado o relevante fundamento nas alegações apresentadas, não sendo possível deferir o pedido. 10. Pelo exposto, sem prejuízo de reapreciação da matéria no julgamento do mérito, indefiro a medida liminar requerida (art. 7º, inc. III, da Lei nº 12.016/2009). (grifos acrescentados) (...) Trata-se, portanto, de tema controverso que, pelo que se anuncia, será aprofundado quando de seu julgamento em Plenário, uma vez que, como a própria Ministra Cármen Lúcia afirmou em sua decisão, não há precedente específico acerca das ocupantes de cargo em comissão. Bem por isso, nada obstante o entendimento inicial desta Casa de se estender às servidoras indistintamente a denominada estabilidade provisória, a prática tem apresentado situações de difícil solução, expondo a necessidade de se modular a garantia constitucional às especificidades dos casos concretos. No caso da Câmara dos Deputados, a natureza dos cargos e funções de livre nomeação e exoneração de sua estrutura de pessoal, muitas vezes atrelados a mandatos parlamentares ou a cargos por esses ocupados nesta Casa, torna a questão ainda mais complexa de solução. À vista disso, foi realizada reunião com representantes do Departamento de Pessoal, da Primeira-Secretaria e da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral para debater o assunto. Concluiu-se, na oportunidade, que devido ao fato de a matéria encontrar-se *sub judice* e tomando-se como escopo o mandamento constitucional e a sua ratificação, em princípio, pelo Ministro Celso de Mello, até que a Suprema Corte volte a se pronunciar, outra alternativa não resta à Administração senão propugnar pela impossibilidade de exoneração de servidora durante o estado gestacional e

durante a licença-maternidade. Por fim, dada a peculiaridade dos cargos e funções de livre nomeação e exoneração da Câmara dos Deputados, os órgãos técnicos citados sugerem que, quando o caso o exigir, seja este analisado individualmente, sob a ótica do interesse público e da proteção à gestante. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, acompanhando o entendimento dos órgãos técnicos, conforme a instrução.”; 4 – **Processo nº 23.023/2010**. Parecer do Relator à fl. 26: “Trata-se de requerimento da ex-servidora **Juliana Moreira Sanchez**, ponto nº 169.355, exonerada do cargo quando estava grávida, no qual pleiteia: (1) estabilidade no cargo ocupado, (2) indenização pelo período restante da gestação, pagamento do período de licença maternidade, e todos os seus reflexos (férias proporcionais, décimo terceiro proporcional, recolhimento da contribuição previdenciária respectiva e demais auxílios e indenizações pertinentes). Revelam os autos que a interessada exerceu nesta Casa cargo em comissão de Secretário Parlamentar, exonerável *ad nutum*, sob o regime da Lei nº 8.112/90 (art. 9º, inciso II), vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, § 13, da Constituição Federal, lotada no gabinete do Deputado Michel Temer, no período de 10/07/1997 a 14/04/2009, tendo sido exonerada a partir de 15/04/2009. Ao manifestar-se, o Departamento de Pessoal destacou jurisprudência que prevê o dever da Administração Pública de indenizar a servidora exonerada em estado gravídico, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso II, alínea ‘b’, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Por sua vez, a Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, em síntese, assim se pronunciou sobre os direitos da requerente: – não possui estabilidade no cargo público que exercia – de livre nomeação e exoneração -, entretanto, conforme entendimento pacífico dos Tribunais Superiores, possui direito à indenização correspondente ao tempo que gozaria de estabilidade, ante a proteção constitucional que finca-se na preservação das condições advindas do trabalho da servidora gestante, qual seja, a remuneração. – tem direito à percepção de todos os consectários legais (férias proporcionais e respectivo terço constitucional, décimo terceiro salário proporcional e contribuição previdenciária) que seriam legalmente devidos, caso não tivesse sido exonerada do cargo; – tem direito à indenização pelo prazo da prorrogação da licença à gestante previsto na Lei nº 11.770/2008, cuja aplicação no âmbito desta Casa foi determinada pelo Ato da Mesa nº 28/2008, mesmo que não observado o cumprimento da exigência de requerimento prévio da interessada, vez que o fato que a impediu de requisitar a prorrogação da licença foi oriundo da

própria Administração (exoneração); – não há incidência do imposto de renda sobre a parcela recebida a título de indenização pelo período de estabilidade constitucional da empregada gestante, conforme entendimento pacificado do STJ, evitando-se, com tal retenção, gravame desnecessário à ex-servidora. Ante o exposto, esta Secretaria submete o processo ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável ao pagamento da indenização substitutiva à requerente, a contar da data de sua exoneração, conforme a instrução.”; 5 – **Processo nº 11.804/2011**. Parecer do Relator à fl. 47: “Trata-se de requerimento da ex-servidora Daniela Aroucha da Silva Ferreira, ponto nº 235.015, exonerada do cargo quando estava grávida, no qual pleiteia: (1) estabilidade no cargo ocupado, (2) indenização pelo período restante da gestação, pagamento do período de licença-maternidade por seis meses, e todos os seus reflexos (férias proporcionais, décimo terceiro proporcional, recolhimento da contribuição previdenciária respectiva e demais auxílios e indenizações pertinentes). Revelam os autos que a interessada exerceu nesta Casa cargo em comissão de Secretário Parlamentar, exonerável *ad nutum*, sob o regime da Lei nº 8.112/90 (art. 9º, inciso II), vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, § 13, da Constituição Federal, lotada no gabinete do Deputado Luciano Moreira, no período de 3/3/2011 a 16/6/2011, tendo sido exonerada a partir de 17/6/2011. Ao manifestar-se, o Departamento de Pessoal destacou jurisprudência que prevê o dever da Administração Pública de indenizar a servidora exonerada em estado gravídico, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso II, alínea ‘b’, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Por sua vez, a Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, em síntese, assim se pronunciou sobre os direitos da requerente: – não possui estabilidade no cargo público que exercia – de livre nomeação e exoneração -, entretanto, conforme entendimento pacífico dos Tribunais Superiores, possui direito à indenização correspondente ao tempo que gozaria de estabilidade, ante a proteção constitucional que finca-se na preservação das condições advindas do trabalho da servidora gestante, qual seja, a remuneração. – tem direito à percepção de todos os consectários legais (férias proporcionais e respectivo terço constitucional, décimo terceiro salário proporcional e contribuição previdenciária) que seriam legalmente devidos, caso não tivesse sido exonerada do cargo; – tem direito à indenização pelo prazo da prorrogação da licença à gestante previsto na Lei nº 11.770/2008, cuja aplicação no âmbito desta Casa foi determinada pelo Ato da Mesa nº 28/2008, mesmo que não observado o cumprimento da exigência de requerimento

prévio da interessada, vez que o fato que a impediu de requisitar a prorrogação da licença foi oriundo da própria Administração (exoneração); – não há incidência do imposto de renda sobre a parcela recebida a título de indenização pelo período de estabilidade constitucional da empregada gestante, conforme entendimento pacificado do STJ, evitando-se, com tal retenção, gravame desnecessário à ex-servidora. Ante o exposto, esta Secretaria submete o processo ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável ao pagamento da indenização substitutiva à requerente, a contar da data de sua exoneração, conforme a instrução.”; 6 – **Processo nº 4.741/2009**. Parecer do Relator às fls. 265 a 269: “**JOSÉ BEMFICA DE DEUS**, ponto nº 6.105, Técnico Legislativo, atribuição Agente de Serviços Legislativos – área de Serviços Paramédicos, lotado na Coordenação de Rádio-Imagem do Departamento Médico desde sua posse e exercício nesta Casa, ocorrida em 09 de junho de 1997, requereu, em 12 de fevereiro de 2009, aposentadoria voluntária integral, com base no art. 40, § 4º, inciso III, da Constituição Federal. A instrução processual (fls. 15) revela que o servidor contava, à época da solicitação, com 27 anos e 03 meses de contribuição, sendo 11 anos, 08 meses e 12 dias de efetivo exercício no serviço público, e 15 anos, 07 meses e 03 dias de tempo de serviço oriundo da iniciativa privada. O requerente juntou, ao seu pedido, notícia (fls.18) de que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade de seus membros, deferiu Mandado de Injunção (nº 721) em favor de servidora – auxiliar de enfermagem do Ministério da Saúde – que teve sua aposentadoria negada por falta de regulamentação de aposentadoria especial pelo exercício de atividade insalubre (alegou omissão do Estado pela inexistência de lei complementar que a impedia de se aposentar sob o regime especial, após mais de 25 anos em atividade insalubre). Ao manifestar-se pelo indeferimento do pedido, assim se posicionou o Diretor-Geral, *verbis*: “De acordo com as informações constantes do Mapa de Tempo de Contribuição do requerente, fl. 8, observa-se que o servidor ingressou nesta Casa e no serviço público em 9/6/97 e, até 12/2/09, data em que requereu a aposentadoria nesta Casa, contava com 27 anos e 3 meses de tempo de contribuição, além da idade de 42 anos. Assim sendo, não preenche os requisitos para qualquer modalidade de aposentadoria voluntária, razão pela qual não há amparo legal para concessão do benefício. Com relação ao aditamento feito pelo interessado à fl. 17, mister esclarecer que a concessão das aposentadorias daqueles servidores que exerceram atividades sob condições especiais, prevista no art. 40, § 4º, inciso III, da Constituição Federal, carece de

regulamentação, razão pela qual, ante o princípio da legalidade, não há como ser atendido, também sob o novo enfoque, o pleito do servidor. Não há dúvida quanto à existência do direito constitucional para a adoção de requisitos e critérios diferenciados para alcançar a aposentadoria daqueles que trabalham sob condições especiais, e em funções que prejudiquem a saúde e integridade física. Entretanto, como esclareceu o Supremo Tribunal Federal nos Mandados de Injunção 721 e 758, à falta de regulamentação desse direito, cabe à Suprema Corte autorizar de forma temporária, até a vinda da lei complementar, o exercício do direito assegurado constitucionalmente.” O pedido de aposentadoria foi indeferido pelo Deputado Michel Temer, então Presidente desta Casa (fls. 21), por falta de amparo legal. Extraio, da judiciosa decisão, a parte que definiu a questão: “Conforme a instrução do processo, o servidor não preenche os requisitos necessários à obtenção da aposentadoria voluntária em qualquer das suas modalidades, segundo o ordenamento pátrio vigente. E ainda que invocado o artigo 40, § 4º, III em virtude do exercício de atividades sob condições especiais, como tal previsão constitucional carece de regulamentação, o pleito não pode ser atendido em observância ao princípio da legalidade.” Em 13 de março de 2009, o servidor foi cientificado da decisão pelo Departamento de Pessoal desta Casa (fls.21). Em 17 de junho de 2009 o servidor, em novo requerimento, solicitou reconhecimento do direito à aposentadoria especial, com contagem de tempo diferenciada e pagamento de abono de permanência, à luz do disposto no Mandado de Injunção nº 805/STF. O pedido foi analisado pelos órgãos da Casa – Departamento de Pessoal (fls. 73/78) e Diretoria de Recursos Humanos (fls. 125) -, tendo a Diretoria-Geral (fls. 130), sintetizando o entendimento da área administrativa, concluído pelo indeferimento do pedido, nos seguintes termos: “Registre-se, por oportuno, que no julgado referido, o STF tratou de contagem de tempo de serviço público para fins de aposentadoria especial prevista no art. 40, § 4º, III, da Constituição Federal. Não há qualquer menção ao cômputo de tempo na iniciativa privada. Ademais, também nos termos da citada decisão, as situações fáticas deverão ser analisadas à luz do art. 57 da lei nº 8.213/91, até que sobrevenha a norma específica sobre o tema. Assim sendo, para averbar o tempo constante da certidão do INSS como tempo de atividade sob condições especiais, é imperioso que haja declaração expressa da autarquia nesse sentido, bem como a respectiva conversão do tempo especial com incidência do fator multiplicador. Ademais, considerando que o tempo ali registrado é de efetivo exercício em atividade insalubre, infere-se desse documen-

to haver períodos de descontinuidade do contato com agentes nocivos. Todavia, o art. 57, § 3º, da Lei nº 8.213/91 exige que o tempo de trabalho seja permanente, não ocasional nem intermitente”. A decisão foi publicada no Boletim Administrativo nº 207, de 03 de novembro de 2009. Em 03 de dezembro de 2009, o **SINDILEGIS** – Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União -, em substituição ao servidor (procuração às fls. 173) apresentou ao Senhor Diretor-Geral pedido de reconsideração (fls. 156/172) da decisão acima proferida. O cerne da irresignação, constante da peça recursal subscrita pelo Advogado Afonso Carlos Muniz Moraes, está no entendimento da administração da Casa em estabelecer diferença entre o tempo de serviço do empregado público celetista e o do trabalhador celetista, quando ambos são regidos pela CLT. Sobre o assunto, assim se expressa o recorrente: “...Ora! Seria admitir a possibilidade de desprezar o princípio da isonomia, assegurar para o empregado público celetista o direito a aposentadoria especial e negá-lo ao trabalhador também celetista da iniciativa privada, urna vez que o regime é um só, inclusive aquele contributivo, pelo que não se poderão admitir tratamentos diferenciados, o mesmo se diz daqueles que inicialmente eram celetistas e foram compulsoriamente transpostos para o regime estatutário, sendo privilegiados pelo benefício decorrente da aposentadoria especial.” Ao concluir o recurso, requereu “seja reconhecido e computado o tempo de serviço prestado em condições especiais de 02 de janeiro de 1981 até o momento do ingresso no serviço público, como forma de reconhecer o direito perseguido à concessão de aposentadoria especial, com a incidência do abono permanência, já requerido anteriormente”. Solicitado novo pronunciamento da Assessoria Jurídica do Departamento de Pessoal, essa, após pormenorizada análise da matéria (fls. 240/244), “reitera o entendimento já manifestado, segundo o qual, não havendo amparo legal nem jurisprudencial para o caso concreto, o pedido de aposentadoria especial e de abono permanência deve ser indeferido, com base nos termos do Acórdão 2008/2006 do TCU e da orientação assentada no Mandado de Injunção nº 805”. Esclareço que o Acórdão 2008/2006 autoriza a averbação de certidão de tempo de serviço público sob o regime celetista, em condições insalubres, expedida pelo INSS, enquanto que a Orientação referida no Mandado de Injunção 805 regulamenta o cômputo do tempo de serviço público prestado sob condições insalubres pelos servidores submetidos ao regime da CLT, anteriormente à Lei 8.112/90. O Senhor Diretor-Geral acolheu o parecer do Departamento de Pessoal, manteve a decisão atacada e submete a esta Pri-

meira-Secretaria, em sede de recurso, o pedido de reconsideração formulado pelo SIINDILEGIS em substituição ao servidor José Bemfica de Deus. Os autos, por determinação da anterior Chefia de Gabinete desta Primeira-Secretaria, foram enviados à Secretaria de Controle Interno, tendo a Coordenação de Auditoria de Pessoal se manifestado **pelo não provimento do recurso** (fls. 260/264). Destaco, da bem lançada exposição da SECIN, a seguinte parte, *verbis*: “Entretanto, entende-se que a matéria discutida nos autos é complexa, de aplicação recente. No âmbito do processo CD-110.093/2009, esta Secretaria sugeriu a criação de comissão composta por possuidores de profundo conhecimento acerca do assunto, provenientes dos diversos órgãos técnicos da Casa, com poder para manifestar-se conclusivamente quanto às questões relativas à averbação de tempo de serviço exercido em condições especiais, permitindo o aprofundamento do estudo acerca da matéria, bem como a adoção de tratamento uniforme aos casos já existentes e aos vindouros no âmbito da Câmara dos Deputados. A referida comissão estaria apta a efetuar exame acurado das diversas hipóteses de averbação de tempo de serviço especial, bem como de outras particularidades afeitas ao tema, como o alcance da expressão “trabalho permanente, não ocasional nem intermitente” e a necessidade de laudo pericial para comprovação da exposição aos agentes prejudiciais à saúde e à integridade física”. É o relatório. Passo a decidir. Como já visto, todos os órgãos administrativos ouvidos manifestaram-se contrariamente ao pedido, de forma uníssona. **Invocam a mora do legislador em regulamentar o inciso III do § 4º do artigo 40 da Carta Maior** – na redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005 -, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial ao servidor público titular de cargo efetivo cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, **como óbice para que a Casa possa conceder a aposentadoria**, e que **as decisões do Supremo Tribunal Federal**, proferidas em diversos Mandados de Injunção, com fundamento na inércia do Poder Legislativo, não **contemplam** o tempo celetista oriundo da iniciativa privada aqui averbado pelo requerente, mas **apenas o tempo celetista dos servidores que tornaram-se, por força da Lei 8.112/90, estatutários**. Esse entendimento, inclusive, foi adotado pelo Plenário do TCU quando do julgamento do processo TC-007-079-2006-1. De outro modo, forçoso transcrever entendimento diametralmente oposto ao da administração, extraído de antigo artigo – embora o conteúdo continue atual – subscrito pelo Professor Sérgio Lopes de Souza, Coordenador do Curso de Direito da Uni-

versidade Federal do Ceará, do seguinte teor, *verbis*: “Não há, pois, critério idôneo que, validamente, albergue a existência da distinção de tratamentos, haja vista que não há como se explicar por que o trabalhador vinculado ao RGPS está cercado de garantias – leis, decretos, portarias, instruções normativas, enfim, uma série de instrumentais que disciplinam a sua condição, enquanto trabalhe em ambientes insalubres ou manuseie equipamentos e, ou, substâncias que ponham em risco sua incolumidade física-, e o servidor público, transcorridos mais de 15(quinze) anos da promulgação da nova **Lei Magna**, ainda amargue a aridez de normas regulamentadoras básicas de seu trabalho prestado em condições excepcionais, em conformidade com o preceptivo do art. 40, §4º, da **CF88**. Frise-se, ademais, que ambos os trabalhadores operam substâncias químicas, agentes biológicos da mesma natureza, e, convenhamos, a estrutura orgânica dos servidores públicos em nada diverge da dos demais trabalhadores. Assim, se um servidor público está exposto ao mercúrio em nada serão diferenciados os malefícios que esta substância causará a esse servidor, se cotejados com a mesma substância operada por trabalhador da iniciativa privada, que já ostenta direito a uma aposentadoria especial aos **25 anos** de trabalho.” Não me parece justo que o servidor desta Casa, José Bemfica de Deus, por ser oriundo da iniciativa privada, não possa, ao ingressar na Câmara dos Deputados mediante aprovação em concurso público, ter direito de ver averbado em seus assentamentos funcionais o tempo de serviço que prestara no regime anterior em condições nocivas à saúde, com o acréscimo legal decorrente da insalubridade. Entendo que o espírito que vem norteando os congressistas eleitos em 2010 é o de dar tratamento equânime a todas as categorias de trabalhadores deste País, podendo corrigir, assim, essa grave distorção da previdência no âmbito do serviço público, qual seja, de não permitir, por falta de regulamentação infraconstitucional, que seus servidores efetivos expostos a condições laborativas especiais tenham acesso à aposentadoria especial, como já ocorre com os trabalhadores amparados pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Consultado, o CEDI – Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados informou que, até a presente data, nenhuma das propostas legislativas existentes (PLP 330/2006, PLP 372/2006, PLP 472/2009 e PLP 555/2010) foram discutidas pelo Plenário desta Casa, estando ainda tramitando nas Comissões Permanentes, ou seja, **transcorridos 23 anos da promulgação da Constituição Federal, não há norma legal aprovada pelo Congresso Nacional regulamentando o trabalho prestado em condições excepcionais, que**

prejudicam a saúde e a integridade física do servidor. Não fosse a mora do legislador em regulamentar o inciso III do §4º do artigo 40 da Carta Maior – na redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005, que **dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial ao servidor público titular de cargo efetivo cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física**, não estariam os servidores reivindicando administrativamente o seu direito, ou no Supremo Tribunal Federal, através de mandados de injunção, com fundamento na inércia do Poder Legislativo. Para uma melhor compreensão da matéria pelos ilustres Pares, transcrevo o artigo 40, § 4º, III, da Constituição Federal: “Art.40..... §4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, **nos termos definidos em leis complementares**, os casos de servidores: III – cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.” Feitas estas breves observações, forçoso reconhecer, preliminarmente, que o pedido ora em análise está precluso, por já ter sido objeto de decisão pelo então Presidente desta Casa, o ex-Deputado Michel Temer. Com efeito, o pedido de aposentadoria ora em análise é o segundo (fls. 26), repetição, com mesmo conteúdo, do primeiro (fls. 01) – acrescido que foi pelo aditamento de fls. 17/18 – noticiando decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede de Mandado de Injunção, amparando seu pedido. Pode-se até entender como valoração do pedido, mas, salvo melhor juízo, não caracteriza fato novo a ensejar nova decisão. No caso, há apenas uma reiteração de pedido sem fato novo que justifique a reforma da decisão anterior, tomada pela Câmara dos Deputados. Demais disso, esbarra o pedido do servidor no disposto no parágrafo único do artigo 5º da Lei 9.717/98 (com a redação dada pela medida provisória nº 2187-13 de 2001) – **que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência no serviço público** -, ao proibir a concessão da aposentadoria especial até que Lei Complementar Federal discipline a matéria. Diz o texto: Artigo 5º Parágrafo único. Fica vedada a concessão de aposentadoria especial, nos termos do §4º do art. 40 da Constituição Federal, até que lei complementar federal discipline a matéria. Assim, havendo óbices de caráter constitucional e infraconstitucional que impedem o atendimento do pedido de aposentadoria especial, com contagem de tempo diferenciada, bem como o pagamento de abono permanência, formulados pelo servidor, e, já tendo o mesmo sido analisado e indeferido

pela Presidência desta Casa, **MANTENHO, com as ressalvas acima manifestadas**, a decisão do Senhor Diretor-Geral. É o parecer, que submeto ao exame e à deliberação da douta Mesa.”. **V – PAUTA DO SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO.** Com a palavra, o Senhor Deputado Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário, submeteu à Mesa Diretora as seguintes propostas de concessão da “Medalha Mérito Legislativo Câmara dos Deputados”: 1) ao Senhor Clayton Aguiar (cantor, compositor e radialista), sugerida pelo Senhor Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, instruída no **Processo nº 107.077/2012**; 2) ao Senhor Paulo Bernardo (Ministro de Estado das Comunicações), também sugerida pelo Senhor Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, instruída no **Processo nº 109.418/2012**; 3) ao Senhor Wissan Halawi (líder evangélico), sugerida pelo próprio Senhor Deputado Jorge Tadeu Mudalen, instruída no **Processo nº 109.757/2012**. Em votação, as propostas foram aprovadas por unanimidade, e, em consequência, baixados os respectivos Atos da Mesa: n.s 37, 38 e 39, de 2012. Em seguida, o Senhor Deputado Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário, sugeriu à Mesa Diretora os dias vinte e um ou vinte e oito de novembro para a solenidade de entrega das medalhas, tendo o Colegiado deliberado que Sua Excelência definiria a data mais apropriada. **VI – PAUTA DO SENHOR TERCEIRO SECRETÁRIO.** Usando da palavra, o Senhor Inocêncio Oliveira, Terceiro Secretário, deu conhecimento aos seus pares do Relatório de sua Secretaria, referente às licenças para tratamento de saúde dos Deputados e às justificativas de faltas por obrigações político-partidárias dos Deputados, do período de março a abril de 2012. Frisou que todas as licenças foram devidamente homologadas pelo Departamento Médico da Casa e que, quanto às atividades político-partidárias, tem sido extremamente rígido em relação ao deferimento das justificativas, sempre obedecendo ao critério do bom senso. Com a palavra, o Senhor Deputado Júlio Delgado, Quarto Secretário, informou que tinha uma notícia positiva a transmitir à Mesa: com a entrega, reformado, do Bloco A da SQN 302, trezentos e vinte e oito apartamentos funcionais estariam ocupados – número recorde nos últimos dezesseis anos -,

o que representava uma economia de trezentos e cinquenta mil reais por mês para a Câmara dos Deputados com a não concessão de auxílio-moradia. Concedida a palavra ao Senhor Deputado Nelson Marquezelli, Procurador Parlamentar, Sua Excelência apresentou proposta de alteração do inciso XII do art. 2º do Ato da Mesa nº 43, de 2009, a fim de reduzir de cento e oitenta para noventa dias o prazo de proibição da divulgação da atividade parlamentar, período anterior à data das eleições, e excetuando o Deputado que não for candidato à eleição. Em discussão a proposta, interveio o Senhor Deputado Júlio Delgado, Quarto Secretário, a fim de sugerir que, ao invés de noventa dias, o prazo previsto fosse de cento e vinte dias, coincidindo com o período de desincompatibilização de qualquer agente público candidato a cargo majoritário. Acerca da redação da proposta também se manifestou o Senhor Presidente Marco Maia, no sentido de que fosse incluído, para não dar margem a interpretações destorcidas, o termo “sua” após a expressão “divulgação da”. Submetido à votação, a Mesa Diretora aprovou por unanimidade a seguinte redação: “Art. 2º XII – divulgação de sua atividade parlamentar, exceto nos cento e vinte dias anteriores à data das eleições de âmbito federal, estadual ou municipal, salvo se o Deputado não for candidato à eleição.....”. Em consequência, baixou o Ato da Mesa nº 40, de 2012, que “altera o Ato da Mesa nº 43, de 2009”. Nada mais havendo a tratar, às doze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente Marco Maia declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, , Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. – Deputado **Marco Maia**, Presidente.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ata da 8ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada no dia 12 de abril de 2012.

Publique-se.

Em 22-5-12. – **Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida**, Secretário-Geral da Mesa.

ATA DA MESA DIRETORA

2ª Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Quarta Legislatura

Ata da nona reunião da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 19 de dezembro de 2012

Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e doze, às doze horas, na Sala de Reuniões do Espaço Cultural, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Marco Maia, Presidente. Presentes inicialmente os Senhores Deputados Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente; Eduardo Gomes, Primeiro Secretário; Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário; Inocêncio Oliveira, Terceiro Secretário; Manato, Segundo Suplente de Secretário; Carlos Eduardo Cadoca, Terceiro Suplente de Secretário; Sérgio Moraes, Quarto Suplente de Secretário; e Nelson Marquzezelli, Procurador Parlamentar. Ausentes justificadamente a Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente; e o Senhor Deputado Geraldo Resende, Primeiro Suplente de Secretário. Presentes também os Senhores Deputados Evandro Milhomen, Vicente Candido, Maurício Quintella, Lessa e Jerônimo Goergen, membros da Comissão de Sindicância destinada a apurar possível envolvimento de deputados federais nos fatos investigados pela Polícia Federal nas denominadas operações “Monte Carlo e Vegas” e em outros que guardem correlação com o Senhor Carlos Augusto Almeida Ramos (cognome Carlinhos Cachoeira). Havendo número legal, o Senhor Presidente Marco Maia declarou abertos os trabalhos, dizendo ser essa a última reunião do ano e marcando previamente outra para o dia 31 de janeiro de 2013. Informou, ainda, o cronograma estabelecido para a eleição da próxima Mesa Diretora. Passou-se à apre-

ciação da pauta. I – PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE. Sua Excelência, o Senhor Presidente Marco Maia, expôs os seguintes Requerimentos de Informação (RIC), com pareceres pela rejeição, exarados pela Senhora Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente: 1 – Nº 1.448, de 2011, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que “solicita informações sobre as missões aéreas realizadas pela Força Aérea Brasileira – FAB, em 2011, para atender a Presidente da República, os Ministros de Estado, os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e outras autoridades federais, bem como acompanhantes e convidados”; 2 – Nº 2004, de 2012, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que “requer informações à Senhora Ministra Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República sobre ligação telefônica efetuada pelo subchefe de Assuntos Federativos de Relações Institucionais, Senhor Olavo Noleto, ao Sr. Wladimir Garcez, ex-presidente da Câmara Municipal de Goiânia”; 3 – Nº 2482, de 2012, de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que “solicita informações sobre os aviões da Força Aérea Brasileira – FAB, no período de 17 a 22 de agosto”; 4 – Nº 2518, de 2012, de autoria do Deputado Ivan Valente, que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário informações sobre o Assentamento São Vicente, localizado em Flores de Goiás – GO, tais como convênios firmados, projetos e ações do INCRA”; 5 – Nº 2526, de 2012, de autoria do Deputado Hugo Leal, que “solicita ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Advocacia Geral da União, informações sobre direitos dos empregados, regidos pela CLT, de empresas públicas e sociedades de economia mista federais extintas, que foram anistiados com fundamento no disposto na Lei nº 8.878, de 11/05/1995”. Postos em votação, os pareceres, pela rejeição, exarados nos supracitados RIC’s foram aprovados por unanimidade. Em seguida, a Mesa Diretora resolveu encaminhar as seguintes Solicitações de informação ao Tribunal de Contas da União (SIT): 1 – Nº 15, de 2011, de autoria do Deputado Eduardo da Fonte, que solicita informações sobre o Processo nº 021.975/2007-0, no qual a Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados solicita a realização de auditoria na Companhia Energética de Pernambuco (CELPE); 2 – Nº 17, de 2011, de autoria do Deputado Chico Alencar, que solicita informações sobre convênios firmados entre o Ministério do Esporte e organizações não governamentais, no âmbito do Programa Segundo Tempo; 3 – Nº 20, de 2011, de

autoria do Deputado Chico Alencar, que solicita informações sobre utilização de recursos oriundos de emenda de parlamentar; 4 – Nº 21, de 2011, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que solicita informações sobre fiscalização orçamentária relativa à funcional programática Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR; 5 – Nº 22, de 2011, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que solicita informações sobre procedimentos de apuração de denúncias de irregularidades praticadas pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA e acompanhamento da atuação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; 6 – Nº 23, de 2011, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que solicita informações sobre fiscalização referente a convênios firmados entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a FENAMOTO/GO e fiscalização de convênios decorrentes do programas de qualificação do MTE; 7 – Nº 24, de 2011, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que solicita informações ao Tribunal de Contas da União sobre fiscalização referente ao modal de transporte de passageiros de alta velocidade (TAV) para o trecho Rio de Janeiro (RJ) e Campinas (SP); 8 – Nº 31, de 2012, de autoria do Deputado Eduardo da Fonte, que solicita informações sobre o processo de reajuste tarifário da Companhia Energética de Pernambuco (CELPE), ocorrido no mês de abril de 2012; 9 – Nº 32, de 2012, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que solicita o Relatório do TCU acerca dos custos dos subsídios concedidos pelo BNDES com recursos do Tesouro Nacional nos últimos cinco anos; 10 – Nº 33, de 2012, de autoria do Deputado Eduardo da Fonte, que solicita informações sobre a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (CIP) e a transferência dos ativos de iluminação pública aos municípios de Pernambuco; 11 – Nº 34, de 2012, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que solicita informações sobre o possível recebimento indevido de verbas públicas federais na contratação de serviços de dragagem nos Portos de Paranaguá e Antonina – PR; 12 – Nº 35, de 2012, de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que solicita informações sobre fiscalização realizada pelo Tribunal com relação aos contratos e às obras que compõem o projeto de transposição do Rio São Francisco; 13 – Nº 36, de 2012, de autoria do Deputado Eduardo da Fonte, que solicita informações sobre o conflito entre a Resolução ANEEL nº 450, de 2011, e o disposto no Decreto nº 7.521, de 2011; 14 – Nº 37, de 2012, de autoria do Deputado Zé Silva, que requer informações sobre a paralização das obras da barragem de Berizal, que interceptariam as águas do rio Pardo, no Estado de Minas Gerais; 15 – Nº 38, de 2012, de autoria do

Deputado Eduardo da Fonte, que solicita informações sobre o valor de remuneração e indenização para os ativos ainda não amortizados das empresas CESP, CEMIG e COPEL; 16 – Nº 39, de 2012, de autoria do Deputado Eduardo da Fonte, que solicita informações sobre o lucro obtido pelas empresas CELPE, CESP, CEMIG e COPEL. Com a palavra o Senhor Presidente Marco Maia expôs as seguintes minutas de Ato da Mesa: 1 – Processo nº 142.113/2011. Minuta de Ato da Mesa referente à cessão de servidor. Com a palavra o Senhor Rogério Ventura Teixeira, Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, comentou que a proposta regulamenta algumas recomendações feitas pela Secretaria de Controle Interno, normatiza uma prática já vigente. Submetida a votos, a minuta foi aprovada por unanimidade e, em consequência, baixado o Ato da Mesa que “dispõe sobre a cessão de servidores do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados”. 2 – Processo nº 127.666/2011. Minuta de Ato da Mesa referente à gestão de atendimento e relacionamento da Casa com o público externo e interno. Analisada a matéria, a Mesa Diretora baixou, por unanimidade, o Ato da Mesa que “estabelece diretrizes para a Gestão do Relacionamento da Câmara dos Deputados com a sociedade, de forma não presencial, e dá outras providências”. Nesse instante, compareceu à reunião o Senhor Deputado Júlio Delgado, Quarto Secretário, e retiraram-se os Senhores Deputados Jorge Tadeu Mudadalen e Manato, Segundo Secretário e Segundo Suplente de Secretário, respectivamente. 3 – Processo nº 130.924/2012. Minuta de Ato da Mesa referente ao planejamento estratégico da Câmara dos Deputados, adequação às modernas práticas de gestão da Administração Pública. Com a palavra o Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, disse que a proposta é o resultado do trabalho desenvolvido com diversos órgãos da Casa, coordenado pela Assessoria de Projetos e Gestão da Diretoria-Geral, envolvendo consulta à sociedade, aos deputados e a servidores, sem impacto financeiro para a Casa. Submetida a votos, a minuta foi aprovada por unanimidade e, em consequência, baixado o Ato da Mesa que “aprova a estratégia da Câmara dos Deputados para o período de 2012 a 2023”. 4 – Minuta de Ato da Mesa referente à subscrição eletrônica. Com a palavra o Senhor Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Secretário-Geral da Mesa, comentou que a proposta é no sentido de agilizar a coleta de assinaturas dentro do processo democrático. Em votação, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, a proposta e, em consequência, baixou o Ato da Mesa que “dispõe sobre a subscrição eletrônica de proposições coletivas e dá outras providências”; 5 – Processo nº 122.102/2012. Minuta de Ato da Mesa

referente às funções comissionadas na Secretaria-Geral da Mesa. Com a palavra o Secretário-Geral esclareceu que a proposta não acarreta aumento de despesa. Aprovada a proposta por unanimidade, a Mesa Diretora baixou o Ato da Mesa que “dispõe sobre a extinção e criação de funções comissionadas na Secretaria-Geral da Mesa”. Em seguida, a Mesa Diretora ratificou, por unanimidade, os despachos exarados pelo Senhor Presidente, ad referendum da Mesa Diretora, nos seguintes expedientes referentes à gestão fiscal, tomada de contas, Atos da Mesa, relatório de requerimentos de informação, relatório de missão autorizada, Prêmio Darcy Ribeiro de Educação, justificativa de falta, ressarcimento de despesa, assistência à saúde, reembolso de despesas médico-hospitalares, cessão de servidor, designação e nomeação de servidor: 1 – Relatório de Gestão Fiscal: 1.1 – Processo nº 113.153/2012. Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2011 a abril de 2012, na forma da Portaria nº 6, de 29/5/2012, às fls. 23/24; 1.2 – Processo nº 124.447/2012. Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2011 a agosto de 2012, na forma da Portaria nº 11, de 25/9/2012, às fls. 23/24. Retornou, nesse momento, à sala de reuniões o Senhor Deputado Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário. 2 – Tomada de Contas: Processo nº 118.386/2012. (Processo nº 110.315/2012). Despacho favorável do Senhor Presidente Marco Maia à fl. 51: “Em 4 de julho de 2012. Com base no parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, APROVO, ad referendum da Mesa Diretora, as contas do exercício de 2011 e o parecer exarado pela Secretaria de Controle Interno e, em cumprimento ao disposto no art. 52 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, ATESTO haver tomado conhecimento das conclusões expressas no Relatório de Auditoria de Gestão e no Certificado de Auditoria emitidos por aquele órgão. Encaminhe-se o presente processo de contas ao Tribunal de Contas da União, para os fins previstos no inciso II do art. 71 da Constituição Federal.”. 3 – Atos da Mesa: 3.1 – Nº 43, de 2012, que “acrescenta o art. 5º-A no Ato da Mesa nº 65, de 5 de junho de 1997, com previsão de cota de exemplares impressos para confecção de informativos destinados à divulgação das atividades das Lideranças”, baixado ad referendum da Mesa Diretora em 25 de junho de 2012 (instruído no Processo nº 114.321/2012); 3.2 – Nº 54, de 2012, que “revoga o Ato da Mesa nº 80, de 1998, que dispõe sobre a constituição do Comitê Gestor Internet”, baixado ad referendum da Mesa Diretora em 23 de outubro de 2012. 4 – Relatório de Requerimentos de Informação, despachados ad referendum da Mesa Diretora, nos

termos dos pareceres da Relatora, Deputada Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente: 1 – Nº 1.616/12 – do Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, sobre mudanças no comando da Casa da Moeda do Brasil”. Parecer: pela aprovação; 2 – Nº 1.988/12 – do Sr. Raul Lima – que “solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre a situação dos Projetos de Assentado do Programa Nacional de Reforma Agrária e Terra Legal”. Parecer: pela aprovação; 3 – Nº 1.989/12 – do Sr. Raul Lima – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Defesa, sobre o ato ou norma legal que determina o fechamento da BR-174 no período noturno, no trecho que corta a reserva indígena Waimiri Atrori, no Sul do Estado de Roraima”. Parecer: pela aprovação; 4 – Nº 1.990/12 – do Sr. Giovanni Queiroz – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia sobre hidrelétricas e eclusas em construção, em licitação ou em processo de lançamento de Edital, em Mato Grosso e na Região Norte do Brasil”. Parecer: pela aprovação; 5 – Nº 1.991/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações ao Ministro da Educação Senhor Aloizio Mercadante sobre o funcionamento do Programa Ciência sem Fronteiras”. Parecer: pela aprovação; 6 – Nº 1.992/12 – do Sr. Davi Alcolumbre – que “requisita à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC a listagem completa dos voos, datas e horários de pouso e decolagem ocorridos no Estado do Amapá”. Parecer: pela aprovação; 7 – Nº 1.993/12 – do Sr. Padre Ton – que “solicita informações à Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio acerca da política de criação e implementação das unidades de conservação no País”. Parecer: pela aprovação; 8 – Nº 1.994/12 – do Sr. Padre Ton – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, no âmbito da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, acerca da política nacional de homologação de Terras Indígenas”. Parecer: pela aprovação; 9 – Nº 1.995/12 – do Sr. Padre Ton – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Cultura, no âmbito da Fundação Cultural Palmares acerca da política nacional de certificação de comunidades quilombolas no País”. Parecer: pela aprovação; 10 – Nº 1.996/12 – do Sr. Padre Ton – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, sobre a titulação de territórios quilombolas no País”. Parecer: pela aprovação; 11 – Nº 1.997/12 – do Sr. Bruno Araújo – que “solicita informações ao Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega, sobre os contratos de publicidade

e patrocínio celebrados pela Caixa Econômica Federal e valores pagos ao jornalista Paulo Henrique Amorim, responsável pelo blog “Conversa Afiada” (<http://www.conversaafiada.com.br/>). Parecer: pela aprovação; 12 – Nº 1.998/12 – do Sr. Nelson Marchezan Junior – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, sobre o Processo nº 25380002625201171 – Dispensa de Licitação nº 116/2011 – objeto de contrato firmado com FIOCRUZ e a ALERT PORTUGAL para transferência de tecnologia de solução e desenvolvimento conjunto de plataformas e sistemas automatizados”. Parecer: pela aprovação; 13 – Nº 1.999/12 – do Sr. Danrlei de Deus Hinterholz – que “solicita informações ao Senhor Aldo Rebelo, Ministro do Esporte, para emitir estudo sobre a situação atual das obras para a Copa de 2014 em Porto Alegre/RS”. Parecer: pela aprovação; 14 – Nº 2.000/12 – do Sr. Walter Feldman – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado Chefe da Controladoria Geral da União informações acerca de trabalhos de fiscalização do órgão envolvendo dirigente ou servidor de agência reguladora que, no período de atuação na autarquia especial, é ou foi remunerado por empresa que atua em mercado submetido à regulação da respectiva agência”. Parecer: pela aprovação; 15 – Nº 2.001/12 – do Sr. Jair Bolsonaro – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente sobre multas aplicadas, detalhamentos de danos causados ao meio ambiente e condições de trafegabilidade nas baías de Angra dos Reis, da Ilha Grande e de Paraty, bem como solicita cópia dos estudos efetuados que precederam a criação da Estação Ecológica de Tamboios”. Parecer: pela aprovação; 16 – Nº 2.002/12 – do Sr. Carlos Eduardo Cadoca – que “solicita informações, ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, relativas às receitas arrecadadas com emolumentos e taxas consulares pela concessão de todas as categorias de vistos e suas correspondentes destinações, ano a ano, nos últimos dez anos, demonstradas em dois agregados geográficos: Estados Unidos da América e demais países”. Parecer: pela aprovação; 17 – Nº 2.003/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer ao Ministro da Educação, Senhor Aloizio Mercadante Oliva, cópia do inteiro teor do processo de autorização de funcionamento do Instituto de Nova Educação, localizado em Contagem – MG pelo Ministério da Educação (MEC)”. Parecer: pela aprovação; 18 – Nº 2.005/12 – do Sr. Rui Palmeira – que “solicita ao Ministro de Estado das Cidades senhor Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro informações sobre os valores destinados pela União aos investimentos em saneamento básico na cidade de Maceió, capital do estado de Alagoas, dentro da segunda etapa do Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC 2)”. Parecer: pela aprovação; 19 – Nº 2.006/12 – do Sr. Jânio Natal – que “solicita ao Exmo. Senhor Ministro do Turismo, informações sobre convênios celebrados com a Fundação Porto Seguro”. Parecer: pela aprovação; 20 – Nº 2.007/12 – do Sr. João Dado – que “solicita ao Sr. Ministro da Fazenda, informações a respeito do valor da renúncia fiscal relativa a bebidas frias produzidas com insumos oriundos da Zona Franca de Manaus”. Parecer: pela aprovação; 21 – Nº 2.008/12 – do Sr. Assis do Couto – que “solicita informações à Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a respeito do convênio registrado no SIAFI sob nº 480826, firmado com o Município de Itapejara do Oeste/PR”. Parecer: pela aprovação; 22 – Nº 2.009/12 – do Sr. Leonardo Gadelha – que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, informações relativas às alterações na infraestrutura dos aeroportos e seus empreendimentos”. Parecer: pela aprovação; 23 – Nº 2.010/12 – do Sr. Átila Lins – que “solicita informações ao Senhor Ministro do Estado da Educação sobre a construção de creches e quadras desportivas no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 24 – Nº 2.011/12 – do Sr. Josias Gomes – que “requer informações ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior quanto ao prazo de vigência de patentes envolvidas nos eventos transgênicos em soja, milho e algodão”. Parecer: pela aprovação; 25 – Nº 2.012/12 – do Sr. João Ananias – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a regulamentação do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE”. Parecer: pela aprovação; 26 – Nº 2.013/12 – do Sr. Claudio Cajado – que “solicita ao Ministro da Ciência e Tecnologia informações acerca das ações do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) na alçada daquela Pasta”. Parecer: pela aprovação; 27 – Nº 2.014/12 – do Sr. Claudio Cajado – que “solicita ao Ministro da Defesa informações acerca das ações do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) na alçada daquela Pasta”. Parecer: pela aprovação; 28 – Nº 2.015/12 – do Sr. Lázaro Botelho – que “solicita informações ao Ministro da Justiça relativas às condições das pistas de pouso situadas em áreas indígenas sob administração da Fundação Nacional do Índio – FUNAI”. Parecer: pela aprovação; 29 – Nº 2.016/12 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Sr. Aloizio Mercadante Ministro da Educação a respeito do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos municípios do Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 30 – Nº 2.017/12 – do Sr. Izalci – que “solicita informação ao Sr. Ministro da Justiça sobre a utilização do INFOSEG”. Parecer: pela

aprovação; 31 – Nº 2.018/12 – do Sr. Dr. Jorge Silva – que “solicita à Secretaria da Receita Federal do Brasil que informe a quantidade de pessoas físicas que tenham débitos tributários até o limite de cinquenta mil reais”. Parecer: pela aprovação; 32 – Nº 2.019/12 – do Sr. Marco Tebaldi – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, através do Fundo Nacional da Saúde, sobre convênios assinados com o Município de Joinville – SC”. Parecer: pela aprovação; 33 – Nº 2.020/12 – do Sr. Lázaro Botelho – que “solicita ao Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil informações relativas aos aeródromos públicos”. Parecer: pela aprovação; 34 – Nº 2.021/12 – do Sr. Fábio Souto – que “solicita ao Ministério da Saúde informações a respeito da liberação de recursos para o Programa Saúde da Família no estado da Bahia”. Parecer: pela aprovação; 35 – Nº 2.022/12 – do Sr. Luiz Fernando Machado – que “solicita informações ao Ministro da Educação Senhor Aloizio Mercadante sobre o funcionamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)”. Parecer: pela aprovação; 36 – Nº 2.023/12 – do Sr. Giovanni Queiroz – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre a situação dos Projetos de Assentamentos em todo o território nacional”. Parecer: pela aprovação; 37 – Nº 2.024/12 – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, quanto à legislação e prática da auto-hemoterapia, conforme análise da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA”. Parecer: pela aprovação; 38 – Nº 2.025/12 – do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita informações ao Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União sobre os contratos firmados entre os órgãos da Administração Federal, direta e indireta, e a empresa Delta Construções S/A., no período compreendido entre 1º de janeiro de 2004 e 31 de março de 2012”. Parecer: pela aprovação; 39 – Nº 2.026/12 – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita ao Ministro da Justiça informações sobre auxílio moradia e imóveis funcionais destinados à servidores públicos da Fundação Nacional do Índio”. Parecer: pela aprovação; 40 – Nº 2.027/12 – do Sr. Padre Ton – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, no âmbito da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, acerca dos projetos de saneamento e esgotamento sanitário, aprovados para municípios do Estado de Rondônia”. Parecer: pela aprovação; 41 – Nº 2.028/12 – do Sr. Augusto Carvalho – que “solicita informações do, Ministro de Estado da Justiça, sobre a situação dos palestinos que migraram para o Brasil, a partir de 2007”. Parecer: pela aprovação; 42 – Nº 2.029/12 – da Sra. Marinha Raupp – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça

sobre os critérios para a implantação de Unidade da Polícia Rodoviária Federal ao longo da BR-429, no Estado de Rondônia”. Parecer: pela aprovação; 43 – Nº 2.030/12 – do Sr. Stepan Nercessian – que “solicita informações ao Ministro da Educação sobre quais as medidas que estão sendo desenvolvidas pela COLIP (Comissão de Língua Portuguesa), para a elaboração de uma obra de referência com a ortografia oficial unificada de acordo com o novo modelo ortográfico que será obrigatório a partir de janeiro de 2013, em conjunto com todos os países signatários do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”. Parecer: pela aprovação; 44 – Nº 2.031/12 – do Sr. Junji Abe – que “requer informações à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca do Processo CPROD 03100.001687/2011-21”. Parecer: pela aprovação; 45 – Nº 2.032/12 – do Sr. Gilmar Machado – que “solicita informações à Sra. Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre as ações que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) no âmbito do Município de Uberlândia (MG)”. Parecer: pela aprovação; 46 – Nº 2.033/12 – do Sr. André Figueiredo – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações sobre os recursos arrecadados pela Caixa Econômica Federal – CEF em relação às loterias administradas por aquela Instituição”. Parecer: pela aprovação; 47 – Nº 2.034/12 – do Sr. Ademir Camilo – que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego Sr. Paulo Roberto dos Santos Pinto, as informações constantes das Notas Técnicas e/ou Ofícios encaminhados pelo Ministério do Trabalho aos Sindicatos mencionados nos anexos do Requerimento nº 1526/2011 e Requerimento nº 1529/2011”. Parecer: pela aprovação; 48 – Nº 2.035/12 – da Sra. Andreia Zito – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MENDES RIBEIRO FILHO, sobre a verdadeira situação do Setor de Classificação vegetal do Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV e ao Centro de Treinamento da Inspeção Vegetal/MPARA/RJ”. Parecer: pela aprovação; 49 – Nº 2.036/12 – do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita informações do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, sobre a adequação, pelos órgãos federais da Lei de Acesso à Informação”. Parecer: pela aprovação; 50 – Nº 2.037/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência e andamento de investigações acerca dos fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Pedro Novais do Ministério do Turismo”. Parecer: pela aprovação; 51 – Nº 2.038/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame

– que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo, Senhor Gastão Dias Vieira, informações sobre a existência e o andamento de investigações ou procedimentos para apurar os fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Pedro Novais do Ministério”. Parecer: pela aprovação; 52 – Nº 2.039/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Senhor Paulo Sérgio Passos, informações sobre a existência e andamento de investigações ou procedimentos acerca dos fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Alfredo Nascimento desse Ministério”. Parecer: pela aprovação; 53 – Nº 2.040/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência e andamento de investigações acerca dos fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Carlos Lupi do Ministério do Trabalho e Emprego”. Parecer: pela aprovação; 54 – Nº 2.041/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Senhor Paulo Roberto dos Santos Pinto, informações sobre a existência e andamento de procedimentos e investigações acerca dos fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Carlos Lupi desse Ministério”. Parecer: pela aprovação; 55 – Nº 2.042/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Jorge Hage Sobrinho, Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, informações sobre a existência e andamento de investigações acerca dos fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Orlando Silva do Ministério do Esporte”. Parecer: pela aprovação; 56 – Nº 2.043/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Senhor Aldo Rebelo, informações sobre a existência e andamento de investigações ou procedimentos acerca dos fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Orlando Silva do Ministério”. Parecer: pela aprovação; 57 – Nº 2.044/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência e andamento de investigações acerca dos fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Mário Negromonte do Ministério das Cidades”. Parecer: pela aprovação; 58 – Nº 2.045/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência e andamento de investigações acerca dos fatos noticiados que en-

sejaram a saída do Senhor Antonio Palocci da Casa Civil”. Parecer: pela aprovação; 59 – Nº 2.046/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhor Mendes Ribeiro, informações sobre a existência e andamento de investigações ou procedimentos para apurar os fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Wagner Rossi desse Ministério”. Parecer: pela aprovação; 60 – Nº 2.047/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência e andamento de investigações para apurar os fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Wagner Rossi do Ministério da Agricultura”. Parecer: pela aprovação; 61 – Nº 2.048/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado das Cidades, Senhor Aguinaldo Ribeiro, informações sobre a existência e andamento de investigações e procedimentos acerca dos fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Mário Negromonte do Ministério”. Parecer: pela aprovação; 62 – Nº 2.049/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita à Ilustríssima Senhora Ministra-Chefe da Casa Civil, Senhora Gleisi Hoffmann, informações sobre a existência e andamento de investigações e procedimentos acerca dos fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Antonio Palocci do Ministério”. Parecer: pela aprovação; 63 – Nº 2.050/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência e andamento de investigações acerca dos fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Alfredo Nascimento do Ministério dos Transportes”. Parecer: pela aprovação; 64 – Nº 2.051/12 – do Sr. Junji Abe – que “solicita informações ao Ministro dos Transportes, Senhor Paulo Sérgio Oliveira Passos, acerca da prorrogação do prazo previsto para o início das obras dos dois viadutos que serão construídos sobre a linha férrea de Mogi das Cruzes (SP), objeto do Edital nº 408/2010-00, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, Processo nº 50600.010274/2010-0”. Parecer: pela aprovação; 65 – Nº 2.052/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Alvarães no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 66 – Nº 2.053/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados

para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Amaturá no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 67 – Nº 2.054/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Anamá no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 68 – Nº 2.055/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Anori no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 69 – Nº 2.056/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Apuí no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 70 – Nº 2.057/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Atalaia do Norte no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 71 – Nº 2.058/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Autazes no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 72 – Nº 2.059/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Barcelos no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 73 – Nº 2.060/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Barreirinha no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 74 – Nº 2.061/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Benjamin Constant no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 75 – Nº 2.062/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Beruri no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 76 – Nº 2.063/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Boa Vista do Ramos no Es-

tado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 77 – Nº 2.064/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Boca do Acre no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 78 – Nº 2.065/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Borba no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 79 – Nº 2.066/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Caapiranga no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 80 – Nº 2.067/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Canutama no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 81 – Nº 2.068/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Carauari no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 82 – Nº 2.069/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Careiro no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 83 – Nº 2.070/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Careiro da Várzea no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 84 – Nº 2.071/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Coarí no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 85 – Nº 2.072/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Codajás no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 86 – Nº 2.073/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Eirunepé no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 87 – Nº 2.074/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao

Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Envira no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 88 – Nº 2.075/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Fonte Boa no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 89 – Nº 2.076/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Guajará no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 90 – Nº 2.077/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Humaitá no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 91 – Nº 2.078/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Ipixuna no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 92 – Nº 2.079/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Iranduba no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 93 – Nº 2.080/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Itacoatiara no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 94 – Nº 2.081/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Itamarati no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 95 – Nº 2.082/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Itapiranga no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 96 – Nº 2.083/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Japurá no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 97 – Nº 2.084/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município

de Juruá no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 98 – Nº 2.085/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Jutai no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 99 – Nº 2.086/12 – do Sr. Arnaldo Jordy – que "solicita informações ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, sobre as providências que estão sendo tomadas sobre o diplomata iraniano acusado de abuso sexual em Brasília". Parecer: pela aprovação; 100 – Nº 2.087/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Lábrea no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 101 – Nº 2.088/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Manacapuru no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 102 – Nº 2.089/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Manaquiri no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 103 – Nº 2.090/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Manaus no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 104 – Nº 2.091/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Manicoré no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 105 – Nº 2.092/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Marã no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 106 – Nº 2.093/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Maués no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 107 – Nº 2.094/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Nhamundá no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 108 – Nº 2.095/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informa-

ções ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Nova Olinda do Norte no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 109 – Nº 2.096/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Novo Airão no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 110 – Nº 2.097/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Novo Aripuanã no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 111 – Nº 2.098/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Parintins no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 112 – Nº 2.099/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Pauini no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 113 – Nº 2.100/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Presidente Figueiredo no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 114 – Nº 2.101/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Rio Preto da Eva no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 115 – Nº 2.102/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Santa Isabel do Rio Negro no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 116 – Nº 2.103/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Santo Antônio do Içá no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 117 – Nº 2.104/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de São Gabriel da Cachoeira no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 118 – Nº 2.105/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das

Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de São Paulo de Olivença no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 119 – Nº 2.106/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de São Sebastião do Uatumã no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 120 – Nº 2.107/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Silves no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 121 – Nº 2.108/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Tabatinga no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 122 – Nº 2.109/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Tapauá no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 123 – Nº 2.110/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Tefé no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 124 – Nº 2.111/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Tonantins no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 125 – Nº 2.112/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Uarini no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 126 – Nº 2.113/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Urucará no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 127 – Nº 2.114/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados para investimentos no parque gerador de energia e aplicados no município de Urucurituba no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 128 – Nº 2.115/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na

rede de distribuição de energia e aplicados no município de Alvarães no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 129 – Nº 2.116/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Amaturá no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 130 – Nº 2.117/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Anamã no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 131 – Nº 2.118/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Anori no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 132 – Nº 2.119/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Apuí no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 133 – Nº 2.120/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Atalaia do Norte no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 134 – Nº 2.121/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Autazes no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 135 – Nº 2.122/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Barcelos no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 136 – Nº 2.123/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Barreirinha no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 137 – Nº 2.124/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Benjamin Constant no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 138 – Nº 2.126/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas

e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Beruri no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 139 – Nº 2.127/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Boa Vista do Ramos no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 140 – Nº 2.128/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Boca do Acre no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 141 – Nº 2.129/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Borba no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 142 – Nº 2.130/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Caapiranga no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 143 – Nº 2.131/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Canutama no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 144 – Nº 2.132/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Carauari no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 145 – Nº 2.133/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Careiro no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 146 – Nº 2.134/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Careiro da Várzea no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 147 – Nº 2.135/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Coari no Estado do Amazonas”. Parecer: pela

e aplicados no município de Itamarati no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 158 – Nº 2.146/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Itapiranga no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 159 – Nº 2.147/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Japurá no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 160 – Nº 2.148/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Juruá no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 161 – Nº 2.149/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Jutai no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 162 – Nº 2.150/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Lábrea no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 163 – Nº 2.151/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Manacapuru no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 164 – Nº 2.152/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Manaquiri no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 165 – Nº 2.153/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Manaus no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 166 – Nº 2.154/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Manicoré no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 167 – Nº 2.155/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alo-

cados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Maraã no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 168 – Nº 2.156/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Maués no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 169 – Nº 2.157/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Nhamundá no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 170 – Nº 2.158/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Nova Olinda do Norte no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 171 – Nº 2.159/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Novo Airão no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 172 – Nº 2.160/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Novo Aripuanã no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 173 – Nº 2.161/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Parintins no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 174 – Nº 2.162/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Pauini no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 175 – Nº 2.163/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Presidente Figueiredo no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 176 – Nº 2.164/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Rio Preto da Eva no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 177 – Nº 2.165/12 – do Sr.

Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Santa Isabel do Rio Negro no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 178 – Nº 2.166/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Santo Antônio do Itá no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 179 – Nº 2.167/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de São Gabriel da Cachoeira no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 180 – Nº 2.168/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de São Paulo de Olivença no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 181 – Nº 2.169/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de São Sebastião do Uatumã no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 182 – Nº 2.170/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Silves no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 183 – Nº 2.171/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Tabatinga no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 184 – Nº 2.172/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Tapauá no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 185 – Nº 2.173/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Tefé no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 186 – Nº 2.174/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de

distribuição de energia e aplicados no município de Tonantins no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 187 – Nº 2.175/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Uarini no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 188 – Nº 2.176/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Urucará no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 189 – Nº 2.177/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no orçamento para investimento na rede de distribuição de energia e aplicados no município de Urucurituba no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 190 – Nº 2.178/12 – do Sr. Miriquinho Batista – que “requer o envio de Requerimento de Informações ao Ministério da Saúde a respeito do plano de saúde que atende seus servidores”. Parecer: pela aprovação; 191 – Nº 2.179/12 – do Sr. Miriquinho Batista – que “requer o envio de Requerimento de Informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação a respeito do plano de saúde que atende seus servidores”. Parecer: pela aprovação; 192 – Nº 2.180/12 – do Sr. Miriquinho Batista – que “requer o envio de Requerimento de Informações ao Ministério da Fazenda a respeito do plano de saúde que atende seus servidores”. Parecer: pela aprovação; 193 – Nº 2.181/12 – da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – que “solicita informações ao Ministro da Justiça sobre as ações do governo federal e do ministério sobre o enfrentamento das drogas no estado da Paraíba”. Parecer: pela aprovação; 194 – Nº 2.182/12 – da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – que “solicita informações ao Ministro dos Transportes sobre a situação da rodovia Transamazônica (BR-230), da ferrovia Transnordestina (EF-232 e EF-116) e dos portos do Nordeste”. Parecer: pela aprovação; 195 – Nº 2.183/12 – da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – que “solicita informações ao Ministro da Integração Nacional sobre as principais ações do ministério em relação à integração nacional e desenvolvimento regional nas regiões Norte e Nordeste”. Parecer: pela aprovação; 196 – Nº 2.184/12 – da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, Sr. Edson Lobão, sobre o programa “Luz para Todos” na

Região Amazônica”. Parecer: pela aprovação; 197 – Nº 2.185/12 – da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – que “solicita informações a Excelentíssima Senhora Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Belchior, sobre as nomeações de concursados do Instituto Evandro Chagas – IEC”. Parecer: pela aprovação; 198 – Nº 2.186/12 – da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – que “solicita informações ao Ministro da Integração Nacional sobre a situação das obras de transposição do Rio São Francisco”. Parecer: pela aprovação; 199 – Nº 2.187/12 – do Sr. Pedro Eugênio – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda sobre o impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei nº 3.133, de 2008”. Parecer: pela aprovação; 200 – Nº 2.188/12 – do Sr. Arnaldo Jordy – que “requer informações ao Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a execução do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC”. Parecer: pela aprovação; 201 – Nº 2.189/12 – do Sr. Pedro Eugênio – que “solicita ao Senhor Ministro da Fazenda informar a estimativa de renúncia de receita de cada mecanismo de incentivo proposto no Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.139/07 (PL nº 6.722/10, apensado)”. Parecer: pela aprovação; 202 – Nº 2.190/12 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, informações relativas a contratos de cessão e/ou concessão de uso de áreas pertencentes ao Comando da Aeronáutica, localizadas na Cidade de Nova Iguaçu/RJ”. Parecer: pela aprovação; 203 – Nº 2.191/12 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, informações sobre critérios de distribuição de recursos e montantes disponibilizados para municípios e rádios, em atividades de finalidade cultural, bem como de promoção e divulgação de suas marcas, por todas as empresas da Holding Eletrobras, em especial a CHESF”. Parecer: pela aprovação; 204 – Nº 2.192/12 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Senhor Ministro da Defesa, informações relativas a contratos de cessão e/ou concessão de uso de áreas pertencentes ao Comando da Aeronáutica, localizadas na Cidade de Nova Iguaçu/RJ”. Parecer: pela aprovação; 205 – Nº 2.193/12 – do Sr. Miriquinho Batista – que “requer o envio de Requerimento de Informações ao Ministério da Educação a respeito do plano de saúde que atende seus servidores”. Parecer: pela aprovação; 206 – Nº 2.194/12 – da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – que “solicita ao Ministro de Minas e Ener-

gia, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), informações sobre as ações de barateamento de tarifas para população de baixa renda, nos moldes do praticado pelo estado de Pernambuco”. Parecer: pela aprovação; 207 – Nº 2.195/12 – da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – que “solicita ao Ministro do Meio Ambiente, por meio da Agência Nacional de Águas (ANA), informações sobre as ações de barateamento de tarifas para população de baixa renda” Parecer: pela aprovação; 208 – Nº 2.196/12 – do Sr. William Dib – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações informações sobre outorga de radio e televisão”. Parecer: pela aprovação; 209 – Nº 2.197/12 – do Sr. Renato Molling – que “solicita informações ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, sobre a execução dos convênios 1065/04 e 2330/05 celebrados com a Fundação Nacional da Saúde”. Parecer: pela aprovação; 210 – Nº 2.198/12 – do Sr. Dimas Ramalho – que “requer informações do Sr. Antonio de Aguiar Patriota, Ministro de Estado das Relações Exteriores, sobre a situação dos brasileiros em território boliviano”. Parecer: pela aprovação; 211 – Nº 2.199/12 – do Sr. Jean Wyllys – que “solicita ao Ministro de Estado, Sr. Alexandre Padilha, do Ministério da Saúde, informações adicionais referentes à suspensão do vídeo educativo, preparado para a Campanha de Carnaval de 2012”. Parecer: pela aprovação; 212 – Nº 2.200/12 – do Sr. Marçal Filho – que “solicita ao Senhor Ministro da Justiça informações acerca da execução do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas no que se refere à implantação de unidades de Centros psicossociais e saúde mental, bem como, incentivos às chamadas comunitárias terapêuticas no Estado de Mato Grosso do Sul”. Parecer: pela aprovação; 213 – Nº 2.201/12 – do Sr. Marçal Filho – que “solicita ao Senhor Ministro das Cidades informações acerca da execução do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas no que se refere à implantação de unidades de Centros psicossociais e saúde mental, bem como, incentivos às chamadas comunitárias terapêuticas no Estado de Mato Grosso do Sul”. Parecer: pela aprovação; 214 – Nº 2.202/12 – do Sr. Junji Abe – que “solicita informações ao Ministro da Saúde, Senhor Alexandre Padilha, acerca da implantação da Portaria nº 81/09, que institui oficialmente no âmbito do SUS a Política Nacional de Atenção Integral em Genética Clínica”. Parecer: pela aprovação; 215 – Nº 2.203/12 – do Sr. Cesar Colnago – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado dos Transportes, Sr. Paulo Sérgio Passos sobre situação das privatizações em rodovias federais”. Parecer: pela aprovação; 216 – Nº 2.204/12 – da Sra. Erika Kokay

– que “solicita informações a Excelentíssima Senhora Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre o pedido de autorização, feito em caráter de urgência pelo Ministério do Trabalho e Emprego ao MPOG, para convocação de candidatos classificados para o provimento dos cargos de Administrador e Agente Administrativo, objeto do concurso público de 2008”. Parecer: pela aprovação; 217 – Nº 2.205/12 – da Sra. Erika Kokay – que “solicita informações a Excelentíssima Sra. Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) sobre o processo de tramitação do projeto de Criação da Carreira de Apoio da Defensoria Pública da União”. Parecer: pela aprovação; 218 – Nº 2.206/12 – da Sra. Andreia Zito – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda quanto às ações de autorização para realização de obras para a construção de andares adicionais, no imóvel do Banco Central localizado na região portuária da Cidade do Rio de Janeiro – RJ”. Parecer: pela aprovação; 219 – Nº 2.207/12 – do Sr. Armando Vergílio – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre o custo de emissão de apólice, fatura e endosso”. Parecer: pela aprovação; 220 – Nº 2.208/12 – do Sr. Guilherme Campos – que “solicita ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, informações sobre a política aduaneira no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 221 – Nº 2.209/12 – da Comissão de Defesa do Consumidor – que “solicita informações ao Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação da Presidência da República referente a notícias de eventual desembarque de passageiros, minutos antes da decolagem, do voo 6225, com saída do aeroporto de Salvador, Estado da Bahia, e a Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escala em Brasília, Distrito Federal, para tomar assento o Senhor Jaques Wagner, Governador da Bahia, e comitiva”. Parecer: pela aprovação; 222 – Nº 2.210/12 – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde sobre o possível fechamento do Hospital Federal de Ipanema, no Município do Rio de Janeiro – RJ”. Parecer: pela aprovação; 223 – Nº 2.211/12 – do Sr. Danrlei de Deus Hinterholz – que “solicita informações ao Ministro da Fazenda, Exmo. Sr. Guido Mantega, sobre a situação atual dos investimentos para mobilidade urbana para a Copa do Mundo FIFA 2014, na cidade de Porto Alegre/RS”. Parecer: pela aprovação; 224 – Nº 2.212/12 – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde sobre o ocorrido na Clissil Clínica São Silvestre, no Município do Rio de Janeiro – RJ”. Parecer: pela aprovação; 225 – Nº 2.213/12 – do Sr. Amauri Teixeira – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado de Minas Energia informa-

ções sobre cobranças indevidas feitas por empresas distribuidoras de energia nos Estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte”. Parecer: pela aprovação; 226 – Nº 2.214/12 – da Sra. Benedita da Silva – que “solicita ao Sr. Ministro da Integração Nacional informações detalhadas sobre os recursos investidos nos municípios do Estado do Rio de Janeiro para minimização de desastres e recuperação das áreas atingidas”. Parecer: pela aprovação; 227 – Nº 2.215/12 – da Comissão de Finanças e Tributação – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda relativas à estimativa da renúncia de receita decorrente do Projeto de Lei nº 576, de 2011”. Parecer: pela aprovação; 228 – Nº 2.216/12 – do Sr. Marçal Filho – que “solicita ao Senhor Ministro da Saúde informações acerca da execução do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas no que se refere à implantação de unidades de Centros psicossociais e saúde mental, bem como, incentivos às chamadas comunitárias terapêuticas no Estado de Mato Grosso do Sul”. Parecer: pela aprovação; 229 – Nº 2.217/12 – do Sr. Sarney Filho – que “solicita ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo informações a utilização de carvão oriundo da mata nativa para produção de ferro-gusa pelas siderúrgicas do Estado do Maranhão”. Parecer: pela aprovação; 230 – Nº 2.218/12 – do Sr. Sarney Filho – que “solicita a Senhora Ministra do Meio Ambiente, Izabella Mônica Vieira Teixeira, informações sobre a utilização de carvão oriundo da mata nativa para produção de ferro-gusa pelas siderúrgicas do Estado do Maranhão”. Parecer: pela aprovação; 231 – Nº 2.219/12 – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores sobre a agência oficial organizadora da Conferência RIO+20, a Terramar”. Parecer: pela aprovação; 232 – Nº 2.220/12 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a conclusão das investigações realizadas pela Comissão de Sindicância Investigativa constituída para apurar as supostas irregularidades na administração da Casa da Moeda”. Parecer: pela aprovação; 233 – Nº 2.221/12 – da Sra. Andreia Zito – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação quanto aos entendimentos conclusivos que possam ser declarados, em relação ao cargo efetivo de técnico-administrativo de Vigilante, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE de que trata a Lei nº 11.091, de 2005”. Parecer: pela aprovação; 234 – Nº 2.222/12 – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações à Excelentíssima Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora Miriam Belchior, sobre a venda de área na zona portuária da cidade do

Rio de Janeiro para o município, com o fim de construir empreendimento imobiliário”. Parecer: pela aprovação; 235 – Nº 2.223/12 – do Sr. José Chaves – que “solicita informações à Senhora ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a cobrança de taxas de ocupação, foro e laudêmio, incidentes sobre “terrenos de marinha e seus acrescidos”, a cargo da Secretaria de Patrimônio da União (SPU)”. Parecer: pela aprovação; 236 – Nº 2.224/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, sobre contratos firmados com a empresa Delta Construções S.A, no período de 2006 a 2012”. Parecer: pela aprovação; 237 – Nº 2.225/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, Fernando Bezerra, sobre contratos firmados com a empresa Delta Construções S.A, no período de 2008 a 2012”. Parecer: pela aprovação; 238 – Nº 2.226/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, sobre contratos firmados com a empresa Delta Construções S.A, no período de 2008 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 239 – Nº 2.227/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, sobre contratos firmados com a empresa Delta Construções S.A, no período de 2005 a 2012”. Parecer: pela aprovação; 240 – Nº 2.228/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, sobre a relação das obras contratadas em caráter emergencial”. Parecer: pela aprovação; 241 – Nº 2.229/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, Fernando Bezerra, sobre a relação das obras contratadas em caráter emergencial”. Parecer: pela aprovação; 242 – Nº 2.230/12 – do Sr. Marçal Filho – que “solicita ao Ministro dos Transportes informações a respeito do funcionamento da Unidade Administrativa Regional de Corumbá – UARCO, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ”. Parecer: pela aprovação; 243 – Nº 2.231/12 – do Sr. Marçal Filho – que “solicita ao Sr. Ministro da Educação informações acerca da implantação do PRONATEC especialmente no que diz respeito às unidades do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia (Escolas Técnicas) de Mato Grosso do Sul que deverão ser implantadas nas Cidades de Dourados, Naviraí e Jardim”. Parecer: pela aprovação; 244 – Nº 2.232/12 – da Sra. Sandra Rosado – que “solicita ao Ministro da Educação informações acerca de estatísticas, para cada categoria de beneficiários – estudantes de graduação,

mestrado, doutorado e cursos da educação profissional e tecnológica – referentes ao atendimento aos alunos pelo FIES, com indicação do número de financiamentos e respectivos valores”. Parecer: pela aprovação; 245 – Nº 2.233/12 – da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – que “solicita informações ao Ministro das Relações Exteriores sobre as providências tomadas com relação às notícias veiculadas pela imprensa sobre o caso de abuso sexual de crianças e adolescentes em um clube de Brasília, envolvendo o diplomata iraniano Hekmattollah Ghorbani, e outro envolvendo fuzileiros navais norte-americanos”. Parecer: pela aprovação; 246 – Nº 2.234/12 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República informações relativas a possível privatização do Aeroporto da cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 247 – Nº 2.235/12 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome informações relativas ao cadastro do Programa Bolsa Família”. Parecer: pela aprovação; 248 – Nº 2.236/12 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Senhor Ministro da Indústria e Comércio Exterior informações relativas à compra da empresa Delta pela Holding J&F”. Parecer: pela aprovação; 249 – Nº 2.237/12 – do Sr. Augusto Carvalho – que “solicita informações à Sra. Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre o processo de ampliação do Parque Nacional de Brasília”. Parecer: pela aprovação; 250 – Nº 2.238/12 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações à Ministra da Casa Civil, sobre a implantação da Lei de Acesso à Informação no âmbito do Poder Executivo”. Parecer: pela aprovação; 251 – Nº 2.239/12 – do Sr. Marco Tebaldi – que “requer informações ao Ministro da Saúde, Senhor Alexandre Padilha, sobre os resultados das auditorias realizadas pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS), nas seguintes instituições de saúde: Hospital Regional Hans Dieter Schimidt e Hospital Municipal São José – localizados em Joinville – SC, nos períodos de 2008 a 2011”. Parecer: pela aprovação; 252 – Nº 2.240/12 – do Sr. Carlos Souza – que “requer informações ao Ministério de Minas e Energia acerca dos faturamentos e investimentos concernentes às maiores empresas do setor elétrico brasileiro”. Parecer: pela aprovação; 253 – Nº 2.241/12 – do Sr. Bruno Araújo – que “requer sejam prestadas informações pelo Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre os gastos realizados pela Presidência da República por meio do uso de “cartões de pagamento”, no período de 1º

de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2005”. Parecer: pela aprovação; 254 – Nº 2.242/12 – do Sr. Bruno Araújo – que “requer sejam prestadas informações pelo Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage, sobre auditorias e procedimentos de fiscalização e controle realizados sobre contratos celebrados entre a União e a empresa Delta Construções S/A”. Parecer: pela aprovação; 255 – Nº 2.243/12 – da Sra. Andreia Zito – que “requer informações a Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, quanto a informações relativas à Concursos Públicos realizados, com homologação final de resultados e pendentes de nomeação”. Parecer: pela aprovação; 256 – Nº 2.244/12 – da Sra. Andreia Zito – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações quanto às ações dos trâmites processuais relativos a solicitação de anistias de ex-funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT”. Parecer: pela aprovação; 257 – Nº 2.245/12 – da Sra. Andreia Zito – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Defesa, quanto à possibilidade do pagamento em pecúnia do benefício auxílio-alimentação para os servidores civis do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 258 – Nº 2.246/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre o Programa “Crack, é possível vencer”, quanto sua implantação, recursos já liberados e andamento do programa nos Municípios do Estado do Acre/AC”. Parecer: pela aprovação; 259 – Nº 2.247/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre o Programa “Crack, é possível vencer”, quanto sua implantação, recursos já liberados e andamento do programa nos Municípios do Estado do Acre/AC”. Parecer: pela aprovação; 260 – Nº 2.248/12 – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre o leilão do Hotel Nacional, localizado em São Conrado, Zona Sul do Rio de Janeiro, autorizado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP”. Parecer: pela aprovação; 261 – Nº 2.249/12 – do Sr. Sibá Machado – que “solicita do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação informações quanto à aplicação de recursos de empresas do setor de energia elétrica nacional em pesquisa e desenvolvimento”. Parecer: pela aprovação; 262 – Nº 2.250/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, sobre contratos cancelados e/ou suspensos com a empresa Delta Construções S.A”. Parecer: pela aprovação; 263 – Nº 2.251/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, Fernando Bezerra,

sobre contratos cancelados e/ou suspensos com a empresa Delta Construções S.A". Parecer: pela aprovação; 264 – Nº 2.252/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, sobre contratos cancelados e/ou suspensos com a empresa Delta Construções S.A". Parecer: pela aprovação; 265 – Nº 2.253/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, sobre contratos cancelados e/ou suspensos com a empresa Delta Construções S.A". Parecer: pela aprovação; 266 – Nº 2.254/12 – do Sr. Guilherme Campos – que "requerimento de informação ao Senhor Ministro da Fazenda sobre a arrecadação do PIS e da COFINS" Parecer: pela aprovação; 267 – Nº 2.255/12 – da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – que "solicita informações a Excelentíssima Senhora Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Belchior, acerca do andamento das obras do PAC localizadas no Estado de Rondônia e Mato Grosso". Parecer: pela aprovação; 268 – Nº 2.256/12 – do Sr. Ruy Carneiro – que "requer informações ao Ministro da Educação sobre o andamento das obras do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no município de Santa Rita". Parecer: pela aprovação; 269 – Nº 2.257/12 – do Sr. João Dado – que "solicita ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 3.386, de 2012". Parecer: pela aprovação; 270 – Nº 2.258/12 – do Sr. Osmar Serraglio – que "solicita ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes informações e cópias digitalizadas, se houver, do Processo nº 50609000672200648-DNIT em que houve prorrogação do prazo contratual com a empresa Delta Construções S/A". Parecer: pela aprovação; 271 – Nº 2.259/12 – do Sr. Osmar Serraglio – que "solicita ao Senhor Ministro de Estado dos Transporte informações e cópias digitalizadas, se houver, do processo licitatório substanciado pela Concorrência nº 18/2011 do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Superintendência do Estado do Paraná". Parecer: pela aprovação; 272 – Nº 2.260/12 – da Comissão de Finanças e Tributação – que "solicita seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda relativas à estimativa da renúncia de receita decorrente do Projeto de Lei nº 2.128, de 2011". Parecer: pela aprovação; 273 – Nº 2.261/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa "Luz para Todos" no ano de 2011, e aplicados no município de Beruri no Estado do Amazonas".

Parecer: pela aprovação; 274 – Nº 2.262/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa "Luz para Todos" no ano de 2011, e aplicados no município de Benjamin Constant no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 275 – Nº 2.263/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa "Luz para Todos" no ano de 2011, e aplicados no município de Fonte Boa no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 276 – Nº 2.264/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa "Luz para Todos" no ano de 2011, e aplicados no município de Guajará no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 277 – Nº 2.265/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa "Luz para Todos" no ano de 2011, e aplicados no município de Humaitá no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 278 – Nº 2.266/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa "Luz para Todos" no ano de 2011, e aplicados no município de Ipixuna no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 279 – Nº 2.267/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa "Luz para Todos" no ano de 2011, e aplicados no município de Iranduba no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 280 – Nº 2.268/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa "Luz para Todos" no ano de 2011, e aplicados no município de Itacoatiara no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 281 – Nº 2.269/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa "Luz para Todos" no ano de 2011, e aplicados no município de Japurá no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 282 – Nº 2.270/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa "Luz para Todos" no ano de 2011, e aplicados no município de Itapiranga no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 283 – Nº 2.271/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa "Luz para Todos" no ano de 2011, e aplicados no município de Juruá no Estado do Amazonas". Parecer: pela aprovação; 284 – Nº 2.272/12 – do Sr. Silas Câmara – que "solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alo-

cados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Jutai no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 285 – Nº 2.273/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Lábrea no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 286 – Nº 2.274/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Manacapuru no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 287 – Nº 2.275/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Apuí no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 288 – Nº 2.276/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Barreirinha no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 289 – Nº 2.277/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Autazes no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 290 – Nº 2.278/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Atalaia do Norte no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 291 – Nº 2.279/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Alvarães no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 292 – Nº 2.280/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Amaturá no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 293 – Nº 2.281/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Anamá no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 294 – Nº 2.282/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Anori no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprova-

ção; 295 – Nº 2.283/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Barcelos no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 296 – Nº 2.284/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Boa Vista do Ramos no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 297 – Nº 2.285/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Boca do Acre no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 298 – Nº 2.286/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Borba no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 299 – Nº 2.287/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Caapiranga no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 300 – Nº 2.288/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Canutama no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 301 – Nº 2.289/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Carauari no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 302 – Nº 2.290/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Careiro da Várzea no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 303 – Nº 2.291/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Careiro no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 304 – Nº 2.292/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Coari no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 305 – Nº 2.293/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos re-

cursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Codajás no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 306 – Nº 2.294/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Eirunepé no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 307 – Nº 2.295/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Envira no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 308 – Nº 2.296/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Uarini no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 309 – Nº 2.297/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Tefé no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 310 – Nº 2.298/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Manaquiri no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 311 – Nº 2.299/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Manaus no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 312 – Nº 2.300/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Manicoré no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 313 – Nº 2.301/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Maraã no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 314 – Nº 2.302/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Maués no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 315 – Nº 2.303/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Nhamundá no Estado do Amazonas”. Parecer: pela

aprovação; 316 – Nº 2.304/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Nova Olinda do Norte no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 317 – Nº 2.305/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Novo Airão no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 318 – Nº 2.306/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Novo Aripuanã no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 319 – Nº 2.307/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Parintins no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 320 – Nº 2.308/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Pauini no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 321 – Nº 2.309/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Presidente Figueiredo no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 322 – Nº 2.310/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Rio Preto da Eva no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 323 – Nº 2.311/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Santa Isabel do Rio Negro no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 324 – Nº 2.312/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Santo Antônio do Içá no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 325 – Nº 2.313/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de São Gabriel da Cachoeira no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 326 – Nº 2.314/12 – do Sr. Silas Câmara

– que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de São Paulo de Olivença no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 327 – Nº 2.315/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de São Sebastião do Uatumã no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 328 – Nº 2.316/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Silves no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 329 – Nº 2.317/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Tabatinga no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 330 – Nº 2.318/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Tapauá no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 331 – Nº 2.319/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Urucurituba no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 332 – Nº 2.320/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Itamarati no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 334 – Nº 2.322/12 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro das Minas e Energia acerca dos recursos alocados no Programa “Luz para Todos” no ano de 2011, e aplicados no município de Tonantins no Estado do Amazonas”. Parecer: pela aprovação; 335 – Nº 2.323/12 – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, sobre a aquisição, pela Petrobras, do Quartel-General da Polícia Militar do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 336 – Nº 2.324/12 – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Senhor

Edison Lobão, sobre a aquisição, pela Petrobras, do Quartel-General da Polícia Militar do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 337 – Nº 2.325/12 – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações ao Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União sobre a investigação que apontou irregularidades na aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS”. Parecer: pela aprovação; 338 – Nº 2.326/12 – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego sobre denúncias de irregularidades na aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, entre os anos de 2009 e 2010”. Parecer: pela aprovação; 339 – Nº 2.327/12 – do Sr. Marcio Bittar – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Minas e Energia, no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, acerca das prospecções de petróleo e gás promovidas no estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 340 – Nº 2.328/12 – do Sr. Jean Wyllys – que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério da Educação informações relativas à suspensão de distribuição do kit anti-homofobia”. Parecer: pela aprovação; 341 – Nº 2.329/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, sobre convênios firmados entre o Ministério e Organizações não Governamentais de São Paulo, referente ao Programa Brasil Alfabetizado”. Parecer: pela aprovação; 342 – Nº 2.330/12 – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, sobre a parceria Público Privada (PPP) constituída para a construção do Museu do Amanhã, no Pier Mauá da Zona Portuária – Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 343 – Nº 2.331/12 – da Sra. Erika Kokay – que “solicita informações à Excelentíssima Senhora Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre o pedido de cancelamento do Programa de Demissão Voluntária feito ao MPOG pela Casa Civil mediante o ofício nº 1285/GAB-C. CIVIL/PR, de 09/05/2012”. Parecer: pela aprovação; 344 – Nº 2.332/12 – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial de Portos da Presidência da República a respeito das obras do Porto de São Gonçalo, cidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RJ”. Parecer: pela aprovação; 345 – Nº 2.333/12 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita informações ao Ministro das Comunicações sobre a inclusão de municípios paraibanos no Plano Nacional de Banda Larga (PNBL)”. Parecer: pela aprovação; 346 – Nº 2.334/12 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita informações

ao Ministro das Comunicações quanto o número de rádios comunitárias existentes, atualmente, nos municípios paraibanos”. Parecer: pela aprovação; 347 – Nº 2.335/12 – do Sr. Toninho Pinheiro – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos que especifica”. Parecer: pela aprovação; 348 – Nº 2.336/12 – da Sra. Andreia Zito – que “solicita informações a Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, quanto ao Termo de Acordo nº 8/2011, de 30 de agosto de 2011, acordado pela SRH/MPOG/DRT e Coordenação Geral de Negociação e Relações Sindicais”. Parecer: pela aprovação; 349 – Nº 2.337/12 – da Comissão de Finanças e Tributação – (PL 1068/2011) – que “solicita seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda relativas à estimativa da renúncia de receita decorrente do Projeto de Lei nº 1.068/2011, de autoria do Dep. Ricardo Izar”. Parecer: pela aprovação; 350 – Nº 2.338/12 – da Sra. Carmen Zanotto – que “solicita informações do Sr. Antonio de Aguiar Patriota, Ministro de Estado das Relações Exteriores, sobre crime contra mulheres no Uzbequistão”. Parecer: pela aprovação; 351 – Nº 2.339/12 – do Sr. Roberto de Lucena – que “requer informações ao Exmo. Senhor Ministro das Relações Exteriores quanto a morte da brasileira Jhêssica Freitas Almeida da Silva em Nova Iorque”. Parecer: pela aprovação; 352 – Nº 2.340/12 – do Sr. Pastor Eurico – que “solicita informações do Ministério das Comunicações sobre multas no sistema de comunicação”. Parecer: pela aprovação; 353 – Nº 2.341/12 – do Sr. Sibá Machado – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, sobre leilões para termoeletricas de biomassa na Região Amazônica”. Parecer: pela aprovação; 354 – Nº 2.342/12 – do Sr. Sibá Machado – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, sobre o consumo de energia elétrica no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 355 – Nº 2.343/12 – do Sr. Sibá Machado – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre a criação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs)”. Parecer: pela aprovação; 356 – Nº 2.344/12 – da Comissão de Minas e Energia – que “requer informações do Ministério de Minas e Energia, da parte da Aneel, por meio do encaminhamento de todos os dados relativos aos últimos procedimentos fiscalizatórios realizados na Eletrobrás Amazonas Energia”. Parecer: pela aprovação; 357 – Nº 2.345/12 – da Comissão de Finanças e Tributação – que “solicita seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda relativas à estimativa da renúncia de receita decorrente do Projeto de Lei nº 2.713, de 2011”. Parecer: pela

aprovação; 358 – Nº 2.346/12 – da Comissão de Seguridade Social e Família – que “solicita informações à Senhora ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão relativamente aos estudos, que subsidiaram a decisão do Governo Federal em revogar a Lei 9.436, de 1997”. Parecer: pela aprovação; 359 – Nº 2.347/12 – do Sr. Amauri Teixeira – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado de Justiça, informações sobre o inquérito de Nº 20/2009 que tramita na Superintendência da Polícia Federal em Salvador, que apura desvio de verbas do PRONAF em Serra Dourada -BA” Parecer: pela aprovação; 360 – Nº 2.348/12 – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “solicita informações ao Ministério das Relações Exteriores acerca do Protocolo firmado recentemente entre o Brasil e China, visando a exportação de carne de asnos, jumentos e jegues nordestinos para fins de consumo”. Parecer: pela aprovação; 361 – Nº 2.349/12 – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “solicita informações aos Ministérios da Agricultura Pecuária e Abastecimento acerca do Protocolo firmado recentemente entre o Brasil e China, visando a exportação de carne de asnos, jumentos e jegues nordestinos para fins de consumo”. Parecer: pela aprovação; 362 – Nº 2.350/12 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita ao Senhor Alexandre Padilha, Ministro de Estado da Saúde, informações referentes às providências tomadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA sobre denúncia envolvendo o ex-diretor do órgão, Rafael Barbosa, e o atual governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz”. Parecer: pela aprovação; 363 – Nº 2.351/12 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre financiamentos subsidiados concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social)”. Parecer: pela aprovação; 364 – Nº 2.352/12 – da Sra. Erika Kokay – que “solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde sobre os dados atualizados do número de mulheres que realizaram mastectomia no Brasil nos últimos anos”. Parecer: pela aprovação; 365 – Nº 2.353/12 – da Sra. Erika Kokay – que “solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda sobre a contagem de tempo, para efeito de promoção e aposentadoria, do período transcorrido entre o afastamento e a reintegração de servidores anistiados do governo Collor”. Parecer: pela aprovação; 366 – Nº 2.354/12 – da Sra. Erika Kokay – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Advogado Geral da União sobre o parecer proferido pela AGU considerando a contagem de tempo, para efeitos previdenciários, do período em que os servidores anistiados do governo Collor estiveram afastados do serviço pú-

blico”. Parecer: pela aprovação; 367 – Nº 2.355/12 – do Sr. Lincoln Portela – que “solicita informações do Senhor Ministro do Esporte, quanto a pagamento de recursos orçamentários”. Parecer: pela aprovação; 368 – Nº 2.356/12 – do Sr. Edio Lopes – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para empresas com investimentos no exterior”. Parecer: pela aprovação; 369 – Nº 2.357/12 – do Sr. Rodrigo Bethlem – que “solicita informações ao Ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, por meio da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, sobre os valores arrecadados do ano de 2011 e o primeiro trimestre de 2012”. Parecer: pela aprovação; 370 – Nº 2.358/12 – do Sr. Rodrigo Bethlem – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), sobre os estudos de capacidade e qualidade de serviços e transmissões de dados de padrões 3G realizados pela Anatel a respeito das prestadoras do Serviço Móvel Pessoal que operam no Município do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 371 – Nº 2.359/12 – do Sr. Rubens Bueno – que “requer ao Sr. Gastão Vieira, Ministro de Estado do Turismo, informações referentes a contratos firmados entre o Ministério do Turismo e o Instituto Marca Brasil (IMB), conforme específica”. Parecer: pela aprovação; 372 – Nº 2.360/12 – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) a projetos realizados no exterior”. Parecer: pela aprovação; 373 – Nº 2.361/12 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro Guido Mantega sobre contratos realizados entre a Caixa Econômica Federal e as Empresas abaixo especificadas”. Parecer: pela aprovação; 374 – Nº 2.362/12 – do Sr. Domingos Dutra – que “solicita ao Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega, informações sobre documentos comprobatórios dos pagamentos de contribuição sindical não repassadas às respectivas entidades em razão de problemas no preenchimento das Guias de Recolhimento da Contribuição Sindical, conforme noticiado nos Avisos nº 231 e 455/MF do Ministério da Fazenda”. Parecer: pela aprovação; 375 – Nº 2.363/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita a Ilustríssima Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente, Senhora Isabella Teixeira, informações sobre denúncias de servidores do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente acerca do assédio moral que sofrem para viabilizar projetos de infraes-

trutura sem os devidos requisitos ambientais e sociais exigidos pela lei”. Parecer: pela aprovação; 376 – Nº 2.364/12 – do Sr. Paulo Rubem Santiago – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Justiça sobre o fechamento de postos da Polícia Rodoviária Federal, no Estado de Pernambuco”. Parecer: pela aprovação; 377 – Nº 2.365/12 – da Sra. Jô Moraes – que “solicita informações ao Ministério da Defesa, sobre indenização a ser concedida aos pesquisadores, após o incêndio na Estação Antártica Comandante Ferraz”. Parecer: pela aprovação; 378 – Nº 2.366/12 – da Sra. Jô Moraes – que “solicita informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sobre indenização a ser concedida aos pesquisadores, após o incêndio na Estação Antártica Comandante Ferraz”. Parecer: pela aprovação; 379 – Nº 2.367/12 – do Sr. Marçal Filho – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Justiça sobre a implantação, de uma Unidade de Policiamento Especializado de Fronteiras na cidade de Dourados – MS”. Parecer: pela aprovação; 380 – Nº 2.368/12 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro de Minas e Energia a respeito do histórico de produção mensal da Unidade de Industrialização de Xisto, em São Mateus do Sul, no Estado do Paraná”. Parecer: pela aprovação; 381 – Nº 2.369/12 – do Sr. João Dado – que “solicita seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda relativas à estimativa da renúncia de receita decorrente do Projeto de Lei nº 6.358, de 2005, que “Inclui parágrafo ao art. 2º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a incidência da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, nas operações de venda dos produtos que especifica””. Parecer: pela aprovação; 382 – Nº 2.370/12 – do Sr. João Dado – que “solicita seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda relativas à arrecadação da receita da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, no serviços de geração, transmissão e distribuição de energia e demais providências””. Parecer: pela aprovação; 383 – Nº 2.371/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, sobre a relação de todas as empresas que nos últimos cinco anos receberam recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES em operação de apoio direto e indireto”. Parecer: pela aprovação; 384 – Nº 2.372/12 – do Sr. Wellington

Fagundes – que “com fundamento no art. 115, inc. I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicita seja despachado o presente requerimento que tem por objeto solicitar informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, acerca das providências adotadas no sentido de priorizar e conferir maior celeridade ao procedimento licitatório referente à duplicação das BR’s 163/364, nos trechos compreendidos entre os municípios de Rondonópolis-Cuiabá-Rosário Oeste no Estado de Mato Grosso, pelas razões adiante expostas”. Parecer: pela aprovação; 385 – Nº 2.373/12 – do Sr. Eduardo Sciarra – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, sobre a republicação do Decreto 7742/2012”. Parecer: pela aprovação; 386 – Nº 2.374/12 – do Sr. Ricardo Izar – que “solicita informações do Sr. Ministro da Defesa a respeito do PROSUPER – Programa de Obtenção de Meios de Superfície para a Marinha do Brasil”. Parecer: pela aprovação; 387 – Nº 2.375/12 – do Sr. Vaz de Lima – que “solicita Ministro da Educação, cópia do inteiro teor de auditoria realizada nos contratos celebrados com empresas de informática, conforme especifica”. Parecer: pela aprovação; 388 – Nº 2.376/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Senhor Aldo Rebelo, informações acerca das providências e encaminhamentos adotados em relação às investigações das denúncias de envolvimento da Pasta com as ONG’s agraciadas com os convênios do Programa Segundo Tempo que ensejaram a saída do Senhor Orlando Silva do Ministério”. Parecer: pela aprovação; 389 – Nº 2.377/12 – do Sr. Rogério Marinho – que “solicita ao Senhor Jorge Hage, Ministro Chefe da Controladoria Geral da República (CGU), informações sobre as auditorias já realizadas, em andamento ou a realizar, pela CGU, tendo como objeto os repasses de recursos federais, efetuados à União Nacional dos Estudantes (UNE), objeto da matéria divulgada pela mídia nacional”. Parecer: pela aprovação; 390 – Nº 2.378/12 – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Educação sobre a prestação de contas com despesas da Pasta da Educação, no Município do Rio de Janeiro/RJ”. Parecer: pela aprovação; 391 – Nº 2.379/12 – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda sobre o contrato de financiamento entre Banco do Brasil e o Estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 3,6 bilhões”. Parecer: pela aprovação; 392 – Nº 2.380/12 – do Sr. João Campos e outros – que “requeremos informações do Ministro da Saúde sobre viagens oficiais internacionais, feitas por servidores daquele Ministério, para estudo/pesquisa e acompanhamento de programas e projetos sobre aborto

seguro”. Parecer: pela aprovação; 393 – Nº 2.381/12 – do Sr. João Campos e outros – que “requeremos informações do Ministro da Saúde sobre Termos de Cooperação e Convênios destinados a estudos e pesquisas sobre aborto e descriminalização do aborto no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 394 – Nº 2.382/12 – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro da Educação sobre o Exame Nacional do Ensino Médio Enem”. Parecer: pela aprovação; 395 – Nº 2.383/12 – do Sr. Rodrigo Bethlem – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), quais os critérios adotados para fiscalizar os serviços prestados pela operadora de TV por Assinatura NET no Município do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 396 – Nº 2.384/12 – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Saúde, Senhor Alexandre Padilha, sobre o inteiro teor dos processos 25380.007678/94-34, 25000.019428, 25380.010175/94-91 e 25380.007679/94-05”. Parecer: pela aprovação; 397 – Nº 2.385/12 – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações à Excelentíssima Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora Miriam Belchior, sobre o inteiro teor dos processos 25380.007678/94-34, 25000.019428, 25380.010175/94-91 e 25380.007679/94-05”. Parecer: pela aprovação; 398 – Nº 2.386/12 – do Sr. João Caldas – que “solicita à Ministra do Meio Ambiente informações sobre os procedimentos de elaboração e cópia dos pareceres sobre a licença ambiental emitidos pelo Ibama, em relação à instalação das refinarias e estaleiros dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Maranhão e Alagoas”. Parecer: pela aprovação; 399 – Nº 2.387/12 – da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – que “solicita ao Ministério da Justiça informações para que possam subsidiar diligência desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que será realizada em Altamira, Estado do Pará”. Parecer: pela aprovação; 400 – Nº 2.388/12 – da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – que “solicita ao Ministério do Meio Ambiente informações para que possam subsidiar diligência desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que será realizada em Altamira, Estado do Pará”. Parecer: pela aprovação; 401 – Nº 2.389/12 – da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia para subsidiar diligência desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que será realizada em Altamira, Estado do Pará”. Parecer: pela aprovação; 402 – Nº 2.390/12 – da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – que “solicita ao Ministério da Saúde informações para que possam subsidiar di-

ligência desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que será realizada em Altamira, Estado do Pará”. Parecer: pela aprovação; 403 – Nº 2.392/12 – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “requerimento de Informação ao Ministério dos Transportes acerca da provável contaminação do solo do Aeroporto Internacional de Guarulhos/Cumbica, bem como dos demais aeroportos internacionais do País”. Parecer: pela aprovação; 404 – Nº 2.393/12 – do Sr. Leonardo Picciani – que “requer que seja encaminhado pedido de informações à Excelentíssima Senhora Miriam Belchior, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre o Processo nº 03000.000485/2011-91, que trata de anulação do PDV – Programa de Demissão Voluntária”. Parecer: pela aprovação; 405 – Nº 2.394/12 – do Sr. José Chaves – que “requer informações à Senhora ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão sobre mudanças na legislação dos “terrenos de marinha e seus acrescidos”, anunciadas por representante da SPU em Audiência Pública realizada em 21 de junho de 2011, na Câmara dos Deputados”. Parecer: pela aprovação; 406 – Nº 2.395/12 – do Sr. Pauderney Avelino – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Cidades, acerca dos recursos que estão sendo aplicadas no Programa de Água de Manaus, do Governo do Estado do Amazonas – PROAMA, andamento das obras e perspectivas de sua inclusão”. Parecer: pela aprovação; 407 – Nº 2.396/12 – do Sr. João Dado – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações a respeito dos resultados da ação fiscalizatória da Anatel sobre os serviços de telefonia móvel prestados na cidade de Votuporanga, no Estado de São Paulo, bem como as providências que vêm sendo adotadas para melhorar a qualidade dos serviços no município, especialmente no que diz respeito à falhas de sinal identificadas em alguns bairros da cidade”. Parecer: pela aprovação; 408 – Nº 2.397/12 – da Sra. Andreia Zito – que “requer informações a Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre a Portaria Normativa nº 4, de 6 de julho de 2012, da Senhora Secretária de Gestão Pública daquela Pasta”. Parecer: pela aprovação; 409 – Nº 2.398/12 – do Sr. João Dado – que “requer seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, relativas à renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 2.818, de 2008”. Parecer: pela aprovação; 410 – Nº 2.401/12 – do Sr. Flaviano Melo – que “solicita informações à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão Miriam Belchior, acerca de Contratos de Financiamentos firmados com a Caixa Econômica Federal para o financiamento de projetos governamen-

tais com o Governo do Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 411 – Nº 2.402/12 – do Sr. Flaviano Melo – que “solicita informações à Ministra do Planejamento Orçamento e Gestão Miriam Belchior, acerca dos Contratos de Financiamentos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para o financiamento de projetos governamentais com o Governo do Estado do Acre a partir de 1999”. Parecer: pela aprovação; 412 – Nº 2.403/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado das Cidades, Aguiinaldo Ribeiro, acerca das empresas contratadas para execução das obras do Programa Minha Casa Minha Vida”. Parecer: pela aprovação; 413 – Nº 2.404/12 – do Sr. Dr. Aluizio – que “requerimento de Informação ao Senhor Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, sobre distribuição de medicamento para os portadores de mieloma múltiplo”. Parecer: pela aprovação; 414 – Nº 2.405/12 – do Sr. Edio Lopes – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES sobre os projetos executados com o Fundo Amazônia”. Parecer: pela aprovação; 415 – Nº 2.406/12 – do Sr. João Campos – que “requeremos informações da Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres sobre transferência e complementação de recursos para organizações não governamentais provenientes da Agência das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres”. Parecer: pela aprovação; 416 – Nº 2.407/12 – do Sr. José de Filippi – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura – MPA, no sentido de esclarecer se há estudos técnicos-científicos que possam embasar a definição de políticas públicas relacionadas à pesca do Polvo e da Tainha”. Parecer: pela aprovação; 417 – Nº 2.408/12 – do Sr. William Dib – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado da Previdência informações sobre o número de afastamentos por doença profissional de profissionais em coleta de lixo (garis e catadores)”. Parecer: pela aprovação; 418 – Nº 2.409/12 – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério da Defesa informações acerca do conteúdo violento das músicas entoadas pelos soldados do quartel do 1º Batalhão da Polícia do Exército do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 419 – Nº 2.410/12 – do Sr. João Dado – que “requer seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão a estimativa de renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 4.720, de 2009”. Parecer: pela aprovação; 420 – Nº 2.411/12 – do Sr. João Caldas – que “requer do Senhor Ministro de Es-

tado de Minas e Energia esclarecimentos sobre os gastos com consultorias, no Brasil e no exterior, para as empresas Petrobrás e Transpetro e para a ANP". Parecer: pela aprovação; 421 – Nº 2.412/12 – do Sr. Guilherme Campos – que "solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre o impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei nº 2.232, de 2011, que "Dispõe sobre a dedutibilidade das doações ao Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) da base de cálculo do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido"". Parecer: pela aprovação; 422 – Nº 2.413/12 – do Sr. Guilherme Campos – que "solicita informações à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão sobre o impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei nº 6.146, de 2009, que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, a fim de assegurar gratificação natalina aos médicos-residentes", apensos os projetos de lei nº 7.055, de 2010, e nº 7.328, de 2010". Parecer: pela aprovação; 423 – Nº 2.414/12 – do Sr. Rubens Bueno – que "solicita informações ao Ministério dos Transportes sobre irregularidades na contratação de serviços de dragagem nos Portos de Paranaguá e Antonina – PR". Parecer: pela aprovação; 424 – Nº 2.415/12 – do Sr. Rubens Bueno – que "solicita informações ao Ministério do Meio Ambiente sobre o possível dano ambiental que causou o acidente com o navio MAESRK NAPLES, ocorrido entre os portos de Paranaguá- PR e de Santos -SP". Parecer: pela aprovação; 425 – Nº 2.416/12 – do Sr. Carlos Sampaio – que "requer do Senhor Ministro de Estado Presidente do Banco Central do Brasil as informações que abaixo especifica". Parecer: pela aprovação; 426 – Nº 2.417/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "requer informações ao Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC acerca do abandono de aviões em hangares no Rio de Janeiro e Minas Gerais". Parecer: pela aprovação; 427 – Nº 2.418/12 – da Sra. Erika Kokay – que "requer que seja encaminhado pedido de informações ao Excelentíssimo Sr. Ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil sobre a existência ou não de programa de acessibilidade, no âmbito da Infraero, para pessoas com deficiência". Parecer: pela aprovação; 428 – Nº 2.419/12 – do Sr. Pedro Eugênio – que "solicita informações ao Senhor Ministro do Planejamento sobre o impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei nº 3.133, de 2008". Parecer: pela aprovação; 429 – Nº 2.420/12 – do Sr. Pedro Eugênio – que "solicita informações ao Senhor Ministro da Educação sobre o impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei nº

3.133, de 2008". Parecer: pela aprovação; 430 – Nº 2.421/12 – do Sr. Nelson Marchezan Junior – que "solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, informações sobre os pagamentos realizados pelo Poder Executivo à Revista Carta Capital, relativamente às despesas de ordem publicitária". Parecer: pela aprovação; 431 – Nº 2.422/12 – do Sr. Nelson Marchezan Junior – que "solicita a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Miriam Belchior, informações sobre os pagamentos realizados pelo Poder Executivo à Revista Carta Capital, relativamente às despesas de ordem publicitária". Parecer: pela aprovação; 432 – Nº 2.423/12 – do Sr. Paulo Marinho Junior – que "requerimento de informação ao Senhor Ministro da Fazenda, sobre a criação e instalação da Agência do Banco da Amazônia em Caxias, Estado do Maranhão". Parecer: pela aprovação; 433 – Nº 2.424/12 – do Sr. Paulo Marinho Junior – que "requerimento de informação ao Senhor Ministro das Comunicações, sobre a concessão do Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV), em Caxias, Estado do Maranhão". Parecer: pela aprovação; 434 – Nº 2.425/12 – do Sr. Homero Pereira – que "solicita informações ao Ministério das Relações Exteriores – MRE quanto ao plano estratégico para o fortalecimento da cooperação agrícola entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da república federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura da república popular da China". Parecer: pela aprovação; 435 – Nº 2.426/12 – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que "solicita ao Ministro da Previdência informações acerca de matéria publicada na mídia que trata do pagamento de atrasados aos aposentados por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença". Parecer: pela aprovação; 436 – Nº 2.427/12 – do Sr. Nelson Padovani – que "solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, informações relativas às operações de crédito rural, modalidade investimento, contratadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES". Parecer: pela aprovação; 437 – Nº 2.428/12 – do Sr. Weliton Prado – que "solicita informações ao Ministro de Estado dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), sobre as ações adotadas diante dos descumprimentos do contratos de concessões em rodovias federais, em especial, dos trechos explorados pelo grupo espanhol OHL". Parecer: pela aprovação; 438 – Nº 2.429/12 – do Sr. Edinho Araújo – que "solicita informações ao Ministério dos Transportes sobre o cronograma de investimentos no setor ferroviário visando ao plano de recuperação da malha ferroviária nos trechos precários por parte das atuais concessio-

nárias”. Parecer: pela aprovação; 439 – Nº 2.430/12 – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério da Fazenda informações sobre os resultados da Comissão de Sindicância Investigativa com vistas a apurar as suspeitas de irregularidade na administração da Casa da Moeda, durante a gestão do senhor Luiz Felipe Denucci, suspeito de receber propina de fornecedores de serviços feitos para a Casa da Moeda em contas no exterior”. Parecer: pela aprovação; 440 – Nº 2.431/12 – do Sr. Eleuses Paiva – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde sobre a revogação do § 2º do Art. 40 da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 44/2009, AN-VISA”. Parecer: pela aprovação; 441 – Nº 2.432/12 – do Sr. Mauro Nazif – que “solicita à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão informações por escrito acerca da situação de servidores ocupantes de cargos inseridos em “planos especiais” criados a partir da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006”. Parecer: pela aprovação; 442 – Nº 2.433/12 – do Sr. João Carlos Bacelar – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações quanto aos planos de investimentos apresentado pelas operadoras de Telefonia Oi, TIM e Claro à Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel”. Parecer: pela aprovação; 443 – Nº 2.434/12 – do Sr. Osmar Serraglio – que “requer que sejam prestadas informações por parte do Ministério da Fazenda a respeito da contribuição previdenciária recolhida pelos tomadores de serviços prestados por cooperados intermediados por suas cooperativas de transporte”. Parecer: pela aprovação; 444 – Nº 2.435/12 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações a respeito das condições de oferta do “Sky Livre” no Estado de Minas Gerais, em face de denúncia de propaganda enganosa na prestação do serviço”. Parecer: pela aprovação; 445 – Nº 2.436/12 – do Sr. Valtenir Pereira – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Saúde sobre o efetivo cumprimento da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, por parte dos Chefes dos Poderes Executivos Municipais”. Parecer: pela aprovação; 446 – Nº 2.437/12 – do Sr. João Caldas – que “solicita ao Ministério da Integração Nacional informações sobre o contrato firmado entre a Codevasf e o Corpo de Engenharia do Exército dos Estados Unidos (USACE), para estudar alternativas que tornem navegável o rio São Francisco”. Parecer: pela aprovação; 447 – Nº 2.438/12 – do Sr. Raul Henry – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo, sobre as razões técnicas que motivaram a Anatel a liberar a venda de novas

linhas de celulares e internet das operadoras TIM, Claro e Oi”. Parecer: pela aprovação; 448 – Nº 2.439/12 – da Comissão de Finanças e Tributação – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda relativas à estimativa da renúncia de receita decorrente do Projeto de Lei nº 3.160, de 2012”. Parecer: pela aprovação; 449 – Nº 2.440/12 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Defesa, pertinentes às operações de compra, venda e arrendamento, nas quais a empresa CFLY Consultoria e Gestão Empresarial Ltda. e/ou Décio Yoshimoto, figurem como intermediários”. Parecer: pela aprovação; 450 – Nº 2.441/12 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda, pertinentes às operações de compra, venda e arrendamento, nas quais a empresa CFLY Consultoria e Gestão Empresarial Ltda. e/ou Décio Yoshimoto, figurem como intermediários”. Parecer: pela aprovação; 451 – Nº 2.442/12 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita à Ministra de Meio Ambiente informações sobre a destinação de recursos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7 para a The Nature Conservancy – TNC”. Parecer: pela aprovação; 452 – Nº 2.443/12 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita à Ministra de Meio Ambiente informações sobre os projetos aprovados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente”. Parecer: pela aprovação; 453 – Nº 2.444/12 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, informações sobre projeto aprovado pelo Fundo Amazônia em favor da The Nature Conservancy – TNC”. Parecer: pela aprovação; 454 – Nº 2.445/12 – da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – que “solicita ao Ministério das Relações Exteriores informações existente nesse Ministério sobre o dirigente paraguaio Marechal Francisco Lopes”. Parecer: pela aprovação; 455 – Nº 2.446/12 – da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – que “solicita ao Ministério da Defesa informações existente nesse Ministério a respeito de episódio descrito no livro Memórias de uma Guerra Suja, pelo ex-delegado Cláudio Guerra”. Parecer: pela aprovação; 456 – Nº 2.447/12 – da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – que “solicita ao Ministério das Relações Exteriores informações existente nesse Ministério a respeito de episódio descrito no livro Memórias de uma Guerra Suja, pelo ex-delegado Cláudio Guerra”. Parecer: pela aprovação; 457 – Nº 2.448/12 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Sr. Fernando Bezerra Coelho, Ministro de Estado da Integração Nacional a respeito do Plano

Articulado de Prevenção e Resposta a Desastres Naturais no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 458 – Nº 2.449/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre as estimativas das renúncias fiscais, referente ao Projeto de Lei nº 3.100, de 2012, que prorroga o prazo para a consolidação de débitos no âmbito dos programas de pagamento à vista ou parcelamento de que trata a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009”. Parecer: pela aprovação; 459 – Nº 2.450/12 – do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Senhor Edson Lobão, sobre transações no exterior envolvendo refinarias de propriedade da Petrobras”. Parecer: pela aprovação; 460 – Nº 2.451/12 – do Sr. Chico Lopes – que “solicita ao Presidente do Banco Central do Brasil o encaminhamento de informações relativas a tarifas bancárias”. Parecer: pela aprovação; 461 – Nº 2.452/12 – do Sr. Major Fábio – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Saúde sobre a não inclusão do município de João Pessoa, estado da Paraíba, dentro do Programa do Governo Federal de combate ao “crack””. Parecer: pela aprovação; 462 – Nº 2.453/12 – do Sr. Major Fábio – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça sobre a não inclusão do município de João Pessoa, estado da Paraíba, dentro do Programa do Governo Federal de combate ao “crack””. Parecer: pela aprovação; 463 – Nº 2.454/12 – do Sr. Carlos Souza – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia acerca do montante que a empresa Eletrobrás Amazonas Energia deverá devolver aos consumidores do Estado do Amazonas, em razão dos valores de tarifas de energia que foram cobrados indevidamente pelas concessionárias de energia elétrica, causados pela diferença entre o Índice de Reajuste Tarifário (IRT) e o incremento dos custos da Parcela A”. Parecer: pela aprovação; 464 – Nº 2.455/12 – do Sr. Eduardo Azevedo – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antônio Raupp, informações sobre a instalação de fábricas e operações da Foxconn no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 465 – Nº 2.456/12 – do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado dos Transportes Senhor Paulo Sérgio Passos, sobre concessões de rodovias federais licitadas em 2007”. Parecer: pela aprovação; 466 – Nº 2.457/12 – do Sr. José Mentor – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Cidades informações sobre o relatório e suas conclusões da vistoria realizada nas obras do PAC-I, financiadas pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ao Município de Americana/SP”. Parecer: pela

aprovação; 467 – Nº 2.458/12 – da Comissão de Viação e Transportes – que “solicita informações ao Ministério dos Transportes sobre o cronograma de investimentos no setor ferroviário visando ao plano de recuperação da malha ferroviária nos trechos precários por parte das atuais concessionárias”. Parecer: pela aprovação; 468 – Nº 2.459/12 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “requer informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, pertinentes aos contratos de parceria da Petrobras Bio Combustível com a Açúcar Guarani S.A. do Grupo Tereos”. Parecer: pela aprovação; 469 – Nº 2.460/12 – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “solicita informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR acerca da provável contaminação do solo do Aeroporto Internacional de Guarulhos/Cumbica”. Parecer: pela aprovação; 470 – Nº 2.461/12 – do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita ao Senhor Ministro das Comunicações, Sr. Paulo Bernardo os seguintes documentos: Análise comparativa dos planos de expansão, dos serviços das concessionárias de telefonia móvel, TIM, Oi e CLARO, hoje em execução, acusando as principais diferenças que a ANATEL considerou suficientes para suspensão das sanções impostas recentemente por aquela Agência Reguladora”. Parecer: pela aprovação; 471 – Nº 2.462/12 – do Sr. João Caldas – que “solicita ao Ministro de Minas e Energia informações referentes à contratação de empresas de consultoria pelas estatais federais atuantes no setor elétrico nos últimos cinco anos”. Parecer: pela aprovação; 472 – Nº 2.463/12 – do Sr. João Caldas – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda a respeito da Caixa Econômica Federal, no que concerne aos contratos de locação de mão de obra que aquela instituição mantém em vigor”. Parecer: pela aprovação; 473 – Nº 2.464/12 – do Sr. Josias Gomes – que “requer informações ao Ministério da Integração Nacional, sobre as medidas de desassoreamento e outras obras nas barragens Adustina – Adustina/BA, Cocorobó – Canudos/BA e Cariacá – Monte Santo/BA”. Parecer: pela aprovação; 474 – Nº 2.465/12 – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita informações ao Exmo. Senhor Ministro da Pesca e Aquicultura a respeito de notícias veiculadas na mídia referente ao arrendamento de embarcações estrangeiras por empresas brasileiras”. Parecer: pela aprovação; 475 – Nº 2.466/12 – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita informações ao Exmo. Senhor Ministro do Meio Ambiente a respeito de notícias veiculadas na mídia referente ao arrendamento de embarcações estrangeiras por empresas brasileiras”. Parecer: pela aprovação; 476 – Nº 2.467/12

– do Sr. André Figueiredo – que “Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a estimativa de renúncia de receita e estimativa de aumento de arrecadação”. Parecer: pela aprovação; 477 – Nº 2.468/12 – da Sra. Carmen Zanotto – que “requer informações ao Ministério do Turismo, sobre o evento “Garota Copa Pantanal 2014””. Parecer: pela aprovação; 478 – Nº 2.469/12 – do Sr. Joaquim Beltrão – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, sobre a situação econômica-financeira e seus respectivos investimentos para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados pela Eletrobrás Distribuição Alagoas – CEAL”. Parecer: pela aprovação; 479 – Nº 2.470/12 – do Sr. Maurício Quintella Lessa – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre a decisão tomada recentemente de participação estrangeira no controle societário de empresas brasileiras de Segurança Privada”. Parecer: pela aprovação; 480 – Nº 2.471/12 – do Sr. Walter Feldman – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Minas e Energia, sobre a exploração de minério de ferro em Caetité (BA)”. Parecer: pela aprovação; 481 – Nº 2.472/12 – da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Justiça acerca dos dados estatísticos sobre homicídios praticados em razão de homofobia”. Parecer: pela aprovação; 482 – Nº 2.473/12 – do Sr. Geraldo Resende – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, informações pormenorizadas quanto aos mecanismos utilizados para acompanhamento e fiscalização dos recursos destinados ao Programa Farmácia Popular”. Parecer: pela aprovação; 483 – Nº 2.474/12 – do Sr. Hugo Leal – que “solicita ao Ministério dos Transportes, no âmbito da competência da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, informações sobre contratos de concessão envolvendo a exploração de rodovias federais situadas no Estado do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 484 – Nº 2.475/12 – do Sr. João Campos – que “solicita informações adicionais do Ministro de Estado da Saúde sobre viagens oficiais internacionais, feitas por servidores daquele Ministério, para estudo/pesquisa e acompanhamento de programas e projetos sobre aborto seguro”. Parecer: pela aprovação; 485 – Nº 2.476/12 – do Sr. João Campos – que “solicita informações ao Ministro da Saúde sobre Termos de Cooperação e Convênios destinados a estudos e pesquisas sobre aborto e descriminalização do aborto no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 486 – Nº 2.477/12 – da Sra. Erika Kokay – que “solicita informações a Excelentíssima Sra. Ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da Repú-

blica (SDH/PR) sobre a participação do Distrito Federal no Programa “Viver sem Limite”- Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência”. Parecer: pela aprovação; 487 – Nº 2.478/12 – do Sr. Junji Abe – que “solicita informações ao Ministro da Saúde, Senhor Alexandre Padilha, acerca de visita realizada ao Hospital Frei Galvão, em Guaratinguetá/SP”. Parecer: pela aprovação; 488 – Nº 2.479/12 – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita informações ao Exmo. Senhor Ministro da Saúde a respeito de notícias veiculadas na mídia referente a golpes contra a saúde pública”. Parecer: pela aprovação; 489 – Nº 2.480/12 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor CELSO AMORIM, Ministro de Estado da Defesa, sobre supostos conflitos entre garimpeiros brasileiros e índios ianomâmis, que teriam resultado na morte de oitenta indígenas na fronteira Brasil-Venezuela”. Parecer: pela aprovação; 490 – Nº 2.481/12 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ EDUARDO CARDOZO, Ministro de Estado da Justiça, sobre supostos conflitos entre garimpeiros brasileiros e índios ianomâmis, que teriam resultado na morte de oitenta indígenas na fronteira Brasil-Venezuela”. Parecer: pela aprovação; 491 – Nº 2.483/12 – da Comissão de Turismo e Desporto – que “solicita ao Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, informações relativas ao custo dos estádios construídos e reformados para a Copa do Mundo de 2014 e a capacidade de cada um deles, bem como os valores a serem repassados pelos governos estaduais nos casos de PPP, durante o período de concessão de uso”. Parecer: pela aprovação; 492 – Nº 2.484/12 – da Comissão de Seguridade Social e Família – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Saúde sobre denúncia veiculada na mídia sobre Programa Farmácia Popular”. Parecer: pela aprovação; 493 – Nº 2.485/12 – da Comissão de Seguridade Social e Família – que “requer informações ao Senhor Ministro da Saúde sobre denúncia veiculada na mídia sobre irregularidades na produção e estocagem de plasma humano”. Parecer: pela aprovação; 494 – Nº 2.486/12 – do Sr. Lincoln Portela – que “solicita informações da Senhora Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, quanto a pagamento de recursos orçamentários do ano de 2009”. Parecer: pela aprovação; 495 – Nº 2.487/12 – do Sr. Nazareno Fonteles – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a evolução da produção agroecológica no Brasil nos últimos dez anos”. Parecer: pela aprovação; 496 – Nº 2.488/12 – do Sr. Nazareno Fonteles – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Agricul-

tura, Pecuária e Abastecimento sobre a evolução do licenciamento de agrotóxicos no Brasil, por ano, nos últimos dez anos”. Parecer: pela aprovação; 497 – Nº 2.489/12 – do Sr. Nazareno Fonteles – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde sobre o estado nutricional da população brasileira”. Parecer: pela aprovação; 498 – Nº 2.490/12 – do Sr. Nazareno Fonteles – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura sobre a evolução do consumo de pescados no Brasil nos últimos dez anos”. Parecer: pela aprovação; 499 – Nº 2.491/12 – do Sr. Nazareno Fonteles – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)”. Parecer: pela aprovação; 500 – Nº 2.492/12 – do Sr. Nazareno Fonteles – que “solicita informações à Senhora Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)”. Parecer: pela aprovação; 501 – Nº 2.493/12 – do Sr. Nazareno Fonteles – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre a evolução da produção agroecológica no Brasil nos últimos dez anos”. Parecer: pela aprovação; 502 – Nº 2.494/12 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministério dos Transportes sobre irregularidades encontradas no projeto e, consequentemente, na execução das obras da Ferrovia Norte-Sul”. Parecer: pela aprovação; 503 – Nº 2.495/12 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações sobre denúncia de situação calamitosa por que passam os servidores que atuam na Superintendência da Agricultura no Paraná”. Parecer: pela aprovação; 504 – Nº 2.496/12 – do Sr. Guilherme Campos – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda relativas à estimativa da renúncia de receita decorrente do Projeto de Lei nº 3.950, de 2012, que “altera o art. 39 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para ampliar para 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias o prazo em que se aplica a isenção do imposto de renda da pessoa física sobre o ganho auferido na venda de imóvel residencial, condicionada à aquisição de outro imóvel residencial”, e dos apensos Projetos de Lei nº 1.364, de 2007, e nº 4.278, de 2012”. Parecer: pela aprovação; 505 – Nº 2.497/12 – do Sr. Ademir Camilo – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes Sr. Paulo Sérgio Oliveira Passos, informações sobre as obras de pavimentação da BR-367, constantes do Edital de Concorrência Pública nº 104/12-00 e sobre a BR-116, no que se refere ao Programa de Concessões – PAC 2, que contempla a concessão do Trecho da Divisa com a Bahia até a Divisa com o Rio de Janeiro e aos dois processos para iluminação

da BR-116/MG, (Processo NS 1065484216 – Protocolo DNIT nº 50606.001493/2012-04 e Processo NS 1057765822 – Protocolo DNIT nº 50606.001492/2012-51)”. Parecer: pela aprovação; 506 – Nº 2.498/12 – da Sra. Andreia Zito – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado Saúde referentes à nomeação de candidatos aprovados em concursos públicos e a substituição de terceirizados”. Parecer: pela aprovação; 507 – Nº 2.499/12 – da Sra. Erika Kokay – que “solicita o encaminhamento de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho, sobre suposta auditoria realizada, em 2012, no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DI-POA, da Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”. Parecer: pela aprovação; 508 – Nº 2.500/12 – do Sr. Walter Feldman – que “solicita Informações ao Sr. Ministro da Educação sobre as ofertas e os preenchimentos das vagas do PROUNI desde sua criação; Indagar: a discriminação destas vagas e o preenchimento por semestre por bolsa integral e parcial de 50% e 25 % e quando isso ocorreu; a discriminação dos cursos presenciais e do EAD e o percentagem geral de ociosidade; e o índice de evasão por cada modalidade e por semestre”. Parecer: pela aprovação; 509 – Nº 2.501/12 – do Sr. Arolde de Oliveira – que “solicita informações ao Ministro de Minas e Energia sobre projetos e empreendimentos de cooperação em geologia, mineração e em indústrias de transformação mineral desenvolvidos no Brasil em parceria com a República Islâmica do Irã”. Parecer: pela aprovação; 510 – Nº 2.502/12 – do Sr. Walter Feldman – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda, Guido Mantega sobre a comprovação da oferta das vagas e respectiva isenção dos tributos federais desde 2005 dos estudantes que são inscritos no PROUNI junto a Receita Federal”. Parecer: pela aprovação; 511 – Nº 2.503/12 – do Sr. Nilson Leitão – que “solicita o envio de Requerimento de Informação ao Ministério dos Transportes e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, sobre a BR 242,” Parecer: pela aprovação; 512 – Nº 2.504/12 – do Sr. Nilson Leitão – que “solicita o envio de Requerimento de Informação ao Ministério dos Transportes e a Agência Nacional de transporte Terrestre, sobre a Ferrovia Leste Oeste (FICO)”. Parecer: pela aprovação; 513 – Nº 2.505/12 – do Sr. Nilson Leitão – que “solicita o envio de Requerimento de Informação ao Ministério dos Transportes e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, sobre a BR 174”. Parecer: pela aprovação; 514 – Nº 2.506/12 – do Sr. Sarney Filho – que “solicita informação à Senhora Ministra do Meio Am-

biente, Isabela Teixeira, sobre mineração de ouro em Belo Monte”. Parecer: pela aprovação; 515 – Nº 2.507/12 – do Sr. Sarney Filho – que “solicita informação ao Senhor Ministro das Minas e Energia, Edson Lobão, sobre mineração de ouro no Rio Xingu, nas proximidades da usina de Belo Monte”. Parecer: pela aprovação; 516 – Nº 2.508/12 – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “solicita informações ao Ministro da Defesa acerca do despejo de água de lastro, por parte de navios petroleiros, no litoral do município de São Sebastião (SP)”. Parecer: pela aprovação; 517 – Nº 2.509/12 – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “solicita informações ao Ministro dos Transportes acerca do despejo de água de lastro, por parte de navios petroleiros, no litoral do município de São Sebastião (SP)”. Parecer: pela aprovação; 518 – Nº 2.510/12 – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “solicita informações ao Ministro do Meio Ambiente acerca do despejo de água de lastro, por parte de navios petroleiros, no litoral do município de São Sebastião (SP)”. Parecer: pela aprovação; 519 – Nº 2.511/12 – da Sra. Mara Gabrilli – que “requerimento de Informações ao Sr. Ministro da Saúde acerca mudança no atendimento na unidade Lago Norte da Rede Sarah, em Brasília”. Parecer: pela aprovação; 520 – Nº 2.514/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão, acerca dos parques eólicos que se encontram parados à espera de transmissão de energia”. Parecer: pela aprovação; 521 – Nº 2.521/12 – do Sr. Guilherme Campos – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda relativas à estimativa de impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei nº 1.435, de 2011, que “Dispõe sobre os fundamentos e a política do agroturismo ou turismo rural e dá outras providências”. Parecer: pela aprovação; 522 – Nº 2.522/12 – do Sr. Eduardo Barbosa – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde sobre as ações de controle contra o sarampo proveniente de turistas estrangeiros que ingressarem no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 523 – Nº 2.523/12 – do Sr. Guilherme Campos – que “solicita informações ao Senhor Carlos Daudt Brizola, Ministro do Trabalho e Emprego para fundamentar estudo sobre a PLP nº 200, de 2012, que versa sobre a extinção da Contribuição Social Temporária criada pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho 2001”. Parecer: pela aprovação; 524 – Nº 2.525/12 – do Sr. Guilherme Campos – que “solicita informações ao Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão relativas à estimativa de impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei nº 3.476, de 2012, que

“Dispõe sobre a forma de pagamento do auxílio financeiro da União aos Estados e Municípios que abrigarão sedes e subsedes dos jogos da Copa das Confederações e Copa do Mundo de Futebol no Brasil em 2013 e 2014” e dá outras providências”. Parecer: pela aprovação; 525 – Nº 2.527/12 – do Sr. Luis Carlos Heinze – que “solicita ao Ministro de Estado da Justiça que apresente informações sob o atual estado das demarcações de Terras Indígenas com cópia de documentos comprobatórios de adequação e observância da FUNAI às novas normas impostas pela Portaria MJ nº 2.498/2011 de 31 de outubro de 2011, de todas as terras indígenas em estudo, conforme lista anexada”. Parecer: pela aprovação; 526 – Nº 2.528/12 – da Sra. Andreia Zito – que “solicita informações a Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre as Gratificações de Desempenho por atividade pagas aos servidores públicos federais, conforme Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais”. Parecer: pela aprovação; 527 – Nº 2.529/12 – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Previdência Social, acerca de matéria publicada na mídia que trata do pagamento de atrasados aos aposentados por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença”. Parecer: pela aprovação; 528 – Nº 2.530/12 – do Sr. Onyx Lorenzoni – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, a respeito da previsão de desabastecimento de combustível no Estado do Rio Grande do Sul”. Parecer: pela aprovação; 529 – Nº 2.531/12 – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, informações relativas às operações da Polícia Federal, na Região Amazônica, no período de janeiro/2008 a agosto/2012, no que concerne ao combate ao tráfico internacional de drogas, ao tráfico internacional de armas, ao tráfico internacional de animais silvestres, ao tráfico internacional de espécimes da flora amazônica e ao contrabando de ouro e outros minérios”. Parecer: pela aprovação; 530 – Nº 2.532/12 – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, informações relativas às políticas públicas e aos incentivos e investimentos federais na Região Amazônica, no período de janeiro/2008 a agosto/2012, para o desenvolvimento do complexo biodiversidade/biotecnologia”. Parecer: pela aprovação; 531 – Nº 2.533/12 – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Educação, Senhor Aloizio Mercadante, sobre recursos do Governo Federal para a construção de unidades de educação infantil e escolas técnicas no município do Rio de Janeiro-RJ”. Parecer: pela aprovação; 532 – Nº 2.534/12 – do

Sr. Sebastião Bala Rocha – que “solicita informações ao Ministro De Estado Das Minas e Energia referentes ao colapso no abastecimento de combustível no mês de outubro de 2012 no Estado do Amapá”. Parecer: pela aprovação; 533 – Nº 2.535/12 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministério dos Transportes, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres, sobre processos que envolvem a concessão de linhas interestaduais de ônibus, a ser lançada pela Agência no ano de 2013”. Parecer: pela aprovação; 534 – Nº 2.536/12 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego sobre denúncia de trabalho análogo ao de escravo em obras do Programa Minha Casa Minha Vida”. Parecer: pela aprovação; 535 – Nº 2.537/12 – do Sr. Fábio Faria – que “solicita ao Senhor Ministro da Saúde informações acerca da execução do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas no que se refere à implantação de unidades de Centros psicossociais e saúde mental, bem como, incentivos às chamadas comunitárias terapêuticas no Estado do Rio Grande do Norte”. Parecer: pela aprovação; 536 – Nº 2.538/12 – do Sr. Walter Feldman – que “solicita Informações ao Senhor Ministro de Minas e Energia para que seja encaminhada pela Sra. Maria das Graças Foster, Presidente da PETROBRAS, as planilhas onde foi constatado erro na avaliação de custo da Refinaria Abreu e Lima, bem como relatório sobre o caso citado por ela em Audiência Pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle com a participação da Comissão de Minas e Energia, ocorrida em 19 de setembro último”. Parecer: pela aprovação; 537 – Nº 2.539/12 – do Sr. Onyx Lorenzoni – que “solicita informações ao Ministro de Estado das Cidades, Sr. Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre os critérios para estabelecimento de subsídios do programa “Minha Casa, Minha Vida”, que tem privilegiado São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal em detrimento de outras capitais e regiões metropolitanas”. Parecer: pela aprovação; 538 – Nº 2.540/12 – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações à Excelentíssima Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora Miriam Belchior, sobre a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – Funpresp”. Parecer: pela aprovação; 539 – Nº 2.541/12 – do Sr. Mendonça Filho – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, a respeito de blecaute ocorrido na Região Nordeste, na madrugada da última sexta-feira, 26/10”. Parecer: pela aprovação; 540 – Nº 2.542/12 – do Sr. Ronaldo Benedet – que “solicita informações ao Senhor Ministro dos Transportes a respeito dos entra-

ves que impedem a conclusão das obras de duplicação da BR-101/Sul”. Parecer: pela aprovação; 541 – Nº 2.543/12 – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Wagner Bittencourt de Oliveira, sobre manutenção e conservação do complexo de pistas do Aeroporto Santos Dumont”. Parecer: pela aprovação; 542 – Nº 2.544/12 – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a respeito dos empreendimentos hoteleiros contemplados pelo BNDES ProCopa Turismo, no estado do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 543 – Nº 2.545/12 – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores sobre os vistos emitidos para entrada de cidadãos americanos no Brasil”. Parecer: pela aprovação; 544 – Nº 2.546/12 – da Comissão de Minas e Energia – que “solicita ao Sr. Ministro de Minas e Energia o envio das planilhas em que foi constatado erro na avaliação de custo da Refinaria Abreu e Lima, bem como de relatório sobre o caso, citado pela Sra. Maria das Graças Foster, Presidente da Petrobras S.A., em Audiência Pública ocorrida em 19 de setembro último, que contou com a participação desta Comissão”. Parecer: pela aprovação; 545 – Nº 2.547/12 – do Sr. Eliene Lima – que “solicita ao Ministro das Cidades informações acerca de procedimento adotado em exame de habilitação para conduzir veículo automotor”. Parecer: pela aprovação; 546 – Nº 2.548/12 – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda relativo ao impacto orçamentário-financeiro decorrente do Projeto de Lei nº 3.894/2012, que dispõe sobre a isenção de COFINS e PIS, objetivando fomentar a indústria plástica nacional a fabricar plásticos biodegradáveis que possam substituir o plástico convencional”. Parecer: pela aprovação; 547 – Nº 2.549/12 – da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – que “solicita informações ao Ministério das Comunicações sobre os resultados e melhorias no sistema de telefonia móvel provocadas pelas ações recentes da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)”. Parecer: pela aprovação; 548 – Nº 2.550/12 – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde sobre o cumprimento ou não da Resolução Normativa nº 159 de 03.07.2007 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS”. Parecer: pela aprovação; 549 – Nº 2.551/12 – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores sobre os serviços

prestados pelo Consulado Brasileiro em Miami – EUA”. Parecer: pela aprovação; 550 – Nº 2.552/12 – da Sra. Mara Gabrilli – que “requer que sejam prestadas informações pelo Sr. Ministro da Saúde acerca da dispensação das medicações antipsicóticas Palmitato de Paliperidona e Maleato de Asenapina”. Parecer: pela aprovação; 551 – Nº 2.553/12 – do Sr. Glauber Braga – que “Requer informações ao Exmo. Ministro da Educação sobre a aplicação dos recursos transferidos pelo Governo Federal através das Medidas Provisórias nºs 530 e 531/2011”. Parecer: pela aprovação; 552 – Nº 2.554/12 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Advogado-Geral da União, acerca das eventuais medidas judiciais adotadas pela Advocacia-Geral da União com vistas a reaver recursos públicos ilegalmente desviados pelo esquema de corrupção conhecido como Mensalão”. Parecer: pela aprovação; 553 – Nº 2.555/12 – do Sr. Osmar Júnior – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional sobre as razões da paralisação da obra da ferrovia Transnordestina”. Parecer: pela aprovação; 554 – Nº 2.556/12 – do Sr. Geraldo Resende – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Sr. Aloízio Mercadante, informações pormenorizadas quanto ao processo de implantação das unidades do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, na cidades de Dourados, Jardim e Naviraí”. Parecer: pela aprovação; 555 – Nº 2.557/12 – do Sr. Ricardo Izar – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Defesa a respeito do PROSUPER – Programa de Obtenção de Meios de Superfície para a Marinha do Brasil”. Parecer: pela aprovação; 556 – Nº 2.558/12 – do Sr. Francisco Escórcio – que “solicita o encaminhamento de Requerimento de Informações ao Ministro de Estado do Turismo”. Parecer: pela aprovação; 557 – Nº 2.559/12 – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a empresas do Estado do Rio de Janeiro”. Parecer: pela aprovação; 558 – Nº 2.561/12 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações à ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República sobre recursos públicos gastos com propaganda oficial em jornais que aparentemente não existem”. Parecer: pela aprovação; 559 – Nº 2.563/12 – do Sr. Ronaldo Caiado – que “solicita informações à Excelentíssima Ministra da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Sra. Helena Chagas, a respeito das recentes denúncias de gastos da Presidência da República com publicidade oficial em jornais que não existem”. Parecer: pela aprovação; 560 – Nº 2.564/12 – do Sr. Izalci

– que “requer informações à Ministra da Cultura, Sra. Marta Suplicy, acerca das Organizações Não Governamentais (ONGs) que receberam recursos públicos do Ministério da Cultura”. Parecer: pela aprovação; 561 – Nº 2.565/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de ASSIS BRASIL, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 562 – Nº 2.566/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de ACRELÂNDIA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 563 – Nº 2.567/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de XAPURI, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 564 – Nº 2.568/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de TARAUAÇÁ, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 565 – Nº 2.569/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de SENADOR GUIOMARD, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 566 – Nº 2.570/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de SENA MADUREIRA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 567 – Nº 2.571/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de SANTA ROSA DO PURUS, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 568 – Nº 2.572/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de RODRIGUES ALVES, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 569 – Nº 2.573/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de RIO BRANCO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 570 – Nº 2.574/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional

de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de PORTO WALTER, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 571 – Nº 2.575/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de PORTO ACRE, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 572 – Nº 2.576/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de PLÁCIDO DE CASTRO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 573 – Nº 2.577/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de MARECHAL THAUMATURGO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 574 – Nº 2.578/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de MANUEL URBANO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 575 – Nº 2.579/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de MÂNCIO LIMA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 576 – Nº 2.580/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de JORDÃO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 577 – Nº 2.581/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de FEIJÓ, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 578 – Nº 2.582/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de EPITACIO-LÂNDIA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 579 – Nº 2.583/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de CRUZEIRO DO SUL, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 580 – Nº 2.584/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de CAPIXABA, no Estado do ACRE”. Parecer:

pela aprovação; 581 – Nº 2.585/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de BUJARI, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 582 – Nº 2.586/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de BRASILÉIA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 583 – Nº 2.587/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de ASSIS BRASIL, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 584 – Nº 2.588/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre a quantidade de detentos o Estado do ACRE possui, por município e quantos presídios existem, quantos em construção e quantos projetados”. Parecer: pela aprovação; 585 – Nº 2.589/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, realizados e previstos para o município de ACRELÂNDIA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 586 – Nº 2.590/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre a quantidade de detentos de nacionalidade brasileira estão cumprindo penas nos presídios da Bolívia, Peru e Colômbia”. Parecer: pela aprovação; 587 – Nº 2.591/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de MARECHAL THAUMATURGO, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 588 – Nº 2.592/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Senador Guimard, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 589 – Nº 2.593/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de ASSIS BRASIL, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012”. Parecer: pela aprovação; 590 – Nº 2.594/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de BRASILÉIA, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012”. Parecer: pela aprovação;

591 – Nº 2.595/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de CRUZEIRO DO SUL, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012”. Parecer: pela aprovação; 592 – Nº 2.596/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de RIO BRANCO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 593 – Nº 2.597/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de PLÁCIDO DE CASTRO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 594 – Nº 2.598/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de MARECHAL THAUMATURGO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 595 – Nº 2.599/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de MANUEL URBANO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 596 – Nº 2.600/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de PORTO WALTER, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 597 – Nº 2.601/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de PORTO ACRE, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 598 – Nº 2.602/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de MANUEL URBANO, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012”. Parecer: pela aprovação; 599 – Nº 2.603/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de JORDÃO, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012”. Pa-

recer: pela aprovação; 600 – Nº 2.604/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de FEIJÓ, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012”. Parecer: pela aprovação; 601 – Nº 2.605/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de EPITACIOLÂNDIA, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012”. Parecer: pela aprovação; 602 – Nº 2.606/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de MARECHAL THAUMATURGO, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012”. Parecer: pela aprovação; 603 – Nº 2.607/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de PLÁCIDO DE CASTRO, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012”. Parecer: pela aprovação; 604 – Nº 2.608/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de CRUZEIRO DO SUL, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 605 – Nº 2.609/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de CAPIXABA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 606 – Nº 2.610/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de EPITACIOLÂNDIA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 607 – Nº 2.611/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de BRASILÉIA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 608 – Nº 2.612/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de RODRIGUES

ALVES, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 609 – Nº 2.613/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que "solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – "Luz para Todos" no Município de SANTA ROSA DO PURUS, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 610 – Nº 2.614/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Sena Madureira, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 611 – Nº 2.615/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Rodrigues Alves, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 612 – Nº 2.616/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Porto Walter, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 613 – Nº 2.617/12 – do Sr. Mendonça Filho – que "solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado das Comunicações, Sr. Paulo Bernardo Silva, a respeito do processo em que a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel concede à empresa Unicel autorização para operar a telefonia celular no estado de São Paulo". Parecer: pela aprovação; 614 – Nº 2.618/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Rio Branco, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 615 – Nº 2.619/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 616 – Nº 2.620/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Porto Acre, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 617 – Nº 2.621/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Marechal Thau-

maturgo, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 618 – Nº 2.622/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Plácido de Castro, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 619 – Nº 2.623/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que "solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – "Luz para Todos" no Município de SENADOR GUIOMARD, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 620 – Nº 2.624/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que "solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – "Luz para Todos" no Município de TARAUAÇÁ, no Estado do ACRE". Parecer: pela aprovação; 621 – Nº 2.625/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Jordão, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 622 – Nº 2.626/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Feijó, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 623 – Nº 2.627/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 624 – Nº 2.628/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Bujari, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 625 – Nº 2.629/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Brasiléia, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 626 – Nº 2.630/12 – da Sra. Antônio Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Assis Brasil, no Estado do Acre". Parecer: pela aprovação; 627 – Nº 2.631/12 – da Sra. Antônio Lúcia

– que “solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Capixaba, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 628 – Nº 2.632/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Epitaciolândia, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 629 – Nº 2.633/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Mâncio Lima, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 630 – Nº 2.634/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Manuel Urbano, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 631 – Nº 2.635/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de XAPURI, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 632 – Nº 2.636/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de SENA MADUREIRA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 633 – Nº 2.637/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de BUJARI, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 634 – Nº 2.638/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de FEIJÓ, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 635 – Nº 2.639/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Acrelândia, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 636 – Nº 2.640/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com

diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Xapuri, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 637 – Nº 2.641/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de BUJARI, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012”. Parecer: pela aprovação; 638 – Nº 2.642/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de Acrelândia, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012”. Parecer: pela aprovação; 639 – Nº 2.643/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de CAPIXABA, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012”. Parecer: pela aprovação; 640 – Nº 2.644/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre as estatísticas hospitalares, quanto ao atendimento na Rede do SUS de pacientes com diagnósticos de uso de drogas e álcool, no município de Tarauacá, no Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação; 641 – Nº 2.645/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de JORDÃO, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 642 – Nº 2.646/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de MÂNCIO LIMA, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012”. Parecer: pela aprovação; 643 – Nº 2.647/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cronograma Técnico/Financeiro, Implantação e efetivo funcionamento do Programa – “Luz para Todos” no Município de MÂNCIO LIMA, no Estado do ACRE”. Parecer: pela aprovação; 644 – Nº 2.665/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de XAPURI, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012”. Parecer: pela aprovação; 645 – Nº 2.666/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os

repasse de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de SENADOR GUIOMARD, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012". Parecer: pela aprovação; 646 – Nº 2.667/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de TARAUAÇÁ, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012". Parecer: pela aprovação; 647 – Nº 2.668/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de SANTA ROSA DO PURUS, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012". Parecer: pela aprovação; 648 – Nº 2.669/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de RODRIGUES ALVES, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012". Parecer: pela aprovação; 649 – Nº 2.670/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de SENA MADUREIRA, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012". Parecer: pela aprovação; 650 – Nº 2.671/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de PORTO WALTER, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012". Parecer: pela aprovação; 651 – Nº 2.672/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de RIO BRANCO, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012". Parecer: pela aprovação; 652 – Nº 2.673/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que "solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os repasses de verbas destinadas a atender as necessidades de calamidade pública em decorrência das enchentes, para o município de PORTO ACRE, no Estado do Acre, no período de 2002 a 2012". Parecer: pela aprovação; 653 – Nº 2.674/12 – do Sr. Fernando Jordão – que "solicita informações ao Sr. Ministro Chefe da Casa Civil, Dra. Gleisi Helena Hoffmann, a respeito do andamento do

Projeto de Lei, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Segurança Nuclear, enviado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ao Ministério do Planejamento". Parecer: pela aprovação; 654 – Nº 2.675/12 – do Sr. Fernando Jordão – que "solicita informações ao Sr. Ministro do Transporte, Paulo Sérgio Oliveira Passos a respeito do andamento da duplicação e recuperação da BR 101 – Sul, trecho – Itacuruça – Paraty". Parecer: pela aprovação; 655 – Nº 2.676/12 – do Sr. Rodrigo Maia – que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES à instalação de fábrica de semicondutores que terá entre os sócios o Sr. Eike Batista". Parecer: pela aprovação; 656 – Nº 2.677/12 – do Sr. Roberto de Lucena – que "requer informações ao Exmo. Senhor Ministro das Relações Exteriores quanto a prisão de missionários brasileiros em Senegal". Parecer: pela aprovação; 657 – Nº 2.678/12 – do Sr. Alessandro Molon – que "solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado das Minas e Energia a respeito dos reajustes de tarifas de energia elétrica autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica em favor da Light Serviços de Eletricidade S.A.". Parecer: pela aprovação; 658 – Nº 2.679/12 – da Sra. Carmen Zanotto – que "solicita informações ao Ministério da Fazenda, no âmbito da Caixa Econômica Federal, sobre vícios ou defeitos apresentados nas construções financiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida". Parecer: pela aprovação; 659 – Nº 2.680/12 – do Sr. Joaquim Beltrão – que "solicita informações ao Sr. Ministro da Defesa, Celso Amorim, sobre a situação da Infraestrutura do Aeroporto Zumbi dos Palmares, em Maceió/AL, principalmente sobre a necessidade de restauração dos "fingers", que ligam o aeroporto aos aviões no pátio". Parecer: pela aprovação; 660 – Nº 2.681/12 – do Sr. Walter Feldman – que "solicita informações ao Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Damata Pimentel, se há algum pleito tramitando no Ministério para que o Governo Brasileiro adote medida de reciprocidade com países que instituíram taxa ou outro tipo de restrição às exportações de sucata, bem como informações sobre o estágio em que se encontra e o encaminhamento de cópias dos documentos que fazem parte do respectivo processo administrativo caso haja". Parecer: pela aprovação; 661 – Nº 2.682/12 – do Sr. Rodrigo Maia – que "solicita informações à Excelentíssima Ministra-Chefe da Casa Civil, Senhora Gleisi Hoffmann, sobre gastos realizados com cartões corporativos no período de 2003 a 2007". Parecer: pela aprovação; 662 – Nº 2.683/12 – da Comissão de Seguridade Social e Fa-

mília – que “requer informações ao Senhor Ministro da Saúde acerca da regulamentação do PRONON e do PRONAS, instituídos pela Medida Provisória nº 563, de 2012, convertida na Lei nº 12.715, de 2012” Parecer: pela aprovação; 663 – Nº 2.684/12 – do Sr. Júlio Cesar – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a quantidade de Pessoas Jurídicas enquadradas no regime do lucro presumido desde sua implementação, que ocorreu em 2002, e a estimativa de percentual e quantidade de Pessoas Jurídicas que se enquadrariam nesse regime de tributação caso o Projeto de Lei nº 2.011, de 2011, fosse aprovado”. Parecer: pela aprovação; 664 – Nº 2.685/12 – do Sr. Ivan Valente – que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário informações sobre o Assentamento São Vicente, localizado em Flores de Goiás GO, tais como convênios firmados, projetos e ações do INCRA”. Parecer: pela aprovação; 665 – Nº 2.686/12 – da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – que “solicita à Ministra da Casa Civil informações sobre o Acordo firmado entre o Governo da República do Peru e o Governo da República Federativa do Brasil para o Fornecimento de Eletricidade para o Peru e exportação de excedentes ao Brasil, também conhecido como “Acordo Energético Brasil-Peru””. Parecer: pela aprovação; 666 – Nº 2.687/12 – da Comissão de Finanças e Tributação – (PLP 155/2012) – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda relativo ao impacto orçamentário-financeiro decorrente do Projeto de Lei Complementar nº 155, de 2012”. Parecer: pela aprovação; 667 – Nº 2.688/12 – do Sr. Ademir Camilo – que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego Sr. Brizola Neto, as informações constantes das Notas Técnicas e/ou Ofícios encaminhados pelo Ministério do Trabalho aos Sindicatos mencionados na Planilha em anexo”. Parecer: pela aprovação; 668 – Nº 2.689/12 – do Sr. Padre Ton – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, acerca do plano de investimento para ampliação da oferta de vaga no sistema prisional brasileiro”. Parecer: pela aprovação; 669 – Nº 2.690/12 – do Sr. Carlos Sampaio – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a emissão de Passaporte Especial para a Srª Rosemary Nóvoa de Noronha – Chefe de Gabinete do Escritório da Presidência da República em São Paulo”. Parecer: pela aprovação; 670 – Nº 2.691/12 – do Sr. Guilherme Campos – (PL 1435/2011) – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda relativas à estimativa de impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei nº 1.435, de 2011, que “Dispõe sobre

os fundamentos e a política do agroturismo ou turismo rural e dá outras providências””. Parecer: pela aprovação; 671 – Nº 2.692/12 – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita informações ao Exmo. Senhor Ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República acerca da demissão de 850 funcionários da empresa aérea Webjet Linhas Aéreas”. Parecer: pela aprovação; 672 – Nº 2.693/12 – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita informações ao Exmo. Senhor Ministro do Trabalho e Emprego acerca da demissão de 850 funcionários da empresa aérea Webjet Linhas Aéreas”. Parecer: pela aprovação; 673 – Nº 2.694/12 – do Sr. Rodrigo Bethlem – que “solicita informações ao Ministro da Defesa, relativas ao contrato de cessão ou dispensa de licitação a terceiros, para exploração comercial, de uso de áreas pertencentes ao Comando do Exército, localizadas na Cidade do Rio de Janeiro – RJ”. Parecer: pela aprovação; 674 – Nº 2.695/12 – do Sr. Geraldo Resende – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Sr. Wagner Bittencourt, informações quanto ao processo de fechamento dos Postos de Serviços da ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil em Mato Grosso do Sul”. Parecer: pela aprovação; 675 – Nº 2.696/12 – do Sr. Pastor Marco Feliciano – que “solicita informações à Senhora Ministra da Cultura a respeito da necessidade da criação do Comitê de Cultural LGBT naquele Ministério e quais os benefícios e objetivos a serem atingidos pela sociedade”. Parecer: pela aprovação; 676 – Nº 2.697/12 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações, no âmbito do BNDESPAR, referentes à Segunda Emissão de debêntures conversíveis em ações da empresa MARFRIG ALIMENTOS S/A”. Parecer: pela aprovação; 677 – Nº 2.698/12 – do Sr. Giovanni Queiroz – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça referente a cópia do Processo Administrativo que serviu de base para reconhecimento da Terra Indígena Apyterewa à Comunidade Parakanã, no Estado do Pará”. Parecer: pela aprovação; 678 – Nº 2.699/12 – da Sra. Luiza Erundina – que “solicita ao Ministro da Defesa informações acerca dos documentos relacionados à invasão da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, por tropas do Exército, na greve de 1988”. Parecer: pela aprovação; 679 – Nº 2.700/12 – do Sr. João Dado – que “solicita seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 7.576, de 2006”. Parecer: pela aprovação; 680 – Nº 2.701/12 – do Sr. Rubens Bueno – que “requer infor-

mações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre a participação da família da Sra. Rosemary Nóvoa Noronha em atividades de subsidiárias e contratos do Banco do Brasil". Parecer: pela aprovação; 681 – Nº 2.702/12 – do Sr. Romero Rodrigues – que "solicita informações ao Sr. Ministro da Integração Nacional sobre a determinação do diretor do DNOCS para abertura das comportas do Açude de Coremas/PB, que se encontra com menos de 50 por cento de sua capacidade, para molhar as plantações de um amigo particular residente no Estado do Rio Grande do Norte". Parecer: pela aprovação; 682 – Nº 2.703/12 – do Sr. Laercio Oliveira – que "solicita informações à Ministra-Chefe da Casa Civil sobre a regulamentação da Convenção 151 da OIT". Parecer: pela aprovação; 683 – Nº 2.704/12 – do Sr. Reguffe – que "solicita informações à Ministra do Planejamento acerca dos funcionários terceirizados que prestam serviço para a Administração Pública Federal". Parecer: pela aprovação; 684 – Nº 2.705/12 – do Sr. Marco Tebaldi – que "solicita informações ao Ministério dos Transportes, sobre a execução das obras paralisadas do contorno ferroviário de Joinville, trecho entre os Municípios de São Francisco do Sul e Mafra da Ferrovia EF – 485, no estado de Santa Catarina". Parecer: pela aprovação; 685 – Nº 2.706/12 – da Sra. Perpétua Almeida – que "requer da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República informações sobre preços de passagens aéreas em território nacional". Parecer: pela aprovação; 686 – Nº 2.707/12 – do Sr. Edinho Bez – que "requer à Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR) informação a respeito do fim da concessão do Porto de Imbituba, bem como sobre tudo que envolve este caso". Parecer: pela aprovação; 687 – Nº 2.708/12 – do Sr. Rodrigo Maia – que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, sobre as relações financeiras da Caixa Econômica Federal – Caixa com o Grupo Rede Energia". Parecer: pela aprovação; 688 – Nº 2.709/12 – do Sr. Marcon – que "solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda, nos termos que especifica". Parecer: pela aprovação; 689 – Nº 2.710/12 – do Sr. Rubens Bueno – que "requer informações ao Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega, sobre o aporte de R\$ 600 milhões, pela Caixa Econômica Federal, do Fundo de Investimento do FGTS, no Grupo Rede Energia, que está sob intervenção federal". Parecer: pela aprovação; 690 – Nº 2.711/12 – do Sr. Roberto Santiago – que "solicita informações do Senhor Ministro da Defesa a respeito da aquisição de navios-patrolha e fragatas Inglesas usadas". Parecer: pela aprovação; 691 – Nº 2.712/12 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que "solicita ao Ministro da Educação informações

relativas aos repasses feitos via PNAE/FNDE aos municípios que especifica". Parecer: pela aprovação; 692 – Nº 2.713/12 – da Sra. Nilda Gondim – que "solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, informações concernentes à instalação de agências e "Pontos de Atendimento" do Banco do Brasil em municípios do estado da Paraíba". Parecer: pela aprovação; 693 – Nº 2.714/12 – do Sr. João Campos – que "solicita informações adicionais do Ministro de Estado da Saúde sobre viagens oficiais internacionais, feitas por servidores daquele Ministério, para estudo/pesquisa e acompanhamento de programas e projetos sobre aborto seguro". Parecer: pela aprovação; 694 – Nº 2.715/12 – do Sr. Amauri Teixeira – que "solicita informações a Sra. Ministra de Estado Meio Ambiente sobre denuncia protocolada no IBAMA em 30/07/2012 pela Comunidade Indígena Tupinambá de Olivença de Ilhéus/BA". Parecer: pela aprovação; 695 – Nº 2.716/12 – do Sr. Homero Pereira – que "solicita ao Ministro de Estado da Justiça que apresente a cópia integral dos procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas em trâmite ou arquivados na Fundação Nacional do Índio – FUNAI, com a finalidade de instrumentalizar a PFC nº 61/2011". Parecer: pela aprovação; 696 – Nº 2.718/12 – do Sr. Pauderney Avelino – que "solicita ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República informações sobre as audiências e reuniões realizadas entre o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República com o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza desde janeiro de 2003". Parecer: pela aprovação; 697 – Nº 2.719/12 – do Sr. Pauderney Avelino – que "solicita a Ministra-Chefe da Casa Civil informações sobre as audiências e reuniões realizadas entre o(a) Ministro(a)-Chefe da Casa Civil com o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza desde janeiro de 2003". Parecer: pela aprovação; 698 – Nº 2.720/12 – do Sr. Alexandre Santos – que "solicita ao Senhor Ministro Chefe da Secretaria de Portos informações pertinentes às Concessões, Prorrogações, Aditivos e Contratos dos Portos do Brasil". Parecer: pela aprovação; 699 – Nº 2.721/12 – do Sr. Reinhold Stephanes – que "solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Saúde sobre a compra do medicamento Cloridrato de Sevelamer de 800 mg". Parecer: pela aprovação; 700 – Nº 2.722/12 – do Sr. Hugo Leal – que "solicita ao Ministério das Cidades informações sobre a conclusão dos estudos realizados pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN objetivando a proposição de melhorias da segurança dos processos e dos documentos de veículos e da habilitação do condutor". Parecer: pela aprovação; 701 – Nº 2.723/12 – da Comissão de Fiscaliza-

ção Financeira e Controle – que “requer informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, no âmbito da Petrobras, pertinentes à carta de intenção para construção de FPSO, assinada pelo Consórcio TUPI-BV, formado pela Petrobras, BG Group e Petrogal com a Schahin Petróleo e a Modec”. Parecer: pela aprovação; 702 – Nº 2.724/12 – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação sobre a divulgação do resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no Município do Rio de Janeiro – RJ”. Parecer: pela aprovação; 703 – Nº 2.725/12 – do Sr. Arnaldo Jordy – que “requer informações ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre as manifestações acerca da impossibilidade do senhor Paulo Vieira acumular as funções de Diretor da Agência Nacional de Águas e a de Conselheiro da Companhia Docas do Estado de São Paulo”. Parecer: pela aprovação; 704 – Nº 2.726/12 – do Sr. Arnaldo Jordy – que “requer informações à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre as manifestações acerca da impossibilidade do senhor Paulo Vieira acumular as funções de Diretor da Agência Nacional de Águas e a de Conselheiro da Companhia Docas do Estado de São Paulo”. Parecer: pela aprovação; 705 – Nº 2.727/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde, sobre o programa “Crack é preciso vencer””. Parecer: pela aprovação; 706 – Nº 2.728/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Educação, acerca do Programa “CRACK É PRECISO VENCER””. Parecer: pela aprovação; 707 – Nº 2.729/12 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça, sobre o andamento dos programas e convênios deste Ministério para o Estado do Acre”. Parecer: pela aprovação. 5 – Relatório de Missão Autorizada nº 3, de 2012, da Presidência. Missões oficiais autorizadas, processos n.s, de 2012: 107794 a 107797, 107799, 107800, 107803 a 107807, 107817, 107822 a 107827, 107829 a 107839, 107841, 107842, 107844 a 107848, 107853, 107854, 107856, 107857, 107867 a 107873, 107877 a 107882, 107884 a 107887, 107890, 107891, 107893 a 107896, 107900, 107902 a 107907, 107913, 107919, 107920, 107922, 107923, 107927 a 107929, 107933, 107934, 107938, 107939, 107956, 107959 a 107964, 107971 a 107974, 107977 a 107980, 107982 a 107985, 107987 a 107989, 107999 a 108007, 108011 a 108017, 108031, 108019, 108022 a 108024, 108028, 108032 a 108035, 108044 a 108047, 108063 a 108067, 108069 a 108073, 108076, 108079, 108082 a 108092, 108059 a 108062, 108095, 108100, 108102 a 108111, 108123, 108129 a 108135, 108137 a 108139, 108143, 108147 a 108158, 108161, 108162, 108164,

108169 a 108173, 108176 a 108183, 108191, 108192, 108201 a 108209, 108211 a 108213, 108226 a 108236, 108238 a 108240, 108271, 108276 a 108279, 108281 a 108284, 108287, 108289, 108293 a 108296, 108300 a 108302, 108310 a 108314, 108317 a 108321, 108322 a 108326, 108328 a 108332, 108334 a 108342, 108345 a 108347, 108356, 108357, 108359 a 108365, 108367 a 108369, 108374 a 108379, 108381, 108386, 108396, 108411, 108397, 108413, 108414, 108408, 108409, 108398 a 108403, 108423 a 108427, 108432, 108433, 108435, 108439, 108452, 108444 a 108451, 108453, 108459 a 108465, 108467, 108470 a 108472, 108476, 108477, 108481, 108491, 108496 a 108500, 108504 a 108509, 108512 a 108515, 108517 a 108520, 108523 a 108525, 108528, 108529, 108531 a 108536, 108539 a 108546, 108548 a 108552, 108554, 108556 a 108558, 108566 a 108569, 108573 a 108575, 108578, 108584, 108586, 108589 a 108591, 108599 a 108610, 108613, 108614, 108619, 108623, 108624, 108626, 108627, 108629 a 108633, 108635 a 108639, 108644, 108645, 108657, 108658, 108660, 108661, 108665 a 108667, 108670, 108671, 108680, 108686, 108687, 108691 a 108693, 108697, 108699 a 108704, 108713, 108715 a 108717, 108720 a 108725, 108729 a 108740, 108750, 108751, 108757 a 108759, 108761 a 108763, 108770, 108771, 108776, 108777, 108785 a 108790, 108794, 108805, 108818 a 108822, 108843, 108846, 108861, 108862, 108865 a 108869, 108871 a 108873, 108875 a 108877, 108883, 108884, 108892 s 108900, 108902 a 108905, 108907, 108908, 108914, 108919 e 108920. 6 – Prêmio Darcy Ribeiro de Educação: Processo nº 125.798/2012. Despacho favorável do Senhor Presidente Marco Maia à fl. 2: “Em 21/9/2012. Atendendo à solicitação da Comissão de Educação e Cultura, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação, até 17 de outubro de 2012, do prazo final de indicação de concorrentes à edição 2012 do Prêmio Darcy Ribeiro, instituído pela Resolução nº 30/1998 e regulamentado pelo Ato da Mesa nº 31/2000, nos termos do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para conhecimento e posterior apensação ao processo nº 2012/109594.”. 7 – Justificativa de falta: Despacho favorável do Senhor Presidente, ad referendum da Mesa Diretora, de 29 de maio de 2012, com referência ao Ofício nº 0294/DF/2012, de interesse do Deputado Odair Cunha (processo nº 100.654/2013). A Mesa Diretora resolveu considerar justificadas as ausências do Sr. Deputado Odair Cunha nas sessões plenárias, como “Missão Autorizada”, durante o período de funcionamento da CPMI Práticas criminosas desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlos”, da Polícia Federal, instalada no dia 25 de abril de 2012, tendo em vista

sua dedicação exclusiva como Relator da mencionada comissão. 8 – Ressarcimento de despesa: Processo nº 7.726/2011. Despacho do Senhor Presidente Marco Maia à fl. 20: “Em 16/8/2011. Trata-se de solicitação de reembolso, no valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), apresentada pela Deputada Perpétua Almeida, mediante crédito em sua Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (Ceap), referente ao pagamento de 8 (oito) inscrições no Programa de Gestão Avançada (APG) Sênior da empresa Amana Key Desenvolvimento e Educação Ltda., para a requerente e 7 (sete) secretários parlamentares de seu gabinete, conforme notas fiscais apresentadas (fls. 4 a 11). A despeito da inexistência de previsão no Ato da Mesa nº 43/2009, que instituiu a Ceap, para custear despesas com capacitação de parlamentares e servidores, alega a requerente que tais iniciativas contribuem diretamente para o melhor desempenho do mandato parlamentar e, nesse diapasão, devem ser consideradas ações diretas ao exercício da atividade parlamentar, passíveis de reembolso, nos termos do art. 1º do referido normativo. Ao manifestar-se sobre a matéria, o Diretor-Geral esclarece que, em seu art. 2º, o normativo apresenta um rol taxativo das despesas passíveis de reembolso, que não prevê o ressarcimento de despesas com treinamento e aperfeiçoamento de servidores e parlamentares. Todavia, assevera que se o pleito fosse analisado somente com fulcro no art. 1º, seria razoável concluir que atividades voltadas à capacitação de parlamentares e seus servidores estão inseridas na previsão “gastos exclusivamente vinculados ao exercício da atividade parlamentar” (fls. 16-19). O Diretor-Geral pondera, ainda, que a qualidade do Curso APG da Amana Key, nacional e internacionalmente reconhecido por sua excelência, possibilita um treinamento superintensivo e altamente dinâmico, que pode ser caracterizado como uma espécie de treinamento-consultoria, que encontraria previsão no art. 2º do referido ato. Diante da instrução processual, e considerando que mais de 40 (quarenta) diretores da Casa já foram certificados pelo Curso APG da Amana Key, em um inequívoco reconhecimento institucional a seu padrão de excelência, autorizo, em caráter excepcional e ad referendum da Mesa, o reembolso de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) à requerente, mediante crédito em sua conta bancária e débito em sua Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (Ceap), sob o entendimento de que tal despesa, embora não taxativamente elencada no art. 2º do Ato da Mesa nº 43/2009, amolda-se à finalidade desse dispositivo, qual seja, permitir o custeio de gastos exclusivamente vinculados ao exercício da atividade parlamentar, já que contribui diretamente para o seu aperfeiçoamento. Encaminhe-

-se à Diretoria-Geral para providências.”. 9 – Inscrição como beneficiário do Pró-Saúde: Processo nº 148.055/2011. Despacho do Senhor Presidente Marco Maia à fl. 63: “Em 6/10/2012. Trata-se de requerimento da ex-Deputada Solange Almeida, no sentido de que seja autorizada a sua permanência como beneficiária do Programa de Assistência à Saúde da Câmara dos Deputados (Pró-Saúde), por analogia ao que foi facultado aos Deputados não reeleitos, pelo Ato da Mesa nº 71/2011. Diante da instrução processual, acompanhando o entendimento do Primeiro-Secretário (fls. 59 a 61), autorizo, ad referendum da Mesa, a permanência da ex-Deputada Solange Almeida, na condição de segurada, no Pró-Saúde da Câmara dos Deputados. Encaminhe-se à Secretaria-Executiva do Pró-Saúde para as devidas providências e, após, à Secretaria-Geral da Mesa, para a inclusão da matéria na pauta da próxima reunião.”. 10 – Reembolso de despesas médico-hospitalares: 10.1 – Processo nº 130.836/2011, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira (despacho favorável à fl. 25); 10.2 – Processo nº 132.636/2011, de interesse da Deputada Elcione Barbalho (despacho favorável à fl. 46); 10.3 – Processo nº 134.609/2011, de interesse do Deputado Júlio Delgado (despacho favorável à fl. 19); 10.4 – Processo nº 149.481/2011, de interesse do Deputado Júlio Delgado (despacho favorável à fl. 15); 10.5 – Processo nº 1.903/2012, de interesse do Deputado Júlio Cesar (despacho favorável à fl. 29); 10.6 – Processo nº 8.844/2012, de interesse do Deputado Luis Tibé (despacho favorável à fl. 12); 10.7 – Processo nº 11.401/2012, de interesse do Deputado Luis Tibé (despacho favorável à fl. 17); 10.8 – Processo nº 17.207/2012, de interesse do Deputado Domingos Dutra (despacho favorável à fl. 11); 10.9 – Processo nº 103.813/2012, de interesse do Deputado Fernando Marroni (despacho favorável à fl. 15); 10.10 – Processo nº 103.947/2012, de interesse do Deputado Newton Cardoso (despacho favorável à fl. 32); 10.11 – Processo nº 105.063/2012, de interesse do Deputado Vicente Arruda (despacho favorável à fl. 25); 10.12 – Processo nº 106.796/2012, de interesse do Deputado Julio Semeghini (despacho favorável à fl. 17); 10.13 – Processo nº 106.798/2012, de interesse do Deputado Julio Semeghini (despacho favorável à fl. 18); 10.14 – Processo nº 106.802/2012, de interesse do Deputado Julio Semeghini (despacho favorável à fl. 13); 10.15 – Processo nº 106.806/2012, de interesse do Deputado Julio Semeghini (despacho favorável à fl. 12); 10.16 – Processo nº 108.043/2012, de interesse do Deputado Zenaldo Coutinho (despacho favorável à fl. 31); 10.17 – Processo nº 108.175/2012, de interesse do Deputado Antônio Roberto (despacho favorável à fl. 15); 10.18 – Processo nº 108.425/2012,

de interesse do Deputado Aníbal Gomes (despacho favorável à fl. 17); 10.19 – Processo nº 108.523/2012, de interesse do Deputado Vicente Arruda (despacho favorável à fl. 20); 10.20 – Processo nº 108.524/2012, de interesse do Deputado Vicente Arruda (despacho favorável à fl. 17); 10.21 – Processo nº 108.701/2012, de interesse do Deputado Jesus Rodrigues (despacho favorável à fl. 20); 10.22 – Processo nº 108.703/2012, de interesse do Deputado José Aníbal (despacho favorável à fl. 16); 10.23 – Processo nº 109.238/2012, de interesse da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (despacho favorável à fl. 10); 10.24 – Processo nº 109.267/2012, de interesse do Deputado Carlos Magno (despacho favorável à fl. 24); 10.25 – Processo nº 109.381/2012, de interesse do Deputado Eduardo Sciarra (despacho favorável à fl. 24); 10.26 – Processo nº 109.493/2012, de interesse do Deputado Edmar Arruda (despacho favorável à fl. 12); 10.27 – Processo nº 109.777/2012, de interesse do Deputado Ângelo Agnolin (despacho favorável à fl. 11); 10.28 – Processo nº 110.290/2012, de interesse do Deputado José Chaves (despacho favorável à fl. 49); 10.29 – Processo nº 110.305/2012, de interesse do Deputado Abelardo Lupion (despacho favorável à fl. 59); 10.30 – Processo nº 110.312/2012, de interesse do Deputado Edinho Araújo (despacho favorável à fl. 17); 10.31 – Processo nº 110.982/2012, de interesse do Deputado Joaquim Beltrão (despacho favorável à fl. 11); 10.32 – Processo nº 110.989/2012, de interesse da Deputada Fátima Pelaes (despacho favorável à fl. 12); 10.33 – Processo nº 111.068/2012, de interesse do Deputado Roberto de Lucena (despacho favorável à fl. 19); 10.34 – Processo nº 111.543/2012, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro (despacho favorável à fl. 11); 10.35 – Processo nº 111.663/2012, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira (despacho favorável à fl. 11); 10.36 – Processo nº 111.718/2012, de interesse do Deputado Hugo Napoleão (despacho favorável à fl. 25); 10.37 – Processo nº 111.838/2012, de interesse do Deputado Vitor Penido (despacho favorável à fl. 8); 10.38 – Processo nº 111.982/2012, de interesse do Deputado Zé Vieira (despacho favorável à fl. 17); 10.39 – Processo nº 112.099/2012, de interesse do Deputado Mauro Mariani (despacho favorável à fl. 11); 10.40 – Processo nº 112.100/2012, de interesse do Deputado Roberto de Lucena (despacho favorável à fl. 10); 10.41 – Processo nº 112.231/2012, de interesse do Deputado Cláudio Cajado (despacho favorável à fl. 19); 10.42 – Processo nº 112.328/2012, de interesse do Deputado Wellington Fagundes (despacho favorável à fl. 9); 10.43 – Processo nº 112.451/2012, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira (despacho favorável à fl. 11); 10.44 – Processo nº 112.562/2012, de interes-

se do Deputado Luis Tibé (despacho favorável à fl. 9); 10.45 – Processo nº 113.103/2012, de interesse do Deputado Eudes Xavier (despacho favorável à fl. 11); 10.46 – Processo nº 113.350/2012, de interesse do Deputado Lael Varella (despacho favorável à fl. 11); 10.47 – Processo nº 113.621/2012, de interesse do Deputado Julio Semeghini (despacho favorável à fl. 16); 10.48 – Processo nº 113.764/2012, de interesse do Deputado José Chaves (despacho favorável à fl. 26); 10.49 – Processo nº 113.826/2012, de interesse do Deputado Roberto de Lucena (despacho favorável à fl. 19); 10.50 – Processo nº 114.314/2012, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro (despacho favorável à fl. 11); 10.51 – Processo nº 114.506/2012, de interesse do Deputado Zé Vieira (despacho favorável à fl. 10); 10.52 – Processo nº 114.537/2012, de interesse do Deputado Carlos Brandão (despacho favorável à fl. 24); 10.53 – Processo nº 114.630/2012, de interesse do Deputado Aracely de Paula (despacho favorável à fl. 10); 10.54 – Processo nº 114.916/2012, de interesse do Deputado Eduardo da Fonte (despacho favorável à fl. 16); 10.55 – Processo nº 114.975/2012, de interesse do Deputado Joaquim Beltrão (despacho favorável à fl. 11); 10.56 – Processo nº 115.037/2012, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira (despacho favorável à fl. 12); 10.57 – Processo nº 115.564/2012, de interesse da Deputada Gorete Pereira (despacho favorável à fl. 11); 10.58 – Processo nº 115.663/2012, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro (despacho favorável à fl. 11); 10.59 – Processo nº 115.760/2012, de interesse do Deputado Junji Abe (despacho favorável à fl. 13); 10.60 – Processo nº 115.826/2012, de interesse do Deputado Roberto de Lucena (despacho favorável à fl. 10); 10.61 – Processo nº 115.922/2012, de interesse do Deputado Zé Vieira (despacho favorável à fl. 31); 10.62 – Processo nº 115.941/2012, de interesse do Deputado José Aníbal (despacho favorável à fl. 24); 10.63 – Processo nº 116.088/2012, de interesse do Deputado Antônio Imbassahy (despacho favorável à fl. 24); 10.64 – Processo nº 116.121/2012, de interesse do Deputado Jorge Tadeu Mudalen (despacho favorável à fl. 15); 10.65 – Processo nº 116.170/2012, de interesse do Deputado Jaime Martins (despacho favorável à fl. 16); 10.66 – Processo nº 116.239/2012, de interesse do Deputado Josias Gomes (despacho favorável à fl. 13); 10.67 – Processo nº 116.260/2012, de interesse do Deputado Jovair Arantes (despacho favorável à fl. 13); 10.68 – Processo nº 116.396/2012, de interesse do Deputado Raul Lima (despacho favorável à fl. 17); 10.69 – Processo nº 116.410/2012, de interesse do Deputado Antônio Imbassahy (despacho favorável à fl. 11); 10.70 – Processo nº 116.449/2012, de interesse do Deputado José

Mentor (despacho favorável à fl. 17); 10.71 – Processo nº 116.450/2012, de interesse do Deputado José Mentor (despacho favorável à fl. 14); 10.72 – Processo nº 116.454/2012, de interesse do Deputado José Mentor (despacho favorável à fl. 25); 10.73 – Processo nº 116.667/2012, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro (despacho favorável à fl. 11); 10.74 – Processo nº 116.845/2012, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira (despacho favorável à fl. 10); 10.75 – Processo nº 116.922/2012, de interesse do Deputado Edinho Bez (despacho favorável à fl. 19); 10.76 – Processo nº 117.474/2012, de interesse do Deputado Lael Varella (despacho favorável à fl. 26); 10.77 – Processo nº 117.528/2012, de interesse do Deputado João Paulo Cunha (despacho favorável à fl. 12); 10.78 – Processo nº 117.695/2012, de interesse do Deputado Antônio Imbassahy (despacho favorável à fl. 13); 10.79 – Processo nº 117.745/2012, de interesse do Deputado Ronaldo Caiado (despacho favorável à fl. 13); 10.80 – Processo nº 118.379/2012, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira (despacho favorável à fl. 11); 10.81 – Processo nº 119.072/2012, de interesse do Deputado Eduardo Azeredo (despacho favorável à fl. 16); 10.82 – Processo nº 119.899/2012, de interesse do Deputado Carlos Eduardo Cadoca (despacho favorável à fl. 18); 10.83 – Processo nº 121.439/2012, de interesse do Deputado Ronaldo Caiado (despacho favorável à fl. 23); 10.84 – Processo nº 121.458/2012, de interesse do Deputado Luciano Castro (despacho favorável à fl. 20); 10.85 – Processo nº 122.456/2012, de interesse do Deputado Zé Vieira (despacho favorável à fl. 15); 10.86 – Processo nº 123.275/2012, de interesse do Deputado Ruy Carneiro (despacho favorável à fl. 18); 10.87 – Processo nº 123.588/2012, de interesse do Deputado Chico Alencar (despacho favorável à fl. 17); 10.88 – Processo nº 124.144/2012, de interesse do Deputado Antonio Imbassahy (despacho favorável à fl. 15); 10.89 – Processo nº 124.430/2012, de interesse do Deputado Dr. Rosinha (despacho favorável à fl. 18); 10.90 – Processo nº 125.929/2012, de interesse do Deputado Renato Molling (despacho favorável à fl. 10); 10.91 – Processo nº 126.264/2012, de interesse da Deputada Iriny Lopes (despacho favorável à fl. 11); 10.92 – Processo nº 126.813/2012, de interesse do Deputado Sérgio Guerra (despacho favorável à fl. 18); 10.93 – Processo nº 126.820/2012, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho (despacho favorável à fl. 11); 10.94 – Processo nº 127.087/2012, de interesse do Deputado Ronaldo Caiado (despacho favorável à fl. 22); 10.95 – Processo nº 127.307/2012, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira (despacho favorável à fl. 10); 10.96 – Processo nº 127.743/2012, de interesse do Deputado Eduardo da Fonte (despacho

favorável à fl. 7); 10.97 – Processo nº 127.762/2012, de interesse do Deputado Luis Carlos Heinze (despacho favorável à fl. 15); 10.98 – Processo nº 128.500/2012, de interesse do Deputado Sérgio Guerra (despacho favorável à fl. 15); 10.99 – Processo nº 128.880/2012, de interesse do Deputado Sérgio Guerra (despacho favorável à fl. 11); 10.100 – Processo nº 128.886/2012, de interesse do Deputado Sérgio Guerra (despacho favorável à fl. 10); 10.101 – Processo nº 129.003/2012, de interesse do Deputado Sérgio Guerra (despacho favorável à fl. 12); 10.102 – Processo nº 129.004/2012, de interesse do Deputado Sérgio Guerra (despacho favorável à fl. 10); 10.103 – Processo nº 129.005/2012, de interesse do Deputado Sérgio Guerra (despacho favorável à fl. 15); 10.104 – Processo nº 129.006/2012, de interesse do Deputado Sérgio Guerra (despacho favorável à fl. 12); 10.105 – Processo nº 129.405/2012, de interesse do Deputado Sérgio Guerra (despacho favorável à fl. 12); 10.106 – Processo nº 129.407/2012, de interesse do Deputado Sérgio Guerra (despacho favorável à fl. 12); 10.107 – Processo nº 129.648/2012, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho (despacho favorável à fl. 12); 10.108 – Processo nº 130.075/2012, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira (despacho favorável à fl. 15). 11 – Cessão de servidor: 11.1 – Processo nº 106.636/2011. Despacho favorável do Senhor Presidente Marco Maia à fl. 49: “Em 23/3/2012. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão da servidora Tatiana Cláudia Costa Velho Simões, ponto nº 4.726, Técnico Legislativo – atribuição Adjunto Parlamentar, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Assistente Parlamentar, símbolo AP-06, no gabinete do Senador Francisco Dornelles, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações do Departamento de Pessoal (fls. 40 a 44) e a manifestação favorável da Diretoria-Geral (fls. 46 e 47), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 11.2 – Processo nº 105.024/2012. Despacho favorável da Senhora Deputada Rose de Freitas, Presidente em exercício, à fl. 12: “Em 28/3/2012. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão da servidora Sabá Cordeiro de Monteiro Chagas Filha de Oliveira, ponto nº 5.867, Analista Legislativo – atribuição Taquígrafo Legislativo, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, símbolo SF-01, no

gabinete do Senador Ciro Nogueira, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações e manifestações favoráveis do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação (Detaq) e da Diretoria-Geral (fls. 4, 10 e 11), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990 e de parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 11.3 – Processo nº 106.643/2012. Despacho favorável do Senhor Presidente Marco Maia à fl. 15: “Em 10/5/2012. Atendendo à solicitação do então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Antonio Cezar Peluso, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão de servidor Alexandre Sankievicz, ponto nº 6.808, Analista Legislativo – atribuição Consultoria, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 7/6/12, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Ministro, nível CJ-3, no gabinete do Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações do Departamento de Pessoal (fls. 4 a 10) e manifestações favoráveis da Diretoria-Geral (fls. 12 e 13) e da Primeira-Secretaria (fl. 14), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 11.4 – Processo nº 117.335/2012. Despacho favorável do Senhor Presidente Marco Maia à fl. 11: “Em 17/7/2012. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, José Sarney, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a cessão do servidor James Lewis Gorman Júnior, ponto nº 3.893, Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, lotado no Departamento de Comissões (Decom), com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico, código SF-02, no Gabinete da Liderança do Partido Socialista Brasileiro (PSB), com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações do Departamento de Pessoal (Depes), às fls. 4 a 7, e manifestações favoráveis da Diretoria-Geral (fl. 9), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990 e de parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 11.5 – Processo nº 127.775/2012. Despacho favorável do Senhor Presidente Marco Maia à fl. 10: “Em 12/11/2012. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor Antonio Fernando Barros Neto, ponto nº 5.026, Técnico Legislativo, atribuição Adjunto Parlamentar – Secretaria, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Assistente Parlamentar, código AP-06, no Ga-

binete do Senador Inácio Arruda, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações do Departamento de Pessoal (fls. 4 e 5) e manifestação favorável da Diretoria-Geral (fl. 9), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. 12 – Designação e nomeação de servidor: 12.1 – Processo nº 105.372/2012. Despacho favorável do Senhor Presidente Marco Maia à fl. 8: “Em 22/3/2012. Trata-se de indicação do Diretor do Departamento de Comissões (Decom), para que a servidora Shelley Stela Galvão Valadares, Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, ponto nº 5.611, exerça a função comissionada de Secretário de Comissão, FC-7, da Coordenação de Comissões Temporárias daquele departamento. Por um lado, o Departamento de Pessoal (Depes) informa que a servidora não preenche nenhuma das condições mínimas previstas para provimento de tal função comissionada, pois não exerceu, por mais de 5 (cinco) anos interpolados, a função de secretário de comissão, nem possui certificado de conclusão do curso de preparação e treinamento para ocupar tal função (fls. 2 e 3). Por outro, esse departamento informa também que a servidora exerceu outras funções comissionadas, além de constar em seus assentamentos funcionais registros de cursos de graduação em Administração e em Direito, além de especialização em Direito Público (fls. 2 e 3). Assim, acompanhando a manifestação favorável da Diretoria-Geral (fls. 5 e 6), autorizo, ad referendum da Mesa, o provimento da função de Secretário de Comissão, FC-7, por aquela servidora na Coordenação de Comissões Temporárias do Departamento de Comissões. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 12.2 – Processo nº 115.920/2012. Despacho favorável do Senhor Presidente Marco Maia à fl. 9: “Em 05/7/2012. Trata-se de solicitação do Diretor do Departamento de Comissões, Luiz Antonio Souza da Eira, para que a servidora Eugênia Kimie Suda Camacho Pestana, ponto nº 6.520, exerça a função comissionada de Secretário de Comissão, nível FC-07, na Coordenação de Comissões Temporárias daquele órgão. O Departamento de Pessoal (Depes) esclarece que a servidora ocupa o cargo efetivo de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, e, ainda, que não atende aos requisitos previstos no Ato da Mesa nº 18/1987 para provimento da função comissionada de Secretário de Comissão, quais sejam, ter exercido por mais de 5 (cinco) anos interpolados a função de Secretário de Comissão ou possuir certificado de conclusão de curso de preparação e treinamento de Secretário de Comissão, expedido pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento.

mento (Cefor). No entanto, nos termos do parecer da Diretoria-Geral (fl. 8), há precedentes de dispensa das exigências elencadas no dispositivo legal supracitado, e, ademais, de acordo com informações prestadas pelo Depes (fls. 5 e 6), a servidora exerceu outras funções comissionadas nesta Casa, além de constar, em seus assentamentos funcionais, o registro de curso de especialização em Direito Legislativo, ministrado pela Fundação Universidade de Mato Grosso do Sul, entre outros. Por esses motivos, acompanhando a manifestação favorável do Diretor-Geral (fl. 8), autorizo, ad referendum da Mesa, o provimento da função de Secretário de Comissão, nível FC-07, pela servidora Eugênia Kimie Suda Camacho Pestana, ponto nº 6.520, na Coordenação de Comissões Temporárias do Decom. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 12.3 – Processo nº 117.701/2012. Despacho favorável do Senhor Presidente Marco Maia à fl. 6: “Em 24/7/2012. Trata-se de indicação do Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, Deputado José Rocha, para que a servidora Ana Katia Martins Bertholdo, ponto nº 3.912, exerça a função comissionada de Secretário de Comissão, nível FC-07, naquele órgão colegiado. O Departamento de Pessoal esclarece que a servidora ocupa o cargo efetivo de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, e, ainda, que não atende aos requisitos previstos no Ato da Mesa nº 18/1987 para provimento da função comissionada de Secretário de Comissão, quais sejam, ter exercido por mais de 5 (cinco) anos interpolados a função de Secretário de Comissão ou possuir certificado de conclusão de curso de preparação e treinamento de Secretário de Comissão, expedido pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor). No entanto, nos termos do parecer da Diretoria-Geral (fl. 5), há precedentes de dispensa das exigências elencadas no dispositivo legal supracitado, e, ademais, de acordo com informações prestadas pelo Depes (fls. 2 e 3), a servidora exerceu outras funções comissionadas nesta Casa, além de constar, em seus assentamentos funcionais, certificado de conclusão do curso de Ciências Econômicas, promovido pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Por esses motivos, acompanhando a manifestação favorável do Diretor-Geral (fl. 5), autorizo, ad referendum da Mesa, o provimento da função de Secretário de Comissão, nível FC-07, pela servidora Ana Katia Martins Bertholdo, ponto nº 3.912, na Comissão de Turismo e Desporto. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 12.4 – Processo nº 118.342/2012. Despacho favorável do Senhor Presidente Marco Maia à fl. 10: “Em 2/8/2012. Trata-se de indicação do Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e

Informática, Deputado Eduardo Azeredo, para que a servidora Maria Gorette da Silva Pessoa, ponto nº 5.389, exerça a função comissionada de Secretário de Comissão, nível FC-07, naquele órgão colegiado. O Departamento de Pessoal esclarece que a servidora ocupa o cargo efetivo de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, e que, embora tenha concluído o curso de preparação e treinamento de Secretário de Comissão, ministrado pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), ainda não possui certificado de conclusão de curso superior, exigência do Ato da Mesa nº 18/1987 e da Resolução nº 21/1992 para o provimento da referida função. No entanto, nos termos do parecer da Diretoria-Geral (fl. 9), a Resolução nº 43/2006 faculta ao Presidente desta Casa, baseado em critérios de confiança, eficiência e oportunidade, dispensar, ad referendum da Mesa, a escolaridade de nível superior para designação às funções comissionadas de Direção e Assessoramento. Por esse motivo, autorizo, ad referendum da Mesa, o provimento da referida servidora na função de Secretário de Comissão, naquele colegiado. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 12.5 – Processo nº 124.611/2012. Despacho favorável do Senhor Presidente Marco Maia à fl. 6: “Em 25/9/2012. Trata-se de solicitação da Deputada Perpétua Almeida, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para que o servidor Edilson Holanda Silva, ponto nº 5.331, Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, possa exercer a função comissionada de Secretário de Comissão, FC-07, naquela Comissão. O Departamento de Pessoal (Depes) esclarece que o servidor não preenche os requisitos previstos no Ato da Mesa nº 18/1987, quais sejam, ter exercido por mais de 5 (cinco) anos interpolados a função de Secretário de Comissão ou possuir certificado de conclusão de curso de preparação e treinamento de Secretário de Comissão, expedido pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor). No entanto, o Depes informa que o servidor tem outros cursos apontados nos seus registros e que exerceu cargo/função comissionada em diversas ocasiões (fls. 2 e 3). Por esses motivos, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, o provimento da função de Secretário de Comissão, nível FC-07, pelo servidor Edilson Holanda Silva, ponto nº 5.331, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 12.6 – Processo nº 130.266/2012. Despacho favorável do Senhor Presidente Marco Maia à fl. 2: “Em 20/11/2012. Autorizo, em caráter excepcional, ad referendum da Mesa, a nomeação de Cezar Moreira Pimenta para exercer o Cargo de Natureza Es-

pecial de Assessor Técnico, CNE-07, nesta Presidência, a partir de 22 de novembro de 2012, dispensando-se a exigência de escolaridade de nível superior, nos termos da Resolução nº 43/2006, conforme posicionamento firmado no processo nº 2007/122698. Encaminhe-se ao Diretor do Departamento de Pessoal para providências, com a urgência que o caso requer.”. O Senhor Presidente Deputado Marco Maia passa a palavra ao Segundo Vice-Presidente. II – PAUTA DO SENHOR SEGUNDO VICE-PRESIDENTE. O Senhor Deputado Eduardo da Fonte retomou a discussão referente ao Ato da Mesa nº 30, de 29 de março de 2012, que regulamenta o reembolso de despesas médico-hospitalares decorrentes de assistência médica ou cirúrgica, ou odontológica, cujos efeitos foram suspensos em 12 de abril de 2012. Comentou seu parecer, exarado às fls. 42 a 45 no Processo nº 111.677/2012, nos seguintes termos: “Senhor Presidente, Tratam-se o presente processo de minuta de Ato da Mesa que irá substituir o Ato da Mesa nº 24, de 1983, e o Ato da Mesa nº 30, de 2012. 2. Em 29/3/2012 a Mesa da Câmara dos Deputados aprovou o Ato da Mesa nº 30, de 2012, que alterou o Ato da Mesa nº 24, de 1983, permitindo o reembolso de despesas médico-hospitalares decorrentes de assistência médica ou cirúrgica, ou odontológica. 3. Em 12/4/2012 a Mesa Diretora resolveu suspender os efeitos do Ato da Mesa nº 30, de 2012, para melhor adequação aos procedimentos técnicos da Casa, até nova deliberação sobre a matéria. 4. Destaco que a suspensão da vigência do Ato da Mesa nº 30, de 2012, não equivale à sua revogação, vez que ainda vigente, ou anulação, pois não há qualquer ilegalidade capaz de macular a norma. 5. A suspensão dos efeitos do Ato da Mesa nº 30, de 2012, por si só não repristinou a redação original do art. 2º do Ato da Mesa nº 24, de 1983. Com efeito, no sistema brasileiro infraconstitucional não é possível a repristinação, sem previsão expressa em outra norma, ou seja, não há repristinação automática (implícita), conforme previsto no § 3º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 1942, (Lei de Introdução ao Código Civil), verbis: “3º Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.” 6. Só se admite efeito repristinatório no controle de constitucionalidade, na forma do § 2º do art. 11 da Lei nº 9.868, de 1999 (Lei que estabelece as regras para aplicação da ADI e ADCON), que permite que, na concessão de medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade, há o retorno da legislação anterior, por haver a suspensão da vigência da norma questionada. 7. O Ato da Mesa nº 30, de 2012, teve vigência plena de 29/3/2012 a 12/4/2012. Logo, com a suspensão da vigência da mencionada norma não voltaram a vigor

os dispositivos revogados do Ato da Mesa nº 24, de 1984. Observa-se, em verdade, que ocorreu uma verdadeira anomia, que só desaparecerá com a volta da vigência normal do Ato da Mesa nº 30, de 2012, ou pela aprovação do novo Ato que substituirá as normas anteriores. 8. Em razão disso foi elaborado um novo Ato da Mesa para regular inteiramente a matéria que mantém as alterações introduzidas pelo Ato da Mesa nº 30, de 2012, quais sejam: a desnecessidade de comprovar a inviabilidade técnica de atendimento pelo DEMED: prevê o reembolso de órteses e próteses, aparelhos semelhantes ao solicitado pelo Parlamentar, a introdução do atendimento odontológico, e estabelece como limite para o reembolso no caso de livre escolha os valores atualmente pagos pela Câmara dos Deputados nos contratos celebrados com os Hospitais Sírío Libanês e Albert Einstein. 9. A presente minuta de Ato de Mesa foi elaborada e aprovada por comissão da qual fizeram parte representantes da Diretoria-Geral, da Segunda Vice-Presidência, da ATEC/DG, do DEFIN, do DEMED, do PRÓ-SAUDE e da Secretaria de Controle Interno. 10. É o relatório. VOTO. 11. O art. 37 da Constituição erigiu a eficiência como princípio constitucional da Administração Pública. Assim, as normas administrativas são legitimadas pela sua eficiência, eficácia e efetividade. A norma será eficiente, quando sopesar os custos e os benefícios de sua adoção, pois a eficiência está voltada para o método (forma) e exige que os recursos públicos sejam aplicados da maneira mais racional possível. Eficaz, se a norma alcançar os objetivos propostos. O ato normativo será efetivo se trouxer melhorias para aqueles que se destinam, ou seja, a efetividade é mais abrangente que a eficácia, pois afere em que medida os resultados foram benéficos. 12. Como se observa, o princípio da eficiência da Administração Pública adquiriu uma grande valoração jurídica, tornando-se um valor essencial, pois não é interessante ao Estado a manutenção de uma estrutura ineficiente. 13. Pode-se resumir o princípio da eficiência administrativa da seguinte maneira: toda ação administrava deve ser orientada para concretização material e efetiva da finalidade posta pela lei, segundo os cânones jurídico-administrativo. 14. Alexandre de Moraes, ao discorrer sobre o conceito do princípio da eficiência escreve, verbis: “Assim, princípio da eficiência é o que impõe à administração pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, rimando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitarem-

-se desperdícios e garantir-se maior rentabilidade social.” (MORAES, Alexandre de. Reforma Administrativa: Emenda constitucional nº 19/98. 3. ed., São Paulo Atlas, 1999, p. 30). 15. O art. 48 da Lei nº 9.784, de 1999, Lei do Processo Administrativo, cristaliza o princípio da eficiência ao estabelecer que a “Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência”. 16. O direito à saúde foi erigido pela Constituição à categoria de direito fundamental, com eficácia imediata e direta, pois, na verdade, o que está em questão é o direito à vida e à sobrevivência. 17. O novo ato é eficiente, eficaz e tem efetividade, pois consolida as várias decisões esparsas dispondo sobre a matéria, padroniza e dá maior precisão na definição dos procedimentos e tratamentos reembolsáveis e introduz no âmbito da Câmara dos Deputados procedimentos que já estão previstos para os Ministros de Estado, Ministros do Poder Judiciário e os servidores dos Três Poderes. 18. Diante do exposto e considerando que as eventuais pendências técnicas foram todas superadas, submeto o assunto à deliberação da douta Mesa. É como voto.”. Discutidos os aspectos da questão, a proposta afinal foi aprovada por unanimidade e, em consequência, baixado o Ato da Mesa que “dispõe sobre o reembolso de despesas de assistência à saúde do Deputado Federal”. Em seguida, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres favoráveis exarados pelo Relator, Deputado Eduardo da Fonte, nos processos referentes a reembolso de despesas médico-hospitalares, conforme a seguir: 1 – Processo nº 113.293/2011, de interesse do Deputado Damião Feliciano; 2 – Processo nº 106.795/2012, de interesse do Deputado Júlio Semeghini; 3 – Processo nº 110.614/2012, de interesse do Deputado Fábio Ramalho; 4 – Processo nº 121.146/2012, de interesse do Deputado Eduardo Azeredo; 5 – Processo nº 127.816/2012, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 6 – Processo nº 129.121/2012, de interesse do Deputado Luiz Carlos Heinze; 7 – Processo nº 131.692/2012, de interesse do Deputado Cláudio Cajado; 8 – Processo nº 131.899/2012, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 9 – Processo nº 131.925/2012, de interesse do Deputado Paulo Teixeira; 10 – Processo nº 132.310/2012, de interesse do Deputado Wandenkolk Gonçalves; 11 – Processo nº 132.466/2012, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro; 12 – Processo nº 132.602/2012, de interesse do Deputado Glauber Braga; 13 – Processo nº 101.158/2012, de interesse do Deputado Eduardo Azeredo; 14 – Processo nº 110.613/2012, de interesse do Deputado Fábio Ramalho; 15 – Processo nº 119.057/2012, de interesse do Deputado Guilherme

Campos; 16 – Processo nº 129.355/2012, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 17 – Processo nº 131.898/2012, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 18 – Processo nº 132.187/2012, de interesse do Deputado Alexandre Silveira; 19 – Processo nº 132.194/2012, de interesse do Deputado Vicente Arruda; 20 – Processo nº 136.182/2010, de interesse do Deputado Damião Feliciano; 21 – Processo nº 131.026/2012, de interesse do Deputado Augusto Coutinho; 22 – Processo nº 131.298/2012, de interesse da Deputada Rose de Freitas; 23 – Processo nº 131.661/2012, de interesse do Deputado Paes Landim; 24 – Processo nº 128.322/2012, de interesse da Deputada Nice Lobão. Com a palavra, o Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente, expôs o Processo nº 131.049/2012, nos termos de seu parecer às fls. 15 a 20, de interesse do Deputado Sérgio Guerra, referente à solicitação de adiantamento de recurso destinado a custear a aquisição de medicamentos para continuidade de tratamento médico, que fora aprovado, por unanimidade, pela Mesa Diretora. Por último, a Mesa aprovou, por unanimidade, os reembolsos referentes a despesas médico-hospitalares e odontológicas no valor total, previstos no Ato da Mesa aprovado nessa reunião, conforme pareceres exarados pelo Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente, nos seguintes processos: 1 – Reembolso de despesas odontológicas: 1.1- nº 144.033/2009, parecer às fls. 34 a 38, de interesse do Deputado Sabino Castelo Branco; 1.2- nº 105.811/2012, parecer às fls. 49 a 53, de interesse do Deputado Carlos Souza; 1.3- nº 121.543/2012, parecer às fls. 16 a 20, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; e 1.4- nº 126.370/2012, parecer às fls. 12 a 17, de interesse do Deputado Damião Feliciano; 2 – Remoção de paciente para atendimento de urgência: 2.1 – Processo nº 116.066/2012, parecer às fls. 19/20, de interesse do Deputado Assis Carvalho; 3 – Reembolso de aparelhos e próteses auditivas: 3.1 – Nº 115.850/2012, parecer às fls. 14/15, de interesse do Deputado Wellington Fagundes; 3.2 – Nº 117.879/2012, parecer às fls. 24/25, de interesse do Deputado Carlos Alberto Leréia; 3.3 – Nº 118.873/2012, parecer às fls. 20/21, de interesse do Deputado Armando Abílio. Nesse instante, retiraram-se da reunião os Senhores Deputados Jorge Tadeu Mudalen e Júlio Delgado, Segundo Secretário e Quarto Secretário, respectivamente. Com a palavra, o Senhor Deputado Eduardo da Fonte, na qualidade de Corregedor, passou a expor a seguinte pauta: 1 – Processos da Comissão de Sindicância destinada a apurar possível envolvimento de deputados federais nos fatos investigados pela Polícia Federal nas denominadas operações “Monte Carlo e Vegas” e em outros que

guardem correlação com o Senhor Carlos Augusto Almeida Ramos (cognome Carlinhos Cachoeira): 1.1 – Processo nº 109.527/2012 (apensado o processo nº 105.969/2012). Representação subscrita pelo Senhor Deputado Chico Alencar com relação ao Senhor Deputado Rubens Otoni. Com a palavra o Relator do processo, Deputado Evandro Milhomem, expôs o seu voto, assim concluso: “... Por tudo que foi até aqui exposto, e acolhendo, em parte, as razões apresentadas pelo parlamentar ora investigado, CONCLUO que não há indícios de irregularidades ou de infrações às normas de decoro e ética parlamentar, aptas a justificar a formalização de Representação, por parte da Mesa, em razão dos fatos descritos na denúncia e na matéria jornalística que a instrui, motivo pelo qual submeto a matéria à análise dos Nobres Pares, sugerindo o arquivamento do Processo nº 105.969/2012, em face do Deputado Federal Rubens Otoni.” Após discussão, a Mesa Diretora acolheu, por unanimidade, o parecer da mencionada Comissão de Sindicância, pela aprovação do Relatório supra, arquivando, em decorrência, o Processo nº 105.969/2012. 1.2 – Processo nº 109.527/2012 (apensado o processo nº 109.365/2012). Representação subscrita pelos Senhores Deputados Chico Alencar e Ivan Valente com relação ao Senhor Deputado Sandes Júnior. Exposto o Relatório pelo Senhor Deputado Maurício Quintella Lessa, Relator, concluso pelo arquivamento, nos termos a seguir: “... Pelo exposto, concluo que não há indícios de irregularidades ou de infrações às normas de decoro e ética parlamentar, aptas a justificar a formalização de Representação, por parte da Mesa, em razão dos fatos descritos, motivo pelo qual submeto a matéria à análise dos Nobres Pares, sugerindo o arquivamento do processo nº 109.365/2012, em face do Deputado Sandes Júnior.” Debatido o Relatório, a Mesa Diretora acolheu, por unanimidade, o parecer da mencionada Comissão de Sindicância, pela aprovação do Relatório supra, arquivando, em decorrência, o Processo nº 109.365/2012, em face do Senhor Deputado Sandes Júnior. 1.3 – Processo nº 109.527/2012 (apensado o Processo nº 115.309/2012). Representação formulada pela Senhora Mafalda Oliveira de Lima com relação ao Senhor Deputado Stepan Nercessian. O Relator, Deputado Vicente Cândido, apresentou seu voto, assim concluso: “...Pelo exposto, concluo que não há indícios de irregularidades ou de infrações às normas de decoro e ética parlamentar, aptas a justificar a formalização de Representação, por parte da Mesa, em razão dos fatos descritos, motivo pelo qual submeto a matéria à análise dos Nobres Pares, sugerindo o arquivamento do processo nº 115.309/2012, em face do Deputado Stepan Nercessian.”. Submetido a votos, a

Mesa Diretora, acolheu, por unanimidade, o parecer da mencionada Comissão de Sindicância, pela aprovação do Relatório supra, arquivando, em decorrência, o Processo nº 115.309/2012. 1.4 – Processo nº 133.496/2012 (originário do processo nº 109.365/2012). Representação subscrita pelos Senhores Deputados Chico Alencar e Ivan Valente com relação ao Senhor Deputado Carlos Alberto Leréia. Nesse momento, retornaram à reunião os Senhores Deputados Jorge Tadeu Mudalen e Júlio Delgado, Segundo Secretário e Quarto Secretário, respectivamente. Com a palavra o Relator, Deputado Jerônimo Goergen, expôs o seu Relatório, declarando que encontrou indícios de que o parlamentar agiu em desacordo com as normas de decoro, opinando, assim, pela apresentação de Representação da Mesa Diretora ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar em desfavor do Deputado Carlos Alberto Leréia. O Senhor Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, disse que sua preocupação era a instância de defesa e a possibilidade de defesa do Parlamentar. Comentou que o Senado Federal encerrou a Comissão Parlamentar de Inquérito com o relatório sem nenhum nome. Mas o encaminhamento da Comissão de Sindicância foi enviar esse caso ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Afirmou que acompanhava o voto da Mesa e do Relator, mas ponderou que, como já havia o encaminhamento para o Conselho de Ética, o Parlamentar deva ter o direito a mais ampla defesa. O Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Corregedor, afirmou que foi dado o direito ao Deputado Carlos Alberto Leréia de se defender na Comissão de Sindicância e que, no Conselho de Ética, vai ser mais amplo ainda. Posto em votação, a Mesa Diretora acolheu, por unanimidade, o parecer da mencionada Comissão de Sindicância, pela aprovação do Relatório supramencionado. Em decorrência, apresentou REPRESENTAÇÃO, nos termos a seguir: “Representa ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO), por procedimento atentatório ao decoro parlamentar. A Mesa da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições previstas no art. 14, caput, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, acatando o Parecer da Comissão de Sindicância destinada a apurar possível envolvimento de deputados federais nos fatos investigados pela Polícia Federal nas denominadas operações “Monte Carlo e Vegas” e em outros que guardem relação com o Sr. Carlos Augusto Almeida Ramos (cognome Carlinhos Cachoeira), aprovado na reunião da Mesa Diretora realizada em 19 de dezembro de 2012, proferido nos autos do processo interno nº 109.365/2012, oferece a presente REPRESENTAÇÃO ao Conselho de Ética e Decoro

Parlamentar, em face do Sr. Carlos Alberto Leréia, como incurso no citado art. 4º, VI, c.c. o art. 14, § 3º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar, instituído pela Resolução da Câmara dos Deputados nº 2, de 2011. Acompanham esta Representação, como partes integrantes, o Parecer da Comissão de Sindicância destinada a apurar possível envolvimento de deputados federais nos fatos investigados pela Polícia Federal nas denominadas operações “Monte Carlo e Vegas” e em outros que guardem relação com o Sr. Carlos Augusto Almeida Ramos (cognome Carlinhos Cachoeira), submetido à Mesa por meio do Ofício 2VIPR/COR. nº 42/2012, e todos os demais documentos que compõem o processo interno nº 109.365/2012.”. Retiraram-se da sala de reuniões os Senhores Deputados Evandro Milhomen, Vicente Candido, Maurício Quintella, Lessa e Jerônimo Goergen, membros da Comissão de Sindicância. Prosseguindo, o Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente e Corregedor, relatou os seguintes processos: 1- Processo nº 107.339/2012. Requerimento subscrito pelo Senhor Miguel Luiz Leite com relação ao Senhor Deputado Abelardo Camarinha e Elaine Abissamra, e o Suplente de Deputado Marcelo Pereira Surcin (Marcelinho Carioca), por suposta violação ao inciso III do art. 4º do Código de Ética e Decoro Parlamentar. Analisado o processo, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer (Of. 2VIPR/COR nº 39/2012) do Senhor Corregedor, exarado às fls. 26 a 30, concluso nos termos a seguir: “... 29. Por tudo que foi até aqui exposto, CONCLUO que a representação carece de aptidão formal para prosseguir. De acordo com o art. 2º, do Ato da Mesa nº 37, de 2009, quando o Corregedor constatar a inépcia da representação, após o despacho inaugural da presidência (art. 1º), deve sugerir o seu arquivamento. Diante das circunstâncias aqui descritas, submeto a matéria à análise dos Nobres Pares, sugerindo o arquivamento do Processo nº 107.339/2012, em face do Deputado Abelardo Camarinha.”. 2 – Processo nº 109.413/2012. Representação subscrita pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Deputado Domingos Dutra, e outros membros da citada comissão, com relação ao Deputado Jair Bolsonaro, por fato ocorrido durante a reunião da subcomissão permanente, denominada Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça – Comissão Parlamentar da Verdade. Com a palavra, o Senhor Deputado Eduardo da Fonte, Corregedor, expôs seu parecer (Of. 2VIPR/COR nº 40/2012), exarado às fls. 54 a 56, assim concluso: “... Desse modo, apesar do enorme desconforto causado a todos os presentes à reunião e da repercussão negativa dos fatos à época dos seus acontecimentos, considero que o incidente objeto do

presente processo não trouxe prejuízos irreparáveis à imagem do Parlamento, razão pela qual não identifique motivos aptos a justificar a formalização de Representação, por parte da Mesa, em desfavor do Deputado Jair Bolsonaro, sugerindo, portanto, aos Nobres Pares, o arquivamento do Processo nº 109.413/2012.”. Posto em votação, o parecer supra foi aprovado por unanimidade. 3 – Processo nº 116.712, de 2012. Representação subscrita pelo Senhor Deputado Chico Alencar com relação aos Senhores Deputados João Carlos Bacelar e Geraldo Simões, em razão de reportagem veiculada envolvendo-os em suposto esquema de negociação de emendas parlamentares. Discutido o processo, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer (Of. 2VIPR/COR nº 41/2012) do Senhor Corregedor, exarado às fls. 101 a 104, assim concluso: “... Pelo exposto, sugiro o arquivamento do processo por não ter vislumbrado, pelos elementos constantes nos autos, qualquer ato cometido pelos Deputados João Carlos Bacelar e Geraldo Simões que infrinja às normas de ética e decoro parlamentar.”. Com a palavra, o Senhor Deputado Sérgio Moraes, Quarto Suplente de Secretário, cumprimentou o Presidente Marco Maia pelo posicionamento com relação à decisão do Supremo Tribunal Federal no que diz respeito às cassações dos Deputados condenados pela Corte Suprema. III – PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO. O Senhor Deputado Eduardo Gomes relatou os seguintes processos: 1 – Administração: 1.1 – Processo nº 115.974/2011. Parecer do Relator à fl. 37: “Trata o presente processo de minuta de Ato da Mesa que aprova o Regimento Interno da Biblioteca Pedro Aleixo da Câmara dos Deputados. Em sua justificativa, a Coordenação de Biblioteca ressaltou que “a existência de documento dessa natureza é indispensável pelo vulto e valor do acervo bibliográfico sob a guarda desta Casa, o que impõe a definição explícita das diversas etapas de seu funcionamento de maneira a disciplinar a utilização das instalações, das coleções e dos serviços” daquele órgão. A referida minuta foi submetida à análise da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, que manifestou o entendimento de que não há óbices jurídicos à sua edição. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da dita Mesa, com parecer favorável, nos termos da anexa minuta de Ato da Mesa.”. Em votação, o parecer supra foi aprovado por unanimidade e, em consequência, baixado Ato da Mesa Ato da Mesa que “aprova o Regimento Interno da Biblioteca Pedro Aleixo”. 1.2 – Processo nº 132.607/2012. Parecer do Relator, à fl. 14: “Trata-se de minuta de Ato da Mesa que cria a Coordenação de Auditoria de Tecnologia da Informação (TI) na estrutura administrativa da Secretaria de Controle

Interno e altera a denominação de duas de suas coordenações, delimitando a abrangência e o escopo de cada uma delas, por meio da definição de suas atribuições. A proposta altera ainda a nomenclatura da Função Comissionada de Assessor de Controle Interno, nível FC-07, para Diretor de Coordenação, nível FC-07. Em sua justificativa, a Secretaria de Controle Interno argumenta que a proposta de criação de uma unidade destinada a auditar ações na área de tecnologia da informação decorre de recomendações do Tribunal de Contas da União. Argumenta ainda que, não obstante aquele órgão ter estabelecido, por meio da Portaria nº 3, de 2012, auditoria de TI, com a alocação de três servidores para tal atividade, importante se faz a formalização dessa unidade administrativa. Cabe destacar que as alterações ora propostas não acarretam aumento de despesas, constituindo, portanto, matéria que pode ser tratada por meio de Ato da Mesa, nos termos do que disciplina o art. 4º da Resolução nº 46, de 2006. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria à apreciação da douta Mesa, com parecer favorável à aprovação da presente minuta de Ato da Mesa, nos termos das informações e manifestações dos órgãos técnicos da Casa.”. Analisado o processo, a Mesa Diretora aprovou o parecer supra e, em consequência, baixou Ato da Mesa que “cria a Coordenação de Auditoria de Tecnologia da Informação (TI), altera a denominação de coordenações e redefine as atribuições dessas unidades”. 1.3 – Processo nº 152.032/2006. . Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, à fl. 396: “Trata-se de proposta visando regulamentar as ações relacionadas ao planejamento, aprovação, coordenação e supervisão de eventos na Câmara dos Deputados, realizados pela Secretaria de Comunicação Social, na forma do Regulamento dos Procedimentos para a Realização de Eventos na Câmara dos Deputados, a ser aprovado nos termos da anexa minuta de Ato da Mesa. Segundo a instrução processual, tal proposta atribui à Secretaria de Comunicação Social, por intermédio de sua Coordenação de Relações Públicas e sob a orientação da Presidência, competência para sugerir, analisar, instruir e aprovar a realização de eventos que fortaleçam, divulguem ou esclareçam o papel institucional da Câmara dos Deputados perante a sociedade. Além de aprovar o supracitado Regulamento, tal proposta visa ainda alterar o Anexo II do Ato da Mesa nº 41, de 2009, no que diz respeito às competências da Seção de Cerimonial. Com isso, o Cerimonial da Presidência passa a ter competência exclusiva no assessoramento de cerimonial ao Presidente da Câmara dos Deputados e a Coordenação de Relações Públicas prestará esse tipo de assessoramento aos demais membros da Mesa Dire-

tora, aos Presidentes de Comissão, ao Diretor-Geral e ao Secretário-Geral da Mesa. Relativamente às competências próprias de outros departamentos da estrutura organizacional da Casa voltadas para a realização de eventos ficam resguardadas, a exemplo das atribuições próprias do Departamento Médico, Departamento de Comissões e Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, nos termos da anexa minuta de Ato da Mesa.”. Submetido a votos, o parecer supra foi aprovado por unanimidade e, em consequência, baixado Ato da Mesa que “aprova o Regulamento dos Procedimentos para a Realização de Eventos na Câmara dos Deputados e altera o Anexo II do Ato da Mesa nº 41, de 2009”. 1.4 – PROCESSO Nº 131.427/2012. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, à fl. 32: “Trata-se de minuta de Ato da Mesa que dispõe sobre as normas protocolares e a ordem de precedência da Câmara dos Deputados. A proposta, em síntese, disciplina: a) a previsão de participação de Ex-presidentes da Câmara dos Deputados e parlamentares que não estejam no exercício do mandato nas cerimônias e solenidades realizadas por esta Casa; b) a inserção dos Poderes Legislativos Distrital, Estadual e Municipal no rol de ordem de precedência da Câmara dos Deputados; c) a adequação das atribuições da Coordenação de Relações Públicas e da Seção de Cerimonial da Presidência às atividades que vêm sendo, de fato, desenvolvidas por esses órgãos; e d) a definição de normas para a concessão e recebimento de presentes protocolares. Em decorrência do normativo proposto, torna-se necessária a revogação do Ato da Mesa nº 152, de 2003. Ante o exposto, esta Secretaria submete à apreciação da douta Mesa a proposta de Ato anexa.”. Em votação, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, a proposta, baixando Ato da Mesa que “aprova as normas Protocolares e a Ordem Geral de Precedência da Câmara dos Deputados”. 1.5 – Processo nº 112.453/2012. . Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, às fls. 34/35: “Tratam-se de propostas de Ato da Mesa que visam dar nova regulamentação à utilização de telefonia móvel celular e internet móvel por parte de Deputados Federais e alterar o Ato da Mesa nº 43, de 21/5/2009. Segundo a instrução processual, as propostas, na forma de minutas de Atos da Mesa, esteiam-se em estudos da Coordenação de Audiovisual do Departamento Técnico – Coaud/Detec, os quais apontaram haver maiores vantagens, tanto no aspecto econômico quanto no da eficiência administrativa, no estabelecimento de novo modelo de utilização de telefonia celular institucional para os parlamentares. Além disso, verifica-

-se que grande parte dos deputados tem-se utilizado do recurso do ressarcimento de gastos com telefonia celular por meio da Cota para o Exercício Parlamentar – Ceap, e que cerca de 70% das linhas são de propriedade dos próprios parlamentares. Ademais, com a nova regulamentação, evitar-se-á que sejam efetuadas cobranças administrativas, na eventualidade de não haver saldo suficiente na Cota para os gastos com telefonia, quando for o caso. Ressalte-se que cerca de quarenta processos mensais são abertos para tal finalidade, o que tem implicado alto custo administrativo, além da exposição das autoridades à possibilidade de inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN. Também há que se considerar que essa nova regulamentação oferece menor risco no que se refere ao sigilo telefônico, vez que não mais ocorrerá a manipulação de contas por terceiros ou o encaminhamento delas por e-mail, na forma preconizada pela Portaria nº 69/2011. Outrossim, a presente proposta alinha-se com os mecanismos simplificados de prestação de contas da identificada despesa, viabilizando-se os reembolsos pela apresentação da folha de rosto da conta telefônica, seguida do pertinente comprovante de quitação, nos moldes preconizados pela Portaria TCU nº 221, de 29 de agosto de 2011. As referidas minutas foram submetidas à análise da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, a qual manifestou o entendimento de que não há óbices jurídicos a suas edições. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, nos termos das anexas minutas de Ato da Mesa.”. Consultado sobre a matéria, esclareceu o Senhor Rogério Teixeira Ventura, Diretor-Geral, que as propostas dizem respeito ao fornecimento de aparelhos celulares e linhas telefônicas aos Deputados; que a Câmara dos Deputados, ao licitar essas linhas, não consegue o melhor plano em termos de custos para o Deputado. Esclareceu que, ao invés de a Câmara fornecer o aparelho e a linha para o Deputado, este poderá escolher a linha e a operadora com o melhor plano e apresentará à CEAP apenas a folha de rosto da conta telefônica, a fim de ressarcimento. Com isso, o custo financeiro para a Casa diminui. Em votação, o parecer supra foi aprovado por unanimidade e, em consequência, baixados os Atos da Mesa que “altera o § 2º do art. 4º e o caput e os §§ 1º e 3º do art. 8º do Ato da Mesa nº 43, de 21 de maio de 2009” e que “regulamenta a utilização institucional de telefonia móvel celular e internet móvel por parte de autoridades da Câmara dos Deputados”. 1.6 – Processo nº 128.917/2012. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, à fl. 47: “Trata-se de minuta de Ato da Mesa que dispõe sobre a re-

estruturação da Secretaria de Comunicação Social, com a alteração da denominação de suas unidades administrativas, e a renomeação, o remanejamento, a criação e a extinção de funções comissionadas. A minuta propõe a extinção de 6 (seis) funções comissionadas, nível FC-06 (Anexo III), e a criação de 2 (duas) funções comissionadas de nível FC-08 e 2 (duas) de nível FC-07 (Anexo IV). A proposta dá ainda nova denominação para as funções comissionadas constantes do Anexo I. Em sua justificativa, a Secretaria de Comunicação Social atribui a presente proposta à necessidade de adequar a legislação interna ao novo modelo de gestão daquele órgão, o qual decorreu de seminários, pesquisas e estudos feitos por um grupo de trabalho constituído para tal finalidade. Cabe destacar que a extinção e a criação de funções sob análise não acarretam aumento de despesas, constituindo, portanto, matéria que pode ser tratada por meio de Ato da Mesa, nos termos do que disciplina o art. 4º da Resolução nº 46, de 2006. Ante o exposto, esta Secretaria submete à apreciação da douta Mesa a minuta de normativo anexa.”. Em discussão, o Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, Terceiro Secretário, pediu vistas. Após os esclarecimentos prestados pelo Presidente Marco Maia e pelo Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, o Deputado Inocêncio Oliveira retirou o pedido de vistas. Submetida a votos, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, a proposta supra, baixando Ato da Mesa que “dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados e dá outras providências”, registrando-se a crítica quanto ao funcionamento da SECOM feita pelo Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, Terceiro Secretário. 1.7 – Processo nº 132.769/2012. Parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes, à fl. 26: “Encominha-se minuta de Ato de Mesa que dispõe sobre as competências e a estrutura administrativa da Assessoria de Projetos e Gestão – APROGE. 2. A APROGE argumenta que, desde 2009, aquele órgão passou a desempenhar atividades de desenvolvimento e acompanhamento do planejamento estratégico institucional e de orientação aos diversos órgãos da Casa quanto ao uso de metodologias e soluções corporativas de gestão de projetos e de gestão de processos. Dessa feita, faz-se necessário adequar a legislação interna à nova realidade e as necessidades da Câmara dos Deputados. 3. Na essência, a minuta propõe uma nova estrutura administrativa para a APROGE. Define as competências do Chefe da APROGE (anexo II), bem como de cada unidade administrativa e de seus titulares (anexo V). 4. A proposta prevê ainda a extinção de 3 (três) funções comissionadas, as quais estão descritas no Anexo III, e a criação de 3 (três) funções co-

missionadas, todas nível FC-07 (Anexo IV). 5. Com relação à extinção e criação de funções, observa-se que todas possuem o mesmo nível hierárquico, o que indica não haver aumento de despesa. Nesses lindes, verifica-se a adequação da via eleita, Ato de Mesa, nos termos do disposto no art. 4º da Resolução nº 46, de 2006. Ante o exposto, submeto à apreciação da douta Mesa a minuta de Ato da Mesa anexa.”. A Mesa Diretora, após análise, aprovou a minuta, por unanimidade, baixando Ato da Mesa que “dispõe sobre as competências e a estrutura administrativa da Assessoria de Projetos e Gestão”. Por último, a Mesa Diretora ratificou, por unanimidade, os despachos favoráveis do Senhor Presidente Marco Maia, ad referendum da Mesa Diretora, exarados nos seguintes processos, conforme pareceres do Relator, Deputado Eduardo Gomes: 1 – Processo nº 119.199/2012. Parecer do Relator à fl. 50: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente, a ser submetida à ratificação da Mesa Diretora, que autorizou, em caráter excepcional e ad referendum da Mesa, o custeio, mediante reembolso à conta da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (CEAP), da inscrição do Deputado Ronaldo Benedet no Programa Especial de Gestão Avançada Liderança, Senso de Julgamento e Evolução do Todo, da empresa Amana-Key Desenvolvimento e Educação Ltda., no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), realizado nos dias 8 e 9 de agosto de 2012, em Brasília-DF. A decisão do Senhor Presidente baseou-se nas informações prestadas pelo Diretor-Geral quanto à existência de precedente de ressarcimento pela CEAP em favor de parlamentar que participou de treinamento oferecido pela empresa, assim como pela referência de qualidade e complexidade do programa em questão, com ênfase diferenciada, evidenciando-se uma espécie de treinamento-consultoria. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução.”. 2 – Processo nº 107.867/2012. Parecer do Relator à fl. 24: “Trata-se da ratificação, pela douta Mesa, da autorização do Senhor Presidente, concedida nos termos do art. 15, parágrafo único, do Regimento Interno, de cessão, pelo prazo de um ano, do servidor Ralph Emerson Machado de Lima, ponto nº 7.224, Analista Legislativo, atribuição Técnico em Comunicação Social – Imprensa Escrita, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (DAS 102.5), com ônus para o órgão cedente. Há amparo na legislação de regência para a cessão requerida (art. 93, I, §1º da Lei nº 8.112/90 e arts. 1º, II, e 2º do Ato da Mesa nº 56/97). Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor

Presidente à ratificação da douta Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução.”. 3 – Processo nº 108.652/2012. Parecer do Relator, à fl. 21: “Trata-se da ratificação, pela douta Mesa, da autorização do Senhor Presidente, concedida nos termos do art. 15, parágrafo único, do Regimento Interno, de prorrogação da cessão, pelo prazo de um ano, a contar de 26/4/2012, da servidora Cláudia Regina Fonseca Lemos, ponto nº 6.838, Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social/Televisão, para continuar no exercício do cargo de provimento em comissão de Assessora de Comunicação Social e Cerimonial no Gabinete do Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público, com ônus para o órgão cedente. Há amparo na legislação de regência para a prorrogação requerida (art. 93, I, §1º da Lei nº 8.112/90 e arts. 1º, II, e 2º do Ato da Mesa nº 56, de 1997). Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução.”. 4 – Processo nº 104.153/2012. Parecer do Relator, à fl. 21: “Trata-se da ratificação, pela douta Mesa, da autorização do Senhor Presidente, concedida nos termos do art. 15, parágrafo único, Regimento Interno, de prorrogação da cessão, pelo prazo de um ano, a contar de 1/1/12, do servidor Cristiano Magalhães de Pinho, ponto 6.823, Analista Legislativo – atribuição Engenheiro, para continuar no exercício do cargo de Diretor de Engenharia e Meio Ambiente da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), ônus para o órgão cessionário. Há amparo na legislação de regência para a prorrogação requerida (art. 93, I, §1º da Lei nº 8.112/90 e art. 1º, parágrafo único, do Ato da Mesa nº 56, de 1997). Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução.”. 5 – Processo nº 119.713/2012. Parecer do Relator, à fl. 17: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente, a ser submetida à ratificação da Mesa Diretora, que autorizou, ad referendum da Mesa, a alteração da natureza da cessão do servidor Cristiano Magalhães de Pinho, ponto nº 6.823, Analista Legislativo atribuição Engenheiro, em atividade na Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), para que passe a perceber, a contar de 1º de julho de 2012, a remuneração do seu cargo efetivo nesta Casa, acrescida do percentual legal relativo ao cargo em comissão ocupado naquela companhia, mediante ressarcimento ao órgão de origem, observado o limite de remuneração estabelecido no Governo do Distrito Federal (GDF), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 1º do Ato da Mesa nº 56/1997. Esclareça-se que o servidor, cedido à Caesb desde

22/03/2007, onde exerce o cargo em comissão de Diretor de Engenharia e Meio Ambiente da Companhia, vinha recebendo a remuneração relativa ao cargo em comissão lá exercido, sem ônus para a Câmara dos Deputados. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução.”. 6 – Processo nº 112.611/2012. Parecer do Relator, à fl. 20: “Trata-se da ratificação, pela douta Mesa, da autorização da Senhora Presidente em exercício, Deputada Rose de Freitas, concedida nos termos do art. 15, parágrafo único, do Regimento Interno, de prorrogação da cessão, pelo prazo de um ano, a contar de 14/6/2012, da servidora Hebe Machado Guimarães-Dalgaard, ponto nº 6.301, Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Televisão, para continuar no exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente Parlamentar, símbolo AP-03, com lotação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, com ônus para o órgão cedente. Há amparo na legislação de regência para a prorrogação requerida (art. 93, I, §1º da Lei nº 8.112/90 e art. 4º do Ato da Mesa nº 56, de 1997). Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão da Senhora Presidente em exercício à ratificação da douta Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução.”. 7 – Processo nº 6.076/2011. Parecer do Relator, à fl. 83: “Trata-se da ratificação, pela douta Mesa, da autorização da Senhora Presidente em exercício, Deputada Rose de Freitas, concedida nos termos do art. 15, parágrafo único, do Regimento Interno, de prorrogação da cessão, até 31 de dezembro de 2012, do servidor Antonio Sabino de Vasconcelos Neto, ponto nº 2.562, Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos – Serviços de Atendimento, para continuar no exercício do cargo de provimento em comissão de Administrador Regional da Administração Regional do Cruzeiro (CNP-04), do Governo do Distrito Federal, com ônus para o órgão cessionário, mediante ressarcimento da remuneração e encargos sociais. Há amparo na legislação de regência para a prorrogação requerida (art. 93, I, §1º da Lei nº 8.112/90 e art. 1º, parágrafo único, do Ato da Mesa nº 56, de 1997). Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão da Senhora Presidente em exercício à ratificação da douta Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução.”. 8 – Processo nº 120.555/2012. Parecer do Relator, à fl. 16: “Trata-se da ratificação, pela douta Mesa, da autorização da Senhora Presidente em exercício, Deputada Rose de Freitas, concedida nos termos do art. 15, parágrafo único, do Regimento Interno, de prorrogação da cessão, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 4/10/2012, do servidor Aluizio Davis Neto, ponto nº

2.723, Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, para continuar no exercício do cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, código DAS 101.5, com ônus para o órgão cedente. Há amparo na legislação de regência para a prorrogação requerida (art. 93, I, §1º da Lei nº 8.112/90 e art. 1º, II, e art. 2º do Ato da Mesa nº 56, de 1997). Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão da Senhora Presidente à ratificação da douta Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução.”. 9 – Processo nº 120.601/2012. Parecer do Relator, à fl. 20: “Trata-se da ratificação, pela douta Mesa, da autorização da Senhora Presidente em exercício, concedida nos termos do art. 15, parágrafo único, do Regimento Interno, de prorrogação da cessão, por 12 (doze) meses, da servidora Lúcia Frederico de Lyra Vaz, ponto nº 6.393, Analista Legislativo, atribuição Analista de Informática, para continuar exercendo o cargo em comissão de Gerência Executiva, código CGE III, no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível ANP. A instrução do processo revela que a servidora encontra-se cedida à ANP no período de 29/8/2003 a 3/11/2004, sem ônus para a Câmara dos Deputados, mediante ressarcimento. No período de 4/11/2004 a 22/12/2012 foi lotada na ANP, com exercício provisório, em razão de Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge. A partir de 23/12/2010, a servidora foi novamente cedida à ANP, com ônus para a Câmara dos Deputados, com prazo de vigência da cessão em 22/12/2012. A matéria em questão é disciplinada pelo art. 93, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112/90 e, no âmbito interno, pelo art. 1º, inciso II, e art. 2º do Ato da Mesa nº 56/97. Portanto, há amparo legal para a prorrogação solicitada, com ônus para o órgão cedente, tendo em vista que a servidora exerce cargo em comissão na ANP equivalente ao DAS-5 do Poder Executivo. O processo foi submetido à apreciação da Senhora Presidente em exercício, Deputada Rose de Freitas, que em 16/8/2012 autorizou a prorrogação da cessão, ad referendum da douta Mesa, a teor do disposto no art. 15, parágrafo único, do Regimento Interno. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão da Senhora Presidente à ratificação da douta Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução.”. 10 – Processo nº 142.745/2012. Parecer do Relator, à fl. 32: “Trata-se da ratificação, pela douta Mesa, da autorização do Senhor Presidente, concedida nos termos do art. 15, parágrafo único, do Regimento Interno, de prorrogação da cessão, até 31 de dezembro de 2012, da servidora Anna Cláudia Silva de Mendonça, ponto nº 1.959, Analista Legislativo, atribuição Taquígrafo Legislativo, para continuar exercendo no Arquivo Na-

cional a Função Gratificada FGR- 1, com ônus para o órgão cedente. A instrução do processo revela que a servidora encontra-se cedida ao Arquivo Nacional desde 31/05/2006, sendo que a última prorrogação, até 31/12/2011, foi autorizada com fulcro no inciso I, §1º, do art. 93 da Lei nº 8.112/90 e também no inciso I do art. 1º e no art. 2º, ambos do Ato da Mesa nº 56/97. Ocorre que o referido órgão, a partir de 24/01/2011, passou a subordinar-se ao Ministério da Justiça, consoante o art. 1º do Decreto nº 7.430, de 17/01/2011. Entretanto, a Medida Provisória nº 527, de 18/03/2011, convertida na Lei nº 12.462, de 04/08/2011, buscou, em seu art. 5º, abrigar situações de cessão como a da interessada, ao estabelecer o que segue: “Art. 5º. Os servidores e militares requisitados pela Presidência da República em exercício, em 31 de dezembro, de 2010, no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, no Arquivo Nacional e na Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, poderão permanecer à disposição, respectivamente, do Ministério da Defesa e do Ministério da Justiça, para exercício naquelas unidades, bem como serem novamente requisitados, caso tenham retornado aos órgãos ou entidades de origem antes de 18 de março de 2011.” (grifos acrescentados) Nesse sentido, ante o caráter especialíssimo da norma supra, a Assessoria Técnica da Diretoria-Geral opinou favoravelmente à prorrogação da cessão, mediante a alteração do Ato da Mesa nº 56/97, com a finalidade de incluir no normativo interno as situações contidas no art. 5º, acima transcrito. Dado o caráter urgente do pleito em questão, o Senhor Presidente autorizou, em 30/12/2011, a prorrogação da cessão, ad referendum da douta Mesa, com a determinação de que seja apreciada com brevidade pelo Colegiado a minuta de alteração do Ato da Mesa nº 56/97, objeto do Processo nº 142.113/2011. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução.”. 11 – Processo nº 111.805/2012. Parecer do Relator, à fl. 15: “Trata-se da ratificação, pela douta Mesa, da autorização do Senhor Presidente, concedida nos termos do art. 15, parágrafo único, do Regimento Interno, de prorrogação da cessão, pelo prazo de um ano, a contar de 10/7/2012, do servidor Marcus Antonio Amorim dos Santos, ponto nº 2.813, Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos, para continuar no exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico do Órgão Central de Coordenação e Execução do Senado Federal, com exercício no Cerimonial da Presidência, com ônus para o órgão cedente. Há amparo na legislação de regência para a prorrogação requerida (art. 93, I, §1º da Lei nº 8.112/90 e art. 4º do

Ato da Mesa nº 56, de 1997). Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução.”. 12 – Processo nº 126.018/2012. Parecer do Relator, à fl. 17: “Trata-se de ratificação pela Mesa Diretora da decisão do Senhor Presidente que autorizou a prorrogação de cessão do servidor Jair Vieira Tannús Júnior, ponto nº 4.615, Técnico Legislativo atribuição Adjunto Parlamentar, por 1 (um) ano, a contar de 18/9/2012, para o Ministério de Estado da Saúde, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde, código DAS-101.4, no Maranhão, com ônus para o órgão cedente. A prorrogação tem amparo no inciso I, §1º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 1990, e, no âmbito interno, no inciso II, alínea “c” do art. 1º e no art. 2º do Ato da Mesa nº 56, de 1997, com a redação dada pelo Ato da Mesa nº 35, de 2009. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução.”. Esgotada a pauta, o Senhor Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, agradeceu o apoio de todos e a confiança depositada em sua pessoa nesses dois anos. IV – PAUTA DO SENHOR TERCEIRO SECRETÁRIO. Com a palavra, o Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, Terceiro Secretário, dá conhecimento à Mesa Diretora do Relatório de sua Secretaria referente às justificativas de faltas dos Senhores Deputados no período de fevereiro a 18 de dezembro de 2012. Salientou que as licenças médicas foram devidamente homologadas pelo Departamento Médico da Casa e que, quanto às atividades político-partidárias, tem sido extremamente rígido em relação ao deferimento das justificativas, sempre obedecendo ao critério do bom senso. V – PAUTA DO SENHOR QUARTO SECRETÁRIO. O Senhor Deputado Júlio Delgado expôs os seguintes processos referentes à devolução de imóvel funcional: 1 – Processo nº 115.772/2012. Conforme Parecer técnico de sua Secretaria, às fls. 12 a 14, assim esclareceu: “...Tendo em conta que o Senhor BRIZOLA NETO afastou-se do Mandato Parlamentar para assumir o cargo de Ministro do Trabalho, a hipótese poderia ser enquadrada, por analogia, ao caso do Parlamentar que se licencia para assumir cargo público nos Estados da Federação, o qual a norma defere o prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do § 1º do art. 6º, a seguir transcrito: “§ 1º O prazo para devolução do imóvel reduz-se para 15 (quinze) dias, caso o ocupante responsável seja suplente de deputado e tiver exercido o mandato por período inferior a 6 (seis) meses e estende-se para 60 (sessenta) dias, caso o ocupante se licencie para o exercício de cargo público em qualquer

Estado da federação.” (grifei)...”. Após discussão, a Mesa Diretora resolveu conceder, por unanimidade, o prazo de 60 (sessenta) dias para devolução do imóvel funcional, conforme despacho, à fl. 14, do Senhor Quarto Secretário: “DE ACORDO. SUBMETA-SE à consideração da Douta Mesa Diretora, com a sugestão de que seja deferido ao Senhor Ministro BRIZOLA NETO o prazo de 60 (sessenta) dias para devolução do imóvel, e, via de consequência, seja DISPENSADA a cobrança da multa relativa aos 30 (trinta) dias de ocupação da unidade funcional.”. 2 – Processo nº 107.213/2012. Conforme Parecer técnico de sua Secretaria, às fls. 16/17, assim esclareceu: “...Entretanto, o caso ora em tela demanda uma análise interpretativa, na qual se devem considerar os seguintes fatores: a) O tempo relativamente curto da ocupação irregular – 32 dias; b) O fato de o Parlamentar ter se afastado para interesses particulares mas ter reassumido suas funções no prazo de 62 (sessenta e dois) dias; c) A dificuldade prática que adviria da devolução do apartamento funcional, com mudança de mobiliário, devolução das chaves, vistoria etc, para, sem seguida, retornar o Deputado, após o exíguo prazo da licença que usufruiu. Dessa forma, considerando-se todas as circunstâncias especiais do caso em análise, bem como o disposto no art. 7º do Ato da Mesa 05/2011, que dispõe que “os casos omissos serão decididos pelo Quarto-Secretário”, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência, sugerindo, s.m.j., a submissão do assunto ao deslinde da Douta Mesa Diretora, a fim de que seja dispensada a multa relativa ao período já mencionado, de 32 (trinta e dois) dias.”. Em votação, a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, dispensar a aplicação da multa correspondente ao período de 32 (trinta e dois) dias de ocupação irregular do imóvel funcional pelo Deputado Ribamar Alves, nos termos do parecer supra. 3 – Processo nº 107.233/2012. Conforme Parecer técnico de sua Secretaria, às fls. 16/17, assim esclareceu: “... Entretanto, o caso ora em tela demanda uma análise interpretativa, na qual se devem considerar os seguintes fatores: a) O tempo relativamente curto da ocupação irregular – 31 dias; b) O fato de a Parlamentar ter se afastado mas ter reassumido suas funções no prazo de 60 (sessenta) dias; c) A dificuldade prática que adviria da de-

volução do apartamento funcional, com mudança de mobiliário, devolução das chaves, vistoria etc, para, sem seguida, retornar o parlamentar após o exíguo prazo da licença que usufruiu. Dessa forma, considerando-se todas as circunstâncias especiais do caso em análise, bem como o disposto no art. 7º do Ato da Mesa 05/2011, que dispõe que “os casos omissos serão decididos pelo Quarto-Secretário”, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência, sugerindo, s.m.j., a submissão do assunto ao deslinde da Douta Mesa Diretora, a fim de que seja dispensada a multa relativa ao período já mencionado, de 31 (trinta e um) dias.”. A Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, acatar o despacho do Senhor Quarto Secretário, Deputado Júlio Delgado, à fl. 17: “DE ACORDO. SUBMETA-SE à consideração da Douta Mesa Diretora, com a sugestão de que seja dispensada a aplicação da multa correspondente ao período de 31 (trinta e um dias), relativo ao afastamento da Parlamentar para o trato de interesses particulares.”. Com a palavra, o Senhor Deputado Nelson Marquezelli, Procurador Parlamentar, ponderou com o Presidente Marco Maia sobre o elevado preço das passagens aéreas e sobre o baixo valor do auxílio-moradia, que há 14 anos não é reajustado. Encerrando, o Senhor Presidente Marco Maia lembrou que há trinta e tantos Deputados para tomar posse no dia 2 de janeiro no lugar dos Deputados que foram eleitos Prefeitos. Devido ao fato de que não estará presente na Casa na referida data, designou o Deputado Eduardo Gomes, Primeiro Secretário, para dar posse a esses Deputados. Nada mais havendo a tratar, às treze horas, o Senhor Presidente Marco Maia declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, **Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida**, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. – **Marco Maia**, Presidente, Secretaria-Geral da Mesa.

Ata da 9ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada no dia 19 de dezembro de 2012.

Publique-se.

Em 29-1-13. – **Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida**, Secretário-Geral da Mesa.

Atas das
REUNIÕES DA MESA
2013

TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
QUINQUAGÉSIMA QUARTA LEGISLATURA**Ata da primeira reunião ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 26 de fevereiro de 2013.**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, às dez horas, na Sala de Reuniões do Espaço Cultural, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente. Presentes os Senhores Deputados André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente; Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente; Márcio Bittar, Primeiro-Secretário; Simão Sessim, Segundo-Secretário; Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário; Biffi, Quarto-Secretário; Gonzaga Patriota, Primeiro-Suplente de Secretário; Wolney Queiroz, Segundo-Suplente de Secretário; e Cláudio Cajado, Procurador Parlamentar. Ausentes justificadamente os Senhores Deputados Vitor Penido, Terceiro-Suplente de Secretário; e Takayama, Quarto-Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou abertos os trabalhos. **I – PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE.** Sua Excelência, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, expôs os seguintes anteprojetos de resolução: 1 – que “**cria o Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados**”. Disse que a transformação do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica em Centro de Estudos e Debates Estratégicos deve-se ao fato da necessidade institucional de grandes debates com as mais diversas autoridades, com discussão de temas variados nacionais e internacionais, que possam subsidiar as decisões dessa Casa. Com a palavra, o Senhor Deputado André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente, sugeriu as seguintes alterações no citado anteprojeto: – retirar a expressão “que deverá ser um ex-presidente da Câmara dos Deputados”, contida no § 1º do art. 3º; – vedar a recondução do Presidente do Conselho dentro da legislatura; – integrar o Centro com onze outros membros, preferencialmente parlamentares, que estabelecerão metas e diretrizes, indicados pelos Líderes e designados pelo Presidente da Câmara dos Deputados, com observância da proporcionalidade partidária. Em discussão, as alterações foram acatadas por unanimidade, sendo, assim, aprovada a apresentação do mencionado projeto de resolução, que vai publicado ao final da ata. 2) que “**altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989, para dispor sobre a institucionalização da Corregedoria Parlamentar e dá outras providências**”. O Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves comentou que a pro-

posta visa à institucionalização da Corregedoria, conferindo-lhe tratamento equivalente ao da Procuradoria Parlamentar. Referiu-se, em seguida, à atuação desse órgão. Com a palavra, o Senhor Deputado Cláudio Cajado, Procurador, expôs questões referentes à Procuradoria que serão objetos de estudo a ser apresentado à Presidência posteriormente. Analisada a matéria, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, a apresentação do citado projeto de resolução, que vai publicado ao final da ata. 3) que “**altera o inciso IX e acrescenta inciso XXI ao art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para desmembrar as competências da atual Comissão de Educação e Cultura**”. Esclarecida a proposta, a Mesa Diretora resolveu expor na próxima reunião do Colégio de Líderes o referido projeto para que, com a sua anuência, seja oficializada a apresentação da proposição, cujo teor vai publicado ao final da ata. Com relação ao anteprojeto de resolução que “altera os arts. 20-A, 20-B, 20-C, 20-D e 243 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para transformar a Procuradoria Especial da Mulher em Secretaria Especial da Mulher”, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves esclareceu previamente a proposta, retirando-a de pauta para exame e avaliação. Por último, a Mesa Diretora retirou de pauta, para reestudo, o anteprojeto de resolução que “altera os arts. 25, 26, 27, e acresce parágrafos aos arts. 45 e 50 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989, para dar nova disciplina à composição e funcionamento das Comissões Permanentes”. Em seguida, a Mesa Diretora ratificou, por unanimidade, os despachos exarados, *ad referendum* da Mesa Diretora, nos seguintes expedientes referentes a ato da mesa, missão oficial, reembolso de despesas médico-hospitalares, nomeação e cessão de servidor: 1 – **Ato da Mesa: Nº 83, de 2013**, que “dispõe sobre a transformação de Cargo de Natureza Especial”, baixado *ad referendum* da Mesa Diretora em 18 de fevereiro de 2013. 2 – **Relatório de Missão Autorizada n. 1, de 2013**, da Presidência. Missões oficiais autorizadas por meio de ofícios – GPO nºs, de 2013: 11, 17, 20, 26 a 28, 49 a 52, 54, 62, 72, 76, 78, 79, 115, 121, 122, 131, 136, 137, 155, 165, 176, 177, 211, 231, 234, 235, 242 a 248, 257 a 260, 265 a 268, 279, 280, 283, 284, 291 a 293, 299, 302 a 308; de 2012: 2809, 2816 e 2836. 3 – **Reembolso de despesas médico-hospitalares: 3.1- Processo n. 137.726/2011**, de interesse do Deputado Arnaldo Jardim (despacho favorável à fl. 22); 3.2 – **Processo n. 12.477/2012**, de interesse do Deputado Márcio Macêdo (despacho favorável à fl. 11); 3.3 – **Processo Nº 12.653/2012**, de interesse da Deputada Luciana Santos (despacho fa-

vorável à fl. 9); 3.4 – **Processo Nº 12.655/2012**, de interesse da Deputada Luciana Santos (despacho favorável à fl. 10); 3.5 – **Processo Nº 13.571/2012**, de interesse do Deputado Jerônimo Goergen (despacho favorável à fl. 20); 3.6 – **Processo Nº 15.796/2012**, de interesse do Deputado Fernando Torres (despacho favorável à fl. 11); 3.7 – **Processo Nº 15.845/2012**, de interesse do Deputado Armando Abílio (despacho favorável à fl. 20); 3.8 – **Processo Nº 16.984/2012**, de interesse do Deputado Carlos Magno (despacho favorável à fl. 10); 3.9 – **Processo Nº 17.079/2012**, de interesse do Deputado Carlos Magno (despacho favorável à fl. 10); 3.10 – **Processo Nº 116.324/2012**, de interesse da Deputada Rose de Freitas (despacho favorável à fl. 24); 3.11 – **Processo Nº 116.452/2012**, de interesse do Deputado José Mentor (despacho favorável à fl. 11); 3.12 – **Processo Nº 118.010/2012**, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro (despacho favorável à fl. 12); 3.13 – **Processo Nº 118.078/2012**, de interesse do Deputado Natan Donadon (despacho favorável à fl. 11); 3.14 – **Processo Nº 118.295/2012**, de interesse do Deputado Laércio Oliveira (despacho favorável à fl. 10); 3.15 – **Processo Nº 118.817/2012**, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro (despacho favorável à fl. 11); 3.16 – **Processo Nº 118.971/2012**, de interesse do Deputado Vieira da Cunha (despacho favorável à fl. 12); 3.17 – **Processo Nº 119.146/2012**, de interesse do Deputado Sandro Mabel (despacho favorável à fl. 19); 3.18 – **Processo Nº 119.220/2012**, de interesse do Deputado Joaquim Beltrão (despacho favorável à fl. 10); 3.19 – **Processo Nº 119.606/2012**, de interesse da (despacho favorável à fl. 21); 3.20 – **Processo Nº 119.781/2012**, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro (despacho favorável à fl. 16); 3.21 – **Processo Nº 119.802/2012**, de interesse do Deputado Dr. Rosinha (despacho favorável à fl. 14); 3.22 – **Processo Nº 119.898/2012**, de interesse do Deputado Jaime Martins (despacho favorável à fl. 11); 3.23 – **Processo Nº 120.429/2012**, de interesse do Deputado Lael Varella (despacho favorável à fl. 11); 3.24 – **Processo Nº 121.163/2012**, de interesse do Deputado Natan Donadon (despacho favorável à fl. 10); 3.25 – **Processo Nº 121.243/2012**, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro (despacho favorável à fl. 11); 3.26 – **Processo Nº 121.277/2012**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira (despacho favorável à fl. 12); 3.27 – **Processo Nº 121.724/2012**, de interesse do Deputado Vitor Paulo (despacho favorável à fl. 12); 3.28 – **Processo Nº 121.776/2012**, de interesse do Deputado Josias Gomes (despacho favorável à fl. 12); 3.29 – **Processo Nº 123.469/2012**, de interesse do Deputado Bilac Pinto (despacho favorável à fl. 16); 3.30 – **Processo Nº 123.700/2012**, de interesse do Deputado Hugo Napo-

leão (despacho favorável à fl. 11); 3.31 – **Processo Nº 124.230/2012**, de interesse do Deputado Mauro Mariani (despacho favorável à fl. 11); 3.32 – **Processo Nº 124.377/2012**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira (despacho favorável à fl. 11); 3.33 – **Processo Nº 124.422/2012**, de interesse do Deputado Eduardo Azeredo (despacho favorável à fl. 10); 3.34 – **Processo Nº 124.501/2012**, de interesse do Deputado Leandro Vilela (despacho favorável à fl. 10); 3.35 – **Processo Nº 126.096/2012**, de interesse do Deputado Joaquim Beltrão (despacho favorável à fl. 11); 3.36 – **Processo Nº 126.710/2012**, de interesse da Deputada Lauriete (despacho favorável à fl. 12); 3.37 – **Processo Nº 126.738/2012**, de interesse do Deputado Dr. Rosinha (despacho favorável à fl. 11); 3.38 – **Processo Nº 127.201/2012**, de interesse do Deputado Dr. Rosinha (despacho favorável à fl. 10); 3.39 – **Processo Nº 127.350/2012**, de interesse do Deputado Roberto de Lucena (despacho favorável à fl. 20); 3.40 – **Processo Nº 127.354/2012**, de interesse do Deputado Cesar Halum (despacho favorável à fl. 13); 3.41 – **Processo Nº 127.398/2012**, de interesse do Deputado Lael Varella (despacho favorável à fl. 18); 3.42 – **Processo Nº 127.425/2012**, de interesse da Deputada Lauriete (despacho favorável à fl. 12); 3.43 – **Processo Nº 127.688/2012**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho (despacho favorável à fl. 14); 3.44 – **Processo Nº 127.899/2012**, de interesse do Deputado Padre Ton (despacho favorável à fl. 11); 3.45 – **Processo Nº 128.737/2012**, de interesse do Deputado Lael Varella (despacho favorável à fl. 16); 3.46 – **Processo Nº 128.805/2012**, de interesse do Deputado Jorginho Mello (despacho favorável à fl. 14); 3.47 – **Processo Nº 129.039/2012**, de interesse da Deputada Fátima Pelaes (despacho favorável à fl. 13); 3.48 – **Processo Nº 129.089/2012**, de interesse do Deputado José Humberto (despacho favorável à fl. 20); 3.49 – **Processo Nº 129.273/2012**, de interesse da Deputada Elcione Barbalho (despacho favorável à fl. 10); 3.50 – **Processo Nº 129.540/2012**, de interesse da Deputada Rose de Freitas (despacho favorável à fl. 19); 3.51 – **Processo Nº 129.541/2012**, de interesse da Deputada Luciana Santos (despacho favorável à fl. 10); 3.52 – **Processo Nº 129.589/2012**, de interesse do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (despacho favorável à fl. 20); 3.53 – **Processo Nº 129.649/2012**, de interesse do Deputado Lincoln Portela (despacho favorável à fl. 10); 3.54 – **Processo Nº 129.831/2012**, de interesse do Deputado Joaquim Beltrão (despacho favorável à fl. 10); 3.55 – **Processo Nº 130.224/2012**, de interesse do Deputado Arnaldo Jordy (despacho favorável à fl. 11); 3.56 – **Processo Nº 130.398/2012**, de interesse do Deputado Simão Sessim (despacho

favorável à fl. 25); 3.57 – **Processo Nº 130.403/2012**, de interesse do Deputado Roberto Balestra (despacho favorável à fl. 11); 3.58 – **Processo Nº 130.664/2012**, de interesse do Deputado Roberto de Lucena (despacho favorável à fl. 10); 3.59 – **Processo Nº 130.710/2012**, de interesse do Deputado Dr. Rosinha (despacho favorável à fl. 12); 3.60 – **Processo Nº 130.729/2012**, de interesse do Deputado Mário de Oliveira (despacho favorável à fl. 21); 3.61 – **Processo Nº 130.732/2012**, de interesse do Deputado Arnaldo Jordy (despacho favorável à fl. 12); 3.62 – **Processo Nº 130.761/2012**, de interesse do Deputado Wellington Fagundes (despacho favorável à fl. 12); 3.63 – **Processo Nº 130.998/2012**, de interesse do Deputado Hugo Motta (despacho favorável à fl. 12); 3.64 – **Processo Nº 131.065/2012**, de interesse do Deputado Mauro Mariani (despacho favorável à fl. 11). 4 – **Nomeação de servidor**: 4.1 – **Processo Nº 104.254/2013**. Despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 2: “Em 18/2/13. Trata-se de indicação do Líder do PMDB, Deputado Eduardo Cunha, no sentido de que **José Antonio Silva Parente** seja nomeado para o Cargo de Natureza Especial de Assessor Técnico, CNE-07, na Liderança do PMDB. Trata-se de matéria disciplinada pela Resolução Nº 43/2006, que autoriza o Presidente da Casa a dispensar, *ad referendum* da Mesa, com base em critérios de confiança, eficiência e oportunidade, a escolaridade de nível superior, exigida em atos internos, para a designação de acesso às funções comissionadas de Direção e Assessoramento e, por extensão, conforme processo Nº 2007/122698, aos Cargos de Natureza Especial. Dessa forma, autorizo, em caráter excepcional, *ad referendum* da Mesa, o provimento do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, pelo referido indicado, naquela Liderança. Encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para providências.”; 5 – **Cessão de servidor**: 5.1 – **Processo Nº 129.302/2012**. Despacho favorável do então Presidente Marco Maia à fl. 11: “Em 8/1/13. Atendendo à solicitação do Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal Substituto, Ricardo Vale, comunico que autorizei, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor **Cristiano Magalhães de Pinho**, ponto Nº 6.823, Analista Legislativo – atribuição Engenheiro, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 1/1/13, para continuar a exercer o cargo de Diretor de Engenharia e Meio Ambiente da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), com ônus para o órgão cessio-

nário, mediante ressarcimento da remuneração e dos encargos sociais, nos termos do art. 93 da Lei Nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 5.2 – **Processo Nº 132.808/2012**. Despacho favorável do então Presidente Marco Maia à fl. 11: “Em 8/1/13. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, José Sarney, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão da servidora **Tatiana Claudia Costa Velho Simões**, ponto Nº 4.726, Técnico Legislativo – atribuição Adjunto Parlamentar – Secretaria, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Assistente Parlamentar, símbolo AP-06, no Gabinete do Senador Francisco Dornelles, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações do Departamento de Pessoal (fls. 5 a 8) e manifestação favorável da Diretoria-Geral (fl. 9), nos termos do art. 93 da Lei Nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 5.3 – **Processo Nº 132.809/2012**. Despacho favorável do então Presidente Marco Maia à fl. 11: “Em 8/1/13. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, José Sarney, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor **Flávio José Barbosa de Alencastro**, ponto Nº 5.608, Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico, símbolo SF-02, no Gabinete do Senador Aécio Neves, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações do Departamento de Pessoal (fls. 5 a 8) e manifestação favorável da Diretoria-Geral (fl. 9), nos termos do art. 93 da Lei Nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 5.4 – **Processo Nº 133.223/2012**. Despacho favorável do então Presidente Marco Maia à fl. 13: “Em 7/1/13. Atendendo à solicitação do Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal, Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago, comunico que autorizei, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor **Antonio Sabino de Vasconcelos Neto**, ponto Nº 2.562, Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos – Serviços de Atendimento, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 1/1/13, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Administrador Regio-

nal, símbolo CNP-04, na Administração Regional do Cruzeiro, da Coordenadoria das Cidades, da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, com ônus para o órgão cessionário, mediante ressarcimento da remuneração e dos encargos sociais, de acordo com as informações do Departamento de Pessoal (fls. 5 a 7) e manifestação favorável da Diretoria-Geral (fl. 11), nos termos art. 93 da Lei Nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 5.5 – **Processo Nº 133.401/2012**. Despacho favorável do então Presidente Marco Maia à fl. 8: “Em 7/1/13. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão da servidora **Cristiana Martins de Araújo Costa Fonseca**, ponto Nº 6.755, Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Assistente Parlamentar, símbolo AP-03, no Órgão Central de Direção e Execução, com exercício no Gabinete do Senador Eptácio Cafeteira, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações do Departamento de Pessoal (fls. 2 e 3) e manifestação favorável da Diretoria-Geral (fl. 6), nos termos do art. 93 da Lei Nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. Em continuação, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves expôs, para ratificação, o **Ato da Mesa nº 72, de 2013**, que “estabelece atribuições para os membros da Mesa”, baixado *ad referendum*, pelo então Presidente Marco Maia, em 31 de janeiro de 2013. Durante explanação, o Senhor Deputado Fábio Faria, Primeiro-Vice-Presidente, arguiu quanto à revogação tácita de sua atribuição de fomento da interação legislativa, prevista no Ato da Mesa nº 84, de 2001, requerendo, assim, a inclusão dessa em Ato, bem como, a lotação exclusiva na Segunda-Vice-Presidência das funções previstas no art. 1º do Ato da Mesa nº 87, de 2001. Em discussão, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, a inclusão da atribuição prevista no Ato da Mesa nº 84, de 2001, em novo ato que **“fixa a competência dos membros da Mesa Diretora”**, com redação a ser dada posteriormente. **II – PAUTA DO SENHOR SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE**. O Senhor Deputado Fábio Faria relatou, favoravelmente, os seguintes processos referentes a reembolso de despesas médico-hospitalares, aprovados, por unanimidade, pela Mesa Diretora: 1 – **Processo Nº 130.956/2012**, de interesse do Deputado

Lelo Coimbra; 2 – **Processo Nº 133.422/2012**, de interesse do Deputado Paes Landim; 3 – **Processo Nº 116.276/2012**, de interesse do Deputado Natan Donadon; 4 – **Processo Nº 132.681/2012**, de interesse do Deputado Otávio Leite. Ainda com a palavra, o Senhor Segundo-Vice-Presidente comentou que está sendo feito estudo com relação à operacionalidade do Ato da Mesa nº 62, de 2013, que “dispõe sobre o reembolso de despesas de assistência à saúde do Deputado Federal”, esclarecido pelo Senhor Diretor-Geral. **III – PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO-SECRETÁRIO**. O Senhor Deputado Márcio Bittar expôs os seguintes processos, cujos despachos, *ad referendum* da Mesa Diretora, foram ratificados, por unanimidade, por seus pares, conforme pareceres: 1 – **Processo Nº 100.982/2013**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 56: “Trata-se do Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2012, o qual foi aprovado pelo então Senhor Presidente Marco Maia, *ad referendum* da Mesa, conforme despacho às fls. 30, consubstanciado na Portaria Nº 1, de 29/1/2013, publicada no DOU Nº 21, de 30/01/2013 (fls. 41 e 41v). O relatório em referência, na forma dos Anexos I, V, VI e VII (fls. 35 a 38), apresenta as despesas com pessoal da Câmara dos Deputados contabilizadas no período compreendido entre janeiro de 2012 e dezembro de 2012; o montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro; o montante da inscrição das despesas em Restos a Pagar, distinguindo-se os processados dos não-processados; e o demonstrativo simplificado. Ao manifestar-se, a Secretaria de Controle Interno, em seu parecer (fls. 25/28), considerou os dados do Relatório compatíveis com os limites estipulados na Lei Complementar Nº 101/2000 – LRF e com a Lei Nº 12.465/2011 (LDO/2012). Ante o exposto, esta Secretaria, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 15, c/c a alínea “o” do inciso VI do art. 17, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável à ratificação da decisão do então Senhor Presidente Marco Maia.”; 2 – **Processo Nº 101.689/2013**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 23: “Trata-se de decisão do então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, que autorizou, *ad referendum* da Mesa Diretora, a cessão do servidor Carlos Henrique Sá de Ferrante, Técnico Legislativo – atribuição Adjunto Parlamentar/Secretaria, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário da Secretaria Municipal

Extraordinária de Relações com a Comunidade (Sercom) da Prefeitura Municipal de Curitiba/PR, com ônus para o órgão cessionário, mediante ressarcimento da remuneração e da parte da contribuição previdenciária patronal. A prorrogação em tela tem amparo no art. 93 da Lei Nº 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 1º, inciso III, do Ato da Mesa 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa Nº 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente Marco Maia à ratificação da douta Mesa.”; 3 – **Processo Nº 130.558/2012**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 23: “Trata-se de decisão do então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, que autorizou, *ad referendum* da Mesa Diretora, a cessão do servidor Marcos Rosas Degaut Pontes, Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, para exercer o cargo em comissão de Assessor “A”, código CJ-2, na Assessoria de Relações Internacionais do Superior Tribunal de Justiça, com ônus para o órgão cedente. A cessão em tela foi autorizada com amparo nas disposições do art. 93 da Lei Nº 8.112/90. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente Marco Maia à ratificação da douta Mesa.”; 4 – **Processo Nº 132.070/2012**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 12: “Trata-se de ratificação pela Mesa Diretora da decisão do Senhor Presidente de autorizar a prorrogação, por 1 (um) ano, da cessão da servidora desta Casa Legislativa **Anna Claudia Silva de Mendonça**, Analista Legislativo, atribuição Taquígrafo Legislativo, ponto nº 1.959, para o Ministério da Justiça, com vistas a continuar exercendo no Arquivo Nacional a Função Gratificada código FGR- 1, com ônus para o órgão cedente. Há amparo legal para a prorrogação da referida cessão, conforme informado na instrução do processo. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa.”; 5 – **Processo Nº 133.103/2012**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 21: “Trata-se de decisão do então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, que autorizou, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação de cessão do servidor **Leonardo José Rolim Guimarães**, Analista Legislativo – atribuição Consultoria, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário de Políticas de Previdência Social, código DAS 101.6, no Ministério da Previdência Social, com ônus para o órgão cedente, a partir de 24/1/2013. A prorrogação em tela tem amparo no art. 93 da Lei Nº 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 7º do Ato da Mesa 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa Nº 73,

de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente Marco Maia à ratificação da douta Mesa.”; 6 – **Processo Nº 101.779/2013**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 15: “Trata-se de decisão do então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, que autorizou, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação de cessão do servidor **Eder Luiz dos Santos de Jesus**, Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, para continuar exercendo as funções do cargo de Secretário de Estado Extraordinário do Governo do Estado de Tocantins, com ônus para o órgão cedente, a partir de 31/1/2013. A prorrogação em tela tem amparo no *caput* do art. 7º do Ato da Mesa Nº 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa Nº 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente Marco Maia à ratificação da douta Mesa.”. Por último, o Senhor Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, expôs o **Processo Nº 102.261/2013**, parecer às fls. 11 a 13, nos termos a seguir: “Trata-se de solicitação do Senhor Governador em exercício do Estado do Ceará, Domingos Gomes de Aguiar Filho, para que seja autorizada a prorrogação da cessão do servidor da Câmara dos Deputados **Maurício Holanda Maia**, Analista Legislativo, atribuição Consultoria, ponto nº 6.810, a fim de continuar exercendo cargo em comissão de Secretário Adjunto da Educação daquele Estado. O servidor ingressou na Câmara dos Deputados em 26/08/2004 e foi cedido ao Governo do Estado do Ceará em 25/01/2007, com ônus para o órgão cessionário, mediante ressarcimento do cargo efetivo e da contribuição previdenciária. O prazo da cessão expirou em 24/01/2013. A matéria está disciplinada no § 1º do art. 93 da Lei nº 8.112/1990, *verbis*: Art. 93 – O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses: I – para exercício de cargo em comissão ou função de confiança; § 1º Na hipótese do inciso I, sendo a cessão para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária, mantido o ônus para o cedente nos demais casos. No âmbito da Câmara dos Deputados, a matéria está regulamentada no inciso III do art. 1º e nos artigos 4º e 7º do Ato da Mesa Nº 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa Nº 73, de 2013, os quais assim dispõem: Art. 1º O servidor efetivo da Câmara dos Deputados somente poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão nas seguintes hipóteses: III – na

administração direta estadual, de prefeitura de capital e cidades com mais de duzentos mil habitantes, para o exercício de cargo de Secretário de Estado, Distrital e Municipal, desde que sem ônus para a Câmara dos Deputados, nos termos do § 1º do art. 93 da Lei Nº 8.112, de 1990, podendo ser realizada mediante ressarcimento da remuneração do cargo efetivo e da contribuição previdenciária patronal. Art. 4º As cessões de que trata o art. 1º somente poderão ser autorizadas por até um ano, permitida a prorrogação, no interesse da Administração, limitado o afastamento por quatro anos, à exceção das requisições feitas pela Presidência da República, nos termos do art. 2º da Lei Nº 9.007, de 1995. Parágrafo único. Findo o período de cessão, o servidor deverá permanecer em exercício na Casa pelo mesmo intervalo de tempo em que se encontrou à disposição de outro órgão, antes que nova cessão possa ser autorizada. Art. 7º As cessões autorizadas antes da publicação deste Ato poderão ser prorrogadas nos termos do art. 4º e 4º-A, permanecendo o ônus previsto na autorização anterior. Na análise do processo, entendeu o Departamento de Pessoal que o servidor cedido antes da publicação do Ato da Mesa 57/2013 deveria ter o tempo de cessão anterior considerado no cômputo do prazo estabelecido pelo art. 4º do referido normativo. Nesse sentido, o servidor Maurício Holanda Maia não mais poderia ter sua cessão prorrogada por esta Casa de Leis, vez que contaria 6 (seis) anos de afastamento. Sob essa ótica também foi o encaminhamento do Diretor-Geral. É certo que as disposições do novo Ato inauguraram internamente uma nova sistemática para o controle das cessões de servidores da Casa, ao limitar o tempo máximo de afastamento para 4 (quatro) anos e, no caso do Senado Federal, para 8 (oito) anos. Entretanto, a norma não estabelece que o mencionado prazo deverá ser somado ao tempo de cessão já concedido sob a égide da norma anterior, revogada. Ademais, o art. 7º, ao dispor que “as cessões autorizadas antes da publicação deste Ato **poderão** ser prorrogadas nos termos do art. 4º e 4º-A...”, remete a aplicação da norma para o futuro, para pleitos encaminhados a partir desse estatuto. Bem por isso, é cabível o entendimento de que o limite atualmente estabelecido pelo Ato da Mesa Nº 57/2013, com as alterações introduzidas pelo Ato da Mesa Nº 73/2013, seja observado a contar da edição do normativo para todas as situações, independentemente do *status quo* do servidor relativamente ao tema. Nessa linha, o servidor que se encontrava cedido antes da edição do Ato da Mesa 73/2013 poderá contar com o prazo máximo de até 4 (quatro) anos de afastamento e, no caso do Senado Federal, de até 8 (oito)

anos, a contar da vigência do mencionado normativo, desde que observado o interesse primordial da Administração. Ao final desse período, deverá o servidor retornar à Câmara dos Deputados e aqui permanecer em exercício pelo mesmo intervalo em que se encontrou afastado, antes de pleitear nova cessão. Tal entendimento, ao ver desta Secretaria, coaduna-se mais com o espírito da norma relativa à cessão de servidores, que é a de cooperação excepcional e temporária entre órgãos públicos, mediante a cessão de servidores que possam atender, de forma episódica e pontual, às necessidades do órgão solicitante. No presente caso, em que o servidor já se encontrava cedido, estabelecer a contagem do prazo limite a partir da edição do Ato da Mesa Nº 73/2013, que alterou o Ato 57/2013, permite preservar os interesses do órgão cessionário, que contava com a continuidade do trabalho exercido pelo servidor naquele Executivo Estadual. Ressalte-se, por fim, que a autorização de cessão é ato discricionário da Administração, que deverá sempre observar o interesse público no exercício desse múnus. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável à prorrogação da cessão do servidor Maurício Holanda Maia pelo período de 1 (um) ano, nos termos do entendimento explicitado acima acerca da disposição do art. 7º do Ato da Mesa Nº 57/2013, alterado pelo Ato da Mesa Nº 73/2013.” Submetido a votos, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer supra. Extrapauta, o Senhor Primeiro-Secretário, Deputado Márcio Bittar, apresentou a questão referente à telefonia, tratados pela então Mesa Diretora. Esclarecida a matéria pelo Senhor Diretor-Geral, Dr. Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, a Mesa Diretora baixou, por unanimidade, os seguintes Atos da Mesa, cujos teores seguem publicados ao final da ata: 1 – que “**disciplina a cessão e utilização dos serviços de telefonia móvel celular, de representação pública e de caráter institucional, pelos deputados federais**”; 2 – que “**regulamenta a utilização dos serviços de telefonia móvel celular e internet móvel por parte de autoridades da Câmara dos Deputados**”; 3 – que “**altera o art. 8º do Ato da Mesa nº 43, de 21 de maio de 2009**”. Nada mais havendo a tratar, às onze horas, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, , Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados.

Henrique Eduardo Alves, Presidente.

Secretaria-Geral da Mesa

**Ata da 1ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados,
realizada no dia 26 de fevereiro de 2013.**

Em 14/04/2013

Publique-se.


Mozart Viana de Paiva
Secretário-Geral da Mesa

Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Quarta Legislatura

Ata da segunda reunião ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 20 de março de 2013.


Aos vinte dias do mês de março de dois mil e treze, às dez horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões do Espaço Cultural, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente. Presentes inicialmente os Senhores Deputados André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente; Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente; Márcio Bittar, Primeiro-Secretário; Simão Sessim, Segundo-Secretário; Biffi, Quarto-Secretário; Wolney Queiroz, Segundo-Suplente de Secretário; Vitor Penido, Terceiro-Suplente de Secretário; Takayama, Quarto-Suplente de Secretário; e Cláudio Cajado, Procurador Parlamentar. Ausente justificadamente o Senhor Deputado Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou abertos os trabalhos, justificando a elaboração do anteprojeto de resolução do Congresso Nacional referente a vetos presidenciais, que “altera a redação dos arts. 104 e 106 da Resolução nº 1, de 1970-CN, que dispõe sobre o Regimento Comum do Congresso Nacional”. Durante análise da matéria, o Senhor Deputado André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente, ponderou que a Mesa Diretora devesse pensar em conjunto medidas para resguardar e valorizar o parlamento, tendo em vista questões partidárias, do Governo e da própria Casa. Nesse instante, compareceu à reunião o Senhor Deputado Gonzaga Patriota, Primeiro-Suplente de Secretário. Discutido o anteprojeto, a Mesa Diretora, resolveu, por unanimidade, aprová-lo, encaminhando-o ao Congresso Nacional, com fundamento na alínea “a” do art. 128 do Regimento Comum, cujo teor segue publicado ao final da ata. Em seguida, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves solicitou que o Senhor Diretor-Geral, Dr. Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, apresentasse a minuta de **Ato da Mesa que “dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Câmara dos Deputados e dá outras providências”**. Debatida as particularidades da proposta, da natureza do trabalho político, o Senhor Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, acrescentou que as medidas visavam a adequar a questão do recebimento das horas extras. Esclarecidas as dúvidas, a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, baixar o supracitado Ato da Mesa, cujo teor vai publicado ao final da ata. Com a palavra o Senhor Deputado Márcio Bittar apresentou aos seus pares estudo referente ao reajuste da tabela de valores da cota para o exercício da atividade parlamentar dos Senhores Deputados Federais, de que trata o Ato da Mesa nº 43, de 2009, e

referente ao valor do auxílio-moradia, de que trata o Ato da Mesa nº 15, de 1979. Após análise, a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, reajustar os mencionados valores, determinando a Diretoria-Geral a definição do índice de correção para redação dos respectivos Atos da Mesa. Em continuação, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves pôs em votação os seguintes anteprojeto de resolução, distribuídos aos seus pares: 1 – que **“altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989, para dispor sobre a institucionalização da Corregedoria Parlamentar e dá outras providências”**; 2 – que **“cria o Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados”**; 3 – que **“dispõe sobre a estrutura temporária da Liderança do Partido Social Democrático – PSD, e dá outras providências”**. Em concordância, a Mesa Diretora resolveu aprovar e apresentar os mencionados projetos, publicados ao final da ata. Por último, a Mesa aprovou, por unanimidade, os pareceres favoráveis do Senhor Deputado Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente, exarado nos seguintes processos referentes a reembolso de despesas médico-hospitalares: 1 – **Processo nº 101.366/2013**, de interesse do Deputado Biffi; 2 – **Processo nº 103.325/2012**, de interesse do Deputado Guilherme Campos; 3 – **Processo nº 103.415/2013**, de interesse da Deputada Lariete; 4 – **Processo nº 104.681/2013**, de interesse do Deputado José Mentor; 5 – **Processo nº 104.956/2013**, de interesse do Deputado Ângelo Agnolin; 6 – **Processo nº 129.894/2012**, de interesse da Deputada Lauriete; 7 – **Processo nº 132.956/2012**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 8 – **Processo nº 132.988/2012**, de interesse da Deputada Fátima Pelaes; 9 – **Processo nº 133.135/2012**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 10 – **Processo nº 133.139/2012**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 11 – **Processo nº 133.179/2012**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 12 – **Processo nº 133.259/2012**, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro; 13 – **Processo nº 133.649/2012**, de interesse do Deputado Vieira da Cunha; 14 – **Processo nº 133.843/2012**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 15 – **Processo nº 124.841/2012** (com glosa), de interesse do Deputado Odílio Balbinotti; 16 – **Processo nº 129.978/2012** (com glosa), de interesse do Deputado José Chaves; 17 – **Processo nº 132.613/2012** (com glosa), de interesse do Deputado João Lyra. Nada mais havendo a tratar, às onze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados.

Henrique Eduardo Alves, Presidente.

Publique-se.

Em 11/04 /2013


Mozart Vianna de Paiva
Secretário-Geral da Mesa

ATA DA MESA**Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Quarta Legislatura****Ata da terceira reunião ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 17 de abril de 2013**

Aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e treze, às onze horas e quarenta minutos, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente. Presentes os Senhores Deputados André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente; Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente; Márcio Bittar, Primeiro-Secretário; Simão Sessim, Segundo-Secretário; Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário; Biffi, Quarto-Secretário; e Cláudio Cajado, Procurador Parlamentar. Ausentes justificadamente os Senhores Deputados Wolney Queiroz, Segundo-Suplente de Secretário; Vitor Penido, Terceiro-Suplente de Secretário; e Takayama, Quarto-Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou abertos os trabalhos.

I – PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE. Inicialmente, o Senhor Presidente referiu-se aos **Processos n.ºs 108.548/2013 e 108.553/2013**, de interesse do Deputado João Carlos Bacelar e Lázaro Botelho, respectivamente, que requerem a imediata reassunção ao mandato parlamentar, antes de findo o prazo de suas licenças, em razão de haverem cessados os motivos pessoais que motivaram suas licenças para tratar de interesse particular. Disse que tinha distribuído a matéria para o Senhor Primeiro-Vice-Presidente, Deputado André Vargas, mas que solicitava a devolução à Presidência com vistas ao reexame da matéria, o que fora acordado. Em seguida, o Senhor Presidente comentou o **Of. 1089-2013-PrMF**, do Senhor Deputado Pastor Marco Feliciano, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, encaminhado à Presidência, solicitando providências no sentido de garantir a ordem e condições de trabalho no Plenário n.º 9, nessa data. Esclarecido o propósito, a Mesa Diretora resolveu respeitar a decisão que o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias vier a adotar a cada reunião da citada Comissão com base no inciso II do art. 41 do Regimento Interno. Prosseguindo, a Mesa Diretora ratificou, por unanimidade, os despachos exarados, *ad referendum* da Mesa Diretora, nos seguintes expedientes referentes a ato da mesa, reembolso de despesas médico-hospitalares, designação e nomeação de servidor: 1 – **Ato da Mesa: 1.1 – Nº 87, de 2013**, que

“dispõe sobre o número de membros das Comissões Permanentes e a respectiva representação numérica das bancadas”, baixado *ad referendum* da Mesa Diretora em 28 de fevereiro de 2013; 1.2 – **Nº 88, de 2013**, que “dispõe sobre a extinção e criação de cargos no Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados”, baixado *ad referendum* da Mesa Diretora em 12 de março de 2013; 1.3 – **Nº 89, de 2013**, que “dispõe sobre o reembolso de despesas de assistência à saúde de parlamentares da Câmara dos Deputados”, baixado *ad referendum* da Mesa Diretora em 14 de março de 2013; 1.4 – **Nº 92, de 2013**, que “dispõe sobre a extinção e criação de cargos de natureza especial da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania”, baixado *ad referendum* da Mesa Diretora em 21 de março de 2013, instruído no Processo n. 108.368/2013. 2 – **Reembolso de despesas médico-hospitalares**: 2.1 – **Processo n. 107.922/2011**, de interesse do Deputado William Dib (despacho favorável à fl. 14); 2.2 – **Processo n. 109.709/2012**, de interesse do Deputado Júlio Semeghini Neto (despacho favorável à fl. 14); 2.3 – **Processo n. 130.051/2012**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho (despacho favorável do então Presidente Marco Maia à fl. 36); 2.4 – **Processo n. 132.027/2012**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro (despacho favorável do então Presidente Marco Maia à fl. 16); 2.5 – **Processo n. 132.321/2012**, de interesse do Deputado Alfredo Sirkis (despacho favorável à fl. 23); 2.6 – **Processo n. 132.399/2012**, de interesse do Deputado Jânio Natal (despacho favorável à fl. 18); 2.7 – **Processo n. 132.720/2012**, de interesse do Deputado Arnaldo Jordy (despacho favorável à fl. 10); 2.8 – **Processo n. 132.782/2012**, de interesse da Deputada Fátima Peleaes (despacho favorável à fl. 10); 2.9 – **Processo n. 132.846/2012**, de interesse do Deputado Leonardo Villela (despacho favorável à fl. 11); 2.10 – **Processo n. 132.947/2012**, de interesse do Deputado Andre Zacharow (despacho favorável à fl. 27); 2.11 – **Processo n. 133.053/2012**, de interesse do Deputado Hugo Napoleão (despacho favorável à fl. 8); 2.12 – **Processo n. 133.648/2012**, de interesse do Deputado Paes Landim (despacho favorável à fl. 29). 3 – **Designação e nomeação de servidor**: 3.1 – **Processo n. 2.521/2013**. Despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 3: “Em 5/3/13. Trata-se de indicação do Segundo-Secretário, Deputado Simão Sessim, no sentido de que Marcos André Santos de Vasconcelos seja nomeado para o Cargo de Natureza Especial de Assessor Técnico, CNE-07, na Segunda-Secretaria. Trata-se de matéria disciplinada pela Resolução n. 43/2006, que autoriza o Presidente da Casa a dispensar, *ad referendum* da Mesa, com base em critérios de confiança, eficiência e oportu-

nidade, a escolaridade de nível superior, exigida em atos internos, para a designação de acesso às Funções Comissionadas de Direção e Assessoramento e, por extensão, conforme processo n. 2007/122698, aos Cargos de Natureza Especial. Dessa forma, autorizo, em caráter excepcional, *ad referendum* da Mesa, o provimento do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, pelo referido indicado, naquela Secretaria. Encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para providências.”; 3.2 – **Processo n. 103.615/2013**. Despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 6: “Em 26/2/13. Trata-se de indicação do Diretor da Coordenação de Comissões Temporárias, André Corrêa de Sá Carneiro, no sentido de que o servidor Ruthier de Sousa Silva, ponto n. 5.240, exerça função comissionada de Secretário de Comissão, nível FC-03, naquele órgão. O Departamento de Pessoal esclarece que o servidor ocupa o cargo efetivo de Técnico Legislativo – atribuição Operador de Máquinas e que, embora tenha concluído curso de nível superior, ainda não possui certificado de conclusão do curso de preparação e treinamento de Secretário de Comissão, ministrado pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), e tampouco exerceu, por mais de 5 (cinco) anos interpolados, a função de Secretário de Comissão, exigências do Ato da Mesa n. 18/1987 e da Resolução n. 21/1992 para o provimento da referida função. No entanto, nos termos do despacho da Diretoria-Geral (fl. 5), existem precedentes administrativos de dispensa das exigências elencadas nas normas supracitadas. Além do mais, o curso de preparação e treinamento de Secretário de Comissão foi realizado pela última vez em 2001, portanto esta Casa não possui número suficiente de servidores com a qualificação exigida. Por esse motivo e acompanhando parecer favorável da Diretoria-Geral, autorizo, *ad referendum* da Mesa, o provimento do referido servidor na função de Secretário de Comissão naquela coordenação. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 3.3 – **Processo n. 104.888/2013**. Despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 3: “Em 5/3/13. Trata-se de indicação do Segundo-Secretário, Deputado Simão Sessim, no sentido de que Fernanda de Cerqueira Costa Gomes seja nomeada para o Cargo de Natureza Especial de Assessor Técnico, CNE-07, na Segunda-Secretaria. Trata-se de matéria disciplinada pela Resolução n. 43/2006, que autoriza o Presidente da Casa a dispensar, *ad referendum* da Mesa, com base em critérios de confiança, eficiência e oportunidade, a escolaridade de nível superior, exigida em atos internos, para a designação de acesso às Funções Comissionadas de Direção e Assessoramento e, por extensão, conforme processo n. 2007/122.698,

aos Cargos de Natureza Especial. Dessa forma, autorizo, em caráter excepcional, *ad referendum* da Mesa, o provimento do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, pela referida indicada, naquela Secretaria. Encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para providências.”; 3.4 – **Processo n. 105.492/2013**. Despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 6: “Em 7/3/13. Trata-se de indicação do Diretor do Departamento de Comissões, no sentido de que o servidor Rosenildo Figueiredo Felinto, ponto n. 5.592, exerça a função comissionada de Secretário de Comissão, FC-03, naquele órgão. O Departamento de Pessoal esclarece (fls. 2 e 3) que o servidor ocupa o cargo efetivo de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo e que, embora tenha concluído curso de nível superior, ainda não possui certificado de conclusão do curso de preparação e treinamento de Secretário de Comissão, ministrado pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), e tampouco exerceu, por mais de 5 (cinco) anos interpolados, a função de Secretário de Comissão, exigências do Ato da Mesa n. 18/1987 e da Resolução n. 21/1992 para o provimento da referida função. No entanto, nos termos do despacho da Diretoria-Geral (fl. 5), existem precedentes administrativos de dispensa das exigências elencadas nas normas supracitadas. Além disso, o curso de preparação e treinamento de Secretário de Comissão foi realizado pela última vez em 2001, portanto esta Casa não possui número suficiente de servidores com a qualificação exigida. Por esse motivo e acompanhando parecer favorável da Diretoria-Geral, autorizo, *ad referendum* da Mesa, o provimento do referido servidor na função de Secretário de Comissão naquele departamento. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 3.5 – **Processo n. 106.873/2013** (processo n. 107.359/2013). Despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 4: “Em 12/3/13. Trata-se de indicação do Líder do PMDB, Deputado Eduardo Cunha, no sentido de que Claudia Helena Fernandes Campos seja nomeada para o Cargo de Natureza Especial de Assessor Técnico, CNE-07, na Liderança daquele partido. A matéria encontra-se disciplinada pela Resolução n. 43/2006, que autoriza o Presidente da Casa a dispensar, *ad referendum* da Mesa, com base em critérios de confiança, eficiência e oportunidade, a escolaridade de nível superior, exigida em atos internos, para a designação de acesso às Funções Comissionadas de Direção e Assessoramento e, por extensão, conforme processo n. 2007/122698, aos Cargos de Natureza Especial. Dessa forma, autorizo, em caráter excepcional, *ad referendum* da Mesa, o provimento do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, pela referida in-

dicada, naquela Liderança. Encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para providências.”; 3.6 – **Processo n. 107.031/2013**. Despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 8: “Em 25/3/2013. Trata-se de indicação do Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Deputado Edinho Bez, no sentido de que o servidor Luiz Paulo Pieri, ponto n. 3.212, exerça a função comissionada de Secretário de Comissão, FC-03, no Departamento de Comissões. O Departamento de Pessoal esclarece (fls. 2 e 3) que o servidor, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo — atribuição Técnica Legislativa, embora possua graduação em nível superior, não preenche os pré-requisitos necessários para exercer tal função comissionada, ou seja, certificado de conclusão do curso de treinamento de Secretário de Comissão, expedido pela Coordenação de Seleção e Treinamento, e tampouco exerceu, por mais de 5 (cinco) anos interpolados, a referida função, conforme exigido pelo Ato da Mesa n. 18/1987. No entanto, nos termos do despacho da Diretoria-Geral (fls. 6 e 7), existem precedentes administrativos de dispensa das exigências elencadas na norma supracitada. Ademais, de acordo com informações obtidas junto ao Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, o último curso de preparação e treinamento de Secretário de Comissão foi realizado em 2001, razão pela qual não existe número suficiente de servidores com a qualificação exigida. Pelo exposto, e acompanhando parecer favorável da Diretoria-Geral, autorizo, *ad referendum* da Mesa, o provimento do referido servidor na função de Secretário de Comissão naquele departamento. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 3.7 – **Processo n. 108.531/2013**. Ato do Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 2: “Ato do Presidente. Renova o mandato do Secretário de Controle Interno. O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista que o mandato do Secretário de Controle Interno coincide com o da Mesa, resolve renovar, por dois anos, o mandato do atual titular do cargo, Ricardo Soares de Almeida, ponto n. 4.396, de acordo com o disposto no art. 4º da Resolução n. 69, de 1994, e no art. 4º da Resolução n. 32, de 2002, *ad referendum* da Mesa, nos termos do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Brasília, 28 de fevereiro de 2013.”. II – **PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE**. Com a palavra, o Senhor Deputado André Vargas expôs os seguintes **Requerimentos de Informação (RICs)**, com pareceres pela rejeição: 1 – **Nºs 1626 ao 1669 e 1672 ao 1693, de 2012**, de autoria da Deputada Antônia Lúcia. Trata-se de 66 (sessenta e seis) RICs, que solicitam informações à Ministra de Estado do Desenvolvimento

Social e Combate à Fome sobre o programa Bolsa Família em diversos Municípios do Estado do Acre, reque-rendo nomes e endereços dos beneficiários. O Senhor Primeiro-Vice-Presidente argumentou sobre o direito fundamental à privacidade, opinando, pela rejeição dos supracitados RICs. Posto o parecer em discussão, o Sen- -hor Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, disse que discor- -dava, que no seu entendimento, acha que a Casa não pode começar, ela própria, a interpretar o que pode ser pedido de informação ou não. Que o pedido de informa- -ção do Parlamentar tem que passar quase que direto para os Ministérios, para onde for. Se o Ministério, rece- -bendo o pedido, entender que estão sendo requisitadas certas informações que são sigilosas, que são até segre- -do de Estado, aí o Ministério vai enviar, de lá para cá, negando todo o embate, fundamentando e dizendo por que está negando. Considera complicadíssimo a Mesa definir que tipo de pedido de informação o Parlamentar pode ou não fazer. O Senhor Deputado André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente, arguiu que dessa forma o Re- -gimento Interno tem que ser alterado. A norma diz que qualquer Parlamentar pode mandar ofício, mas ele não quer fazer direto, quer o respaldo da Mesa da Câmara. Assim, o Regimento normatiza que tem de ter o parecer de admissibilidade. O Senhor Presidente Henrique Edu- -ardo Alves passou a palavra ao Secretário-Geral, Dr. Mozart Vianna de Paiva, que esclareceu que quando o Parlamentar faz um pedido de informação, pela Consti- -tuição Federal, quando a Mesa examina, sai como se fosse da Mesa Diretora. Com a palavra o Senhor Depu- -tado Maurício Quintella Lessa, Terceiro Secretário, con- cordou com o Senhor Deputado Márcio Bittar, argumen- -tando que todos esses pedidos de informação são ad- -missíveis com base na Lei de Acesso à informação. Considera que o Ministério, ou o órgão, se quiser, negue, faça a sua exposição de motivos. E o interessado, se considerar prejudicado, entra com mandado de seguran- -ça. Mas a Mesa, nesses casos, negar o direito de o Par- -lamentar pedir informação, considera que não procede. Manifestou seu voto nesse sentido. O Senhor Deputado André Vargas justificou que não dá para apresentar ne- -nhuma informação: todos os beneficiados por uma verba pública de uma região? É uma questão política. CPF, identidade, nome, endereço, dados protegidos. O Senhor Deputado Márcio Bittar comentou que nas Assembleias, quem comanda chega ao ponto de proibir requerimento de informação. A Oposição muitas vezes não consegue aprovar um requerimento. O Congresso Nacional tem ficado livre disso. É primordial para o Parlamento pedir informação. Acrescentou que não vai cercear um Parla- -mentar sequer, seja de que bancada for, negando pedido

de informação. O Governo vai saber responder, com sua estrutura, se aquela informação é segura ou não, se é sigilosa ou não, e remete de lá dizendo que não pode informar. O Senhor Deputado Fábio Faria, Segundo-Vice- -Presidente, disse que considera que ninguém vai cer- -cear a palavra ou o direito a informação de ninguém. Mas não ia corroborar com todos os pedidos de informação, tem-se que analisar se o pedido tem fim político ou não. Concordeu com o voto do Relator, Deputado André Var- -gas, em todos os RICs. Posto em votação, a Mesa Dire- -tora aprovou o parecer exarado pelo Relator, Deputado André Vargas, nos Requerimentos de informação supra- -citados, com voto contrário dos Senhores Deputados Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, e Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário. 2 – **RIC Nº 2391, de 2012**, de autoria da Deputada Erica Kokai. Solicita informações sobre a atuação da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, acompanhando as atividades de lideranças polí- -ticas, dirigentes sindicais, servidores públicos, artistas, líderes estudantis e outras pessoas, mesmo após o fim do regime militar no País. Comentou, o Senhor Deputado André Vargas, Relator, que a autora faz consulta à auto- -ridade a que se dirige, incorrendo em vedação prevista no inciso III do art. 116 do Regimento Interno da Câma- -ra dos Deputados, sendo seu voto pela rejeição. Em vo- -tação, a Mesa Diretora aprovou o parecer do Relator, com voto contrário do Senhor Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário. 3 – **RIC Nº 2560, de 2012**, de auto- -ria do Deputado Rubens Bueno. Solicita informações, no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações – ANA- -TEL, sobre denúncias de pretensão tráfico de influência dentro do órgão, envolvendo as empresas Unicef e Nex- -tel. O Relator, Deputado André Vargas, exarou seu voto pela rejeição, nos termos do inciso III do art. 116 do Re- -gimento Interno da Câmara dos Deputados, uma vez que o autor faz consulta à autoridade a que se dirige. Em votação, a Mesa Diretora aprovou o parecer do Relator, com voto contrário do Senhor Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário. 4 – **RIC Nº 2562, de 2012**, de auto- -ria do Deputado João Lyra. Solicita adoção de nova le- -gislação ordinária para os terrenos da Marinha e seus acrescidos, imóveis pertencentes à União. Parecer pela rejeição, nos termos do inciso III, do art. 116, do Re- -gimento Interno da Câmara dos Deputados – pede provi- -dências à autoridade destinatária. A Mesa Diretora apro- -vou, por unanimidade, o parecer do Relator, sugerindo ao autor a apresentação na forma de Indicação. 5 – **RIC's Nºs 2648 ao 2664, de 2012**, de autoria da Deputada An- -tônia Lúcia. Trata-se de 17 (dezessete) requerimentos de informação que solicitam informações ao Ministro de Estado das Cidades sobre o programa Minha Casa, Mi-

nha Vida, para diversos Municípios do Estado do Acre, requerendo nomes e endereços dos beneficiários. O Senhor Primeiro-Vice-Presidente argumentou sobre o direito fundamental à privacidade, opinando, pela rejeição dos supracitados RICs. Submetido à votação, a Mesa Diretora aprovou o parecer exarado pelo Relator, Deputado André Vargas, nos Requerimentos de Informação supracitados, com voto contrário dos Senhores Deputados Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, e Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário. Prosseguindo, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres exarados pelo Senhor Deputado André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente, nos seguintes **Projetos de Resolução (PRC)**: 1 – **PRC nº 77, de 2011**, de autoria do Deputado Vitor Paulo, que “cria o Grupo Parlamentar Brasil-Ecuador”. Parecer: pela aprovação, com 1 (uma) emenda de redação; 2 – **PRC nº 86, de 2011**, de autoria do Deputado Cleber Verde, que “cria o Grupo Parlamentar Brasil-Chipre”. Parecer: pela aprovação, com 1 (uma) emenda de redação; 3 – **PRC nº 100, de 2011**, de autoria do Deputado Ronaldo Fonseca, que “cria o Grupo Parlamentar Brasil-Quênia”. Parecer: pela aprovação, com 1 (uma) emenda de redação; 4 – **PRC nº 129, de 2012**, de autoria do Deputado Júlio Delgado, que “cria o Grupo Parlamentar Brasil – Letônia e Estônia”. Parecer: pela aprovação, com 2 (duas) emendas de redação; extrapauta o **PRC nº 171, de 2013**, de autoria do Deputado Weliton Prado, que “institui o Grupo Parlamentar Brasil-Nepal”. Parecer: pela aprovação, com 1 (uma) emenda de redação. Por último, o Senhor Deputado André Vargas expôs a **Indicação nº 1.908, de 2011**, de autoria do Deputado Miriquinho Batista, que “sugere à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados que elabore projeto visando à criação de certificado a ser conferido aos homenageados em sessão solene”, com parecer favorável, propondo Ato da Mesa. Posto em votação, a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, baixar **Ato da Mesa** que “cria o ‘Certificado de Personalidade Homenageada’ a ser conferido pela Câmara dos Deputados”, cujo teor vai publicado ao final da ata. Com a palavra, o Senhor Cláudio Cajado, Procurador Parlamentar, solicitou licença para propor que se estenda ao Procurador Parlamentar, ao Corregedor e ao Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos o procedimento, já adotado por Mesas anteriores para outros cargos, de considerar justificadas as ausências de registro no painel eletrônico nas Sessões deliberativas da Casa, tendo como critério a natureza de suas atribuições. Sugeriu, ainda, que seja dado o mesmo entendimento às sessões das Comissões. A Mesa Diretora, por unanimidade, aprovou a mencionada proposta, compreendendo, ainda, o mesmo critério, por analogia, aos

deputados ocupantes do cargo de Presidente de comissão temporária, de Ouvidor-Geral e de Procuradora Especial da Mulher, a partir de agora, convalidando-se, no mesmo entendimento, as orientações anteriores de ex-Presidentes. **III – PAUTA DO SENHOR SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE.** Em seguida, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres favoráveis exarados pelo Relator, Deputado Fábio Faria, nos processos referentes a reembolso de despesas médico-hospitalares, conforme a seguir: 1 – **Processo n. 002.243/2013**, de interesse do Deputado Luis Tibé; 2 – **Processo n. 003.108/2013**, de interesse do Deputado Aracely de Paula; 3 – **Processo n. 003.352/2013**, de interesse do Deputado Weverton Rocha; 4 – **Processo n. 003.537/2013**, de interesse do Deputado Afonso Hamm; 5 – **Processo n. 003.623/2013**, de interesse do Deputado Aguinaldo Ribeiro; 6 – **Processo n. 100.786/2013**, de interesse do Deputado Lael Varella; 7 – **Processo n. 100.899/2013**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 8 – **Processo n. 101.100/2013**, de interesse do Deputado José de Filippi; 9 – **Processo n. 101.543/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 10 – **Processo n. 101.544/2013**, de interesse da Deputada Íris de Araújo; 11 – **Processo n. 102.140/2013**, de interesse da Deputada Íris de Araújo; 12 – **Processo n. 102.422/2013**, de interesse do Deputado Simão Sessim; 13 – **Processo n. 103.111/2013**, de interesse da Deputada Íris de Araújo; 14 – **Processo n. 103.112/2013**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 15 – **Processo n. 103.115/2013**, de interesse do Deputado Hugo Leal; 16 – **Processo n. 103.284/2013**, de interesse do Deputado Flaviano Melo; 17 – **Processo n. 103.447/2013**, de interesse do Deputado Roberto de Lucena; 18 – **Processo n. 103.484/2013**, de interesse do Deputado Lincoln Portela; 19 – **Processo n. 103.588/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 20 – **Processo n. 103.646/2013**, de interesse do Deputado José Mentor; 21 – **Processo n. 104.246/2013**, de interesse do Deputado Arnaldo Jordy; 22 – **Processo n. 104.485/2013**, de interesse do Deputado Fernando Torres; 23 – **Processo n. 104.597/2013**, de interesse do Deputado Nilson Pinto; 24 – **Processo n. 104.820/2013**, de interesse da Deputada Fátima Pelaes; 25 – **Processo n. 104.844/2013**, de interesse do Deputado Arlindo Chinaglia; 26 – **Processo n. 104.969/2013**, de interesse do Deputado Alessandro Molon; 27 – **Processo n. 104.971/2013**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 28 – **Processo n. 105.228/2013**, de interesse do Deputado Arlindo Chinaglia; 29 – **Processo n. 105.364/2013**, de interesse do Deputado Geraldo Thadeu; 30 – **Processo n. 105.331/2013**, de interesse do Deputado Nazareno Fonteles; 31 – **Processo n.**

105.368/2013, de interesse do Deputado Wellington Roberto; 32 – **Processo n. 105.407/2013**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 33 – **Processo n. 105.473/2013**, de interesse do Deputado João Paulo Cunha; 34 – **Processo n. 105.482/2013**, de interesse do Deputado Lael Varela; 35 – **Processo n. 105.708/2013**, de interesse do Deputado Zé Vieira; 36 – **Processo n. 105.940/2013**, de interesse do Deputado Homero Pereira; 37 – **Processo n. 106.418/2013**, de interesse do Deputado Roberto Balestra; 38 – **Processo n. 106.469/2013**, de interesse do Deputado Salvador Zimbaldi; 39 – **Processo n. 106.664/2013**, de interesse do Deputado Janio Natal; 40 – **Processo n. 106.866/2013**, de interesse do Deputado Jairo Ataíde; 41 – **Processo n. 107.010/2013**, de interesse do Deputado Bonifácio de Andrada; 42 – **Processo n. 107.325/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 43 – **Processo n. 107.354/2013**, de interesse do Deputado Arnaldo Jordy; 44 – **Processo n. 107.357/2013**, de interesse do Deputado Arnaldo Jordy; 45 – **Processo n. 107.438/2013**, de interesse do Deputado Nilson Pinto; 46 – **Processo n. 107.665/2013**, de interesse do Deputado Marcelo Castro; 47 – **Processo n. 107.854/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 48 – **Processo n. 107.914/2013**, de interesse do Deputado Nazareno Fonteles; 49 – **Processo n. 108.289/2013**, de interesse do Deputado José Aníbal; 50 – **Processo n. 108.520/2013**, de interesse do Deputado Marçal Filho; 51 – **Processo n. 108.566/2013**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 52 – **Processo n. 108.980/2013**, de interesse da Deputada Íris de Araújo; 53 – **Processo n. 109.241/2013**, de interesse do Deputado Jânio Natal; 54 – **Processo n. 109.714/2013**, de interesse do Deputado Dr. Rosinha; 55 – **Processo n. 109.890/2013**, de interesse do Deputado Aracely de Paula; 56 – **Processo n. 110.049/2013**, de interesse do Deputado Antônio Roberto; 57 – **Processo n. 110.168/2013**, de interesse do Deputado Guilherme Campos; 58 – **Processo n. 110.246/2013**, de interesse do Deputado Sandro Mabel; 59 – **Processo n. 110.293/2013**, de interesse do Deputado Vieira da Cunha; 60 – **Processo n. 110.435/2013**, de interesse da Deputada Elcione Barbalho; 61 – **Processo n. 110.569/2013**, de interesse do Deputado Geraldo Thadeu; 62 – **Processo n. 110.931/2013**, de interesse do Deputado Aracely de Paula; 63 – **Processo n. 110.961/2013**, de interesse da Deputada Iara Bernardi; 64 – **Processo n. 111.074/2013**, de interesse da Deputada Rose de Freitas; 65 – **Processo n. 111.099/2013**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 66 – **Processo n. 111.175/2013**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 67 – **Processo n. 111.207/2013**, de interesse do Deputado Alessandro Molon; 68 – **Proces-**

so n. 111.315/2013, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 69 – **Processo n. 147.369/2011** (com glosa), de interesse do Deputado Arnaldo Jardim; 70 – **Processo n. 107.991/2013** (com glosa), de interesse do Deputado Luciano Castro; Processos referentes à tratamento odontológico: 1 – **Processo n. 107.494/2013**, de interesse do Deputado Lira Maia; 2 – **Processo n. 107.609/2013**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 3 – **Processo n. 107.782/2013**, de interesse do Deputado Eduardo Azeredo; 4 – **Processo n. 108.743/2013**, de interesse do Deputado Fábio Souto; 5 – **Processo n. 109.176/2013**, de interesse do Deputado Augusto Coutinho; 6 – **Processo n. 121.543/2012**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira. **IV – PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO.** O Senhor Deputado Márcio Bittar expôs o **Processo n. 110.153/2013**, nos termos de seu parecer à fl. 19: “Trata-se de proposta de extinção de 1 (um) cargo efetivo vago de Analista Legislativo – atribuição Psicólogo, e de 1 (um) cargo efetivo vago de Analista Legislativo – atribuição Assistente Social, e de criação de 2 (dois) cargos efetivos de Analista Legislativo – atribuição Comunicação Social – Área Relações Públicas, na Carreira Legislativa desta Casa. Segundo a instrução processual, a presente proposta não acarreta aumento de despesa, razão por que, a teor do art. 4º da Resolução n. 46, de 2006, poderá ser objeto de deliberação da Mesa Diretora. Ademais, visa ao aproveitamento de candidatos aprovados em concurso público para o cargo efetivo de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Área Relações Públicas, ajustando o quadro de pessoal efetivo da Casa para atender à demanda da Secretaria de Comunicação Social, tendo em vista a deficiência de pessoal enfrentada pelo citado órgão de comunicação. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da dita Mesa, a teor do art. 4º da Resolução n. 46, de 2006, com parecer favorável, nos termos da anexa minuta de Ato da Mesa”. Posto em votação, o parecer supra foi aprovado por unanimidade e, em consequência, baixado **Ato da Mesa** que “extingue e cria cargos no Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados”, cujo teor vai publicado ao final da ata. Em seguida, o Senhor Primeiro-Secretário, Deputado Márcio Bittar, relatou as seguintes proposições: 1 – **Projeto de Resolução (PRC) nº 60, de 2003 (apensado o PRC nº 61, de 2003)**, instruído no processo n. 110.367, de 2011, de autoria do Deputado Jair Bolsonaro, que “denomina ‘Sala de Imprensa Jornalista Roberto Marinho’, o espaço destinado aos profissionais de imprensa que cobrem as atividades da Câmara dos Deputados”. Parecer do Relator, assim concluso: “...Dessa forma, em que pese ao reconhecimento do elevado mérito de pro-

posições dessa natureza ao homenagear representantes ilustres de nossa sociedade, esta Secretaria, atenta às ponderações suscitadas pela Secretaria de Comunicação Social acerca da preservação do caráter impessoal da obra de Oscar Niemeyer, alia-se à cautela demonstrada anteriormente pela douta Mesa e sugere o reenvio da matéria à Procuradoria Parlamentar para a realização de estudo preliminar sobre o tema com vistas ao disciplinamento do assunto, haja vista a existência de várias proposições análogas ao presente PRC em trâmite na Casa.”. A Mesa Diretora resolveu retirar de pauta o citado Projeto de Resolução para encaminhamento à Procuradoria Parlamentar, nos termos do parecer do Relator. 2 – **Projeto de Resolução (PRC) nº 14, de 2003 (apensado o de nº 68, de 2003)**, instruído no processo n. 110.337/2011, de autoria do Deputado Davi Alcolumbre, que “denomina ‘Plenário Embaixador Souza Dantas’ o Plenário da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados”. Posto em votação, a Mesa Diretora opinou, por unanimidade, pela prejudicialidade dos PRCs nºs 14 e 68, de 2003, conforme parecer do Relator. 3 – **Projeto de Resolução (PRC) nº 9, de 2011**, instruído no processo n. 109.554/2011, de autoria do Deputado Reguffe, que “revoga o art. 1º do Ato da Mesa nº 20, de 10 de abril de 2008, que dispõe sobre o valor da verba de gabinete e o número máximo de secretários parlamentares nos gabinetes parlamentares, reduzindo-os de 25 para 09”. Parecer do Relator, assim conclusivo: “...Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer pelo arquivamento da proposição em tela, tendo em vista o óbice regimental para o prosseguimento de sua tramitação, vez que compete privativamente à Mesa propor Projeto de Resolução que disponha sobre a organização e funcionamento da Câmara dos Deputados”. Exposto o projeto, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer do Relator, opinando pelo arquivamento do PRC nº 9, de 2011. 4 – **INDICAÇÃO (INC) Nº 6.456, DE 2010**, instruído no processo n. 124.670/2010, de autoria do Deputado Walter Feldman, que “sugere à Mesa Diretora a criação de bicicletários e vestiários no âmbito da Câmara dos Deputados”. O Relator, Deputado Márcio Bittar, esclareceu que a Administração da Casa já adotou ações quanto a esta proposta, que há três bicicletários prontos, no entanto, o nível de adesão é baixo. Assim, a Mesa Diretora arquivou, por unanimidade, a INC nº 6.456, de 2010, conforme parecer do Relator. Prosseguindo, o Senhor Primeiro-Secretário, Deputado Márcio Bittar, relatou os seguintes processos: 1 – **Processo n. 118.691/2006**. Parecer do Relator às fls. 191/v: “Trata-se de novo exame pela Mesa Diretora do caso de acumulação, por parte do ex-deputado Vi-

cente Manoel Leite André Gomes, aposentado por invalidez pelo extinto Instituto de Previdência dos Congressistas/IPC, dos proventos da referida aposentadoria com a remuneração de cargo efetivo de médico na Prefeitura Municipal de Recife, assim como do exercício de mandato de vereador no município de Recife/PE, sem percepção de subsídios, em data posterior à aposentação. O ex-parlamentar exerceu mandato eletivo federal durante a 50ª Legislatura, entre 1/2/95 e 31/1/99, e foi aposentado em 1/2/99, pelo antigo IPC, com proventos integrais, em decorrência de invalidez causada por acidente em serviço, reconhecida com apoio e aplicação subsidiária da Lei n. 8.213/91. A matéria, quando examinada pela Mesa Diretora em 2003, nos autos do processo n. 102.763/01, versou sobre a acumulação, pelo ex-deputado, dos proventos da aposentadoria por invalidez com a remuneração de cargo comissionado municipal de Diretor Presidente de Ginásio de Esportes. Na ocasião, o Colegiado determinou a suspensão do pagamento dos proventos de aposentadoria enquanto estivesse o ex-deputado no exercício de cargo em comissão, sem vínculo efetivo, e que fosse ele submetido a exame perante o Departamento Médico da Casa, para fins de elaboração de novo laudo acerca de sua doença incapacitante. Entretanto, o ex-parlamentar, ao ser notificado da decisão, informou não mais ocupar cargo em comissão desde 6/4/02. À época, a Câmara dos Deputados encaminhou o P.A. n. 102.763/01 ao Tribunal de Contas da União que, por meio do Acórdão 3.169/2006, julgou improcedente a aludida representação e determinou apenas fosse o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco notificado, para a adoção das providências que entendesse cabíveis. Nos presentes autos, a Coordenação de Registro e Seguridade Parlamentar reitera questionamento acerca da acumulação pelo ex-parlamentar dos proventos de sua aposentadoria por invalidez com a remuneração de cargo público (médico), assim como do exercício de mandato de vereador, sem a percepção dos subsídios respectivos. Sugere o órgão de Seguridade sejam adotados os mesmos fundamentos que justificaram a outrora decisão da Mesa Diretora, no sentido de suspender o pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez, enquanto perdurar a situação de exercício de atividades remuneradas. Nesse passo, a Diretoria-Geral destaca que o desempenho das atribuições relativas ao cargo público efetivo de médico na Prefeitura Municipal de Recife sugere, em princípio, aptidão do aposentado para a atividade laboral, o que afastaria a condição justificadora da aposentadoria em questão. O mesmo raciocínio se dá em relação à atividade parlamentar, que denotaria restabelecimento da capacidade laboral. No entanto, o

órgão cita decisão do Superior Tribunal de Justiça (Resp 626988/PR, Sexta Turma, Relator Ministro Paulo Medina) na qual aquela Corte sustenta o entendimento de que o exercício de mandato eletivo por agente aposentado por invalidez não autoriza o cancelamento imediato do benefício previdenciário concedido com base na Lei n. 8.213/91, principalmente se não demonstrada plenamente a insubsistência da invalidez, sendo necessário assegurar ao interessado o exercício do direito de ampla defesa, *verbis*: “**PREVIDENCIÁRIO. CANCELAMENTO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SEGURADO ELEITO VEREADOR. INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. 1. O fato de o segurado titular da aposentadoria por invalidez estar exercendo mandato eletivo não enseja o cancelamento do benefício, especialmente quando não comprovada sua recuperação. 2. O ato de cancelamento do benefício sem observar os princípios do devido processo legal e da ampla defesa autorizam a impetração do mandado de segurança, por traduzir ato abusivo e ilegal. 3. Recurso especial a que se nega provimento.** A par disso, o Diretor-Geral propõe seja a matéria novamente submetida à Mesa Diretora para que o Colegiado, caso assim entenda, determine a instauração de procedimento administrativo destinado à análise da matéria, com prévia observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. É o parecer, que submeto ao exame e à deliberação da douta Mesa, nos termos do encaminhamento do Diretor-Geral, pela instauração do procedimento administrativo mencionado, com observância dos princípios constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa.”. **Discutido o processo**, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer supra. **2 – Processo n. 17.634/2004.** Parecer do Relator à fl. 147: “**Trata-se de solicitação do Departamento Técnico (Detec) para que seja regularizada a cessão, a título não oneroso, de área de 1,58 m², localizada no subsolo do Anexo II, utilizada pela Oi S/A (antiga Brasil Telecom) para instalação de dois Telefones de Utilidade Pública (TUP). Em 2012, esta Primeira-Secretaria, após parecer favorável (fls. 114/v), encaminhou a solicitação ao Presidente da Casa, que, por sua vez, autorizou ad referendum da Mesa Diretora a cessão não onerosa da referida área à empresa Oi S/A, nos termos regimentais e com base na legislação interna (Atos da Mesa ns. 61/2005 e 7/2007 – fl. 115). Ato contínuo, o DEMAP elaborou minuta do Termo de Permissão de Uso, a ser firmado com a empresa Oi S/A, que foi encaminhada à Assessoria Técnica da Diretoria-Geral (ATEC/DG), em cumprimento ao disposto no artigo 68, § 1º, inciso III do Regulamento dos Procedimentos Licitatórios desta Casa. Destarte, após analisar a minuta do Termo de Permissão**

de Uso, a ATEC/DG informou que o instrumento está em conformidade com a legislação interna pertinente à matéria (AM 61/05), sugerindo alterações de cunho formal, registradas na própria minuta (fls. 129/130). Justificou que a instalação de telefones de utilidade pública nas dependências se deve à necessidade de atender a enorme quantidade de pessoas que diariamente transitam pela Câmara dos Deputados. Diante disso, o DEMAP, por meio da Carta n. 226/13 (fl. 139), comunicou à empresa que foi autorizada a cessão não onerosa da supracitada área para instalação de TUPs, solicitando à interessada que comparecesse à Seção de Elaboração de Contratos desta Casa, munida de documentação necessária à assinatura do Termo. A Diretoria-Geral, por sua vez, encaminhou a matéria a esta Secretaria para que a Mesa Diretora ratifique a outorga de uso, em face da autorização *ad referendum* do Presidente da Casa. À vista do exposto, em observância ao art. 1º da Portaria nº 69/2007, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, reiterando manifestação favorável à outorga de uso da área à Oi S/A, a título não oneroso, mediante Termo de Permissão de Uso, conforme a instrução.”. **A Mesa Diretora ratificou, por unanimidade, o despacho do então Presidente Marco Maia, ad referendum da Mesa, exarado à fl. 115, conforme encaminhamento supra do Relator.** **IV – PAUTA DO SENHOR SEGUNDO-SECRETÁRIO.** O Senhor Deputado Simão Sessim comentou que foram recebidas 56 indicações para o prêmio “Dr. Pinotti-Hospital Amigo da Mulher”, instituído pela Resolução nº 15, de 2009, e que, juntamente, com o Conselho do referido Prêmio, regulamentado pelo Ato da Mesa nº 62, de 2010, propuseram como critério de escolha dos agraciados o maior número de indicações, limitada a uma entidade por Estado da Federação. **Dando seguimento, o Senhor Segundo-Secretário, tendo em vista o elevado número de indicações de entidades da mais alta qualificação e o baixo custo do citado prêmio, apresentou anteprojeto de resolução que “altera o parágrafo único do art. 1º e o art. 8º da Resolução da Câmara dos Deputados nº 15, de 2009”, para aumentar de três para cinco o número de agraciados com o “Prêmio Dr. Pinotti – Hospital Amigo da Mulher”, aprovado, por unanimidade, pela Mesa Diretora, cujo teor segue ao final da ata. Ainda com a palavra, o Senhor Deputado Simão Sessim expôs reivindicação dos jornalistas da Casa com relação ao horário, que visam adequar a legislação interna à lei de regência da profissão. Discutida a questão, a Mesa Diretora retirou de pauta a matéria para instrução processual pelos órgãos competentes. Por último, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, **emenda ao Projeto de Lei nº 2/2013-CN – Lei de Diretrizes Orçamentárias**, proposta pelo Senhor Deputado Simão Sessim, Segundo-Secretário, nos**

termos a seguir: “Art. 110. A execução da Lei Orçamentária de 2013/2014 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública federal, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional. **Parágrafo único. Nos termos do art. 9º, § 2º da Lei Complementar nº101, de 2000, não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as dotações incluídas ou aumentadas em decorrência da aprovação de emendas individuais no âmbito do Congresso Nacional resultantes da apropriação dos recursos de natureza primária da reserva de que trata o art. 13 desta Lei, exceto por razões de ordem técnica ou legal, devidamente comprovadas.**”; que vai publicada ao final da ata.

V – PAUTA DO SENHOR TERCEIRO-SECRETÁRIO. Com a palavra, o Senhor Deputado Maurício Quintella Lessa deu conhecimento à Mesa Diretora do Relatório de sua Secretaria referente às justificativas de faltas dos Senhores Deputados no período de 4 de fevereiro a 12 de abril de 2013, acordado pela Mesa Diretora. Mostrou, em seguida, manual que enviou a cada deputado com informações e esclarecimentos sobre as atribuições da Terceira Secretaria. Nada mais havendo a tratar, às doze horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, , Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados. – Henrique Eduardo Alves, Presidente.**

ATO DA MESA Nº , DE 2013

Cria o “Certificado de Personalidade Homenageada” a ser conferido pela Câmara dos Deputados.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições regimentais resolve:

Art. 1º Fica criado o “Certificado de Personalidade Homenageada” pela Câmara dos Deputados.

Art. 2º O Certificado destina-se a distinguir e galardoar àqueles, pessoas físicas ou jurídicas, que forem homenageados em sessão solene, na forma do art. 68 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Parágrafo único. No “Certificado de Personalidade Homenageada pela Câmara dos Deputados” deverá constar sempre, em campo próprio, o nome do Deputado idealizador ou do órgão Colegiado da Câmara dos Deputados que propuser a homenagem.

Art. 3º No caso de homenagem póstuma o Certificado será entregue aos familiares do homenageado.

Art. 4º O Certificado terá como característica a forma de diploma, impresso em papel filigranado “marca d’água”, formato 20 x 30 cm, com dizeres a serem

definidos e padronizados, tendo ao centro, em passamanes de cor prata, as iniciais “CD”.

Art. 5º Compete à Segunda-Secretaria organizar os registros e arquivos relativos ao Certificado.

Art. 6º As despesas decorrentes da edição deste Ato correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento da Câmara dos Deputados.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ATO DA MESA Nº , DE 2013

Extingue e cria cargos no Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

A Mesa da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que dispõe o art. 4º da Resolução nº 46, de 7 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º Ficam extintos na Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados 1 (um) cargo efetivo vago de Analista Legislativo – atribuição Psicólogo, código CD-NS-907, e 1 (um) cargo efetivo vago de Analista Legislativo – atribuição Assistente Social, código CD-NS-930.

Art. 2º Ficam criados na Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados 2 (dois) cargos efetivos de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Área Relações Públicas, código CD-NS-931.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O artigo 4º da Resolução nº 46, de 7 de dezembro de 2006, autoriza a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados dispor sobre requisitos, atribuições, criação, transformação, extinção e lotação de cargos efetivos e funções comissionadas, bem como sobre a estrutura dos órgãos da Câmara dos Deputados, com vistas à racionalização e modernização administrativa, desde que os atos não acarretem acréscimo de despesa.

A minuta de Ato da Mesa que aqui se propõe, além de não acarretar aumento de despesa, visa ao aproveitamento de candidatos aprovados em concurso público para o cargo efetivo de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Área Relações Públicas, ajustando o quadro de pessoal efetivo da Casa para atender à demanda da Secretaria de Comunicação Social, tendo em vista a deficiência de pessoal existente e a sobrecarga de atividades enfrentada pelos servidores lotados naquele órgão, de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados aos Senhores Parlamentares, Servidores da Casa e público externo.

ATA DA MESA**Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Quarta Legislatura****Ata da quarta reunião ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 26 de junho de 2013**

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e treze, às quatorze horas, no Gabinete da Presidência, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente. Presentes os Senhores Deputados André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente; Simão Sessim, Segundo-Secretário; Biffi, Quarto-Secretário; Gonzaga Patriota, Primeiro-Suplente de Secretário; Átila Lins, Corregedor; Cláudio Cajado, Procurador Parlamentar; e Deputada Marinha Raupp. Ausentes justificadamente os Senhores Deputados Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente; Márcio Bittar, Primeiro-Secretário; Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário; Wolney Queiroz, Segundo-Suplente de Secretário; Vitor Penido, Terceiro-Suplente de Secretário; e Takayama, Quarto-Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou abertos os trabalhos. Iniciou informando acerca da decisão do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária de hoje, do imediato trânsito em julgado da decisão condenatória proferida na Ação Penal nº 396 e expedição de mandado de prisão contra o Senhor Deputado Natan Donadonº Propôs oferecer representação contra o citado parlamentar, dando início ao procedimento junto à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Quanto ao questionamento referente à prisão, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves esclareceu que não há proteção penal no caso dele, foi reconhecido o imediato trânsito em julgado da decisão condenatória. Com a palavra, a Senhora Deputada Marinha Raupp comentou que sua presença nessa reunião deu-se ao fato de ser da bancada do PMDB/RO, na tentativa de colaborar na avaliação da situação em questão. Em votação, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, a Representação nos termos a seguir: “Representa em face do Depu-

tado NATAN DONADON, em razão de condenação criminal transitada em julgado. A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, nos termos do art. 55, inciso VI e § 2º, da Constituição Federal, em combinação com o art. 240, inciso VI e §§1º e 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, considerando a decisão proferida nesta data pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Penal nº 396, que considerou protelatórios os embargos de declaração interpostos e reconheceu o imediato trânsito em julgado da decisão condenatória, formula a presente **REPRESENTAÇÃO** em face do Sr. NATAN DONADON, em razão de condenação criminal com trânsito em julgado pela prática dos delitos de peculato e formação de quadrilha, nos termos dos acórdãos anexados. Encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para os fins do art. 240, §3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.” Em seguida, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves expôs anteprojeto de resolução referente à Secretaria da Mulher, comentando que dessa forma prestigia as mulheres, dá um espaço mais digno, reúne a Procuradoria e a Coordenadoria, com ações conjugadas. Com a palavra, a Senhora Deputada Marinha Raupp solicitou apoio, considerando que já avançaram muito na posição política. Comentou, ainda, que a missão das mulheres na Casa é poder estar trabalhando junto com todos e esse anteprojeto de resolução vai dar condições de fazer um trabalho melhor. Submetido a votos, a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, apresentar Projeto de Resolução que “altera o Capítulo II-A do Título II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, para dispor sobre a Secretaria da Mulher, a Procuradoria da Mulher e a Coordenadoria dos Direitos da Mulher e dá outras providências”, cujo teor vai publicado ao final da ata. Por último, a Mesa Diretora aprovou por unanimidade: 1) Ato da Mesa que “altera o inciso II do art. 2º do Ato da Mesa nº 63, de 9 de agosto de 2005”, cujo teor segue publicado ao final da ata; 2) a cessão do servidor Humberto José Nunes, ponto nº 7.583, Técnico Legislativo, atribuição Assistente Administrativo, para exercer o cargo em comissão de Assessor A, código CJ-2, no Gabinete do Diretor-Geral do Superior Tribunal de Justiça, instruída no Processo nº 106.582/2013. Nada mais havendo a tratar, às quatorze horas e vinte e cinco minutos, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2013
(Da Mesa Diretora)

Altera o Capítulo II-A do Título II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, para dispor sobre a Secretaria da Mulher, a Procuradoria da Mulher e a Coordenadoria dos Direitos da Mulher e dá outras providências.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º O Capítulo II-A do Título II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, passa a vigorar acrescido do seguinte capítulo:

“CAPÍTULO II-A

DA SECRETARIA DA MULHER

Art. 20-A A Secretaria da Mulher, composta pela Procuradoria da Mulher e pela Coordenadoria dos Direitos da Mulher, sem relação de subordinação entre elas, é um órgão político e institucional que atua em benefício da população feminina brasileira, buscando tornar a Câmara dos Deputados um centro de debate das questões relacionadas à igualdade de gênero e à defesa dos direitos das mulheres no Brasil e no mundo.

Art. 20-B A Procuradoria da Mulher será constituída de uma Procuradora e de três Procuradoras Adjuntas, eleitas pelas deputadas da Casa, na primeira quinzena da primeira e da terceira sessões legislativas da legislatura, com mandato de dois anos, vedada a recondução.

§ 1º Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.

§ 2º As Procuradoras Adjuntas, que deverão pertencer a partidos distintos, terão a designação de Primeira, Segunda e Terceira e, nessa ordem, substituirão a Procuradora em seus impedimentos, colaborarão no cumprimento das atribuições da Procuradoria, podendo, ainda, receber delegações da Procuradora.

§ 3º A eleição da Procuradora e das Procuradoras Adjuntas far-se-á em votação por escrutínio secreto, exigindo-se maioria absoluta de votos em primeiro escrutínio; e, maioria simples, em segundo escrutínio, presente a maioria absoluta das deputadas da Casa.

§ 4º Se vagar o cargo de Procuradora ou de Procuradoras Adjuntas, proceder-se-á à nova eleição para escolha da sucessora, salvo se faltarem menos de três meses para

o término do mandato, caso em que será provido na forma indicada no § 3º deste artigo.

Art. 20-C A Coordenaria dos Direitos da Mulher será constituída de uma Coordenadora-Geral e três Coordenadoras Adjuntas, eleitas pelas deputadas da Casa, na primeira quinzena da primeira e da terceira sessões legislativas da legislatura, com mandato de dois anos, vedada a recondução.

§ 1º Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.

§ 2º As Coordenadoras Adjuntas, que deverão pertencer a partidos distintos, terão a designação de Primeira, Segunda e Terceira e, nessa ordem, substituirão a Coordenadora-Geral, em seus impedimentos, colaborarão no cumprimento das atribuições da Coordenadoria, podendo, ainda, receber delegações da Coordenadora-Geral.

§ 3º A eleição da Coordenadora-Geral e das Coordenadoras Adjuntas far-se-á em votação por escrutínio secreto, exigindo-se maioria absoluta de votos em primeiro escrutínio; e, maioria simples, em segundo escrutínio, presente a maioria absoluta das deputadas da Casa.

§ 4º Se vagar o cargo de Coordenadora-Geral ou de Coordenadoras Adjuntas, proceder-se-á à nova eleição para escolha da sucessora, salvo se faltarem menos de três meses para o término do mandato, caso em que será provido na forma indicada no § 3º deste artigo.

Art. 20-D Compete à Procuradoria da Mulher, além de zelar pela participação das Deputadas nos órgãos e nas atividades da Câmara:

I – propor medidas destinadas à preservação e à promoção da imagem e da atuação da mulher na Câmara dos Deputados e no Poder Legislativo;

II – receber, examinar denúncias de violência e discriminação contra a mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes;

III – fiscalizar e acompanhar a execução de programas do governo federal que visem à promoção da igualdade de gênero, assim como à implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de âmbito nacional;

IV – cooperar com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para a mulher;

V – promover pesquisas e estudos sobre direitos da mulher, violência e discriminação contra a mulher, e sobre o déficit da sua representação na política, inclusive para fins de divulgação pública e fornecimento de subsídio às Comissões da Câmara;

VI – receber convites e responder a correspondências destinadas à Procuradoria da Mulher;

VII – atender autoridades, no âmbito da sua competência, especialmente parlamentares mulheres e suas delegações nacionais e internacionais, em suas visitas a Câmara dos Deputados e também encaminhar suas demandas aos órgãos competentes;

VIII – participar, juntamente com a Coordenadoria dos

Direitos da Mulher, de solenidades e eventos internos na Casa que envolvam políticas para a valorização da mulher;

IX – representar a Câmara dos Deputados em solenidades e eventos nacionais ou internacionais especificamente destinados às políticas para a valorização da mulher, mediante designação da Presidência da Câmara.

Art. 20-E Compete à Coordenadoria dos Direitos da Mulher:

I – participar, com os Líderes, das reuniões convocadas pelo Presidente da Câmara dos Deputados, com direito a voz e voto;

II – usar da palavra, pessoalmente ou por delegação, durante o período destinado às Comunicações das Lideranças, por cinco minutos, para dar expressão à posição das deputadas da Casa quanto à votação de proposições e conhecimento das ações de interesse da Coordenadoria;

III – receber convites e responder a correspondências destinadas à Coordenadoria;

IV – convocar periodicamente reunião das deputadas da Casa para debater assuntos pertinentes à Coordenadoria;

V – elaborar as prioridades de trabalho e o calendário de reuniões a ser aprovado pela maioria das deputadas da Casa;

VI – organizar e coordenar o programa de atividades das deputadas da Casa;

VII – constituir e organizar os grupos de trabalho temáticos;

VIII – examinar estudos, pareceres, teses e trabalhos que sirvam de subsídios para suas atividades.

IX – atender autoridades, no âmbito da sua competência, especialmente parlamentares mulheres e suas delegações nacionais e internacionais, em suas visitas a Câmara dos Deputados e também encaminhar suas demandas;

X – promover a divulgação das atividades das deputadas da Casa no âmbito do Parlamento e junto à sociedade.

XI – participar, juntamente com a Procuradoria da Mulher, de solenidades e eventos internos na Casa que envolvam políticas para a valorização da mulher;

XII – representar a Câmara dos Deputados em solenidades e eventos nacionais ou internacionais especificamente destinados às políticas para a valorização da mulher, mediante designação da Presidência da Câmara dos Deputados.” (NR)

Art. 2º O art. 243 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 243. O Suplente de Deputado, quando convocado em caráter de substituição, não poderá ser escolhido para os cargos da Mesa ou de Suplente de Secretário, para Presidente ou Vice-Presidente de Comissão, para integrar a Procuradoria Parlamentar, para Ouvidor-Geral ou Ouvidor-Substituto, para Procuradora da Mulher ou Procuradoras Adjuntas, para Coordenadora-Geral dos Direitos da Mulher ou Coordenadoras Adjuntas.” (NR)

Art. 3º Para o cumprimento do estabelecido no Capítulo II-A do Título II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, a Câmara dos Deputados colocará à disposição da Secretaria da Mulher estrutura administrativa e todos os recursos necessários, especialmente os do Centro de Informática, da Secretaria de Comunicação Social, dos órgãos de assessoramento institucional e da Diretoria Legislativa.

Parágrafo único. Toda iniciativa provocada ou implementada pela Secretaria da Mulher terá ampla divulgação pelos órgãos de comunicação da Câmara.

Art. 4º Os arts. 1º e 2º da Resolução nº 1, de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Os Cargos em Comissão de Natureza Especial – CNE têm por finalidade a prestação de serviços de assessoramento exclusivamente à Mesa e às Suplências, às Lideranças, às Comissões, à Procuradoria Parlamentar, à Ouvidoria Parlamentar, ao Con-

selho de Ética e Decoro Parlamentar, à Liderança da Minoria no Congresso, à Secretaria da Mulher e aos órgãos administrativos da Casa, conforme consta dos Anexos I, II, III e IV desta Resolução.

Art. 2º

Parágrafo único. É vedada a substituição do registro de frequência diária do servidor por comunicação de frequência de qualquer espécie, exceto para os Secretários Particulares da Mesa e das Suplências, das Lideranças, da Procuradoria Parlamentar, da Ouvidoria Parlamentar e da Secretaria da Mulher, bem como de ocupantes de outros 2 (dois) Cargos em comissão de Natureza Especial, níveis CNE-7 ou CNE-9, a critério dos titulares da Mesa Diretora e dos Líderes de Partido.”(NR)

Art. 5º Fica alterado o Anexo I da Resolução nº 1, de 2007, em razão dos cargos de natureza especial destinados à Secretaria da Mulher.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, de de 2013.

ANEXO I

Qtidade	Denominação	Nível	Lotação
1	Chefe de Gabinete	FC-04	Secretaria da Mulher
1	Assessor Técnico-Jurídico	FC-03	Secretaria da Mulher
1	Chefe do Serviço de Administração	FC-02	Secretaria da Mulher
2	Assistente de Gabinete	FC-01	Secretaria da Mulher
4	Assessor Técnico	CNE-07	Secretaria da Mulher
3	Assistente Técnico de Gabinete	CNE-09	Secretaria da Mulher
1	Secretário Particular	CNE-09	Secretaria da Mulher

ATO DA MESA Nº , DE 2013

Altera o inciso II do art. 2º do Ato da Mesa nº 63, de 9 de agosto de 2005.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º O inciso II do art. 2º do Ato da Mesa nº 63, de 9 de agosto de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

II – veículo de natureza especial, de uso dos demais membros da Mesa, da Procuradora Especial da Mulher, do Procurador Par-

lamentar, do Ouvidor-Geral, do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, do Corregedor, do Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados, do Diretor-Geral e do Secretário-Geral da Mesa Diretora.

....." (NR)

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente Ato da Mesa tem por objetivo adequar a legislação interna às alterações efetuadas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, tendo em vista a aprovação das Resoluções nº 25, de 2013, que dispõe sobre a institucionalização da Corregedoria Parlamentar, e nº 26, de 2013, que cria o Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Depu-

tados. Desse modo, para garantir tratamento igualitário aos titulares de órgãos da Casa, adequa-se o Ato da Mesa nº 63, de 2005, garantindo o direito de uso de veículos automotores de transporte rodoviário pelo Corregedor e pelo Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos.

Sala de Reuniões, de de 2013. – Secretaria-Geral da Mesa

Ata da 4ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada no dia 26 de junho de 2013.

Publique-se.

Em 2-7-13. – **Mozart Vianna de Paiva**,
Secretário-Geral da Mesa.

ATA DE REUNIÃO DA MESA DIRETORA**Terceira Sessão Legislativa Ordinária,
da Quinquagésima Quarta Legislatura****Ata da Quinta Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 9 de julho de 2013**

Aos nove dias do mês de julho de dois mil e treze, às quinze horas e vinte minutos, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente. Presentes inicialmente os Senhores Deputados Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente; Márcio Bittar, Primeiro-Secretário; Simão Sessim, Segundo-Secretário; Biffi, Quarto-Secretário; Wolney Queiroz, Segundo-Suplente de Secretário; Vitor Penido, Terceiro-Suplente de Secretário; Átila Lins, Corregedor; e Cláudio Cajado, Procurador Parlamentar. Ausentes justificadamente os Senhores Deputados André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente; Gonzaga Patriota, Primeiro-Suplente de Secretário; e Takayama, Quarto-Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou abertos os trabalhos. Inicialmente, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves abordou a questão referente ao Senhor Deputado Natan Donadon. Esclareceu que, condenado a regime inicialmente fechado, o mesmo acha-se impedido para o exercício das atividades parlamentares; acrescenta que, entretanto, a perda do referido mandato pressupõe a tramitação da Representação nº 20, de 2013, que se processa no âmbito dessa Casa. Diante de tal situação, levantou a discussão sobre o recebimento das cotas e verbas destinadas a custear os gastos exclusivamente vinculados ao exercício da atividade parlamentar, concedendo a palavra ao Senhor Diretor-Geral para esclarecimentos. O Dr. Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida informou estar havendo questionamentos sobre a condição do referido Deputado, no tocante à percepção do subsídio, às cotas e à manutenção do gabinete, e que já não está sendo paga a cota para o exercício parlamentar. Comentou que, na análise da Diretoria-Geral e do Senhor Primeiro-Secretário, Deputado Márcio Bittar, embora o Senhor Deputado Natan Donadon seja detentor do

mandato, ele está impedido de exercê-lo. E a condição para que perceba o subsídio, as cotas e a manutenção do gabinete, é o exercício da atividade parlamentar (instrução no **Processo n. 120.159/2013**). Assim, a posição da Administração é que isso devia ficar suspenso. O Senhor Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, disse que concordava com o parecer da Casa, que o Deputado Natan Donadon não tem como exercer o seu mandato, que a estrutura de gabinete é para a função de Parlamentar. Nesse momento, entrou na sala de reuniões o Senhor Deputado Sérgio Zveiter, Relator da Representação nº 20, de 2013, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), tendo o Senhor Presidente perguntado a respeito do trâmite da citada Representação, o que foi esclarecido. Compareceu, nesse instante, à reunião o Senhor Deputado Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário. Em continuação, o Senhor Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, considerou que a Mesa devia tomar uma decisão cautelar até o julgamento do processo de cassação. Debatida e esclarecida a questão sobre afastamento parlamentar, a Mesa Diretora, por unanimidade, considerou o Senhor Deputado Natan Donadon impedido para o exercício das atividades parlamentares, e, em decorrência, resolveu, até a publicação da decisão final da Câmara dos Deputados com relação à Representação nº 20, de 2013, suspender o pagamento do seu subsídio e da cota para o exercício da atividade parlamentar, desde a data de sua prisão, bem como, a imediata suspensão de sua verba de gabinete e exoneração dos Secretários Parlamentares indicados para cargo em Comissão no seu Gabinete. **I – PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE.** Sua Excelência expôs as seguintes **Solicitações de Informação ao Tribunal de Contas da União**, acordadas pela Mesa Diretora pelo encaminhamento: 1 – **nº 42, de 2013**, de autoria do Sr. Deputado Arnaldo Jordy, que “solicita informações ao Tribunal de Contas da União, sobre a fiscalização das obras para a Copa do Mundo que possuem regime especial de contratação”; 2 – **nº 44, de 2013**, de autoria do Sr. Deputado Maurício Quintella Lessa, que “solicita informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União sobre a auditoria que vem sendo realizada no processo de aquisição da Pasadena Refining System Inc. pela Petrobras”. Com a palavra o Senhor Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, ponderou novamente seu entendimento de que a Mesa não tem o poder de definir conteúdo dos pedidos de informação, mas apenas verificar a questão da formalidade. Retomando a palavra, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves apresentou os seguintes processos: 1 – **Processo n. 112.116/2013**.

Despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 65: “Com base no inciso XXVII do art. 15 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, submeto à APROVAÇÃO da Mesa Diretora as contas do exercício de 2012 e o parecer exarado pela Secretaria de Controle Interno e, em cumprimento ao disposto no art. 52 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, a Mesa Diretora ATESTA haver tomado conhecimento das conclusões expressas no Relatório de Auditoria de Gestão e no Certificado de Auditoria emitidos por aquele órgão. E, após aprovação e atesto pela Mesa Diretora, encaminhe-se o presente processo de contas ao Tribunal de Contas da União, para os fins previstos no inciso II do art. 71 da Constituição Federal.”. Apresentado o processo, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, as contas do exercício de 2012 e o parecer da Secretaria de Controle Interno, à fl. 63, atestando ter tomado conhecimento das conclusões expressas no Relatório de Auditoria de Gestão e no Certificado de Auditoria emitidos pela referida Secretaria, no teor a seguir: “PARECER. Em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 74 da Constituição Federal e no inciso X do art. 3º da Resolução 69, de 21 de junho de 1994, da Câmara dos Deputados, foi realizado o exame das contas desta Casa com vistas à comprovação da legalidade e à avaliação dos resultados, quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos agentes responsáveis pela Câmara dos Deputados no exercício de 2012. As análises efetuadas estão consubstanciadas no Relatório de Auditoria de Gestão, de folhas 48 a 61 e no respectivo Certificado, de folha 62, cuja opinião, por mim acolhida, foi pela REGULARIDADE da gestão praticada pelos responsáveis no período examinado. Assim, o processo de contas em apreço, organizado na forma regulamentar, encontra-se em condições de ser encaminhado ao Tribunal de Contas da União, para os fins do inciso II do art. 71 da Constituição Federal. Brasília, 28 de junho de 2013. Ass. Ricardo Soares de Almeida, Secretário de Controle Interno.”.

2 – **Processos n.s 167.849/2008 e 168.788/2008**, referentes à prestação de contas da Fundação Zerbini, concernente aos recursos transferidos pela Câmara dos Deputados, no exercício de 2008, a título de Auxílios e de Contribuições (Convênio nº 021.0/2001 e aditivos), respectivamente. Em votação, a Mesa Diretora acatou, por unanimidade, os Certificados de Auditoria, emitidos pela Secretaria de Controle Interno à fl. 1038 do Processo n. 167.849/2008 e à fl. 591 do Processo n. 168.788/2008, nos termos a seguir: **Certificado de Auditoria à fl. 1038** – “Examinamos o processo em referência, que trata da prestação de

contas da Fundação Zerbini, concernente aos recursos transferidos pela Câmara dos Deputados, no exercício de 2008, a título de Auxílios, para fazer frente às despesas de investimentos relativas à realização do objeto constante do Convênio nº 021.0/2001 e aditivos. Para a realização do exame levou-se em consideração a legislação aplicada à modalidade de transferência dos valores envolvidos, a regularidade da documentação fiscal apresentada na prestação de contas, e os registros do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Os montantes apontados como glosa tiveram seus valores acrescidos de atualização monetária e juros de mora, de acordo com a legislação vigente, sendo objeto de restituição integral pela Fundação Zerbini. Considerando o exposto acima, **CERTIFICAMOS** a regularidade das contas relativas à aplicação dos recursos transferidos. Brasília, 30 de abril de 2013.”; **Certificado de Auditoria à fl. 591** – “Examinamos o processo em referência, que trata da prestação de contas da Fundação Zerbini, concernente aos recursos transferidos pela Câmara dos Deputados, no exercício de 2008, a título de Contribuições, para fazer frente às despesas de custeio relativas à realização do objeto constante do Convênio nº 2001/021.0 e aditivos. Para a realização do exame levou-se em consideração a legislação aplicada à modalidade de transferência dos valores envolvidos, a regularidade da documentação fiscal apresentada na prestação de contas, e os registros do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Os montantes apontados como glosa tiveram seus valores acrescidos de atualização monetária e juros de mora, de acordo com a legislação vigente, sendo objeto de restituição integral pela Fundação Zerbini. Considerando o exposto acima, **CERTIFICAMOS** a regularidade das contas relativas à aplicação dos recursos transferidos. Brasília, 30 de abril de 2013.”. Prosseguindo, a Mesa Diretora ratificou, por unanimidade, os despachos exarados pelo Senhor Presidente, *ad referendum* da Mesa Diretora, nos seguintes expedientes referentes a ato da mesa, relatório de missão oficial, relatório de requerimento de informação, reembolso de despesas médico-hospitalares, cessão de servidor, designação e nomeação de servidor, comissão de licitação e gestão fiscal: 1 – **Atos da Mesa: 1.1 – nº 96, de 2013**, que “dispõe sobre o remanejamento de Cargo de Natureza Especial e de Função Comissionada”, baixado *ad referendum* da Mesa Diretora em 23/abril/2013; 1.2 – **nº 99, de 2013**, que “dispõe sobre a extinção e criação de cargos de natureza especial da Corregedoria Parlamentar”, baixado *ad referendum* da Mesa Diretora em 30/abril/2013; 1.3 – **nº 100, de 2013**, que “disciplina

o acesso ao Plenário da Câmara dos Deputados e dá outras providências”, baixado ad referendum da Mesa Diretora em 11/junho/2013; 1.4 – **nº 102, de 2013**, que “dispõe sobre a extinção e criação de cargos de natureza especial no Gabinete do Presidente”, baixado ad referendum da Mesa Diretora em 4/julho/2013. 2 – **Relatório de Missão Autorizada nº 2/2013**, da Presidência. Missões oficiais autorizadas por meio de ofícios – GPO nºs, de 2013: 308 a 310, 317 a 319, 330 a 334, 345 a 347, 354 a 362, 365 a 369, 377, 379, 388, 400, 403, 404, 409 a 412, 417, 419 a 423, 433, 434, 440, 441, 448 a 457, 472 a 474, 488 a 490, 499, 513 a 516, 531 a 533, 535, 536, 547, 562 a 564, 566, 570, 617 a 620, 645 a 650, 659 a 661, 666, 683 a 688, 690 a 695, 697 a 699, 704, 706, 707, 716, 717, 719, 726 a 734, 736, 737, 742 a 748, 750 a 753, 758, 759, 814 a 818, 822 a 824, 829 a 834, 839 a 847, 863, 864, 869 a 875, 884 a 887, 890 a 895, 913, 914, 919, 921, 931 a 936, 938 a 942, 946 a 948, 950 a 953, 957 a 963, 971, 975, 976, 978, 979, 984, 990 a 992, 996 a 999, 1003, 1004, 1011 a 1013, 1018, 1019, 1021 a 1023, 1025 a 1027, 1031 a 1035, 1044 a 1048, 1225, 1247, 1249, 1257 a 1260, 1273, 1274, 1282, 1283, 1285 a 1287, 1292 a 1298, 1300, 1303, 1304, 1309 a 1317, 1321, 1325, 1326, 1329 a 1333, 1335, 1336, 1338 a 1344, 1353 a 1358, 1374 a 1377, 1390 a 1392, 1395, 1396, 1401 a 1407, 1412, 1414 a 1416, 1440 a 1443, 1445, 1455 a 1460, 1493, 1495, 1496, 1499, 1501, 1503, 1505, 1522 a 1525, 1527, 1528, 1531, 1532, 1535 a 1545, 1549, 1551, 1588 a 1590, 1603, 1604, 1608 a 1610, 1612 a 1614, 1625, 1628 a 1630, 1632 a 1635, 1637, 1644 e 1645. 3 – **Relatório de Requerimentos de Informação (RIC)**, despachados *ad referendum* da Mesa Diretora, nos termos dos pareceres, pela aprovação, do Relator, Deputado André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente: 1 – **RIC Nº 1.718/12** – do Sr. Átila Lins – que “requer solicitação de informações ao Senhor Ministro da Integração Nacional sobre os recursos aplicados em todo o país no exercício de 2011”; 2 – **RIC Nº 1.920/12** – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Dr. Paulo Roberto Pinto”; 3 – **RIC Nº 2.730/12** – do Sr. Mendonça Filho – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, sobre eventuais prejuízos para a Petrobrás nas negociações envolvendo a refinaria Pasadena Refining System Inc.”; 4 – **RIC Nº 2.731/12** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério do Trabalho e Emprego informações sobre concurso público para provimento de vagas realizado em 2008 e sobre a contratação terceirizada

no âmbito do Ministério”; 5 – **RIC Nº 2.732/12** – do Sr. Alfredo Kaefer – que “solicita informações ao Ministério de Relações Exteriores sobre atitudes tomadas em defesa dos brasileiros expulsos pelo governo da Bolívia, bem como os que estão sendo espoliados em suas propriedades naquele país, por membros de uma organização social financiada pelo governo boliviano”; 6 – **RIC Nº 2.733/12** – do Sr. Alfredo Kaefer – que “solicita informações ao Sr. Ministro Ministério de Defesa, acerca dos convênios efetuados entre a empresa a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO com os Corpos de Bombeiros Militares, para a Operação de Serviços Especializados de Prevenção, Salvamento e Combate à Incêndio em Aeronaves e Instalações em Aeroportos”; 7 – **RIC Nº 2.734/12** – da Sra. Magda Mofatto – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Justiça Dr. José Eduardo Cardoso, sobre a reserva indígena localizada em Colinas do Sul, no Estado de Goiás”; 8 – **RIC Nº 2.735/12** – do Sr. Jean Wyllys – que “solicita à Ministra de Estado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações relativas à Portaria RIC Nº 233, de 18 de maio de 2010”; 9 – **RIC Nº 2.736/12** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, acerca da utilização de salas da CEF pela Equipe de Transição da prefeitura de São Paulo”; 10 – **RIC Nº 2.737/12** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações da Advocacia Geral da União – AGU acerca dos graves fatos noticiados na mídia, de suposta pressão da Ministra do Meio Ambiente, Senhora Izabella Teixeira, em emissão de parecer favorável a empreendimento de interesse do ex-senador Gilberto Miranda”; 11 – **RIC Nº 2.738/12** – do Sr. Roberto Freire – que “solicita informações ao Sr. Advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, sobre as medidas anunciadas pela Cúpula da AGU, com o intuito de sanear os desvios denunciados pela Operação Porto Seguro”; 12 – **RIC Nº 2.739/12** – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “solicita informações ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, acerca do suposto esquema de liberação de agrotóxicos no país”; 13 – **RIC Nº 2.740/12** – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “solicita ao Senhor Ministro da Saúde, sobre a concessão de registro para os agrotóxicos Singular BR, Acetamiprid CCAB 200 SP e outros, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa”; 14 – **RIC Nº 2.741/13** – do Sr. Nilson Leitão – que “requer o envio de ao Ministério da Educação, sobre andamento de construção de creches do Programa junto ao Fundo Nacional de Desenvol-

vimento da Educação – FNDE”; 15 – **RIC Nº 2.742/13** – do Sr. Raul Lima – que “solicita informações da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República sobre a pista de pouso localizada na cidade de São Luiz do Anauá – Roraima e outra em Santa Maria do Boiaçu – Roraima”; 16 – **RIC Nº 2.743/13** – do Sr. Lelo Coimbra – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda a respeito de decisões proferidas em autuações de sociedades cooperativas, no âmbito da Superintendência de Seguros Privados”; 17 – **RIC Nº 2.744/13** – do Sr. Major Fábio – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça, no sentido de esclarecer esta Casa se as Polícias e Bombeiros Militares dos Estados estão cumprindo as adequações contidas na Portaria Interministerial SEDH-MJ RIC Nº 2, de 15 de dezembro de 2010”; 18 – **RIC Nº 2.745/13** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita informações do Sr. José Eduardo Cardoso, Ministro de Estado da Justiça, sobre o processo de análise das ossadas dos mortos pela ditadura de 1964”; 19 – **RIC Nº 2.746/13** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita informações do Sr. José Eduardo Cardoso, Ministro de Estado da Justiça, sobre a implantação do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”; 20 – **RIC Nº 2.747/13** – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita informações do Exmo. Sr. Ministro da Saúde sobre publicação da cartilha sob título “Protocolo Misoprostol””; 21 – **RIC Nº 2.748/13** – do Sr. Guilherme Campos – que “requer informações a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão informações sobre despesas obrigatórias”; 22 – **RIC Nº 2.750/13** – do Sr. Raul Henry – que “solicita informações ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, sobre possíveis atos de espionagem do Governo de Cuba em território brasileiro e de divulgação de dossiê difamatório contra a jornalista Yoani Sánchez, com a participação de servidor público dessa Secretaria”; 23 – **RIC Nº 2.751/13** – do Sr. Marçal Filho – que “solicita ao Senhor Ministro da Saúde informações acerca do grave problema na aplicação dos recursos oriundos da União para custeio das ações de Saúde no município de Dourados em Mato Grosso do Sul”; 24 – **RIC Nº 2.752/13** – do Sr. Evandro Milhomen – que “solicita informações a Ministra do Planejamento Orçamento e Gestão acerca do Processo RIC Nº 03000.000485/2011-91”; 25 – **RIC Nº 2.753/13** – do Sr. Marcio Bittar – que “requer o envio de solicitação de informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes”; 26 – **RIC Nº 2.754/13** – do Sr. Arolde de Oliveira – que “solicita informações do Ministro da Saúde sobre a publicação de cartilha ex-

plicativa sobre o uso e recomendação do medicamento misoprostol”; 27 – **RIC Nº 2.755/13** – do Sr. Ronaldo Caiado – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardoso, sobre a aquisição de Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANTs)”; 28 – **RIC Nº 2.756/13** – do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações complementares ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Senhor Edson Lobão, sobre transações no exterior envolvendo refinarias de propriedade da Petrobras”; 29 – **RIC Nº 2.757/13** – do Sr. Amauri Teixeira – que “solicita ao Exmo. Sr. Ministro de Estado Saúde informações sobre a comercialização dos medicamentos Neosaldina, Sibutramina, Diane 35, Avastin, hormônio do crescimento”; 30 – **RIC Nº 2.758/13** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita sejam prestadas informações por parte do Ministério da Fazenda sobre veiculação de campanhas e peças publicitárias da Caixa Econômica Federal em rádios, jornais, televisão, outdoor, revistas, festas, patrocínios e outros, no Estado do Paraná”; 31 – **RIC Nº 2.759/13** – do Sr. Dr. Rosinha – que “solicita informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores referentes à emissão de passaportes diplomáticos com fundamento na Portaria RIC Nº 98, de 24 de janeiro de 2011, do Ministério das Relações Exteriores, que regulamenta o § 3º do art. 6º do Decreto RIC Nº 5.978, de 2006, que “Dá nova redação ao Regulamento de Documentos de Viagem a que se refere o Anexo ao Decreto no 1.983, de 14 de agosto de 1996, que instituiu o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro – PROMASP””; 32 – **RIC Nº 2.760/13** – do Sr. Henrique Afonso – que “solicita informação ao Ministério do Meio Ambiente sobre andamento dos trabalhos de revisão da Medida Provisória RIC Nº 2.186-16”; 33 – **RIC Nº 2.761/13** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, sobre as condições de compra pelo Consórcio Solace à Caixa Econômica Federal de terreno localizado na Zona Portuária da Cidade do Rio de Janeiro, bem como sobre a compra e administração de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs)”; 34 – **RIC Nº 2.762/13** – do Sr. José Chaves – (RIC 2223/2012) – que “requero a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Requerimento Interno que, ouvida a Mesa, seja encaminhado à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) o seguinte pedido de informação”; 35 – **RIC Nº 2.764/13** – do Sr. Nilson Leitão – que “requer o envio de ao Ministério dos Transportes e ao Departamento Nacional de In-

fraestrutura de Transporte – DNIT, sobre a BR 163”; 36 – **RIC Nº 2.765/13** – do Sr. Fernando Jordão – que “solicita ao Senhor Ministro de Minas e Energia, informações relativamente ao Contrato de Concessão da empresa Ampla Energia e Serviços S/A, no Estado do Rio de Janeiro”; 37 – **RIC Nº 2.767/13** – do Sr. Reinaldo Azambuja – que “requer informações ao Senhor José Eduardo Martins Cardozo, Ministro de Estado da Justiça, sobre a identificação e delimitação da terra indígena Iguatemipegua I, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul”; 38 – **RIC Nº 2.768/13** – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “solicita ao Ministro de Estado das Comunicações informações sobre as providências adotadas por essa pasta para acabar com as interferências mútuas ocorridas entre as emisoras comunitárias que operam na mesma frequência”; 39 – **RIC Nº 2.769/13** – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, sobre execução orçamentária do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – RJ”; 40 – **RIC Nº 2.770/13** – do Sr. Onyx Lorenzoni – que “solicita informações ao Ministro Luís Inácio Adams, advogado-geral da União, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre denúncia veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, em sua edição de 23/02/2013, e repercutida por outros órgãos de imprensa, de que sindicância instaurada naquele órgão para investigar a suspeita de envolvimento de servidores da AGU (Advocacia-Geral da União) teria apurado “evidentes indícios” de irregularidades contra este ministro, tendo sido, no entanto, arquivada pela Corregedoria-Geral”; 41 – **RIC Nº 2.771/13** – do Sr. Giacombo – que “solicita informações ao Ministro da Fazenda acerca de norma ou procedimento operacional relativos à concessão de crédito a pessoas naturais e jurídicas”; 42 – **RIC Nº 2.772/13** – da Sra. Erika Kokay – que “requer o encaminhamento de pedido de informação a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão quanto aos imóveis não edificadas, de natureza urbana ou rural, localizados no Distrito Federal e que integram o patrimônio da União”; 43 – **RIC Nº 2.773/13** – do Sr. Arolde de Oliveira – que “requeremos informações do Ministro da Justiça sobre contrabando e comercialização ilegal do medicamento misoprostol”; 44 – **RIC Nº 2.774/13** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministério da Cultura, no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, informações sobre a aprovação de anteprojeto de modernização da Marina da Glória (RJ)”; 45 – **RIC Nº 2.775/13** – do Sr. Marllós Sampaio – que “requeiro informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia sobre a constante falta de luz que

vem acontecendo no Estado do Piauí”; 46 – **RIC Nº 2.776/13** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Fernando Damata Pimentel, sobre as participações acionárias da BNDES Participações S/A – BNDESPar, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES”; 47 – **RIC Nº 2.777/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), acerca da estimativa de safra e custo de produção de laranja, dos estoques de suco de laranja e do leilão PEPRO laranja, conforme questionamentos que seguem”; 48 – **RIC Nº 2.778/13** – do Sr. Raimundo Gomes de Matos – que “requer informações ao Ministro da Fazenda, Senhor Guido Mantega, sobre a execução da Ferrovia Transnordestina”; 49 – **RIC Nº 2.779/13** – do Sr. Raimundo Gomes de Matos – que “requer informações ao Ministro da Integração Nacional, Senhor Fernando Bezerra Coelho, sobre a execução da Ferrovia Transnordestina”; 50 – **RIC Nº 2.780/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pelas administrações municipais do município amazonense de Alvarães (anos de 2003, 2005 e 2009) na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado pela CGU durante as fiscalizações realizadas no referido município”; 51 – **RIC Nº 2.781/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Envira na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2004”; 52 – **RIC Nº 2.782/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Maués na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2008”; 53 – **RIC Nº 2.783/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Maraã na aplicação de recursos federais para a área da Edu-

cação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2004”; 54 – **RIC Nº 2.784/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Amaturá na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2005”; 55 – **RIC Nº 2.785/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Apuí na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2003”; 56 – **RIC Nº 2.786/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Benjamin Constant na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2010”; 57 – **RIC Nº 2.787/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Autazes na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2006”; 58 – **RIC Nº 2.788/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pelas administrações municipais do município amazonense de Careiro na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalizações realizadas pela CGU nos anos de 2003 e 2007”; 59 – **RIC Nº 2.789/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Manicoré na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2007”; 60 – **RIC Nº 2.790/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Minis-

trô da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Tabatinga na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2007”; 61 – **RIC Nº 2.791/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Nova Olinda do Norte na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2004”; 62 – **RIC Nº 2.792/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Iranduba na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2004”; 63 – **RIC Nº 2.793/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pelas administrações municipais do município amazonense de Fonte Boa (anos de 2006 e 2009) na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado pela CGU durante as fiscalizações realizadas no referido município”; 64 – **RIC Nº 2.794/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Borba na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2009”; 65 – **RIC Nº 2.795/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Canutama na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2006”; 66 – **RIC Nº 2.796/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Tabatinga na apli-

cação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2010”; 67 – **RIC Nº 2.797/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Tapauá na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2009”; 68 – **RIC Nº 2.798/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Tefé na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2010”; 69 – **RIC Nº 2.799/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Urucurituba na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2011”; 70 – **RIC Nº 2.800/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Tonantins na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2005”; 71 – **RIC Nº 2.801/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de “Rio Preto da Eva” na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2003”; 72 – **RIC Nº 2.802/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pelas administrações municipais do município amazonense de Parintins (anos de 2003 e 2004) na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado pela CGU durante as fiscalizações realizadas no referido município”; 73 – **RIC Nº 2.803/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita

ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Nhamundá na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2004”; 74 – **RIC Nº 2.804/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Boa Vista do Ramos na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2005”; 75 – **RIC Nº 2.805/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Carauari na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2004”; 76 – **RIC Nº 2.806/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Beruri na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2003”; 77 – **RIC Nº 2.807/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Caapiranga na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2003”; 78 – **RIC Nº 2.808/13** – do Sr. Flaviano Melo – que “solicita informações ao Ministro dos Transportes, Senhor Paulo Sérgio Passos, acerca dos Contratos/Convênios firmados com o Governo do Estado do Acre para as obras de Construção/Manutenção na BR 364/AC”; 79 – **RIC Nº 2.809/13** – do Sr. Flaviano Melo – que “solicita informações ao ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, acerca do andamento do projeto, licitação e obras de construção da ponte sobre o rio Madeira (trecho – Jacira/Abunã) na BR– 364 , divisa dos estados de Rondônia e Acre”; 80 – **RIC Nº 2.810/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Antônio de Aguiar Pa-

triota, sobre o pagamento a diplomatas, em serviço no exterior, de salários acima do teto do funcionalismo público permitido pela Constituição Federal de 1988”; 81 – **RIC Nº 2.811/13** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Sr. Jorge Hage Sobrinho, à respeito de auditoria realizada em hospitais do Estado do Rio de Janeiro”; 82 – **RIC Nº 2.813/13** – do Sr. Marco Tebaldi – que “solicita informações à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR, sobre a situação do Aeroporto Lauro Carneiro de Loyola – Joinville – SC”; 83 – **RIC Nº 2.814/13** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado Chefe do Ministério da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, quanto à suspensão dos recursos para Saúde da Família aos nove municípios do estado do Rio de Janeiro”; 84 – **RIC Nº 2.815/13** – da Sra. Rosinha da Adefal – que “solicita que sejam prestadas informações pelo Sr. Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha sobre a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) acerca do cumprimento, por parte dos planos de saúde, do art. 14 da Lei RIC Nº 9.656, de 03/06/98”; 85 – **RIC Nº 2.816/13** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita informações ao Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, sobre a situação dos doentes mentais encarcerados em penitenciárias”; 86 – **RIC Nº 2.817/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro da Agricultura, Sr. Mendes Ribeiro Filho, sobre o pagamento a servidores do Ministério, em serviço no exterior, de salários acima do teto do funcionalismo público permitido pela Constituição Federal de 1988”; 87 – **RIC Nº 2.818/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega, sobre o pagamento a servidores da Receita Federal, em serviço no exterior, de salários acima do teto do funcionalismo público permitido pela Constituição Federal de 1988”; 88 – **RIC Nº 2.819/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, sobre o pagamento a servidores da Polícia Federal, em serviço no exterior, de salários acima do teto do funcionalismo público permitido pela Constituição Federal de 1988”; 89 – **RIC Nº 2.820/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita à Advocacia Geral da União (AGU) informação sobre as explicações fornecidas ao Conselho de Ética da Presidência em relação à conduta do Sr. Ministro Luis Adams”; 90 – **RIC Nº 2.821/13** – do Sr. Carlos Roberto – que “solicita ao Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República informações a respeito da concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos”; 91 – **RIC Nº**

2.822/13 – do Sr. Sarney Filho – que “solicita Informação a Senhora Ministra do Meio Ambiente quanto 1) a conclusão da regulamentação do art. 8º da Lei 9.966/2000, que institui o Plano Nacional de Contingência-PNC; 2) quanto ao fortalecimento institucional dos órgãos que compõem o PNC; e 3) quanto a criação de modelos e melhoria dos atuais sistemas de monitoramento, prevenção, controle e atendimento à acidentes e emergências ambientais, oriundas da atividade de exploração e produção de petróleo”; 92 – **RIC Nº 2.823/13** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Sr. Wagner Bittencourt Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República a respeito da redução na frequência de voos da empresa TAM linhas aéreas para Rio Branco – Acre”; 93 – **RIC Nº 2.824/13** – do Sr. Otavio Leite – que “solicita ao Ministro Fernando Pimentel, titular do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações sobre os empréstimos, às micro, pequenas e médias empresas, efetuados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, órgão vinculado ao ministério”; 94 – **RIC Nº 2.825/13** – do Sr. Dimas Fabiano – que “requer esclarecimentos sobre programa de milhagens das companhias aéreas”; 95 – **RIC Nº 2.826/13** – do Sr. Esperidião Amin – que “solicita informações ao Exmo. Ministro dos Transportes Sr. Paulo Sérgio Oliveira Passos”. EXPLICACAO DA EMENTA: Informações sobre o número e o respectivo valor das multas impostas pela ANTT à empresa AutoPista Litoral Sul, concessionária do trecho Divisa SC – PR a Palhoça (SC); 96 – **RIC Nº 2.827/13** – do Sr. José Humberto – que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário informações sobre os Processos de Geo-referenciamento estabelecidos pelos Decretos RIC Nº 4.449, de 2002 e 5570, de 2005, que regulamentam a Lei RIC Nº 10.267, de 28 de agosto de 2001”. EXPLICACAO DA EMENTA: Certificados de Identificação Rural; 97 – **RIC Nº 2.828/13** – do Sr. João Dado – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre a estimativa de renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei RIC Nº 1805, de 2007”; 98 – **RIC Nº 2.829/13** – do Sr. Carlos Roberto – que “solicito ao Senhor Ministro das Comunicações em conjunto com a ANATEL informações a respeito de emissora de radiodifusão que recebeu outorga para operar no município de Guarulhos/SP”. EXPLICACAO DA EMENTA: Emissora Tupi FM 104,1; 99 – **RIC Nº 2.830/13** – do Sr. Arnaldo Jardim – que “solicita do Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia informações quanto à situação dos parques de geração de energia eólica que estão prontos, porém per-

manecem sem conexão com a rede de transmissão de energia elétrica, e quanto às providências a serem adotadas nos futuros leilões de compra de energia elétrica para evitar a repetição dessa situação que traz grandes prejuízos aos consumidores”; 100 – **RIC Nº 2.831/13** – do Sr. Francisco Chagas – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes sobre as providências adotadas referente a situação das famílias residentes no local onde será construído o Trecho Norte do Rodoanel, obra que abrange o município de São Paulo e cidades da região metropolitana”; 101 – **RIC Nº 2.832/13** – do Sr. Paulo Rubem Santiago – que “solicita informações à Sra. Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão a respeito da não convocação de servidores aprovados em concurso público”; 102 – **RIC Nº 2.833/13** – do Sr. Anthony Garotinho – que “solicita informações a Exma. Sra. Ministra-Chefe da Secretaria de Comunicação Social, Helena Chagas, sobre gastos do Poder Executivo Federal efetuados com publicações ordenadas na Lei RIC Nº 6.404, de 1976 (Lei das S/A) nos Jornais e Revistas particulares e com propagandas no período de 1º de janeiro de 2011 até a presente data”; 103 – **RIC Nº 2.834/13** – do Sr. Roberto Freire – que “solicita informações ao Ministro da Saúde Alexandre Padilha, sobre demora na análise de processos e tratamento diferenciado a determinados planos de saúde por parte da Agência Nacional de Saúde Complementar”; 104 – **RIC Nº 2.835/13** – da Sra. Rosinha da Adefal – que “solicita informações a Exma. Sra. Eleonora Menicucci, Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República relativas a existência de estatísticas e políticas públicas específicas para as mulheres e meninas com deficiência”; 105 – **RIC Nº 2.836/13** – do Sr. João Campos – que “requer seja encaminhado a Secretária de Direitos Humanos, Ministra Maria do Rosário, o presente pedido de informações sobre a denúncia de irregularidades no Edital da Polícia Civil do Estado da Bahia que atentam contra os direitos humanos das mulheres”; 106 – **RIC Nº 2.837/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pelas administrações municipais do município amazonense de Careiro na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado por fiscalizações realizadas pela CGU nos anos de 2003 e 2007”; 107 – **RIC Nº 2.838/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde

em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Caapiranga na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2003”; 108 – **RIC Nº 2.839/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense “Careiro da Várzea” na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2007”; 109 – **RIC Nº 2.840/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Borba na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2009”; 110 – **RIC Nº 2.841/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Boa Vista do Ramos na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2005”; 111 – **RIC Nº 2.842/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Beruri na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2003”; 112 – **RIC Nº 2.843/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Benjamin Constant na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2010”; 113 – **RIC Nº 2.844/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pelas administrações municipais do município amazonense de Alvarães (anos de 2003, 2005 e

2009) na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado pela CGU durante as fiscalizações realizadas no referido município”; 114 – **RIC Nº 2.845/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Amaturá na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2005”; 115 – **RIC Nº 2.846/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Envira na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2004”; 116 – **RIC Nº 2.847/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pelas administrações municipais do município amazonense de Fonte Boa (anos de 2006 e 2009) na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado pela CGU durante as fiscalizações realizadas no referido município”; 117 – **RIC Nº 2.848/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Iranduba” na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2004”; 118 – **RIC Nº 2.849/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Maués na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2008”; 119 – **RIC Nº 2.850/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Tefé na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano

de 2010”; 120 – **RIC Nº 2.851/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Nova Olinda do Norte na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2004”; 121 – **RIC Nº 2.852/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pelas administrações municipais do município amazonense de Parintins (anos de 2003 e 2004) na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado pela CGU durante as fiscalizações realizadas no referido município”; 122 – **RIC Nº 2.853/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Autazes na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2006”; 123 – **RIC Nº 2.854/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Manicoré na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2007”; 124 – **RIC Nº 2.855/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Maraã na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2004”; 125 – **RIC Nº 2.856/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Tonantins na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2005”; 126 – **RIC Nº 2.857/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Ale-

xandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Tapauá na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2009”; 127 – **RIC Nº 2.858/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Tabatinga na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2010”; 128 – **RIC Nº 2.859/13** – do Sr. Francisco Praciano – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações relativas às providências tomadas pelo Ministério da Saúde em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Urucurituba na aplicação de recursos federais para a área da Saúde, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2011”; 129 – **RIC Nº 2.860/13** – do Sr. Átila Lins – que “solicita informações ao Senhor Ministro dos Transportes, Paulo Sergio de Oliveira Passos, sobre a manutenção da BR-230, no trecho Lábrea – Humaitá”; 130 – **RIC Nº 2.861/13** – do Sr. Mandetta – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça acerca das providências adotadas para solucionar os conflitos entre indígenas e pecuaristas no estado de Mato Grosso do Sul e também providências adotadas para apuração de denúncias envolvendo agentes públicos da FUNAI naquela região”; 131 – **RIC Nº 2.862/13** – do Sr. Paulo Rubem Santiago – que “solicita ao Ministro da Ciência e Tecnologia informações acerca dos programas de iniciação científica para a educação básica, desenvolvidos pelo CNPq: PIC-OBMEP, o IC-Jr/FAPs e o PIBIC-EM”; 132 – **RIC Nº 2.863/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações ao Senhor Ministro da Fazenda sobre a participação da ex-Chefe de Gabinete da Presidência da República em São Paulo, a Sra. Rosemary Noronha, nas negociações que definiram o comando do Banco do Brasil e do fundo de pensão de seus funcionários”; 133 – **RIC Nº 2.864/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer ao Sr. Antônio Andrade, Ministro de Estado de Agricultura, informações sobre as providências adotadas em relação a denúncia de situação calamitosa por que passam os servidores que atuam na Superintendência da Agricultura no Paraná”; 134 – **RIC Nº 2.866/13** – do Sr. Ademir Camilo – que “solicita à Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente

Izabella Mônica Vieira Teixeira, informações referentes à implantação da Reserva Extrativista Barra do Pacuí nos municípios de Ibiaí, Ponto Chique e Buritizeiro no Estado de Minas Gerais”; 135 – **RIC Nº 2.867/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, sobre o quantitativo geral dos cargos comissionados de livre nomeação das companhias, empresas e estatais que estão sob a sua supervisão”; 136 – **RIC Nº 2.868/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, sobre o quantitativo geral dos cargos comissionados de livre nomeação das companhias, empresas e estatais que estão sob a sua supervisão”; 137 – **RIC Nº 2.869/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação – MEC, sobre o quantitativo geral dos cargos comissionados de livre nomeação das companhias, empresas e estatais que estão sob a sua supervisão”; 138 – **RIC Nº 2.870/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, sobre o quantitativo geral dos cargos comissionados de livre nomeação das companhias, empresas e estatais que estão sob a sua supervisão”; 139 – **RIC Nº 2.871/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Ministro de Estado da Previdência Social – MPS, sobre o quantitativo geral dos cargos comissionados de livre nomeação das companhias, empresas e estatais que estão sob a sua supervisão”; 140 – **RIC Nº 2.872/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Ministro de Estado da Saúde – MS, sobre o quantitativo geral dos cargos comissionados de livre nomeação das companhias, empresas e estatais que estão sob a sua supervisão”; 141 – **RIC Nº 2.873/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Ministro de Estado dos Transportes – MT, sobre o quantitativo geral dos cargos comissionados de livre nomeação das companhias, empresas e estatais que estão sob a sua supervisão”; 142 – **RIC Nº 2.874/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Ministro de Estado das Comunicações – MC, sobre o quantitativo geral dos cargos comissionados de livre nomeação das companhias, empresas e estatais que estão sob a sua supervisão”; 143 – **RIC Nº 2.876/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Ministro de Estado da Defesa – MD, sobre o quantitativo geral dos cargos comissionados de livre nomeação das companhias, empresas e es-

tatais que estão sob a sua supervisão”; 144 – **RIC Nº 2.877/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional – MI, sobre o quantitativo geral dos cargos comissionados de livre nomeação das companhias, empresas e estatais que estão sob a sua supervisão”; 145 – **RIC Nº 2.878/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Ministro de Estado das Cidades – MCidades, sobre o quantitativo geral dos cargos comissionados de livre nomeação das companhias, empresas e estatais que estão sob a sua supervisão”; 146 – **RIC Nº 2.880/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia – MME, sobre o quantitativo geral dos cargos comissionados de livre nomeação das companhias, empresas e estatais que estão sob a sua supervisão”; 147 – **RIC Nº 2.881/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações à Ministra-Chefe da Casa Civil, sobre o quantitativo geral dos cargos comissionados de livre nomeação das companhias e empresas que estão sob a supervisão da Presidência da República”; 148 – **RIC Nº 2.882/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, sobre o quantitativo geral dos cargos comissionados de livre nomeação das companhias, empresas e estatais que estão sob a sua supervisão”; 149 – **RIC Nº 2.883/13** – do Sr. Chico das Verduras – que “requer informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, acerca das providências adotadas para solucionar as dificuldades com o fechamento de área da BR-174, em especial nos 123 Km entre os Estados do Amazonas e Roraima (reserva indígena Waimiri-Atroari)”; 150 – **RIC Nº 2.884/13** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, sobre a produção a longo prazo dos poços já contratados até 2012”; 151 – **RIC Nº 2.885/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Senhor Ministro das Cidades informações relativas às obras de esgotamento sanitário em Porto Velho, constantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC”; 152 – **RIC Nº 2.886/13** – do Sr. Cesar Colnago – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Fernando Damata Pimentel”. EXPLICACAO DA EMENTA: Sobre operações de financiamento do BNDES para o grupo EBX; 153 – **RIC Nº 2.887/13** – do Sr. Arolde de Oliveira – que “solicito informações a Ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos sobre a instituição de

Grupo de Trabalho com objetivo de acompanhar e monitorar a Implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)”; 154 – **RIC Nº 2.888/13** – do Sr. Fernando Jordão – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão a respeito do andamento do Projeto de Lei, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Segurança Nuclear, enviado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ao Ministério do Planejamento”; 155 – **RIC Nº 2.889/13** – do Sr. Fernando Jordão – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Defesa, Celso Amorim a respeito do andamento do Projeto de Lei, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Segurança Nuclear, enviado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ao Ministério do Planejamento”; 156 – **RIC Nº 2.890/13** – do Sr. Fernando Jordão – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Rupp a respeito do andamento do Projeto de Lei, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Segurança Nuclear, enviado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ao Ministério do Planejamento”; 157 – **RIC Nº 2.891/13** – do Sr. Benjamin Maranhão – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a respeito do Programa do Leite no Estado da Paraíba”; 158 – **RIC Nº 2.893/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro das Relações Exteriores sobre respostas às denúncias enviadas àquele Ministério pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU)”; 159 – **RIC Nº 2.894/13** – do Sr. Guilherme Campos – que “solicita informações à Excelentíssima Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão acerca do quantitativo de órgãos subordinados ao ministério em funcionamento no município de Campinas, Estado de São Paulo, devendo informar ainda quais são os órgãos, o seu espaço físico, a quantidade de cargos por unidade e as funções de cada um dos funcionários”; 160 – **RIC Nº 2.895/13** – do Sr. Guilherme Campos – que “solicita informações à Excelentíssima Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão acerca do quantitativo de órgãos federais em funcionamento no município de Campinas, Estado de São Paulo, devendo informar ainda quais são os órgãos, o seu espaço físico, a quantidade de cargos por unidade e as funções de cada um dos funcionários”; 161 – **RIC Nº 2.896/13** – do Sr. Guilherme Campos – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego acerca do quantitativo de órgãos subordinados ao ministério em funcionamento no município de Campinas, Estado de São Paulo, devendo informar ainda quais são os ór-

gãos, o seu espaço físico, a quantidade de cargos por unidade e as funções de cada um dos funcionários”; 162 – **RIC Nº 2.897/13** – do Sr. Guilherme Campos – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Previdência Social acerca do quantitativo de órgãos subordinados ao ministério em funcionamento no município de Campinas, Estado de São Paulo, devendo informar ainda quais são os órgãos, o seu espaço físico, a quantidade de cargos por unidade e as funções de cada um dos funcionários”; 163 – **RIC Nº 2.898/13** – do Sr. Guilherme Campos – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Justiça acerca do quantitativo de órgãos subordinados ao ministério em funcionamento no município de Campinas, Estado de São Paulo, devendo informar ainda quais são os órgãos, o seu espaço físico, a quantidade de cargos por unidade e as funções de cada um dos funcionários”; 164 – **RIC Nº 2.899/13** – do Sr. Guilherme Campos – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda acerca do quantitativo de órgãos subordinados ao ministério em funcionamento no município de Campinas, Estado de São Paulo, devendo informar ainda quais são os órgãos, o seu espaço físico, a quantidade de cargos por unidade e as funções de cada um dos funcionários”; 165 – **RIC Nº 2.900/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações sobre o encerramento das atividades do Fórum Brasil Conectado”; 166 – **RIC Nº 2.901/13** – do Sr. Stepan Nercessian – que “solicita informações ao Ministro da Educação sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo)”. **EXPLICACAO DA EMENTA:** Sobre as providências que estão sendo tomadas, para que sejam sanadas as falhas na execução do Programa Nacional de Tecnologia Educacional; 167 – **RIC Nº 2.902/13** – do Sr. Fernando Jordão – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão a respeito do andamento do Projeto para ampliação do Terminal de Petróleo da Baía da Ilha Grande”; 168 – **RIC Nº 2.903/13** – do Sr. Eduardo Sciarra – que “solicita informações ao Senhor Antônio Andrade, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, acerca da importação de pescado da República Popular da China”; 169 – **RIC Nº 2.904/13** – do Sr. Eduardo Sciarra – que “solicita informações ao Senhor Marcelo Crivella, Ministro da Pesca e Aquicultura – MPA, acerca da importação de pescado da República Popular da China”; 170 – **RIC Nº 2.908/13** – do Sr. Onofre Santo Agostini – que “solicita informações, ao Sr. Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, a respeito de matéria

publicada em meio midiático impresso, sobre a obrigatoriedade, para os estudantes do curso de Direito, da realização de estágios em órgãos públicos”; 171 – **RIC Nº 2.909/13** – do Sr. Carlos Sampaio – que “requer sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro da Integração Nacional, Sr. Fernando Bezerra, sobre a execução orçamentária e financeira das ações compreendidas pelos Programas de Prevenção e Preparação para Desastres, de Respostas aos Desastres e Reconstrução e de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres”; 172 – **RIC Nº 2.910/13** – do Sr. Carlos Sampaio – que “requer sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro das Cidades, Sr. Aguinaldo Ribeiro, sobre a execução orçamentária e financeira das ações compreendidas pelos Programas de Prevenção e Preparação para Desastres, de Respostas aos Desastres e Reconstrução e de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres”; 173 – **RIC Nº 2.911/13** – do Sr. Paulão – que “requer informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a respeito dos programas executados no Estado de Alagoas”; 174 – **RIC Nº 2.912/13** – do Sr. Betinho Rosado – que “requer aos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional informações sobre as taxas de encargos e de bônus de adimplência, que serão aplicados nos empréstimos de crédito rural concedidos com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste, objeto da Resolução RIC Nº 4.181 do Banco Central, datada de 07/01/2013”; 175 – **RIC Nº 2.913/13** – do Sr. Laercio Oliveira – que “solicita informações ao Ministro da Fazenda”; 176 – **RIC Nº 2.914/13** – do Sr. Chico Lopes – que “requer informações a Senhora Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, que através da Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Ceará, esclareça sobre situação das barracas de praia situadas na Praia do Futuro, em Fortaleza”; 177 – **RIC Nº 2.915/13** – da Sra. Flávia Moraes – que “requer informações à Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República”; 178 – **RIC Nº 2.916/13** – do Sr. Luis Carlos Heinze – que “requer o envio de Requerimento de Informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, solicitando o que especifica”; 179 – **RIC Nº 2.917/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edson Lobão, informações sobre a venda da petroleira argentina Pesa”; 180 – **RIC Nº 2.918/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edson Lobão, informações sobre a situação financeira da Eletrobras”; 181 – **RIC Nº 2.919/13** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita informações ao Ministro das Relações Exteriores sobre a ratificação pelo Brasil do

Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PF-PIDESC)”; 182 – **RIC Nº 2.920/13** – do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, com vistas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas”; 183 – **RIC Nº 2.921/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Senhor Gastão Dias Vieira, Ministro de Estado do Turismo, sobre convênios celebrados entre o Ministério do Turismo e prefeituras, no ano de 2012”; 184 – **RIC Nº 2.922/13** – do Sr. Sarney Filho – que “solicita informação ao Senhor Ministro das Cidades, quanto à demolição de casas do Programa Minha Casa Minha Vida no Morro do Bumba, em Niterói/RJ; e à deterioração de casas construídas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em Imperatriz/MA”; 185 – **RIC Nº 2.923/13** – do Sr. Sarney Filho – que “solicita informação ao Senhor Ministro da Fazenda, com vistas à Caixa Econômica Federal, quanto à demolição de casas do Programa Minha Casa Minha Vida no Morro do Bumba, em Niterói/RJ; e à deterioração de casas construídas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em Imperatriz/MA”; 186 – **RIC Nº 2.926/13** – do Sr. Sarney Filho – que “solicita à Ministra do Meio Ambiente informações sobre o quantitativo de servidores públicos federais e estaduais, no exercício efetivo do cumprimento das funções afetas ao novo Código Florestal (Lei RIC Nº 12.651/2012), distribuídos nos 26 (vinte e seis) Estados e no Distrito Federal”; 187 – **RIC Nº 2.927/13** – do Sr. Reguffe – que “solicita informações ao Ministro da Fazenda acerca da arrecadação de impostos sobre medicamentos de uso humano”; 188 – **RIC Nº 2.928/13** – do Sr. Reguffe – que “solicita informações à Ministra do Planejamento a respeito do funcionalismo público”. EXPLICACAO DA EMENTA: Com relação a cargos comissionados na estrutura do Poder Executivo; 189 – **RIC Nº 2.929/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações ao Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, sobre o quantitativo geral dos cargos comissionados de livre nomeação das companhias e empresas que estão sob a sua supervisão”; 190 – **RIC Nº 2.930/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Ministro da Secretaria de Portos, sobre o quantitativo geral dos cargos comissionados de livre nomeação das companhias e empresas e estatais que estão sob a sua supervisão”; 191 – **RIC Nº 2.931/13** – do Sr. Raul Henry – que

“solicita informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Edson Lobão, sobre a suspensão de outorgas de alvarás de pesquisa mineral e concessão de lavras”; 192 – **RIC Nº 2.932/13** – da Comissão de Desenvolvimento Urbano – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia no sentido de esclarecer os reais motivos que levaram a Petrobras a paralisar as obras de construção da Refinaria Premium I, no município de Bacabeiras – MA”; 193 – **RIC Nº 2.933/13** – do Sr. Mandetta – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde acerca da perda de prazo, por parte da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, para analisar denúncias de clientes e aplicar punições a empresas de planos de saúde”; 194 – **RIC Nº 2.934/13** – do Sr. Luiz Alberto – que “solicita informação ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o Plano de Desinvestimento da PETROBRAS”; 195 – **RIC Nº 2.935/13** – do Sr. Davi Alcolumbre – que “solicita informações ao Banco Central do Brasil-BACEN”. EXPLICACAO DA EMENTA: Em relação a contratos de leasing celebrados no Estado do Amapá; 196 – **RIC Nº 2.937/13** – do Sr. João Dado – que “solicita ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda informações a respeito da estimativa de aumento na arrecadação de receitas decorrente da introdução de novas alíquotas no imposto de renda da pessoa jurídica”; 197 – **RIC Nº 2.938/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro de Estado de Justiça, Sr. José Eduardo Cardoso, sobre o processo de extradição do britânico Michael Misick”; 198 – **RIC Nº 2.939/13** – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “requer à Senhora Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, informações sobre o aquífero Alter do Chão, localizado na região Norte do País”; 199 – **RIC Nº 2.940/13** – do Sr. Ronaldo Caiado – que “solicita informações ao Sr. ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Ministro José Elito Carvalho Siqueira, sobre a denúncia de monitoramento, pela Agência Brasileira de Inteligência– ABIN, de movimento sindical ocorrido no Porto de Suape, localizado no Estado de Pernambuco”; 200 – **RIC Nº 2.941/13** – do Sr. Padre Ton – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, no âmbito do Banco do Brasil e Banco da Amazônia, acerca de denúncia sobre exigências ilegais para concessão de crédito nas linhas do Pronaf, no Estado de Rondônia”; 201 – **RIC Nº 2.942/13** – do Sr. Dr. Rosinha – que “solicita o envio de ao Ministro de Estado da Fazenda sobre critérios adotados pela Receita Federal para doação de mercadorias apreendidas”; 202 – **RIC Nº 2.943/13** – do Sr. João Dado – que “requer seja en-

caminhado pedido de informações ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a estimativa de renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Decreto Legislativo RIC Nº 497, de 2011”; 203 – **RIC Nº 2.944/13** – do Sr. Mendonça Filho – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Senhor Edison Lobão, sobre o apoio financeiro do Tesouro Nacional às concessionárias de energia elétrica”; 204 – **RIC Nº 2.945/13** – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Advogado Geral da União a respeito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (ProSub) do Governo Federal”; 205 – **RIC Nº 2.946/13** – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Meio Ambiente a respeito das garantias ambientais para construção do Submarino Nuclear no Município de Itaguaí – RJ”; 206 – **RIC Nº 2.947/13** – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa a respeito das garantias ambientais para construção do Submarino Nuclear no Município de Itaguaí – RJ”; 207 – **RIC Nº 2.948/13** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, referente às transferências do SUS para o Estado do Rio e a Capital Rio de Janeiro, detalhando valores e números de procedimentos, nos anos de 2010, 2011 e 2012”; 208 – **RIC Nº 2.949/13** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita ao Ministro da Justiça informações à respeito de denúncia biopirataria envolvendo organizações indígenas”; 209 – **RIC Nº 2.950/13** – da Sra. Perpétua Almeida – que “requer à Ministra do Meio Ambiente a respeito de denúncia biopirataria envolvendo organizações indígenas”; 210 – **RIC Nº 2.951/13** – do Sr. Simplício Araújo – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra de Souza Coelho, sobre os recursos liberados pelo Governo Federal e órgãos da União para reparos e conservação da Barragem do Rio Flores em Joselândia, no Maranhão”; 211 – **RIC Nº 2.952/13** – da Sra. Andreia Zito – que “requer informações à Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão quanto ao concurso público da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Edital ESAF/MF RIC Nº 94/2010”; 212 – **RIC Nº 2.953/13** – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – que “requer, nos termos constitucionais e regimentais, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Antonio de Aguiar Patriota, Ministro de Estado das Relações Exteriores, sobre a não convocação dos aprovados no último concurso para Ofi-

ciais de Chancelaria do MRE”; 213 – **RIC Nº 2.954/13** – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – que “requer, nos termos constitucionais e regimentais, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, pedido de informações à Excelentíssima Senhora Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre a não convocação dos aprovados no último concurso para Oficiais de Chancelaria do MRE”; 214 – **RIC Nº 2.955/13** – da Comissão de Defesa do Consumidor – que “solicita informações ao Ministro-Chefe da Secretária de Aviação Civil da Presidência da República -SAC/PR”; 215 – **RIC Nº 2.956/13** – do Sr. Betinho Rosado – que “requer ao Ministro de Estado da Fazenda informação sobre o impacto social e financeiro, envolvendo quantidade de operações e valor, beneficiado com a aprovação da Emenda à Medida Provisória RIC Nº 449/2008, que resultou no § 4º, do Art. 14 da Lei RIC Nº 11.941, de 27/05/2009”; 216 – **RIC Nº 2.957/13** – do Sr. Eurico Júnior – que “requer ao senhor ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, MDIC, Fernando Damata Pimentel, informações sobre a importação e exportação de amianto”; 217 – **RIC Nº 2.958/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Senhor Ministro da Educação informações acerca dos critérios utilizados na correção da redação do Enem”; 218 – **RIC Nº 2.959/13** – do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Senhor Edison Lobão, por intermédio da Petróleo Brasileiro – Petrobras S.A. sobre a venda dos ativos da empresa na República Argentina”; 219 – **RIC Nº 2.960/13** – da Comissão de Finanças e Tributação – que “solicita informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, sobre o apoio financeiro do Tesouro Nacional às distribuidoras de energia elétrica”; 220 – **RIC Nº 2.961/13** – da Comissão de Finanças e Tributação – que “solicita informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre o apoio financeiro do Tesouro Nacional às distribuidoras de energia elétrica”; 221 – **RIC Nº 2.962/13** – do Sr. Carlos Souza – que “solicita informações à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República acerca das verbas de publicidade destinadas aos Ministérios”; 222 – **RIC Nº 2.964/13** – do Sr. César Halum – que “solicita ao Senhor Paulo Bernardo Silva, Ministro de Estado das Comunicações, informações sobre as tarifas de interconexão praticadas no Brasil”; 223 – **RIC Nº 2.965/13** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre finan-

ciamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no 1º trimestre de 2013”; 224 – **RIC Nº 2.966/13** – do Sr. Augusto Coutinho – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega, sobre o contrato de patrocínio da Caixa Econômica Federal ao Sport Club Corinthians Paulista”; 225 – **RIC Nº 2.967/13** – do Sr. Júlio Delgado – que “solicita informação ao Ministério da Educação acerca do corte de recursos a Hospitais Universitários”; 226 – **RIC Nº 2.968/13** – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “requer o envio de ao Ministério da Fazenda, acerca da destinação dos recursos financeiros auferidos com a aplicação de multas e outros mecanismos de sanção e reparação de danos relativos a passivos ambientais no país”; 227 – **RIC Nº 2.969/13** – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “requer o envio de ao Ministério do Planejamento, acerca da destinação dos recursos financeiros auferidos com a aplicação de multas e outros mecanismos de sanção e reparação de danos relativos a passivos ambientais no país”; 228 – **RIC Nº 2.970/13** – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “requer o envio de ao Ministério do Meio Ambiente, acerca da destinação dos recursos financeiros auferidos com a aplicação de multas e outros mecanismos de sanção e reparação de danos relativos a passivos ambientais no país”; 229 – **RIC Nº 2.971/13** – do Sr. Simplício Araújo – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra de Souza Coelho, sobre os recursos liberados pelo Governo Federal e órgãos da União para o Programa Água para Todos, distribuição de cisternas nos Estados do Nordeste”; 230 – **RIC Nº 2.972/13** – do Sr. Simplício Araújo – que “solicita ao Senhor Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, informações acerca dos recursos enviados ao Maranhão para construção de UPAS”; 231 – **RIC Nº 2.973/13** – do Sr. Simplício Araújo – que “solicita ao Senhor Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, informações a respeito dos aumentos de teto financeiros do Estado do Maranhão”; 232 – **RIC Nº 2.974/13** – do Sr. Simplício Araújo – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra de Souza Coelho, sobre todos os recursos, projetos e prazos do Programa Mais Irrigação para atender Várzea de Flores, no Maranhão”; 233 – **RIC Nº 2.975/13** – do Sr. Simplício Araújo – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra de Souza Coelho, sobre todos os estudos, recursos, projetos e prazos do Programa Mais Irrigação, na Baixada Maranhense – Boa Esperança/Rio Bal-

seiro e Tabuleiro São Bernardo, no Maranhão”; 234 – **RIC Nº 2.976/13** – do Sr. Simplício Araújo – que “requer informações à Ministra Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre o Programa Viver Sem Limites”; 235 – **RIC Nº 2.977/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações a Casa Civil da Presidência da República sobre a aplicação de recursos do Programa “Crack, é Possível Vencer” no Estado do Acre”; 236 – **RIC Nº 2.978/13** – da Sra. Mara Gabrilli – que “requer ao Ministro da Educação informações acerca da acessibilidade nas provas e no processo do ENEM e nas demais provas do MEC”; 237 – **RIC Nº 2.979/13** – do Sr. Professor Sérgio de Oliveira – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, sobre a regulamentação da Lei RIC Nº 12.723, de 9 de Outubro de 2012, que autoriza a instalação de lojas francas, as chamadas free shops, em municípios caracterizados como cidades gêmeas na linha de fronteira do Brasil”; 238 – **RIC Nº 2.980/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Xapurí, no Estado do Acre”; 239 – **RIC Nº 2.981/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Tarauacá, no Estado do Acre”; 240 – **RIC Nº 2.982/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Senador Guimard, no Estado do Acre”; 241 – **RIC Nº 2.983/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Sena Madureira, no Estado do Acre”; 242 – **RIC Nº 2.984/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre”; 243 – **RIC Nº 2.985/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Rodrigues Alves, no Estado do Acre”; 244 – **RIC Nº 2.986/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Rio Branco, no Estado do Acre”; 245 – **RIC Nº 2.987/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Porto Walter, no Estado do Acre”; 246 – **RIC Nº 2.988/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades

sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Porto Acre, no Estado do Acre”; 247 – **RIC Nº 2.989/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Plácido de Casto, no Estado do Acre”; 248 – **RIC Nº 2.990/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Marechal Thaumaturgo, no Estado do Acre”; 249 – **RIC Nº 2.991/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Manuel Urbano, no Estado do Acre”; 250 – **RIC Nº 2.992/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Mâncio Lima, no Estado do Acre”; 251 – **RIC Nº 2.993/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Jordão, no Estado do Acre”; 252 – **RIC Nº 2.994/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Feijó, no Estado do Acre”; 253 – **RIC Nº 2.995/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Epitaciolândia, no Estado do Acre”; 254 – **RIC Nº 2.996/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre”; 255 – **RIC Nº 2.997/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Brasília, no Estado do Acre”; 256 – **RIC Nº 2.998/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Acrelândia, no Estado do Acre”; 257 – **RIC Nº 2.999/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Assis Brasil, no Estado do Acre”; 258 – **RIC Nº 3.000/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Bujari, no Estado do Acre”; 259 – **RIC Nº 3.001/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre o programa MINHA CASA, MINHA VIDA no município de Capixaba, no Estado do Acre”; 260 – **RIC Nº 3.024/13** – do Sr. Félix Mendonça Júnior – que “solicita ao Ministro da

Saúde informações sobre os efeitos do uso de desodorantes e antitranspirantes na saúde dos usuários e sobre os instrumentos regulatórios em vigor”; 261 – **RIC Nº 3.025/13** – do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado dos Transportes, por intermédio da Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias, sobre o estágio das obras da Ferrovia Oeste – Leste”; 262 – **RIC Nº 3.026/13** – do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Justiça, Senhor José Eduardo Cardozo, sobre a implantação e execução do Projeto do Veículo Aéreo Não Tripulado – VANT”; 263 – **RIC Nº 3.027/13** – do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Defesa, Senhor Celso Luiz Amorim, sobre a implantação e execução do Projeto do Veículo Aéreo Não Tripulado – VANT”; 264 – **RIC Nº 3.028/13** – do Sr. Roberto de Lucena – que “sugere informações ao Exmo. Senhor Ministro da Justiça quanto a morte de 3 índios e de alguns feridos em ocorrência na Aldeia Yanomami Chitei, próximo a Boa Vista, Roraima”; 265 – **RIC Nº 3.029/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações da Senhora Ministra da Casa Civil, Sra. Gleisi Hoffmann, sobre a sindicância que apurou anormalidades nas ações e na evolução patrimonial da Sra. Rosemary Nóvoa Noronha”; 266 – **RIC Nº 3.030/13** – do Sr. Carlos Sampaio – que “solicita que sejam prestadas informações pela Ministra – Chefe da Casa Civil, Sra. Gleisi Hoffmann, sobre Relatório Final da “Comissão de Sindicância Investigativa, com vistas a apurar, no prazo de trinta dias, eventuais irregularidades notificadas por meio da operação Porto Seguro da Polícia Federal e demais atos e fatos conexos””; 267 – **RIC Nº 3.031/13** – do Sr. Arnaldo Jardim – que “solicita informações ao Ministro de Minas e Energia, no âmbito da Petrobras S.A., a respeito da poluição causada por lançamento de óleo proveniente do Terminal Almirante Barroso (Tebar)”; 268 – **RIC Nº 3.032/13** – do Sr. Sarney Filho – que “ao Senhor Ministro das Minas e Energia, Edson Lobão, sobre o anúncio de que o carvão mineral voltará a compor leilões de energia”; 269 – **RIC Nº 3.033/13** – do Sr. Sarney Filho – que “solicita à Senhora Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, informações sobre o primeiro leilão de blocos de gás não convencional”; 270 – **RIC Nº 3.034/13** – do Sr. Sarney Filho – que “requer ao Senhor Ministro da Fazenda, Guido Mantega, informações sobre o financiamento da usina nuclear de Angra 3, instalada no município de Angra dos Reis, Rio de Janeiro”; 271 – **RIC Nº 3.035/13** – do Sr. Sarney Filho – que “requer ao Senhor Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, com vistas à

Agência Nacional do Petróleo (ANP), informações sobre o primeiro leilão de blocos de gás não convencional”; 272 – **RIC Nº 3.036/13** – do Sr. Osvaldo Reis – que “requer informações ao Ministério da Integração Nacional relativas à liberação de recursos por parte desse Ministério ao Projeto de Irrigação Sampaio no Estado do Tocantins”; 273 – **RIC Nº 3.037/13** – do Sr. Amauri Teixeira – que “solicita informações à Sra. Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre o Projeto de Lei que cria o Plano de Carreira dos Servidores da Advocacia-Geral da União e Defensoria Pública da União”; 274 – **RIC Nº 3.038/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Senhor Ministro da Fazenda informações acerca do apoio financeiro concedido pelo Tesouro Nacional às distribuidoras de energia elétrica”; 275 – **RIC Nº 3.039/13** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “requer informações ao Ministério das Comunicações, acerca de dados atualizados da relação entre antenas e clientes de telefonia, quando comparados com os demais Estados brasileiros”; 276 – **RIC Nº 3.040/13** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “requer informações ao Ministério da Justiça acerca dos inquéritos sobre desvios de recursos e corrupção em prefeituras do Pará em andamento na Polícia Federal”; 277 – **RIC Nº 3.041/13** – do Sr. Celso Jacob – que “requer informações sobre a Fusão dos Grupos Anhanguera e o Krotton para criar o maior conglomerado na área de educação do Brasil”; 278 – **RIC Nº 3.042/13** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, sobre os rumores envolvendo empresas do Grupo EBX”; 279 – **RIC Nº 3.043/13** – do Sr. Walter Ihoshi – que “solicita informações ao Senhor Guido Mantega, Ministro da Fazenda, para fundamentar a discussão sobre a desoneração de medicamentos para uso humano em andamento no Congresso Nacional”; 280 – **RIC Nº 3.044/13** – do Sr. Walter Ihoshi – que “solicita informações ao Senhor Alexandre Padilha, Ministro da Saúde, para fundamentar a discussão sobre a desoneração de medicamentos para uso humano em andamento no Congresso Nacional”; 281 – **RIC Nº 3.045/13** – do Sr. Marcio Bittar – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Minas e Energia, no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, acerca das prospecções de petróleo e gás promovidas no Estado do Acre”; 282 – **RIC Nº 3.046/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Senhor Ministro de Minas e Energia informações acerca do apoio financeiro concedido pelo Tesouro Nacional às distribuidoras de energia elétrica”; 283 – **RIC Nº 3.047/13** – do Sr. José Humberto – que “so-

licita ao Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário informações sobre os Processos de Geo-referenciamento estabelecidos pelos Decretos RIC Nº 4.449/02 e 5570/05, que regulamentam a Lei no 10.267, de 28 de agosto de 2001, em data específica”; 284 – **RIC Nº 3.049/13** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita que sejam prestadas informações completas por parte do Ministério das Cidades sobre liberações orçamentárias feitas aos municípios do Estado do Paraná seja através do PAC ou demais ações continuadas desde o ano de 2008 até a presente data”; 285 – **RIC Nº 3.050/13** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita que sejam prestadas informações completas por parte do Ministério do Turismo sobre liberações orçamentárias feitas aos municípios do Estado do Paraná seja através do PAC ou demais ações continuadas desde o ano de 2008 até a presente data”; 286 – **RIC Nº 3.051/13** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita que sejam prestadas informações completas por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre liberações orçamentárias feitas aos municípios do Estado do Paraná seja através do PAC ou demais ações continuadas desde o ano de 2008 até a presente data”; 287 – **RIC Nº 3.052/13** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita que sejam prestadas informações completas por parte do Ministério da Educação sobre liberações orçamentárias feitas aos municípios do Estado do Paraná seja através do PAC ou demais ações continuadas desde o ano de 2008 até a presente data”; 288 – **RIC Nº 3.053/13** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita que sejam prestadas informações completas por parte do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre liberações orçamentárias feitas aos municípios do Estado do Paraná seja através do PAC ou demais ações continuadas desde o ano de 2008 até a presente data”; 289 – **RIC Nº 3.054/13** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita que sejam prestadas informações completas por parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre liberações orçamentárias feitas aos municípios do Estado do Paraná seja através do PAC ou demais ações continuadas desde o ano de 2008 até a presente data”; 290 – **RIC Nº 3.056/13** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita que sejam prestadas informações completas por parte do Ministério da Agricultura sobre liberações orçamentárias feitas aos municípios do Estado do Paraná, seja através do PAC ou demais ações continuadas desde o ano de 2008 até a presente data”; 291 – **RIC Nº 3.057/13** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita que sejam prestadas informações completas por parte do Ministério da Cultura sobre liberações orçamentárias feitas aos

municípios do Estado do Paraná seja através do PAC ou demais ações continuadas desde o ano de 2008 até a presente data”; 292 – **RIC Nº 3.058/13** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita que sejam prestadas informações completas por parte do Ministério da Integração Nacional sobre liberações orçamentárias feitas aos municípios do Estado do Paraná seja através do PAC ou demais ações continuadas desde o ano de 2008 até a presente data”; 293 – **RIC Nº 3.059/13** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita que sejam prestadas informações completas por parte do Ministério da Saúde sobre liberações orçamentárias feitas aos municípios do Estado do Paraná seja através do PAC ou demais ações continuadas desde o ano de 2008 até a presente data”; 294 – **RIC Nº 3.060/13** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita que sejam prestadas informações completas por parte do Ministério da Pesca e Aquicultura sobre liberações orçamentárias feitas aos municípios do Estado do Paraná seja através do PAC ou demais ações continuadas desde o ano de 2008 até a presente data”; 295 – **RIC Nº 3.061/13** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita que sejam prestadas informações completas por parte do Ministério das Comunicações sobre liberações orçamentárias feitas aos municípios do Estado do Paraná seja através do PAC ou demais ações continuadas desde o ano de 2008 até a presente data”; 296 – **RIC Nº 3.062/13** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita que sejam prestadas informações completas por parte do Ministério do Esporte sobre liberações orçamentárias feitas aos municípios do Estado do Paraná seja através do PAC ou demais ações continuadas desde o ano de 2008 até a presente data”; 297 – **RIC Nº 3.063/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita informações ao Ministro da Pesca e Aquicultura acerca dos prazos e formas de recadastramento dos Sindicatos, Colônias, Associações e Federações de Pescadores em todo o Brasil”; 298 – **RIC Nº 3.064/13** – do Sr. Raul Lima – que “solicita informações do Ministério das Relações Exteriores, quanto aos brasileiros presos na Venezuela”; 299 – **RIC Nº 3.065/13** – do Sr. Raul Lima – (RIC 3064/2013) – que “solicita informações do Ministério das Relações Exteriores, quanto aos brasileiros presos na Venezuela” (Apensado ao RIC RIC Nº 3.064/2013); 300 – **RIC Nº 3.066/13** – do Sr. Eurico Júnior – que “solicita ao Sr. Ministro da Defesa, Celso Amorim, informações sobre o projeto de submarino nuclear brasileiro”; 301 – **RIC Nº 3.067/13** – do Sr. Tiririca – que “solicita ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, informações sobre dados estatísticos relacionados à população cigana”; 302

– **RIC Nº 3.068/13** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre o programa de desinvestimento da Petrobras”; 303 – **RIC Nº 3.069/13** – da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre dados referentes às campanhas de desarmamento e ao controle de armas e munições no Brasil”; 304 – **RIC Nº 3.070/13** – da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – que “solicita à Casa Civil da Presidência da República o inteiro teor do relatório final da “Comissão de Sindicância investigativa, com vistas a apurar, no prazo de trinta dias, eventuais irregularidades noticiadas por meio da Operação Porto Seguro, da Polícia Federal, e demais atos conexos”, para que este seja examinado pelos membros da Comissão, em reunião reservada”; 305 – **RIC Nº 3.071/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Defesa (MD) sobre o contrato com a empresa europeia Eurocopter para a produção, em território nacional, de 50 helicópteros pesados do modelo EC 725, com previsão de transferência de tecnologia da aeronave”; 306 – **RIC Nº 3.072/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministério das Comunicações, por meio da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, sobre denúncias de tráfico de influência dentro do órgão para facilitar uma negociação de R\$ 500 milhões envolvendo as empresas Unicel e a Nextel”; 307 – **RIC Nº 3.073/13** – da Comissão de Defesa do Consumidor – que “solicita informação ao Ministério de Minas e Energia para que a ANEEL informe sobre a forma de cobrança da Tarifa Social de Energia Elétrica em caso de interrupção do fornecimento dos serviços”; 308 – **RIC Nº 3.074/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações à Ministra-Chefe da Casa Civil, Sra. Gleisi Helena Hoffmann, sobre a sindicância da Casa Civil que investigou a ex-secretária Rosemary Noronha”; 309 – **RIC Nº 3.075/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores repassados ao município de BRASILÉIA, no período de 2008 a 2012”; 310 – **RIC Nº 3.076/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores repassados ao município de BUJARI, no período de 2008 a 2012”; 311 – **RIC Nº 3.077/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “so-

licita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores repassados ao município de CAPIXABA, no período de 2008 a 2012”; 312 – **RIC Nº 3.078/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores repassados ao município de CRUZEIRO DO SUL, no período de 2008 a 2012”; 313 – **RIC Nº 3.079/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores repassados ao município de FEIJÓ, no período de 2008 a 2012”; 314 – **RIC Nº 3.080/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores repassados ao município de MÂNCIO LIMA no período de 2008 a 2012”; 315 – **RIC Nº 3.081/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores repassados ao município de MANUEL URBANO, no período de 2008 a 2012”; 316 – **RIC Nº 3.082/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores repassados ao município de MARECHAL THAUMATURGO, no período de 2008 a 2012”; 317 – **RIC Nº 3.083/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores repassados ao município de RIO BRANCO, no período de 2008 a 2012”; 318 – **RIC Nº 3.084/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores repassados ao município de RODRIGUES ALVES, no período de 2008 a 2012”; 319 – **RIC Nº 3.085/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores re-

passados ao município de SANTA ROSA DO PURUS, no período de 2008 a 2012”; 320 – **RIC Nº 3.086/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores repassados ao município de SENA MADUREIRA, no período de 2008 a 2012”; 321 – **RIC Nº 3.087/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores repassados ao município de SENADOR GUIOMARD no período de 2008 a 2012”; 322 – **RIC Nº 3.088/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores repassados ao município de TARAUAÇÁ, no período de 2008 a 2012”; 323 – **RIC Nº 3.089/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores repassados ao município de XAPURI, no período de 2008 a 2012”; 324 – **RIC Nº 3.090/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores repassados ao município de JORDÃO, no período de 2008 a 2012”; 325 – **RIC Nº 3.091/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores repassados ao município de PLÁCIDO DE CASTRO, no período de 2008 a 2012”; 326 – **RIC Nº 3.092/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores repassados ao município de ACRELÂNDIA, no período de 2008 a 2012”; 327 – **RIC Nº 3.093/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores repassados ao município de ASSIS BRASIL, no período de 2008 a 2012”; 328 – **RIC Nº 3.094/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento

Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores repassados ao município de EPITACIOLÂNDIA, no período de 2008 a 2012”; 329 – **RIC Nº 3.095/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores repassados ao município de PORTO ACRE, no período de 2008 a 2012”; 330 – **RIC Nº 3.096/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome sobre a aplicação correta dos recursos públicos investidos no programa BOLSA FAMÍLIA referente aos valores repassados ao município de PORTO WALTER, no período de 2008 a 2012”; 331 – **RIC Nº 3.097/13** – do Sr. Arolde de Oliveira – que “solicita informações do Ministro da Justiça sobre a visita do Rei da Noruega à área indígena yanomami no estado do Amazonas”; 332 – **RIC Nº 3.098/13** – do Sr. Laercio Oliveira – que “solicita informações à Sra. Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre o Projeto de Lei que cria o Plano de Carreira dos Servidores da Advocacia-Geral da União e Defensoria Pública da União”; 333 – **RIC Nº 3.099/13** – do Sr. Wellington Fagundes – que “solicita dados sobre a atual situação das ferrovias em todo o País”; 334 – **RIC Nº 3.100/13** – do Sr. Anthony Garotinho – que “solicita a expedição de ofício a Sua Excelência o Ministro de Estado da Fazenda, para prestar esclarecimentos”; 335 – **RIC Nº 3.101/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita informações ao Senhor Ministro das Comunicações sobre a política de financiamento existente, no âmbito do Ministério e em suas entidades vinculadas, para empresas de comunicação”; 336 – **RIC Nº 3.102/13** – da Comissão de Educação – que “solicita o envio de Requerimento de Informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre a execução orçamentária do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC”; 337 – **RIC Nº 3.103/13** – da Comissão de Educação – que “solicita o envio de Requerimento de Informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre a execução orçamentária do Programa de Ações Articuladas – PAR”; 338 – **RIC Nº 3.104/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita informações à Senhora Ministra da Cultura sobre a política de financiamento existente, no âmbito do Ministério e em suas entidades vinculadas, para empresas de comunicação”; 339 – **RIC Nº 3.105/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

– que “solicita informações ao Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a política de financiamento existente, no âmbito do Ministério e em suas entidades vinculadas, mais especificamente no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para empresas de comunicação”; 340 – **RIC Nº 3.106/13** – do Sr. Carlos Roberto – que “solicita informações acerca da obra de reforma do Terminal Rodoviário de Guarulhos”; 341 – **RIC Nº 3.108/13** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Senhor Garibaldi Alves Filho Ministro da Previdência Social a respeito do concurso realizado no ano de 2008 para o cargo de Analista do Seguro Social com Formação em Serviço Social do Inss”; 342 – **RIC Nº 3.109/13** – da Sra. Andreia Zito – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre a suspensão das aulas do Curso de Pedagogia do Instituto Nacional de Surdos, por falta de interpretes de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais”; 343 – **RIC Nº 3.110/13** – do Sr. Ricardo Tripoli – que “solicita informação ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre posicionamento acerca do suposto esquema de liberação de agrotóxicos do país”; 344 – **RIC Nº 3.111/13** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, sobre a atuação das empresas do Grupo EBX, do Banco BTG Pactual e da JBS no mercado futuro de taxa de juros”; 345 – **RIC Nº 3.112/13** – do Sr. João Arruda – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda acerca do montante total arrecadado pelas academias de ginástica e similares em virtude do pagamento de impostos e contribuições federais”; 346 – **RIC Nº 3.113/13** – do Sr. João Arruda – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Trabalho e Emprego acerca do montante total arrecadado pelas academias de ginástica e similares para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS em benefício dos empregados contratados em seus estabelecimentos”; 347 – **RIC Nº 3.114/13** – do Sr. Paulo Cesar Quartiero – que “solicita ao Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, informações sobre a visita do Rei da Noruega a Aldeia Yanomâmi em Roraima”; 348 – **RIC Nº 3.115/13** – do Sr. Paulo Cesar Quartiero – que “solicita ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, informações sobre a visita do Rei da Noruega a Aldeia Yanomâmi em Roraima”; 349 – **RIC Nº 3.116/13** – do Sr. Fabio Trad – que “solicita informações à Sra. Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre o Projeto de Lei que cria o Plano de Carreira dos Servidores da Advocacia-Geral da União

e Defensoria Pública da União”; 350 – **RIC Nº 3.117/13** – do Sr. Fabio Trad – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Advocacia-Geral da União sobre o Projeto de Lei que cria o Plano de Carreira dos Servidores da Advocacia-Geral da União e Defensoria Pública da União”; 351 – **RIC Nº 3.118/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações à Excelentíssima Ministra-Chefe da Casa Civil, Senhora Gleisi Helena Hoffmann, sobre as atividades da Sra. Rosemary Noronha”; 352 – **RIC Nº 3.119/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações ao Ministro da Saúde acerca do Termo de Compromisso para Construção do Centro de Oncologia em Patos-PB, no valor de R\$ 7 milhões, assinado em 2011”; 353 – **RIC Nº 3.120/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações à Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre o andamento e execução dos programas para construção de cisternas nos estados do Nordeste e no semiárido mineiro, desde 2011”; 354 – **RIC Nº 3.121/13** – do Sr. Mandetta – que “solicita informações a Sra. ministra-chefe da Casa Civil, Ministra Gleisi Hoffmann, sobre a suspensão do processo de demarcação de terras indígenas no Estado do Paraná”; 355 – **RIC Nº 3.122/13** – do Sr. Mandetta – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Justiça, Ministro José Eduardo Cardozo, sobre a suspensão do processo de demarcação de terras indígenas no Estado do Paraná”; 356 – **RIC Nº 3.123/13** – do Sr. Giovanni Queiroz – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça referente a cópia do processo administrativo ou estudo que esteja sendo realizado pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, visando estabelecer a área denominada Fazenda Estrela de Maceió, no Município de Cumaru do Norte/PA, como nova área indígena ou área de expansão de reserva indígena”; 357 – **RIC Nº 3.124/13** – do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Educação Sr. Aloizio Mercadante sobre a migração dos bolsistas regulares da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES para o Programa Ciência Sem fronteiras”; 358 – **RIC Nº 3.125/13** – do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre gastos realizados com publicidade realizados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A, no período de janeiro de 2011 até a presente data”; 359 – **RIC Nº 3.126/13** – do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações ao Senhor Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, sobre gastos realizados com publicidade pela empresa pública Petróleo Brasileiro – Petrobrás, en-

tidade vinculada a essa Pasta, no período de janeiro de 2011 até a presente data”; 360 – **RIC Nº 3.127/13** – do Sr. Sarney Filho – que “solicita informações à Casa Civil sobre cumprimento das Metas de Aichi”; 361 – **RIC Nº 3.128/13** – do Sr. André Figueiredo – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Educação a respeito dos procedimentos administrativos adotados no âmbito do PRONATEC – Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego”; 362 – **RIC Nº 3.129/13** – do Sr. Manuel Rosa Neca – que “solicita informações a Exma. Sra. Ministra do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, sobre área, hoje destinada ao Ministério da Defesa, Comando do Exército, localizada no Município de NILÓPOLIS, Estado do Rio de Janeiro”; 363 – **RIC Nº 3.130/13** – do Sr. Júlio Cesar – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil que requeira à ANAC informações sobre passagens aéreas”; 364 – **RIC Nº 3.131/13** – do Sr. Duarte Nogueira – que “requer informações a Sr^a. Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre a validade da Resolução CONAMA RIC Nº 303, de 20 de março de 2002, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente”; 365 – **RIC Nº 3.132/13** – do Sr. João Ananias – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações a respeito das metas de cobertura do Serviço Móvel Pessoal”; 366 – **RIC Nº 3.133/13** – do Sr. Lincoln Portela – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre a decisão do Governo de alterar os procedimentos para demarcação de terras indígenas”; 367 – **RIC Nº 3.134/13** – do Sr. Padre Ton – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Secretaria Geral da Presidência da República, acerca do processo de regulamentação da Convenção 169, da OIT”; 368 – **RIC Nº 3.135/13** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior acerca dos financiamentos concedidos pelo Sistema BNDES às empresas dos grupos EBX e JBS-Friboi”; 369 – **RIC Nº 3.136/13** – do Sr. João Campos – que “requeremos informações adicionais do Ministro de Estado da Saúde sobre viagens oficiais internacionais, feitas por servidores daquele Ministério, para estudo/pesquisa e acompanhamento de programas e projetos sobre aborto seguro”; 370 – **RIC Nº 3.137/13** – da Sra. Andreia Zito – que “solicita informações a Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre o Projeto de Lei que cria o Plano de Carreira dos Servidores efetivos do Quadros de Pessoal da Advocacia-Geral da União e da Defensoria Pública da União”; 371 – **RIC Nº**

3.138/13 – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério da Justiça informações acerca do crescimento do neonazismo e o acompanhamento nacional dos crimes de ódio cometidos em território brasileiro”; 372 – **RIC Nº 3.139/13** – do Sr. Ademir Camilo – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado do Esporte Aldo Rebelo informações referentes aos requisitos de comprovação da condição de estudante para a aquisição dos ingressos para os jogos da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014”; 373 – **RIC Nº 3.140/13** – do Sr. Guilherme Campos – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda quanto o aumento necessário nas alíquotas de IPI sobre tabaco para compensar os R\$40 milhões de impacto orçamentário e financeiro do PL 6.146/2009”; 374 – **RIC Nº 3.141/13** – do Sr. Guilherme Campos – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre o impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei RIC Nº 1.201, de 2011, que “dispõe sobre o parcelamento de débitos de empresas junto à Secretaria da Receita Federal e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional”; 375 – **RIC Nº 3.142/13** – do Sr. José Humberto – que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário informações sobre os Processos de Geo-referenciamento estabelecidos pelos Decretos RIC Nº 4.449/02 e 5570/05, que regulamentam a Lei no 10.267, de 28 de agosto de 2001, em data específica”; 376 – **RIC Nº 3.143/13** – do Sr. Augusto Coutinho – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Advocacia Geral da União, Sr. Luís Inácio Lucena Adams, sobre as constantes autorizações concedidas pelo Ministério dos Transportes, Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e Secretaria de Portos da Presidência da República em favor da Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (EBP)”; 377 – **RIC Nº 3.144/13** – do Sr. Guilherme Campos – que “requer informação ao Senhor Ministro da Educação relativa à estimativa de impacto orçamentário e financeiro de substitutivo Projeto de Lei RIC Nº 2.315/2003, que dispõe sobre os critérios para definição dos valores das bolsas de fomento ao desenvolvimento tecnológico, artístico e cultural e dá outras providências.”; 378 – **RIC Nº 3.145/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações ao Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega, sobre os problemas ocorridos com o Programa Bolsa Família”; 379 – **RIC Nº 3.146/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministério da Fazenda, sobre a competência do Coordenador-Geral de Operações da Dívida Pública para formular proposta de emissão de títulos públicos fe-

derais para pagamento de obrigações da União com a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER”; 380 – **RIC Nº 3.147/13** – do Sr. Padre Ton – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, a respeito das obras de manutenção e de restauração da BR 364, no trecho entre Vilhena e Porto Velho, no Estado de Rondônia”; 381 – **RIC Nº 3.148/13** – do Sr. Paulo Rubem Santiago – que “solicita informações sobre os motivos pelos quais optou-se por deixar em defasagem o quadro da Auditoria Fiscal do Trabalho”; 382 – **RIC Nº 3.149/13** – do Sr. José Linhares – que “solicita informação ao Sr. Ministro da Saúde sobre o processo de certificação de entidades beneficentes na área de saúde”; 383 – **RIC Nº 3.150/13** – do Sr. Carlos Souza – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre compra de terras na Amazônia”; 384 – **RIC Nº 3.151/13** – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República sobre as obras na região portuária na cidade do Rio de Janeiro – RJ, em especial sobre o projeto de construção do Píer”; 385 – **RIC Nº 3.152/13** – do Sr. Hugo Napoleão – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Educação a respeito da fusão das Faculdades KROTON e ANHANGUERA”; 386 – **RIC Nº 3.153/13** – do Sr. Hugo Napoleão – que “solicita ao Senhor José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, informações sobre o efetivo de policiais rodoviários federais”; 387 – **RIC Nº 3.154/13** – do Sr. Sarney Filho – que “solicita informações ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), sobre os impactos da pecuária intensiva, da produção de carvão vegetal e das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no Pantanal”; 388 – **RIC Nº 3.155/13** – do Sr. Sarney Filho – que “solicita informações ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), sobre o monitoramento do desmatamento no Cerrado”; 389 – **RIC Nº 3.156/13** – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social sobre os valores da contribuição ao INSS – código de retenção n.º 1.600, referente ao trabalhador doméstico”; 390 – **RIC Nº 3.157/13** – do Sr. Jean Wyllys – que “solicita à Ministra de Estado do Ministério do Meio Ambiente, informações relativas à realização da 11ª Rodada de Licitações do Petróleo”; 391 – **RIC Nº 3.158/13** – do Sr. Izalci – que “requer sejam prestadas informações pelo Ministro da Saúde Sr. Alexandre Padilha, sobre o projeto do Ministério da Saúde que visa permitir a entrada de médicos estrangeiros, sem o cumprimento do Exame

Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeiras”; 392 – **RIC Nº 3.160/13** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado das Minas e Energia informações sobre centros de tortura em áreas da Petrobras durante a ditadura civil-militar de 1964-1985”; 393 – **RIC Nº 3.161/13** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação informações sobre centros de tortura em Universidades Federais durante a ditadura civil-militar de 1964-1985”; 394 – **RIC Nº 3.162/13** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado da Justiça informações sobre violações de direitos de populações indígenas durante a ditadura civil-militar de 1964-1985”; 395 – **RIC Nº 3.163/13** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre a existência de centros de detenção e tortura durante a ditadura civil-militar de 1964-1985”; 396 – **RIC Nº 3.164/13** – da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre uso ilegal de terras indígenas para exploração agropecuária”; 397 – **RIC Nº 3.165/13** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre desaparecidos durante a ditadura civil-militar de 1964-1985”; 398 – **RIC Nº 3.167/13** – do Sr. Augusto Coutinho – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado, Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Sr. Wellington Moreira Franco, sobre autorização concedida por esta Secretaria em favor da Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (EBP)”; 399 – **RIC Nº 3.168/13** – do Sr. Augusto Coutinho – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), Sr. José Leônidas de Menezes Cristino, sobre autorização concedida por esta Secretaria em favor da Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (EBP)”; 400 – **RIC Nº 3.169/13** – do Sr. Augusto Coutinho – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado dos Transportes, Sr. César Augusto Rabello Borges, sobre autorização concedida por este Ministério em favor da Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (EBP)”; 401 – **RIC Nº 3.170/13** – do Sr. João Dado – que “requer seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei 5083, de 2009”; 402 – **RIC Nº 3.171/13** – do Sr. João Dado – que “requer seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da eventual aprovação do Pro-

jeto de Lei 1047, de 2011”; 403 – **RIC Nº 3.172/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações ao Ministro da Justiça, Sr. JOSÉ EDUARDO CARDOSO, sobre as investigações que estão sendo realizadas pela Polícia Federal sobre os problemas ocorridos com o Programa Bolsa Família”; 404 – **RIC Nº 3.173/13** – do Sr. Beto Faro – que “solicita a Vossa Excelência, seja encaminhado ao Senhor Ministro da Fazenda, Pedido de Informações sobre o quadro do endividamento rural no Brasil, na posição de março de 2013”; 405 – **RIC Nº 3.174/13** – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “requer o envio de ao Ministro de Estado do Esporte sobre a regulamentação da prova do Laço Comprido com modalidade esportiva Olímpica”; 406 – **RIC Nº 3.175/13** – do Sr. Antonio Brito – que “solicita informações ao senhor Ministro de Estado da Saúde sobre os repasses de recursos às Entidades Benéficas sem Fins Lucrativos participantes do Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde – SUS”; 407 – **RIC Nº 3.176/13** – do Sr. Celso Jacob – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Senhor Manoel Dias, quanto ao fechamento do Posto da Delegacia Regional do Trabalho em Três Rios-RJ”; 408 – **RIC Nº 3.177/13** – do Sr. Celso Jacob – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado das Comunicações, Sr. Paulo Bernardo Silva, sobre o papel da Agência Reguladora de Telecomunicações– ANATEL, quanto a instalação de linhas móveis em distritos com até 30 quilômetros da sede do município”; 409 – **RIC Nº 3.178/13** – da Sra. Andreia Zito – que “solicita informações à Ministra Chefe da Casa Civil sobre os gastos com viagens de assessores do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva”; 410 – **RIC Nº 3.179/13** – da Sra. Andreia Zito – que “solicita informações ao Ministro das Relações Exteriores sobre os gastos com viagens do Senhor ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva”; 411 – **RIC Nº 3.180/13** – do Sr. Geraldo Resende – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, informações sobre as justificativas apresentadas pelos Hospitais/instituições de Saúde de Mato Grosso do Sul, pela Secretaria Estadual e pela Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, quando da recusa em receber investimentos e aparelhos de radioterapia oportunizados pelo Ministério da Saúde”; 412 – **RIC Nº 3.181/13** – da Sra. Luiza Erundina – que “solicita informações sobre o cumprimento da Lei RIC Nº 12.227, de 12 de abril de 2010, que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher”; 413 – **RIC Nº 3.182/13** – do Sr. Jair Bolsonaro – que “solicita informações ao

Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre a situação dos policiais e bombeiros militares do antigo Distrito Federal e de seus pensionistas”; 414 – **RIC Nº 3.183/13** – do Sr. Jair Bolsonaro – que “solicita informações ao Senhor Ministro do Trabalho e Emprego sobre pagamentos de auxílio-defeso a pescadores da região de Paraty-RJ”; 415 – **RIC Nº 3.184/13** – do Sr. Jean Wyllys – que “solicita ao Ministro de Estado das Minas e Energia informações relativas à realização da 11ª Rodada de Licitações do Petróleo”; 416 – **RIC Nº 3.185/13** – do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes César Borges. sobre a situação atual das rodovias BR 324 e BR 116, nos trechos do Estado da Bahia”; 417 – **RIC Nº 3.186/13** – do Sr. Wilson Filho – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado do Esporte informações a respeito da Copa do Mundo FIFA de 2014”; 418 – **RIC Nº 3.187/13** – do Sr. Guilherme Campos – que “requer informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre o pagamento do Imposto de Importação por meio de cartão na aduana no momento de ingresso ou retorno ao país”; 419 – **RIC Nº 3.188/13** – do Sr. Félix Mendonça Júnior – que “solicita ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda informações relativas à situação de endividamento dos cacauicultores brasileiros”; 420 – **RIC Nº 3.189/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações da Senhora Ministra da Casa Civil, Sra. Gleisi Hoffmann, sobre a existência de contratos, convênios ou quaisquer outros instrumentos contratuais entre a União e o senhor Carlos Eduardo Carneiro Lemos”; 421 – **RIC Nº 3.190/13** – do Sr. Amauri Teixeira – que “solicita a informação a Exm^a. Sr^a. Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) sobre a nomeação dos demais 170 (cento e setenta) aprovados no concurso para provimento de cargos vagos de Advogado da União”; 422 – **RIC Nº 3.191/13** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita ao Ministro da Educação informações dos critérios de acesso ao Projeto Ciências Sem Fronteira”; 423 – **RIC Nº 3.192/13** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita ao Ministro da Ciência e Tecnologia informações dos critérios de acesso ao Projeto Ciências Sem Fronteira”; 424 – **RIC Nº 3.193/13** – do Sr. Aelton Freitas – que “solicita ao Ministro da Fazenda informações sobre o estado atual de endividamento dos Estados no Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público”; 425 – **RIC Nº 3.194/13** – da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – que “solicito ao Senhor Ministro de Minas e Energia informações acerca de exploração de recursos minerais em terras indígenas junto ao Departamento Nacional de Pro-

dução Mineral – DNPM”; 426 – **RIC Nº 3.195/13** – da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – que “solicita ao Senhor Ministro da Justiça informações sobre demarcação de terras indígenas junto a Fundação Nacional do Índio – FUNAI”; 427 – **RIC Nº 3.196/13** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “requer informações ao Ministro de Estado de Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre o processo de ressarcimento ao SUS em função dos serviços de atendimento prestados a consumidores de planos e seguros privados de assistência à saúde”; 428 – **RIC Nº 3.197/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Ministro de Estado das Cidades, relacionados aos cronogramas do programa “Minha Casa, Minha Vida – PMCMV”, para atender as famílias que estão na Faixa n.º 1 (de 0 a 3 salários mínimos)”; 429 – **RIC Nº 3.198/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Ministro de Estado do Planejamento, relacionados aos cronogramas do programa “Minha Casa, Minha Vida – PMCMV”, para atender as famílias que estão na Faixa n.º 1 (de 0 a 3 salários mínimos)”; 430 – **RIC Nº 3.199/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Luiz Nunes Amorim, informações sobre a orientação do Ministério das Relações Exteriores que colocou sob sigilo todas as informações relativas às viagens que a presidente Dilma Rousseff ou seu vice, Michel Temer, já fizeram ou vierem a fazer ao exterior, e outras que especifica”; 431 – **RIC Nº 3.200/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer à Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Helena Hoffmann, informações sobre a orientação do Ministério das Relações Exteriores que colocou sob sigilo todas as informações relativas às viagens que a presidente Dilma Rousseff ou seu vice, Michel Temer, já fizeram ou vierem a fazer ao exterior, e outras que especifica”; 432 – **RIC Nº 3.201/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Alvarães no Estado do Amazonas”; 433 – **RIC Nº 3.202/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Amaturá no Estado do Amazonas”; 434 – **RIC Nº 3.203/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Anamá no Estado do Amazonas”; 435 – **RIC Nº 3.204/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA

LEGAL no município de Anori no Estado do Amazonas”; 436 – **RIC Nº 3.205/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Apuí no Estado do Amazonas”; 437 – **RIC Nº 3.206/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Atalaia do Norte no Estado do Amazonas”; 438 – **RIC Nº 3.207/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Autazes no Estado do Amazonas”; 439 – **RIC Nº 3.208/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Barcelos no Estado do Amazonas”; 440 – **RIC Nº 3.209/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Barreirinha no Estado do Amazonas”; 441 – **RIC Nº 3.210/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Benjamin Constant no Estado do Amazonas”; 442 – **RIC Nº 3.211/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Beruri no Estado do Amazonas”; 443 – **RIC Nº 3.212/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Boa Vista do Ramos no Estado do Amazonas”; 444 – **RIC Nº 3.213/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Boca do Acre no Estado do Amazonas”; 445 – **RIC Nº 3.214/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Borba no Estado do Amazonas”; 446 – **RIC Nº 3.215/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Caapiranga no Estado do Amazonas”; 447 – **RIC Nº 3.216/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Canutama no Estado do Amazonas”; 448 – **RIC Nº 3.217/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do

Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Carauari no Estado do Amazonas”; 449 – **RIC Nº 3.218/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Careiro no Estado do Amazonas”; 450 – **RIC Nº 3.219/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Careiro da Várzea no Estado do Amazonas”; 451 – **RIC Nº 3.220/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Coari no Estado do Amazonas”; 452 – **RIC Nº 3.221/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Codajás no Estado do Amazonas”; 453 – **RIC Nº 3.222/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Eirunepé no Estado do Amazonas”; 454 – **RIC Nº 3.223/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Envira no Estado do Amazonas”; 455 – **RIC Nº 3.224/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Fonte Boa no Estado do Amazonas”; 456 – **RIC Nº 3.225/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Guajará no Estado do Amazonas”; 457 – **RIC Nº 3.226/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Humaitá no Estado do Amazonas”; 458 – **RIC Nº 3.227/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Ipixuna no Estado do Amazonas”; 459 – **RIC Nº 3.228/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Iranduba no Estado do Amazonas”; 460 – **RIC Nº 3.229/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Itacoatiara no Estado do Amazonas”; 461 – **RIC Nº 3.230/13** – do

Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Itamarati no Estado do Amazonas”; 462 – **RIC Nº 3.231/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Itapiranga no Estado do Amazonas”; 463 – **RIC Nº 3.232/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Japurá no Estado do Amazonas”; 464 – **RIC Nº 3.233/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Juruá no Estado do Amazonas”; 465 – **RIC Nº 3.234/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Jutai no Estado do Amazonas”; 466 – **RIC Nº 3.235/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Lábrea no Estado do Amazonas”; 467 – **RIC Nº 3.236/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Manacapuru no Estado do Amazonas”; 468 – **RIC Nº 3.237/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Manaquiri no Estado do Amazonas”; 469 – **RIC Nº 3.238/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Manaus no Estado do Amazonas”; 470 – **RIC Nº 3.239/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Manicoré no Estado do Amazonas”; 471 – **RIC Nº 3.240/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Maraã no Estado do Amazonas”; 472 – **RIC Nº 3.241/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Maués no Estado do Amazonas”; 473 – **RIC Nº 3.242/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Nhamundá no Estado do Amazonas”; 474

– **RIC Nº 3.243/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Nova Olinda do Norte no Estado do Amazonas”; 475 – **RIC Nº 3.244/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Novo Airão no Estado do Amazonas”; 476 – **RIC Nº 3.245/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Novo Aripuanã no Estado do Amazonas”; 477 – **RIC Nº 3.246/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Parintins no Estado do Amazonas”; 478 – **RIC Nº 3.247/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Pauini no Estado do Amazonas”; 479 – **RIC Nº 3.248/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Presidente Figueiredo no Estado do Amazonas”; 480 – **RIC Nº 3.250/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Santa Izabel do Rio Negro no Estado do Amazonas”; 481 – **RIC Nº 3.251/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Santo Antônio do Içá no Estado do Amazonas”; 482 – **RIC Nº 3.252/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de São Gabriel da Cachoeira no Estado do Amazonas”; 483 – **RIC Nº 3.253/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de São Paulo de Olivença no Estado do Amazonas”; 484 – **RIC Nº 3.254/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de São Sebastião do Uatumã no Estado do Amazonas”; 485 – **RIC Nº 3.255/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Silves no Estado do Amazonas”; 486 – **RIC Nº 3.256/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento

to Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Tabatinga no Estado do Amazonas”; 487 – **RIC Nº 3.257/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Tapauá no Estado do Amazonas”; 488 – **RIC Nº 3.258/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Tefé no Estado do Amazonas”; 489 – **RIC Nº 3.259/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Tonantins no Estado do Amazonas”; 490 – **RIC Nº 3.260/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Uarini no Estado do Amazonas”; 491 – **RIC Nº 3.261/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Urucará no Estado do Amazonas”; 492 – **RIC Nº 3.262/13** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “requer informações do Sr. José Eduardo Cardoso, Ministro de Estado da Justiça, sobre os postos da Polícia Federal em áreas de fronteira”; 493 – **RIC Nº 3.263/13** – do Sr. Jean Wyllys – que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério da Saúde informações relativas à suspensão da campanha voltada às prostitutas com foco na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis”; 494 – **RIC Nº 3.264/13** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre financiamento da Caixa Econômica Federal para a construção da Usina Nuclear Angra III”; 495 – **RIC Nº 3.265/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora MIRIAN BELCHIOR, sobre os controles adotados na administração pública para o acompanhamento de licitações pelo Regime Diferenciado de Contratações – RDC e as acusações veiculadas pela imprensa da existência de um “adicional de risco” nas contratações feitas sob este regime”; 496 – **RIC Nº 3.266/13** – do Sr. Alfredo Kaefer – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Aviação Civil, acerca dos convênios efetuados entre a Secretaria de Aviação Civil com os Corpos de Bombeiros Militares, para a Operação de Serviços Especializados de Prevenção, Salvamento e Combate à Incêndio em Aeronaves e Instalações em Aeroportos”; 497 – **RIC Nº 3.267/13** – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social –

MPAS acerca da aprovação da Resolução RIC Nº 26/2009 da Secretaria de Previdência Social – SPC, bem como sobre a reversão do superávit da Fundação Previdenciária da IBM – FPIBM à sua patrocinadora, a própria IBM”; 498 – **RIC Nº 3.268/13** – da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicito ao Senhor Ministro da Saúde informações sobre estudos realizados no âmbito desse Ministério, ou de seu conhecimento, sobre os malefícios do uso de telefones celulares para a saúde dos usuários e os riscos e os transtornos para as populações que residem nas proximidades de antenas de telefonia móvel”; 499 – **RIC Nº 3.269/13** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado dos Transportes, Sr. César Augusto Rabello Borges, a respeito da atuação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL”; 500 – **RIC Nº 3.270/13** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, sobre descumprimento de prazo por parte da Caixa Econômica Federal, na qualidade de administradora do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI/FGTS”; 501 – **RIC Nº 3.271/13** – da Sra. Erika Kokay – que “requer o encaminhamento de pedido de informação a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão quanto ao repasse de recursos financeiros, pelo governo brasileiro, à Central Internacional para Compra de Medicamentos – UNITAID”; 502 – **RIC Nº 3.272/13** – da Sra. Erika Kokay – que “requer o encaminhamento de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda quanto à liberação de recursos financeiros para fins de doação, pelo governo brasileiro, à Central Internacional para Compra de Medicamentos – UNITAID”; 503 – **RIC Nº 3.273/13** – da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei RIC Nº 1610, de 1996, do Senado Federal, que “dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os arts. 176, parágrafo primeiro, e 231, parágrafo terceiro, da Constituição Federal” – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, através da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sobre os trabalhos realizados pela Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), quanto à regulamentação da exploração mineral em terras indígenas, durante as consultas sobre a atualização do Estatuto dos Povos Indígenas”; 504 – **RIC Nº 3.275/13** – do Sr. Arnaldo Jardim – que “solicita que sejam solicitadas do Senhor Ministro de Minas e Energia informações acerca do

cálculo dos royalties foi os em Excel, o que abriria brechas, bem como do procedimento adotado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis quando há retificação de dados de movimentação pelo concessionário”; 505 – **RIC Nº 3.276/13** – da Comissão de Turismo e Desporto – que “solicita ao Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, informações relativas ao controle de dopagem na prática esportiva”; 506 – **RIC Nº 3.277/13** – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – que “requer, nos termos constitucionais e regimentais, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Aloízio Mercadante, Ministro de Estado da Educação, sobre os critérios de acesso ao Programa Ciência sem Fronteiras”; 507 – **RIC Nº 3.278/13** – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – que “requer, nos termos constitucionais e regimentais, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Marco Antonio Raupp, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, sobre os critérios de acesso ao Programa Ciência sem Fronteiras”; 508 – **RIC Nº 3.279/13** – da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Saúde relativas à peça “Eu sou feliz sendo prostituta” da campanha “Sem vergonha de usar camisinha”; 509 – **RIC Nº 3.280/13** – da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Justiça relativas à operação de reintegração de posse da fazenda Buritis no Município de Sidrolândia em Mato Grosso do Sul”; 510 – **RIC Nº 3.281/13** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, sobre o fluxo de pagamentos do programa Bolsa Família”; 511 – **RIC Nº 3.282/13** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Senhor Manoel Dias, sobre as aplicações do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS”; 512 – **RIC Nº 3.283/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações à Ministra-Chefe da Casa Civil, Sra Gleisi Helena Hoffmann, sobre os custos de viagem da Presidenta Dilma Rousseff”; 513 – **RIC Nº 3.284/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações à Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República, no âmbito do Governo Federal, os valores gastos com passagens aéreas e publicidade”; 514 – **RIC Nº 3.285/13** – do Sr. Takayama – que “solicita Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão informações quanto ao repasse de recur-

sos financeiros, por qualquer órgão do Poder Executivo Brasileiro à ONG Grupo Cultural AfroReggae”; 515 – **RIC Nº 3.286/13** – da Sra. Mara Gabrilli – que “solicita ao Ministro da Educação que sejam prestadas informações acerca da aquisição de ônibus escolares do Programa Caminho da Escola”; 516 – **RIC Nº 3.287/13** – do Sr. Carlos Sampaio – que “solicita informações ao Ministro da Fazenda Sr. Guido Mantega sobre os fatos que envolveram o Programa Bolsa Família, pela Caixa Econômica Federal, no período de 17,18 e 19 de maio”; 517 – **RIC Nº 3.288/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério Saúde sobre todos os recursos aplicados no Sistema Único de Saúde – SUS e as devidas prestações de contas, nos últimos 14 anos (1999 a 2013)”; 518 – **RIC Nº 3.290/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações ao Ministério Saúde sobre todos os projetos implantados e em implantação voltados para saúde pública no Estado do Acre, nos últimos 12 anos”; 519 – **RIC Nº 3.291/13** – do Sr. Fábio Souto – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre as providências adotadas para solucionar os conflitos entre índios e não índios em decorrência das demarcações realizadas pela FUNAI”; 520 – **RIC Nº 3.292/13** – do Sr. Sarney Filho – que “solicita informações ao Ministério das Comunicações (MC) sobre o cumprimento da Lei RIC Nº 11.934/2009 no que tange aos limites de exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos gerados por estações radiobase no Brasil”; 521 – **RIC Nº 3.293/13** – do Sr. Sarney Filho – que “ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, sobre o plantio de transgênicos na Bahia”; 522 – **RIC Nº 3.294/13** – do Sr. Padre Ton – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, acerca de supostos estudos conduzidos pela empresa com a finalidade de contestar laudos antropológicos feitos pela FUNAI para demarcação de terras indígenas na Região Sul do País”; 523 – **RIC Nº 3.295/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Rio Preto da Eva no Estado do Amazonas”; 524 – **RIC Nº 3.296/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, maiores informações a respeito do programa TERRA LEGAL no município de Urucurituba no Estado do Amazonas”; 525 – **RIC Nº 3.297/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita informações ao Ministério

das Comunicações acerca de eventuais irregularidades no processo de outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada para a Rádio Rio Maxi Ltda, no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná”; 526 – **RIC Nº 3.298/13** – do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações à Excelentíssima Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, acerca do andamento das obras dos aeroportos das principais cidades do País, notadamente aqueles que se situam nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014”; 527 – **RIC Nº 3.299/13** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre compra de equipamentos militares para a Copa das Confederações e outros Megaeventos”; 528 – **RIC Nº 3.300/13** – do Sr. José Humberto – que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário informações sobre os Processos de Geo-referenciamento estabelecidos pelos Decretos RIC Nº 4.449/02 e 5570/05, que regulamentam a Lei no 10.267, de 28 de agosto de 2001 em data específica”; 529 – **RIC Nº 3.301/13** – do Sr. Giovanni Queiroz – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário referente a cópia do Processo de Arrecadação da Área denominada de Gleba Xingu, localizada no Município de São Félix do Xingu, no Estado do Pará”; 530 – **RIC Nº 3.302/13** – do Sr. Jean Wyllys – que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério da Justiça informações sobre declarações acerca das manifestações de movimentos sociais contrários ao aumento de tarifas do transporte público em São Paulo”; 531 – **RIC Nº 3.303/13** – do Sr. Raul Lima – que “solicita informações do Ministério das Relações Exteriores, quanto aos brasileiros presos na Venezuela”; 532 – **RIC Nº 3.304/13** – do Sr. Artur Bruno – que “solicita a Exm^a. Sr^a. Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) sobre a nomeação dos demais 170 (cento e setenta) aprovados no concurso para provimento de cargos vagos de Advogado da União”; 533 – **RIC Nº 3.305/13** – do Sr. Leopoldo Meyer – que “solicita à Sra. Ministra de Estado da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o envio de informações sobre regras de transição para eleição de conselheiros tutelares, após a edição da Lei RIC Nº 12.696, de 25 de julho de 2012”; 534 – **RIC Nº 3.306/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações ao Ministro da Integração Nacional sobre o andamento e a execução dos programas para o Combate à Seca nos estados do Nordeste desde 2011”; 535 – **RIC Nº 3.307/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações ao Ministro do Turismo sobre

sua participação na 33ª Feira Internacional de Turismo de Cuba”; 536 – **RIC Nº 3.308/13** – do Sr. Jean Wyllys – que “solicita ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações relativas à titulação das terras dos quilombolas de São José da Serra no município de Valença no Estado do Rio de Janeiro, pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária”; 537 – **RIC Nº 3.309/13** – da Comissão de Legislação Participativa – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, a respeito das obras de pavimentação da BR-230, conhecida como Rodovia Transamazônica, no trecho em que corta o Estado do Pará”; 538 – **RIC Nº 3.310/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações ao Ministro da Pesca e Aquicultura sobre denúncia de utilização de estrutura ministerial no projeto de criação de peixes na Organização Não Governamental Fazenda Nova Canaã”; 539 – **RIC Nº 3.311/13** – da Sra. Erika Kokay – que “solicita o encaminhamento de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, sobre a política de Recursos Humanos da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev”; 540 – **RIC Nº 3.312/13** – da Sra. Andreia Zito – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre a possibilidade da transformação do Instituto Nacional do Câncer/RJ, Instituto Nacional de Cardiologia/RJ e do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, em Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERVH e/ou sobre a possibilidade da extensão do Plano de Cargos e carreiras de Ciência e Tecnologia da FIOCRUZ, para os servidores ocupantes de cargos efetivos desses Institutos, regidos pela Lei RIC Nº 8.112, de 1990”; 541 – **RIC Nº 3.313/13** – do Sr. Carlos Sampaio – que “requer sejam prestadas informações pela Senhora Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, sobre a majoração do valor das diárias para os servidores e militares durante o evento da Fifa de 2013”; 542 – **RIC Nº 3.314/13** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “requer que sejam solicitadas do Senhor Ministro de Minas e Energia informações acerca das remoções internas dos servidores Pietro Adamo Sampaio Mendes e Kerick Robery Leite de Souza em razão da lavratura do auto de infração contra a empresa OGX Petróleo Ltda pela não utilização da válvula de segurança Downhole Safety Valve (DHSV), que previne a ocorrência de blowout em poços de petróleo”; 543 – **RIC Nº 3.315/13** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “requer que sejam solicitadas do Senhor Ministro de Minas e Energia infor-

mações acerca do suposto favorecimento à empresa OGX Petróleo Ltda com a possível prática de advocacia administrativa pelos dirigentes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) Raphael Neves Moura e Magda Maria de Regina Chambriard”; 544 – **RIC Nº 3.316/13** – do Sr. Zé Geraldo – que “solicita informações ao Executivo”. Explicação da ementa: Requerimento de informações ao Executivo sobre derrubada de floresta na BR 163, município de Altamira, Pará. 4 – **Reembolso de despesas médico-hospitalares**: 4.1 – **Processo n. 110.108/2013**, de interesse do Deputado Domingos Dutra (despacho favorável à fl. 20); 4.2 – **Processo n. 111.088/2013**, de interesse do Presidente Henrique Eduardo Alves (despacho favorável à fl. 14); 4.3 – **Processo n. 111.238/2013**, de interesse do Deputado Homero Pereira (despacho favorável à fl. 19); 4.4 – **Processo n. 111.091/2013**, de interesse do Deputado Jorginho Mello (despacho favorável à fl. 48); 4.5 – **Processo n. 115.848/2013**, de interesse do Deputado Candido Vaccarezza (despacho favorável à fl. 18); 4.6 – **Processo n. 117.972/2013**, de interesse do Deputado Henrique Eduardo Alves (despacho favorável à fl. 10). 5 – **Cessão de servidor**: 5.1 – **Processo n. 104.951/2013**. Despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 10: “Em 09/4/13. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão da servidora **Sabá Cordeiro de Monteiro Chagas Filha de Oliveira**, ponto n. 5.867, Analista Legislativo – atribuição Taquígrafo Legislativo, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, símbolo SF-01, no gabinete do Senador Ciro Noçpueira, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações e manifestações favoráveis do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação (Detaq) e da Diretoria-Geral (fls. 2 e 9), nos termos do art. 93 da Lei n. 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 5.2 – **Processo n. 110.317/2013**. Despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 19: “Em 25/4/13. Atendendo à solicitação do Procurador-Geral da República e Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Roberto Monteiro Gurgel Santos, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão da servidora **Cláudia Regina Fonseca Lemos**, ponto n. 6.838, Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Televisão, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 26/4/13, para continuar a exer-

cer o cargo de provimento em comissão de Assessora de Comunicação Social e Cerimonial, Assessor Nível V, código CC-05, no Gabinete do Secretário-Geral do CNMP, com ônus para o órgão cedente, observando-se o disposto no art. 93 da Lei n. 8.112/1990, no parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno e no art. 4º do Ato da Mesa n. 57/2013. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 6 – **Designação e nomeação de servidor**: 6.1 – **Processo n. 109.940/2013 (apensado ao de n. 111.910/2013)**. Despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 3: “Em 17/4/13. Trata-se de indicação do Líder do PMDB, Deputado Eduardo Cunha, no sentido de que **Ana Laura Queiroz de Amorim** seja nomeada para o Cargo de Natureza Especial de Assessor Técnico, CNE-07, na Liderança do PMDB. Trata-se de matéria disciplinada pela Resolução n. 43/2006, que autoriza o Presidente da Casa a dispensar, *ad referendum* da Mesa, com base em critérios de confiança, eficiência e oportunidade, a escolaridade de nível superior, exigida em atos internos, para a designação de acesso às funções comissionadas de Direção e Assessoramento e, por extensão, conforme processo n. 2007/122698, aos Cargos de Natureza Especial. Dessa forma, autorizo, em caráter excepcional, *ad referendum* da Mesa, o provimento do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, pela referida indicada, naquela Liderança. Encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para providências.”; 6.2 – **Processo n. 110.934/2013**. Despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 4: “Em 16/4/13. Trata-se de indicação do Diretor Administrativo, no sentido de que o servidor **Ricardo Luís Moreno Calixto**, ponto nº 119.120, atualmente lotado na Liderança do PMDB, seja nomeado para o Cargo de Natureza Especial de Assessor Técnico, CNE-07, na Diretoria Administrativa. Trata-se de matéria disciplinada pela Resolução n. 43/2006, que autoriza o Presidente da Casa a dispensar, *ad referendum* da Mesa, com base em critérios de confiança, eficiência e oportunidade, a escolaridade de nível superior, exigida em atos internos, para a designação de acesso às funções comissionadas de Direção e Assessoramento e, por extensão, conforme processo n. 2007/122698, aos Cargos de Natureza Especial. Dessa forma, autorizo, em caráter excepcional, *ad referendum* da Mesa, o provimento do cargo em comissão de Assessor Administrativo, CNE-07, pelo referido indicado, naquela diretoria. Encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para providências.”; 6.3 – **Processo n. 110.944/2013**. Despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 6: “Em 23/4/13. Trata-se de indicação do Presidente da Comissão de

Constituição e Justiça e de Cidadania, Deputado Décio Lima, no sentido de que a servidora **Alexandra Zaban Bittencourt**, ponto n. 5.560, exerça a função comissionada de Secretário de Comissão, FC-3, naquele órgão colegiado. O Departamento de Pessoal esclarece (fls. 2 e 3) que a servidora, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, embora tenha concluído curso de nível superior, não possui o certificado de conclusão do curso de preparação e treinamento de Secretário de Comissão, ministrado pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, tampouco exerceu, por mais de 5 (cinco) anos interpolados, a referida função, conforme exigido pelo Ato da Mesa n. 18/1987. No entanto, nos termos do despacho da Diretoria-Geral (fl. 5), existem precedentes administrativos de dispensa das exigências elencadas na norma supracitada. Além disso, aquele curso de preparação e treinamento foi realizado pela última vez em 2001, razão pela qual esta Casa não possui número suficiente de servidores com a qualificação exigida. Pelo exposto, acompanhando parecer favorável da Diretoria-Geral, autorizo, *ad referendum* da Mesa, o provimento da referida servidora na função de Secretário de Comissão, naquele colegiado. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 6.4 – **Processo n. 111.955/2013**. Despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 6: “Em 25/4/13. Trata-se de indicação do Presidente da Comissão de Educação, Deputado Gabriel Chalita, no sentido de que a servidora **Regina Pereira Games**, ponto n. 6.595, exerça a função comissionada de Secretário de Comissão, FC-03, naquele órgão colegiado. Inicialmente, o Departamento de Pessoal esclarece (fls. 2 e 3) que a servidora ocupa o cargo efetivo de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, porém não possui certificado de conclusão do curso de preparação e treinamento de Secretário de Comissão, tampouco exerceu, por mais de 5 (cinco) anos interpolados, a referida função, exigências constantes do Ato da Mesa n. 18/1987, para o provimento da referida função. No entanto, nos termos do despacho da Diretoria-Geral (fl. 5), existem precedentes administrativos de dispensa dos requisitos elencados no Ato da Mesa n. 18/1987, tendo em vista não existirem, nesta Casa, servidores em número suficiente que possuam o curso de preparação e treinamento mencionado. Por esse motivo, autorizo, *ad referendum* da Mesa, o provimento da referida servidora na função de Secretário de Comissão, naquele colegiado. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. 7 – **Comissão de licitação: Processo n. 117.170/2012**. Ratificação da **Portaria n. 137, de 9/agosto/2012**, do

então Presidente Marco Maia, à fl. 95, que constitui Comissão Especial de Licitação para elaborar edital do concurso destinado a selecionar cinco reportagens alusivas à promulgação da Lei Maria da Penha; e da **Portaria n. 3, de 27/fevereiro/2013**, do Presidente Henrique Eduardo Alves, à fl. 97, que constitui Comissão Especial de Licitação para selecionar, processar e julgar cinco reportagens especiais brasileiras inéditas, alusivas à garantia de direitos oferecida pela Lei Maria da Penha. 8 – **Relatório de Gestão Fiscal: Processo n. 114.692/2013**. Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2012 a abril de 2013, na forma da **Portaria n. 8, de 2013**. Despacho favorável do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 34, ratificado pela Mesa Diretora: “Aprovo, *ad referendum* da Mesa, o Relatório de Gestão Fiscal desta Casa, do período de maio de 2012 a abril de 2013, na forma da Portaria n. 8/13. Encaminhe-se o Relatório aprovado à Mesa Diretora do Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, tendo em vista o disposto no inciso I do art. 5º da Lei n. 10.028/00. À Diretoria-Geral para providenciar a devida publicação no prazo determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.”. Em prosseguimento, o Senhor Primeiro-Secretário solicitou a palavra para expor a pauta de sua Secretaria. II – **PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO-SECRETÁRIO**. O Senhor Deputado Márcio Bittar relatou os seguintes processos: 1 – **Processo n. 118.856/2013**. Instrução processual à **Emenda de Plenário n. 1**, de autoria da Deputada Carmen Zanotto, que acrescenta o seguinte artigo ao **Projeto de Resolução n. 143, de 2012**, que dispõe sobre a criação de cargos e funções comissionadas na Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados: “Art. 6º. A criação dos cargos prevista nesta Resolução fica condicionada à sua expressa autorização em anexo da Lei Orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento nos termos do §1º do art. 169 da Constituição Federal.”. A Mesa Diretora opinou, por unanimidade, pela aprovação da citada emenda, nos termos do parecer do Relator. 2 – **Processo n. 110.535/2013**. Parecer do Relator à fl. 28: “Trata-se de solicitação da Consultoria Legislativa para que sejam remanejadas 9 (nove) funções comissionadas de Consultor Legislativo (FC-3) entre as áreas de seleção daquele órgão, com vistas a viabilizar a existência da Área XXII, criada pelo Ato da Mesa n. 56, de 2012, e possibilitar a abertura de concurso público, já autorizada pelo Ato da Mesa n. 7, de 2011, para áreas temáticas que poderão ter seus quadros reduzidos imediatamente ou em um futuro próximo devido à aposentadoria de número significativo de Consultores. Segun-

do a instrução do processo, há na Casa 244 cargos efetivos de Analista Legislativo – atribuição Consultoria, dos quais 38 encontram-se vagos, podendo ser ocupados por Consultores Legislativos ou Consultores de Orçamento e Fiscalização Financeira (fls. 10), e 198 funções comissionadas de Consultor Legislativo (FC-3), sendo 162 ocupadas, 7 reservadas (exercício de outras funções na Câmara dos Deputados ou em outros órgãos públicos) e 29 a serem preenchidas por concurso público (fls. 7/8). Dessa forma, propõe-se o remanejamento de uma função comissionada de Consultor Legislativo de cada uma das Áreas III, IX, X, XI, XIV e XV para as Áreas IV, V, XIII, XVI, XVII e XXII, assim como o remanejamento de duas funções comissionadas de Consultor Legislativo da Área I e uma de Consultor Legislativo da Área II para a Área XXII. A presente proposta não acarreta aumento de despesa, razão por que, a teor do art. 4º da Resolução n. 46, de 2006, poderá ser objeto de deliberação da Mesa Diretora. A Diretoria Legislativa e a Secretaria-Geral da Mesa manifestam-se favoráveis à medida. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da dita Mesa, a teor do art. 4º da Resolução n. 46, de 2006, com parecer favorável, nos termos da anexa minuta de Ato da Mesa.”. Posto em votação, o parecer supracitado foi aprovado por unanimidade e, em decorrência, baixado Ato da Mesa que “remaneja funções comissionadas de Consultor Legislativo entre as Áreas Temáticas da Consultoria Legislativa”, cujo teor vai publicado ao final da ata. Em seguida, foi retirado de pauta o **Processo n. 115.360/2012**, relativo à revogação de normativo. 3 – **Processo n. 120.147/2013**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, às fls. 7/v: “Trata-se de propostas de Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 (PLDO/2014), de interesse da Câmara dos Deputados, elaboradas pelo Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade, para apreciação da Mesa Diretora. Segundo a instrução do processo, em síntese, as emendas tratam dos seguintes pontos: – Proposta de Emenda 1 – visa manter a data de 30 de junho, já prevista na LDO vigente, de modo a considerar, para fins de elaboração da proposta orçamentária dos demais Poderes e do Ministério Público da União (MPU), eventuais créditos suplementares e especiais aprovados até essa data, em favor dessas Instituições; – Proposta de Emenda 2 – visa assegurar, também, aos demais Poderes e ao Ministério Público a possibilidade de alterar suas dotações, no âmbito do mesmo subtítulo, entre os Grupos de Natureza de Despesa (GND); – Proposta de Emenda 3 – suprime dispositivo que veda aos Poderes Legisla-

tivo e Judiciário, bem como ao Ministério Público, remanejar recursos orçamentários, por ato próprio dos Presidentes das respectivas Casas daqueles Poderes, bem como do Procurador-Geral do Ministério Público, mediante o cancelamento de despesas discricionárias para suplementação de obrigatórias. A presente emenda, ao resgatar o texto da LDO, busca eficiência na aplicação do orçamento pelos demais Poderes, na medida em que estes se valem de atos próprios para remanejarem suas dotações, dentro dos limites da LOA, sem qualquer aumento de despesa, em vez de voltarem a depender de decreto do Poder Executivo para tanto; – Proposta de Emenda 4 – objetiva estender aos órgãos dos demais Poderes, bem como ao MPU, a prerrogativa, já conferida ao Poder Executivo, de abrir créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação e superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de exercício anterior, nos termos do art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei n. 4.320/64; – Proposta de Emenda 5 – propõe resgatar o texto constante da LDO para 2012, o qual determina que o Poder Executivo deve apurar e informar o montante do contingenciamento orçamentário, segundo o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre; – Proposta de Emenda 6 – visa à supressão do prazo para restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira (liberação de recursos contingenciados), pois, além de em nada tal prazo influenciar na formação do resultado fiscal que terá sido alcançado, ainda obriga, desnecessariamente, o cumprimento de mais um prazo pelos gestores públicos; – Proposta de Emenda 7 – propõe alterar a redação do §1º do art. 83, de modo a que a PLOA e a LOA voltem a incluir o montante das despesas com auxílios, derivadas das despesas de pessoal inerentes ao ingresso de novos servidores, não dependendo mais da concessão de créditos adicionais; – Proposta de Emenda 8 – objetiva não vedar aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a possibilidade de propor reajuste de benefícios sociais aos seus respectivos servidores, dentro da autonomia que a Carta Magna lhes assegura. À vista do exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da dita Mesa, com parecer favorável ao acolhimento das propostas, nos termos da instrução.”. Analisadas as propostas, a Mesa Diretora, por unanimidade, decidiu aprovar as citadas emendas, que seguem publicadas ao final da ata. Com a palavra, o Senhor Deputado Simão Sessim, Segundo-Secretário, questionou a respeito do envio da emenda ao orçamento, aprovada pela Mesa Diretora na reunião do dia 17 de abril de 2013, nos termos de sua proposta (orçamen-

to impositivo das emendas individuais). Após esclarecimentos, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Diretor-Geral as devidas providências para encaminhamento da mesma. 4 – **Processo n. 129.366/2012.** Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, às fls. 48/49: “Trata-se de projeto de Resolução com a finalidade de criar cargos para a Representação do Partido Ecológico Nacional – PEN. A proposição em tela decorre de solicitação do Deputado Fernando Francischini, no sentido de aplicar a Resolução n. 01/2007 da Câmara dos Deputados à bancada do seu partido, a partir de janeiro de 2013, tendo em vista a decisão liminar do Mandado de Segurança n. 26.460, impetrado no Supremo Tribunal Federal (STF), bem como o precedente em favor da Liderança do Partido Social Democrático (PSD), contemplada com cargos por meio da Resolução n. 9/2011. O Departamento de Pessoal sugere o encaminhamento à Mesa Diretora para as medidas cabíveis, considerando a existência de precedente em favor do PSD (fls. 12/14). O Diretor-Geral solicita à fl. 26 manifestação da Secretaria-Geral da Mesa, em razão da decisão proferida na Questão de Ordem n. 238/2013. O Secretário-Geral da Mesa informa que a Questão de Ordem citada cuidou da interpretação do art. 58, § 1º, da Constituição e do art. 8º, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em razão do advento do PEN e do PSD. Ademais, registra que, após decisão do Supremo Tribunal Federal nas ADINs 4.795 e 4.430, bem como posição do Tribunal Superior Eleitoral na petição n. 1.747-93.2011.6.00.0000/DF, a Presidência da Casa determinou o “recálculo da proporcionalidade partidária para fins da definição da composição das comissões da Câmara dos Deputados, inclusive da Mesa Diretora, com a inclusão das bancadas do PSD e do PEN, com efeitos a partir da Sessão Legislativa de 2013.” A Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, em manifestação de fls. 28/37, reconhece o direito do PEN à “estrutura administrativa equivalente ao tamanho de sua bancada, composta por 2 deputados federais, a ser definida por Ato do Presidente da Câmara dos Deputados e mantida durante toda a 54ª Legislatura.” (o grifo pertence ao original – fls. 28/37). O Departamento de Finanças, em manifestação de fl. 42, estima a despesa anual em **R\$ 114.548,40 (cento e quatorze mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos)**, referente à criação de 2 (dois) Cargos de Natureza Especial (CNE-15). Além disso, projeta para os exercícios de 2014 e 2015 despesas anuais de R\$ 119.387,03 (cento e dezenove mil, trezentos e oitenta e sete reais e três centavos) e R\$124.467,00 (cento e vinte e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete reais), respectivamente.

Quanto à adequação orçamentária e financeira, a Coordenação de Administração Financeira (CAFIN) registra à fl. 45 a necessidade de apresentação da proposição legislativa até 31 de agosto de 2013, permitindo a sua inclusão no anexo e nas dotações próprias da Lei Orçamentária de 2014, nos termos do art. 76, §1º, da Lei 12.708/2012. O Diretor-Geral manifesta-se favoravelmente encaminha a minuta do Projeto de Resolução destinada à criação dos referidos cargos em favor do PEN. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da doughty Mesa, na forma da anexa minuta de Projeto de Resolução, conforme a instrução.” Submetido a votos, o parecer supra foi aprovado por unanimidade e, em decorrência, a Mesa Diretora apresentou Projeto de Resolução que “dispõe sobre a estrutura para a Representação do Partido Ecológico Nacional – PEN”, cujo teor segue publicado ao final da ata. 5 – **Processos n.s 104.019/2013 e 117.119/2013**, referentes ao Orçamento Analítico da Câmara dos Deputados, do exercício financeiro de 2012 e de 2013, respectivamente, compreendidas as despesas fixadas para as Unidades Orçamentárias “Câmara dos Deputados – CD” e “Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados – FRCD”. Em votação, os pareceres favoráveis do Relator, Deputado Márcio Bittar, respectivamente às fls. 68/70 e fls. 89/v, foram aprovados por unanimidade. 6 – **Processo n. 112.248/2013.** Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 16: “Trata-se de minuta de Ato da Mesa com a finalidade de transformar um Cargo de Natureza Especial CNE-9 em uma função comissionada FC-2 e duas funções comissionadas FC-1 na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A intenção é aprimorar a estrutura organizacional do órgão, a fim de aperfeiçoar e agilizar o andamento de suas atividades. Na necessária instrução dos autos, a Coordenação de Pagamento de Pessoal do Departamento de Pessoal – Depes estimou que a economia com a extinção do Cargo de Natureza Especial seria de R\$ 151.770,99 e que a despesa com as funções comissionadas a serem criadas seria de R\$ 134.258,96 (fl. 6). Assim, a Assessoria Jurídica do Depes (fls. 9/11) concluiu pela possibilidade de a matéria ser tratada por meio de Ato da Mesa, uma vez que não há aumento de despesa, enquadrando-se no art. 4º da Resolução n. 46/2006 da Câmara dos Deputados. Avaliou também que a proposta está em conformidade com a Lei n. 12.777/2012 (Plano de Carreira). Em sua forma, registre-se que a minuta conta com apenas quatro artigos: a) o primeiro extingue o Cargo de Natureza Especial CNE-9, b) o segundo cria duas funções comissionadas de Assistente de Comissão, de nível

FC-1 e uma função comissionada de Chefe de Serviço, de nível FC-2, e fixa suas atribuições, conforme Ato da Mesa n. 45/1996; c) o terceiro dispõe sobre as despesas correspondentes, que correrão por conta das dotações orçamentárias da Casa; e d) o quarto trata da vigência, a partir da data de sua publicação. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável na forma da anexa minuta de Ato da Mesa, e conforme a instrução”. Analisada a matéria, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer supra e, em decorrência, baixou Ato da Mesa que “extingue Cargo de Natureza Especial e cria funções comissionadas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização”, cujo teor segue publicado ao final da ata. Em continuação, a Mesa Diretora ratificou, por unanimidade, os despachos *ad referendum* da Mesa, exarados nos seguintes processos, nos termos do parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar: 1 – **Processo n. 108.230/2013**. Parecer do Relator à fl. 19: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor **Ralph Emerson Machado de Lima**, ponto n. 7.224, Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Imprensa Escrita, para continuar exercendo o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial, código DAS 102.5, no Gabinete da Ministra de Estado. A prorrogação em tela tem amparo no art. 93, inciso I, § 1º da Lei n. 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 1º, inciso II, alínea “b” e no art. 2º do Ato da Mesa 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa n. 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa”. Despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 12: “Em 19/4/13. Trata-se de solicitação da Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ana Clécia Silva Gonçalves de França, no sentido de que seja autorizada a prorrogação da cessão do servidor **Ralph Emerson Machado de Lima**, ponto n. 7.224, Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Imprensa Escrita, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial, código DAS 102.5, no Gabinete da Ministra de Estado. Apesar de a Secretaria de Comunicação Social manifestar-se contrariamente à prorrogação da cessão do servidor, tendo em vista o aumento da demanda pelos serviços daquela secretaria, tanto por parte dos deputados quanto dos diversos órgãos desta Casa, e, ainda, em razão da carência de servidores espe-

cializados nos quadros daquele órgão, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, em caráter excepcional, a prorrogação da cessão daquele servidor, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, nos termos do art. 93 da Lei n. 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. 2 – **Processo n. 108.800/2013**. Parecer do Relator à fl. 20: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão, por 1 (um) ano, do servidor **Marcus Antonio Amorim dos Santos**, ponto n. 2.813, Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos – Serviços de Atendimento, para continuar exercendo, no Cerimonial da Presidência do Senado Federal, o cargo de provimento em comissão de Assessor, Símbolo SF-02, do Órgão Central de Coordenação e Execução daquela Casa Legislativa, com ônus para o órgão cedente. A prorrogação em tela tem amparo no art. 93, inciso I, § 1º da Lei n. 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 4º-A e parágrafo único do Ato da Mesa 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa n. 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa”. Despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 10: “Em 12/6/13. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor **Marcus Antonio Amorim dos Santos**, ponto n. 2.813, Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos – Serviços de Atendimento, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 10/7/13, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor, símbolo SF-02, do Órgão Central de Coordenação e Execução, e exercício no Cerimonial da Presidência do Senado Federal, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações dos órgãos técnicos (fls. 3 a 8) e manifestação da Diretoria-Geral (fl. 9), nos termos do art. 93 da Lei n. 8.112/1990, do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno e do artigo 4º-A e parágrafo único do art. 4º, ambos do Ato da Mesa n. 57/2013. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. 3 – **Processo n. 109.436/2013**. Parecer do Relator à fl. 21: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão, por 1 (um) ano, da servidora **Hebe Machado Guimarães-Dalgaard**, ponto n. 6.301, Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Televisão, para continuar exercendo, no Gabinete do Senador Fernando Collor, o cargo de pro-

vimento em comissão de Assistente Parlamentar, Código AP-03, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com ônus para o órgão cedente. A prorrogação em tela tem amparo no art. 93, inciso I, § 1º da Lei n. 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 4º-A e parágrafo único do Ato da Mesa 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa n. 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa.”. Despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 14: “Em 6/6/13. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão da servidora **Hebe Machado Guimarães-Dalgaard**, ponto n. 6.301, Analista Legislativo – Técnico em Comunicação Social – Televisão, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 14/6/13, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo AP-03, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e exercício no Gabinete do Senador Fernando Collor, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações dos órgãos técnicos (fls. 6 e 7, 11) e da Diretoria-Geral (fls. 12 e 13), nos termos do art. 93 da Lei n. 8.112/1990, do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno e do artigo 4º-A e parágrafo único do art. 4º, ambos do Ato da Mesa n. 57/2013. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. 4 – **Processo n. 113.263/2013**. Parecer do Relator à fl. 18: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão, por 1 (um) ano, do servidor **James Lewis Gorman Júnior**, ponto n. 3.893, Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, para continuar exercendo, no Gabinete da Senadora Lídice da Mata, o cargo de provimento em comissão de Assessor, Símbolo SF-02, do Gabinete da Liderança do PSB, com ônus para o órgão cedente. A prorrogação em tela tem amparo no art. 93, inciso I, § 1º da Lei n. 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 4º-A e parágrafo único do Ato da Mesa 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa n. 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa.”. Despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 11: “Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor **James Lewis Gorman Júnior**, ponto n. 3.893, Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 24/7/13, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor

Técnico, símbolo SF-02, do Gabinete da Liderança do PSB, e exercício no Gabinete da Senadora Lídice da Mata, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações dos órgãos técnicos (fls. 4 a 9) e da manifestação da Diretoria-Geral (fl. 10), nos termos do art. 93 da Lei n. 8.112/1990, do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno e do artigo 4º-A e parágrafo único do art. 4º, ambos do Ato da Mesa n. 57/2013. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. Em continuidade, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer do Deputado Márcio Bittar, Relator, exarado às fls. 227/228, do **Processo n. 102.333/2006**, nos termos a seguir: “Trata-se da regularização, mediante a formalização de Termo de Permissão de Uso, da área de 272,48m², localizada no pavimento térreo do Anexo IV da Câmara dos Deputados, ocupada por agência da **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)** para a prestação de serviços e vendas de produtos postais. A instrução do processo revela que em 18/12/2008, nada obstante o posicionamento desta Secretaria para que a regularização do espaço ocupado pela ECT nesta Casa se desse sem ônus para a permissionária, a Mesa Diretora manifestou-se pela concessão da área, a **título oneroso**, e pela cobrança dos valores retroativos à data do pedido da interessada (24/1/2006). Saliente-se que, na ocasião, o encaminhamento desta Secretaria baseou-se em parecer da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral – Atec/DG (fls. 91), que concluiu pela possibilidade de concessão da área a título gratuito, com fulcro no art. 2º, parágrafo único, inciso II, do Ato da Mesa n. 61, de 2005, que permitia tal outorga quando se tratasse de empresa prestadora de serviços que, por força contratual, estivesse obrigada a manter equipe de trabalho ou almoxarifado nas instalações da Câmara dos Deputados. No caso, encontrava-se em vigor o Contrato n. 2007/064.0, firmado com a ECT, que continha, no item 3.1. de seu Anexo, disposição para que a aquisição de selos e demais produtos da ECT fosse realizada **exclusivamente na AC Câmara dos Deputados**. Todavia, o contrato foi omissivo quanto às condições para a cessão do espaço para a instalação da citada agência. Com vistas a dar cumprimento à decisão da douta Mesa, concluiu a Atec/DG que haveria necessidade de se manter negociação com a ECT, visando promover aditivo ao contrato que estava vigente na ocasião ou de se aguardar a data de renovação do contrato para a inclusão de cláusula estabelecendo os critérios para a outorga. Contudo, em nenhuma das hipóteses seria possível efetuar cobrança retroativa, em homenagem ao princípio da segurança jurídica. Nessa linha, em 2012, dada a proximidade do encer-

ramento do Contrato n. 2007/064.4, os órgãos técnicos da Casa promoveram a elaboração do termo de outorga, **a título oneroso**, da área ocupada pela ECT, incluindo as respectivas despesas de ocupação, tendo a Presidência, em 9/8/2012, após manifestação desta Secretaria (fls. 158), autorizado, *ad referendum* da Mesa, a referida cessão (fls. 159). Cientificada da decisão administrativa relativa à regularização do espaço físico, a ECT reiterou seu interesse em permanecer na área (fls. 167), mas alegou ter que superar problemas de ordem operacional para proceder à assinatura do mencionado Termo de Permissão de Uso (2012/125.0). Em fevereiro de 2013, no entanto, a ECT apresentou à Câmara dos Deputados o Contrato de Cessão de Uso n. 91.021.0 (fls. 182/184 e 193/199), firmado entre esta Casa e a Empresa em 2/1/1991, **sem ônus e por tempo indeterminado**, alegando que o ajuste encontrava-se vigente, uma vez não ter havido distrato. Posteriormente, por meio do processo administrativo n. 4.904/2013 (fls. 204/206), apensado a estes autos, a Empresa: a) ratificou o seu interesse em permanecer com uma agência nas dependências da Câmara; b) observou que os valores cobrados por esta Casa são superiores aos praticados por outros órgãos públicos onde a ECT também possui agência; c) informou que em 17/4/2013 tomou ciência dos termos do Ato da Mesa n. 61/2005 e da Portaria n. 69/2007, que justificam a cobrança do valor proposto para cessão de uso nesta Casa; d) registrou que não houve tempo hábil de incluir a despesa no planejamento orçamentário deste ano e que essa despesa comprometeria o seu atual orçamento; e) solicitou carência de pagamento pelo uso da área até 31/12/13, tendo em vista que a instituição não dispõe, neste momento, de recursos orçamentários para arcar com essa despesa; f) salientou que a despesa será incluída no planejamento orçamentário para 2014; e g) propôs a formalização do Termo de Permissão de Uso n. 2012/125.0 por um período de 120 meses e a inclusão de cláusula tornando sem efeito o Contrato n. 91021.0, a partir da assinatura. A Atec/DG examinou o pleito da ECT e concluiu não haver óbices jurídicos para o seu acolhimento, visto que o Contrato n. 91021.0 permanece em vigor, e dada a importância para esta Casa de manutenção de uma Agência Postal na Câmara dos Deputados. Nesse sentido, o Diretor-Geral encaminhou a matéria a esta Secretaria, manifestando-se favoravelmente à concessão de isenção à ECT, até 31 de dezembro de 2013, do pagamento da área que sua Agência ocupa atualmente nas dependências da Casa, e à adoção dos procedimentos necessários ao distrato do Contrato n. 91021.0 e à formalização de Permissão de

Uso, a título oneroso, a partir de 1º de janeiro de 2014. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da doughty Mesa, com parecer favorável: a) à ratificação da decisão do Senhor Presidente que autorizou, *ad referendum*, a outorga à ECT, **a título oneroso**, da utilização da área de 272,48m² (medida corrigida às fls. 187), localizada no pavimento térreo do Anexo IV da Câmara dos Deputados, para fins de prestação de serviços e vendas de produtos postais; b) à manutenção das condições atuais, amparada na vigência do Contrato 91021.0, até 31 de dezembro de 2013, consoante as razões apontadas pela interessada às fls. 204/204-v dos autos; c) à adoção de providências para o distrato do Contrato n. 91021.0 em 31 de dezembro de 2013 e imediata formalização da Permissão de Uso, a título oneroso, a contar de 1º de janeiro de 2014, em atendimento à decisão da Presidência às fls. 159 dos autos.”. Por último, o Senhor Primeiro-Secretário, Deputado Márcio Bittar, expôs seus pareceres às seguintes proposições, que foram aprovados, por unanimidade, pela Mesa Diretora: 1 – **Projeto de Resolução (PRC) nº 10, de 2007** (Processo n. 106.390/2012), de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, que “destina espaço físico da Câmara dos Deputados para parlamentares portadores de necessidades especiais e dá outras providências”. Parecer do Relator: pela rejeição. 2 – **Projeto de Resolução nº 215, de 2009** (Processo n. 110.404/2011), de autoria do Deputado Lincoln Portela, que “torna obrigatória a execução periódica do Hino Nacional”. Parecer do Relator: pela rejeição. 3 – **Indicação nº 3.257, de 2012** (Processo n. 111.684/2013), de autoria do Deputado Irajá Abreu, que “sugere à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados a digitalização de todos os processos administrativos da Câmara dos Deputados”. Parecer do Relator: pelo arquivamento. Retirada de pauta a **Indicação nº 3.014, de 2012** (Processo n. 118.015/2012), de autoria do Deputado Miriquinho Batista, que “sugere a elaboração de Resolução ou Ato da Mesa visando assegurar que redatores de documentos oficiais e proposições na Câmara dos Deputados não usem expressões com conotação racista, nos termos que especifica”. Ainda com a palavra, o Senhor Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, falou a respeito da importância de a Câmara dos Deputados acompanhar as redes sociais do Brasil afora, não apenas para medir a impressão das ações da Câmara, como também para acolher opiniões e sugestões. Assim, continuará estudando a viabilidade desse serviço para, o mais breve possível, estar à disposição dessa Casa, através da Presidência. Abordou, também, que vem recebendo reivindicação dos médicos e dos radialis-

tas quanto à jornada de trabalho, sugerindo a devida instrução processual para posterior deliberação. E comentou que a permissão de entrada do programa CQC não está renovada, que há autorização verbal, mas não formal. Assim, solicitava decisão da Mesa a respeito, uma vez que considerava fora do limite, do padrão, o que eles vinham fazendo nos últimos meses. O Senhor Sérgio Chacon, Diretor da Secretaria de Comunicação Social, esclareceu que o programa está registrado como programa de variedades no Ministério da Justiça, produzido por uma produtora argentina e veiculado pela Rede Bandeirantes. Que já tiveram uma conversa com um jornalista do grupo, solicitando que fossem respeitosos com essa Casa. O Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves disse que conversaria com a produção para esclarecimentos. Com a palavra, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves abordou a questão do orçamento impositivo. Relembrou a aprovação, por esse Colegiado, do anteprojeto de resolução do Congresso Nacional que “altera a redação dos arts. 104 e 106 da Resolução nº 1, de 1970-CN, que dispõe sobre o Regimento Comum do Congresso Nacional”, referente a vetos presidenciais, e o entendimento que essa Casa vem adotando com relação ao recebimento e leitura de veto, considerando que não podia continuar, sob pena de desmoralização da Casa. Disse que, na semana passada, quando o Presidente Renan Calheiros reuniu os Líderes da Câmara e do Senado para discutir vetos, levantou a importância da aprovação do citado projeto, ficando acordado que seria submetido à deliberação o mais rápido possível. Ou seja, a partir da hora em que for aprovado pelo Congresso Nacional, qualquer veto que a Presidenta da República vier a fazer, no prazo de 30 dias, esta Casa terá de apreciá-lo. Comentou que conversou com os Líderes e todos praticamente concordaram, reforçou que essa ação muda completamente a relação com o Governo e que o Congresso Nacional recuperaria uma de suas prerrogativas fundamentais, que é a última palavra sobre as matérias votadas. O Senhor Deputado Márcio Bittar cumprimentou o Senhor Presidente pela firmeza com que tem tratado a questão dos vetos. Disse que é um marco nessa Mesa, devolver o poder ao Parlamento. Nesse momento, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves solicitou que o Senhor Deputado Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente, assumisse a condução dos trabalhos, porque teria que se ausentar. **III – PAUTA DO SENHOR SEGUNDO-SECRE-TÁRIO.** Sua Excelência, o Senhor Deputado Simão Sessim propôs a seguinte alteração no §6º do art. 1º do Ato da Mesa nº 90, de 2013: “Art. 1º... §6º Para o Analista Legislativo, atribuição Médico ou Fisiotera-

peuta, lotado no Departamento Médico, e para o Analista Legislativo, atribuição jornalista, lotado na Secretaria de Comunicação Social, o disposto no § 5º observará o registro da carga horária de 330 (trezentos e trinta) minutos diários.” Justifica a proposta nos termos a seguir: “O Ato da Mesa nº 90, de 2013, incluiu os jornalistas entre as categorias obrigadas a cumprir uma jornada de sete horas diárias, em confronto com o Decreto-Lei nº 972, de 1969, regulamentado pelo Decreto nº 83.284, de 1979. Desde que ingressaram na Casa, os jornalistas lotados na SECOM sempre cumpriram jornada diária de seis horas, em atenção aos dispositivos legais acima citados.” Com a palavra, o Senhor Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, reafirmou que essa reivindicação também chegou à Primeira-Secretaria, que é com relação ao pedido de redução da jornada de trabalho dos médicos e dos jornalistas. Comentou que recebeu um grupo deles e sugeriu que se fizesse a devida instrução processual sobre a matéria para posterior deliberação pela Mesa Diretora. O Senhor Deputado Simão Sessim, Segundo-Secretário, esclareceu que eles não estão pedindo para trabalhar seis horas, mas que tenham condições de cumprir o Decreto nº 83.284, de 1979, que regulamenta a profissão de jornalista. O Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves solicitou que o Senhor Diretor-Geral, Dr. Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, esclarecesse a matéria. Com a palavra o Senhor Diretor-Geral informou que essa questão foi judicializada, porque, de fato, existe uma legislação que protege o jornalista, mas na sua relação celetista, que estabelece uma jornada mínima de 30 horas. Considerou que, aqui na Casa, com as condições de trabalho que a categoria tem, não faz sentido a aplicação dessa mesma jornada e a nossa legislação já ressalta isso. O próprio Senado Federal regulamentou a jornada do jornalista com 35 horas. O Senhor Deputado Simão Sessim argumentou que esse esclarecimento do Senhor Diretor-Geral norteou a proposta da administração, acatada por esse Colegiado, que foi transformada no Ato da Mesa nº 90, de 2013. No entanto, sugeria a alteração desse, examinando o citado decreto e a argumentação defendida pelos jornalistas. Discutida a matéria, ficou acordado que se oficializaria a proposta para a devida instrução processual e posterior deliberação pela Mesa Diretora. Retirou-se, nesse momento, da reunião o Senhor Corregedor, Deputado Átila Lins. Dando seguimento, o Senhor Deputado Simão Sessim, Segundo-Secretário, lembrou os critérios para indicação dos condecorados com a Medalha “Mérito Legislativo da Câmara dos Deputados”, baseado no Ato da Mesa nº 89, de 2006. Ou seja, cada Líder dos

Partidos Políticos com assento na Câmara dos Deputados pode indicar uma pessoa, perfazendo o total de 23 medalhas; cada membro da Mesa pode indicar duas pessoas e o Senhor Presidente, não tendo determinação expressa. Comunicou, ainda, que sua Secretaria sugeria a data de 20 de novembro do corrente ano, quarta-feira, para a realização da cerimônia especial de entrega da referida medalha, edição 2013. Por último, ficou acordado que o Senhor Deputado Cláudio Cajado, Procurador Parlamentar, traria proposta, a ser deliberada, de alteração do supracitado Ato da Mesa para permitir, também, indicações pela Procuradoria Parlamentar, pela Ouvidoria Parlamentar e pela Corregedoria. Nesse instante, o Senhor Deputado Biffi, Quarto-Secretário, retirou-se da reunião. Em continuação, o Senhor Deputado Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente, expôs a pauta da Primeira-Vice-Presidência, a pedido do Titular, Senhor Deputado André Vargas, conforme a seguir: **IV – PAUTA DA PRIMEIRA-VICE-PRESIDÊNCIA. 1 – Projetos de Resolução (PRC)**, tendo a Mesa Diretora aprovado, por unanimidade, os pareceres do Relator, Deputado André Vargas: 1.1 – **Nº 110, de 2012**, de autoria do Deputado Vitor Paulo, que “Institui, no âmbito da Câmara dos Deputados, o ‘Parlamento do Idoso’, e dá outras providências. Parecer do Relator: pela aprovação, com emenda de redação; 1.2 – **Nº 132, de 2012**, de autoria do Deputado Assis Melo e outros, que “Institui o Prêmio Dignidade no Trabalho, a ser concedido pela Câmara dos Deputados a pessoas físicas e jurídicas que promovam ações em defesa do Trabalho Decente”. Parecer do Relator: pela aprovação; 1.3 – **Nº 140, de 2012**, de autoria do Deputado Ricardo Izar, que “Institui o Grupo Parlamentar Brasil – Luxemburgo”. Parecer do Relator: pela aprovação, com emenda de redação; 1.4 – **Nº 179, de 2013**, de autoria do Deputado João Ananias, que “Cria o Grupo Parlamentar Brasil – Mongólia”. Parecer do Relator: pela aprovação, com emenda de redação; 1.5 – **Nº 184, de 2013**, de autoria do Deputado Cláudio Cajado, que “Cria o Grupo Parlamentar Brasil – República do Azerbaijão”. Parecer do Relator: pela aprovação. 2 – **Processo n. 131.297/2012**. Anteprojeto de Resolução do Congresso Nacional que dispõe sobre a constituição e funcionamento de grupos parlamentares de amizade. Discutida a proposta, a Mesa Diretora opinou favoravelmente à apresentação do citado anteprojeto, nos termos do parecer do Relator, Deputado André Vargas, a seguir transcrito: “**I – RELATÓRIO**. Foi recebida pela Mesa Diretora do Senado Federal, em sua 16ª reunião ordinária, realizada em 29 de novembro de 2011, sugestão apresentada pelo Senador Fernando Collor de Mello, no sentido

de ser viabilizada resolução do Congresso Nacional para disciplinar a constituição e funcionamento dos grupos interparlamentares de cooperação e amizade, nos termos do anteprojeto de resolução então apresentado. Em 14 de novembro de 2012, o Senador Cícero Lucena apresentou parecer favorável à iniciativa, que foi apreciado e acolhido pela Mesa Diretora do Senado Federal, em sua 10ª reunião ordinária, realizada em 14 de novembro de 2012. Ato contínuo, em 26 de novembro de 2012, a matéria foi encaminhada, pelo então Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, à análise da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, em 26 de novembro de 2012, **ainda sob a forma de anteprojeto de resolução**: não se trata, portanto, de um projeto de resolução. Em 30 de novembro de 2012, a Secretaria Geral da Mesa solicitou estudo pertinente à matéria à Consultoria Legislativa. Distribuído à área de Direito Internacional Público e Relações Internacionais, esta apresentou estudo em 27 de fevereiro de 2013, encaminhado à Secretaria Geral da Mesa na mesma data, pela Direção da Consultoria Legislativa. No dia 8 de março de 2013, o **anteprojeto** de resolução foi-me distribuído para relatar. A sugestão de iniciativa legislativa, apresentada sob a forma de anteprojeto de resolução do Congresso Nacional, pelo Senador Fernando Collor e que contou com a adesão dos componentes da Mesa Diretora do Senado Federal, visa a modificar o Regimento Comum do Congresso Nacional, com base no que dispõe a alínea “a” do art. 128 do Regimento Comum do Congresso Nacional¹, nele introduzindo normativa conjunta para disciplinar os chamados **grupos de amizade parlamentar**, mecanismos por meio dos quais tem sido efetivada a chamada diplomacia interparlamentar. A matéria, assim, encontra-se sob a apreciação desta Mesa Diretora para que decida se anui, ou não, à iniciativa e, em caso afirmativo, apresente com a Mesa Diretora do Senado Federal, proposta conjunta de Resolução do Congresso Nacional, nos termos da alínea **a** do art. 128 do Regimento Comum do Congresso Nacional. O anteprojeto encaminhado à análise é composto por nove artigos. No **art. 1º**, aborda-se o escopo da resolução, qual seja dispor sobre a constituição e funcionamento dos grupos parlamentares de amizade com parlamentos estrangeiros por componentes de quaisquer das Casas do Congresso Nacional, em conjunto ou separadamente. No **art. 2º**, definem-se os grupos parlamentares de amizade como “**órgãos de caráter permanente**”, **sem** objetivos político-partidários, que **não** disporão de verbas de nenhuma das Casas do Congresso Nacional a qualquer título. No **art. 3º**, são detalhadas, de forma **cogente**, as regras

segundo as quais os grupos parlamentares de amizade deverão ser constituídos, bem como o instrumento a ser utilizado para a sua constituição, que é uma resolução de uma ou das duas Casas do Congresso, conforme o caso. Nesse artigo, os grupos parlamentares de amizade são, também, expressamente vinculados aos Regimentos Internos das respectivas Casas do Congresso Nacional e ao Regimento Comum, estipulando-se, inclusive, que essa disciplina jurídico-regimental passará, também, a incidir retroativamente sobre os grupos parlamentares criados **anteriormente** à edição da resolução proposta. No **art. 4º**, também de forma **cogente**, são fixados os prazos para instalação dos grupos que sejam criados, assim como o seu formato, eleição das respectivas mesas diretoras e correspondente *quorum* para deliberação. No **art. 5º**, definem-se a sede, formato de registro das atividades desses grupos, assim como a atuação pertinente das Secretarias Gerais das Mesas da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional no que concerne ao apoio logístico, registro, controle e acompanhamento das suas atividades. No **art. 6º**, elencam-se, em três incisos, os mecanismos por meio dos quais deve ocorrer a cooperação interparlamentar, sendo os dois primeiros de caráter exaustivo e o terceiro exemplificativo. No **art. 7º**, é conferido **caráter consultivo** aos grupos parlamentares **relativamente às matérias em tramitação em ambas as Casas do Congresso Nacional**, quando tal requererem as Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que **deverão** ler essas opiniões na **reunião imediatamente seguinte** às datas em que forem emitidas e comunicadas às comissões. No **art. 8º**, é estabelecida a obrigatoriedade de obediência aos regimentos internos das Casas respectivas, nas atividades dos grupos de amizade, assim como a prévia comunicação das suas atividades à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Casa do Congresso Nacional a que estiverem vinculados. O **art. 9º** contém a cláusula de vigência da Resolução. É o relatório. **II – VOTO DO RELATOR.** Preliminarmente, deve-se ressaltar que a natureza jurídica dos grupos de amizade e cooperação parlamentar é a de **associação civil**, nos termos garantidos pelo direito de associação, constitucionalmente assegurado na cláusula pétrea do inciso XVII, do art. 5º da Constituição Federal, e regido pelos artigos 53 a 61 do atual Código Civil. Considerando que os grupos de amizade e cooperação interparlamentar são destinados a exercer o que se convencionou chamar de diplomacia parlamentar, o Congresso Nacional, ao estabelecer para eles uma normativa, utiliza-se do seu poder dis-

cricionário para delimitar uma forma de atuação de um segmento associativo de direito privado, por considerar que essas atividades lhe dizem respeito, cabendo-lhe tanto apoiá-las, quanto balizá-las. Em outras palavras, conquanto seja livre o direito de associação para fins lícitos, o Congresso Nacional, fazendo uso dessa liberdade, estabelece critérios e faz escolhas para o direito de associação especificamente adstrito à diplomacia parlamentar. Ressalte-se, assim, que não seria necessário que o Congresso Nacional se manifestasse, mas o Parlamento, livremente, opta por fazê-lo. Ao fazê-lo, **vincula-se** às escolhas feitas e **deve arcar** com os ônus correspondentes, é o que, em Direito, chama-se *teoria dos motivos determinantes*. Em outras palavras, utilizando-se do seu poder discricionário, estabelece, para a diplomacia parlamentar, normas cogentes. O que deve ficar claro é que poderia não regulamentar a matéria se não o desejasse, mas, ao escolher fazê-lo, ficará adstrito às normas cogentes escolhidas, por livre disposição legislativa, ficando obrigado a dar a elas cumprimento, seguindo as determinações do regimento eleito. Nesse sentido, faz-se, de pronto, a sugestão de substituição da expressão “*órgãos*”, por “*entes*” ou “*associações*”, no § 1º do art. 2º, da proposta encaminhada, referente à definição dos grupos parlamentares de amizade: ao invés de serem eles definidos como “*órgãos de caráter permanente*”, o que poderia ensejar dubiedade de interpretação quanto a serem órgãos administrativos do Poder Legislativo (o que, *a priori*, **não** são). Nesse aspecto, a abalizada doutrina de Lucas Furtado, Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União: *Dentro da estrutura das entidades políticas, os órgãos encontram-se organizados a partir de critérios de hierarquia. Na cúpula, exercendo as funções estatais básicas de legislar, julgar e administrar, são identificados os denominados órgãos independentes ou constitucionais. Esses não se subordinam a quem quer que seja. São eles, no âmbito do Poder Executivo, a Presidência da República e respectivos ministérios, os gabinetes dos governadores estaduais e do Distrito Federal e suas secretarias de governo e os gabinetes dos prefeitos municipais, bem como suas respectivas secretarias municipais.*² O autor complementa, lembrando, ainda, que há órgãos “... que não integram a estrutura do Poder Executivo mas que são responsáveis pelo exercício de atribuições definidas diretamente pela Constituição Federal e não se encontram hierarquicamente subordinados a ninguém.”³ De outro lado, “*entes*” é uma expressão bastante abrangente, que não remete a uma vinculação hierárquico-administrativa específica do Congresso Nacional. Também poderia

ser utilizada a expressão “associações de caráter permanente”, o que deixaria insofismavelmente clara a natureza jurídica dos grupos de amizade interparlamentar, remetendo-se às regras pertinentes de direito civil tanto sua organização, quanto sua responsabilidade jurídica. Caso, entretanto, o que se deseje seja a vinculação e a responsabilidade jurídica e hierárquico-administrativa, então a expressão mais adequada seria, efetivamente, **órgãos**, hipótese em que o Congresso Nacional estaria criando uma figura jurídica institucional que ficaria em um espaço entre as atuais comissões temáticas e os grupos parlamentares de amizade, constituídos, atualmente, sob a forma associativa. Nessa hipótese, o Congresso Nacional passaria a responder, para fins de Direito, pela atuação desses grupos, o que não acredito seja conveniente. O art. 4º do anteprojeto de resolução encaminhado, de outro lado, fixa, de forma rígida, prazos e formatos, o que, conquanto seja um estímulo à atuação expedita, pode ser regulamentação considerada ingerência excessiva no direito de associação. Conquanto seja uma escolha possível, deve ficar claro que, se for eleita essa delimitação dentro da liberdade existente, esse regramento **deverá** ser respeitado. Ainda, com relação ao artº. 4º sugerimos a inserção do § 6º, com a seguinte redação: “§ 6º – o Suplente de Deputado ou de Senador, quando convocado em caráter de substituição ao Titular, não poderá ser escolhido para os cargos a que se refere o § 1º deste artigo”. Tal acréscimo deve-se ao ajuste do futuro Projeto de Resolução do Congresso Nacional aos termos emanados pelos regimentos internos das duas Casas do Congresso. No que concerne ao mérito da proposta, as manifestações que constam dos autos são exaustivas e pertinentes. Louvo-me nelas. A realidade referente aos grupos de amizade parlamentar hoje existente no Congresso Nacional é descrita da seguinte forma: a) *estão em funcionamento, na Câmara dos Deputados sessenta e seis desses grupos; b) a constituição e funcionamento de cada um dos grupos parlamentares de amizade decorrem da aprovação de resolução própria, com a finalidade específica de instituí-los e estabelecer as linhas gerais para o seu funcionamento; c) as resoluções que aprovam e regulamentam os grupos parlamentares compõem um repertório de legislação extravagante e estranha aos Regimentos Internos das Casas do Congresso Nacional, que não os vê como órgãos vinculados à estrutura administrativa da Casa; d) a instituição e o funcionamento dos grupos parlamentares pode ser interpretada como uma praxis, desenvolvida ao longo de mais de vinte anos, consagrada por meio da reiterada aprovação de resoluções, que,*

na Câmara dos Deputados, têm uma forma legislativa marcadamente padronizada, na qual se destacam os seguintes elementos: I) o caráter aberto dos grupos, que permitem a livre adesão de todos os parlamentares que desejarem deles participar; II) a determinação de que o funcionamento do grupo de amizade se dará sem quaisquer ônus para Câmara dos Deputados; III) a outorga, aos próprios membros do grupo, da competência para aprovação do estatuto que regerá o funcionamento do grupo parlamentar (no Senado Federal a situação é semelhante, tendo sido aprovados, por meio de Resolução, e estando em funcionamento quatro grupos parlamentares, havendo, ainda, outros que foram instituídos mediante publicação de sua criação em Ata do Congresso Nacional);⁴ Em seu estudo, Fontanive destaca, ainda, que, “...há casos em que parlamentares de uma das Casas do Congresso integram grupos parlamentares instituídos no âmbito da outra Casa Legislativa e que se verifica, ainda a superposição de grupos parlamentares, quanto à vocação e finalidade de sua constituição, ainda que não de forma total e exata.” Ressalta, também, que os grupos parlamentares “...têm atuação específica e de destaque no contexto do desenvolvimento da diplomacia parlamentar”, uma vez que viabilizam o permanente intercâmbio entre os parlamentares dos Poderes legislativos nacionais com aqueles das nações amigas. Afinal, a cooperação interparlamentar “...desempenha um papel tão especial, quanto importante, no contexto das relações internacionais, cumprindo função complementar, alternativa e residual no contexto das relações institucionais formais entre os Estados nacionais, protagonizadas pelos chefes do poder executivo. Particularmente, os instrumentos de cooperação interparlamentar – entre eles, os grupos parlamentares – adquirem especial e insubstituível relevância em momentos de crise, notadamente, em se tratando de crises institucionais e/ou relacionadas ao ataque e consequente necessidade de preservação da democracia e das liberdades políticas. Em tais situações, a solidariedade entre os parlamentos e o apoio dos parlamentares de uma nação coirmã pode ser fundamental para a defesa do equilíbrio institucional.” Em face do exposto, manifesto-me de forma favorável à apresentação do projeto de resolução do Congresso Nacional sugerido, o que deve ser formalizado em conjunto pelas Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, enfatizando, todavia, a necessidade de ser substituída a expressão “órgãos de caráter permanente” constante do § 1º do art. 2º, do anteprojeto de resolução, por “entes de caráter permanente” ou por “associações de caráter perma-

nente". Sugiro, ainda, que reflitamos acerca da efetiva necessidade de inclusão da normativa constante do art. 4º da proposta encaminhada à nossa análise, apenas lembrando que, enquanto não for acolhida não será ela uma obrigação e sim uma possibilidade, mas que, ao ser escolhida, se tornará **obrigação** a ser cumprida, **de acordo com os prazos** ali estipulados. 1ª Art. 128 – O Regimento Comum poderá ser modificado por projeto de resolução de iniciativa: a) das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados; e ... *omissis*... § 1º O projeto será apresentado em sessão conjunta. § 2º No caso da alínea "a", distribuído o projeto em avulsos, será convocada sessão conjunta para dentro de 5 (cinco) dias, destinada a sua discussão. ...*omissis*..."²FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Direito Administrativo, p 175, 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010. ³*Id, ibidem*. ⁴FONTANIVE, Vicente Marcos. *Estudo referente ao anteprojeto de resolução do congresso nacional, de autoria da mesa do Senado Federal, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de grupos parlamentares de amizade*. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2013.". O Senhor Deputado Cláudio Cajado, Procurador Parlamentar, nesse momento, retirou-se da sala de reuniões. **V – PAUTA DO SENHOR SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE.** A Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres favoráveis exarados pelo Relator, Deputado Fábio Faria, nos processos referentes a reembolso de despesas médico-hospitalares, conforme a seguir: 1 – **Processo nº 105.811/2012**, de interesse do Deputado Carlos Souza; 2 – **Processo nº 131.243/2012**, de interesse do Deputado Damião Feliciano; 3 – **Processo nº 004.469/2013**, de interesse do Deputado Wolney Queiroz; 4 – **Processo nº 004.749/2013**, de interesse do Deputado Ronaldo Fonseca; 5 – **Processo nº 005.383/2013**, de interesse do Deputado Luiz de Deus; 6 – **Processo nº 005.722/2013**, de interesse do Deputado Dr Ubiali; 7 – **Processo nº 005.882/2013**, de interesse da Deputada Iara Bernardi; 8 – **Processo nº 005.709/2013** (com glosa), de interesse do Deputado Luiz de Deus; 9 – **Processo nº 006.792/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Moraes; 10 – **Processo nº 006.851/2013**, de interesse do Deputado José Aníbal; 11 – **Processo nº 101.257/2013**, de interesse do Deputado Augusto Coutinho; 12 – **Processo nº 102.961/2013**, de interesse do Deputado Arnaldo Jordy; 13 – **Processo nº 105.460/2013**, de interesse do Deputado José Aníbal; 14 – **Processo nº 116.063/2013**, de interesse do Deputado Junior Coimbra; 15 – **Processo nº 106.562/2012**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 16 – **Processo nº 107.343/2013** (com glosa), de interesse do Depu-

tado Waldimir Costa; 17 – **Processo nº 107.413/2013**, de interesse do Deputado Gabriel Guimarães; 18 – **Processo nº 107.646/2013**, de interesse do Deputado João Paulo Lima; 19 – **Processo nº 118.095/2013**, de interesse do Deputado Wilson Filho; 20 – **Processo nº 108.167/2013**, de interesse do Deputado Jânio Natal; 21 – **Processo nº 108.372/2013**, de interesse do Deputado Bilac Pinto; 22 – **Processo nº 109.446/2013**, de interesse do Deputado Zé Vieira; 23 – **Processo nº 110.571/2013**, de interesse do Deputado Gabriel Guimarães; 24 – **Processo nº 110.666/2013**, de interesse do Deputado Henrique Fontana; 25 – **Processo nº 110.740/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 26 – **Processo nº 111.564/2013** (com glosa), de interesse da Deputada Elcione Barbalho; 27 – **Processo nº 111.582/2013**, de interesse do Deputado Antonio Imbassahy; 28 – **Processo nº 111.634/2013**, de interesse do Deputado Eduardo Sciarra; 29 – **Processo nº 111.743/2013**, de interesse do Deputado Antônio Roberto; 30 – **Processo nº 111.934/2013**, de interesse do Deputado Domingos Dutra; 31 – **Processo nº 111.938/2013**, de interesse do Deputado João Paulo Lima; 32 – **Processo nº 112.095/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 33 – **Processo nº 112.107/2013**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 34 – **Processo nº 112.147/2013**, de interesse do Deputado Stefano Aguiar; 35 – **Processo nº 112.253/2013** (com glosa), de interesse da Deputada Elcione Barbalho; 36 – **Processo nº 112.266/2013**, de interesse do Deputado Janio Natal; 37 – **Processo nº 112.316/2013** (com glosa), de interesse do Deputado Junji Abe; 38 – **Processo nº 112.322/2013**, de interesse do Deputado José Chaves; 39 – **Processo nº 112.418/2013**, de interesse do Deputado Márcio Macedo; 40 – **Processo nº 112.586/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 41 – **Processo nº 112.877/2013**, de interesse da Deputada Elcione Barbalho; 42 – **Processo nº 112.962/2013**, de interesse do Deputado Dimas Fabiano; 43 – **Processo nº 112.975/2013**, de interesse da Deputada Iris de Araújo; 44 – **Processo nº 112.987/2013**, de interesse do Deputado Colbert Martins; 45 – **Processo nº 113.115/2013**, de interesse do Deputado Chico das Verduras; 46 – **Processo nº 113.209/2013**, de interesse do Deputado Humberto Souto; 47 – **Processo nº 113.224/2013** (com glosa), de interesse do Deputado Pedro Henry; 48 – **Processo nº 113.270/2013**, de interesse do Deputado Junji Abe; 49 – **Processo nº 113.461/2013**, de interesse do Deputado Angelo Vanhoni; 50 – **Processo nº 113.497/2013**, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro; 51 – **Processo nº 113.499/2013**, de interesse do Deputado Zezéu Ri-

beiro; 52 – **Processo nº 113.500/2013**, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro; 53 – **Processo nº 113.520/2013**, de interesse do Deputado Arnaldo Jordy; 54 – **Processo nº 113.527/2013** (com glosa), de interesse do Deputado Stefano Aguiar; 55 – **Processo nº 113.539/2013**, de interesse do Deputado Newton Cardoso; 56 – **Processo nº 113.540/2013**, de interesse do Deputado Eduardo Sciarra; 57 – **Processo nº 113.617/2013**, de interesse do Deputado Jânio Natal; 58 – **Processo nº 113.618/2013**, de interesse do Deputado Jânio Natal; 59 – **Processo nº 113.687/2013**, de interesse do Deputado Bilac Pinto; 60 – **Processo nº 114.067/2013**, de interesse da Deputada Elcione Barbalho; 61 – **Processo nº 114.138/2013**, de interesse da Deputada Gorete Pereira; 62 – **Processo nº 114.217/2013**, de interesse do Deputado Jorge Bittar; 63 – **Processo nº 114.290/2013**, de interesse do Deputado Syrkis; 64 – **Processo nº 114.378/2013**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 65 – **Processo nº 114.407/2013**, de interesse do Deputado Décio Nery de Lima; 66 – **Processo nº 114.497/2013** (com glosa), de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 67 – **Processo nº 114.548/2013**, de interesse do Deputado Wandenkolk Gonçalves; 68 – **Processo nº 114.726/2013**, de interesse da Deputada Iris de Araújo; 69 – **Processo nº 114.729/2013**, de interesse da Deputada Iris de Araújo; 70 – **Processo nº 114.803/2013**, de interesse da Deputada Mara Cristina Gabrilli; 71 – **Processo nº 114.804/2013** (com glosa), de interesse da Deputada Mara Cristina Gabrilli; 72 – **Processo nº 114.824/2013**, de interesse do Deputado Sergio Guerra; 73 – **Processo nº 115.216/2013**, de interesse da Deputada Iriny Lopes; 74 – **Processo nº 115.245/2013**, de interesse do Deputado José Priante; 75 – **Processo nº 115.273/2013**, de interesse da Deputada Aracely de Paula; 76 – **Processo nº 115.415/2013**, de interesse do Deputado Carlos Magno; 77 – **Processo nº 115.466/2013**, de interesse do Deputado Eduardo Azeredo; 78 – **Processo nº 115.495/2013**, de interesse do Deputado João Bittar; 79 – **Processo nº 115.549/2013**, de interesse do Deputado Roberto de Lucena; 80 – **Processo nº 115.697/2013**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 81 – **Processo nº 116.031/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 82 – **Processo nº 116.032/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 83 – **Processo nº 116.033/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 84 – **Processo nº 116.075/2013**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 85 – **Processo nº 116.157/2013**, de interesse da Deputada Rose de Freitas; 86 – **Processo nº 116.546/2013**, de interesse do Deputado Zé Vieira;

87 – **Processo nº 116.655/2013**, de interesse do Deputado Carlos Magno; 88 – **Processo nº 116.795/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 89 – **Processo nº 116.840/2013**, de interesse do Deputado Milton Monti; 90 – **Processo nº 116.841/2013**, de interesse do Deputado Stefano Aguiar; 91 – **Processo nº 116.976/2013**, de interesse da Deputada Elcione Barbalho; 92 – **Processo nº 117.039/2013**, de interesse do Deputado Roberto Freire; 93 – **Processo nº 117.044/2013**, de interesse do Deputado Roberto de Lucena; 94 – **Processo nº 117.207/2013**, de interesse da Deputada Rose de Freitas; 95 – **Processo nº 117.231/2013**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 96 – **Processo nº 117.359/2013**, de interesse do Deputado Wellington Roberto; 97 – **Processo nº 117.363/2013**, de interesse do Deputado Alessandro Molon; 98 – **Processo nº 117.424/2013** (com glosa), de interesse do Deputado Homero Pereira; 99 – **Processo nº 117.444/2013**, de interesse do Deputado Wandenkolk Gonçalves; 100 – **Processo nº 117.446/2013**, de interesse do Deputado Wandenkolk Gonçalves; 101 – **Processo nº 117.448/2013**, de interesse do Deputado Wandenkolk Gonçalves; 102 – **Processo nº 117.450/2013**, de interesse do Deputado Wandenkolk Gonçalves; 103 – **Processo nº 117.544/2013**, de interesse do Deputado Antônio Roberto; 104 – **Processo nº 117.546/2013**, de interesse do Deputado Antônio Roberto; 105 – **Processo nº 117.603/2013**, de interesse do Deputado Stefano Aguiar; 106 – **Processo nº 117.698/2013**, de interesse do Deputado Zé Vieira; 107 – **Processo nº 117.700/2013**, de interesse do Deputado Domingos Dutra; 108 – **Processo nº 117.806/2013**, de interesse do Deputado Severino Ninho; 109 – **Processo nº 118.075/2013**, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro; 110 – **Processo nº 118.080/2013**, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro; 111 – **Processo nº 118.088/2013**, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro; 112 – **Processo nº 118.260/2013** (com glosa), de interesse do Deputado Luciano Castro; 113 – **Processo nº 118.304/2013**, de interesse do Deputado Vicente Arruda; 114 – **Processo nº 118.316/2013**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 115 – **Processo nº 118.317/2013**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 116 – **Processo nº 118.324/2013**, de interesse do Deputado Natan Donadon; 117 – **Processo nº 118.698/2013**, de interesse do Deputado Padre Ton; 118 – **Processo nº 119.050/2013**, de interesse do Deputado Marillos Sampaio; 119 – **Processo nº 119.192/2013**, de interesse do Deputado Valdemar Costa Neto; 120 – **Processo nº 119.273/2013**, de interesse do Deputado Roberto Freire; 121 – **Processo nº 119.317/2013**, de interesse da Deputada

Rose de Freitas; 122 – **Processo nº 119.618/2013**, de interesse do Deputado João Paulo Cunha; 123 – **Processo nº 119.936/2013**, de interesse da Deputada Iris de Araújo; 124 – **Processo nº 131.049/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 125 – **Processo nº 120.047/2013**, de interesse do Deputado Domingos Dutra; 126 – **Processo nº 119.937/2013**, de interesse da Deputada Iris de Araújo. Por último, o Senhor Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, apresentou, extrapauta, o **Processo n. 120.567/2013**, referente à solicitação do Senhor Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, Deputado Newton Lima, para exoneração da servidora Mônica Nubiato Matos, ponto n. 120.226, ocupante do cargo em comissão de natureza especial – CNE -13. Esclarecida a matéria, a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, autorizar a exoneração da mencionada servidora, nos termos da instrução processual às fls. 24/26, a seguir transcrita: “Em 9/7/13. Senhor Presidente, Cuidam os autos de solicitação formulada pelo Secretário da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, de ordem do Presidente, Deputado Newton Lima, para exoneração da servidora **Mônica Nubiato Matos, ponto n. 120.226**, ocupante do cargo em comissão de natureza especial – CNE – 13, que se encontra em estado gestacional. 2. Segundo a instrução processual, a servidora está lotada na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul desde 30/4/2010, estando em gozo de férias, referentes ao ano de 2013, no período de 25/6/2013 a 15/7/2013. 3. Na manifestação formulada pelo órgão de lotação da servidora, consta informação de que o pedido decorre do prejuízo causado especialmente no processo de divulgação dos trabalhos desta Representação junto aos órgãos de comunicação internos e externos à Casa, em virtude do contumaz afastamento da servidora, detentora da referida responsabilidade. 4. Instada a manifestar-se, a Assessoria Jurídica do Departamento de Pessoal informou que já se manifestou pela impossibilidade de exoneração de servidor ocupante de cargo em comissão no período de férias, conforme decisão exarada no P.A. n. 100.435/2012 (cópia às fls. 13/16), verbis: “*Desse modo, não encontramos amparo legal para a exoneração durante o período de férias, visto esse afastamento estar assegurado como efetivo exercício. Há de ser respeitado, portanto, o decurso do direito do servidor para qualquer alteração em sua condição funcional. Esse posicionamento, por sua vez, harmoniza-se com a obrigação desta Casa de proporcionar meios para o usufruto das férias, garantia destinada ao descanso físico e, sobretudo, à proteção da higiene mental do servidor.* (...)” 5. No tocan-

te à exoneração em estado gravídico, aquela Assessoria registrou que, em reunião do dia 12/04/2012, a Mesa aprovou parecer do Primeiro-Secretário referente ao processo n. 133.068/11, no qual se consignou que a Administração da Casa deveria pautar-se pela impossibilidade da exoneração de servidor ocupante de cargo comissionado durante a gravidez e durante a licença-maternidade, até que o Supremo Tribunal Federal se pronunciasse novamente sobre o assunto. A Mesa decidiu também que, em função das peculiaridades do cargo em comissão, quanto à livre nomeação e exoneração, as diferentes situações deveriam ser analisadas individualmente, se assim as circunstâncias do caso concreto o exigissem, “sob a ótica do interesse público e da proteção à gestante”. 6. Ao analisar a matéria, a Assessoria Técnica desta Diretoria-Geral lembrou que decisão proferida pela Mesa Diretora, em reunião realizada em 12 de abril de 2012, deliberou pela impossibilidade de exoneração de servidoras durante o estado gestacional e durante a licença-maternidade. 7. Ressaltou que na mesma oportunidade, a douta Mesa Diretora consignou fossem os casos apreciados individualmente, sob a ótica do interesse público e da proteção à gestante, dada a peculiaridade dos cargos e funções de livre nomeação e exoneração da Câmara dos Deputados, até que o Supremo Tribunal Federal apreciasse caso concreto em sede de Mandado de Segurança (MS 30.519/DF) acerca de uma servidora comissionada desta Casa de Leis. 8. Pontuou ainda, que, mais recentemente, nos autos dos P.A n. 015.798/2012, n. 018.710/2012 e 133.068/2011, enfrentou questionamentos acerca da aplicabilidade da citada decisão no âmbito da Câmara dos Deputados. Tendo, na ocasião, sido consignado que, ante a possibilidade de mudança do titular de gabinete parlamentar (por término do mandato, renúncia, falecimento, assunção de outro cargo público, licença, dentre outros), o que pode acarretar a exoneração coletiva dos servidores comissionados que compõem o respectivo gabinete, dever-se-ia assegurar indenização substitutiva à servidora comissionada gestante, em conformidade com o entendimento jurisprudencial da Suprema Corte. 9. A Atec/DG esclareceu, entretanto, que tal entendimento não indica uma defesa ao uso indiscriminado da indenização em substituição à manutenção do vínculo de trabalho, assegurado pela Constituição e estendido pela Suprema Corte a toda trabalhadora gestante. 10. Todavia, ressaltou ser plausível, na espécie, sopesar, nos termos da referida decisão da douta Mesa Diretora, o direito da servidora erigido pela Suprema Corte e o interesse público. 11. No tocante à possibilidade de exoneração durante o gozo

de férias, esta Assessoria coaduna-se com o posicionamento da Assessoria Jurídica do Departamento de Pessoal pela impossibilidade de exoneração, uma vez que essa garantia constitucional deve ser preservada como período de descanso físico e, sobretudo, higiene mental do servidor. 12. Assim, sugere-se que, caso decida-se pela exoneração da servidora, seja aguardado o término do seu período de férias, dia 15/07/2013. 13. Ante todo o exposto, considerando a decisão da douta Mesa Diretora, de 12/04/2012, e o fato de ter sido reconhecida a repercussão geral do assunto no âmbito do Supremo Tribunal Federal, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência, sugerindo o encaminhamento da matéria ao douto Colegiado, manifestando-me, em caráter excepcional, favoravelmente ao atendimento do pleito. 14. Por fim, como pontuado pela Atec/DG, caso decida-se pela exoneração, propugna-se que o pagamento da correspondente indenização seja calculado observando-se os parâmetros e exigências dispostos nos autos do P.A. n. 103.590/2011 e, ainda, que seja juntada aos autos a comprovação do estado gravídico da servidora. 15. Ainda no caso de se decidir pela exoneração, propugna-se seja aguardado o término do período de férias da servidora, dia 15/07/2013, e exigida a juntada aos autos de comprovação de seu estado gravídico". Nada mais havendo a tratar, às dezessete horas e vinte e cinco minutos, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, , Mozart Viana de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no *Diário da Câmara dos Deputados*. – Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

ANEXOS A ATA DA 5ª REUNIÃO DA MESA DIRETORA

ATO DA MESA Nº , DE 2013

Remaneja funções comissionadas de Consultor Legislativo entre as Áreas Temáticas da Consultoria Legislativa.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Art. 1º Fica remanejada uma função comissionada de Consultor Legislativo de cada uma das Áreas III, IX, X, XI, XIV e XV para as Áreas IV, V, XIII, XVI, XVII e XXII.

Art. 2º Ficam remanejadas duas funções comissionadas de Consultor Legislativo da Área I e uma função comissionada de Consultor Legislativo da Área II para a Área XXII.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente Ato da Mesa visa o remanejamento de funções comissionadas de Consultor Legislativo entre as Áreas Temáticas da Consultoria Legislativa.

A Consultoria Legislativa exerce importante função de consultoria e assessoramento institucional, técnico-legislativo e parlamentar à Mesa, às Comissões, às Lideranças, aos Deputados e à Administração da Casa (art. 271 do RI). Organiza-se sob a forma de núcleos temáticos, integrados por Consultores Legislativos admitidos mediante concurso público de provas e títulos (art. 278 do RI).

Com este Ato, a Consultoria Legislativa adaptar-se-á às atuais exigências da Câmara dos Deputados, especialmente no que concerne à função de consultoria junto ao Processo Legislativo e aos Órgãos Políticos desta Casa.

PROCESSO Nº 120.147/2013. EMENDAS AO ORÇAMENTO

A Mesa Diretora decidiu, por unanimidade, aprovar as seguintes propostas de emendas ao texto da lei, que serão apresentadas ao Projeto de Lei n.º 2/2013-CN (PLDO 2014), assim distribuídas:

Proposta de emenda 1 – Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do *caput* do art. 23. Justificativa: A presente emenda visa manter o prazo de 30 de junho, previsto na LDO vigente, como parâmetro para a elaboração da proposta orçamentária relativamente aos GNDs 3, 4 e 5, de modo a abrigar os créditos suplementares e especiais aprovados até essa data, destinados aos órgãos dos demais Poderes e do Ministério Público;

Proposta de emenda 2 – Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do inciso I do § 1º do art. 38. Justificativa: O PLDO para 2014 inovou com relação à LDO para 2013, permitindo ao Poder Executivo promover alteração, no âmbito do mesmo subtítulo, entre os GNDs 3, 4 e 5 e entre os GNDs 2 e 6. Não se justifica que essa alteração seja, agora, permitida exclusivamente ao Poder Executivo e não aos outros Poderes e ao Ministério Público, o que causaria um prejuízo à autonomia e à independência administrativa dos Poderes. Dessa forma, a presente emenda visa a estender essa prerrogativa a todos os Poderes;

Proposta de emenda 3 – Tipo de Emenda: Supressiva. Ementa: Suprime o inciso III do § 3º do art. 40. Justificativa: A presente emenda visa manter prerrogativa fundamental aos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como ao Ministério Público, de remanejar

recursos orçamentários, por ato próprio dos Presidentes das respectivas Casas daqueles Poderes, bem como do Procurador-Geral do Ministério Público, mediante o cancelamento de despesas discricionárias para suplementação de obrigatórias. A presente emenda, ao resgatar o texto da LDO, busca eficiência na aplicação do orçamento pelos demais Poderes, na medida em que se valem de atos próprios para remanejarem suas dotações, dentro dos limites da LOA, sem qualquer aumento de despesa, em vez de voltarem a depender de decreto do Poder Executivo para tanto;

Proposta de emenda 4 – Tipo de Emenda: Aditiva. Ementa: Inclui o § 7º no art. 40. Justificativa: O que se pretende com a inclusão do § 7º é estender aos órgãos dos demais Poderes e MPU a mesma prerrogativa já conferida ao Poder Executivo para abrir créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação e superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de exercício anterior, nos termos do art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 4.320/64;

Proposta de emenda 5 – Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do *caput* do art. 51. Justificativa: A presente emenda pretende resgatar o texto constante da LDO para 2012, que determina que o Poder Executivo deve apurar e informar o montante do contingenciamento, segundo o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre;

Proposta de emenda 6 – Tipo de Emenda: Supressiva. Ementa: Suprime o § 12 do art. 51. Justificativa: O art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe sobre o prazo de 30 dias, após avaliação bimestral, para os Poderes efetuarem, se for o caso, a devida limitação de empenho e movimentação financeira, mas não impõe prazo para o restabelecimento dos limites. A exigência de limitação de empenho e movimentação financeira faz-se necessária em função da compatibilização entre receitas e despesas, com vistas ao atingimento do resultado fiscal previsto para o exercício. Já o ato de restabelecimento de limites pode ser realizado sem necessidade de prazo para fazê-lo, pois, além de em nada influenciar na formação do resultado fiscal que terá sido alcançado, ainda obriga o cumprimento de mais um prazo desnecessário pelos gestores. Além disso, entende-se que a LDO, ao definir prazo para os órgãos restabelecerem os limites já contingenciados, impõe exigências não previstas na LRF;

Proposta de emenda 7 – Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do § 1º do art. 83. Justificativa: A presente emenda visa à alteração da redação do § 1º do art. 83 do PLDO, de modo que o PLOA e a LOA voltem a incluir o montante das despesas com auxílios, derivadas das despesas de pessoal

inerentes ao ingresso de servidores, não dependendo mais da concessão de créditos adicionais;

Proposta de emenda 8 – Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do *caput* do art. 86. Justificativa: A presente emenda visa manter prerrogativa fundamental aos Poderes Legislativo e Judiciário e Ministério Público de propor reajuste de benefícios sociais dos servidores dentro da autonomia que a Carta Magna lhes assegura.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2013

(Da Mesa Diretora)

Dispõe sobre a estrutura para a Representação do Partido Ecológico Nacional – PEN.

A **CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso das atribuições previstas no artigo 51, inciso IV, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Ficam criados 2 (dois) Cargos em Comissão de Natureza Especial de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D – CNE-15, destinados à Representação do Partido Ecológico Nacional – PEN.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias da Câmara dos Deputados. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Resolução nº 1, de 2007, estabelece em seu art. 5º a estrutura funcional dos Gabinetes de Líderes de Partido e das Representações Partidárias na Câmara dos Deputados, tendo por base a representatividade decorrente do resultado final das eleições proclamado pela Justiça Eleitoral.

Contudo, tal norma não trata expressamente da hipótese de partidos criados após as eleições, o que faz exsurgir a necessidade de uma interpretação sistêmica das normas referentes aos partidos políticos e ao funcionamento parlamentar, considerando, ainda, as decisões judiciais e as decisões proferidas pela Presidência desta Casa, em especial a resposta à Questão de Ordem nº 238, de 2013, que determinou o recálculo da proporcionalidade, para fins de composição das comissões da Câmara dos Deputados, inclusive da Mesa Diretora, tratando especificamente do Partido Ecológico Nacional.

No bojo da citada Questão de Ordem, restou definido que o quantitativo das bancadas dos partidos recém-criados observará o número de deputados federais eleitos como titulares que migraram diretamente para o novo partido no prazo de 30 dias a contar do deferimento do registro partidário pelo TSE.

Nesse raciocínio, dada a interpretação adotada pela Presidência desta Casa, o Partido Ecológico Nacional – PEN, ainda que não tenha elegido representantes para a Câmara dos Deputados, configura-se como Representação Partidária, fazendo jus à estrutura administrativa equivalente ao tamanho de sua bancada, composta por 2 (dois) Deputados Federais, mantendo-se durante toda a 54ª Legislatura.

Desse modo, e com espeque no art. 5º da Resolução nº 1, de 2007, propõe-se a criação de 2 (dois) Cargos em Comissão de Natureza Especial de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D – CNE-15, destinados à Representação do Partido Ecológico Nacional – PEN, ressaltando que as despesas decorrentes da presente proposta correrão à conta das dotações orçamentárias da Câmara dos Deputados.

ATO DA MESA Nº , DE 2013

Extingue Cargo de Natureza Especial e cria funções comissionadas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 4º da Resolução nº 46, de 7 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º Fica extinto, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, 1 (um) Cargo de Natureza Especial de Assistente Técnico de Comissão, nível CNE-9, instituído pelo Ato da Mesa nº 86, de 12 de setembro de 2006.

Art. 2º Ficam criadas 2 (duas) funções comissionadas de Assistente de Comissão, de nível FC-1, e 1 (uma) função comissionada de Chefe de Serviço, de nível FC-2, para compor a estrutura administrativa

da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Parágrafo único. As atribuições das funções de que trata o *caput* estão previstas no Ato da Mesa nº 45, de 17 de outubro de 1996.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Ato da Mesa correrão à conta das dotações orçamentárias da Câmara dos Deputados.

Art. 4º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, com atribuições previstas no § 1º do art. 166 da Constituição Federal e na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, pretende aprimorar a estrutura organizacional daquele órgão, a fim de agilizar o andamento de suas atividades. Para tanto, extingue um Cargo de Natureza Especial CNE-9 e cria uma função comissionada FC-2 e duas funções comissionadas FC-1.

Registre-se que, diante da peculiar característica de prestar atendimento à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, necessária se faz a reestruturação administrativa daquele setor, com o devido aparelhamento técnico-pessoal.

Secretaria-Geral da Mesa

Ata da 5ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada no dia 9 de julho de 2013.

Publique-se.

Em 13-8-13. – **Mozart Vianna de Paiva**,
Secretário-Geral da Mesa.

ATAS DA MESA

Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Quarta Legislatura Ata da sexta reunião ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 10 de setembro de 2013

Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e treze, às dez horas e cinquenta minutos, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente. Presentes inicialmente os Senhores Deputados Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente; Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário; Biffi, Quarto-Secretário; Gonzaga Patriota, Primeiro-Suplente de Secretário; Wolney Queiroz, Segundo-Suplente de Secretário; Átila Lins, Corregedor; e Cláudio Cajado, Procurador Parlamentar. Ausentes justificadamente os Senhores Deputados Márcio Bittar, Primeiro-Secretário; Vitor Penido, Terceiro-Suplente de Secretário; e Takayama, Quarto-Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou abertos os trabalhos. Com a palavra, o Senhor Deputado Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário, passou a expor a pauta da Primeira-Secretaria, a pedido do Titular, Deputado Márcio Bittar. I – **PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO-SECRETÁRIO. 1** – **Processo nº 126.326/2013.** Parecer do Relator à fl.

6: “Trata-se de minuta de Ato da Mesa que visa estabelecer limites de segurança relativos à população circulante no complexo arquitetônico da Câmara dos Deputados. Tal proposta originou-se de estudos realizados pelo Departamento Técnico e pelo Departamento de Polícia Legislativa a partir de inspeção feita pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Em síntese, a referida minuta prevê a capacidade máxima relativa à população circulante para cada edifício ou ambiente, definida em seu Anexo. Registre-se que, segundo a instrução processual, a Administração da Casa, ao fixar os limites de ocupação de cada espaço físico, buscou conciliar a manutenção da participação popular nos assuntos do legislativo com a necessidade de manutenção da segurança do público residente e circulante em suas dependências internas e físico-patrimonial da Casa, bem como do nível de serviço ofertado aos cidadãos. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, nos termos da anexa minuta de Ato da Mesa.”. O Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves comentou que, em decorrência das invasões no Plenário Ulysses Guimarães, a questão de segurança na Casa foi alavancada e ficou constatado que a Câmara dos Deputados não tem Habite-se, solicitando ao Senhor Diretor-Geral uma exposição sobre o assunto. Com a palavra, o Senhor Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida esclareceu que essa situação existe desde que o prédio foi construído, porque as regras, na época, eram muito flexíveis. E, de lá para cá, foi imposta uma série de regramentos. Por exemplo, o Plenário não tem como se adequar às normas atuais, tem-se que desmanchá-lo e fazer outro. Então, disse que a administração está tentando negociar com o Corpo de Bombeiros medidas alternativas e uma delas é a de restringir o número de pessoas em cada ambiente, quantitativo que foi discutido com esse órgão, para que, assim, eles possam dar o Habite-se. Portanto, a proposta sugerida foi com base no critério de segurança. Informou, ainda, que a administração levantou as normas que existem referentes a espaços, prédios públicos, em que ocorre grande fluxo de pessoas, e fizeram uma leitura de como se aplicaria esta norma aqui dentro da Câmara dos Deputados. Exemplificando, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves disse que na galeria cabem 400 pessoas e que, por questão de comodidade, eram permitidas 300 pessoas, mas que por segurança só podem 200. Como elas são muitos verticais, se houver algum problema, não tem como as pessoas descenderem. Então, ficou limitado em 200 pessoas. Em outras áreas, limitaram por compartimentos. Se for ao Anexo IV, não pode circular do IV para o Anexo III, para o Anexo II, para o

Anexo I. Cada um tem a sua lotação própria. É a única maneira de se evitar tumulto de circulação exagerada nesta Casa. Comentou que já foi feita uma exposição preliminar aos Líderes e que todos apoiaram por unanimidade. Reforçou a importância de manter a rigidez no controle do acesso por questão de segurança, dessa forma, pediu apoio, sem exceção. Durante o debate, compareceram à reunião os Senhores Deputados André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente, e Simão Sessim, Segundo-Secretário. Com a palavra, o Senhor Corregedor, Deputado Átila Lins, questionou se não deveria ser feito por resolução. Esclarecido pelo Senhor Diretor-Geral que o Regimento Interno dá os parâmetros de acesso à Câmara dos Deputados e que a Mesa Diretora estabelece as regras de seu funcionamento, entendido, assim, ser possível através de Ato da Mesa. Acordada a minuta, a Mesa Diretora decidiu, por unanimidade, baixar Ato da Mesa que “Dispõe sobre a população circulante no Complexo Arquitetônico da Câmara dos Deputados e dá outras providências”, cujo teor segue publicado ao final da ata. Com a palavra, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves mencionou que “há uma proposta que quero apresentar à Mesa insistentemente, para nos livrarmos de um problema: os requerimentos de informação. Que não dependêssemos mais de aprovarmos um, não aprovar o outro. Chegam aqui, nós encaminhamos automaticamente. É ruim para a Câmara ficar julgando se serve este, não serve aquele. Acho que é um gesto democrático. Chega aqui e solicitamos ao órgão informar, prestar informações. Esse tema já foi colocado várias vezes na reunião da Mesa. O que vocês acham? Chegou o requerimento, encaminha-se. Todos concordam? Aprovada a proposta.” (verbis) Prosseguindo com a pauta da Primeira-Secretaria, item 2 — **Processo nº 115.360/2012**. Parecer do Relator às fls. 90/91: “Trata-se de proposta de revogação do Ato da Mesa nº 23, de 2011, que determina a extinção, à medida que vagarem, dos cargos da categoria funcional de Técnico Legislativo constantes no Anexo da Resolução nº 76, de 1995. Segundo a instrução do processo, a **Coordenação de Recursos Humanos** (fls. 1/10), inicialmente, elaborou proposta de aumento do quadro efetivo da Câmara dos Deputados, tendo em vista a diminuição gradual do quadro de servidores ao longo dos anos e a necessidade de planejamento para os próximos anos da gestão da área de recursos humanos. Esclarece o órgão proponente que desde a publicação da Resolução nº 76, de 1995, que dispõe sobre a extinção de cargos na estrutura organizacional da Câmara dos Deputados, 577 cargos de técnico legislativo, dos 865 relacionados na norma, foram extintos, restando 288 ainda ocupados, a serem extintos à me-

dida que vagarem, o que pode ocorrer até 2016, em razão de aposentadoria de seus ocupantes. Nesse sentido, propôs aquela Coordenação a criação de **162 cargos de Analista Legislativo e de 240 cargos de Técnico Legislativo**, na forma discriminada às fls. 49. Todavia, após questionamento da Diretoria-Geral acerca do quantitativo do Quadro de Pessoal Efetivo da Casa, no caso de eventual revogação do Ato da Mesa nº 23, de 21/12/2011, que extingue cargos da categoria funcional de Técnico Legislativo previstos no Anexo da Resolução nº 76, de 1995, optou a **Diretoria de Recursos Humanos/DRH** por apresentar minuta de ato que propõe a revogação do aludido normativo, de forma a evitar a extinção dos 288 cargos dessa categoria. Entende a DRH que tal medida constitui-se melhor alternativa tanto do ponto de vista financeiro-orçamentário quanto do da eficiência administrativa, ficando superado, nesse caso, o pleito relativo à criação de cargos de Técnico Legislativo. Quanto aos cargos de Analista Legislativo, a DRH comprometeu-se a oportunamente apresentar proposta para suprir a demanda da Casa. Dessa forma, pelo ato proposto, 288 cargos efetivos de que trata o Anexo da Resolução nº 76, de 1995, à medida que vagarem, serão transformados em cargos efetivos de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo (CD-AL-026). A medida não acarreta aumento de despesa em relação ao custo atual, podendo ser a matéria deliberada pela Mesa Diretora, a teor do disposto no art. 4º da Resolução nº 46, de 2006. À vista do exposto, esta Secretaria submete ao exame e à deliberação da douda Mesa a anexa minuta de Ato da Mesa, que revoga o Ato da Mesa nº 23, de 2011, com parecer favorável à sua aprovação, nos termos das manifestações dos órgãos técnicos da Casa.” A Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer supra e, em decorrência, baixou Ato da Mesa que “Revoga o Ato da Mesa nº 23, de 2011”, cujo teor vai publicado ao final da ata. 3 – **Processo nº 152.295/2005**. Parecer do Relator às fls. 372/373: “Trata-se do disciplinamento das cotas de produtos gráficos e do fornecimento de material de expediente para os Deputados Federais. Os Diretores do Departamento de Apoio Parlamentar – Deapa, do Departamento de Material e Patrimônio – Demap, do Centro de Documentação e Informação e do Centro de Informática, após decisões deliberadas em reuniões, encaminharam minuta ao Diretor-Geral com a intenção não só de atualizar e consolidar em um único instrumento normativo o disposto nos Atos da Mesa nº 65, de 1997, nº 62, de 2005, nº 2, de 2007, e nº 43, de 2012, mas também de racionalizar o uso. A proposta decorre inicialmente da necessidade de evitar desperdício e de evitar irregularidades no uso do material,

como o relatado às folhas 2/80, objeto da Comissão de Sindicância constituída pela Portaria nº 16/2006 (fl. 62). Diante do caso, o Senhor Diretor-Geral determinou ao Deapa (fl. 83) fossem realizados estudos visando a adequação dos quantitativos requisitados anualmente pelos parlamentares, fundamentado no relatório final da Comissão (fls. 75/79), que concluiu pela “alteração da legislação, com redução dos quantitativos que poderiam ser requisitados até o final do ano civil”. O Diretor do Demap, após levantamento do consumo dos parlamentares ao longo do ano de 2007, verificou que “alguns materiais estão em desuso e outros apresentam consumo bem abaixo da cota estabelecida pelo Ato da Mesa nº 62 de 2005, alterado pelo Ato da Mesa nº 2 de 2007”. Destaque-se que na minuta houve a atualização do material de expediente por meio da adequação da lista de produtos à realidade dos equipamentos utilizados pelos gabinetes. A proposta também inibe o desperdício do material produzido em virtude da eficácia de sua aplicação. Agregue-se ainda a possibilidade de se optar pela impressão em policromia. A redação do texto está em consonância com as regras da Lei Complementar nº 95/1998, que trata da técnica legislativa. A minuta contém 15 artigos, que definem as quantidades e as condições de confecção de produtos gráficos relativos à atuação parlamentar. Para sua harmonização no ordenamento jurídico, torna-se necessária a revogação dos Atos da Mesa nº 65/1997, nº 20/2003 e nº 62/2005, nº 2/2007 e nº 43/2012. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da douda Mesa, com parecer favorável na forma das anexas minutas de Atos da Mesa, conforme instrução”. Discutida a proposta, o parecer supra foi aprovado por unanimidade e, em decorrência, a Mesa Diretora baixou Ato da Mesa que “Dispõe sobre os produtos gráficos relativos à atuação parlamentar e o fornecimento de material de expediente aos Deputados Federais”, fazendo constar em sua justificativa a redução de despesa, conforme instrução processual. Segue teor publicado ao final da ata. 4 – **Processo nº 121.661/2013**. Parecer do Relator à fl. 5: “Trata-se de minuta de Ato da Mesa com a finalidade de distribuir dezessete cargos de Analista Legislativo e suas respectivas funções comissionadas de Consultor Legislativo entre as diversas Áreas Temáticas da Consultoria Legislativa, em virtude da aprovação da Resolução nº 32/2013, que criou os cargos e as funções, a serem preenchidos por meio de concurso público. A presente proposta de Ato da Mesa objetiva apenas a distribuição entre as diversas Áreas Temáticas. Informe-se que é possível tratar a matéria por meio de Ato da Mesa, uma vez que não há aumento de despesa. Além disso, o Diretor Legislativo enviou a proposta do Dire-

tor da Consultoria Legislativa em conformidade com o disposto no inciso VIII do art. 4º da Resolução nº 48, de 1993, que define a competência da reorganização dos Núcleos Temáticos da Consultoria. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável na forma da anexa minuta de Ato da Mesa, e conforme a instrução.”. Submetido a votos, o parecer supra foi aprovado por unanimidade, baixando, em decorrência, Ato da Mesa que “Distribui os cargos efetivos de Analista Legislativo – atribuição Consultoria (CD-AL-031) e as funções comissionadas de Consultor Legislativo, Nível FC-03, de que trata a Resolução da Câmara dos Deputados nº 32, de 2013, entre as Áreas Temáticas da Consultoria Legislativa”, cujo teor vai publicado ao final da ata. 5 – **Processo nº 116.834/2013**. Parecer do Relator à fl. 11: “Trata-se de minuta de Ato da Mesa com a finalidade de transformar dois cargos em comissão de natureza especial CNE-13 em um CNE-10 na Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul. A intenção é adequar a estrutura de cargos da Representação para dar suporte à sua concorrida agenda de trabalho. Na necessária instrução dos autos, a Coordenação de Pagamento de Pessoal do Departamento de Pessoal – Depes estima que a economia com a transformação proposta seria de R\$ 32.316,58 (fls. 9/10). Na justificação do Ato ressalta-se que o valor economizado com os cargos em comissão a serem extintos supera a despesa a ser gerada com os cargos em comissão criados, razão pela qual pode ser editada com base na delegação de competência constante do artigo 4º da Resolução nº 46 de 2006 da Câmara dos Deputados. Assim, a Diretoria-Geral concluiu pela possibilidade de a matéria ser tratada por meio de Ato da Mesa, uma vez que não há aumento de despesa. Em sua forma, registre-se que a minuta conta com apenas três artigos: a) o primeiro extingue os dois Cargos de Natureza Especial CNE-13, b) o segundo cria o CNE-10; e c) o terceiro trata da vigência, a partir da data de sua publicação. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável na forma da anexa minuta de Ato da Mesa, e conforme a instrução.”. Em votação, o parecer supra foi aprovado por unanimidade e baixado, em decorrência, Ato da Mesa que “Extingue dois cargos em comissão de natureza especial CNE-13 e cria um CNE-10 na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul”, cujo teor segue publicado ao final da ata. 6 – **Processo nº 125.517/2013**. Parecer do Relator à fl. 2: “Trata-se de solicitação da empresa Eyeworks Cuatro Cabezas do Brasil para que seja autorizado o credenciamento, nesta Casa Legislativa, da equipe de reportagem do programa Custe o Que Custar (CQC), vei-

culado na Rede Bandeirantes, “para coleta de depoimentos com os deputados sobre o cenário político atual no Brasil e no Mundo”. A empresa informa que “o conteúdo das entrevistas será veiculado numa reportagem onde constam depoimentos de autoridades, jornalistas e parlamentares” sobre a temática acima referida. Conforme levado ao conhecimento da Mesa Diretora, em reunião realizada em 9/7/2013, esta Secretaria vem recebendo mensalmente pedidos da referida empresa, assim como de outras que veiculam programas de igual natureza, para que seja autorizado o credenciamento de suas equipes técnicas para gravações nas dependências da Câmara dos Deputados. Entretanto, por não se tratar de programas de cunho jornalístico, e sim de programas de variedades, conforme registrado no Ministério da Justiça, os pedidos afastam-se da competência desta Secretaria, razão por que entendo necessária a apreciação desse Colegiado acerca do procedimento a ser adotado pela Casa relativamente à rotina de demandas recebidas das aludidas empresas. Bem por isso, submeto ao exame e à deliberação da douta Mesa o presente pedido, ressaltando que o entendimento dos nobres pares deverá nortear os pedidos futuros, de igual teor, tanto da interessada (CQC), como de outras empresas que veiculam programas de natureza similar, a exemplo do Pânico na TV e do Sensacionalista.”. Debatido o assunto, a Mesa Diretora decidiu manter a situação atual, no aguardo da manifestação do Colégio de Líderes. O Senhor Deputado André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente, aduz a necessidade da regulamentação do direito de resposta, projeto que veio do Senado Federal, através da qual, a política, o cidadão, a sociedade, todos poderão buscar o seu direito de forma mais célere, contrapondo a situação atual, em que todos ficam vulneráveis. 7 – **Processo nº 111.691/2013** (anexo: Processo nº 118.949/2012). Parecer do Relator às fls. 151/v: “Trata-se de solicitação da **Confederação Parlamentar das Américas – COPA**, encaminhada ao Presidente da Câmara dos Deputados pelo Tesoureiro-Geral da entidade, Deputado Miguel Angel Terrón Mendoza (expediente às fls. 82 a 84), no sentido de que a contribuição da Câmara dos Deputados ao referido organismo internacional seja regularizada por meio do pagamento das contribuições de 2011 e 2012, em cumprimento ao artigo 7º do Estatuto da Confederação. Segundo a COPA, a última contribuição de afiliado da Câmara dos Deputados ocorreu em 2006 e, desde então, não há mais registros relativos a contribuições da Casa. Destaque-se, entretanto, que na correspondência acima citada, o Tesoureiro-Geral da entidade informa que, para regularização da pendência, somente será necessário ao Parlamento Brasilei-

ro o recolhimento das parcelas correspondentes aos anos de 2011 e 2012. Tendo em vista tratar-se de contribuição anual, necessário incluir no montante a ser pago, o valor da contribuição do presente exercício (2013). A matéria, no âmbito do Processo nº 111.691/2009 (ao qual o presente processo foi anexado), já foi objeto de apreciação da Mesa Diretora nas reuniões realizadas em 22/9/2009 e em 5/5/2011, no sentido de deliberar sobre proposta de projeto de resolução com o objetivo de autorizar a transferência de recursos orçamentários, a título de contribuição corrente, à COPA, ocasiões em que foram concedidas vistas do processo ao Segundo Vice-Presidente e ao Segundo-Secretário, respectivamente, que devolveram os autos sem manifestação. De fato, a instrução do presente processo revela que, no bojo do citado Processo nº 111.691/2009 e do Processo nº 153.414/2005, o Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade – Defin e a Diretoria-Geral informaram que a transferência de recursos financeiros à COPA, a título de contribuição, necessita ser disciplinada por meio de Resolução, para adequar-se à exigência imposta na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Objetivando regularizar a situação desta Casa de Leis perante a COPA, por meio do pagamento das contribuições requeridas, o Presidente da Câmara dos Deputados apresenta minuta de Projeto de Resolução acerca da matéria, para fins de apreciação da Mesa Diretora. Ressalte-se que o Defin, às fls. 136, informa que a Lei nº 12.798/2013 (Lei Orçamentária para 2013) não contempla dotação para a contribuição em tela, razão por que, caso aprovado o Projeto de Resolução na forma da minuta anexa, haverá necessidade de abertura de crédito especial específico para atendimento do pleito. Por sua vez, o representante da COPA no Brasil, Deputado Paes Landim, esclarece às fls. 143 que o valor da anuidade deve ser calculado de tal modo que, deduzida a tributação incidente (imposto de renda), seja efetivamente remetida para a entidade a quantia de US\$ 2.000,00 (dois mil dólares norte-americanos) por ano devido. Dessa forma, tendo em vista que qualquer procedimento relacionado com o pagamento das prestações devidas (2011, 2012 e 2013) está condicionado à existência de Resolução desta Casa que autorize o dispêndio, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável à aprovação da minuta de Projeto de Resolução anexa, nos termos das informações e manifestações dos órgãos técnicos da Casa.”. **Aprovado, por unanimidade**, o parecer supra, a Mesa Diretora apresentou Projeto de Resolução que “Autoriza a transferência de recursos orçamentários, a título de contribuição corrente, à Confederação Parlamentar das Américas

(COPA) e dá outras providências”, cujo teor vai publicado ao final da ata. 8 – **Processo nº 114.545/2013**. Parecer do Relator à fl.11: “Trata-se de solicitação do Deputado Wellington Fagundes para autorização da reimpressão de 1.000 (mil) unidades da obra Dante de Oliveira – Perfis Parlamentares, nos termos do memorando às fls. 1/2. Informa-se que o valor para a reimpressão solicitada é de R\$4.114,86 (quatro mil cento e catorze reais e oitenta e seis centavos), conforme orçamento à fl. 4, apresentado pela Coordenação de Serviços Gráficos do Departamento de Apoio Parlamentar. Cumpre esclarecer que o art. 8º, §2º, do Ato da Mesa nº 30/2008 prevê que requisições em quantidades superiores a dez exemplares de cada título serão submetidas à apreciação da Mesa Diretora. Assim, esta Primeira-Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável ao pleito.”. Submetido à votação, o parecer supra foi aprovado por unanimidade. 9 – **Processo nº 125.612/2011**. Parecer do Relator às fls. 121/124v: “Trata-se de requerimento, formulado pelo **Deputado Dr. Francisco Araújo**, no qual solicita o pagamento retroativo do subsídio, do auxílio moradia e das cotas a que faz jus, entre a data final prevista no art. 70 do Ato da Mesa nº 37, de 2009, e a data da sua posse, ocorrida em decorrência da vaga aberta pela perda de mandato do **Deputado Chico das Verduras**, com base em precedente instituído na Casa quando da decisão do pleito do ex-Deputado Albérico Filho. O requerente já havia formulado pedido idêntico no processo 2011/115681, que foi indeferido pelo Presidente da Câmara, no despacho datado de 25/04/2011, às fls. 288, por entender que o Deputado Francisco Araújo não foi privado indevidamente do exercício do mandato parlamentar, não sendo cabível o pagamento retroativo de vantagens. Em 17/05/2011, o ora requerente dirigiu à Presidência desta Casa novo pedido de pagamento retroativo, pelos mesmos fundamentos. Após análise dos órgãos técnicos, o Senhor Secretário-Geral da Mesa encaminhou o presente processo a esta Primeira-Secretaria com o fito de relatá-lo para decisão da Douta Mesa, nos termos do despacho às fls. 106/107 dos autos, razão pela qual o recebo como recurso à Mesa. O processo está instruído (fls. 03/04) com esclarecimento da **Coordenação de Pagamento de Pessoal** de que o pagamento do subsídio mensal teve por base a data da assunção do parlamentar, ocorrida em 12 de maio de 2011, conforme ofício da Secretaria-Geral da Mesa anexado; com parecer (fls. 05/07) da **Assessoria Jurídica do Departamento de Pessoal** no qual propõe a oitiva de órgãos da Mesa, recorda haver manifestação do Tribunal de Contas da União que, respondendo a consulta formulada por esta Casa

sobre a matéria em exame, deliberou que o subsídio só é devido a partir da posse do Deputado, salvo decisão judicial em sentido contrário (fls. 96), e anexa (fls. 09/104) farta documentação relacionada ao tema ora em análise. Os autos foram encaminhados ao então Segundo-Vice-Presidente e Corregedor da Casa, tendo sido colhida esclarecedora manifestação do nobre Deputado Eduardo da Fonte, do seguinte teor, na parte de interesse da questão, verbis: “O Presidente da Câmara dos Deputados despachou o processo nº 107.023/2011 à Corregedoria no dia 11.03.2011 – uma sexta-feira – nos termos do art. 1º c/c art. 5º, parágrafo único, do Ato da Mesa nº 37/2009. Ao receber o processo, o corregedor deu início, em **14.03.2011** – segunda-feira – ao rito previsto no Ato da Mesa nº 37/2009, sendo, a mencionada data, o termo inicial da instrução. Em **17.03.2011**, em cumprimento ao art. 3º do Ato da Mesa nº 37/2009, o Deputado Chico das Verduras foi normalmente notificado, e lhe fora concedido o prazo de cinco dias úteis para prestar esclarecimento escrito, o que fez, tempestivamente, em **24.03.2011**. Recebida a manifestação escrita e engendradas as iniciativas de estilo, em **31.03.2011** o Excelentíssimo Senhor Segundo-Vice-Presidente e Corregedor apresentou à Mesa da Câmara dos Deputados parecer em que propugna a Declaração de Perda do Mandato do parlamentar, nos termos do art. 55, V, § 3º da Constituição Federal. Assim, **a disciplina do art. 7º do Ato da Mesa nº 37/2009**, que estabelece **o prazo máximo de 15 (quinze dias) úteis** para instrução do procedimento dos processos relacionados às hipóteses de perda de mandato previstas nos incisos IV e V do art. 55 da Constituição Federal, **foi rigorosamente cumprida**. Na sequência, a Declaração de Perda de Mandato do Deputado Chico das Verduras ocorreu em **11 de maio de 2011**, conforme Ato da Mesa nº 6, publicado no Suplemento ao Diário da Câmara dos Deputados nº 79, de 12 de maio de 2011, e, como demonstrado, regularmente precedida das formalidades previstas no Ato da Mesa nº 37, de 2009. Por sua vez, a posse do Deputado Dr. Francisco Araújo se deu em **12 de maio de 2011**. **Conclui-se**, portanto, que o interregno alvo do requerimento pretendido compreende o **intervalo entre o dia 31.03.2011**, data em que restou concluída a instrução disciplinada pelo Ato da Mesa nº 37/2009, **e o dia 12.05.2011**, data da posse do Deputado requerente.” (grifos do original). Foi solicitada, dada a relevância da matéria, em suas várias motivações, a oitiva da Secretaria de Controle Interno desta Casa, cuja conclusão está assim externada pelo seu Secretário, verbis: “Somente é devido o pagamento de subsídio a partir da data da posse do requerente, acrescendo-se que esta Casa de Leis deve envidar

esforços para que os prazos estipulados pelos normativos internos possam ser observados.” Também foi requerida à Secretaria-Geral da Mesa a anexação, ao presente processo, do Processo Administrativo nº 107.023/2011 – que trata da perda do mandato do Deputado Federal Francisco Vieira Sampaio, nome parlamentar Chico das Verduras. É o relatório. Passo a decidir. Não merece ser atendida a presente solicitação por faltar, ao caso ora em análise, **a imprescindível caracterização de omissão da Mesa desta Casa**, quer quanto ao procedimento da perda do mandato do Deputado Chico das Verduras, quer quanto à posse do Deputado Dr. Francisco Araújo, ora requerente. Ao contrário do que demonstra o precedente invocado pelo requerente (fls.48) – **tendo sido provocada há mais de dois anos a Mesa não adotou quaisquer providências sobre o fato** -, ao presente processo foi dada a devida celeridade tanto pela Presidência quanto pela Corregedoria, e cumpridos todos os prazos estipulados nas normas internas que regem a perda do mandato e a posse do parlamentar, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa. A instrução processual do Processo Administrativo nº 107.023/2011 revela a seguinte cronologia: **Em 16 de fevereiro de 2011** a Presidência desta Casa recebeu o ofício nº 013/2011, fls. 1, do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, informando que, na sessão realizada em 11.02.2011, foi cassado o diploma do Deputado Federal Francisco Vieira Sampaio – nome parlamentar Chico das Verduras. **Em 16 de fevereiro de 2011**, a Presidência desta Casa recebeu o ofício nº 018/2011, fls. 42, do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, informando que o Ministro Arnaldo Versiani, do Tribunal Superior Eleitoral, concedeu liminar suspendendo os efeitos do acórdão que cassou o diploma do Deputado Francisco Vieira Sampaio – nome parlamentar Chico das Verduras. O Senhor Presidente desta Casa, em despacho – fls. 65 – datado **de 23 de fevereiro de 2011**, determinou fosse informado o Presidente do TRE de Roraima de que foi sobrestada a tramitação do processo administrativo 107.023/2009, em razão da medida liminar deferida pelo TSE no **Mandado de Segurança nº 28.771/RR**, por meio do qual foram suspensos os efeitos do acórdão regional. **Em 10 de março de 2011**, a Presidência desta Casa recebeu ofício (fls. 77) subscrito pelo 1º Suplente de Deputado Federal pelo PSL, Francisco Evangelista dos Santos de Araújo, informando que o TSE negou seguimento à Ação Cautelar interposta pelo Deputado Francisco Vieira Sampaio, nome parlamentar Chico das Verduras, e solicita celeridade quanto ao trâmite visando sua posse. **Em 11 de março de 2011**, a Presidência desta Casa recebeu o ofício

GP nº 045/2011, fls. 67, da Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, informando que não mais subsistem os motivos que determinaram a suspensão da decisão do Tribunal Regional Eleitoral pelo TSE. O Senhor Presidente desta Casa, em **11 de março de 2011**, determinou o encaminhamento do processo ao Senhor Corregedor, nos termos do Ato da Mesa nº 37/2009, e a expedição de ofício com a necessária urgência ao Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, informando as providências adotadas – autos, fls. 75/76. **Em 14 de março de 2011**, o Senhor Presidente desta Casa determinou a publicação e autuação do ofício subscrito pelo Suplente de Deputado Federal Francisco Evangelista dos Santos de Araújo ao processo 107.023/2011. Na mesma data a Corregedoria desta Casa acusa o recebimento da determinação acima descrita – fls. 82/83, dos autos. **Em 25 de abril de 2011**, o 1º Suplente de Deputado Federal Francisco Evangelista dos Santos de Araújo encaminhou petição (fls. 264/287) ao Senhor Presidente desta Casa **requerendo urgência** na convocação da Mesa Diretora para que decretasse a perda do mandato do Deputado Francisco Vieira Sampaio – nome parlamentar Chico das Verduras -, **fosse dada posse ao requerente e determinado o pagamento retroativo de todas as vantagens a que teria direito caso estivesse no cargo, a contar do ofício que foi encaminhado a essa Presidência pelo Tribunal Regional Eleitoral no dia 03/03/2011. Em 25 de abril de 2011**, o Senhor Presidente desta Casa – fls. 262 – determinou fosse expedido ofício ao Senhor Corregedor consultando-o acerca da conclusão dos procedimentos a que se refere o Processo 107.023/2011, tendo em vista a necessidade de convocação da Mesa Diretora, e **INDEFERIU** o pagamento retroativo de vantagens **“por entender que o requerente não foi privado do exercício do mandato de Deputado Federal de forma indevida, uma vez que, antes de se declarar a perda de mandato em razão de decisão judicial, é necessário assegurar-se ao parlamentar que será afastado o direito à ampla defesa, nos termos do art. 55, § 3º, da Constituição Federal, e do Ato da Mesa nº 37, de 2009. Oficie-se ao interessado, comunicando o teor deste despacho.” Em 28 de abril de 2011**, o Senhor Corregedor oficiou – fls. 263 – ao Presidente desta casa informando que o parecer encontrava-se pronto para deliberação da Mesa. Reunida para deliberar sobre a matéria **em 05 de maio de 2011**, a Mesa Diretora concedeu vista conjunta dos autos aos Deputados Júlio Delgado, Quarto-Secretário, e Carlos Eduardo Cadoca, Terceiro-Suplente de Secretário, conforme certifica a certidão de fls. 233. **Em 11 de maio de 2011**, a Mesa da Câmara dos Deputa-

dos declarou, mediante Ato da Mesa nº 6, de 2011, a perda do mandato de Deputado Federal do Senhor Francisco Vieira Sampaio, nome parlamentar CHICO DAS VERDURAS – fls. 234. Para uma melhor compreensão da matéria pelos Pares, transcrevo o disposto no art. 7º do Ato da Mesa nº 37, de 2009, que **regulamenta os procedimentos a serem observados na apreciação de representações relacionadas ao decoro parlamentar e de processos relacionados às hipóteses de perda de mandato previstas nos incisos IV e V do art. 55 da Constituição Federal**, verbis: Art. 7º. A instrução do procedimento de apuração das representações relacionadas ao decoro parlamentar deverá estar concluída no prazo máximo de quarenta e cinco dias úteis, **e dos processos relacionados às hipóteses de perda de mandato previstas nos incisos IV e V do art. 55 da Constituição Federal, no prazo máximo de quinze dias úteis**. Parágrafo único. **Os prazos previstos no caput deste artigo poderão ser prorrogados, pelo mesmo período, por deliberação do Presidente, após exposição das razões pelo Corregedor**. Ora, o que se vê dos autos é que o primeiro prazo de quinze dias úteis foi iniciado em 14 de março e se esgotou em 01 de abril. Tacitamente prorrogado o primeiro prazo de quinze dias úteis, dada a impossibilidade de conclusão do parecer pela douta Corregedoria, recomeçou a contar no dia 04 de abril terminando no dia 27 de abril de 2011 (em virtude dos feriados de 21 e 22 de abril), conforme prevê o parágrafo único do artigo 7º do Ato da Mesa nº 37/2007, data em que foram discutidas e votadas em plenário importantes matérias legislativas, destacando-se a Medida Provisória 514/2010, que tratava do Programa Minha Casa Minha Vida. Assim, com a conclusão do voto da Corregedoria em 28 de abril de 2011, foi convocada e realizada na semana seguinte, dia 05 de maio, quinta-feira, reunião da Mesa para deliberar sobre a matéria, que só não foi concluída pelo regimental pedido de vista de dois Membros da Mesa. Na reunião da Mesa de 11 de maio de 2011, quarta-feira, foi declarada a perda do mandato do Deputado Federal Francisco Vieira Sampaio, nome parlamentar Chico das Verduras, e concluído o processo. Consigno, por oportuno, que a Mesa da Câmara dos Deputados, atenta e sensível às expectativas criadas pelos diversos candidatos beneficiados com a decisão do Supremo Tribunal Federal de não aplicação da chamada Lei da Ficha Limpa nas eleições de 2010, resolveu não mais seguir o rito estabelecido pelo Ato da Mesa nº 37/2009, tendo em vista que a decisão transitada em julgado no Supremo Tribunal Federal não se tratava da perda de mandato, mas da mera recontagem de votos que foram apurados em separado. Não houve,

assim, nesses casos, declaração de perda de mandato, mas expedição de novos diplomas de titular e suplente. Por fim, entendo que o precedente invocado – caso Deputado Albérico Filho – não é aplicável à situação ora sob análise, visto que, naquela oportunidade, houve clara afronta ao princípio da duração razoável do processo, consagrado no inciso LXXVIII, do art. 5º da Constituição Federal, tendo o desfecho da querela ocorrido somente cinco anos depois do início do processo, o que justificou a reparação indenizatória. No presente caso, diferentemente, foram observadas as formalidades legais e assegurado o direito à ampla defesa, nos termos do art. 55, § 3º da Constituição Federal e das normas internas da Casa, não havendo omissão da Câmara dos Deputados em dar cumprimento, em prazo razoável, à decisão judicial que casou o diploma do então Deputado Federal Francisco Vieira Sampaio. Desse modo, tendo sido cumpridos pela Mesa desta Casa do Congresso Nacional os procedimentos estabelecidos no Ato da Mesa nº 37/2009, e demonstrado detalhadamente não ter havido demora ou retardamento na tramitação do processo de cassação e posse dos congressistas envolvidos, submeto o presente requerimento à deliberação da Douta Mesa, manifestando-me no sentido de que seja mantida a decisão da Presidência de fls. 288 do Processo Administrativo nº 107.023/2011, em anexo, que indeferiu o pedido de pagamento retroativo de subsídios formulado pelo Deputado Dr. Francisco Araújo, por absoluta falta de amparo legal. É o parecer, que submeto à superior consideração dos nobres Pares.” Analisado o requerimento, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer supra, pelo indeferimento. 10 – **Processo nº 21.558/2010** e apensados. Parecer do Relator às fls. 103/106: “Trata-se de **RECURSO HIERÁRQUICO** interposto pelo Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União – **SINDILEGIS**, contra decisões desta Primeira-Secretaria, nas quais havia indeferido recursos anteriormente interpostos contra entendimento da Administração da Casa que negara o pedido de pagamento de horas extras trabalhadas em novembro de 2005 pelo servidor **José Wellington Santana Santos**. A primeira decisão atacada estava assim redigida, verbis: “**Não conheço do recurso**, por ser manifestamente intempestivo. Com efeito, a decisão do Diretor-Geral foi publicada no Boletim Administrativo do dia 09 de dezembro de 2010 e o recurso hierárquico protocolizado em 17 de janeiro de 2011, estando, assim, fora do prazo de 30 (trinta) dias estabelecido pelo artigo 108 da Lei 8.112/90. À Diretoria-Geral, para as providências cabíveis.” Sustentou o Sindilegis a tempestividade do recurso. Transcrevo, na parte de inte-

resse da questão e para uma melhor compreensão da matéria, as razões que embasaram a irresignação, verbis: “A decisão que indeferiu o recurso apresentado às fls. 1/5 de fato foi publicada no Boletim Administrativo do dia 09 de dezembro de 2010. Ocorre Excelência, que apesar da publicação ter se efetivado naquela data, o Sindilegis só tomou ciência do indeferimento do pedido no dia 17 de dezembro de 2011, por intermédio do Ofício de nº 311/10/Depes, (em anexo), endereçado ao presidente da entidade no dia 16 de dezembro de 2010, e recebido no dia 17 de dezembro de 2010, conforme comprova histórico do objeto nº RJ550573739BR, emitido pelos correios. Em relação à contagem dos prazos, com a devida vênia, em regra, estes são contados com exclusão do dia do começo e com inclusão do dia do vencimento. Portanto, mesmo que fosse levada em consideração a data do recebimento do ofício, ou seja, dia 17 de dezembro de 2010, sexta-feira, o recurso seria tempestivo, visto que a contagem do prazo para interposição do recurso só começaria a fluir no dia seguinte ao da ciência do indeferimento, ou seja, na segunda-feira, dia 20 de dezembro de 2010. Ademais, o art. 108 da Lei 8.112/90 é taxativo ao afirmar que “o prazo para interposição de recurso é de 30 dias, **a contar da publicação ou da ciência**, pelo interessado, da decisão recorrida”. Nos presentes autos, o Sindilegis é substituto processual do autor, e, conforme já demonstrado, só tomou conhecimento da notificação no dia 17 de dezembro de 2010. Dessa forma, não há que se falar em indeferimento do recurso por intempestivo, visto que já demonstrado o equívoco.” Diante das razões recursais, esta Primeira-Secretaria decidiu monocraticamente a questão, adotando os seguintes fundamentos, verbis: Não merece ser acolhido o inconformismo do recorrente. Conforme estabelece o Estatuto do Servidor, “o prazo para interposição de recurso é de 30 dias, **a contar da publicação ou da ciência**, pelo interessado, da decisão recorrida”. Predomina nesta Casa do Congresso Nacional, e no seio do Poder Judiciário, o entendimento de que o prazo recursal começa a fluir com a **publicação** da decisão no órgão oficial, ou seja, no caso da Câmara dos Deputados, no **Boletim Administrativo**. Do mesmo jeito, o prazo recursal começa a fluir quando o **interessado** se antecipa à publicação e toma **ciência** do ato administrativo. É o que se depreende da leitura do disposto no artigo 108 da Lei 8.112/90. Em processo administrativo, salvo melhor juízo, não podem ser admitidas interpretações que alarguem indevidamente os prazos às partes, pois os mesmos são peremptórios. Demais disso, possui o **SINDILEGIS** estrutura para agir a modo e a tempo, sem que seja necessária a adoção de postura confl-

tante com a boa prática administrativa. É que o critério da oportunidade para manifestações em processo administrativo possui limites estabelecidos tanto no artigo 108 da Lei 8.112/90 – Estatuto do servidor público -, como no artigo 59 da Lei 9.784/99 – regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Entender como início do prazo recursal a data do recebimento da correspondência enviada pelo Departamento de Pessoal dando conhecimento à parte da decisão administrativa, mostra-se um privilégio que fere a isonomia, magoa o tratamento igualitário a ser dado a todos os interessados. Caso a preliminar de intempestividade seja superada, melhor sorte também não assiste ao recorrente quanto à revisão do posicionamento adotado pela administração de não pagamento das horas extras ao servidor José Wellington Santana Santos. A posição da administração em decidir que, na falta de autorização prévia para a prestação de serviços extraordinários, e quando não for possível prever a necessidade do serviço extra, nem dimensionar sua extensão, prevalecerá a compensação, mediante folga, parece correta para o caso ora em análise. O convencimento sobre o tema se firma pelas razões expostas pelo Senhor Diretor-Geral em seu encaminhamento – fls. 69, as quais transcrevo na parte de interesse da questão, verbis: “No mérito, as razões de inconformismo apresentadas não têm o condão de infirmar os termos da decisão recorrida. O indeferimento do pagamento do adicional de serviço extraordinário ao requerente pelo Senhor Diretor de Recursos Humanos, afora a disciplina legal, obedeceu ao que dispõe o Ato da Mesa nº 38/2000.” Assim, demonstrada a observância do devido processo legal por esta Primeira-Secretaria, impõe-se a manutenção da decisão atacada, e, caso ultrapassada a preliminar, sou, no mérito, pelo improvimento do recurso. Contra a decisão acima transcrita interpôs o **SINDILEGIS Recurso Hierárquico**, requerendo “o acolhimento da preliminar suscitada para reconhecer o recurso, por tempestivo, e no mérito, modificar a decisão recorrida e deferir o pagamento das horas extras laboradas pelo servidor, nos dias 26 de outubro de 2005, das 20h às 5 h do dia 27 de novembro de 2005 e 29 de novembro de 2005, das 20h às 22h30min, por ser medida de direito.” Passo a decidir. Não merece ser conhecido o Recurso Hierárquico. É que a última decisão atacada foi publicada no Boletim Administrativo nº 182, do dia 21 de setembro de 2011, quarta-feira, e o **Recurso Hierárquico interposto pelo SINDILEGIS** somente foi protocolado no dia 24 de outubro de 2011, fora do prazo de 30 dias estipulado pela Lei 8.112/90, que se encerrou no dia 21 de outubro de 2011, sexta-feira. Por esses motivos, não conheço do Recurso Hierár-

quico, por ser intempestivo. À superior consideração da douta Mesa.” **Aprovado o parecer supra, pelo indeferimento, por unanimidade.** Dando seguimento, o Senhor Deputado Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário, expôs os itens a seguir, tendo a Mesa Diretora aprovado os pareceres do Relator, Deputado Márcio Bittar, por unanimidade: 1 – **Processo nº 113.518/2013.** Parecer do Relator às fls. 25/v: “Trata-se de solicitação da Caixa Econômica Federal – CEF para que seja autorizada a instalação de 2 (dois) novos terminais de autoatendimento no Anexo III desta Casa, onde atualmente já existe um terminal daquela instituição bancária, objetivando ampliar os canais de acesso aos serviços da CEF. Segundo a instrução processual, há possibilidade jurídica da cessão de uma área de aproximadamente 3 m2, localizada no Anexo III, para o atendimento do pleito. Ainda segundo a instrução processual, no tocante ao instrumento de outorga, este deverá ser a título oneroso e formalizado mediante Termo de Permissão de Uso, em conformidade com o Ato da Mesa nº 61, de 2005, alterado pelo Ato da Mesa nº 7, de 2007, c/c a Portaria do Senhor Primeiro-Secretário nº 69, de 2007, cuja duração será restrita ao prazo de vigência do Contrato 2013/104.0 (cópia às fls. 13 a 19), que se encerra em 30 de novembro de 2013. O Contrato 2013/104.0, firmado entre a Câmara dos Deputados e a CEF, dispõe, em sua Cláusula Terceira, que “para a realização das atividades pertinentes ao objeto, a **CÂMARA** outorga à **CAIXA**, onerosamente, a concessão administrativa de uso dos espaços físicos atualmente ocupados por suas agências e terminais de autoatendimento, totalizando uma área de **300,41 m² (trezentos vírgula quarenta e um metros quadrados)**.” Contudo, a área solicitada neste processo não comporta os espaços físicos atualmente ocupados pelas agências da CEF e seus terminais de autoatendimento, portanto, não está contemplada no referido Contrato. Assim, nos termos do parecer da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, a adoção de Termo de Permissão de Uso é a opção que melhor se amolda ao caso concreto, pois atende o princípio da eficiência e economicidade. A cessão em comento acarretará à CEF despesa mensal estimada em RS178,98 (cento e setenta e oito reais e noventa e oito centavos), conforme demonstrado às fls. 21. Ante o exposto, esta Secretaria, a teor do que estabelece o art. 1º da Portaria nº 69, de 2007, submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução.”; 2 – **Processo nº 145.323/2011.** Parecer do Relator às fls. 82/83: “Trata-se da regularização, mediante formalização de Termos de Permissão de Uso, de áreas atualmente ocupadas por assessorias parlamentares. Inicialmente, cabe res-

saltar que a cessão de espaço para o funcionamento de assessorias parlamentares tem amparo no art. 2º, parágrafo único, inciso III do Ato da Mesa nº 61, de 2005, in verbis: Art. 2º Havendo disponibilidade, a utilização de área da Câmara dos Deputados, para fins não institucionais, poderá ser outorgada, a título oneroso, mediante autorização, permissão ou concessão de uso. Parágrafo Único. **A outorga a título não oneroso** poderá ser permitida às seguintes entidades: (...) III – assessorias parlamentares de órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Em março de 2012, a instrução processual revelava a existência de 24 assessorias parlamentares em funcionamento nas dependências da Casa, das quais apenas nove se encontravam em situação regularizada mediante Termo de Permissão de Uso (fl. 56). Assim, com amparo no

art. 2º do Ato da Mesa nº 7, de 2007, o qual prevê a competência da Mesa para autorizar a cessão de espaços, a Diretoria-Geral, em despacho às fls. 60/60v, submeteu o assunto à consideração superior, com vistas a regularizar a situação das demais áreas ocupadas pelas assessorias parlamentares. Após atualizar as informações, a pedido desta Primeira-Secretaria (fl. 62), em agosto de 2013 o Departamento Técnico esclareceu que a Assessoria Parlamentar da Presidência da República – Casa Civil havia devolvido a área, nos termos do Processo nº146.137/2011. Assim, atualmente 23 assessorias parlamentares ocupam áreas nesta Casa (fls.63/65). Portanto, como apenas nove assessorias possuem Termo de Permissão de Uso firmado com a Câmara dos Deputados, resta regularizar a situação de catorze assessorias, abaixo relacionadas:

	Assessorias Parlamentares Pendentes de regularização	Localização	Área (m ²)
1	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF	Anexo II – Pav. Superior – Ala A – Sala 188	8,61
2	Tribunal Superior do Trabalho – TST		8,61
3	Ministério Público do Trabalho – MPT		4,31
4	Ministério Público Federal/ Procuradoria Geral da República – MPF/PGR	Anexo II – Pav. Superior – Ala B sala 143-B	37,0
5	Banco do Brasil – BB	Estações de Trabalho compartilhadas – Anexo II – Pav. Superior – Ala B – sala 187-B	2,6
6	Banco Central do Brasil – BCB		5,16
7	Ministério da Educação – MEC		2,45
8	Ministério da Fazenda – MF		2,45
9	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC		2,41
10	Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT		2,60
11	Ministério da Previdência Social – MPS		2,41
12	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG		2,45
13	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE		3,77
14	Ministério dos Transportes – MT		2,45

Cumpra esclarecer que a verificação das áreas ocupadas foi realizada de acordo com metodologia estabelecida para o cálculo dos itens de “área” e de “uso e ocupação” dos espaços das edificações integrantes do Complexo Arquitetônico da Câmara dos Deputados, ratificada pelo Senhor Diretor-Geral em fevereiro de 2013 por meio do Processo nº 103.835/2013. Ademais, o Departamento Técnico informa que no primeiro semestre de 2012 foi concluída uma série de levantamentos de campo com o intuito de revisar e atualizar a base digital de desenhos das mencionadas edificações e que atualmente são realizadas tarefas rotineiras de atualização das informações (fl. 64). Saliente-se que aquele Departamento realizou contato com as assessorias relacionadas, sendo que todas confirmaram o interesse em permanecer nos espaços ocupados (fls. 66/79). Ante o exposto, esta Primeira-Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável à autorização para a cessão das áreas acima relacionadas, mediante formalização dos respectivos Termos de Permissão de Uso, a título não oneroso.”; 3 – **Processo nº 119.391/2009**. Relator do Parecer à fl. 86: “Trata-se de solicitação da Associação dos Congressistas do Brasil – ACB, entidade que presta atividades sem fins lucrativos, com o intuito de representar e defender os interesses dos membros do Congresso Nacional (Deputados e Senadores da ativa, ex-Congressistas e pensionistas), a qual requer seja autorizado o uso gratuito de área física de 66,46 m² que ocupa no 20º andar do Edifício Anexo I da Câmara dos Deputados. A matéria encontra-se disciplinada pelo Ato da Mesa nº 61, de 2005, que dispõe sobre a utilização dos espaços físicos da Câmara dos Deputados, e regulamentada pela Portaria nº 69, de 2007. Segundo a instrução processual, a ocupação de espaço físico por entidade de personalidade de direito privado, a título gratuito, não está prevista nas referidas normas internas, razão por que se propõe, com o fito de regularizar a ocupação da área em apreço, a assinatura de Termo de Permissão de Uso e o consequente ressarcimento, pela ACB, do valor mensal de **R\$3.683,88** em favor da Câmara dos Deputados. Todavia, releva salientar que o Regimento Interno, em seu art. 234, faculta aos ex-Deputados Federais, além do livre acesso ao Plenário, a utilização de serviços prestados na Casa, tais como reprografia, biblioteca, arquivo, processamento de dados, assistência médica e assistência farmacêutica. Dessa forma, nada obstante a instrução processual, o Regimento Interno, que é regramento hierarquicamente superior e anterior ao Ato da Mesa, garante prerrogativas aos ex-Deputados. Portanto, esta Secretaria entende legítimo assegurar à ACB espaço físico,

a título gratuito, nas dependências desta Casa, a fim de possibilitar a plena representatividade e o devido apoio aos seus associados. Ante o exposto, esta Secretaria, a teor das disposições do art. 234 do Regimento Interno, submete a matéria ao exame e deliberação da douta Mesa, com parecer favorável ao uso gratuito, pela ACB, da área física que ocupa no 20º andar do Edifício Anexo I da Câmara dos Deputados.”. Nesse instante, o Senhor Deputado Gonzaga Patriota, Primeiro-Suplente de Secretário, apresentou ao Senhor Presidente requerimento, assinado por todos os Líderes, em apoio para que os ex-Congressistas aposentados e, também, os pensionistas tenham o décimo-terceiro. Em seguida, o Senhor Deputado Cláudio Cajado, Procurador Parlamentar, apresentou anteprojeto de resolução para disciplinamento da matéria referente à denominação de espaço físico na Casa, conforme decisão da Mesa Diretora, em reunião realizada em 17 de abril do corrente ano, solicitando análise para posterior deliberação. O Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves determinou o encaminhamento aos demais Membros da Mesa para apreciação prévia. Por último, o Senhor Deputado Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário, apresentou os seguintes processos da pasta da Primeira-Secretaria: 1 – **Processo nº 108.790/2013**. Parecer do Relator às fls. 31/v: “Trata-se de solicitação da Associação de Secretários Parlamentares, Requisitados e Comissionados do Congresso Nacional – ASSERCON para que seja levada à apreciação da Mesa Diretora proposta no sentido de serem resguardados 40% (quarenta por cento) da verba de gabinete para pagamento dos salários dos Secretários Parlamentares lotados em Brasília. Argumenta o Presidente da entidade que, com a medida, **“a atividade parlamentar será mais valorizada, pois promoverá uma verdadeira profissionalização da atividade de assessoramento, produzindo, com isso, secretários mais especializados em suas funções”** e que tal iniciativa **“representará a criação de uma forma eficaz de controle e do bom aproveitamento da verba, que é destinada, principalmente, para o custeio do assessoramento legislativo”**. Sugere, por fim, que haja o registro de frequência obrigatória, como forma de comprovação da presença diária do Secretário nas dependências da Câmara dos Deputados. Ao manifestar-se sobre a proposta, a Assessoria Jurídica do Departamento de Pessoal destacou que a indicação para provimento dos cargos do secretariado parlamentar e a fixação do respectivo nível remuneratório dependem de critérios subjetivos do titular do gabinete parlamentar, consoante dispõe o art. 3º do Ato da Mesa nº 72, de 1997, convalidado pela Resolução nº 32, de 2002, **verbis**:

Art. 3º A indicação para os cargos em comissão de secretariado parlamentar e a fixação dos respectivos níveis de retribuição serão feitas pelo titular do gabinete, com efeitos a partir da posse e do respectivo exercício, proibida a retroação, observada ainda a disponibilidade de verba no gabinete.

Dessa forma, ponderou a Assessoria que qualquer mudança no modelo atual depende de alteração da legislação interna que regula a matéria e deverá ser efetivada por projeto de resolução. Ressalta, ainda, que quanto ao registro de frequência dos secretários parlamentares, o Ato da Mesa nº 90, de 2013, pendente de regulamentação, prevê o controle de frequência dos SP lotados em Brasília por meio de sistema eletrônico, com possibilidade de compensação em banco de horas. A Assessoria Técnica da Diretoria-Geral (Atec-DG), por sua vez, argumentou que os cargos de secretariado parlamentar são de livre provimento e exoneração, baseados na relação de confiança estabelecida pelo juízo subjetivo do superior hierárquico relativa à constatação da capacidade e da qualificação do indicado. Bem por isso, ponderou que **“estabelecer um percentual da verba de gabinete para os servidores lotados em Brasília significaria restringir essa liberdade, uma vez que o parlamentar ficaria adstrito a nomear seus servidores, em Brasília ou no Estado, em razão da proporcionalidade estabelecida”**. Observou ainda a Atec-DG que não cabe qualquer distinção no que concerne à especialidade técnica e a qualidade de serviço prestada pelos secretários parlamentares, estejam eles lotados em Brasília ou no Estado de representação. Por derradeiro, reiterou a necessidade de que a alteração pretendida, caso acolhida pela Mesa Diretora, seja feita por projeto de resolução. Ante o exposto, esta Secretaria, concordando com as ponderações dos órgãos técnicos, submete ao exame e à deliberação da douta Mesa a proposta da Assercon, com parecer contrário, por entender que a medida restringirá a prerrogativa do parlamentar de compor, segundo critérios próprios de avaliação e conveniência, o secretariado que julgar mais apropriado para o apoio a sua atividade parlamentar.”. **Aprovado, por unanimidade, o parecer supra, pelo indeferimento.** 2 – **INDICAÇÃO Nº 3014, de 2012**, de autoria do Deputado Miriquinho Batista, que “Sugere a elaboração de Resolução ou Ato da Mesa visando assegurar que redatores de documentos oficiais e proposições na Câmara dos Deputados não usem expressões com conotação racista, nos termos que especifica”. **Aprovado o parecer do Relator, pela rejeição.** II – **PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE.** O Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves expôs as seguintes **Solicitações de Informação ao Tribunal**

de Contas da União, acordadas pela Mesa Diretora pelo encaminhamento: 1 – **SIT Nº 45, de 2013**, de autoria do Deputado Giovanni Queiroz, que “solicita informações ao Tribunal de Contas da União – TCU sobre os pagamentos efetuados pelo DNIT referentes ao Edital Nº 043/2012”; 2 – **SIT Nº 46, de 2013**, de autoria do Deputado Arnaldo Jordy, que “requer informações ao Tribunal de Contas da União, sobre a fiscalização de fraudes no Fundeb em prefeituras do Pará”; 3 – **SIT Nº 47, de 2013**, de autoria do Deputado Chico Alencar, que “solicita informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União sobre processo que apura denúncias de malversação da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar”. Em seguida, a Mesa Diretora ratificou, por unanimidade, os despachos favoráveis exarados pelo Senhor Presidente, **ad referendum** da Mesa Diretora, nos seguintes expedientes referentes a ato da mesa, relatório de missão oficial, relatório de requerimento de informação, ressarcimento de despesa, reembolso de despesas médico-hospitalares: 1 – **Ato da Mesa: Nº 105 de 2013**, que “dispõe sobre a extinção e criação de cargos de natureza especial da Corregedoria Parlamentar”, baixado **ad referendum** da Mesa Diretora em 14 de agosto de 2013; 2 – **Relatório de Missão Autorizada nº 3/2013**, da Presidência. Missões oficiais autorizadas por meio de ofícios – GPO nºs, de 2013: 1645, 1661 a 1663, 1672, 1675, 1699, 1700, 1706, 1707, 1713 a 1717, 1723 a 1725, 1728, 1729, 1734, 1737 a 1739, 1742, 1743, 1745, 1754, 1762, 1768 a 1772, 1779, 1780, 1782, 1790, 1793 a 1801, 1805 a 1809, 1812, 1813, 1821, 1822, 1826 a 1828, 1837 a 1839, 1867 a 1869, 1875, 1880, 1881, 1885 a 1888, 1899, 1914 a 1920, 1922 a 1924, 1934 a 1938, 1943, 1946, 1964 a 1967, 1974, 1986, 1987, 1995 a 1997, 2001, 2005 a 2007, 2013, 2015, 2017 a 2019, 2026, 2028, 2029, 2031 a 2034, 2043 a 2048, 2054 a 2058. 3 – **Relatório de Requerimentos de Informação (RIC)**, despachados **ad referendum** da Mesa Diretora, nos termos dos pareceres, pela aprovação, do Relator, Deputado André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente: 1 – **RIC Nº 3.107/13** – do Sr. Zé Vieira – que “solicita informações aos Exmos. Srs. Ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e do Desenvolvimento Agrário relativas a investimentos e aplicação de recursos financeiros destinados a cooperativas do setor agropecuário”; 2 – **RIC Nº 3.274/13** – do Sr. Arnaldo Jardim – que “requer informações ao Ministro de Minas e Energia, no âmbito da Petrobras S.A., a respeito das deliberações do Conselho de Administração na aquisição da refinaria de Pasadena, localizada no Texas – EUA”; 3 – **RIC Nº 3.317/13** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita a Sra. Izabella Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente, informações sobre a si-

tução das Unidades de Conservação Federais integrantes do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação”; 4 – **RIC Nº 3.318/13** – do Sr. Glauber Braga – que “solicita a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão informações relativas aos resultados de obras governamentais licitadas por meio do Regime Diferenciado de Contratações – RDC”; 5 – **RIC Nº 3.319/13** – do Sr. Glauber Braga – que “solicita ao Ministro das Cidades informações sobre o montante de recursos disponibilizados e efetivamente executados em obras de redução de risco de desastre”; 6 – **RIC Nº 3.320/13** – do Sr. Marlllos Sampaio – que “solicita informação ao Senhor Ministro da Educação a respeito das providências administrativas tomadas para que seja autorizado e implantado o Campus da Universidade Federal do Piauí, no município de Esperantina/PI”; 7 – **RIC Nº 3.321/13** – do Sr. Maurício Quintella Lessa – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia informações sobre a aquisição da Pasadena Refining System Inc”; 9 – **RIC Nº 3.324/13** – da Sra. Mara Gabrilli – que “solicita informações a Sra. Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a respeito do fornecimento e renovação de certificados das entidades beneficentes de assistência social”; 10 – **RIC Nº 3.325/13** – da Sra. Mara Gabrilli – que “solicita ao Ministro da Educação informações acerca das condições atuais de inclusão do aluno com deficiência nas escolas públicas de educação básica, nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e nas universidades federais”; 11 – **RIC Nº 3.326/13** – da Sra. Mara Gabrilli – que “solicita informações sobre a assistência dada a pacientes dependentes de ventilação mecânica”; 12 – **RIC Nº 3.327/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) sobre os valores gastos com as reformas e construções dos estádios ou arenas destinados à Copa do Mundo da FIFA de 2014”; 13 – **RIC Nº 3.328/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações ao Ministro de Estado do Esporte (ME) sobre os valores gastos com as reformas e construções dos estádios ou arenas destinados à Copa do Mundo da FIFA de 2014”; 14 – **RIC Nº 3.329/13** – do Sr. Ivan Valente – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Fazenda, informações da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), contidas nos sistemas de controle dos órgãos do contencioso da União”; 15 – **RIC Nº 3.330/13** – do Sr. Mário Feitoza – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Dr. César Augusto Rabelo Borges”; 16 – **RIC Nº 3.332/13** – do Sr. Glauber Braga – que “solicita informações sobre o montante de recursos disponibilizados e efetivamente

executados em ações de redução de risco de desastre”; 17 – **RIC Nº 3.333/13** – do Sr. Glauber Braga – que “solicita informações sobre o montante de recursos disponibilizados e efetivamente executados em ações de redução de risco de desastre”; 18 – **RIC Nº 3.334/13** – do Sr. Hugo Leal – que “solicita ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Advocacia Geral da União, informações sobre direitos dos empregados, regidos pela CLT, de empresas públicas e sociedades de economia mista federais extintas, que foram anistiados com fundamento no disposto na Lei nº 8.878, de 11/05/1994”; 19 – **RIC Nº 3.335/13** – do Sr. Alfredo Kaefer – que “solicita ao Sr. Ministro da Agricultura, a relação nominal das empresas processadoras de carne de aves, bovinos, suínos, caprinos, ovinos, quanto à sua produção, por unidade de abate e peso, no período de 2012 e 2013 até a presente data”; 20 – **RIC Nº 3.336/13** – do Sr. Ademir Camilo – que “solicita informações ao Senhor Garibaldi Alves Filho, Ministro da Previdência Social, para fundamentar a discussão acerca dos impactos da extinção do Fator Previdenciário sobre a previdência e sobre as políticas voltadas para os idosos”; 21 – **RIC Nº 3.337/13** – do Sr. Izalci – que “requer a Ministra-chefe da Casa Civil, da Presidência da República, Gleisi Helena Hoffmann, informações sobre a contratação e respectivos pagamentos de serviços pessoais de maquiagem, cabelo e vestuário da Presidente Dilma Rousseff para seus pronunciamentos em rede nacional obrigatória de televisão, de janeiro de 2011 até a presente data”; 22 – **RIC Nº 3.338/13** – do Sr. Izalci – que “requer a Ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social, da Presidência da República, Helena Maria de Freitas Chagas, informações sobre a contratação e respectivos pagamentos de serviços pessoais de maquiagem, cabelo e vestuário da Presidente Dilma Rousseff para seus pronunciamentos em rede nacional obrigatória de televisão, de janeiro de 2011 até a presente data”; 23 – **RIC Nº 3.339/13** – do Sr. Lourival Mendes – que “solicita informações ao Ministério da Saúde sobre o trâmite necessário para que um hospital universitário privado seja habilitado ao Sistema Único de Saúde para prestar serviços de alta complexidade”; 24 – **RIC Nº 3.340/13** – da Comissão de Seguridade Social e Família – que “requeremos, por meio do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, o envio de pedido de informação à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, acerca da regulamentação e condições exigidas para certificação de um determinado produto como “Complexo Vitamínico e Mineral”, bem como propostas para sanar as várias situações existentes

hoje no mercado”; 25 – **RIC Nº 3.341/13** – do Sr. Nilson Leitão – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, acerca dos contratos assinados pela Pasta através da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do ministério”; 26 – **RIC Nº 3.342/13** – do Sr. Nilson Leitão – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, acerca dos gastos empregados para a realização das propagandas governamentais do Programa Minha Casa Minha Vida veiculada na mídia nacional”; 27 – **RIC Nº 3.343/13** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Presidente do Banco Central do Brasil – BCB, Senhor Alexandre Antonio Tombini, sobre aplicações de fundos de pensão no Banco BVA S.A.”; 28 – **RIC Nº 3.344/13** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação Sr. Aloísio Mercadante, a respeito do Ensino Médio no Estado do Rio de Janeiro”; 29 – **RIC Nº 3.345/13** – do Sr. Padre Ton – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, acerca do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Tabajara, no Rio Machado, município de Machadinho d’Oeste, Estado de Rondônia”; 30 – **RIC Nº 3.346/13** – do Sr. Fábio Souto – que “solicita ao Ministério da Fazenda informações sobre o programa Minha Casa Melhor”; 31 – **RIC Nº 3.347/13** – do Sr. Davi Alcolumbre – que “Solicita informações à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, através da Secretaria de Aviação Civil”; 32 – **RIC Nº 3.348/13** – do Sr. Eliene Lima – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Educação a respeito da exclusão da opção de Portugal como país parceiro no Programa Ciência sem Fronteiras”; 33 – **RIC Nº 3.349/13** – do Sr. Amauri Teixeira – que “solicita a informação ao Exmo. Senhor. Ministro da Fazenda Guido Mantega sobre a nomeação dos demais 736 (setecentos e trinta e seis) aprovados e ainda não convocados no concurso público para provimento de cargos vagos de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil”; 34 – **RIC Nº 3.350/13** – do Sr. Arnaldo Jardim – que “solicita ao Senhor Ministro de Minas e Energia informações acerca da produção no Campo de Tubarão Azul, sem aprovação do Plano de Desenvolvimento, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da responsabilidade da ANP na aprovação da Declaração de Comercialidade”; 35 – **RIC Nº 3.351/13** – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “solicita Excelentíssima Senhora Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, MIRIAM BELCHIOR, informações a respeito da criação de Agência Nuclear”; 36 – **RIC Nº 3.352/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro de Estado do Desen-

volvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) ao grupo EBX, do empresário Eike Batista”; 37 – **RIC Nº 3.353/13** – do Sr. Glauber Braga – que “solicita informação ao Sr. Ministro de Estado da Defesa referente a supostas atividades de espionagem empreendidas por agências do governo dos EUA em território brasileiro”; 38 – **RIC Nº 3.355/13** – do Sr. Marco Tebaldi – que “solicita à Ministra-Chefe da Casa Civil, da Presidência da República, Gleisi Helena Hoffmann, informações sobre o veto à investigação de uma missão da ONU que avaliaria a situação do acesso à água e saneamento no País”; 39 – **RIC Nº 3.356/13** – do Sr. Marco Tebaldi – que “solicita ao Ministro das Cidades, Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, informações sobre o veto à investigação de uma missão da ONU que avaliaria a situação do acesso à água e saneamento no País”; 40 – **RIC Nº 3.357/13** – do Sr. Marco Tebaldi – que “solicita ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Luiz Nunes Amorim, informações sobre o veto à investigação de uma missão da ONU que avaliaria a situação do acesso à água e saneamento no País”; 41 – **RIC Nº 3.358/13** – do Sr. Marco Tebaldi – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Educação, sobre a implantação do IFC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, Campus de São Bento do Sul/SC”; 42 – **RIC Nº 3.359/13** – do Sr. Otavio Leite – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça informações sobre a execução orçamentária das ações voltadas à Segurança Pública dos Grandes Eventos”; 43 – **RIC Nº 3.360/13** – do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações à Excelentíssima Senhora Ministra da Secretaria de Comunicação Social Helena Chagas sobre a distribuição de verbas publicitárias do governo na rede mundial de computadores”; 44 – **RIC Nº 3.361/13** – do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega acerca do perdão e renegociação das dívidas dos países africanos”; 45 – **RIC Nº 3.362/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Antônio de Aguiar Patriota, as providências sobre as denúncias de acesso não autorizado a dados em todo o Brasil”; 46 – **RIC Nº 3.363/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro das Comunicações, Sr. Paulo Bernardo sobre as providências que estão sendo tomadas quanto a segurança dos dados, informações e comunicações no Brasil”; 47 – **RIC Nº 3.364/13** – do Sr. Romário – que “solicita informações relativas às reuniões de balanço sobre a Copa das Confederações ao Ministro do Esporte, Senhor Aldo Rebelo, ao Ministro da Defesa, Senhor Celso Amorim,

ao Ministro da Justiça, Senhor José Eduardo Cardozo, e ao Ministro das Comunicações, Senhor Paulo Bernardo Silva”; 48 – **RIC Nº 3.365/13** – do Sr. Hugo Leal – que “solicita à Advocacia Geral da União informações sobre direitos dos empregados, regidos pela CLT, de empresas públicas e sociedades de economia mista federais extintas, que foram anistiados com fundamento no disposto na Lei nº 8.878, de 11/05/1994”; 49 -**RIC Nº 3.366/13** – do Sr. Hugo Leal – que “solicita ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da Secretaria do Patrimônio da União, informações sobre imóveis sob a sua gestão, bem como sobre providências que está adotando para a identificação e demarcação do patrimônio público imobiliário da União e para o fortalecimento do Órgão objetivando a melhoria da gestão e o cumprimento das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor”; 50 -**RIC Nº 3.367/13** – do Sr. Marco Tebaldi – que “solicita ao Ministro do Esporte, informações sobre os recursos garantidos pelo Governo Federal para a Arena Joinville, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina”; 51 -**RIC Nº 3.368/13** – do Sr. Flaviano Melo – que “solicita informações ao Ministro dos Transportes, César Borges, acerca das ações deste ministério diante da suspensão da licitação da ponte do Rio Madeira (trecho Jacira – Abunã) por ordem judicial e a expectativa de retomada do andamento do projeto, licitação e obras de construção da ponte na BR-364, divisa dos estados de Rondônia e Acre”; 52 -**RIC Nº 3.369/13** – do Sr. Dr. Paulo César – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Saúde acerca da produção de antibióticos no Brasil”; 53 -**RIC Nº 3.370/13** – do Sr. Giovanni Queiroz – que “solicita ao Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Sr. Antônio Andrade, informações referente ao mapeamento de terras indígenas no Estado do Pará”; 54 -**RIC Nº 3.371/13** – do Sr. Augusto Carvalho – que “solicita informações à Exma. Sra. Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão relativamente à assistência pré-escolar devida aos servidores públicos federais”; 55 -**RIC Nº 3.372/13** – do Sr. Otavio Leite – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça informações sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI”; 56 – **RIC Nº 3.374/13** – do Sr. Giovanni Queiroz – que “solicita a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, Sra. Miriam Belchior, informações referente à distribuição da população indígena no Estado do Pará”; 57 – **RIC Nº 3.375/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Alvarães no Estado do Amazonas”; 58 – **RIC Nº 3.376/13** – do Sr.

Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Amaturá no Estado do Amazonas”; 59 – **RIC Nº 3.377/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Anamá no Estado do Amazonas”; 60 – **RIC Nº 3.378/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Anori no Estado do Amazonas”; 61 – **RIC Nº 3.379/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Apuí no Estado do Amazonas”; 62 – **RIC Nº 3.380/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Atalaia do Norte no Estado do Amazonas”; 63 – **RIC Nº 3.381/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Autazes no Estado do Amazonas”; 64 – **RIC Nº 3.382/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Barcelos no Estado do Amazonas”; 65 – **RIC Nº 3.383/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Barreirinha no Estado do Amazonas”; 66 – **RIC Nº 3.384/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Benjamin Constant no Estado do Amazonas”; 67 – **RIC Nº 3.385/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Beruri no Estado do Amazonas”; 68 – **RIC Nº 3.386/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Boa Vista do Ramos no Estado do Amazonas”; 69 – **RIC Nº 3.387/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de

Boca do Acre no Estado do Amazonas”; 70 – **RIC Nº 3.388/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Borba no Estado do Amazonas”; 71 – **RIC Nº 3.389/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Caapiranga no Estado do Amazonas”; 72 – **RIC Nº 3.390/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Canutama no Estado do Amazonas”; 73 – **RIC Nº 3.391/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Carauari no Estado do Amazonas”; 74 – **RIC Nº 3.392/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Careiro no Estado do Amazonas”; 75 – **RIC Nº 3.393/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Careiro da Várzea no Estado do Amazonas”; 76 – **RIC Nº 3.394/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Coari no Estado do Amazonas”; 77 – **RIC Nº 3.395/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Codajás no Estado do Amazonas”; 78 – **RIC Nº 3.396/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Eirunepé no Estado do Amazonas”; 79 – **RIC Nº 3.397/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Envira no Estado do Amazonas”; 80 – **RIC Nº 3.398/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Fonte Boa no Estado do Amazonas”; 81 – **RIC Nº 3.399/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados

e recursos aplicados na educação básica no município de Guajará no Estado do Amazonas”; 82 – **RIC Nº 3.400/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Humaitá no Estado do Amazonas”; 83 – **RIC Nº 3.401/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Ipixuna no Estado do Amazonas”; 84 – **RIC Nº 3.402/13** – da Comissão de Finanças e Tributação – que “solicita informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre o montante dos gastos tributários destinados ao fomento regional e de determinados setores”; 85 – **RIC Nº 3.403/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Iranduba no Estado do Amazonas”; 86 – **RIC Nº 3.404/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Itacoatiara no Estado do Amazonas”; 87 – **RIC Nº 3.405/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Itamarati no Estado do Amazonas”; 88 – **RIC Nº 3.406/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Itapiranga no Estado do Amazonas”; 89 – **RIC Nº 3.407/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Japurá no Estado do Amazonas”; 90 – **RIC Nº 3.408/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Juruá no Estado do Amazonas”; 91 – **RIC Nº 3.409/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Jutai no Estado do Amazonas”; 92 – **RIC Nº 3.410/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Lábrea no Estado do Amazonas”; 93 – **RIC Nº 3.411/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da

Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Manacapuru no Estado do Amazonas”; 94 – **RIC Nº 3.412/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Manaquiri no Estado do Amazonas”; 95 – **RIC Nº 3.413/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Manaus no Estado do Amazonas”; 96 – **RIC Nº 3.414/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Manicoré no Estado do Amazonas”; 97 – **RIC Nº 3.415/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Marã no Estado do Amazonas”; 98 – **RIC Nº 3.416/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Maués no Estado do Amazonas”; 99 – **RIC Nº 3.417/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Nhamundá no Estado do Amazonas”; 100 – **RIC Nº 3.418/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Nova Olinda do Norte no Estado do Amazonas”; 101 – **RIC Nº 3.419/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Novo Airão no Estado do Amazonas”; 102 – **RIC Nº 3.420/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Novo Aripuanã no Estado do Amazonas”; 103 – **RIC Nº 3.421/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Parintins no Estado do Amazonas”; 104 – **RIC Nº 3.422/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Pauini no Estado do Amazonas”; 105 – **RIC Nº**

3.423/13 – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Presidente Figueiredo no Estado do Amazonas”; 106 – **RIC Nº 3.424/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Rio Preto da Eva no Estado do Amazonas”; 107 – **RIC Nº 3.425/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Santa Izabel do Rio Negro no Estado do Amazonas”; 108 – **RIC Nº 3.426/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Santo Antônio do Içá no Estado do Amazonas”; 109 – **RIC Nº 3.427/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de São Paulo de Olivença no Estado do Amazonas”; 110 – **RIC Nº 3.428/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de São Sebastião do Uatumã no Estado do Amazonas”; 111 – **RIC Nº 3.429/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Silves no Estado do Amazonas”; 112 – **RIC Nº 3.430/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Tabatinga no Estado do Amazonas”; 113 – **RIC Nº 3.431/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Tapauá no Estado do Amazonas”; 114 – **RIC Nº 3.432/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de São Gabriel da Cachoeira no Estado do Amazonas”; 115 – **RIC Nº 3.433/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Tefé no Estado do Amazonas”; 116 – **RIC Nº 3.434/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação,

informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Tonantins no Estado do Amazonas”; 117 – **RIC Nº 3.435/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Uarini no Estado do Amazonas”; 118 – **RIC Nº 3.436/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Urucará no Estado do Amazonas”; 119 – **RIC Nº 3.437/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro de Estado da Educação, informações acerca dos programas implantados e recursos aplicados na educação básica no município de Urucurituba no Estado do Amazonas”; 120 – **RIC Nº 3.438/13** – do Sr. Marco Tebaldi – que “sugere ao Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, informações sobre a política de patrocínios da Caixa Econômica Federal CEF, a clubes de futebol profissional”; 121 – **RIC Nº 3.439/13** – do Sr. Alfredo Kaefer – que “solicita ao Senhor Ministro Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que sejam remetido o seguinte pedido de informações: A cópia integral do Processo MDIC/SECEX 52272.001463/2012-34 e do Parecer 09 de 4 de junho de 2013, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial do próprio MDIC”; 122 – **RIC Nº 3.440/13** – do Sr. Penna – que “solicita à Senhora Ministra do Planejamento Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, informações sobre a criação de Agência Nuclear”; 123 – **RIC Nº 3.441/13** – do Sr. Eleuses Paiva – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Defesa sobre as viagens do Senhor Ministro de Estado da Saúde, realizadas através de aviões da FAB”; 124 – **RIC Nº 3.442/13** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Sr. Wellington Moreira Franco, informações sobre a minuta de edital de concessão dos leilões dos aeroportos do Galeão, no Rio de Janeiro, e de Confins, em Minas Gerais”; 125 – **RIC Nº 3.443/13** – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Educação, Sr. Aloizio Mercadante, sobre as regras de regência do Pré-teste para Estudo de Instrumento de Avaliação do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeira (Revalida), firmadas pelo Edital nº 2/2013, publicado no Diário Oficial da União nº 134, de 15 de julho de 2013”; 126 – **RIC Nº 3.444/13** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita a Sra. Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, informações sobre ações que

estão sendo tomadas por esta secretaria para proteção de mulheres ameaçadas de morte no Pará”; 127 – **RIC Nº 3.445/13** – da Sra. Sandra Rosado – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação acerca das ações do Ministério para estimular a aplicação da Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985”; 128 – **RIC Nº 3.446/13** – do Sr. Arolde de Oliveira – que “solicita informações do Ministro das Relações Exteriores sobre episódios ocorridos na Bolívia quando aviões da FAB que transportavam o Ministro da Defesa, Celso Amorim, foram revistados pelo governo boliviano”; 129 – **RIC Nº 3.447/13** – do Sr. Arolde de Oliveira – que “solicita informações ao Ministério da Defesa para que o Comandante da Aeronáutica esclareça sobre os episódios ocorridos na Bolívia quando aviões da Força Aérea Brasileira que transportavam o Ministro da Defesa, Celso Amorim, foram revistados pelo governo boliviano”; 130 – **RIC Nº 3.448/13** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério da Defesa informações acerca do monitoramento de redes sociais pelo Centro de Defesa Cibernética do Exército”; 131 – **RIC Nº 3.449/13** – do Sr. Mandetta – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, acerca do trabalho da Comissão Permanente de Acompanhamento da Universidade Gama Filho e do Centro Universitário da Cidade no Rio de Janeiro”; 132 – **RIC Nº 3.450/13** – do Sr. Mandetta – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Wellington Moreira Franco, acerca dos critérios adotados para seleção de municípios que receberam e receberão investimentos em infraestrutura aeroportuária, no âmbito do Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos”; 133 – **RIC Nº 3.451/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Defesa, sobre os voos realizados pelo Grupo de Transporte Especial da FAB no período de 2011 até a presente data”; 134 – **RIC Nº 3.452/13** – do Sr. Izalci – que “solicita ao Ministro da Defesa, Celso Amorim, informações sobre notícias jornalísticas que narram que o governo da Bolívia reteve e revistou a aeronave da Força Aérea Brasileira que o traria de volta ao Brasil, após visita à cidade de Santa Cruz de la Sierra”; 135 – **RIC Nº 3.453/13** – do Sr. Izalci – que “requer ao Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, informações sobre notícias jornalísticas que narram que o governo da Bolívia reteve e revistou a aeronave da Força Aérea Brasileira que o traria de volta ao Brasil, após visita à cidade de Santa Cruz de la Sierra”; 136 – **RIC Nº 3.454/13** – do Sr. Marco Tebaldi – que “solicita ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, An-

tônio Eustáquio Andrade Ferreira, informações sobre o acordo de importação de bananas da República do Equador”; 137 – **RIC Nº 3.456/13** – do Sr. Osmar Terra – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Justiça sobre os resultados do estudo nacional sobre o consumo de crack e outras drogas no Brasil, encomendado à Fundação Osvaldo Cruz pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, cuja divulgação estava prevista para abril de 2011”; 138 – **RIC Nº 3.457/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro dos Transportes, maiores informações a respeito da BR 230 no Estado do Amazonas”; 139 – **RIC Nº 3.458/13** – do Sr. Stepan Nercessian – que “solicita informações ao Ministro da Educação sobre o resultado da pesquisa sobre a infraestrutura escolar brasileira”; 140 – **RIC Nº 3.460/13** – do Sr. João Ananias – que “requer esclarecimentos junto ao Sr. Ministro Moreira Franco solicitando informações e quais medidas foram ou serão tomadas sobre a demissão de funcionários da TAM”; 141 – **RIC Nº 3.461/13** – do Sr. Roberto Santiago – que “solicita informações do Senhor Ministro das Comunicações a respeito do Programa do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)”; 142 – **RIC Nº 3.462/13** – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa a respeito dos cortes das dotações orçamentárias, em face do Decreto nº 8.062, de 29 de julho 2013”; 143 – **RIC Nº 3.463/13** – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações à Excelentíssima Senhora Ministra do Meio Ambiente a respeito da Gestão de Criadores de Passeriformes Silvestres – SISPASS, do Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente – IBAMA”; 144 – **RIC Nº 3.464/13** – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – que “requer, nos termos constitucionais e regimentais, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa, sobre a adesão do Brasil à Convenção Internacional sobre o Cibercrime (Convenção de Budapeste) e sobre eventuais providências na área da segurança digital”; 145 – **RIC Nº 3.465/13** – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – que “requer, nos termos constitucionais e regimentais, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Antonio de Aguiar Patriota, Ministro de Estado das Relações Exteriores, sobre a adesão do Brasil à Convenção Internacional sobre o Cibercrime (Convenção de Budapeste) e sobre eventuais providências na área da segurança digital”; 146 – **RIC Nº 3.468/13** – do Sr. Simplício Araújo – que “requer informações ao Sr. Ministro da Saúde sobre os procedimentos ambulatoriais e internações hospitalares nos

Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, referente ao tratamento de câncer e listagem das cirurgias realizadas, no ano de 2012”; 147 – **RIC Nº 3.469/13** – do Sr. Simplício Araújo – que “requer informações ao Sr. Ministro da Saúde sobre os critérios para o aumento do teto financeiro para atender o Estado do Maranhão”; 148 – **RIC Nº 3.470/13** – do Sr. Simplício Araújo – que “requer que sejam prestadas informações por parte do Ministério da Educação sobre construção de escolas e outros programas que beneficiem os municípios do Estado do Maranhão, através do PNE (Plano Nacional de Educação), nos últimos 4 anos”; 149 – **RIC Nº 3.471/13** – do Sr. Simplício Araújo – que “requer informações a Excelentíssima Sra. Ministra do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão referente a esclarecimentos dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nos municípios de Timon, Bacabal, Pedreiras, Brejo, São Bernardo e Açailândia, no Estado do Maranhão”; 150 – **RIC Nº 3.472/13** – do Sr. Simplício Araújo – que “requer informações por parte do Ministério da Integração Nacional, da relação de municípios e povoados maranhenses beneficiados com poços artesianos, assim como, os critérios utilizados para distribuição dos recursos desde o ano de 2010 até a presente data”; 151 – **RIC Nº 3.473/13** – do Sr. Simplício Araújo – que “requer seja encaminhado ao Excelentíssima Sra. Ministra do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão acerca dos recursos financeiros federal e estadual, assim como, arrecadação estadual incluindo convênios e transferências voluntárias e constitucionais, nos últimos 4 anos direcionados ao Maranhão”. 4 – **Ressarcimento de despesa: 4.1 – Processo nº 115.621/2013**, de interesse do Deputado Mendonça Filho. Ratificação dos despachos do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, exarados às fls. 1 e 37, a seguir: Fl. 1: “Mem. Nº 258/13/GP/MA. Em 17 de maio de 2013. Ao Senhor Diretor-Geral. Assunto: Missão oficial com ônus de diárias e passagens. Comunico a Vossa Senhoria que os Deputados **Mendonça Filho** e **Rodrigo Maia** participarão da **10th Annual Conference of the Parliamentary Network on the World Bank & International Monetary Fund (IMF)**, na cidade de Baku, Azerbaijão, nos dias 23 e 24 de maio de 2013, considerando-se o afastamento missão oficial para esta Casa, nos termos do Ato da Mesa nº 66/2010. 2. Para tanto autorizo, **ad referendum** da Mesa, a concessão das diárias correspondentes, **limitadas ao estritamente necessário para a participação dos parlamentares no evento, incluído o traslado e observado o máximo de 5 (cinco)**, esclarecendo que os deputados poderão adquirir, com recursos próprios, as passagens aéreas que viabilizarão esta viagem, com possibilidade de

reembolso do respectivo valor, após a devida prestação de contas, limitado à menor cotação, em **classe executiva**, realizada por esta Casa.”; Ratificação do despacho à fl. 37: “Em 14/6/2013. “Trata-se de solicitação de reembolso apresentada pelo Deputado **Mendonça Filho**, referente à aquisição de bilhete aéreo utilizado em viagem à cidade de Baku, Azerbaijão, no período de 20 a 25 de maio de 2013. A missão oficial foi autorizada (fl. 1). Entretanto, o parlamentar adquiriu com recursos próprios a passagem aérea, em classe executiva, no trecho Recife / Baku / Recife (fls. 15 a 22). Diante da instrução processual, autorizo **ad referendum** da Mesa, o reembolso do valor de **R\$ 18.804,34** (dezoito mil oitocentos e quatro reais e trinta e quatro centavos), referente àquele gasto, excepcionalmente, mediante crédito em sua conta bancária. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. 4.2 – **Processo nº 111.258/2013**. Ratificação do despacho favorável do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, exarado à fl. 18: “Em 17/7/13. Trata-se de solicitação de reembolso, mediante uso da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar, apresentada pela Deputada **Liliam Sá**, referente a despesas com o pagamento da primeira parcela da taxa de inscrição no **Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância**, e com a aquisição de bilhete aéreo utilizado em viagem à cidade de Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos, no período de 15 a 26 de março de 2013. A parlamentar, apesar de não ter sido autorizada previamente por este Presidente a participar do Módulo 1 daquele programa, em caráter de missão oficial, pagou R\$ 4.688,70 (quatro mil seiscentos e oitenta e oito reais e setenta centavos), via transferência bancária, equivalentes a US\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos dólares) acrescidos de taxas bancárias, referentes à primeira parcela da taxa de inscrição naquele programa (fls. 4 a 7), e R\$ 2.551,63 (dois mil quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos), com recursos próprios, referentes ao bilhete aéreo no trecho Rio de Janeiro / Boston / Rio de Janeiro (fls. 3 e 15). Diante da instrução processual, em caráter excepcional, autorizo, **ad referendum** da Mesa, o reembolso do valor de **R\$ 7.240,33** (sete mil duzentos e quarenta reais e trinta e três centavos) referente ao bilhete aéreo adquirido e à primeira parcela da taxa de inscrição, sob o entendimento de que essa despesa, embora não expressamente elencada no art.2º do Ato da Mesa nº 43/2009, amolda-se à finalidade desse dispositivo, que é permitir o custeio de gastos exclusivamente vinculados ao exercício da atividade parlamentar, já que contribui diretamente para o seu aperfeiçoamento, a ser processado de maneira usual, por meio de sua cota parlamentar. Encaminhe-

-se à Coordenação de Gestão da Cota Parlamentar para providências. Posteriormente, encaminhe-se à Secretaria-Geral da Mesa para inclusão do assunto na pauta da próxima reunião da Mesa.”. 5 – **Reembolso de despesas médico-hospitalares**: 5.1 – **Processo nº 120.112/2013**, de interesse do Deputado Dr. Luiz Fernando (despacho favorável à fl. 24); 5.2 – **Processo nº 120.249/2013**, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro (despacho favorável à fl. 14); 5.3 – **Processo nº 120.250/2013**, de interesse da Deputada Elcione Barbalho (despacho favorável à fl. 30); 5.4 – **Processo nº 120.279/2013**, de interesse do Deputado Waldir Maranhão (despacho favorável à fl. 9); 5.5 – **Processo nº 120.281/2013**, de interesse do Deputado Waldir Maranhão (despacho favorável à fl. 10); 5.6 – **Processo nº 120.287/2013**, de interesse do Deputado Waldir Maranhão (despacho favorável à fl. 9); 5.7 – **Processo nº 121.070/2013**, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro (despacho favorável à fl. 10); 5.8 – **Processo nº 121.509/2013**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira (despacho favorável à fl. 9); 5.9 – **Processo nº 122.492/2013**, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro (despacho favorável à fl. 10); 5.10 – **Processo nº 123.419/2013**, de interesse do Deputado Luis Carlos Heinze (despacho favorável à fl. 12); 5.11 – **Processo nº 123.596/2013**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira (despacho favorável à fl. 13); 5.12 – **Processo nº 124.393/2013**, de interesse do Deputado Carlos Magno (despacho favorável à fl. 27). A Mesa Diretora acordou o pré-agendamento das reuniões do colegiado para a segunda semana de cada mês, terça-feira, às 10 horas, assim como, o envio das pautas ou resumo com antecedência de 48 horas, para conhecimento prévio. **III – PAUTA DO SENHOR SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE**. A Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres favoráveis exarados pelo Relator, Deputado Fábio Faria, nos processos referentes a reembolso de despesas médico-hospitalares, conforme a seguir: 1 – **Processo nº 005.801/2013**, de interesse da Deputada Sandra Rosado; 2 – **Processo nº 103.675/2013**, de interesse do Deputado Chico Alencar; 3 – **Processo nº 108.874/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 4 – **Processo nº 118.713/2013**, de interesse do Deputado Edson Ezequiel; 5 – **Processo nº 119.197/2013**, de interesse do Deputado Carlos Eduardo Cadoca; 6 – **Processo nº 120.125/2013**, de interesse do Deputado Jorge Bitar; 7 – **Processo nº 120.127/2013**, de interesse do Deputado Pedro Uczai; 8 – **Processo nº 120.205/2013**, de interesse do Deputado Homero Pereira; 9 – **Processo nº 120.237/2013**, de interesse do Deputado Weliton Prado; 10 – **Processo nº 120.400/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 11 – **Processo**

nº 120.740/2013, de interesse da Deputada Íris de Araújo; 12 – **Processo nº 120.824/2013**, de interesse do Deputado Urzeni Rocha; 13 – **Processo nº 120.865/2013**, de interesse do Deputado Dr. Luiz Fernando; 14 – **Processo nº 120.873/2013**, de interesse do Deputado Wandenkolk Gonçalves; 15 – **Processo nº 120.986/2013**, de interesse da Deputada Rose de Freitas; 16 – **Processo nº 120.988/2013**, de interesse do Deputado Josué Bengtson; 17 – **Processo nº 121.158/2013**, de interesse do Deputado Vieira da Cunha; 18 – **Processo nº 121.289/2013**, de interesse do Deputado Vitor Penido; 19 – **Processo nº 121.378/2013**, de interesse do Deputado Décio Lima; 20 – **Processo nº 121.467/2013**, de interesse do Deputado Marcelo Aguiar; 21 – **Processo nº 121.506/2013**, de interesse do Deputado João Paulo Cunha; 22 – **Processo nº 121.631/2013**, de interesse do Deputado Carlos Eduardo Cadoca; 23 – **Processo nº 121.633/2013**, de interesse do Deputado Edson Ezequiel; 24 – **Processo nº 121.634/2013**, de interesse do Deputado Eduardo Azeredo; 25 – **Processo nº 121.635/2013**, de interesse do Deputado Edson Ezequiel; 26 – **Processo nº 121.636/2013**, de interesse do Deputado Edson Ezequiel; 27 – **Processo nº 121.639/2013**, de interesse do Deputado Arlindo Chinaglia; 28 – **Processo nº 121.640/2013**, de interesse do Deputado Edson Ezequiel; 29 – **Processo nº 121.641/2013**, de interesse do Deputado Edson Ezequiel; 30 – **Processo nº 121.684/2013**, de interesse da Deputada Íris de Araújo; 31 – **Processo nº 121.768/2013**, de interesse do Deputado Luis Carlos Heinze; 32 – **Processo nº 121.840/2013**, de interesse do Deputado Márcio Bittar; 33 – **Processo nº 121.885/2013**, de interesse do Deputado Alex Canziani; 34 – **Processo nº 121.892/2013**, de interesse do Deputado Jânio Natal; 35 – **Processo nº 121.923/2013**, de interesse do Deputado Waldir Maranhão; 36 – **Processo nº 121.946/2013**, de interesse do Deputado Acelino Popó; 37 – **Processo nº 122.197/2013**, de interesse do Deputado Valdemar Costa Neto; 38 – **Processo nº 122.271/2013**, de interesse do Deputado Lael Varella; 39 – **Processo nº 122.302/2013**, de interesse do Deputado Edson Ezequiel; 40 – **Processo nº 122.303/2013**, de interesse do Deputado Edson Ezequiel; 41 – **Processo nº 122.566/2013**, de interesse do Deputado Professor Sérgio de Oliveira; 42 – **Processo nº 122.590/2013**, de interesse do Deputado Ronaldo Caiado; 43 – **Processo nº 122.853/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 44 – **Processo nº 122.857/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 45 – **Processo nº 122.858/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 46 – **Processo nº 122.883/2013**, de interesse do Deputado Roberto Ba-

lestra; 47 – **Processo nº 122.896/2013**, de interesse do Deputado Pedro Henry; 48 – **Processo nº 122.903/2013**, de interesse da Deputada Mara Gabrilli; 49 – **Processo nº 122.964/2013**, de interesse do Deputado Jânio Natal; 50 – **Processo nº 122.976/2013**, de interesse do Deputado Stefano Aguiar; 51 – **Processo nº 122.987/2013**, de interesse do Deputado Cláudio Cajado; 52 – **Processo nº 122.991/2013**, de interesse do Deputado José Mentor; 53 – **Processo nº 122.997/2013**, de interesse da Deputada Carmen Zanotto; 54 – **Processo nº 123.011/2013**, de interesse do Deputado Zé Vieira; 55 – **Processo nº 123.013/2013**, de interesse do Deputado Alessandro Molon; 56 – **Processo nº 123.403/2013**, de interesse do Deputado Waldir Maranhão; 57 – **Processo nº 123.538/2013**, de interesse do Deputado Cláudio Cajado; 58 – **Processo nº 123.581/2013**, de interesse do Deputado José Aníbal; 59 – **Processo nº 123.587/2013**, de interesse do Deputado Jorge Tadeu Mudalen; 60 – **Processo nº 123.637/2013**, de interesse da Deputada Iracema Portella; 61 – **Processo nº 123.649/2013**, de interesse do Deputado Lázaro Botelho; 62 – **Processo nº 123.776/2013**, de interesse do Deputado Sandes Júnior; 63 – **Processo nº 123.847/2013**, de interesse do Deputado Roberto Balestra; 64 – **Processo nº 124.056/2013**, de interesse do Deputado Paulão; 65 – **Processo nº 124.097/2013**, de interesse do Deputado Domingos Dutra; 66 – **Processo nº 124.185/2013**, de interesse do Deputado Luis Carlos Heinze; 67 – **Processo nº 124.203/2013**, de interesse do Deputado Giovanni Cherini; 68 – **Processo nº 124.402/2013**, de interesse do Deputado Lael Varella; 69 – **Processo nº 124.536/2013**, de interesse do Deputado Domingos Dutra; 70 – **Processo nº 124.740/2013**, de interesse do Deputado Edson Ezequiel; 71 – **Processo nº 124.753/2013**, de interesse do Deputado Lázaro Botelho; 72 – **Processo nº 124.762/2013**, de interesse da Deputada Íris de Araújo; 73 – **Processo nº 124.763/2013**, de interesse da Deputada Íris de Araújo; 74 – **Processo nº 124.766/2013**, de interesse da Deputada Íris de Araújo; 75 – **Processo nº 124.768/2013**, de interesse da Deputada Íris de Araújo; 76 – **Processo nº 116.859/2013** (com glosa), de interesse do Deputado Giovanni Cherini; 77 – **Processo nº 119.118/2013** (com glosa), de interesse da Deputada Sandra Rosado; 78 – **Processo nº 119.913/2013** (com glosa), de interesse do Deputado Vinicius Gurgel; 79 – **Processo nº 006.783/2013** (tratamento odontológico), de interesse do Deputado Valdir Colatto; 80 – **Processo nº 006.790/2013** (tratamento odontológico), de interesse do Deputado Sérgio Moraes; 81 – **Processo nº 121.037/2013** (tratamento odontológico), de interesse do Deputado Otávio Leite; 82 – **Processo nº**

121.668/2013 (tratamento odontológico), de interesse do Deputado Padre Ton; 83 – **Processo nº 122.097/2013** (tratamento odontológico), de interesse da Deputada Nilmar Ruiz; 84 – **Processo nº 122.576/2013** (tratamento odontológico), de interesse do Deputado Plínio Valério; 85 – **Processo nº 123.386/2013** (tratamento odontológico), de interesse do Deputado Alceu Moreira; 86 – **Processo nº 113.273/2013**, de interesse do Deputado Marco Tebaldi; 87 – **Processo nº 124.739/2013**, de interesse do Deputado Edson Ezequiel; 88 – **Processo nº 124.903/2013**, de interesse do Deputado Arnaldo Jordy; 89 – **Processo nº 124.905/2013**, de interesse do Deputado Arnaldo Jordy; 90 – **Processo nº 124.970/2013**, de interesse do Deputado Celso Maldaner; 91 – **Processo nº 124.975/2013**, de interesse do Deputado Abelardo Camarinha; 92 – **Processo nº 124.981/2013**, de interesse do Deputado Cláudio Cajado; 93 – **Processo nº 125.121/2013**, de interesse do Deputado Alessandro Molon; 94 – **Processo nº 125.161/2013**, de interesse do Deputado Jorge Tadeu Mudalen; 95 – **Processo nº 125.220/2013**, de interesse do Deputado Antônio Roberto; 96 – **Processo nº 125.251/2013**, de interesse do Deputado Ângelo Agnolin; 97 – **Processo nº 121.007/2013** (tratamento odontológico), de interesse do Deputado Lira Maia; 98 – **Processo nº 124.214/2013** (tratamento odontológico), de interesse do Deputado Maurício Quintella Lessa; 99 – **Processo nº 8.562/2013**, de interesse do Deputado Wellington Fagundes; 100 – **Processo nº 124.569/2013**, de interesse do Deputado Fábio Souto; 101 – **Processo nº 125.291/2013**, de interesse do Deputado Luis Carlos Heinze; 102 – **Processo nº 125.293/2013**, de interesse do Deputado Roberto Balestra; 103 – **Processo nº 125.321/2013**, de interesse do Deputado Stepan Nercessian; 104 – **Processo nº 125.463/2013**, de interesse do Deputado Sandes Junior; 105 – **Processo nº 125.549/2013**, de interesse do Deputado Jhonatan de Jesus; 106 – **Processo nº 125.603/2013**, de interesse do Deputado Cândido Vaccarezza; 107 – **Processo nº 116.862/2013** (tratamento odontológico), de interesse do Deputado Paulo Roberto Foletto. O Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves comentou que o Deputado Chico Alencar fez uma proposta com relação à denúncia de locação de automóveis para examinarmos. Discutida a questão preliminarmente, solicitou que a administração apresente proposta e que cada um estude o assunto para posterior deliberação. Nesse momento, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves solicitou que o Senhor Deputado André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente, assumisse a condução dos trabalhos, porque teria que retirar-se para a reunião de Líderes. Em seguida, retirou-se da reunião o Senhor Deputado Gon-

zaga Patriota, Primeiro-Suplente de Secretário. **IV – PAUTA DO SENHOR CORREGEDOR PARLAMENTAR.** O Senhor Deputado Átila Lins relatou o **Processo nº 108.110/2013**, nos termos de seu Parecer nº 01/2013, às fls. 33/36, referente à representação subscrita pelo Senhor Humberto Cota Verona, Conselheiro-Presidente do Conselho Federal de Psicologia, com relação ao Senhor Deputado Givaldo Carimbão, por declarações supostamente ofensivas proferidas pelo parlamentar nas depedências desta Casa. Debatido o processo, a Mesa Diretora acolheu, por unanimidade, o parecer supracitado, pelo arquivamento do mencionado processo, assim concluso: “...A par dessas premissas, advirto que, a despeito do recente costume **contra legem** constituído em desfavor das garantias parlamentares, a interpretação adequada das manifestações dos deputados deve ser, de regra, pela imunidade e, de exceção, pela quebra de decoro, causa pela qual opino pelo **ARQUIVAMENTO** do feito, consoante o disposto no artigo 1º, § 1º, I, do Ato da Mesa nº 37/2009”. Extrapauta, o Senhor Deputado André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente, na condução dos trabalhos, submeteu ao Colegiado minuta de Ato da Mesa para incluir a Corregedoria Parlamentar e a Secretaria da Mulher na concessão de diárias, de adicional de embarque e desembarque e de passagens aéreas, tendo em vista as Resoluções da Câmara dos Deputados nºs 25 e 31, de 2013, que instituíram esses órgãos. Posta em votação, a Mesa Diretora decidiu, por unanimidade, baixar **Ato da Mesa** que “Altera o inciso I do art. 14 do Ato da Mesa nº 31, de 2012”, cujo teor segue publicado ao final da ata. **V – PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE.** Inicialmente, o Senhor Deputado André Vargas expôs o **anteprojeto de resolução do Congresso Nacional que “dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher”**, resultado da iniciativa do grupo de trabalho constituído no âmbito da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “Violência Contra a Mulher”, encaminhado, com fundamento na alínea “a” do art. 128 do Regimento Comum, pelo Congresso Nacional, através do Of. SF/1631/2013, já aprovado pela Mesa do Senado Federal em 11 de julho de 2013, nos termos a seguir: **“PROJETO DE RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL Nº, DE 2013.** (Da CPMI de Violência Contra a Mulher no Brasil). Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. O Congresso Nacional resolve: **CAPÍTULO I. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.** Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Art. 2º Fica criada a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência

contra a Mulher. **CAPÍTULO II. DA COMPETÊNCIA.** Art. 3º Compete à Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, entre outras atribuições: I – diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; II – apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; III – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil; IV – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão; V – promover o intercâmbio com entidades internacionais com vistas ao conhecimento de legislações, políticas e ações pertinentes ao objeto da Comissão. Art. 4º O exame das proposições emanadas da Comissão se iniciará pela Câmara dos Deputados. **CAPÍTULO III. DA COMPOSIÇÃO.** Art. 5º A comissão compõe-se de 37 (trinta e sete) membros titulares, sendo 27 (vinte e sete) Deputados Federais e 10 (dez) Senadores, com igual número de suplentes, observado, tanto quanto possível, o critério da proporcionalidade partidária, nos termos regimentais. Art. 6º Estabelecidas as representações previstas no art. 5º, os líderes indicarão aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, até o décimo dia após a publicação desta Resolução, os nomes que integrarão a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Art. 7º O mandato dos membros designados para a Comissão será de dois anos. **CAPÍTULO IV.** Art. 8º Os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal instituirão, nos moldes dos órgãos de apoio às comissões técnicas, uma única secretaria para prestar apoio à Comissão, fornecendo, para tanto, pessoal recrutado dentre os servidores das duas Casas e material necessário ao desenvolvimento de suas atividades. Art. 9º Instalada a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, seu funcionamento dar-se-á por três legislaturas completas seguidas (55ª, 56ª e 57ª legislaturas). **Parágrafo único.** Durante a 57ª Legislatura será avaliada a conveniência do prosseguimento dos trabalhos da Comissão. Art. 10. As reuniões da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher serão públicas e nos seus trabalhos aplicar-se-ão, no que couber, as disposições dos Regimentos das Casas do Congresso Nacional relativas ao funcionamento das Comissões Permanentes. **CAPÍTULO V. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.** Art. 11. A instalação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher ocorrerá até o décimo dia após a publicação desta Resolução. Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. **JUSTIFICAÇÃO.** A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para

investigar situações de violência contra a mulher no Brasil por seu Plano de Trabalho deliberou pela constituição de Grupo de Trabalho para proceder diligências e promover a coleta e análise de dados para o enfrentamento da violência contra a mulher, entre eles sobre a legislação vigente, indicando as alterações possíveis e, eventualmente, necessárias, para o aprimoramento do marco legal que permitirá ao Brasil manter-se na vanguarda do arcabouço legislativo – bem referenciado internacionalmente –, posição conquistada desde a adoção da Lei Maria da Penha, além da incessante busca pela maior efetividade social da norma. Por essa razão, o presente projeto é resultante desse trabalho, pretendendo criar uma Comissão Mista Permanente, para que o Congresso Nacional cumpra sua tarefa institucional de ser palco do debate nacional de relevantes interesses sociais, tendo em vista que foi constatado pela CPMI, a violência contra a mulher no Brasil é um problema que persiste, havendo inclusive reivindicações de acompanhamento estratégico, político, sistemático e comprometido com esta causa feminina. Reconhecendo o processo de construção da LMP, não poderia ser frustrado o conhecimento do seu impacto na dinâmica social e convém que a sociedade brasileira tenha no Congresso um **locus** legitimador de suas reivindicações, acompanhando a execução e produzindo reflexões sobre sua efetividade social. Quando a norma vem das ruas a sua incorporação social vai além da sua força impositiva, tem um processo de convicção construída coletivamente o que a torna com força social muito mais profunda. Valorizando a oitiva e o acolhimento de leituras e sugestões das possibilidades ou de alteração da Lei Maria da Penha e de como a violência doméstica e familiar cria consequências maléficas que comprometem a dimensão da liberdade e da autonomia das mulheres será fundamental a criação da Comissão Mista Permanente para legitimar os trabalhos desta CPMI e aproximar seus resultados dos anseios sociais, além do acompanhamento sistemático da implantação dos mecanismos, das garantias orçamentárias para viabilizar as políticas e a aplicação dos dispositivos da Lei, nas várias esferas, escoltando as interferências permanentes fragilizam a execução da Lei e identificando lacunas ou impropriedades dos textos legais atinentes à violência contra a mulher. Pelo exposto, solicitamos que os Ilustres Pares apoiem a presente iniciativa legislativa. Sala das Sessões”. Em seguida, o Senhor Primeiro-Vice-Presidente, Deputado André Vargas, apresentou seu parecer nos seguintes termos: “**I – RELATÓRIO.** Chega a esta Primeira-Vice-Presidência o processo nº 2013/121596, após o despacho do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados encaminhando o antepro-

jeto de Resolução do Congresso Nacional que “dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher”, para que seja apresentado parecer sobre a matéria. O anteprojeto que teve origem no Senado Federal é composto de 12 (doze) artigos que traçam as competências da Comissão a ser criada, dentre as quais se destacam: 1) o diagnóstico das lacunas existentes nas ações e serviços de Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; 2) a apresentação de propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a promoção do intercâmbio com entidades internacionais com vistas ao conhecimento de legislações; 3) políticas e ações pertinentes à proteção da mulher. Prevê que todas as proposições emanadas da Comissão tenham início pela Câmara dos Deputados. Quanto a sua composição especifica o número de membros titulares em 37, sendo 27 (vinte e sete) Deputados Federais e 10 (dez) Senadores, com igual número de suplentes, dentro do critério da proporcionalidade partidária. Embora preveja que o mandato dos membros dessa Comissão seja de 2 (dois) anos, ressalte-se que não se deve falar em mandato de dois anos para os membros de comissão permanente, mas sim na indicação dos membros, que deve seguir os moldes previstos nos Regimentos das Casas, ou seja: os membros devem ser indicados pelos líderes partidários para fazerem parte da Comissão por toda a legislatura e, entre si, elegerem o presidente da mesma, bem como os vice-presidentes, para mandatos de 1(um) ano (sem recondução), relativos a uma sessão legislativa. Esta seria a forma mais democrática para o funcionamento da Comissão. Seria saudável que houvesse uma alternância na direção do órgão, ou seja: numa primeira ronda o cargo de Presidente caberia a um deputado federal e na seguinte a um senador e assim por diante. Isto ocorreria também para os cargos de vice-presidentes da Comissão (respeitada a proporcionalidade partidária), assim como ocorre hoje com todas as comissões permanentes das duas Casas, inclusive com a Comissão Mista de Orçamento (Art. 12 da Resolução nº1, de 2006-CN). No que se refere aos trabalhos de apoio, o anteprojeto prospecta a criação de uma única secretaria com pessoal recrutado dentre os servidores das duas Casas, que deverão prover ainda, para a Comissão, o material necessário ao desenvolvimento de suas atividades, sem contanto especificar em qual das dependências das Casas deverá ela ser instalada para as suas reuniões de trabalho. Também não especifica o número

de servidores que a ela estarão vinculados, nem as funções que por eles serão exercidas dentro do quadro organizacional das duas Casas. Não define rubrica orçamentária fixando receita para fazer frente às despesas que virão com a criação da comissão. Estabelece que a Comissão criada (embora permanente) tenha, a princípio, a duração de 3 (três) legislaturas completas seguidas e especifica: a 55ª, a 56ª e 57ª legislaturas. Informa que ao final da 57ª legislatura far-se-á a avaliação da conveniência do prosseguimento dos seus trabalhos. Remete ainda aos Regimentos das duas Casas a aplicação, no que couber, das disposições relativas ao funcionamento das Comissões Permanentes. É o relatório. **II – VOTO DO RELATOR.** O anteprojeto, ora analisado, é fruto dos trabalhos da CPMI para investigar situações de violência contra a mulher no Brasil, a qual concluiu sobre a necessidade de um órgão no Congresso Nacional que cumpra a tarefa institucional de ser palco do debate nacional sobre a violência contra a mulher no Brasil, visto que esse problema persiste apesar de todos os esforços até hoje feitos no sentido de sua mitigação. Faz-se necessário, portanto, segundo as conclusões da CPMI, que se crie uma esfera de acompanhamento estratégico, político, sistemático e comprometido com a causa feminina. Até para que se faça valer a efetividade da Lei Maria da Penha. Embora necessite de aperfeiçoamentos, conforme chamamos a atenção neste parecer, nada impede que, no mérito, a matéria seja aprovada, visto o brilhante trabalho da CPMI que deu origem à sugestão, legitimando-a. A presente proposta encontra também respaldo no art. 128, alínea “a” do Regimento Comum, devendo a Comissão pretendida seguir os moldes propostos pelos art. 9º a 20, do Regimento Comum. Por todo o exposto, deixo como observação a necessidade de aperfeiçoamento do anteprojeto em exame, porém voto favoravelmente à matéria, no mérito, e rogo aos nobres pares que apoiem a presente iniciativa legislativa.”. Posto em votação, a Mesa Diretora opinou favoravelmente à apresentação do mencionado anteprojeto, nos termos do supracitado parecer, retornando a matéria ao Congresso Nacional. E, em seguida, por unanimidade, resolveu opinar pela aprovação do **Projeto de Resolução nº 203, de 2013**, de autoria do Deputado Cláudio Cajado, que “Cria o Grupo Parlamentar Brasil-Malásia”, nos termos do parecer do Relator, Deputado André Vargas. Com a palavra, o Senhor Primeiro-Vice-Presidente disse que teria alguns pareceres pela rejeição a Requerimentos de Informação (RIC), por questões regimentais, que não existia nenhuma questão política quanto da

análise. Esclareceu que, dos pedidos de informação que a Mesa avaliou no período de abril a julho de 2013, 548 foram encaminhados, num total de 97,68%, apenas 13, ou seja, 2,32% foram rejeitados. Dos partidos, o PT teve um rejeitado; o PMDB teve um rejeitado; o PSDB teve um rejeitado; PPS teve seis ou oito. Reafirmou que há alguns pedidos que são contra o Regimento Interno, como por exemplo, houve solicitação da relação do Bolsa Família com endereço. Assim, questionou se iriam avaliar os Requerimentos de Informação constantes de sua pauta ou encaminhariam segundo o entendimento dado no início dessa reunião (fl.2), a de que todos os RIC's serão encaminhados. Considerou que tem que haver um certo crivo ou, então, terão que avaliar à luz da nova resolução qual vai ser o papel da Mesa. Comentou, ainda, as reclamações do Deputado Rubens Bueno, sobre o não encaminhamento de seus RIC's. Esclareceu que, dos 29 que ele apresentou, 22 foram pela aprovação e, como ele é o Líder do PPS, os 7 desse partido que não foram aceitos, foram dele. Citou exemplos de solicitação a autoridade não prevista na Constituição Federal, como ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, que a Mesa Diretora não pode encaminhar. Questionado se não gostaria de rever o entendimento da Mesa dado no início da reunião, disse que considerava a matéria votada. Dessa forma, a Mesa Diretora resolveu encaminhar os Requerimentos de Informação nºs 2749, 2763, 2766, 2812, 2865, 2892, 2905 a 2097, 2936, 2963, 3159, 3166 e 3289, de 2013. Com a palavra o Senhor Deputado Biffi, Quarto-Secretário, fez reinvidicação no sentido de que os terceirizados também possam fazer cursos de formação do CEFOR. O Senhor Deputado André Vargas, no exercício da presidência, sugeriu análise da Diretoria-Geral no sentido dessa possibilidade. O Senhor Deputado Wolney Queiroz, Segundo-Suplente de Secretário, levantou a questão, a ser avaliada em próxima reunião, da possibilidade de a Câmara, como instituição, anunciar nos órgãos de imprensa, uma vez que o Governo, Ministérios, Tribunal de Contas, Ministério Público anunciam. Nada mais havendo a tratar, às doze horas e trinta e cinco minutos, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, , Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

SGM/Serviço de Apoio às Reuniões da Mesa

ANEXO À ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DIRETORA, DE 10/9/2013

ATO DA MESA Nº ,DE 2013

Dispõe sobre a população circulante no Complexo Arquitetônico da Câmara dos Deputados e dá outras providências

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 267 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989, resolve:

Art. 1º Será permitido a qualquer pessoa, convenientemente trajada e portando crachá de identificação visível, ingressar e circular no Complexo Arquitetônico da Câmara dos Deputados, observados os limites e as condições deste Ato.

Art. 2º A população circulante no Complexo Arquitetônico da Câmara dos Deputados não poderá ultrapassar os limites definidos no Anexo deste Ato.

§1º A população circulante não compreende congressistas, servidores, terceirizados, profissionais de veículos de imprensa, assessores de entidades e órgãos públicos, representantes de instituições de âmbito nacional, estagiários, menores aprendizes, participantes do programa Pró-Adolescente, empregados que prestam serviços no âmbito da Câmara dos Deputados, todos previamente credenciados.

§2º A capacidade máxima de visitantes definida no Anexo deste Ato, para cada espaço físico do Complexo Arquitetônico da Câmara dos Deputados, poderá ser revista mediante Portaria da Diretoria-Geral, após oitiva do Departamento Técnico e do Departamento de Polícia Legislativa, observadas as normas técnicas de segurança.

§3º Os limites estabelecidos no Anexo deste Ato poderão ser revistos, a juízo do Presidente, em situações que possam comprometer a segurança das pessoas e das edificações da Câmara dos Deputados.

Art. 3º As lideranças partidárias poderão encaminhar ao Departamento de Polícia Legislativa, preferencialmente com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data da visita ou evento, lista com até 10 (dez) convidados, mantidos os limites definidos no Anexo deste Ato.

Art. 4º Os detentores de mandato eletivo terão preferência de entrada, mantidos os limites definidos no Anexo deste Ato.

Art. 5º É vedado o ingresso de pessoas na Câmara dos Deputados portando banners, cartazes, faixas e congêneres.

Art. 6º O Departamento de Polícia Legislativa e a Secretaria de Comunicação Social, no exercício de suas competências, deverão zelar pelo estrito cumprimento deste Ato.

Art. 7º A Diretoria-Geral fica autorizada a adotar as medidas administrativas necessárias à aquisição dos recursos materiais e humanos que assegurem o cumprimento deste Ato.

Art. 8º As ações ou omissões que violem o disposto neste Ato serão registradas pelo Departamento de Polícia Legislativa, sujeitando o autor a sanções penais, civis e administrativas.

Art. 9º A Diretoria-Geral, no prazo de 90 (noventa) dias, submeterá à Mesa Diretora proposta de consolidação das normas internas de segurança da Câmara dos Deputados.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Primeiro-Secretário.

Art. 11. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

a Câmara dos Deputados – uma das instituições democráticas mais antigas do Brasil – faz jus ao epíteto “**Casa do Povo**”, não apenas por ser o cenário dos debates democráticos, mas também pela grande abertura e acessibilidade ao público em geral.

Para o cumprimento dessa missão institucional, tem-se a recorrente necessidade de aprimorar as ferramentas e estratégias de segurança, com vistas a proporcionar tranquilidade aos trabalhos legislativos e ao público visitante.

Nesse contexto, estudos realizados pelo Departamento Técnico e pelo Departamento de Polícia Legislativa, em atenção às vistorias realizadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), demonstraram a necessidade de estabelecimento de limites de ocupação de cada espaço físico do Complexo Arquitetônico da Câmara dos Deputados.

O presente Ato, ao conciliar a manutenção da participação popular nas atividades parlamentares com as normas técnicas de segurança, vai ao encontro dos princípios norteadores da democracia representativa.

Sala de Reuniões, em de setembro de 2013.

ANEXO

Complexo arquitetônico	Número máximo de visitantes
Edifício Principal e Galerias	200
Anexo I	220
Anexo II e III	500
Anexo IV	500
Auditório Nereu Ramos	350

ATO DA MESA Nº , DE 2013

Revoga o Ato da Mesa nº 23, de 2011.

A **MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso de suas atribuições regimentais e com base no art. 4º da Resolução nº 46, de 2006, resolve:

Art. 1º Fica revogado o Ato da Mesa nº 23, de 21 de dezembro de 2011.

Art. 2º Os cargos efetivos de que trata o Anexo da Resolução nº 76, de 1995, ocupados na data de publicação deste Ato, serão transformados em cargos efetivos de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo (CD-AL-026) à medida que vagarem.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Ato da Mesa nº 23, de 2011, da Câmara dos Deputados, extingue, à medida que vagam, os cargos de Técnico Legislativo previstos no Anexo da Resolução nº 76, de 1995.

Entretanto, com a constante redução do número de cargos do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados ao longo dos últimos anos, a Administração tem enfrentado dificuldades para atender à crescente demanda por servidores nos diversos órgãos da estrutura funcional da Casa.

Dessa forma, a presente proposta objetiva manter os cargos já existentes na Casa que, por serem de provimento efetivo, somente podem ser preenchidos por intermédio de concurso público, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988.

Sala de Reuniões, em de setembro de 2013.

ATO DA MESA Nº , DE 2013

Dispõe sobre os produtos gráficos relativos à atuação parlamentar e o fornecimento de material de expediente aos Deputados Federais.

A **MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Art. 1º A confecção de produtos gráficos relativos à atuação parlamentar e o fornecimento de material de expediente aos Deputados observarão as condições e os limites fixados neste Ato.

Art. 2º São considerados produtos gráficos relativos à atuação parlamentar:

I – impressão e reprodução de documentos ou publicações;

II – papelaria oficial.

Parágrafo único. As solicitações de produtos gráficos serão formuladas pelo Deputado ou por servidores por ele credenciados.

Art. 3º As cotas de produtos gráficos, por Deputado, são as seguintes:

I – 120.000 (cento e vinte mil) páginas, por semestre, de impressão ou reprodução de documentos ou publicações, em preto e branco, observado o disposto no inciso IV do § 2º deste artigo;

II – 10.000 (dez mil) páginas, por semestre, para a confecção de produtos de papelaria oficial, em policromia, conforme os modelos especificados no Anexo I deste Ato;

§ 1º As cotas estabelecidas nos incisos I e II deste artigo terão como referência o formato A4 (21cm x 29,7cm) por unidade de cota;

§ 2º A cota a que se refere o inciso I deste artigo observará os seguintes critérios:

I – as publicações confeccionadas nas condições deste Ato não serão consideradas oficiais da Câmara dos Deputados;

II – é vedada a utilização de elementos próprios de produtos bibliográficos oficiais, conforme estabelecido no Ato da Mesa nº 50, de 2012;

III – para a confecção de impressos, fica a cargo do Parlamentar a elaboração de projeto gráfico, de diagramação e de editoração;

IV – a impressão pode ser realizada em cores, com a equivalência de 4 (quatro) unidades de cota por página A4 impressa em policromia.

§ 3º Para a cota constante do inciso II deste artigo, haverá equivalência segundo fator de conversão baseado nos custos de impressão, conforme tabela estabelecida no Anexo I deste Ato.

§ 4º Os saldos não utilizados das cotas a que se refere o **caput** deste artigo não são passíveis de acumulação para o semestre subsequente.

§ 5º As cotas a que se refere o **caput** deste artigo não podem ser antecipadas nem transferidas de um Deputado para outro.

§ 6º A cota de que trata o inciso I deste artigo poderá ser convertida em publicação oficial da Câmara dos Deputados, conforme portaria do Diretor-Geral, observada a disponibilidade de estoque.

§ 7º Os produtos gráficos relativos às cotas de que trata o **caput** deste artigo serão executados no âmbito da Coordenação de Serviços Gráficos do Departamento de Apoio Parlamentar.

Art. 4º Fica assegurada cota para confecção de informativos impressos, em policromia, destinados à divulgação das atividades das Lideranças e representações partidárias.

§ 1º A cota será calculada, semestralmente, de acordo com a representatividade das Lideranças e representações partidárias na composição da Câmara dos Deputados.

§ 2º A cota de impressão diária, considerados apenas os dias úteis, corresponderá a 5 (cinco) exemplares por Deputado integrante da Liderança, obedecido o máximo de 4 (quatro) páginas tamanho A3 por exemplar, ou formato equivalente.

§ 3º O limite de tiragem diária previsto no § 2º observará o mínimo de 100 (cem) e o máximo de 400 (quatrocentos) exemplares no tamanho A3 ou quantidade equivalente em outro formato, podendo ser acumuláveis pelo período de 1 (um) mês, iniciada a contagem sempre no primeiro dia útil de cada mês.

§ 4º O limite a que se refere o § 3º não é acumulável após o período de 1 (um) mês, vedada a sua transferência, no todo ou em parte, para outra Liderança ou representação de partido político.

§ 5º As solicitações para utilização da cota serão formuladas pelo Líder ou representante expressamente autorizado, devendo ser encaminhadas à Coordenação de Serviços Gráficos do Departamento de Apoio Parlamentar.

Art. 5º Além dos produtos gráficos mencionados no art. 2º, será fornecido a cada Deputado o serviço de impressão no gabinete parlamentar, por meio de dois equipamentos de impressão, sendo um deles multifuncional.

Parágrafo único. O Primeiro-Secretário disciplinará os limites do serviço de impressão nos gabinetes parlamentares.

Art. 6º Cada Deputado poderá solicitar materiais de expediente nos modelos, quantidades e periodicidade estabelecidos nas tabelas 1, 2 e 3 constantes do Anexo II deste Ato.

§ 1º As requisições de material serão assinadas pelo Deputado ou por servidores por ele expressamente designados, em fichas de autógrafos e/ou meio eletrônico e ficarão sob a responsabilidade do Departamento de Material e Patrimônio.

§ 2º As quantidades fixadas no Anexo II deste Ato são pessoais e intransferíveis e, no

que se refere à possibilidade de antecipação e acumulação, obedecem ao disposto a seguir:

I – as cotas constantes da tabela 1 do Anexo II, havendo disponibilidade de estoque, podem ser acumuláveis para os meses subsequentes, exclusivamente no mesmo ano civil, quando não requisitadas total ou parcialmente;

II – os saldos dos materiais constantes das tabelas 2 e 3 do Anexo II não são passíveis de acumulação;

III – havendo disponibilidade de estoque, podem ser antecipadas as cotas constantes da tabela 2, a título de adiantamento e mediante solicitação expressa, até as quantidades correspondentes ao mês subsequente.

Art. 7º O controle sobre as cotas, bem como sobre as normas estabelecidas neste Ato, será exercido:

I – pelo Departamento de Apoio Parlamentar quanto às cotas de produtos gráficos previstas nos arts. 3º e 4º;

II – pelo Centro de Informática quanto à cota prevista no art. 5º;

III – pelo Departamento de Material e Patrimônio quanto à cota prevista no art. 6º.

Art. 8º Para fins de cálculo da proporcionalidade da cota estabelecida no art. 3º, considerar-se-á o mês de assunção ou reassunção do parlamentar.

§ 1º Em caso de reassunção no mesmo semestre do afastamento, o Deputado fará jus ao saldo da cota não utilizada quando do exercício do mandato, deduzido o período do afastamento.

§ 2º Nos anos de início da legislatura, os Deputados que tomarem posse no mês de fevereiro terão direito à cota integral do semestre, deduzido o saldo utilizado em observância ao disposto no art. 9º.

Art. 9º No mês de janeiro subsequente à última sessão legislativa ordinária da legislatura, o Deputado terá direito somente a um sexto das cotas de que trata o art. 3º.

Art. 10. O conteúdo e a utilização do material impresso no âmbito do gabinete parlamentar, das Lideranças e representações partidárias, bem como dos produtos confeccionados por meio do uso da cota de que tratam o inciso I do art. 2º e o art. 4º, são de responsabilidade exclusiva, respectivamente, do Deputado, da Liderança e da representação partidária, observadas especialmente:

I – a legislação referente a direitos autorais e ao uso de imagem, em caso de acréscimo de fotos, ilustrações, artigos e estudos

de terceiros relacionados à sua atuação parlamentar;

II – a legislação eleitoral, para que não haja nos textos mensagem que possa ser caracterizada como propaganda eleitoral;

III – a vedação de promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Parágrafo único. O Deputado, a Liderança e a representação partidária assumirão total responsabilidade sobre dados contidos nos impressos mencionados no **caput** deste artigo que possam causar ofensa moral, material ou à imagem de terceiros eventualmente mencionados.

Art. 11. Será vedada a impressão e distribuição de produtos gráficos constantes do inciso I do art. 2º que impliquem a divulgação de atividade parlamentar nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao pleito eleitoral, nos anos em que se realizarem eleições de âmbito federal, estadual ou municipal, salvo se o Deputado não for candidato à eleição.

Art. 12. Os procedimentos necessários à solicitação e à execução de serviços gráficos serão regulamentados em norma publicada pelo Departamento de Apoio Parlamentar.

Art. 13. O Primeiro-Secretário decidirá sobre os casos omissos.

Art. 14. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

§ 1º As reduções decorrentes do ajuste na composição das Lideranças e representações partidárias estabelecido no § 1º do art. 4º somente serão aplicadas a partir do início da 55ª (quinguentésima quinta) legislatura.

§ 2º Para efeito de aplicação das cotas constantes deste Ato, serão consideradas proporcionalmente as cotas de que tratam os Atos da Mesa nº 65, de 1997, e nº 62, de 2005 já utilizadas pelo parlamentar no decorrer do ano corrente.

Art. 15. Ficam revogados:

- I – o Ato da Mesa nº 65, de 1997;
- II – o Ato da Mesa nº 20, de 2003;
- III – o Ato da Mesa nº 62, de 2005;
- IV – o Ato da Mesa nº 2, de 2007;
- V – o Ato da Mesa nº 43, de 2012.

Justificação

O Ato da Mesa destina-se a atualizar e consolidar em um único instrumento normativo o disposto nos Atos da Mesa nº 65, de 1997, nº 62, de 2005, nº 2, de 2007, e nº 43, de 2012, que dispõem sobre a impressão de produtos gráficos e material de expediente aos Deputados Federais. As cotas fundamentam-se no suporte

à atividade legislativa, uma vez que visam a oferecer os recursos materiais necessários à rotina administrativa do gabinete, além de mecanismos úteis para a prestação de contas à sociedade, por meio de impressos destinados à divulgação da atuação parlamentar.

Foi proposta a junção das cotas gráficas em dois grupos de finalidades específicas, ambos com o benefício da flexibilidade de escolha dos produtos disponíveis, conforme a conveniência e a necessidade dos Deputados. Quanto à papelaria oficial, a junção dos modelos disponibilizados em cota única promove a racionalização do uso dos modelos ofertados, de forma a melhor atender as peculiaridades no exercício do mandato.

A extinção das separatas, cuja cota se fundiu à de impressão e reprodução, traz a vantagem de o parlamentar solicitar o impresso gráfico de sua conveniência, com produção mais célere, uma vez que a integralidade da produção passa a ocorrer na Coordenação de Serviços Gráficos da Câmara dos Deputados, estruturada, ao longo dos anos, para absorver a produção de impressos da Casa. Com isso, a publicidade da atividade parlamentar ocorre no momento oportuno. Estará sob responsabilidade do Deputado a diagramação dos produtos, favorecendo a adequação do conteúdo. Outrossim, inibe-se o desperdício do material produzido em virtude da eficácia de sua aplicação. Agregue-se ainda a possibilidade de se optar pela impressão em policromia.

Houve a atualização do material de expediente por meio da adequação da lista de produtos à realidade dos equipamentos utilizados pelos gabinetes. Todavia, faz-se necessário ressaltar que o quantitativo da cota dos produtos que foram mantidos permanece em sua integralidade.

Na essência, mantém-se a maioria dos preceitos e quantitativos estabelecidos nos Atos anteriores, ao tempo em que se busca a adequação entre procedimentos e normas, o que proporcionará mais controle e transparência. O aspecto da flexibilidade favorece a eficiência na gestão dos recursos públicos, com ênfase na parcimônia aliada à aplicação eficaz dos recursos disponibilizados.

Outro benefício advindo do modelo apresentado virá da economia de recursos decorrente da otimização do uso da cota. Conforme estimativa de custos elaborada pela Coordenação de Serviços Gráficos, do Deapa, as despesas para a confecção dos produtos constantes do novo Ato, em comparação com a norma atualmente em vigor, apresentarão uma redução próxima a 12% (doze por cento), o que representará uma economia anual de aproximadamente R\$ 800 mil reais.

Sala de Reuniões, em de setembro de 2013.

ANEXO I**Papelaria Oficial**

Tabela de conversão da cota estabelecida no inciso II do art. 3º

Item	Descrição do Produto	Fator de conversão (multiplicador)
a	Folhas de papel timbrado personalizado, no formato A4 (210x297mm), gramatura 90g/m²	1
b	Pastas personalizadas para transporte de avulsos, no formato 320x440mm, com ou sem bolso interno, gramatura 240g/m²	2
c	Cartões de apresentação pessoal, no formato 50x90mm, gramatura 180g/m²	0,1
d	Cartões de cumprimentos, no formato 70x100mm, gramatura 180g/m²	0,25
e	Cartões de gabinete simples, no formato 105x148,5mm, gramatura 180g/m²	0,25
f	Cartões de gabinete duplos, no formato 148,5x210mm ou 105x297mm, gramatura 180g/m²	0,5
g	Bloco personalizado com 100 (cem) folhas, no formato A5 (148,5x210mm), gramatura 75 g/m²	50

ANEXO II**Material de Expediente aos Deputados**

Cota estabelecida no art. 6º

TABELA 1				
Item	Descrição do Produto	Unidade	Cota	Periodicidade
a	Bloco de rascunho pequeno branco (105x148mm)	um	5	Mensal
b	Capa para avulso	uma	10	Mensal
c	Envelope para carta - Câmara dos Deputados	cento	20	Mensal
d	Envelope ofício Câmara dos Deputados (110x229mm)	cento	10	Mensal
e	Envelope separata branco (176x250mm)	um	2.000	Mensal
f	Etiqueta auto-adesiva para impressora	folha	180	Mensal
g	Papel tamanho A4 (210x297mm), gramatura 75 g/m²	resma	4	Mensal
h	Pasta cartolina com abas e elástico (240x350mm)	uma	3	Mensal

TABELA 2				
i	Copo descartável de plástico para água	cento	3	Mensal
j	Copo descartável de plástico para café	cento	2	Mensal

TABELA 3				
k	Disco para gravação de dados tipo CD-R	um	3	Trimestral
l	Pastas registradoras lombada larga	uma	5	Anual

ATO DA MESA Nº , DE 2013

Distribui os cargos efetivos de Analista Legislativo – atribuição Consultoria (CD-AL-031) e as funções comissionadas de Consultor Legislativo, Nível FC-03, de que trata a Resolução da Câmara dos Deputados nº 32, de 2013, entre as Áreas Temáticas da Consultoria Legislativa.

A **MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Resolução da Câmara dos Deputados nº 32, de 2013, resolve:

Art. 1º Os cargos efetivos de Analista Legislativo – atribuição Consultoria (CD-AL-031) bem como as funções comissionadas de Consultor Legislativo, Nível FC-03, criados nos termos da Resolução da Câmara dos Deputados nº 32, de 2013, são distribuídos pelas Áreas Temáticas da Consultoria Legislativa como segue:

I – um cargo efetivo e respectiva função comissionada para cada uma das Áreas Temáticas III, VIII, IX, X, XIII, XVIII e XX;

II – dois cargos efetivos e respectivas funções comissionadas para cada uma das Áreas Temáticas XI e XIV; e

III – três cargos efetivos e respectivas funções comissionadas para cada uma das Áreas Temáticas XV e XXII.

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Resolução da Câmara dos Deputados nº 32, de 2013, criou dezessete cargos efetivos de Analista Legislativo – atribuição Consultoria (CD-AL-031) e, respectivamente, dezessete funções comissionadas de Consultor Legislativo, Nível FC-03, a serem preenchidos mediante concurso público.

Busca-se, com o presente Ato da Mesa, regular a distribuição de tais cargos e funções dentro do novo contexto organizacional da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, em observância e obediência ao que estabelece o art. 3º da referida Resolução.

Sala de Reuniões, em de setembro de 2013.

ATO DA MESA Nº , DE 2013

Extingue dois cargos em comissão de natureza especial CNE-13 e cria um CNE-10 na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

A **MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 4º da Resolução nº 46, de 7 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, dois cargos em comissão de natureza especial de Assistente Técnico de Comissão Adjunto C, nível CNE-13, códigos N135001 e N135003.

Art. 2º Fica criado, na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, um cargo em comissão de natureza especial de Assessor Técnico Adjunto B, nível CNE-10.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Pretende-se com este Ato adequar a estrutura de cargos da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul para dar suporte à sua concorrida agenda de trabalho.

Ressalta-se que o valor economizado com os cargos em comissão a serem extintos supera a despesa a ser gerada com o cargo em comissão criado, razão pela qual a presente proposta não traz aumento na despesa com pessoal desta Casa, podendo ser editada com base na delegação de competência, constante do artigo 4º da Resolução nº 46, de 2006, da Câmara dos Deputados.

Sala de Reuniões, em de setembro de 2013.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2013

(Da Mesa Diretora)

Autoriza a transferência de recursos orçamentários, a título de contribuição corrente, à Confederação Parlamentar das Américas (COPA) e dá outras providências.

A **CÂMARA DOS DEPUTADOS** resolve:

Art. 1º Fica autorizada a transferência anual de recursos financeiros relativos a dotações consignadas no orçamento da Câmara dos Deputados, a título de contribuição corrente, à Confederação Parlamentar das Américas, no limite das dotações a ela destinadas e observado o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para cada exercício financeiro.

Art. 2º Ficam autorizados os pagamentos relativos às contribuições anuais devidas à Confederação Parlamentar das Américas a partir do ano de 2011.

Art. 3º As transferências previstas nesta Resolução devem observar as disposições constantes da Resolução nº 29, de 22 de dezembro de 2004, no que couber.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta de dotação específica consignada no orçamento da Câmara dos Deputados.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Cuida-se de proposição para transferência de recursos orçamentários para a Confederação Parlamentar das Américas (COPA), criada para promover o intercâmbio dos Paramentos membros, com intuito de assegurar os princípios da democracia representativa e participativa dos países integrantes do continente americano, com justiça social e proteção aos direitos humanos da população.

A concepção do fórum parlamentar hemisférico originou-se da Conferência de Quebec, ocorrida entre 18 e 22 de setembro de 1997, com a participação dos parlamentares dos Estados unitários, federais e federados, e dos Paramentos regionais e organizações interparlamentares, da qual resultou a criação de um comitê encarregado de estudar as modalidades vinculadas ao estabelecimento do diálogo parlamentar interamericano numa base permanente.

Os objetivos estatutários da COPA, entre outros, são os seguintes:

1 – defender os interesses e aspirações dos povos em relação aos desafios de um mundo cada dia mais interdependente;

2 – desenvolver e fortalecer o intercâmbio dos Congressos e Assembléias Parlamentares para cumprimento das recomendações da entidade;

3 – promover a elaboração e instrumentalização de políticas públicas que eliminem as causas e efeitos da pobreza dos países americanos; e

4 – implementar ações de solução de conflitos internacionais que venham a ocorrer entre os governos dos países membros.

Para cumprimento dos objetivos e alcance da missão institucional, os paramentos membros devem contribuir anualmente para a COPA, com valores pré-estabelecidos.

No caso do Brasil, a contribuição deve ser de US\$ 4,000 (quatro mil dólares americanos), cabendo US\$ 2,000 (dois mil dólares americanos) à Câmara dos Deputados, desde o exercício financeiro de 2011.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2013 estabelece que a transferência de recursos a entidades privadas a título de contribuição corrente seja autorizada em lei específica, que, no caso desta Casa Legislativa, é por Resolução da Câmara dos Deputados.

Assim, em cumprimento aos requisitos legais, proponho o atual Projeto de Resolução, com observância das disposições da Resolução da Câmara dos Deputados nº 29, de 22 de dezembro de 2004.

Pelos motivos apresentados, peço o apoio dos Pares para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em de de 2013.

ATO DA MESA Nº , DE 2013

Altera o inciso I do art. 14 do Ato da Mesa nº 31, de 2012.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º O inciso I do art. 14 do Ato da Mesa nº 31, de 2012, que disciplina a concessão de diárias, de adicional de embarque e desembarque e de passagens aéreas, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14

I – Membros titulares da Mesa Diretora, Líderes titulares, Presidentes de Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e Mistas, quando presididas por Deputados, Presidente do Conselho de Ética, Ouvidor Parlamentar, Procurador Parlamentar, Procuradora da Mulher, Coordenadora-Geral dos Direitos da Mulher, Corregedor Parlamentar e Deputados com deficiência física, dificuldade de locomoção ou necessidade especial.

.....” (NR)

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A iniciativa harmoniza o Ato da Mesa nº 31, de 2012, que disciplina a concessão de diárias, de adicional de embarque e desembarque e de passagens aéreas, com as Resoluções da Câmara dos Deputados nºs 25 e 31, de 2013, as quais alteraram o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989, para, respectivamente, instituir a Corregedoria Parlamentar e a Secretaria da Mulher.

Sala de Reuniões, em de setembro de 2013. –
Secretaria-Geral da Mesa.

Ata da 6ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada no dia 10 de setembro de 2013.

Publique-se.

Em 6-11-13. – **Mozart Vianna de Paiva**,
Secretário-Geral da Mesa Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Quarta Legislatura

-

-

Ata da sétima reunião ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 15 de outubro de 2013.

Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e treze, às onze horas, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente. Presentes inicialmente os Senhores Deputados Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente; Márcio Bittar, Primeiro-Secretário; Simão Sessim, Segundo-Secretário; Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário; Biffi, Quarto-Secretário; Gonzaga Patriota, Primeiro-Suplente de Secretário; Vitor Penito, Terceiro-Suplente de Secretário; Takayama, Quarto-Suplente de Secretário; e Cláudio Cajado, Procurador Parlamentar. Ausente justificadamente o Senhor Deputado Wolney Queiroz, Segundo-Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou abertos os trabalhos. Inicialmente, o Senhor Presidente comentou a respeito da determinação dirigida a esta Casa através do Acórdão nº 2.142/2013, proferido pelo Tribunal de Contas da União, com relação à regularização dos pagamentos das remunerações cujo somatório situa-se acima do teto constitucional. Solicitou que o Senhor Diretor-Geral, Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, esclarecesse a questão. Discutida a matéria, a Mesa resolveu adotar a seguinte decisão: “A Mesa Diretora, à vista das elevadas considerações do Senhor Primeiro-Secretário, com amparo nos arts. 14 e 15, XVI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **MANTEM** o entendimento firmado na reunião de 5 de abril de 2006, porém, em face da competência constitucional do órgão auxiliar do Poder Legislativo, **DETERMINA** a imediata aplicação do teto constitucional, na forma em que foi determinado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 2.142/2013-Plenário.” Parecer do Senhor Primeiro-Secretário, exarado no **Processo nº 126.755/2013**: “O Senhor Diretor-Geral desta Casa trouxe ao conhecimento desta Primeira-Secretaria o quanto decidido pelo Tribunal de Contas da União – TCU em sede de julgamento de auditoria realizada na folha de pagamento dos servidores da Câmara dos Deputados, levada a efeito pelo **Acórdão nº 2.142/2013-TCU-Plenário**. 2. O Acórdão em epígrafe foi encaminhado a esta Casa por intermédio da Notificação-Ofício nº 13.471/2013-TCU/SEFIP, de 9/9/2013, protocolizada em 12/9/2013 e recebida pela Secretaria de Controle Interno em 13/9/2013, que despachou a aludida notificação no bojo do Processo nº 126.755/2013. 3. Dentre as determinações dirigidas à Administração da Câmara dos Deputados, consta a de seguinte teor: 9.2.4. adote providências com vistas a regularizar os pagamentos das remunerações cujo somatório situa-se acima do teto constitucional, em atendimento ao contido no inciso XI do art. 37 da CF/1988, c/c a Lei nº 8.852/1994, considerando o va-

lor do subsídio mensal percebido pelos Ministros do STF, fixado pelas Leis 11.143/2005 e 12.041/2009, atentando para que a remuneração pelo exercício de função comissionada ou cargo em comissão esteja sujeita ao teto remuneratório constitucional em qualquer situação, e não apenas se superar, por si só, aquele limite; (grifou-se). 4. Ocorre que, nos autos do processo nº 002.264/2004, a Mesa Diretora desta Casa, em ato expedido na reunião de 5/4/2006, decidiu pela exclusão, para efeito de teto remuneratório, das parcelas de natureza indenizatória, compensatória e previdenciária, dentre as quais as “parcelas vinculadas ao exercício de função comissionada”. 5. A Diretoria-Geral aduz que, a época, a decisão colegiada supra citada foi arrimada em entendimento doutrinário e interpretação sistemática do texto constitucional, que “compatibilizou o princípio da moralidade, com os da eficiência administrativa, da vedação ao trabalho gratuito e da isonomia, porquanto, entende-se que, se a acumulação remunerada de cargo efetivo com função de confiança está garantida – e até mesmo determinada – em sede constitucional (CF, art. 7º, IV, c/c art. 37, V e VII; e art. 39, § 3º), a respectiva remuneração pelo exercício da função constitui-se em verdadeira contraprestação pelo acréscimo de responsabilidades assumidas pelo servidor”. 6. Ademais, cumpre ressaltar que hodiernamente, em face da ausência de lei definidora, a matéria tem sido regulamentada pelas instâncias administrativas máximas de cada órgão. Por exemplo, no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público, foi o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio das Resoluções nº 13, de 2006, e nº 9, de 2006, respectivamente, que interpretaram quais parcelas são consideradas para efeito de abate teto. 7. Nesta senda, foi a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, no exercício da sua competência administrativa, que fixou os critérios de interpretação do art. 37, X, da Constituição (teto constitucional), os quais passaram a ser aplicados pela administração desta Casa em seus estritos termos. 8. Outrossim, relembre-se que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região manteve a eficácia do regramento interno da Câmara dos Deputados, ao proferir decisão, em sede de Suspensão de Liminar¹, que sobrestou efeitos de liminar de primeira instância, até que ocorra o trânsito em julgado da ação civil pública, movida pelo Ministério Público Federal², no bojo da qual se discutem os critérios de aferição do teto constitucional adotados por esta Casa Legislativa. 9. Por fim, o STF reconheceu a necessidade da fixação de entendimento que elucide as diversas questões jurídicas em torno do tema teto remuneratório, com vistas a uniformizar em âmbito nacional a sua aplica-

ção, tanto é que seu Plenário admitiu a repercussão geral dos Recursos Extraordinários nº 675978, 606358, 612975 e 602043, que versam sobre o assunto e ainda estão pendentes de exame de mérito. 10. Nesse cotejo, encaminho a questão a Superior apreciação de Vossa Excelência, sugerindo a sua imediata submissão a Mesa da Câmara dos Deputados, **para ciência e manutenção do entendimento firmado na reunião do dia 5/4/2006, no que concerne à exclusão da função comissionada do cálculo do abate teto constitucional. No entanto, em homenagem à competência constitucional do órgão auxiliar do Poder Legislativo, manifesto-me pela imediata aplicação do teto constitucional, na forma em que foi determinado pelo TCU no Acórdão nº 2.142/2013-Plenário.** ¹SLAT, Proc. nº 0050295-90.2011.4.01.0000/DF; e Agravo Regimental Proc. nº 50295-90.2011.4.01.0000. ²Proc. nº 16153-45.2011.4.01. 3400, 9ª Vara Federal do Distrito Federal. Em seguida, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, deu início a sua pauta. I – **PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE.** Ratificação, por unanimidade, pela Mesa Diretora dos despachos favoráveis, **ad referendum**, exarados pelo Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves nos seguintes expedientes referentes a relatório de missão oficial, relatório de requerimentos de informação, reembolso de despesas de assistência à saúde, relatório de gestão fiscal e designação de servidor: 1 – **Relatório de Missão Autorizada nº 4/2013**, da Presidência. Missões oficiais autorizadas por meio de ofícios – GPO nºs, de 2013: 2058, 2060, 2061, 2072 a 2074, 2078 a 2080, 2083 a 2088, 2095, 2102 a 2104, 2106 a 2108, 2111 a 2115, 2120, 2121, 2125 a 2132, 2134 a 2136, 2140, 2142, 2143, 2146, 2147, 2168, 2169, 2178, 2180 a 2182, 2188, 2190, 2191, 2193, 2195, 2200, 2201, 2204 a 2212, 2216, 2222, 2227, 2256, 2272 a 2283, 2286 a 2291, 2295 a 2298, 2301, 2311 a 2313, 2315, 2373 a 2375, 2377 a 2379, 2383, 2385 a 2389, 2391 a 2393, 2401, 2402, 2404, 2405, 2407 a 2409, 2412 a 2421, 3275. 2 – **Relatório de Requerimentos de Informação (RIC)**, despachados **ad referendum** da Mesa Diretora, nos termos dos pareceres, pela aprovação, do Relator, Deputado André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente: 1 – **RIC Nº 2.512/12** – do Sr. Leonardo Vilela – que “solicita informações ao Senhor PAULO SÉRGIO PASSOS, Ministro dos Transportes, sobre a paralisação das obras do anel viário de Jataí – Go”; 2 – **RIC Nº 2.513/12** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer ao Senhor Ministro das Comunicações documentos referentes às recentes decisões e atividades de fiscalização sobre os serviços prestados pelas empresas de telefonias exercidas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL”; 3 – **RIC Nº 2.515/12** – da

Sra. Andreia Zito – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça referentes a nomeações de candidatos aprovados em concursos públicos e a substituição de terceirizados no Quadro de Pessoal Polícia Federal”; 4 – **RIC Nº 2.516/12** – da Sra. Andreia Zito – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça referente à implantação de ações voltadas para o combate ao desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil”; 5 – **RIC Nº 2.517/12** – da Sra. Andreia Zito – que “solicita informações a Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente à implementação da Emenda Constitucional nº 70, de 2012, no âmbito do Poder Executivo Federal”; 6 – **RIC Nº 2.519/12** – do Sr. Romário – que “solicita ao Ministro do Esporte que sejam esclarecidos os critérios de concessão da alocação dos ingressos para os Jogos Olímpicos Rio 2016, bem como a participação do membro do Comitê Executivo do Comitê Olímpico Internacional (COI), Patrick Hickey, na Comissão de Coordenação do COI para o Rio 2016”; 7 – **RIC Nº 2.520/12** – do Sr. Arolde de Oliveira – que “solicita informações ao Ministro da Justiça sobre suicídio coletivo entre os índios da etnia suruwahá ocorrido no último mês”; 8 – **RIC Nº 2.524/12** – do Sr. Guilherme Campos – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda relativa à estimativa de impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei nº 6.531, de 2009, que “Cria o Vale-Esporte e dá outras providências”; 9 – **RIC Nº 3.331/13** – do Sr. Glauber Braga – que “solicita informações sobre o montante de recursos disponibilizados e efetivamente executados em obras de redução de risco de desastre”; 10 – **RIC Nº 3.459/13** – do Sr. Paulo Ferreira – que “solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda acerca do processo de aposentadoria por invalidez da servidora Cristina Maris Meinick Ribeiro”; 11 – **RIC Nº 3.466/13** – do Sr. Simplício Araújo – que “requer informações ao Ministro da Justiça, sobre as providências que estão sendo tomadas para a desintrusão das terras dos índios Awa, localizadas na Reserva Biológica do Gurupi, no Estado do Maranhão”; 12 – **RIC Nº 3.467/13** – do Sr. Simplício Araújo – que “requer informações ao Ministro de Estado das Cidades, referente ao programa “Minha Casa Minha Vida”, dados por município e registro de demanda para atender o estado do Maranhão”; 13 – **RIC Nº 3.474/13** – do Sr. João Paulo Cunha – que “solicita informações ao Ministro da Fazenda sobre operação realizada pela Empresa Gestora de Ativos (ENGEA), em empreendimento localizado na cidade de Osasco, no estado de São Paulo”; 14 – **RIC Nº 3.475/13** – do Sr. João Paulo Cunha – que “solicita informações ao Ministro das Cidades sobre empreendimentos no âmbito do Programa Minha Casa

Minha Vida na cidade de Osasco, Estado de São Paulo”; 15 – **RIC Nº 3.476/13** – do Sr. João Paulo Cunha – que “solicita informações ao Ministro da Fazenda sobre empreendimentos financiados pela Caixa Econômica Federal na cidade de Osasco, Estado de São Paulo”; 16 – **RIC Nº 3.477/13** – do Sr. Mandetta – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, acerca dos gastos publicitários com o Programa Mais Médicos”; 17 – **RIC Nº 3.478/13** – do Sr. Mandetta – que “solicita informações a Excelentíssima Senhora Ministra-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Helena Chagas, acerca dos gastos publicitários com o Programa Mais Médicos”; 18 – **RIC Nº 3.479/13** – da Comissão de Defesa do Consumidor – que “solicita informações ao Senhor Ministro das Comunicações a respeito dos investimentos da empresa TIM Brasil no Estado de Pernambuco”; 19 – **RIC Nº 3.480/13** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, acerca das autuações da Receita Federal do Brasil sobre cooperativas de crédito pelo não recolhimento de Imposto de Renda sobre juros distribuídos as quotas-partes de capital integralizado dos cooperados, nos termos do art. 7º da Lei Complementar nº 130, de 2009”; 20 – **RIC Nº 3.481/13** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, informações acerca de delitos de espionagem e infiltração em movimentos sociais supostamente praticados pela Vale S.A., com participação de agentes licenciados da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN”; 21 – **RIC Nº 3.482/13** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério da Fazenda informações acerca de acesso privilegiado à base de dados da Receita Federal supostamente praticados pela Vale S.A., com participação de servidores públicos”; 22 – **RIC Nº 3.483/13** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério da Justiça informações acerca do pedido de investigação sobre delitos de espionagem e infiltração em movimentos sociais supostamente praticados pela Vale S.A.”; 23 – **RIC Nº 3.484/13** – do Sr. Onofre Santo Agostini – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro dos Transportes a respeito da situação das edificações nas faixas de domínio das rodovias federais”; 24 – **RIC Nº 3.485/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, sobre os empréstimos concedidos pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal às empresas do Grupo EBX”; 25 – **RIC Nº 3.486/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita infor-

mações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Senhor Fernando Damata Pimentel, sobre os empréstimos concedidos pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal às empresas do Grupo EBX”; 26 – **RIC Nº 3.487/13** – do Sr. Simplício Araújo – que “solicita ao Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome informações sobre programas sociais desenvolvidos pelo governo federal, no Estado do Maranhão”; 27 – **RIC Nº 3.488/13** – do Sr. Jefferson Campos – que “solicita ao Senhor Ministro do Trabalho e Emprego, informação detalhada e os números das contratações feitas dentro da Lei das Cotas de Deficientes Físicos nos órgãos públicos e privados de todo país”; 28 – **RIC Nº 3.489/13** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Presidente do Banco Central, Sr. Alexandre Tombini, referentes aos problemas ocorridos com o Banco Rural”; 29 – **RIC Nº 3.490/13** – do Sr. Raimundo Gomes de Matos – que “solicita sejam prestadas informações pelo Ministro da Saúde Sr. Alexandre Padilha, sobre o gasto com publicidade do Programa Mais Médicos do Ministério da Saúde”; 30 – **RIC Nº 3.491/13** – da Sra. Erika Kokay – que “solicita o encaminhamento de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, sobre a revogação da Portaria nº 859, de 30 de julho de 2013, que “Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde -SUS””; 31 – **RIC Nº 3.492/13** – do Sr. Júlio Delgado – que “solicita informação à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a criação de Gratificação Temporária Emergencial para os técnicos, administrativos e auxiliares do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”; 32 – **RIC Nº 3.493/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério do Esporte, acerca das emendas do orçamento no período de 2005 a 2012, tendo como beneficiário o Município de Sena Madureira/AC”; 33 – **RIC Nº 3.494/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas doenças verificadas no município de Acrelândia(AC), no período de 2010 a 2013”; 34 – **RIC Nº 3.495/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas doenças verificadas no município de Assis Brasil (AC), no período de 2010 a 2013”; 35 – **RIC Nº 3.496/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas doenças verificadas no município de Brasília (AC), no período de 2010 a 2013”; 36 – **RIC**

Nº 3.497/13 – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas doenças verificadas no município de Bujari (AC), no período de 2010 a 2013”; 37 – **RIC Nº 3.498/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas doenças verificadas no município de Capixaba (AC), no período de 2010 a 2013”; 38 – **RIC Nº 3.499/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas doenças verificadas no município de Cruzeiro do Sul (AC), no período de 2010 a julho de 2013”; 39 – **RIC Nº 3.500/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas doenças verificadas no município de Epitaciolândia (AC), no período de 2010 a julho de 2013”; 40 – **RIC Nº 3.501/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas doenças verificadas no município de Feijó (AC), no período de 2010 a julho de 2013”; 41 – **RIC Nº 3.502/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas doenças verificadas no município de Jordão (AC), no período de 2010 a julho de 2013”; 42 – **RIC Nº 3.503/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas doenças verificadas no município de Mâncio Lima (AC), no período de 2010 a julho de 2013”; 43 – **RIC Nº 3.504/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas doenças verificadas no município de Manuel Urbano (AC), no período de 2010 a julho de 2013”; 44 – **RIC Nº 3.505/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas doenças verificadas no município de Marechal Thaumaturgo (AC), no período de 2010 a julho de 2013”; 45 – **RIC Nº 3.506/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas

doenças verificadas no município de Plácido de Castro (AC), no período de 2010 a julho de 2013”; 46 – **RIC Nº 3.507/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas doenças verificadas no município de Porto Acre (AC), no período de 2010 a julho de 2013”; 47 – **RIC Nº 3.508/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas doenças verificadas no município de Porto Walter (AC), no período de 2010 a julho de 2013”; 48 – **RIC Nº 3.509/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas doenças verificadas no município de Rio Branco (AC), no período de 2010 a julho de 2013”; 49 – **RIC Nº 3.510/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas doenças verificadas no município de Rodrigues Alves (AC), no período de 2010 a julho de 2013”; 50 – **RIC Nº 3.511/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas doenças verificadas no município de Santa Rosa do Purus (AC), no período de 2010 a julho de 2013”; 51 – **RIC Nº 3.512/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas doenças verificadas no município de Sena Madureira (AC), no período de 2010 a julho de 2013”; 52 – **RIC Nº 3.513/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas doenças verificadas no município de Senador Guiomard (AC), no período de 2010 a julho de 2013”; 53 – **RIC Nº 3.514/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas doenças verificadas no município de Tarauacá (AC), no período de 2010 a julho de 2013”; 54 – **RIC Nº 3.515/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Saúde sobre o quadro de incidências de todos os tipos de hepatites, e as ações realizadas no combate a essas doenças verificadas no município de Xapuri (AC), no período de 2010 a julho de 2013”; 55 – **RIC Nº 3.516/13** – da Sra. Antônia

Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Acrelândia, no Estado do Acre”; 56 – **RIC Nº 3.517/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Assis Brasil, no Estado do Acre”; 57 – **RIC Nº 3.518/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Brasília, no Estado do Acre”; 58 – **RIC Nº 3.519/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Bujari, no Estado do Acre”; 59 – **RIC Nº 3.520/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Capixaba, no Estado do Acre”; 60 – **RIC Nº 3.521/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre”; 61 – **RIC Nº 3.522/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Epitaciolândia, no Estado do Acre”; 62 – **RIC Nº 3.523/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Feijó, no Estado do Acre”; 63 – **RIC Nº 3.524/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Jordão, no Estado do Acre”; 64 – **RIC Nº 3.525/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Mâncio Lima, no Estado do Acre”; 65 – **RIC Nº 3.526/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Manuel Urbano, no Estado do Acre”; 66 – **RIC Nº 3.527/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Marechal Thaumaturgo, no Estado do Acre”; 67 – **RIC Nº 3.528/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao

Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Plácido de Castro, no Estado do Acre”; 68 – **RIC Nº 3.529/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Porto Acre, no Estado do Acre”; 69 – **RIC Nº 3.530/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Porto Walter, no Estado do Acre”; 70 – **RIC Nº 3.531/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Rio Branco, no Estado do Acre”; 71 – **RIC Nº 3.532/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Rodrigues Alves, no Estado do Acre”; 72 – **RIC Nº 3.533/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre”; 73 – **RIC Nº 3.534/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Sena Madureira, no Estado do Acre”; 74 – **RIC Nº 3.535/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Senador Guimard, no Estado do Acre”; 75 – **RIC Nº 3.536/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Tarauacá, no Estado do Acre”; 76 – **RIC Nº 3.537/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Xapuri, no Estado do Acre”; 77 – **RIC Nº 3.538/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verificados no município de Acrelândia (AC), no período de 2010 a 2013”; 78 – **RIC Nº 3.539/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verificados no município de Assis Brasil (AC), no período de 2010 a 2013”; 79 – **RIC Nº 3.540/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verifi-

cados no município de Brasília (AC), no período de 2010 a 2013”; 80 – **RIC Nº 3.541/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verificados no município de Bujari (AC), no período de 2010 a 2013”; 81 – **RIC Nº 3.542/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verificados no município de Capixaba (AC), no período de 2010 a 2013”; 82 – **RIC Nº 3.543/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verificados no município de Cruzeiro do Sul (AC), no período de 2010 a 2013”; 83 – **RIC Nº 3.544/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verificados no município de Epitaciolândia (AC), no período de 2010 a 2013”; 84 – **RIC Nº 3.545/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verificados no município de Feijó (AC), no período de 2010 a 2013”; 85 – **RIC Nº 3.546/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verificados no município de Jordão (AC), no período de 2010 a 2013”; 86 – **RIC Nº 3.547/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verificados no município de Mâncio Lima (AC), no período de 2010 a 2013”; 87 – **RIC Nº 3.548/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verificados no município de Manuel Urbano (AC), no período de 2010 a 2013”; 88 – **RIC Nº 3.549/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verificados no município de Marechal Thaumaturgo (AC), no período de 2010 a 2013”; 89 – **RIC Nº 3.550/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verificados no município de Plácido de Castro (AC), no período de 2010 a 2013”; 90 – **RIC Nº 3.551/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verificados no município de Porto Acre (AC), no período de 2010 a 2013”; 91 – **RIC Nº 3.552/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verificados no município de Porto Walter (AC), no período de 2010 a 2013”; 92 – **RIC Nº 3.553/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verificados no município de Rio Branco (AC), no período de 2010 a 2013”; 93 – **RIC Nº 3.554/13** – da Sra. An-

tônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verificados no município de Rodrigues Alves (AC), no período de 2010 a 2013”; 94 – **RIC Nº 3.555/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verificados no município de Santa Rosa do Purus (AC), no período de 2010 a 2013”; 95 – **RIC Nº 3.556/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verificados no município de Sena Madureira (AC), no período de 2010 a 2013”; 96 – **RIC Nº 3.557/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verificados no município de Senador Guiomard (AC), no período de 2010 a 2013”; 97 – **RIC Nº 3.558/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verificados no município de Tarauacá (AC), no período de 2010 a 2013”; 98 – **RIC Nº 3.559/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério da Justiça sobre os dados de violência urbana verificados no município de Xapuri (AC), no período de 2010 a 2013”; 99 – **RIC Nº 3.560/13** – do Sr. Polícarpo – que “solicita a Exm^a. Sr^a. Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) informações sobre o cronograma de nomeação dos demais 170 (cento e setenta) aprovados no concurso para provimento de cargos vagos de Advogado da União”; 100 – **RIC Nº 3.561/13** – do Sr. Izalci – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Educação, Sr. Aloizio Mercadante, sobre a pretensão de pagamento de auxílio financeiro aos estudantes de medicina que participarem do Pré-teste para Estudo de Instrumento de Avaliação do Exame nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeira (Revalida), firmadas pelo Edital nº 2/2013, publicado no Diário Oficial da União nº 134, de 15 de julho de 2013”; 101 – **RIC Nº 3.565/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Acrelândia, no Estado do Acre”; 102 – **RIC Nº 3.566/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Assis Brasil, no Estado do Acre”; 103 – **RIC Nº 3.567/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes

no município de Brasília, no Estado do Acre”; 104 – **RIC Nº 3.568/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Bujari, no Estado do Acre”; 105 – **RIC Nº 3.569/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Capixaba, no Estado do Acre”; 106 – **RIC Nº 3.570/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre”; 107 – **RIC Nº 3.571/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Epitaciolândia, no Estado do Acre”; 108 – **RIC Nº 3.572/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Feijó, no Estado do Acre”; 109 – **RIC Nº 3.573/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Jordão, no Estado do Acre”; 110 – **RIC Nº 3.574/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Mâncio Lima, no Estado do Acre”; 111 – **RIC Nº 3.575/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Manuel Urbano, no Estado do Acre”; 112 – **RIC Nº 3.576/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Marechal Thaumaturgo, no Estado do Acre”; 113 – **RIC Nº 3.577/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Plácido de Castro, no Estado do Acre”; 114 – **RIC Nº 3.578/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que

“solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Porto Acre, no Estado do Acre”; 115 – **RIC Nº 3.579/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Porto Walter, no Estado do Acre”; 116 – **RIC Nº 3.580/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Rio Branco, no Estado do Acre”; 117 – **RIC Nº 3.581/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Rodrigues Alves, no Estado do Acre”; 118 – **RIC Nº 3.582/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre”; 119 – **RIC Nº 3.583/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Sena Madureira, no Estado do Acre”; 120 – **RIC Nº 3.584/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Senador Giomard, no Estado do Acre”; 121 – **RIC Nº 3.585/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Tarauacá, no Estado do Acre”; 122 – **RIC Nº 3.586/13** – da Sra. Antônio Lúcia – que “solicita informações a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre as estatísticas oficiais de casos de violência contra Menores e Adolescentes no município de Xapuri, no Estado do Acre”; 123 – **RIC Nº 3.587/13** – do Sr. João Carlos Bacelar – que “solicita do Sr. Ministro da Justiça informações sobre o processo de investigação feita pelo Cade por crime de formação de cartel nas licitações no Metrô de São Paulo”; 124 – **RIC Nº 3.588/13** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Ministro das Cidades, Sr. Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, referentes a eventuais contratos e processos licitatórios da CBTU

com as empresas Siemens, CAF, Bombardier, Mitsui e Alstom”; 125 – **RIC Nº 3.589/13** – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “solicita ao Senhor Ministro de Minas e Energia informações sobre o atual estágio do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica”; 126 – **RIC Nº 3.590/13** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Ministério dos Transportes sobre as receitas e gastos efetuados pelas empresas concessionárias de rodovias federais delegadas ao Estado do Paraná, pedagizadas, no período compreendido entre o início do contrato de cada uma delas, até a presente data”; 127 – **RIC Nº 3.591/13** – do Sr. Osmar Serraglio – que “solicita informações ao Ministério dos Transportes com dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres- ANTT sobre as receitas e gastos efetuados pelas empresas concessionárias de rodovias federais delegadas ao Estado do Paraná, pedagizadas, no período compreendido entre o início do contrato de cada uma delas, até a presente data”; 128 – **RIC Nº 3.592/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do município de Acrelândia, no Estado do Acre,”; 129 – **RIC Nº 3.593/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do município de Assis Brasil, no Estado do Acre,”; 130 – **RIC Nº 3.594/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do município de Brasiléia, no Estado do Acre,”; 131 – **RIC Nº 3.595/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do município de Bujari, no Estado do Acre,”; 132 – **RIC Nº 3.596/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do município de Capixaba, no Estado do Acre,”; 133 – **RIC Nº 3.597/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre,”; 134 – **RIC Nº 3.598/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do município de Epitaciolândia, no Estado do Acre,”; 135 – **RIC Nº 3.599/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do município de Feijó, no Estado do Acre,”; 136 – **RIC Nº 3.600/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio

Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do município de Jordão, no Estado do Acre,”; 137 – **RIC Nº 3.601/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do município de Mâncio Lima, no Estado do Acre,”; 138 – **RIC Nº 3.602/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do município de Manuel Urbano, no Estado do Acre,”; 139 – **RIC Nº 3.603/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do município de Marechal Thaumaturgo, no Estado do Acre,”; 140 – **RIC Nº 3.604/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do município de Plácido de Castro, no Estado do Acre,”; 141 – **RIC Nº 3.605/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do município de Porto Acre, no Estado do Acre,”; 142 – **RIC Nº 3.606/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do município de Porto Walter, no Estado do Acre,”; 143 – **RIC Nº 3.607/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do município de Rio Branco, no Estado do Acre,”; 144 – **RIC Nº 3.608/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do município de Rodrigues Alves, no Estado do Acre,”; 145 – **RIC Nº 3.609/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do município de Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre,”; 146 – **RIC Nº 3.610/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do município de Sena Madureira, no Estado do Acre,”; 147 – **RIC Nº 3.611/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do município de Senador Guiomard, no Estado do Acre,”; 148 – **RIC Nº 3.612/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do município de Tarauacá, no Estado do Acre,”; 149 – **RIC Nº 3.613/13** – da Sra. Antônia Lúcia – que “solicita informações ao Ministério de Meio Ambiente, sobre a qualidade da água distribuída à população do municí-

pio de Xapuri, no Estado do Acre;”; 150 – **RIC Nº 3.614/13** – do Sr. Marllos Sampaio – que “solicito informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia sobre a constante falta de luz que vem acontecendo no Estado do Piauí”; 151 – **RIC Nº 3.615/13** – do Sr. Simplício Araújo – que “solicita ao Ilustríssimo Ministro da Saúde, Senhor Alexandre Padilha, informações concernentes ao programa da FUNASA para fins de abastecimento e saneamento básico com vistas ao atendimento aos povoados São Raimundo, Alto de Areia, Marimbondo, Pacas, Olho D’água, Lago do Onça e Marianópolis, no município de Pedreiras, Maranhão”; 152 – **RIC Nº 3.616/13** – do Sr. Ademir Camilo – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego Manoel Dias informações referentes aos contratos de prestação de serviços, sem vínculo empregatício, celebrados nos anos de 2012 e 2013, com empresas e/ou músicos estrangeiros, com os respectivos valores”; 153 – **RIC Nº 3.617/13** – da Sra. Mara Gabrilli – que “solicita informações acerca das alterações impostas pela Resolução Anatel nº 613, de 9 de maio de 2013 ao art. 48 do Regulamento da Interface Usuário – Rede e de Terminais do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução Anatel nº 473, de 27 de julho de 2007”; 154 – **RIC Nº 3.618/13** – do Sr. Júlio Delgado – que “solicita informação à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a realização de concurso público para o cargo de vigilante nas Universidades Federais”; 155 – **RIC Nº 3.619/13** – do Sr. Júlio Delgado – que “solicita informação ao Ministro da Educação sobre a realização de concurso público para o cargo de vigilante nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – IFETs”; 156 – **RIC Nº 3.620/13** – do Sr. Roberto Santiago – que “solicita informações do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação a respeito do Programa do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)”; 157 – **RIC Nº 3.621/13** – do Sr. Roberto Santiago – que “solicita informações do Senhor Ministro da Defesa a respeito do Programa do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)”; 158 – **RIC Nº 3.622/13** – do Sr. Giovanni Queiroz – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes sobre os pagamentos efetuados pelo DNIT referentes ao Edital Nº 043/2012”; 159 – **RIC Nº 3.623/13** – da Sra. Sandra Rosado – que “solicita informações acerca da não gravação de nomes de Heróis da Pátria no Livro de Aço do Panteão da Pátria, a despeito de sua inscrição ter sido aprovada em lei”; 160 – **RIC Nº 3.624/13** – do Sr. Mandetta – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Saúde, Sr. Alexandre Rocha Santos Pa-

dilha, sobre todo o processo de contratação de médicos cubanos – que culminou com a assinatura do ato de cooperação entre o Ministério da Saúde e a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) – que objetivou contratar tais médicos para atuarem em Municípios do interior do Brasil”; 161 – **RIC Nº 3.625/13** – do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega acerca das razões do Veto do Tesouro Nacional à operação de empréstimo de US\$ 2,1 bilhões entre o Governo da Bahia e Bank of America Merrill Lynch (Bofa)”; 162 – **RIC Nº 3.626/13** – da Comissão de Minas e Energia – que “solicita ao Senhor Ministro de Minas e Energia informações sobre a inclusão da energia fotovoltaica nos leilões de energia nova”; 163 – **RIC Nº 3.627/13** – do Sr. Weliton Prado – que “solicita informações ao Ministro de Estado dos Transportes, César Augusto Rabello Borges, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), sobre o Contrato de Concessão celebrado entre a ANTT e a ViaBahia Concessionária de Rodovias S/A- Edital 001/2008”; 164 – **RIC Nº 3.628/13** – do Sr. João Carlos Bacelar – que “solicita do Sr. Ministro das Cidades informações sobre licitações federais de trens para Belo Horizonte e Porto Alegre sob apuração do Ministério Público Federal”; 165 – **RIC Nº 3.629/13** – do Sr. João Carlos Bacelar – que “solicita do Sr. Ministro da Justiça informações sobre o processo de investigação feita pelo Cade por crime de formação de cartel nas licitações no Metrô do Distrito Federal”; 166 – **RIC Nº 3.630/13** – do Sr. Beto Faro – que “solicita informações ao Senhor Ministro do Turismo sobre a execução dos respectivos programas e ações no estado do Pará”; 167 – **RIC Nº 3.631/13** – do Sr. Beto Faro – que “solicita informações ao Senhor Ministro dos Transportes sobre a execução dos respectivos programas e ações no estado do Pará”; 168 – **RIC Nº 3.632/13** – do Sr. Beto Faro – que “solicita informações à Senhora Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a execução dos respectivos programas e ações no estado do Pará”; 169 – **RIC Nº 3.633/13** – do Sr. Beto Faro – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Pesca e Aquicultura sobre a execução dos respectivos programas e ações no estado do Pará”; 170 – **RIC Nº 3.634/13** – do Sr. Beto Faro – que “solicita informações à Senhora Ministra do Meio Ambiente sobre a execução dos respectivos programas e ações no estado do Pará”; 171 – **RIC Nº 3.635/13** – do Sr. Beto Faro – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Saúde sobre a execução dos respectivos programas e ações no estado do Pará”; 172 – **RIC Nº 3.636/13** – do Sr. Beto Faro – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Integração Nacional sobre a execução dos respectivos

programas e ações no estado do Pará”; 173 – **RIC Nº 3.637/13** – do Sr. Beto Faro – que “solicita informações ao Senhor Ministro do Esporte sobre a execução dos respectivos programas e ações no estado do Pará”; 174 – **RIC Nº 3.638/13** – do Sr. Beto Faro – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Educação sobre a execução dos respectivos programas e ações no estado do Pará”; 175 – **RIC Nº 3.639/13** – do Sr. Beto Faro – que “solicita informações à Senhora Ministra do Desenvolvimento do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre a execução do Plano Brasil Sem Miséria”; 176 – **RIC Nº 3.640/13** – do Sr. Beto Faro – que “solicita informações ao Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a execução dos respectivos programas e ações no estado do Pará”; 177 – **RIC Nº 3.641/13** – do Sr. Beto Faro – que “solicita informações ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre a execução dos respectivos programas e ações no estado do Pará”; 178 – **RIC Nº 3.642/13** – do Sr. Beto Faro – que “solicita informações à Senhora Ministra da Cultura sobre a execução dos respectivos programas e ações no estado do Pará”; 179 – **RIC Nº 3.643/13** – do Sr. Beto Faro – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação sobre a execução dos respectivos programas e ações no estado do Pará”; 180 – **RIC Nº 3.644/13** – do Sr. Beto Faro – que “solicita informações ao Senhor Ministro das Comunicações sobre a execução dos respectivos programas e ações no estado do Pará”; 181 – **RIC Nº 3.645/13** – do Sr. Beto Faro – que “solicita informações ao Senhor Ministro das Cidades sobre a execução dos respectivos programas e ações no estado do Pará”; 182 – **RIC Nº 3.646/13** – do Sr. Beto Faro – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a execução dos respectivos programas e ações no estado do Pará”; 183 – **RIC Nº 3.647/13** – do Sr. Guilherme Campos – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre o parcelamento ou pagamento de débitos à vista, sob a égide da Lei nº 11.941, de 2009”. EXPLICACAO DA EMENTA: Débitos das pessoas jurídicas; 184 – **RIC Nº 3.652/13** – da Comissão de Seguridade Social e Família – que “solicita seja encaminhado pedido de informações à sua Excelência Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, Sra. Eleonora Menicucci, nos seguintes termos”; 185 – **RIC Nº 3.653/13** – da Comissão de Seguridade Social e Família – que “requer o encaminhamento do RIC ao Ministério da Saúde”; 186 – **RIC Nº 3.654/13** – da Sra. Carmen Zanotto – que “requer informações ao Ministro de Relações Exteriores, Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado, sobre

Termo de Cooperação firmado com a Organização Panamericana de Saúde visando a vinda de médicos oriundos de Cuba para trabalhar no Brasil”; 187 – **RIC Nº 3.655/13** – da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 37, de 2011, do Sr. Welinton Prado, que “dispõe sobre o regime de aproveitamento das substâncias minerais, com exceção dos minérios nucleares, petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e das substâncias minerais submetidas ao regime de licenciamento de que trata o inciso III do art. 2º do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967” – que “requer ao Senhor Ministro Minas e Energia informação sobre a previsão orçamentária do Departamento Nacional de Produção Mineral para o ano de 2014, tendo em vista sua transformação em uma agência reguladora”; 188 – **RIC Nº 3.657/13** – do Sr. João Bittar – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações a respeito de procedimentos realizados pela Anatel com relação à concessionária Companhia de Telecomunicações do Brasil Central – CTBC”; 189 – **RIC Nº 3.658/13** – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – que “sugere, nos termos constitucionais e regimentais, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Luiz Alberto Figueiredo, Ministro de Estado das Relações Exteriores, sobre o Termo de Cooperação firmado com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), assinado pelo governo brasileiro no dia 21 de agosto de 2013, visando atrair médicos estrangeiros ao Brasil por meio do Programa Mais Médicos”; 190 – **RIC Nº 3.661/13** – da Comissão Externa, com ônus para esta Casa, objetivando visitar a região serrana do Rio de Janeiro, para averiguar os danos sociais, ambientais e econômicos, decorrentes das enchentes, inundações e desmoronamentos, bem como verificar as providências que estão sendo tomadas no sentido de atender as populações afetadas – que “solicita informações ao Ministério das Cidades relativas ao plano diretor dos municípios situados em áreas de risco de desastre natural”; 191 – **RIC Nº 3.663/13** – da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – que “solicita à Senhora Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações sobre os requisitos adotados em concurso público para gestor governamental”; 192 – **RIC Nº 3.668/13** – da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – que “solicita ao Ministério da Justiça informações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE a respeito da Braskem”; 193 – **RIC Nº 3.669/13** – da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5627, de 2013, do Poder Executivo, que “altera o

Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, dispõe sobre o parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União, e dá outras providências” – que “solicita informações ao Ministro da Fazenda para que sejam remetidos a esta Comissão Especial dados sobre a arrecadação de receitas patrimoniais, nos exercícios de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, a título de taxa de ocupação, foro, laudêmio e multas administrativas, oriundos de “terrenos de marinha e seus acréscimos””; 194 – **RIC Nº 3.670/13** – da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5627, de 2013, do Poder Executivo, que “altera o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, dispõe sobre o parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União, e dá outras providências” – que “solicita informações à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, a respeito dos dados orçamentários referentes à estimativa do valor da remissão de débitos patrimoniais constante no art. 12 do PL 5.627/2013 e a estimativa de arrecadação com a autorização de passagem onerosa prevista no art. 4º do mesmo Projeto de Lei e com a cessão onerosa de espaço físico em águas públicas prevista na Portaria nº 404, de 28 de dezembro de 2012, da SPU”; 195 – **RIC Nº 3.671/13** – da Comissão de Minas e Energia – que “requer ao Senhor Ministro de Estado da Justiça informações quanto ao licenciamento ambiental dos empreendimentos do Setor Elétrico Brasileiro”; 196 – **RIC Nº 3.672/13** – da Comissão de Minas e Energia – que “requer à Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente informações quanto ao licenciamento ambiental dos empreendimentos do Setor Elétrico Brasileiro”; 197 – **RIC Nº 3.673/13** – da Comissão de Minas e Energia – que “requer à Senhora Ministra de Estado da Cultura informações quanto ao licenciamento ambiental dos empreendimentos do Setor Elétrico Brasileiro”; 198 – **RIC Nº 3.674/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações à Ministra-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Senhora HELENA CHAGAS, acerca dos recursos destinados a publicidade nas administrações direta e indireta da União”; 199 – **RIC Nº 3.675/13** – da Comissão de Viação e Transportes – que “solicita informações à sua Excelência o senhor Wellington Moreira Franco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, e ao senhor Marcelo Pacheco dos Guarany, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, sobre o destino das famílias que precisarão ser removidas para a construção da terceira pista do Ae-

roporto do Galeão, no Município do Rio de Janeiro – RJ”; 200 – **RIC Nº 3.676/13** – da Comissão de Viação e Transportes – que “solicita informações ao senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e ao Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, sobre o incidente envolvendo o voo TAM JJ 8065 – Madri/São Paulo, que fez pouso de emergência no aeroporto de Fortaleza/CE, em 02.09.13”; 201 – **RIC Nº 3.679/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações a Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Senhora Gleisi Hoffmann, sobre suposta utilização de avião particular em missão oficial”; 202 – **RIC Nº 3.680/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional – GSI – da Presidência da República, General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira, com esclarecimentos necessários sobre a nomeação do Senhor Eduardo Gaievski”; 203 – **RIC Nº 3.681/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações a Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Senhora Gleisi Hoffmann, com esclarecimentos necessários sobre a nomeação do Senhor Eduardo Gaievski”; 204 – **RIC Nº 3.682/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, sobre os investimentos do Governo Federal na reforma do Centro de Progressão Penitenciária (CCP), do Complexo Penitenciário da Papuda e da Penitenciária Feminina do Distrito Federal (Colméia), em Brasília”; 205 – **RIC Nº 3.686/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Previdência Social, Senhor Garibaldi Alves Filho, no que tange às recentes notícias veiculadas pela mídia, mormente, as respectivas à liquidação do Banco BVA, bem como dos prejuízos causados a diversas instituições financeiras, em virtude da aludida transação”; 206 – **RIC Nº 3.687/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações ao Senhor Ministro da Fazenda sobre contratos da Fundação Banco do Brasil – FBB e diversas entidades privadas”; 207 – **RIC Nº 3.695/13** – do Sr. André Zacharow – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Turismo se consta o nome deste parlamentar entre os investigados pela Polícia Federal no Inquérito Policial nº 116/2011 na denominada “Operação Voucher””; 208 – **RIC Nº 3.706/13** – da Comissão de Viação e Transportes – que “requer informações ao Ministro de Estado dos Transportes sobre as obras em andamento na BR-369, no trecho entre Alfenas e o trevo de Boa Esperança, no Estado de Minas Gerais”;

209 – **RIC Nº 3.707/13** – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – que “solicitar, nos termos constitucionais e regimentais, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa, sobre as conclusões do Grupo de Trabalho Interministerial instituído pela Portaria nº 1.808/MD/MCT/MP/MRE, de 12 de junho de 2013, com a finalidade de se manifestar sobre a abertura de processos de negociação com vistas à aquisição de sistema de artilharia antiaérea, parte de origem russa e parte nacional, composto de baterias, demais itens logísticos, de simulação e capacitação de operação e manutenção”; 210 – **RIC Nº 3.708/13** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações sobre o cumprimento do disposto no Decreto 7.127, de 2010, acerca do provimento de cargos em comissão por servidores efetivos; e sobre a nomeação do novo Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa), Sr. Flávio Braile Turquino”; 211 – **RIC Nº 3.710/13** – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “solicita o envio de RIC à Ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República a respeito da execução das emendas ao orçamento: PLN 24/2013 – Lei Orçamentária Anual”; 212 – **RIC Nº 3.711/13** – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “solicita o envio de RIC à Ministra de Estado do Meio Ambiente a respeito da execução das emendas ao orçamento: PLN 24/2013 – Lei Orçamentária Anual”; 213 – **RIC Nº 3.713/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda, sobre denúncias de irregularidades nas intervenções dos Bancos Cruzeiro do Sul e Morada”; 214 – **RIC Nº 3.719/13** – da Comissão de Minas e Energia – que “solicita do Senhor Ministro de Minas e Energia informações quanto à portaria que trata sobre os recálculos de garantias físicas das unidades de cogeração no Brasil”; 215 – **RIC Nº 3.720/13** – da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – que “solicita informações ao Presidente do Banco Central do Brasil, Senhor Alexandre Antonio Tombini, sobre os critérios de apoio e operações financeiras realizadas pelo BNDES junto à empresa JBS do setor de frigoríficos”; 216 – **RIC Nº 3.723/13** – da Comissão de Defesa do Consumidor – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Saúde relacionadas à Proposta de Fiscalização e Controle nº 48/2004, em virtude das informações incompletas e tardiamente prestadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária”; 217 – **RIC Nº 3.726/13** – da Comissão de Fis-

calização Financeira e Controle – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Senhor Edison Lobão, sobre a produção no Campo de Tubarão Azul, sem aprovação do Plano de Desenvolvimento, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, e da responsabilidade da ANP na aprovação da Declaração de Comercialidade”; 218 – **RIC Nº 3.727/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Integração Nacional, Senhor Fernando Bezerra Coelho, sobre as ações de combate à seca no Nordeste e sobre o andamento das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”; 219 – **RIC Nº 3.728/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações à Excelentíssima Ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Senhora Ideli Salvatti Garcia, sobre supostas “chantagens” que o Governo Federal esteja sofrendo, em face de votações pendentes de apreciação por parte do Congresso Nacional”; 220 – **RIC Nº 3.729/13** – do Sr. Cesar Colnago – que “sugere ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Fernando Damata Pimentel, sobre a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES”; 221 – **RIC Nº 3.734/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações à Excelentíssima Ministra-Chefe da Casa Civil, Senhora Gleisi Helena Hoffmann, sobre a utilização dos Cartões de Crédito Corporativos pelos órgãos do Governo Federal”; 222 – **RIC Nº 3.740/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “requer informações ao Ministro das Comunicações sobre a inclusão de municípios paraibanos no Plano Nacional de Banda Larga (PNBL)”; 223 – **RIC Nº 3.741/13** – da Comissão de Seguridade Social e Família – que “solicita ao Exmo. Senhor Ministro da Saúde informações a respeito dos dados epidemiológicos, nos quatro níveis de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir de 2010, desagregados por raça/cor (pretos e pardos), juntamente com as metas de saúde para a população”; 224 – **RIC Nº 3.742/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Ministério das Cidades sobre denúncia de irregularidades que apontam o favorecimento de entidades no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV”; 225 – **RIC Nº 3.744/13** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Previdência, Senhor Garibaldi Alves Filho, sobre excedentes não nomeados no concurso nacional para Técnico do INSS, realizado no ano de 2012”; 226 – **RIC Nº 3.746/13** – do Sr. Erivelton Santana – que

“solicita informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República sobre a ocorrência de casos de embriaguez por parte de pilotos, demais tripulantes e pessoal empregado em atividade de risco à segurança operacional na aviação civil, durante suas escalas de trabalho e o cumprimento do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil – RBAC 120”; 227 – **RIC Nº 3.751/13** – do Sr. Ricardo Izar – que “solicita informações do Senhor Ministro da Defesa a respeito de matéria veiculada no Jornal Valor Econômico”; 228 – **RIC Nº 3.752/13** – do Sr. Otavio Leite – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia sobre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj”; 229 – **RIC Nº 3.753/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “requer informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia e Inovação e à FINEP sobre o direcionamento de recursos públicos para o Programa PRIME em favor de empresas localizadas no Estado da Paraíba”; 230 – **RIC Nº 3.754/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “requer informações ao Ministro das Comunicações sobre o número de cidades paraibanas efetivamente atendidas por telefonia móvel”; 231 – **RIC Nº 3.756/13** – do Sr. Carlos Sampaio – que “solicita sejam prestadas informações pela Ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Sra. Ideli Salvatti, sobre utilização de aeronaves públicas, em especial da Polícia Rodoviária Federal, conveniada ao serviço de atendimento médico, para se deslocar em visitas ao estado onde é pré-candidata ao Senado”; 232 – **RIC Nº 3.757/13** – do Sr. Carlos Sampaio – que “solicita sejam prestadas informações pelo Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, sobre utilização de aeronaves da Polícia Rodoviária Federal, conveniadas ao serviço de atendimento médico, pela Ministra Ideli Salvatti, para se deslocar em visitas ao Estado de Santa Catarina”; 233 – **RIC Nº 3.760/13** – do Sr. Nilson Leitão – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, Eduardo Cardozo, acerca da utilização de helicópteros da Polícia Rodoviária Federal, do Estado de Santa Catarina, pela Excelentíssima Ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Sra. Ideli Salvatti, durante missões oficiais em sua base eleitoral, no período de 2011 a 2013”; 234 – **RIC Nº 3.763/13** – do Sr. Vanderlei Macris – que “requer sejam prestadas informações pelo Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, sobre as viagens da Ministra Ideli Salvatti no helicóptero Bell 407, prefixo PT – YJZ, de propriedade da 8ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina”. 3 – **Reembolso de despesas de assistência à saúde**: 3.1 – **Proces-**

so nº 122.799/2013, de interesse do Deputado Silas Câmara (despacho favorável à fl. 11); 3.2 – **Processo nº 126.111/2013**, de interesse do Deputado Sandes Júnior (despacho favorável à fl. 11); 3.3 – **Processo nº 126.396/2013**, de interesse do Deputado Carlos Magno (despacho favorável à fl. 8). 4 – **Relatório de Gestão Fiscal: Processo nº 126.629/2013**. Ratificação da **Portaria nº 13, de 2013**, que “aprova o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro/2012 a agosto/2013”, à fl. 24. 5 – **Designação de servidor: Processo nº 124.491/2013**. Ratificação do despacho favorável do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, exarado à fl. 6: “Trata-se de indicação do Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, Deputado Dr. Rosinha, no sentido de que o servidor Rubens Gomes Carneiro Filho, ponto nº 5.438, exerça a função comissionada de Secretário de Comissão, FC-03, naquele órgão colegiado. Inicialmente, o Departamento de Pessoal esclarece (fls. 2 e 3) que o servidor ocupa o cargo efetivo de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, e que, embora possua certificado de conclusão de curso superior, não participou de curso de preparação e treinamento de Secretário de Comissão, ministrado pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, tampouco exerceu por mais de 5 (cinco) anos interpolados, a função de Secretário de Comissão, exigências constantes do Ato da Mesa nº 18/1987 para o provimento da referida função. No entanto, nos termos do despacho da Diretoria-Geral (fl. 5), existem precedentes administrativos de dispensa de tais requisitos para designação às funções comissionadas de secretário de comissão, baseado em critérios de confiança, eficiência e oportunidade. Por esse motivo, autorizo, **ad referendum** da Mesa, o provimento do referido servidor na função de Secretário de Comissão, naquele colegiado. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências”. Passou-se à apreciação da **II – PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO-SECRETÁRIO**. O Senhor Deputado Márcio Bittar relatou os seguintes processos: 1 – **Processo nº 129.701/2013**. Parecer do Relator à fl. 6: “Trata-se de proposta de alteração do Ato da Mesa nº 43, de 2009, que institui a Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar, conforme determinado pela Mesa Diretora, em reunião realizada em 10/9/2013. O novo Ato dá continuidade ao processo de aperfeiçoamento dos dispositivos normatizadores da utilização da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar – CEAP. Mais especificamente, visa ao aprimoramento da cobertura de despesas com locomoção e das rotinas administrativas de fiscalização, além da redução de determinadas despesas, convergindo com as melhores práticas de gestão de recursos

públicos. Nesse contexto, destaca-se a criação de um teto mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a locação de veículos automotores, com um subteto percentual de até 5% (cinco por cento) do valor de mercado do veículo locado. A proposta inclui ainda o uso da CEAP para o pagamento de serviço de táxi, pedágio e estacionamento, até o limite global inacumulável de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais. Ante o exposto, submeto a minuta de Ato da Mesa anexa ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável a sua aprovação.”. Discutida a matéria, a Mesa Diretora aprovou o parecer supra e, em decorrência, baixou Ato da Mesa que “altera os arts. 2º, 4º, 5º e 10 do Ato da Mesa nº 43, de 2009”, cujo teor vai publicado ao final da ata. Retirou-se, nesse instante, da reunião o Senhor Deputado Gonzaga Patriota, Primeiro-Suplente de Secretário. Dando continuidade, foi retirado de pauta o **Processo nº 117.675/2013**, de interesse do Departamento de Apoio Parlamentar, referente à confecção de cartões natalinos e de publicações de legislações com imagem de deputados pela Coordenação de Serviços Gráficos desta Casa. 2 – **Processo nº 123.506/20163**. Proposta orçamentária da Câmara dos Deputados para o exercício de 2014, que inclui as Unidades Orçamentárias Câmara dos Deputados – CD e Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados – FRCD. Analisada a proposta, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer favorável do Relator, Deputado Márcio Bittar, às fls. 71/72. 3 – **Processo nº 106.828/2013**. Parecer do Relator às fls. 32/v: “Trata-se de minuta com a finalidade de alterar o Ato da Mesa nº 76, de 1997, que disciplina o cálculo e a cobrança de débitos junto à Câmara dos Deputados. A proposta pretende atualizar obrigações pecuniárias, ajustando os critérios internos da Câmara dos Deputados aos do Tribunal de Contas da União, especialmente após a edição dos Acórdãos nº 1.603/2011 e nº 1.247/2012. São débitos previstos no art. 1º do AM 76/1997, dentre outros: prejuízo causado ao erário ou ao patrimônio da Casa; percepção de crédito indevido; irregularidade ou omissão na prestação de contas. Além de acrescentar “**a multa administrativa aplicada a pessoa física ou jurídica contratada pela Câmara dos Deputados**” nesse rol, a proposta altera a correção da dívida a partir do momento da incidência de juros, cujo cálculo passa a se basear na SELIC, no lugar do que vinha sendo aplicado (IPCA + 1% de juros ao mês ou fração). Na justificação da minuta, a Coordenação de Movimentação Financeira – Comof explica que a proposta pretende também realinhar a tabela de parcelamento de débitos hoje vigente, haja vista que os valores atualmente adotados encontram-se inalterados há mais de dez anos.

A matéria deve ser tratada por meio de Ato da Mesa, uma vez que visa a alterar outro Ato, de mesma espécie normativa. Ressalte-se também não haver aumento de despesa. Em sua forma, a minuta conta com apenas quatro artigos: a) o primeiro acrescenta inciso V ao art. 1º do AM 76/1997; b) o segundo dá nova redação aos artigos 2º e 5º; c) o terceiro prevê um Anexo que passa a vigorar como Anexo ao AM 76/1997; d) o quarto trata da necessária revogação do art. 8º e do Anexo do AM 149/2003, uma vez que tratam sobre parcelamento, disciplinado de forma diferente na proposta minuta; e e) o quinto trata da vigência, a partir do primeiro dia do mês de novembro do corrente ano, mantendo os critérios atuais até aquela data. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável na forma da anexa minuta de Ato da Mesa, e conforme a instrução”. Submetido à votação, o parecer supra foi aprovado por unanimidade e, em decorrência, baixado Ato da Mesa que “altera o Ato da Mesa nº 76, de 1997, que disciplina o cálculo e a cobrança de débitos junto à Câmara dos Deputados”, cujo teor segue publicado ao final da ata. 4 – **Processo nº 134.191/2011**. Parecer do Relator às fls. 125/v: “Trata-se de solicitação da Associação dos Servidores Terceirizados do Congresso Nacional – Astecon para aumentar o valor do auxílio alimentação recebido por esses trabalhadores, nos termos dos ofícios às fls. 103, 109 e 111. Cumpre esclarecer que o pleito inicial daquela associação tratava de equiparação do valor do referido benefício ao valor percebido pelos servidores efetivos, secretários parlamentares e CNEs, conforme ofício à fl. 1. No entanto, à época, o Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade – DEFIN não recomendou o deferimento da solicitação de equiparação, por inexistência de base legal e por falta de previsão de tal despesa, correspondente a aproximadamente R\$ 12 milhões, na proposta orçamentária do exercício de 2013 (fl. 97/100). A inexistência de base legal decorre do art. 87 da Lei nº 12.708, de 2012 (LDO para 2013), que veda reajustes do auxílio alimentação quando o valor for superior ao praticado pela União (fl. 98). Cabe ressaltar que pelo mesmo motivo o benefício dos servidores da Casa tem o valor congelado desde junho de 2011 (fl. 98). Informa-se que os valores atuais são: R\$740,96 (Câmara dos Deputados); R\$486,64 (empregados terceirizados); e R\$373,00 (União). Posteriormente, por meio dos ofícios às fls. 103, 109 e 111, a Astecon solicitou a avaliação de possível aumento no valor do auxílio alimentação recebido pelos empregados terceirizados. Questionado por esta Primeira-Secretaria sobre a viabilidade de aumento do benefício com base na variação do IGP-DI, a contar do úl-

timo reajuste concedido, ocorrido em outubro de 2011, até julho de 2013, o DEFIN ressaltou que o pleito em tela configura uma despesa continuada, e que, portanto, há necessidade de acomodá-la entre as demais despesas contratuais (fl. 122). Segundo aquele Departamento, o reajuste baseado na mencionada variação do IGP-DI, ao percentual de 11,01%, representaria uma despesa complementar anual da ordem de R\$2,5 milhões (fl. 122). Ainda segundo o DEFIN, há, no entanto, possibilidade de reajuste do benefício até o limite de 4,7%, uma vez que o orçamento de 2013 considerou este percentual como parâmetro de reajuste dos contratos da Casa, o qual, caso aplicado sobre o benefício atualmente concedido, corresponde à despesa complementar anual de R\$ 1.081.270,55. A Diretoria-Geral manifesta-se favoravelmente ao pleito, nos termos do despacho à fl. 124. Assim, esta Primeira-Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável à concessão do reajuste de 4,7% sobre o valor atual do auxílio alimentação, a partir do mês em curso.”. A Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer supra.

5 – **Processo nº 125.166/2013**. Parecer do Relator à fl. 23: “Trata-se de ratificação pela Mesa Diretora da decisão do Senhor Presidente que autorizou a prorrogação de cessão do servidor **Jair Vieira Tannus Júnior**, ponto nº 4.615, Técnico Legislativo – atribuição Adjunto Parlamentar, para o Ministério da Saúde, por 1 (um) ano, a contar de 18/9/2013, com vistas a continuar exercendo o cargo de provimento em comissão de Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), código DAS-101.4, no Maranhão, com ônus para o órgão cedente. A prorrogação tem amparo no art. 93, inciso I e § 1º da Lei nº 8.112, de 1990, e, no âmbito interno, no art. 1º, inciso II, alínea “c”, e no art. 2º, ambos do Ato da Mesa nº 57, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução”. Ratificação pela Mesa Diretora do parecer do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, à fl. 16: “Atendendo à solicitação do Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, autorizo, **ad referendum** da Mesa Diretora e em caráter excepcional, tendo em vista o recebimento dos autos por esta Presidência em data posterior ao vencimento do afastamento do servidor **Jair Vieira Tannus Júnior**, ponto nº 4.615, Técnico Legislativo – atribuição Adjunto Parlamentar – Secretaria, a prorrogação da cessão pelo período de 1 (um) ano, a contar de 18/9/13, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Maranhão, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações

e manifestações do Departamento de Pessoal (fls. 4 a 6) e do Diretor-Geral (fl. 15), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990, do parágrafo único do art. 15 do Regimento interno, bem como do parecer do Primeiro-Secretário, constante do processo nº 2013/102261, aprovado pela Mesa Diretora, no sentido de que o limite de quatro anos do afastamento deve ser considerado a partir da edição do Ato da Mesa nº 73/2013, em 31 de janeiro deste ano. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”. III – **PAUTA DO SENHOR SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE**. A Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres favoráveis exarados pelo Relator, Deputado Fábio Faria, nos processos referentes a reembolso de despesas médico-hospitalares, conforme a seguir: 1 – **Processo nº 133.270/2012**, de interesse do Deputado Damião Feliciano; 2 – **Processo nº 008.549/2013**, de interesse do Deputado Osmar Júnior; 3 – **Processo nº 125.337/2013**, de interesse do Deputado Sílvio Costa; 4 – **Processo nº 125.401/2013**, de interesse do Deputado Silas Câmara; 5 – **Processo nº 125.649/2013**, de interesse do Deputado Waldir Maranhão; 6 – **Processo nº 125.992/2013**, de interesse do Deputado Walney Rocha; 7 – **Processo nº 126.005/2013**, de interesse do Deputado Hugo Napoleão; 8 – **Processo nº 126.024/2013**, de interesse do Deputado Luiz Carlos; 9 – **Processo nº 126.050/2013**, de interesse do Deputado Roberto Balestra; 10 – **Processo nº 126.062/2013**, de interesse da Deputada Íris de Araújo; 11 – **Processo nº 126.164/2013**, de interesse do Deputado Júlio Campos; 12 – **Processo nº 126.284/2013**, de interesse da Deputada Fátima Peleaes; 13 – **Processo nº 126.298/2013**, de interesse do Deputado Pauderney Avelino; 14 – **Processo nº 126.413/2013**, de interesse do Deputado Zé Vieira; 15 – **Processo nº 126.515/2013**, de interesse do Deputado Vicente Arruda; 16 – **Processo nº 126.574/2013**, de interesse do Deputado Lael Varella; 17 – **Processo nº 126.577/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 18 – **Processo nº 126.580/2013**, de interesse do Deputado Lincoln Portela; 19 – **Processo nº 126.593/2013**, de interesse do Deputado Zé Vieira; 20 – **Processo nº 126.754/2013**, de interesse da Deputada Rose de Freitas; 21 – **Processo nº 127.155/2013**, de interesse do Deputado Paes Landim; 22 – **Processo nº 127.165/2013**, de interesse do Deputado Edinho Bez; 23 – **Processo nº 127.219/2013**, de interesse do Deputado Cláudio Cajado; 24 – **Processo nº 127.228/2013**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 25 – **Processo nº 127.229/2013**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 26 – **Processo nº 127.232/2013**, de interesse do Deputado Almeida Lima; 27 – **Processo nº 127.343/2013**, de interesse do De-

putado Pedro Henry; 28 – **Processo nº 127.410/2013**, de interesse do Deputado Luis Carlos Heinze; 29 – **Processo nº 127.565/2013**, de interesse do Deputado Zé Vieira; 30 – **Processo nº 127.567/2013**, de interesse do Deputado Zé Vieira; 31 – **Processo nº 127.568/2013**, de interesse do Deputado Pedro Uczai; 32 – **Processo nº 127.576/2013**, de interesse do Deputado Fernando Torres; 33 – **Processo nº 127.647/2013**, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro; 34 – **Processo nº 127.731/2013**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 35 – **Processo nº 127.959/2013**, de interesse do Deputado Roberto Balestra; 36 – **Processo nº 127.961/2013**, de interesse do Deputado Jânio Natal; 37 – **Processo nº 127.982/2013**, de interesse do Deputado Antônio Roberto; 38 – **Processo nº 128.333/2013**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 39 – **Processo nº 128.338/2013**, de interesse do Deputado Bruno Araújo; 40 – **Processo nº 128.417/2013**, de interesse do Deputado Walney Rocha; 41 – **Processo nº 128.443/2013**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 42 – **Processo nº 128.498/2013**, de interesse do Deputado Antônio Bulhões; 43 – **Processo nº 127.831/2013**, de interesse do Deputado Sílvio Costa; 44 – **Processo nº 128.520/2013**, de interesse do Deputado Stepan Nercessian; 45 – **Processo nº 128.786/2013**, de interesse do Deputado Vieira da Cunha; 46 – **Processo nº 128.996/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 47 – **Processo nº 110.288/2013** (tratamento odontológico), de interesse do Deputado Vieira da Cunha; 48 – **Processo nº 119.193/2013** (tratamento odontológico), de interesse do Deputado Celso Jacob; 49 – **Processo nº 120.341/2013** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Costa Ferreira; 50 – **Processo nº 121.269/2013** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 51 – **Processo nº 121.936/2013** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Francisco Tenório; 52 – **Processo nº 122.650/2013** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Nazareno Fonteles; 53 – **Processo nº 122.771/2013** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Professor Sétimo; 54 – **Processo nº 122.870/2013** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Vieira da Cunha. Dando seguimento, o Senhor Deputado Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente, apresentou, a pedido do titular, a pauta da Corregedoria – **IV – PAUTA DO SENHOR CORREGEDOR PARLAMENTAR. Processo nº 106.310/2013**. Parecer nº 4/2013, às fls. 15/20, referente a requerimento subscrito pela Procuradora da Mulher, Senhora Deputada Elcione Barbalho, com relação ao Senhor Deputado Jair Bolsonaro, em razão da afixação e manutenção na porta externa do seu

Gabinete (nº 482) de cartaz contendo supostas ofensas à Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Senhora Eleonora Menicucci de Oliveira. Debatido o processo, a Mesa Diretora acolheu, por unanimidade, o parecer supracitado, pelo arquivamento do mencionado processo, assim concluso: “...Por todo exposto, ratificando meu profundo respeito às garantias de dignidade da pessoa humana e posição contrária a qualquer tipo de discriminação, manifesto-me pelo arquivamento da representação, por inexistência de infração ao decoro parlamentar, reconhecida a incidência da imunidade parlamentar no caso em análise; que seja determinada ao Parlamentar, caso ainda não o tenha feito, a retirada do cartaz exposto das dependências da Casa.”. Com a palavra, o Senhor Deputado Simão Sessim, Segundo-Secretário, comentou que irá levar ao conhecimento prévio do Senhor Presidente a lista dos nomes sugeridos para condecoração com a medalha “Mérito Legislativo Câmara dos Deputados”. Nada mais havendo a tratar, às doze horas e cinquenta minutos, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. – **Henrique Eduardo Alves, Presidente.**

SGM/Serviço de Apoio às Reuniões da Mesa

ANEXO À ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DIRETORA, DE 15/10/2013

ATO DA MESA Nº , DE 2013

Altera os arts. 2º, 4º, 5º e 10 do Ato da Mesa nº 43, de 2009.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Art. 1º Ficam alterados os arts. 2º, 4º, 5º e 10 do Ato da Mesa nº 43, de 21 de maio de 2009, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

VIII – outras despesas com locomoção, contemplando:

a) locação ou fretamento de aeronaves;

b) locação ou fretamento de veículos automotores, até o limite inacumulável de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais;

d) locação ou fretamento de embarcações; serviço de táxi, pedágio e estacionamento, até o limite global inacumulável de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais;

e) passagens terrestres, marítimas ou fluviais.

.....” (NR)

“Art.....

§ 3º

II – recibo devidamente assinado, contendo identificação e endereço completos do beneficiário do pagamento e discriminação da despesa, no caso de pessoa jurídica comprovadamente isenta da obrigação de emitir documento fiscal;

III – bilhete de passagem;

IV – recibo de pessoa física, nas seguintes hipóteses:

a) locação de imóvel prevista na alínea a do inciso IV do art.2º;

b) locação ou fretamento de aeronaves ou embarcações, acrescido, no primeiro caso, do certificado de propriedade da aeronave;

c) prestação de serviços de táxi, devendo o documento conter a identificação do beneficiário do pagamento, a especificação da data e do trecho percorrido, bem como a indicação do número da permissão para a exploração do serviço.

§ 8º No caso de locação ou fretamento de aeronaves de que trata a alínea a do inciso VIII do art. 2º, o documento fiscal apresentado deverá especificar o trecho e o período do voo, bem como o prefixo da aeronave empregada.

.....”(NR)

“Art. 5º

§ 5º A retirada de bilhete aéreo em nome de assessores exigirá o registro do fato em sistema informatizado próprio até o primeiro dia útil do mês seguinte ao da emissão da passagem.

.....”(NR)

“Art. 10

§1º A locação de veículo automotor não contemplará o serviço de motorista e só poderá ser prestada por pessoa jurídica especializada.

§ 2º O veículo automotor locado deverá pertencer à pessoa jurídica prestadora do serviço, fato que se comprovará mediante apresentação de cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV, sem prejuízo da exigência de documentação complementar por parte do órgão técnico competente.

§ 3º O ressarcimento pela locação de veículos automotores, observado o teto mensal previsto na alínea b do inciso VIII do art. 2º, ficará limitado a 5% (cinco por cento) do valor

de mercado do respectivo veículo, utilizando-se como referência a tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, ou outra que a suceder, relativa ao mês de utilização do veículo.

§ 4º Fica o gabinete parlamentar incumbido de apresentar, por ocasião da solicitação de ressarcimento, a tabela prevista no § 3º.” (NR)

Art. 2º Os contratos de locação ou fretamento de veículos automotores, firmados até a data de publicação deste Ato, permanecem passíveis de ressarcimento pelo prazo improrrogável de 3 (três) meses, contado da data da assinatura do respectivo instrumento contratual.

Art. 3º Este Ato entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação.

Justificação

Este Ato dá continuidade ao processo de aperfeiçoamento dos dispositivos normatizadores da utilização da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar – CEAP. Mais especificamente, visa ao aprimoramento da cobertura de despesas com locomoção e das rotinas administrativas de fiscalização, além da redução de determinadas despesas, convergindo com as melhores práticas de gestão de recursos públicos.

Nesse contexto, destaca-se a criação de um teto mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a locação de veículos automotores, com um subteto percentual de até 5% (cinco por cento) do valor de mercado do veículo locado.

Sala de Reuniões, em de outubro de 2013.

ATO DA MESA Nº , DE 2013

Altera o Ato da Mesa nº 76, de 1997, que disciplina o cálculo e a cobrança de débitos junto à Câmara dos Deputados.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e considerando os Acórdãos nº 1.603/2011 e nº 1.247/2012, ambos do Tribunal de Contas da União, resolve:

Art. 1º O art. 1º do Ato da Mesa nº 76, de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

“Art 1º.....

.....

V – a multa administrativa aplicada a pessoa física ou jurídica contratada pela Câmara dos Deputados.

.....”(NR)

Art. 2º Os arts. 2º e 5º do Ato da Mesa nº 76, de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O débito será atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

a partir da data do evento ou, na impossibilidade de identificá-la, a partir da data do conhecimento do fato.

Parágrafo único. Não sendo quitado na data estipulada, o débito passará a ser atualizado pela taxa SELIC, seguindo a fórmula $C=(1+TSA/100)^{n/360}$, onde “C” é o coeficiente de atualização, “TSA” é a Taxa SELIC Anual divulgada pelo Banco Central, em percentagem, e “n” é o período de atualização, em quantidade de dias corridos.” (NR)

“Art. 5º Nas situações previstas nos incisos I e II do art. 1º, o débito de ex-Deputado ou de terceiros poderá ser quitado parceladamente, a requerimento do devedor, observada a Tabela de Prazos de Parcelamento constante do Anexo a este Ato.

§ 1º A correção do saldo devedor obedecerá à forma estabelecida no parágrafo único do art. 2º.

§ 2º O pedido de parcelamento será acompanhado do comprovante de que o devedor recolheu à Câmara dos Deputados a quantia correspondente ao valor de seu débito dividido pelo número pretendido de parcelas, observados os prazos máximos estabelecidos no Anexo, sob pena de indeferimento sumário do pedido.

§ 3º A decisão sobre o requerimento de que trata este artigo compete ao Diretor-Geral ou a quem ele a delegar, no prazo de até 30 (trinta) dias da formalização do pedido.

§ 4º Enquanto não houver decisão a respeito do parcelamento, o devedor recolherá mensalmente, em favor da Câmara dos Deputados, a título de antecipação, a quantia calculada nos termos dos §§ 1º e 2º deste artigo.

ANEXO
TABELA DE PRAZOS DE PARCELAMENTO

VALOR DO DÉBITO	NÚMERO DE PARCELAS
Até R\$ 1.000,00	Até 2 (duas) parcelas
De R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	Até 3 (três) parcelas
De R\$ 2.000,01 a R\$ 5.500,00	Até 5 (cinco) parcelas
De R\$ 5.500,01 a R\$ 9.000,00	Até 10 (dez) parcelas
De R\$ 9.000,01 a R\$ 18.000,00	Até 15 (quinze) parcelas
De R\$ 18.000,01 a R\$ 90.000,00	Até 20 (vinte) parcelas
De R\$ 90.000,01 a R\$ 180.000,00	Até 25 (vinte e cinco) parcelas
Acima de R\$ 180.000,00	Até 30 (trinta) parcelas

§ 5º A inadimplência no pagamento de qualquer parcela ensejará o cancelamento automático do parcelamento autorizado, bem como a exigibilidade imediata das parcelas vincendas, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação.” (NR)

Art. 3º O Anexo a este Ato passa a funcionar como anexo ao Ato da Mesa nº 76, de 1997.

Art. 4º Este Ato entra em vigor em 1º de novembro de 2013, mantidos os critérios atuais para os débitos apurados até aquela data.

Art. 5º Revogam-se o art. 8º e o Anexo do Ato da Mesa nº 149, de 2003.

Justificação

Desde a edição do Ato da Mesa nº 76, de 1997, que disciplina o cálculo e a cobrança de débitos para com a Câmara dos Deputados, esta Casa vem acumulando conhecimento e experiência que a tornam, no que concerne à atividade de cobrança administrativa, referência no âmbito da Administração Pública Federal.

Contudo, os critérios de cálculo e atualização dessas obrigações pecuniárias mostram-se, hoje, descompassados com aqueles aplicados pelo Tribunal de Contas da União, especialmente após a edição dos Acórdãos nº 1.603/2011 e nº 1.247/2012.

O objetivo deste Ato é corrigir essa distorção, na medida em que ajusta os critérios internos da Câmara dos Deputados àqueles previstos nos mencionados Acórdãos da Corte de Contas.

A par disto, pretende-se realinhar a tabela de parcelamento de débitos hoje vigente, haja vista que os valores atualmente adotados encontram-se inalterados há mais de 10 (dez) anos.

Sala de Reuniões, em de outubro de 2013.

Secretaria-Geral da Mesa

Ata da 7ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada no dia 15 de outubro de 2013.

Publique-se.

Em 6-11-13. – Mozart Vianna de Paiva

Secretário-Geral da Mesa.

ATAS DE REUNIÃO DA MESA DIRETORA**Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Quarta Legislatura****Ata da oitava reunião ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 21 de novembro de 2013**

Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e treze, às nove horas e vinte e cinco minutos, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente. Presentes inicialmente os Senhores Deputados André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente; Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente; Simão Sessim, Segundo-Secretário; Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário; e Biffi, Quarto-Secretário. Ausentes justificadamente os Senhores Deputados Gonzaga Patriota, Primeiro-Suplente de Secretário; Wolney Queiroz, Segundo-Suplente de Secretário; Vitor Penito, Terceiro-Suplente de Secretário; e Takayama, Quarto-Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou abertos os trabalhos, informando que o Supremo Tribunal Federal – STF – deu conhecimento a esta Casa, através do Ofício nº 15898/2013, da decisão proferida nos autos da Ação Penal nº 470, em Sessão Plenária realizada em 13 de novembro de 2013, nos termos a seguir: “Decisão: O Tribunal, por maioria, rejeitou questão de ordem suscitada da tribuna pelo advogado Alberto Zacharias Toron, para que, antes da apreciação da presente Questão de Ordem, apresentada pelo Relator, fosse dada, à defesa, vista do pedido formulado pelo Procurador-Geral da República na noite do dia anterior à sessão de julgamento, cuja data havia sido divulgada amplamente com a devida antecedência. Considerou-se que as questões versadas na peça apresentada pelo Chefe do Parquet já constavam da Questão de Ordem trazida ao Plenário pelo Relator; salientou-se, ainda, que, à luz do art. 105 da Lei de Execuções Penais, a execução da condenação transitada em julgado independe de qualquer pedido, sendo providência a ser tomada de ofício pelo Relator. Ficaram vencidos os Ministros Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio. O Tribunal, por unanimidade, decidiu pela excecutoriedade imediata dos capítulos autônomos do acórdão condenatório, que não foram objeto de embargos infringentes, considerados os estritos limites

da impugnação recursal, e acolheu parcialmente a Questão de Ordem suscitada pelo Relator para decretar o respectivo trânsito em julgado. O Tribunal, por maioria, excluiu da execução imediata do acórdão as condenações que já foram impugnadas por meio de embargos infringentes, considerados os estritos limites de cada recurso, por ainda estarem pendentes de exame de admissibilidade, nos termos do voto do Ministro Teori Zavascki, vencidos os Ministros Joaquim Barbosa (Relator), Roberto Barroso, Luiz Fux, Dias Toffoli e Gilmar Mendes. Os Ministros Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio também excluíam da execução imediata os réus cujos embargos de declaração foram apreciados na sessão de hoje. Presidência do Ministro Joaquim Barbosa (Presidente). Plenário, 13.11.2013. Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber, Teori Zavascki e Roberto Barroso. Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros. p/ Luiz Tomimatsu, Assessor-Chefe do Plenário". Em continuação, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves disse que cabia, portanto, a esta Mesa, cumprindo o Regimento Interno e a Constituição Federal, dar início ao processo com relação ao Deputado José Genoíno, encaminhando-o à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, por mais que o Supremo Tribunal Federal sinalize que deveria ser apenas um processo sumário pela Mesa Diretora. Comentou, ainda, que, quando se trata de sentença criminal transitada em julgado, é o art. 55 da Constituição Federal que remete ao Plenário. Não é questão de querer ou não, ser conveniente ou não, é cumprir a Constituição Federal. Portanto, como o caso do Deputado José Genoíno se enquadra nesse artigo, propôs encaminhar à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Iniciada a discussão, compareceu à reunião o Senhor Deputado Átila Lins, Corregedor. Com a palavra, o Senhor Deputado André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente, pediu vista do processo, comentando que estava tendo acesso às informações nesse instante. Consultou se poderia pedir vista por 2 semanas, considerando que não há previsão expressa no Regimento Interno. O Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves afirmou que o prazo de vista é regimental, por duas sessões e é indiscutível. Retomando a palavra, o Senhor Deputado André Vargas examinou os fatos com relação ao Deputado José Genoíno, considerando-o numa situação diferenciada, uma vez que está oficialmente afastado, que não pode defender-se e não pode estar presente. Referiu-se ao afastamento como por invalidez provisória. Então, nesse ínterim, na sua opi-

nião, poderiam preservá-lo de mais esse adicional da abertura do procedimento. Por isso, solicitou vista para apresentar um parecer, entendendo que pode haver uma alternativa em relação ao encaminhamento do caso. O Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves ponderou que qualquer matéria que diga respeito ao direito dele de defesa deverá ser travada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde se vai dar prazo, vai arguir se tem condições ou não de saúde. Discutida a solicitação, a Mesa Diretora concedeu, por unanimidade, pedido de vista conjunta aos Senhores Deputados André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente, e Biffi, Quarto-Secretário, por duas sessões, como previsto no inciso XVI do art. 57 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Em continuação, extrapauta, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves apresentou, para encaminhamento, os seguintes Requerimentos de Informação (RIC's) nºs: 1 – **RIC Nº 3.791/13** – do Sr. Fernando Jordão – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão a respeito dos negócios que a Petrobras tem com a empresa OGX”; 2 – **RIC Nº 3.792/13** – do Sr. Francisco Escórcio – que “solicita informações a respeito dos escritórios no exterior do Instituto Brasileiro do Turismo – Embratur”; 3 – **RIC Nº 3.793/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Defesa, Senhor Celso Amorim, acerca dos convênios celebrados com a Fundação de Serviços de Defesa e Tecnologias de Processos”; 4 – **RIC Nº 3.794/13** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, a respeito da venda de ativos no exterior pela Petrobrás ao grupo BTG/Pactual”; 5 – **RIC Nº 3.795/13** – do Sr. Dilceu Sperafico – que “requer que sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, acerca do posicionamento da Receita Federal do Brasil sobre a possibilidade de manutenção do benefício do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional previsto no art. 12 da Lei Complementar 123/2006, para as para as Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada – EIRELIs que se associem a cooperativas.”; 6 – **RIC Nº 3.798/13** – do Sr. Dr. Rosinha – que “requer informação ao Ministro de Estado da Justiça (CADE).cópia do contrato de compra e venda entre a PETROBRÁS e a Vale Fertilizantes S/A”; 7 – **RIC Nº 3.799/13** – da Sra. Andreia Zito – que “requer informações à Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão quanto às possíveis ações de autorização para a nomeação de candidatos excedentes do concurso público realizado para o car-

go de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil, realizado em 2012, com prazo de validade até fevereiro de 2014”; 8 – **RIC Nº 3.801/13** – do Sr. Ronaldo Benedet – que “requer o envio de pedido de informações ao Senhor Ministro dos Transportes sobre a implantação da quarta pista na duplicação do trecho da BR 101/Sul, Morro dos Cavalos, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina”; 9 – **RIC Nº 3.802/13** – do Sr. Fernando Jordão – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão a respeito do rebaixamento da classificação da dívida da Petrobras”; 10 – **RIC Nº 3.803/13** – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita ao Ministério do Meio Ambiente informações e registros do Banco de Dados Nacional sobre Áreas Contaminadas”; 11 – **RIC Nº 3.804/13** – do Sr. Roberto de Lucena – que “solicita informações ao Ministério da Saúde acerca do andamento das ações de assistência à saúde das vítimas de intoxicação por chumbo, cádmio e outros metais pesados na região de Santo Amaro, Bahia”; 12 – **RIC Nº 3.805/13** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “requer informações ao Ministério de Minas e Energia sobre denúncias publicadas pelo jornal Estado de São Paulo”; 13 – **RIC Nº 3.806/13** – da Sra. Perpétua Almeida – que “requer ao Ministro da Defesa informações das propostas de estruturação do Sistema de Defesa Antiárea Nacional”; 14 – **RIC Nº 3.807/13** – do Sr. Jair Bolsonaro – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente sobre autuações aplicadas em decorrência de danos causados ao meio ambiente na Estação Ecológica de Tamoios – ESEC TAMOIOS, desde sua criação”; 15 – **RIC Nº 3.808/13** – do Sr. Júlio Delgado – que “solicita informação ao Ministro dos Transportes sobre a continuidade das obras de construção da BR-440/MG”; 16 – **RIC Nº 3.809/13** – do Sr. João Dado – que “solicita informações ao Ministro da Fazenda, no âmbito da Receita Federal do Brasil sobre o impacto orçamentário e financeiro, nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 5.366, de 2013, considerando-se o índice percentual de efetiva participação dos contribuintes (pessoas físicas e jurídicas) que apresentam declarações no modelo completo em 2012, com relação às doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente”; 17 – **RIC Nº 3.810/13** – do Sr. Fernando Jordão – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão a respeito da participação da Petrobras no campo de Libra”; 18 – **RIC Nº 3.812/13** – do Sr. Fernando Jordão – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão a respeito da propriedade do terreno onde está localizada a TRANSPETRO em Angra dos Reis”; 19 – **RIC Nº 3.813/13** – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que

“solicita informações ao Ministro da Fazenda sobre os empréstimos concedidos às unidades da federação”; 20 – **RIC Nº 3.814/13** – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que “solicita informações ao Ministro da Fazenda sobre o acordo firmado com o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço”; 21 – **RIC Nº 3.815/13** – do Sr. João Dado – que “solicita informações ao Ministro da Fazenda, no âmbito da Receita Federal do Brasil, sobre o impacto orçamentário e financeiro, nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 206, de 2012, que exclui da incidência do imposto de renda as indenizações por danos morais”; 22 – **RIC Nº 3.816/13** – do Sr. Simplício Araújo – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira sobre a implantação do sistema de abastecimento de água no Povoado Canelerinho, município de Bernardo do Mearim, no Maranhão”; 23 – **RIC Nº 3.817/13** – da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – que “solicita ao Senhor Ministro da Fazenda informações sobre a situação fiscal, junto à Receita Federal, dos clubes de futebol que participam do campeonato brasileiro das séries A e B”; 24 – **RIC Nº 3.818/13** – da Sra. Rosinha da Adefal – que “solicita informações ao Ministério da Saúde acerca da disponibilidade de sistema de agendamento telefônico de consultas nos serviços do Sistema Único de Saúde”; 25 – **RIC Nº 3.819/13** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita à Ministra de Estado do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão informações acerca da fiscalização de convênios e contratos firmados entre a União e entidades da sociedade civil”; 26 – **RIC Nº 3.820/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita ao Senhor Ministro da Justiça, Senhor JOSÉ EDUARDO CARDOZO, informação acerca das condições de trabalho dos agentes da Polícia Federal, notadamente daqueles a quem incumbe o trabalho de vigilância na fronteira do Brasil com o Paraguai”; 27 – **RIC Nº 3.821/13** – do Sr. Jefferson Campos – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa sobre a instalação do Reator Multipropósito Brasileiro (RBM), em Iperó/SP”; 28 – **RIC Nº 3.822/13** – do Sr. Edio Lopes – que “requerimento do deputado federal Edio Lopes (PMDB/RR), que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior através da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), sobre incentivos fiscais à indústria e comércio do setor de cimento no Estado do Amazonas.”; 29 – **RIC Nº 3.823/13** – do Sr. Beto Albuquerque – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações sobre a existência de financiamentos públicos, estímulos tributários, desonerações fiscais e/ou a participação de

Bancos oficiais e Fundos de Pensão públicos em operações financeiras em benefício das Empresas OGX e OSX, do Grupo EBX”; 30 – **RIC Nº 3.824/13** – do Sr. Beto Albuquerque – que “solicita ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações sobre o montante, as condições e garantias estabelecidas em contratos de financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em benefício da Empresa SIX Semicondutores, da Empresa OGX Petróleo e Gás Participações S.A. e da Empresa OSX, indústria naval, empresas do Grupo EBX”; 31 – **RIC Nº 3.825/13** – do Sr. Weverton Rocha – que “solicita informações à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República a respeito da malha aérea no período de realização da Copa do Mundo FIFA de 2014 e da situação geral da aviação civil no País”; 32 – **RIC Nº 3.826/13** – do Sr. Fernando Jordão – que “solicita informações ao Ministro da Secretaria de Aviação Civil, Sr. Moreira Franco, sobre o planejamento das obras dos aeroportos regionais”; 33 – **RIC Nº 3.827/13** – do Sr. Fernando Jordão – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão a respeito da venda de ativos da Eletronuclear”; 34 – **RIC Nº 3.828/13** – do Sr. Fernando Jordão – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão a respeito da contrapartidas socioambientais pela construção de Angra 3.”; 35 – **RIC Nº 3.829/13** – do Sr. Marcio Bittar – que “Requer o envio de solicitação de informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.”; 36 – **RIC Nº 3.830/13** – do Sr. Marcio Bittar – que “requer o envio de solicitação de informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda”; 37 – **RIC Nº 3.831/13** – da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1610, de 1996, do Senado Federal, que “dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os arts. 176, parágrafo primeiro, e 231, parágrafo terceiro, da Constituição Federal” – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, a saber, relação em que constem todos os alvarás de pesquisa autorizados e portarias de lavra em terras indígenas, que estavam em normalidade em 05/10/88”; 38 – **RIC Nº 3.832/13** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado da Defesa informações acerca de ações de reintegração de posse contra Diretores e membros da Associação de Moradores do Galeão (AMOG), conjunto habitacional externo ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (Galeão – Antônio Carlos Jobim)”; 39 – **RIC Nº 3.833/13** – do Sr. Dr. Rosinha – que “solicita informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores,

relativas à forma como, em território brasileiro, está sendo cumprido o Acordo-Quadro de Comércio, celebrado entre o Mercado Comum do Sul, Mercosul, e o Estado de Israel, assinado em Montevideu, em 18 de dezembro de 2007”; 40 – **RIC Nº 3.834/13** – da Sra. Andreia Zito – que “requer informações à Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão quanto às possíveis ações de autorização para a nomeação de candidatos excedentes do concurso público realizado para diversos cargos do Plano de Carreira da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, objeto do Edital de concurso público nº 01/2013”; 41 – **RIC Nº 3.835/13** – do Sr. Geraldo Simões – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, sobre as atividades de patrocínio e apoio da BAHIA GAS, empresa da qual é acionária a PETROBRAS S.A.”; 42 – **RIC Nº 3.836/13** – do Sr. Luiz Sérgio – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República referente ao Termo de Permissão de Uso de Armazéns de propriedade da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ”; 43 – **RIC Nº 3.837/13** – da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado da Justiça informações sobre os processos administrativos da Funai”; 44 – **RIC Nº 3.838/13** – da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – que “solicita à Senhora Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República informações sobre o resultado da análise de ocupação territorial e uso das terras, realizado pela Embraer.”; 45 – **RIC Nº 3.839/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, a respeito da venda de ativos no exterior pela Petrobrás ao grupo BTG/Pactual.”; 46 – **RIC Nº 3.840/13** – da Sra. Luiza Erundina – que “requer informações acerca dos procedimentos de renovação de concessões outorgadas à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Brasília e Belo Horizonte, especialmente em relação à situação fiscal da empresa.”; 47 – **RIC Nº 3.841/13** – do Sr. Wellington Fagundes – que “requer informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação sobre os desdobramentos do ato de Autorização do Campus Universitário de Primavera do Leste.”; 48 – **RIC Nº 3.842/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações ao Senhor Ministro de Minas e Energia sobre o contrato entre a Petrobras e a Construtora Odebrecht, firmado em 2010”. Com a palavra, o Senhor Deputado André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente, co-

mentou que, conforme decisão da Mesa, em reunião de 10 de setembro passado, tem encaminhado todos os Requerimentos de Informação (RIC's), mas que vem encontrando dificuldades em razão da matéria ser regimental. Reanalisada a decisão, a Mesa Diretora resolveu retomar o rito anterior quanto ao encaminhamento dos RIC's, aprovando os supracitados RIC's, nos termos do parecer do Relator. Prosseguindo, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, deu início a sua pauta. **I – PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE.** Exposta a pauta, a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade: 1) encaminhar as **Solicitações de Informação ao Tribunal de Contas da União: 1.1 – nº 49, de 2013**, de autoria do Deputado Beto Albuquerque, que solicita informações referentes às providências a serem tomadas pelo TCU quanto à fiscalização dos contratos de operações financeiras do BNDES e de outros órgãos públicos e instituições financeiras oficiais em benefício da Empresa OGX Petróleo e Gás Participações S.A. e da Empresa OSX, indústria naval, empresas do Grupo EBX; e 1.2 – **nº 50, de 2013**, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que solicita informações sobre o contrato entre a Petrobras e a Construtora Odebrecht, firmado em 2010; 2) ratificar os despachos favoráveis, **ad referendum**, exarados pelo Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves nos seguintes expedientes referentes a Ato da Mesa, relatório de missão oficial, relatório de Requerimentos de Informação, auxílio-alimentação e nomeação de servidor: 2.1 – **Ato da Mesa nº 115, de 2013**, que “Concede a Luiz Inácio Lula da Silva, a Medalha ‘Suprema Distinção Câmara dos Deputados’”, baixado **ad referendum** da Mesa Diretora em 25 de outubro de 2013; 2.2 – **Relatório de Missão Autorizada nº 5/2013**, da Presidência. Missões oficiais autorizadas por meio de ofícios – GPO nºs, de 2013: 1689, 1725, 2421, 2432, 2433, 2435, 2436, 2487, 2490, 2491, 2499, 2500, 2504 a 2507, 2509, 2510, 2513 a 2520, 2526, 2527, 2547, 2548, 2550 a 2554, 2559 a 2561, 2571, 2573, 2574, 2576, 2580, 2585 a 2587, 2592, 2594, 2595, 2597 a 2605, 2610, 2611, 2613 a 2616, 2619, 2621, 2622, 2631, 2637 a 2640, 2642 a 2647, 2650 a 2652, 2656 a 2660, 2662 a 2670, 2683 a 2685, 2687, 2688, 2690 a 2704, 2708 a 2713, 2724, 2726, 2749, 2753, 2762, 2765, 2767, 2769 a 2771, 2783 a 2785, 2788 a 2795, 2799, 2800, 2803 a 2808, 2817, 2821 a 2823, 2825, 2826, 2832 e 2833; 2.3 – **Relatório de Requerimentos de Informação (RIC)**, despachados **ad referendum** da Mesa Diretora, pelo encaminhamento, conforme decisão da Mesa Diretora de 10 de setembro próximo passado: 2.3.1. **RIC Nº 3.455/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre os voos

realizados pelo Grupo de Transporte Especial da FAB no período 1º de janeiro de 2011 até o dia 25 de julho de 2013”; 2.3.2. **RIC Nº 3.562/13** – do Sr. Izalci – que “solicita ao Senhor Aloizio Mercadante Oliva, Ministério da Educação, informações sobre a participação do ex-Ministro Franklin Martins em reuniões na Presidência da República”; 2.3.3. **RIC Nº 3.563/13** – do Sr. Izalci – que “solicita à Senhora Ministra da Casa Civil da Presidência da República sobre participação do ex-Ministro Franklin Martins em reuniões na Presidência da República”; 2.3.4. **RIC Nº 3.564/13** – do Sr. Izalci – que “solicita ao Senhor Fernando Pimentel, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, informações sobre a participação do ex-Ministro Franklin Martins em reuniões na Presidência da República”; 2.3.5. **RIC Nº 3.648/13** – do Sr. Marco Tebaldi – que “solicita ao Senhor Ministro de Minas e Energia, no âmbito da Agência Nacional do Petróleo – ANP, informações sobre as prospecções no abastecimento do Gás Natural na região sul do País”; 2.3.6. **RIC Nº 3.649/13** – do Sr. Carlos Sampaio – que “solicita sejam prestadas informações pelo Ministro da Advocacia-Geral da União, Sr. Luís Inácio Lucena Adams, acerca do instrumento firmado entre o Brasil e a Organização Pan-americana da Saúde (Opas) – Órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), referente à contratação de médicos cubanos para trabalharem no País”; 2.3.7. **RIC Nº 3.650/13** – do Sr. Carlos Sampaio – que “solicita sejam prestadas informações pelo Ministro de Saúde, Sr. Alexandre Padilha, acerca do instrumento firmado entre o Brasil e a Organização Pan-americana da Saúde (Opas) – Órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), referente à contratação de médicos cubanos para trabalharem no País”; 2.3.8. **RIC Nº 3.651/13** – do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita sejam prestadas informações pelo Sr. Manoel Dias, Ministro do Trabalho e Emprego, acerca do instrumento firmado entre o Brasil e a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) – Órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), referente a contratação de médicos cubanos para trabalharem no País”; 2.3.9. **RIC Nº 3.656/13** – do Sr. Giovanni Queiroz – que “solicita ao Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, a cópia do Acordo de Cooperação Técnica assinado entre o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde – OPAS/OMS”; 2.3.10. **RIC Nº 3.659/13** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “Requer informações a Controladoria-Geral da União, sobre a fiscalização de fraudes no Fundeb em prefeituras do Pará”; 2.3.11. **RIC Nº 3.660/13** – do Grupo de Trabalho destinado a debater a questão das terras indígenas – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça,

José Eduardo Cardozo sobre o acordo para resolver conflito indígena na Fazenda Buriti, no Mato Grosso do Sul”; 2.3.12. **RIC Nº 3.662/13** – do Sr. Marlllos Sampaio – que “solicita informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia sobre os constantes apagões que vem acontecendo no Estado do Piauí”; 2.3.13. **RIC Nº 3.664/13** – do Sr. Raul Henry – que “solicita informações à Ministra de Estado da Cultura, Marta Suplicy, sobre a concessão de vultosas quantias por intermédio da Lei Rouanet para desfiles de moda”; 2.3.14. **RIC Nº 3.665/13** – do Sr. Romário – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República Wellington Moreira Franco – acerca do ocorrido no voo da empresa aérea GOL LINHAS AÉREAS, amplamente divulgado pela mídia”; 2.3.15. **RIC Nº 3.666/13** – do Sr. Izalci – que “solicita ao Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Gilberto Carvalho, informações sobre o suposto convênio firmado entre o governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e o governo de Cuba, para que médicos oriundos deste País trabalhassem no Estado-membro de Tocantins”; 2.3.16. **RIC Nº 3.667/13** – do Sr. Stefano Aguiar – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Saúde a respeito da incorporação da vacina contra o vírus do papiloma humano (HPV) no Programa Nacional de Imunização – PNI”; 2.3.17. **RIC Nº 3.677/13** – da Sra. Andreia Zito – que “solicita informações à Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre políticas para exame pré-admissional para candidatos aprovados em concurso público, para fins de posse e exercício”; 2.3.18. **RIC Nº 3.678/13** – do Sr. Roberto Santiago – que “solicita informações do Senhor Ministro da Defesa, em decorrência da fixação em 2008 pela Estratégia Nacional de Defesa de um dos seus três eixos estruturantes, em torno da reorganização da indústria nacional de material de defesa”; 2.3.19. **RIC Nº 3.683/13** – do Sr. Nilson Leitão – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Andrade, sobre a situação das unidades da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB no Estado do Mato Grosso – MT”; 2.3.20. **RIC Nº 3.684/13** – do Sr. Lincoln Portela – que “solicita, com base na deliberação do Grupo de Trabalho Destinado a Debater a Questão das Terras Indígenas, informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo sobre o acordo para resolver conflito indígena na Fazenda Buriti, no Mato Grosso do Sul”; 2.3.21. **RIC Nº 3.685/13** – do Sr. Augusto Coutinho – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado do Esporte, Sr. José Aldo Rebelo Figueiredo, sobre o Estádio Grito da Re-

pública”; 2.3.22. **RIC Nº 3.688/13** – do Sr. Arnaldo Jardim – que “solicita informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, a respeito das despesas de implantação em países da América Latina de usinas de geração de energia elétrica a partir de unidades em desuso no Brasil, assunto tratado na Medida Provisória n. 618, de 2013”; 2.3.23. **RIC Nº 3.689/13** – do Sr. João Ananias – que “solicita esclarecimentos junto ao Sr. Ministro dos Transportes César Borges informações e quais medidas estão sendo tomadas sobre as obras da BR 222 no Ceará”; 2.3.24. **RIC Nº 3.690/13** – da Sra. Erika Kokay – que “solicita que seja encaminhado pedido de informações a Excelentíssima Sra. Ministra de Estado da Cultura sobre o processo de federalização do Museu Nacional da República”; 2.3.25. **RIC Nº 3.691/13** – do Sr. João Dado – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Previdência Social a respeito do impacto financeiro e atuarial nas contas da Previdência Social, relativamente aos exercícios de 2013, 2014 e 2015, da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 5.535, de 2013, que altera os incisos I e II do art. 29 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para modificar o cálculo do salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social”; 2.3.26. **RIC Nº 3.692/13** – do Sr. Onofre Santo Agostini – que “solicita informações a Sra. Ministra do Meio Ambiente, Izabella Mônica Vieira Teixeira, a respeito dos arts. 5º, incisos IV e V e art. 7º, inciso IX da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos”; 2.3.27. **RIC Nº 3.693/13** – do Sr. Weliton Prado – que “solicita informações ao Ministro de Estado dos Transportes, César Augusto Rabello Borges, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), acerca dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC’s) recentemente firmados com a Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S/A, Viabahia Concessionária de Rodovias S/A, Autopista Litoral Sul S/A, Autopista Regis Bittencourt S/A, Autopista Planalto Sul S/A, Autopista Fernão Dias S/A, Autopista Fluminense S/A”; 2.3.28. **RIC Nº 3.694/13** – da Comissão de Viação e Transportes – que “solicita informações aos Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC, e ao Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, sobre a suspensão dos voos TAM JJ 3351 – São Luís/São Paulo, e TAM JJ 3350 São Paulo/São Luís”; 2.3.29. **RIC Nº 3.696/13** – do Sr. Hugo Leal – que “solicita ao Ministério dos Transportes, no âmbito da competência da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, informações sobre as vias laterais da Rodovia Presidente Dutra – BR 116, no trecho entre o Km. 293 e o Km. 328”;

2.3.30. **RIC Nº 3.697/13** – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Edison Lobão Ministro de Minas e Energia a respeito do plano de reestruturação da Eletrobrás que, possibilita a venda do controle das distribuidoras de energia federalizadas”; 2.3.31. **RIC Nº 3.698/13** – do Sr. Marcos Rogério – que “solicita ao Ministério do Meio Ambiente informação sobre multas expedidas pelo IBAMA no Estado de Rondônia”; 2.3.32. **RIC Nº 3.699/13** – do Sr. Nilson Leitão – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Jorge Hage Sobrinho, Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, informações sobre a existência, o andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Orlando Silva do Ministério do Esporte”; 2.3.33. **RIC Nº 3.700/13** – do Sr. Nilson Leitão – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência, o andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Carlos Lupi do Ministério do Trabalho e Emprego”; 2.3.34. **RIC Nº 3.701/13** – do Sr. Nilson Leitão – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência, o andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Alfredo Nascimento do Ministério dos Transportes”; 2.3.35. **RIC Nº 3.702/13** – do Sr. Nilson Leitão – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência, o andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Mário Negromonte do Ministério das Cidades”; 2.3.37. **RIC Nº 3.704/13** – do Sr. Nilson Leitão – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência, o andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Wagner Rossi do Ministério da Agricultura”; 2.3.38. **RIC Nº 3.705/13** – do Sr. Nilson Leitão – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da

União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência, andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Antonio Palocci da Casa Civil”; 2.3.39. **RIC Nº 3.712/13** – do Sr. Gonzaga Patriota – que “solicita informações ao senhor Ministro de Estado dos Transportes, sobre sinalização e fiscalização eletrônica em rodovias brasileiras”; 2.3.40. **RIC Nº 3.714/13** – do Sr. Geraldo Resende – que “solicita informações ao Exmo. Ministro de Estado da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, acerca do repasse de recursos financeiros para reforma do Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS e do Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, através do Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF)”; 2.3.41. **RIC Nº 3.715/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro das Comunicações, maiores informações a sobre a implantação de uma torre de telefonia móvel na comunidade de Monte Sinai, município de Parintins no Estado do Amazonas”; 2.3.42. **RIC Nº 3.716/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro dos Transportes, maiores informações a respeito das obras de construção do porto de Itacoatiara no Estado do Amazonas”; 2.3.43. **RIC Nº 3.717/13** – do Sr. Carlos Brandão – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Senhor Fernando Bezerra, informações sobre a realização de licitação para a aquisição de cisternas destinadas ao Programa Água para Todos”; 2.3.44. **RIC Nº 3.718/13** – da Sra. Rosane Ferreira – que “solicita informações ao senhor Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, sobre o posicionamento da Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA) com relação ao agrotóxico 2,4 D”; 2.3.45. **RIC Nº 3.722/13** – do Sr. João Ananias – que “solicita esclarecimentos junto ao Sr. Ministro Aloizio Mercadante solicitando informações e quais medidas foram ou serão tomadas sobre os reajustes das mensalidades escolares e das Universidades particulares”; 2.3.46. **RIC Nº 3.724/13** – do Sr. Ivan Valente – que “solicita ao Exmo Sr. Ministro da Educação informações sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRO-NATEC e Sistema de Seleção Unificada para Cursos Técnicos – SISUTEC”; 2.3.47. **RIC Nº 3.725/13** – do Sr. Arnaldo Jardim – que “solicita informações ao Ministro de Minas e Energia acerca da situação do Sistema Elétrico Nacional e de medidas para melhorar seu desempenho”; 2.3.48. **RIC Nº 3.730/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre os convênios firmados pela Fundação Banco do Brasil, na ordem de R\$ 36 milhões, com organizações não go-

vernamentais (ONG) e associações ligadas a partidos políticos”; 2.3.49. **RIC Nº 3.731/13** – do Sr. Luciano Castro – que “solicita informações a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre a criação de nova reserva no sul do Estado de Roraima pelo Instituto Chico Mendes”; 2.3.50. **RIC Nº 3.732/13** – do Sr. Zé Vieira – que “solicita ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, documentos referentes aos recursos captados pela Caixa Econômica Federal, a título de Contribuição Sindical os quais não tenham sido repassados aos respectivos titulares dos créditos por incorreção, erro de preenchimento, digitação e outros”; 2.3.51. **RIC Nº 3.733/13** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito da aplicação da legislação tributária federal pela Secretaria da Receita Federal do Brasil sobre as entidades de administração do desporto (confederações desportivas) e as entidades de prática desportiva (clubes profissionais e associações de desportos olímpicos ou não)”; 2.3.52. **RIC Nº 3.735/13** – do Sr. Silas Câmara – que “solicita ao Ministro das Comunicações, maiores informações sobre a implantação de antenas de telefonia móvel em comunidades de municípios do Estado do Amazonas”; 2.3.53. **RIC Nº 3.736/13** – do Sr. Carlos Roberto – que “solicita informações ao Ministro de Estado dos Transportes acerca de obra na Rodovia Presidente Dutra, em Guarulhos (SP)”; 2.3.54. **RIC Nº 3.737/13** – do Sr. Valdir Colatto – que “solicita ao Senhor José Eduardo Cardozo – Ministro da Justiça, cópias, em meio digital, das despesas com diárias e passagens a serem efetuadas pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, no período de 25 de setembro a 10 de outubro de 2013”; 2.3.55. **RIC Nº 3.738/13** – do Sr. Valdir Colatto – que “solicita ao Senhor Gilberto Carvalho – Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, cópias, em meio digital, das despesas com diárias e passagens a serem efetuadas pela secretaria no período de 25 de setembro a 10 de outubro de 2013”; 2.3.56. **RIC Nº 3.739/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita informações ao Ministro das Comunicações quanto à expansão do número de rádios comunitárias nos municípios paraibanos”; 2.3.57. **RIC Nº 3.743/13** – do Sr. Raul Lima – que “solicita o envio de Requerimento de Informações ao Ministro das Cidades, solicitando esclarecimentos a respeito do Programa Minhas Casa Minha Vida em Roraima”; 2.3.58. **RIC Nº 3.745/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre as aquisições e as vendas dos ativos da empresa Petrobras, que foram negociados nos períodos de 2003 a 2013”; 2.3.59. **RIC Nº 3.747/13** – do Sr. Rubens Bueno – que

“solicita informações ao Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre processos administrativos resultantes de fiscalizações realizadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar”; 2.3.60. **RIC Nº 3.748/13** – da Sra. Andreia Zito – que “solicita informações à Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão quanto às ações de autorização para realização de concurso público na Carreira de Ciência e Tecnologia em substituição a terceirizados irregulares, no âmbito do Instituto Nacional do Câncer – INCA e de autorização para provimento de cargos públicos, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.823, de 05 de junho de 2013, publicada no DOU de 06/06/2013”; 2.3.61. **RIC Nº 3.749/13** – do Sr. Carlos Souza – que “solicita informações do Sr. Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre compra de terras na Amazônia”; 2.3.62. **RIC Nº 3.750/13** – do Sr. Hugo Leal – que “solicita ao Ministério dos Transportes, no âmbito da competência da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, informações sobre obras a serem realizadas no âmbito de contratos de concessão que envolvem a exploração de rodovias federais situadas no Estado do Rio de Janeiro”; 2.3.63. **RIC Nº 3.755/13** – do Sr. Stepan Nercessian – que “solicita informações ao Ministro da Educação sobre a Avaliação Nacional de Alfabetização”; 2.3.64. **RIC Nº 3.758/13** – do Sr. Fernando Jordão – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão a respeito do fechamento de 38 escritórios e empresas da Petrobras, fora do Brasil”; 2.3.65. **RIC Nº 3.759/13** – do Sr. João Ananias – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações a respeito dos altos custos da Telefonia Móvel e a proposta e desoneração do ICMS, por part dos Governos Estaduais”; 2.3.66. **RIC Nº 3.761/13** – da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – que “solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre os critérios de apoio e sobre as operações realizadas pelo BNDES junto à empresa JBS do setor de frigoríficos”; 2.3.67. **RIC Nº 3.762/13** – da Sra. Rosane Ferreira – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da aprovação de Projeto de Lei”; 2.3.68. **RIC Nº 3.764/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia a respeito das providências relacionadas ao setor de gás natural”; 2.3.69. **RIC Nº 3.765/13** – do Sr. Walter Ihoshi – que “requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115, inciso I, e 116, ambos do Regimento Interno desta Casa, que, ouvida a Mesa, seja solicitada ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da

Fazenda que informe as motivações da edição da Instrução Normativa RFB nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, publicada no DOU em 17/9/2013, e da manutenção do Regime Tributário de Transição (RTT), que já está em vigor há cinco anos”; 2.3.70. **RIC Nº 3.766/13** – do Sr. Padre Ton – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, acerca de eventuais processos de aquisição de imóveis para o Programa Nacional de Reforma Agrária, no Estado de Rondônia”; 2.3.71. **RIC Nº 3.767/13** – do Sr. Carlos Eduardo Cadoca – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Aviação Civil acerca de frequências de voos internacionais entre o Brasil e os seguintes países: EUA, Rússia, Alemanha e China desde o ano de 2008”; 2.3.72. **RIC Nº 3.768/13** – do Sr. Osmar Serraglio – que “requer que sejam prestadas informações pelo MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, com dados do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária sobre a atual situação do processo da Comunidade Quilombola Maria Adelaide Ferreira no município de Palmas, Estado do Paraná”; 2.3.73. **RIC Nº 3.769/13** – do Sr. Simplício Araújo – que “requer informações ao Ministro da Justiça sobre os recursos destinados à política pública de segurança, assim como retratar a situação das Polícias Militares, Polícias Cíveis e Corpos de Bombeiros Militares, a partir de 2010 no que diz respeito à estrutura, recursos humanos e materiais, orçamento, ações de prevenção e atividades de capacitação e valorização profissional, no Estado do Maranhão”; 2.3.74. **RIC Nº 3.770/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “requer informações ao Ministro de Estado da Saúde, Senhor Alexandre Padilha, acerca do convênio celebrado com a entidade SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina”; 2.3.75. **RIC Nº 3.771/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “requer informações ao Ministro de Estado da Defesa, Senhor Celso Amorim, acerca dos convênios celebrados com a entidade OBDCTCEA – Organização Brasileira para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Controle do Espaço Aéreo”; 2.3.76. **RIC Nº 3.772/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “requer informações à Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Senhora Tereza Campello, acerca dos convênios firmados com a entidade Associação Programa um Milhão de Cisternas para o Semi-Árido”; 2.3.77. **RIC Nº 3.773/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “requer informações ao Ministro de Estado da Educação, Senhor Aloizio Mercadante, acerca do convênio celebrado com a entidade SPDM – Associação Pau-

lista para o Desenvolvimento da Medicina”; 2.3.78. **RIC Nº 3.774/13** – do Sr. Amauri Teixeira – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação informações sobre a emenda de nº 27360020 referente a construção de Ginásio Poliesportivo do IFBA Campus de Jacobina Processo de Origem 2012CC0007”; 2.3.79. **RIC Nº 3.775/13** – do Sr. Henrique Afonso – que “requer informações acerca da atuação da ECT no município de Santa Rosa do Purus, AC”; 2.3.80. **RIC Nº 3.776/13** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “requer informações ao Ministério da Justiça acerca dos inquéritos sobre desvios de recursos no Programa Fome Zero, através da Conab”; 2.3.81. **RIC Nº 3.777/13** – do Sr. Jair Bolsonaro – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a respeito da veracidade de notícia divulgada por mídia sobre abandono de tradutora brasileira, integrante de comitiva oficial de viagem presidencial, na cidade do Panamá”; 2.3.82. **RIC Nº 3.778/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita ao Senhor Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central. Esclarecimentos sobre a matéria com o título “Brechas em sites do Bradesco e do Banco do Brasil expõem milhões de clientes”, publicada no jornal Folha de São Paulo, do dia 26/08/2013”; 2.3.83. **RIC Nº 3.779/13** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “requer informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, no âmbito da ANEEL, a respeito dos relatórios de fiscalização da concessionária de distribuição de energia elétrica CELPA”; 2.3.84. **RIC Nº 3.780/13** – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que “solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre financiamentos do BNDES”; 2.3.85. **RIC Nº 3.781/13** – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que “solicita informações ao Ministro da Saúde sobre transferência de recursos do Sistema Único da Saúde para as unidades da federação”; 2.3.86. **RIC Nº 3.782/13** – do Sr. Raul Henry – que “solicita informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Wellington Moreira Franco, sobre possível corte de gastos em relação aos contratos de manutenção preventiva dos aeroportos administrados pela Infraero, bem como, sobre eventuais situações de alto risco que poderão ser geradas por essa medida”; 2.3.87. **RIC Nº 3.783/13** – do Sr. Carlos Sampaio – que “requer sejam prestadas informações pelo Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, sobre a Resolução nº 05, de 2013, editada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, que obrigou as empresas interessadas em firmar Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC), a confessarem a prática de ilícitos civis e penais contra a ordem econômica”; 2.3.88. **RIC Nº 3.784/13** – do Sr.

Plínio Valério – que “solicita informações a Senhora Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Helena Campello sobre o Programa Bolsa Família”; 2.3.89. **RIC Nº 3.785/13** – do Sr. João Dado – que “solicita informações ao Ministério da Saúde sobre impacto orçamentário decorrente da eventual aprovação de proposição sobre a distribuição no âmbito do Sistema Único de Saúde, de almofadas e colchões utilizados na prevenção de úlceras por pressão”; 2.3.90. **RIC Nº 3.786/13** – da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da aprovação do Projeto de Lei 6.483/2013”; 2.3.91. **RIC Nº 3.787/13** – da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre a estimativa de renúncia de receita decorrente da aprovação do Projeto de Lei nº 4.378, de 2012”; 2.3.92. **RIC Nº 3.788/13** – do Sr. João Dado – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda no âmbito da Receita Federal do Brasil sobre o impacto orçamentário e financeiro, nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 5.018, de 2009, que trata de isenção total do imposto de renda da pessoa física sobre os rendimentos de aposentadoria e pensão, sem limite de idade”; 2.3.93. **RIC Nº 3.789/13** – do Sr. João Dado – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda no âmbito da Receita Federal do Brasil sobre o impacto orçamentário e financeiro decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 3.623, de 2008, que institui incentivos fiscais para operações com instrumentos musicais”; 2.3.94. **RIC Nº 3.790/13** – do Sr. Stepan Nercessian – que “requer informações ao Ministro da Educação sobre a redução da compra de livros didáticos para as escolas públicas brasileiras”; 2.3.95. **RIC Nº 3.796/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações à Ministra-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Senhora HELENA CHAGAS, acerca dos contratos e do teor das pesquisas de opinião pública a serem realizadas até as vésperas das eleições de 2014”; 2.3.96. **RIC Nº 3.797/13** – do Sr. Edinho Araújo – que “solicita informações ao Ministério dos Transportes sobre o cronograma de obras da Ferrovia Norte-Sul, no trecho compreendido entre Anápolis (GO), passando por Iturama (MG) até Estrela D'Oeste (SP), especialmente a partir de Estrela D'Oeste chegando a Panorama (SP), conforme traçado original do Projeto da Ferrovia Norte-Sul”; 2.4 – **Auxílio-alimentação: Processo nº 125.906/2013**, de interesse da Deputada Mara Grabrilli. Ratificação do despacho favorável do Senhor Presi-

dente Henrique Eduardo Alves, exarado à fl. 6: “Em 30/9/13. Trata-se de solicitação da Deputada **Mara Grabrilli**, no sentido de que fosse verificada a possibilidade de reembolso, por meio da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (Ceap), de despesas com alimentação das servidoras Carina Gomes Pereira, ponto nº 233.873, e Gidalva Correia Cardozo, ponto nº 233.875, que a acompanham diariamente, em regime de revezamento semanal. O Diretor-Geral (fl. 5) manifestou-se favoravelmente ao atendimento do pleito, considerando as condições especiais da parlamentar, desde que haja o desconto proporcional no auxílio-alimentação, referente aos dias em que as servidoras tiverem as refeições custeadas pela Ceap. Assim, autorizo, **ad referendum** da Mesa, que tais despesas sejam reembolsadas na forma sugerida no despacho de fl. 5. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 2.5 – **Nomeação de servidor: Processo nº 129.403/2013 (128.328/13)**. Ratificação do despacho favorável do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, exarado à fl. 3: “Em 15/10/13. “Trata-se de indicação do Líder do PMDB, Deputado Eduardo Cunha, de nomeação da Senhora **Suzi Raquel Barbosa Rodrigues** para o Cargo de Natureza Especial de Assessor Técnico, CNE-07, a ser exercido naquela Liderança. Trata-se de matéria disciplinada pela Resolução n. 43/2006, que autoriza o Presidente da Casa a dispensar, **ad referendum** da Mesa, com base em critérios de confiança, eficiência e oportunidade, a escolaridade de nível superior, exigida em atos internos, para a designação de acesso às funções comissionadas de Direção e Assessoramento e, por extensão, conforme processo nº 2007/122698, aos Cargos de Natureza Especial. Desta forma, autorizo, em caráter excepcional, **ad referendum** da Mesa, o provimento do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, pela referida indicada, na Liderança do PMDB. Encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para providências.”. Passou-se à apreciação da pauta da Terceira-Secretaria **II – PAUTA DO SENHOR TERCEIRO-SECRETÁRIO**. O Senhor Deputado Maurício Quintella Lessa relembrou a decisão da Mesa, tomada na última reunião, pela aplicação do teto constitucional apenas em relação aos funcionários da Câmara dos Deputados, em decorrência do Acórdão nº 2.142/2013, proferido pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Arguiu o fato do TCU, como órgão auxiliar do Poder Legislativo, isentar-se, até o momento presente, da aplicação do acórdão por ele proferido. Então, para que não haja essa diferença na aplicabilidade, trouxe alguns questionamentos para que a Casa possa responder e balizar uma decisão futura. O Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves sugeriu ao Senhor Diretor-Geral, com base

nos questionamentos que são precedentes, trazer, na próxima reunião, uma posição clara sobre todos os itens, para que a Mesa possa tomar uma decisão. Os questionamentos são: “Sr. Presidente, não é novidade que uma parcela significativa dos servidores desta Casa, em especial os com atribuição e responsabilidade de gestão, foi atingida por um acórdão do TCU relativamente à questão do teto constitucional. Há parlamentares e ex-parlamentares igualmente atingidos. Não entro no mérito da decisão. Porém indago se os juristas desta Casa ou mesmo esta Mesa Diretora o fizeram, O silêncio oficial sobre o tema quer parecer um reconhecimento incontestado ao entendimento de um órgão auxiliar do Legislativo, ainda que revestido de atribuições constitucionais. No entanto, parece-me, salvo melhor juízo, que a matéria é controversa, e não está de todo pacificada. Para a reflexão deste Colegiado, questiono? 1 – O acórdão do TCU não merece reparo? 2 – O entendimento e as práticas administrativas desta Casa com relação à questão do teto constitucional não estavam embasados em normativos que lhes conferiam legalidade? 3 – Esses normativos foram revogados? 4 – Resolução da CD ou do CN poderá dispor, internamente, sobre a questão do teto constitucional, a exemplo e nos moldes do que faz o Conselho Nacional de Justiça para o Poder Judiciário? 5 – Confere a informação de que o TRF da 1ª Região suspendeu a execução de liminar deferida pelo Juízo Federal da 9ª Vara – DF nos autos de Ação Civil Pública que havia acarretado mudança da composição de parcelas do salário dos servidores desta Casa sobre a qual incide o desconto chamado abate-teto? O mérito da Ação já foi julgado? 6 – A decisão do TRF poderá contrariar o entendimento da Corte de Contas? 7 – Há ministros do TCU, aposentados pelo extinto IPC, remunerados com valor superior ao fixado como teto constitucional? 8 – A aposentadoria parlamentar pelo extinto IPC é custeada por entidade de Previdência Privada ou pelos cofres da União?”. Com a palavra, o Senhor Deputado André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente, apresentou, extrapauta, o **Projeto de Resolução nº 205, de 2013**, de autoria da Deputada Iara Bernardi, que institui o prêmio Nelson Mandela de Ensino da História da África e das Relações Étnico-Raciais. Submetido a votos, a Mesa Diretora opinou, por unanimidade, pela aprovação do supracitado projeto, nos termos do parecer do Relator. Em seguida, o Senhor Deputado André Vargas pediu reconsideração da indicação do Centro Espírita Beneficente União do Vegetal – Planaltina/DF, entidade já homenageada em sessão solene nesta Casa, para a condecoração da Medalha “Mérito Legislativo Câmara dos Deputados”,

apresentada pelo Segundo-Suplente de Secretário, Deputado Wolney Queiroz. Posto em votação, a Mesa aprovou a indicação supra. **III – PAUTA DO SENHOR SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE.** A Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres favoráveis exarados pelo Relator, Deputado Fábio Faria, nos processos referentes a reembolso de despesas de assistência à saúde, conforme a seguir: 1 – **Processo n. 9.644/2013**, de interesse do Deputado Osmar Serraglio; 2 – **Processo nº 118.085/2013**, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro; 3 – **Processo nº 124.866/2013**, de interesse do Deputado Hidekazu Takayama; 4 – **Processo nº 126.290/2013**, de interesse do Deputado Zé Vieira; 5 – **Processo nº 127.980/2013**, de interesse do Deputado Stefano Aguiar; 6 – **Processo nº 128.148/2013**, de interesse do Deputado Eduardo Cunha; 7 – **Processo nº 128.392/2013**, de interesse do Deputado Luis Carlos Heinze; 8 – **Processo nº 128.438/2013**, de interesse do Deputado Domingos Dutra; 9 – **Processo nº 129.304/2013**, de interesse do Deputado Roberto Balestra; 10 – **Processo nº 129.337/2013**, de interesse do Deputado Antonio Imbassahy; 11 – **Processo nº 129.784/2013**, de interesse da Deputada Carmen Zanotto; 12 – **Processo nº 129.995/2013**, de interesse do Deputado Afonso Hamm; 13 – **Processo nº 130.018/2013**, de interesse do Deputado Jorge Tadeu Mudalen; 14 – **Processo nº 130.024/2013**, de interesse do Deputado Jorge Tadeu Mudalen; 15 – **Processo nº 130.031/2013**, de interesse do Deputado Roberto Britto; 16 – **Processo nº 130.127/2013**, de interesse do Deputado Paulo Feijó; 17 – **Processo nº 130.132/2013**, de interesse do Deputado João Campos; 18 – **Processo nº 130.136/2013**, de interesse do Deputado Antônio Roberto; 19 – **Processo nº 130.155/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 20 – **Processo nº 130.189/2013**, de interesse do Deputado Stefano Aguiar; 21 – **Processo nº 130.190/2013** (com glosa), de interesse do Deputado Stefano Aguiar; 22 – **Processo nº 130.244/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 23 – **Processo nº 130.327/2013**, de interesse do Deputado Antônio Roberto; 24 – **Processo nº 130.371/2013**, de interesse do Deputado Eduardo Sciarra; 25 – **Processo nº 130.411/2013**, de interesse do Deputado Zé Vieira; 26 – **Processo nº 130.413/2013**, de interesse do Deputado Zé Vieira; 27 – **Processo nº 130.416/2013**, de interesse do Deputado Zé Vieira; 28 – **Processo nº 130.417/2013**, de interesse do Deputado Zé Vieira; 29 – **Processo nº 130.418/2013**, de interesse do Deputado Zé Vieira; 30 – **Processo nº 130.670/2013**, de interesse do Deputado Júlio Campos; 31 – **Processo nº 130.677/2013**, de interesse do Deputado José Ge-

noíno; 32 – **Processo nº 130.720/2013**, de interesse do Deputado Jorge Tadeu Mudalen; 33 – **Processo nº 130.753/2013**, de interesse da Deputada Iriny Lopes; 34 – **Processo nº 130.774/2013**, de interesse do Deputado Luciano Castro; 35 – **Processo nº 130.862/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 36 – **Processo nº 130.998/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 37 – **Processo nº 131.060/2013**, de interesse do Deputado Silas Câmara; 38 – **Processo nº 131.125/2013**, de interesse do Deputado Alex Canziani; 39 – **Processo nº 131.152/2013**, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro; 40 – **Processo nº 131.224/2013**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 41 – **Processo nº 131.227/2013**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 42 – **Processo nº 131.240/2013**, de interesse do Deputado Luiz Carlos; 43 – **Processo nº 131.312/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 44 – **Processo nº 131.365/2013**, de interesse do Deputado Erivelton Santana; 45 – **Processo nº 132.048/2013**, de interesse do Deputado Antônio Roberto; 46 – **Processo nº 132.054/2013**, de interesse do Deputado João Sandes; 47 – **Processo nº 132.196/2013**, de interesse do Deputado Luis Carlos Heinze; 48 – **Processo nº 132.265/2013**, de interesse da Deputada Elcione Barbalho; 49 – **Processo nº 132.280/2013**, de interesse do Deputado Alexandre Santos; 50 – **Processo nº 132.281/2013**, de interesse do Deputado Pedro Uczai; 51 – **Processo nº 132.482/2013**, de interesse do Deputado Vitor Penido; 52 – **Processo nº 132.599/2013**, de interesse do Deputado Felipe Maia; 53 – **Processo nº 132.618/2013**, de interesse da Deputada Érika Kokay; 54 – **Processo nº 127.351/2013** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Abelardo Camarinha; 55 – **Processo nº 127.810/2013** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Silas Câmara; 56 – **Processo nº 132.641/2013**, de interesse do Deputado Pauderney Avelino; 57 – **Processo nº 132.739/2013**, de interesse do Deputado Carlos Magno; 58 – **Processo nº 112.777/2013** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Marcos Tebaldi. Por último, o Senhor Deputado Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente expôs o **Processo nº 121.007/2013**, de interesse do Deputado Lira Maia, referente a pedido de reconsideração em relação à decisão da Mesa Diretora, de 10 de setembro de 2013, que deferiu parcialmente o pedido de reembolso de despesas odontológicas. Analisado o processo, a Mesa Diretora indeferiu o pleito, conforme parecer do Relator. Com a palavra, o Senhor Deputado Simão Sessim, Segundo-Secretário, trouxe a relação dos nomes su-

geridos para condecoração com a medalha “Mérito Legislativo Câmara dos Deputados”, cuja cerimônia de entrega está prevista para o dia 4 de dezembro próximo. Comentadas algumas indicações, a Mesa Diretora decidiu delegar ao Senhor Deputado Simão Sessim a definição da relação dos agraciados. Nada mais havendo a tratar, às dez horas e vinte minutos, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, , Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente, Secretaria-Geral da Mesa.

Ata da 8ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada no dia 21 de novembro de 2013.

Publique-se.

Em 10-12-2013. – **Mozart Vianna de Paiva**, Secretário-Geral da Mesa Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Quarta Legislatura.

Ata da primeira reunião extraordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 3 de dezembro de 2013.

Aos três dias do mês de novembro de dois mil e treze, às doze horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente. Presentes os Senhores Deputados André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente; Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente; Márcio Bittar, Primeiro-Secretário; Simão Sessim, Segundo-Secretário; Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário; Biffi, Quarto-Secretário; Gonzaga Patriota, Primeiro-Suplente de Secretário; Vitor Penito, Terceiro-Suplente de Secretário; Cláudio Cajado, Procurador Parlamentar; e Átila Lins, Corregedor Parlamentar. Ausentes justificadamente os Senhores Deputados Wolney Queiroz, Segundo-Suplente de Secretário; e Takayama, Quarto-Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou abertos os trabalhos, retomando a questão relacionada ao Senhor Deputado José Genoíno, referente à decisão do Supremo Tribunal Federal proferida nos autos da Ação Penal nº 470, discutida, inicialmente, pela Mesa Diretora na reunião do dia 21 de novembro próximo passado. Após breve relato, passou a palavra ao Senhor Deputado André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente, cujo pedido de vista havia sido solicitado na reunião passada.

Durante a arguição de seu parecer, foi apresentado à Mesa Diretora pedido de renúncia do Deputado José Genoíno, nos termos a seguir: “Dirijo-me a Vossas Excelências após mais de 25 anos dedicados à Câmara dos Deputados, e com uma história de mais de 45 anos de luta em prol da defesa intransigente do Brasil, da democracia e do povo brasileiro, para comunicar uma breve pausa nessa utia, que representa o início de uma nova batalha, dentre as tantas que assumi ao longo da vida. Assim, e considerando o disposto no inciso II, do artigo 56 da Constituição Federal; Considerando ainda, a transformação midiática em espetáculo de um processo de cassação; Considerando, de outro modo, que não pratiquei nenhum crime, não dei azo a quaisquer condutas, em toda minha vida pública ou privada, que tivesse o condão do atentar contra a ética e o decoro parlamentar; Considerando que sou inocente; Considerando, também, que a razão de ser da minha vida é a luta por sonhos e causas ao longo dos últimos 45 anos, reitero que entre a humilhação e a ilegalidade prefiro o risco da luta; e Considerando, por derradeiro, que sempre lutei por ideais e jamais acumulei patrimônio ou riqueza. Por tudo isso e ao tempo em que agradeço a confiança em mim depositada, ao longo de muitos anos pelo povo do Estado de São Paulo e pelo Brasil, RENUNCIO ao Mandato Parlamentar e encaminho a presente missiva através do Deputado José Guimarães PT/CE e do Dr. Alberto Moreira Rodrigues, Advogado inscrito na OAB/DF nº12.652. Atenciosamente, Deputado José Genoíno Neto”. Em seguida, passou-se à apreciação da pauta da Segunda-Vice-Presidência. **I – PAUTA DO SENHOR SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE.** A Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres favoráveis exarados pelo Relator, Deputado Fábio Faria, nos processos referentes a reembolso de despesas de assistência à saúde, conforme a seguir: 1 – **Processo nº 010.416/2013**, de interesse do Deputado Osmar Serraglio; 2 – **Processo nº 121.073/2013**, de interesse do Deputado Alexandre Silveira; 3 – **Processo nº 124.346/2013**, de interesse do Deputado Goiaciara Cruz; 4 – **Processo nº 127.210/2013**, de interesse do Deputado Jovair Arantes; 5 – **Processo nº 130.533/2013**, de interesse do Deputado João Paulo Lima; 6 – **Processo nº 131.360/2013**, de interesse do Deputado Dr. Rosinha; 7 – **Processo nº 132.056/2013**, de interesse do Deputado Roberto Britto; 8 – **Processo nº 132.254/2013**, de interesse do Deputado Eduardo Sciarra; 9 – **Processo nº 132.657/2013**, de interesse do Deputado José Chaves; 10 – **Processo nº 132.939/2013**, de interesse do Deputado Wladimir Costa; 11 – **Processo nº 133.019/2013**, de interesse da Deputada Elcione

Barbalho; 12 – **Processo nº 133.263/2013**, de interesse do Deputado Fábio Ramalho; 13 – **Processo nº 133.412/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 14 – **Processo nº 133.413/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 15 – **Processo nº 133.450/2013**, de interesse do Deputado Wladimir Costa; 16 – **Processo nº 133.478/2013**, de interesse do Deputado Stefano Aguiar; 17 – **Processo nº 133.523/2013** (com glosa), de interesse do Deputado Carlos Eduardo Cadoca; 18 – **Processo nº 133.735/2013**, de interesse do Deputado Antonio Imbassahy; 19 – **Processo nº 133.744/2013**, de interesse do Deputado Plínio Valério; 20 – **Processo nº 133.752/2013**, de interesse do Deputado Carlos Sampaio; 21 – **Processo nº 134.030/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 22 – **Processo nº 134.119/2013**, de interesse do Deputado Luiz de Deus. Por último, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves apresentou, extrapauta, questionamento acerca das divergências quanto à obrigatoriedade ou não da realização de licitação com a finalidade de conceder exclusividade à instituição financeira oficial para a prestação dos serviços de pagamento de remuneração e similares (interpretação do art. 37, XXI, da Constituição Federal, cumulado com o art. 24, VIII, da Lei 8.666, de 1993). Discutida a questão, a Mesa Diretora, por unanimidade, determinou: 1) que seja formulada consulta, referente à matéria supracitada, ao Tribunal de Contas da União – TCU, nos termos do artigo 1º, XVII, da Lei n. 8.443, de 1992, – Lei Orgânica do TCU – e do artigo 264 do Regimento Interno do TCU; 2) que seja formalizada contratação emergencial para a manutenção dos serviços até o posicionamento final da Corte de Contas da União. Nada mais havendo a tratar, às quatorze horas e quinze minutos, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, , Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente, Secretaria-Geral da Mesa.

Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada no dia 3 de dezembro de 2013.

Publique-se.

Em 10-12-2013. – **Mozart Vianna de Paiva**, Secretário-Geral da Mesa.

ATA DA MESA

Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Quarta Legislatura

Ata da nona reunião ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 18 de dezembro de 2013

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e treze, às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente. Presentes inicialmente os Senhores Deputados Márcio Bittar, Primeiro-Secretário; Simão Sessim, Segundo-Secretário; Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário; Wolney Queiroz, Segundo-Suplente de Secretário; Cláudio Cajado, Procurador Parlamentar; e Átila Lins, Corregedor Parlamentar. Ausentes justificadamente os Senhores Deputados Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente; Gonzaga Patriota, Primeiro-Suplente de Secretário; Vitor Penito, Terceiro-Suplente de Secretário; e Takayama, Quarto-Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Deputado André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente, declarou abertos os trabalhos, dando início à pauta do Senhor Presidente. **I – PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE.** Processos relatados pelo Senhor Corregedor Parla-

mentar, Deputado Átila Lins, com despacho pelo arquivamento, aprovados, por unanimidade, pela Mesa Diretora, nos termos a seguir: 1 – **Processo nº 122.118/2013**. Requerimento subscrito pelo Prefeito de Palmas, Carlos Enrique Franco Amastha, em desfavor do Deputado Irajá Abreu por suposta violação do disposto nos arts. 54 e 55 da Constituição Federal e §8º do art. 231 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, por manter-se como sócio-diretor da Empresa Andrade&Assunção Ltda. Manifestação do Senhor Corregedor Parlamentar, Deputado Átila Lins, à fl. 50: “Tratam os presentes autos de Requerimento de Representação protocolizado pelo Prefeito de Palmas – TO, Carlos Enrique Franco Amastha, em desfavor do Deputado Federal Irajá Abreu (Irajá Silvestre Filho) por suposta violação do disposto nos arts. 54 e 55 da Constituição Federal e 231, § 8º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Sobre isso, cumpre destacar que, após análise dos autos efetuada pela Assessoria Técnico-Jurídica desta Corregedoria Parlamentar, concluiu-se que os documentos anexados com a finalidade de comprovar o descumprimento de deveres impostos pela Lei Maior e pela Norma Interna não estão aptos a justificar a abertura de processo de perda de mandato contra o Deputado Federal Irajá Abreu. Dessa forma, por carecer de mérito, somos, salvo melhor inteligência de Vossa Excelência, pelo arquivamento do Processo nº 2013/122.118.”. Nesse instante, compareceu à reunião o Senhor Deputado Biffi, Quarto-Secretário. 2 – **Processo nº 126.708/2012**. Requerimento subscrito pelo Presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Toni Reis, em desfavor do Deputado Pastor Marco Feliciano, por ofensas e discriminação à classe de seus associados. Manifestação do Senhor Corregedor Parlamentar, Deputado Átila Lins, à fl. 14/15: “Trata o processo acima citado de expediente encaminhado a essa Presidência pela ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no qual a entidade se insurge contra a atuação parlamentar do Deputado Federal Pastor Marco Feliciano. Sobre isso, deve-se salientar que, após análise preliminar efetuada pela Assessoria Técnico-Jurídica desta Corregedoria Parlamentar, o que se destaca como núcleo central dos autos é a atuação do Deputado Federal Pastor Marco Feliciano, seja em face da divulgação de mensagens e comunicados em mídias sociais destinadas a esclarecer as atividades parlamentares por ele exercidas, seja pelo conteúdo das proposições legislativas de sua iniciativa. O que se percebe, portanto, é que as condutas contra as quais se insurge a ABGLT subsomem-se àquilo que o Direito Constitucional pátrio denomina *imunidade parlamentar material*, preceito expresso pelo artigo 53, *caput*, da Constituição Federal que torna invioláveis os Parlamentares por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. Dessa forma, por carecer de mérito – em face de os alegados fatos se encontrarem sob o manto da imunidade parlamentar material –, somos, salvo melhor inteligência de Vossa Excelência, pelo arquivamento do Processo nº 2012/126708.”. Dando seguimento, o Senhor Deputado André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente, na condução dos trabalhos, expôs os seguintes expedientes: 1 – Encaminhamento do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves a respeito da sugestão consignada no Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (CEDPA), exarado na **Representação nº 18, de 2013** (Processo nº 9/2013, do CEDPA), subscrita pelos Democratas – DEM – em desfavor do Deputado Devanir Ribeiro. Analisado o processo, a Mesa Diretora acolheu, por unanimidade, o supracitado encaminhamento, exarado à fl. 6 do Vol. II, nos termos seguir: “Comunico que a Representação nº 18/2013, ofertada pelo Democratas – DEM contra o Deputado Devanir Ribeiro (Processo nº 9/2013, instaurado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar – COETICA), foi arquivada. Destaco que, em 3 de julho de 2013, o COETICA aprovou, por unanimidade, o Parecer do Relator, Deputado Marcos Rogério, que conclui pela “*inadmissibilidade da Representação, tendo em vista a ausência de justa causa, sugerindo à Mesa desta Casa a aplicação de censura escrita ao Representado, nos termos do art. 10, inciso I, c/c art. 12, do Código de Ética e Decoro Parlamentar*”. Assim, arquivada a Representação nº 18/2013, trago ao conhecimento desta Mesa Diretora a sugestão consignada no referido parecer, para que se aprecie a proposta do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Como a presente proposta não foi formulada com fundamento no art. 14, IV, do Código de Ética, que, entre outras providências, admite a requalificação da conduta punível, desde que o relator da matéria – processo disciplinar – tenha procedido às diligências e à instrução probatória que julgar necessárias, entendo que esta Mesa somente poderia instaurar procedimento relativo à aplicação da pena sugerida pelo Conselho, caso houvesse provocação do ofendido, a teor do que prescreve o art. 12, *caput*, do Código de Ética. Dessa forma, proponho que esta Mesa Diretora dê conhecimento do arquivamento da Representação nº 18/2013 ao Senhor Deputado Onyx Lorenzoni, supostamente ofendido. Em 12/11/2013.”. 2 – Revisão da decisão da Mesa Diretora de 10 de setembro de 2013, pela rejeição do **Requerimento de Informação (RIC) Nº 2812, de 2013**, de autoria do Deputado Rodrigo Maia, que “solicita informações a Excelentíssima Presidente do Tribunal Superior Eleitoral Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, à respeito da faixa etária do eleitorado Brasileiro”, tendo em vista que o destinatário não consta no rol das autoridades previstas pela Constituição Federal, art. 50, *caput* e §2º. Submetido a votos, o supracitado RIC nº foi rejeitado por unanimidade. Por último, a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, ratificar os despachos favoráveis, *ad referendum*, exarados pelo Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, nos seguintes expedientes referentes a Ato da Mesa, projeto de resolução, relatório de missão oficial, relatório de Requerimentos de Informação, relatório de Requerimentos (art. 115, Inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) e

exoneração de servidor: 1 – **Atos da Mesa: 1.1 – Nº 117, de 2013**, que “altera o §3º do artigo 1º do Ato da Mesa nº 43, de 21 de maio de 2009, que instituiu a Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar”, baixado *ad referendum* da Mesa Diretora em 21 de novembro de 2013; 1.2 – **Nº 120, de 2013**, que “concede a medalha “Mérito Legislativo Câmara dos Deputados”, baixado *ad referendum* da Mesa Diretora em 17 de dezembro de 2013. 2 – **Projeto de Resolução Nº 228, de 2013**, que “Estabelece as estruturas temporárias da Liderança do Partido Republicano da Ordem Social e da Liderança do Solidariedade e dá outras providências”, baixado *ad referendum* da Mesa Diretora em 21 de novembro de 2013. 3 – **Relatório de Missão Autorizada nº 6/2013**, da Presidência. Missões oficiais autorizadas por meio de ofícios – GPO nºs, de 2013: 2824, 2833, 2835 a 2837, 2839, 2843 a 2846, 2855, 2858, 2859, 2875, 2876, 2880 a 2883, 2886, 2901, 2903 a 2906, 2913, 2914, 2916 a 2918, 2928 a 2930, 2935, 2942, 2948 a 2951, 2955 a 2960, 2967 a 2971, 2978, 2982, 2984 a 2986. 4 – **Relatório de Requerimentos de Informação (RIC)**, despachados *ad referendum* da Mesa Diretora, pelo encaminhamento: 4.1- **RIC Nº 3.811/13** – do Sr. Fernando Jordão – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão a respeito da contrapartidas socioambientais pela construção de Angra 3”; 4.2 – **RIC Nº 3.843/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre as estimativas das renúncias fiscais estabelecidas no Projeto de Lei nº 514, de 2011, que estende os incentivos estabelecidos pela Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a jogos eletrônicos de uso domiciliar”; 4.3 – **RIC Nº 3.844/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre as estimativas das renúncias fiscais estabelecidas no Projeto de Lei nº 2.161, de 2007, que dispõe sobre a “economia das florestas”, instituindo o Programa de Apoio à Preservação de Florestas – PRÓ-FLORESTA”; 4.4 – **RIC Nº 3.845/13** – do Sr. Leonardo Quintão – que “requer informações ao Ministro das Relações Exteriores sobre o histórico de movimentação, alocação e licença de servidores conselheiros no âmbito daquela Pasta, a partir de notícias jornalísticas sobre a gestão de pessoal do Ministério que dirige”; 4.5 – **RIC Nº 3.846/13** – do Sr. Urzeni Rocha – que “requer ao Senhor Ministro de Estado da Justiça informações sobre estudos realizados pela Fundação Nacional do Índio para a ampliação de terras indígenas no Estado de Roraima”; 4.6 – **RIC Nº 3.847/13** – do Sr. Diego Andrade – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da aprovação do Projeto de Lei nº 1.908, de 2011”; 4.7 – **RIC Nº 3.848/13** – da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – que “solicita ao Ministério do Meio Ambiente informações e registros do Banco de Dados Nacional sobre Áreas Contaminadas”; 4.8 – **RIC Nº 3.849/13** – da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – que “solicita informações ao Ministério da Saúde acerca do andamento das ações de assistência à saúde das vítimas de intoxicação por chumbo, cádmio e outros metais pesados na região de Santo Amaro da Purificação, Bahia”; 4.9 – **RIC Nº 3.850/13** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado da Justiça informações acerca dos critérios e prioridades das investigações da Polícia Federal”; 4.10 – **RIC Nº 3.851/13** – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro de Estado da Defesa informações acerca dos editais dos Concursos de Admissão ao Curso de Formação de Sargentos CFS 1/99, Turma B e CFS 2/99 Turma B”; 4.11 – **RIC Nº 3.852/13** – do Sr. Eduardo Sciarra – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda relativas a créditos tributários acumulados e não aproveitados pelas pessoas jurídicas, para subsidiar discussões acerca do PL nº 6.610, de 2013”; 4.12 – **RIC Nº 3.853/13** – do Sr. Arnaldo Jardim – que “solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, informações quanto à precificação e políticas de inclusão do gás natural na matriz energética brasileira”; 4.13 – **RIC Nº 3.854/13** – do Sr. Arnaldo Jardim – que “solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, no âmbito da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, informações quanto à situação de tráfego nos terminais de liquefação e regaseificação de GNL e quanto à regulamentação de dispositivos da Lei nº 11.909, de 2009”; 4.14 – **RIC Nº 3.855/13** – do Sr. Arnaldo Jardim – que “solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, no âmbito da Empresa de Pesquisa Energética, informações quanto à disponibilidade de gás natural para aproveitamento como insumo na indústria”; 4.15 – **RIC Nº 3.856/13** – da Comissão de Seguridade Social e Família – (INC 2886/2012) – que “solicita informações ao Poder Executivo/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a respeito da Indicação nº 2.886, de 2012, enviada pela CSSF, que sugere a inclusão dos temas “fármacos” e “cosméticos” e credenciamento e manutenção de boas práticas de laboratório, no âmbito da acreditação do INMETRO junto à OECD”; 4.16 – **RIC Nº 3.857/13** – da Comissão de Seguridade Social e Família – que “solicita informações ao Poder Executivo a respeito da revisão da Medida Provisória nº 2.186-16, que “dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização”; 4.17 – **RIC Nº 3.858/13** – da Comissão de Seguridade Social e Família – (INC 2887/2012) – que “solicita informações ao Poder Executivo/Ministério da Fazenda a respeito da Indicação nº 2.887, de 2012, enviada pela CSSF, que sugere a adoção de várias providências destinadas a criar incentivos para o estímulo e o financiamento da inovação em setores de tecnologia de ponta do Complexo Industrial da Saúde”; 4.18 – **RIC Nº 3.859/13** – da Comissão de Seguridade Social e Família – (INC 2876/2012) – que “solicita informações ao Poder Executivo/Ministério da Saúde a respeito da Indicação nº 2.876, de 2012, enviada pela CSSF,

que sugere ao Poder Executivo a adoção de providências a respeito do quadro de funcionários da Anvisa”; 4.19 – **RIC Nº 3.860/13** – da Comissão de Seguridade Social e Família – (INC 2875/2012) – que “solicita informações ao Poder Executivo/Casa Civil a respeito da Indicação nº 2.875, de 2012, enviada pela CSSF, que sugere a adoção de providências a respeito de estratégias para uma política industrial e tecnológica de longo prazo para o País”; 4.20 – **RIC Nº 3.861/13** – da Comissão de Seguridade Social e Família – (INC 2879/2012) – que “solicita informações ao Poder Executivo/ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a respeito da Indicação nº 2.879, de 2012, enviada pela CSSF, que sugere a adoção de incentivos à pós-graduação em áreas estratégicas e providências para investimentos no INPI”; 4.21 – **RIC Nº 3.862/13** – da Comissão de Seguridade Social e Família – (INC 2881/2012) – que “solicita informações ao Poder Executivo/Ministério da Saúde a respeito da Indicação nº 2.881, de 2012, enviada pela CSSF, que sugere a adoção de providências destinadas à regulação ética, sanitária e alfandegária em consonância com as políticas de incentivo à inovação do complexo industrial da saúde”; 4.22 – **RIC Nº 3.863/13** – da Comissão de Seguridade Social e Família – (INC 2884/2012) – que “solicita informações ao Poder Executivo/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação a respeito da Indicação nº 2.884, de 2012, enviada pela CSSF, que sugere o estudo da ampliação do prazo para o reembolso dos financiamentos promovidos pela FINEP”; 4.23 – **RIC Nº 3.864/13** – da Comissão de Seguridade Social e Família – (INC 2886/2012) – que “solicita informações ao Poder Executivo/Ministério da Saúde a respeito da Indicação nº 2.886, de 2012, enviada pela CSSF, que sugere a inclusão dos temas “fármacos” e “cosméticos” e credenciamento e manutenção de boas práticas de laboratório, no âmbito da acreditação do INMETRO junto à OECD”; 4.24 – **RIC Nº 3.865/13** – da Comissão de Seguridade Social e Família – (INC 2877/2012) – que “solicita informações ao Poder Executivo/Ministério da Saúde a respeito da Indicação nº 2.877, de 2012, enviada pela CSSF, que sugere a adoção de regulamentação específica para agilizar trâmites de importação de insumos para pesquisa e desenvolvimento – animais de laboratório, substâncias e outros insumos. sensíveis, perecíveis e de cadeia fria”; 4.25 – **RIC Nº 3.866/13** – da Comissão de Seguridade Social e Família – (INC 2882/2012) – que “solicita informações ao Poder Executivo/Ministério da Saúde a respeito da Indicação nº 2.882, de 2012, enviada pela CSSF, que sugere a adoção de providências destinadas a reduzir o tempo para a autorização de pesquisas”; 4.26 – **RIC Nº 3.867/13** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “requer que o Ministério da Cultura preste informações a esta Comissão, referente à prestação de contas, execução e regularidade do Convênio 454804 firmado com a Secretaria de Finanças do município de São Paulo”; 4.27 – **RIC Nº 3.868/13** – do Sr. Alceu Moreira – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da aprovação do Projeto de Lei de número 6.174, de 2013”; 4.28 – **RIC Nº 3.869/13** – do Sr. Marcus Pestana – que “solicita informações ao Ministro dos Transportes sobre investimentos destinados ao Estado de Minas Gerais ou a Municípios desse Estado na área de mobilidade urbana”; 4.29 – **RIC Nº 3.870/13** – do Sr. Marcus Pestana – que “solicita informações ao Ministro das Cidades sobre investimentos destinados ao Estado de Minas Gerais ou a Municípios desse Estado na área de mobilidade urbana”; 4.30 – **RIC Nº 3.871/13** – do Sr. Marcus Pestana – que “solicita informações ao Ministro da Justiça sobre investimentos destinados ao Estado de Minas Gerais e a Municípios desse Estado nas áreas de segurança pública e sistema penitenciário”; 4.31 – **RIC Nº 3.872/13** – do Sr. Danilo Forte – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Justiça a respeito de notícias que informam a intenção da Polícia Rodoviária Federal em fechar os postos rodoviários federais localizados em trechos da BR 222 no Estado do Ceará”; 4.32 – **RIC Nº 3.873/13** – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa sobre a compra do sistema de defesa antiárea Modelo Pantsir-S1, da Rússia”; 4.33 – **RIC Nº 3.874/13** – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Ministro Garibaldi Alves Filho”; 4.34 – **RIC Nº 3.875/13** – do Sr. Laercio Oliveira – que “solicita informações ao Ministro de Educação no tocante ao andamento da Indicação nº 1.797, de 2011”; 4.35 – **RIC Nº 3.876/13** – do Sr. Laercio Oliveira – que “solicita informações ao Ministro de Educação no tocante ao andamento da Indicação nº 928, de 2011”; 4.36 – **RIC Nº 3.877/13** – do Sr. Laercio Oliveira – que “solicita informações ao Ministro de Educação no tocante ao andamento da Indicação nº 927, de 2011”; 4.37 – **RIC Nº 3.878/13** – do Sr. Laercio Oliveira – que “solicita informações ao Ministro de Educação no tocante ao andamento da Indicação nº 926, de 2011”; 4.38 – **RIC Nº 3.879/13** – do Sr. Laercio Oliveira – que “solicita informações ao Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio no tocante ao andamento da Indicação nº 4.976, de 2013”; 4.39 – **RIC Nº 3.880/13** – da Comissão de Desenvolvimento Urbano – que “solicita que seja encaminhado RIC nº ao Sr. Ministro das Cidades, no sentido de esclarecer o andamento das obras do PAC do Rio Anil, no Estado do Maranhão”; 4.40 – **RIC Nº 3.881/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita ao Sr. Paulo Bernardo Silva, Ministro das Comunicações, informar o quantitativo de encomendas entregues fora do prazo e com danos ao objeto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos nos últimos 24 meses”; 4.41 – **RIC Nº 3.882/13** – do Sr. João Dado – que “solicita informações ao Ministro da Fazenda, no âmbito da Receita Federal do Brasil sobre o impacto orçamentário e financeiro, nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 5.885, de 2013, que visa incluir no rol dos anistiados políticos os “impe-

didos de se apresentar publicamente ou de divulgar obra artística, por força de ato, censura ou qualquer outra forma de retaliação institucional"; 4.42 – **RIC Nº 3.883/13** – do Sr. João Dado – que "solicita informações ao Ministro da Fazenda, no âmbito da Receita Federal do Brasil, sobre o impacto orçamentário e financeiro, nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 4.391, de 2012, que regula o ganho de capital auferido na venda de imóvel rural, e dá outras providências"; 4.43 – **RIC Nº 3.884/13** – do Sr. João Dado – que "solicita informações ao Ministro da Fazenda, no âmbito da Receita Federal do Brasil, sobre o impacto orçamentário e financeiro, nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 7.707, de 2010, que "institui os Juizados Especiais criados pela União, pelo Distrito Federal e pelos Estados para conciliação, processo, julgamento e execução nas causas de sua competência."; 4.44 – **RIC Nº 3.885/13** – da Sra. Erika Kokay – que "solicita o encaminhamento de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa sobre o desmembramento e registro imobiliário da gleba destinada ao Hospital das Forças Armadas, localizado na Região Administrativa do Sudoeste/Octogonal, nesta Capital"; 4.45 – **RIC Nº 3.886/13** – do Sr. Rubens Bueno – que "solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Fernando Damata Pimentel sobre a contratação pelo governo da Agência de Comunicação Pepper Interativa, que presta serviços ao PT e que atuou na campanha de Dilma Rousseff à Presidência da República"; 4.46 – **RIC Nº 3.887/13** – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que "solicita informações ao Ministro da Justiça sobre despesas de custeio e capital com o Departamento da Polícia Federal"; 4.47 – **RIC Nº 3.888/13** – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que "solicita informações ao Ministro da Saúde sobre o Programa Federal Mais Médicos"; 4.48 – **RIC Nº 3.889/13** – do Sr. Rubens Bueno – que "solicita informações à Ministra Chefe de Comunicação Social da Presidência da República, Sra. Helena Chegas, sobre a contratação pelo governo da Agência de Comunicação Pepper Interativa, que presta serviços ao PT e que atuou na campanha de Dilma Rousseff à Presidência da República"; 4.49 – **RIC Nº 3.890/13** – do Sr. Rubens Bueno – que "solicita informações ao Ministro das Comunicações, Sr. Paulo Bernardo Silva, sobre o andamento do pedido do Sr. José Dirceu para dar andamento ao pedido de reativação da TV Excelsior, de propriedade do empresário Paulo de Abreu"; 4.50 – **RIC Nº 3.891/13** – do Sr. Rubens Bueno – que "solicita ao Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, esclarecimentos sobre a inclusão em procedimento prévio à autorização de ações da Polícia Federal de questionário que contém pergunta acerca do envolvimento de pessoas 'politicamente expostas"; 4.51 – **RIC Nº 3.892/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre as estimativas das renúncias fiscais estabelecidas no Projeto de Lei nº 6.097, de 2005, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para instituir desonerações fiscais"; 4.52 – **RIC Nº 3.893/13** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre as estimativas das renúncias fiscais estabelecidas no Projeto de Lei nº 3.601, de 2004, que altera o cálculo de apuração do imposto sobre ganho de capital referente à alienação de imóvel realizada por pessoa física"; 4.53 – **RIC Nº 3.894/13** – do Sr. Ivan Valente – que "solicita aos Exmo Sr. Ministros da Saúde e a Exma. Sra. Ministra-chefe da Casa Civil informações sobre a regulamentação da lei 12.546/2011 (lei nacional antitabaco)"; 4.54 – **RIC Nº 3.895/13** – do Sr. Guilherme Campos – que "solicita informações ao Senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, para fundamentar a discussão acerca da transição de regime tributário para empresas com receita bruta anual entre R\$ 3.600.000,01 e R\$ 7.200.000,00, faixa imediatamente superior ao limite de receita para adesão ao Simples Nacional"; 4.55 – **RIC Nº 3.896/13** – da Comissão de Finanças e Tributação – que "solicita informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, sobre a exploração de petróleo na bacia de Campos/RJ e possíveis implicações para o regime petrolífero do País"; 4.56 – **RIC Nº 3.897/13** – da Comissão de Finanças e Tributação – que "solicita informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Guido Mantega, a fim de obter esclarecimentos sobre a exploração de petróleo na bacia de Campos/RJ"; 4.57 – **RIC Nº 3.898/13** – do Sr. Acelino Popó – que "solicita ao Senhor Ministro de Estado da Educação informação sobre o Fundo de Financiamento Estudantil"; 4.58 – **RIC Nº 3.899/13** – do Sr. Paes Landim – que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)"; 4.59 – **RIC Nº 3.900/13** – do Sr. Chico Alencar – que "solicita ao Ministro de Estado da Saúde Alexandre Padilha informações acerca de concurso realizado para provimento de cargos pertencentes ao quadro de pessoal efetivo do Ministério da Saúde"; 4.60 – **RIC Nº 3.901/13** – do Sr. Alceu Moreira – que "solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional de número 301, de 2013"; 4.61 – **RIC Nº 3.902/13** – do Sr. Alceu Moreira – que "solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional de número 491, de 2010"; 4.62 – **RIC Nº 3.903/13** – do Sr. Roberto Santiago – que "solicita informações do Senhor Ministro da Previdência Social Garibaldi Alves Filho sobre quantas agências da Previdência Social serão inauguradas no ano de 2013 e 2014, quantos servidores técnicos do seguro social e médicos serão necessários para os atendimentos nas agências e qual o déficit de servi-

dores da Previdência Social”; 4.63 – **RIC Nº 3.904/13** – do Sr. Beto Albuquerque – que “solicita Informações ao Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, sobre os documentos contendo denúncia de suposto esquema de formação de cartel nas obras do Metrô do Estado de São Paulo”; 4.64 – **RIC Nº 3.905/13** – da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre os registros administrativos de nascimento indígena (RANI’s) existentes em 5/10/1988, e sua evolução até os dias atuais, por Estado e Município”. 5 – **Relatório de Requerimentos (REQ)** para inserção, nos Anais da Câmara, de informações, documentos ou discurso de representante de outro Poder (art. 115, inciso II, do RICD): 1 – **REQ Nº 3759/2011**, do Sr. João Campos, que “Requer a transcrição nos anais desta Casa, do artigo publicado no Jornal O POPULAR, intitulado ‘A reforma protestante e os católicos’”; 2 – **REQ Nº 3760/2011**, do Sr. João Campos, que “Requer a transcrição nos anais desta Casa, do artigo publicado no Jornal O POPULAR, intitulado ‘Os oráculos’”; 3 – **REQ Nº 5123/2012**, do Sr. João Campos, que “Requer a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo publicado no Jornal Diário da Manhã, intitulado ‘Aborto’”; 4 – **REQ Nº 5548/2012**, do Sr. Domingos Dutra, que “Requer a inclusão nos Anais da Câmara dos Deputados as seguintes matérias jornalísticas: Maranhão tem 161 escolas com nome dos Sarney (O Globo); Agências são fachadas para exportar operários para obras no Sudeste (O Globo) e Não vai faltar comida e no Maranhão (Revista Época)”; 5 – **REQ Nº 7648/2013**, do Sr. João Campos, que “Requer a transcrição nos anais desta Casa, do artigo publicado no Jornal Diário da Manhã, intitulado ‘PEC 37, um avanço democrático’”; 6 – **REQ Nº 8903/2013**, do Sr. João Campos, que “Requer a transcrição nos anais desta Casa, do texto publicado no Jornal DIÁRIO DA MANHÃ, ‘Idoso, gente ativa’”; 7 – **REQ Nº 9028/2013**, do Sr. João Campos, que “Requer a transcrição nos anais desta Casa, do texto publicado no Jornal DIÁRIO DA MANHÃ, ‘31 de outubro de 2013, 496 anos de Reforma Protestante’”. 6 – **Exoneração de servidora: Processo nº 114.638/2013**. Ratificação do despacho favorável do Presidente em exercício, Deputado André Vargas, exarado às fls. 41/42: “Em 19/06/2013. Trata-se de solicitação formulada pela Primeira-Vice-Presidência, para exonerar a servidora Suzi Raquel Barbosa Rodrigues, ponto. nº 120.565, ocupante do cargo em comissão de natureza especial – CNE-07, função Secretária Particular, que se encontra no gozo da licença à gestante desde 05/04/2013 até o dia 1º/10/2013, já contabilizado o período de prorrogação previsto no Ato da Mesa nº 28, de 2008. 2. Quanto ao solicitado, houve manifestação dos órgãos técnicos da Casa, notadamente a Assessoria Jurídica da Primeira-Vice-Presidência, a Assessoria Jurídica do Departamento de Pessoal e a Assessoria Técnica da Diretoria-Geral. 3. A Diretoria-Geral da Casa submeteu o pleito à apreciação do Sr. Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, sugerindo o encaminhamento da matéria à Mesa, porém se manifestando favoravelmente ao atendimento do pleito. 4. Cabe a este Presidente da Câmara dos Deputados, em exercício, analisar o presente caso com a equidade que o mesmo requer, em face da necessidade de assegurar que a servidora em questão não sofra qualquer prejuízo em seus direitos trabalhistas, frente ao direito assegurado aos membros da Mesa de nomearem assessores de sua confiança, nos cargos de livre nomeação e exoneração disponíveis. 5. Dessa forma, decido, *ad-referendum* da Mesa Diretora, pela exoneração da servidora Suzi Raquel Barbosa Rodrigues. 6. Determino, ainda, conforme sugerido pelo Diretor-Geral da Casa, o pagamento da correspondente indenização, calculada com observância dos parâmetros e exigências dispostas nos autos do P.A. 103.590/11, assim como a manutenção do direito à utilização dos serviços do Departamento Médico da Casa, enquanto perdure a licença da servidora, respeitada a legislação vigente.” II – **PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE**. O Senhor Deputado André Vargas apresentou os **Processos de nºs 135.386/2013 e 135.685/2013**, com pareceres favoráveis, referentes a reembolso de despesas de assistência à saúde, de interesse do Deputado Fábio Faria, aprovados, por unanimidade, pela Mesa Diretora. Prosseguindo, expôs a pauta da Segunda-Vice-Presidência, a pedido do titular, Deputado Fábio Faria. III – **PAUTA DO SENHOR SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE**. A Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres favoráveis exarados pelo Relator nos processos referentes a reembolso de despesas de assistência à saúde, conforme a seguir: 1 – **Processo nº 119.941/2013**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 2 – **Processo nº 127.222/2013**, de interesse do Deputado Marlllos Sampaio; 3 – **Processo nº 131.313/2013**, de interesse da Deputada Iriny Lopes; 4 – **Processo nº 131.829/2013**, de interesse do Deputado Luiz Carlos Haully; 5 – **Processo nº 134.231/2013**, de interesse do Deputado Roberto Britto; 6 – **Processo nº 133.673/2013**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 7 – **Processo nº 134.233/2013**, de interesse do Deputado Enio Bacci; 8 – **Processo nº 134.692/2013**, de interesse do Deputado Acelino Popo; 9 – **Processo nº 134.833/2013**, de interesse do Deputado Ronaldo Fonseca; 10 – **Processo nº 134.913/2013**, de interesse da Deputada Fátima Pelaes; 11 – **Processo nº 134.916/2013**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 12 – **Processo nº 121.649/2013** (com glosa), de interesse do Deputado Wellington Fagundes; 13 – **Processo nº 128.500/2013** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Marco Tebaldi; 14 – **Processo nº 130.001/2013** (tratamento odontológico), de interesse do Deputado Paes Landim; 15 – **Processo nº 131.887/2013** (tratamento odontológico), de interesse do Deputado Celso Jacob; 16 – **Processo nº 133.468/2013** (tratamento odontológico), de interesse do Deputado José Humberto; 17 – **Processo nº 133.840/2013** (tratamento odontológico,

com glosa), de interesse do Deputado Plínio Valério; 18 – **Processo nº 134.127/2013** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Vieira da Cunha; 19 – **Processo nº 135.435/2013** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Marco Tebaldi; e 20 – **Processo nº 135.657/2013**, de interesse do Deputado Carlos Sampaio. **IV – PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO-SECRETÁRIO.** O Senhor Deputado Márcio Bittar relatou os seguintes processos: 1 – **Processo nº 135.918/2013.** Parecer do Relator à fl. 13: “Trata-se de minuta de Ato da Mesa que visa a alterar a tabela de valores da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar – CEAP, de que trata o Ato da Mesa nº 43, de 2009, de forma a adequar o valor da Cota aos custos dos bens e serviços que compõem o referido benefício, viabilizando a indenização das despesas típicas do exercício do mandato parlamentar. Na instrução processual, o Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade informa que há adequação orçamentária e financeira para a aplicação do percentual de 7,76% referente à variação do IPCA ao longo do ano de 2013 (até novembro), mais a variação dos meses de setembro a dezembro de 2010, com impacto orçamentário mensal de R\$1.340.575,17 e anual de R\$ 16.086.901,98, conforme tabelas de fls. 5 e 7. Informe-se, ademais, que o último reajuste da Cota, de 12,72% a partir de abril do corrente exercício, considerou a variação do IPCA no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2012, nos termos do Ato da Mesa nº 93/2013, ficando sem correção o período de julho de 2009 a dezembro de 2010. No encaminhamento da matéria a esta Secretaria, o Diretor-Geral (fls. 12) manifestou-se favoravelmente ao percentual apresentado pelo órgão de finanças, ressaltando que se trata apenas da atualização dos valores da CEAP, com base no IPCA, índice oficial para medição das metas inflacionárias. Ante o exposto, esta Secretaria, acompanhando a manifestação do Diretor-Geral, submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, nos termos da anexa minuta de Ato da Mesa.”. Analisada a proposta, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer supra e, em consequência, baixou Ato da Mesa que “Altera a tabela de valores da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar, de que trata o Ato da Mesa nº 43, de 2009.”, cujo teor segue ao final da ata. Com a palavra o Senhor Deputado Wolney Queiroz, Segundo-Suplente de Secretário, comentou que vem recebendo reclamações de parlamentares referentes a uma proibição das companhias aéreas, a partir deste mês, de os Deputados retirarem bilhetes com antecedência. E dizem que é por orientação da Mesa Diretora. O Senhor Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, esclareceu que não há nenhuma orientação nesse sentido e que enviaria circular aos Deputados para esclarecimento do assunto. 2 – **Processo nº 10.774/2013.** Parecer do Relator à fl. 31: “Trata-se de minuta de Ato da Mesa que *Dispõe sobre os procedimentos decorrentes da extinção do Pecúlio dos Servidores da Câmara dos Deputados, nos termos da Resolução nº 48, de 2013.* Revela a instrução do processo, em síntese, que: – o Pecúlio foi instituído pela Resolução nº 84/84, para prestar assistência financeira aos herdeiros dos servidores falecidos; – em sua origem, o programa não se embasou em cálculos atuariais e análises estatísticas, o que inviabilizou a sua continuidade e ensejou a sua extinção; – restou assegurado, com base em cálculos atuariais, o pagamento dos benefícios pendentes às famílias dos servidores falecidos, e o ressarcimento das diárias aos participantes; – o montante a ser pago aos beneficiários de cada servidor falecido é o resultado da multiplicação do número de diárias constante do Anexo pela média das diárias recolhidas para pagamento do benefício no mês anterior à publicação da Resolução que extinguiu o Pecúlio, ocorrida em dezembro deste ano; – a elaboração dos cálculos atuariais levou em consideração a idade dos atuais participantes, a taxa de mortalidade aplicada ao grupo e o decréscimo do número de participantes no decorrer do tempo; – a proposta prevê o parcelamento do ressarcimento das diárias, observada a retenção necessária ao pagamento das famílias; – os procedimentos da extinção do Pecúlio levam em consideração as medidas seguintes: a) obediência à ordem dos óbitos para a efetivação dos pagamentos; b) observância de disponibilidade orçamentária e financeira para a realização do ressarcimento dos servidores; c) continuidade da Comissão do Pecúlio e da estrutura da sua Secretaria Executiva até a finalização dos procedimentos. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, na forma da minuta de Ato anexa.”. Submetido a votos, o parecer supra foi aprovado por unanimidade e, em consequência, baixado Ato da Mesa que “*Dispõe sobre os procedimentos decorrentes da extinção do Pecúlio dos Servidores da Câmara dos Deputados, nos termos da Resolução nº 48, de 2013.*”, cujo teor segue ao final da ata. Em continuidade, o Senhor Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, expôs os seguintes processos, que tratam de reestruturação administrativa, aprovados, por unanimidade, pela Mesa Diretora, nos termos dos pareceres do Relator a seguir: 1 – **Processo nº 121.387/2013.** Parecer do Relator à fl. 41: “Trata-se de proposta de Ato da Mesa que visa à reestruturação administrativa da Coordenação de Transportes – CTran, para melhor atender ao novo formato de prestação de seus serviços e às necessidades da Câmara dos Deputados. Cabe registrar que a proposta em tela decorre, em parte, de um processo de mudança na estrutura do modelo de gestão de veículos, que tem passado, gradativamente, da administração de frota própria para a contratação de frota terceirizada. Além disso, a CTran vem acumulando novas responsabilidades e incorporando outros processos na execução de suas atividades, não previstas inicialmente na Resolução nº 20/1971, que criou aquela Coordenação. Por conseguinte, torna-se necessário implementar alterações na estrutura da CTran e ajustes nas competências das unidades administrativas já

existentes, bem como nas atribuições dos seus titulares. A instrução processual revela que a proposta não tem impacto financeiro, razão por que encontra amparo no art. 4º da Resolução nº 46, de 2006. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, na forma da anexa minuta de Ato da Mesa. Baixado, em decorrência, Ato da Mesa que “Dispõe sobre a estrutura administrativa da Coordenação de Transportes”, cujo teor segue ao final da ata. 2 – **Processo nº 121.383/2013**. Parecer do Relator à fl. 59: “Trata-se de minuta de Ato da Mesa que dispõe sobre a estrutura administrativa da Coordenação de Comunicações, conforme orientação contida no Memorando Circular nº 66/13/DG, de 11/6/2013 (cópia às fls. 3/4), tendo em vista as novas responsabilidades acumuladas pelo órgão desde a edição da Resolução nº 20, de 1971, e a incorporação de novas técnicas na execução de suas atividades. A medida visa ainda dar cumprimento às recomendações da Secretaria de Controle Interno, consignadas em Relatório de Auditoria, no que concerne à redefinição das competências e atribuições da Seção de Correspondência Oficial. Neste particular, a Coordenação de Comunicações propõe a instituição das Seções de Atendimento Postal e de Controle de Serviço Postal, e a consequente extinção da Seção de Correspondência Oficial. A proposta em tela também pretende resolver omissão da Resolução nº 46, de 2006, que, ao criar a Seção de Distribuição de Periódicos e Correspondências, não estabeleceu, naquela ocasião, suas competências. Segundo a instrução processual, a estrutura da Coordenação de Comunicações que se propõe não gera acréscimo de despesa de pessoal, razão por que pode ser realizada por meio de Ato da Mesa, em consonância com o art. 4º da Resolução nº 46, de 2006. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, nos termos da anexa minuta de Ato. Baixado, em decorrência, Ato da Mesa que “Dispõe sobre a estrutura administrativa da Coordenação de Comunicações e dá outras providências”, cujo teor segue ao final da ata. 3 – **Processo nº 133.193/2013**. Parecer do Relator à fl. 100: “Trata-se de minuta de Ato da Mesa que dispõe sobre a estrutura administrativa do Centro de Documentação e Informação – Cedi, tendo em vista a necessidade de formalizar sua atual estrutura para que possa refletir a nova realidade imposta à gestão corporativa da informação. Nessa perspectiva, a nova estrutura permitirá ao Cedi enfrentar os desafios impostos pelas atuais tecnologias informacionais, bem como executar os trabalhos necessários a uma moderna gestão da informação na Câmara dos Deputados. A proposta não gera acréscimo de despesa de pessoal para o ano de 2013, razão por que pode ser viabilizada por meio de Ato da Mesa, em consonância com o art. 4º da Resolução nº 46, de 2006. Para os anos de 2014 e 2015, a despesa será compensada com a redução do gasto de pessoal com a aplicação do teto constitucional na forma do Acórdão-TCU nº 214/2013, conforme esclarece o Diretor-Geral às fls. 67. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, nos termos da anexa minuta de Ato. Baixado, em decorrência, Ato da Mesa que “Dispõe sobre a estrutura administrativa do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados e dá outras providências”, cujo teor segue ao final da ata. 4 – **Processo nº 135.540/2013**. Parecer do Relator à fl. 31: “Trata-se de minuta de Ato da Mesa que dispõe sobre a estrutura administrativa do Departamento de Comissões, justificada pela crescente demanda advinda do desenvolvimento social, político e econômico do País, que resultou na ampliação do trabalho legislativo realizado pela Câmara dos Deputados. A medida visa à modernização e à otimização da atual estrutura do Decom, conferindo-lhe transparência, descentralização e maior funcionalidade. A proposta não gera acréscimo na despesa de pessoal para o ano de 2013, razão por que pode ser viabilizada por meio de Ato da Mesa, em consonância com o art. 4º da Resolução nº 46, de 2006. Para os anos de 2014 e 2015, a despesa será compensada com a redução do gasto de pessoal com a aplicação do teto constitucional na forma do Acórdão-TCU nº 214/2013, conforme esclarece o Diretor-Geral às fls. 30. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, nos termos da anexa minuta de Ato. Baixado, em decorrência, Ato da Mesa que “Dispõe sobre a estrutura administrativa do Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados e dá outras providências”, cujo teor segue ao final da ata. Dando seguimento, foram expostos os seguintes processos pelo Relator, Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário: 1 – **Processo nº 127.342/2013**. Parecer do Relator à fl. 8: “Trata-se de minuta com a finalidade de alterar o parágrafo único do art. 15 do Regulamento de Controle Patrimonial da Câmara dos Deputados, instituído pelo Ato da Mesa nº 63, de 1997. A proposta pretende dar celeridade ao rito de registro eletrônico de movimentação de bens nas dependências da Câmara dos Deputados. No presente cenário, as unidades receptoras de carga patrimonial dispõem de tempo ilimitado para concluírem as movimentações iniciadas pelas unidades de origem, o que tem exigido a adoção de providências, comprometedoras de maior eficácia processual. O Departamento de Material e Patrimônio – Demap esclarece que com a delimitação do prazo de 10 (dez) dias, as unidades administrativas envolvidas na movimentação de bens terão, doravante, ações oportunas, cronologicamente compassadas, de modo a prevenir, dentre outros, possíveis divergências decorrentes de extravio de bens movimentados durante o entretanto de não conclusão da movimentação, e a agilizar o processamento dos referidos inventários físicos. A matéria deve ser tratada por meio de Ato da Mesa, uma vez que visa a alterar outro Ato, de mesma espécie normativa. Ressalte-se não haver aumento de

despesa. Em sua forma, registre-se que a minuta conta com apenas dois artigos: a) o primeiro altera o parágrafo único do art. 15 do AM 63/1997; e b) o segundo trata da vigência, a partir da data de sua publicação. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável na forma da anexa minuta de Ato da Mesa, e conforme a instrução. Submetido a votos, o parecer supra foi aprovado por unanimidade e baixado, em consequência, Ato da Mesa que “Dá nova redação ao parágrafo único do art. 15 do Regulamento de Controle Patrimonial da Câmara dos Deputados, instituído pelo o Ato da Mesa nº 63, de 1997.”, cujo teor segue ao final da ata. 2 – **Processo nº 135.023/2013**. Parecer do Relator à fl. 5: “Trata-se de minuta de Ato da Mesa que visa a alterar o art. 3º, inciso I, do Ato da Mesa nº 3, de 2011, que instituiu o auxílio-saúde aos servidores ocupantes de cargo de Secretário Parlamentar e de Natureza Especial, na forma de ressarcimento. Referida alteração tem o escopo de atribuir à Diretoria-Geral a competência para fixação, por meio de Portaria do Diretor-Geral, do tempo mínimo de exercício do servidor comissionado para que faça jus ao auxílio-saúde. Tal medida justifica-se por força do princípio da eficiência administrativa, pois permitirá maior agilidade no acompanhamento das flutuações do comportamento da carteira de assistidos. Segundo a instrução processual, de janeiro a setembro do corrente ano apenas 15,13% da população elegível goza do benefício, fato esse decorrente, sobretudo, do atual rigor do dispositivo supracitado, que exige período mínimo de seis meses consecutivos para que o servidor comissionado faça jus ao auxílio-saúde. Nesse passo, estudos realizados pelos órgãos técnicos da Casa apontaram a necessidade de contínua adequação desse “pedágio”, de modo a compatibilizar as variáveis tempo de exercício e disponibilidade orçamentária, o que implicará a adesão ao benefício e assegurará a correta provisão dos recursos financeiros. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, nos termos da anexa minuta de Ato.”. Analisada a proposta, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer supra e, em consequência, baixou Ato da Mesa que “Altera o art. 3º, inciso I, do Ato da Mesa nº 3, de 2011.”, cujo teor segue ao final da ata. Nesse instante, retiraram-se da sala de reuniões os Senhores Deputados Cláudio Cajado, Procurador Parlamentar, e Átila Lins, Corregedor Parlamentar. 3 – **Projeto de Resolução nº 215, de 2013 (Processo nº 127.573/2013)**, de autoria do Deputado Ricardo Izar, que “dispõe sobre locações de veículos para exercício da atividade parlamentar, custeadas com recursos providos pela Câmara dos Deputados.”. Aprovado, por unanimidade, o parecer do Relator, pela rejeição. 4 – **Processo nº 6.548/2013**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 47: “Trata-se de solicitação do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União – Sindilegis objetivando a instituição de carteira funcional aos servidores da Câmara dos Deputados, com fé pública em todo o território nacional. A instrução processual revela, em síntese, que: o assunto já foi objeto de estudo pela comissão especial designada pela Portaria nº 122/2002 (Processo nº 128.077/2001) para avaliar a confecção de novo modelo de cartão de identificação (crachá) e de carteira de identificação funcional a referida comissão especial, após longo estudo, concluiu pela supressão da carteira funcional, considerando o aprimoramento do crachá, tornando-o documento hábil e suficiente para a identificação do servidor; – a carteira funcional representaria elevado custo à Administração, tanto para sua confecção como para sua manutenção, fiscalização e controle, além de dar ensejo a fraudes em sua emissão, dado o expressivo contingente de servidores desta Casa. O Diretor-Geral, no encaminhamento da matéria a esta Secretaria, manifestou-se contrariamente ao pleito, tendo em vista que o cartão de identificação funcional (crachá) supre as funções da carteira funcional. Ante o exposto, esta Secretaria, acompanhando a manifestação do Diretor-Geral, submete o assunto ao exame da douta Mesa, para deliberar sobre a conveniência da instituição da carteira funcional, nos termos solicitados pelo Sindilegis.”. Posto em votação, o parecer supra foi aprovado por unanimidade, pelo indeferimento do pleito. 5 – **Processo nº 127.668/2013**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 25: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou, *ad referendum* da Mesa Diretora, a cessão, por 1 (um) ano, da servidora **Cláudia Regina Fonseca Lemos**, ponto nº 6.838, Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Televisão, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretária de Comunicação Social, código CC-06, no Ministério Público Federal, com ônus para o órgão cedente. A cessão em tela tem amparo no art. 93, inciso I, § 1º da Lei nº 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 1º, inciso II, alínea b, e art. 2º do Ato da Mesa 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa nº 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa.”. Ratificado o despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 16: “Em 22/10/2013. Atendendo à solicitação do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a cessão da servidora **Cláudia Regina Fonseca Lemos**, ponto nº 6.838, Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social, atualmente cedida ao Conselho Nacional do Ministério Público Federal, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretária de Comunicação Social, código CC-06, do Ministério Público Federal, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações e manifestações dos órgãos técnicos (fls. 4/13) e da Diretoria-Geral (fls. 14/15), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para as providências decorrentes, ressaltando a necessa-

de de se proceder à prévia exoneração do cargo que atualmente ocupa, sendo a servidora devolvida a esta Casa para nova Cessão.” 6 – **Processo nº 127.630/2013**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 24: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação de cessão, por 1 (um) ano, do servidor **Antonio Fernando Barros Neto**, ponto nº 5.026, Técnico Legislativo – atribuição Adjunto Parlamentar, para continuar a exercer, no Senado Federal, o cargo de provimento em comissão de Auxiliar Parlamentar Júnior, Símbolo APSF-1, com lotação no gabinete do Senador Inácio Arruda e exercício no Escritório de Apoio às Atividades Parlamentares, com ônus para o órgão cedente. A prorrogação em tela tem amparo no art. 93, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 4º-A e seu parágrafo único do Ato da Mesa 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa nº 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douda Mesa.” Ratificado o despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 18: “Em 11/11/13. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor Antonio Fernando Barros Neto, ponto nº 5.026, Técnico Legislativo – atribuição Adjunto Parlamentar – Secretaria, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 19/12/13, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Auxiliar Parlamentar Júnior, símbolo APSF-1, com lotação no gabinete do Senador Inácio Arruda e exercício no Escritório de Apoio às Atividades Parlamentares, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações e manifestações do Departamento de Pessoal (fls. 3 a 5) e da Diretoria-Geral (fls. 16 e 17), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.” 7 – **Processo nº 126.295/2013**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 24: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação de cessão, por 1 (um) ano, da servidora Lúcia Frederico de Lyra Vaz, ponto nº 6.393, Analista Legislativo – atribuição Analista de Informática, para continuar exercendo o cargo de provimento em comissão de Gerência Executiva, código COE III, no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível – ANP, com ônus para o órgão cedente. A prorrogação em tela tem amparo no art. 93, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 1º, inciso II, alínea b, e art. 2º do Ato da Mesa 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa nº 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douda Mesa.” Ratificado o despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves: “Atendendo à solicitação do Ministério de Minas e Energia, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão da servidora Lucia Frederico de Lyra Vaz, ponto nº 6.393, Analista Legislativo – atribuição Analista de Informática Legislativa, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 23/12/13, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Gerência Executiva, código CGE-III, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações e manifestações do Departamento de Pessoal (fls. 15 a 17), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.” 8 – **Processo nº 135.739/2013**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, às fls. 8/9: “Trata-se de solicitação do Secretário de Estado do Governo do Distrito Federal, Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago, por delegação de competência, para que seja autorizada a prorrogação da cessão do servidor desta Casa **Antonio Sabino de Vasconcelos Neto**, ponto nº 2.562, Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos – Serviços de Atendimento, para continuar no exercício do cargo de provimento em comissão de Administrador Regional da Administração Regional do Cruzeiro (CNP-04), do Governo do Distrito Federal, com ônus para o órgão cessionário, mediante ressarcimento da remuneração e encargos sociais. O servidor encontra-se à disposição do Governo do Distrito Federal desde 15/04/2011, com o prazo de cessão previsto para vencer em 31/12/2013. Desde a cessão, o servidor exerceu ainda os seguintes cargos em comissão no Governo do Distrito Federal: – Administrador Regional da Administração Regional de Taguatinga, Símbolo CNE-4, no período de 15/04/2011 a 09/10/2011; – Assessor Especial da Assessoria Especial da Secretaria de Estado do Governo do Distrito Federal, símbolo CNE-06, no dia 10/10/2011; – Subsecretário, da Subsecretaria de Convênios e Obras Especiais, da Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, símbolo CNE-02, no período de 11/10/2011 a 04/01/2012. A cessão do servidor e as consequentes prorrogações encontravam amparo no parágrafo único do art. 1º do Ato da Mesa nº 56, de 1997, revogado pelo Ato da Mesa nº 57, de 2013. O novo regimento interno não permite a cessão ou sua prorrogação, nos termos em que se deu o referido afastamento. E o que se verifica das disposições do art. 1º, inciso III, do Ato da Mesa nº 57, de 2013, com a redação dada pelo art. 1º do Ato da Mesa nº 73, de 2013: “Art. 1º O servidor efetivo da Câmara dos Deputados somente poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão nas seguintes hipóteses: (...) III – na administração direta estadual, distrital, de prefeitura de capital e cidades com mais de duzentos mil habitantes, para o exercício de cargo de Secretário de Estado, Distrital e Municipal, desde que sem ônus para a Câmara dos Deputados, nos termos do § 1º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 1990, podendo ser realizada mediante ressarcimento da remuneração do cargo efetivo e da contribuição previdenciária patronal.” Nos termos da norma acima, servidor efetivo desta Casa Legislativa somente poderá ser cedido ao Governo do Dis-

trito Federal para o exercício de cargo de Secretário Distrital. A matéria encontra-se ainda regulamentada no art. 93, inciso I, § 1º da Lei nº 8.112, de 1990, *verbis*: “Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses: I – para exercício de cargo em comissão ou função de confiança; § 1º Na hipótese do inciso I, sendo a cessão para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária, mantido o ônus para o cedente nos demais casos.” Dessa forma, a presente solicitação não encontra mais amparo na norma interna que regulamenta as cessões dos servidores da Câmara dos Deputados, razão por que os órgãos técnicos da Casa manifestaram-se contrariamente à prorrogação. Todavia, esta Secretaria entende que a singularidade da composição administrativa do Governo do Distrito Federal, que conta com 31 Regiões Administrativas (cidades-satélite) em sua estrutura, exige um exame diferenciado do referido pleito. O servidor exerce o cargo em comissão de Administrador Regional do Cruzeiro, que exige atuação gerencial e conta com certa autonomia administrativa para o desempenho dessa atribuição. Portanto, guarda similaridade com cargos públicos de gestão, responsáveis por conduzir atividades relacionadas à administração de políticas públicas regionais. Bem por isso, este órgão da Mesa submete a matéria ao exame e à deliberação do douto Colegiado, com parecer favorável à prorrogação da cessão, em caráter excepcional, por 1 (um) ano, ante a peculiaridade do cargo em comissão exercido pelo servidor, somente existente na estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal.” Aprovado o parecer supra por unanimidade. 9 – **Processo nº 134.942/2013**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, às fls. 10/11: “Trata-se de solicitação do Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, para que seja autorizada a prorrogação da cessão da servidora desta Casa **Anna Claudia Silva de Mendonça**, Analista Legislativo, atribuição Taquígrafo Legislativo, ponto nº 1.959, para o Ministério da Justiça, com vistas a continuar exercendo no Arquivo Nacional a Função Gratificada código FGR-I, com ônus para o órgão cedente. A servidora encontra-se cedida ao Arquivo Nacional desde 31/05/2006, com prazo de cessão previsto para vencer em 31/12/2013. A cessão da servidora e as consequentes prorrogações encontravam amparo no inciso I do art. 1º do Ato da Mesa nº 56, de 1997, que não estabelecia nível do cargo ou da função gratificada a ser ocupada, quando a cessão era para órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, a saber: “Art. 1º O servidor efetivo da Câmara dos Deputados somente poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão, nas seguintes hipóteses: I – **na Presidência da República e no Supremo Tribunal Federal, para o exercício nos setores diretamente subordinados ao respectivo Presidente**; II – na administração federal direta, autárquica e fundacional, para o exercício de cargo de Ministro de Estado, cargo em comissão ou função de confiança de níveis DAS-05 ou DAS-06 e Cargo de Natureza Especial ou equivalentes.” Essa norma foi revogada pelo Ato da Mesa nº 57, de 2013, que manteve em seu texto a regra acima, apenas com modificação na redação do texto: “Art. 1º O servidor efetivo da Câmara dos Deputados somente poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão nas seguintes hipóteses: I – na Presidência e na Vice-Presidência da República e no Supremo Tribunal Federal, para exercício nos setores diretamente subordinados à respectiva autoridade máxima, observado o disposto no inciso I do art. 93 da Lei nº 8.112, de 1990; II – na administração federal direta, autárquica e fundacional, para o exercício de: (...) b) cargo em comissão ou função de confiança de níveis DAS-05, DAS-06 ou equivalentes;” Relativamente ao ônus da cessão, o novo normativo, assim como o anterior, disciplina que: “Art. 2º Na hipótese dos incisos I e II do artigo anterior, o ônus dos vencimentos do cargo efetivo será de responsabilidade da Câmara dos Deputados, cabendo ao cessionário as demais despesas resultantes da requisição. Por sua vez, a Lei nº 8.112, de 1990, ao tratar da cessão de servidores, assim dispõe: “Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses: I – para exercício de cargo em comissão ou função de confiança; (...) § 1º “Na hipótese do inciso I, sendo a cessão para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária, mantido o ônus para o cedente nos demais casos.” Ocorre que o Arquivo Nacional esteve subordinado à Casa Civil da Presidência da República até 24/01/2011, quando passou a ser vinculado ao Ministério da Justiça, por meio do Decreto nº 7.430, de 2011. Desse modo, a partir da edição do referido Decreto, a cessão passou a contrariar o previsto no inciso II, alínea “b” do art. 1º do Ato da Mesa nº 56, de 1996, com a redação dada pelo Ato da Mesa nº 35, de 2009, que vigorava à época, e, agora, o previsto no inciso II, alínea “b” nº 57, de 2013, que exige, para a cessão, o exercício de cargo em comissão ou função de confiança de níveis DAS-05 ou DAS-06 ou equivalentes. Isso porque a função gratificada exercida pela servidora é de nível menor do que o exigido pela norma. Por outro lado, o art. 52 da Lei nº 12.462, de 04/08/2011, permitiu aos servidores requisitados pela Presidência da República em exercício no Arquivo Nacional permanecerem à disposição do Ministério da Justiça, a saber: “Art. 5º Os servidores e militares requisitados pela Presidência da República em exercício, em 31 de dezembro de 2010, no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, no **Arquivo Nacional** e na Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, **poderão permanecer à disposição**, respectivamente, do Ministério da Defesa e **do Ministério da Justiça**, para exercício naquelas unidades, bem como serem novamente requisitados, caso tenham retornado aos órgãos ou entidades de origem antes de 18 de março de 2011.” (grifo nosso).

Há ainda a disposição do art. 4º do Ato da Mesa nº 57, de 2013, com a redação dada pelo art. 2º do Ato da Mesa nº 73, de 2013, que passou a prever limite de tempo de afastamento do servidor, nos seguintes termos: “Art. 4º As cessões de que trata o art. 1º somente poderão ser autorizadas por até um ano, permitida a prorrogação, no interesse da Administração, limitado o afastamento por quatro anos, à exceção das requisições feitas pela Presidência da República, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.007, de 1995. Parágrafo único. Findo o período de cessão, o servidor deverá permanecer em exercício na Casa pelo mesmo intervalo de tempo em que se encontrou à disposição de outro órgão, antes que nova cessão possa ser autorizada.” No caso de autorizada a referida prorrogação, a servidora completará em 31/12/2014 mais de oito anos de afastamento, contrariando a norma acima. Todavia, no processo nº 102.261/2013, a Mesa Diretora, em reunião realizada em 26/02/2013, aprovou parecer desta Secretaria no sentido de se considerar o prazo de afastamento previsto no aludido art. 4º a partir da edição do Ato da Mesa nº 73, de 2013, desde que observado o interesse primordial da Administração. Ante o exposto, esta Secretaria submete ao exame e à deliberação da dita Mesa o pedido, com parecer favorável à prorrogação da cessão da servidora, por 1 (uni) ano, ao Arquivo Nacional!”. Aprovado o parecer supra por unanimidade. Compareceu à reunião, nesse instante, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves. Dando seguimento, o Senhor Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, propôs, extrapauta, que a Mesa deveria autorizar um estudo para que a Casa contrate uma Agência de Publicidade, a exemplo do Judiciário, dos Executivos municipal, estadual e Federal, e de várias Assembleias Estaduais, inclusive a do Distrito Federal, com o objetivo de divulgar sua agenda positiva na grande mídia. O Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves apoiou a proposta, dizendo que a Casa deveria ter, com urgência, uma agência divulgadora, comentando dos anúncios institucionais que o Executivo faz. O Senhor Deputado André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente, disse que considera uma matéria para o Colégio de Líderes, que a Casa já teve uma agência de publicidade. Que outra proposta era a de proibirem os Governos de gastarem com publicidade, para ser isonômico. Entretanto, abordou outra vertente, a da necessidade de regulamentação do direito de resposta, citando vários projetos que já se encontram em tramitação. Ao final, a Mesa Diretora decidiu pela apresentação de um estudo pelo Senhor Primeiro Secretário sobre a possibilidade de contratação de uma agência de publicidade, para apreciação e deliberação da Mesa Diretora. Por último, o Senhor Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, disse que elaborou anteprojeto de resolução na tentativa de trazer para as estruturas internas da Casa o mesmo estudo do projeto de lei aprovado para distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do acesso gratuito ao rádio e à televisão quanto à movimentação parlamentar. Esclareceu que a ideia é de preservar o máximo o resultado das eleições, que quando da criação de novo partido, não seja retirado do partido original o que tinha pelo resultado das eleições, sendo dado ao novo uma estrutura mínima de funcionamento. Distribuiu aos seus pares, para análise e posterior deliberação pela Mesa Diretora, o citado anteprojeto de Resolução, que “altera o §2º do art. 21-E, o parágrafo único do art. 23, o §5º do art. 39, o §2º do art. 40 e o art. 232 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989”. Com a palavra, o Senhor Deputado Simão Sessim, Segundo-Secretário, comentou a respeito da entrega das medalhas “Mérito Legislativo Câmara dos Deputados”, elogiando e agradecendo a todos os envolvidos. Propôs apresentar proposta para graduar as comendas, o que foi acordado pela Mesa Diretora. A Mesa Diretora decidiu retirar de pauta os seguintes processos: 1- nº **132.194/2013**, referente ao credenciamento da empresa Eyeworks Cuatro Cabezas do Brasil (CQC), assunto a ser levado ao Colégio de Líderes; e 2 – nº **134.023/2013**, referente à aplicação do Acórdão nº 2.142/2013, do Tribunal de Contas da União (TCU). Nesse caso, a Mesa Diretora acordou em promover estudo com as assessorias do Tribunal de Contas da União, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para tratamento, de forma isonômica, de questões ainda não suficientemente resolvidas quanto à aplicação do teto constitucional. **V – PAUTA DO SENHOR QUARTO-SECRETÁRIO.** O Senhor Deputado Biffi, Quarto-Secretário, apresentou proposta de Ato da Mesa para alteração dos arts. 1º, 4º e 8º do Ato da Mesa nº 46, de 2009, que dispõe sobre os imóveis residenciais de propriedade da União sob responsabilidade da Câmara dos Deputados que especifica, destinando-os a servidores do quadro efetivo e ocupantes de cargos de natureza especial – CNE. Esclareceu que as alterações contemplam critérios para ocupação e desocupação do imóvel. Submetido à votação, a Mesa Diretora resolveu baixar, por unanimidade, Ato da Mesa que “altera os arts. 1º, 4º e 8º do Ato da Mesa nº 46, de 2009”, cujo teor segue ao final da ata. Nada mais havendo a tratar, às dezenove horas e trinta minutos, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, , Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados.

Henrique Eduardo Alves, Presidente

ATO DA MESA Nº , DE 2013**Altera a tabela de valores da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar, de que trata o Ato da Mesa nº 43, de 2009.**

A **MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Art. 1º A tabela de limites mensais de Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senhores Deputados Federais, estabelecida no Anexo ao Ato da Mesa nº 43, de 2009, e alterações, passa a vigorar com os valores fixados no Anexo Único a este Ato.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Ato ocorrerão à conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara dos Deputados.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2014.

Justificação

A presente proposição objetiva adequar o valor da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar aos custos dos bens e serviços que compõem o referido benefício, viabilizando a indenização aos senhores deputados das despesas típicas do exercício do mandato parlamentar, previstas no Ato da Mesa nº 43, de 2009.

Para tanto, aplica-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no percentual de 7,76%, correspondente ao período de setembro a dezembro de 2010 e janeiro a novembro de 2013, tendo em vista que, para efeito de cálculo do referido indicador, considera-se o comportamento das tarifas aéreas, bem como o reajuste verificado em outros componentes, como combustível, transportes, comunicação, todos compreendidos entre os itens de passíveis de reembolso pela Ceap.

ANEXO ÚNICO**COTA PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR - CEAP
LIMITES MENSAIS POR DEPUTADO**

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	VALOR DA COTA
AC	40.711,32
AL	37.318,73
AM	39.734,17
AP	39.554,50
BA	35.540,51
CE	38.705,50
DF	27.977,66
ES	34.080,83
GO	32.317,69
MA	38.429,49
MG	32.856,33
MS	36.949,65
MT	35.924,24
PA	38.499,17
PB	38.319,91
PE	37.992,68
PI	37.344,18
PR	35.412,67
RJ	32.550,32
RN	38.963,25
RO	39.828,33
RR	41.612,80
RS	37.256,00
SC	36.337,92
SE	36.578,43
SP	33.730,95
TO	35.993,76

ATO DA MESA Nº , DE 2013**Dispõe sobre os procedimentos decorrentes da extinção do Pecúlio dos Servidores da Câmara dos Deputados, nos termos da Resolução nº 48, de 2013.**

A **MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso de suas atribuições regimentais e com base no art. 4º da Resolução nº 48, de 2013, resolve:

Art. 1º Os procedimentos decorrentes da extinção do Pecúlio dos Servidores da Câmara dos Deputados ficam regulamentados por este Ato.

Art. 2º O pagamento do benefício seguirá a ordem do óbito, ficando condicionado à apresentação da documentação exigida e à emissão do parecer pela Comissão do Pecúlio.

§ 1º A regra estabelecida no *caput* não impedirá o pagamento dos benefícios relativos aos óbitos subsequentes caso os processos referentes aos óbitos anteriores apresentem documentação insuficiente.

§ 2º Sanada a pendência documental, será restabelecida a ordem definida no *caput*.

Art. 3º O pagamento do pecúlio devido aos beneficiários de servidores falecidos observará:

I – a quantidade de diárias fixada, nos termos do Anexo deste Ato, de acordo com o mês previsto para o pagamento do benefício, estabelecido pela Secretaria Executiva do Pecúlio de acordo com a Resolução nº 84, de 1984, e seu Regulamento;

II – a média das diárias descontadas no mês anterior ao da publicação da Resolução nº 48, de 2013.

Art. 4º Ficam mantidas a Comissão do Pecúlio e a estrutura administrativa da Secretaria Executiva do Pecúlio até que sejam efetivados os pagamentos previstos neste Ato.

Art. 5º O ressarcimento das diárias a que se refere o art. 3º da Resolução nº 48, de 2013, será parcelado na medida das disponibilidades orçamentárias e financeiras, observada a retenção, em cada parcela, do percentual necessário ao pagamento dos benefícios.

Art. 6º O Diretor-Geral poderá designar servidores para apoiar os trabalhos da Secretaria Executiva do Pecúlio.

Art. 7º Caberá ao Diretor-Geral publicar portaria com o valor mencionado no inciso II do art. 3º deste Ato, bem como decidir sobre os casos omissos e especiais.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposta de Ato da Mesa vem regulamentar os procedimentos complementares necessários para concretizar a extinção do Pecúlio determinada pela Resolução nº 48, de 2013.

Com esse propósito, o texto (i) reafirma a necessidade de obedecer a ordem de óbito na efetivação dos pagamentos, desde que os beneficiários apresentem a documentação exigida em tempo hábil; (ii) estabelece os parâmetros para o cálculo do valor do benefício; e (iii) mantém a Comissão do Pecúlio e a estrutura administrativa da Secretaria Executiva do Pecúlio até que se ultimem todas as providências requeridas.

O Anexo proposto para o presente Ato foi elaborado a partir de cálculo atuarial que considerou: a idade dos atuais participantes; a taxa de mortalidade aplicável ao grupo em função das suas características; e o decréscimo do número de participantes contribuintes do Pecúlio ao longo do tempo, visto que, por um lado, falecem servidores mensalmente e, por outro, não ocorre mais o ingresso de novos servidores desde o ano de 2002.

Assim, aplicou-se a Tábua de Mortalidade AT-2000 Normal, mais aderente à mortalidade que vem ocorrendo na população do Pecúlio da Câmara. Daí resultou o número de sobreviventes esperado a cada mês dos próximos anos. Em outras palavras, caso o Pecúlio não fosse extinto, os beneficiários necessariamente não receberiam o mesmo valor do benefício pago quando da aprovação da Resolução nº 48, de 2013, o que justifica a sua redução gradativa.

O montante a ser pago aos beneficiários de cada servidor falecido é o resultado da multiplicação do número de diárias constante do Anexo pela média das diárias recolhidas para pagamento do benefício no mês anterior à publicação da Resolução que extinguiu o Pecúlio.

É importante ressaltar que cada processo do Pecúlio já tem a informação do mês previsto para o pagamento, definido com base nas regras estabelecidas na Resolução nº 84, de 1984. Essa previsão, já definida em processo, permite estabelecer, a partir do Anexo a este Ato, o número exato de diárias a ser considerado no cálculo.

Também é relevante destacar que há diferenças nos valores das diárias descontadas dos servidores. Esses valores dependem do cargo efetivo ocupado pelo servidor (Técnico Legislativo ou Analista Legislativo) e também do padrão em que se encontra posicionado na Carreira. Isso explica a necessidade de calcular a média das diárias recolhidas no mês que antecedeu a publicação da já citada Resolução.

ANEXO

(Ato da Mesa nº , de)

Quantidade de Diárias

Mês/Ano	Diárias	Mês/Ano	Diárias	Mês/Ano	Diárias	Mês/Ano	Diárias
jan/14	4.680	jan/18	4.433	jan/22	4.139	jan/26	3.798
fev/14	4.676	fev/18	4.428	fev/22	4.133	fev/26	3.791
mar/14	4.671	mar/18	4.422	mar/22	4.126	mar/26	3.783
abr/14	4.666	abr/18	4.416	abr/22	4.119	abr/26	3.775
mai/14	4.661	mai/18	4.410	mai/22	4.112	mai/26	3.768
jun/14	4.657	jun/18	4.405	jun/22	4.106	jun/26	3.760
jul/14	4.652	jul/18	4.399	jul/22	4.099	jul/26	3.752
ago/14	4.647	ago/18	4.393	ago/22	4.092	ago/26	3.745
set/14	4.642	set/18	4.387	set/22	4.085	set/26	3.737
out/14	4.638	out/18	4.382	out/22	4.079	out/26	3.729
nov/14	4.633	nov/18	4.376	nov/22	4.072	nov/26	3.722
dez/14	4.628	dez/18	4.370	dez/22	4.065	dez/26	3.714
jan/15	4.623	jan/19	4.364	jan/23	4.058	jan/27	3.706
fev/15	4.618	fev/19	4.358	fev/23	4.051	fev/27	3.698
mar/15	4.613	mar/19	4.352	mar/23	4.044	mar/27	3.690
abr/15	4.608	abr/19	4.346	abr/23	4.037	abr/27	3.682
mai/15	4.603	mai/19	4.340	mai/23	4.030	mai/27	3.674
jun/15	4.598	jun/19	4.334	jun/23	4.024	jun/27	3.666
jul/15	4.593	jul/19	4.328	jul/23	4.017	jul/27	3.658
ago/15	4.588	ago/19	4.322	ago/23	4.010	ago/27	3.651
set/15	4.583	set/19	4.316	set/23	4.003	set/27	3.643
out/15	4.578	out/19	4.310	out/23	3.996	out/27	3.635
nov/15	4.573	nov/19	4.304	nov/23	3.989	nov/27	3.627
dez/15	4.568	dez/19	4.298	dez/23	3.982	dez/27	3.619
jan/16	4.563	jan/20	4.292	jan/24	3.975	jan/28	3.611
fev/16	4.558	fev/20	4.286	fev/24	3.968	fev/28	3.603
mar/16	4.552	mar/20	4.280	mar/24	3.961	mar/28	3.595
abr/16	4.547	abr/20	4.273	abr/24	3.953	abr/28	3.587
mai/16	4.542	mai/20	4.267	mai/24	3.946	mai/28	3.578
jun/16	4.537	jun/20	4.261	jun/24	3.939	jun/28	3.570
jul/16	4.531	jul/20	4.255	jul/24	3.932	jul/28	3.562
ago/16	4.526	ago/20	4.249	ago/24	3.925	ago/28	3.554
set/16	4.521	set/20	4.243	set/24	3.918	set/28	3.546
out/16	4.516	out/20	4.236	out/24	3.910	out/28	3.538
nov/16	4.510	nov/20	4.230	nov/24	3.903	nov/28	3.530
dez/16	4.505	dez/20	4.224	dez/24	3.896	dez/28	3.522
jan/17	4.500	jan/21	4.218	jan/25	3.889	jan/29	3.514
fev/17	4.494	fev/21	4.211	fev/25	3.881	fev/29	3.505
mar/17	4.489	mar/21	4.205	mar/25	3.874	mar/29	3.497
abr/17	4.483	abr/21	4.198	abr/25	3.866	abr/29	3.489
mai/17	4.478	mai/21	4.192	mai/25	3.859	mai/29	3.480
jun/17	4.472	jun/21	4.185	jun/25	3.851	jun/29	3.472
jul/17	4.467	jul/21	4.179	jul/25	3.844	jul/29	3.464
ago/17	4.461	ago/21	4.172	ago/25	3.836	ago/29	3.455
set/17	4.456	set/21	4.166	set/25	3.829	set/29	3.447
out/17	4.450	out/21	4.159	out/25	3.821	out/29	3.439
nov/17	4.445	nov/21	4.153	nov/25	3.814	nov/29	3.430
dez/17	4.439	dez/21	4.146	dez/25	3.806	dez/29	3.422

ATO DA MESA Nº , DE 2013**Dispõe sobre a estrutura administrativa da Coordenação de Transportes.**

A **MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 4º da Resolução nº 46, de 2006, resolve:

Art. 1º A estrutura administrativa da Coordenação de Transportes prevista no art. 61 e seguintes da Resolução nº 20, de 1971, passa a vigorar na forma do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Fica remanejada e renomeada, com alteração das atribuições, a função comissionada constante do Anexo II.

Art. 3º Fica renomeada a função comissionada constante do Anexo III.

Art. 4º As competências das unidades administrativas da Coordenação de Transportes são as constantes do Anexo IV e as atribuições dos seus respectivos titulares, além de correlacionadas com essas competências, são as estabelecidas nos arts. 254 e 255 da Resolução nº 20, de 1971.

Art. 5º As funções comissionadas da Coordenação de Transportes, previstas na Lei nº 5.810, de 1972, na Resolução nº 33, de 1972 e na Resolução nº 46, de 2006, passam a ser as constantes do Anexo V.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Ao longo dos anos, a estrutura administrativa da Coordenação de Transportes, inicialmente criada por meio da Resolução n. 20, de 1971, acumulou novas responsabilidades e incorporou outros processos na execução de suas atividades.

Em 2011, iniciou-se uma mudança no modelo de gestão de frota própria para frota terceirizada, de forma gradativa. Lançou-se no mercado edital buscando a contratação de serviços de abastecimento de veículos terceirizados e de locação de veículos.

Em 2012, a Coordenação de Transportes desativou a Seção de Oficina Mecânica e a Seção de Controle e Abastecimento.

Assim, tornou-se premente a criação de uma estrutura que se adequasse à atual realidade. Nesse contexto, surge a necessidade da criação da Seção de Apoio Operacional em substituição à Seção de Controle e Abastecimento, assumindo as novas competências impostas à Coordenação com a implantação desse modelo de gestão. Assim, constam do Anexo IV deste Ato as competências pertinentes à nova Seção.

Tendo em vista a inexistência de aumento de despesa, a adequação da estrutura administrativa da Coordenação de Transportes atende ao art. 4º da Resolução n. 46, de 2006.

Salienta-se, ainda, que os recursos humanos da Seção extinta irão compor a nova Seção, utilizando o mesmo espaço físico.

ATO DA MESA N.º 123, DE 2013

ANEXO I

Estrutura Administrativa da Coordenação de Transportes

Coordenação de Transportes
 Seção Administrativa
 Seção de Movimentação
 Seção de Apoio Operacional

ANEXO II

Função comissionada remanejada e renomeada com alteração das atribuições

Situação Atual				Situação Nova		
Código	Nível	Denominação da Função	Lotação	Nível	Denominação da Função	Lotação
C2040053	FC-1	Chefe da Seção de Oficina Mecânica	Coordenação de Transportes	FC-1	Chefe da Seção de Suporte Técnico	Centro de Informática

ANEXO III

Função Comissionada Renomeada

Situação Atual				Situação Nova	
Código	Nível	Denominação da Função		Nível	Denominação da Função
C2040333	FC-1	Chefe da Seção de Controle e Abastecimento		FC-1	Chefe da Seção de Apoio Operacional

ANEXO IV

Competências das unidades administrativas

I - São competências da Coordenação de Transportes:

- guardar, manter, conservar e operar os veículos da Câmara dos Deputados;
- manter os registros e controles da frota de veículos;
- opinar nos processos de renovação da frota;
- propor normas relativas a especificações de veículos, bem como critérios objetivos voltados à renovação da frota;
- propor normas relativas ao uso, à guarda e à manutenção de veículos, visando à boa administração dos transportes da Câmara dos Deputados;
- divulgar as disposições legais sobre trânsito para os serviços de transporte da Câmara dos Deputados;
- instruir processos para apurar responsabilidades em casos de acidentes e infrações;
- prestar serviços de transporte nos limites do Plano Piloto e cidades-satélites e solicitar ao órgão competente autorização para viagens fora desses limites;
- controlar a despesa com a manutenção e a conservação da frota;
- participar das ações, em conjunto com outras unidades da Casa, que tratam de acessibilidade, mobilidade urbana e programas ambientais;
- propor a substituição do veículo, em função do exame sistemático de seu desempenho e dos gastos com sua manutenção e conservação;
- informar processos de pagamento de serviços de transporte realizados por terceiros.

II - São competências da Seção Administrativa da Coordenação de Transportes:

- elaborar o expediente da Coordenação de Transportes;
- receber e tramitar processos de interesse da Coordenação de Transportes;
- conferir e, se for o caso, sugerir ao fiscal de contrato ou à empresa contratada a correção de atestados ou de nota fiscal de serviços prestados;

- d) supervisionar e organizar as marcações de férias, recessos e outros afastamentos dos servidores do quadro da Câmara dos Deputados, evitando a descontinuidade dos serviços da Coordenação;
 - e) acompanhar saldo dos empenhos de contratos de interesse da Coordenação de Transportes e, quando necessário, prestar esclarecimentos aos órgãos interessados;
 - f) prestar orientações aos servidores sobre as normas e informações que disciplinam a área de pessoal da Câmara dos Deputados;
 - g) manter em dia o levantamento estimativo dos serviços prestados pela Coordenação;
 - h) manter o estoque e proceder à distribuição de material;
 - i) executar outras atividades comuns aos serviços de administração.
- III - São competências da Seção de Movimentação da Coordenação de Transportes:
- a) controlar a movimentação dos veículos da Câmara dos Deputados;
 - b) promover a guarda, o abastecimento e a lavagem dos veículos;
 - c) executar serviços periódicos de manutenção;
 - d) zelar pela correta utilização dos veículos, por parte dos motoristas, de modo a evitar danos e desgastes prematuros;
 - e) vistoriar os veículos antes e depois do uso;
 - f) comunicar à direção da Coordenação ocorrências anormais envolvendo veículos e motoristas, especialmente as decorrentes de acidentes e infrações.
- IV - São competências da Seção de Apoio Operacional da Coordenação de Transportes:
- a) realizar pesquisas de mercado para a aquisição ou contratação de veículos;
 - b) iniciar processos de contratação e acompanhar as vigências contratuais das prestadoras de serviços;
 - c) assistir às demais unidades nos procedimentos de fiscalização dos contratos perante as empresas terceirizadas contratadas;
 - d) propor a implantação de novos serviços de transportes;
 - e) encaminhar informações e dados estatísticos dos serviços prestados pela Coordenação;
 - f) providenciar pareceres e informações à Comissão Permanente de Licitação;
 - g) elaborar pesquisas de satisfação dos usuários em relação aos serviços prestados pela Coordenação;
 - h) promover diligências nos órgãos de fiscalização de trânsito, buscando equacionar ou ajustar os serviços de transportes à legislação;
 - i) elaborar e acompanhar o planejamento anual dos serviços de transporte em parceria com a direção da Coordenação;
 - j) auxiliar na elaboração e execução orçamentária da Coordenação.

ANEXO V

Estrutura de Funções Comissionadas

Quant	Nível	Denominação	Lotação
1	FC-3	Diretor da Coordenação de Transportes	Coordenação de Transportes
1	FC-1	Chefe da Seção Administrativa	Coordenação de Transportes
1	FC-1	Chefe da Seção de Movimentação	Coordenação de Transportes
1	FC-1	Chefe da Seção de Apoio Operacional	Coordenação de Transportes

ATO DA MESA Nº , DE 2013

Dispõe sobre a estrutura administrativa da Coordenação de Comunicações e dá outras providências.

A **MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no art. 4º da Resolução nº 46, de 2006, resolve:

Art. 1º A estrutura administrativa da Coordenação de Comunicações, prevista nos arts. 65 a 67 da Resolução nº 20, de 1971, passa a vigorar na forma do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Fica extinta a função comissionada constante do Anexo II.

Art. 3º Fica criada a função comissionada constante do Anexo III.

Art. 4º Fica renomeada a função comissionada constante do Anexo IV.

Art. 5º As funções comissionadas da Coordenação de Comunicações, previstas na Lei nº 5.810, de 1972, e nas Resoluções nº 33, de 1972, e nº 46, de 2006, passam a ser as constantes do Anexo V.

Art. 6º As competências das unidades administrativas da Coordenação de Comunicações são as constantes do Anexo VI e as atribuições dos seus respectivos titulares, além de correlacionadas com essas competências, são as estabelecidas nos arts. 254 e 255 da Resolução nº 20, de 1971.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Desde a sua criação, a Coordenação de Comunicações acumulou novas responsabilidades e incorporou novas técnicas na execução de suas atividades. Com o decorrer dos anos, tornou-se premente a criação de uma nova estrutura que se adequasse à nova realidade.

A Câmara dos Deputados, por sua vez, estabeleceu diretrizes voltadas para um modelo de administração contemporâneo por meio da Gestão Estratégica dos recursos humanos e físicos disponíveis.

Em atendimento à determinação do Senhor Diretor-Geral, às fls. 29 do Processo nº 157.513/2008, e objetivando o cumprimento das recomendações da Secretaria de Controle Interno, consignadas no Relatório de Auditoria nº 7/2008, no que concerne à redefinição das competências e atribuições da Seção de Correspondência Oficial, a Coordenação de Comunicações reestrutura sua organização administrativa com a descentralização das atividades absorvas na Seção de Correspondência Oficial. Contudo, faz-se imprescindível formalizar a instituição das Seções de Atendimento Postal e de Controle de Serviço Postal, que, de modo independente e coordenado, exercerão suas responsabilidades e atribuições com eficiência e celeridade.

Ressalte-se que a Resolução nº 46, de 2006, ao criar a Seção de Distribuição de Periódicos e Correspondências, não estabeleceu as suas competências. Este Ato da Mesa resolve tal omissão.

Como a presente proposta não gera acréscimo na despesa de pessoal, a estrutura administrativa da Coordenação de Comunicações pode ser alterada por Ato da Mesa Diretora, em consonância com o art. 4º da Resolução nº 46, de 2006.

ANEXO I**Estrutura Administrativa da Coordenação de Comunicações****Coordenação de Comunicações**

- Seção de Controle de Serviço Postal
- Seção de Atendimento de Serviço Postal
- Seção de Protocolo-Geral
- Seção de Distribuição de Periódicos e Correspondências

ANEXO II**Função comissionada extinta**

Código	Nível	Denominação da Função	Lotação
C2230361	FC-01	Assistente de Gabinete	Coordenação de Comunicações

ANEXO III**Função comissionada criada**

Denominação da Função	Nível	Lotação
Chefe da Seção de Atendimento de Serviço Postal	FC-01	Coordenação de Comunicações

ANEXO IV**Função comissionada renomeada**

Situação Atual			Situação Nova	
Código	Nível	Denominação da Função	Nível	Denominação da Função
C2010014	FC-01	Chefe da Seção de Correspondência Oficial	FC-01	Chefe da Seção de Controle de Serviço Postal

ANEXO V**Estrutura de Funções Comissionadas**

Quant.	Nível	Denominação	Lotação
1	FC-3	Diretor da Coordenação de Comunicações	Coordenação de Comunicações
1	FC-1	Chefe da Seção de Controle de Serviço Postal	Coordenação de Comunicações
1	FC-1	Chefe da Seção de Atendimento de Serviço Postal	Coordenação de Comunicações
1	FC-1	Chefe da Seção de Protocolo-Geral	Coordenação de Comunicações
1	FC-1	Chefe da Seção de Distribuição de Periódicos e Correspondências	Coordenação de Comunicações

ANEXO VI**Competências das unidades administrativas****1 COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES**

- a) coordenar, orientar e supervisionar as atividades referentes à execução dos contratos firmados com a Câmara dos Deputados para prestação de serviço postal, venda de produtos postais e fornecimento de jornais, revistas e diários oficiais a unidades administrativas;
- b) coordenar e orientar os trabalhos de recebimento, protocolização e distribuição de documentos produzidos ou recebidos pela Câmara dos Deputados;
- c) coordenar e supervisionar os serviços de recebimento, triagem e distribuição de correspondências, jornais, revistas e diários oficiais às unidades administrativas da Câmara dos Deputados;
- d) acompanhar e aplicar a legislação pertinente.

2 SEÇÃO DE CONTROLE DE SERVIÇO POSTAL

- a) fiscalizar os contratos firmados entre a Câmara dos Deputados e as empresas contratadas para prestação de serviço postal e venda de produtos postais;
- b) emitir relatórios e realizar, diariamente, o fechamento contábil das despesas processadas;
- c) efetuar o fechamento mensal das despesas;
- d) atestar faturas dos serviços prestados por empresas contratadas relacionadas às competências da Seção;
- e) acompanhar gastos referentes a telegramas enviados por parlamentares e órgãos da Casa via sistema informatizado;
- f) realizar pesquisa mercadológica para todos os serviços concorrenciais;
- g) acompanhar saldos de empenho.

3 SEÇÃO DE ATENDIMENTO DE SERVIÇO POSTAL

- a) conferir e autorizar as requisições de serviço postal de âmbito regional;
- b) conferir e autorizar as requisições de serviço postal de âmbito nacional e enviá-las às agências postais localizadas nos Estados;
- c) conferir o lançamento diário das despesas processadas;
- d) efetuar o credenciamento no sistema de serviço postal de pessoas indicadas pelas unidades administrativas da Câmara dos Deputados;
- e) providenciar o credenciamento de agências postais;
- f) autorizar sedex reverso para órgãos da Casa;
- g) acompanhar a prestação de serviço de malote;
- h) realizar o arquivamento de documentos;
- i) informar sobre assuntos relativos ao serviço postal.

4 SEÇÃO DE PROTOCOLO-GERAL

- a) promover o recebimento, a conferência, a protocolização, a autuação, o cadastramento no sistema informatizado, a tramitação e a distribuição de documentos internos e externos produzidos ou recebidos na Câmara dos Deputados;
- b) providenciar a inclusão de usuários e unidades protocolizadoras no sistema informatizado;
- c) providenciar alteração de *status* de usuário no sistema informatizado;
- d) organizar e promover o atendimento de pesquisa de processos cadastrados.

5 SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PERIÓDICOS E CORRESPONDÊNCIAS

- a) promover o recebimento, a triagem, a catalogação e a distribuição de correspondências, jornais, revistas e diários oficiais às unidades administrativas da Casa;
- b) entregar aos demais órgãos públicos da Administração Federal os ofícios das diversas unidades administrativas da Câmara dos Deputados;
- c) realizar a fiscalização dos contratos de fornecimento de jornais, revistas e diários oficiais;
- d) atestar faturas dos serviços prestados por empresas contratadas relacionadas às competências da Seção;
- e) acompanhar saldos de empenho.

ATO DA MESA Nº , DE 2013**Dispõe sobre a estrutura administrativa do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados e dá outras providências.**

A **MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 4º da Resolução nº 46, de 2006, RESOLVE:

Art. 1º A estrutura administrativa do Centro de Documentação e Informação é a constante do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Ficam transformadas as funções comissionadas constantes do Anexo II.

Art. 3º Ficam renomeadas e remanejadas as funções comissionadas constantes do Anexo III.

Art. 4º As funções comissionadas do Centro de Documentação e Informação passam a ser as constantes do Anexo IV deste Ato.

Art. 5º As competências das unidades administrativas do Centro de Documentação e Informação são as constantes do Anexo V e as atribuições dos seus respectivos titulares, além de serem correlacionadas com aquelas competências, são as estabelecidas nos arts. 252, 253, 254 e 255 da Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, criado pela Resolução 20/1971, foi inicialmente estruturado em quatro coordenações e dois serviços, tendo por competência a coordenação, o controle e a direção das atividades de informação, assessoramento técnico-parlamentar, registro de tramitação das proposições, arquivo e avaliação de documentos, edição de publicações e automação dos serviços internos em geral.

A necessidade de atualizar-se e adequar-se à nova realidade imposta à gestão corporativa da informação resultou na incorporação de novas atribuições e no desenvolvimento de novas competências, pelo Centro de Documentação e Informação, fundamentais para a busca da excelência no desempenho de suas funções. Exemplo disto foi a criação da Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação destinada a planejar e coordenar as atividades de atendimento e pesquisa de informações direcionadas ao Cedi. Houve ainda a aprovação de normas que criaram e transformaram funções comissionadas, de maneira a atender às novas demandas relacionadas à gestão da informação, possibilitando a criação informal de seções, com atribuições específicas e equipes definidas, que contribuíram sobremaneira para a modernização, otimização e racionalização dos trabalhos desenvolvidos.

Nesse sentido, a aprovação deste Ato da Mesa tem o propósito de formalizar a estrutura atual do Centro de Documentação e Informação, por meio da reorganização das funções comissionadas de cada unidade que integra essa estrutura, sem incorrer em aumento de despesa. Tal formalização permitirá que o órgão enfrente os desafios apresentados pelas novas tecnologias informacionais, bem como execute os novos processos de trabalho necessários a uma moderna gestão da informação na Câmara dos Deputados.

ANEXO I

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

1. Centro de Documentação e Informação - CEDI

1.1. Núcleo de Tecnologia, Comunicação e Relações Institucionais – NUTEC

1.1.1. Serviço de Tecnologia da Informação – SETEC

1.1.1.1. Seção de Informática – SEINF

1.1.2. Seção de Comunicação e Relações Institucionais – SECRI

1.2. Núcleo de Gestão Estratégica e Orçamentária – NUGEO

1.2.1. Serviço de Orçamento e Contratos – SEORC

1.2.2. Serviço de Administração – SERAD

1.3. Coordenação de Arquivo – COARQ

1.3.1. Serviço de Gestão Arquivística - SERGE

1.3.2. Secretaria Executiva da Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo – CADAR

1.3.3. Secretaria Executiva da Comissão Especial de Documentos Sigilosos – CEDOS

1.3.4. Seção de Planejamento Arquivístico e Normalização - SEPLA

1.3.5. Seção de Classificação e Avaliação Arquivística – SECAV

1.3.6. Seção de Transferência e Apoio à Implementação da Política Arquivística – SEAPA

1.3.7. Seção de Gestão do Arquivo Intermediário – SEGAI

1.3.8. Seção de Gestão do Arquivo Permanente – SEGAP

1.3.9. Seção de Gestão de Documentos Digitais Consolidados – SGDIC

1.4. Coordenação de Biblioteca – COBIB

1.4.1. Serviço de Planejamento e Apoio Técnico – SEPAT

1.4.2. Seção de Avaliação de Recursos Informacionais e Inovação – SENOV

1.4.3. Seção de Desenvolvimento de Coleções – SEDEC

1.4.4. Seção de Aquisição de Material Informacional – SECAQ

1.4.5. Seção de Gestão do Acervo – SEACE

1.4.6. Seção de Análise e Representação da Informação – SEARI

1.4.7. Seção de Biblioteca Digital – SEBID

1.4.8. Seção de Obras Raras e Especiais – SEORE

1.4.9. Seção de Disseminação da Informação – SEDIN

1.5. Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais – COBEC

1.5.1. Serviço de Preservação – SEPEC

1.5.1.1. Seção de Conservação e Restauração – SECOR

1.5.1.2. Seção de Digitalização e Microfilmagem – SEDIM

1.5.1.3. Seção de Gestão de Repositório de Preservação Digital - SEREP

1.6. Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação – CORPI

1.6.1. Seção de Gestão de Demandas - SEGED

1.6.2. Seção de Controle de Qualidade – SECOQ

1.6.3. Serviço de Gestão do Atendimento – SEGAT

1.6.3.1. Seção de Pronto-Atendimento Presencial – SEPRE

1.6.4. Serviço de Gestão da Pesquisa – SEGPE

1.6.4.1. Seção de Fontes e Recursos de Pesquisa – SEFEP

1.6.4.2. Seção de Pesquisa – SEPES

1.7. Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

1.7.1. Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL

1.7.1.1. Seção de Histórico de Deputados – SEHID

1.7.1.2. Seção de Legislação Citada – SELEC

1.7.1.3. Seção de Indexação de Matérias Legislativas – SIDEX

1.7.1.4. Seção de Legislação – SELEB

1.7.1.5. Seção de Análise da Tramitação de Proposições – SETRA

1.7.2. Serviço de Arquitetura de Informação – SERAI

1.7.2.1. Seção de Gestão de Taxonomias e Políticas de Indexação – SETAP

1.7.2.2. Seção de Informação Gerencial da Atividade Legislativa – SIGAL

1.7.2.3. Seção de Modelagem de Informação – SEMOD

1.8. Coordenação Edições Câmara dos Deputados – COEDI

1.8.1. Seção de Planejamento e Apoio Técnico - SEPAP

1.8.2. Seção de Revisão – SEREV

1.8.3. Serviço de Gestão Editorial – SERED

1.8.3.1. Seção de Editoração – SEDIT

1.8.4. Seção de Distribuição – SEDIS

1.8.5. Seção de Atendimento e Disseminação Editorial – SEADE

ANEXO II

Funções comissionadas transformadas

Situação Atual			Situação Nova		
Código	Nível	Denominação	Nível	Denominação	Lotação
C2230345	FC-1	Assistente de Gabinete	FC-1	Chefe da Seção de Planejamento Arquivístico e Normalização	Coordenação de Arquivo
C2230344	FC-1	Assistente de Gabinete	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Repositório de Preservação Digital	Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais
C1310012	FC-1	Assistente de Pesquisa	FC-1	Chefe da Seção de Disseminação da Informação	Coordenação de Biblioteca
C1113351	FC-3	Assessor Técnico	FC-3	Chefe do Núcleo de Tecnologia, Comunicação e Relações Institucionais	Núcleo de Tecnologia, Comunicação e Relações Institucionais
C1090010	FC-3	Assessor Técnico	FC-2	Chefe do Serviço de Tecnologia da Informação	Núcleo de Tecnologia, Comunicação e Relações Institucionais
C1113341	FC-3	Assessor Técnico	FC-1	Chefe da Seção de Comunicação e Relações Institucionais	Núcleo de Tecnologia, Comunicação e Relações Institucionais
C1310007	FC-1	Assistente de Pesquisa	FC-3	Chefe do Núcleo de Gestão Estratégica e Orçamentária	Núcleo de Gestão Estratégica e Orçamentária
C1310003	FC-1	Assistente de Pesquisa	FC-2	Chefe do Serviço de Orçamento e Contratos	Núcleo de Gestão Estratégica e Orçamentária
C1300012	FC-2	Assistente Técnico	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Demandas	Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação
C1310005	FC-1	Assistente de Pesquisa	FC-1	Chefe da Seção de Controle de Qualidade	Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação
C1310006	FC-1	Assistente de Pesquisa	FC-2	Chefe do Serviço de Gestão do Atendimento	Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação
C1310009	FC-1	Assistente de Pesquisa	FC-1	Chefe da Seção de Fontes e Recursos de Pesquisa	Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação

C1310011	FC-1	Assistente de Pesquisa	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Taxonomias e Políticas de Indexação	Coordenação de Organização da Informação Legislativa
C1310008	FC-1	Assistente de Pesquisa	FC-1	Chefe da Seção de Indexação de Matérias Legislativas	Coordenação de Organização da Informação Legislativa
C2230346	FC-1	Assistente de Gabinete	FC-1	Chefe da Seção de Análise da Tramitação de Proposições	Coordenação de Organização da Informação Legislativa
C1300030	FC-2	Assistente Técnico	FC-2	Chefe do Serviço de Arquitetura de Informação	Coordenação de Organização da Informação Legislativa
C1310004	FC-1	Assistente de Pesquisa	FC-1	Chefe da Seção de Modelagem da Informação	Coordenação de Organização da Informação Legislativa
C2230349	FC-1	Assistente de Gabinete	FC-1	Chefe da Seção de Informação Gerencial da Atividade Legislativa	Coordenação de Organização da Informação Legislativa
C2230348	FC-1	Assistente de Gabinete	FC-1	Chefe da Seção de Planejamento e Apoio Técnico	Coordenação Edições Câmara dos Deputados
			FC-1	Chefe da Seção de Atendimento e Disseminação Editorial	Coordenação Edições Câmara dos Deputados

ANEXO III

Funções comissionadas renomeadas e remanejadas

Situação atual				Situação nova		
Código	Nível	Denominação	Lotação	Nível	Denominação	Lotação
C1090014	FC03	Assessor Técnico	Centro de Documentação e Informação	FC03	Assessor Técnico	Assessoria Técnica da Diretoria-Geral
C2080005	FC02	Chefe do Serviço de Administração	Centro de Documentação e Informação	FC02	Chefe do Serviço de Administração	Núcleo de Gestão Estratégica e Orçamentária
C2230347	FC01	Assistente de Gabinete	Centro de Documentação e Informação	FC01	Assistente de Gabinete	Núcleo de Gestão Estratégica e Orçamentária
C2230350	FC01	Assistente de Gabinete	Centro de Documentação e Informação	FC01	Assistente de Gabinete	Núcleo de Gestão Estratégica e Orçamentária
C2040096	FC01	Chefe da Seção de Avaliação e Recolhimento	Coordenação de Arquivo	FC01	Chefe da Seção de Classificação e Avaliação Arquivística	Coordenação de Arquivo
C2100034	FC02	Chefe do Serviço de Arquivo Intermediário	Coordenação de Arquivo	FC02	Chefe do Serviço de Gestão Arquivística	Coordenação de Arquivo
C2040077	FC01	Chefe da Seção de Documentos Legislativos	Coordenação de Arquivo	FC01	Chefe da Seção de Transferência e Apoio à Implementação da Política Arquivística	Coordenação de Arquivo
C2040069	FC01	Chefe da Seção de Documentos Administrativos	Coordenação de Arquivo	FC01	Chefe da Seção de Gestão do Arquivo Intermediário	Coordenação de Arquivo
C2040105	FC01	Chefe da Seção de Documentos Históricos	Coordenação de Arquivo	FC01	Chefe da Seção de Gestão do Arquivo	Coordenação de Arquivo

Situação atual				Situação nova		
Código	Nível	Denominação	Lotação	Nível	Denominação	Lotação
					Permanente	
C2040007	FC01	Chefe da Seção de Documentos Audiovisuais	Coordenação de Arquivo	FC01	Chefe da Seção de Gestão de Documentos Digitais Consolidados	Coordenação de Arquivo
C2100035	FC02	Chefe de Serviço	Coordenação de Biblioteca	FC02	Chefe do Serviço de Planejamento e Apoio Técnico	Coordenação de Biblioteca
C2040009	FC01	Chefe da Seção de Referência	Coordenação de Biblioteca	FC01	Chefe da Seção de Biblioteca Digital	Coordenação de Biblioteca
C1310010	FC01	Assistente de Pesquisa	Centro de Documentação e Informação	FC01	Assistente de Pesquisa	Coordenação de Biblioteca
C2040019	FC01	Chefe da Seção de Recebimento e Cont. de Publicações Nacionais	Coordenação de Biblioteca	FC01	Chefe da Seção de Desenvolvimento de Coleções	Coordenação de Biblioteca
C2040065	FC01	Chefe da Seção de Aquisição-CEDI	Coordenação de Biblioteca	FC01	Chefe da Seção de Aquisição de Material Informacional	Coordenação de Biblioteca
C2040011	FC01	Chefe da Seção de Circulação e Supervisão das Coleções	Coordenação de Biblioteca	FC01	Chefe da Seção de Gestão do Acervo	Coordenação de Biblioteca
C2040010	FC01	Chefe da Seção de Catalogação e Classificação	Coordenação de Biblioteca	FC01	Chefe da Seção de Análise e Representação da Informação	Coordenação de Biblioteca
C2040020	FC01	Chefe da Seção de Bibliografia e Serviços Diversos	Coordenação de Biblioteca	FC01	Chefe da Seção de Avaliação de Recursos Informacionais e Inovação	Coordenação de Biblioteca

Situação atual				Situação nova		
Código	Nível	Denominação	Lotação	Nível	Denominação	Lotação
C2040012	FC01	Chefe da Seção de Coleções	Coordenação de Biblioteca	FC01	Chefe da Seção de Obras Raras e Especiais	Coordenação de Biblioteca
C2040107	FC01	Chefe da Seção de Informática	Centro de Documentação e Informação	FC01	Chefe da Seção de Informática	Núcleo de Tecnologia, Comunicação e Relações Institucionais
C2040307	FC01	Chefe da Seção de Gestão de Clientes	Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação	FC01	Chefe da Seção de Pronto-Atendimento Presencial	Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação
C0600033	FC03	Diretor da Coordenação de Preservação de Bens Culturais	Coordenação de Preservação de Bens Culturais	FC03	Diretor da Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais	Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais
C2040099	FC01	Chefe da Seção de Conservação e Restauração	Coordenação de Preservação de Bens Culturais	FC01	Chefe da Seção de Conservação e Restauração	Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais
C2100038	FC02	Chefe de Serviço	Coordenação de Preservação de Bens Culturais	FC02	Chefe do Serviço de Preservação	Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais
C2040037	FC01	Chefe da Seção de Reprografia	Coordenação de Preservação de Bens Culturais	FC01	Chefe da Seção de Digitalização e Microfilmagem	Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais
C2040054	FC02	Chefe do Serviço de Sinopse Legislativa	Coordenação de Estudos Legislativos	FC02	Chefe do Serviço de Gestão da Pesquisa	Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação
C2040306	FC01	Chefe da Seção de Atendimento Pessoal e Remoto	Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação	FC01	Chefe da Seção de Pesquisa	Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação
C0870001	FC03	Diretor da Coordenação de Estudos Legislativos	Coordenação de Estudos Legislativos	FC03	Diretor da Coordenação de Organização da Informação	Coordenação de Organização da Informação

Situação atual				Situação nova		
Código	Nível	Denominação	Lotação	Nível	Denominação	Lotação
					Legislativa	Legislativa
C2100036	FC02	Chefe de Serviço	Coordenação de Estudos Legislativos	FC02	Chefe do Serviço de Tratamento da Informação Legislativa	Coordenação de Organização da Informação Legislativa
C2040021	FC01	Chefe da Seção de Documentação Parlamentar	Coordenação de Estudos Legislativos	FC01	Chefe da Seção de Histórico de Deputados	Coordenação de Organização da Informação Legislativa
C2040305	FC01	Chefe de Seção	Coordenação de Estudos Legislativos	FC01	Chefe da Seção de Legislação Citada	Coordenação de Organização da Informação Legislativa
C2040055	FC01	Chefe da Seção de Legislação Brasileira	Coordenação de Estudos Legislativos	FC01	Chefe da Seção de Legislação	Coordenação de Organização da Informação Legislativa
C2100037	FC02	Chefe de Serviço	Coordenação Edições Câmara dos Deputados	FC02	Chefe do Serviço de Gestão Editorial	Coordenação Edições Câmara dos Deputados
C2040035	FC01	Chefe da Seção de Coordenação Editorial	Coordenação Edições Câmara dos Deputados	FC01	Chefe da Seção de Editoração	Coordenação Edições Câmara dos Deputados
C2040018	FC01	Chefe da Seção de Revisão e Indexação	Coordenação Edições Câmara dos Deputados	FC01	Chefe da Seção de Revisão	Coordenação Edições Câmara dos Deputados

ANEXO IV

Estrutura de Funções Comissionadas

Qt.	Nível	Denominação	Lotação	
01	FC-4	Diretor do Centro de Documentação e Informação	Centro de Documentação e Informação	
01	FC-3	Chefe do Núcleo de Tecnologia, Comunicação e Relações Institucionais	Centro de Documentação e Informação	Núcleo de Tecnologia, Comunicação e Relações Institucionais
01	FC-2	Chefe do Serviço de Tecnologia da Informação	Núcleo de Tecnologia, Comunicação e Relações Institucionais	Serviço de Tecnologia da Informação
01	FC-1	Chefe da Seção de Informática	Núcleo de Tecnologia, Comunicação e Relações Institucionais	Seção de Informática
01	FC-1	Chefe da Seção de Comunicação e Relações Institucionais	Núcleo de Tecnologia, Comunicação e Relações Institucionais	Seção de Comunicação e Relações Institucionais
01	FC-3	Chefe do Núcleo de Gestão Estratégica e Orçamentária	Centro de Documentação e Informação	Núcleo de Gestão Estratégica e Orçamentária
01	FC-2	Chefe do Serviço de Orçamento e Contratos	Núcleo de Gestão Estratégica e Orçamentária	Serviço de Orçamento e Contratos
01	FC-2	Chefe do Serviço de Administração	Núcleo de Gestão Estratégica e Orçamentária	Serviço de Administração
02	FC-1	Assistente de Pesquisa	Núcleo de Gestão Estratégica e Orçamentária	
01	FC-3	Diretor da Coordenação de Arquivo	Centro de Documentação e Informação	Coordenação de Arquivo
01	FC-2	Chefe do Serviço de Gestão Arquivística	Coordenação de Arquivo	Serviço de Gestão Arquivística
01	FC-1	Secretário-Executivo da Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo	Coordenação de Arquivo	Secretaria Executiva da Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo
01	FC-1	Secretário-Executivo da Comissão Especial de Documentos Sigilosos	Coordenação de Arquivo	Secretaria Executiva da Comissão Especial de Documentos Sigilosos
01	FC-1	Chefe da Seção de Planejamento Arquivístico e Normalização	Coordenação de Arquivo	Seção de Planejamento Arquivístico e Normalização
01	FC-1	Chefe da Seção de Classificação e	Coordenação de Arquivo	Seção de Classificação e

		Avaliação Arquivística		Avaliação Arquivística
01	FC-1	Chefe da Seção de Transferência e Apoio à Implementação da Política Arquivística	Coordenação de Arquivo	Seção de Transferência e Apoio à Implementação da Política Arquivística
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão do Arquivo Intermediário	Coordenação de Arquivo	Seção de Gestão do Arquivo Intermediário
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão do Arquivo Permanente	Coordenação de Arquivo	Seção de do Arquivo Permanente
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Documentos Digitais Consolidados	Coordenação de Arquivo	Seção de Gestão de Documentos Digitais Consolidados
01	FC-3	Diretor da Coordenação de Biblioteca	Centro de Documentação e Informação	Coordenação de Biblioteca
01	FC-2	Chefe do Serviço de Planejamento e Apoio Técnico	Coordenação de Biblioteca	Serviço de Planejamento e Apoio Técnico
01	FC-1	Chefe da Seção de Avaliação de Recursos Informacionais e Inovação	Coordenação de Biblioteca	Seção de Avaliação de Recursos Informacionais e Inovação
01	FC-1	Chefe da Seção de Desenvolvimento de Coleções	Coordenação de Biblioteca	Seção de Desenvolvimento de Coleções
01	FC-1	Chefe da Seção de Aquisição de Material Informacional	Coordenação de Biblioteca	Seção de Aquisição de Material Informacional
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão do Acervo	Coordenação de Biblioteca	Seção de Gestão do Acervo
01	FC-1	Chefe da Seção de Análise e Representação da Informação	Coordenação de Biblioteca	Seção de Análise e Representação da Informação
01	FC-1	Chefe da Seção de Biblioteca Digital	Coordenação de Biblioteca	Seção de Biblioteca Digital
01	FC-1	Chefe da Seção de Obras Raras e Especiais	Coordenação de Biblioteca	Seção de Obras Raras e Especiais
01	FC-1	Chefe da Seção de Disseminação da Informação	Coordenação de Biblioteca	Disseminação da Informação
01	FC-1	Assistente de Pesquisa	Coordenação de Biblioteca	
01	FC-3	Diretor da Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais	Centro de Documentação e Informação	Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais
01	FC-2	Chefe do Serviço de Preservação	Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais	Serviço de Preservação

01	FC-1	Chefe da Seção de Conservação e Restauração	Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais	Seção de Conservação e Restauração
01	FC-1	Chefe da Seção de Digitalização e Microfilmagem	Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais	Seção de Digitalização e Microfilmagem
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Repositório de Preservação Digital	Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais	Seção de Gestão de Repositório de Preservação Digital
01	FC-3	Diretor da Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação	Centro de Documentação e Informação	Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Demandas	Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação	Seção de Gestão de Demandas
01	FC-1	Chefe da Seção de Controle de Qualidade	Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação	Seção de Controle de Qualidade
01	FC-2	Chefe do Serviço de Gestão do Atendimento	Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação	Serviço de Gestão do Atendimento
01	FC-1	Chefe da Seção de Pronto-Atendimento Presencial	Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação	Seção de Pronto-Atendimento Presencial
01	FC-2	Chefe do Serviço de Gestão da Pesquisa	Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação	Serviço de Gestão da Pesquisa
01	FC-1	Chefe da Seção de Fontes e Recursos de Pesquisa	Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação	Seção de Fontes e Recursos de Pesquisa
01	FC-1	Chefe da Seção de Pesquisa	Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação	Seção de Pesquisa
01	FC-3	Diretor da Coordenação Organização da Informação Legislativa	Centro de Documentação e Informação	Coordenação Organização da Informação Legislativa
01	FC-2	Chefe do Serviço de Tratamento da Informação Legislativa	Coordenação de Organização da Informação Legislativa	Serviço de Tratamento da Informação Legislativa
01	FC-1	Chefe da Seção de Histórico de Deputados	Coordenação de Organização da Informação Legislativa	Seção de Histórico de Deputados
01	FC-1	Chefe da Seção de Legislação Citada	Coordenação de Organização da Informação Legislativa	Seção de Legislação Citada

01	FC-1	Chefe da Seção de Indexação de Matérias Legislativas	Coordenação de Organização da Informação Legislativa	Seção de Indexação de Matérias Legislativas
01	FC-1	Chefe da Seção de Legislação	Coordenação de Organização da Informação Legislativa	Seção de Legislação
01	FC-1	Chefe da Seção de Análise da Tramitação de Proposições	Coordenação de Organização da Informação Legislativa	Seção de Análise da Tramitação de Proposições
01	FC-2	Chefe do Serviço de Arquitetura de Informação	Coordenação de Organização da Informação Legislativa	Serviço de Arquitetura de Informação
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Taxonomias e Políticas de Indexação	Coordenação de Organização da Informação Legislativa	Seção de Gestão de Taxonomias e Políticas de Indexação
01	FC-1	Chefe da Seção de Informação Gerencial da Atividade Legislativa	Coordenação de Organização da Informação Legislativa	Seção de Informação Gerencial da Atividade Legislativa
01	FC-1	Chefe da Seção de Modelagem de Informação	Coordenação de Organização da Informação Legislativa	Seção de Modelagem de Informação
01	FC-3	Diretor da Coordenação Edições Câmara dos Deputados	Centro de Documentação e Informação	Coordenação Edições Câmara dos Deputados
01	FC-1	Chefe da Seção de Planejamento e Apoio Técnico	Coordenação Edições Câmara dos Deputados	Seção de Planejamento e Apoio Técnico
01	FC-1	Chefe da Seção de Revisão	Coordenação Edições Câmara dos Deputados	Seção de Revisão
01	FC-2	Chefe do Serviço de Gestão Editorial	Coordenação Edições Câmara dos Deputados	Serviço de Gestão Editorial
01	FC-1	Chefe da Seção de Editoração	Coordenação Edições Câmara dos Deputados	Seção de Editoração
01	FC-1	Chefe da Seção de Distribuição	Coordenação Edições Câmara dos Deputados	Seção de Distribuição
01	FC-1	Chefe da Seção de Atendimento e Disseminação Editorial	Coordenação Edições Câmara dos Deputados	Seção de Atendimento e Disseminação Editorial

ANEXO V**Competências das unidades administrativas****1. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO**

- a) coordenar a gestão de informação na Câmara dos Deputados;*
- b) coordenar as atividades relacionadas à Arquitetura de Informação;*
- c) coordenar, controlar e dirigir as atividades de documentação, informação e pesquisa legislativa, bibliográfica e arquivística;*
- d) coordenar a edição dos produtos bibliográficos oficiais da Câmara dos Deputados;*
- e) coordenar a preservação do patrimônio informacional da Câmara dos Deputados;*
- f) coordenar, controlar e dirigir o Serviço de Informação ao Cidadão;*
- g) coordenar a gestão de relacionamento da Câmara dos Deputados.*

2. Núcleo de Tecnologia, Comunicação e Relações Institucionais

- a) prestar assessoramento técnico ao Diretor do Centro de Documentação e Informação;*
- b) gerir as ações relacionadas ao desenvolvimento de soluções internas de Tecnologia da Informação;*
- c) monitorar permanentemente as necessidades tecnológicas do Centro de Documentação e Informação, de forma a nortear a atualização da infraestrutura do Centro;*
- d) mapear as demandas de tecnologia da informação cujos atendimentos sejam considerados essenciais à execução do planejamento estratégico do Centro de Documentação e Informação;*
- e) supervisionar as prospecções de soluções tecnológicas que atendam as demandas do Cedi;*
- f) manter registros das informações relativas às prospecções realizadas;*
- g) supervisionar as ações de divulgação interna das informações de interesse do Cedi;*
- h) supervisionar as atividades de atualização da Comunidade Cedi no portal de intranet da Câmara dos Deputados.*

3. Serviço de Tecnologia da Informação

- a) implementar, gerir e dar suporte aos sistemas e bancos de dados referentes à informatização de rotinas internas do Centro de Documentação e Informação;*
- b) gerenciar a prospecção tecnológica que atenda as demandas de atualização da infraestrutura tecnológica essenciais à execução do planejamento estratégico do Centro de Documentação e Informação;*
- c) gerir a comunidade do Centro de Documentação e Informação na intranet corporativa, garantindo sua padronização e integridade;*
- d) manter as bases de dados existentes no Centro de Documentação e Informação;*
- e) gerir a especificação, o desenvolvimento e a implantação de sistemas de informação no âmbito do Centro de Documentação e Informação.*

4. Seção de Informática

- a) especificar, desenvolver e implantar sistemas de informação no âmbito do Centro de Documentação e Informação;*
- b) planejar e executar o treinamento dos servidores do Centro de Documentação e Informação nos sistemas criados internamente;*
- c) prover orientação aos servidores do Centro de Documentação e Informação quanto à utilização de sistemas desenvolvidos internamente.*

5. Seção de Comunicação e Relações Institucionais

- a) realizar a divulgação interna das ações e temas de interesse do Centro de Documentação e Informação, bem como promover contatos com a área de Comunicação Social da Câmara dos Deputados para a divulgação externa;*
- b) realizar o registro da memória das reuniões do diretor de Centro de Documentação e Informação;*
- c) executar as atividades de atualização da Comunidade CEDI no portal de intranet da Câmara dos Deputados;*
- d) supervisionar a organização dos eventos promovidos pela direção do Centro de Documentação e Informação;*

- e) dar apoio ao diretor de Centro de Documentação e Informação nas ações decorrentes de acordos firmados com outras instituições;*
- f) dar suporte ao diretor do Centro de Documentação e Informação nas atividades decorrentes de sua participação em instituições nacionais ou internacionais.*

6. Núcleo de Gestão Estratégica e Orçamentária

- a) prestar assessoramento técnico ao Diretor do Centro de Documentação e Informação;*
- b) acompanhar e dar suporte às ações relacionadas à gestão estratégica e orçamentária do Centro de Documentação e Informação;*
- c) dar suporte aos demais órgãos do Centro em relação às atividades de gestão de projetos, processos e competências;*
- d) acompanhar o desenvolvimento e desempenho dos projetos do Centro de Documentação e Informação;*
- e) dar apoio ao uso das metodologias e ferramentas de gestão de projetos às demais coordenações do Centro de Documentação e Informação;*
- f) levantar as informações necessárias para permitir o acompanhamento dos projetos priorizados pela direção do Centro;*
- g) acompanhar o desempenho de processos organizacionais priorizados para monitoramento pela direção do Centro de Documentação e Informação;*
- h) dar suporte às atividades de análise e melhoria de processos;*
- i) desenvolver e implementar as ações necessárias ao estabelecimento do processo de gestão por competências no âmbito do Centro de Documentação e Informação;*
- j) supervisionar as ações relacionadas ao Serviço de Administração do Centro de Documentação e Informação.*

7. Serviço de Orçamento e Contratos

- a) supervisionar o planejamento orçamentário do Centro de Documentação e Informação em consonância com os objetivos estratégicos do Centro;*
- b) apoiar as atividades de aquisição e gestão contratual executadas pelas seções do Centro de Documentação e Informação.*

8. Serviço de Administração

- a) supervisionar as atividades relativas à administração de pessoal, zeladoria, equipamentos, patrimônio;*
- b) executar tarefas de recebimento e expedição de documentos;*
- c) planejar e gerir as atividades técnico-administrativas;*
- d) supervisionar o registro e controle dos processos que tramitam no âmbito do Centro de Documentação e Informação;*
- e) supervisionar a elaboração do inventário anual do Centro de Documentação e Informação, sob a orientação do Departamento de Material e Patrimônio;*
- f) prestar apoio técnico-administrativo necessário à realização das atividades do Centro de Documentação e Informação.*

9. COORDENAÇÃO DE ARQUIVO

- a) participar do planejamento e modelagem de informação no âmbito do modelo de arquitetura de informação;*
- b) participar do planejamento e modelagem de instrumentos e sistemas de informações da Câmara, bem como de sua atualização;*
- c) propor a política de uso e de acesso a documentos e informações arquivísticos, em qualquer formato e suporte;*
- d) desenvolver e implementar políticas de gestão de informações arquivísticas, em qualquer formato e suporte, exercendo a função de órgão central do Sistema de Arquivo da Câmara dos Deputados;*
- e) desenvolver e implementar ações de controle, manutenção e disponibilização dos acervos arquivísticos sob sua custódia;*
- f) representar a Câmara dos Deputados junto aos conselhos nacionais e internacionais de arquivo, bem como a outras instituições congêneres;*
- g) integrar o Sistema de Arquivo Legislativo e o Sistema Nacional de Arquivo;*

h) manter intercâmbio com arquivos e centros de documentação nacionais e estrangeiros.

10. Serviço de Gestão Arquivística

- a) auxiliar tecnicamente o Diretor da Coordenação de Arquivo, especialmente nos assuntos pertinentes à política arquivística;*
- b) auxiliar na coordenação das atividades de planejamento da Coordenação de Arquivo;*
- c) propor ao Diretor da Coordenação de Arquivo projetos estratégicos no âmbito da Coordenação;*
- d) acompanhar a execução de projetos estratégicos, no âmbito da Coordenação de Arquivo;*
- e) realizar estudos para a melhoria dos processos de trabalho da Coordenação de Arquivo;*
- f) gerir os indicadores de qualidade da Coordenação de Arquivo;*
- g) manter atualizada coletânea de legislação sobre a política arquivística da Câmara dos Deputados, com o auxílio das unidades da Coordenação de Arquivo e das unidades especializadas do Centro de Documentação e Informação;*
- h) elaborar o relatório de atividades da Coordenação de Arquivo.*

11. Secretaria Executiva da Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo

- a) apoiar administrativamente as atividades desenvolvidas pela Comissão;*
- b) secretariar as reuniões da Comissão;*
- c) manter o registro atualizado das decisões emanadas de suas reuniões internas;*
- d) divulgar, no âmbito da Câmara dos Deputados, os procedimentos adotados em relação à metodologia para o tratamento dos arquivos;*
- e) divulgar ao público externo os instrumentos de gestão aprovados;*
- f) acompanhar e reportar à Comissão o cumprimento das propostas e sugestões aprovadas nas reuniões.*

12. Secretaria Executiva da Comissão Especial de Documentos Sigilosos

- a) secretariar as reuniões da Comissão Especial de Documentos Sigilosos;*
- b) promover a comunicação entre a Comissão e os demais órgãos da Câmara dos Deputados;*
- c) auxiliar técnica e administrativamente a Comissão;*
- d) registrar as atividades da Comissão;*
- e) levantar, junto ao Arquivo da Câmara, os documentos de caráter sigiloso a serem analisados pela Comissão Especial de Documentos Sigilosos (CEDOS);*
- f) receber as listagens de documentos classificados e desclassificados encaminhados pelas autoridades classificadoras;*
- g) encaminhar informações consolidadas ao Serviço de Informação ao Cidadão, para fins de publicação do rol anual de informações desclassificadas e do rol de informações classificadas em cada grau de sigilo;*
- h) receber os termos de classificação de informações encaminhados pelas autoridades classificadoras;*
- i) controlar o prazo relativo à classificação, revisão e desclassificação de informações no âmbito da competência da Comissão;*
- j) propor à CEDOS minuta de política de uso e de acesso aos documentos arquivísticos sigilosos;*
- k) elaborar o relatório anual dos trabalhos da Comissão;*
- l) organizar o arquivo da CEDOS.*

13. Seção de Planejamento Arquivístico e Normalização

- a) apoiar a Coordenação de Arquivo na definição de políticas e diretrizes para a gestão da informação arquivística da Câmara dos Deputados;*
- b) participar do planejamento e modelagem de informação no âmbito do modelo de arquitetura de informação;*
- c) participar do planejamento e modelagem de instrumentos e sistemas de informações da Câmara dos Deputados, bem como de sua atualização;*
- d) propor, em articulação com a CEDOS, a política de uso e de acesso aos documentos arquivísticos sigilosos, em qualquer formato e suporte;*
- e) promover ações necessárias para o funcionamento do Sistema de Arquivos da Câmara dos Deputados, garantindo a articulação entre os órgãos integrantes;*
- f) propor, em articulação com o Núcleo de Gestão Estratégica e Orçamentária, treinamentos em gestão da informação e arquivo;*

g) propor, em articulação com a Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais, padrões, critérios e procedimentos destinados à preservação das informações e dos documentos arquivísticos, em qualquer formato e suporte.

14. Seção de Classificação e Avaliação Arquivística

- a) orientar o uso do Plano de Classificação Funcional da Câmara dos Deputados;*
- b) orientar os setores da Câmara dos Deputados na organização e manutenção de seus arquivos convencionais e digitais;*
- c) monitorar a classificação dos documentos inseridos nos sistemas informatizados de gestão de documentos;*
- d) sugerir alterações no Plano de Classificação Funcional da Câmara dos Deputados, colaborando com sua governança;*
- e) elaborar proposta de avaliação e destinação de documentos arquivísticos produzidos na Câmara dos Deputados;*
- f) elaborar as tabelas de temporalidade e planos de destinação, para análise da Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo;*
- g) definir e controlar a lista de tipologias documentais decorrentes dos processos de trabalho da Câmara dos Deputados.*

15. Seção de Transferência e Apoio à Implementação da Política Arquivística

- a) supervisionar as atividades relacionadas à gestão arquivística desenvolvidas pelos integrantes do Sistema de Arquivos da Câmara dos Deputados;*
- b) estabelecer e controlar o cronograma de transferência dos documentos produzidos ou acumulados pelos órgãos da Câmara dos Deputados;*
- c) orientar a elaboração de termos de descarte para os documentos arquivísticos, de acordo com os prazos estabelecidos nos instrumentos de gestão;*
- d) prestar assistência técnica, em articulação com a Seção de Classificação e Avaliação Arquivística, nos assuntos relativos ao uso dos instrumentos e sistemas de informação arquivísticos nos arquivos setoriais e correntes;*
- e) promover, em articulação com o Núcleo de Gestão Estratégica e Orçamentária, o treinamento em gestão documental e a reciclagem dos servidores e colaboradores da Câmara dos Deputados;*
- f) colaborar com o estabelecimento de requisitos e metadados necessários para transferência dos documentos arquivísticos digitais da fase corrente;*
- g) receber, por transferência dos órgãos setoriais, os documentos arquivísticos digitais com prazo de guarda previsto para a fase intermediária.*

16. Seção de Gestão do Arquivo Intermediário

- a) realizar o processamento técnico, a guarda e o descarte e assegurar o acesso às informações em guarda intermediária;*
- b) responsabilizar-se pelo uso, integridade e segurança dos acervos custodiados;*
- c) receber, por transferência dos órgãos setoriais, os documentos ultimados, com prazo de guarda previsto para a fase intermediária;*
- d) conferir as guias de transferência, bem como a documentação transferida;*
- e) preparar e fornecer, quando devidamente autorizado, certidões e cópias dos documentos sob sua custódia;*
- f) realizar, mediante autorização do órgão produtor, o empréstimo de documentos;*
- g) atender a consultas e prestar informações;*
- h) recolher os documentos do seu acervo à Seção de Gestão do Arquivo Permanente;*
- i) manter atualizadas as informações sobre espaços físicos disponíveis para a guarda intermediária de documentos.*

17. Seção de Gestão do Arquivo Permanente

- a) orientar a elaboração de guias e termos de recolhimento de documentos, supervisionando a execução do recolhimento;*
- b) receber, por recolhimento, a documentação de valor permanente, em formato não digital;*

- c) aplicar o quadro de arranjo na documentação sob sua guarda;*
- d) descrever o acervo sob sua guarda a fim de garantir pleno acesso às informações contidas nos documentos;*
- e) orientar as consultas e pesquisas aos documentos históricos, além de preparar e fornecer cópias dos documentos;*
- f) atuar junto à Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais na conservação preventiva e restauração dos documentos;*
- g) colaborar na elaboração de normas e na modelagem de instrumentos referentes ao acervo sob sua guarda;*
- h) manter atualizadas as informações sobre espaços físicos disponíveis para a guarda de documentos permanentes;*
- i) desenvolver programas de entrevistas destinadas a recolher o testemunho de servidores e ex-servidores do Congresso Nacional e de autoridades da vida pública ou política brasileira para formar acervo de história oral da Câmara dos Deputados;*
- j) promover estudos históricos, exposições, atividades culturais e educativas relacionadas ao acervo arquivístico da Câmara dos Deputados a partir de projetos previamente aprovados;*
- k) promover e elaborar produtos de disseminação da informação arquivística sobre os acervos custodiados.*

18. Seção de Gestão de Documentos Digitais Consolidados

- a) gerir o processo de transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais;*
- b) aplicar o quadro de arranjo na documentação, conforme metodologia adotada para o acervo permanente;*
- c) descrever o acervo sob sua guarda, conforme metodologia adotada para o acervo permanente;*
- d) atender as solicitações de consultas de documentos e dossiês arquivísticos digitais das fases interdiária e permanente;*
- e) preparar e fornecer cópias dos documentos constantes no acervo digital;*
- f) colaborar com a definição de metadados necessários à gestão dos documentos arquivísticos ao longo do tempo;*
- g) participar, em articulação com a Seção de Classificação e Avaliação Arquivística, do processo de criação dos modelos dos documentos digitais consolidados;*
- h) submeter à Seção de Gestão de Repositório de Preservação Digital os documentos digitais consolidados para fins de preservação.*

19. COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA

- a) fornecer suporte informacional às atividades legislativa, fiscalizatória e de representação dos parlamentares e de seus órgãos colegiados;*
- b) fornecer suporte informacional às atividades de apoio técnico-administrativo da Câmara dos Deputados;*
- c) manter, como depositária, documentos oficiais e publicações de Organismos Internacionais e da Edição Câmara dos Deputados;*
- d) assegurar o cumprimento, na Coordenação, das políticas e normas concernentes à gestão da informação e do conhecimento da Câmara dos Deputados;*
- e) assegurar o cumprimento, na Coordenação, dos padrões e procedimentos adotados para a Arquitetura de Informação na Câmara dos Deputados;*
- f) planejar, coordenar e controlar a gestão da informação e do conhecimento na Coordenação;*
- g) propor estratégias e inovações para a Coordenação de Biblioteca;*
- h) participar de redes cooperativas de informação;*
- i) promover o intercâmbio de informações com instituições afins, nacionais e internacionais.*

20. Serviço de Planejamento e Apoio Técnico

- a) prestar apoio à Coordenação em assuntos técnicos e processuais;*
- b) analisar informações gerenciais e indicadores com vistas ao planejamento;*
- c) propor, em articulação com as seções, inovações e melhorias para produtos e serviços da Coordenação e apoiar a implementação;*
- d) propor diretrizes para a gestão do conhecimento no âmbito da Coordenação com vistas à preservação da memória técnica e institucional;*

- e) mapear e manter atualizados os processos de trabalho da Coordenação, em conjunto com as Seções;*
- f) participar com a Coordenação e com as Seções do planejamento e implementação de novos processos de trabalho;*
- g) supervisionar a elaboração de políticas específicas em conjunto com as Seções;*
- h) supervisionar a elaboração de projetos e apoiar a sua execução;*
- i) executar as atividades de suporte administrativo;*
- j) consolidar a proposta orçamentária da Coordenação;*
- k) interagir com instituições congêneres.*

21. Seção de Avaliação de Recursos Informacionais e Inovação

- a) assegurar o cumprimento dos princípios de Arquitetura de Informação no que concerne aos sistemas de informação sob a responsabilidade da Coordenação, observando padrões de interoperabilidade, representação e organização;*
- b) avaliar e propor a aquisição de tecnologias de informação associadas aos processos de trabalho da Cobib e supervisionar a sua implementação;*
- c) supervisionar o estudo das funcionalidades dos sistemas de informação sob a responsabilidade da Cobib, com vistas a propor melhorias e inovações e apoiar sua implementação;*
- d) monitorar o acesso e sistematizar os dados referentes à utilização dos recursos informacionais sob a responsabilidade da Cobib;*
- e) acompanhar e assegurar o funcionamento dos recursos informacionais sob a responsabilidade da Cobib;*
- f) propor e implementar melhorias e manter atualizadas as áreas dos Portais Institucional e Corporativo sob a responsabilidade da Cobib;*
- j) propor melhorias e inovações para produtos e serviços da Cobib e supervisionar sua implementação;*
- h) participar da Comissão Permanente de Seleção de Material Informacional;*
- i) realizar controle de qualidade dos produtos e serviços.*

22. Seção de Desenvolvimento de Coleções

- a) aplicar a Política de Desenvolvimento de Coleções;*
- b) fornecer suporte às atividades da Comissão Permanente de Seleção de Material Informacional;*
- c) prospectar conteúdo informacional para integrar os acervos impresso e digital;*
- d) prospectar bases de dados bibliográficas, supervisionar a avaliação e propor a aquisição;*
- e) recomendar à Comissão Permanente de Seleção de Material Informacional a digitalização de conteúdo informacional produzido na Câmara dos Deputados para integrar o repositório institucional;*
- f) receber, acompanhar e dar encaminhamento ao material informacional publicado pela Edições Câmara dos Deputados destinado ao acervo da Biblioteca Pedro Aleixo;*
- g) realizar o intercâmbio de material informacional com outras instituições;*
- h) registrar e avaliar as sugestões referentes à aquisição de material informacional;*
- i) receber, agradecer e organizar as publicações doadas;*
- j) participar da Comissão Permanente de Seleção de Material Informacional;*
- k) realizar controle de qualidade dos produtos e serviços.*

23. Seção de Aquisição de Material Informacional

- a) adquirir material informacional em qualquer suporte, de procedência nacional e estrangeira, por compra, doação ou permuta, para integrar o acervo bibliográfico da Biblioteca Pedro Aleixo e para as unidades administrativas da Câmara dos Deputados, a título de Coleção Depositada;*
- b) controlar as assinaturas e contratos de fornecimento de material informacional e realizar a cobrança;*
- c) manter atualizados os sistemas de gerenciamento de aquisição do material informacional;*
- d) elaborar proposta orçamentária para aquisição de material informacional;*
- e) executar o controle orçamentário dos gastos efetuados com material informacional;*
- f) acompanhar e fiscalizar contratos com base na legislação vigente;*
- g) iniciar o tratamento físico e a pré-catalogação do material informacional;*
- h) participar da Comissão Permanente de Seleção de Material Informacional;*
- i) realizar controle de qualidade dos produtos e serviços.*

24. Seção de Gestão do Acervo

- a) supervisionar e manter organizado o acervo bibliográfico;*
- b) orientar os usuários no uso do acervo e do salão de leitura;*
- c) realizar e controlar o serviço de empréstimo de material informacional;*
- d) atestar ausência de débitos com a Biblioteca;*
- e) manter atualizado o cadastro de usuários;*
- f) controlar o empréstimo da Coleção Depositada;*
- g) realizar empréstimo entre bibliotecas;*
- h) identificar e encaminhar material informacional para desinfecção, encadernação e restauração;*
- i) registrar e controlar o acervo de jornais;*
- j) registrar e controlar os fascículos de periódicos;*
- k) encaminhar jornais para microfilmagem ou digitalização;*
- l) supervisionar a execução do inventário físico do acervo bibliográfico;*
- m) manter atualizado o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas;*
- n) acompanhar e fiscalizar contratos com base na legislação vigente;*
- o) promover ações de conservação do acervo, em articulação com a Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais;*
- p) participar da Comissão Permanente de Seleção de Material Informacional;*
- q) realizar controle de qualidade dos serviços.*

25. Seção de Análise e Representação da Informação

- a) analisar, catalogar, classificar, indexar e elaborar resumos do material informacional, nos formatos impresso e eletrônico, de acordo com os padrões técnicos institucionais, nacionais e internacionais;*
- b) analisar, catalogar, classificar e indexar títulos de periódicos;*
- c) uniformizar a organização da informação do acervo bibliográfico e sistematizá-la em manuais;*
- d) alimentar os sistemas e redes de informação que a Coordenação integra;*
- e) participar da elaboração e manutenção dos instrumentos terminológicos da Câmara dos Deputados e da Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional;*
- f) realizar a catalogação na fonte das publicações editadas e produzidas pela Câmara dos Deputados;*
- g) finalizar o tratamento físico do material informacional para incorporação ao acervo bibliográfico e à coleção depositada;*
- h) identificar, analisar e propor títulos de periódicos a serem indexados;*
- i) participar da Comissão Permanente de Seleção de Material Informacional;*
- j) realizar controle de qualidade dos produtos e serviços.*

26. Seção de Biblioteca Digital

- a) captar, analisar, catalogar, classificar, indexar e resumir conteúdo informacional digital;*
- b) receber, monitorar e dar encaminhamento ao material informacional digital publicado pela Edições Câmara dos Deputados;*
- c) padronizar, armazenar e preservar os documentos do acervo bibliográfico digital;*
- d) orientar provedores de conteúdo da Biblioteca Digital;*
- e) propor e implementar melhorias e inovações na Biblioteca Digital;*
- f) analisar e captar matéria de jornal e revista para o Banco de Notícias Seleccionadas;*
- g) propor e implementar melhorias e inovações no Banco de Notícias Seleccionadas;*
- h) manter organizado e disponível para consulta a coleção digital do acervo retrospectivo de recortes de jornais e revistas;*
- i) participar da Comissão Permanente de Seleção de Material Informacional;*
- j) realizar o controle de qualidade dos produtos e serviços da Seção.*

27. Seção de Obras Raras e Especiais

- a) gerenciar as coleções de obras raras e especiais;*
- b) identificar no acervo e prospectar no mercado obras para complementar a coleção;*
- c) analisar, catalogar, classificar, indexar e elaborar resumos das obras raras de acordo com os padrões técnicos nacionais e internacionais;*
- d) pesquisar as coleções de obras raras e especiais para atender os públicos interno e externo;*

- e) orientar os usuários no manuseio das obras raras;*
- f) promover exposições de obras raras e especiais;*
- g) cooperar na realização de exposições institucionais;*
- h) identificar e encaminhar obras raras e especiais para encadernação, higienização e restauração;*
- i) promover, em articulação com a Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais, ações de conservação do acervo;*
- j) realizar, em articulação com a Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais, a digitalização de obras raras, com vistas à divulgação e preservação;*
- k) elaborar catálogo de obras raras;*
- l) supervisionar a execução do inventário físico do acervo de obras raras e especiais;*
- m) receber visita guiada;*
- n) participar da Comissão Permanente de Seleção de Material Informacional;*
- o) realizar controle de qualidade dos produtos e serviços.*

28. Seção de Disseminação da Informação

- a) realizar a divulgação e a disseminação do acervo;*
- b) elaborar e implementar produtos e serviços de disseminação seletiva da informação;*
- c) propor e implementar melhorias e inovações nos produtos e serviços de disseminação da informação;*
- d) propor melhorias e inovações para as áreas dos Portais Institucional e Corporativo sob a responsabilidade da Cobib;*
- e) propor e implementar melhorias e manter atualizado o perfil da Biblioteca nas redes sociais;*
- f) realizar o marketing e eventos da Biblioteca;*
- g) participar da Comissão Permanente de Seleção de Material Informacional;*
- h) realizar controle de qualidade dos produtos e serviços.*

29. COORDENAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DE CONTEÚDOS INFORMACIONAIS

- a) manter a integridade dos suportes físicos dos conteúdos informacionais, bem como a integridade física e lógica dos documentos digitais pertencentes à Câmara dos Deputados;*
- b) dar suporte aos eventos culturais realizados nas dependências da Câmara dos Deputados;*
- c) gerir as ações decorrentes das políticas de preservação digital e de preservação dos suportes físicos dos conteúdos informacionais.*

30. Serviço de Preservação

- a) planejar, supervisionar e organizar, com as demais chefias, os projetos e processos de trabalho referentes à preservação dos conteúdos informacionais;*
- b) assegurar o cumprimento das políticas de preservação dos conteúdos informacionais;*
- c) propor estratégias e supervisionar as atividades de preservação dos conteúdos informacionais;*
- d) atualizar dados sobre os conteúdos de preservação;*
- e) supervisionar a elaboração de normas, padrões e requisitos para preservação;*
- f) implantar medidas de preservação, em conjunto com outros órgãos;*
- g) compilar os dados estatísticos elaborados pelas seções;*
- h) elaborar relatórios;*
- i) consolidar a proposta orçamentária da Coordenação;*
- j) acompanhar a gestão dos contratos da Coordenação.*

31. Seção de Conservação e Restauração

- a) executar projetos na área de conservação preventiva compreendendo o monitoramento das condições ambientais, manejo de pragas, manuseio, transporte e iluminação;*
- b) supervisionar as atividades de acondicionamento, levantamento do estado de conservação, higienização e limpeza dos acervos;*
- c) desenvolver ações que visam à conscientização dos servidores e demais funcionários quanto à importância da preservação do patrimônio cultural da Câmara dos Deputados;*
- d) propor treinamentos na área de preservação e auxiliar nas exposições realizadas nas dependências da Câmara dos Deputados;*
- e) executar projetos e atividades de restauração, de gerenciamento de riscos e de segurança de acervos;*

- f) elaborar e implementar planos de prevenção contra desastres;*
- g) elaborar relatórios técnicos e manter os registros de diagnósticos e tratamentos das obras;*
- h) realizar estudos e pesquisas quanto às novas técnicas e metodologias desenvolvidas na área;*
- i) executar rotinas vinculadas ao processo de encadernação e douração de publicações oficiais, periódicos, obras raras;*
- j) confeccionar produtos de cartonnagem;*
- k) fiscalizar a prestação dos serviços terceirizados na área de conservação e restauração.*

32. Seção de Digitalização e Microfilmagem

- a) reproduzir documentos de interesse da Câmara dos Deputados;*
- b) elaborar relatórios estatísticos do setor;*
- c) elaborar e executar projetos e atividades de microfilmagem e de digitalização de itens pertencentes ao acervo documental e bibliográfico;*
- d) executar rotinas vinculadas aos processos reprográficos, micrográficos e de digitalização;*
- e) tratar imagens digitais;*
- f) elaborar, acompanhar, avaliar e controlar, em cooperação com as demais unidades administrativas, projetos de digitalização e microfilmagem;*
- g) medir a qualidade do processamento técnico;*
- h) fiscalizar a prestação dos serviços terceirizados de digitalização e microfilmagem;*
- i) propor normas, padrões e procedimentos relacionados à digitalização de documentos capturados pelos sistemas de informação da Câmara dos Deputados.*

33. Seção de Gestão de Repositório de Preservação Digital

- a) supervisionar o recebimento de documentos digitais consolidados permanentes e intermediários de longo prazo;*
- b) propor políticas, normas, padrões e requisitos para o repositório de preservação digital, bem como acompanhar as operações de auditoria e negociação de submissões;*
- c) elaborar e executar planos de migração dos documentos digitais e estratégias de preservação, monitorando a tecnologia existente;*
- d) elaborar relatórios de administração do banco de dados do repositório;*
- e) executar ou acompanhar a substituição de mídias, verificação de erros e recuperação de desastres;*
- f) preparar versões de consulta a partir dos documentos digitais armazenados no repositório, sob demanda de usuários.*

34. COORDENAÇÃO DE RELACIONAMENTO, PESQUISA E INFORMAÇÃO

- a) planejar, coordenar, administrar e supervisionar os serviços e as atividades de atendimento e pesquisa das demandas de informação, do público interno e externo da Câmara dos Deputados, dirigidas ao Centro de Documentação e Informação;*
- b) coordenar, realizar o registro e controlar o recebimento e atendimento dos pedidos de acesso à informação, nos termos da Lei nº 12.527/2011 e do Ato da Mesa nº 78/2013;*
- c) coordenar os trabalhos do Comitê Gestor do Relacionamento, nos termos do Ato da Mesa nº 58/2013;*
- d) planejar e implementar ações de melhoria de relacionamento com os usuários;*
- e) contribuir para a adequação e avaliação das fontes de pesquisa, acervos, produtos e serviços do Centro de Documentação e Informação, inclusive com indicativos de uso das coleções e dos arranjos documentais;*
- f) promover estudo de usuário;*
- g) planejar e conduzir visitas guiadas ao Centro de Documentação e Informação;*
- h) acompanhar e sugerir inovações dos recursos tecnológicos relacionados à adequação, recuperação e disseminação da informação;*
- i) identificar demandas de informação das unidades administrativas e órgãos de representação parlamentar;*
- j) planejar e desenvolver produtos e serviços de informação;*
- k) participar na disseminação dos serviços e produtos do Centro de Documentação e Informação por meio de treinamento, palestra, material de divulgação e outros.*

35. Seção de Gestão de Demandas

- a) gerir o sistema de registro, controle e acompanhamento das demandas dirigidas ao Centro de Documentação e Informação;*
- b) receber, processar, registrar e fazer a triagem das solicitações de informação encaminhadas ao Centro de Documentação e Informação por meio eletrônico, correspondência impressa e as encaminhadas pelo Serviço de Gestão do Atendimento;*
- c) responder às demandas que possuem respostas padronizadas;*
- d) encaminhar ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC-Central) os pedidos de acesso à informação nos termos da Lei nº 12.527/2011;*
- e) encaminhar aos demais órgãos da Câmara dos Deputados integrados à Gestão do Relacionamento as demandas do público externo fora do escopo do Centro de Documentação e Informação, de acordo com o Ato da Mesa nº 58/2013;*
- f) encaminhar ao Serviço de Gestão do Atendimento as demandas de pronto-atendimento;*
- g) encaminhar ao Serviço de Gestão da Pesquisa as demandas com maior grau de complexidade;*
- h) gerar, consolidar e divulgar relatórios dos atendimentos e pesquisas prestados pela Coordenação;*
- i) colaborar com o estudo de usuário;*
- j) identificar, acompanhar e disseminar para as coordenações do Centro de Documentação e Informação as áreas de interesse do usuário;*
- k) colaborar com o desenvolvimento dos acervos do Centro de Documentação e Informação;*
- l) colaborar com o planejamento anual da Coordenação.*

36. Seção de Controle de Qualidade

- a) realizar o controle de qualidade do atendimento e das pesquisas elaboradas de acordo com os padrões e normas adotados;*
- b) identificar necessidades de capacitação das equipes de pesquisa e atendimento;*
- c) promover treinamentos para os pesquisadores;*
- d) elaborar os manuais de padrão de qualidade;*
- e) elaborar as respostas padronizadas para as demandas frequentes publicadas no Portal da Câmara dos Deputados;*
- f) realizar o estudo de usuário;*
- g) colaborar com o planejamento anual da Coordenação.*

37. Serviço de Gestão do Atendimento

- a) planejar, supervisionar e orientar as atividades de pronto-atendimento presencial, telefônico e eletrônico;*
- b) estabelecer com as demais coordenações do Centro de Documentação e Informação e órgãos da Câmara acordos de serviço para atendimento dos usuários;*
- c) definir políticas e implementar padrões e melhorias necessárias ao atendimento dos usuários;*
- d) orientar o público quanto ao acesso à informação e prestar pronto-atendimento às solicitações encaminhadas à Câmara dos Deputados, nos termos da Lei nº 12.527/2011;*
- e) gerenciar o pronto-atendimento às demandas de usuários internos e externos da Câmara dos Deputados;*
- f) fornecer cópias de documentos e publicações aos usuários;*
- g) registrar falhas no atendimento e sugerir ações corretivas;*
- h) planejar e promover eventos que visem capacitar os usuários internos e externos na utilização de fontes, serviços e produtos do Centro de Documentação e Informação;*
- i) realizar visita guiada ao Centro de Documentação e Informação;*
- j) estabelecer padrões de segurança para o Centro de Documentação e Informação em conjunto com as demais coordenações e o Departamento de Polícia Legislativa;*
- k) fornecer subsídios para elaboração do manual de atendimento;*
- l) promover, em conjunto com o Núcleo de Gestão Estratégica e Orçamentária, o desenvolvimento das competências técnicas necessárias às atividades do serviço;*
- m) colaborar com o estudo de usuário;*
- n) colaborar com o desenvolvimento dos acervos do Centro de Documentação e Informação;*
- o) colaborar com o planejamento anual da Coordenação.*

38. Seção de Pronto-Atendimento Presencial

- a)* interagir com o usuário interno e externo da Câmara dos Deputados que se dirigir pessoalmente ao Centro de Documentação e Informação;
- b)* realizar o pronto-atendimento presencial;
- c)* orientar o público quanto ao acesso à informação;
- d)* receber e registrar, em sistema informatizado de gestão do relacionamento, pedidos de acesso à informação e providenciar, se possível, o fornecimento imediato da informação solicitada;
- e)* entregar ao solicitante número do protocolo do pedido de acesso à informação, para fins de acompanhamento da tramitação;
- f)* encaminhar à Seção de Gestão de Demandas as solicitações que não forem de pronto-atendimento presencial;
- g)* capacitar o usuário para o autoatendimento na consulta às fontes de informação da Câmara dos Deputados e do Centro de Documentação e Informação;
- h)* administrar e monitorar o funcionamento dos recursos de autoatendimento;
- i)* garantir o padrão de qualidade do pronto-atendimento presencial;
- j)* fornecer ao usuário reprodução de documentos sob a guarda do Centro de Documentação e Informação observada a política de fornecimento de cópias;
- k)* zelar pela manutenção e organização do hall de entrada e do salão de leitura do piso superior do Centro de Documentação e Informação;
- l)* orientar, em conjunto com o Departamento de Polícia Legislativa, os vigilantes responsáveis pela segurança da entrada do Centro de Documentação e Informação, conforme os padrões de segurança estabelecidos;
- m)* colaborar com o estudo de usuário.

39. Serviço de Gestão da Pesquisa

- a)* Planejar, supervisionar e orientar os procedimentos na elaboração de pesquisa para o público interno, como apoio ao trabalho legislativo e administrativo da Câmara dos Deputados;
- b)* planejar, supervisionar e orientar os procedimentos na elaboração de pesquisa para o público externo de informações publicadas em fontes de pesquisa;
- c)* monitorar e controlar os prazos para a entrega da pesquisa;
- d)* supervisionar os procedimentos para recebimento, elaboração e entrega de pesquisa;
- e)* desenvolver metodologias adequadas à elaboração de pesquisas de acordo com a complexidade da demanda e o perfil do usuário;
- f)* interagir com usuário para os fins de realização da pesquisa;
- g)* realizar a pesquisa;
- h)* estabelecer e garantir os padrões de qualidade da pesquisa, em articulação com a Seção de Controle de Qualidade;
- i)* avaliar publicações e bases de dados nacionais e estrangeiras para aquisição;
- j)* sugerir fontes de informação gratuitas para inclusão no Guia de Fontes;
- k)* indicar os resultados de pesquisa relevantes para arquivamento no Banco de Soluções;
- l)* fornecer subsídios para elaboração do manual de pesquisa;
- m)* planejar e promover eventos que visem capacitar o usuário interno na pesquisa em fontes de informação da Câmara dos Deputados e do Centro de Documentação e Informação;
- n)* planejar e promover o desenvolvimento de serviços e produtos com base nas demandas de pesquisa ou por antecipação;
- o)* colaborar na elaboração de produtos de informação do Centro de Documentação e Informação;
- p)* promover o desenvolvimento das competências técnicas necessárias às atividades do serviço, em articulação com o Núcleo de Gestão Estratégica e Orçamentária;
- q)* participar da Comissão Permanente de Seleção de Material Informacional da Coordenação de Biblioteca;
- r)* propor melhorias nos sistemas de informação da Câmara dos Deputados a partir das lacunas identificadas durante o processo de elaboração da pesquisa;
- s)* participar do Comitê Gestor do Sileg;
- t)* elaborar e manter o serviço de Perguntas Frequentes no Portal da Câmara dos Deputados;
- u)* colaborar com o estudo de usuário;
- v)* colaborar com o desenvolvimento dos acervos do Centro de Documentação e Informação;

w) colaborar com o planejamento anual da Coordenação.

40. Seção de Fontes e Recursos de Pesquisa

- a) gerir fontes internas e externas de pesquisa;*
- b) desenvolver e manter atualizado cadastro de fontes de pesquisa e de especialistas;*
- c) classificar, indexar e catalogar fontes de pesquisa;*
- d) manter as equipes de atendimento e pesquisa atualizadas quanto aos conteúdos e formas de acesso às fontes de pesquisa;*
- e) realizar a gestão do acervo do Banco de Soluções;*
- f) divulgar periodicamente orientações e procedimentos de atendimento e pesquisa em articulação com a Seção de Controle de Qualidade;*
- g) elaborar e manter atualizados os manuais de atendimento e pesquisa;*
- h) elaborar e manter atualizados tutoriais de pesquisa em meio eletrônico e vídeo;*
- i) manter relacionamento com os provedores das fontes de informação internas e externas em articulação com a Coordenação de Biblioteca;*
- j) organizar treinamentos nas fontes de informação e pesquisa;*
- k) selecionar e enviar documentos resultantes de pesquisas para publicação na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados;*
- l) dar parecer sobre a renovação de assinaturas de periódicos e bases de dados.*

41. Seção de Pesquisa

- a) realizar a pesquisa sob a responsabilidade do Centro de Documentação e Informação;*
- b) interagir com o usuário para fins da realização da pesquisa;*
- c) analisar as demandas de informação e desenvolver produtos e serviços;*
- d) aplicar os padrões de qualidade da pesquisa;*
- e) colaborar na realização do estudo de usuário;*
- f) colaborar na elaboração de produtos de informação do Centro de Documentação e Informação;*
- g) colaborar com a manutenção do serviço de Perguntas Frequentes do Portal da Câmara dos Deputados.*

42. COORDENAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

- a) planejar, coordenar, tratar e supervisionar as atividades de documentação e registro da Legislação Brasileira e Legislação Interna da Câmara dos Deputados;*
- b) elaborar produtos para disseminação de informação legislativa;*
- c) coordenar as atividades relacionadas à elaboração e manutenção de linguagens documentárias, taxonomias e da política de indexação;*
- d) cooperar para a qualidade da informação do processo legislativo;*
- e) colaborar na definição dos modelos de registros de dados relacionados à tramitação de proposições e ao cadastro de deputados;*
- f) colaborar na instrumentação do processo legislativo com a indexação das matérias legislativas e anexação de legislação citada às mesmas;*
- g) planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades relacionadas à Arquitetura de Informação da Câmara dos Deputados;*
- h) promover a articulação com o órgão gestor de tecnologia da informação na Câmara dos Deputados e demais unidades administrativas, no que se refere à implantação e manutenção do modelo de Arquitetura de Informação;*
- i) zelar pela aplicação das políticas relacionadas à gestão da informação e fazer cumprir a Política de Indexação e a Política de Segurança da Informação da Câmara dos Deputados;*
- j) promover a implantação e utilização das linguagens documentárias e ferramentas de pesquisa da Câmara dos Deputados;*
- k) promover a adoção dos padrões de indexação na Câmara dos Deputados;*
- l) promover as atividades de modelagem da informação na Câmara dos Deputados;*
- m) participar do planejamento de sistemas de informação em conjunto com as unidades administrativas e o órgão gestor de tecnologia da informação na Câmara dos Deputados;*
- n) zelar pela qualidade da produção, controle e recuperação das informações.*

43. Serviço de Tratamento da Informação Legislativa

- a) acompanhar e consolidar as informações de projetos desenvolvidos na CELEG;*
- b) mapear e gerir os processos da CELEG;*
- c) dar apoio às atividades administrativas desenvolvidas pela CELEG;*
- d) promover ações de melhoria de qualidade da informação legislativa e participar no Comitê Gestor do Sileg;*
- e) supervisionar o desenvolvimento e implementação de políticas e normas relacionadas à Arquitetura de Informação da Câmara dos Deputados;*
- f) supervisionar a evolução contínua do modelo de Arquitetura de Informação da Câmara dos Deputados.*

44. Seção de Histórico de Deputados

- a) captar, monitorar e manter os dados histórico-biográficos cadastrais dos Deputados Federais, desde o Império.*

45. Seção de Legislação Citada

- a) anexar a legislação citada às proposições legislativas, conforme o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Art. 112;*
- b) elaborar a primeira publicação do quadro comparativo de proposições.*

46. Seção de Indexação de Matérias Legislativas

- a) indexar as proposições legislativas e a descrição de seu conteúdo;*
- b) indexar outros documentos utilizados durante o processo legislativo.*

47. Seção de Legislação

- a) analisar, controlar, registrar, compilar, atualizar e indexar a legislação federal e a legislação interna;*
- b) gerir o sistema informatizado de legislação.*

48. Seção de Análise da Tramitação de Proposições

- a) revisar, complementar e retificar os dados e informações relacionados ao processo legislativo.*

49. Serviço de Arquitetura de Informação

- a) participar do Comitê Gestor de Segurança da Informação, criado pelo Ato da Mesa 47/2012;*
- b) supervisionar o processo de modelagem da informação e o mapeamento dos metadados e respectivos requisitos de segurança, qualidade, preservação, recuperação, governança e tratamento da informação;*
- c) estabelecer e monitorar os critérios de qualidade da informação, em conjunto com as unidades administrativas;*
- d) gerenciar o modelo de Arquitetura de Informação da Câmara dos Deputados;*
- e) supervisionar o desenvolvimento das linguagens documentárias e taxonomias corporativas;*
- f) supervisionar a elaboração de soluções de informações gerenciais e estatísticas para a Câmara dos Deputados.*

50. Seção de Gestão de Taxonomias e Políticas de Indexação

- a) desenvolver e gerenciar as linguagens documentárias e taxonomias corporativas utilizadas nos sistemas de informação da Câmara dos Deputados;*
- b) subsidiar as definições de metadados para representação temática dos conteúdos informacionais;*
- c) supervisionar a implantação da política de indexação;*
- d) colaborar com a manutenção do modelo de arquitetura de informação da Câmara dos Deputados;*
- e) supervisionar as atividades relacionadas à indexação realizada na Câmara dos Deputados.*

51. Seção de Informação Gerencial da Atividade Legislativa

- a) apoiar a negociação, elaboração e homologação de produtos para disseminação de informações gerenciais e estatísticas relacionados à atividade legislativa da Câmara dos Deputados;*
- b) colaborar com a manutenção do modelo de Arquitetura de Informação da Câmara dos Deputados.*

52. Seção de Modelagem de Informação

- a) participar do processo de modelagem de informação junto às unidades administrativas da Câmara dos Deputados;*
- b) identificar requisitos de informação dos processos de trabalho;*
- c) estabelecer os metadados e respectivos requisitos de segurança, qualidade, preservação, recuperação, governança e tratamento da informação;*
- d) encaminhar ao órgão gestor de tecnologia da informação na Câmara dos Deputados os requisitos de informação para o fornecimento de soluções informatizadas;*
- e) homologar, em conjunto com as áreas de negócio, os sistemas de informação automatizados, no que tange ao modelo de arquitetura de informação;*
- f) atualizar o modelo de Arquitetura de Informação da Câmara dos Deputados.*

53. COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA DOS DEPUTADOS

- a) consolidar e gerir a Política Editorial dos Produtos Bibliográficos Oficiais da Câmara dos Deputados;*
- b) organizar anualmente o programa de edições da Câmara dos Deputados;*
- c) coordenar as diversas fases do processo editorial;*
- d) coordenar o gerenciamento dos estoques e a elaboração de manuais das publicações;*
- e) selecionar temas para publicação e definir tiragens;*
- f) estimular a produção editorial da Câmara dos Deputados, identificando demandas e parcerias;*
- g) tornar acessíveis as publicações editadas pela Câmara, por meio de edições populares e em diversas mídias;*
- h) promover a divulgação da produção editorial da Câmara dos Deputados;*
- i) planejar orçamento anual;*
- j) zelar pela qualidade editorial.*

54. Seção de Planejamento e Apoio Técnico

- a) promover a Política Editorial dos Produtos Bibliográficos Oficiais da Câmara dos Deputados;*
- b) atuar no planejamento editorial por meio da seleção de temas para publicação e da definição de prioridades;*
- c) definir, planejar e executar os procedimentos necessários à participação em feiras e eventos;*
- d) realizar prospecção de métodos e boas práticas junto a outras editoras;*
- e) acompanhar e avaliar os processos de trabalho relacionados à atividade editorial, objetivando a proposição de melhorias;*
- f) administrar as contas de redes sociais e a página da Edições Câmara no Portal da Câmara;*
- g) propor a confecção de material de divulgação da produção editorial.*

55. Seção de Revisão

- a) definir e adotar rotina nos serviços de preparação, revisão e padronização dos textos, visando maior uniformidade nas publicações da Câmara dos Deputados;*
- b) receber os originais e avaliar o seu conteúdo quanto à adequação de linguagem e organização textual;*
- c) avaliar elementos estruturais e o estilo das publicações;*
- d) propor alterações, visando à melhoria da qualidade editorial;*
- e) proceder à revisão gramatical, ortográfica e tipográfica do texto;*
- f) fazer a revisão final a fim de garantir o controle de qualidade;*
- g) elaborar índices temáticos, onomásticos e siglários das publicações;*
- h) realizar pesquisas em obras de referência e outras fontes;*
- i) atualizar e elaborar encartes do estoque de coletâneas de legislação editadas pela Editora da Câmara dos Deputados;*
- j) redigir notas explicativas de rodapé nas coletâneas de legislação;*
- k) propor redação para notas do editor.*

56. Serviço de Gestão Editorial

- a) executar a Política Editorial dos Produtos Bibliográficos Oficiais da Câmara dos Deputados;*
- b) elaborar projetos gráficos, a diagramação e a ilustração das publicações;*

- c) preparar e manter atualizado manual de editoração das séries editadas pela Câmara dos Deputados;*
- d) organizar e controlar as séries;*
- e) analisar e adequar as publicações às séries da Câmara;*
- f) manter atualizado e supervisionar o fluxo de atividades da produção editorial da Câmara dos Deputados;*
- g) pesquisar e propor inovações e padrões para novos formatos, suportes e utilização de novas tecnologias a serem aplicadas nas publicações editadas pela Câmara dos Deputados;*
- h) solicitar cessões de direitos autorais de autores, fotógrafos, ilustradores e outros colaboradores;*
- i) acompanhar e aplicar as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e a legislação sobre publicações oficiais;*
- j) providenciar fichas catalográficas e folhas técnicas das publicações;*
- k) atribuir os códigos International Standard Book Number (ISBN) e International Standard Serial Number (ISSN);*
- l) acompanhar a impressão junto às gráficas;*
- m) elaborar catálogo das publicações editadas pela Câmara dos Deputados;*
- n) gerenciar o controle de qualidade da produção editorial.*

57. Seção de Editoração

- a) criar e desenvolver projetos gráficos para as obras editadas pela Câmara dos Deputados;*
- b) proceder à diagramação e à ilustração das publicações e ao tratamento de imagens em fase de editoração;*
- c) criar identidade visual para as séries produzidas pela Câmara dos Deputados;*
- d) aprimorar a qualidade técnica das publicações;*
- e) propor novos produtos;*
- f) desenvolver e manter atualizados manuais de padronização das identidades das séries editadas pela Câmara dos Deputados;*
- g) elaborar e desenvolver produtos de divulgação para o CEDI.*

58. Seção de Distribuição

- a) planejar e acompanhar as atividades de distribuição de publicações;*
- b) propor e executar a política de distribuição das publicações editadas pela Câmara dos Deputados;*
- c) controlar o estoque, a organização, o acondicionamento, o descarte ou o reaproveitamento das publicações;*
- d) controlar e fiscalizar a remessa postal das publicações;*
- e) opinar sobre a tiragem e títulos a serem comercializados;*
- f) disponibilizar as obras e apoiar as cerimônias de lançamento;*
- g) manter cadastro de instituições;*
- h) providenciar o envio de exemplares para guarda na Biblioteca e no Arquivo da Câmara dos Deputados e para depósito legal na Biblioteca Nacional;*
- i) apoiar a participação em feiras de livros e outros eventos do gênero.*

59. Seção de Atendimento e Disseminação Editorial

- a) supervisionar o atendimento de solicitação de publicações;*
- b) manter cadastro de instituições;*
- c) controlar o estoque destinado ao atendimento da livraria virtual;*
- d) controlar e fiscalizar a comercialização;*
- e) gerar relatórios e estatísticas de vendas e distribuição;*
- f) propor novas edições e opinar sobre a tiragem das publicações;*
- g) observar e executar o disposto na política de distribuição.*

ATO DA MESA Nº , DE 2013

Dispõe sobre a estrutura administrativa do Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 4º da Resolução nº 46, de 7 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º A estrutura administrativa do Departamento de Comissões, prevista no art. 109 e seguintes da Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971, passa a vigorar na forma do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Ficam transformadas as funções comissionadas constantes do Anexo II deste Ato.

Art. 3º Ficam renomeadas as funções comissionadas constantes do Anexo III deste Ato.

Art. 4º As funções comissionadas do Departamento de Comissões, previstas na Lei nº 5.810, de 11 de outubro de 1972, nas Resoluções nº 33, de 1º de dezembro de 1972; 21, de 16 de junho de 1981; 30, de 30 de agosto de 1983; 29, de 19 de junho de 1986; 24, de 1º de abril de 2004; 46, de 7 de dezembro de 2006; 21, de 27 de fevereiro de 2013 e nos Atos da Mesa nº 18, de 26 de maio de 1987; 97, de 23 de setembro de 1988; 20, de 6 de junho de 1995; 57, de 26 de março de 1997; 9, de 24 de fevereiro de 1999; 21, de 29 de junho de 1999; 37, de 30 de maio de 2000; 74, de 7 de junho de 2001; 77, de 7 de junho de 2001; 79, de 7 de junho de 2001; 108, de 14 de março de 2002; 30, de 20 de agosto de 2003; 21, de 29 de junho de 2013 e 104, de 10 de julho de 2013, passam a ser as constantes do Anexo IV deste Ato.

Art. 5º As competências das unidades administrativas do Departamento de Comissões são as constantes do Anexo V deste Ato e as atribuições dos seus respectivos titulares, além de serem correlacionadas com aquelas competências, são as estabelecidas nos arts. 252, 253, 254 e 255 da Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971, nos Atos da Mesa nº 18, de 26 de maio 1987; 45, de 17 de outubro de 1996; 33, de 11 de abril de 2012 e 78, de 31 de janeiro de 2013.

Art. 6º Ficam renomeadas para Secretário-Executivo de Comissão as funções comissionadas de Secretário de Comissão.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se os arts. 4º e 6º do Ato da Mesa nº 18, de 1987.

Justificação

Este Ato de Mesa tem por objetivo promover uma reestruturação no Departamento de Comissões, estabelecendo as competências dos setores e das funções comissionadas. Essa ação tem como justificativa a modernização e a otimização da atual estrutura deste Órgão, uma vez que as alterações ocorridas no Departamento, no ano de 2000, ficaram restritas, tão somente, à criação de funções comissionadas. A estrutura organizacional, desde então, permanece inalterada. Igualmente, no ano de 2012, não houve outra alteração que não a de efetivação das funções comissionadas, que antes tinham caráter temporário e passaram a ter caráter permanente dentro da estrutura do Departamento.

O atual momento mostrou-se oportuno para que se pudesse repensar a estrutura administrativa do Departamento em sua totalidade. Sendo assim, houve-se por bem formalizar, em unidades autônomas, atividades efetivamente executadas em cada órgão administrativo. Promoveu-se, com essa formalização, a transparência, a descentralização e o aumento da funcionalidade dos trabalhos desenvolvidos.

A reestruturação proposta não traz em seu teor qualquer tipo de alteração que venha a incorrer em aumento de despesa. O recurso necessário para implementação do presente Ato já consta do próprio orçamento do Departamento. Em razão da falta de novos recursos, optou-se pelo modelo menos dispendioso de estrutura para as Comissões Permanentes e Mistas. Cabe lembrar que, caso fossem atendidas as reais necessidades do Departamento, esses colegiados deveriam ser estruturados, cada qual, com um Serviço de Comissão e duas Seções, uma de Gestão de Reuniões e outra de Gestão de Proposições.

Por outro lado, esse modelo de estrutura necessário somente foi possível implementar em 9 Comissões Permanentes, sendo que outras 12 comissões só puderam contar, exclusivamente, com um Serviço de Comissão e uma Seção de Gestão de Proposição. Ainda, no caso da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, apenas um Serviço de Comissão pode ser incorporado à sua estrutura.

Finalmente, o Departamento de Comissões, sabedor que é de suas necessidades, suas responsabilidades e de seu importante papel dentro do processo legislativo, apresenta sua reestruturação administrativa justificada pela crescente demanda de trabalho advinda do desenvolvimento social, político e econômico do País, que resultou no aprimoramento e na ampliação do trabalho legiferante realizado pela Câmara dos Deputados.

ANEXO I

Estrutura Administrativa do Departamento de Comissões

1. Departamento de Comissões

1.1 Assessoria Técnico-Jurídica

1.2 Serviço de Administração e Eventos

1.2.1 Seção de Apoio Administrativo

1.2.2 Seção de Administração de Plenários

1.2.3 Seção de Eventos

1.3 Serviço de Reprodução e Digitalização de Documentos Oficiais

1.4 Coordenação de Comissões Permanentes

1.4.1 Núcleo de Gestão de Proposição

1.4.1.1 Serviço de Autuação de Processo e de Tramitação de Proposição

1.4.1.1.1 Seção de Protocolo e Controle de Documentos e de Proposição

1.4.1.2 Serviço de Controle de Matérias Apreciadas pelas Comissões e de Publicação

1.4.2 Secretaria da **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**

1.4.2.1 Serviço de Comissão

1.4.2.1.1 Seção de Protocolo

1.4.2.1.2 Seção de Gestão de Proposição

1.4.2.1.3 Seção de Gestão de Reunião

1.4.2.2 Núcleo de Redação Final

1.4.2.2.1 Seção de Redação Final de Comissões

1.4.2.2.2 Seção de Redação Final de Plenário

1.4.3 Secretaria da **Comissão de Legislação Participativa**

1.4.3.1 Serviço de Comissão

1.4.3.1.1 Seção de Gestão de Proposição

1.4.3.1.2 Seção de Gestão de Reunião

1.4.4 Secretaria da **Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática**

1.4.4.1 Serviço de Comissão

1.4.4.1.1 Seção de Gestão de Proposição

1.4.4.1.2 Seção de Gestão de Reunião

1.4.5 Secretaria da **Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público**

1.4.5.1 Serviço de Comissão

1.4.5.1.1 Seção de Gestão de Proposição

1.4.5.1.2 Seção de Gestão de Reunião

1.4.6 Secretaria da **Comissão de Seguridade Social e Família**

1.4.6.1 Serviço de Comissão

1.4.6.1.1 Seção de Gestão de Proposição

1.4.6.1.2 Seção de Gestão de Reunião

1.4.7 Secretaria da **Comissão de Finanças e Tributação**

1.4.7.1 Serviço de Comissão

1.4.7.1.1 Seção de Gestão de Proposição

1.4.7.1.2 Seção de Gestão de Reunião

1.4.8 Secretaria da **Comissão de Defesa do Consumidor**

1.4.8.1 Serviço de Comissão

1.4.8.1.1 Seção de Gestão de Proposição

1.4.8.1.2 Seção de Gestão de Reunião

1.4.9 Secretaria da **Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio**

1.4.9.1 Serviço de Comissão

1.4.9.1.1 Seção de Gestão de Proposição

1.4.9.1.2 Seção de Gestão de Reunião

1.4.10 Secretaria da **Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado**

1.4.10.1 Serviço de Comissão

1.4.10.1.1 Seção de Gestão de Proposição

1.4.10.1.2 Seção de Gestão de Reunião

1.4.11 Secretaria da **Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural**

1.4.11.1 Serviço de Comissão

1.4.11.1.1 Seção de Gestão de Proposição

1.4.12 Secretaria da **Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia**

1.4.12.1 Serviço de Comissão

1.4.12.1.1 Seção de Gestão de Proposição

1.4.13 Secretaria da **Comissão de Desenvolvimento Urbano**

1.4.13.1 Serviço de Comissão

1.4.13.1.1 Seção de Gestão de Proposição

1.4.14 Secretaria da **Comissão de Direitos Humanos e Minorias**

1.4.14.1 Serviço de Comissão

1.4.14.1.1 Seção de Gestão de Proposição

1.4.15 Secretaria da **Comissão de Cultura**

1.4.15.1 Serviço de Comissão

1.4.15.1.1 Seção de Gestão de Proposição

1.4.16 Secretaria da **Comissão de Educação**

1.4.16.1 Serviço de Comissão

1.4.16.1.1 Seção de Gestão de Proposição

1.4.17 Secretaria da **Comissão de Fiscalização Financeira e Controle**

1.4.17.1 Serviço de Comissão

1.4.17.1.1 Seção de Gestão de Proposição

1.4.18 Secretaria da **Comissão de Minas e Energia**

1.4.18.1 Serviço de Comissão

1.4.18.1.1 Seção de Gestão de Proposição

1.4.19 Secretaria da **Comissão de Viação e Transportes**

1.4.19.1 Serviço de Comissão

1.4.19.1.1 Seção de Gestão de Proposição

1.4.20 Secretaria da **Comissão de Turismo e Desporto**

1.4.20.1 Serviço de Comissão

1.4.20.1.1 Seção de Gestão de Proposição

1.4.21 Secretaria da **Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

1.4.21.1 Serviço de Comissão

1.4.21.1.1 Seção de Gestão de Proposição

1.4.22 Secretaria da **Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional**

1.4.22.1. Serviço de Comissão

1.4.22.1.1 Seção de Gestão de Proposição

1.4.23 Secretaria da **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

1.4.23.1 Serviço de Comissão

1.4.23.1.1 Seção de Gestão de Reunião

1.4.23.1.2 Seção de Gestão de Proposição

1.4.24 Secretaria da **Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul**

1.4.24.1 Serviço de Comissão

1.5 Coordenação de Comissões Temporárias

1.5.1 Serviço de Comissões Especiais

1.5.1.1 Seção de Registro e Controle de Informação

1.5.1.2 Seção de Apoio às Reuniões

1.5.2 Serviço de Comissões Parlamentares de Inquérito

1.5.2.1 Seção de Apoio às Reuniões e Controle de Informação

1.5.2.2 Seção de Controle de Autos de Inquérito

ANEXO II

Funções Commissionadas Transformadas

Situação Atual				Situação Nova		
Código	Nível	Denominação da Função	Lotação da Função	Nível	Denominação da Função	Lotação da Função
C1090005	FC-3	Assessor Jurídico	Departamento de Comissões	FC-3	Chefe da Assessoria Técnica Jurídica	Departamento de Comissões
C2430010	FC-3	Secretário de Comissão		FC-3	Assessor Técnico	
C2430012	FC-3	Secretário de Comissão		FC-2	Assistente Técnico	
C2430030	FC-3	Secretário de Comissão	Coordenação de Comissões Temporárias	FC-2	Assistente Técnico	Departamento de Comissões
C2430014	FC-3	Secretário de Comissão		FC-1	Chefe da Seção de Apoio Administrativo	
C2430020	FC-3	Secretário de Comissão		FC-1	Chefe da Seção de Administração de Comissões Plenárias	
C2250058	FC-1	Assistente de Comissão	Departamento de Comissões	FC-1	Chefe da Seção de Eventos	Departamento de Comissões
C2250056	FC-1	Assistente de Comissão	Coordenação de Comissões Temporárias	FC-3	Chefe do Núcleo de Gestão de Proposição	
C2250042	FC-1	Assistente de Comissão		FC-2	Chefe do Serviço de Anulação de Processo e de Tramitação de Proposição	
C2250040	FC-1	Assistente de Comissão		FC-1	Chefe da Seção de Protocolo e Controle de Documentos e de Proposição	Coordenação de Comissões Permanentes
C2250043	FC-1	Assistente de Comissão		FC-2	Chefe do Serviço de Controle de Matérias Apreciadas pelas Comissões e de Publicação	
C2250038	FC-1	Assistente de Comissão		FC-2	Chefe do Serviço de Comissão	
C2250057	FC-1	Assistente de Comissão	Departamento de Comissões	FC-1	Chefe da Seção de Protocolo	Coordenação de Comissões Permanentes
C2250041	FC-1	Assistente de Comissão	Coordenação de Comissões Temporárias			Coordenação de Comissões Permanentes

Situação Atual				Situação Nova			
Código	Nível	Denominação da Função	Lotação da Função	Nível	Denominação da Função	Lotação da Função	
C2250050	FC-1	Assistente de Comissão	Departamento de Comissões	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposições	Secretaria da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	
C2250054	FC-1	Assistente de Comissão		FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião		
C2250024	FC-1	Assistente de Comissão	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-3	Chefe do Núcleo de Redação Final	Secretaria do Núcleo de Redação Final	
C2250025	FC-1	Assistente de Comissão		FC-1	Chefe da Seção de Redação Final de Comissões	Coordenação de Constituição e de Justiça e de Cidadania	
C2250026	FC-1	Assistente de Comissão		FC-1	Chefe da Seção de Redação Final do Plenário		
C2250006	FC-1	Assistente de Comissão		FC-1	Assistente de Comissão		
C2250093	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposições	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Legislação Participativa
C2250007	FC-1	Assistente de Comissão		FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião		
C2250094	FC-1	Assistente de Comissão		FC-2	Chefe do Serviço de Comissão	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
C2250095	FC-1	Assistente de Comissão		FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposições		
C2250096	FC-1	Assistente de Comissão		FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião		
C2250060	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Legislação Participativa	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
C2250059	FC-1	Assistente de Comissão		FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposições		
C2250027	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião		
C2250091	FC-1	Assistente de Comissão		FC-2	Chefe do Serviço de Comissão	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Seguridade Social e Família
C2250092	FC-1	Assistente de Comissão		FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposições		
C2250037	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião	Coordenação de Comissões Permanentes	

Situação Atual				Situação Nova		
Código	Nível	Denominação da Função	Lotação da Função	Nível	Denominação da Função	Lotação da Função
C2250013	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão	Coordenação da Comissão de Finanças e Tributação
C2250036	FC-1	Assistente de Comissão		FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição	Comissões Permanentes
C2250008	FC-1	Assistente de Comissão		FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião	
C2250078	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Seguridade Social e Família	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão	Coordenação de Comissões Permanentes
C2250035	FC-1	Assistente de Comissão		FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição	
C2250032	FC-1	Assistente de Comissão		FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião	
C2250003	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Finanças e Tributação	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão	Coordenação de Comissões Permanentes
C2250084	FC-1	Assistente de Comissão		FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição	
C2250001	FC-1	Assistente de Comissão		FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião	
C2250029	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Defesa do Consumidor	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão	Coordenação da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
C2250090	FC-1	Assistente de Comissão		FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição	
C2250016	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão	Coordenação de Comissões Permanentes
C2250030	FC-1	Assistente de Comissão		FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição	
C2250089	FC-1	Assistente de Comissão		FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião	Coordenação de Comissões Permanentes
C2250069	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão	Coordenação da Comissão de Integração Nacional, de Desenvolvimento Regional e da Amazônia
C2250070	FC-1	Assistente de Comissão		FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição	

Situação Atual			Situação Nova		
Código	Nível	Denominação da Função	Lotação da Função	Denominação da Função	Nível
C2250071	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-2
C2250010	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-1
C2250097	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-2
C2250018	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-1
C2250098	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Desenvolvimento Urbano	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-2
C2250012	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Desenvolvimento Urbano	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-1
C2250087	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Direitos Humanos e Minorias	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-2
C2250009	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Direitos Humanos e Minorias	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-1
C2250088	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Cultura	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-2
C2250086	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Cultura	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-1
C2250103	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Educação	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-2
C2250014	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Educação	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-1
C2250031	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-2
C2250015	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-1
C2250085	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Minas e Energia	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-2
C2250004	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Minas e Energia	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-1
C2250083	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Viação e Transporte	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-2
C2250011	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Viação e Transporte	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-1

Situação Atual			Situação Nova		
Código	Nível	Denominação da Função	Lotação da Função	Denominação da Função	Nível
C2250076	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Viação e Transporte	Chefe do Serviço de Comissão	PC-2
C2250072	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Turismo e Desporto	Chefe da Seção de Gestão de Proposição	FC-1
C2250073	FC-1	Assistente de Comissão		Chefe da Seção de Gestão de Proposição	FC-1
C2250074	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Meio Ambiente	Chefe da Seção de Gestão de Reunião	FC-1
C2250075	FC-1	Assistente de Comissão	Desenvolvimento Sustentável		
C2250005	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	Chefe do Serviço de Comissão	FC-2
C2250079	FC-1	Assistente de Comissão			
C2250082	FC-1	Assistente de Comissão	Comissão Mista de Plano, Orçamento Público e Fiscalização		
C2250066	FC-1	Assistente de Comissão			
C2250022	FC-1	Assistente de Comissão	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul		

Situação Nova			Situação Nova		
Nível	Denominação da Função	Lotação da Função	Nível	Denominação da Função	Lotação da Função
PC-2	Chefe do Serviço de Comissão	Coordenação de Comissões Permanentes	PC-2	Chefe do Serviço de Comissão	Coordenação de Comissões Permanentes
FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião	Coordenação de Comissões Permanentes
FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião	Coordenação de Comissões Permanentes
FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião	Coordenação de Comissões Permanentes
FC-2	Chefe do Serviço de Comissão	Coordenação de Comissões Permanentes	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão	Coordenação de Comissões Permanentes
FC-1	Chefe da Seção de Registro e Controle de Informação	Departamento de Coordenação de Comissões Temporárias	FC-1	Chefe da Seção de Registro e Controle de Informação	Departamento de Coordenação de Comissões Temporárias
FC-1	Chefe da Seção de Apoio às Reuniões e Controle de Informação	Departamento de Coordenação de Comissões Temporárias	FC-1	Chefe da Seção de Apoio às Reuniões e Controle de Informação	Departamento de Coordenação de Comissões Temporárias
FC-1	Chefe da Seção de Controle de Auros de Inquérito	Departamento de Coordenação de Comissões Temporárias	FC-1	Chefe da Seção de Controle de Auros de Inquérito	Departamento de Coordenação de Comissões Temporárias
FC-1	Assistente de Comissão	Departamento de Coordenação de Comissões Temporárias	FC-1	Assistente de Comissão	Departamento de Coordenação de Comissões Temporárias
FC-1	Assistente de Comissão	Departamento de Coordenação de Comissões Temporárias	FC-1	Assistente de Comissão	Departamento de Coordenação de Comissões Temporárias

ANEXO III

Funções Comissionadas Renomeadas

Situação Atual			Situação Nova		
Código	Nível	Denominação da Função	Nível	Denominação da Função	Órgão de Lotação
C2080018	FC-2	Chefe do Serviço de Administração	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão	Secretaria da Comissão de Legislação Participativa
C2100075	FC-2	Chefe de Serviço	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão	Secretaria da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
C2060005	FC-2	Chefe do Serviço de Administração	FC-2	Chefe do Serviço de Administração e Eventos	Departamento de Comissões
C2150001	FC-2	Chefe do Serviço de Reprodução e de Documentos Oficiais	FC-2	Chefe do Serviço de Reprodução e Digitalização de Documentos Oficiais	Departamento de Comissões
C2250055	FC-1	Assistente de Comissão	FC-1	Assistente de Gabinete	Departamento de Comissões

ANEXO IV

Estrutura de Funções Comissionadas

Qt.	Nível	Denominação	Lotação	
01	FC-4	Diretor do Departamento de Comissões	Departamento de Comissões	
01	FC-1	Assistente de Gabinete	Departamento de Comissões	
01	FC-3	Chefe da Assessoria Técnico-Jurídica	Departamento de Comissões	Assessoria Técnico-Jurídica
01	FC-3	Assessor Técnico		
01	FC-2	Assistente Técnico		
01	FC-2	Chefe do Serviço de Administração e Eventos	Departamento de Comissões	Serviço de Administração e Eventos
01	FC-2	Assistente Técnico		
01	FC-1	Chefe da Seção de Apoio Administrativo		
01	FC-1	Chefe da Seção de Administração de Plenários		
01	FC-1	Chefe da Seção de Eventos	Departamento de Comissões	
01	FC-2	Chefe do Serviço de Reprodução e Digitalização de Documentos Oficiais		
01	FC-3	Diretor da Coordenação de Comissões Permanentes	Departamento de Comissões	Coordenação de Comissões Permanentes
01	FC-3	Chefe do Núcleo de Gestão de Proposição		
01	FC-2	Chefe do Serviço de Autuação de Processo e de Tramitação de Proposição		
01	FC-1	Chefe da Seção de Protocolo e Controle de Documentos e de Proposição		
01	FC-2	Chefe do Serviço de Controle das Matérias Apreciadas pelas Comissões e de Publicação	Coordenação de Comissões	Secretaria da Comissão de Constituição e Justiça e de
01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania		

01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão	Permanentes	Cidadania
01	FC-1	Chefe da Seção de Protocolo		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião		
01	FC-1	Assistente de Comissão		
01	FC-3	Chefe do Núcleo de Redação Final	Secretaria da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Núcleo de Redação Final
01	FC-1	Chefe da Seção de Redação Final de Comissões		
01	FC-1	Chefe da Seção de Redação Final de Plenário		
01	FC-1	Assistente de Comissão		
Qt.	Nível	Denominação	Lotação	
01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão de Legislação Participativa	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Legislação Participativa
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião		
01	FC-1	Assistente de Comissão		
01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião		
01	FC-1	Assistente de Comissão		
01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião		

01	FC-1	Assistente de Comissão		
01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão de Seguridade Social e Família	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Seguridade Social e Família
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião		
01	FC-1	Assistente de Comissão		
01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão de Finanças e Tributação	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Finanças e Tributação
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião		
01	FC-1	Assistente de Comissão		
01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão de Defesa do Consumidor	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Defesa do Consumidor
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião		
01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião		
01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião		
Qt.	Nível	Denominação	Lotação	

01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Urbano
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão de Direitos Humanos e Minorias	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Direitos Humanos e Minorias
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão de Cultura	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Cultura
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão de Educação	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Educação
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão de Minas e Energia	Coordenação de Comissões	Secretaria da Comissão de Minas e Energia

01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão	Permanentes	
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão de Viação e Transportes	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Viação e Transportes
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão de Turismo e Desporto	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Turismo e Desporto
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
Qt.	Nível	Denominação	Lotação	
01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
01	FC-3	Secretário-Executivo da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Reunião		
01	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Proposição		
06	FC-1	Assistente de Comissão		
01	FC-3	Secretário-Executivo de Comissão - Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	Coordenação de Comissões Permanentes	Secretaria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissão		

01	FC-3	Diretor da Coordenação de Comissões Temporárias	Departamento de Comissões	Coordenação de Comissões Temporárias
19	FC-3	Secretário-Executivo de Comissão		
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissões Especiais		
01	FC-1	Chefe da Seção de Registro e Controle de Informação		
01	FC-1	Chefe da Seção de Apoio às Reuniões		
01	FC-2	Chefe do Serviço de Comissões Parlamentares de Inquérito		
01	FC-1	Chefe da Seção de Apoio às Reuniões e Controle de Informação		
01	FC-1	Chefe da Seção de Controle de Autos de Inquérito		
09	FC-1	Assistente de Comissão		

ANEXO V

Competências das Unidades Administrativas do Departamento de Comissões

1. Departamento de Comissões:

1.1 planejar, supervisionar e gerenciar a prestação de apoio administrativo e de assessoramento técnico-regimental às Comissões Permanentes e Temporárias, bem como às Comissões Mistas em funcionamento na Câmara dos Deputados;

1.2 promover ações e projetos que visem ao aprimoramento dos procedimentos relativos ao processo legislativo;

1.3 controlar o uso dos limites orçamentários utilizados pelas Comissões Permanentes e Temporárias estabelecidos no Ato da Mesa nº 33, de 2012;

1.4 Designar os Secretários-Executivos de Comissão das Comissões Temporárias.

2. Assessoria Técnico-Jurídica:

2.1 prestar assessoramento ao Diretor do Departamento em matéria jurídica e regimental;

2.2 emitir pareceres, notas técnicas e realizar estudos de cunho jurídico-regimentais relativos aos trabalhos legislativos de interesse da Diretoria do Departamento.

3. Serviço de Administração e de Eventos:

3.1 coordenar atividades de administração de pessoal, de material de expediente e de patrimônio;

3.2 receber, analisar e registrar documentação para instrução processual de assuntos atinentes ao setor;

3.3 elaborar cotações de despesas de material gráfico, passagens aéreas e demais serviços utilizados pelo Departamento, atendidos por contratos mantidos pela Câmara dos Deputados e gerenciar a prestação desses serviços;

3.4 acompanhar o uso dos recursos orçamentários utilizados pelas Comissões Permanentes e Temporárias, fixados no Ato da Mesa nº 33, de 2012;

3.5 gerenciar o apoio administrativo prestados às Comissões Permanentes e Temporárias na realização de eventos;

3.6 gerenciar o atendimento ao cidadão quanto ao acesso às informações, nos termos do Ato da Mesa nº 78, de 2013.

4. Seção de Apoio Administrativo:

4.1 receber, conferir, registrar e encaminhar os documentos recebidos no setor;

4.2 executar tarefas relativas à administração de pessoal e de recursos materiais e de patrimônio;

4.3 gerenciar dados e emitir relatórios estatísticos das atividades do Departamento.

5. Seção de Administração de Plenários:

5.1 receber solicitações e administrar a utilização dos espaços que se encontram sob a responsabilidade do Departamento.

6. Seção de Eventos

6.1 dar suporte administrativo às Comissões Permanentes e Temporárias para realização de eventos.

7. Serviço de Reprodução e Digitalização de Documentos Oficiais

7.1 gerenciar o serviço de reprodução e digitalização de documentos oficiais;

7.2 controlar o emprego do material de consumo e o uso do material permanente, equipamentos e instalações;

7.3 fiscalizar a execução dos serviços prestados por empresas terceirizadas na unidade.

8. Coordenação de Comissões Permanentes:

8.1 coordenar e orientar os trabalhos das Secretarias das Comissões Permanentes;

8.2 prestar assessoramento técnico-regimental e acompanhar as atividades das Comissões Permanentes;

8.3 elaborar os avulsos das proposições e mantê-los atualizados;

8.4 enviar a Ordem do Dia das Comissões, as proposições e os avulsos das proposições à publicação no Diário da Câmara dos Deputados e no sítio da Câmara dos Deputados na internet;

8.5 tomar as medidas necessárias à instalação das Comissões Permanentes;

8.6 fazer guardar os originais dos processos de proposição em tramitação, para anexação dos originais dos pareceres das Comissões;

8.7 providenciar a reconstituição de processos extraviados.

9. Núcleo de Gestão de Proposição:

9.1 realizar a gestão dos processos de trabalho relativos à tramitação de proposições na Coordenação de Comissões Permanentes e nas Comissões.

10. Serviço de Autuação de Processo e Controle de Tramitação de Proposição:

10.1 autuar os processos de proposição e adotar providências necessárias para a tramitação das proposições de acordo com o despacho do Presidente da Câmara dos Deputados;

10.2 gerenciar as atividades de recebimento, encaminhamento e arquivamento dos documentos recebidos na Coordenação de Comissões Permanentes.

11. Seção de Protocolo e Controle de Documentos e de Proposição:

11.1 receber, registrar, encaminhar e arquivar documentos;

11.2 zelar pela guarda dos processos originais das proposições mantidos no arquivo da Coordenação de Comissões Permanentes;

11.3 encaminhar a Ordem do Dia das Comissões para publicação no Diário da Câmara dos Deputados e no sítio da Câmara dos Deputados na internet.

11.4 providenciar a reconstituição de processos extraviados.

12. Serviço de Controle de Matérias Apreciadas pelas Comissões e de Publicação:

12.1 fazer a triagem de documentos produzidos pelas Comissões e definir os encaminhamentos;

12.2 elaborar os avulsos das proposições e mantê-los atualizados com as conclusões das Comissões;

12.3 encaminhar as proposições para publicação em avulso, no Diário da Câmara dos Deputados e no sítio da Câmara dos Deputados na internet.

13. Secretaria de Comissão:

13.1 prestar apoio administrativo aos trabalhos da Comissão;

13.2 prestar assessoramento técnico-regimental ao Presidente e demais membros do Colegiado;

13.3 coordenar as atividades relativas ao processo de tramitação de proposição na Comissão;

13.4 coordenar o registro, em sistema informatizado, de informações relativas às ações legislativas;

13.5 gerenciar e otimizar a utilização de recursos de pessoal e material necessários às atividades da Comissão;

13.6 verificar os requisitos regimentais para realização dos eventos e registrar o uso dos limites orçamentários utilizados pela Comissão, fixados no Ato da Mesa nº 33, de 2012;

13.7 exercer as demais atribuições previstas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

14. Serviço de Comissão:

14.1 controlar os expedientes e as atividades realizadas pela Secretaria da Comissão atinentes à tramitação de proposição, às reuniões e a outros eventos promovidos pela Comissão;

14.2 atualizar a página da Comissão no sítio da Câmara dos Deputados na internet.

15. Seção de Protocolo:

15.1 receber, conferir, registrar e encaminhar documentos protocolizados na Secretaria da Comissão.

16. Seção de Gestão de Proposição:

16.1 executar as atividades relacionadas à tramitação de proposições submetidas ao exame da Comissão.

17. Seção de Gestão de Reunião:

17.1 executar as atividades atinentes à realização das reuniões e dos eventos promovidos pela Comissão.

18. Núcleo de Redação Final:

18.1 elaborar a Redação Final das proposições aprovadas em Plenário e nas Comissões da Câmara dos Deputados, observadas as disposições regimentais.

19. Seção de Redação Final de Comissões:

19.1 elaborar a Redação Final das proposições aprovadas pelas Comissões, observadas as disposições regimentais.

20. Seção de Redação Final de Plenário:

20.1 elaborar a Redação Final das proposições aprovadas pelo Plenário.

21. Coordenação de Comissões Temporárias:

21.1 coordenar e orientar os trabalhos das Secretarias das Comissões Temporárias;

21.2 prestar assessoramento técnico-regimental e acompanhar os trabalhos das Comissões Temporárias;

21.3 promover medidas administrativas necessárias à instalação e ao bom funcionamento das Comissões Temporárias.

22. Serviço de Comissões Especiais:

22.1 gerenciar o apoio administrativo e o apoio técnico-regimental prestados às Secretarias das Comissões Especiais, Externas e Grupos de Trabalho;

22.2 controlar os prazos regimentais;

22.3 atualizar as páginas das Comissões no sítio da Câmara dos Deputados na internet.

23. Seção de Registro e Controle de Informação:

23.1 divulgar as datas e os horários das reuniões e de outros eventos das Comissões Especiais, Externas e Grupos de Trabalho na Ordem do Dia das Comissões e no sítio da Câmara dos Deputados na internet;

23.2 manter dados estatísticos e históricos sobre as Comissões Especiais, Externas e Grupos de Trabalho;

23.4 gerenciar os dados e emitir relatórios estatísticos referentes às reuniões, aos eventos e às proposições que tramitam nas Comissões Especiais, Externas e Grupos de Trabalho.

24. Seção de Apoio às Reuniões:

24.1 prestar apoio administrativo e apoio técnico-regimental para a realização das reuniões e demais eventos das Comissões Especiais, Externas e Grupos de Trabalho.

25. Serviço de Comissões Parlamentares de Inquérito:

25.1 coordenar e supervisionar o apoio administrativo e o apoio técnico-regimental prestados às Secretarias das Comissões Parlamentares de Inquérito em suas atividades;

25.2 controlar os prazos regimentais;

25.3 acompanhar e orientar a organização dos autos de inquérito; manter dados estatísticos e históricos sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito;

25.4 atualizar as páginas das Comissões no sítio da Câmara dos Deputados na internet.

26. Seção de Apoio às Reuniões e Controle de Informação:

26.1 prestar apoio administrativo e apoio técnico-regimental para a realização de reuniões e diligências das Comissões Parlamentares de Inquérito;

26.2 gerenciar as informações produzidas por essas Comissões.

27. Seção de Controle de Autos de Inquérito:

27.1 auxiliar as Secretarias das Comissões Parlamentares de Inquérito no recebimento e na autuação de documentos;

27.2 efetuar a remessa dos Autos de Inquérito ao Arquivo da Câmara dos Deputados.

ATO DA MESA Nº , DE 2013

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 15 do Regulamento de Controle Patrimonial da Câmara dos Deputados, instituído pelo Ato da Mesa nº 63, de 1997.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Art. 1º O parágrafo único do art. 15 do Regulamento de Controle Patrimonial da Câmara dos Deputados, instituído pelo Ato da Mesa nº 63, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15.
Parágrafo único. Se a unidades destinatária não concluir a movimentação eletrônica em até 10 (dez) dias corridos, o aceite será feito automaticamente pelo sistema eletrônico.” (NR)

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposta pretende dar celeridade ao rito de registro eletrônico de movimentação de bens nas dependências da Câmara dos Deputados.

No presente cenário, as unidades receptoras de carga patrimonial dispõem de tempo ilimitado para concluir as movimentações iniciadas pelas unidades de origem, o que tem exigido a adoção de providências comprometedoras de maior eficácia processual.

Com a delimitação do prazo de 10 (dez) dias, as unidades administrativas envolvidas na movimentação de bens terão, doravante, ações oportunas, cronologicamente compassadas, de modo a prevenir, entre outros, possíveis divergências decorrentes de extravio de bens movimentados durante o entretanto de não conclusão da movimentação, e a agilizar o processamento dos referidos inventários físicos.

ATO DA MESA Nº , DE 2013

Altera o art. 3º, inciso I, do Ato da Mesa nº 3, de 2011.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Art. 1º Fica alterado o art. 3º, inciso I, do Ato da Mesa nº 3, de 5 de maio de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º
I – Estar em efetivo exercício de função ou cargo comissionado pelo período mínimo a ser fixado em Portaria do Diretor-Geral;
.....
.....” (NR)

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Ato da Mesa nº 3, de 2011, instituiu o auxílio-saúde aos servidores ocupantes dos cargos de Secretário Parlamentar e de Natureza Especial, na forma de ressarcimento, no entanto, a prática tem demonstrado que o tempo mínimo de exercício na função ou cargo comissionado exigido pelo art. 3º, I, do normativo em epígrafe, tem sido um dos principais mecanismos de controle da taxa de adesão ao programa.

Ressalte-se, por oportuno, que, segundo informações do Departamento de Apoio Parlamentar, de janeiro a setembro deste ano, apenas 15,13% da população elegível goza do benefício. Fato decorrente, sobretudo, do atual rigor do dispositivo supracitado.

Desse modo, estudos realizados pelos órgãos técnicos desta Casa demonstraram a necessidade de contínua adequação desse “pedágio”, de modo a compatibilizar as variáveis tempo de exercício e disponibilidade orçamentária, o que ampliará a adesão ao benefício e assegurará a correta provisão dos recursos financeiros.

Nesta perspectiva, por força do princípio da eficiência administrativa, entendeu-se que a competência para fixação do tempo mínimo de exercício, medida estritamente operacional, deve ser atribuída ao Diretor-Geral, para que possa acompanhar com maior agilidade as flutuações do comportamento da carteira de assistidos.

ATO DA MESA Nº , DE 2013

Altera os arts. 1º, 4º e 8º do Ato da Mesa nº 46, de 2009.

A **MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Art. 1º Os arts. 1º, 4º e 8º do Ato da Mesa nº 46, de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....
III – *Chefe de gabinete:*

-
d) da Secretaria da Mulher;
e) da Procuradoria Parlamentar;
f) da Ouvidoria Parlamentar;
g) do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar;
h) da Corregedoria Parlamentar;
i) das Lideranças; e
j) do Centro de Estudos e Debates Estratégicos.

IV – *Secretário de Comissão;*

V – *FC-5, FC-3, CNE-7 e CNE-9, lotados nos órgãos referidos nos incisos anteriores deste artigo ou nas Comissões, observada a preferência para concessão de imóvel aos referidos nos incisos I ao III.” (NR)*

“Art. 4º Os potenciais beneficiários dos apartamentos funcionais arrolados no art. 1º, que possuam somente um imóvel residencial, desde que comprove que este esteja passando por reforma que impossibilite o seu uso, poderão utilizar imóvel da reserva técnica por um período de até 540 dias.” (NR)

“Art. 8º

.....
IX – *decurso do prazo máximo e improrrogável de 4 (quatro) anos, ininterruptos ou intercalados.*

.....
§ 3º *O imóvel deverá ser restituído, independentemente de notificação judicial, no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias corridos, contados da data em que cessou o direito de uso.*

.....” (NR)

Art. 2º Os servidores que estejam residindo em imóveis funcionais da Câmara dos Deputados e que já tenham extrapolado o prazo máximo da permissão de uso, na forma prevista no inciso IX do art. 8º, terão o prazo improrrogável de 12 (doze) meses para desocupá-los.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As alterações promovidas por este Ato objetivam atender às orientações exaradas no Relatório nº 1 de 2013 da Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados.

Nesta perspectiva, foi ampliado o rol de possíveis ocupantes de imóveis residenciais de propriedade da União sob responsabilidade da Câmara dos Deputados e fixado o prazo máximo da permissão de uso dos imóveis em epígrafe.

ANEXO ÚNICO

ENDEREÇO
01. SQS 114-H-506
02. SQN 112-D-405
03. SQS-415-D-201
04. SQN 112-D-505
05. SQS 316-B-202
06. SQN 106-I-301
07. Q. 18-E-09 - Sobradinho
08. Q. 18-O-08 - Sobradinho
09. SQN 304-B-201
10. SHCES 1209-J-406
11. SQN 112-C-408
12. SQN 112-C-201
13. SQN 105-H-609
14. SQS 114-H-502
15. SQS 114-H-505
16. SQN 108-F-503
17. SHCES 1209-G-203
18. SQN 112-A-201
19. SQN 112-D-201
20. SQS 215-G-607
21. SQN 108-A-203
22. SHCES 1105-F-203
23. SHCES 1103-B-302
24. SQS 203-I-102
25. SQS 114-H-104
26. SQS 114-H-107
27. SHCES 913-F-401
28. SQN 412-D-305
29. SQS 114-H-304
30. SQN 106-J-502
31. SQN 112-A-303
32. SQN 308-G-308
33. SQS 405-R-307

Secretaria-Geral da Mesa

Ata da 9ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada no dia 18 de dezembro de 2013.

Publique-se.

Em 21-02-14. – **Mozart Vianna de Paiva**, Secretário-Geral da Mesa

Atas das
REUNIÕES DA MESA
2014



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Quarta Legislatura

Ata da décima reunião ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 19 de fevereiro de 2014

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e quatorze, às doze horas e vinte minutos, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves. Presentes inicialmente os Senhores Deputados Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente; Simão Sessim, Segundo-Secretário; Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário; Biffi, Quarto-Secretário; Wolney Queiroz, Segundo-Suplente de Secretário; Vitor Penido, Terceiro-Suplente de Secretário; Takayama, Quarto-Suplente de Secretário; e Cláudio Cajado, Procurador Parlamentar. Ausentes justificadamente os Senhores Deputados André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente; Márcio Bittar, Primeiro-Secretário; e Gonzaga Patriota, Primeiro-Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou abertos os trabalhos. Dando início, explicou que o primeiro item a ser examinado dizia respeito à decisão do Ministro Marco Aurélio, deferindo o pedido liminar no Mandado de Segurança nº 32.761/DF, impetrado pelo Sindilegis, que pede a suspensão da decisão da Mesa Diretora, de 15 de outubro de 2013, que determinou a imediata implantação do acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) n. 2.142/2013-Plenário, sobre a aplicação do teto salarial na folha de pagamento da Câmara dos Deputados, instrução no **Processo n. 103.901/2014**. Discutido o assunto, a Mesa Diretora decidiu, por unanimidade: a) cumprir com o dever de acatar a decisão judicial, determinando a suspensão do corte de salários a partir da data de impetração do mandado de segurança objeto da liminar; b) assinar o prazo de 5 (cinco) dias para os servidores se manifestarem, no exercício do direito ao contraditório. Decidiu, ainda, a Mesa, que, nos termos do encaminhamento do Senhor Diretor-Geral, à fl. 16 do Processo n. 103.901/2014, "o contraditório deve ser feito perante o Tribunal de Contas da União, sem prejuízo de que seja requestado ao Supremo Tribunal Federal a celeridade no julgamento dos Mandados de Segurança que tratam do tema". Nesse instante, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves retirou-se da reunião, assumindo a presidência o Senhor Deputado Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente, e adentrou o Senhor Deputado Átila Lins, Corregedor Parlamentar. Passou-se à apreciação da pauta da Presidência. **I - PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE. 1** - Anteprojeto de Resolução que "altera o inciso XIX e acrescenta o inciso XXII ao art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para desmembrar as competências da atual Comissão de Turismo e Desporto, e dá outras providências.". Esclarecida a matéria, a Mesa Diretora resolveu, por

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

unanimidade, apresentar o supracitado Projeto de Resolução, cujo teor vai publicado ao final da ata. Em seguida, a Mesa ratificou, por unanimidade, os despachos favoráveis, *ad referendum*, exarados pelo Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, nos seguintes expedientes referentes a relatório de missão oficial, relatório de Requerimentos de Informação e relatório de gestão fiscal: 1 – **Relatório de Missão Autorizada n. 1/2014**, da Presidência. Missões oficiais autorizadas por meio de ofícios - GPO n.s, de 2014: 1, 6, 12 a 20, 24, 25, 27, 28, 34 a 36, 38, 52, 57 a 61, 64, 72, 80 a 82, 84 a 88, 98, 103, 109, 120 a 125, 132, 133, 137 a 139, 142 a 146, 153; - GPO n.s, de 2013: 2986, 2994, 2995, 2998, 2999, 3003 a 3006, 3013, 3014, 3029, 3048 a 3050. 2 - **Relatório de Requerimentos de Informação (RIC)**, despachados *ad referendum* da Mesa Diretora, pelo encaminhamento: 2.1 - **RIC Nº 3.906/13** - da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - que "solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações a respeito das perdas dos assinantes do Serviço Móvel Pessoal na modalidade pré-paga oriundas da expiração dos prazos de validade dos créditos de telefonia celular"; 2.2 - **RIC Nº 3.907/13** - do Sr. Raimundo Gomes de Matos - que "solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa, sobre o Programa Emergencial de Distribuição de Água Potável no Semi-Árido Brasileiro, por intermédio de carros-pipa"; 2.3 - **RIC Nº 3.908/13** - do Sr. Daniel Almeida - que "solicita informações ao Sr.Ministro da Fazenda a respeito do impacto sobre a arrecadação federal da concessão de desonerações para o setor de bicicletas"; 2.4 - **RIC Nº 3.909/13** - da Sra. Andreia Zito - que "requer informações à Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre os desvios financeiros ocorridos no Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Meio Ambiente"; 2.5 - **RIC Nº 3.910/13** - do Sr. Mandetta - que "solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, a respeito da Portaria nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, que estabelece que mulheres entre 50 e 69 anos terão prioridade para fazer o procedimento de mamografia bilateral de rastreamento"; 2.6 - **RIC Nº 3.911/13** - do Sr. Felipe Bornier - que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente sobre multas aplicadas na ESEC TAMOIOS"; 2.7 - **RIC Nº 3.912/13** - da Comissão de Finanças e Tributação - que "solicita informação à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Belchior, quanto às estimativas anuais da população dos municípios brasileiros"; 2.8 - **RIC Nº 3.913/13** - da Comissão de Seguridade Social e Família - que "requer informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, acerca das consequências e comportamento do mercado após um ano da aquisição da Amil pela United Healthcare"; 2.9 - **RIC Nº 3.914/13** - do Sr. Stepan Nercessian - que "requer informações ao Ministro de Estado da Educação, Sr. Aloizio Mercadante, sobre o Termo de Saneamento de Deficiências Acadêmicas Institucionais nº 3/2013, firmado entre o MEC e a GALILEO ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS EDUCACIONAIS S. A, entidade mantenedora da Universidade Gama Filho -

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

(UGF)"; 2.10 - **RIC Nº 3.915/13** - da Sra. Andreia Zito - que "requer ao Senhor Ministro de Estado da Educação, informações quanto às ações e providências deflagradas pelo Ministério da Educação para fins de regularização da situação atual que se encontra a Faculdade de Medicina da Universidade Gama Filho, na cidade do Rio de Janeiro - RJ"; 2.11 - **RIC Nº 3.916/13** - do Sr. Antonio Imbassahy - que "solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, por intermédio da Petróleo Brasileiro - Petrobras S.A. sobre reunião do Conselho de Administração da empresa"; 2.12 - **RIC Nº 3.917/13** - do Sr. Raimundo Gomes de Matos - que "solicita ao Senhor Ministro de Estado da Defesa informações sobre os motivos da transferência do efetivo militar da Base Aérea de Fortaleza para a Base Aérea de Natal no Rio Grande do Norte"; 2.13 - **RIC Nº 3.918/13** - do Sr. Pastor Marco Feliciano - que "solicita informações à Sra. Ministra de Estado da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre os repasses orçamentários e financeiros para entidades ligadas ao movimento LGBT"; 2.14 - **RIC Nº 3.919/13** - do Sr. Jean Wyllys - que "solicita ao Ministro de Estado da Saúde informações relativas à suspensão da campanha denominada "Sem vergonha de usar camisinha", voltada às prostitutas e com foco na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis"; 2.15 - **RIC Nº 3.920/13** - do Sr. Severino Ninho - que "requeiro a V.Exª, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 24, inciso V e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Ministro de Estado das Comunicações Senhor Paulo Bernardo da Silva, pedido de informação sobre os seguintes questionamentos"; 2.16 - **RIC Nº 3.921/13** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer encaminhar Requerimento de Informação ao Senhor José Aldo Rebelo Figueiredo, Ministro de Estado do Esporte"; 2.17 - **RIC Nº 3.922/13** - do Sr. Otavio Leite - que "solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF"; 2.18 - **RIC Nº 3.923/13** - do Sr. Ivan Valente - que "solicita ao Presidente do Banco Central informações sobre ações de poupadores decorrentes dos expurgos inflacionários durante vigência dos planos econômicos (Planos Bresser, e Verão) entre maio de 2009 e setembro 2013"; 2.19 - **RIC Nº 3.924/13** - do Sr. Sarney Filho - que "requer à Senhora Ministra da Cultura, Marta Suplicy, informações sobre a identificação e demarcação de terras de remanescentes de quilombos"; 2.20 - **RIC Nº 3.925/13** - do Sr. Sarney Filho - que "requer à Senhora Ministra do Meio Ambiente, informações sobre a criação e regularização fundiária de unidades de conservação da natureza"; 2.21 - **RIC Nº 3.926/13** - do Sr. Sarney Filho - que "requer à Senhora Ministra do Meio Ambiente, informações sobre a estrutura das unidades de conservação da natureza"; 2.22 - **RIC Nº 3.927/13** - do Sr. Sarney Filho - que "requer ao Senhor Ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, informações sobre a demarcação de Terras Indígenas e os conflitos pela terra"; 2.23 - **RIC Nº 3.928/13** - do Sr. Antonio Imbassahy - que "requer ao Ministro de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, informações sobre o detalhamento da

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

aplicação dos recursos relativos ao anexo I, relativo a crédito suplementar, do Decreto de 12 de dezembro de 2013, que abre ao Orçamento de Investimento para 2013, em favor da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, crédito suplementar no valor de R\$ 7.104.124.764,00, para os fins que especifica"; 2.24 - **RIC Nº 3.929/13** - do Sr. Antonio Imbassahy - que "requer à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Belchior, informações sobre o detalhamento da aplicação dos recursos relativos ao anexo I, relativo a crédito suplementar, do Decreto de 12 de dezembro de 2013, que abre ao Orçamento de Investimento para 2013, em favor da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, crédito suplementar no valor de R\$ 7.104.124.764,00, para os fins que especifica"; 2.25 - **RIC Nº 3.930/13** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda, sobre a política de tributação à renda dos aposentados e pensionistas que vivem no exterior"; 2.26 - **RIC Nº 3.931/13** - do Sr. Chico Alencar - que "solicita ao Ministro de Estado das Minas e Energia informações acerca do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL)"; 2.27 - **RIC Nº 3.932/13** - do Sr. Chico Alencar - que "solicita ao Ministro de Estado da Educação Aloizio Mercadante informações acerca da gestão do grupo Galileo Educacional S/A como mantenedor da Universidade Gama Filho e do Centro Universitário da Cidade (UniverCidade) no Rio de Janeiro"; 2.28 - **RIC Nº 3.933/13** - do Sr. Andre Moura - que "solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda relativas à estimativa da renúncia de receita decorrente da atualização tabela progressiva para o cálculo mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física a partir do exercício 2016, ano-calendário de 2015; do exercício 2017, ano-calendário de 2016; e do exercício 2018, ano-calendário de 2017, nos termos da justificação do presente Requerimento"; 2.29 - **RIC Nº 3.934/13** - do Sr. Raimundo Gomes de Matos - que "requer que sejam prestadas informações pelo Ministro da Saúde Sr. Alexandre Padilha, sobre o gasto com publicidade do Programa Mais Médicos do Ministério da Saúde, em complementação ao Requerimento nº 3490 de 2013"; 2.30 - **RIC Nº 3.935/13** - do Sr. Lourival Mendes - que "solicita informações ao Ministério da Defesa sobre o efetivo de Cabos e Sargentos do Quadro Especial da Aeronáutica"; 2.31 - **RIC Nº 3.936/13** - do Sr. Carlos Sampaio - que "requer sejam prestadas as seguintes informações pela Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Sra. Maria do Rosário Nunes, sobre que medidas que foram tomadas para minimizar o impacto da grave situação de violações aos direitos humanos de crianças e adolescentes no município de Coari, no Estado do Amazonas, bem como dar apoio às vítimas de prostituição infantil e às suas famílias, requerendo, ainda, que sejam enviados todos os documentos referentes às medidas acima mencionadas"; 2.32 - **RIC Nº 3.938/14** - do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame - que "requer ao Ministro-Chefe da Casa Civil, as cópias integrais, impressa e gravação, do discurso da Presidente da República, Sra. Dilma Rousseff,

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

proferido no Fórum Econômico Mundial, em Davos, bem como as perguntas que foram feitas pela plateia após o encerramento do pronunciamento, com as respectivas respostas"; 2.33 - **RIC Nº 3.939/14** - do Sr. Antonio Imbassahy - que "requer ao Ministro da Previdência Social, Sr. Garibaldi Alves Filho, informações relacionadas à fiscalização, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, da legalidade e da regularidade financeira e atuarial das medidas que ensejaram o encerramento do pagamento do Benefício Especial Temporário - BET e o retorno da cobrança das contribuições para os participantes do Plano 1, da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI"; 2.34 - **RIC Nº 3.940/14** - do Sr. Ivan Valente - que "solicita ao Exmo Sr. Ministro da Saúde, com base na Constituição Federal e no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informações sobre alterações nos valores dos serviços de planos e seguros de saúde"; 2.35 - **RIC Nº 3.941/14** - do Sr. Mendonça Filho - que "solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado das Cidades, Sr. Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, a respeito da Resolução nº 444, de 25 de junho de 2013, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que estabelece a obrigatoriedade de utilização de simuladores de direção veicular pelos Centros de Formação de Condutores"; 2.36 - **RIC Nº 3.943/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro de Estado da Saúde, Sr. Arthur Chioro, sobre os convênios realizados por essa pasta com a organização não governamental Koinonia - Presença Ecumênica e Serviços."; 2.37 - **RIC Nº 3.944/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro de Estado da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, sobre os convênios realizados por essa pasta com a organização não governamental Koinonia - Presença Ecumênica e Serviços."; 2.38 - **RIC Nº 3.945/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Sra. Luiza Bairros, sobre os convênios realizados por essa pasta com a organização não governamental Koinonia - Presença Ecumênica e Serviços."; 2.39 - **RIC Nº 3.946/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro de Estado dos Esportes, Sr. José Aldo Rebelo Figueiredo, sobre os convênios realizados por essa pasta com a organização não governamental Koinonia - Presença Ecumênica e Serviços."; 2.40 - **RIC Nº 3.947/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Sra. Maria do Rosário, sobre os convênios realizados por essa pasta com a organização não governamental Koinonia - Presença Ecumênica e Serviços."; 2.41 - **RIC Nº 3.948/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Sr. Pepe Vargas, sobre os convênios realizados por essa pasta com a organização não governamental Koinonia - Presença Ecumênica e Serviços."; 2.42 - **RIC Nº 3.949/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro de Estado da Cultura, Sra. Marta Suplicy, sobre os convênios realizados por essa pasta com a organização não governamental Koinonia - Presença

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ecumênica e Serviços"; 2.43 - **RIC Nº 3.950/14** - do Sr. Ivan Valente - que "requerimento de Informação ao Exmo. Sr. Ministro da Defesa, sobre a operação denominada "Garantia de Lei e Ordem""; 2.44 - **RIC Nº 3.951/14** - da Sra. Andreia Zito - que "requer ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, informações sobre investimento do BNDES em obras de infraestrutura para a criação de um novo Porto de Cabotagem em Cuba, mantido sob sigilo pelo Poder Executivo"; 2.45 - **RIC Nº 3.952/14** - da Sra. Andreia Zito - que "requer ao Senhor Ministro de Estado da Educação, informações quanto às ações e providências que estão sendo implementadas pelo Ministério da Educação, no tocante a ratificação do tratamento isonômico para o Centro Federal de Educação Tecnológica "Celso Suckow da Fonseca", em relação ao tratamento dispensado ao ex-CEFET/PR, hoje Universidade Tecnológica Federal do Paraná"; 2.46 - **RIC Nº 3.953/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro da Integração Nacional, Sr. Francisco José Coelho Teixeira, acerca da execução do Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais em face dos desastres que atingiram os Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais em dezembro de 2013"; 2.47 - **RIC Nº 3.954/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Fernando Pimentel, acerca da renegociação feita pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES das dívidas bilionárias do frigorífico Marfrig"; 2.48 - **RIC Nº 3.955/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Fernando Pimentel, acerca do investimento de US\$ 682 milhões (R\$ 1,6 bilhão) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - em Cuba para a ampliação do Porto de Mariel"; 2.49 - **RIC Nº 3.958/14** - do Sr. João Caldas - que "solicita informações ao Ministério das Minas e Energia sobre o Programa de Usinas Nucleares no Brasil e a previsão de instalação dessas unidades no Estado de Alagoas"; 2.50 - **RIC Nº 3.961/14** - do Sr. Alexandre Roso - que "solicita informações ao Senhor Arthur Chioro, Ministro de Estado da Saúde, acerca do Programa Mais Médicos com respeito ao número de médicos participantes"; 2.51 - **RIC Nº 3.962/14** - da Sra. Perpétua Almeida - que "solicita ao Ministério da Cultura, para que através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, informe o atual estágio do processo que reconhece o chá ayahuasca como patrimônio imaterial da cultura brasileira"; 2.52 - **RIC Nº 3.963/14** - da Sra. Mara Gabrielli - que "requer que sejam prestadas informações pelo Sr. Ministro da Saúde, sobre a Política de Saúde Mental no Sistema Único de Saúde"; 2.53 - **RIC Nº 3.964/14** - da Sra. Rosane Ferreira - que "requer ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, Arthur Chioro, informações sobre os casos de câncer no Brasil"; 2.54 - **RIC Nº 3.965/14** - da Sra. Rosane Ferreira - que "solicita informações ao Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Eustáquio Andrade Ferreira, sobre as parcerias estabelecidas entre a Embrapa e empresas privadas"; 2.55 - **RIC Nº 3.966/14** - da Sra. Jô Moraes - que "requer ao Senhor

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ministro de Estado da Saúde, Arthur Chioro, informações sobre a restrição de idade para realização de mamografias financiadas pelo Sistema Único de Saúde"; 2.56 - **RIC Nº 3.967/14** - da Sra. Jô Moraes - que "requer ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, Arthur Chioro, informações sobre a aplicação do art. 3º da Portaria nº 876, de 16 de maio de 2013"; 2.57 - **RIC Nº 3.968/14** - do Sr. Dr. Rosinha - que "requer informação do Ministro de Estado da Educação sobre avaliações dos cursos de graduação em medicina". 3 – **Relatório de Gestão Fiscal: Processo n. 100.906/2014**. Ratificação do despacho favorável do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves exarado à fl. 29: "Em 28/1/14. Aprovo, *ad referendum* da Mesa, o Relatório de Gestão Fiscal desta Casa, do período de janeiro/2013 a dezembro/2013, na forma da Portaria n. 1/14. Encaminhe-se o Relatório aprovado à Mesa Diretora do Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, tendo em vista o disposto no inciso I do art. 5º da Lei 10.028/00. À Diretoria-Geral para providenciar a devida publicação no prazo determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.". Nesse instante, retiraram-se da Sala de Reuniões os Senhores Deputados Maurício Quintella Lessa, Vitor Penido e Takayama, Terceiro-Secretário, Terceiro e Quarto-Suplentes de Secretário, respectivamente. II - **PAUTA DO SENHOR SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE**. A Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres favoráveis exarados pelo Relator, Deputado Fábio Faria, nos processos referentes a reembolso de despesas de assistência à saúde, conforme a seguir: 1 - **Processo nº 000.280/2014**, de interesse do Deputado Jovair Arantes; 2 - **Processo nº 10.134/2013**, de interesse do Deputado Osmar Júnior; 3 - **Processo nº 010.559/2013**, de interesse do Deputado Lael Varella; 4 - **Processo nº 011.249/2013**, de interesse do Deputado Aracely de Paula; 5 - **Processo nº 100.776/2014**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 6 - **Processo nº 101.509/2014**, de interesse do Deputado Arnaldo Jordy; 7 - **Processo nº 101.919/2014**, de interesse do Deputado Silvio Costa; 8 - **Processo nº 102.141/2014**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 9 - **Processo nº 102.146/2014**, de interesse do Deputado Domingos Dutra; 10 - **Processo nº 102.176/2014**, de interesse do Deputado João Paulo Cunha; 11 - **Processo nº 102.253/2014**, de interesse do Deputado Sergio Guerra; 12 - **Processo nº 102.389/2014**, de interesse do Deputado Decio Lima; 13 - **Processo nº 102.474/2014**, de interesse do Deputado Sergio Guerra; 14 - **Processo nº 102.547/2014**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 15 - **Processo nº 102.581/2014**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 16 - **Processo nº 102.656/2014**, de interesse do Deputado Eduardo Azeredo; 17 - **Processo nº 102.879/2014**, de interesse do Deputado Giovanni Queiroz; 18 - **Processo nº 102.981/2014**, de interesse da Deputada Mara Gabrilli; 19 - **Processo nº 121.995/2013**, de interesse do Deputado Domingos Dutra; 20 - **Processo nº 133.262/2013**, de interesse da Deputada Jô Moraes; 21 - **Processo nº 133.511/2013**, de interesse do Deputado Laércio Oliveira; 22 - **Processo nº 133.529/2013**, de interesse do Deputado Walney Rocha; 23 - **Processo nº 134.235/2013**, de interesse do Deputado Urzeni Rocha; 24 -



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo nº 135.101/2013, de interesse do Deputado Janio Natal; 25 - **Processo nº 135.102/2013**, de interesse do Deputado Janio Natal; 26 - **Processo nº 135.182/2013**, de interesse do Deputado Dr. Luiz Fernando; 27 - **Processo nº 135.407/2013**, de interesse do Deputado Nilson Leitão; 28 - **Processo nº 135.639/2013**, de interesse do Deputado Geraldo Thadeu; 29 - **Processo nº 135.697/2013**, de interesse do Deputado Amir Lando; 30 - **Processo nº 135.751/2013**, de interesse do Deputado Laercio Oliveira; 31 - **Processo nº 135.825/2013**, de interesse do Deputado Dr. Luiz Fernando; 32 - **Processo nº 135.896/2013**, de interesse do Deputado Zé Silva; 33 - **Processo nº 136.010/2013**, de interesse do Deputado Luis Carlos Heinze; 34 - **Processo nº 136.071/2013**, de interesse do Deputado Celso Jacob; 35 - **Processo nº 136.076/2013**, de interesse do Deputado Vieira da Cunha; 36 - **Processo nº 136.141/2013**, de interesse do Deputado Jovair Arantes; 37 - **Processo nº 136.172/2013**, de interesse do Deputado Darcísio Perondi; 38 - **Processo nº 136.325/2013**, de interesse do Deputado Stefano Aguiar; 39 - **Processo nº 136.346/2013**, de interesse do Deputado Carlos Magno; 40 - **Processo nº 136.501/2013**, de interesse do Deputado Walter Feldman; 41 - **Processo nº 136.540/2013**, de interesse do Deputado Alex Canziani; 42 - **Processo nº 136.829/2013**, de interesse da Deputada Benedita da Silva; 43 - **Processo nº 136.957/2013**, de interesse do Deputado Arlindo Chinaglia; 44 - **Processo nº 136.958/2013**, de interesse do Deputado Arlindo Chinaglia; 45 - **Processo nº 136.959/2013**, de interesse do Deputado Arlindo Chinaglia; 46 - **Processo nº 132.687/2013** (com glosa), de interesse do Deputado Dr. Luiz Fernando; 47 - **Processo nº 133.780/2013** (com glosa), de interesse do Deputado Silas Câmara; 48 - **Processo nº 102.365/2014** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Marco Antonio Tebaldi; 49 - **Processo nº 102.763/2014** (tratamento odontológico), de interesse do Deputado José Humberto; 50 - **Processo nº 133.034/2013** (tratamento odontológico), de interesse do Deputado Bruno Araújo; 51 - **Processo nº 133.881/2013** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Cláudio Cajado; 52 - **Processo nº 134.121/2013** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Ruy Carneiro; 53 - **Processo nº 135.680/2013**, (tratamento odontológico), de interesse do Deputado Antônio Roberto; 54 - **Processo nº 135.683/2013**, (tratamento odontológico), de interesse do Deputado Antônio Roberto; 55 - **Processo nº 136.048/2013**, (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Padre Ton; 56 - **Processo nº 136.062/2013**, (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Nelson Meurer; 57 - **Processo nº 100.760/2014**, (tratamento odontológico), de interesse do Deputado Paes Landim. Por último, a Mesa aprovou, por unanimidade, o parecer favorável do Senhor Segundo-Vice-Presidente, Deputado Fábio Faria, exarado no **Processo nº 102.285/2014**, de interesse do Deputado Carlos Magno, referente à consulta acerca de reembolso de despesa com aquisição de medicamento. Com a palavra, o Senhor Deputado Simão Sessim, Segundo-Secretário, comentou a respeito do

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

aumento do número de condecorados com o prêmio do "Dr. Pinotti - Hospital Amigo da Mulher", da Câmara dos Deputados. Prosseguindo, o Senhor Deputado Biffi, Quarto-Secretário, comentou que sua Secretaria estaria entregando 24 apartamentos na Super Quadra Norte 302, Bloco A, metade agora e metade depois. Para tanto, precisou definir sete critérios para distribuição dos mesmos, de forma que pudesse priorizar os pedidos, são estes: 1 - proporcionalidade partidária, critério amplamente utilizado pela Casa em diversas situações (tempo destinado aos Líderes, vaga nas Comissões e outros); 2 - tempo total de serviço do mandato; 3 - tempo de espera para conseguir um imóvel funcional; 4 - idade do Parlamentar; 5 - se o Deputado é integrante da Mesa Diretora; 6 - se residiu nesse bloco e aguardava a conclusão da obra; 7 - se tem algum deficiente físico na família. Nesse momento, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves e o Deputado Takayama, Quarto-Suplente de Secretário, retornaram à reunião, tendo ciência das deliberações anteriores. Dada a palavra ao Senhor Diretor-Geral, Dr. Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, levou ao conhecimento da Mesa Diretora as autorizações para abertura de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, constantes dos seguintes processos: 1 – **Processo n. 105.605/2013**, que objetiva a contratação de serviços de pesquisa de opinião de alcance nacional, nas modalidades quantitativa e qualitativa, para avaliar a opinião geral da população brasileira a respeito de temas constantes da pauta legislativa (Plenário e Comissões) da Câmara dos Deputados, além de sua imagem pública e atuação política, pelo período de doze meses; 2 – **Processo n. 125.466/2013**, que objetiva a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de disponibilização de acesso a ferramenta de coleta e análise de publicações em mídias sociais e sítios e elaboração de relatórios com informações quantitativas e qualitativas, pelo prazo de doze meses, incluindo treinamento para uso da ferramenta. Nada mais havendo a tratar, às treze horas e vinte minutos, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, *Mozart Vianna de Paiva*, Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados.


HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

SGM/Serviço de Apoio às Reuniões da Mesa
ANEXO À ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DIRETORA, DE 19/02/2014

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2014
(Da MESA DIRETORA)

Altera o inciso XIX e acrescenta inciso XXII ao art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para desmembrar as competências da atual Comissão de Turismo e Desporto, e dá outras providências.

A CÂMARA DOS DEPUTADOS resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera o inciso XIX e acrescenta o inciso XXII ao art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para desmembrar as competências da atual Comissão de Turismo e Desporto para compor a Comissão de Turismo e a Comissão do Esporte.

Art. 2º O inciso XIX do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.32.....
....."

XIX - Comissão de Turismo:

- a) política e sistema nacional de turismo;
- b) exploração das atividades e dos serviços turísticos;
- c) colaboração com entidades públicas e não-governamentais nacionais e internacionais, que atuem na formação de política de turismo;
- d) (revogada);
- e) (revogada).

....." (NR)

Art. 3º O art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"Art. 32.....
....."

XXII - Comissão do Esporte:

- a) sistema desportivo nacional e sua organização; política e plano nacional de educação física e desportiva;
- b) normas gerais sobre desporto; justiça desportiva.

....." (NR)

Art. 4º Até o dia 31 de janeiro de 2015, aplica-se aos Deputados integrantes como titulares da Comissão de Turismo a ressalva constante da parte final do § 2º do art. 26 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

SGM/Serviço de Apoio às Reuniões da Mesa
ANEXO À ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DIRETORA, DE 19/02/2014

Art. 5º A estrutura de cargos e funções das Comissões Permanentes, previstas, respectivamente, no Anexo III, da Resolução nº 1, de 2007, e no Anexo IV, do Ato da Mesa nº 126, de 2013, ficam alterados na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 6º O art. 21-G do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21-G

Parágrafo único. Os membros da Corregedoria Parlamentar serão designados para mandatos de dois anos pelo Presidente da Câmara dos Deputados, vedada a recondução no período subsequente, na mesma legislatura." (NR)

Art. 7º Esta Resolução não acarretará aumento de despesa.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de resolução objetiva alterar o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, promovendo o desmembramento da atual Comissão de Turismo e Desporto em duas Comissões Permanentes – Comissão de Turismo e Comissão do Esporte.

Tal medida faz-se recomendável em decorrência do atual papel de destaque do País no cenário mundial - em especial nos campos do turismo e do desporto -, principalmente com o advento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, o que certamente demandará dos integrantes da Comissão a análise de um vasto e complexo volume de proposições.

Nesse sentido, o seu desmembramento, formando a Comissão de Turismo e a Comissão do Esporte, possibilitará que as matérias a elas submetidas sejam objeto de uma apreciação mais aprofundada e especializada.

A nova redação dada ao art. 21-G da Norma Interna pretende uniformizar o desempenho do mandato dos membros da Corregedoria Parlamentar de acordo com os demais Órgãos auxiliares da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Assim, contamos com o apoio dos nobres Deputados desta Casa, para a aprovação deste projeto de resolução.

Sala das Sessões, de de 2014.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SGM/Serviço de Apoio às Reuniões da Mesa
ANEXO À ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DIRETORA, DE 19/02/2014

ANEXO

Situação Atual				Situação Proposta			
Código	Denominação	Nível	Lotação	Denominação	Nível	Lotação	
NI:121081	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12	Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania	Assessor Técnico Adjunto D	CNI-14	Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania	
NI:121082	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assistente Técnico de Comissão Adjunto D	CNI-15		
NI:121032	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio	Assessor Técnico Adjunto D	CNI-14	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio	
NI:121033	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assistente Técnico de Comissão Adjunto D	CNI-15		
NI:121034	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12	Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Secretário-Executivo da Comissão de Desporto	FC-3	Comissão do Esporte	
NI:121035	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Chefe do Serviço de Comissão	FC-2		
NI:121036	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	Chefe da Seção de Gestão de Proposição	FC-1		
NI:121037	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assessor Técnico	CNI-07		
NI:121038	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	Assessor Técnico	CNI-07		
NI:121039	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assistente Técnico de Comissão	CNI-09		
NI:121079	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12	Comissão de Cultura	Assessor Técnico Adjunto D	CNI-14		
NI:121080	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assistente Técnico de Comissão Adjunto D	CNI-15		
NI:121040	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12	Comissão de Defesa do Consumidor	Assessor Técnico Adjunto D	CNI-14		
NI:121041	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assistente Técnico de Comissão Adjunto D	CNI-15		
NI:121042	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12	Comissão de Desenvolvimento Urbano	Assessor Técnico Adjunto D	CNI-14	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	
NI:121043	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assistente Técnico de Comissão Adjunto D	CNI-15		
NI:121044	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12	Comissão de Direitos Humanos e Minorias	Assessor Técnico Adjunto D	CNI-14	Comissão de Cultura	
NI:121045	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assistente Técnico de Comissão Adjunto D	CNI-15		
NI:121046	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12	Comissão de Educação	Assessor Técnico Adjunto D	CNI-14	Comissão de Defesa do Consumidor	
NI:121047	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assistente Técnico de Comissão Adjunto D	CNI-15		
NI:121048	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12	Comissão de Finanças e Tributação	Assessor Técnico Adjunto D	CNI-14	Comissão de Desenvolvimento Urbano	
NI:121049	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assistente Técnico de Comissão Adjunto D	CNI-15		
NI:121050	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle	Assessor Técnico Adjunto D	CNI-14	Comissão de Direitos Humanos e Minorias	
NI:121051	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assistente Técnico de Comissão Adjunto D	CNI-15		
NI:121028	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12	Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia	Assessor Técnico Adjunto D	CNI-14	Comissão de Educação	
NI:121029	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assistente Técnico de Comissão Adjunto D	CNI-15		
NI:121052	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12	Comissão de Legislação Participativa	Assessor Técnico Adjunto D	CNI-14	Comissão de Finanças e Tributação	
NI:121053	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assistente Técnico de Comissão Adjunto D	CNI-15		
NI:121054	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12	Comissão de Minas e Energia	Assessor Técnico Adjunto D	CNI-14	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle	
NI:121055	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assistente Técnico de Comissão Adjunto D	CNI-15		
NI:121056	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12	Comissão de Seguridade Social e Família	Assessor Técnico Adjunto D	CNI-14	Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia	
NI:121057	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assistente Técnico de Comissão Adjunto D	CNI-15		
NI:121058	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12	Comissão de Trabalho, Administração e de Serviço Público	Assessor Técnico Adjunto D	CNI-14	Comissão de Legislação Participativa	
NI:121059	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assistente Técnico de Comissão Adjunto D	CNI-15		
C2430063	Secretário-Executivo da Comissão de Turismo e Desporto	FC-3	Comissão de Turismo e Desporto	Assessor Técnico Adjunto D	CNI-14	Comissão de Minas e Energia	
C2100100	Chefe do Serviço de Comissão	FC-2		Assistente Técnico de Comissão Adjunto D	CNI-15		
C2040393	Chefe da Seção de Gestão de Proposição	FC-1		Assessor Técnico Adjunto D	CNI-14	Comissão de Seguridade Social e Família	
NI:071193	Assessor Técnico	CNI-07		Assistente Técnico de Comissão Adjunto D	CNI-15		
NI:071194	Assessor Técnico	CNI-07		Assessor Técnico Adjunto D	CNI-14	Comissão de Trabalho, Administração e de Serviço Público	
NI:092017	Assistente Técnico de Comissão	CNI-09		Assistente Técnico de Comissão	CNI-09		
NI:121060	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assessor Técnico Adjunto D	CNI-14	Comissão de Turismo	
NI:121061	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assistente Técnico de Comissão Adjunto D	CNI-15		
NI:121062	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assessor Técnico Adjunto D	CNI-14	Comissão de Viagem e Transportes	
NI:121063	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assistente Técnico de Comissão Adjunto D	CNI-15		
NI:121064	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Assessor Técnico Adjunto D	CNI-14	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	
NI:121065	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assistente Técnico de Comissão Adjunto D	CNI-15		
NI:121066	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12	Comissão Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	Assessor Técnico Adjunto D	CNI-14	Comissão Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	
NI:121067	Assessor Técnico Adjunto C	CNI-12		Assistente Técnico de Comissão Adjunto D	CNI-15		



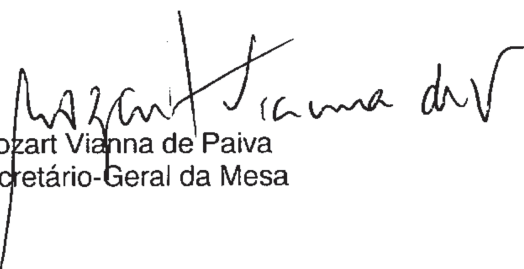
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Secretaria-Geral da Mesa

**Ata da 10ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados,
realizada no dia 19 de fevereiro de 2014.**

Em 21/fevereiro/2014

Publique-se.


Mozart Vianna de Paiva
Secretário-Geral da Mesa

ATA DA MESA DIRETORA

Secretaria-Geral da Mesa

Ata da 11ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada no dia 14 de maio de 2014.

Publique-se.

Em 16/julho/2014. – **Mozart Vianna de Paiva**, Secretário-Geral da Mesa

Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Quarta Legislatura

Ata da décima primeira reunião ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 14 de maio de 2014

Aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e quatorze, às dezenove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves. Presentes os Senhores Deputados Arlindo Chinaglia, Primeiro-Vice-Presidente; Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente; Márcio Bittar, Primeiro-Secretário; Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário; Biffi, Quarto-Secretário; Gonzaga Patriota, Primeiro-Suplente de Secretário; Vitor Penido, Terceiro-Suplente de Secretário; Cláudio Cajado, Procurador Parlamentar; e Átila Lins, Corregedor Parlamentar. Ausentes justificadamente os Senhores Deputados Simão Sesim, Segundo-Secretário; Wolney Queiroz, Segundo-Suplente de Secretário; e Takayama, Quarto-Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou abertos os trabalhos. Dando início, passou a palavra ao Senhor Corregedor, Deputado Átila Lins, para proferir seu parecer exarado no Processo nº 111.329/2014, que trata de Requerimento de Representação do Deputado Rubens Bueno, Líder do PPS, com solicitação de providências cabíveis no sentido de apurar fato envolvendo o Senhor Deputado Luiz Argôlo (SDD/BA), tendo como base reportagem veiculada na Revista Veja, Edição nº 2.370, de 23 de abril de 2014, que traz acusação acerca de possível entrega de dinheiro intermediada pelo doleiro Alberto Youssef no apartamento funcional localizado na SQN 302, Bloco G, Apartamento 603, imóvel ocupado pelo mencionado Deputado. Foi lido o Parecer nº 12/2014, assim conclusivo: "... 26. Cabe à atual composição desta Casa, sensível aos imperativos da moralidade e às exigências éticas que recaem ainda mais gravemente sobre os ombros dos agentes políticos, agir em defesa da moralidade e da probidade, do aprimoramento do mister correcional e do resgate da credibilidade desta Instituição perante os cidadãos que confiam parcela do exercício de sua autonomia pública e a ex-

pressão de sua vontade política aos seus representantes eleitos para compor o Parlamento. 27. Por essa razão, proponho, com amparo em comando expresso da Constituição, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do Código de Ética e Decoro Parlamentar, o encaminhamento da questão ao Conselho de Ética, para apuração e providências de sua alçada, haja visto ser o órgão da Casa em que o contraditório e a defesa serão realizados de forma mais ampla, como já reconheceu o Supremo Tribunal Federal. 28. Por todo exposto, manifesto-me pela formalização de Representação por parte da Mesa Diretora perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, pois os fatos descritos no Requerimento de Representação e na matéria jornalística que instrui constituem indícios suficientes de irregularidades ou de infrações às normas de decoro e ética parlamentar.” Posto em votação, a Mesa Diretora, por unanimidade, aprovou o parecer supracitado e, em decorrência, apresentou a seguinte Representação: “Representa em face do Senhor Deputado LUIZ ARGÔLO, em razão de procedimento incompatível com o decoro parlamentar. A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, nos termos do art. 55, inciso II e §2º, da Constituição Federal, em combinação com o art. 240, inciso II e §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, acatando o Parecer nº 12/2014 do Senhor Corregedor Parlamentar, aprovado na reunião da Mesa Diretora realizada no dia 14 de maio de 2014, relativo ao que consta no processo nº 111.329/2014, formula a presente REPRESENTAÇÃO ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em face do Senhor Deputado LUIZ ARGÔLO, como incurso no art. 4º, II, do Código de Ética e Decoro Parlamentar. Acompanha esta Representação, como parte integrante, o citado Parecer nº 12/2014, da lavra do Senhor Corregedor Parlamentar, e todos os documentos que acompanham o Processo nº 111.329/2014.” I – PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE. O Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves expôs as seguintes Solicitações de Informação ao Tribunal de Contas da União, acordadas pela Mesa Diretora pelo encaminhamento: 1 – Nº 51, de 2014, de autoria do Deputado Arnaldo Jordy, que “Solicita informações ao Tribunal de Contas da União – TCU sobre os contratos, valores repassados e custos finais das obras da Copa do Mundo Fifa 2014.”; 2 – Nº 52, de 2014, de autoria do Deputado Eduardo da Fonte, que “Solicita informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a participação de recursos federais na Parceria Público Privada (PPP) de esgoto sanitário da Companhia de Água e Esgoto de Pernambuco (COMPESA).”; 3 – Nº 53, de 2014, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que “Solicita informações ao Tribunal de Contas da União – TCU sobre os contratos relativos à implantação da Refinaria Abreu e Lima, no estado de Pernambuco.”; 4 – Nº 55, de 2014, de autoria do Deputado Arnaldo Jordy, que “Requer informações ao Tribunal de Contas da União, sobre a auditoria na Conta de Desenvolvimento Energético, utilizada para socorro às distribuidoras de energia.”; 5 – Nº 56, de 2014, de autoria do Deputado André Moura, que “Solicita informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União sobre o resultado da auditoria realizada na transação de compra da refinaria de Pasadena pela Petrobras America Inc.”; 6 – Nº 57, de 2014, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que “Solicita informações ao Tribunal de Contas da União – TCU sobre os contratos relativos à implantação da Refinaria Premium I, em Bacabeira, pela Petrobras, no estado do Maranhão.” Em seguida, a Mesa Diretora ratificou, por unanimidade, os despachos favoráveis, ad referendum, exarados pelo Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, nos seguintes expedientes referentes a Ato da Mesa, relatório de missão oficial, relatório de Requerimentos de Informação, Requerimento, reembolso de despesa médico-hospitalar, reembolso de despesas e nomeação de servidor: 1 – Atos da Mesa: 1.1 – Nº 130, de 2014, que “Dispõe sobre a distribuição das vagas nas Comissões Permanentes entre os Partidos e Blocos Parlamentares”, baixado ad referendum da Mesa Diretora em 25/fevereiro/2014; 1.2 – Nº 131, de 2014, que “Confere à 4ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura a denominação de ‘Ano da Democracia, da Memória e do Direito à Verdade’”, baixado ad referendum da Mesa Diretora em 1º/abril/2014. 2 – Relatório de Missão Autorizada nº 2, de 2014, da Presidência. Missões oficiais autorizadas por meio de ofícios – GPO n.s, de 2014: 153, 157 a 159, 168 a 175, 179 a 181, 186, 200, 201, 211 a 214, 216, 258, 259, 269 a 284, 296, 298 a 302, 307, 310, 316 a 327, 334 a 340, 353 a 355, 361, 363, 381, 383 a 386, 388, 389, 391 a 394, 397 a 401, 403 a 409, 411 a 414, 417 a 419, 422 a 425, 428 a 430, 439 a 445, 447 a 452, 465, 480 a 500, 502 a 507, 514 a 516, 518 a 523, 525 a 532, 534 a 546, 572 a 574, 576, 581 a 583, 616 a 619, 623 a 630, 632, 635, 636, 650 a 653, 656, 657, 665 a 671, 675, 676, 682 a 687, 691, 699 a 701, 705, 711, 712, 723 a 725, 727 a 732, 745, 749, 751 a 757, 759, 762 a 768, 773, 774, 777 a 783. 3 – Relatório de Requerimentos de Informação (RIC), despachados ad referendum da Mesa Diretora, pelo encaminhamento: 3.1 – RIC Nº 3.937/14 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com relação ao acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, sobre a cooperação financeira para a construção das instalações portuárias em Mariel, Cuba, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).”; 3.2 – RIC Nº 3.956/14 – do Sr. João Caldas – que “solicita informações ao Ministério da Fazenda sobre a construção e o financiamento do Estaleiro no município de Coruripe, no Estado de Alagoas, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).”; 3.3 – RIC Nº 3.959/14 – do Sr. João Caldas – que “solicita informações ao Ministério da Fazenda sobre a construção e o financiamento do Estaleiro no município de Coruripe, no Estado de Alagoas, com recursos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).”; 3.4 – RIC Nº 3.960/14

– do Sr. João Caldas – que “solicita informações ao Ministério dos Transportes sobre a construção e o financiamento do Estaleiro de Alagoas com o aval do Fundo da Marinha Mercante”; 3.5 – RIC Nº 3.969/14 – do Sr. Antonio Imbassahy – que “requer sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça sobre a instrumentalização política da Polícia Federal e do CADE para fins de perseguição a adversários; sobre a existência de procedimentos investigativos informais e sigilosos no âmbito da Polícia Federal e do CADE; sobre a apuração, no âmbito daquele Ministério, dos ilícitos cometidos por Vinícius Marques de Carvalho, presidente do CADE; sobre os avanços das denúncias de instrumentalização e outras irregularidades feitas pelo Sr. Romeu Tuma Júnior quando ocupava a Secretaria Nacional de Justiça”; 3.6 – RIC Nº 3.971/14 – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional, Sr. Francisco José Coelho Teixeira, a respeito de obras contra enchentes nas regiões Norte e Noroeste e Município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro”; 3.7 – RIC Nº 3.972/14 – do Sr. Arolde de Oliveira – que “requero informações da Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre convênios e repasses de recursos para o Instituto de Defensores de Direitos Humanos – DDH”; 3.8 – RIC Nº 3.973/14 – do Sr. Francisco Escórcio – que “solicita informações a respeito dos contratos do Instituto Brasileiro do Turismo – EMBRATUR”; 3.9 – RIC Nº 3.974/14 – do Sr. Arnaldo Jordy – que “requer informações a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República sobre a questão de segurança das pistas do Aeroporto Internacional de Belém”; 3.10 – RIC Nº 3.975/14 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações à Casa Civil da Presidência da República sobre o uso dos cartões corporativos nos últimos cinco anos (2009 a 2013)”; 3.11 – RIC Nº 3.976/14 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “requer informações ao Ministro do Turismo sobre o Convênio nº 1732/2009/MTur”; 3.12 – RIC Nº 3.977/14 – do Sr. Antonio Imbassahy – que “requer informações ao Ministro de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, por intermédio da Petróleo Brasileiro – Petrobras S.A., sobre as relações comerciais envolvendo a Petrobras e a empresa holandesa SBM Offshore”; 3.13 – RIC Nº 3.978/14 – do Sr. Antonio Imbassahy – que “requer ao Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, informações sobre as providências tomadas pelos órgãos que integram ou são vinculados ao Ministério da Justiça para a apuração da denúncia do pagamento de propina por meio do representante comercial da companhia holandesa SBM Offshore para a obtenção e manutenção de contratos junto à Petrobrás”; 3.14 – RIC Nº 3.979/14 – do Sr. Antonio Imbassahy – que “requer informações ao Ministro da Educação, Sr. Henrique Paim, acerca da execução do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância)”; 3.15 – RIC Nº 3.980/14 – do Sr. Antonio Imbassahy – que “requer informações ao Ministro da Saúde, Sr. Arthur Chioro, acerca da execução do Programa Mais Médicos”; 3.16 – RIC Nº 3.981/14 – do Sr. Antonio Imbassahy – que “requer informações ao Ministro da Saúde, Sr. Arthur Chioro, acerca da execução do Programa Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) no País”; 3.17 – RIC Nº 3.982/14 – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Previdência Social”; 3.18 – RIC Nº 3.983/14 – do Sr. Betinho Rosado – que “requer ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações estatísticas sobre o consumo de energia elétrica pela classe rural no Brasil, em 2012 e 2013”; 3.19 – RIC Nº 3.984/14 – do Sr. Mendonça Filho – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, informações acerca de suposto envolvimento da Petrobras em um esquema de suborno envolvendo a empresa holandesa SBM offshore NV”; 3.20 – RIC Nº 3.985/14 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, em relação ao resultado da 12ª Rodada de Licitações promovida pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), para a produção do chamado gás não convencional, também conhecido como gás de xisto”; 3.21 – RIC Nº 3.987/14 – do Sr. Onyx Lorenzoni – que “solicita informações junto ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, Arthur Chioro, em relação ao exercício de eventuais cargos, funções ou atividades, bem como a respectiva e eventual remuneração que venha a ser percebida, pela cidadã cubana Vivian Isabel Chávez Pérez junto ao Ministério da Saúde, e o conhecimento deste órgão em relação ao exercício concomitante de atividades, pela mesma, junto a órgãos estaduais, de acordo com denúncia veiculada por revista de circulação nacional”; 3.22 – RIC Nº 3.988/14 – do Sr. Onyx Lorenzoni – que “solicitar informações ao Ministro de Estado da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, em relação à situação legal, em território nacional, da cidadã cubana Vivian Isabel Chávez Pérez, que, segundo matéria divulgada por revista de circulação nacional, estaria exercendo atividades junto a órgão da administração pública federal e a governos estaduais, representando interesses do governo da República de Cuba”; 3.23 – RIC Nº 3.989/14 – do Sr. João Caldas – que “solicita informações ao Ministério dos Transportes sobre a construção da Ponte entre os municípios de Penedo (AL) e de Neópolis (SE)”; 3.24 – RIC Nº 3.990/14 – do Sr. João Caldas – que “Solicita informações ao Ministério das Minas e Energia por meio da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) sobre a construção da Barragem de Traíras, na divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe”; 3.25 – RIC Nº 3.991/14 – do Sr. João Caldas – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional por intermédio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) sobre a construção da Ponte entre os municípios de Penedo (AL) e de Neópolis (SE)”; 3.26 – RIC Nº 3.992/14 – do Sr. João Caldas – que “solicita informações ao Ministério do

Meio Ambiente por meio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sobre a concessão de licença ambiental para a construção de estaleiro no município de Coruripe, no Estado de Alagoas”; 3.27 – RIC Nº 3.993/14 – do Sr. João Caldas – que “solicita informações ao Ministério da Integração Nacional sobre a construção da Ponte entre os municípios de Penedo (AL) e de Neópolis (SE)”; 3.28 – RIC Nº 3.994/14 – do Sr. João Caldas – que “solicita informações ao Ministério do Meio Ambiente sobre a concessão de licença ambiental para a construção de estaleiro no município de Coruripe, no Estado de Alagoas”; 3.29 – RIC Nº 3.995/14 – do Sr. João Caldas – que “solicita informações ao Ministério das Minas e Energia sobre a construção da Barragem de Traíras, na divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe”; 3.30 – RIC Nº 3.996/14 – do Sr. Stepan Nercessian – que “requer informações ao Ministro da Educação sobre o desenvolvimento do Programa Ciência sem Fronteiras”; 3.31 – RIC Nº 3.997/14 – do Sr. Wilson Filho – que “solicita informações à Senhora Ministra de Estado da Secretaria de Direitos Humanos Maria do Rosário Nunes, sobre o andamento do Programa do Governo Federal “Crack é possível vencer” no Estado da Paraíba”; 3.32 – RIC Nº 3.998/14 – do Sr. Wilson Filho – que “solicita informações à Senhora Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Tereza Helena Gabrielli, sobre o andamento do Programa do Governo Federal “Crack é possível vencer” no Estado da Paraíba”; 3.33 – RIC Nº 3.999/14 – do Sr. Raimundo Gomes de Matos – que “requer informações à Srª Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão quanto à execução do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC na parte referente à Transposição do Rio São Francisco”; 3.34 – RIC Nº 4.000/14 – do Sr. Wilson Filho – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça Eduardo Cardoso, sobre o andamento do Programa do Governo Federal “Crack é possível vencer” no Estado da Paraíba”; 3.35 – RIC Nº 4.001/14 – do Sr. Wilson Filho – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde Ademar Arthur Chioro dos Reis, sobre o andamento do Programa do Governo Federal “Crack é possível vencer” no Estado da Paraíba”; 3.36 – RIC Nº 4.002/14 – do Sr. Arolde de Oliveira – que “requer informações ao Senhor Ministro da Saúde sobre contratação da Sra. Vivian Isabel Chávez Pérez e outros coordenadores de médicos estrangeiros”; 3.37 – RIC Nº 4.003/14 – do Sr. Amauri Teixeira – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde informações sobre as emendas de nº 27360004 e 27360008 da Lei Orçamentária de Anual referente ao exercício de 2012”; 3.38 – RIC Nº 4.004/14 – do Sr. Rubens Bueno – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa a respeito da atuação do Exército brasileiro nas fronteiras brasileiras e, em especial, na fronteira do Brasil com a Bolívia”; 3.39 – RIC Nº 4.005/14 – do Sr. Paulo Freire – que “requeremos informações da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em relação à Portaria nº – 18, de 20 de Janeiro de 2014 que instituiu o Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa, com a finalidade de acompanhar e monitorar a Implementação e trabalhos do referido órgão”; 3.40 – RIC Nº 4.006/14 – do Sr. Mendonça Filho – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Mauro Borges Lemos, que esclareça eventual repasse de recursos, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a entidade ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST”; 3.41 – RIC Nº 4.007/14 – do Sr. Mendonça Filho – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Guido Mantega, que esclareça eventual repasse de recursos, pela Caixa Econômica Federal – Caixa, a entidade ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST”; 3.42 – RIC Nº 4.008/14 – do Sr. Jair Bolsonaro – que “solicita informações ao Senhor Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República a respeito da veracidade de notícia divulgada por mídia sobre abandono de tradutora brasileira, integrante de comitiva oficial de viagem presidencial, na cidade do Panamá”; 3.43 – RIC Nº 4.009/14 – do Sr. Onofre Santo Agostini – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Defesa sobre o futuro da Base Aérea de Florianópolis e a compra de 36 (trinta e seis) aviões de caça suecos Gripen”; 3.44 – RIC Nº 4.010/14 – do Sr. Raimundo Gomes de Matos – que “requer informações à Senhora Tereza Campello – Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome acerca da execução do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas”; 3.45 – RIC Nº 4.011/14 – do Sr. Mendonça Filho – que “solicita informações à Sra. Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, sobre a implementação do Programa “Crack, é possível vencer””; 3.46 – RIC Nº 4.012/14 – do Sr. Mendonça Filho – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, Arthur Chioro, sobre a implementação do Programa “Crack, é possível vencer””; 3.47 – RIC Nº 4.013/14 – do Sr. Mendonça Filho – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardoso, sobre a implementação do Programa “Crack, é possível vencer””; 3.48 – RIC Nº 4.014/14 – do Sr. Raimundo Gomes de Matos – que “requer à Ministra do Meio Ambiente informações sobre concessão à iniciativa privada de operações de serviços e infraestrutura no Parque Nacional e Jericoacoara”; 3.49 – RIC Nº 4.015/14 – do Sr. Raimundo Gomes de Matos – que “requer à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG, sobre concessão à iniciativa privada de operações de serviços e infraestrutura no Parque Nacional e Jericoacoara”; 3.50 – RIC Nº 4.016/14 – da Sra. Rosane Ferreira – que “requer que sejam prestadas informações por parte do Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Eustáquio Andrade Ferreira, sobre pesquisas em toxicologia ambiental realizadas pela Embrapa e a dimensão das áreas degra-

dadas no Brasil”; 3.51 – RIC Nº 4.017/14 – do Sr. Arolde de Oliveira – que “solicito informações ao Ministro da Saúde acerca da importação de sangue, componentes e hemoderivados de Cuba”; 3.52 – RIC Nº 4.018/14 – do Sr. Izalci – que “requer informações ao Ministro da Saúde Senhor Arthur Chioro acerca da execução do Programa Mais Médicos no que se refere à formação médica no País”; 3.53 – RIC Nº 4.019/14 – do Sr. Izalci – que “requer sejam prestadas informações pela Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Sra. Tereza Campello, sobre a execução do Programa Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)”; 3.54 – RIC Nº 4.020/14 – do Sr. Izalci – que “requer informações ao Ministro da Educação Senhor José Henrique Paim sobre o Programa Universidade para Todos (ProUni)”; 3.55 – RIC Nº 4.021/14 – do Sr. Izalci – que “requer informações ao Ministro da Educação Senhor José Henrique Paim sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)”; 3.56 – RIC Nº 4.022/14 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, a cerca dos investimentos e dos custeios, em favor do setor citrícola”; 3.57 – RIC Nº 4.023/14 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), acerca dos investimentos e dos custeios, em favor do setor citrícola”; 3.58 – RIC Nº 4.024/14 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, a cerca dos possíveis descontos em folha, em favor de entidades sindicais”; 3.59 – RIC Nº 4.025/14 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, a cerca de todos os projetos da Petrobras, referente ao plantio e a produção do óleo de palma, para a produção do biocombustível denominado “biopalma”; 3.60 – RIC Nº 4.026/14 – do Sr. Mendonça Filho – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que esclareça repasse de recursos, pela Petrobras, a entidades ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST”; 3.61 – RIC Nº 4.027/14 – do Sr. Beto Albuquerque – que “RIC ao Ministro de Estado da Defesa, sobre a convocação dos concluintes dos cursos de medicina, farmácia, odontologia e veterinária para prestarem serviço militar obrigatório”; 3.62 – RIC Nº 4.028/14 – do Sr. Evandro Milhomen – que “requer informações à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, sobre existência de patrocínio pago ao jornalista LUIZ NASSIF ou empresa a ele vinculada, pela Empresa Brasileira de Comunicação/EBC”; 3.63 – RIC Nº 4.029/14 – do Sr. Evandro Milhomen – que “requer informações ao Ministério da Justiça – Departamento de Polícia Federal, sobre a existência de investigação que tenha como alvo o jornalista LUIZ NASSIF ou empresa a ele vinculada”; 3.64 – RIC Nº 4.030/14 – do Sr. Evandro Milhomen – que “requer informações ao Ministério da Fazenda – CAIXA sobre a existência de repasse de verbas publicitárias destinadas ao jornalista LUIZ NASSIF, ou empresa a ele vinculada, pela Caixa Econômica Federal”; 3.65 – RIC Nº 4.031/14 – do Sr. Giovanni Queiroz – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, sobre os montantes gastos em publicidade, pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, no ano de 2013”; 3.66 – RIC Nº 4.032/14 – do Sr. Paulo Freire – que “requeremos informações do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, em relação às atividades e incumbências do Coordenador-Geral de Movimentos Religiosos da Secretaria Geral da Presidência da República”; 3.67 – RIC Nº 4.033/14 – do Sr. Bruno Araújo – que “requer informações ao Ministro da Secretaria de Comunicação Social Thomas Timothy Traumann sobre o uso dos recursos para a grande mídia e a mídia alternativa, utilizadas para a divulgação das ações do governo”; 3.68 – RIC Nº 4.034/14 – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações acerca da sonegação de dados, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União (TCU), sobre o financiamento de projetos como a construção da Usina de Belo Monte e do estádio Arena Itaquera”; 3.69 – RIC Nº 4.035/14 – do Sr. Antonio Imbassahy – que “requer ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações sobre as circunstâncias em que se verificou o repasse de verbas efetuado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES à Associação Brasil Popular – ABRAPO, para a realização de evento no 6.º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST”; 3.70 – RIC Nº 4.036/14 – do Sr. Antonio Imbassahy – que “requer ao Ministro de Estado das Minas e Energia informações sobre as circunstâncias em que se verificou o repasse de verbas efetuado pela Petrobrás à Associação Brasil Popular – ABRAPO, para a realização de evento no 6.º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST”; 3.71 – RIC Nº 4.037/14 – do Sr. Antonio Imbassahy – que “requer ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre as circunstâncias em que se verificou o repasse de verbas efetuado pela Caixa Econômica Federal à Associação Brasil Popular – ABRAPO, para a realização de evento no 6.º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST”; 3.72 – RIC Nº 4.038/14 – do Sr. Marco Tebaldi – que “requer informações ao Ministro dos Transportes sobre a execução das obras paralisadas da via expressa portuária no município de Itajaí”; 3.73 – RIC Nº 4.039/14 – do Sr. Raimundo Gomes de Matos – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre a irregularidades no Programa Garantia-Safra de acordo com Relatório do Tribunal de Contas da União – TCU”; 3.74 – RIC Nº 4.040/14 – do Sr. Nelson Marchezan Junior – que “solicita informações do Ministério da Justiça referentes aos procedimentos e regras adotadas no Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) bem

como o número de refugiados existentes no Brasil”; 3.75 – RIC Nº 4.041/14 – do Sr. Roberto Freire – que “requer informações ao Ministro da Previdência e Assistência Social, Sr. Garibaldi Alves, acerca do atraso no pagamento das aposentadorias, pensões e seguro-desemprego realizados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social no mês de março de 2014”; 3.76 – RIC Nº 4.042/14 – do Sr. Átila Lins – que “requer pedido de informações ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Wellington Moreira Franco, sobre o estágio das providências para as obras de construção e reforma de aeroportos de 25 cidades do Estado do Amazonas”; 3.77 – RIC Nº 4.043/14 – da Comissão de Defesa do Consumidor – que “solicita informações ao Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República -SAC/PR a respeito dos preços nos serviços de alimentação praticados nas concessões aeroportuárias”; 3.78 – RIC Nº 4.044/14 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “requer informações ao Ministro da Secretaria de Comunicação Social Thomas Timothy Traumann sobre o uso dos recursos para a grande mídia e a mídia alternativa, utilizadas para a divulgação das ações do governo”; 3.79 – RIC Nº 4.045/14 – do Sr. Marcos Rogério – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre as informações que especifica”; 3.80 – RIC Nº 4.047/14 – do Sr. Alceu Moreira – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da aprovação de Projeto de Lei de número 7.228, de 2014; 3.81 – RIC Nº 4.048/14 – da Sra. Andreia Zito – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Integração Nacional sobre a liberação de recursos para assistência às vítimas do desastre em Xerém, 4º Distrito do Município de Duque de Caxias-RJ, ocorrido em Janeiro de 2013”; 3.82 – RIC Nº 4.052/14 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, junto à Petrobrás, no que tange a contratos firmados entre esta empresa e o grupo Schain S.A”; 3.83 – RIC Nº 4.053/14 – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda, sobre denúncias de irregularidades nas intervenções dos Bancos Cruzeiro do Sul e Morada”; 3.84 – RIC Nº 4.054/14 – do Sr. Guilherme Campos – (PL 6075/2013) – que “com fundamento no § 1º do art. 94 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 (Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013), requeiro a Vossa Excelência que solicite ao Ministério da Saúde o cálculo do impacto orçamentário e financeiro mensal em 2014 e anual em 2015 e 2016 do Projeto de Lei nº 6.075 de 2013, de minha autoria, considerando 1º de julho de 2014 a data de início dos efeitos da referida proposição após sua conversão em lei”; 3.85 – RIC Nº 4.055/14 – do Sr. Stepan Nercessian – que “requer informações ao Ministro da Previdência Social sobre quantos ex-atletas foram beneficiados pela Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012 que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970”; 3.86 – RIC Nº 4.056/14 – do Sr. Luiz Argôlo – que “solicita do Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia informações quanto às instalações de geração de energia elétrica que estão concluídas, prontas para gerar, porém permanecem sem conexão com o Sistema Interligado Nacional – SIN, diferenciando a capacidade de geração contratada da descontratada, e quanto aos custos realizados e a realizar, para interligar tais instalações ao SIN”; 3.87 – RIC Nº 4.057/14 – do Sr. Ricardo Izar – que “solicita informações ao senhor Ministro da Saúde, Ademar Arthur Chioro dos Reis, sobre o posicionamento da Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA) sobre alguns medicamentos”; 3.88 – RIC Nº 4.058/14 – do Sr. Colbert Martins – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Saúde sobre o contrato entre o laboratório Labogen S/A Química Fina e o Ministério”; 3.89 – RIC Nº 4.059/14 – do Sr. Dr. Rosinha – que “requer informação do Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre o Acordo celebrado entre o Mercosul e a União Europeia”; 3.90 – RIC Nº 4.061/14 – do Sr. Mendonça Filho – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, sobre a aquisição da Pasadena Refining System Inc. pela Petrobras S.A”; 3.91 – RIC Nº 4.062/14 – da Sra. Andreia Zito – que “requer ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes, informações quanto às ações e providências deflagradas pelo Ministério dos Transportes, em relação aos ordenamentos previstos na Resolução nº 4.131/2013/ANTT, com as alterações efetivadas pela Resolução nº 4.160/2013/ANTT, no tocante a autorização da Concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S.A. – FCA, proceder a desativação e devolução de trechos ferroviários”; 3.92 – RIC Nº 4.063/14 – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações ao Ministro de Minas e Energia acerca do contrato de compra pela Petrobrás das ações da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos”; 3.93 – RIC Nº 4.064/14 – do Sr. Onyx Lorenzoni – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, a respeito das transações comerciais envolvendo o grupo SBM Offshore N.V. e a Petrobras S.A”; 3.94 – RIC Nº 4.065/14 – do Sr. Antonio Imbassahy – que “requer ao Senhor Ministro de Minas e Energia informações sobre o “Resumo Executivo elaborado pelo Diretor da Área Internacional” que subsidiou a decisão do Conselho de Administração da Petrobras na aquisição da Refinaria de Pasadena”; 3.95 – RIC Nº 4.066/14 – do Sr. Antonio Imbassahy – que “requer ao Ministro de Estado da Saúde informações sobre a comitiva que o acompanhou nas viagens realizadas durante o carnaval às cidades de São Paulo, Recife, Rio de Janeiro e Salvador, em avião da Força Aérea Brasileira, com o declarado objetivo de divulgar ações do programa de prevenção à

AIDS”; 3.96 – RIC Nº 4.067/14 – do Sr. Waldir Maranhão – que “solicita informações ao Ministério da Educação sobre os resultados dos gastos federais com a educação básica no estado do Maranhão”; 3.97 – RIC Nº 4.068/14 – do Sr. Nilson Leitão – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, sobre contratos de bens e serviços, custos e valores empregados nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, pelo Ministério da Saúde em especial a Secretaria Especial de Saúde Indígena, no estado de Mato Grosso”; 3.98 – RIC Nº 4.069/14 – do Sr. Roberto de Lucena – que “requer sejam prestadas informações completas por parte do Ministério da Cultura sobre o Programa Nacional de Apoio a Cultura (Pronac), desde o início da vigência da Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet)”; 3.99 – RIC Nº 4.070/14 – da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5201, de 2013, do Sr. André Figueiredo, que “altera a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, para modificar a destinação dos valores arrecadados no concurso de prognóstico denominado Timemania com o objetivo de torná-la mais atraente para seus apostadores e de aumentar a capacidade de pagamento das entidades desportivas quanto às suas dívidas fiscais junto à União, e dá outras providências” e apensado – que “requer ao Senhor Presidente do Banco Central informações acerca de levantamento de débitos reais e oficiais dos clubes de futebol junto aos cofres públicos”; 3.100 – RIC Nº 4.071/14 – da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5201, de 2013, do Sr. André Figueiredo, que “altera a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, para modificar a destinação dos valores arrecadados no concurso de prognóstico denominado Timemania com o objetivo de torná-la mais atraente para seus apostadores e de aumentar a capacidade de pagamento das entidades desportivas quanto às suas dívidas fiscais junto à União, e dá outras providências” e apensado – que “requer ao Senhor Ministro do Esporte informações acerca de levantamento de débitos reais e oficiais dos clubes de futebol junto aos cofres públicos”; 3.101 – RIC Nº 4.072/14 – da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5201, de 2013, do Sr. André Figueiredo, que “altera a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, para modificar a destinação dos valores arrecadados no concurso de prognóstico denominado Timemania com o objetivo de torná-la mais atraente para seus apostadores e de aumentar a capacidade de pagamento das entidades desportivas quanto às suas dívidas fiscais junto à União, e dá outras providências” e apensado – que “requer ao Senhor Ministro do Trabalho e Emprego informações acerca de levantamento de débitos reais e oficiais dos clubes de futebol junto aos cofres públicos”; 3.102 – RIC Nº 4.073/14 – da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5201, de 2013, do Sr. André Figueiredo, que “altera a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, para modificar a destinação dos valores arrecadados no concurso de prognóstico denominado Timemania com o objetivo de torná-la mais atraente para seus apostadores e de aumentar a capacidade de pagamento das entidades desportivas quanto às suas dívidas fiscais junto à União, e dá outras providências” e apensado – que “requer ao Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil informações acerca de levantamento de débitos reais e oficiais dos clubes de futebol junto aos cofres públicos”; 3.103 – RIC Nº 4.074/14 – do Sr. Átila Lins – que “requer pedido de informações ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Cesar Augusto Rabello Borges, sobre o estágio das providências para as obras de construção do Porto do Município de Barcelos, no Estado do Amazonas”; 3.104 – RIC Nº 4.075/14 – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Guido Mantega, que preste informações sobre o Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha – FIIPM, cuja gestão está a cargo da Caixa Econômica Federal – Caixa”; 3.105 – RIC Nº 4.076/14 – do Sr. Nilson Leitão – que “solicita à Ministra de Estado do Ministério do Meio Ambiente informações sobre as multas que estão sendo aplicadas e inscritas na dívida pública decorridas de supressão da vegetação nativa”; 3.106 – RIC Nº 4.077/14 – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “requer a informações ao Ministério da Justiça e a Polícia Rodoviária Federal sobre a possibilidade de fechamento do Posto da PRF em Pombal-PB”; 3.107 – RIC Nº 4.078/14 – do Sr. André Figueiredo – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Wellington Moreira Franco, sobre o atraso nas obras de ampliação do Aeroporto Pinto Martins de Fortaleza (1ª etapa) e as providências para atender a demanda de passageiros em Fortaleza durante a Copa do Mundo”; 3.108 – RIC Nº 4.079/14 – do Sr. Duarte Nogueira – que “requer informações ao Ministro da Defesa sobre contratos de Parceria de Desenvolvimento Produtivo (PDP) dos quais fazem parte o Laboratório Farmacêutico da Marinha”; 3.109 – RIC Nº 4.080/14 – da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a quantidade de doses de vacina contra febre aftosa”; 3.110 – RIC Nº 4.081/14 – do Sr. Cândido Vaccarezza – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda a estimativa dos custos referentes ao restabelecimento do adicional por tempo de serviço para os Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público”; 3.111 – RIC Nº 4.082/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Occhi, Ministro das Cidades, em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Feijó, Estado do Acre”; 3.112 – RIC Nº 4.083/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Occhi, Ministro das Cidades, em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Porto Walter, Estado do Acre”; 3.113 – RIC Nº 4.084/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Oc-

chi, Ministro das Cidades, em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Brasileira, Estado do Acre”; 3.114 – RIC Nº 4.085/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “Solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Occhi, Ministro das Cidades, em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Xapuri, Estado do Acre”; 3.115 – RIC Nº 4.086/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Occhi, Ministro das Cidades, em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Manuel Urbano, Estado do Acre”; 3.116 – RIC Nº 4.087/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Occhi, Ministro das Cidades, em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Mâncio Lima, Estado do Acre”; 3.117 – RIC Nº 4.088/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Occhi, Ministro das Cidades, em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Senador Guimard, Estado do Acre”; 3.118 – RIC Nº 4.089/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Occhi, Ministro das Cidades, em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Marechal Thaumaturgo, Estado do Acre”; 3.119 – RIC Nº 4.090/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Occhi, Ministro das Cidades, em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Rodrigues Alves, Estado do Acre”; 3.120 – RIC Nº 4.091/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Occhi, Ministro das Cidades, em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Capixaba, Estado do Acre”; 3.121 – RIC Nº 4.092/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Occhi, Ministro das Cidades, em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Jordão, Estado do Acre”; 3.122 – RIC Nº 4.093/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Occhi, Ministro das Cidades em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre”; 3.123 – RIC Nº 4.094/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Occhi, Ministro das Cidades, em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Bujari, Estado do Acre”; 3.124 – RIC Nº 4.095/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Occhi, Ministro das Cidades, em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Santa Rosa do Purus, Estado do Acre”; 3.125 – RIC Nº 4.096/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Occhi, Ministro das Cidades, em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Epitaciolândia, Estado do Acre”; 3.126 – RIC Nº 4.097/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Occhi, Ministro das Cidades, em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Acrelândia, Estado do Acre”; 3.127 – RIC Nº 4.098/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Occhi, Ministro das Cidades, em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Tarauacá, Estado do Acre”; 3.128 – RIC Nº 4.099/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Occhi, Ministro das Cidades, em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Rio Branco, Estado do Acre”; 3.129 – RIC Nº 4.100/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Occhi, Ministro das Cidades, em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Plácido de Castro, Estado do Acre”; 3.130 – RIC Nº 4.101/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Occhi Ministro das cidades em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Sena Madureira, Estado do Acre”; 3.131 – RIC Nº 4.102/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Occhi, Ministro das Cidades, em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Porto Acre, Estado do Acre”; 3.132 – RIC Nº 4.103/14 – da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Occhi, Ministro das Cidades, em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural no município de Assis Brasil, Estado do Acre”; 3.133 – RIC Nº 4.104/14 – do Sr. Mendonça Filho – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Cidades, Gilberto Magalhães Occhi, que esclareça eventuais atrasos nos repasses às construtoras que atuam no Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV”; 3.134 – RIC Nº 4.105/14 – do Sr. Mendonça Filho – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Guido Mantega, que esclareça eventuais atrasos nos repasses às construtoras que atuam no Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV”; 3.135 – RIC Nº 4.106/14 – do Sr. Mendonça Filho – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que preste esclarecimentos sobre programa de desinvestimentos (venda de ativos) conduzido pela Petrobras”; 3.136 – RIC Nº 4.107/14 – do Sr. Chico Alencar – que “solicita ao Ministro da Defesa informações acerca do envio de tropas das Forças Armadas para atuarem na atual ocupação militar do Complexo de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro”; 3.137 – RIC Nº 4.108/14 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, a cerca dos investimentos e aquisições da Petrobras, referente à refinaria de Pasadena, nos EUA”; 3.138 – RIC Nº 4.109/14 – da Comissão de Seguridade Social e Família – que “requer informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Arthur Chioro, acerca das emendas parlamentares no que se diz respeito ao custeio (aquisição de medicamentos, insumos, etc)”; 3.139 – RIC Nº 4.110/14 – do Sr. Onofre Santo Agostini – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado

da Fazenda, Guido Mantega, sobre a possibilidade da isenção do Imposto de Renda ao cônjuge impossibilitado para o labor, ou seja, se um dos cônjuges não pode trabalhar e o outro é provedor da família a isenção deve ou não abranger o casal". 4 – Requerimento nº 9777, de 2014, do Deputado Arnaldo Faria de Sá. Requer a prorrogação do prazo, em mais 30 (trinta) dias, para resposta ao Requerimento de Informação nº 3982, de 2014. Ratificado o despacho favorável do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves: "Em 09/04/2014. Defiro, ad referendum da Mesa Diretora. Encaminhe-se ao Senhor Primeiro-Secretário. Publique-se.". 5 – Reembolso de despesas médico-hospitalares, ratificados os despachos favoráveis: 5.1 – Processo nº 134.445/2013, de interesse do Deputado Irajá Abreu; 5.2 – Processo nº 136.012/2013, de interesse do Deputado Fábio Faria; 5.3 – Processo nº 103.295/2014, de interesse da Deputada Iriny Lopes. 6 – Reembolso de despesas: Processo nº 111.258/2013, de interesse da Deputada Liliam Sá. Ratificado o despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves exarado à fl. 33: "Em 27/11/2013. Trata-se de nova solicitação de reembolso, mediante uso da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar, apresentada pela Deputada Liliam Sá, referente a despesa com o pagamento da segunda, terceira e quarta parcelas da taxa de inscrição no Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância (fl. 24), do qual participou, na cidade de Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos, no período de 15 a 26 de março de 2013. A parlamentar, apesar de não ter sido autorizada previamente por este Presidente a participar do Módulo 1 daquele programa, em caráter de missão oficial, pagou R\$ 5.781,72 (cinco mil setecentos e oitenta e um reais e setenta e dois centavos), via transferência bancária, equivalentes a US\$ 2,200.00 (dois mil e duzentos dólares) acrescidos de taxas bancárias, referentes à segunda parcela da taxa de inscrição naquele programa (fls. 25 a 28). Diante da instrução processual, e em caráter excepcional, autorizo, ad referendum da Mesa, o reembolso do valor de R\$ 5.781,72 (cinco mil setecentos e oitenta e um reais e setenta e dois centavos), referente à segunda parcela da taxa de inscrição, e, condicionado à apresentação da devida documentação fiscal, das terceira e quarta parcelas, sob o entendimento de que essas despesas, embora não expressamente elencadas no art. 2º do Ato da Mesa nº 43/2009, amodam-se à finalidade desse dispositivo, que é permitir o custeio de gastos exclusivamente vinculados ao exercício da atividade parlamentar, já que contribui diretamente para o seu aperfeiçoamento, a ser processado de maneira usual, por meio de sua cota parlamentar. Devolva-se à Diretoria-Geral para providências. Posteriormente, encaminhe-se à Secretaria-Geral da Mesa para inclusão do assunto na pauta da próxima reunião da Mesa.". 7 – Nomeação de servidor: 7.1 – Processo nº 107.038/2014. Ratificado o despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves exarado à fl. 19: "Em 8/4/14. Trata-se de indicação do Líder do Partido Progressista (PP), Deputado Eduardo da Fonte, para que a servidora Fernanda de Cerqueira Costa Gomes, ponto nº 118.732, atualmente lotada no Gabinete do Segundo-Secretário, seja nomeada para o Cargo de Natureza Especial de Assessor Técnico, CNE-07, na Liderança daquele partido. A Resolução nº 43/2006, que disciplina a matéria, autoriza o Presidente da Casa a dispensar, ad referendum da Mesa, com base em critérios de confiança, eficiência e oportunidade, a escolaridade de nível superior, exigida em atos normativos internos, para a designação de acesso às funções comissionadas de Direção e Assessoramento e, por extensão, conforme processo nº 2007/122698, aos Cargos de Natureza Especial. Assim, de acordo com a instrução processual, autorizo, em caráter excepcional, ad referendum da Mesa, o provimento do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, pela referida indicada, naquela Liderança. Encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para providências.". 7.2 – Processo nº 106.602/2014. Ratificado o despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves exarado à fl. 20: "Em 8/4/14. Trata-se de indicação do Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Deputado Augusto Coutinho, no sentido de que a servidora Christiêne Winnie Moses Aguiar Plácido, ponto nº 177.067, atualmente lotada em seu gabinete, seja nomeada para o Cargo de Natureza Especial de Assessor Técnico, CNE-07, naquela Comissão. A Resolução nº 43/2006, que disciplina a matéria, autoriza o Presidente da Casa a dispensar, ad referendum da Mesa, com base em critérios de confiança, eficiência e oportunidade, a escolaridade de nível superior, exigida em atos normativos internos, para a designação de acesso às funções comissionadas de Direção e Assessoramento e, por extensão, conforme processo nº 2007/122698, aos Cargos de Natureza Especial. Assim, de acordo com a instrução processual, autorizo, em caráter excepcional, ad referendum da Mesa, o provimento do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, pela referida indicada, naquele colegiado. Encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para providências.". Nesse instante, retirou-se da Sala de Reuniões o Senhor Deputado Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário. II – PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO-SECRETÁRIO. Iniciada a explanação do Deputado Márcio Bittar a respeito de sua pauta, o Presidente Henrique Eduardo Alves consultou a Mesa Diretora, extrapauta, a respeito da proposta de licitação da obra de ampliação do Anexo IV do Complexo Arquitetônico da Câmara dos Deputados. O Senhor Deputado Arlindo Chinaglia, Primeiro-Vice-Presidente, elucidou que a obra será custeada com dinheiro decorrente da venda da folha de pagamento dos servidores e dos senhores deputados, ocorrida na época de sua gestão na Presidência. Com a palavra, o Senhor Diretor-Geral informou que o projeto arquitetônico, de autoria de Oscar Niemeyer em coautoria com o Departamento Técnico desta Casa Legislativa, já está pronto, sendo que estão sendo ultimados os projetos complementares que permi-

tirão elaborar o projeto executivo e a consequente licitação da obra, cujo edital poderá ser lançado já em meados do ano corrente, instruídos nos seguintes Processos: – nº 114.785/2007, referente à contratação do escritório do Niemeyer para oferecer proposta e estudos para ampliação do Anexo IV; – nº 134.557/2011, referente à contratação de escritório para elaboração dos projetos complementares e de instalações para a ampliação do Anexo IV; e – nº 132.406/2013, referente aos projetos estruturais para a ampliação do Anexo IV. Posto em votação, a Mesa Diretora autorizou a abertura de licitação para contratação da obra de ampliação do Anexo IV. Prosseguindo, o Senhor Deputado Márcio Bittar relatou os seguintes processos: 1 – Processo nº 130.792/2013. Parecer do Relator à fl. 28: “Trata-se de minuta de Ato da Mesa com a finalidade de extinguir alguns cargos vagos do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados para, em contrapartida, criar cargos em atendimento à demanda de diversos órgãos, com a intenção de promover ajustes na estrutura administrativa desta Casa. O Diretor-Geral manifesta-se favoravelmente (fls. 25/27) e informa que a matéria não importa aumento de despesa, haja vista que os potenciais dispêndios anuais com os cargos a serem extintos superam aos dos cargos a serem criados em R\$166.187,62. Por essa razão, a matéria pode ser editada por meio de Ato da Mesa, com base na delegação de competência constante do artigo 4º da Resolução nº 46 de 2006 da Câmara dos Deputados. Em sua forma, registre-se que a minuta conta com apenas três artigos: a) o primeiro extingue um cargo efetivo vago de Analista Legislativo – atribuição Administrador, seis cargos efetivos vagos de Analista Legislativo – atribuição Consultoria, e 40 (quarenta) cargos efetivos vagos de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo; b) o segundo remete ao Anexo, que cria 33 (trinta e três) cargos efetivos de Analista Legislativo, sendo dez com atribuição de Analista de Informática Legislativa, dois de Arquiteto, dois de Assistente Social, três de Contador, quatorze de Engenheiro e dois de Técnico em Documentação e Informação Legislativa; e c) o terceiro trata da vigência, a partir da data de sua publicação. Importa registrar que a criação dos quatorze cargos efetivos de Analistas na atribuição de Engenheiro deve-se ao cumprimento de exigência do Acórdão nº 1.205/2007 do Plenário do Tribunal de Contas da União, no sentido de que a cotação de orçamentos e contratação de bens pela Câmara seja realizada por servidores efetivos desta Casa. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável na forma da anexa minuta de Ato da Mesa, e conforme a instrução.” Dada a palavra ao Senhor Diretor-Geral, Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, para esclarecimento da proposta, comentou que a medida implica em fazer uma adequação da estrutura da Casa, atendendo necessidades de forma permanente. Cita exemplos como o de administrador, que já não existem mais no âmbito da Câmara; da necessidade de engenheiros, exigência do TCU para orçamento de obras; da demanda de engenheiros de telecomunicação, tendo em vista a licitação de uma nova Central Telefônica, com apenas um projetista para a Casa toda. Analisado o processo, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer supra e, em decorrência, baixou Ato da Mesa que “Extingue e cria cargos no Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados”, cujo teor segue ao final da ata. 2 – Processo nº 107.513/2014. Parecer do Relator: “Trata-se de proposta de Ato da Mesa que dispõe sobre os procedimentos para concessão de capacitação externa para fins de participação em cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado. A instrução processual revela, em síntese, que: – a proposta tem por objetivo disciplinar de forma mais abrangente as disposições já existentes no Regulamento do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento – Cefor sobre a matéria; – as alterações decorrem da necessidade de atualização e aprimoramento do processo decisório às demandas existentes, permitindo maior transparência, isonomia e eficiência; – na essência, a minuta estabelece novas condições que deverão ser atendidas pelos futuros candidatos, tais como realização semestral de processo seletivo interno e limite temporal mais restrito para os afastamentos. No encaminhamento da matéria a esta Secretaria, o Diretor-Geral manifestou-se favoravelmente, conforme despacho de fls. 07. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, nos termos da anexa minuta de Ato da Mesa.” Submetido a votos, o parecer supra foi aprovado unanimemente e, em decorrência, baixado Ato da Mesa que “Dispõe sobre os procedimentos para concessão de capacitação externa para fins de participação em cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado”, cujo teor segue ao final da ata. Em conjunto, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os processos a seguir referentes à atualização da estrutura administrativa dessa Casa, conforme parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar: 1 – Processo nº 121.222/2013. Parecer do Relator: “Trata-se de proposta de Ato da Mesa que visa à reestruturação administrativa da Diretoria Administrativa – Dirad, tendo em vista as unidades incorporadas à sua estrutura nos últimos vinte anos, como a Coordenação de Arquitetura e Engenharia e o Departamento de Finanças (1983), o Centro de Informática (1997), e a Assessoria Jurídica (2008), fazendo com que as competências elencadas na Resolução nº 20/1971 não mais reflitam a realidade atual. Além disso, com o intuito de reordenar os recursos humanos, físicos e informacionais, é proposto um novo desenho, relacionado basicamente às seguintes inovações: criação de um Núcleo Setorial de Gestão, a fim de prover a Diretoria de melhores condições para o exercício das atividades de assessoramento, bem como atender ao atual modelo de governança da Gestão Estratégica da Câmara dos Deputados. O Diretor do Departamento de Pessoal destaca (fl. 64) que a matéria foi analisada pela Assessoria Jurídica (fls. 15/17v) e pela

Coordenação de Pagamento de Pessoal (fl. 63), que constatou não haver impacto financeiro decorrente da proposta. Em seu exame, o Diretor-Geral manifesta-se favoravelmente, e conclui pela possibilidade de a matéria ser tratada por meio de Ato da Mesa, uma vez que não há aumento de despesa, razão por que encontra amparo no art. 4º da Resolução nº 46, de 2006 (fl. 49). O Ato da Mesa elaborado compõe-se de dez artigos e oito anexos. O art. 1º reporta-se ao Anexo I, que contém a estrutura administrativa da Diretoria Administrativa; os arts. 2º e 3º referem-se aos Anexos II e III, sobre a extinção e a criação de função comissionada, respectivamente; o art. 4º ao Anexo IV, sobre renomeação e remanejamento de função comissionada; o art. 5º ao Anexo V, sobre renomeação de função; o art. 6º ao Anexo VI, que revela a estrutura das funções comissionadas; o art. 7º, ao Anexo VII, que declina as competências da Diretoria e de suas unidades administrativas; o art. 8º estabelece atribuições (Anexo VIII) e requisitos para a função comissionada de Assistente Técnico-Jurídico; o art. 9º esclarece que o Ato não altera as estruturas administrativas de órgãos vinculados à Dirad, como o Centro de Informática, o Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade, o Departamento de Material e Patrimônio, o Departamento Técnico, da Coordenação de Comunicações e a Coordenação de Transportes, as quais serão consolidadas em processos próprios; e o art. 10 trata da vigência do Ato, a partir de sua publicação. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e deliberação da dought Mesa, com parecer favorável, na forma da anexa minuta de Ato da Mesa. Baixado Ato da Mesa que “Dispõe sobre a estrutura administrativa da Diretoria Administrativa da Câmara dos Deputados”, cujo teor segue ao final da ata. 2 – Processo nº 121.410/2013. Parecer do Relator: “Trata-se de proposta de Ato da Mesa que visa à reestruturação administrativa da Secretaria de Controle Interno – Secin, tendo em vista que suas atribuições se ampliaram e se sedimentaram nos últimos anos, o que demanda implementar alterações na estrutura do órgão e ajustes nas competências das unidades administrativas já existentes, bem como nos nomes e nas atribuições dos seus titulares, não previstas inicialmente na Resolução nº 69/1994, que criou a Secretaria. A instrução processual revela que a proposta não tem impacto financeiro (fl. 16), razão por que encontra amparo no art. 4º da Resolução nº 46, de 2006. O Ato da Mesa proposto compõe-se de dez artigos e cinco anexos. O art. 1º reporta-se ao Anexo I, que contém a estrutura administrativa da Secretaria de Controle Interno; o art. 2º refere-se ao Anexo II, que revela a renomeação das funções comissionadas; o art. 3º ao Anexo III, que apresenta todas as funções comissionadas da Secin; o art. 4º ao Anexo IV, que declina as competências das unidades administrativas da Secretaria; o art. 5º dispõe sobre as atribuições dos chefes de Núcleo; o art. 6º sobre as do chefe do Serviço de Administração; o art. 7º sobre as dos demais titulares de função comissionada, constantes do Anexo V; o art. 8º prevê os princípios norteadores da ação da Secin; o art. 9º determina que as atividades dos servidores lotados na Secretaria não podem comprometer a independência dos trabalhos lá realizados; o art. 10 trata da vigência do Ato, a partir de sua publicação. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e deliberação da dought Mesa, com parecer favorável desta Secretaria e do Diretor-Geral (fl. 38), na forma da anexa minuta de Ato da Mesa. Baixado Ato da Mesa que “Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados”, cujo teor segue ao final da ata. 3 – Processo nº 123.535/2013. Parecer do Relator: “Trata-se de proposta de Ato da Mesa que visa à reestruturação administrativa da Diretoria de Recursos Humanos – DRH, tendo em vista que um novo modelo de administração contemporâneo, focado na gestão estratégica, vem obrigando os órgãos a reorganizarem seus recursos em um novo desenho capaz de dar suporte a mecanismos de governança institucional. Isso se reflete diretamente na forma de funcionamento da DRH, onde se percebe necessária a estruturação de unidade específica que incorpore em seu rol de competências as funções atreladas ao movimento estratégico, em especial no que diz respeito aos programas, projetos e processos da área de recursos humanos. A matéria foi analisada pela Assessoria Jurídica do Departamento de Pessoal (fls. 14/15v) e pela Coordenação de Pagamento de Pessoal (fl. 58), que constatou não haver impacto financeiro decorrente da proposta. Em seu exame, a Diretora-Geral Adjunta (fl. 61) manifesta-se favoravelmente à reestruturação administrativa e conclui pela possibilidade de a matéria ser aprovada pela Mesa Diretora, uma vez que não trará qualquer acréscimo de despesa, razão por que encontra amparo no art. 4º da Resolução nº 46, de 2006. O Ato da Mesa proposto compõe-se de oito artigos e cinco anexos. O art. 1º reporta-se ao Anexo I, que contém a estrutura administrativa da Diretoria de Recursos Humanos; os arts. 2º e 3º referem-se aos Anexos II e III, sobre a extinção e a criação de função comissionada, respectivamente; o art. 4º, ao Anexo IV, que revela a estrutura das funções comissionadas; o art. 5º, ao Anexo V, que declina as competências da Diretoria e de suas unidades administrativas; o art. 6º esclarece que o Ato proposto não altera as estruturas administrativas, atribuições e funções comissionadas de órgãos vinculados à DRH, como o Departamento de Pessoal, o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, o Departamento Médico e a Secretaria Executiva do Pró-Saúde, as quais serão consolidadas em processos próprios; o art. 7º é cláusula de revogação; e o art. 8º trata da vigência do Ato, a partir de sua publicação. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da dought Mesa, com parecer favorável desta Secretaria, na forma da anexa minuta de Ato da Mesa. Baixado Ato da Mesa que “Dispõe sobre a estrutura administrativa da Diretoria de Recursos Humanos”, cujo teor segue ao final da ata. 4 – Processo nº 128.941/2013. Parecer do Relator: “Trata-se de

proposta de Ato da Mesa que visa à reestruturação administrativa da Secretaria Executiva do Programa de Saúde da Câmara dos Deputados – Pró-Saúde. Justifica-se a reestruturação para atualizar a própria Secretaria e alinhá-la à estrutura administrativa da Diretoria de Recursos Humanos, órgão ao qual está vinculada. Da necessária instrução dos autos colhe-se a informação de que a proposta não tem impacto financeiro (fl. 53), razão por que encontra amparo no art. 4º da Resolução nº 46, de 2006. O Ato da Mesa proposto compõe-se de oito artigos e sete anexos. O art. 1º reporta-se ao Anexo I, que contém a estrutura administrativa da Secretaria Executiva do Programa de Saúde da Câmara dos Deputados; os arts. 2º e 3º referem-se aos Anexos II e III, sobre extinção e criação de funções comissionadas, respectivamente; o art. 4º, ao Anexo IV, que revela a renomeação das funções comissionadas; o art. 5º, ao Anexo V, que identifica função comissionada renomeada e remanejada; o art. 6º, ao Anexo VI, que estabelece a estrutura das funções comissionadas; o art. 7º, ao Anexo VII, que declina as competências da Secretaria Executiva e de suas unidades administrativas; e o art. 8º trata da vigência do Ato, a partir de sua publicação. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e deliberação da douta Mesa, com parecer favorável desta Secretaria e do Diretor-Geral (fl. 55), na forma da anexa minuta de Ato da Mesa. Baixado Ato da Mesa que “Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria Executiva do Programa de Saúde da Câmara dos Deputados – Pró-Saúde”, cujo teor segue ao final da ata. 5 – Processo nº 132.665/2013. Parecer do Relator: “Trata-se de proposta de Ato da Mesa que visa à reestruturação administrativa do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – Detaq, tendo em vista a necessidade de serem realizados ajustes na área administrativa com a finalidade de aperfeiçoar as rotinas de trabalho e melhor atender as demandas dos trabalhos de Plenário e de Comissão. O Diretor do Departamento de Pessoal destaca (fl. 73) que a matéria foi analisada por sua Assessoria Jurídica (fls. 35/36) e pela Coordenação de Pagamento de Pessoal (fl. 72), que constatou não haver impacto financeiro decorrente da proposta. Em seu exame, o Diretor-Geral manifesta-se favoravelmente (fl. 75), e conclui pela possibilidade de a matéria ser tratada por meio de Ato da Mesa, uma vez que não há aumento de despesa, razão por que encontra amparo no art. 4º da Resolução nº 46, de 2006. O Ato da Mesa proposto compõe-se de oito artigos e sete anexos. O art. 1º reporta-se ao Anexo I, que contém a estrutura administrativa do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação; os arts. 2º e 3º referem-se aos Anexos II e III, sobre extinção e criação de funções comissionadas, respectivamente; o art. 4º, ao Anexo IV, que revela a renomeação das funções comissionadas; o art. 5º, ao Anexo V, que estabelece a nova estrutura de funções comissionadas do Departamento; o art. 6º, ao Anexo VI, que declina as competências do Departamento e de suas unidades administrativas; o art. 7º, ao Anexo VII, que fixa atribuições de titulares de funções comissionadas; e o art. 8º trata da vigência do Ato, a partir de sua publicação. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável desta Secretaria, na forma da anexa minuta de Ato da Mesa. Baixado Ato da Mesa que “Dispõe sobre a estrutura administrativa do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados”, cujo teor segue ao final da ata. 6 – Processo nº 134.569/2013. Parecer do Relator: “Trata-se de proposta de Ato da Mesa que visa à reestruturação administrativa da Coordenação de Habitação – Cohab, tendo em vista que novo modelo de administração contemporâneo, focado na gestão estratégica, vem obrigando os órgãos a reorganizarem seus recursos humanos, físicos e informacionais em um novo desenho capaz de dar suporte a mecanismos de governança institucional. Na Cohab, essas mudanças compreendem a criação de uma seção e a alteração nas competências e na denominação de três outras seções já existentes. As competências das demais seções recebem pequenos ajustes. Da necessária instrução dos autos colhe-se a informação de que a proposta não tem impacto financeiro (fl. 58), razão por que encontra amparo no art. 4º da Resolução nº 46, de 2006. O Ato da Mesa proposto compõe-se de sete artigos e seis anexos. O art. 1º reporta-se ao Anexo I, que contém a estrutura administrativa da Coordenação de Habitação; os arts. 2º e 3º referem-se aos Anexos II e III, sobre a extinção e a criação de função comissionada, respectivamente; o art. 4º, ao Anexo IV, que revela a renomeação das funções comissionadas; o art. 5º, ao Anexo V, que estabelece a estrutura das funções comissionadas; o art. 6º, ao Anexo IV, que declina as competências da Coordenação e de suas unidades administrativas; e o art. 7º trata da vigência do Ato, a partir de sua publicação. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável desta Secretaria e do Diretor-Geral (fl. 60), na forma da anexa minuta de Ato da Mesa. Baixado Ato da Mesa que “Dispõe sobre a organização administrativa da Coordenação de Habitação”, cujo teor segue ao final da ata. 7 – Processo nº 134.719/2013. Parecer do Relator: “Trata-se de proposta de Ato da Mesa que visa à reestruturação administrativa do Departamento Técnico – Detec, tendo em vista que as atuais demandas da engenharia, arquitetura, segurança do trabalho, gestão nutricional, conservação, manutenção predial e gestão dos espaços físicos não se conformam ao desenho originalmente estabelecido para o Departamento. Além disso, a finalidade é reorganizar a estrutura do Departamento e das funções comissionadas de cada unidade que o integra, adequando-as à nova dinâmica da Administração da Câmara dos Deputados. O Diretor do Departamento de Pessoal destaca (fl. 215) que a matéria foi analisada pela Assessoria Jurídica (fls. 35/36 e 195/197) e pela Coordenação de Pagamento de Pessoal (fl. 106), que constatou não haver impacto financeiro decorrente da proposta. Em seu exame, o Diretor-

-Geral manifesta-se favoravelmente, e conclui pela possibilidade de a matéria ser tratada por meio de Ato da Mesa, uma vez que não há aumento de despesa, razão por que encontra amparo no art. 4º da Resolução nº 46, de 2006 (fl. 217). O Ato da Mesa elaborado compõe-se de nove artigos e oito anexos. O art. 1º reporta-se ao Anexo I, que contém a estrutura administrativa do Departamento Técnico; o art. 2º refere-se ao Anexo II, que extingue funções comissionadas; o art. 3º cria Coordenação, Serviços e funções de titulares, constantes do Anexo III; o art. 4º renomeia funções comissionadas (Anexo IV); o art. 5º renomeia e remaneja funções (Anexo V); o art. 6º remaneja funções (Anexo VI); o art. 7º apresenta as funções comissionadas do Detec (Anexo VII); o art. 8º estabelece as competências do Departamento e dos titulares das unidades administrativas (Anexo VIII); e o art. 9º trata da vigência do Ato, a partir de sua publicação. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, na forma da anexa minuta de Ato da Mesa. Baixado Ato da Mesa que “Dispõe sobre a estrutura administrativa do Departamento Técnico”, cujo teor segue ao final da ata. 8 – Processo nº 135.655/2013. Parecer do Relator: “Trata-se de proposta de Ato da Mesa que visa à reestruturação administrativa da Diretoria Legislativa – Dileg, com a finalidade de adequar a estrutura do Gabinete à realidade dos trabalhos desenvolvidos e conformá-los às diretrizes da boa administração, ao estabelecer e ampliar competências e atribuições, criar e renomear setores, em consonância com a Gestão Estratégica da Casa e da Diretoria Legislativa. O Diretor do Departamento de Pessoal destaca (fl. 47) que a matéria foi analisada por sua Assessoria Jurídica (fls. 8/8v) e Coordenação de Pagamento de Pessoal (fl. 46), que constatou não haver impacto financeiro decorrente da proposta. Em seu exame, o Diretor-Geral manifesta-se favoravelmente, e conclui pela possibilidade de a matéria ser tratada por meio de Ato da Mesa, uma vez que não há aumento de despesa, razão por que encontra amparo no art. 4º da Resolução nº 46, de 2006 (fl. 49). O Ato da Mesa elaborado, cuja versão final foi submetida por esta Secretaria ao órgão responsável, que com ela consentiu, compõe-se de sete artigos e cinco anexos. O art. 1º reporta-se ao Anexo I, que contém a estrutura administrativa da Dileg; os arts. 2º e 3º referem-se aos Anexos II e III, sobre a extinção e a criação de função comissionada, respectivamente; o art. 4º ao Anexo IV, que revela a estrutura das funções comissionadas do Gabinete da Diretoria Legislativa; o art. 5º declina as competências do Gabinete da Diretoria Legislativa; o art. 6º esclarece que o Ato proposto não altera as estruturas administrativas e as funções comissionadas de órgãos vinculados à Dileg, como Centro de Documentação e Informação, da Consultoria Legislativa, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, do Departamento de Comissões e do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, as quais serão consolidadas em processos próprios; o art. 7º trata da vigência do Ato, a partir de sua publicação. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, na forma da anexa minuta de Ato da Mesa. Baixado Ato da Mesa que “Dispõe sobre a estrutura administrativa do Gabinete da Diretoria Legislativa da Câmara dos Deputados”, cujo teor segue ao final da ata. Dando continuidade, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os seguintes processos referentes ao orçamento analítico da Câmara dos Deputados, conforme parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar: 1 – nº 107.666/2014. Parecer às fls. 64/65: “Trata-se do Orçamento Analítico da Câmara dos Deputados, em sua versão final, referente ao exercício de 2013, que inclui as Unidades Orçamentárias “Câmara dos Deputados – CD” e “Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados – FRCD”, a ser submetido à apreciação da Mesa Diretora, em cumprimento ao disposto no inciso XXIV do art. 15 do Regimento Interno, verbis: “... Art. 15. À Mesa compete, dentre outras atribuições estabelecidas em lei, neste regimento ou por resolução da Câmara, ou delas implicitamente resultantes: ... XXIV – aprovar o orçamento analítico da Câmara; ...” A versão final do Orçamento Analítico 2013 detalha as diversas ações desenvolvidas pela Câmara dos Deputados ao longo do exercício, com base nas dotações orçamentárias aprovadas pela Lei nº 12.798, de 4/4/2013, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013, bem como as variações decorrentes dos diversos créditos adicionais, na forma discriminada às fls. 1 e 2. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução.” 2 – nº 108.459/2014. Parecer às fls. 74/74v: “Trata-se do Orçamento Analítico que contempla a distribuição inicial das dotações orçamentárias aprovadas pela Lei nº 12.952, de 20/1/2014 (Lei Orçamentária Anual para 2014), a ser submetido à apreciação da Mesa Diretora em cumprimento ao disposto no inciso XXIV do art. 15 do Regimento Interno, verbis: “... Art. 15. À Mesa compete, dentre outras atribuições estabelecidas em lei, neste regimento ou por resolução da Câmara, ou delas implicitamente resultantes: XXIV – aprovar o orçamento analítico da Câmara; ...” No encaminhamento da matéria a esta Secretaria, o Diretor-Geral informa que, para melhor visualização, o Orçamento Analítico em comento encontra-se pormenorizado às fls. 4 a 40, merecendo destaque os quadros consolidados às fls. 30, 36 e 38. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução.” Por último, o Senhor Deputado Márcio Bittar, Relator, expôs os seguintes processos referentes à cessão de servidor, ratificados, por unanimidade, pela Mesa Diretora: 1 – nº 136.445/2013. Parecer do Relator à fl. 19: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação de cessão, por 1 (um) ano, do servidor Flávio José Barbosa de Alencastro, ponto nº 5.608, Técnico Legislativo – atri-

buição Assistente Administrativo, para continuar exercendo o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, Símbolo SF-02, no gabinete do Senador Aécio Neves, no Senado Federal, com ônus para o órgão cedente. A prorrogação em tela tem amparo no art. 93, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 4º-A do Ato da Mesa nº 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa nº 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa.” Ratificação do despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, à fl. 12: “Em 4/2/14. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor Flávio José Barbosa de Alencastro, ponto nº 5.608, Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 28/2/14, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar naquela Casa, símbolo SF-02, com lotação no Gabinete do Senador Aécio Neves, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações do Departamento de Pessoal (fls. 3 a 8) e manifestação favorável da Diretoria-Geral (fls. 10 e 11), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990, do Ato da Mesa nº 57/2013 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Devolva-se à Diretoria-Geral para providências.”; 2 – nº 136.453/2013. Parecer do Relator à fl. 20: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação de cessão, por 1 (um) ano, a contar de 25/3/2014, da servidora Tatiana Claudia Costa Velho Simões, ponto nº 4.726, Técnico Legislativo – atribuição Adjunto Parlamentar, para continuar exercendo o cargo de provimento em comissão de Auxiliar Parlamentar Júnior, Símbolo APSF-1, no gabinete do Senador Francisco Dornelles, no Senado Federal, com ônus para o órgão cedente. A prorrogação em tela tem amparo no art. 93, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 4º-A, parágrafo único, do Ato da Mesa 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa nº 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa.” Ratificação do despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, à fl. 13: “Em 4/2/14. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão da servidora Tatiana Claudia Costa Velho Simões, ponto nº 4.726, Técnico Legislativo – atribuição Adjunto Parlamentar – Secretaria, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 25/3/14, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Auxiliar Parlamentar Júnior, símbolo APSF-1, no gabinete do Senador Francisco Dornelles, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações do Departamento de Pessoal (fls. 3 a 5) e a manifestação favorável da Diretoria-Geral (fl. 12), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990, do Ato da Mesa nº 57/2013 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Devolva-se à Diretoria-Geral para providências.”; 3 – nº 136.456/2013. Parecer do Relator à fl. 20: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação de cessão, por 1 (um) ano, da servidora Cristiana Martins de Araújo Costa Fonseca, ponto nº 6.755, Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, para continuar exercendo o cargo de provimento em comissão de Assistente Parlamentar Júnior, Símbolo APSF-05, com lotação na Diretoria-Geral do Senado Federal e exercício no gabinete do Senador Eptácio Cafeteira, com ônus para o órgão cedente. A prorrogação em tela tem amparo no art. 93, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 4º-A do Ato da Mesa nº 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa nº 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa.” Ratificação do despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, à fl. 13: “Em 16/1/2014. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão da servidora Cristiana Martins de Araújo Costa Fonseca, ponto nº 6.755, Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 15/1/14, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Assistente Parlamentar Júnior, símbolo APSF-05, com lotação na Diretoria-Geral e exercício no Gabinete do Senador Eptácio Cafeteira, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações e manifestações do Departamento de Pessoal (fls. 3 a 10) e da Diretoria-Geral (fl. 12), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990, do Ato da Mesa nº 57/2013 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Devolva-se à Diretoria-Geral para providências.”; 4 – nº 103.579/2014. Parecer do Relator à fl. 23: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação de cessão, por 1 (um) ano, a contar de 14/4/2014, da servidora Sabá Cordeiro de Monteiro Chagas Filha de Oliveira, Analista Legislativo – atribuição Taquígrafo Legislativo, ponto nº 5.867, para continuar exercendo o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, símbolo SF02, no gabinete do Senador Ciro Nogueira, no Senado Federal, com ônus para o órgão cedente. A prorrogação em tela tem amparo no art. 93, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 4º-A, parágrafo único, do Ato da Mesa 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa nº 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa.” Ratificação do despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, à fl. 13: “Em 1º/4/14. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão da servidora Sabá Cordeiro de Monteiro Chagas Filha de Oliveira, ponto nº 5.867, Analista Legislativo – atribuição

Taquígrafo Legislativo, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 14/4/14, para continuar a ocupar o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, símbolo SF-01, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ciro Nogueira, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações e manifestações do Departamento de Pessoal (fls. 5 a 10) e da Diretoria-Geral (fl. 12), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Devolva-se à Diretoria-Geral para providências.”; 5 – nº 136.543/2013. Parecer do Relator à fl. 22: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação de cessão, por 1 (um) ano, do servidor Maurício Holanda Maia, ponto nº 6.810, Analista Legislativo – atribuição Consultoria, para continuar exercendo o cargo de provimento em comissão de Secretário Adjunto, Símbolo SS-2, na Secretaria de Educação do Estado do Ceará, com ônus para o órgão cessionário, mediante ressarcimento da remuneração do cargo efetivo e da contribuição previdenciária patronal. A prorrogação em tela tem amparo no art. 93, inciso 1, §1º, da Lei nº 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 7º do Ato da Mesa 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa nº 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa.”. Ratificação do despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, à fl. 15: “Em 13/2/2014. Considerando a ocorrência de erro material, retifico a decisão de fl. 9, para, nos termos da solicitação do Senhor Governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes, AUTORIZAR, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor MAURÍCIO HOLANDA MAIA, ponto 6.810, no período de 24/01/2014 até o dia 31/12/2014, para que este continue a exercer o cargo em comissão de Secretário Adjunto da Educação do Estado do Ceará, símbolo SS-2, permanecendo o ônus previsto na autorização anterior, nos termos do art. 7º do Ato da Mesa 57 de 2013. 2. À Diretoria-Geral, para providências.”; 6 – nº 10.956/2013. Parecer do Relator à fl. 16: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação de cessão, por 1 (um) ano, do servidor Leonardo José Rolim Guimarães, ponto nº 6.692, Analista Legislativo – atribuição Consultoria, para continuar exercendo o cargo de provimento em comissão de Secretário de Políticas de Previdência Social, código DAS 101.6, do Ministério da Previdência Social, com ônus para o órgão cedente. A prorrogação em tela tem amparo no art. 93, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 1º, inciso II, b, e no art. 2º do Ato da Mesa nº 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa nº 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa.”. Ratificação do despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, à fl. 8: “Em 16/1/14. Atendendo à solicitação do Ministro de Estado da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor Leonardo José Rolim Guimarães, ponto nº 6.692, Analista Legislativo – atribuição Consultoria, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 24/1/14, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário de Políticas de Previdência Social, código DAS 101.6, do Ministério da Previdência Social, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações e manifestações do Departamento de Pessoal (fls. 4 e 5) e da Diretoria-Geral (fl. 7), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990, do Ato da Mesa nº 57/2013 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Devolva-se à Diretoria-Geral para providências.”; 7 – nº 134.723/2013. Parecer do Relator à fl. 18: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação de cessão, por 1 (um) ano, do servidor Carlos Henrique Sá de Ferrante, ponto nº 4.649, Técnico Legislativo – atribuição Adjunto Parlamentar, para continuar exercendo o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal Extraordinário de Relações com a Comunidade, da Prefeitura Municipal de Curitiba/PR, sem símbolo atribuído, com subsídio idêntico ao de simbologia S-1, com ônus para o órgão cessionário, mediante ressarcimento da remuneração do cargo efetivo e da contribuição previdenciária patronal. A prorrogação em tela tem amparo no art. 93, inciso I, §1º, da Lei nº 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 1º, inciso III, do Ato da Mesa 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa nº 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa.”. Ratificação do despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, à fl. 11: “Em 4/2/14. Atendendo à solicitação do Prefeito de Curitiba, PR, Gustavo Bonato Fruet, autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor Carlos Henrique Sá de Ferrante, ponto nº 4.649, Técnico Legislativo – atribuição Adjunto Parlamentar – Secretaria, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 1/1/14, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal Extraordinário de Relações com a Comunidade, da Prefeitura Municipal de Curitiba, cargo sem símbolo atribuído, com subsídio idêntico ao de simbologia S-1, sem ônus para a Câmara dos Deputados, mediante ressarcimento da remuneração e da contribuição previdenciária patronal, de acordo com as informações e manifestações do Departamento de Pessoal (fls. 6 a 8) e da Diretoria-Geral (fl. 10), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990, do Ato da Mesa nº 57/2013 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Devolva-se à Diretoria-Geral para providências.”; 8 – nº 135.247/2013. Parecer do Relator à fl. 22: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação de cessão, por 1 (um) ano, do servidor Éder Luiz dos Santos de Jesus, ponto nº 4.430, Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, para continuar exercen-

do o cargo de provimento em comissão de Secretário de Estado Extraordinário no Estado de Tocantins, com ônus para o órgão cedente, conforme a instrução. A prorrogação em tela tem amparo no art. 93, inciso I, §1º da Lei nº 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 7º do Ato da Mesa 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa nº 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa. Ratificação do despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, à fl. 15: “Em 29/1/2014. À vista das considerações da Diretoria-Geral, à fl. 14, REVOGO a decisão de fl. 6. 2. Ademais, AUTORIZO, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor EDER LUIZ DOS SANTOS DE JESUS, ponto nº 4.430, ocupante da categoria funcional Analista Legislativo, atribuição Técnica Legislativa, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 31/01/2014, para continuar a exercer o cargo em comissão de Secretário de Estado Extraordinário no Estado de Tocantins, permanecendo o ônus previsto na autorização anterior, nos termos do art. 7º do Ato da Mesa 57 de 2013. 3. À Diretoria-Geral, para providências.”; 9 – nº 134.607/2013. Parecer do Relator à fl. 33: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação de cessão, por 1 (um) ano, do servidor Cristiano Magalhães de Pinho, ponto nº 6.823, Analista Legislativo – atribuição Engenheiro, para continuar exercendo o cargo de provimento em comissão de Diretor de Engenharia e Meio Ambiente da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal/CAESB, com ônus para o órgão cessionário, mediante ressarcimento da remuneração do cargo efetivo e da contribuição previdenciária patronal. A prorrogação em tela tem amparo no art. 93, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 7º do Ato da Mesa 57, de 2013, com a redação dada pelo Ato da Mesa nº 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa. Ratificação do despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, à fl. 21: “Em 13/2/2014. À vista das considerações do Presidente da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb, às fls. 18-19, sobretudo no que tange à grande importância e relevância dos serviços prestados pelo servidor em epígrafe, REVOGO a decisão de fl. 9. 2. Assim, AUTORIZO, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor CRISTIANO MAGALHÃES DE PINHO, ponto nº 6.823, ocupante da categoria funcional Analista Legislativo, atribuição Engenheiro, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para continuar a exercer o cargo em comissão de Diretor de Engenharia e Meio Ambiente, permanecendo o ônus previsto na autorização anterior. 3. À Diretoria-Geral, para providências.”; 10 – nº 104.006/2014. Parecer do Relator à fl. 15: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão, por 1 (um) ano, do servidor Ralph Emerson Machado de Lima, ponto nº 7.224, Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Imprensa Escrita, para continuar exercendo o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial, código DAS 102.5, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com ônus para o órgão cedente. A prorrogação em tela tem amparo no art. 93, inciso I, § 1º da Lei nº 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 1º, inciso II, alínea “b” e no art. 2º do Ato da Mesa 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa nº 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa. Ratificação do despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, à fl. 9: “Em 23/4/14. Trata-se de solicitação do Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de prorrogação da cessão do servidor Ralph Emerson Machado de Lima, ponto nº 7.224, Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Imprensa Escrita, para continuar a ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial, código DAS 102.5, naquele Ministério. A Secretaria de Comunicação Social (Secom) (fl. 4), órgão de lotação original do servidor, manifestou-se contrariamente à solicitação, tendo em vista que o edital nº 02/2007, referente ao concurso público para preenchimento de vagas naquele cargo, previu que os candidatos nomeados deveriam ser lotados e exercer suas atribuições na Secom. Além disso, alegou a carência de pessoal especializado para atender a suas necessidades atuais. Embora entenda que o posicionamento daquela secretaria deva ser observado, o Departamento de Pessoal esclarece que há amparo legal para o deferimento do pedido. Assim, não obstante a manifestação da Secom e o despacho da Diretoria-Geral (fl. 8), autorizo, ad referendum da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do referido servidor, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 27/4/14, com ônus para o órgão cedente, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.112/1990, do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno e dos arts. 1º, II, b, 2º e 4º do Ato da Mesa nº 57/2013. Devolva-se à Diretoria-Geral para providências.”. III – PAUTA DO SENHOR SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE. A Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres favoráveis exarados pelo Relator, Deputado Fábio Faria, nos processos referentes a reembolso de despesas de assistência à saúde, conforme a seguir: 1 – Processo nº 3.240/2014, de interesse do Deputado Gastão Vieira; 2 – Processo nº 3.276/2014, de interesse do Deputado Akira Otsubo; 3 – Processo nº 3.646/2014, de interesse do Deputado José Mentor; 4 – Processo nº 3.647/2014, de interesse do Deputado José Mentor; 5 – Processo nº 11.184/2014, de interesse do Deputado Guilherme Campos; 6 – Processo nº 102.850/2014, de interesse do Deputado João Paulo Lima; 7 – Processo nº 105.482/2014, de interesse do Deputado Abelardo Camarinha; 8 – Processo nº 106.159/2014, de interesse do Deputado Zezéu Ribeiro; 9 – Processo nº 107.878/2014, de interesse do Deputado Carlos Magno; 10 – Processo nº 108.023/2014, de inte-

resse do Deputado Vieira da Cunha; 11 – Processo nº 108.047/2014, de interesse do Deputado Akira Otsubo; 12 – Processo nº 109.410/2014, de interesse do Deputado Sérgio Brito; 13 – Processo nº 109.475/2014, de interesse do Deputado Osmar Terra; 14 – Processo nº 109.520/2014, de interesse do Deputado Carlos Magno; 15 – Processo nº 109.542/2014, de interesse do Deputado Ronaldo Zulke; 16 – Processo nº 109.923/2014, de interesse do Deputado Alceu Moreira da Silva; 17 – Processo nº 109.944/2014, de interesse do Deputado Simão Sessim; 18 – Processo nº 109.964/2014, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 19 – Processo nº 110.098/2014, de interesse do Deputado George Hilton; 20 – Processo nº 110.227/2014, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 21 – Processo nº 110.302/2014, de interesse do Deputado Eduardo Sciarra; 22 – Processo nº 110.322/2014, de interesse do Deputado Eurico Júnior; 23 – Processo nº 110.524/2014, de interesse do Deputado Akira Otsubo; 24 – Processo nº 110.604/2014, de interesse do Deputado Urzeni Rocha; 25 – Processo nº 111.096/2014, de interesse do Deputado Luis Carlos Heinze; 26 – Processo nº 111.241/2014, de interesse do Deputado Eduardo Sciarra; 27 – Processo nº 111.374/2014, de interesse do Deputado Akira Otsubo; 28 – Processo nº 111.387/2014, de interesse do Deputado Carlos Magno; 29 – Processo nº 111.651/2014, de interesse do Deputado Carlos Sampaio; 30 – Processo nº 111.828/2014, de interesse do Deputado Sandro Mabel; 31 – Processo nº 111.898/2014, de interesse do Deputado Lael Varella; 32 – Processo nº 111.907/2014, de interesse do Deputado Carlos Magno; 33 – Processo nº 111.957/2014, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 34 – Processo nº 112.001/2014, de interesse do Deputado Claudio Cajado; 35 – Processo nº 112.004/2014, de interesse do Deputado Claudio Cajado; 36 – Processo nº 112.081/2014, de interesse da Deputada Nice Lobão; 37 – Processo nº 112.287/2014, de interesse do Deputado Edmar Arruda; 38 – Processo nº 112.339/2014, de interesse da Deputada Cida Borghetti; 39 – Processo nº 112.380/2014, de interesse do Deputado Carlos Sampaio; 40 – Processo nº 112.521/2014, de interesse da Deputada Elcione Barbalho; 41 – Processo nº 112.542/2014, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 42 – Processo nº 112.632/2014, de interesse do Deputado João Campos; 43 – Processo nº 112.691/2014, de interesse do Deputado Sérgio Brito; 44 – Processo nº 3.306/2014 (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Jutahy Junior; 45 – Processo nº 103.495/2014 (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Francisco Chagas; 46 – Processo nº 106.593/2014 (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Osmar Terra; 47 – Processo nº 112.372/2014 (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Vieira da Cunha; 48 – Processo nº 130.035/2013 (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Francisco Chagas; 49 – Processo nº 136.309/2013 (tratamento odontológico, com glosa), de interesse da Deputada Liliam Sá; 50 – Processo nº 136.598/2013 (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Josias Gomes; 51 – Processo nº 144.033/2009 (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Sabino Castelo Branco. Nada mais havendo a tratar, às vinte horas e vinte minutos, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente

ANEXOS À ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DIRETORA, DE 14/5/2014

ATO DA MESA Nº, DE 2014

Extingue e cria cargos no Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

A **MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 4º da Resolução nº 46, de 7 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, na Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados:

I – 1 (um) cargo efetivo vago de Analista Legislativo – atribuição Administrador, código CD-NS-923;

II – 6 (seis) cargos efetivos vagos de Analista Legislativo – atribuição Consultoria, código CD-AL-031;

III – 39 (trinta e nove) cargos efetivos vagos de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, código CD-AL-026.

Art. 2º Ficam criados na Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados os cargos efetivos constantes do Anexo deste Ato da Mesa.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O artigo 4º da Resolução nº 46, de 7 de dezembro de 2006, autoriza a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados dispor sobre requisitos, atribuições, criação, transformação, extinção e lotação de cargos efetivos e funções comissionadas, bem como sobre a estrutura dos órgãos da Câmara dos Deputados, com vistas à racionalização e modernização administrativa, desde que os atos não acarretem acréscimo de despesa.

A minuta de Ato da Mesa que aqui se propõe, além de não importar aumento de despesa, visa a promover ajustes no quadro de pessoal efetivo desta Casa, em atendimento à demanda de diversos órgãos da estrutura administrativa, sempre com vistas a manter o padrão de qualidade e eficiência dos serviços prestados pela Instituição.

ANEXO
CARGOS EFETIVOS CRIADOS
(art. 2º)

Cargo	Atribuição	Quantidade
Analista Legislativo	Analista de Informática Legislativa (CD-AL-028)	10
	Arquiteto (CD-NS-917)	2
	Assistente Social (CD-NS-930)	2
	Contador (CD-NS-924)	2
	Engenheiro (CD-NS-916)	14
	Técnico em Documentação e Informação Legislativa (CD-AL-013)	2
Total		32

ATO DA MESA Nº , DE 2014

Dispõe sobre os procedimentos para concessão de capacitação externa para fins de participação em cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

A **MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Art. 1º Os processos relativos à autorização de capacitação externa para fins de participação em cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado serão protocolados, analisados e decididos na forma estabelecida neste Ato.

Art. 2º Considera-se capacitação externa aquela não promovida pelo CEFOR.

Art. 3º A autorização dar-se-á com ônus limitado, assegurando-se apenas a remuneração, que compreenda a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, vedada a percepção de função comissionada, ressalvadas as concessões para servidor ocupante do cargo de Analista Legislativo – atribuição Consultoria e as previstas nos incisos I, II e III do art.4º deste Ato.

Art. 4º Para cursos realizados em Brasília-DF, a concessão limitar-se-á a:

I – dispensa de ponto nos horários de aula, para mestrado e doutorado;

II – dispensa de ponto de até quatro horas diárias, para pós-doutorado;

III – afastamento de até quatro meses para elaboração da dissertação de mestrado ou relatório de pesquisa de pós-doutorado; e

IV – afastamento de até doze meses para elaboração de tese de doutorado.

Art. 5º A autorização dependerá do atendimento das seguintes condições, sem prejuízo das disposições contidas nos demais artigos deste Ato e no Regulamento do CEFOR, instituído pelo Ato da Mesa nº 41, de 2000:

I – ser servidor ocupante de cargo efetivo na Câmara dos Deputados há pelo menos três anos para mestrado e quatro anos para doutorado e pós-doutorado, incluído o período de estágio probatório;

II – ter sido previamente classificado em processo seletivo semestral, promovido pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento que, por meio de edital específico, informará as áreas de conhecimento prioritárias para a Câmara dos Deputados e demais critérios a serem avaliados por comitê designado pelo Diretor-Geral para esse fim; e

III – ser a instituição promotora credenciada pelo Ministério da Educação, ou, na hipótese de curso realizado no exterior, reconhecida internacionalmente como de referência ou centro de excelência.

Parágrafo único. O prazo de afastamento a ser autorizado será de até vinte e quatro meses para mestrado, de até trinta e seis meses para doutorado e de até doze meses para pós-doutorado.

Art. 6º Não se concederá capacitação externa para cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado ao servidor:

I – em cumprimento de penalidade funcional, nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, cujos efeitos perdurem até a data de início do afastamento pretendido;

II – que tenha usufruído licença para tratar de interesses particulares, licença para capacitação ou afastamento referente aos cursos elencados no *caput*, dois anos anteriores à data de solicitação do mestrado e doutorado;

III – que tenha usufruído licença para tratar de interesses particulares ou afastamento referente aos cursos elencados no *caput*, quatro anos anteriores à data de solicitação de pós-doutorado; e

IV – que tenha descumprido quaisquer das obrigações assumidas em função de afastamentos anteriores, sem que as justificativas tenham sido acatadas pela Câmara dos Deputados nos termos deste Ato.

Parágrafo único. Os cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado não poderão ser autorizados mais de uma vez ao mesmo servidor.

Art. 7º O servidor que for contemplado com autorização para capacitação externa por prazo igual ou superior a doze meses gozará trinta dias de férias, a partir do primeiro dia útil de cada ano, enquanto durar a capacitação externa.

Parágrafo único. As férias referidas no *caput* serão implementadas de ofício pelo Departamento de Pessoal, independentemente de requerimento do servidor.

Art. 8º O servidor apresentará à chefia imediata, para encaminhamento ao CEFOR e anexação ao processo que deu origem à capacitação externa, declaração de frequência e/ou atividade, emitida pela instituição responsável, semestralmente, e, no prazo de 15 dias, a contar do retorno às atividades, relatório final, com a ciência expressa da chefia imediata, e certificado ou comprovante de sua participação regular.

Art.9º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposta de Ato de Mesa tem por objetivo alterar as disposições contidas no Capítulo III do Título IV do Regulamento do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento dos servidores da Câmara dos Deputados, Ato da Mesa nº 41, de 2000, que trata do afastamento para participação em cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado que, no decurso do tempo, mostrou-se insuficiente e, em alguns pontos, obsoleta, em relação às leis posteriores e para atender as demandas apresentadas.

Desse modo, a modificação e atualização da norma mostram-se premente e imperativa, com algumas inovações inseridas, como:

- a)** realização de processo seletivo interno para concessão de afastamento para cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado;
- b)** inserção do limite de tempo para afastamento: até 36 meses para doutorado; até 24 meses para mestrado; até 12 meses para pós-doutorado;
- c)** autorização para os cursos em nível de especialização somente em Brasília, e restrito aos horários de aula;
- d)** autorização para os mestrados, doutorados e pós-doutorados somente com ônus limitado;
- e)** criação de critérios para cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado realizados em Brasília.

Registre-se, por fim, que a proposta aqui apresentada, se aprovada, proporcionará que as ações de capacitação externa para participação em cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado dos servidores desta Casa sejam precedidas de critérios mais transparentes e eficientes, possibilitando a todos, de forma isonômica, o acesso à qualificação profissional e à educação continuada, bem como subsidiar, com parâmetros claros e objetivos, o órgão decisório a deliberar com maior equidade e justiça.

ATO DA MESA Nº , DE 2014

Dispõe sobre a estrutura administrativa da Diretoria Administrativa da Câmara dos Deputados.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 4º da Resolução nº 46, de 7 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º A estrutura administrativa da Diretoria Administrativa, prevista no art. 41 e seguintes da Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971, passa a vigorar na forma do Anexo I.

Art. 2º Ficam extintas as funções comissionadas constantes do Anexo II.

Art. 3º Ficam criadas as funções comissionadas constantes do Anexo III.

Art. 4º Fica renomeada e remanejada a função comissionada constante do Anexo IV.

Art. 5º Fica remanejada a função comissionada constante do Anexo V.

Art. 6º As funções comissionadas da Diretoria Administrativa, previstas na Lei nº 5.810, de 11 de outubro de 1972, nas Resoluções nº 11, de 8 de maio de 1979, nº 46, de 7 de dezembro de 2006 e nos Atos da Mesa nº 34, de 13 de março de 1996, nº 27, de 20 de agosto de 2003, e nº 19, de 26 de março de 2008, passam a ser as constantes do Anexo VI.

Art. 7º As competências da Diretoria Administrativa são as constantes do Anexo VII e as atribuições dos titulares das respectivas unidades administrativas, além de correlacionadas com as competências, são as estabelecidas nos arts. 165, 254 e 255 da Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971, no que couber.

Art. 8º Ficam estabelecidas as atribuições da função comissionada de Assistente Técnico-Jurídico, nível FC-2, constantes do Anexo VIII.

Parágrafo único. Constituem requisitos para o exercício da função comissionada de Assistente Técnico-Jurídico, nível FC-2, o diploma de graduação em Direito e registro na Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 9º Este Ato não altera as estruturas administrativas do Centro de Informática, do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade, do Departamento de Material e Patrimônio, do Departamento Técnico, da Coordenação de Comunicações e da Coordenação de Transportes.

Art. 10. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Diretoria Administrativa, vinculada diretamente à Diretoria-Geral, sofreu significativas alterações em sua estrutura ao longo das últimas décadas. A prova mais inconteste dessa mudança são as inúmeras unidades incorporadas à sua estrutura. Em 1983, foi criada a Coordenação de Arquitetura e Engenharia e, logo em seguida, o Departamento de Finanças. Em 1997, foi criado o Centro de Informática e, em 2008, instituiu-se sua Assessoria Jurídica. Esse aumento de capacidade fez-se necessário para viabilizar o adequado atendimento ao acréscimo ocorrido na quantidade e na melhoria da qualidade dos serviços demandados pela estrutura organizacional da Câmara.

No entanto, apesar de inúmeros avanços, grande parte de suas competências ainda estão vinculadas à Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971, não refletindo mais as complexas atribuições que lhe cabem no que tange às soluções de gestão atualmente relacionadas a material, patrimônio, finanças, orçamento, contabilidade, tecnologia da informação e comunicação, protocolo, distribuição de periódicos e correspondências, espaços físicos, segurança no trabalho, alimentação institucional, transporte e serviços gerais.

Assim sendo, e com o intuito de reordenar os recursos humanos, físicos e informacionais, propõe-se neste documento um novo desenho relacionado basicamente às seguintes inovações: criação de um Núcleo Setorial de Gestão, a fim de prover à Diretoria com melhores condições para o exercício das atividades de assessoramento, bem como atender ao atual modelo de governança da Gestão Estratégica da Câmara dos Deputados. Tal Núcleo deve assumir duas áreas de atividades: gestão de projetos e gestão de processos, com a criação de um Serviço Setorial de Planejamento e Gestão de Projetos e uma Seção de Gestão de Processos.

A segunda inovação está relacionada à criação das funções comissionadas de Assistente Técnico-Jurídico para a Assessoria Jurídica. Como o Ato da Mesa nº 19, de 26 de março de 2008, prevê, no parágrafo único do art. 3º, os requisitos de diplomação em Direito e registro na Ordem dos Advogados do Brasil para o exercício da função comissionada de Chefe da Assessoria Jurídica, é indispensável que o eventual substituto dessa função cumpra os mesmos requisitos direcionados ao titular.

Acredita-se que este novo desenho permitirá um melhor desempenho da Diretoria Administrativa. Atualmente, as atribuições do Escritório Setorial de Gestão Estratégica da Diretoria Administrativa vêm sendo exercidas sempre em concorrência com as atividades de assessoramento, que costumam ganhar prioridade, devido ao caráter emergencial do qual se revestem.

A criação da estrutura formal ora citada permitirá tanto um assessoramento mais efetivo ao Diretor Administrativo, quanto um melhor cumprimento das demandas advindas do Escritório Corporativo de Gestão Estratégica.

Por fim, salienta-se que este Ato não altera as estruturas das Coordenações de Comunicações e de Transportes; do Centro de Informática; e dos Departamentos de Finanças, Orçamento e Contabilidade, de Material e Patrimônio e Técnico, as quais são consolidadas em processos próprios.

ANEXO I

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Assessoria Jurídica

Coordenação de Apoio Técnico-Administrativo

Núcleo Setorial de Gestão

Serviço de Planejamento e Gestão de Projetos

Seção de Gestão de Processos

Coordenação de Comunicações

Coordenação de Transportes

Centro de Informática

Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade

Departamento de Material e Patrimônio

Departamento Técnico

ANEXO II**FUNÇÕES COMISSIONADAS EXTINTAS**

CÓDIGO	NÍVEL	FUNÇÃO COMISSIONADA
C2230198	FC-1	Assistente de Gabinete
C1300023	FC-2	Assistente Técnico
C1300043	FC-2	Assistente Técnico
C1113515	FC-3	Assessor Técnico

ANEXO III**FUNÇÕES COMISSIONADAS CRIADAS**

NÍVEL	FUNÇÃO COMISSIONADA	LOTAÇÃO DA FUNÇÃO
FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Processos	Núcleo Setorial de Gestão
FC-2	Assistente Técnico-Jurídico	Assessoria Jurídica
FC-2	Assistente Técnico-Jurídico	Assessoria Jurídica
FC-3	Chefe do Núcleo Setorial de Gestão	Núcleo Setorial de Gestão

ANEXO IV**FUNÇÃO COMISSIONADA RENOMEADA E REMANEJADA**

Situação Atual				Situação Nova		
<i>Código</i>	<i>Nível</i>	<i>Denominação da Função</i>	<i>Lotação</i>	<i>Nível</i>	<i>Denominação da Função</i>	<i>Lotação</i>
C2140030	FC-2	Chefe do Núcleo de Análise e Melhoria de Processos	Diretoria Administrativa	FC-2	Chefe do Serviço de Planejamento e Gestão de Projetos	Núcleo Setorial de Gestão

ANEXO V**FUNÇÃO COMISSIONADA REMANEJADA**

Situação Atual				Situação Nova		
<i>Código</i>	<i>Nível</i>	<i>Denominação da Função</i>	<i>Lotação</i>	<i>Nível</i>	<i>Denominação da Função</i>	<i>Lotação</i>
C2230007	FC-1	Assistente de Gabinete	Diretoria Administrativa	FC-1	Assistente de Gabinete	Coordenação de Engenharia de Sistemas - CENIN

ANEXO VI**ESTRUTURA DE FUNÇÕES COMISSIONADAS**

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	NÍVEL	LOTAÇÃO
1	DIRETOR ADMINISTRATIVO	FC-5	DIRETORIA ADMINISTRATIVA
1	ASSISTENTE DE GABINETE	FC-1	DIRETORIA ADMINISTRATIVA
1	CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA	FC-3	ASSESSORIA JURÍDICA
2	ASSISTENTE TÉCNICO- JURÍDICO	FC-2	ASSESSORIA JURÍDICA
1	DIRETOR DA COORDENAÇÃO DE APOIO TÉCNICO- ADMINISTRATIVO	FC-3	COORDENAÇÃO DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO
2	ASSISTENTE TÉCNICO	FC-2	COORDENAÇÃO DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO
1	CHEFE DO NÚCLEO SETORIAL DE GESTÃO	FC-3	NÚCLEO SETORIAL DE GESTÃO
1	CHEFE DO SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS	FC-2	NÚCLEO SETORIAL DE GESTÃO
1	CHEFE DA SEÇÃO DE GESTÃO DE PROCESSOS	FC-1	NÚCLEO SETORIAL DE GESTÃO

ANEXO VII

COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA**1. DIRETORIA ADMINISTRATIVA:**

1.1. planejar, organizar, coordenar, comandar, controlar e orientar as atividades relacionadas à gestão de material, patrimônio, finanças, orçamento, contabilidade, tecnologia de informação e comunicação, protocolo, distribuição de periódicos e correspondências, espaços físicos, segurança no trabalho, alimentação, transporte e serviços gerais;

1.2. receber, transmitir, cumprir e fazer cumprir as deliberações da Mesa e da Diretoria-Geral;

1.3. aprovar a movimentação de veículos sob sua responsabilidade, nos limites do Distrito Federal, em dias úteis, feriados, sábados e domingos;

1.4. exercer as atribuições estabelecidas pela Portaria nº 233/2009, que trata do modelo de gestão estratégica da Câmara dos Deputados;

1.5. exercer outras atribuições decorrentes do exercício do cargo ou que lhe sejam determinadas pela autoridade superior.

2. ASSESSORIA JURÍDICA:

2.1. prestar o assessoramento previsto no inciso II do § 1º do art. 68 do Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa nº 80, de 2001, e proceder à análise de processos submetidos à Diretoria Administrativa;

2.2. realizar o exame prévio e a aprovação das minutas dos editais de licitação, contratos, acordos, convênios ou ajustes, até o limite de valor estabelecido para a modalidade convite;

2.3. propor o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas no âmbito da Diretoria Administrativa;

2.4. prestar, direta ou indiretamente, assistência jurídica à Diretoria Administrativa, nos processos de sua competência.

3. COORDENAÇÃO DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO:

3.1. dirigir e controlar os serviços técnicos, administrativos e auxiliares de apoio necessários ao funcionamento da Diretoria Administrativa;

3.2. elaborar e submeter à autoridade superior, com o auxílio do corpo técnico, a análise, a instrução, o despacho e o encaminhamento de processos;

3.3. realizar o controle funcional dos servidores lotados na Diretoria Administrativa;

3.4. fiscalizar o emprego do material de consumo e o uso do material permanente, equipamentos e instalações;

3.5. redigir a correspondência oficial expedida pela Diretoria Administrativa;

3.6. propor à autoridade superior medidas que visem ao aperfeiçoamento e à melhoria dos serviços;

3.7. identificar as necessidades de treinamento e o aperfeiçoamento de servidores da Diretoria Administrativa e comunicar ao órgão de treinamento;

3.8. gerenciar, orientar e supervisionar os procedimentos e as rotinas administrativas em geral;

3.9. exercer, no que couber, as atribuições resultantes das competências comuns aos Diretores de Coordenação relacionadas na Resolução nº 20/1971.

4. NÚCLEO SETORIAL DE GESTÃO:

4.1. assessorar o Diretor Administrativo na promoção, no planejamento, na coordenação, no acompanhamento, na orientação e na implementação da melhoria contínua da gestão na Diretoria Administrativa;

4.2. planejar, coordenar e supervisionar as atividades técnicas e administrativas do Núcleo Setorial de Gestão;

4.3. desempenhar as funções de Escritório Setorial de Gestão Estratégica estabelecidas na Portaria nº 233, de 28 de dezembro de 2009, da Diretoria-Geral;

4.4. seguir as diretrizes e metodologias de planejamento e melhoria da gestão emanadas do Escritório Corporativo de Gestão Estratégica;

4.5. promover a governança e acompanhar a gestão estratégica na Diretoria Administrativa, de acordo com orientações do Escritório Setorial de Gestão Estratégica;

4.6. assessorar o Comitê Setorial de Gestão da Diretoria Administrativa;

4.7. desenvolver, acompanhar e promover avaliações periódicas do Planejamento Estratégico Setorial, mantendo o Presidente do Comitê Setorial de Gestão da Diretoria Administrativa informado sobre o andamento dos projetos e ações;

- 4.8. supervisionar a gestão de processos e de projetos no âmbito da Diretoria Administrativa, zelando pela sua qualidade, aperfeiçoamento e padronização;
 - 4.9. preparar e secretariar as Reuniões de Avaliação Estratégica Setoriais;
 - 4.10. preparar o Presidente do Comitê Setorial de Gestão da Diretoria Administrativa para as Reuniões de Avaliação Estratégica Setoriais;
 - 4.11. preparar o Diretor Administrativo para as Reuniões de Avaliação Estratégica Corporativas;
 - 4.12. prestar informações ao Escritório Corporativo de Gestão Estratégica sobre projetos estratégicos de responsabilidade da Diretoria Administrativa;
 - 4.13. implementar ações setoriais de comunicação que deem suporte à implantação da gestão estratégica, de projetos e de processos;
 - 4.14. registrar e divulgar o aprendizado e as melhores práticas de gestão, contribuindo para a troca de experiências entre os Escritórios de Gestão e para a evolução contínua das metodologias, dos padrões, das soluções tecnológicas e dos procedimentos corporativos;
 - 4.15. zelar pelo alinhamento estratégico das conclusões e recomendações provenientes das Reuniões de Avaliação Estratégica Setoriais;
 - 4.16. identificar e encaminhar ao Escritório Corporativo de Gestão Estratégica demandas de capacitação de servidores nas metodologias e soluções tecnológicas corporativas de planejamento, de gestão estratégica, de gestão de projetos e de gestão de processos.
5. SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS:
- 5.1. implantar padrões, tecnologias e metodologias corporativas de gestão de projetos e prestar assessoria técnica às unidades administrativas subordinadas;
 - 5.2. acompanhar o alcance dos objetivos e das metas dos projetos da Diretoria Administrativa;
 - 5.3. identificar e controlar as interdependências entre os projetos e programas da Diretoria Administrativa, de forma a garantir o alinhamento estratégico;
 - 5.4. consolidar relatórios e análises sobre o desempenho dos programas e projetos da Diretoria Administrativa, acompanhados pelo Comitê Setorial de Gestão, a fim de subsidiar as Reuniões de Avaliação Estratégica Setoriais e as ações do Comitê Setorial de Gestão.
6. SEÇÃO DE GESTÃO DE PROCESSOS:
- 6.1. acompanhar e gerenciar o desempenho dos processos organizacionais priorizados pela Diretoria Administrativa;
 - 6.2. implantar padrões, tecnologias e metodologias corporativas de gestão de processos e prestar assessoria técnica às unidades administrativas subordinadas;
 - 6.3. promover a identificação, a concepção, o planejamento e o controle de processos gerenciados pela Diretoria Administrativa;
 - 6.4. coordenar o gerenciamento dos processos da Diretoria Administrativa, zelando pela sua qualidade, aperfeiçoamento e padronização;
 - 6.5. identificar processos e propor ao Escritório Corporativo de Gestão Estratégica a classificação desses na arquitetura de processos da Câmara dos Deputados;
 - 6.6. verificar o alinhamento estratégico dos processos e propor a priorização desses para o acompanhamento pelo Comitê Setorial de Gestão.

ANEXO VIII

ATRIBUIÇÕES DE TITULARES DE FUNÇÃO COMISSIONADA

1. ASSISTENTE TÉCNICO-JURÍDICO:
 - 1.1. prestar assistência técnico-jurídica à Assessoria Jurídica;
 - 1.2. examinar processos e preparar informações processuais;
 - 1.3. elaborar minutas de pareceres jurídicos, estudos, pesquisas e relatórios relacionados com as atividades da Diretoria Administrativa;
 - 1.4. preparar expediente para despacho do titular;
 - 1.5. acompanhar a tramitação de processos de interesse da Diretoria Administrativa;
 - 1.6. consultar, sempre que necessário, a jurisprudência da área de licitações, contratos e gestão, no âmbito do Poder Judiciário;
 - 1.7. consultar o banco de pareceres e decisões da área de licitações, contratos e gestão.

ATO DA MESA Nº , DE 2014**Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados.**

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no art. 4º da Resolução nº 46, de 2006, resolve:

Art. 1º A estrutura administrativa da Secretaria de Controle Interno, criada pela Resolução nº 69, de 1994, é a constante do Anexo I.

Art. 2º Ficam renomeadas as funções comissionadas constantes do Anexo II.

Art. 3º As funções comissionadas da Secretaria de Controle Interno, previstas na Resolução nº 69, de 1994, no Ato da Mesa nº 34, de 1996, no Ato da Mesa nº 37, de 2000, no Ato da Mesa nº 70, de 2001, no Ato da Mesa nº 45, de 2009, e no Ato da Mesa nº 42, de 2012, passam a ser as constantes do Anexo III.

Art. 4º As competências da Secretaria de Controle Interno são as constantes do Anexo IV.

Art. 5º Os Chefes de Núcleo da Secretaria de Controle Interno terão como atribuição o desempenho dos encargos decorrentes das competências das unidades administrativas de que são titulares e daquelas constantes do art. 254 da Resolução nº 20, de 1971.

Art. 6º O Chefe do Serviço de Administração da Secretaria de Controle Interno terá como atribuição o desempenho dos encargos decorrentes das competências dessa unidade administrativa e daquelas constantes dos arts. 252 e 254 da Resolução nº 20, de 1971.

Art. 7º As atribuições dos demais titulares de função comissionada são as constantes do Anexo V.

Art. 8º A Secretaria de Controle Interno atuará com base nos princípios de eficiência, eficácia, efetividade, economicidade e conformidade, aplicando, nas ações de controle, critérios de gerenciamento de riscos, governança e transparência.

Art. 9º Os servidores lotados na Secretaria de Controle Interno não poderão participar de nenhuma atividade que possa comprometer a independência dos trabalhos da Secretaria.

Art. 10. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Criada pela Resolução nº 69, de 1994, a Secretaria de Controle Interno é o órgão responsável, entre diversas atividades, por avaliar a conformidade da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, de pessoal e de tecnologia da informação da Câmara dos Deputados. Além disso, preza pela atuação firmemente baseada nos princípios de eficiência, eficácia, efetividade, economicidade e conformidade, aplicando obrigatoriamente, nas ações de controle, critérios de gerenciamento de riscos, governança e transparência.

Os requisitos acima expostos se ampliaram e se sedimentaram nos últimos anos, o que demanda uma reavaliação das competências do órgão responsável pela execução dessas atividades.

Além disso, a Secretaria de Controle Interno mostra-se como elemento essencial de acompanhamento das ações das unidades administrativas da Casa, atuando como órgão de assessoramento à Mesa Diretora nas questões acima relacionadas, o que demanda uma estrutura flexível, como a que agora se apresenta.

ANEXO I**ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO****SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

Núcleo de Análise de Atos de Pessoal

Núcleo de Auditoria Contábil e Operacional

Núcleo de Auditoria de Licitações, Contratos e Patrimônio

Núcleo de Auditoria de Recursos Humanos

Núcleo de Auditoria de Tecnologia da Informação

Serviço de Administração

ANEXO II**FUNÇÕES COMISSIONADAS RENOMEADAS**

Situação Atual				Situação Nova		
Código	Nível	Denominação da Função	Lotação	Nível	Denominação da Função	Lotação
C0600002	FC03	Diretor da Coordenação de Análise de Atos de Pessoal	Coordenação de Análise de Atos de Pessoal	FC03	Chefe do Núcleo de Análise de Atos de Pessoal	Núcleo de Análise de Atos de Pessoal
C0600003	FC03	Diretor da Coordenação de Auditoria Contábil e Operacional	Coordenação de Auditoria Contábil e Operacional	FC03	Chefe do Núcleo de Auditoria Contábil e Operacional	Núcleo de Auditoria Contábil e Operacional
C0600001	FC03	Diretor da Coordenação de Auditoria de Licitações, Contratos e Patrimônio	Coordenação de Auditoria de Licitações, Contratos e Patrimônio	FC03	Chefe do Núcleo de Auditoria de Licitações, Contratos e Patrimônio	Núcleo de Auditoria de Licitações, Contratos e Patrimônio

Situação Atual				Situação Nova		
Código	Nível	Denominação da Função	Lotação	Nível	Denominação da Função	Lotação
C1140007	FC03	Diretor da Coordenação de Auditoria de Tecnologia da Informação	Coordenação de Auditoria de Tecnologia da Informação	FC03	Chefe do Núcleo de Auditoria de Tecnologia da Informação	Núcleo de Auditoria de Tecnologia da Informação
C0600031	FC03	Diretor da Coordenação de Auditoria de Recursos Humanos	Coordenação de Auditoria de Recursos Humanos	FC03	Chefe do Núcleo de Auditoria de Recursos Humanos	Núcleo de Auditoria de Recursos Humanos

ANEXO III

ESTRUTURA DE FUNÇÕES COMISSIONADAS

Quantidade	Nível	Denominação	Lotação
1	FC05	Secretário de Controle Interno	Secretaria de Controle Interno
1	FC03	Chefe do Núcleo de Análise de Atos de Pessoal	Núcleo de Análise de Atos de Pessoal
1	FC03	Chefe do Núcleo de Auditoria Contábil e Operacional	Núcleo de Auditoria Contábil e Operacional
1	FC03	Chefe do Núcleo de Auditoria de Licitações, Contratos e Patrimônio	Núcleo de Auditoria de Licitações, Contratos e Patrimônio
1	FC03	Chefe do Núcleo de Auditoria de Recursos Humanos	Núcleo de Auditoria de Recursos Humanos
1	FC03	Chefe do Núcleo de Auditoria de Tecnologia da Informação	Núcleo de Auditoria de Tecnologia da Informação
10	FC03	Assessor de Controle Interno	Secretaria de Controle Interno
1	FC02	Chefe do Serviço de Administração	Secretaria de Controle Interno
13	FC02	Assistente de Controle Interno	Secretaria de Controle Interno

ANEXO IV

COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**1. COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO:**

- 1.1. executar as funções de auditoria contábil, financeira, patrimonial e operacional;
- 1.2. verificar e avaliar o cumprimento dos objetivos, o atingimento das metas e a execução do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual e suas alterações;
- 1.3. avaliar a conformidade da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, de pessoal e de tecnologia da informação, bem como os seus resultados quanto à economicidade, eficácia, eficiência e efetividade;
- 1.4. avaliar o processo de contas, emitir relatório e certificado de auditoria, e encaminhá-los anualmente ao Tribunal de Contas da União;
- 1.5. zelar para que as ações da administração prezem pela conformidade com a legislação e pelo atendimento de critérios de governança, transparência e gerenciamento de riscos;
- 1.6. avaliar a eficiência e eficácia dos controles internos sobre atos que impliquem despesas ou obrigações para a Câmara dos Deputados;
- 1.7. verificar a adequação, conformidade e transparência dos sistemas de informação, assim como seus aspectos de governança, arquitetura e segurança;
- 1.8. realizar ações de controle previstas no Plano Anual de Controle Interno e outras não planejadas, por determinação da Mesa Diretora;
- 1.9. acompanhar as providências adotadas pela administração para atendimento de determinações e recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas da União, na área de sua competência;
- 1.10. tomar as providências necessárias em caso de irregularidade verificada ou denúncia formalizada;
- 1.11. fornecer subsídios, informações e orientações que visem ao aperfeiçoamento das atividades de gestão;
- 1.12. examinar processos relacionados com licitações, suas dispensas e inexigibilidades, e avenças celebradas pela Câmara dos Deputados;
- 1.13. examinar as folhas de pagamento dos parlamentares, servidores ativos e inativos e pensionistas;
- 1.14. verificar a prestação de contas relativa a processos de adiantamentos e transferências financeiras;
- 1.15. verificar a exatidão e suficiência dos atos de admissão e desligamento de pessoal, de concessão e de alteração de aposentadoria e pensão, submetendo os resultados à apreciação do Tribunal de Contas da União;
- 1.16. prestar assessoramento, na área de sua competência, à Mesa Diretora;
- 1.17. promover contínua integração com os órgãos de controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário;
- 1.18. apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- 1.19. desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

2. COMPETÊNCIAS DO NÚCLEO DE ANÁLISE DE ATOS DE PESSOAL:

- 2.1. avaliar o processo de contas anual do ordenador de despesa e dos demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da Câmara dos Deputados, em sua área de atuação;
- 2.2. elaborar Relatório de Auditoria de Contas, integrante do processo de contas anual;
- 2.3. encaminhar Relatório de Auditoria de Contas, integrante do processo de contas anual, ao Secretário de Controle Interno;
- 2.4. verificar a exatidão, legalidade e suficiência dos atos de admissão e desligamento, dos atos de concessão e de alteração de aposentadoria e pensão dos servidores do quadro efetivo, e remeter parecer conclusivo sobre a legalidade ao Tribunal de Contas da União para apreciação e registro;
- 2.5. verificar a exatidão, legalidade e suficiência dos atos de concessão e de alteração de aposentadoria e pensão parlamentar, e remeter parecer conclusivo sobre a legalidade ao Tribunal de Contas da União para apreciação e registro;
- 2.6. diligenciar ao órgão responsável quando verificar inexatidão, insuficiência ou irregularidade sanável nos dados recebidos;
- 2.7. acompanhar os julgamentos dos atos de pessoal efetuados pelo Tribunal de Contas da União;
- 2.8. verificar, no âmbito de sua competência, o cumprimento da legislação e das determinações e recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União, incluindo a análise sobre eventuais justificativas apresentadas pelo gestor;

2.9. emitir, por determinação do Secretário de Controle Interno, pareceres, relatórios, despachos e outras manifestações;

2.10. analisar, prévia e excepcionalmente, por determinação do Secretário de Controle Interno, processos administrativos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;

2.11. analisar e emitir parecer sobre a legalidade dos convênios de compensação previdenciária previstos na legislação pertinente celebrados com entidades estaduais e municipais;

2.12. alertar o Secretário de Controle Interno sobre imprecisões, omissões e erros de procedimentos, assim como sobre a necessidade de instauração de tomada de contas especial e de procedimento administrativo cabível, nos casos previstos em lei;

2.13. assessorar os outros Núcleos na área de sua competência;

2.14. articular-se com as demais unidades administrativas quanto aos assuntos concernentes ao Núcleo;

2.15. desenvolver outras atividades correlatas à sua área de atuação.

3. COMPETÊNCIAS GERAIS DOS NÚCLEOS DE AUDITORIA – CONTÁBIL E OPERACIONAL; LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIO; RECURSOS HUMANOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

3.1. verificar o cumprimento das metas previstas nos programas, projetos e atividades da Câmara dos Deputados, inclusive quanto à legalidade das diretrizes estabelecidas;

3.2. avaliar o processo de contas anual do ordenador de despesa e dos demais responsáveis por dinheiros, bens e valores;

3.3. elaborar Relatório de Auditoria de Contas, integrante do processo de contas anual;

3.4. encaminhar Relatório de Auditoria de Contas, integrante do processo de contas anual, ao Secretário de Controle Interno;

3.5. elaborar Plano Anual de Controle Interno;

3.6. realizar ações de controle previstas no Plano Anual de Controle Interno e outras não planejadas, por determinação do Secretário de Controle Interno;

3.7. avaliar os controles internos administrativos relativos à gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial, de pessoal e de tecnologia da informação;

3.8. verificar o cumprimento da legislação, incluídos os regulamentos e normativos internos;

3.9. avaliar a existência, conformidade e adequação das políticas e controles da Câmara dos Deputados;

3.10. avaliar os indicadores de gestão propostos pela administração;

3.11. verificar a qualidade e transparência dos sistemas de informação da Câmara dos Deputados;

3.12. recomendar às unidades administrativas a correção de falhas, omissões ou impropriedades identificadas;

3.13. propor a implementação de melhorias nos processos administrativos, visando ao aperfeiçoamento do desempenho operacional da gestão;

3.14. fornecer subsídios, informações e orientações que visem ao aperfeiçoamento das atividades de gestão;

3.15. monitorar as providências adotadas pelas unidades administrativas, manifestando-se sobre a eficácia das medidas propostas e eventuais justificativas do gestor para não atender as recomendações expedidas pela Secretaria de Controle Interno;

3.16. acompanhar as providências adotadas pela administração para atendimento de determinações e recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas da União, na área de sua competência;

3.17. diligenciar à unidade responsável em caso de irregularidade verificada ou denúncia formalizada;

3.18. prestar assessoramento ao Secretário de Controle Interno;

3.19. emitir, por determinação do Secretário de Controle Interno, pareceres, relatórios, despachos e outras manifestações;

3.20. analisar, prévia e excepcionalmente, por determinação do Secretário de Controle Interno, processos administrativos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;

3.21. alertar o Secretário de Controle Interno sobre imprecisões, omissões e erros de procedimentos, assim como sobre a necessidade de instauração de tomada de contas especial e de procedimento administrativo cabível, nos casos previstos em lei;

3.22. assessorar os outros Núcleos na área de sua competência;

3.23. articular-se com as demais unidades administrativas quanto aos assuntos concernentes ao seu Núcleo;

3.24. desenvolver outras atividades correlatas às suas áreas de atuação.

4. COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DO NÚCLEO DE AUDITORIA CONTÁBIL E OPERACIONAL:

- 4.1. verificar a exatidão dos valores informados no Relatório de Gestão Fiscal, para fins de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- 4.2. coordenar os trabalhos de elaboração do Relatório de Auditoria de Contas, integrante do processo de contas anual;
- 4.3. acompanhar a apreciação e o julgamento das contas dos gestores pelo Tribunal de Contas da União, e as providências pertinentes decorrentes;
- 4.4. acompanhar a execução contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Câmara dos Deputados, assim como os atos de gestão que resultem em execução de receita e despesa;
- 4.5. verificar a adequação dos registros contábeis e da sua evidenciação com a legislação aplicável e com os princípios e normas contábeis;
- 4.6. analisar as tomadas de contas especiais quanto à regularidade e elaborar manifestação;
- 4.7. avaliar as prestações de contas relativas à aplicação dos recursos oriundos de transferências ativas e passivas da Câmara dos Deputados e certificar sua regularidade.
5. COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DO NÚCLEO DE AUDITORIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIO:
 - 5.1. avaliar processos de gestão de:
 - 5.1.1. aquisições, alienações e contratações de qualquer natureza, relacionados a procedimentos licitatórios, dispensas ou inexigibilidades de licitação;
 - 5.1.2. execução dos contratos, convênios, acordos e ajustes que impliquem despesas para a Câmara dos Deputados;
 - 5.1.3. bens móveis e imóveis;
 - 5.1.4. materiais de consumo;
 - 5.2. analisar os procedimentos administrativos de adesão a atas de registro de preços firmadas por outros órgãos públicos.
6. COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DO NÚCLEO DE AUDITORIA DE RECURSOS HUMANOS:
 - 6.1. examinar e avaliar as ações da administração nos assuntos relativos a recursos humanos, abrangendo parlamentares, servidores ocupantes de cargos efetivos e em comissão, requisitados e cedidos, inativos e pensionistas;
 - 6.2. realizar ações de controle sobre a folha de pagamento de pessoal, com o propósito de avaliar a regularidade e a observância da legislação aplicável;
 - 6.3. examinar os controles internos relacionados com a legalidade e a legitimidade da concessão e pagamento de benefícios e vantagens aos parlamentares, servidores ativos, inativos e pensionistas;
 - 6.4. fiscalizar o cumprimento, pelos parlamentares e servidores, da exigência de entrega das declarações de bens e rendas à respectiva unidade de pessoal, nos termos da Lei nº 8.730, de 1993.
7. COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DO NÚCLEO DE AUDITORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:
 - 7.1. avaliar a adequação às boas práticas de gestão de TI de modelos utilizados para o desenvolvimento e manutenção internos e externos dos sistemas;
 - 7.2. avaliar as aquisições, alienações, contratações e prestações de serviços de apoio relacionados a TI quanto a critérios de governança, gestão de riscos e segurança da informação;
 - 7.3. avaliar os sistemas de TI e os dados por eles gerados, tratados, produzidos ou armazenados, sob os aspectos de governança, infraestrutura e segurança;
 - 7.4. assessorar os gestores nas avaliações dos níveis de risco a que são submetidos os sistemas de TI, seus dados e seus usuários;
 - 7.5. propor e acompanhar a implementação de melhorias para a governança, gestão, uso ou desenvolvimento de sistemas e serviços de TI.
8. COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO:
 - 8.1. instruir os processos em tramitação;
 - 8.2. executar as tarefas de protocolo, expedição, circulação e arquivo de expediente;
 - 8.3. acompanhar o andamento dos processos solicitados;
 - 8.4. elaborar memorandos, ofícios e despachos em processos diversos;
 - 8.5. organizar e controlar a agenda de compromissos do Secretário de Controle Interno;
 - 8.6. requisitar, receber, controlar, guardar e distribuir o material necessário ao desenvolvimento das atividades da Secretaria de Controle Interno;
 - 8.7. auxiliar os Núcleos no desempenho de atividades administrativas;
 - 8.8. acompanhar a frequência dos servidores lotados na Secretaria;
 - 8.9. exercer as atribuições comuns aos órgãos dessa natureza.

ANEXO V

ATRIBUIÇÕES DOS TITULARES DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS**1. ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO:**

1.1. planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das unidades que integram a Secretaria de Controle Interno;

1.2. supervisionar o processo de contas anual, a ser encaminhado ao Tribunal de Contas da União, na área de sua competência;

1.3. emitir parecer conclusivo sobre o processo de contas anual;

1.4. submeter o processo de contas anual e o parecer sobre ele emitido à aprovação da Mesa Diretora;

1.5. acompanhar a apreciação e o julgamento das contas dos gestores pelo Tribunal de Contas da União;

1.6. submeter o Plano Anual de Controle Interno à aprovação da Mesa Diretora;

1.7. zelar pelo alinhamento entre as ações de controle e a gestão estratégica da Câmara dos Deputados;

1.8. acompanhar o cumprimento das normas que regem a administração contábil, orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e de tecnologia da informação;

1.9. aprovar e encaminhar às unidades administrativas, em decorrência das ações de controle realizadas, propostas de medidas visando à conformidade com a legislação, à mitigação de riscos e ao atendimento de critérios de governança e de transparência;

1.10. alertar a autoridade administrativa sobre imprecisões, omissões e erros de procedimentos, assim como sobre a necessidade de instauração de tomada de contas especial e de procedimento administrativo cabível, nos casos previstos em lei;

1.11. informar o Tribunal de Contas da União sobre irregularidades ou ilegalidades de que tiver ciência e para as quais não tenham sido tomadas providências pela administração;

1.12. prestar assessoramento, na área de sua competência, à Mesa Diretora;

1.13. dar conhecimento à Mesa Diretora dos trabalhos realizados pela Secretaria de Controle Interno;

1.14. expedir orientações e instruções técnicas sobre matérias de sua competência;

1.15. definir as diretrizes de seleção, alocação e capacitação dos servidores da Secretaria de Controle Interno;

1.16. articular-se continuamente com os dirigentes dos órgãos de atribuições equivalentes dos Poderes da União, com vista à integração prevista na Constituição Federal;

1.17. desempenhar outras atividades inerentes ao cargo.

2. ATRIBUIÇÕES DO ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO:

2.1. planejar, coordenar e executar as ações de controle, utilizando as normas e técnicas aplicáveis e em obediência ao Plano Anual de Controle Interno, sob a supervisão do Chefe de Núcleo;

2.2. avaliar as contas e os atos de gestão e de pessoal a fim de fornecer informação ao Tribunal de Contas da União, sob a supervisão do Chefe de Núcleo;

2.3. assessorar, em assuntos de sua competência, os Chefes de Núcleo;

2.4. sugerir ações com vista a subsidiar os planos e projetos desenvolvidos pela Secretaria de Controle Interno;

2.5. sugerir e implementar medidas que visem à melhoria contínua dos processos de trabalho;

2.6. desempenhar outras atribuições decorrentes do exercício do cargo ou que lhe sejam propostas pelo Chefe de Núcleo.

3. ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE DE CONTROLE INTERNO:

3.1. auxiliar no planejamento e na execução das ações de controle, utilizando as normas e técnicas aplicáveis e em obediência ao Plano Anual de Controle Interno, sob a supervisão do Chefe de Núcleo;

3.2. auxiliar na avaliação das contas, dos atos de gestão e de pessoal, a fim de fornecer informação ao Tribunal de Contas da União, sob a supervisão do Chefe de Núcleo;

3.3. assistir, em assuntos de sua competência, aos Chefes de Núcleo;

3.4. sugerir ações com vista a subsidiar os planos e projetos desenvolvidos pela Secretaria de Controle Interno;

3.5. sugerir e implementar medidas que visem à melhoria contínua dos processos de trabalho;

3.6. desempenhar outras atribuições decorrentes do exercício do cargo ou que lhe sejam propostas pelo Chefe de Núcleo.

ATO DA MESA Nº , DE 2014

Dispõe sobre a estrutura administrativa da Diretoria de Recursos Humanos.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 4º da Resolução nº 46, de 7 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º A estrutura administrativa da Diretoria de Recursos Humanos, prevista no art. 1º do Ato da Mesa nº 27, de 20 de agosto de 2003, passa a vigorar na forma do Anexo I.

Art. 2º Fica extinta a função comissionada constante do Anexo II.

Art. 3º Fica criado o Núcleo Setorial de Gestão e a função comissionada do titular respectivo constante do Anexo III.

Art. 4º As funções comissionadas do Gabinete da Diretoria de Recursos Humanos, previstas no Ato da Mesa nº 27, de 20 de agosto de 2003, e na Resolução nº 46, de 7 de dezembro de 2006, passam a ser as constantes do Anexo IV.

Art. 5º As competências da Diretoria de Recursos Humanos são as constantes do Anexo V e da Portaria DG nº 233, de 28 de dezembro de 2009, e as atribuições dos titulares das respectivas unidades administrativas, além de correlacionadas com as competências, são as estabelecidas no art. 254 da Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971.

Art. 6º Este Ato não altera as estruturas administrativas, atribuições e funções comissionadas do Departamento de Pessoal, do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, do Departamento Médico e da Secretaria Executiva do Pró-Saúde.

Art. 7º Fica revogado o item 1 do Anexo IV do Ato da Mesa nº 27, de 2003.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A dinâmica das organizações públicas deve responder e antecipar as demandas dos cidadãos. No contexto do controle social, isso significa uma prestação de contas abrangente, não apenas do que é feito, mas de como é feito, por que é feito e para quem é feito. A partir dessas premissas e em busca de uma gestão mais eficiente, a Câmara dos Deputados estabeleceu diretrizes voltadas a um modelo de administração contemporâneo, focado na gestão estratégica.

Nesse sentido, a formulação estratégica ganhou maior relevância e obrigou os órgãos a reorganizarem seus recursos humanos, físicos e informacionais em um novo desenho capaz de dar suporte a mecanismos de governança institucional. Importante ressaltar que a Casa já tem definido o seu modelo de governança corporativa da gestão estratégica (Portaria DG nº 233, de 28 de dezembro de 2009).

Isso se reflete diretamente na forma de funcionamento da Diretoria de Recursos Humanos (órgão vinculado à Diretoria-Geral), onde se percebe necessária a estruturação de unidade específica que incorpore em seu rol de competências as funções atreladas ao movimento estratégico, em especial no que diz respeito aos programas, projetos e processos da área de recursos humanos.

Dessa necessidade, justifica-se a proposta de criação do Núcleo Setorial de Gestão, que assume as funções de Escritório Setorial de Gestão Estratégica, conforme estabelecido na Portaria nº 233, de 2009.

Uma vez que a presente proposta não gera acréscimo de despesa, a estrutura administrativa da Diretoria de Recursos Humanos pode ser alterada por Ato da Mesa, em consonância com o art. 4º da Resolução nº 46, de 7 de dezembro de 2006.

Por fim, salienta-se que este Ato não altera as estruturas administrativas, atribuições e funções comissionadas do Departamento de Pessoal, do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, do Departamento Médico e da Secretaria Executiva do Pró-Saúde, as quais serão consolidadas em processos próprios.

ANEXO I

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

Coordenação de Apoio Técnico Administrativo
Núcleo Setorial de Gestão
Secretaria Executiva da Comissão do Pecúlio
Departamento de Pessoal
Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento
Departamento Médico
Secretaria Executiva do Pró-Saúde

ANEXO II
FUNÇÃO COMISSIONADA EXTINTA

Código	Função Comissionada	Nível
C1113474	Assessor Técnico	FC-03

ANEXO III
FUNÇÃO COMISSIONADA CRIADA

Função Comissionada	Nível	Lotação da Função
Chefe do Núcleo Setorial de Gestão	FC-03	Núcleo Setorial de Gestão

ANEXO IV
ESTRUTURA DE FUNÇÕES COMISSIONADAS

Quantidade	Nível	Denominação	Lotação
1	FC-5	Diretor de Recursos Humanos	Diretoria de Recursos Humanos
1	FC-3	Diretor da Coordenação de Apoio Técnico-Administrativo	Coordenação de Apoio Técnico-Administrativo
1	FC-3	Secretário Executivo do Pecúlio	Secretaria Executiva da Comissão do Pecúlio
2	FC-3	Assessor Técnico	Diretoria de Recursos Humanos
1	FC-3	Chefe do Núcleo Setorial de Gestão	Núcleo Setorial de Gestão
2	FC-2	Assistente Técnico	Coordenação de Apoio Técnico-Administrativo
1	FC-2	Assistente Técnico	Diretoria de Recursos Humanos
2	FC-1	Assistente de Gabinete	Diretoria de Recursos Humanos
1	FC-1	Assistente de Gabinete	Núcleo Setorial de Gestão
1	FC-1	Assistente de Gabinete	Coordenação de Apoio Técnico-Administrativo
1	FC-1	Assistente de Gabinete	Secretaria Executiva da Comissão do Pecúlio

ANEXO V

COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**1. DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS:**

1.1. planejar, organizar, coordenar, comandar, controlar e orientar os órgãos que a compõem, controlar as atividades inerentes à gestão de pessoas da Câmara dos Deputados e zelar pelo cumprimento das diretrizes e programas da política de pessoal;

1.2. normatizar e propor normas ao Diretor-Geral relacionadas à gestão de pessoas;

1.3. harmonizar as ações dos órgãos subordinados para o melhor aproveitamento e desenvolvimento dos servidores da Câmara dos Deputados;

1.4. submeter ao Diretor-Geral propostas para os órgãos subordinados;

1.5. receber, transmitir, cumprir e fazer cumprir as deliberações na área de pessoal oriundas da Mesa Diretora e da Diretoria-Geral;

1.6. definir a lotação ideal dos órgãos da Câmara dos Deputados e proceder a realocação de servidores, quando necessário;

1.7. propor ao Diretor-Geral a designação de servidores para ocuparem cargos de confiança em unidades sob sua direção, bem como a dos respectivos substitutos eventuais;

2. COORDENAÇÃO DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO:

2.1. coordenar, dirigir e controlar os serviços técnicos, administrativos e auxiliares de apoio necessários ao funcionamento da Diretoria de Recursos Humanos;

2.2. elaborar e submeter à autoridade superior, com o auxílio do corpo técnico, a análise, instrução, despacho e encaminhamento de processos;

2.3. realizar o controle funcional dos servidores lotados na Diretoria de Recursos Humanos;

2.4. fiscalizar o emprego do material de consumo e o uso do material permanente, equipamentos e instalações;

2.5. redigir a correspondência oficial expedida pela Diretoria de Recursos Humanos;

2.6. propor à autoridade superior medidas que visem ao aperfeiçoamento e melhoria dos serviços;

2.7. identificar as necessidades de treinamento e aperfeiçoamento de servidores da Diretoria de Recursos Humanos e comunicar ao órgão de treinamento;

2.8. gerenciar, orientar e supervisionar os procedimentos e rotinas administrativas em geral.

3. NÚCLEO SETORIAL DE GESTÃO: desempenhar as competências de Escritório Setorial de Gestão Estratégica estabelecidas na Portaria da Diretoria-Geral nº 233, de 28 de dezembro de 2009.

4. SECRETARIA EXECUTIVA DA COMISSÃO DO PECÚLIO:

4.1. prestar assistência financeira aos beneficiários do servidor falecido;

4.2. orientar servidores e beneficiários sobre direito de sucessão;

4.3. receber, analisar e despachar processos e documentos;

4.4. atualizar declarações de beneficiários;

4.5. marcar e acompanhar depoimentos;

4.6. distribuir processos para os membros e designar relatores;

4.7. revisar relatórios finais dos processos;

4.8. providenciar o deliberado pela Comissão.

ATO DA MESA Nº , DE 2014**Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria Executiva do Programa de Saúde da Câmara dos Deputados – Pró-Saúde.**

A **MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 4º da Resolução nº 46, de 7 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º A estrutura administrativa da Secretaria Executiva do Pró-Saúde, prevista nos Atos de Mesa nº 87, de 2 de abril de 1998, e nº 97, de 1º de julho de 1998, e na Resolução nº 46, de 2006, é a constante do Anexo I.

Art. 2º Ficam extintas as funções comissionadas constantes do Anexo II.

Art. 3º Ficam criadas as funções comissionadas constantes do Anexo III.

Art. 4º Ficam renomeadas as funções comissionadas constantes do Anexo IV.

Art. 5º Fica renomeada e remanejada a função comissionada constante do Anexo V.

Art. 6º As funções comissionadas da Secretaria Executiva do Pró-Saúde, previstas nos Atos da Mesa nº 87, de 1998, e nº 97, de 1998, e na Resolução nº 46, de 2006, passam a ser as constantes do Anexo VI.

Art. 7º As competências da Secretaria Executiva do Pró-Saúde são as constantes do Anexo VII e as atribuições dos titulares das respectivas unidades administrativas, além de correlacionadas com as competências, são as estabelecidas nos arts. 254 e 255 da Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente Ato da Mesa tem por escopo a padronização da estrutura administrativa da Secretaria Executiva do Pró-Saúde, de forma a refletir fielmente a organização e o funcionamento dessa unidade administrativa, assim como os seus processos de trabalho.

A alteração ora proposta justifica-se não apenas para corrigir as divergências de organização da própria Secretaria Executiva, mas para alinhá-la à estrutura administrativa da Diretoria de Recursos Humanos, órgão ao qual está vinculada.

Ao mesmo tempo, a estruturação pretendida permitirá a atualização dos serviços que foram incorporados às atividades do órgão desde a sua instituição e que carecem de regulamentação.

Assim, as alterações propostas representarão com exatidão os elementos constitutivos da Secretaria Executiva do Pró-Saúde em todos os seus níveis, o que permitirá uma leitura adequada de toda a sua organização funcional.

ANEXO I

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO PRÓ-SAÚDE

SECRETARIA EXECUTIVA DO PRÓ-SAÚDE

Seção de Análise Econômico-Financeira

Seção de Auditoria Médica

Serviço de Fiscalização

Seção de Análise de Despesas com Saúde

Serviço de Auditoria Odontológica

Seção Técnica Odontológica

Serviço de Atuária

Serviço de Apoio Tecnológico

Seção de Planejamento e Controle

Serviço de Apoio ao Beneficiário

Seção Administrativa

Serviço de Contabilidade

ANEXO II
FUNÇÕES COMISSIONADAS EXTINTAS

Código	Nível	Denominação da Função	Lotação
C1300013	FC-2	Assistente Técnico	Secretaria Executiva do Pró-Saúde
C1300014	FC-2	Assistente Técnico	Secretaria Executiva do Pró-Saúde
C1300015	FC-2	Assistente Técnico	Secretaria Executiva do Pró-Saúde
C1300016	FC-2	Assistente Técnico	Secretaria Executiva do Pró-Saúde
C1300017	FC-2	Assistente Técnico	Secretaria Executiva do Pró-Saúde
C1300018	FC-2	Assistente Técnico	Secretaria Executiva do Pró-Saúde

ANEXO III
FUNÇÕES COMISSIONADAS CRIADAS

Nível	Denominação da Função	Lotação
FC-2	Chefe do Serviço de Fiscalização	Secretaria Executiva do Pró-Saúde
FC-2	Chefe do Serviço de Auditoria Odontológica	Secretaria Executiva do Pró-Saúde
FC-2	Chefe do Serviço de Atuária	Secretaria Executiva do Pró-Saúde
FC-2	Chefe do Serviço de Apoio Tecnológico	Secretaria Executiva do Pró-Saúde
FC-2	Chefe do Serviço de Apoio ao Beneficiário	Secretaria Executiva do Pró-Saúde
FC-2	Chefe do Serviço de Contabilidade	Secretaria Executiva do Pró-Saúde

ANEXO IV
FUNÇÕES COMISSIONADAS RENOMEADAS

Situação atual				Situação nova		
Código	Nível	Denominação da Função	Lotação	Nível	Denominação da Função	Lotação
C0600007	FC-3	Diretor da Coordenação do Programa Pró-Saúde	Secretaria Executiva do Pró-Saúde	FC-3	Diretor da Secretaria Executiva do Pró-Saúde	Secretaria Executiva do Pró-Saúde
C2040167	FC-1	Chefe da Seção de Fiscalização	Secretaria Executiva do Pró-Saúde	FC-1	Chefe da Seção de Análise de Despesas com Saúde	Secretaria Executiva do Pró-Saúde
C2040185	FC-1	Chefe da Seção Contábil e Financeira	Secretaria Executiva do Pró-Saúde	FC-1	Chefe da Seção de Análise Econômico-Financeira	Secretaria Executiva do Pró-Saúde
C2040328	FC-1	Chefe da Seção de Auditoria Odontológica	Secretaria Executiva do Pró-Saúde	FC-1	Chefe da Seção Técnica Odontológica	Secretaria Executiva do Pró-Saúde

ANEXO V

FUNÇÃO COMISSIONADA RENOMEADA E REMANEJADA

Situação atual				Situação nova		
Código	Nível	Denominação da Função	Lotação	Nível	Denominação da Função	Lotação
C2040169	FC-1	Chefe da Seção de Atendimento e Informação do Pró-Saúde	Secretaria Executiva do Pró-Saúde	FC-1	Assistente de Gabinete	Coordenação de Secretariado Parlamentar do Departamento de Pessoal

ANEXO VI

ESTRUTURA DE FUNÇÕES COMISSIONADAS DA SECRETARIA EXECUTIVA DO PRÓ-SAÚDE

Nível	Denominação da Função
FC-3	Diretor da Secretaria Executiva do Pró-Saúde
FC-1	Chefe da Seção de Análise Econômico-Financeira
FC-1	Chefe da Seção de Auditoria Médica
FC-2	Chefe do Serviço de Fiscalização
FC-1	Chefe da Seção de Análise de Despesas com Saúde
FC-2	Chefe do Serviço de Auditoria Odontológica
FC-1	Chefe da Seção Técnica Odontológica
FC-2	Chefe do Serviço de Atuária
FC-2	Chefe do Serviço de Apoio Tecnológico
FC-1	Chefe da Seção de Planejamento e Controle
FC-2	Chefe do Serviço de Apoio ao Beneficiário
FC-1	Chefe da Seção Administrativa
FC-2	Chefe do Serviço de Contabilidade

ANEXO VII

COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA EXECUTIVA DO PRÓ-SAÚDE**1. SECRETARIA EXECUTIVA DO PRÓ-SAÚDE**

- 1.1. proporcionar assistência à saúde complementar dos servidores e Deputados e seus dependentes; propor a celebração de convênios e contratos de credenciamento ou a sua rescisão;
- 1.2. opinar sobre o credenciamento de entidades e de profissionais liberais prestadores de serviços na área de saúde;
- 1.3. fornecer informações para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da participação da Câmara dos Deputados no Pró-Saúde;
- 1.4. controlar os recursos do Pró-Saúde;
- 1.5. preparar a prestação de contas mensal e anual do Pró-Saúde;
- 1.6. assinar, por intermédio de seu Diretor, ou de seu substituto legal, juntamente com o Presidente do Conselho Diretor, em exercício, ou um dos membros do Conselho Diretor expressamente designado pelo seu Presidente, as ordens de pagamento, cheques, relações de pagamentos ou qualquer outro instrumento de movimentação dos recursos do Programa;
- 1.7. prestar apoio ao Conselho Diretor;
- 1.78. proceder ao levantamento das despesas globais do Programa;
- 1.9. exercer outras atribuições determinadas pelo Conselho;
- 1.10. propor planos e ações na assistência social a ser prestada aos beneficiários do Programa;
- 1.11. disponibilizar informações sobre as assistências do Programa;
- 1.12. realizar estudo socioeconômico dos beneficiários;
- 1.13. elaborar relatórios e pareceres sociais;
- 1.14. articular-se com instituições sociais e de saúde;
- 1.15. examinar e propor solução para as questões sociopsicológicas dos casos de saúde;
- 1.16. prestar esclarecimentos acerca da atenção psicossocial;
- 1.17. orientar os beneficiários em relação aos seus direitos e deveres;
- 1.18. propor e gerenciar projeto com o objetivo de estimular a cultura de prevenção, promoção e de corresponsabilidade em saúde.

2. SEÇÃO DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 2.1. realizar pesquisas e estudos sobre o desempenho financeiro do programa e de seus custos e propor cenários de viabilidade econômica e financeira;
- 2.2. elaborar informações, pareceres, e outros atos necessários à elaboração da prestação de contas do Pró-Saúde;
- 2.3. acompanhar a atualização da legislação pertinente à normatização da contabilidade;
- 2.4. acompanhar a programação financeira do Programa;
- 2.5. analisar, interpretar os índices financeiros e sua influência nos custos do Programa;
- 2.6. avaliar a necessidade de reajuste na contribuição do Programa;
- 2.7. analisar os demonstrativos financeiros do Pró-Saúde.

3. SEÇÃO DE AUDITAGEM MÉDICA:

- 3.1. emitir pareceres técnicos;
- 3.2. examinar faturas e efetuar glosas;
- 3.3. realizar visitas aos pacientes internados em regime hospitalar e domiciliar;
- 3.4. avaliar e autorizar procedimentos médicos e cirúrgicos;
- 3.5. realizar perícia documental e clínica;
- 3.6. propor normas e condutas à rede conveniada ao Programa;
- 3.7. auditar prontuários médicos;
- 3.8. realizar contra-auditoria;
- 3.9. supervisionar os serviços médicos prestados a pacientes internados em ambiente hospitalar e domiciliar;
- 3.10. realizar vistoria de clínicas e hospitais credenciados;
- 3.11. estabelecer critérios para autorização de procedimentos.

4. SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO:

- 4.1. supervisionar os serviços de assistência à saúde dos beneficiários do Pró-Saúde, tanto os realizados pelo critério de livre escolha quanto os realizados pelo critério de escolha dirigida;
- 4.2. analisar a documentação referente aos procedimentos com tratamentos médicos realizados pelos beneficiários quanto à correta aplicação dos códigos, percentuais, quantidades e preços, de acordo com as tabelas adotadas pelo Programa e com as normas baixadas pelo Conselho Diretor;

4.3. examinar e aprovar as cotações de materiais e de equipamentos referentes a procedimentos médicos dos beneficiários do Pró-Saúde,

4.4. coordenar, instruir e acompanhar os processos de ressarcimento de despesas com tratamentos de saúde realizados por beneficiários do Pró-Saúde;

4.5. informar ao beneficiário do Pró-Saúde sobre os procedimentos autorizados, os valores a serem ressarcidos e o prazo de autorização;

4.6. encaminhar os processos de ressarcimento de despesas aos setores de auditoria médica e de enfermagem;

4.7. atender e orientar o beneficiário do Pró-Saúde acerca da assistência prevista pelo programa;

4.8. prestar assistência à Direção do Pró-Saúde.

5. SEÇÃO DE ANÁLISE DE DESPESAS COM SAÚDE

5.1. receber e orientar o beneficiário do Pró-Saúde acerca da assistência prevista pelo programa;

5.2. realizar o ressarcimento dos procedimentos médico-hospitalares realizados pelos beneficiários do Pró-Saúde pelo critério de livre escolha;

5.3. orientar os beneficiários quanto aos valores e procedimentos lançados nos demonstrativos de ressarcimento de despesas realizadas na rede credenciada ao Programa;

5.4. receber, autenticar, avaliar e atestar documentos fiscais, faturas e documentação correlata apresentada para fins de ressarcimento;

5.5. pesquisar preços de medicamentos, de materiais, de equipamentos e de procedimentos constantes ou não das tabelas do Pró-Saúde e elaborar quadros demonstrativos;

5.6. aplicar glosas nos valores das despesas médicas apresentadas para ressarcimento com base nas tabelas e normas adotadas pelo Pró-Saúde;

5.7. encaminhar relatório final para pagamento das despesas de livre escolha;

5.8. oficiar a Receita Federal em resposta a questionamento sobre as despesas com saúde declaradas pelos beneficiários;

5.9. encaminhar aos beneficiários do Pró-Saúde informações requeridas sobre os procedimentos realizados na rede credenciada ao Programa;

5.10. analisar e realizar acertos contábeis referentes às despesas de livre escolha;

5.11. organizar e manter arquivo de processos de ressarcimento de despesas médicas, prontuários, relatórios, documentos fiscais e correspondências.

6. SERVIÇO DE AUDITORIA ODONTOLÓGICA:

6.1. coordenar atividades de natureza técnica, relacionadas à assistência odontológica preventiva e curativa;

6.2. realizar pesquisas para melhoria contínua dos processos de serviço;

6.3. promover a implementação de serviço de auditoria odontológica de excelência no Pró-Saúde;

6.4. coordenar o serviço de auditoria odontológica;

6.5. monitorar a qualidade técnica dos serviços oferecidos aos beneficiários do Programa;

6.6. fazer cumprir as normas e condutas aplicáveis à rede credenciada ao Programa;

6.7. otimizar os processos de reembolso de despesas odontológicas dos parlamentares;

6.8. promover o levantamento de dados epidemiológicos da saúde bucal dos beneficiários do Programa e identificar necessidades que subsidiem a extensão da cobertura do rol de procedimentos odontológicos oferecidos;

6.9. elaborar a tabela de procedimentos de assistência odontológica do Pró-Saúde e propor modificações;

6.10. supervisionar o funcionamento das perícias odonto-legais em sede administrativa;

6.11. emitir pareceres técnicos.

7. SEÇÃO TÉCNICA ODONTOLÓGICA:

7.1. desempenhar atividades de natureza técnica, relacionadas à assistência odontológica preventiva e curativa;

7.2. realizar pesquisas, para melhoria contínua dos processos de trabalho;

7.3. viabilizar a implementação de serviços de auditoria odontológica de excelência;

7.4. atender, orientar e encaminhar beneficiários do Programa com necessidade de tratamento odontológico;

7.5. auditar os serviços odontológicos;

7.6. realizar auditoria clínica dos beneficiários do Programa;

7.7. auditar prontuários de pacientes internados em regime hospitalar, no âmbito da sua competência;

7.8. realizar visitas a pacientes internados em regime domiciliar e hospitalar;

7.9. monitorar o planejamento e a execução dos tratamentos odontológicos oferecidos e verificar a sua qualidade;

7.10. autorizar procedimentos odontológicos;

7.11. emitir pareceres técnicos;

7.12. fiscalizar e orientar os auditores externos;

7.13. vistoriar consultórios e clínicas odontológicas para avaliação da biossegurança;

- 7.14. estimular a integração dos profissionais da rede credenciada;
 - 7.15. propor normas e condutas à rede credenciada ao Programa;
 - 7.16. analisar os processos de reembolso de despesas odontológicas;
 - 7.17. levantar dados epidemiológicos da saúde bucal dos beneficiários do Pró-Saúde e identificar necessidades que subsidiem a extensão da cobertura do rol de procedimentos odontológicos oferecidos;
 - 7.18. atuar na orientação, educação, elaboração e execução de programas de promoção de saúde bucal;
 - 7.19. participar de programas de saúde da Casa, inseridos em equipe multiprofissional;
 - 7.20. realizar perícias odonto-legais em sede administrativa, de acordo com a Lei nº 8112/1990;
 - 7.21. supervisionar técnicos em saúde que atuem com os cirurgiões-dentistas;
 - 7.22. fiscalizar contratos relativos à assistência odontológica;
 - 7.23. desempenhar tarefas e atos administrativos relativos à assistência odontológica e à prestação de atendimento ao beneficiário;
 - 7.24. realizar análise administrativa dos processos e autorizações da Seção.
- 8. SERVIÇO DE ATUÁRIA:**
- 8.1. obter e manter base de dados para análise estatística;
 - 8.2. validar e analisar os dados disponíveis;
 - 8.3. identificar comportamentos padrões teóricos e funcionais;
 - 8.4. extrair resultados;
 - 8.5. proceder à análise descritiva dos dados;
 - 8.6. proceder à análise textual;
 - 8.7. elaborar indicadores;
 - 8.8. definir metodologia para análise;
 - 8.9. proceder à análise de custo e de procedimentos da assistência de saúde;
 - 8.10. estimar o custo de implantação e manutenção de novos benefícios;
 - 8.11. prever as necessidades administrativas e funcionais de implantação de novos benefícios;
 - 8.12. emitir parecer técnico estatístico e atuarial;
 - 8.13. planejar e executar pesquisas;
 - 8.14. elaborar questionários;
 - 8.15. criar, manter e analisar bases de dados de pesquisa;
 - 8.16. apresentar e analisar resultados de pesquisa.
- 9. SERVIÇO DE APOIO TECNOLÓGICO:**
- 9.1. fornecer informações gerenciais à diretoria do Pró-Saúde;
 - 9.2. identificar e levantar necessidades junto às demais unidades do Pró-Saúde para o desenvolvimento de sistemas de controle informatizados;
 - 9.3. aprovar e acompanhar alterações nos sistemas informatizados que suportem os processos do Pró-Saúde;
 - 9.4. estudar propostas de soluções tecnológicas para o programa Pró-Saúde;
 - 9.5. coordenar as atividades de geração e atualização de informações sobre beneficiários;
 - 9.6. analisar relatórios e informações geradas pelos sistemas informatizados;
 - 9.7. participar de estudos sobre a viabilidade de propostas de aprimoramento do programa;
 - 9.8. gerenciar o acesso dos servidores aos sistemas informatizados do Pró-Saúde, tanto internos como de terceiros;
 - 9.9. operacionalizar decisões do Conselho Diretor do Pró-Saúde.
- 10. SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE:**
- 10.1. desenvolver e emitir relatórios de acompanhamento e controle operacional e gerencial;
 - 10.2. gerenciar e manter as informações relativas aos beneficiários do Programa nos sistemas informatizados;
 - 10.3. receber e validar o movimento mensal de despesas do Programa;
 - 10.4. levantar dados de utilização do Programa, descontos de participação e contribuição mensal, valores de demonstrativos mensais ou para declaração de imposto de renda, bem como descontos diversos;
 - 10.5. manter atualizados dados estatísticos de utilização do Programa;
 - 10.6. propor e implementar alterações para racionalização de formulários e procedimentos operacionais do Programa;
 - 10.7. propor e implementar atualizações na página do Pró-Saúde no portal do servidor da Câmara dos Deputados;
 - 10.8. gerar e encaminhar os dados para confecção semanal e anual de carteiras dos beneficiários do Pró-Saúde e controlar o seu recebimento;

10.9. disponibilizar dados consolidados de despesas médico-hospitalares e demais valores relativos a beneficiários do Programa para inclusão na folha de pagamento;

10.10. disponibilizar em endereço eletrônico consultas às despesas mensais, despesas consolidadas para imposto de renda e credenciados do Pró-Saúde para os beneficiários do programa;

10.11. gerar e disponibilizar os demonstrativos mensais para declaração de renda dos beneficiários do Programa;

10.12. conferir e validar o movimento mensal de despesas com saúde realizadas pelos beneficiários do Programa.

11. SERVIÇO DE APOIO AO BENEFICIÁRIO:

11.1. gerir os expedientes administrativos;

11.2. operacionalizar os sistemas SIDOC, SIGMAS, SISBE;

11.3. elaborar correspondências relacionadas à assistência do Programa e à Diretoria;

11.4. expedir, receber e controlar as correspondências da Secretaria Executiva;

11.5. orientar as unidades administrativas integrantes da Secretaria Executiva quanto aos procedimentos a serem adotados na prática de atos administrativos, patrimoniais, pessoais, materiais, segundo as diretrizes emanadas dos órgãos centrais do Sistema de Administração Geral;

11.6. orientar o público em geral sobre a legislação do Pró-Saúde e os benefícios oferecidos pelo Programa;

11.7. gerir o cadastro dos beneficiários dependentes;

11.8. disponibilizar atendimento a beneficiários em pré ou pós-tratamento cirúrgico para avaliação pericial;

11.9. disponibilizar atendimento a beneficiários, médicos e/ou hospitais para emissão de autorizações prévias;

11.10. receber e orientar os servidores quanto à utilização de benefícios junto à rede credenciada;

11.11. coordenar a emissão anual das carteiras dos beneficiários do Programa;

11.12. propor soluções e melhorias na execução de processos de trabalho.

12. SEÇÃO ADMINISTRATIVA:

12.1. promover a atualização cadastral dos beneficiários do Programa;

12.2. gerir o andamento de documentos na Secretaria Executiva;

12.3. organizar o arquivo dos documentos produzidos pelo Serviço de Apoio ao Beneficiário e Diretoria;

12.4. gerir o cadastro dos dependentes;

12.5. receber e orientar os servidores quanto à utilização de benefícios junto à rede credenciada;

12.6. atender beneficiários, médicos e/ou hospitais para emissão de autorizações prévias;

12.7. solicitar e controlar o material de consumo e permanente;

12.8. promover o inventário periódico do material permanente sob guarda da Secretaria Executiva;

12.9. orientar e supervisionar os serviços de copa;

12.10. solicitar reparos dos equipamentos da Secretaria Executiva;

12.11. solicitar serviços de obras em geral a serem realizados nas instalações da Secretaria Executiva;

12.12. propor soluções e melhorias na execução de processos de trabalho.

13. SERVIÇO DE CONTABILIDADE

13.1. proceder à contabilização das operações realizadas pelo Pró-Saúde e ao levantamento dos balanços mensais, dos balanços e demais demonstrativos previstos em lei e preparar a sua publicação;

13.2. elaborar a previsão orçamentária anual e plurianual do Pró-Saúde;

13.3. promover e controlar a cobrança de débitos para com o Programa;

13.4. acompanhar lançamentos das despesas e receitas junto ao SIAFI;

13.5. registrar os fatos contábeis;

13.6. acompanhar o fluxo da conta corrente do Pró-Saúde;

13.7. elaborar estudos técnicos.

ATO DA MESA Nº , DE 2014

Dispõe sobre a estrutura administrativa do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 4º da Resolução nº 46, de 7 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º A estrutura administrativa do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, prevista nos arts. 118 a 128 da Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971, passa a vigorar na forma do Anexo I.

Art. 2º Ficam extintas as funções comissionadas constantes do Anexo II.

Art. 3º Ficam criadas as funções comissionadas constante do Anexo III.

Art. 4º Ficam renomeadas as funções comissionadas constante do Anexo IV.

Art. 5º As funções comissionadas do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, previstas na Lei nº 5.810, de 11 de outubro de 1972; nas Resoluções nº 33, de 1º de dezembro de 1972; nº 7, de 27 de junho de 1975; nº 107, de 3 de dezembro de 1984; nº 31 de 19 de junho de 1986; e nos Atos de Mesa nº 37, de 30 de maio de 2000 e nº 103, de 19 de dezembro de 2001, passam a ser as constantes do Anexo V.

Art. 6º As competências do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação são as constantes do Anexo VI e as atribuições dos titulares das respectivas unidades administrativas, além de correlacionadas com as competências, são as estabelecidas nos arts. 252 a 255 da Resolução nº 20, de 1971.

Art. 7º Ficam estabelecidas as atribuições das funções comissionadas constantes do Anexo VII.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, subordinado diretamente à Diretoria Legislativa, promoveu, no decorrer do exercício de 2012, uma ampla discussão envolvendo todas as áreas internas e diversos servidores, para que fossem estudados e desenhados os principais processos de trabalho que envolvem as atividades do Departamento na Câmara dos Deputados, com vistas a subsidiar as decisões para sua reestruturação.

A atual estrutura do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação baseia-se naquela criada pelo Ato Normativo nº 37, de 2000, que se mostrou bastante eficiente. Em 2012, pequenos ajustes foram realizados na área administrativa para otimizar as rotinas de trabalho e melhor atender as demandas dos trabalhos de Plenário e de Comissão, sem ônus para a Câmara dos Deputados.

Na presente proposta, são extintas as funções comissionadas de Chefe de Núcleo de Revisão em Comissões (FC-2) e Chefe de Seção de Apoio às Comissões (FC-1) e criadas as de Assistente Técnico (FC-2) e Chefe da Seção de Roteiros Taquigráficos (FC-1), conforme especificado nos Anexos II e III. Também é modificada a nomenclatura das funções de chefe de núcleo, que passarão a ser denominadas chefe de serviço.

Por fim, a adequação da estrutura orgânica do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, por meio do presente Ato, decorre do reconhecimento da necessidade de ajustar as áreas administrativas e políticas da Casa às novas nomenclaturas e divisões.

ANEXO I

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Serviço de Administração

Coordenação de Registro

Serviço de Registro em Plenário

Seção de Taquigrafia

Serviço de Registro em Comissões

Seção de Controle dos Registros em Comissão

Seção de Roteiros Taquigráficos

Coordenação de Revisão

Serviço de Revisão e de Resenha

Seção de Apoio ao Plenário

Seção de Sumário

Coordenação de Redação Final

Serviço de Redação Final de Plenário

Seção de Apoio ao Plenário

Serviço de Redação Final de Comissões

Seção de Apoio às Comissões

Coordenação de Histórico de Debates

Seção de Indexação

Seção de Manutenção de Dados

Seção de Atendimento

ANEXO II**FUNÇÕES COMISSIONADAS EXTINTAS**

Código	Nível	Denominação da Função	Lotação da Função
C2040291	FC-1	Chefe da Seção de Apoio às Comissões	Coordenação de Revisão
C2140025	FC-2	Chefe do Núcleo de Revisão em Comissão	Coordenação de Revisão

ANEXO III**FUNÇÕES COMISSIONADAS CRIADAS**

Nível	Denominação da Função	Lotação da Função
FC-1	Chefe da Seção de Roteiros Taquigráficos	Coordenação de Registro
FC-2	Assistente Técnico	Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

ANEXO IV**FUNÇÕES COMISSIONADAS RENOMEADAS**

Código	Nível	Situação Anterior		Situação Nova	
		Denominação da Função	Lotação da Função	Denominação da Função	Lotação da Função
C2140023	FC-2	Chefe do Núcleo de Registro em Plenário	Coordenação de Registro	Chefe do Serviço de Registro em Plenário	Coordenação de Registro
C2140024	FC-2	Chefe do Núcleo de Registro em Comissão	Coordenação de Registro	Chefe do Serviço de Registro em Comissões	Coordenação de Registro
C2140027	FC-2	Chefe do Núcleo de Redação Final de Plenário	Coordenação de Redação Final	Chefe do Serviço de Redação Final de Plenário	Coordenação de Redação Final
C2140026	FC-2	Chefe do Núcleo de Redação Final de Comissão	Coordenação de Redação Final	Chefe do Serviço de Redação Final de Comissões	Coordenação de Redação Final
C2040006	FC-1	Chefe da Seção de Histórico de Debates	Coordenação de Revisão	Chefe da Seção de Indexação	Coordenação de Histórico de Debates

ANEXO V

ESTRUTURA DE FUNÇÕES COMISSIONADAS

Quant.	Nível	Denominação	Lotação
1	FC-4	Diretor do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação	Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
1	FC-3	Assessor Técnico	Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
1	FC-2	Assistente Técnico	Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
1	FC-3	Diretor da Coordenação de Registro	Coordenação de Registro
1	FC-2	Chefe do Serviço de Registro em Plenário	Coordenação de Registro
1	FC-1	Chefe da Seção de Taquigrafia	Coordenação de Registro
1	FC-2	Chefe do Serviço de Registro em Comissões	Coordenação de Registro
1	FC-1	Chefe da Seção de Controle dos Registros em Comissões	Coordenação de Registro
1	FC-1	Chefe da Seção de Roteiros Taquigráficos	Coordenação de Registro
1	FC-3	Diretor da Coordenação de Revisão	Coordenação de Revisão
1	FC-2	Chefe do Serviço de Revisão e de Resenha	Coordenação de Revisão
1	FC-1	Chefe da Seção de Apoio ao Plenário	Coordenação de Revisão
1	FC-1	Chefe da Seção de Sumário	Coordenação de Revisão
30	FC-1	Revisor de Pronunciamento	Coordenação de Revisão
1	FC-3	Diretor da Coordenação de Redação Final	Coordenação de Redação Final
1	FC-2	Chefe do Serviço de Redação Final de Plenário	Coordenação de Redação Final
1	FC-1	Chefe da Seção de Apoio ao Plenário	Coordenação de Redação Final
1	FC-2	Chefe do Serviço de Redação Final de Comissões	Coordenação de Redação Final
1	FC-1	Chefe da Seção de Apoio às Comissões	Coordenação de Redação Final
18	FC-2	Supervisor de Pronunciamento	Coordenação de Redação Final
1	FC-3	Diretor da Coordenação de Histórico de Debates	Coordenação de Histórico de Debates
1	FC-1	Chefe da Seção de Indexação	Coordenação de Histórico de Debates
1	FC-1	Chefe da Seção de Manutenção de Dados	Coordenação de Histórico de Debates
1	FC-1	Chefe da Seção de Atendimento	Coordenação de Histórico de Debates
1	FC-2	Chefe do Serviço de Administração	Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

ANEXO VI

COMPETÊNCIAS DO DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**1. DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO:**

1.1. proceder ao registro taquigráfico, à revisão e à redação final dos discursos e debates ocorridos nas sessões plenárias da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional e dos debates nas Comissões da Câmara dos Deputados, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e em outros eventos;

1.2. elaborar a indexação de discursos de Deputados ocorridos no Plenário, em sessões da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, reuniões da Comissão Representativa do Congresso Nacional, de Deputados e de não-Parlamentares pronunciados em Comissões Mistas do Congresso Nacional e em Comissões Permanentes, Temporárias e Especiais da Câmara dos Deputados;

1.3. elaborar súmulas de discursos e demais intervenções ocorridas em sessões plenárias;

1.4. coordenar as atividades de pesquisa e atendimento, análise, criação, armazenamento, recuperação e transmissão de dados produzidos com base em discursos, de acordo com as determinações da Lei de Acesso à Informação;

1.5. planejar a aquisição e a operacionalização de tecnologias a serem adotadas no Departamento;

1.6. gerenciar projetos estratégicos setoriais e corporativos;

1.7. supervisionar e aprovar o planejamento do uso de ferramentas de interatividade e de seus conteúdos;

1.8. prestar atendimento ao público interno e externo em relação à pesquisa de pronunciamentos e debates proferidos na Câmara dos Deputados;

1.9. registrar, organizar e disponibilizar os pronunciamentos, os debates e as deliberações da Câmara dos Deputados.

2. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO:

2.1. supervisionar as atividades relativas à administração de pessoal, zeladoria, equipamentos e patrimônio;

2.2. executar tarefas de recebimento e de expedição de documentos;

2.3. supervisionar o registro e o controle dos processos que tramitam no âmbito do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação;

2.4. prestar informações ao público interno e externo referentes a vínculo funcional e andamento de processos da área de pessoal;

2.5. realizar o registro e o controle das declarações de bens patrimoniais e material de expediente do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação;

2.6. supervisionar o trabalho dos menores a serviço do Departamento, integrantes do Programa Pró-Adolescente.

3. COORDENAÇÃO DE REGISTRO:

3.1. proceder ao registro taquigráfico e à elaboração de roteiro e retranscrição dos discursos ocorridos em sessões plenárias da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, dos debates nas Comissões da Câmara dos Deputados, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e em outros eventos;

3.2. administrar o Programa de Qualidade do Departamento no âmbito da Coordenação de Registro.

4. SERVIÇO DE REGISTRO EM PLENÁRIO, da Coordenação de Registro:

4.1. proceder ao acompanhamento do registro taquigráfico, à decifração dos pronunciamentos e debates e à elaboração de roteiro e retranscrição dos discursos ocorridos em sessões plenárias da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional;

4.2. proceder ao cadastramento de sessões e montagem de escalas;

4.3. proceder ao cadastramento de oradores para sessões solenes ou comissão geral e de Deputados.

5. SEÇÃO DE TAQUIGRAFIA, do Serviço de Registro em Plenário:

5.1. elaborar escalas e tabelas de controle de distribuição dos trabalhos de registro taquigráfico dos pronunciamentos e debates ocorridos em sessões plenárias da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional;

5.2. organizar, autenticar e disponibilizar os discursos entregues no plenário e encaminhá-los à Coordenação de Revisão.

6. SERVIÇO DE REGISTRO EM COMISSÕES, da Coordenação de Registro:

6.1. proceder ao acompanhamento do registro taquigráfico dos debates ocorridos em reuniões das Comissões da Câmara dos Deputados, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e em outros eventos;

6.2. proceder ao controle do arquivo de prioridades de reuniões e de outros eventos a serem degravados;

6.3. convocar e organizar a escala de roteiristas.

7. SEÇÃO DE CONTROLE DOS REGISTROS EM COMISSÃO, do Serviço de Registro em Comissões: proceder ao cadastro, à distribuição e ao controle dos trabalhos do registro taquigráfico de reuniões de Comissões da Câmara dos Deputados, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e de outros eventos.

8. SEÇÃO DE ROTEIROS TAQUIGRÁFICOS, do Serviço de Registro em Comissões: acompanhar a elaboração de roteiro taquigráfico das reuniões das Comissões da Câmara dos Deputados, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e de outros eventos.

9. COORDENAÇÃO DE REVISÃO:

9.1. proceder ao acompanhamento do registro e à revisão dos discursos e debates ocorridos em sessões plenárias da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional;

9.2. proceder ao registro e à revisão de reuniões de Comissões da Câmara dos Deputados, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e de outros eventos;

9.3. elaborar súmulas de discursos e demais intervenções ocorridas em sessões plenárias;

9.4. administrar o Programa de Qualidade do Departamento no âmbito da Coordenação de Revisão.

10. SERVIÇO DE REVISÃO E DE RESENHA da Coordenação de Revisão: proceder ao acompanhamento dos trabalhos de revisão dos pronunciamentos e debates, à Conferência Prévia da Redação Final, à montagem da sessão e à sua publicação na Internet.

11. SEÇÃO DE APOIO AO PLENÁRIO do Serviço de Revisão e de Resenha:

11.1. elaborar escalas e tabelas de controle de distribuição dos trabalhos de revisão taquigráfica dos pronunciamentos e debates ocorridos em sessões plenárias da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional;

11.2. inserir os discursos encaminhados no corpo da sessão.

12. SEÇÃO DE SUMÁRIO do Serviço de Revisão e de Resenha: elaborar súmulas dos discursos e demais intervenções ocorridas em plenário e disponibilizar as súmulas para a Internet.

13. COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO FINAL:

13.1. proceder à redação final e à montagem de discursos proferidos nas sessões plenárias da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, bem como à redação final e à concatenação dos debates ocorridos em reuniões das Comissões da Câmara dos Deputados, de Comissões Mistas do Congresso Nacional e de outros eventos;

13.2. administrar o Programa de Qualidade do Departamento no âmbito da Coordenação de Redação Final.

14. SERVIÇO DE REDAÇÃO FINAL DE PLENÁRIO da Coordenação de Redação Final: proceder à redação final e à montagem de discursos proferidos nas sessões plenárias da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional.

15. SEÇÃO DE APOIO AO PLENÁRIO do Serviço de Redação Final de Plenário: elaborar escalas e tabelas de controle de distribuição dos discursos das sessões plenárias da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, e disponibilizar aos supervisores os pronunciamentos lidos e dados como lidos, os documentos referidos, o material constante da Ordem do Dia e as retrancas respectivas.

16. SERVIÇO DE REDAÇÃO FINAL DE COMISSÕES da Coordenação de Redação Final:

16.1. proceder à redação final dos pronunciamentos e debates ocorridos nas Comissões e em eventos relacionados com as atividades legislativas da Câmara dos Deputados e encaminhá-los ao Departamento de Comissões;

16.2. elaborar sumários das reuniões e manter arquivo corrente dos registros taquigráficos com redação final;

16.3. proceder ao controle do arquivo de prioridades de reuniões e outros eventos a serem degravados.

17. SEÇÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES do Serviço de Redação Final de Comissões: proceder à distribuição e ao controle dos trabalhos de supervisão e de concatenação de reuniões de Comissões da Câmara dos Deputados, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e de outros eventos.

18. COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES:

18.1. elaborar a indexação de discursos de Deputados ocorridos em Plenário, em sessões da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, reuniões da Comissão Representativa do Congresso Nacional, de Deputados e de não-Parlamentares pronunciados em comissões mistas do Congresso Nacional e em Comissões Permanentes, Temporárias e Especiais da Câmara dos Deputados;

18.2. coordenar as atividades de análise, criação, armazenamento, recuperação e transmissão de dados produzidos com base em discursos;

18.3. coordenar o atendimento ao usuário.

19. SEÇÃO DE INDEXAÇÃO da Coordenação de Histórico de Debates: elaborar a indexação dos discursos de Deputados ocorridos em Plenário, em sessões da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, reuniões da Comissão Representativa do Congresso Nacional, de Deputados e de não-Parlamentares pronunciados na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e em Comissões Permanentes, Temporárias e Especiais da Câmara dos Deputados.

20. SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE DADOS da Coordenação de Histórico de Debates:

20.1. prover, atualizar e disponibilizar as bases de dados no Banco de Discursos da Taquigrafia referentes a discursos em sessão plenária e debates em reuniões de Comissões;

20.2. manter atualizadas as informações na Intranet departamental;

20.3. atualizar a movimentação parlamentar e as teclas de atalho dos sistemas informatizados do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação.

21. SEÇÃO DE ATENDIMENTO da Coordenação de Histórico de Debates:

21.1. atender às solicitações do público interno e externo referentes a pesquisas em bases de dados do Departamento;

21.2. atualizar o painel de discursos.

ANEXO VII

ATRIBUIÇÕES DE TITULARES DE FUNÇÕES COMISSIONADAS

1. REVISOR DE PRONUNCIAMENTO:

1.1. proceder à revisão dos discursos, depoimentos, exposições, conferências e debates havidos no plenário principal da Casa, nas reuniões das comissões e em outros eventos relacionados com as atividades legislativas, dando-lhes a primeira redação, sem prejuízo do estilo e do pensamento dos oradores e dos apartes, observando as normas regimentais e procedimentais pertinentes à matéria;

1.2. indicar, nos discursos, os documentos cuja publicação tenha sido autorizada pela Mesa Diretora;

1.3. proceder ao gerenciamento da qualidade dos trabalhos de registro em plenário e comissão.

2. SUPERVISOR DE PRONUNCIAMENTO:

2.1. verificar discursos distribuídos, por orador, de qualquer fase da sessão, para elaborar a supervisão;

2.2. conferir a retranscrição, elaborada pela Secretaria-Geral da Mesa, com a sequência de oradores da sessão plenária, ou os roteiros de comissão, elaborados pelo Núcleo de Registro em Comissões;

2.3. proceder à supervisão dos discursos e dos respectivos sumários das sessões plenárias;

2.4. proceder à redação final e concatenação das reuniões de comissão ou de eventos relacionados à atividade legislativa;

2.5. proceder à supervisão dos discursos das sessões plenárias dados como lidos e encaminhados pelos gabinetes;

2.6. anexar aos discursos documentos a que se refere o orador;

2.7. preencher o sumário das reuniões de comissão e salvá-lo na pasta "Capas de Comissão";

2.8. observar e aplicar as normas e regras de redação;

2.9. observar e aplicar normas e regras de procedimentos do Departamento;

2.10. fazer as pesquisas necessárias;

2.11. proceder ao gerenciamento da qualidade dos trabalhos de revisão em plenário e comissão.

ATO DA MESA Nº , DE 2014**Dispõe sobre a organização administrativa da Coordenação de Habitação.**

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no art. 4º da Resolução nº 46, de 2006, resolve:

Art. 1º A estrutura administrativa da Coordenação de Habitação, criada pela Resolução nº 19, de 1980, e alterada pela Resolução nº 51, de 1984, passa a vigorar na forma do Anexo I.

Art. 2º Fica extinta a função comissionada constantes do Anexo II.

Art. 3º Fica criada a Seção de Controle Orçamentário e Financeiro e sua respectiva função comissionada constante do Anexo III.

Art. 4º Ficam renomeadas as funções comissionadas constante do Anexo IV.

Art. 5º As funções comissionadas da Coordenação de Habitação passam a ser as constantes do Anexo V.

Art. 6º As competências da Coordenação de Habitação são as constantes do Anexo VI e as atribuições dos titulares das respectivas unidades administrativas, além de correlacionadas com as competências, são as estabelecidas nos arts. 254 e 255 da Resolução nº 20, de 1971.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Coordenação de Habitação, órgão subordinado diretamente à Diretoria-Geral, foi criada pela Resolução nº 19, de 1980, com as alterações promovidas pela Resolução nº 51, de 1984, permanece desde então com a mesma estrutura organizacional. Nesse interstício, novas atividades e rotinas foram incorporadas, aumentando assim a diversidade de atribuições setoriais. Nesse meio tempo, para acompanhar a evolução das demandas de serviços de manutenção nos edifícios funcionais, foram necessárias algumas adaptações na estrutura.

Seguiram-se a essas mudanças alterações na forma de contratação de serviços e fornecimentos voltados para a manutenção dos imóveis funcionais. Antes, as reformas de apartamentos eram licitadas englobando todos os serviços necessários, tendo como executor apenas um fornecedor. Essa prática acarretava maior prazo para início e conclusão dos serviços e custos mais elevados. Para solucionar esses problemas, foi adotada a sistemática, em vigor atualmente, de contratação de serviços por espécie. Serviços como aplicação de sinteco, pintura, fornecimento de armários e outros passaram a ser contratados de fornecedores especializados, diversificando e ampliando a quantidade de contratos administrados.

Como resultado da nova política de contratações obteve-se maior celeridade no atendimento das demandas, maior facilidade de acompanhamento, padronização dos serviços e, principalmente, redução de custos.

No entanto, o referido modelo de atuação trouxe repercussões internas no Órgão. Um volume maior de contratos passou a demandar maiores exigências no nível das especificações, maior clareza das demandas contratuais, melhor acompanhamento físico, financeiro e orçamentário, enfim, respostas mais qualificadas do pessoal lotado na Coordenação de Habitação. Atualmente, a Coordenação mantém, em média, trinta contratações para fazer frente às demandas mais diversas de suas atribuições. Esses contratos e atas requerem atualização periódica de suas especificações, sempre que novas licitações são necessárias, o que ocorre, pelo menos, a cada doze meses.

Pelo exposto, entendem-se necessárias algumas alterações na estrutura da Coordenação de Habitação. Essas mudanças compreendem a criação de uma seção e a alteração nas competências e na denominação de três outras seções já existentes. As competências das demais seções recebem pequenos ajustes.

ANEXO I**ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA COORDENAÇÃO DE HABITAÇÃO****COORDENAÇÃO DE HABITAÇÃO**

Seção Administrativa

Seção de Controle de Imóveis e Auxílio-moradia

Seção de Controle Orçamentário e Financeiro

Seção de Contratações

Seção de Imóveis Funcionais

Seção de Manutenção Predial

Seção de Administração Patrimonial

ANEXO II**FUNÇÃO COMISSIONADA EXTINTA**

Código	Nível	Denominação da Função	Lotação
C2230362	FC-01	Assistente de Gabinete	Coordenação de Habitação

ANEXO III**FUNÇÃO COMISSIONADA CRIADA**

Nível	Denominação da Função	Lotação
FC-01	Chefe da Seção de Controle Orçamentário e Financeiro	Coordenação de Habitação

ANEXO IV**FUNÇÕES COMISSIONADAS RENOMEADAS**

Situação Atual			Situação Nova	
Código	Nível	Denominação da Função	Nível	Denominação da Função
C2040015	FC-01	Chefe da Seção de Convênios e Registro de Imóveis Funcionais	FC-01	Chefe da Seção de Controle de Imóveis e Auxílio-Moradia
C2040025	FC-01	Chefe da Seção de Operações	FC-01	Chefe da Seção de Contratações
C2040033	FC-01	Chefe da Seção de Vistorias	FC-01	Chefe da Seção de Manutenção Predial
C2040090	FC-01	Chefe da Seção de Bens Móveis Funcionais	FC-01	Chefe da Seção de Administração Patrimonial

ANEXO V**ESTRUTURA DE FUNÇÕES COMISSIONADAS**

Quant.	Nível	Denominação	Lotação
1	FC-03	Diretor da Coordenação de Habitação	Coordenação de Habitação
1	FC-01	Chefe da Seção Administrativa	Coordenação de Habitação
1	FC-01	Chefe da Seção de Controle de Imóveis e Auxílio-Moradia	Coordenação de Habitação
1	FC-01	Chefe da Seção de Controle Orçamentário e Financeiro	Coordenação de Habitação
1	FC-01	Chefe da Seção de Contratações	Coordenação de Habitação
1	FC-01	Chefe da Seção de Imóveis Funcionais	Coordenação de Habitação
1	FC-01	Chefe da Seção de Manutenção Predial	Coordenação de Habitação
1	FC-01	Chefe da Seção de Administração Patrimonial	Coordenação de Habitação

ANEXO VI**COMPETÊNCIAS DA COORDENAÇÃO DE HABITAÇÃO****1. COORDENAÇÃO DE HABITAÇÃO:**

1.1. planejar, coordenar, orientar, controlar e dirigir as atividades de administração dos imóveis funcionais, do mobiliário e dos equipamentos e da conservação e manutenção dos blocos e áreas adjacentes;

1.2. movimentar adiantamentos autorizados pelo Diretor-Geral, na forma da legislação vigente, para atender despesas de pequeno vulto;

1.3. administrar a concessão de auxílio-moradia.

2. SEÇÃO ADMINISTRATIVA:

2.1. Receber, informar e encaminhar processos e documentos e registrar seu andamento;

2.2. controlar o encaminhamento de demandas de serviços solicitados à Coordenação de Habitação;

2.3. elaborar correspondências, formulários, análises, mapas de acompanhamento, estudos e pareceres relacionados com as atividades da Coordenação de Habitação;

2.4. gerenciar e proceder ao inventário periódico de bens e materiais sob sua guarda e coordenar e consolidar realização do levantamento nas demais seções da Coordenação de Habitação;

2.5. acolher e acompanhar demandas de material de expediente e de copa das seções da Coordenação de Habitação;

2.6. acompanhar o controle da frequência, lotação, treinamento e aperfeiçoamento de servidores do Órgão.

3. SEÇÃO DE CONTROLE DE IMÓVEIS E AUXÍLIO-MORADIA:

3.1. elaborar minutas de convênios para construção, aquisição, financiamento e locação de imóveis residenciais;

3.2. fiscalizar e acompanhar a execução dos convênios;

3.3. controlar e manter registro atualizado sobre a ocupação de imóveis funcionais e registro de toda a legislação a que estão sujeitos os imóveis administrados pela Câmara dos Deputados;

3.4. manter registro atualizado sobre Deputados, ex-Deputados e funcionários, em exercício e aposentados, aos quais tenha sido distribuído imóvel;

3.5. atender e orientar servidores candidatos à aquisição de imóvel ou ao recebimento de unidade funcional;

3.6. processar o auxílio-moradia dos Deputados;

3.7. identificar os responsáveis por débitos decorrentes do uso de imóvel funcional, para fins de pagamento;

3.8. manter registro atualizado sobre aquisição, permuta, cessão de direitos e liberação de imóveis residenciais quitados por servidores, adquiridos mediante convênio.

4. SEÇÃO DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO:

- 4.1. consolidar a proposta orçamentária;
- 4.2. acompanhar execução orçamentária;
- 4.3. auxiliar e subsidiar a prestação de contas;
- 4.4. receber e preparar encaminhamento dos documentos de cobrança para liquidação e pagamento e realizar acompanhamento;
- 4.5. realizar cobrança administrativa de débitos;
- 4.6. auxiliar a fiscalização de contratos.

5. SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES:

- 5.1. fornecer informações para a elaboração da proposta orçamentária da Coordenação;
- 5.2. promover o registro, o controle e o acompanhamento de contratos, sob o ponto de vista administrativo;
- 5.3. prestar informações referentes aos contratos, quando da prorrogação ou renovação;
- 5.4. providenciar o encaminhamento das solicitações de serviços e de aquisição de material, que estão no Sistema de Registro de Preços, para autorização superior ou emissão de empenho;
- 5.5. divulgar os contratos no âmbito da Coordenação;
- 5.6. providenciar aditivos contratuais de interesse da Coordenação;
- 5.7. propor alterações e extinções de contratos, em articulação com as demais unidades administrativas da Coordenação;
- 5.8. responder aos questionamentos de órgãos que participem de processos licitatórios de interesse da Coordenação;
- 5.9. aprovar minutas de editais e contratos dos processos licitatórios de interesse da Coordenação;
- 5.10. promover o cadastramento e a atualização de informações de instrução dos processos licitatórios de interesse da Coordenação;
- 5.11. elaborar especificações técnicas e planilhas orçamentárias destinadas às contratações de interesse da Coordenação;
- 5.12. propor penalidades contratuais às contratadas;
- 5.13. propor e acompanhar a designação de fiscais, substitutos e assistentes.

6. SEÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS:

- 6.1. vistoriar os imóveis funcionais, em atendimento a provocação ou em caráter preventivo, identificando defeitos, estragos e desgastes para efeito de reparos;
- 6.2. manter diário de serviços atualizado;
- 6.3. fiscalizar a prestação de serviços de manutenção e fornecimentos;
- 6.4. acompanhar pessoal terceirizado de apoio;
- 6.5. fornecer informações para a elaboração da proposta orçamentária da Coordenação;
- 6.6. auxiliar na análise de documentação apresentada por licitantes em processos de interesse da Coordenação;
- 6.7. auxiliar na elaboração de especificações de contratações de interesse da Coordenação;
- 6.8. propor penalidades contratuais às contratadas.

7. SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL:

- 7.1. supervisionar a operação dos prédios de imóveis funcionais;
- 7.2. vistoriar prédios de imóveis funcionais, em atendimento a provocação ou em caráter preventivo, identificando defeitos, estragos e desgastes para efeito de reparos;
- 7.3. acompanhar e orientar os serviços executados nas partes comuns e áreas adjacentes, bem como analisar, controlar e atestar a sua prestação;
- 7.4. realizar inventário dos bens dos prédios de imóveis funcionais;
- 7.5. coordenar o acesso aos imóveis funcionais;
- 7.6. acompanhar e orientar a operação de instalações nos blocos de imóveis funcionais;
- 7.7. fiscalizar a prestação de serviços de manutenção e fornecimentos;
- 7.8. acompanhar pessoal terceirizado de apoio;
- 7.9. fornecer informações para a elaboração da proposta orçamentária da Coordenação;
- 7.10. auxiliar na elaboração de especificações de contratações de interesse da Coordenação;
- 7.11. auxiliar na análise de documentação apresentada por licitantes em processos de interesse da Coordenação;
- 7.12. requisitar, receber e controlar materiais de manutenção;
- 7.13. propor a autorização de adiantamentos para atender despesas de pequeno vulto;

7.14. acolher pedidos e movimentar adiantamentos autorizados pelo Diretor-Geral, na forma da legislação vigente, para atender despesas de pequeno vulto;

7.15. propor penalidades contratuais às contratadas.

8. SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL:

8.1. adotar providências para distribuição, redistribuição, recuperação, conservação e aquisição dos móveis, equipamentos e materiais permanentes de uso nos apartamentos funcionais;

8.2. operacionalizar a ocupação e desocupação de imóveis funcionais;

8.3. controlar a realização do inventário físico do mobiliário e dos eletrodomésticos dos apartamentos funcionais;

8.4. apurar o resultado dos inventários físicos de bens, realizar diligências para regularização de pendências e adotar medidas para cobrança dos responsáveis;

8.5. fornecer informações para a elaboração da proposta orçamentária da Coordenação;

8.6. auxiliar na elaboração de especificações de contratações de interesse da Coordenação;

8.7. auxiliar na análise de documentação apresentada por licitantes em processos de interesse da Coordenação;

8.8. fiscalizar a prestação de serviços de manutenção e fornecimentos;

8.9. propor penalidades contratuais às contratadas.

ATO DA MESA Nº , DE 2014

Dispõe sobre a estrutura administrativa do Departamento Técnico.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 4º da Resolução nº 46, de 7 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º A estrutura administrativa do Departamento Técnico passa a vigorar na forma do Anexo I.

Art. 2º Ficam extintas as funções comissionadas constantes do Anexo II.

Art. 3º Ficam criadas a Coordenação de Planejamento e Gestão, o Serviço de Gestão Orçamentária e de Informação, o Serviço de Projetos de Edificação, e as funções comissionadas dos respectivos titulares constantes do Anexo III.

Art. 4º Ficam renomeadas as funções comissionadas constantes do Anexo IV.

Art. 5º Ficam renomeadas e remanejadas as funções comissionadas constantes do Anexo V.

Art. 6º Ficam remanejadas as funções comissionadas constantes do Anexo VI.

Art. 7º As funções comissionadas do Departamento Técnico, previstas na Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971, na Lei nº 5.810, de 11 de outubro de 1972, nas Resoluções nº 33, de 1º de dezembro de 1972, e nº 1, de 7 de março de 1983, e nos Atos da Mesa nº 83, de 2 de abril de 1998, nº 105, de 7 de outubro de 1998, e nº 37, de 30 de maio de 2000, passam a ser as constantes do Anexo VII.

Art. 8º As competências do Departamento Técnico são as constantes do Anexo VIII e as atribuições dos titulares das respectivas unidades administrativas, além de correlacionadas com as competências, são as estabelecidas nos arts. 252, 253, 254 e 255 da Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971, no que couber.

Art. 9º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O propósito deste Ato é reorganizar a estrutura administrativa do Departamento Técnico e das funções comissionadas de cada unidade que o integra, adequando-as à nova dinâmica da Administração da Casa.

As atribuições do Departamento Técnico, subordinado diretamente à Diretoria Administrativa, são estabelecidas de acordo com as atuais demandas da engenharia, arquitetura, segurança do trabalho, gestão nutricional, conservação, manutenção predial e gestão dos espaços físicos. Além disso, contêm o teor dos atos normativos de delegação de competência.

Por fim, a proposta de reestruturação não implica aumento de despesa, em cumprimento ao art. 4º da Resolução nº 46, de 2006, que determina: "Desde que não acarrete acréscimo de despesas, a Mesa poderá dispor sobre requisitos, atribuições, criação, transformação, extinção e lotação de cargos efetivos, funções e cargos comissionados, bem como sobre a estrutura dos órgãos da Câmara dos Deputados, com vistas na racionalização e modernização administrativa".

ANEXO I

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO DEPARTAMENTO TÉCNICO**DEPARTAMENTO TÉCNICO****Serviço de Administração – Serad/Detec****Coordenação de Planejamento e Gestão – Cplan**

Seção de Planejamento do Espaço Físico – Sepla

Serviço de Gestão Orçamentária e de Informação – Seges**Coordenação de Administração de Edifícios – Caedi**

Seção de Administração de Copas – Scopa

Seção de Administração de Unidades Avançadas – Sada5

Seção de Administração do Anexo II – Sada2

Seção de Administração do Anexo III – Sada3

Seção de Administração do Anexo IV – Sada4

Seção de Administração do Palácio do Congresso – Sada1

Seção de Gestão Predial – Sepre

Seção de Administração de Refeitórios e Orientação Nutricional – Senut

Coordenação de Engenharia de Equipamentos – Cequi

Seção de Ar-Condicionado e Refrigeração – Sarco

Seção de Engenharia Contra Incêndio – Senci

Seção de Equipamentos Eletrônicos – Seqes

Seção de Equipamentos Mecânicos – Semec

Seção de Projetos de Engenharia Mecânica – Spmec

Seção de Transportes Mecânicos – Setra

Coordenação de Engenharia de Obras – Coeng

Seção de Fiscalização – Sefis

Seção de Orçamentos – Seorc

Seção de Projetos e Estudos – Sepes

Serviço de Instalações Elétricas e Hidrossanitárias – Sinst

Seção de Instalações Elétricas – Siele

Seção de Instalações Hidrossanitárias – Sihid

Serviço de Obras e Manutenção Geral – Serob

Seção de Obras Civas – Seoci

Seção de Serviços Gerais – Seger

Seção de Engenharia de Segurança do Trabalho – Seest

Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual – Coaud

Seção de Apoio ao Plenário – Saple

Seção de Apoio aos Auditórios – Saudi

Seção de Apoio às Comissões – Sapco

Seção de Contas Telefônicas – Secot

Seção de Engenharia de Radiodifusão – Senge

Seção de Engenharia de Telecomunicações – Sente

Seção de Geração de Vídeo – Segav

Seção de Gestão de Recursos Audiovisuais – Segra

Seção de Gestão dos Sistemas de Gravação – Sesig

Seção de Manutenção Técnica – Semat

Seção de Telefonia – Setel

Seção de Transmissão de Rádio e TV – Stran

Coordenação de Projetos de Arquitetura – Cproj

Seção de Ambientes Corporativos – Seaco

Seção de Gestão de Áreas Verdes – Segav

Seção de Mobiliário – Semob

Seção de Programação Visual – Sepvi

Serviço de Projetos de Edificação – Serpe

Seção de Acessibilidade e Sustentabilidade – Seaps

Seção de Patrimônio Edificado – Sepec

ANEXO II
FUNÇÕES COMISSIONADAS EXTINTAS

Código	Função Comissionada	Nível
C1113331	Assessor Técnico	FC-3
C1300006	Assistente Técnico	FC-2
C1300026	Assistente Técnico	FC-2

ANEXO III
FUNÇÕES COMISSIONADAS CRIADAS

Função Comissionada	Nível	Lotação da Função
Diretor da Coordenação de Planejamento e Gestão	FC-3	Coordenação de Planejamento e Gestão
Chefe do Serviço de Gestão Orçamentária e de Informação	FC-2	Coordenação de Planejamento e Gestão
Chefe do Serviço de Projetos de Edificação	FC-2	Coordenação de Projetos de Arquitetura

ANEXO IV
FUNÇÕES COMISSIONADAS RENOMEADAS

Situação Anterior			Nível	Situação Nova	
Código	Denominação da Função	Lotação		Denominação da Função	Lotação
C2040263	Chefe da Seção de Acompanhamento e Distribuição	Coordenação de Administração de Edifícios	FC-1	Chefe da Seção de Administração de Copas	Coordenação de Administração de Edifícios
C2040049	Chefe da Seção de Administração do Anexo I	Coordenação de Administração de Edifícios	FC-1	Chefe da Seção de Administração de Unidades Avançadas	Coordenação de Administração de Edifícios
C2040079	Chefe da Seção de Administração dos Anexos II e III	Coordenação de Administração de Edifícios	FC-1	Chefe da Seção de Administração do Anexo II	Coordenação de Administração de Edifícios
C2040043	Chefe da Seção de Administração do Edifício "Deputado Flávio Márcilio"	Coordenação de Administração de Edifícios	FC-1	Chefe da Seção de Administração do Anexo IV	Coordenação de Administração de Edifícios
C2040001	Chefe da Seção de Administração do	Coordenação de Administração	FC-1	Chefe da Seção de Administração do Palácio do	Coordenação de Administração

	Edifício Principal	de Edifícios		Congresso	de Edifícios
C2040262	Chefe da Seção de Apoio Técnico-Caedi/Detec	Coordenação de Administração de Edifícios	FC-1	Chefe da Seção de Gestão Predial	Coordenação de Administração de Edifícios
C2040045	Chefe da Seção de Administração de Refeitórios	Coordenação de Administração de Edifícios	FC-1	Chefe da Seção de Administração de Refeitórios e Orientação Nutricional	Coordenação de Administração de Edifícios

ANEXO V
FUNÇÕES COMISSIONADAS RENOMEADAS E REMANEJADAS

Situação Anterior			Nível	Situação Nova	
Código	Denominação da Função	Lotação		Denominação da Função	Lotação
C2040199	Chefe da Seção de Planejamento-Detec	Departamento Técnico	FC-1	Chefe da Seção de Planejamento do Espaço Físico	Coordenação de Planejamento e Gestão
C2040273	Chefe de Seção	Coordenação de Arquitetura e Engenharia	FC-1	Chefe da Seção de Administração do Anexo III	Coordenação de Administração de Edifícios
C0600025	Diretor da Coordenação de Equipamentos	Coordenação de Equipamentos	FC-3	Diretor da Coordenação de Engenharia de Equipamentos	Coordenação de Engenharia de Equipamentos
C2040284	Chefe da Seção de Ar-Condicionado	Coordenação de Equipamentos	FC-1	Chefe da Seção de Ar-Condicionado e Refrigeração	Coordenação de Engenharia de Equipamentos
C2040283	Chefe da Seção de Detecção e Combate a Incêndio	Coordenação de Equipamentos	FC-1	Chefe da Seção de Engenharia Contra Incêndio	Coordenação de Engenharia de Equipamentos
C2040285	Chefe de Seção	Coordenação de Equipamentos	FC-1	Chefe da Seção de Equipamentos Eletrônicos	Coordenação de Engenharia de Equipamentos
C2040282	Chefe da Seção de Equipamentos	Coordenação de Equipamentos	FC-1	Chefe da Seção de Equipamentos	Coordenação de Engenharia de

Situação Anterior			Nível	Situação Nova	
Código	Denominação da Função	Lotação		Denominação da Função	Lotação
	Gráficos			Mecânicos	Equipamentos
C2040279	Chefe da Seção de Apoio Técnico-Cequi/Detec	Coordenação de Equipamentos	FC-1	Chefe da Seção de Projetos de Engenharia Mecânica	Coordenação de Engenharia de Equipamentos
C0940001	Diretor da Coordenação de Arquitetura e Engenharia	Coordenação de Arquitetura e Engenharia	FC-3	Diretor da Coordenação de Engenharia de Obras	Coordenação de Engenharia de Obras
C2040072	Chefe da Seção de Fiscalização e Controle	Coordenação de Arquitetura e Engenharia	FC-1	Chefe da Seção de Fiscalização	Coordenação de Engenharia de Obras
C2040071	Chefe da Seção de Obras	Coordenação de Arquitetura e Engenharia	FC-1	Chefe da Seção de Orçamentos	Coordenação de Engenharia de Obras
C2040266	Chefe da Seção de Apoio Técnico-Caeng/Detec	Coordenação de Arquitetura e Engenharia	FC-1	Chefe da Seção de Projetos e Estudos	Coordenação de Engenharia de Obras
C2100032	Chefe do Serviço de Instalações	Coordenação de Arquitetura e Engenharia	FC-2	Chefe do Serviço de Instalações Elétricas e Hidrossanitárias	Coordenação de Engenharia de Obras
C2040268	Chefe da Seção de Instalações Hidráulicas	Coordenação de Arquitetura e Engenharia	FC-1	Chefe da Seção de Instalações Hidrossanitárias	Coordenação de Engenharia de Obras
C2100033	Chefe do Serviço de Obras	Coordenação de Arquitetura e Engenharia	FC-2	Chefe do Serviço de Obras e Manutenção Geral	Coordenação de Engenharia de Obras
C2040198	Chefe de Seção	Departamento Técnico	FC-1	Chefe da Seção de Engenharia de Segurança do Trabalho	Coordenação de Engenharia de Obras
C2100004	Diretor da Coordenação de	Coordenação de	FC-3	Diretor da Coordenação de	Coordenação de Engenharia de

Situação Anterior			Nível	Situação Nova	
Código	Denominação da Função	Lotação		Denominação da Função	Lotação
	Audiovisual	Audiovisual		Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual	Telecomunicações e Audiovisual
C2040031	Chefe da Seção de Sonorização e Gravação em Plenário	Coordenação de Audiovisual	FC-1	Chefe da Seção de Apoio ao Plenário	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
C2040170	Chefe da Seção de Recursos Audiovisuais	Coordenação de Audiovisual	FC-1	Chefe da Seção de Apoio aos Auditórios	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
C2040048	Chefe da Seção de Sonorização e Gravação em Comissões	Coordenação de Audiovisual	FC-1	Chefe da Seção de Apoio às Comissões	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
C2040286	Chefe da Seção de Equipamentos Especiais	Coordenação de Equipamentos	FC-1	Chefe da Seção de Contas Telefônicas	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
C2040197	Chefe de Seção	Departamento Técnico	FC-1	Chefe da Seção de Geração de Vídeo	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
C2040196	Chefe de Seção	Departamento Técnico	FC-1	Chefe da Seção de Engenharia de Radiodifusão	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
C2040172	Chefe da Seção de Planejamento e Controle-Detec	Coordenação de Audiovisual	FC-1	Chefe da Seção de Engenharia de Telecomunicações	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
C2040264	Chefe da Seção de Apoio Técnico - Coaud / Detec	Coordenação de Audiovisual	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Recursos Audiovisuais	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual

Situação Anterior			Nível	Situação Nova	
Código	Denominação da Função	Lotação		Denominação da Função	Lotação
C2040265	Chefe da Seção de Produção de Arquivos de Áudio	Coordenação de Audiovisual	FC-1	Chefe da Seção de Gestão dos Sistemas de Gravação	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
C2040272	Chefe de Seção	Coordenação de Arquitetura e Engenharia	FC-1	Chefe da Seção de Transmissão de Rádio e TV	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
C0600024	Diretor da Coordenação de Projetos-Detec	Coordenação de Projetos	FC-3	Diretor da Coordenação de Projetos de Arquitetura	Coordenação de Projetos de Arquitetura
C2040276	Chefe da Seção de Projetos Complementares	Coordenação de Projetos	FC-1	Chefe da Seção de Ambientes Corporativos	Coordenação de Projetos de Arquitetura
C2040277	Chefe da Seção de Manutenção de Jardins	Coordenação de Projetos	FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Áreas Verdes	Coordenação de Projetos de Arquitetura
C2040270	Chefe da Seção de Marcenaria	Coordenação de Arquitetura e Engenharia	FC-1	Chefe da Seção de Mobiliário	Coordenação de Projetos de Arquitetura
C2040278	Chefe da Seção de Serviços Especiais-Detec	Coordenação de Projetos	FC-1	Chefe da Seção de Programação Visual	Coordenação de Projetos de Arquitetura
C2040275	Chefe da Seção de Desenho e Arquivo	Coordenação de Projetos	FC-1	Chefe da Seção de Acessibilidade e Sustentabilidade	Coordenação de Projetos de Arquitetura
C2040274	Chefe da Seção de Arquitetura	Coordenação de Projetos	FC-1	Chefe da Seção de Patrimônio Edificado	Coordenação de Projetos de Arquitetura

ANEXO VI
FUNÇÕES COMISSIONADAS REMANEJADAS

Situação Anterior			Nível	Situação Nova	
Código	Denominação da Função	Lotação		Denominação da Função	Lotação
C2040267	Chefe da Seção de Instalações Elétricas	Coordenação de Arquitetura e Engenharia	FC-1	Chefe da Seção de Instalações Elétricas	Coordenação de Engenharia de Obras
C2040269	Chefe da Seção de Obras Cíveis	Coordenação de Arquitetura e Engenharia	FC-1	Chefe da Seção de Obras Cíveis	Coordenação de Engenharia de Obras
C2040271	Chefe da Seção de Serviços Gerais - Detec	Coordenação de Arquitetura e Engenharia	FC-1	Chefe da Seção de Serviços Gerais	Coordenação de Engenharia de Obras
C2040171	Chefe da Seção de Manutenção Técnica	Coordenação de Audiovisual	FC-1	Chefe da Seção de Manutenção Técnica	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
C2040280	Chefe da Seção de Telefonia	Coordenação de Equipamentos	FC-1	Chefe da Seção de Telefonia	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual

ANEXO VII
ESTRUTURA DE FUNÇÕES COMISSIONADAS

Nível	Denominação	Lotação
FC-4	Diretor do Departamento Técnico	Departamento Técnico
FC-2	Chefe do Serviço de Administração	Departamento Técnico
FC-3	Diretor da Coordenação de Planejamento e Gestão	Coordenação de Planejamento e Gestão
FC-1	Chefe da Seção de Planejamento do Espaço	Coordenação de Planejamento e Gestão

Nível	Denominação	Lotação
	Físico	
FC-2	Chefe do Serviço de Gestão Orçamentária e de Informação	Coordenação de Planejamento e Gestão
FC-3	Diretor da Coordenação de Administração de Edifícios	Coordenação de Administração de Edifícios
FC-1	Chefe da Seção de Administração de Copas	Coordenação de Administração de Edifícios
FC-1	Chefe da Seção de Administração de Unidades Avançadas	Coordenação de Administração de Edifícios
FC-1	Chefe da Seção de Administração do Anexo II	Coordenação de Administração de Edifícios
FC-1	Chefe da Seção de Administração do Anexo III	Coordenação de Administração de Edifícios
FC-1	Chefe da Seção de Administração do Anexo IV	Coordenação de Administração de Edifícios
FC-1	Chefe da Seção de Administração do Palácio do Congresso	Coordenação de Administração de Edifícios
FC-1	Chefe da Seção de Gestão Predial	Coordenação de Administração de Edifícios
FC-1	Chefe da Seção de Administração de Refeitórios e Orientação Nutricional	Coordenação de Administração de Edifícios
FC-3	Diretor da Coordenação de Engenharia de Equipamentos	Coordenação de Engenharia de Equipamentos
FC-1	Chefe da Seção de Ar-Condicionado e Refrigeração	Coordenação de Engenharia de Equipamentos
FC-1	Chefe da Seção de Engenharia Contra Incêndio	Coordenação de Engenharia de Equipamentos
FC-1	Chefe da Seção de Equipamentos Eletrônicos	Coordenação de Engenharia de Equipamentos
FC-1	Chefe da Seção de Equipamentos Mecânicos	Coordenação de Engenharia de Equipamentos
FC-1	Chefe da Seção de Projetos de Engenharia Mecânica	Coordenação de Engenharia de Equipamentos
FC-1	Chefe da Seção de Transportes Mecânicos	Coordenação de Engenharia de Equipamentos

Nível	Denominação	Lotação
FC-3	Diretor da Coordenação de Engenharia de Obras	Coordenação de Engenharia de Obras
FC-1	Chefe da Seção de Fiscalização	Coordenação de Engenharia de Obras
FC-1	Chefe da Seção de Orçamentos	Coordenação de Engenharia de Obras
FC-1	Chefe da Seção de Projetos e Estudos	Coordenação de Engenharia de Obras
FC-2	Chefe do Serviço de Instalações Elétricas e Hidrossanitárias	Coordenação de Engenharia de Obras
FC-1	Chefe da Seção de Instalações Hidrossanitárias	Coordenação de Engenharia de Obras
FC-1	Chefe da Seção de Instalações Elétricas	Coordenação de Engenharia de Obras
FC-2	Chefe do Serviço de Obras e Manutenção Geral	Coordenação de Engenharia de Obras
FC-1	Chefe da Seção de Obras Cíveis	Coordenação de Engenharia de Obras
FC-1	Chefe da Seção de Serviços Gerais	Coordenação de Engenharia de Obras
FC-1	Chefe da Seção de Engenharia de Segurança do Trabalho	Coordenação de Engenharia de Obras
FC-3	Diretor da Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
FC-1	Chefe da Seção de Apoio ao Plenário	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
FC-1	Chefe da Seção de Apoio aos Auditórios	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
FC-1	Chefe da Seção de Apoio às Comissões	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
FC-1	Chefe da Seção de Contas Telefônicas	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
FC-1	Chefe da Seção de Geração de Vídeo	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
FC-1	Chefe da Seção de Engenharia de Radiodifusão	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual

Nível	Denominação	Lotação
FC-1	Chefe da Seção de Engenharia de Telecomunicações	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Recursos Audiovisuais	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
FC-1	Chefe da Seção de Gestão dos Sistemas de Gravação	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
FC-1	Chefe da Seção de Manutenção Técnica	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
FC-1	Chefe da Seção de Telefonia	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
FC-1	Chefe da Seção de Transmissão de Rádio e TV	Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual
FC-3	Diretor da Coordenação de Projetos de Arquitetura	Coordenação de Projetos de Arquitetura
FC-1	Chefe da Seção de Ambientes Corporativos	Coordenação de Projetos de Arquitetura
FC-1	Chefe da Seção de Gestão de Áreas Verdes	Coordenação de Projetos de Arquitetura
FC-1	Chefe da Seção de Mobiliário	Coordenação de Projetos de Arquitetura
FC-1	Chefe da Seção de Programação Visual	Coordenação de Projetos de Arquitetura
FC-2	Chefe do Serviço de Projetos de Edificação	Coordenação de Projetos de Arquitetura
FC-1	Chefe da Seção de Acessibilidade e Sustentabilidade	Coordenação de Projetos de Arquitetura
FC-1	Chefe da Seção de Patrimônio Edificado	Coordenação de Projetos de Arquitetura

ANEXO VIII

COMPETÊNCIAS DO DEPARTAMENTO TÉCNICO**1. DEPARTAMENTO TÉCNICO:**

1.1. supervisionar, coordenar e realizar, diretamente ou por intermédio de terceiros, as atividades sob a responsabilidade do Departamento;

1.2. planejar, projetar e executar as obras, reparos, renovação ou ampliação dos espaços arquitetônicos;

1.3. planejar, projetar e executar ações relativas à segurança do trabalho;

1.4. elaborar projetos e especificações de obras, de serviços e de sistemas e equipamentos mecânicos, elétricos, eletrônicos, eletroeletrônicos, eletromecânicos, de telecomunicações, de rádio e teledifusão;

1.5. manter, conservar e gerenciar os edifícios, as áreas verdes, as áreas de alimentação, as instalações prediais, o mobiliário e demais itens que compõem o equipamento móvel;

1.6. planejar, gerenciar e fiscalizar a ocupação dos espaços da Câmara dos Deputados;

1.7. firmar, em nome da Câmara dos Deputados, na qualidade de contratante e proprietária, os termos de Anotações e de Registros de Responsabilidade Técnica exigidos em lei, perante os Conselhos profissionais das atividades desenvolvidas no Departamento;

1.8. representar a Câmara dos Deputados perante os órgãos próprios do Poder Executivo nos processos de implantação e de licenciamento das estações de transmissão dos canais de televisão e rádio que integram a Rede Legislativa de Rádio e de TV Digital, em acordo com a legislação de regência, provendo toda documentação necessária;

1.9. encaminhar comunicações, responder questionamentos, complementar informações, formalizar requerimentos de aprovação de projetos, assinar as plantas e projetos de arquitetura e engenharia e demais ações relacionadas às atividades e aos serviços executados pela Câmara dos Deputados nas áreas de arquitetura, engenharia, alimentação e outras atividades de sua responsabilidade, junto a órgãos, entidades governamentais e demais organizações pertinentes, tais como: administrações regionais; secretarias de governo; Corpo de Bombeiros; concessionárias de energia elétrica, saneamento, abastecimento de água, telefonia e demais serviços públicos; agências executivas e reguladoras; conselhos e associações profissionais;

1.10. manter permanente contato com órgão do Senado Federal encarregado da execução de obras e reparos nos seus prédios e instalações, assim como as demais atividades relacionadas com as atribuições do Departamento, a fim de estabelecer procedimento harmônico nas áreas comuns às duas Casas do Congresso Nacional.

2. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO:

2.1. elaborar, registrar, controlar e arquivar documentos do Departamento;

2.2. controlar as atividades relativas à administração de pessoal, equipamentos, patrimônio, estatística, bem como tarefas de recebimento e expedição de documentos;

2.3. gerir a tramitação dos processos no âmbito do Departamento;

2.4. supervisionar e coordenar a elaboração do inventário anual do Departamento, sob a orientação do Departamento de Material e Patrimônio;

2.5. gerir os bancos de dados do sistema de inventário e controle de pessoal;

2.6. prestar apoio técnico-administrativo necessário à realização das atividades do Departamento;

2.7. manter atualizado, em colaboração com as demais unidades do Departamento, o mapeamento de processos de trabalhos considerados estratégicos;

2.8. aplicar técnicas de mapeamento de processos de trabalho em relação às atividades do Departamento, de acordo com normas e padrões adotados pela Câmara dos Deputados.

3. COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO:

3.1. supervisionar, coordenar e realizar, diretamente ou por intermédio de terceiros, as atividades sob a responsabilidade da Coordenação;

3.2. prestar assessoramento ao Diretor do Departamento em matéria administrativa, orçamentária, financeira e técnica de arquitetura e engenharia e administração predial;

3.3. coordenar as ações relacionadas às gestões estratégica, orçamentária, administrativa, de espaços físicos e de informação e à prospecção e atualização tecnológica, provendo ao Diretor do Departamento subsídios para tomada de decisão;

3.4. propor ao Diretor do Departamento a fixação de programa de trabalho da Coordenação a fim de que sejam estabelecidas prioridades e metas concernentes aos assuntos de interesse do Departamento.

4. SEÇÃO DE PLANEJAMENTO DO ESPAÇO FÍSICO:

4.1. propor, coordenar e monitorar, no âmbito de suas atribuições, as ações interdepartamentais e interinstitucionais de gestão das atividades que envolvem a elaboração de pareceres técnicos e propostas que tratam do planejamento, uso, aproveitamento e ocupação das áreas pertencentes à Câmara dos Deputados;

4.2. definir parâmetros e conduzir a construção de base de dados georreferenciada;

4.3. gerenciar a elaboração do plano diretor de uso e ocupação dos espaços, em consonância com as ações de planejamento da Câmara dos Deputados;

4.4. identificar potenciais problemas e disponibilidades referentes à saturação ou aproveitamento de espaços existentes;

4.5. verificar potenciais construtivos em áreas pertencentes à Câmara dos Deputados;

4.6. elaborar pareceres técnicos sobre temas afins;

4.7. conduzir pesquisas cientificamente fundamentadas a respeito do uso e ocupação dos espaços, observando variáveis diversas;

4.8. fiscalizar e monitorar as ações da Câmara dos Deputados quanto ao uso e ocupação dos espaços, em conformidade com as diretrizes de planejamento.

5. SERVIÇO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E DE INFORMAÇÃO:

5.1. elaborar as propostas, acompanhar a execução e revisões nas peças orçamentárias no âmbito do Departamento;

5.2. acompanhar, instruir e consolidar o controle geral do saldo de empenhos relativos a compras e contratos fiscalizados pelo Departamento;

5.3. instruir e consolidar os processos relativos a auditorias e prestações de contas no âmbito do Departamento;

5.4. instruir e acompanhar os processos de registro de responsabilidade técnica relativos à equipe do Departamento;

5.5. desenvolver trabalhos técnicos e mapear as demandas para a execução do planejamento e gestão estratégica do Departamento;

5.6. gerir as informações e a comunicação interna e externa das ações do Departamento;

5.7. cadastrar e acompanhar os processos e ações de interesse do Departamento;

5.8. coordenar e garantir a padronização e integridade das ações e das bases de dados existentes no Departamento;

5.9. gerir os programas de treinamento e capacitação de interesse do Departamento;

5.10. analisar a organização e o funcionamento dos serviços e atividades realizados pelo Departamento;

5.11. propor a adoção de novos métodos de trabalho com vistas a melhorar quantitativamente e qualitativamente a eficiência e a produtividade dos trabalhos;

5.12. gerenciar e planejar as aquisições, substituições e atualizações de equipamentos e de aplicativos tecnológicos destinados ao Departamento.

6. COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS:

6.1. supervisionar, coordenar e realizar, diretamente ou por intermédio de terceiros, as atividades sob a responsabilidade da Coordenação;

6.2. manter os serviços de limpeza e conservação, copeiragem e de elevadores;

6.3. administrar as atividades ligadas à área de gestão nutricional;

6.4. fiscalizar, na área de sua competência, a utilização das dependências da Câmara dos Deputados;

6.5. assistir os órgãos de licitação e colaborar tecnicamente com os demais órgãos do Departamento;

6.6. movimentar e prestar contas dos adiantamentos oriundos do suprimento de fundos sob sua responsabilidade ou das unidades administrativas subordinadas à Coordenação, em conformidade com a legislação em vigor.

7. SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE COPAS:

7.1. assistir a Coordenação de Administração de Edifícios na elaboração de editais de licitação, principalmente nas especificações dos serviços e condições de execução na área de copeiragem;

7.2. fiscalizar os contratos, em colaboração com os demais órgãos, relacionados à prestação de serviços pertinentes às suas atividades.

8. SEÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES AVANÇADAS, DOS ANEXOS E DO PALÁCIO DO CONGRESSO:

8.1. assistir a Coordenação de Administração de Edifícios na elaboração de editais de licitação, principalmente nas especificações dos serviços e condições de execução nas áreas de transporte verticais e de limpeza e conservação;

8.2. fiscalizar os contratos, em colaboração com os demais órgãos, relacionados à prestação de serviços pertinentes às suas atividades.

9. SEÇÃO DE GESTÃO PREDIAL: assistir a Coordenação de Administração de Edifícios no planejamento e na execução das atividades desenvolvidas e realizar estudos sobre novas rotinas de prestação de serviços, objetivando a economicidade, a otimização e o melhor atendimento aos diversos órgãos da Câmara dos Deputados em suas especificidades.

10. SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE REFEITÓRIOS E ORIENTAÇÃO NUTRICIONAL:

10.1. assistir a Coordenação de Administração de Edifícios na elaboração de editais, principalmente nas especificações e condições de atendimento para a concessão de uso de áreas para exploração de refeitórios e sua fiscalização, incluindo todos os processos de produção e distribuição dos alimentos produzidos nas dependências da Câmara dos Deputados;

10.2. criar e manter programas de nutrição para uso nos refeitórios da Câmara dos Deputados;

10.3. realizar a gestão dos bens patrimoniais tornados disponíveis pela Câmara dos Deputados às empresas contratadas, incluindo consertos e substituições de instalações, equipamentos e mobiliários.

11. COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA DE EQUIPAMENTOS:

11.1. supervisionar, coordenar e realizar, diretamente ou por intermédio de terceiros, as atividades sob a responsabilidade da Coordenação;

11.2. elaborar, atualizar, acompanhar e gerir os planos de manutenção de instalações, equipamentos e sistemas mecânicos e eletromecânicos;

11.3. elaborar, atualizar, acompanhar e gerir os planos de ação relativos à qualidade do ar;

11.4. fiscalizar os serviços contratados relativos às atividades da Coordenação;

11.5. elaborar projetos e estudos de engenharia mecânica e eletromecânica;

11.6. elaborar especificações de serviços, de equipamentos e de sistemas mecânicos e eletromecânicos;

11.7. assistir os órgãos de licitação e de compras e colaborar tecnicamente com os demais órgãos;

11.8. movimentar e prestar contas dos adiantamentos oriundos do suprimento de fundos sob sua responsabilidade ou das unidades administrativas subordinadas à Coordenação, em conformidade com a legislação em vigor.

12. SEÇÃO DE AR-CONDICIONADO E REFRIGERAÇÃO:

12.1. elaborar pareceres técnicos sobre as atividades relacionadas a equipamentos portáteis de ar condicionado e ventilação mecânica, equipamentos para monitoramento de ar interior, sistemas prediais de ar condicionado, ventilação e exaustão, equipamentos para refeitórios, sistemas de aquecimento solar e a gás;

12.2. propor, planejar e especificar as ações relativas aos planos de manutenção e às atualizações tecnológicas, às compras e à manutenção própria ou contratada de equipamentos e sistemas relacionados à Seção;

12.3. fiscalizar as obras executadas direta ou indiretamente pelo Departamento, com o objetivo de verificar as instalações complementares dos equipamentos e sistemas relacionados à Seção;

12.4. gerir os contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de operação dos equipamentos e sistemas relacionados à Seção;

12.5. propor e implementar novos métodos e técnicas operacionais, visando a permanente atualização na metodologia de controle e fiscalização de obras, avaliações e elaboração de orçamentos e levantamento de custos, com vistas às relações de custo-benefício e viabilidade econômica.

13. SEÇÃO DE ENGENHARIA CONTRA INCÊNDIO:

13.1. elaborar pareceres técnicos sobre as atividades relacionadas a equipamentos para sistemas de detecção e de combate a incêndio e sistemas de abastecimento de gás liquefeito de petróleo;

13.2. propor, planejar e especificar as ações relativas aos planos de manutenção e às atualizações tecnológicas, às compras e à manutenção própria ou contratada de equipamentos e sistemas relacionados à Seção;

13.3. fiscalizar as obras executadas direta ou indiretamente pelo Departamento, com o objetivo de verificar as instalações complementares dos equipamentos e sistemas relacionados à Seção;

13.4. gerir os contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de operação dos equipamentos e sistemas relacionados à Seção.

14. SEÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS:

14.1. elaborar pareceres técnicos sobre instrumentos de medição e as atividades relacionadas a instalações, equipamentos para exames médicos, equipamentos de inspeção de bagagens, pórticos e detectores de metais;

14.2. propor a implantação, projetar e especificar novas tecnologias de instalações, equipamentos e sistemas relacionados à Seção;

14.3. propor, planejar e especificar as ações relativas a projetos, aos planos de manutenção e atualizações tecnológicas, a compras e manutenção própria ou contratada de equipamentos e sistemas relacionados à Seção;

14.4. fiscalizar as obras executadas direta ou indiretamente pelo Departamento, com o objetivo de verificar as instalações complementares dos equipamentos e sistemas relacionados à Seção;

14.5. gerir os contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de operação dos equipamentos e sistemas relacionados à Seção;

14.6. elaborar projetos de instalações complementares para os edifícios do complexo arquitetônico que envolvam os equipamentos e sistemas relacionados à Seção.

15. SEÇÃO DE EQUIPAMENTOS MECÂNICOS:

15.1. elaborar pareceres técnicos sobre as atividades relacionadas a instalações, arquivos deslizantes, cancelas e portões eletrônicos, equipamentos para escritório, equipamentos gráficos de pré-impressão, impressão e acabamento e equipamentos de microfilmagem;

15.2. propor a implantação, projetar e especificar novas tecnologias de instalações, equipamentos e sistemas relacionados à Seção;

15.3. propor, planejar e especificar as ações relativas a projetos, aos planos de manutenção e atualizações tecnológicas, a compras e manutenção própria ou contratada de equipamentos e sistemas relacionados à Seção;

15.4. fiscalizar as obras executadas direta ou indiretamente pelo Departamento, com o objetivo de verificar as instalações complementares dos equipamentos e sistemas relacionados à Seção;

15.5. gerir os contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de operação dos equipamentos e sistemas relacionados à Seção;

15.6. elaborar projetos de instalações complementares para os edifícios do complexo arquitetônico que envolvam os equipamentos e sistemas relacionados à Seção.

16. SEÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA MECÂNICA:

16.1. planejar e especificar as ações relativas a área de Engenharia Mecânica;

16.2. elaborar projetos de instalações complementares para os edifícios do complexo arquitetônico que envolvam sistemas na área da Engenharia Mecânica, tais como: sistemas de ar-condicionado, ventilação e exaustão, sistemas de detecção, alarme e combate a incêndio, sistemas de aquecimento solar e sistemas centrais de gás liquefeito de petróleo;

16.3. fiscalizar, orientar e criticar os projetos complementares contratados que envolvem os equipamentos e sistemas relacionados à Coordenação;

16.4. planejar e especificar as ações relativas à contratação de empresas para elaboração de projetos dos sistemas relacionados à Coordenação.

17. SEÇÃO DE TRANSPORTES MECÂNICOS:

17.1. elaborar pareceres técnicos sobre as atividades relacionadas a equipamentos e sistemas de transporte verticais e horizontais, elevadores, esteiras e escadas rolantes;

17.2. propor a implantação, projetar e especificar novas tecnologias de equipamentos e sistemas relacionados à Seção;

17.3. propor, planejar e especificar as ações relativas a projetos, aos planos de manutenção e atualizações tecnológicas, a compras e manutenção própria ou contratada de equipamentos e sistemas relacionados à Seção;

17.4. fiscalizar as obras executadas direta ou indiretamente pelo Departamento, com o objetivo de verificar as instalações complementares dos equipamentos e sistemas relacionados à Seção;

17.5. gerir os contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de operação dos equipamentos e sistemas relacionados à Seção;

17.6. elaborar projetos de instalações complementares para os edifícios do complexo arquitetônico que envolvem os equipamentos e sistemas relacionados à Seção.

18. COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA DE OBRAS:

18.1. supervisionar, coordenar e realizar, diretamente ou por intermédio de terceiros, as atividades sob a responsabilidade da Coordenação;

18.2. supervisionar, coordenar, orientar e fiscalizar tecnicamente os serviços de Engenharia de Segurança do Trabalho, zelando por sua observância no complexo arquitetônico da Câmara dos Deputados;

18.3. elaborar projetos e estudos de engenharia elétrica e engenharia civil;

18.4. coordenar a elaboração de projetos complementares para obras de engenharia;

18.5. fiscalizar obras e serviços de engenharia contratados;

18.6. elaborar, atualizar, acompanhar e gerir os planos de manutenção de instalações elétricas e hidráulicas;

- 18.7. elaborar, atualizar, acompanhar e gerir os planos de ação relativos à qualidade da água, à eficiência energética, à qualidade da energia elétrica e à segurança em trabalhos sobre eletricidade e instalações sanitárias;
- 18.8. executar manutenção e reparos das instalações elétricas e hidráulicas;
- 18.9. elaborar, atualizar, acompanhar e gerir o plano de manutenção de edificações;
- 18.10. executar serviços gerais de apoio a obras, reformas, reparos e manutenção das edificações, tais como marcenaria, serralheria e pintura;
- 18.11. executar reformas, reparos, renovação ou ampliação dos espaços arquitetônicos dos imóveis da Câmara dos Deputados ou por ela alugados;
- 18.12. elaborar especificações de obras, de serviços, de equipamentos elétricos, eletroeletrônicos e hidráulicos e de materiais para construção em geral;
- 18.13. elaborar orçamentos de referência diversos, incluindo os de obras e serviços de engenharia e os de serviços com alocação de postos de trabalho;
- 18.14. realizar pesquisas de salários de mercado relacionados aos contratos de prestação de serviços com alocação de postos de trabalho;
- 18.15. elaborar estimativas de custos de atividades executadas pelo Departamento;
- 18.16. assistir os órgãos de licitação e de compras e colaborar tecnicamente com os demais órgãos;
- 18.17. movimentar e prestar contas dos adiantamentos oriundos do suprimento de fundos sob sua responsabilidade ou das unidades administrativas subordinadas à Coordenação, em conformidade com a legislação em vigor.

19. SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO:

- 19.1. fornecer à Coordenação as informações gerenciais pertinentes à sua área;
- 19.2. realizar fiscalização técnica na implantação, execução e recebimento de obras contratadas pela Câmara dos Deputados;
- 19.3. realizar medição dos quantitativos dos diversos materiais empregados e serviços realizados em obras contratadas;
- 19.4. verificar a qualidade dos materiais empregados e serviços realizados em obras contratadas;
- 19.5. realizar as demais atividades de fiscalização de obras, tais como o acompanhamento do cumprimento de cronogramas e a indicação de descumprimentos contratuais;
- 19.6. elaborar listas de materiais e serviços, com ou sem quantitativos, a partir de projetos existentes ou de medições de campo, elaborar cadernos de encargos de obras e serviços e elaborar especificações de materiais e serviços;
- 19.7. elaborar estudos, laudos e perícias técnicas atinentes às atividades de fiscalização;
- 19.8. fiscalizar outros serviços contratados;
- 19.9. elaborar especificações atinentes às ações de fiscalização de obras;
- 19.10. assistir os órgãos de licitação e de compras e colaborar tecnicamente com os demais órgãos.

20. SEÇÃO DE ORÇAMENTOS:

- 20.1. fornecer à Coordenação as informações gerenciais pertinentes à sua área;
- 20.2. elaborar orçamentos diversos, incluindo os de obras e serviços de engenharia e os de serviços com alocação de postos de trabalho;
- 20.3. definir as diversas metodologias de orçamentação a serem utilizadas;
- 20.4. elaborar listas de materiais e serviços, com ou sem quantitativos, a partir de projetos existentes ou de medições de campo;
- 20.5. elaborar cadernos de encargos de obras e serviços e especificações de materiais e serviços;
- 20.6. assistir as atividades de fiscalização de obras executadas direta ou indiretamente por meio da medição dos quantitativos dos diversos materiais empregados e serviços realizados nelas e por meio de outras ações atinentes às atividades de orçamentação;
- 20.7. elaborar e manter atualizadas informações sobre os custos dos serviços executados diretamente pelo Departamento para possibilitar o respectivo registro cadastral;
- 20.8. elaborar e manter atualizados registros de composições de custos unitários de materiais e serviços;
- 20.9. realizar pesquisas de preços diversas;
- 20.10. realizar pesquisas de salários de mercado relacionados aos contratos de prestação de serviços com alocação de postos de trabalho;
- 20.11. fiscalizar serviços contratados;
- 20.12. elaborar especificações atinentes às ações de orçamentação;

20.13. assistir os órgãos de licitação e de compras e colaborar tecnicamente com os demais órgãos.

21. SEÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS:

21.1. fornecer à Coordenação informações gerenciais pertinentes à sua área;

21.2. elaborar projetos e estudos de engenharia elétrica e de engenharia civil;

21.3. elaborar listas de materiais e serviços, com ou sem quantitativos, a partir de projetos existentes ou de medições de campo;

21.4. elaborar cadernos de encargos de obras e serviços e especificações de materiais e serviços;

21.5. propor, projetar e especificar novas tecnologias;

21.6. coordenar a elaboração de projetos complementares para obras de engenharia;

21.7. coordenar a submissão dos projetos complementares para aprovação perante os órgãos governamentais competentes;

21.8. especificar serviços e equipamentos elétricos, eletroeletrônicos, hidráulicos e materiais para estruturas e instalações prediais em geral relacionados aos projetos desenvolvidos;

21.9. fiscalizar serviços contratados;

21.10. assistir as atividades de fiscalização e execução de obras;

21.11. assistir os órgãos de licitação e de compras e colaborar tecnicamente com os demais órgãos.

22. SERVIÇO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDROSSANITÁRIAS:

22.1. gerir as atividades das seções subordinadas;

22.2. fornecer à Coordenação informações gerenciais acerca de distribuição de tarefas, cargas, horários e horas extras do pessoal subordinado;

22.3. fiscalizar serviços contratados;

22.4. elaborar, nos casos determinados, listas de materiais e serviços, com ou sem quantitativos, a partir de projetos existentes ou de medições de campo;

22.5. elaborar cadernos de encargos de obras e serviços e elaborar especificações de materiais e serviços;

22.6. elaborar, atualizar, acompanhar e gerir os planos de manutenção de instalações elétricas e hidrossanitárias;

22.7. elaborar projetos e estudos relativos à manutenção elétrica e hidráulica;

22.8. supervisionar a execução de obras e reformas prediais com relação às instalações elétricas e hidrossanitárias;

22.9. elaborar, atualizar, acompanhar e gerir os planos de ações relativos à eficiência energética, à qualidade de energia elétrica, à qualidade da água e à segurança em trabalhos sobre eletricidade e instalações sanitárias;

22.10. zelar pela segurança das condições de trabalho do pessoal durante a execução das atividades, observando as regras técnicas e as normas de segurança e higiene do trabalho;

22.11. elaborar especificações de serviços e de equipamentos elétricos, eletroeletrônicos, hidráulicos e de materiais para instalações prediais relacionadas às atividades de manutenção elétrica e hidrossanitária;

22.12. assistir as atividades de fiscalização de obras;

22.13. assistir os órgãos de licitação e de compras e colaborar tecnicamente com os demais órgãos.

23. SEÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:

23.1. fornecer ao Serviço de Instalações Elétricas e Hidrossanitárias as informações gerenciais pertinentes à sua área;

23.2. executar obras e serviços de sistemas elétricos, incluindo seus equipamentos;

23.3. assistir as atividades de fiscalização de obras e serviços contratados;

23.4. elaborar listas de materiais e serviços, com ou sem quantitativos, a partir de projetos existentes ou de medições de campo;

23.5. elaborar cadernos de encargos de obras e serviços e elaborar especificações de materiais e serviços;

23.6. assistir a elaboração e a atualização do plano de manutenção de instalações elétricas, do plano de ação relativo à eficiência energética, à qualidade da energia elétrica e do plano de ação relativo à segurança em trabalhos sobre eletricidade;

23.7. executar e acompanhar o plano de manutenção de instalações elétricas, o plano de ação relativo à eficiência energética, à qualidade da energia elétrica e o plano de ação relativo à segurança sobre eletricidade;

23.8. manter controle e fiscalização de oficinas, ferramentas e materiais em uso na Seção;

23.9. zelar pela segurança das condições de trabalho do pessoal, durante a execução das atividades, observando as regras técnicas e as normas de segurança e higiene do trabalho;

23.10. assistir a elaboração de especificações de serviços e de materiais e equipamentos elétricos e eletroeletrônicos;

23.11. assistir os órgãos de licitação e de compras e colaborar tecnicamente com os demais órgãos.

24. SEÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS:

24.1. fornecer ao Serviço de Instalações Elétricas e Hidrossanitárias as informações gerenciais pertinentes à sua área;

24.2. executar obras e serviços nos sistemas hidrossanitários e de águas pluviais, incluindo seus equipamentos, e na rede de hidrantes e sprinklers;

24.3. assistir as atividades de fiscalização de obras e serviços contratados;

24.4. elaborar listas de materiais e serviços, com ou sem quantitativos, a partir de projetos existentes ou de medições de campo, elaborar cadernos de encargos de obras e serviços e elaborar especificações de materiais e serviços;

24.5. assistir a elaboração e a atualização do plano de manutenção de instalações hidrossanitárias e pluviais e do plano de ação relativo à qualidade da água;

24.6. executar e acompanhar o plano de manutenção de instalações hidrossanitárias e pluviais e o plano de ação relativo à qualidade da água;

24.7. manter controle e fiscalização de oficinas, ferramentas e materiais em uso nas suas atividades;

24.8. zelar pela segurança das condições de trabalho do pessoal durante a execução das atividades, observando as regras técnicas e as normas de segurança e higiene do trabalho;

24.9. assistir a elaboração de especificações de serviços e de materiais e equipamentos hidráulicos;

24.10. assistir os órgãos de licitação e de compras e colaborar tecnicamente com os demais órgãos.

25. SERVIÇO DE OBRAS E MANUTENÇÃO GERAL:

25.1. gerir as atividades das seções subordinadas;

25.2. fornecer à Coordenação informações gerenciais acerca de distribuição de tarefas, cargas, horários e horas extras do pessoal subordinado;

25.3. fiscalizar serviços contratados e, nos casos determinados, elaborar listas de materiais e serviços, com ou sem quantitativos, a partir de projetos existentes ou de medições de campo, elaborar cadernos de encargos de obras e serviços e especificações de materiais e serviços;

25.4. elaborar, atualizar, acompanhar e gerir os planos de manutenção de obras civis e serviços gerais, incluindo os de marcenaria, serralheria e pintura;

25.5. elaborar projetos e estudos relativos à manutenção de obras civis e serviços gerais;

25.6. supervisionar a execução de obras e reformas prediais com relação à parte civil e de serviços gerais;

25.7. elaborar, atualizar, acompanhar e gerir os planos de ação relativos à segurança em trabalhos sobre obras civis e serviços gerais;

25.8. zelar pela segurança das condições de trabalho do pessoal durante a execução das atividades, observando as regras técnicas e as normas de segurança e higiene do trabalho;

25.9. elaborar especificações de serviços e de equipamentos pertinentes à sua área de atuação;

25.10. assistir as atividades de fiscalização de obras;

25.11. assistir os órgãos de licitação e de compras e colaborar tecnicamente com os demais órgãos.

26. SEÇÃO DE OBRAS CIVIS:

26.1. fornecer ao Serviço de Gestão de Obras e Serviços Gerais as informações gerenciais pertinentes à sua área;

26.2. executar obras, reformas e reparos no conjunto arquitetônico da Câmara dos Deputados ou em imóveis por ela alugados;

26.3. exercer o controle e a coordenação dos serviços prestados por terceiros na execução de obras, reformas e reparos, bem como de obras e reformas realizadas por terceiros em áreas ocupadas em imóveis da Câmara dos Deputados;

26.4. planejar e coordenar as tarefas diárias e programar o esquema de trabalho do pessoal de acordo com os cronogramas estabelecidos;

26.5. elaborar cronogramas de obras e reformas e, nos casos determinados, elaborar listas de materiais e serviços, com ou sem quantitativos, a partir de projetos existentes ou de medições de campo, elaborar cadernos de encargos de obras e serviços e especificações de materiais e serviços;

26.6. elaborar projetos e estudos relativos à execução de obras e reformas civis;

26.7. manter controle e fiscalização de oficinas, ferramentas e materiais em uso na Seção;

- 26.8. zelar pela segurança das condições de trabalho do pessoal, durante a execução das atividades, observando as regras técnicas e as normas de segurança e higiene do trabalho;
- 26.9. indicar locais para recolhimento de entulho e restos inservíveis de obras, reformas e reparos;
- 26.10. coordenar a elaboração e a atualização do plano de manutenção de edificações;
- 26.11. fiscalizar serviços contratados;
- 26.12. assistir as atividades de fiscalização de obras contratadas;
- 26.13. executar, acompanhar e gerir o plano de manutenção de edificações;
- 26.14. elaborar especificações atinentes às ações de execução de obras civis;
- 26.15. assistir os órgãos de licitação e de compras e colaborar tecnicamente com os demais órgãos.

27. SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS:

- 27.1. fornecer ao Serviço de Gestão de Obras e Serviços Gerais as informações gerenciais pertinentes à sua área;
- 27.2. executar serviços gerais de apoio a obras, reformas, reparos e manutenção das edificações, incluindo os de marcenaria, serralheria e pintura;
- 27.3. elaborar listas de materiais e serviços, com ou sem quantitativos, a partir de projetos existentes ou de medições de campo e elaborar especificações de materiais e serviços;
- 27.4. manter controle e fiscalização de oficinas, ferramentas e materiais em uso na Seção;
- 27.5. zelar pela segurança das condições de trabalho do pessoal, durante a execução das atividades, observando as regras técnicas e as normas de segurança e higiene do trabalho;
- 27.6. assistir a elaboração e a atualização do plano de manutenção de edificações;
- 27.7. executar e acompanhar o plano de manutenção de edificações;
- 27.8. prestar apoio operacional necessário à realização das demais atividades da Coordenação ligadas à execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia;
- 27.9. fiscalizar serviços contratados;
- 27.10. assistir as atividades de fiscalização de obras contratadas;
- 27.11. elaborar especificações atinentes às ações de execução de serviços gerais;
- 27.12. assistir os órgãos de licitação e de compras e colaborar tecnicamente com os demais órgãos.

28. COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES E AUDIOVISUAL:

- 28.1. supervisionar, coordenar e realizar, diretamente ou por intermédio de terceiros, as atividades sob a responsabilidade da Coordenação;
- 28.2. elaborar, atualizar, acompanhar e gerir os planos de manutenção de instalações, equipamentos e sistemas eletrônicos e de telecomunicações;
- 28.3. executar as atividades de operação de equipamentos de áudio e de vídeo instalados nos plenários e auditórios da Câmara dos Deputados;
- 28.4. gravar e elaborar roteiro de gravação das sessões em Plenário, das reuniões das Comissões e de outros eventos autorizados a se realizarem nas dependências da Câmara dos Deputados, assistindo os demais órgãos, especialmente os de comunicação social e de taquigrafia, revisão e redação;
- 28.5. distribuir som e imagem das sessões plenárias da Câmara dos Deputados e das reuniões das Comissões para as diversas dependências e, mediante prévia autorização, para destinatários externos;
- 28.6. fiscalizar os serviços contratados relativos às atividades da Coordenação;
- 28.7. elaborar projetos e estudos de engenharia eletrônica e de telecomunicações;
- 28.8. elaborar especificações de serviços, de equipamentos e de sistemas eletrônicos e de telecomunicações, assegurando apoio técnico aos órgãos de TV e de Rádio da Câmara dos Deputados, especialmente no projeto, aquisição e manutenção dos sistemas de rádio e teledifusão;
- 28.9. assistir os órgãos de licitação e de compras e colaborar tecnicamente com os demais órgãos;
- 28.10. movimentar e prestar contas dos adiantamentos oriundos do suprimento de fundos sob sua responsabilidade ou das unidades administrativas subordinadas à Coordenação, em conformidade com a legislação em vigor.

29. SEÇÃO DE APOIO AO PLENÁRIO:

- 29.1. executar atividades de operação de equipamentos de sonorização, de gravação de áudio e de projeção de multimídia no âmbito do Plenário Ulysses Guimarães;
- 29.2. elaborar o roteiro de gravação das sessões da Câmara dos Deputados, Congresso Nacional, e de outros eventos autorizados a se realizarem no Plenário;
- 29.3. prestar apoio ao serviço de tradução simultânea a realizar-se no âmbito do Plenário;

29.4. gerir os contratos de prestação de serviços de operação de equipamentos e sistemas relacionados às competências da Seção.

30. SEÇÃO DE APOIO AOS AUDITÓRIOS:

30.1. prestar serviços de sonorização, gravação e projeção de multimídia para os eventos a se realizarem no âmbito dos edifícios que compõem a Câmara dos Deputados, excluídos o Plenário Ulysses Guimarães e os plenários das Comissões;

30.2. elaborar o roteiro de gravação das reuniões, dentro de sua área de atuação;

30.3. prestar serviços dentro de sua competência aos eventos autorizados a se realizarem fora das dependências da Câmara dos Deputados;

30.4. prestar apoio ao serviço de tradução simultânea a realizar-se no âmbito da sua área de atuação;

30.5. gerir os contratos de prestação de serviços de operação de equipamentos e sistemas relacionados à sua área de atuação.

31. SEÇÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES:

31.1. executar atividades de operação de equipamentos de sonorização, de gravação de áudio e de projeção de multimídia no âmbito das Comissões;

31.2. elaborar o roteiro de gravação das reuniões, dentro de sua área de atuação;

31.3. prestar serviços, dentro de sua competência, às reuniões das Comissões que se realizarem em local diverso dos situados no complexo arquitetônico da Câmara dos Deputados;

31.4. prestar apoio ao serviço de tradução simultânea a realizar-se no âmbito das Comissões;

31.5. gerir os contratos de prestação de serviços de operação de equipamentos e sistemas relacionados à sua área de atuação.

32. SEÇÃO DE CONTAS TELEFÔNICAS:

32.1. especificar e assistir os órgãos competentes na elaboração de editais para contratação de serviços na área de telefonia;

32.2. gerir os contratos de telefonia fixa e móvel, no que se refere à tarifação dos serviços, e outros relacionados às atividades da área de engenharia de telecomunicações;

32.3. conferir e atestar faturas relativas a serviços de telefonia;

32.4. propor medidas para assegurar a eficiência, a economicidade e a transparência da prestação de serviços de telefonia, próprios ou de terceiros, no âmbito da Câmara dos Deputados.

33. SEÇÃO DE ENGENHARIA DE RADIODIFUSÃO:

33.1. prestar apoio técnico nos assuntos de Engenharia de Radiodifusão no âmbito da Câmara dos Deputados;

33.2. elaborar estudos, laudos, relatórios, projetos e especificações técnicas referentes aos equipamentos integrantes dos estúdios de rádio e televisão, aos sistemas de radiodifusão e a projetos convergentes sobre Engenharia de Radiodifusão e Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito da Câmara dos Deputados;

33.3. assistir a Coordenação e o Departamento em assuntos correlatos;

33.4. propor e organizar treinamentos para o aprimoramento das atividades desenvolvidas;

33.5. gerir os contratos referentes às atividades da Seção.

34. SEÇÃO DE ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES:

34.1. prestar apoio técnico nos assuntos de engenharia de telecomunicações e de audiovisual no âmbito da Câmara dos Deputados;

34.2. planejar a substituição dos sistemas audiovisuais e de telecomunicações, considerada sua evolução tecnológica;

34.3. elaborar e assistir a elaboração de projetos e especificações de equipamentos e sistemas de audiovisual e telecomunicações de sua competência;

34.4. assistir a Coordenação e o Departamento em assuntos correlatos;

34.5. propor e organizar treinamentos para o aprimoramento das atividades desenvolvidas;

34.6. gerir os contratos referentes às atividades da Seção.

35. SEÇÃO DE GERAÇÃO DE VÍDEO:

35.1. executar, mediante prévia autorização, atividades de operação de equipamentos de geração de imagens das reuniões das Comissões e de outros eventos a elas relacionados, para finalidade de divulgação interna e externa, incluindo a TV Câmara e a Internet;

35.2. operar a rede de distribuição interna de vídeo;

35.3. prestar apoio à TV Câmara na geração de imagens das reuniões das Comissões, para exibição na emissora;

35.4. gerir os contratos de prestação de serviços de operação de equipamentos e sistemas relacionados à Seção.

36. SEÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS AUDIOVISUAIS:

36.1. gerenciar o agendamento de eventos;

36.2. coordenar as atividades de operação dos equipamentos e sistemas de audiovisual em sessões e eventos na Câmara dos Deputados;

36.3. gerenciar a distribuição de recursos humanos e técnicos entre as seções;

36.4. participar da organização de eventos especiais na Câmara dos Deputados;

36.5. verificar a qualidade dos serviços prestados e dos produtos gerados pelas seções de operações de equipamentos audiovisuais;

36.6. estudar, planejar e propor a substituição dos recursos audiovisuais necessários às atividades da Coordenação, considerada a evolução tecnológica desses recursos;

36.7. propor e organizar treinamentos para o aprimoramento da operação de equipamentos e sistemas;

36.8. gerir os contratos referentes às atividades da Seção.

37. SEÇÃO DE GESTÃO DOS SISTEMAS DE GRAVAÇÃO:

37.1. gravar e promover o gerenciamento de mídias contendo áudio, vídeo e dados relativos às sessões da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, das reuniões de Comissões Técnicas e de outros eventos realizados nas suas dependências ou externamente;

37.2. administrar a rede interna de gravação digital;

37.3. prestar assistência aos demais órgãos da Câmara dos Deputados, especialmente aos órgãos de comunicação social e de taquigrafia, revisão e redação, em assuntos relacionados às gravações de áudio e vídeo e os respectivos roteiros de gravação das sessões plenárias, das reuniões das Comissões e demais eventos;

37.4. operar e manter os arquivos de gravação até sua transferência ao Centro de Documentação e Informação;

37.5. organizar o fluxo de eventos gravados para publicação no Portal da Internet da Câmara dos Deputados;

37.6. gerir os contratos de prestação de serviços de operação de equipamentos e sistemas relacionados à Seção.

38. SEÇÃO DE MANUTENÇÃO TÉCNICA:

38.1. promover a manutenção corretiva e preventiva, por meios próprios ou de terceiros, de equipamentos e sistemas eletrônicos da Câmara dos Deputados, relacionados às áreas de áudio, de vídeo e de telecomunicações, incluindo o sistema telefônico e a rede de relógios;

38.2. propor, planejar e especificar as ações relativas aos planos de manutenção própria ou contratada de equipamentos e sistemas relacionados à Seção;

38.3. planejar e especificar a aquisição de materiais, equipamentos e serviços relacionados às atividades da Seção;

38.4. fiscalizar as obras realizadas ou contratadas pelo Departamento, com o objetivo de verificar as instalações complementares dos equipamentos e sistemas relacionados à Seção;

38.5. gerir os contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e sistemas relacionados à Seção;

38.6. prestar apoio técnico, quando solicitado, à TV e Rádio da Câmara dos Deputados.

39. SEÇÃO DE PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES:

39.1. especificar equipamentos e elaborar projetos de sistemas de áudio e vídeo, tais como sistemas de captação de áudio e sonorização de ambientes, sistemas de radiocomunicação, sistemas de circuito fechado e antena coletiva de TV, sistemas de projeção e visualização, sistemas de captura, processamento e transmissão de sons e imagens, com exceção das atividades relacionadas aos sistemas de radiodifusão;

39.2. atestar o correto funcionamento dos equipamentos de áudio e vídeo adquiridos, no momento do recebimento;

39.3. auxiliar tecnicamente a fiscalização da execução de serviços de terceiros no que se refere a sistemas de áudio e vídeo; elaborar e propor procedimentos operacionais e de manutenção dos sistemas de áudio e vídeo, de forma a otimizar a execução desses serviços pelas seções competentes;

39.4. emitir laudos e relatórios técnicos referentes aos sistemas de sua competência;

39.5. sugerir a aquisição de equipamentos e sistemas de sua competência, de acordo com as novas tendências tecnológicas de interesse da Câmara dos Deputados;

39.6. gerir os contratos relacionados à Seção.

40. SEÇÃO DE TELEFONIA:

40.1. gerir e operar o sistema telefônico da Câmara dos Deputados;

40.2. controlar a distribuição de linhas e de equipamentos telefônicos, mantendo em arquivo dados relativos aos usuários;

40.3. realizar o intercâmbio de informações técnicas com as empresas prestadoras de serviços telefônicos, de modo a garantir a perfeita integração entre os sistemas;

40.4. realizar o remanejamento das linhas telefônicas nas dependências da Câmara dos Deputados;

40.5. operar e manter em perfeitas condições de funcionamento a Central Telefônica da Câmara dos Deputados;

40.6. planejar e especificar a aquisição de materiais e a contratação de serviços relacionados à operação, manutenção, expansões e evolução tecnológica do sistema telefônico;

40.7. gerir os contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de operação dos equipamentos e sistemas relacionados à Seção;

40.8. assistir o setor competente no controle da tarificação das linhas.

41. SEÇÃO DE TRANSMISSÃO DE RÁDIO E TV:

41.1. elaborar estudos e projetos de radiofrequência e especificações de equipamentos para distribuição de sinais de televisão e rádio;

41.2. gerenciar a instalação e manutenção de sítios de transmissão para emissoras de televisão e rádio da Câmara dos Deputados;

41.3. zelar pelo cumprimento de obrigações como o pagamento de taxas, licenciamento de estações e correlatos, junto aos órgãos reguladores dos serviços de radiodifusão;

41.4. gerir os contratos referentes às atividades da Seção.

42. COORDENAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA:

42.1. supervisionar, coordenar e realizar, diretamente ou por intermédio de terceiros, as atividades sob a responsabilidade da Coordenação;

42.2. supervisionar, coordenar e executar, diretamente ou por intermédio de terceiros, no âmbito do complexo arquitetônico e urbanístico da Câmara dos Deputados, as atividades relativas a planejamento, elaboração de projetos e especificações de serviços de arquitetura e urbanismo, de obras, de móveis e ambientação, e de programação visual e paisagística;

42.3. manter documentação iconográfica edilícia e demais documentos técnicos atualizados, bem como originais dos respectivos registros, tais como pranchas de desenhos, documentação legal e arquivo técnico específico;

42.4. coordenar as ações interdepartamentais e interinstitucionais relacionadas aos temas que tratam de patrimônio edificado, de planejamento e gestão do espaço físico e de planejamento sustentável e acessibilidade;

42.5. assistir os órgãos de licitação e colaborar tecnicamente com os demais órgãos do Departamento;

42.6. movimentar e prestar contas dos adiantamentos oriundos do suprimento de fundos sob sua responsabilidade ou das unidades administrativas subordinadas à Coordenação, em conformidade com a legislação em vigor.

43. SEÇÃO DE AMBIENTES CORPORATIVOS:

43.1. propor, coordenar e monitorar, no âmbito de suas atribuições, as ações interdepartamentais e interinstitucionais de gestão das atividades que envolvem a elaboração de pareceres técnicos, projetos, especificações técnicas de ambientação e modificação de espaços internos da Câmara dos Deputados cedidos aos gabinetes parlamentares e às áreas legislativa e administrativa;

43.2. gerir os contratos de serviços de ambientação de espaços internos da Câmara dos Deputados, bem como supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente os serviços complementares de instalações necessários a essas intervenções.

44. SEÇÃO DE GESTÃO DE ÁREAS VERDES:

44.1. propor, coordenar e monitorar, no âmbito de suas atribuições e de acordo com a Política Socioambiental da Câmara dos Deputados, as ações interdepartamentais e interinstitucionais de gestão das atividades que envolvem a elaboração de pareceres técnicos sobre implantação, manutenção e conservação das áreas

verdes e vasos ornamentais das áreas de responsabilidade da Câmara dos Deputados, bem como elaborar editais visando à contratação de empresas para realização dos serviços correlatos;

44.2. executar diretamente ou por intermédio de terceiros projetos paisagísticos e especificações para implantação, manutenção e conservação das áreas verdes e vasos ornamentais;

44.3. propor, executar, manter e reformar as áreas verdes de responsabilidade da Câmara dos Deputados;

44.4. gerir os contratos de manutenção das áreas verdes e vasos de responsabilidade da Câmara dos Deputados, sempre de acordo com a política socioambiental da Câmara dos Deputados.

45. SEÇÃO DE MOBILIÁRIO:

45.1. elaborar pareceres, especificações técnicas, projetos e estudos que resultem na aquisição, reposição ou manutenção de mobiliário e demais itens que compõem o equipamento móvel e imóvel que complementam o espaço edificado da Câmara dos Deputados;

45.2. elaborar projetos e estudos de reformulação de espaços edificados com especificações técnicas para aquisição de materiais de acabamento e construtivos;

45.3. auxiliar na elaboração de editais e colaborar na análise de propostas;

45.4. gerir os contratos de compra de móveis e equipamentos para o complexo edificado;

45.5. fiscalizar, coordenar e orientar a execução dos serviços executados por equipe contratada ou própria, demandando de outras áreas o apoio necessário para alcançar o efetivo e eficaz resultado do serviço.

46. SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO VISUAL:

46.1. criar, confeccionar e manter a sinalização e Galerias Institucionais de todo o complexo arquitetônico da Câmara dos Deputados;

46.2. configurar, planejar e adequar os espaços quanto aos elementos visuais como cartazes, painéis, faixas de mesa, banners, plotagens, expositores de mídia indoor e estandes com o objetivo de combater a poluição visual e manter a coerência com a imagem institucional e o caráter palaciano e histórico dos prédios da Instituição.

47. SERVIÇO DE PROJETOS DE EDIFICAÇÃO:

47.1. propor, coordenar e monitorar, no âmbito de suas atribuições, as ações que envolvem a elaboração de pareceres técnicos, propostas, estudos e detalhamento executivo e a contratação de projetos de arquitetura e urbanismo da Câmara dos Deputados;

47.2. elaborar estudos preliminares, anteprojetos e projetos executivos de arquitetura e urbanismo para área da Câmara dos Deputados, a serem executados direta ou indiretamente pelo Departamento;

47.3. desenvolver estudos e orientar a tomada de decisões sobre intervenções no espaço físico da Câmara dos Deputados;

47.4. planejar e definir metas e ações para os projetos arquitetônicos e urbanísticos a serem incluídos na formulação de um Plano Diretor concernente ao tema, integrado às ações de planejamento da Câmara dos Deputados;

47.5. conduzir pesquisa científica sobre os princípios e as técnicas relativos à elaboração e desenvolvimento de projetos arquitetônicos e urbanísticos na Administração Pública.

48. SEÇÃO DE ACESSIBILIDADE E SUSTENTABILIDADE:

48.1. propor, coordenar e monitorar, no âmbito de suas atribuições, as ações que envolvam a elaboração de pareceres técnicos, propostas e projetos de novas edificações e de intervenções visando garantir a adoção de medidas atinentes à acessibilidade, ao planejamento sustentável nos espaços da Câmara dos Deputados e sua inserção nas políticas de qualidade da arquitetura pública;

48.2. elaborar, prioritariamente, além de novas edificações, projetos arquitetônicos que demandam instalações especiais como áreas de formação e capacitação, áreas de alimentação e produção de alimentos, áreas médicas, entre outros objetos afeitos à temática da Seção;

48.3. desenvolver estudos e orientar a tomada de decisões sobre intervenções no espaço físico da Câmara dos Deputados, tendo como fundamentos a acessibilidade e o planejamento sustentável;

48.4. conduzir pesquisa científica sobre os princípios e técnicas relativos à acessibilidade, à qualidade e à sustentabilidade na Administração Pública.

49. SEÇÃO DE PATRIMÔNIO EDIFICADO:

49.1. propor, coordenar e monitorar, no âmbito de suas atribuições, as ações que envolvam a elaboração de pareceres técnicos, propostas e projetos de novas edificações e de intervenções visando garantir a conservação do patrimônio edificado da Câmara dos Deputados;

49.2. elaborar, prioritariamente, além de novas edificações, projetos arquitetônicos específicos como ambientes nobres do Palácio do Congresso Nacional, fachadas, esquadrias e áreas externas componentes do conjunto tombado, entre outros objetos afeitos à temática da Seção;

49.3. desenvolver estudos e orientar a tomada de decisões sobre intervenções no espaço físico da Câmara dos Deputados, tendo como fundamento a preservação do patrimônio edificado;

49.4. planejar e definir metas e ações de preservação do patrimônio edificado da Câmara dos Deputados, incluindo a formulação de um Plano Diretor concernente ao tema, integrado às ações de planejamento da Câmara dos Deputados;

49.5. sistematizar, recuperar, conservar e disponibilizar a documentação iconográfica relativa ao patrimônio edificado da Câmara dos Deputados;

49.6. auxiliar a definição dos procedimentos de representação gráfica do Departamento;

49.7. conduzir pesquisa científica de princípios e técnicas de conservação e restauro do patrimônio edificado e da documentação a ele integrada.

ATO DA MESA Nº , DE 2014

Dispõe sobre a estrutura administrativa do Gabinete da Diretoria Legislativa da Câmara dos Deputados.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no art. 4º da Resolução nº 46, de 2006, resolve:

Art. 1º A estrutura administrativa da Diretoria Legislativa, prevista no art. 80, da Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971, passa a vigorar na forma do Anexo I.

Art. 2º Ficam extintas as funções comissionadas constantes do Anexo II.

Art. 3º Ficam criadas as funções comissionadas constantes do Anexo III.

Art. 4º As funções comissionadas do Gabinete da Diretoria Legislativa, previstas na Lei nº 5.810, de 11 de outubro de 1972, e nas Resoluções nº 20, de 30 de novembro de 1971, e nº 37, de 24 de outubro de 1983, passam a ser as constantes do Anexo IV.

Art. 5º As competências do Gabinete da Diretoria Legislativa são as constantes do Anexo V e as atribuições dos titulares das respectivas unidades administrativas, além de correlacionadas com as competências, são as estabelecidas nos arts. 203, 252 e 254, da Resolução nº 20, de 1971, no que couber.

Art. 6º Este Ato não altera as estruturas administrativas e as funções comissionadas do Centro de Documentação e Informação, da Consultoria Legislativa, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, do Departamento de Comissões e do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Fruto da crescente demanda de trabalho nas unidades departamentais vinculadas à Diretoria Legislativa – Centro de Documentação e Informação, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, Consultoria Legislativa, Departamento de Comissões e Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – e do reconhecimento do elevado nível de suporte que o Gabinete da Diretoria Legislativa presta a esses órgãos, o presente Ato da Mesa visa adequar a estrutura do Gabinete à realidade dos trabalhos desenvolvidos e conformá-los às diretrizes da boa administração, ao estabelecer e ampliar competências e atribuições, criar e renomear setores, em consonância com a Gestão Estratégica da Casa e da Diretoria Legislativa.

A reestruturação ora proposta não incorre em qualquer acréscimo de despesa, haja vista que a titularidade da Assessoria Técnica e do Núcleo Setorial de Gestão é resultado da extinção e da criação de funções de mesmo nível. Da mesma forma, a criação do cargo de Chefe do Serviço de Administração é proveniente da extinção da função de Chefe de Secretaria ora existente.

Como resultado da reestruturação do Gabinete desta Diretoria, espera-se um melhor desenvolvimento dos processos e procedimentos de trabalhos, assim como maior transparência de seus atos administrativos.

Este processo de reestruturação faz parte do esforço da Direção da Casa para padronizar as nomenclaturas dos seus cargos e órgãos, atualizando a estrutura administrativa da Câmara dos Deputados e adequando-a às modernas práticas de gestão.

ANEXO I
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA DIRETORIA LEGISLATIVA

DIRETORIA LEGISLATIVA

Assessoria Técnica

Núcleo Setorial de Gestão

Serviço de Administração

Centro de Documentação e Informação

Consultoria Legislativa

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Departamento de Comissões

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

ANEXO II
FUNÇÕES COMISSIONADAS EXTINTAS

Quantidade	Código	Nível	Denominação
2	C1113516	FC-3	Assessor Técnico
	C1113514		
1	C2060012	FC-2	Chefe de Secretaria

ANEXO III
FUNÇÕES COMISSIONADAS CRIADAS

Quantidade	Nível	Denominação
1	FC-3	Chefe do Núcleo Setorial de Gestão
1	FC-3	Chefe da Assessoria Técnica
1	FC-2	Chefe do Serviço de Administração

ESTRUTURA DE FUNÇÕES COMISSIONADAS

Quantidade	Nível	Denominação
1	FC-5	Diretor Legislativo
1	FC-3	Chefe da Assessoria Técnica
1	FC-3	Chefe do Núcleo Setorial de Gestão
1	FC-2	Chefe do Serviço de Administração
1	FC-1	Assistente de Gabinete

ANEXO V

COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA LEGISLATIVA**1. DIRETORIA LEGISLATIVA:**

1.1. planejar, coordenar, controlar e orientar os órgãos departamentais que a compõem, supervisionando as atividades de apoio aos trabalhos legislativos;

1.2. zelar pelo cumprimento das diretrizes, metas, programas e projetos referentes à gestão estratégica dos órgãos vinculados à Diretoria;

1.3. articular-se com a Secretaria-Geral da Mesa em assuntos de elaboração legislativa;

1.4. baixar portarias, instruções, circulares e ordens de serviço de caráter administrativo, com anuência da Diretoria-Geral, submetendo à audiência da Secretaria-Geral da Mesa as que envolvam matéria de elaboração legislativa.

2. ASSESSORIA TÉCNICA:

2.1. assessorar o Diretor Legislativo em assuntos de natureza administrativa, jurídica e regimental;

2.2. realizar estudos de natureza técnico-jurídico-regimental e emitir pareceres relativos aos trabalhos legislativos de interesse do órgão;

2.3. elaborar despachos sobre os processos em tramitação no Gabinete;

2.4. representar a Diretoria Legislativa em comitês gestores;

2.5. elaborar relatórios anuais de atividades e de controle;

2.6. realizar análise sobre as necessidades de atualização da estrutura organizacional das unidades administrativas da Diretoria;

2.7. fazer levantamento nas unidades departamentais referente às necessidades de lotação de pessoal e encaminhar soluções ao Diretor-Geral e ao Departamento de Pessoal;

2.8. realizar atividades inerentes ao assessoramento de reuniões do titular da Diretoria Legislativa com os diretores de sua área de atuação;

2.9. propor ações com vistas à atualização das ferramentas tecnológicas que visem à modernização das atividades da Diretoria Legislativa, em especial do processo legislativo;

2.10. propor medidas administrativas necessárias ao bom funcionamento do Gabinete;

2.11. gerenciar as informações produzidas no âmbito do Gabinete;

2.12. exercer outras atividades determinadas pelo Diretor Legislativo.

3. NÚCLEO SETORIAL DE GESTÃO:

3.1. assessorar o Diretor Legislativo na promoção, no planejamento, na coordenação, no acompanhamento e na orientação das atividades da Diretoria Legislativa, bem como na implementação de melhoria contínua da gestão do órgão;

3.2. desempenhar as funções de Escritório Setorial de Gestão Estratégica;

3.3. observar e zelar pelas diretrizes e metodologias de planejamento e melhoria da gestão emanadas do Escritório Corporativo de Gestão Estratégica;

3.4. promover a governança e acompanhar a gestão estratégica na Diretoria Legislativa, em conformidade com as orientações do Escritório Corporativo de Gestão Estratégica;

3.5. assessorar o Comitê Setorial de Gestão da Diretoria Legislativa;

3.6. desenvolver, acompanhar e promover avaliações periódicas do planejamento estratégico setorial, mantendo o Presidente do Comitê Setorial de Gestão da Diretoria Legislativa informado sobre o andamento dos projetos e ações;

3.7. supervisionar a gestão de processos e de projetos no âmbito da Diretoria Legislativa, zelando pela sua qualidade, aperfeiçoamento e padronização;

3.8. organizar informações e realizar análises sobre o andamento dos programas e projetos estratégicos setoriais e sobre o desempenho dos processos estratégicos sob responsabilidade da área, para subsidiar as Reuniões de Avaliação Estratégica Setoriais, bem como as ações do Comitê Setorial de Gestão;

3.9. preparar e secretariar as Reuniões de Avaliação Estratégica Setoriais;

3.10. fornecer elementos e informações ao Diretor Legislativo para as Reuniões de Avaliação Estratégica Setoriais e Corporativas;

3.11. apresentar, nas Reuniões de Avaliação Estratégica Setoriais, os demonstrativos de indicadores de resultado e de desempenho de programas, projetos e processos estratégicos setoriais;

3.12. implementar ações setoriais de comunicação que deem suporte à implantação da gestão estratégica de projetos e de processos;

3.13. registrar e divulgar o aprendizado e melhores práticas de gestão, contribuindo para a troca de experiências entre os Escritórios de Gestão e para a evolução contínua das metodologias, dos padrões, das soluções tecnológicas e dos procedimentos corporativos;

3.14. promover, no Escritório Corporativo de Gestão Estratégica, a administração de projetos e de processos, por meio da troca de experiências e evolução contínua de metodologias, padrões e procedimentos, com base nas melhores práticas;

3.15. zelar pelo alinhamento estratégico e pela aplicação das conclusões e recomendações provenientes das Reuniões de Avaliação Estratégica Setoriais;

3.16. avaliar o alinhamento estratégico dos programas e projetos estratégicos setoriais e de eventuais mudanças a eles propostas;

3.17. prestar assessoramento técnico aos gerentes de programas e de projetos e aos responsáveis por processos de trabalho vinculados à Diretoria Legislativa;

3.18. elaborar despachos sobre os processos em tramitação no Gabinete;

3.19. representar a Diretoria Legislativa em Comitês Gestores;

3.20. elaborar relatórios anuais de atividades e de controle;

3.21. realizar atividades inerentes ao assessoramento de reuniões do titular da Diretoria Legislativa com os diretores de sua área de atuação;

3.22. gerenciar as informações produzidas no âmbito do Gabinete;

3.23. exercer outras atividades determinadas pelo Diretor Legislativo.

4. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO:

4.1. elaborar o inventário físico anual e autorizar a movimentação de bens móveis;

4.2. zelar e responder pela guarda de bens patrimoniais da Câmara dos Deputados cedidos à Diretoria Legislativa;

4.3. proceder ao levantamento das necessidades de bens móveis e de informática e efetuar as respectivas solicitações de aquisição;

4.4. solicitar e controlar o material de expediente;

4.5. solicitar providências referentes ao uso e à manutenção de equipamentos de informática;

4.6. solicitar o cadastramento e a desativação de senhas para acesso aos serviços e sistemas de informática utilizados pela Diretoria Legislativa;

4.7. receber, elaborar despachos e enviar documentos e processos nos sistemas de informática utilizados para esses fins;

4.8. acompanhar a tramitação dos processos referentes às providências solicitadas;

4.9. providenciar a reprodução de documentos e envio de correspondências oficiais;

4.10. ler, encaminhar resposta e dar o devido andamento às correspondências e mensagens recebidas;

4.11. classificar e guardar documentos;

4.12. organizar e preparar os documentos para serem enviados a outros órgãos;

4.13. adotar as providências para a lotação e movimentação de pessoal no Gabinete da Diretoria Legislativa;

4.14. preparar escalas de férias e de recesso dos servidores do Gabinete da Diretoria Legislativa;

4.15. controlar a frequência dos servidores e dos menores vinculados ao Programa Pró-Adolescentes;

4.16. fornecer apoio técnico-administrativo à Assessoria Técnica e ao Núcleo Setorial de Gestão.

PORTARIA DA PRIMEIRA SECRETARIA

PORTARIA Nº 046/14

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Credenciar a Senhora **GABRIELLA MORESCHI ROJAS** como Representante da **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS / ANER**.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 16 de julho de 2014. – Deputado **Marcio Bittar**, Primeiro-Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Quarta Sessão Legislativa Ordinária
da Quinquagésima Quarta Legislatura**

**Ata da segunda reunião extraordinária da Mesa Diretora
da Câmara dos Deputados, realizada em 28 de maio de 2014**

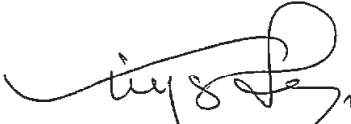
Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e quatorze, às vinte e uma horas, no Gabinete da Presidência da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, que decidiu por unanimidade propor as ações de controle de constitucionalidade cabíveis para impugnar a Lei Complementar nº 78/93 e a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral nº 23.389/2013, que foi ratificada pelo Plenário da Corte Eleitoral no dia 27 de maio de 2014, e para zelar pela constitucionalidade do Decreto Legislativo nº 424/2013. Nada mais havendo a tratar, às vinte e uma horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, *Mozart Vianna de Paiva*, Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhores membros da Mesa presentes, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados.


HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente


ARLINDO CHINAGLIA
Primeiro-Vice-Presidente


FÁBIO FÁRIA
Segundo-Vice-Presidente


MÁRCIO BITTAR
Primeiro-Secretário


SIMÃO SESSIM
Segundo-Secretário


MAURÍCIO QUINTELLA LESSA
Terceiro-Secretário


BIFFI
Quarto-Secretário

ATA DE REUNIÃO DA MESA DIRETORA

Ata da 12ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada no dia 16 de julho de 2014.

Publique-se.

Em 5-8-14. – **Mozart Vianna de Paiva**, Secretário-Geral da Mesa.

Quarta Sessão Legislativa Ordinária – da Quinquagésima Quarta Legislatura

Ata da décima segunda reunião ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 16 de julho de 2014

Aos dezesseis dias do mês de julho de dois mil e quatorze, às dez horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves. Presentes os Senhores Deputados Arlindo Chinaglia, Primeiro-Vice-Presidente; Simão Sessim, Segundo-Secretário; Gonzaga Patriota, Primeiro-Suplente de Secretário; Wolney Queiroz, Segundo-Suplente de Secretário; Vitor Penido, Terceiro-Suplente de Secretário; e Átila Lins, Corregedor Parlamentar. Ausentes justificadamente os Senhores Deputados Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente; Márcio Bittar, Primeiro-Secretário; Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário; Biffi, Quarto-Secretário; e Takayama, Quarto-Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou abertos os trabalhos. **I – PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE.** O Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves expôs as seguintes **Solicitações de Informação ao Tribunal de Contas da União**, acordadas pela Mesa Diretora pelo encaminhamento: 1 – **Nº 58, de 2014**, de autoria do **Deputado Arnaldo Jardim**, que “solicita informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União sobre auditoria realizada no Sistema Elétrico Brasileiro que apontou fortes indícios de que a geração de energia brasileira é estruturalmente insuficiente para garantir a segurança energética do país”; 2 – **Nº 59, de 2014**, de autoria da **Comissão Especial de Documentos Sigilosos**, que “solicita informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União sobre requisição de instrumentos de classificação em grau de confidencialidade”; 3 – **Nº 60, de 2014**, de autoria do **Deputado Osmar Serraglio**, que “solicita sejam prestadas informações pelo TCU – Tribunal de Contas da União sobre todas as desonerações tributárias realizadas detalhando quais segmentos foram beneficiados e, os efeitos nas transferências, por Estado e, quanto ao Paraná, por Município”. Em seguida, a Mesa Diretora ratificou, por unanimidade, os despachos favoráveis, *ad referendum*, exarados pelo Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, nos seguintes expedientes referentes a relatório de missão oficial, relatório de Requerimentos de Informação, tomada de contas, relatório de gestão fiscal, Ato do Presidente, reembolso de despesa médico-hospitalar, reembolso de despesas e nomeação de servidor: 1 – **Relatório de Requerimentos de Informação (RIC)**, despachados *ad referendum* da Mesa Diretora, pelo encaminhamento: 1.1 – **RIC Nº 4.049/14** – do Sr. Marcos Rogério – que “solicita as informações que especifica ao Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente”; 1.2 – **RIC Nº 4.111/14** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, a respeito da venda de ativos no exterior pela Petrobras ao grupo BTG/Pactual”; 1.3 – **RIC Nº 4.112/14** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações ao Ministro de Minas e Energia acerca dos critérios utilizados pela Petrobras para elaborar as listas de convidados da empresa para eventos por ela patrocinados”; 1.4 – **RIC Nº 4.113/14** – do Sr. Professor Sérgio de Oliveira – que “requer informações ao Ministro da Educação, Senhor Henrique Paim, sobre o ProInfo, Programa Nacional de Tecnologia Educacional”; 1.5 – **RIC Nº 4.114/14** – do Sr. Fabio Reis – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre a situação do sistema prisional brasileiro”; 1.6 – **RIC Nº 4.115/14** – do Sr. Reinaldo Azambuja – que “requer ao Ministro das Comunicações Paulo Bernardo Silva, no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, as seguintes informações sobre os serviços de telefonia móvel e acerca do recente estudo publicado pela União Internacional de Telecomunicações – UIT, e divulgado em parceria com a ANATEL, que apontam o Brasil com o país que tem a tarifa de telefonia móvel mais cara do mundo”; 1.7 – **RIC Nº 4.116/14** – do Sr. Dr. Jorge Silva – (INC 4987/2013) – que “requer informações ao Ministério da Educação relacionadas à criação do Programa de Educação para a Cidadania, remetida à Casa Civil em 28/08/2013”; 1.8 – **RIC Nº 4.117/14** – do Sr. Dr. Jorge Silva – (INC 419/2011) – que “requer informações ao Ministério da Educação relacionadas à expansão das instituições federais de ensino superior, tema da Indicação nº 419/2011, remetida à Casa Civil em 11 de maio de 2011”; 1.9 – **RIC Nº 4.118/14** – do Sr. Dr. Jorge Silva – (INC 193/2011) – que

"solicita ao Poder Executivo informações acerca da Indicação nº 193, de 2011, que sugere ao Ministério da Saúde, a realização de campanha publicitária visando à prevenção do câncer de próstata"; 1.10 – **RIC Nº 4.119/14** – do Sr. Dr. Jorge Silva – (INC 5143/2013) – que "solicita ao Poder Executivo informações acerca da Indicação nº 5.143, de 2013, que sugere ao Ministério da Saúde a elaboração de protocolo clínico para o tratamento de incontinência urinária no Sistema Único de Saúde"; 1.11 – **RIC Nº 4.120/14** – do Sr. Dr. Jorge Silva – (INC 5585/2013) – que "solicita informações à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão a respeito do andamento da Indicação nº 5.585, de 2013"; 1.12 – **RIC Nº 4.122/14** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que "requer informações ao Ministro de Minas e Energia e a Petrobrás acerca dos sócios Belgas da compra da refinaria de Pasadena, no estado do Texas-EUA"; 1.13 – **RIC Nº 4.123/14** – do Sr. Vanderlei Macris – que "requer informações ao Ministro da Defesa sobre aquisição de sistemas de defesa antiaérea e outros equipamentos de fabricantes da Rússia"; 1.14 – **RIC Nº 4.124/14** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que "solicita informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, junto à Petrobras, no que tange a contratos firmados entre esta empresa e o grupo Schain S.A"; 1.15 – **RIC Nº 4.126/14** – do Sr. Weliton Prado – que "solicita informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com vistas à esclarecer se a agência reguladora tem autorizado empresas de energia elétrica, como a CEMIG, a adotarem o procedimento abusivo de incluir nos cadastros de restrição ao crédito o nome dos consumidores que encontram-se inadimplentes"; 1.16 – **RIC Nº 4.127/14** – do Sr. Edinho Araújo – que "requer informações ao Sr. Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC sobre o provisionamento de dívida da União (sucessora do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND) com entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão), em razão de condenação judicial transitada em julgado"; 1.17 – **RIC Nº 4.131/14** – do Sr. Ricardo Izar – que "solicita informações ao senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Clélio Campolina Diniz, sobre centros de pesquisa e/ou ensino que utilizem animais para testes"; 1.18 – **RIC Nº 4.132/14** – do Sr. João Dado – (PL 2496/2011) – que "solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda no âmbito da Receita Federal do Brasil sobre o impacto orçamentário e financeiro decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 2.496, de 2011, que "Altera o parágrafo único do art. 18 da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001"; 1.19 – **RIC Nº 4.133/14** – do Sr. Dr. Jorge Silva – (INC 192/2011) – que "solicita ao Ministro da Saúde informações sobre a Indicação nº 192, de 2011, remetida por esta Casa Legislativa"; 1.20 – **RIC Nº 4.134/14** – do Sr. Dr. Jorge Silva – (INC 5203/2013) – que "solicita informações ao Ministério da Saúde sobre o andamento da Indicação nº 5.203, de 2013"; 1.21 – **RIC Nº 4.135/14** – do Sr. Edinho Araújo – que "requer informações à Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão quanto a ações de autorização para a nomeação de candidatos excedentes do concurso público realizado para diversos cargos da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (Edital de concurso nº 01/2013)"; 1.22 – **RIC Nº 4.136/14** – do Sr. Mandetta – que "requer informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Arthur Chioro, acerca da aquisição de medicamentos feita pelo Ministério da Saúde com a Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen Química Ltda"; 1.23 – **RIC Nº 4.137/14** – do Sr. Weliton Prado – que "solicita informações ao Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre o cronograma a ser cumprido pelo Ministério para deliberação dos processos de anistia"; 1.24 – **RIC Nº 4.138/14** – do Sr. Dr. Jorge Silva – (INC 4710/2013) – que "solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda no tocante ao andamento da Indicação n.º 4710, de 2013"; 1.25 – **RIC Nº 4.139/14** – do Sr. Sandro Alex – que "solicita informações ao Ministro de Minas e Energia sobre a manutenção da rede de energia elétrica sob a responsabilidade das distribuidoras, nos termos em que especifica"; 1.26 – **RIC Nº 4.140/14** – do Sr. Domingos Sávio – que "solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência, o andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Mário Negromonte do Ministério das Cidades"; 1.27 – **RIC Nº 4.141/14** – do Sr. Domingos Sávio – que "solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência, o andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Pedro Novais do Ministério do Turismo"; 1.28 – **RIC Nº 4.142/14** – do Sr. Domingos Sávio – que "solicita ao Ilustríssimo Senhor Jorge Hage Sobrinho, Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, informações sobre a existência, o andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Orlando Silva do Ministério do Esporte"; 1.29 – **RIC Nº 4.143/14** – do Sr. Domingos Sávio – que "solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência, o andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Carlos Lupi do Ministério do Trabalho e Emprego"; 1.30 – **RIC Nº 4.144/14** – do Sr. Domingos Sávio – que "solicita ao Ilus-

tríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência, o andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Alfredo Nascimento do Ministério dos Transportes”; 1.31 – **RIC Nº 4.145/14** – do Sr. Domingos Sávio – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência, andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Antonio Palocci da Casa Civil”; 1.32 – **RIC Nº 4.146/14** – do Sr. Domingos Sávio – que “solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência, o andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Wagner Rossi do Ministério da Agricultura”; 1.33 – **RIC Nº 4.147/14** – do Sr. Renato Simões – que “requer informações ao Ministro da Fazenda referente aos dados de interesse do Grupo de Trabalho de Reforma da Legislação Tributária Nacional”; 1.34 – **RIC Nº 4.148/14** – da Sra. Sandra Rosado – (INC 2915/2012) – que “requer informações acerca de estudos e eventuais encaminhamentos para a edição de atos de gestão decorrentes das propostas contidas na Indicação nº 2.915 de 2012, remetida à Casa Civil em 01 de junho de 2012”; 1.35 – **RIC Nº 4.149/14** – da Sra. Sandra Rosado – (INC 4977/2013) – que “requer informações acerca de estudos decorrentes das propostas contidas na Indicação nº 4.977/13, remetida à Casa Civil em 22 de agosto de 2013”; 1.36 – **RIC Nº 4.150/14** – da Sra. Sandra Rosado – (INC 5093/2013) – que “solicita informações ao Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República sobre o andamento da Indicação nº 5.093, de 2013”; 1.37 – **RIC Nº 4.151/14** – da Sra. Sandra Rosado – (INC 3880/2013) – que “requer informações acerca de estudos decorrentes das propostas contidas na Indicação nº 3.880/13, remetida à Casa Civil em 12 de abril de 2013”; 1.38 – **RIC Nº 4.152/14** – da Sra. Sandra Rosado – (INC 269/2011) – que “solicita informações ao Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República sobre o andamento da Indicação nº 269, de 2011”; 1.39 – **RIC Nº 4.153/14** – do Sr. Betinho Rosado – que “solicita do Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia informações quanto à atual impossibilidade de comercialização de excedentes da energia elétrica gerada por autoprodutores, ou da energia gerada por produtores independentes de energia elétrica, com potência instalada igual ou inferior a 1000 kW (mil quilowatts), em função de disposições contidas na Resolução Normativa nº 482, de 17 de abril de 2012, que foi alterada pela Resolução Normativa nº 517 de 11 de dezembro de 2012, editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL”; 1.40 – **RIC Nº 4.154/14** – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que “solicita informações ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre transferência de recursos para as unidades da federação”; 1.41 – **RIC Nº 4.155/14** – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que “solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento Social sobre transferência de recursos para as unidades da federação”; 1.42 – **RIC Nº 4.156/14** – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que “solicita informações ao Ministro da Pesca e Aquicultura sobre transferência de recursos para as unidades da federação”; 1.43 – **RIC Nº 4.157/14** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações à Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre venda de armas não letais à Venezuela, nos termos em que especifica”; 1.44 – **RIC Nº 4.158/14** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre venda de armas não letais à Venezuela, nos termos em que especifica”; 1.45 – **RIC Nº 4.159/14** – do Sr. Arolde de Oliveira – que “requer envio de pedido de informações ao Ministério da Defesa sobre registro de mortalidade de crianças indígenas em hospitais militares”; 1.46 – **RIC Nº 4.160/14** – do Sr. Antonio Imbassahy – que “solicita informações complementares ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, por intermédio da Petróleo Brasileiro – Petrobras S.A. sobre as relações comerciais envolvendo a Petrobras e a empresa holandesa SBM Offshore”; 1.47 – **RIC Nº 4.161/14** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “solicita informações ao Sr. Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações, esclarecimentos com relação às multas aplicadas às operadoras de telefonia”; 1.48 – **RIC Nº 4.163/14** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos, informações acerca de operações de apoio financeiro, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a projetos de construção e expansão de metrô”; 1.49 – **RIC Nº 4.164/14** – da Comissão de Finanças e Tributação – que “solicita ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, informações sobre os maiores devedores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o setor de atuação de cada tomador de recursos”; 1.50 – **RIC Nº 4.165/14** – do Sr. João Carlos Bacelar – que “solicita do Sr. Ministro de Minas e Energia informações sobre os contratos firmados pela Petrobras com as empresas de Tecnologia de Informática – Accenture Brasil, CNPJ: 96.534.094/0001-58 e – SAP Brasil, CNPJ: 74.544.297/0001-92”; 1.51 – **RIC Nº 4.166/14** – do Sr. Romário – que “solicita informações ao Ministro do Trabalho, senhor Manoel Dias, informação referente à declaração do senhor Luiz Antonio Medeiros, superintendente deste Ministério no Estado de São Paulo, em que afirmou ter o seu respaldo para

ignorar irregularidades nas obras do Itaquerão a fim de não atrasar ainda mais a entrega do Estádio”; 1.52 – **RIC Nº 4.167/14** – da Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno – que “solicita ao Ministro de Estado de Minas e Energia, informações a respeito das transações comerciais entre o grupo SBM Offshore N.V. e a Petrobras S.A.”; 1.53 – **RIC Nº 4.168/14** – da Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da Empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno – que “solicita informações ao Ministério da Justiça acerca das ações em andamento relativas à atuação da empresa SBM Offshore no Brasil e a Petrobras”; 1.54 – **RIC Nº 4.169/14** – do Sr. Augusto Coutinho – que “solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos, sobre as solicitações de investigações antidumping encaminhadas àquela Pasta”; 1.55 – **RIC Nº 4.171/14** – do Sr. Andre Moura – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre os atrasos nos repasses aos estados e municípios das verbas referentes ao Salário Educação”; 1.56 – **RIC Nº 4.172/14** – do Sr. Andre Moura – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre os atrasos nos repasses às prefeituras das verbas referentes aos royalties do petróleo”; 1.57 – **RIC Nº 4.173/14** – do Sr. Eleuses Paiva – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro da Saúde a respeito do contrato firmado com a Labogen”; 1.58 – **RIC Nº 4.174/14** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre as atividades do Laboratório Farmacêutico Labogen S.A. Química Fina e Biotecnologia”; 1.59 – **RIC Nº 4.176/14** – do Sr. Ademir Camilo – que “solicita ao ilustríssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego Sr. Manoel Dias, as informações constantes das Notas Técnicas e/ou Ofícios encaminhados pelo Ministério do Trabalho aos Sindicatos mencionados nos anexos”; 1.60 – **RIC Nº 4.177/14** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Mauro Borges Lemos, acerca do possível apoio financeiro do governo brasileiro à construção de um novo porto no Uruguai”; 1.61 – **RIC Nº 4.178/14** – do Sr. Danilo Forte – que “requer informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, EDISON LOBÃO, pelos motivos que especifica”; 1.62 – **RIC Nº 4.179/14** – do Sr. Rodrigo Bethlem – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado da Saúde Requerimento de Informação, a respeito dos Hospitais e Institutos Federais do Estado do Rio de Janeiro”; 1.63 – **RIC Nº 4.180/14** – do Sr. Arnaldo Jordy – que “requer informações ao Ministro de Estado da Justiça, sobre a situação dos imigrantes haitianos e o fechamento do abrigo de Basileia no Acre”; 1.64 – **RIC Nº 4.182/14** – do Sr. Moreira Mendes – que “solicita informações ao Excelentíssimo Ministro dos Transportes a respeito dos contratos firmados para execução das atividades de monitoramento eletrônico de velocidade na rodovia BR-364”; 1.65 – **RIC Nº 4.183/14** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que “requerimento de Informações ao Ministério das Comunicações”; 1.66 – **RIC Nº 4.184/14** – do Sr. Dr. Jorge Silva – que “solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde sobre a implantação da vacinação contra a hepatite A na rotina do Sistema Único de Saúde (SUS)”; 1.67 – **RIC Nº 4.185/14** – do Sr. Luis Carlos Heinze – que “solicita ao Ministério da Saúde informações sobre tramitação de processos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária -Anvisa”; 1.68 – **RIC Nº 4.186/14** – do Sr. Guilherme Campos – (PL 1435/2011) – que “requer informações ao Senhor Ministro da Fazenda relativas à estimativa de impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei nº 1.435, de 2011, que dispõe sobre os fundamentos e a política do agroturismo ou turismo rural e dá outras providências”; 1.69 – **RIC Nº 4.187/14** – do Sr. Rodrigo Maia – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Wellington Moreira Franco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República a respeito dos limites do sítio aeroportuário e da propriedade do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro”; 1.70 – **RIC Nº 4.188/14** – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “solicita informação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa sobre o Serviço de Inspeção Federal e medidas para o cumprimento da Instrução Normativa nº 3, de 17 de janeiro de 2000”; 1.71 – **RIC Nº 4.189/14** – do Sr. Eleuses Paiva – que “solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, Sr. Celso Amorim, sobre a utilização de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB)”; 1.72 – **RIC Nº 4.190/14** – do Sr. Sandro Alex – que “solicita informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o desfecho das investigações feitas em relação aos postos de combustível que fraudaram bombas com controle remoto, nos termos em que especifica”; 1.73 – **RIC Nº 4.191/14** – do Sr. Sandro Alex – que “solicita informações ao Ministério da Cultura sobre o recolhimento de direitos autorais musicais”; 1.74 – **RIC Nº 4.192/14** – do Sr. Mendonça Filho – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que preste esclarecimentos sobre o empréstimo a ser tomado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE”; 1.75 – **RIC Nº 4.193/14** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações ao Ministro da Previdência Social acerca da reprovação das contas da Petros – Fundação Petrobrás de Seguridade

Social, do exercício de 2013”; 1.76 – **RIC Nº 4.195/14** – do Sr. Moreira Mendes – que “solicita informações ao Ministro da Justiça, Exmo. Sr. José Eduardo Cardoso, em relação a todas as reivindicações fundiárias registradas no sistema de terras da Fundação Nacional do Índio – FUNAI”; 1.77 – **RIC Nº 4.196/14** – do Sr. Alfredo Kaefer – que “requer informações aos Sr. Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC, e ao Sr. Diretor – Presidente da ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil sobre aeronave Lear Jet 45 matrícula sob registro PR-BFM registro de série 45-162, pelos motivos que especifica”; 1.78 – **RIC Nº 4.197/14** – do Sr. Arnaldo Jardim – que “solicita ao Senhor Edson Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, informações relativas ao extinto Programa de Eletrificação Rural denominado Luz no Campo”; 1.79 – **RIC Nº 4.199/14** – do Sr. Giovanni Queiroz – que “solicita ao Senhor Gilberto Carvalho – Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, cópias, em meio físico e digital, das despesas com diárias e passagens efetuadas pela Secretaria Geral da Presidência da República, no período de 25 de setembro a 10 de outubro de 2013”; 1.80 – **RIC Nº 4.201/14** – do Sr. Antonio Imbassahy – que “requer ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, informações sobre circunstâncias relativas à venda de ativos da Petrobrás na África, no ano de 2013”; 1.81 – **RIC Nº 4.202/14** – do Sr. Duarte Nogueira – que “requer sejam prestadas informações pelo Ministro de Saúde, Senhor Arthur Chioro, acerca das circunstâncias relativas ao período em que o servidor Marcus Cezar Ferreira de Moura ocupou o cargo de assessor da coordenação de eventos no Ministério da Saúde”; 1.82 – **RIC Nº 4.203/14** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações ao Ministério da Fazenda sobre investimentos e aplicações realizadas pelo fundo de pensão dos Correios – Postalís”; 1.83 – **RIC Nº 4.204/14** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações ao Ministério de Previdência Social sobre as denúncias de irregularidades nas aplicações do Fundo Postalís– Instituto de Seguridade Social dos Correios”; 1.84 – **RIC Nº 4.205/14** – do Sr. Stepan Nercessian – que “requer informações ao Ministro da Educação sobre o Programa Ciência sem Fronteiras e os estudantes brasileiros que tiveram suas bolsas cortadas”; 1.85 – **RIC Nº 4.206/14** – do Sr. Duarte Nogueira – que “requer informações ao Senhor Arthur Chioro – Ministro da Saúde sobre participação da União no financiamento da saúde no País frente ao Relatório Sistemático elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU)”; 1.86 – **RIC Nº 4.207/14** – do Sr. Duarte Nogueira – que “requer informações ao Senhor Arthur Chioro – Ministro da Saúde sobre cursos de medicina criados no País frente ao Relatório Sistemático elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU)”; 1.87 – **RIC Nº 4.208/14** – do Sr. Duarte Nogueira – que “requer informações ao Senhor Arthur Chioro – Ministro da Saúde sobre a debilidade na regulação dos preços de medicamentos no País, conforme aponta o Relatório Sistemático elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU)”; 1.88 – **RIC Nº 4.209/14** – do Sr. Duarte Nogueira – que “requer informações ao Senhor Arthur Chioro – Ministro da Saúde sobre a não aplicação de R\$ 20,4 bilhões nos cinco anos apontada pela auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) de 2008 a 2012”; 1.89 – **RIC Nº 4.210/14** – do Sr. Duarte Nogueira – que “requer informações ao Senhor Arthur Chioro – Ministro da Saúde sobre a assistência farmacêutica no País, frente aos dados apontados pelo Relatório Sistemático elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU)”; 1.90 – **RIC Nº 4.211/14** – do Sr. Duarte Nogueira – que “requer informações ao Senhor Arthur Chioro – Ministro da Saúde sobre as transferências da União para os Estados brasileiros, conforme aponta o Relatório Sistemático elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU)”; 1.91 – **RIC Nº 4.212/14** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) sobre as estimativas das exportações e importações dos produtos do setor eletroeletrônico, do quinquênio de 2014 a 2019, especificamente, quanto às renúncias fiscais em favor dos produtos nacionais, e da elevação tributária dos produtos importados”; 1.92 – **RIC Nº 4.213/14** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre as estimativas das renúncias fiscais oferecidas pelo Projeto de Lei n.º 6.097, de 2005, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para instituir desonerações fiscais”; 1.93 – **RIC Nº 4.215/14** – do Sr. Nelson Marchezan Junior – que “solicita ao Sr. Ministro da Fazenda, Guido Mantega, informações sobre o impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei 4.487 de 2012”; 1.94 – **RIC Nº 4.216/14** – do Sr. Nelson Marchezan Junior – que “solicita ao Sr. Ministro da Fazenda, Guido Mantega, informações sobre o impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei 6.388 de 2002”; 1.95 – **RIC Nº 4.217/14** – do Sr. Nelson Marchezan Junior – que “solicita ao Sr. Ministro da Fazenda, Guido Mantega, informações sobre o impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei 3.965 de 2012”; 1.96 – **RIC Nº 4.218/14** – do Sr. Wellington Fagundes – que “solicita ao Senhor Edson Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, informações relativas ao extinto Programa de Eletrificação Rural denominado Luz no Campo”; 1.97 – **RIC Nº 4.219/14** – da Sra. Marinha Raupp – que “solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda sobre a regulamentação da Lei nº 11.898, de 08 de janeiro de 2009 que Institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por

via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nos 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003”; 1.98 – **RIC Nº 4.222/14** – da Sra. Rosinha da Adefal – que “requer que sejam prestadas informações pelo Sr Ministro da Saúde, acerca das providências adotadas para dar cumprimento à emergência sanitária global decretada pela OMS em razão do surto de poliomielite que já acomete mais dez países na África, Ásia e Oriente Médio”; 1.99 – **RIC Nº 4.223/14** – do Sr. Izalci – que “requer informações ao Ministro da Educação Senhor José Henrique Paim sobre o retorno ao País de bolsistas ligados ao Programa Ciência Sem Fronteiras”; 1.100 – **RIC Nº 4.225/14** – do Sr. Mário Feitoza – que “solicita informações a Senhora Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre os empreendimentos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC”; 1.101 – **RIC Nº 4.226/14** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre os débitos do Brasil com a Organização das Nações Unidas e organismos ligados à entidade”; 1.102 – **RIC Nº 4.227/14** – do Sr. Rubens Bueno – que “requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre os débitos do Brasil com a Organização das Nações Unidas e organismos ligados à entidade”; 1.103 – **RIC Nº 4.228/14** – da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – que “requer informações ao Ministro de Estado da Justiça acerca de acordo firmado entre a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos e o governo dos Estados Unidos da América”; 1.104 – **RIC Nº 4.229/14** – do Sr. Anthony Garotinho – que “solicita informações ao Sr. Ministro da Defesa a respeito da revisão da ascensão funcional do Quadro de QSS-SO da Escola de Especialista da Aeronáutica”; 1.105 – **RIC Nº 4.231/14** – do Sr. Alceu Moreira – que “solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda a estimativa de renúncia de receita decorrente da aprovação de Projeto de Lei de número 7.381, de 2014”; 1.106 – **RIC Nº 4.232/14** – do Sr. Fabio Reis – que “solicita informações ao Sr. Ministro das Comunicações, através da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) sobre a disciplina legal e consequentes punições aplicáveis às prestadoras de serviço pelo descumprimento de suas obrigações contratuais frente aos consumidores”; 1.107 – **RIC Nº 4.233/14** – do Sr. Domingos Sávio – que “solicita informações a Senhora Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre os empreendimentos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC”; 1.108 – **RIC Nº 4.235/14** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer informações ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, a cerca da construção da refinaria Premium I, no município de Bacabeira, no Estado do Maranhão”; 1.109 – **RIC Nº 4.237/14** – da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – que “solicita ao Ministro da Defesa informações relacionadas à Escola Preparatória de Cadetes do Exército de Campinas”; 1.110 – **RIC Nº 4.238/14** – da Comissão de Minas e Energia – que “solicita ao Senhor Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, informações relativas à elevação da tarifa de energia elétrica prevista para o ano de 2015, em face à situação de baixa disponibilidade de energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR”; 1.111 – **RIC Nº 4.239/14** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “requer ao Ministério da Saúde – MS informações sobre os contratos firmados no período de 31 de março de 1998 a 7 de maio de 2014 entre o MS e a empresa Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen S.A”; 1.112 – **RIC Nº 4.240/14** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita do Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre as relações comerciais entre a Petrobrás e as empresas Constran S/A Construções e Comércio e UTC Engenharia S/A, assim como sobre todos os contratos firmados entre o Ministério de Minas e Energia e aquelas empresas, e, ainda, esclarecimentos sobre empréstimo de R\$ 11,2 bilhões a ser concedido às distribuidoras de energia elétrica, tendo como interveniente a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE”; 1.113 – **RIC Nº 4.241/14** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita do Sr. Ministro de Estado da Fazenda esclarecimentos sobre empréstimo de R\$ 11,2 bilhões a ser concedido às distribuidoras de energia elétrica, tendo como interveniente a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE”; 1.114 – **RIC Nº 4.242/14** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “requer à Controladoria-Geral da União informações sobre os contratos firmados no período de 31 de março de 1998 a 7 de maio de 2014 entre o MS e a empresa Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen S.A”; 1.115 – **RIC Nº 4.245/14** – da Comissão do Esporte – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte sobre a venda de ingressos da Copa do Mundo”; 1.116 – **RIC Nº 4.246/14** – da Comissão do Esporte – que “solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça sobre a venda de ingressos da Copa do Mundo”; 1.117 – **RIC Nº 4.250/14** – da Comissão de Defesa do Consumidor – que “solicita informações ao Presidente do Banco Central do Brasil, acerca do percentual de aplicação de recursos obrigatórios em operações de crédito rural das instituições financeiras, especificamente no Estado de Minas Gerais”; 1.118 – **RIC Nº 4.251/14** – da Comissão de Defesa do Consumidor – que “solicita informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o percentual autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, referente ao reajuste das tarifas de energia elétrica nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio Grande do Norte e o percentual solicitado pelas Companhias Energéticas de

Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio Grande do Norte”; 1.119 – **RIC Nº 4.252/14** – do Sr. Izalci – que “solicita ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Defesa, Sr. Celso Amorim, informações concernentes à remuneração dos militares federais”; 1.120 – **RIC Nº 4.255/14** – do Sr. Hermes Parcianello – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Henrique Paim, informações concernentes aos repasses orçamentários aos municípios do Paraná através de Convênio com o Mec/FNDE”; 1.121 – **RIC Nº 4.256/14** – do Sr. Geraldo Resende – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Sr. Arthur Chioro, informações sobre o processo para a construção de 08 Unidades Básicas de Saúde (UBS) em Dourados/MS, viabilizadas após gestões políticas e habilitadas conforme publicação da Portaria do Ministério da Saúde nº 3766, de 1º de dezembro de 2010”; 1.122 – **RIC Nº 4.257/14** – da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – que “solicita informações ao Ministro de Estado da Agricultura, senhor Neri Geller, sobre o desabastecimento relativo ao PROGRAMA DE VENDAS EM BALCÃO ESPECIAL (ÁREA DA SUDENE)”; 1.123 – **RIC Nº 4.260/14** – do Sr. Giovanni Queiroz – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, sobre os montantes gastos em patrocínio, pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, no ano de 2013”; 1.124 – **RIC Nº 4.261/14** – do Sr. Giovanni Queiroz – que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia, Edson Lobão, sobre os montantes gastos em publicidade e patrocínio, pela Petrobrás S. A. e suas controladas e coligadas, no ano de 2013”; 1.125 – **RIC Nº 4.262/14** – do Sr. Hermes Parcianello – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes informações concernentes ao Programa de Exploração Rodoviária – PER, no Estado do Paraná”; 1.126 – **RIC Nº 4.264/14** – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “solicito informação ao Ministério dos Transportes sobre os números atualizados de atropelamentos de animais da fauna silvestre e de acidentes provocados pelos mesmos nas rodovias brasileiras”; 1.127 – **RIC Nº 4.265/14** – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “solicito informação ao Ministério do Meio Ambiente sobre os números atualizados de atropelamentos de animais da fauna silvestre e de acidentes provocados pelos mesmos nas rodovias brasileiras”; 1.128 – **RIC Nº 4.266/14** – do Sr. João Bittar – que “solicita informações relativas aos contratos da empresa Araguaia Engenharia Ltda., junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT”; 1.129 – **RIC Nº 4.284/14** – da Sra. Rebecca Garcia – que “solicita informações a respeito do número e momento da realização de cirurgias reconstrutoras de mama em pacientes submetidas à mastectomia por câncer, realizadas em unidades do Sistema Único de Saúde”. 2 – **Relatórios de Missão Autorizada n. 3 e 4, de 2014**, da Presidência. Missões oficiais autorizadas por meio de ofícios – GPO n.s, de 2014 – **Relatório n. 3/2014**: 789, 790, 795 a 797, 801 a 804, 806, 808, 809, 812 a 817, 825, 826, 828 a 833, 837, 841, 842, 848, 850, 874 a 878, 880, 881, 884 a 891, 893, 897 a 903, 909 a 911, 913 a 915, 918 a 922, 929 a 933, 936, 937, 944; **Relatório n. 4/2014**: 944 a 946, 958, 959, 966, 969, 971, 973, 982, 983, 987 a 989, 993 a 995, 998 a 1003, 1006, 1007, 1013, 1032 a 1035. 3 – **Tomada de Contas: Processo n. 117.464/2014 (cópia do processo n. 136.163/2013)**. Tomada de contas anual da Câmara dos Deputados do exercício de 2013. Ratificado o despacho favorável do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves exarado à fl. 60 do **Processo n. 136.163/2013**, nos termos a seguir: “Com base no parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, APROVO, *ad referendum* da Mesa Diretora, as contas do exercício de 2013 e o parecer exarado pela Secretaria de Controle Interno e, em cumprimento ao disposto no art. 52 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, ATESTO haver tomado conhecimento das conclusões expressas no Relatório de Auditoria de Gestão e no Certificado de Auditoria emitidos por aquele órgão. Encaminhe-se ao Tribunal de Contas da União, para os fins previstos no inciso II do art. 71 da Constituição Federal.”. 4 – **Relatório de Gestão Fiscal: Processo n. 112.747/2014**. Relatório de Gestão Fiscal desta Casa, na forma da Portaria nº 10, de 2014. Ratificado o despacho favorável do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves exarado à fl. 19, nos termos a seguir: “Em 27/05/2014. Aprovo, *ad referendum* da Mesa, o Relatório de Gestão Fiscal desta Casa, do período de maio/13 a abril/14, na forma da Portaria 10/14. Encaminhe-se o Relatório aprovado à Mesa Diretora do Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, tendo em vista o disposto no inciso I do art. 5º da Lei 10.028/00. À Diretoria-Geral para providenciar a devida publicação no prazo determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.”. 5 – **Ato do Presidente, de 3/junho/2014**, que “aplica na Câmara dos Deputados o disposto no inciso II do art. 1º, c/c o art. 4º, inciso I, e Anexo do Decreto n. 8.228, de 22 de abril de 2014, da Presidência da República”. Ratificado o supracitado Ato, instruído no **Processo n. 114.853/2014**, referente à adequação da diária paga aos Policiais Legislativos componentes da equipe de proteção pessoal da Presidência durante a Copa do Mundo de 2014. 6 – **Reembolso de despesas médico-hospitalares**, ratificados os despachos favoráveis do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves: 6.1 – **Processo n. 107.512/2014**, de interesse do **Deputado João Campos**; 6.2 – **Processo n. 110.864/2014**, de interesse do **Deputado João Campos**; 6.3 – **Processo n. 111.431/2014**, de interesse do **Deputado João Campos**. 7 – **Nomeação de servidor**: 7.1 – **Processo n. 116.492/2014**. Ratificado o despacho favorável do

Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves exarado à fl. 2: “Em 10/6/2014. Trata-se de indicação do Primeiro-Vice-Presidente, Deputado Arlindo Chinaglia, no sentido de que Renata Rezende Pontes Herani Alves seja nomeada para o cargo de natureza especial de Assessor Técnico, CNE-07, da Primeira-Vice-Presidência. Trata-se de matéria disciplinada pela Resolução n. 43/2006, que autoriza o Presidente da Casa a dispensar, *ad referendum* da Mesa, com base em critérios de confiança, eficiência e oportunidade, a escolaridade de nível superior, exigida em atos internos, para a designação de acesso às funções comissionadas de direção e assessoramento e, por extensão, conforme processo n. 2007/122698, aos cargos de natureza especial. Dessa forma, autorizo, em caráter excepcional, *ad referendum* da Mesa, o provimento do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, pela referida indicada, naquele órgão. Encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para providências.”

II – PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE. O Senhor Deputado Arlindo Chinaglia relatou os seguintes **Requerimentos de Informação (RICs)**, com pareceres **pela rejeição**, acatados, por unanimidade, pela Mesa Diretora: 1 – **RIC nº 3970, de 2014**, de autoria do Deputado Antonio Imbassahy, que “Requer ao Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Gilberto Carvalho, informações sobre fatos mencionados por Romeu Tuma Júnior em seu livro “Assassinato de reputações: um crime de Estado.”; 2 – **RIC nº 3942, de 2044**, de autoria do Deputado Mendonça Filho, que “Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante Oliva, informações acerca da escala “técnica” realizada em Lisboa, quando do deslocamento da delegação presidencial da cidade de Davos, na Suíça, para Havana, em Cuba.”; 3 – **RIC nº 4050, de 2014**, de autoria do Deputado Antonio Imbassahy, que “Solicita ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, informações sobre os motivos que levaram a Presidente da República e sua comitiva a hospedarem-se em hotel diverso do inicialmente reservado para tanto, na viagem que empreenderam ao Chile para a posse da Presidente Michelle Bachelet, e quais foram os custos envolvidos na operação.”; 4 – **RIC nº 4051, de 2014**, de autoria do Deputado Antonio Imbassahy, que “Solicita ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Aloizio Mercadante, informações sobre os motivos que levaram a Presidente da República e sua comitiva a hospedarem-se em hotel diverso do inicialmente reservado para tanto, na viagem que empreenderam ao Chile para a posse da Presidente Michelle Bachelet, e quais foram os custos envolvidos na operação.”; 5 – **RIC nº 4060, de 2014**, de autoria do Deputado Carlos Sampaio, que “Requer sejam prestadas informações pelo Ministro Chefe da Casa Civil, Sr. Aloizio Mercadante Oliva, sobre pagamento de despesas com hospedagem para a Excelentíssima Senhora Presidente da República em viagem a Portugal nos dias 25 e 26 de janeiro de 2014.”

Com a palavra, a pedido do Segundo-Vice-Presidente e Relator, Deputado Fábio Faria, o Senhor Deputado Simão Sessim, Segundo-Secretário, expôs a **PAUTA DA SEGUNDA-VICE-PRESIDÊNCIA**, referente a reembolso de despesas de assistência à saúde, tendo a Mesa Diretora aprovado, por unanimidade, os pareceres favoráveis exarados pelo Relator, nos seguintes processos: 1 – **Processo nº 003.977/2014**, de interesse do Deputado JOSÉ MENTOR; 2 – **Processo nº 004.142/2014**, de interesse do Deputado ALEX CANZIANI; 3 – **Processo nº 107.948/2014**, de interesse do Deputado BETINHO ROSADO; 4 – **Processo nº 108.352/2014**, de interesse da Deputada SANDRA ROSADO; 5 – **Processo nº 110.217/2014**, de interesse do Deputado VITOR PENIDO; 6 – **Processo nº 110.748/2014**, de interesse da Deputada ÍRIS DE ARAÚJO; 7 – **Processo nº 111.187/2014**, de interesse da Deputada ÍRIS DE ARAÚJO; 8 – **Processo nº 111.188/2014**, de interesse da Deputada ÍRIS DE ARAÚJO; 9 – **Processo nº 111.189/2014**, de interesse da Deputada ÍRIS DE ARAÚJO; 10 – **Processo nº 111.190/2014**, de interesse da Deputada ÍRIS DE ARAÚJO; 11 – **Processo nº 111.192/2014**, de interesse da Deputada ÍRIS DE ARAÚJO; 12 – **Processo nº 111.193/2014**, de interesse da Deputada ÍRIS DE ARAÚJO; 13 – **Processo nº 111.194/2014**, de interesse da Deputada ÍRIS DE ARAÚJO; 14 – **Processo nº 111.195/2014**, de interesse da Deputada ÍRIS DE ARAÚJO; 15 – **Processo nº 111.196/2014**, de interesse da Deputada ÍRIS DE ARAÚJO; 16 – **Processo nº 111.197/2014**, de interesse da Deputada ÍRIS DE ARAÚJO; 17 – **Processo nº 111.890/2014**, de interesse do Deputado ARNALDO JORDY; 18 – **Processo nº 112.578/2014**, de interesse da Deputada FATIMA PELAES; 19 – **Processo nº 112.592/2014**, de interesse do Deputado LUIZ CARLOS HAULY; 20 – **Processo nº 112.841/2014**, de interesse do Deputado DAMIÃO FELICIANO; 21 – **Processo nº 112.976/2014**, de interesse da Deputada ÍRIS DE ARAÚJO; 22 – **Processo nº 112.986/2014**, de interesse do Deputado DECIO LIMA; 23 – **Processo nº 113.023/2014**, de interesse do Deputado STEFANO AGUIAR; 24 – **Processo nº 113.236/2014**, de interesse da Deputada ÍRIS DE ARAÚJO; 25 – **Processo nº 113.436/2014**, de interesse do Deputado EDSON EZEQUIEL; 26 – **Processo nº 113.676/2014**, de interesse do Deputado ARLINDO CHINAGLIA; 27 – **Processo nº 113.697/2014**, de interesse do Deputado JOAO CAMPOS; 28 – **Processo nº 113.795/2014**, de interesse do Deputado DECIO LIMA; 29 – **Processo nº 113.975/2014**, de interesse do Deputado CLAUDIO CAJADO; 30 – **Processo nº 114.403/2014**, de interesse do Deputado DR. CARLOS ALBERTO; 31 – **Processo nº 114.551/2014**, de interesse do Deputado VIEIRA DA CUNHA; 32 – **Processo nº 114.554/2014**, de interesse da Deputada ÍRIS DE ARAÚJO; 33 – **Processo nº 114.644/2014**, de

interesse do Deputado CARLOS SAMPAIO; 34 – **Processo nº 114.662/2014**, de interesse do Deputado JÂNIO NATAL; 35 – **Processo nº 114.925/2014**, de interesse do Deputado VIEIRA DA CUNHA; 36 – **Processo nº 115.073/2014**, de interesse do Deputado EURICO JUNIOR; 37 – **Processo nº 115.097/2014**, de interesse do Deputado FABIO RAMALHO; 38 – **Processo nº 115.120/2014**, de interesse do Deputado SIMÃO SESSIM; 39 – **Processo nº 115.143/2014**, de interesse do Deputado JOÃO CAMPOS; 40 – **Processo nº 115.174/2014**, de interesse do Deputado OSVALDO REIS; 41 – **Processo nº 115.223/2014**, de interesse do Deputado PAULO BORNHAUSEN; 42 – **Processo nº 115.430/2014**, de interesse do Deputado STEFANO AGUIAR; 43 – **Processo nº 115.467/2014**, de interesse do Deputado JULIO CAMPOS; 44 – **Processo nº 115.694/2014**, de interesse do Deputado OSMAR TERRA; 45 – **Processo nº 115.706/2014**, de interesse do Deputado VIEIRA DA CUNHA; 46 – **Processo nº 116.531/2014**, de interesse do Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA; 47 – **Processo nº 116.594/2014**, de interesse do Deputado EDUARDO SCIARRA; 48 – **Processo nº 116.597/2014**, de interesse do Deputado EDUARDO SCIARRA; 49 – **Processo nº 116.628/2014**, de interesse do Deputado EMANUEL FERNANDES; 50 – **Processo nº 117.027/2014**, de interesse do Deputado MENDES RIBEIRO FILHO; 51 – **Processo nº 117.037/2014**, de interesse do Deputado CARLOS MAGNO; 52 – **Processo nº 117.414/2014**, de interesse do Deputado VILSON COVATTI; 53 – **Processo nº 117.475/2014**, de interesse da Deputada FÁTIMA PELAES; 54 – **Processo nº 117.873/2014**, de interesse do Deputado CHICO ALENCAR; 55 – **Processo nº 118.150/2014**, de interesse do Deputado RONALDO CAIADO; 56 – **Processo nº 010.048/2013** (tratamento odontológico e outros, com glosa), de interesse do Deputado IRAJÁ ABREU; 57 – **Processo nº 109.103/2014** (com glosa), de interesse da Deputada ELCIONE BARBALHO; 58 – **Processo nº 004.716/2014** (tratamento odontológico), de interesse do Deputado JOSÉ NUNES; 59 – **Processo nº 112.368/2014** (tratamento odontológico), de interesse do Deputado VIEIRA DA CUNHA; 60 – **Processo nº 114.883/2014** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado PAUDERNEY AVELINO; 61 – **Processo nº 116.320/2014** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse da Deputada FATIMA PELAES; 62 – **Processo nº 116.322/2014** (tratamento odontológico), de interesse da Deputada FATIMA PELAES; 63 – **Processo nº 116.599/2014** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado EDUARDO SCIARRA; 64 – **Processo nº 116.684/2014** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado PROFESSOR SETIMO; 65 – **Processo nº 116.713/2014** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse da Deputada FATIMA PELAES; 66 – **Processo nº 116.808/2014** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado PROFESSOR SETIMO; 67 – **Processo nº 118.109/2014** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado PROFESSOR SETIMO; 68 – **Processo nº 108.178/2014** (com glosa), de interesse do espólio do Deputado SÉRGIO GUERRA. Por último, o Senhor Deputado Arlindo Chinaglia, Primeiro-Vice-Presidente, expôs, extrapauta, seu parecer favorável ao **Processo n. 109.779/2014**, de interesse do Deputado Fábio Faria, referente a reembolso de despesas de assistência à saúde, aprovado pela Mesa Diretora unanimemente. O Senhor Corregedor, Deputado Átila Lins, solicitou a palavra, dando seguimento a sua pauta.

IV – PAUTA DO SENHOR CORREGEDOR. 1 – **Processo n. 111.517/2013**, de interesse da Deputada Iriny Lopes. Requer a instauração de procedimento disciplinar por quebra de decoro parlamentar em desfavor do Deputado Pastor Marco Feliciano, em virtude de publicação do jornal Folha de São Paulo de 31/03/13. Esclarecido o processo, a Mesa Diretora decidiu, por unanimidade, arquivar o supracitado processo, nos termos do parecer do Senhor Corregedor, assim concluso: “... Por todo exposto, sugiro o arquivamento do Requerimento de Representação, por inexistência de infração ao decoro parlamentar, reconhecida a incidência da imunidade parlamentar no caso apreciado, **impondo-se a declaração de inépcia por atipicidade**, nos termos do que dispõe o artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I do Ato da Mesa n. 37, de 2009.”; 2 – **Processo n. 121.214/2013**, de interesse do Deputado Pastor Marco Feliciano. Solicita providências cabíveis em face de pronunciamento realizado no Plenário desta Casa pelo Deputado Domingos Dutra, contendo supostas ofensas contra o interessado. Exposto o processo, a Mesa Diretora decidiu, por unanimidade, arquivar o supracitado processo, nos termos do parecer do Senhor Corregedor, assim concluso: “...Posto isso, amparado pelo instituto da imunidade parlamentar prevista no art. 53 da Constituição Federal, e pela jurisprudência pacífica do STF, opino pelo arquivamento do Requerimento de Representação, por inexistência de ato atentatório ou incompatível com o decoro parlamentar, reconhecida a incidência da imunidade parlamentar no caso apreciado, **impondo-se a declaração de inépcia por atipicidade**, nos termos do que dispõe o inciso I do §1º do artigo 1º do Ato da Mesa n. 37, de 2009.”; 3 – **Processo n. 128.413/2013**, de interesse do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros. Solicita a instauração de procedimento disciplinar por quebra de decoro parlamentar em desfavor do Deputado Márcio Junqueira, em virtude de pronunciamento feito no Plenário da Câmara dos Deputados. Exposto o processo, a Mesa Diretora decidiu, por unanimidade, arquivar o supracitado processo, nos termos do parecer do Senhor Corregedor, assim concluso: “... Posto isso, amparado pelo instituto da imunidade parlamentar previsto no art. 53 da Constituição Federal, e pela jurisprudência paci-

fica do STF, opino pelo arquivamento do Requerimento de Representação, por inexistência de ato atentatório ou incompatível com o decoro parlamentar, reconhecida a incidência da imunidade parlamentar no caso apreciado, **impondo-se a declaração de inépcia por atipicidade**, nos termos do que dispõe o inciso I do §1º do artigo 1º do Ato da Mesa n. 37, de 2009.”; 4 – **Processo n. 109.736/2014**, de interesse do Deputado Ivan Valente. Apresentação de denúncias veiculadas por diversos canais de mídia jornalística acerca do envolvimento do Deputado André Vargas com Alberto Youssef (Operação “Lava Jato” da Política Federal). Discutido o processo, a Mesa Diretora acatou, por unanimidade dos presentes, o parecer do Corregedor no que diz respeito à prejudicialidade do processo, fl. 45, decidindo, no entanto, **pelo arquivamento** do supracitado processo. Em continuação, a pedido do Senhor Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário e Relator, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, apresentou, extrapauta, os seguintes processos, solicitando ao Senhor Diretor-Geral, Dr. Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, que expusesse os pareceres do Relator: 1 – Processos referentes à cessão de servidor, ratificados, por unanimidade, pela Mesa Diretora: 1.1 – **n. 110.463/2014**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 20: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão, por 1 (um) ano, da servidora **Hebe Machado Guimarães-Dalgaard**, ponto n. 6.301, Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Televisão, para continuar exercendo, no Gabinete do Senador Fernando Collor, Senado Federal, o cargo de provimento em comissão de Auxiliar Parlamentar Intermediário, Símbolo APSF02, com ônus para o órgão cedente. A prorrogação em tela tem amparo no art. 93, inciso I, § 1º da Lei n. 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 4º-A e parágrafo único do Ato da Mesa 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa n. 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa.”. Ratificação do despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, à fl. 14: “Em 28/5/14. Trata-se de solicitação do Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, no sentido de que seja autorizada a prorrogação de cessão da servidora **Hebe Machado Guimarães-Dalgaard**, ponto n. 6.301, Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social – Televisão, pelo período de 1 (um) ano, a contar de 14/6/14, para continuar a ocupar o cargo de provimento em comissão de Auxiliar Parlamentar Intermediário, símbolo APSF02, no Gabinete do Senador Fernando Collor. A Secretaria de Comunicação Social (Secom) apresentou parecer contrário à prorrogação, salientando que a interessada foi aprovada em concurso para área específica, devendo ter lotação e exercício de suas funções naquele órgão, no qual se verifica significativo aumento de demanda pelo perfil daquela profissional (fl. 4). Por sua vez, o Departamento de Pessoal ressalta a manifestação contrária da Secom e registra que a solicitação está amparada pelas regras vigentes (fl. 7), informações corroboradas pela Diretoria-Geral (DG), que acrescenta não haver impedimentos jurídicos ao deferimento do pleito (fl. 12v). Diante do exposto, e em que pese manifestação contrária da Secom, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão daquela servidora, na forma solicitada e nos termos do art. 93 da Lei n. 8.112/1990, do Ato da Mesa n. 57/2013 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Devolva-se à DG para providências.”; 1.2 – **n. 110.462/2014**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 16: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão, por 1 (um) ano, do servidor **James Lewis Gorman Júnior**, ponto n. 3.893, Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, para continuar exercendo, no Senado Federal, o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, Símbolo SF-02, com lotação na Liderança do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e exercício no Gabinete da Senadora Lídice da Mata, com ônus para o órgão cedente. A prorrogação em tela tem amparo no art. 93, inciso I, § 1º da Lei n. 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 4º-A e parágrafo único do Ato da Mesa 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa n. 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa.”. Ratificação do despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, à fl. 10: “Em 20/5/14. Atendendo à solicitação do Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor **James Lewis Gorman Junior**, ponto n. 3.893, Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 24/7/14, para continuar a ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, símbolo SF-02, com lotação no Gabinete da Liderança do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e exercício no Gabinete da Senadora Lídice da Mata, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações e manifestações dos órgãos internos (fls. 3 a 8) e da Diretoria-Geral (fl. 9), nos termos do art. 93 da Lei n. 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Devolva-se à Diretoria-Geral para providências.”; 1.3 – **n. 111.858/2014**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 19/19v: “Trata-se de ratificação pela Mesa Diretora da decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados que, a teor do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno, autorizou a cessão do servidor desta Casa Antonio **Sabino de Vasconcelos Neto**, ponto n. 2.562, Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos – Serviços de Atendimento,

para o Governo do Distrito Federal, com vistas a exercer o cargo de provimento em comissão de Administrador Regional de Taguatinga (CNP-04), com ônus para o órgão cessionário, mediante ressarcimento da remuneração e encargos sociais. O servidor esteve à disposição do Governo do Distrito Federal no período de 15/04/2011 a 03/04/2014, sem ônus para a origem, e, desde então, estava lotado na Liderança do PT, em exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-1. A matéria está disciplinada no art. 93 da Lei n. 8.112/90. No âmbito interno, novo regramento, editado em 2013, passou a regular a cessão de servidores desta Casa a outros órgãos públicos: o Ato da Mesa n. 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa n. 73, de 2013. No tocante à cessão para o Governo do Distrito Federal, o inciso III do art. 1º do Ato da Mesa n. 57, de 2013, com a redação dada pelo art. 1º do Ato da Mesa n. 73, de 2013, assim dispõe: *Art. 1º O servidor efetivo da Câmara dos Deputados somente poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão nas seguintes hipóteses: (...) III – na administração direta estadual, distrital, de prefeitura de capital e cidades com mais de duzentos mil habitantes, para o exercício de cargo de Secretário de Estado, Distrital e Municipal, desde que sem ônus para a Câmara dos Deputados, nos termos do § 1º do art. 93 da Lei n. 8.112, de 1990, podendo ser realizada mediante ressarcimento da remuneração do cargo efetivo e da contribuição previdenciária patronal.* Nos termos da norma acima, servidor efetivo desta Casa Legislativa somente poderia ser cedido ao Governo do Distrito Federal para o exercício de cargo de Secretário Distrital. Todavia, ponderação feita pelo Diretor-Geral (fls. 6/7), acolhida pelo Senhor Presidente, propiciou nova interpretação do dispositivo: *“apesar de não se tratar de cessão para cargo de Secretário, a Regional de Taguatinga conta com mais de duzentos mil habitantes, equivalendo-se, na nossa compreensão, ao cargo de Secretário de Município com mais de 200.000 mil habitantes, razão pela qual se entende incluída na inteligência do inciso III do art. 1º do AM n. 73/2013”.* À vista disso, a cessão do servidor foi autorizada pelo Senhor Presidente, *ad referendum* da Mesa Diretora (fl. 9), estando a referida decisão, nesse momento, sujeita à ratificação deste douto Colegiado. Ratificação do despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, à fl. 9: “Em 5/5/14. Atendendo à solicitação do Governo do Distrito Federal, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a cessão do servidor **Antonio Sabino de Vasconcelos Neto**, ponto n. 2.562, Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos – Serviços de Atendimento, lotado na Liderança do PT, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 6/5/14, para exercer o cargo de provimento em comissão de Administrador Regional de Taguatinga, símbolo CNP-04, com lotação na Coordenadoria das Cidades, da Casa Civil, da Governadoria do Distrito Federal, com ônus para o órgão cessionário, mediante ressarcimento da remuneração e dos encargos sociais, de acordo com a manifestação da Diretoria-Geral (fls. 6 e 7), nos termos do art. 93 da Lei n. 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 1.4 – **n. 114.983/2014**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 24: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou, *ad referendum* da Mesa Diretora, a cessão, por 1 (um) ano, do servidor **Fábio Chaves Holanda**, ponto n. 6.439, Analista Legislativo – atribuição Consultoria, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor III, Nível CJ-3, na Diretoria-Geral do Tribunal Superior Eleitoral, com ônus para o órgão cedente. A cessão em tela tem amparo no art. 93, inciso I, § 1º, da Lei n. 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 1º, inciso II, alínea b, e no art. 2º do Ato da Mesa 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa n. 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da dita Mesa.”. Ratificação do despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, à fl. 16: “Em 4/6/14. Atendendo à solicitação do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Dias Toffoli, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a cessão do servidor **Fábio Chaves Holanda**, ponto n. 6.439, Analista Legislativo – atribuição Consultoria, lotado na Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor III, nível CJ-3 (equivalente ao DAS-5), na Diretoria-Geral daquele tribunal, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações e manifestações do Departamento de Pessoal (fls. 9 a 11), da Diretoria de Recursos Humanos (fl. 13) e da Diretoria-Geral (fl. 14), nos termos do art. 93 da Lei n. 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Devolva-se à Diretoria-Geral para providências.”; 2 – **Processo n. 113.618/2014**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 11: “Trata-se de minuta de projeto de resolução que visa a conferir validade jurídica aos documentos digitais produzidos ou copiados em formato digital pela Câmara dos Deputados, por meio da utilização de assinatura eletrônica, bem como a convalidar o formato digital para os processos administrativos e finalísticos que tramitam na Casa. Segundo a instrução processual, os documentos nascidos em meio digital na Câmara dos Deputados, e nesse meio mantidos, tramitados ou arquivados, serão considerados originais para todos os efeitos legais e terão as garantias de autoria, autenticidade e integridade assegurados mediante a utilização de assinatura digital baseada em certificado digital, de uso pessoal e intransferível, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Ademais, a proposta confere à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados a possibilidade de es-

tabelecer outras modalidades de assinatura eletrônica como meio de garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica. No encaminhamento da matéria a esta Secretaria, o Diretor-Geral destaca que o normativo constitui-se passo indispensável à implementação do programa de desmaterialização dos processos no âmbito desta Casa. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, nos termos da anexa minuta de projeto de resolução.” Discutida a matéria, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer supracitado e, em decorrência, apresentou Projeto de Resolução que “Dispõe sobre validade jurídica dos documentos digitais produzidos ou copiados em formato digital pela Câmara dos Deputados”, cujo teor segue publicado ao final da ata. 3 – **Processo n. 113.987/2013**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, às fls. 208/208v: “Trata-se de recurso da servidora Gisela Santos de Alencar Hathaway, Analista Legislativo, atribuição Consultoria, ponto n. 5.730, em face da decisão desta Secretaria que negou provimento ao apelo interposto contra a aplicação de penalidade disciplinar de suspensão de 30 (trinta) dias, pela inobservância dos deveres funcionais previstos nos incisos I, III e IV do artigo 116 e inciso IV do artigo 117, todos da Lei n. 8.112/90. Esta Secretaria manteve a decisão exarada às fls. 139/152 dos autos, ante a inexistência de novos argumentos no recurso de fls. 158/187 e a ausência de impugnação específica aos fundamentos do ato recorrido, e, nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 9.784/99, encaminhou o processo ao Senhor Presidente, sugerindo o encaminhamento da matéria à apreciação da Mesa Diretora, nos termos do art. 15, XVI, do Regimento Interno (fls. 188). Em 11/2/14, a recorrente apresentou os documentos de fls. 189/205. Em 16/4/14, o processo foi devolvido a esta Secretaria para exame da referida documentação e posterior encaminhamento do processo à douta Mesa. Em síntese, a documentação juntada aos autos traz: a) breve arrazoado, no qual a interessada, por intermédio de seu advogado, repisa os argumentos já apresentados em grau de reexame da matéria; b) informações fornecidas pela administração desta Casa, com base na Lei de Acesso à Informação, sobre números e tipos de penalidades disciplinares aplicadas a servidores da Câmara dos Deputados (fls. 192/195); c) cópia de ocorrência policial registrada em 7/11/13, em que a recorrente figura como comunicante/vítima e relata ter sofrido agressão verbal de colega de trabalho; d) Cópia de ofício, datado de 6/11/13, do Relator da PFC sobre Contaminação por Chumbo/CDHM, deputado Roberto de Lucena, no qual reitera pedido formulado em 12/9/13 ao Presidente da Câmara dos Deputados para que a recorrente fosse designada para atender com exclusividade os trabalhos do Grupo de Trabalho que examina a mencionada PFC, pelo tempo em que durar as atividades daquele GT; e) Cópia de e-mails trocados entre a servidora e a Coordenação de sua área temática, da Consultoria Legislativa, sobre distribuição e registro de trabalhos técnicos. Após o exame dos referidos documentos, esta Secretaria conclui mais uma vez não ter sido apresentado fato novo a ensejar a revisão de sua decisão de fls. 139/152 e, consoante despacho de fls. 207, submete o recurso ao exame e à deliberação da douta Mesa.”. Analisado o supracitado Recurso, a Mesa Diretora decidiu, por unanimidade, negar-lhe provimento. Por último, o Senhor Diretor-Geral, Dr. Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, informou que o Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhou um acórdão, na semana passada, sobre a questão do contraditório, referente à decisão da Mesa Diretora de 19 de fevereiro de 2014, quando da liminar dada pelo Ministro Marco Aurélio no Mandado de Segurança nº 32.761/DF, impetrado pelo Sindilegis, sobre a aplicação do teto salarial na folha de pagamento da Câmara dos Deputados. Esclareceu que a Câmara dos Deputados notificou todos os servidores que estavam nessa situação, cerca de 1.200, que providenciaram as suas defesas administrativas. Que recolhidas essas defesas, mandaram ao Tribunal de Contas da União, visto que esse julgamento se deu naquele Tribunal, em relação à aplicação do teto ou não. Explicou, ainda, que não adianta decidir um contraditório aqui se o julgamento do TCU for mantido. Assim, o Tribunal é que tem analisar. Informou que o TCU ficou com esses documentos cerca de dois meses e devolveram à Câmara dos Deputados dizendo: “Não, a Câmara é que tem que fazer o contraditório”. Comentou que estamos com esse impasse e que há uma súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) que diz textualmente que em situações como essa que o TCU, antes de reduzir salário, ele tem que possibilitar o contraditório, no âmbito do TCU. Diante dessa súmula é que nós remetemos o material ao TCU, que devolveu. Disse que podem recorrer dessa decisão do TCU. Com a palavra o Senhor Deputado Simão Sessim, Segundo-Secretário, disse que, se o embasamento da liminar foi por conta do contraditório, então, não temos que mudar nada. O Senhor Deputado Arlindo Chinaglia, Primeiro-Vice-Presidente, abordou que a Câmara não pode ficar em uma situação de não cumprir com uma tarefa, seja de dar oportunidade da defesa, seja de não responder a uma exigência também do STF. Sugeriu informar ao STF daquilo que venha ser essa decisão, que recorrer da decisão do TCU ao próprio Tribunal, que é um auxiliar dessa Casa, considera estranho. Acrescentou, ainda, que deveriam reiterar a própria decisão do Supremo de que a opinião da Casa é que o TCU analise. Submetida à votação, a Mesa Diretora decidiu, por unanimidade, enviar ao Supremo Tribunal Federal, com urgência, o citado acórdão do Tribunal de Contas da União. Com a palavra, o Senhor Deputado Átila Lins, Corregedor, solicitou

orientação se deve cumprir o rito processual ou não com relação ao **processo n. 117.616/2014**, que se encontra na Corregedoria, que trata da liminar em medida cautelar – Mandado de Segurança n. 32.957 -, Relator Ministro Marco Aurélio, determinando a suspensão dos efeitos do ato de posse de Luiz Antônio Gonzaga Ribeiro no cargo de Deputado Federal, devendo ser convocado a ocupar a cadeira vaga do Partido Verde – PV aquele que, ainda pertencente aos quadros da agremiação, sucede-lhe na ordem de suplência. O Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves orientou que siga o rito processual na Casa, de assegurar o direito de defesa, o de ampla defesa. Nada mais havendo a tratar, às onze horas e vinte minutos, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, , Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no *Diário da Câmara dos Deputados*. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

SGM/ Serviço de Apoio as Reuniões da Mesa

ANEXO À ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DIRETORA, DE 16/7/2014.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2014

(Da Mesa Diretora)

Dispõe sobre validade jurídica dos documentos digitais produzidos ou copiados em formato digital pela Câmara dos Deputados.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a validade jurídica dos documentos digitais produzidos ou copiados em formato digital pela Câmara dos Deputados.

Parágrafo único. Para fins desta Resolução, considera-se documento digital a informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional.

Art. 2º Os documentos nascidos em meio digital na Câmara dos Deputados, e nesse meio mantidos, tramitados ou arquivados, serão considerados originais para todos os efeitos legais e terão as garantias de autoria, autenticidade e integridade assegurados mediante a utilização de assinatura digital baseada em certificado digital, de uso pessoal e intransferível, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

§ 1º O disposto nesta Resolução não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, admitida ainda a utilização das seguintes modalidades de assinatura eletrônica, isoladamente ou por meio de combinação entre elas:

- I – assinatura mediante login e senha, ou
- II – assinatura mediante identificação biométrica; ou
- III – outras modalidades de assinatura eletrônica definidas por Ato da Mesa.

§ 2º O Diretor-Geral fica autorizado a regulamentar as hipóteses de utilização das modalidades de assinatura eletrônica mencionadas neste artigo.

Art. 3º A cópia digital de documento original em outro suporte será considerada cópia autenticada para todos os efeitos legais mediante aposição de uma das modalidades de assinatura eletrônica previstas no art. 2º desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Câmara dos Deputados tem envidado esforços para promover a adoção do formato digital para o processo de trabalho nos âmbitos legislativo e administrativo. O Plenário Ulysses Guimarães conta com um sistema eletrônico de votação que permitiu a substituição das antigas cédulas em papel, além de conferir celeridade às apurações do pleito. O requerimento de férias dos servidores, a saber, é um processo automatizado que tem obtido resultados relevantes relacionados à agilidade no trâmite processual e à economia de recursos humanos e materiais.

Ambos os processos utilizados como exemplo geram documentos digitais, avaliados como arquivísticos, que devem obedecer aos princípios da gestão arquivística, especialmente àqueles relacionados à integridade, autenticidade e autoria do documento.

O presente Projeto de Resolução tem por finalidade conferir validade jurídica aos documentos digitais produzidos pela Câmara dos Deputados, por meio da utilização de assinatura eletrônica, e convalidar o formato digital para os processos administrativos e finalísticos que tramitam na Casa.

Importante destacar que a proposição está em conformidade com as regras que instituíram a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil. Além disso, o projeto confere à Mesa da Câmara dos Deputados a possibilidade de estabelecer outras modalidades de assinatura eletrônica, como meio de garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica.

ERRATAS**COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES**

No DCD nº 35, de 21/03/2014:
Na página 208, coluna 1,

Onde se lê:

“PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 389, DE 2014
(Da Sra. Carmen Zanotto e outros)

Inclui advogados na composição dos juizados especiais e turmas recursais.

.....

Sala das Sessões, em 20 de março de 2014. – Deputada **Carmen Zanotto**, PPS/SC.”

Leia-se:

“PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 389, DE 2014
(Da Sra. Carmen Zanotto e outros)

Inclui advogados na composição dos juizados especiais e turmas recursais.

.....

Sala das Sessões, em 20 de março de 2014. – Deputada **Carmen Zanotto**, PPS/SC.

Proposição: PEC 0389/2014

Autor da Proposição: CARMEN ZANOTTO E OUTROS

Ementa: Inclui advogados na composição dos juizados especiais e turmas recursais.

Data de Apresentação: 20/03/2014

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas 182

Não Conferem 001

Fora do Exercício 001

Repetidas 000

Ilegíveis 000

Retiradas 000

Total 184

Confirmadas

1 ACELINO POPÓ PRB BA

2 ADEMIR CAMILO PROS MG

3 AELTON FREITAS PR MG

4 AFONSO HAMM PP RS

5 ALBERTO FILHO PMDB MA

6 ALEXANDRE ROSO PSB RS

7 ALFREDO KAEFER PSDB PR

8 ALICE PORTUGAL PCdoB BA

9 ALINE CORRÊA PP SP

10 AMAURI TEIXEIRA PT BA

11 ANDRÉ FIGUEIREDO PDT CE

12 ANDREIA ZITO PSDB RJ

13 ANSELMO DE JESUS PT RO

14 ANTONIO BULHÕES PRB SP

15 ANTÔNIO ROBERTO PV MG

16 ARIOSTO HOLANDA PROS CE

17 ARNALDO JARDIM PPS SP

18 ARNALDO JORDY PPS PA

19 ARNON BEZERRA PTB CE

20 ASDRUBAL BENTES PMDB PA
21 ASSIS CARVALHO PT PI
22 ASSIS DO COUTO PT PR
23 AUGUSTO COUTINHO SDD PE
24 BENJAMIN MARANHÃO SDD PB
25 BETINHO ROSADO PP RN
26 CARLOS BRANDÃO PSDB MA
27 CARLOS EDUARDO CADOCA PCdoB PE
28 CARMEN ZANOTTO PPS SC
29 CELSO JACOB PMDB RJ
30 CELSO MALDANER PMDB SC
31 CHICO ALENCAR PSOL RJ
32 CHICO DAS VERDURAS PRP RR
33 CLEBER VERDE PRB MA
34 DAMIÃO FELICIANO PDT PB
35 DANIEL ALMEIDA PCdoB BA
36 DARCÍSIO PERONDI PMDB RS
37 DAVI ALCOLUMBRE DEM AP
38 DAVI ALVES SILVA JÚNIOR PR MA
39 DILCEU SPERAFICO PP PR
40 DOMINGOS DUTRA SDD MA
41 DR. JORGE SILVA PROS ES
42 DR. PAULO CÉSAR PR RJ
43 DR. UBIALI PSB SP
44 DUARTE NOGUEIRA PSDB SP
45 EDINHO BEZ PMDB SC
46 EDMAR MOREIRA PTB MG
47 EDSON SANTOS PT RJ
48 EDSON SILVA PROS CE
49 EDUARDO GOMES SDD TO
50 EDUARDO SCIARRA PSD PR
51 EFRAIM FILHO DEM PB
52 ELI CORREA FILHO DEM SP
53 ELIENE LIMA PSD MT
54 ERIKA KOKAY PT DF
55 EROS BIONDINI PTB MG
56 EURICO JÚNIOR PV RJ
57 FÁBIO FARIA PSD RN
58 FÁBIO TRAD PMDB MS
59 FELIPE MAIA DEM RN
60 FERNANDO FERRO PT PE
61 FERNANDO JORDÃO PMDB RJ
62 FLÁVIA MORAIS PDT GO
63 FRANCISCO ESCÓRCIO PMDB MA
64 GENECIAS NORONHA SDD CE
65 GERALDO SIMÕES PT BA
66 GERALDO THADEU PSD MG
67 GONZAGA PATRIOTA PSB PE
68 GUILHERME CAMPOS PSD SP
69 HÉLIO SANTOS PSDB MA
70 HENRIQUE OLIVEIRA SDD AM
71 HEULER CRUVINEL PSD GO
72 IRACEMA PORTELLA PP PI
73 IRAJÁ ABREU PSD TO
74 IRINY LOPES PT ES
75 JAIME MARTINS PSD MG

76 JAIR BOLSONARO PP RJ
77 JAQUELINE RORIZ PMN DF
78 JEAN WYLLYS PSOL RJ
79 JERÔNIMO GOERGEN PP RS
80 JESUS RODRIGUES PT PI
81 JÔ MORAES PCdoB MG
82 JOÃO ANANIAS PCdoB CE
83 JOÃO CALDAS SDD AL
84 JOÃO DADO SDD SP
85 JOÃO MAGALHÃES PMDB MG
86 JORGINHO MELLO PR SC
87 JOSÉ CHAVES PTB PE
88 JOSÉ OTÁVIO GERMANO PP RS
89 JOSÉ PRIANTE PMDB PA
90 JOSÉ ROCHA PR BA
91 JOSUÉ BENGTON PTB PA
92 JÚLIO CAMPOS DEM MT
93 JÚLIO DELGADO PSB MG
94 JUTAHY JUNIOR PSDB BA
95 KEIKO OTA PSB SP
96 LAERCIO OLIVEIRA SDD SE
97 LÁZARO BOTELHO PP TO
98 LEANDRO VILELA PMDB GO
99 LELO COIMBRA PMDB ES
100 LEONARDO GADELHA PSC PB
101 LEONARDO MONTEIRO PT MG
102 LEOPOLDO MEYER PSB PR
103 LILIAM SÁ PROS RJ
104 LINCOLN PORTELA PR MG
105 LUCI CHOINACKI PT SC
106 LUIZ FERNANDO FARIA PP MG
107 LUIZ FERNANDO MACHADO PSDB SP
108 MAGDA MOFATTO PR GO
109 MAJOR FÁBIO PROS PB
110 MANATO SDD ES
111 MANOEL JUNIOR PMDB PB
112 MANOEL SALVIANO PSD CE
113 MARCELO AGUIAR DEM SP
114 MARCELO MATOS PDT RJ
115 MÁRCIO FRANÇA PSB SP
116 MÁRCIO MARINHO PRB BA
117 MARCO TEBALDI PSDB SC
118 MARCOS MEDRADO SDD BA
119 MARCOS MONTES PSD MG
120 MAURO BENEVIDES PMDB CE
121 MAURO LOPES PMDB MG
122 MIGUEL CORRÊA PT MG
123 MIRIQUINHO BATISTA PT PA
124 MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO PP SP
125 NELSON MARQUEZELLI PTB SP
126 NEWTON CARDOSO PMDB MG
127 NILTON CAPIXABA PTB RO
128 ONOFRE SANTO AGOSTINI PSD SC

129 OSMAR TERRA PMDB RS
130 OTONIEL LIMA PRB SP
131 OZIEL OLIVEIRA PDT BA
132 PADRE JOÃO PT MG
133 PADRE TON PT RO
134 PAULO FEIJÓ PR RJ
135 PAULO PEREIRA DA SILVA SDD SP
136 PEDRO CHAVES PMDB GO
137 PEDRO EUGÊNIO PT PE
138 PENNA PV SP
139 PINTO ITAMARATY PSDB MA
140 POLICARPO PT DF
141 PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA PSC PR
142 PROFESSOR SETIMO PMDB MA
143 RAIMUNDO GOMES DE MATOS PSDB CE
144 RAUL LIMA PP RR
145 REBECCA GARCIA PP AM
146 REGINALDO LOPES PT MG
147 RENATO ANDRADE PP MG
148 RENATO MOLLING PP RS
149 RICARDO BERZOINI PT SP
150 ROBERTO SANTIAGO PSD SP
151 RODRIGO DE CASTRO PSDB MG
152 ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA PMDB SC
153 RONALDO FONSECA PROS DF
154 ROSANE FERREIRA PV PR
155 RUBENS BUENO PPS PR
156 RUBENS OTONI PT GO
157 RUY CARNEIRO PSDB PB
158 SABINO CASTELO BRANCO PTB AM
159 SALVADOR ZIMBALDI PROS SP
160 SANDRO MABEL PMDB GO
161 SARAIVA FELIPE PMDB MG
162 SEBASTIÃO BALA ROCHA SDD AP
163 SÉRGIO BRITO PSD BA
164 SÉRGIO MORAES PTB RS
165 SIBÁ MACHADO PT AC
166 SILVIO COSTA PSC PE
167 STEPAN NERCESSIAN PPS RJ
168 TAKAYAMA PSC PR
169 VALDIR COLATTO PMDB SC
170 VALMIR ASSUNÇÃO PT BA
171 VANDERLEI MACRIS PSDB SP
172 VANDERLEI SIRAQUE PT SP
173 VICENTE CANDIDO PT SP
174 VIEIRA DA CUNHA PDT RS
175 VILMAR ROCHA PSD GO
176 VITOR PAULO PRB RJ
177 WALDIR MARANHÃO PP MA
178 WANDENKOLK GONÇALVES PSDB PA
179 WELLINGTON ROBERTO PR PB
180 WILLIAM DIB PSDB SP
181 ZEQUINHA MARINHO PSC PA
182 ZOINHO PR RJ”

No DCD nº 40, de 28/03/2014:
Na página 188, coluna 1,

Onde se lê:

“PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 390, DE 2014

(Do Sr. André Figueiredo e outros)

Altera o artigo 169 da Constituição Federal e o artigo 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para possibilitar a ampliação de limite de despesas com pessoal ativo nas áreas da saúde e da educação.

.....

Sala das Sessões, em 26 de março de 2014. – Deputado **André Figueiredo**.

Leia-se:

“PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 390, DE 2014

(Do Sr. André Figueiredo e outros)

Altera o artigo 169 da Constituição Federal e o artigo 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para possibilitar a ampliação de limite de despesas com pessoal ativo nas áreas da saúde e da educação.

.....

Sala das Sessões, em 26 de março de 2014. – Deputado **André Figueiredo**.

Proposição: PEC 0390/2014

Autor da Proposição: ANDRÉ FIGUEIREDO E OUTROS

Ementa: Altera o artigo 169 da Constituição Federal e o artigo 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para possibilitar a ampliação de limite de despesas com pessoal ativo nas áreas da saúde e da educação.

Data de Apresentação: 26/03/2014

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas 176

Não Conferem 002

Fora do Exercício 006

Repetidas 008

Ilegíveis 000

Retiradas 000

Total 192

Confirmadas

1 ABELARDO CAMARINHA PSB SP

2 ACELINO POPÓ PRB BA

3 ADEMIR CAMILO PROS MG

4 AELTON FREITAS PR MG

5 ALBERTO FILHO PMDB MA

6 ALEX CANZIANI PTB PR

7 ALEXANDRE LEITE DEM SP

8 AMAURI TEIXEIRA PT BA

9 ANDERSON FERREIRA PR PE

10 ANDRÉ FIGUEIREDO PDT CE

11 ANDRÉ MOURA PSC SE

12 ANSELMO DE JESUS PT RO

13 ANTÔNIO ANDRADE PMDB MG

14 ANTONIO BULHÕES PRB SP

15 ANTÔNIO ROBERTO PV MG

16 ARIOSTO HOLANDA PROS CE

17 ARTHUR OLIVEIRA MAIA SDD BA

18 ASSIS DO COUTO PT PR

19 AUGUSTO COUTINHO SDD PE
20 BENJAMIN MARANHÃO SDD PB
21 BERNARDO SANTANA DE VASCONCELL PR MG
22 BIFFI PT MS
23 CARLOS ALBERTO LERÉIA PSDB GO
24 CARMEN ZANOTTO PPS SC
25 CELSO JACOB PMDB RJ
26 CELSO MALDANER PMDB SC
27 CÉSAR HALUM PRB TO
28 CHICO ALENCAR PSOL RJ
29 CHICO LOPES PCdoB CE
30 CLEBER VERDE PRB MA
31 COLBERT MARTINS PMDB BA
32 DAMIÃO FELICIANO PDT PB
33 DANIEL ALMEIDA PCdoB BA
34 DAVI ALVES SILVA JÚNIOR PR MA
35 DÉCIO LIMA PT SC
36 DOMINGOS DUTRA SDD MA
37 DR. CARLOS ALBERTO PMN RJ
38 DR. JORGE SILVA PROS ES
39 DR. PAULO CÉSAR PR RJ
40 DUDIMAR PAXIUBA PROS PA
41 EDINHO BEZ PMDB SC
42 EDMAR ARRUDA PSC PR
43 EDMAR MOREIRA PTB MG
44 EDSON SANTOS PT RJ
45 EDSON SILVA PROS CE
46 EDUARDO DA FONTE PP PE
47 EDUARDO SCIARRA PSD PR
48 ELI CORREA FILHO DEM SP
49 ELIENE LIMA PSD MT
50 ENIO BACCI PDT RS
51 EURICO JÚNIOR PV RJ
52 EVANDRO MILHOMEN PCdoB AP
53 FÁBIO FARIA PSD RN
54 FÁBIO TRAD PMDB MS
55 FELIPE BORNIER PSD RJ
56 FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR PDT BA
57 FERNANDO COELHO FILHO PSB PE
58 FERNANDO JORDÃO PMDB RJ
59 GASTÃO VIEIRA PMDB MA
60 GENECIAS NORONHA SDD CE
61 GERALDO SIMÕES PT BA
62 GERALDO THADEU PSD MG
63 GIOVANNI QUEIROZ PDT PA
64 GLAUBER BRAGA PSB RJ
65 GONZAGA PATRIOTA PSB PE
66 GUILHERME MUSSI PP SP
67 HÉLIO SANTOS PSDB MA
68 HENRIQUE OLIVEIRA SDD AM
69 IRACEMA PORTELLA PP PI
70 IRAJÁ ABREU PSD TO
71 JAIME MARTINS PSD MG
72 JAIR BOLSONARO PP RJ
73 JOÃO ANANIAS PCdoB CE
74 JOÃO DADO SDD SP

75 JOÃO LEÃO PP BA
76 JOÃO MAGALHÃES PMDB MG
77 JOÃO PAULO LIMA PT PE
78 JORGINHO MELLO PR SC
79 JOSÉ CHAVES PTB PE
80 JOSÉ OTÁVIO GERMANO PP RS
81 JOSÉ PRIANTE PMDB PA
82 JOSE STÉDILE PSB RS
83 JOSUÉ BENGTON PTB PA
84 JOVAIR ARANTES PTB GO
85 JÚLIO CAMPOS DEM MT
86 JÚLIO CESAR PSD PI
87 JÚLIO DELGADO PSB MG
88 JÚNIOR COIMBRA PMDB TO
89 LAEL VARELLA DEM MG
90 LAERCIO OLIVEIRA SDD SE
91 LÁZARO BOTELHO PP TO
92 LEANDRO VILELA PMDB GO
93 LELO COIMBRA PMDB ES
94 LEONARDO PICCIANI PMDB RJ
95 LEONARDO QUINTÃO PMDB MG
96 LEOPOLDO MEYER PSB PR
97 LINCOLN PORTELA PR MG
98 LUCIO VIEIRA LIMA PMDB BA
99 LUIZ CARLOS PSDB AP
100 LUIZ FERNANDO FARIA PP MG
101 LUIZ FERNANDO MACHADO PSDB SP
102 LUIZ NISHIMORI PR PR
103 MAJOR FÁBIO PROS PB
104 MANATO SDD ES
105 MANDETTA DEM MS
106 MANUEL ROSA NECA PR RJ
107 MARCELO AGUIAR DEM SP
108 MARCELO CASTRO PMDB PI
109 MARCELO MATOS PDT RJ
110 MÁRCIO FRANÇA PSB SP
111 MÁRCIO MARINHO PRB BA
112 MARCO TEBALDI PSDB SC
113 MARCOS MEDRADO SDD BA
114 MÁRIO FEITOZA PMDB CE
115 MÁRIO HERINGER PDT MG
116 MAURÍCIO QUINTELLA LESSA PR AL
117 MILTON MONTI PR SP
118 MOREIRA MENDES PSD RO
119 NELSON MARQUEZELLI PTB SP
120 NELSON MEURER PP PR
121 NEWTON CARDOSO PMDB MG
122 NILTON CAPIXABA PTB RO
123 ONOFRE SANTO AGOSTINI PSD SC
124 OSMAR JÚNIOR PCdoB PI
125 OSMAR SERRAGLIO PMDB PR
126 OTAVIO LEITE PSDB RJ
127 OTONIEL LIMA PRB SP
128 PADRE JOÃO PT MG
129 PADRE TON PT RO
130 PAES LANDIM PTB PI

131 PAULO FEIJÓ PR RJ
132 PAULO FOLETTI PSB ES
133 PEDRO CHAVES PMDB GO
134 PENNA PV SP
135 PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA PSC PR
136 PROFESSOR SETIMO PMDB MA
137 PROFESSORA DORINHA SEABRA REZE DEM TO
138 RAIMUNDO GOMES DE MATOS PSDB CE
139 REBECCA GARCIA PP AM
140 RENAN FILHO PMDB AL
141 RENATO MOLLING PP RS
142 RICARDO BERZOINI PT SP
143 ROBERTO BRITTO PP BA
144 ROBERTO SANTIAGO PSD SP
145 ROBERTO TEIXEIRA PP PE
146 RODRIGO MAIA DEM RJ
147 RUBENS OTONI PT GO
148 RUY CARNEIRO PSDB PB
149 SABINO CASTELO BRANCO PTB AM
150 SALVADOR ZIMBALDI PROS SP
151 SANDES JÚNIOR PP GO
152 SARAIVA FELIPE PMDB MG
153 SEBASTIÃO BALA ROCHA SDD AP
154 SÉRGIO BRITO PSD BA
155 SÉRGIO MORAES PTB RS
156 SIBÁ MACHADO PT AC
157 STEFANO AGUIAR PSB MG
158 STEPAN NERCESSIAN PPS RJ
159 TAKAYAMA PSC PR
160 TONINHO PINHEIRO PP MG
161 VALMIR ASSUNÇÃO PT BA
162 VALTENIR PEREIRA PROS MT
163 VANDERLEI MACRIS PSDB SP
164 VANDERLEI SIRAQUE PT SP
165 VICENTE CANDIDO PT SP
166 VIEIRA DA CUNHA PDT RS
167 VILMAR ROCHA PSD GO
168 VILSON COVATTI PP RS
169 WALDIR MARANHÃO PP MA
170 WASHINGTON REIS PMDB RJ
171 WELLINGTON ROBERTO PR PB
172 WILLIAM DIB PSDB SP
173 WILSON FILHO PTB PB
174 WLADIMIR COSTA SDD PA
175 WOLNEY QUEIROZ PDT PE
176 ZOINHO PR RJ"

No DCD nº 40, de 28/03/2014:

Na página 189, coluna 1,

Onde se lê:

"PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 391, DE 2014

(Do Sr. Paulão e outros)

Fixa parâmetros para a remuneração da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil (ARFB), da Carreira de Auditoria Fiscal do Trabalho e das carreiras de Auditoria, Fiscalização

e Arrecadação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que sejam Capital de Estado ou com população superior a quinhentos mil habitantes e da Carreira de Nível Superior de Fiscal Federal Agropecuário.

.....

Sala das Sessões, 27 de março de 2014. – Deputado **Paulo Fernando dos Santos**, PT/AL”

Leia-se:

“PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 391, DE 2014

(Do Sr. Paulão e outros)

Fixa parâmetros para a remuneração da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil (ARFB), da Carreira de Auditoria Fiscal do Trabalho e das carreiras de Auditoria, Fiscalização e Arrecadação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que sejam Capital de Estado ou com população superior a quinhentos mil habitantes e da Carreira de Nível Superior de Fiscal Federal Agropecuário.

.....

Sala das Sessões, 27 de março de 2014. – Deputado **Paulo Fernando dos Santos**, PT/AL.

Proposição: PEC 0391/2014

Autor da Proposição: PAULÃO E OUTROS

Ementa: Fixa parâmetros para a remuneração da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil (AFRB), da Carreira de Auditoria Fiscal do Trabalho e das carreiras de Auditoria, Fiscalização e Arrecadação dos Estados, do Distrito FEDERAL E DOS Municípios que sejam Capital de Estado ou com população superior a quinhentos mil habitantes e da Carreira de Nível Superior de Fiscal Federal Agropecuário.

Data de Apresentação: 27/03/2014

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas 213

Não Conferem 007

Fora do Exercício 004

Repetidas 024

Ilegíveis 001

Retiradas 000

Total 249

Confirmadas

1 ABELARDO LUPION DEM PR

2 ACELINO POPÓ PRB BA

3 ADRIAN PMDB RJ

4 ALBERTO FILHO PMDB MA

5 ALEX CANZIANI PTB PR

6 ALEXANDRE LEITE DEM SP

7 ALEXANDRE ROSO PSB RS

8 ALEXANDRE TOLEDO PSB AL

9 ALFREDO KAEFER PSDB PR

10 ALINE CORRÊA PP SP

11 ALMEIDA LIMA PMDB SE

12 AMAURI TEIXEIRA PT BA

13 ANDRÉ FIGUEIREDO PDT CE

14 ANDRE MOURA PSC SE

15 ANDRE VARGAS PT PR

16 ANDRÉ ZACHAROW PMDB PR

17 ANDREIA ZITO PSDB RJ

18 ÂNGELO AGNOLIN PDT TO

19 ANÍBAL GOMES PMDB CE

20 ANSELMO DE JESUS PT RO

21 ANTÔNIA LÚCIA PSC AC

22 ANTÔNIO ANDRADE PMDB MG
23 ANTONIO BULHÕES PRB SP
24 ANTÔNIO ROBERTO PV MG
25 ARNALDO JARDIM PPS SP
26 ARNALDO JORDY PPS PA
27 ARNON BEZERRA PTB CE
28 ASSIS DO COUTO PT PR
29 ÁTILA LINS PSD AM
30 BENEDITA DA SILVA PT RJ
31 BENJAMIN MARANHÃO SDD PB
32 BERNARDO SANTANA DE VASCONCELL PR MG
33 BETO ALBUQUERQUE PSB RS
34 BETO FARO PT PA
35 BIFFI PT MS
36 BONIFÁCIO DE ANDRADA PSDB MG
37 BRUNA FURLAN PSDB SP
38 CÂNDIDO VACCAREZZA PT SP
39 CARLOS ROBERTO PSDB SP
40 CARLOS SOUZA PSD AM
41 CARLOS ZARATTINI PT SP
42 CARMEN ZANOTTO PPS SC
43 CELSO JACOB PMDB RJ
44 CELSO MALDANER PMDB SC
45 CHICO DAS VERDURAS PRP RR
46 CHICO LOPES PCdoB CE
47 CLEBER VERDE PRB MA
48 COLBERT MARTINS PMDB BA
49 DAMIÃO FELICIANO PDT PB
50 DANILO FORTE PMDB CE
51 DAVI ALCOLUMBRE DEM AP
52 DAVI ALVES SILVA JÚNIOR PR MA
53 DÉCIO LIMA PT SC
54 DOMINGOS DUTRA SDD MA
55 DR. CARLOS ALBERTO PMN RJ
56 DR. JORGE SILVA PROS ES
57 DR. PAULO CÉSAR PR RJ
58 DR. UBIALI PSB SP
59 DUARTE NOGUEIRA PSDB SP
60 DUDIMAR PAXIUBA PROS PA
61 EDINHO BEZ PMDB SC
62 EDIO LOPES PMDB RR
63 EDMAR MOREIRA PTB MG
64 EDSON PIMENTA PSD BA
65 EDSON SANTOS PT RJ
66 EDUARDO DA FONTE PP PE
67 EDUARDO SCIARRA PSD PR
68 EFRAIM FILHO DEM PB
69 ELCIONE BARBALHO PMDB PA
70 ELI CORREA FILHO DEM SP
71 ELISEU PADILHA PMDB RS
72 ERIVELTON SANTANA PSC BA
73 EROS BIONDINI PTB MG
74 EURICO JÚNIOR PV RJ
75 EVANDRO MILHOMEN PCdoB AP
76 FÁBIO FARIA PSD RN
77 FÁBIO TRAD PMDB MS

78 FELIPE MAIA DEM RN
79 FERNANDO FERRO PT PE
80 FERNANDO FRANCISCHINI SDD PR
81 FERNANDO JORDÃO PMDB RJ
82 FERNANDO MARRONI PT RS
83 FRANCISCO CHAGAS PT SP
84 FRANCISCO FLORIANO PR RJ
85 GASTÃO VIEIRA PMDB MA
86 GENECIAS NORONHA SDD CE
87 GEORGE HILTON PRB MG
88 GERALDO SIMÕES PT BA
89 GIACOBO PR PR
90 GIOVANI CHERINI PDT RS
91 GONZAGA PATRIOTA PSB PE
92 GORETE PEREIRA PR CE
93 GUILHERME MUSSI PP SP
94 HÉLIO SANTOS PSDB MA
95 HENRIQUE FONTANA PT RS
96 HENRIQUE OLIVEIRA SDD AM
97 IRAJÁ ABREU PSD TO
98 IRINY LOPES PT ES
99 JAIR BOLSONARO PP RJ
100 JANETE ROCHA PIETÁ PT SP
101 JAQUELINE RORIZ PMN DF
102 JEAN WYLLYS PSOL RJ
103 JESUS RODRIGUES PT PI
104 JOÃO ANANIAS PCdoB CE
105 JOÃO CALDAS SDD AL
106 JOÃO CARLOS BACELAR PR BA
107 JOÃO DADO SDD SP
108 JOÃO MAGALHÃES PMDB MG
109 JOÃO PAULO LIMA PT PE
110 JOÃO PIZZOLATTI PP SC
111 JOSÉ AUGUSTO MAIA PROS PE
112 JOSÉ CARLOS ARAÚJO PSD BA
113 JOSUÉ BENGTON PTB PA
114 JOVAIR ARANTES PTB GO
115 JÚLIO CAMPOS DEM MT
116 JÚLIO CESAR PSD PI
117 JÚLIO DELGADO PSB MG
118 JÚNIOR COIMBRA PMDB TO
119 JUTAHY JUNIOR PSDB BA
120 LAERCIO OLIVEIRA SDD SE
121 LÁZARO BOTELHO PP TO
122 LELO COIMBRA PMDB ES
123 LEONARDO MONTEIRO PT MG
124 LEONARDO PICCIANI PMDB RJ
125 LEONARDO QUINTÃO PMDB MG
126 LEOPOLDO MEYER PSB PR
127 LINCOLN PORTELA PR MG
128 LIRA MAIA DEM PA
129 LOURIVAL MENDES PTdoB MA
130 LUCI CHOINACKI PT SC
131 LUCIANA SANTOS PCdoB PE
132 LUCIO VIEIRA LIMA PMDB BA
133 LUIZ ALBERTO PT BA

134 LUIZ COUTO PT PB
135 LUIZ NISHIMORI PR PR
136 LUIZ SÉRGIO PT RJ
137 MAJOR FÁBIO PROS PB
138 MANOEL JUNIOR PMDB PB
139 MARCELO AGUIAR DEM SP
140 MARCELO MATOS PDT RJ
141 MÁRCIO FRANÇA PSB SP
142 MARCIO JUNQUEIRA PROS RR
143 MARCO MAIA PT RS
144 MARCON PT RS
145 MARCOS ROGÉRIO PDT RO
146 MÁRIO FEITOZA PMDB CE
147 MIGUEL CORRÊA PT MG
148 MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO PP SP
149 NELSON MARQUEZELLI PTB SP
150 NELSON MEURER PP PR
151 NELSON PELLEGRINO PT BA
152 NILDA GONDIM PMDB PB
153 ODAIR CUNHA PT MG
154 ONOFRE SANTO AGOSTINI PSD SC
155 ONYX LORENZONI DEM RS
156 OSMAR SERRAGLIO PMDB PR
157 OSVALDO REIS PMDB TO
158 OTAVIO LEITE PSDB RJ
159 PADRE JOÃO PT MG
160 PADRE TON PT RO
161 PAULÃO PT AL
162 PAULO ABI-ACKEL PSDB MG
163 PAULO PEREIRA DA SILVA SDD SP
164 PAULO TEIXEIRA PT SP
165 PAULO WAGNER PV RN
166 PEDRO CHAVES PMDB GO
167 PEDRO NOVAIS PMDB MA
168 PEDRO UCZAI PT SC
169 PENNA PV SP
170 POLICARPO PT DF
171 PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA PSC PR
172 PROFESSOR SETIMO PMDB MA
173 PROFESSORA DORINHA SEABRA REZE DEM TO
174 REBECCA GARCIA PP AM
175 RENATO ANDRADE PP MG
176 RICARDO BERZOINI PT SP
177 RICARDO TRIPOLI PSDB SP
178 ROBERTO BRITTO PP BA
179 ROBERTO SANTIAGO PSD SP
180 ROSANE FERREIRA PV PR
181 ROSINHA DA ADEFAL PTdoB AL
182 RUBENS BUENO PPS PR
183 RUBENS OTONI PT GO
184 RUY CARNEIRO PSDB PB
185 SABINO CASTELO BRANCO PTB AM
186 SANDES JÚNIOR PP GO
187 SANDRO ALEX PPS PR
188 SARAIVA FELIPE PMDB MG
189 SEBASTIÃO BALA ROCHA SDD AP

190 SÉRGIO MORAES PTB RS
191 SEVERINO NINHO PSB PE
192 SIBÁ MACHADO PT AC
193 SILAS CÂMARA PSD AM
194 STEFANO AGUIAR PSB MG
195 TAKAYAMA PSC PR
196 THIAGO PEIXOTO PSD GO
197 VALADARES FILHO PSB SE
198 VALMIR ASSUNÇÃO PT BA
199 VANDERLEI SIRAQUE PT SP
200 VICENTE ARRUDA PROS CE
201 VICENTE CANDIDO PT SP
202 VILALBA PP PE
203 VILSON COVATTI PP RS
204 VITOR PAULO PRB RJ
205 WALDIR MARANHÃO PP MA
206 WALNEY ROCHA PTB RJ
207 WELLINGTON ROBERTO PR PB
208 WEVERTON ROCHA PDT MA
209 WILLIAM DIB PSDB SP
210 WOLNEY QUEIROZ PDT PE
211 ZECA DIRCEU PT PR
212 ZEQUINHA MARINHO PSC PA
213 ZOINHO PR RJ”

**Ata da 13ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados,
realizada no dia 26 de novembro de 2014.**

Em 13/janeiro/2015

Publique-se.

Mozart Vianna de Paiva
Secretário-Geral da Mesa

**Quarta Sessão Legislativa Ordinária
da Quinquagésima Quarta Legislatura**

**Ata da décima terceira reunião ordinária da Mesa Diretora
da Câmara dos Deputados, realizada em 26 de novembro de 2014**

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, às quinze horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves. Presentes os Senhores Deputados Arlindo Chinaglia, Primeiro-Vice-Presidente; Márcio Bittar, Primeiro-Secretário; Simão Sessim, Segundo-Secretário; Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário; Wolney Queiroz, Segundo-Suplente de Secretário; Vitor Penido, Terceiro-Suplente de Secretário; Takayama, Quarto-Suplente de Secretário; e Átila Lins, Corregedor Parlamentar. Havendo número legal, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou abertos os trabalhos. **I - PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE.** O Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves expôs as seguintes **Solicitações de Informação ao Tribunal de Contas da União**, acordadas pela Mesa Diretora pelo encaminhamento: 1 - **Nº 61, de 2014**, de autoria do **Deputado Paulo Foletto**, que "Solicita informações sobre a Representação oferecida pelo Ministério Público Federal ao Tribunal de Contas da União, em decorrência da instauração do Inquérito Civil 1.17.002.000060/2011-11, para a apuração de responsabilidades decorrentes da construção do trecho do KM 28 da BR-259."; e 2 - **Nº 62, de 2014**, de autoria do **Deputado Rubens Bueno**, que "Solicita informações ao Tribunal de Contas da União - TCU sobre o cumprimento das exigências de apresentação de Prestação de Contas Anuais e da correta divulgação trimestral dos valores arrecadados das receitas e despesas dos respectivos orçamentos das entidades integrantes do "Sistema S".". Em seguida, a Mesa Diretora ratificou, por unanimidade, os despachos favoráveis, *ad referendum*, exarados pelo Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, nos seguintes expedientes referentes a Requerimentos de Informação, missão oficial, reembolso de despesas, relatório de gestão fiscal, reembolso de

despesas de assistência à saúde, nomeação de servidor, cessão de servidor e reajuste do auxílio-alimentação: 1 - **Relatório de Requerimentos de Informação (RIC)**, despachados *ad referendum* da Mesa Diretora, pelo encaminhamento: 1 - **RIC Nº 4.121/14** - do Sr. Eduardo Sciarra - que "solicita informações a Excelentíssima Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão acerca da nomeação de novos analistas de comércio exterior a serem designados ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior"; 2 - **RIC Nº 4.162/14** - do Sr. Augusto Coutinho - que "solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado dos Transportes, Sr. César Augusto Rabello Borges, sobre a suspensão da licitação do Arco Metropolitano em Recife - PE"; 3 - **RIC Nº 4.175/14** - do Sr. Stepan Nercessian - que "requer informações à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a crise no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE"; 4 - **RIC Nº 4.181/14** - do Sr. Henrique Oliveira - que "solicita informações ao Ministério das Comunicações (MC) sobre a diferença de preços praticados pela empresa Oi Velox na prestação de serviços de banda larga nos estados do Amazonas e Amapá, com relação ao restante do País"; 5 - **RIC Nº 4.200/14** - do Sr. Jair Bolsonaro - (RIC 3807/2013) - que "requer envio de resposta externa, por parte do Ministério do Meio Ambiente, acerca dos questionamentos formulados no Requerimento de Informações nº 3.807, de 2013"; 6 - **RIC Nº 4.214/14** - do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame - que "requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre as estimativas das renúncias fiscais oferecidas pelo anteprojeto de lei que visa instituir desonerações fiscais para a produção de equipamentos, aparelhos, sinalizações táteis para pisos e textos em braile destinados às pessoas portadoras de deficiência"; 7 - **RIC Nº 4.224/14** - do Sr. Ruy Carneiro - que "requer informações ao Senhor Ministro da Saúde, sobre a negativa para registro dos seguintes medicamentos oncológicos: Clofarabine, Regorafenibe, Thioguanine, Afatinib, Axitinib, Crizotinib e Bendamustina, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA"; 8 - **RIC Nº 4.248/14** - do Sr. Domingos Sávio - que "solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre, a existência, o andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos envolvendo a ex-chefe do escritório da Presidência da República em São Paulo, Rosemary Noronha"; 9 - **RIC Nº 4.253/14** - da Sra. Sandra Rosado - que "solicita informações ao Poder Executivo sobre as razões pelas quais não foi regulamentada a Lei nº 10.835, de 2004 que "Institui a renda básica de cidadania e dá outras providências" de autoria do Senador Eduardo Suplicy"; 10 - **RIC Nº 4.258/14** - da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - que "requer informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a construção do metrô de Curitiba-PR, especificando as contrapartidas e garantias do município e do estado do Paraná, além dos investimentos previstos pelo governo federal"; 11 - **RIC Nº 4.259/14** - da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - que "requer informações ao Ministério das Cidades sobre a construção do metrô de

Curitiba-PR, especificando as contrapartidas e garantias do município e do estado do Paraná, além dos investimentos previstos pelo governo federal"; 12 - **RIC Nº 4.263/14** - do Sr. Laercio Oliveira - que "solicita informações ao Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio no tocante ao andamento da Indicação nº 4.976, de 2013"; 13 - **RIC Nº 4.267/14** - do Sr. Simplício Araújo - que "solicita ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República Wellington Moreira Franco, informações sobre as obras do Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado - São Luis (MA)"; 14 - **RIC Nº 4.268/14** - do Sr. Gladson Cameli - que "solicita informações à Sra. Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre o pagamento da indenização devida aos seringueiros e dependentes prevista na Emenda Constitucional nº 78, de 14 de maio de 2014"; 15 - **RIC Nº 4.269/14** - do Sr. Vanderlei Macris - que "solicita informações à Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre quantitativos de cargos aprovados, ocupados e vagos na Administração Pública Federal"; 16 - **RIC Nº 4.270/14** - da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - que "requer esclarecimentos ao Ministro dos Transportes, Sr. César Borges, sobre a totalidade dos valores gastos, até o presente momento, no projeto do Trem de Alta Velocidade (TAV) que ligará as cidades do Rio de Janeiro a São Paulo e a Campinas"; 17 - **RIC Nº 4.271/14** - da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre os atrasos nos repasses às prefeituras das verbas referentes aos royalties do petróleo, bem como explicações sobre as dificuldades relatadas pelas prefeituras em obter a liberação na Caixa Econômica do pagamento do dinheiro de emendas parlamentares"; 18 - **RIC Nº 4.272/14** - do Sr. Helcio Silva - que "solicita informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, quanto à construção de Hospital Federal no Município de Suzano/SP"; 19 - **RIC Nº 4.273/14** - do Sr. Helcio Silva - que "solicita informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, quanto à construção de Unidades de Pronto Atendimento - UPA - no município de Suzano, localizado na região metropolitana de São Paulo"; 20 - **RIC Nº 4.274/14** - do Sr. Simplício Araújo - que "solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Senhor Edison Lobão, a relação dos valores repassados, a título de royalties de gás natural, nos últimos 3 (três) anos, ao município de Santo Antônio dos Lopes (MA) pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)"; 21 - **RIC Nº 4.277/14** - da Sra. Luiza Erundina - que "solicita informações ao Ministério da Saúde sobre o cumprimento da Lei Federal nº 11.104, de 21 de março de 2005"; 22 - **RIC Nº 4.278/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Mauro Borges, acerca dos repasses efetuados a fundo perdido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - e por outros programas do Ministério"; 23 - **RIC Nº 4.280/14** - do Sr. Onofre Santo Agostini - que "solicita à Senhora Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG,

informações sobre a razão da morosidade na nomeação dos aprovados em concurso realizado em 2013, para provimento de vagas no Banco Central do Brasil"; 24 - **RIC Nº 4.281/14** - do Sr. Onofre Santo Agostini - que "solicita ao Senhor Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, informações sobre a razão da morosidade na nomeação dos aprovados em concurso realizado em 2013, para provimento de vagas no referido órgão"; 25 - **RIC Nº 4.283/14** - do Sr. Dimas Fabiano - que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde sobre a implantação dos testes rápidos para diagnóstico da infecção pelo HIV no Sistema Único de Saúde"; 26 - **RIC Nº 4.285/14** - do Sr. Francisco Escórcio - que "solicita seja encaminhado ao Ministro da Educação, pedido de informação sobre a situação funcional do Professor do curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão, Flávio Dino de Castro e Costa"; 27 - **RIC Nº 4.286/14** - da Comissão de Minas e Energia - que "solicita ao Senhor Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, informações relativas à compra da refinaria de Pasadena nos Estados Unidos"; 28 - **RIC Nº 4.287/14** - do Sr. Oziel Oliveira - que "solicita a sua Excelência o Ministro de Estado da Justiça, senhor José Eduardo Cardoso, informações em relação a reivindicação, pretensão e atos administrativos em relação demarcação de Terra Indígena no Município de Cocos, no Estado da Bahia"; 29 - **RIC Nº 4.288/14** - do Sr. Carlos Bezerra - que "solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento acerca de providências adotadas com respeito à suspeita de ocorrência de fraudes na operação de instrumentos de comercialização de milho, especialmente no estado de Mato Grosso"; 30 - **RIC Nº 4.289/14** - do Sr. Manoel Junior - que "solicita dos Srs. Ministros de Estado dos Transportes informações sobre a relação comercial entre o DNIT e a Empresa PAVOTEC - Pavimentação e Terraplanagem LTDA"; 31 - **RIC Nº 4.290/14** - do Sr. Nilson Leitão - que "requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, acerca dos contratos de bens e serviços da Secretaria Especial de Saúde Indígena, custos e valores pagos no período de 2011 a 2014, pela Pasta, no âmbito nacional"; 32 - **RIC Nº 4.292/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro da Integração Nacional acerca da execução do Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais em face à situação de calamidade que atingiu os Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais em dezembro de 2013, na forma em que especifica"; 33 - **RIC Nº 4.293/14** - do Sr. Simplício Araújo - que "solicita ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República Wellington Moreira Franco, informações sobre as obras do Aeroporto de Bacabal (MA)"; 34 - **RIC Nº 4.294/14** - do Sr. Rodrigo Maia - que "solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, a respeito de tancagem no Porto de Açú, norte do Estado do Rio de Janeiro"; 35 - **RIC Nº 4.296/14** - do Sr. Chico Alencar - que "solicita ao Ministro da Defesa, Sr. Celso Amorim, informações acerca das sindicâncias para averiguar os casos de mortes e torturas cometidos nas instalações das Forças Armadas durante a

ditadura civil-militar de 1964-85"; 36 - **RIC Nº 4.297/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro do Esporte acerca de contrato firmado entre esta pasta e a empresa Value Partners do Brasil, na forma em que especifica"; 37 - **RIC Nº 4.298/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro de Estado da Educação, Sr. Henrique Paim, sobre o Instituto Federal do Paraná (IFPR)/Campus Palmas"; 38 - **RIC Nº 4.300/14** - do Sr. Nelson Marchezan Junior - que "solicita informações do Sr. Ministro de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, para esclarecimentos quanto a procedimentos administrativos adotados na empresa Itaipu Binacional"; 39 - **RIC Nº 4.301/14** - do Sr. Luis Carlos Heinze - que "solicita informações ao Sr. Ministro da Justiça a respeito de notícias que informam a intenção da Polícia Rodoviária Federal em fechar o posto da Polícia Rodoviária Federal no município de Dom Pedrito - RS - e dados estatísticos da PRF"; 40 - **RIC Nº 4.302/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Porto Walter, no Estado do Acre"; 41 - **RIC Nº 4.303/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, sobre a situação da Merenda Escolar do município de Mâncio Lima, no Estado do Acre"; 42 - **RIC Nº 4.304/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Jordão, no Estado do Acre"; 43 - **RIC Nº 4.305/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, sobre a situação da Merenda Escolar do município de Brasileia, no Estado do Acre"; 44 - **RIC Nº 4.306/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, sobre a situação da Merenda Escolar do município de Xapuri, no Estado do Acre"; 45 - **RIC Nº 4.307/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Xapurí, no Estado do Acre"; 46 - **RIC Nº 4.308/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, sobre a situação da Merenda Escolar do município de Tarauaca, no Estado do Acre"; 47 - **RIC Nº 4.309/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Tarauacá, no Estado do Acre"; 48 - **RIC Nº 4.310/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, sobre a situação da Merenda Escolar do município de Senador Guimard, no Estado do Acre"; 49 - **RIC Nº 4.311/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Senador Guimard, no Estado do Acre"; 50 - **RIC Nº 4.312/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Sena Madureira, no Estado do Acre"; 51 - **RIC Nº 4.313/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, sobre a situação da Merenda Escolar do município de Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre"; 52 - **RIC Nº 4.314/14** - da Sra.

Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre"; 53 - **RIC Nº 4.315/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, sobre a situação da Merenda Escolar do município de Rodrigues Alves, no Estado do Acre"; 54 - **RIC Nº 4.316/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Rodrigues Alves, no Estado do Acre"; 55 - **RIC Nº 4.317/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, sobre a situação da Merenda Escolar do município de Rio Branco, no Estado do Acre"; 56 - **RIC Nº 4.318/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Rio Branco, no Estado do Acre"; 57 - **RIC Nº 4.319/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, sobre a situação da Merenda Escolar do município de Porto Walter, no Estado do Acre"; 58 - **RIC Nº 4.320/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, sobre a situação da Merenda Escolar do município de Porto Acre, no Estado do Acre"; 59 - **RIC Nº 4.321/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Porto Acre, no Estado do Acre"; 60 - **RIC Nº 4.322/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, sobre a situação da Merenda Escolar do município de Plácido de Castro, no Estado do Acre"; 61 - **RIC Nº 4.323/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Plácido de Castro, no Estado do Acre"; 62 - **RIC Nº 4.324/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, sobre a situação da Merenda Escolar do município de Marechal Thaumaturgo, no Estado do Acre"; 63 - **RIC Nº 4.325/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Marechal Thaumaturgo, no Estado do Acre"; 64 - **RIC Nº 4.326/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, sobre a situação da Merenda Escolar do município de Manoel Urbano, no Estado do Acre"; 65 - **RIC Nº 4.327/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Manoel Urbano, no Estado do Acre"; 66 - **RIC Nº 4.328/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Mâncio Lima, no Estado do Acre"; 67 - **RIC Nº 4.329/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, sobre a situação da Merenda Escolar do município de Jordão, no Estado do Acre"; 68 - **RIC Nº 4.330/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, sobre a situação da Merenda Escolar do município de Feijó, no Estado do Acre"; 69 - **RIC Nº 4.331/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao

Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Feijó, no Estado do Acre"; 70 - **RIC Nº 4.332/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, sobre a situação da Merenda Escolar do município de Eitaciolândia, no Estado do Acre"; 71 - **RIC Nº 4.333/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Eitaciolândia, no Estado do Acre"; 72 - **RIC Nº 4.334/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, sobre a situação da Merenda Escolar do município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre"; 73 - **RIC Nº 4.335/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre"; 74 - **RIC Nº 4.336/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, sobre a situação da Merenda Escolar do município de Capixaba, no Estado do Acre"; 75 - **RIC Nº 4.337/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Capixaba, no Estado do Acre"; 76 - **RIC Nº 4.338/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, sobre a situação da Merenda Escolar do município de Bujari, no Estado do Acre"; 77 - **RIC Nº 4.339/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Bujari, no Estado do Acre"; 78 - **RIC Nº 4.340/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Brasileia, no Estado do Acre"; 79 - **RIC Nº 4.341/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Assis Brasil, no Estado do Acre"; 80 - **RIC Nº 4.342/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, sobre a situação da Merenda Escolar do município de Assis Brasil, no Estado do Acre"; 81 - **RIC Nº 4.343/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, sobre a situação da Merenda Escolar do município de Acrelândia, no Estado do Acre"; 82 - **RIC Nº 4.344/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Educação, quantos ônibus para Transporte Escolar, existe hoje no município de Acrelândia, no Estado do Acre"; 83 - **RIC Nº 4.345/14** - do Sr. João Dado - que "solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda no âmbito da Receita Federal do Brasil sobre o impacto orçamentário e financeiro decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 4.821, de 2012, que dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas e tributos para renovação de porte de armas de fogo por policiais federais inativos e aposentados"; 84 - **RIC Nº 4.346/14** - do Sr. Flaviano Melo - que "solicita informações ao Ministro das Cidades, Senhor Gilberto Magalhães Occhi, acerca dos Contratos firmados com o Governo do Estado do Acre para obras de Saneamento Integrado e Urbanização nos Bairros Palheiral, Conquista, Nova Estação e Santa Inês na

cidade de Rio Branco-Acre"; 85 - **RIC Nº 4.347/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "solicita ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações relativas ao processo de fraturação hidráulica, ou fracking - técnica utilizada na exploração do Gás de Xisto"; 86 - **RIC Nº 4.348/14** - da Sra. Sandra Rosado - que "requer sejam solicitadas informações à Ministra da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH sobre o andamento de ação específica do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais"; 87 - **RIC Nº 4.349/14** - do Sr. Simplício Araújo - que "solicita ao Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Sr. Mauro Borges Lemos, informações sobre as linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Estado do Maranhão"; 88 - **RIC Nº 4.354/14** - da Sra. Sandra Rosado - que "solicita informações ao Ministro da Saúde sobre os motivos para o não cumprimento, por parte do setor regulado, das exigências contidas na Resolução RDC nº 46 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, de 20 de fevereiro de 2002, e as providências que estão sendo tomadas para a correção das falhas"; 89 - **RIC Nº 4.356/14** - do Sr. Jean Wyllys - que "solicita informações ao Ministro da Saúde a respeito do cumprimento da Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA nº 36/2008"; 90 - **RIC Nº 4.357/14** - do Sr. Átila Lins - que "Requer o pedido de informações à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República sobre o estágio das providências relativas a construção e reforma de aeroportos em 25 cidades do interior do Estado do Amazonas"; 91 - **RIC Nº 4.358/14** - do Sr. Amauri Teixeira - que "requer o pedido de informações à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República sobre o estágio das obras de construções e reformas de todos os aeroportos do Estado da Bahia"; 92 - **RIC Nº 4.360/14** - do Sr. Simplício Araújo - que "solicita ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Integração Nacional, Senhor Francisco José Coelho Teixeira, informações sobre os critérios de escolha das localidades a serem beneficiadas com a construção de sistemas simplificados de abastecimento de água e a relação das localidades beneficiadas no Estado do Maranhão"; 93 - **RIC Nº 4.361/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre a "descoberta" contábil de R\$ 4 bilhões de um crédito em favor da União em conta paralela de uma das maiores instituições financeiras privadas do país"; 94 - **RIC Nº 4.362/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Presidente do Banco Central do Brasil sobre a "descoberta" contábil de R\$ 4 bilhões de um crédito em favor da União em conta paralela de uma das maiores instituições financeiras privadas do país"; 95 - **RIC Nº 4.364/14** - do Sr. Antonio Imbassahy - que "solicita informações ao Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega, sobre divergências relacionadas com o cálculo do superávit primário consolidado do Governo Central"; 96 - **RIC Nº 4.365/14** - do Sr. Laercio Oliveira - que "solicita informações à Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos"; 97 - **RIC Nº 4.366/14** - do Sr. Rodrigo Maia -

que "solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Henrique Paim, que esclareça problemas em relação a não repasse de verbas do Governo Federal para funcionamento do Hospital Gafree e Guinle, da Uni-Rio"; 98 - **RIC Nº 4.367/14** - do Sr. Chico Alencar - que "solicita à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República informações acerca da situação de pescadores do município de Magé (RJ) incluídos no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH)"; 99 - **RIC Nº 4.369/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Acrelândia, no Estado do Acre"; 100 - **RIC Nº 4.370/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Assis Brasil, no Estado do Acre"; 101 - **RIC Nº 4.371/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Brasileia, no Estado do Acre"; 102 - **RIC Nº 4.372/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Bujari, no Estado do Acre"; 103 - **RIC Nº 4.373/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Capixaba, no Estado do Acre"; 104 - **RIC Nº 4.374/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre"; 105 - **RIC Nº 4.375/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Epitaciolândia, no Estado do Acre"; 106 - **RIC Nº 4.376/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Feijó, no Estado do Acre"; 107 - **RIC Nº 4.377/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Mâncio Lima, no Estado do Acre"; 108 - **RIC Nº 4.378/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Manoel Urbano, no Estado do Acre"; 109 - **RIC Nº 4.379/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Marechal Thaumaturgo, no Estado do Acre"; 110 - **RIC Nº 4.380/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Plácido de Castro, no Estado do Acre"; 111 - **RIC Nº 4.381/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Porto Acre,

no Estado do Acre"; 112 - **RIC Nº 4.382/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Porto Walter, no Estado do Acre"; 113 - **RIC Nº 4.383/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Rio Branco, no Estado do Acre"; 114 - **RIC Nº 4.384/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Jordão, no Estado do Acre"; 115 - **RIC Nº 4.385/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Rodrigues Alves, no Estado do Acre"; 116 - **RIC Nº 4.386/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre"; 117 - **RIC Nº 4.387/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Sena Madureira, no Estado do Acre"; 118 - **RIC Nº 4.388/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Senador Guimard, no Estado do Acre"; 119 - **RIC Nº 4.389/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Tarauacá, no Estado do Acre"; 120 - **RIC Nº 4.390/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Cidades, de quantas Casas do Minha Casa do Minha Vida, foram entregues para o município de Xapurí, no Estado do Acre"; 121 - **RIC Nº 4.391/14** - do Sr. Mendonça Filho - que "solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo Silva, que esclareça problemas em relação à denúncia sobre deficiente prestação de serviços dos Correios na cidade de Santa Cruz do Capiberibe/PE"; 122 - **RIC Nº 4.392/14** - do Sr. Ivan Valente - que "solicita ao Exmo. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado, informações sobre o pedido de asilo do Sr. Edward Snowden"; 123 - **RIC Nº 4.393/14** - do Sr. Arnaldo Faria de Sá - que "com fundamento nos artigos 50, § 2º, da Constituição da República, 115, I, 116 e art. 226, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, encaminhe ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o presente requerimento, solicitando informações ao Banco Central do Brasil e Tesouro Nacional sobre matéria veiculado no Estadão de 10 de julho último sob título: Conta Paralela reforça caixa do Tesouro em R\$ 4 bilhões em maio"; 124 - **RIC Nº 4.394/14** - do Sr. João Caldas - que "solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda a respeito das desonerações tributárias concedidas pela Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010"; 125 - **RIC Nº 4.395/14** - do Sr. Carlos Brandão - que "requer

informações de V. Ex^a. o Senhor Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, quanto às operações de crédito abertas contratadas pelo Estado do Maranhão"; 126 - **RIC Nº 4.398/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "solicita ao Ministro das Cidades informações relativas à entrega de escrituras de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, nos termos em que especifica"; 127 - **RIC Nº 4.399/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "solicita ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações relativas ao atraso nas obras da Usina Nuclear de ANGRA 3 e ao custo final de construção, nos termos em que especifica"; 128 - **RIC Nº 4.401/14** - do Sr. Eurico Júnior - que "requer ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Clélio Campolina Diniz, informações sobre a situação das empresas criadas por conta do Acordo nuclear Brasil-Alemanha, datado de 1975"; 129 - **RIC Nº 4.402/14** - do Sr. Eurico Júnior - que "requer ao Senhor Ministro da Saúde, Antônio Chioro, informações sobre a Anvisa e os procedimentos para registro de agrotóxicos"; 130 - **RIC Nº 4.403/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior acerca das operações de apoio às exportações realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES"; 131 - **RIC Nº 4.404/14** - do Sr. Flaviano Melo - que "solicita informações ao ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, acerca do montante dos recursos assegurados, processo de licitação e o cronograma de execução das obras para construção da ponte sobre o rio Madeira (trecho Jacira/Abunã-divisa dos estados de Rondônia e Acre) e as obras de recuperação da BR-364(trecho atingido pelas enchentes do rio Madeira na interligação Porto Velho/Rio Branco)"; 132 - **RIC Nº 4.405/14** - do Sr. Vicentinho - que "requerimento de Informações ao Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica para que o Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA, se pronuncie acerca dos pousos e decolagens no aeroporto situado na cidade de Cláudio/Minas Gerais"; 133 - **RIC Nº 4.406/14** - do Sr. Vicentinho - que "requerimento de Informações à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República para que a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC acerca da construção e funcionamento de aeroporto na cidade de Cláudio/Minas Gerais em área desapropriada pelo governo daquele Estado"; 134 - **RIC Nº 4.407/14** - do Sr. Mendonça Filho - que "solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Mauro Borges Lemos, que esclareça negociação de venda, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, de um terreno de nove mil metros quadrados localizado na zona central de Brasília"; 135 - **RIC Nº 4.408/14** - do Sr. Arnaldo Jordy - que "requer informações à Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre o aumento de denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes no período da Copa do Mundo realizada no Brasil"; 136 - **RIC Nº 4.410/14** - do Sr. Odair Cunha - "requerimento de informações ao Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Wellington Moreira Franco, acerca do funcionamento e do fluxo de passageiros nos aeródromos dos municípios de

Cláudio/MG e Montezuma/MG, ambos localizados no Estado de Minas Gerais"; 137 - **RIC Nº 4.411/14** - do Sr. Odair Cunha - que "requerimento de Informações ao Ministro de Defesa, Celso Amorim, acerca do funcionamento e dos pousos e decolagens de passageiros nos aeródromos dos municípios de Cláudio/MG e Montezuma/MG, ambos localizados no Estado de Minas Gerais"; 138 - **RIC Nº 4.412/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças, ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Acrelândia, no Estado do Acre"; 139 - **RIC Nº 4.413/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças, ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Assis Brasil, no Estado do Acre"; 140 - **RIC Nº 4.414/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças, ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Brasileia, no Estado do Acre"; 141 - **RIC Nº 4.415/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças, ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Bujari, no Estado do Acre"; 142 - **RIC Nº 4.416/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças, ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Capixaba, no Estado do Acre"; 143 - **RIC Nº 4.417/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças, ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Porto Walter, no Estado do Acre"; 144 - **RIC Nº 4.418/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças, ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre"; 145 - **RIC Nº 4.419/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças, ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Sena Madureira, no Estado do Acre"; 146 - **RIC Nº 4.420/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças, ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Senador Guimard, no Estado do Acre"; 147 - **RIC Nº 4.421/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças, ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Tarauacá, no Estado do Acre"; 148 - **RIC Nº 4.422/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças, ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Xapurí, no Estado do Acre"; 149 - **RIC Nº 4.423/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças, ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre"; 150 - **RIC Nº 4.424/14** - da Sra. Antônia Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças,

ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Epiaciolândia, no Estado do Acre"; 151 - **RIC Nº 4.425/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças, ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Feijó, no Estado do Acre"; 152 - **RIC Nº 4.426/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças, ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Jordão, no Estado do Acre"; 153 - **RIC Nº 4.427/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças, ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Mâncio Lima, no Estado do Acre"; 154 - **RIC Nº 4.428/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças, ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Manoel Urbano, no Estado do Acre"; 155 - **RIC Nº 4.429/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças, ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Marechal Thaumaturgo, no Estado do Acre"; 156 - **RIC Nº 4.430/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças, ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Plácido de Castro, no Estado do Acre"; 157 - **RIC Nº 4.431/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças, ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Porto Acre, no Estado do Acre"; 158 - **RIC Nº 4.432/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças, ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Rio Branco, no Estado do Acre"; 159 - **RIC Nº 4.433/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, de quantos óbitos de idosos e crianças, ocorreram neste ano devido à epidemia de hepatite, no município de Rodrigues Alves, no Estado do Acre"; 160 - **RIC Nº 4.435/14** - do Sr. Colbert Martins - que "solicita informações ao Sr. Ministro da Saúde sobre a recomposição de teto financeiro do município de Feira de Santana"; 161 - **RIC Nº 4.436/14** - do Sr. Arolde de Oliveira - que "requeiro informações do Ministro das Comunicações acerca dos dispêndios financeiros decorrente da campanha publicitária de divulgação da nova logomarca da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos"; 162 - **RIC Nº 4.437/14** - do Sr. Izalci - que "solicita ao Excelentíssimo Senhor. Ministro de Estado de Minas e Energia, a adoção de providências junto à Petrobras para a remessa de informações acompanhadas de documentos comprobatórios de pagamento do "media training" a servidor(es) da empresa, conforme especifica"; 163 - **RIC Nº 4.438/14** - do Sr. Flaviano Melo - que "solicita informações ao ministro da Pesca e Aquicultura, Eduardo Lopes, acerca do prazo para pagamento dos 2(dois) meses subsequentes ao pagamento da primeira prorrogação de 1 (hum) mês, em caráter excepcional, do período de seguro defeso para os pescadores do

Estado do Acre"; 164 - **RIC Nº 4.439/14** - da Sra. Andreia Zito - que "requer a Senhora Ministra de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, informações sobre o porquê da demora de autorização para o início do desempenho das atividades laborais no exercício do cargo de Policial Rodoviário Federal de 950 (novecentos e cinquenta) alunos da Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal, concluintes do curso de formação em 23 de maio de 2014"; 165 - **RIC Nº 4.440/14** - do Sr. Gonzaga Patriota - que "requer informações ao senhor Ministro de Estado da Defesa sobre a denúncia dos Pipeiros do município de Parnamirim/PE, de que o Comando do 72º Batalhão de Infantaria Motorizado (BIMtz), de Petrolina/PE, está descumprindo o edital da Operação Carro-pipa, no Sertão de Pernambuco"; 166 - **RIC Nº 4.441/14** - do Sr. Arnaldo Jordy - que "solicita informações ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), sobre exploração ilegal de madeiras no Estado do Pará"; 167 - **RIC Nº 4.442/14** - da Sra. Erika Kokay - que "requer o encaminhamento de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, acerca do quantitativo de engenheiros e arquitetos da CAIXA terceirizados por Unidade Federativa, bem como sobre as funções que tais profissionais desempenham na instituição"; 168 - **RIC Nº 4.443/14** - do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame - que "requer sejam prestadas informações pelo Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Sr. Thomas Timothy Traumann, sobre despesas com publicidade e outras formas de comunicação do Governo Federal com os jornais e outros instrumentos da Central Única dos Trabalhadores - CUT, desde o ano de 2003"; 169 - **RIC Nº 4.444/14** - do Sr. Ivan Valente - que "RIC ao Exmo. Sr. Ministro da Defesa sobre as atuais relações militares do Brasil com Israel e suas empresas militares"; 170 - **RIC Nº 4.446/14** - do Sr. Chico Alencar - que "solicita ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos, informações acerca de processos seletivos e da demissão imotivada de colaboradores concursados da Apex-Brasil"; 171 - **RIC Nº 4.447/14** - do Sr. Chico Alencar - que "solicita à Ministra de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Belchior, informações acerca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)"; 172 - **RIC Nº 4.448/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União sobre a gestão de recursos das entidades pertencentes ao "Sistema S""; 173 - **RIC Nº 4.449/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para consumo humano, no município de Acrelândia, no Estado do Acre"; 174 - **RIC Nº 4.450/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para consumo humano, no município de Assis Brasil, no Estado do Acre"; 175 - **RIC Nº 4.451/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para consumo humano, no município de Brasileia, no Estado do Acre"; 176 - **RIC Nº 4.452/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para

consumo humano, no município de Bujari, no Estado do Acre"; 177 - **RIC Nº 4.453/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para consumo humano, no município de Capixaba, no Estado do Acre"; 178 - **RIC Nº 4.454/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para consumo humano, no município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre"; 179 - **RIC Nº 4.455/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para consumo humano, no município de Eitaciolândia, no Estado do Acre"; 180 - **RIC Nº 4.456/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para consumo humano, no município de Feijó, no Estado do Acre"; 181 - **RIC Nº 4.457/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para consumo humano, no município de Jordão, no Estado do Acre"; 182 - **RIC Nº 4.458/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para consumo humano, no município de Mâncio Lima, no Estado do Acre"; 183 - **RIC Nº 4.459/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para consumo humano, no município de Manoel Urbano, no Estado do Acre"; 184 - **RIC Nº 4.460/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para consumo humano, no município de Marechal Thaumaturgo, no Estado do Acre"; 185 - **RIC Nº 4.461/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para consumo humano, no município de Plácido de Castro, no Estado do Acre"; 186 - **RIC Nº 4.462/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para consumo humano, no município de Porto Acre, no Estado do Acre"; 187 - **RIC Nº 4.463/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para consumo humano, no município de Porto Walter, no Estado do Acre"; 188 - **RIC Nº 4.464/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para consumo humano, no município de Rio Branco, no Estado do Acre"; 189 - **RIC Nº 4.465/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para consumo humano, no município de Rodrigues Alves, no Estado do Acre"; 190 - **RIC Nº 4.466/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para consumo humano, no município de Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre"; 191 - **RIC Nº 4.467/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para consumo humano, no município de Sena Madureira, no Estado do Acre"; 192 - **RIC Nº 4.468/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para consumo humano, no município de Senador Guimard,

no Estado do Acre"; 193 - **RIC Nº 4.469/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para consumo humano, no município de Tarauacá, no Estado do Acre"; 194 - **RIC Nº 4.470/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério da Saúde, como está a qualidade da água para consumo humano, no município de Xapuri, no Estado do Acre"; 195 - **RIC Nº 4.471/14** - do Sr. Antonio Imbassahy - que "requer sejam prestadas informações pelo Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, sobre o uso do seguro previsto no §1º, art. 23, do Estatuto da Petrobras, para pagar as indenizações a que o Tribunal de Contas da União condenou 11 diretores e ex-diretores da Petrobras"; 196 - **RIC Nº 4.472/14** - da Sra. Mara Gabrielli - que "solicita informações orçamentárias e de gestão sobre o Programa Viver Sem Limites para a Ministra Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República"; 197 - **RIC Nº 4.473/14** - do Sr. José Augusto Maia - que "solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Senhor Manoel Dias, informações referentes ao SINTRAVE-PE, no que tange ao pedido de Registro Sindical da Entidade"; 198 - **RIC Nº 4.474/14** - do Sr. Ivan Valente - que "RIC ao Ministro da Defesa, Exmo. Sr. Celso Amorim, sobre a reestruturação do Centro de Informações do Exército (CIE) para monitoramento dos movimentos sociais"; 199 - **RIC Nº 4.475/14** - do Sr. Mendonça Filho - que "solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que preste esclarecimentos sobre a concessão, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, de extensão de prazo ao segundo período exploratório do Bloco SOL - T - 195, localizado na Bacia Sedimentar do Solimões, Estado do Amazonas"; 200 - **RIC Nº 4.476/14** - do Sr. Mendonça Filho - que "solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina Diniz, que esclareça sobre o Programa "Alcântara-Cyclone-4", firmado entre Brasil e Ucrânia"; 201 - **RIC Nº 4.477/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República acerca das alterações de perfil dos jornalistas Miriam Leitão e Carlos Alberto Sardenberg na enciclopédia Wikipédia"; 202 - **RIC Nº 4.478/14** - do Sr. Mendonça Filho - que "solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, que preste esclarecimento sobre a alteração no perfil de jornalistas na Wikipédia, por meio do computador da Presidência"; 203 - **RIC Nº 4.479/14** - do Sr. Mendonça Filho - que "solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro chefe de Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República, General-de-exército José Elito Carvalho Siqueira, que preste esclarecimento sobre a alteração no perfil de jornalistas na Wikipédia, por meio do computador da Presidência"; 204 - **RIC Nº 4.480/14** - da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - que "solicita esclarecimentos ao Ministro de Estado das Comunicações acerca da arrecadação e da destinação dos fundos associados à prestação de serviços de telecomunicações (FUST, FUNTTEL, FISTEL e CONDECINE)"; 205 - **RIC Nº 4.481/14** - da Comissão de Ciência e

Tecnologia, Comunicação e Informática - que "requer que sejam solicitadas informações ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) sobre o financiamento de projetos de pesquisa pela FINEP ao Instituto de Educação para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica - Royal"; 206 - **RIC Nº 4.482/14** - do Sr. Domingos Sávio - que "solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Senhor Garibaldi Alves, informações acerca das denúncias de irregularidades nas aplicações do Fundo Postal - Instituto de Seguridade Social dos Correios"; 207 - **RIC Nº 4.483/14** - do Sr. Domingos Sávio - que "solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, informações acerca das denúncias de irregularidades nas aplicações do Fundo Postal - Instituto de Seguridade Social dos Correios"; 208 - **RIC Nº 4.484/14** - da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - que "solicita do senhor Ministro de Estado dos Transportes informações sobre a relação comercial entre a VALEC e a Empresa PAVOTEC - Pavimentação e Terraplanagem Ltda - e a Construtora Ourivio S/A"; 209 - **RIC Nº 4.485/14** - da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - que "requer informações ao Ministro da Pesca e Aquicultura acerca dos convênios relativos às obras de construção e instalação de unidade de beneficiamento e abatedouro de peixe, construção de fábrica de farinha e ração, na rodovia PR-272, Km 37, Parque Industrial no município de Pinhalão (PR), e construção do Frigorífico do Peixe, em Cornélio Procópio (PR), objeto dos convênios SIAFI 770707/2012 e SIAFI 577881/2006, respectivamente"; 210 - **RIC Nº 4.487/14** - do Sr. César Halum - que "solicita esclarecimentos ao Excelentíssimo Ministro da Educação, Senhor José Henrique Paim, acerca das ações para melhoria da infraestrutura das escolas de educação básica empreendidas por aquele Ministério"; 211 - **RIC Nº 4.488/14** - do Sr. Colbert Martins - que "solicita informações ao Sr. Ministro dos Transportes sobre o fechamento do posto de pesagem, localizado na Rodovia 116 Norte, próximo a Feira de Santana"; 212 - **RIC Nº 4.489/14** - da Sra. Mara Gabrielli - que "solicita ao Ministério da Educação que informe a relação de instituições de educação superior que ofertam cursos autorizados ou reconhecidos nas áreas de moda e design e de engenharia têxtil, bem como a relação de cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes nestas áreas, reconhecidos pelo MEC. Solicita também as estatísticas de inclusão de pessoas com deficiência nos cursos mencionados"; 213 - **RIC Nº 4.490/14** - do Sr. Romário - que "solicita informações ao Ministro de Estado de Relações Exteriores, o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, sobre a atual situação do Brasil perante o Protocolo de Nagoya"; 214 - **RIC Nº 4.491/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações a Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República sobre denúncias de assédio moral e sexual no âmbito da Pasta"; 215 - **RIC Nº 4.493/14** - da Sra. Antônio Lúcia - que "solicita informações ao Ministério das Comunicações, de quantas Cidades Digitais, foram implantadas no Estado do Acre e em quais Municípios"; 216 - **RIC Nº 4.495/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro da

Fazenda sobre contabilidade criativa"; 217 - **RIC Nº 4.496/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro da Educação sobre a divulgação dos resultados do IDEB"; 218 - **RIC Nº 4.497/14** - do Sr. Chico Alencar - que "solicita ao Ministro da Defesa, Sr. Celso Amorim, informações acerca de ofício do Comandante do Exército, General Enzo Peri, proibindo todas as unidades dessa Força a colaborarem com investigações do Poder Executivo, do Ministério Público e da Defensoria Pública sobre as violações de direitos humanos praticadas em suas dependências durante a ditadura de 1964-85"; 219 - **RIC Nº 4.498/14** - do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame - que "requer informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) sobre a decisão da CONJUR, contida na nota técnica do Processo n.º 21000.008906/2009-99"; 220 - **RIC Nº 4.499/14** - do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame - que "requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre a decisão da Procuradoria Geral da Superintendência de Seguros Privados/SUSEP, contida na Consultoria n.º 191, de 1989"; 221 - **RIC Nº 4.500/14** - da Sra. Andreia Zito - que "requer a Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações sobre a situação atual do cargo técnico-administrativo de nível médio de Vigilante, no serviço público federal"; 222 - **RIC Nº 4.502/14** - do Sr. Bernardo Santana de Vasconcellos - que "solicita informações ao Senhor Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo Silva, sobre as diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de retransmissão de televisão"; 223 - **RIC Nº 4.503/14** - do Sr. Mendonça Filho - que "solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, que encaminhe cópia dos autos da Sindicância realizada para apurar a alteração no perfil de jornalistas na Wikipédia, por meio de computador da Presidência da República"; 224 - **RIC Nº 4.505/14** - da Sra. Mara Gabrilli - que "solicita informações ao Sr. Ministro da Saúde acerca da Doença de Wilson e seu tratamento"; 225 - **RIC Nº 4.506/14** - do Sr. Glauber Braga - que "requer informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) ao grupo EBX, do empresário Eike Batista"; 226 - **RIC Nº 4.507/14** - do Sr. Glauber Braga - que "requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre financiamentos concedidos pela Caixa Econômica Federal ao grupo EBX, do empresário Eike Batista"; 227 - **RIC Nº 4.509/14** - do Sr. Romário - que "solicita informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, senhor César Augusto Rabello Borges, sobre o andamento das obras do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro"; 228 - **RIC Nº 4.511/14** - do Sr. Nelson Marchezan Junior - que "solicita ao Sr. Ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, informações sobre o impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei 6.388 de 2002"; 229 - **RIC Nº 4.512/14** - do Sr. Guilherme Campos - que "solicita informações ao Senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, acerca da transferência de recursos do Tesouro Nacional ao Fundo

de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS"; 230 - **RIC Nº 4.516/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministério das Comunicações sobre últimas notícias divulgadas acerca do aparelhamento político da ECT"; 231 - **RIC Nº 4.518/14** - da Sra. Sandra Rosado - (INC 5499/2013) - que "solicita informações à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão a respeito do andamento da Indicação nº 5.499, de 2013"; 232 - **RIC Nº 4.519/14** - da Sra. Sandra Rosado - (INC 5904/2014) - que "solicita informações ao Sr. Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre o andamento da Indicação nº 5.904, de 2014"; 233 - **RIC Nº 4.520/14** - da Sra. Sandra Rosado - (INC 6130/2014) - que "requer informações acerca de estudos e eventuais encaminhamentos para a edição de atos de gestão decorrentes das propostas contidas na Indicação nº 6.130/14, remetida à Casa Civil em 12 de maio de 2014, por meio do Ofício 1ª Sec/RI/E nº 503/2014"; 234 - **RIC Nº 4.521/14** - da Sra. Sandra Rosado - (INC 5498/2013) - que "solicita ao Poder Executivo informações acerca da Indicação nº 5.498, de 2013, que "Sugere a prestação periódica de informações ao Parlamento sobre o desenvolvimento do Programa Mais Médicos e sobre as medidas para o provimento, nos próximos anos, de mais médicos brasileiros para solucionar os problemas de saúde do País""; 235 - **RIC Nº 4.522/14** - da Sra. Sandra Rosado - (INC 6128/2014) - que "solicita informações sobre a ausência de respostas à Indicação nº 6.128, de 2014, encaminhada ao Ministério da Justiça cobrando maior rigor na prevenção e investigação de crimes de ódio motivados pela homofobia e transfobia"; 236 - **RIC Nº 4.524/14** - da Sra. Sandra Rosado - (INC 5867/2014) - que "solicita informações ao Senhor Ministro das Cidades sobre o andamento da Indicação nº 5.867, de 2014"; 237 - **RIC Nº 4.525/14** - da Sra. Sandra Rosado - (INC 5862/2014) - que "solicita informações sobre indicação para a criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres"; 238 - **RIC Nº 4.526/14** - da Sra. Sandra Rosado - (INC 5541/2013) - que "solicita informações sobre encaminhamento da Indicação 5.541, de 2013"; 239 - **RIC Nº 4.527/14** - da Sra. Sandra Rosado - (INC 5502/2013) - que "solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda sobre o andamento da Indicação nº 5.502, de 2013"; 240 - **RIC Nº 4.528/14** - da Sra. Sandra Rosado - (INC 6217/2014) - que "solicita informações ao Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República sobre o andamento da Indicação nº 6.217, de 2014"; 241 - **RIC Nº 4.529/14** - da Sra. Sandra Rosado - (INC 6182/2014) - que "requer informações sobre as providências adotadas pelo Ministério da Educação com relação à sugestão contida na Indicação nº 6.182, de 2014"; 242 - **RIC Nº 4.530/14** - da Sra. Sandra Rosado - (INC 5540/2013) - que "solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República sobre a criação de incentivo financeiro para exercício de atividade de inteligência policial"; 243 - **RIC Nº 4.531/14** - da Sra. Sandra Rosado - (INC 6189/2014) - que "solicita informações ao Senhor Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre o andamento da Indicação nº 6189, de 2014"; 244 - **RIC Nº 4.532/14** - da Sra. Sandra Rosado - (INC

5868/2014) - que "solicita informações ao Senhor Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre o andamento da Indicação nº 5.868, de 2014"; 245 - **RIC Nº 4.533/14** - da Sra. Sandra Rosado - (INC 5865/2014) - que "requer informações sobre as ações implementadas pelo Ministério da Saúde em atenção à Indicação nº 5.865, de 2014, da Câmara dos Deputados, que "Sugere medidas de promoção e divulgação de informações sobre os riscos do uso de silicone industrial, com garantia de acesso a meios mais seguros""; 246 - **RIC Nº 4.534/14** - da Sra. Sandra Rosado - (INC 5864/2014) - que "requer informações sobre as ações implementadas pelo Ministério da Saúde em atenção à Indicação nº 5.864, de 2014, da Câmara dos Deputados, que "Sugere seja regulamentada a venda de silicone industrial no território brasileiro""; 247 - **RIC Nº 4.538/14** - da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - que "encaminha solicitação à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle a respeito da situação decorrente de regulamentação, que impede liberação de recursos para equipar o Hospital Regional de Itapipoca/Ceará"; 248 - **RIC Nº 4.539/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro de Minas e Energia acerca de viagem realizada por parlamentar e executivos ao Centro de Pesquisas da Petrobrás (Cenpes), Refinaria Duque de Caxias (REDUC) e ao Centro Nacional de Controle da Transpetro, no Rio de Janeiro"; 249 - **RIC Nº 4.540/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União, sobre dados constantes do relatório de auditoria no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec"; 250 - **RIC Nº 4.544/14** - da Sra. Mara Gabrilli - que "requer informações à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência, em concursos públicos realizados por empresas públicas e sociedades de economia mista federais"; 251 - **RIC Nº 4.545/14** - do Sr. Julio Lopes - que "solicita informações à Sra. Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS sobre a execução do Programa Bolsa Família"; 252 - **RIC Nº 4.546/14** - do Sr. Rubens Bueno - que "requer informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a base jurídica que permite a esse Ministério o planejamento financeiro necessário ao pontual pagamento da indenização de moradia (RF) dos diplomatas, oficiais de chancelaria, bem como dos demais funcionários administrativos lotados no exterior, na forma em que especifica"; 253 - **RIC Nº 4.547/14** - do Sr. Júlio Cesar - que "solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, para que seja informado a esta Casa esclarecimentos a respeito do montante arrecadado no segundo semestre de 2014 dos parcelamentos de débitos recentes, referentes às Leis 11.941/2009, 12.865/2013 e 12.996/2014, discriminados por tributo". 2 - **Relatório de Missão Autorizada n. 5, de 2014**, da Presidência. Missões oficiais autorizadas por meio de ofícios - GPO n.s, de 2014: 1035, 1037, 1038, 1042, 1051 A 1053, 1071, 1078, 1082, 1091, 1092, 1098, 1104, 1105, 1124, 1131 a 1138, 1147, 1148, 1169, 1170, 1172 a 1175, 1181, 1187, 1189, 1190, 1201 a 1203, 1210, 1211, 1226, 1227, 1247, 1248,

1276, 1286, 1287, 1289, 1298, 1299, 1307, 1313, 1314, 1320, 1322 a 1324, 1334, 1339, 1340, 1355, 1357, 1380, 1381, 1390, 1394, 1399, 1412 a 1414, 1418 a 1420, 1422 a 1424, 1432 a 1435, 1446, 1447, 1449 a 1456, 1461 a 1464, 1468 a 1474, 1477 a 1479, 1481 a 1485, 1488, 1489, 1497 a 1499, 1501 a 1504, 1510 a 1512, 1515, 1519 a 1535, 1538 a 1540, 1546 a 1551, 1553 a 1555, 1557 a 1562, 1564, 1565, 1570 a 1572, 1574 a 1576. 3 – **Reembolso de despesas: Processo n. 125.227/2013 e apensado**, de interesse do Deputado Alex Canziani. Ratificado o despacho favorável do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves exarado à fl. 28, nos termos a seguir: “Trata-se de solicitação de reembolso, mediante uso da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar, apresentada pelo Deputado **Alex Canziani**, referente à despesa com o pagamento de taxa de inscrição no *workshop Teoria e Ferramentas do Projeto de Negociação de Harvard*, do qual participou, na cidade de São Paulo, SP, nos dias 30 e 31 de julho de 2013. O parlamentar, apesar de não ter sido autorizado previamente por este Presidente a participar de tal *workshop*, pagou R\$ 2.685,00 (dois mil seiscentos e oitenta e cinco reais) pela inscrição no evento (fls. 15 a 19). Diante da instrução processual, e em caráter excepcional, autorizo, *ad referendum* da Mesa, o reembolso, a ser processado de maneira usual, por meio de sua cota parlamentar, do valor de **R\$ 2.685,00** (dois mil seiscentos e oitenta e cinco reais), referente à taxa de inscrição, sob o entendimento de que essa despesa, embora não expressamente elencada no art. 2º do Ato da Mesa n. 43/2009, amolda-se à finalidade desse dispositivo, que é permitir o custeio de gastos exclusivamente vinculados ao exercício da atividade parlamentar, já que contribui diretamente para o seu aperfeiçoamento. Devolva-se à Diretoria-Geral para providências. Posteriormente, encaminhe-se à Secretaria-Geral da Mesa para inclusão do assunto na pauta da próxima reunião do colegiado.” 4 – **Relatório de Gestão Fiscal: Processo n. 123.020/2014**. Ratificado o despacho favorável do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves exarado à fl. 26 e, em decorrência, a Portaria nº 18, de 2014, às fls. 27/28, nos termos a seguir: “Aprovo, *ad referendum* da Mesa, o Relatório de Gestão Fiscal desta Casa, referente ao período de setembro de 2013 a agosto de 2014, na forma da Portaria n. 18, de 26/9/14. Encaminhe-se o Relatório aprovado à Mesa Diretora do Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, tendo em vista o disposto no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19/10/2000. À Diretoria-Geral para providenciar a devida publicação no prazo determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.”. 5 - **Reembolso de despesas médico-hospitalares**, ratificados os despachos favoráveis do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, exarados nos seguintes processos: 5.1 - **Processo n. 3975/2014**, de interesse do **Deputado José Mentor**; 5.2 - **Processo n. 5736/2014**, de interesse do **Deputado Wellington Roberto**; 5.3 - **Processo n. 5858/2014**, de interesse do **Deputado Irajá Abreu**; 5.4 - **Processo n. 108.848/2014**, de interesse do **Deputado José Chaves**; 5.5 - **Processo n. 110.889/2014**, de interesse da **Deputada Iriny Lopes**; 5.6 - **Processo n. 113.164/2014**, de interesse do **Deputado Carlos**

Magno; 5.7 - Processo n. 113.255/2014, de interesse do Deputado Lourival Mendes; 5.8 - Processo n. 113.355/2014, de interesse do Deputado Carlos Magno; 5.9 - Processo n. 113.850/2014, de interesse do Deputado Carlos Magno; 5.10 - Processo n. 116.596/2014, de interesse do Deputado Eduardo Sciarra; 5.11 - Processo n. 117.285/2014, de interesse do Deputado Júlio César; 5.12 - Processo n. 117.476/2014, de interesse do Deputada Fátima Pelaes; 5.13 - Processo n. 117.648/2014, de interesse do Deputado Akira Otsubo; 5.14 - Processo n. 117.912/2014, de interesse do Deputado Átila Lins; 5.15 - Processo n. 118.018/2014, de interesse do Deputado Roberto Dorner; 5.16 - Processo n. 118.186/2014, de interesse do Deputado Takayama; 5.17 - Processo n. 118.860/2014, de interesse do Deputado Carlos Magno; 5.18 - Processo n. 118.869/2014, de interesse do Deputado Urzeni Rocha; 5.19 - Processo n. 118.872/2014, de interesse do Deputado Claudio Cajado; 5.20 - Processo n. 119.025/2014, de interesse do Deputado Vinícius Gurgel; 5.21 - Processo n. 119.047/2014, de interesse do Deputado Stefano Aguiar; 5.22 - Processo n. 119.050/2014, de interesse do Deputado Inocência Oliveira; 5.23 - Processo n. 119.094/2014, de interesse do Deputado Jânio Natal; 5.24 - Processo n. 119.500/2014, de interesse do Deputado Milton Monti; 5.25 - Processo n. 119.576/2014, de interesse do Deputado Dr. Rosinha; 5.26 - Processo n. 119.676/2014, de interesse do Deputado Lael Varela; 5.27 - Processo n. 119.744/2014, de interesse do Deputado Wellington Fagundes; 5.28 - Processo n. 119.787/2014, de interesse do Deputado Carlos Magno; 5.29 - Processo n. 119.804/2014, de interesse do Deputado Milton Monti; 5.30 - Processo n. 119.886/2014, de interesse da Deputada Elcione Barbalho; 5.31 - Processo n. 119.923/2014, de interesse do Deputado José de Filippi Júnior; 5.32 - Processo n. 120.032/2014, de interesse do Deputado Eduardo Sciarra; 5.33 - Processo n. 120.327/2014, de interesse do Deputado Akira Otsubo; 5.34 - Processo n. 120.367/2014, de interesse do Deputado Pedro Eugênio; 5.35 - Processo n. 120.432/2014, de interesse do Deputado Stefano Aguiar; 5.36 - Processo n. 120.480/2014, de interesse do Deputado Eurico Júnior; 5.37 - Processo n. 120.550/2014, de interesse do Deputado Jânio Natal; 5.38 - Processo n. 120.659/2014, de interesse do Deputado Inocência Oliveira; 5.39 - Processo n. 120.786/2014, de interesse do Deputado Claudio Cajado; 5.40 - Processo n. 120.788/2014, de interesse do Deputado Claudio Cajado; 5.41 - Processo n. 120.923/2014, de interesse do Deputado Carlos Magno; 5.42 - Processo n. 121.034/2014, de interesse do Deputado José Aníbal; 5.43 - Processo n. 121.353/2014, de interesse do Deputado Newton Cardoso; 5.44 - Processo n. 121.416/2014, de interesse do Deputado Pauderney Avelino; 5.45 - Processo n. 121.511/2014, de interesse do Deputado Júlio César; 5.46 - Processo n. 121.837/2014, de interesse do Deputado Carlos Magno; 5.47 - Processo n. 121.912/2014, de interesse do Deputado Lael Varela; 5.48 - Processo n. 122.420/2014, de interesse do Deputado Inocência Oliveira; 5.49 - Processo n. 122.516/2014, de interesse do Deputado Akira Otsubo. 6

- **Nomeação de servidor:** 6.1 - **Processo n. 117.787/2014.** Ratificado o despacho favorável do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves exarado à fl. 3: “Trata-se de indicação do Procurador Parlamentar, Deputado Claudio Cajado, no sentido de que o servidor **Cleber Lopes Lacerda**, ponto n. 120.733, seja nomeado para exercer o cargo de natureza especial de Assessor Técnico, CNE-07, no Gabinete da Procuradoria Parlamentar. Trata-se de matéria disciplinada pela Resolução n. 43/2006, que autoriza o Presidente da Casa a dispensar, *ad referendum* da Mesa, com base em critérios de confiança, eficiência e oportunidade, a escolaridade de nível superior, exigida em atos internos, para a designação de acesso às funções comissionadas de direção e assessoramento e, por extensão, aos cargos de natureza especial, conforme processo n. 2007/122698. Dessa forma, autorizo, *ad referendum* da Mesa, o provimento do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, pelo referido indicado, naquele órgão. Encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para providências.”; 6.2 - **Processo n. 119.128/2014 (120.114/2014).** Ratificado o despacho favorável do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves exarado à fl. 5: “Trata-se de indicação do Primeiro-Vice-Presidente, Deputado Arlindo Chinaglia, no sentido de que **Athos Pereira da Silva** seja nomeado para o cargo de natureza especial de Secretário Particular, CNE-07, na Primeira-Vice-Presidência. A Resolução n. 43/2006, que disciplina a matéria, autoriza o Presidente desta Casa a dispensar, *ad referendum* da Mesa Diretora, com base em critérios de confiança, eficiência e oportunidade, a escolaridade de nível superior, exigida em atos normativos internos, para a designação de acesso às funções comissionadas de direção e assessoramento e, por extensão, conforme processo n. 2007/122698, aos cargos de natureza especial. Assim, autorizo, *ad referendum* da Mesa, o provimento do cargo em comissão de Secretário Particular, CNE-07, pelo referido indicado, naquele órgão. Encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para providências.”; 6.3 - **Processo n. 120.280/2014.** Ratificado o despacho favorável do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves exarado à fl. 2: “Trata-se de indicação do Líder do Governo nesta Casa, Deputado Henrique Fontana, no sentido de que a servidora **Renata Rezende Pontes Herani Alves**, ponto n. 121.668, seja nomeada para o cargo de natureza especial de Assessor Técnico, CNE-07, na Liderança do Governo na Câmara dos Deputados. A Resolução n. 43/2006, que disciplina a matéria, autoriza o Presidente desta Casa a dispensar, *ad referendum* da Mesa Diretora, com base em critérios de confiança, eficiência e oportunidade, a escolaridade de nível superior, exigida em atos normativos internos, para a designação de acesso às funções comissionadas de direção e assessoramento e, por extensão, conforme processo n. 2007/122698, aos cargos de natureza especial. Assim, autorizo, *ad referendum* da Mesa, o provimento do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, pela referida indicada, naquele órgão. Encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para providências.”; 6.4 - **Processo n. 121.488/2014 (123.147/2014).** Ratificado o despacho favorável do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves exarado à

fl. 4: “Trata-se de solicitação do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Deputado Eduardo Cunha, de nomeação de **Adriano Jardim da Silva**, ponto n. 213.745, para o Cargo de Natureza Especial de Assessor Técnico, CNE-07, a ser exercido naquela Liderança. Trata-se de matéria disciplinada pela Resolução n. 43/2006, que autoriza o Presidente desta Casa a dispensar, *ad referendum* da Mesa, com base em critérios de confiança, eficiência e oportunidade, a escolaridade de nível superior, exigida em atos internos, para a designação de acesso às funções comissionadas de direção e assessoramento e, por extensão, conforme processo n. 2007/122698, aos cargos de natureza especial. Dessa forma, autorizo, em caráter excepcional, *ad referendum* da Mesa, o provimento do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, por aquele servidor, na Liderança do PMDB. Encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para providências.”. 7 – **Cessão de servidor: 7.1 - Processo n. 120.740/2014.** Ratificado o despacho favorável do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves exarado à fl. 6: “Atendendo à solicitação do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a cessão do servidor **Alexandre Andrade Pires**, ponto n. 7.915, Analista Legislativo - atribuição Engenheiro, lotado no Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial de Controle Interno, código DAS 102.5, naquele Ministério, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações prestadas pela Diretoria-Geral (fl. 5), nos termos do art. 93 da Lei n. 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Devolva-se à Diretoria-Geral para providências. Posteriormente, encaminhe-se à Secretaria-Geral da Mesa para inclusão do assunto na pauta da próxima reunião do colegiado.”; 7.2 - **Processo n. 123.181/2014.** Ratificado o despacho favorável do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves exarado à fl. 15: “Atendendo à solicitação do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão da servidora **Cláudia Regina Fonseca Lemos**, ponto n. 6.838, Analista Legislativo - atribuição Técnico em Comunicação Social - Televisão, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 30/10/14, para continuar a ocupar o cargo de provimento em comissão de Secretária de Comunicação Social, código CC-06, do Ministério Público Federal, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações e manifestações do Departamento de Pessoal (fls. 6 a 9) e do Diretor-Geral (fl. 14), nos termos do art. 93 da Lei n. 8.112/1990, no parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno, bem como do parecer do Primeiro-Secretário, constante do processo n. 2013/102261, aprovado pela Mesa Diretora, no sentido de que o limite de quatro anos do afastamento deve ser considerado a partir da edição do Ato da Mesa n. 73/2013, em 31 de janeiro de 2013. Devolva-se à Diretoria-Geral para providências.”; 7.3 - **Processo n. 123.602/2014.** Ratificado o despacho favorável do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves exarado à fl. 10:

“Atendendo à solicitação do Ministro de Estado da Saúde, Arthur Chioro, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora e em caráter excepcional, tendo em vista o recebimento dos autos por esta Presidência em data posterior ao vencimento do afastamento do servidor **Jair Vieira Tannus Júnior**, ponto n. 4.615, Técnico Legislativo - atribuição Adjunto Parlamentar - Secretaria, a prorrogação da cessão pelo período de 1 (um) ano, a contar de 18/9/14, para continuar a ocupar o cargo de provimento em comissão de Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Maranhão, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações e manifestações do Departamento de Pessoal (fls. 3 a 5) e do Diretor-Geral (fl. 9), nos termos do art. 93 da Lei n. 8.112/1990, do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno, bem como do parecer do Primeiro-Secretário, constante do processo n. 2013/102261, aprovado pela Mesa Diretora, no sentido de que o limite de quatro anos do afastamento deve ser considerado a partir da edição do Ato da Mesa n. 73/2013, em 31 de janeiro de 2013. Devolva-se à Diretoria-Geral para providências.”. 8 – **Reajuste do auxílio-alimentação: Processo n. 134.191/2011.** Ratificado o despacho favorável do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves exarado à fl. 228: “À vista da instrução processual e manifestação favorável da Primeira-Secretaria, com fulcro no art. 15, parágrafo único do Regimento Interno, **AUTORIZO**, *ad referendum* da Mesa Diretora, o reajuste em 5%, a partir de 1º/10/2014, do auxílio-alimentação pago aos empregados terceirizados e aos participantes do Programa Pró-Adolescente.” Nesse instante, compareceram à reunião os Senhores Deputados Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente; Biffi, Quarto-Secretário; e Gonzaga Patriota, Primeiro-Suplente de Secretário. Prosseguindo, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves expôs, extrapauta, o **Processo n. 118.601/2014**, referente ao recurso administrativo da Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento e Fiscalização Financeira desta Casa (ASLEGIS) e do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU), contra anterior decisão monocrática firmada pela Presidência, *ad referendum* da Mesa, em 14/10/14, que determinou a aplicação do teto salarial na folha de pagamento dos servidores desta Casa, conforme deliberação contida no acórdão n. 2.142/2013 – TCU – Plenário. O Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves relembrou os fatos, que o Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhou um acórdão sobre a questão do contraditório, apresentado pelos servidores interessados, referente à decisão da Mesa Diretora de 19 de fevereiro de 2014, quando da liminar dada pelo Ministro Marco Aurélio no Mandado de Segurança nº 32.761/DF, impetrado pelo Sindilegis. Na dúvida, se o contraditório deveria ser feito perante a Câmara dos Deputados ou perante o Tribunal de Contas da União, a Mesa Diretora decidiu indagar ao Ministro Marco Aurélio. Há cerca de 10 dias, por meio de despacho, ele determinou que esta Casa é que deveria fazer o contraditório. Com a palavra, o Senhor Diretor-Geral comentou que, nesse interim, houve também o julgamento de uma ação no Tribunal Regional de Goiás, que também entrou

com um recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF), que resolveu conceder repercussão geral a essa decisão, dizendo que ninguém poderia receber acima do teto e que aquele processo serviria como um precedente para que se fizesse uma repercussão geral, cujo acórdão ainda não foi publicado. O Senhor Deputado Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário, questionou como o STF estava procedendo em relação aos seus funcionários, já que a informação que tinha, que precisava saber se procedia ou não, era que no STF ainda não havia sido implantado o corte no salário de seus servidores que estariam acima do teto, esperando o argumento da publicação do acórdão. Porque seria no acórdão que se materializaria a decisão tomada. Enquanto não publicada, não estava materializada. Dessa forma, não via por que a Mesa deveria agir diferente daquela Corte. Respondendo, o Senhor Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Diretor-Geral, disse que, em relação aos funcionários não tinha certeza, mas que, em relação aos Magistrados, aos agentes políticos, isso não se aplicava. O Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves disse que considerava uma situação constrangedora, o Senado Federal já tinha estabelecido seus cortes e a Câmara não. O Senhor Deputado Arlindo Chinaglia, Primeiro-Vice-Presidente, questionou como o Senado Federal conduziu o direito ao contraditório, sendo esclarecido pelo Diretor-Geral, Senhor Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, que o Presidente Renan Calheiros deu um prazo para os servidores se manifestarem. E, incontínente, coisa de 18 dias, ele deu uma decisão única, que valeu para todos, dizendo que o assunto já tinha sido exaustivamente discutido no âmbito do acórdão do TCU e que não haveria mais o que se discutir, determinou, portanto, o corte dos salários que passassem do teto. No entanto, na Câmara foram mais de mil defesas. O Senhor Diretor-Geral abordou, ainda, que a análise da Casa foi muito limitada porque o acórdão veio do TCU. Não adiantaria dizer aqui na Câmara dos Deputados que as defesas apresentaram bons argumentos se a questão estava decidida pelo TCU. Elas não demoveriam o TCU em nada. O Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves lembrou que, quando o Senado tomou a decisão, a mesma não influenciou em nada. Que tiveram todo o cuidado de ouvir cada servidor, que apresentou sua defesa e que foi encaminhada ao TCU. Que cumpriram todas as etapas, no TCU e no Supremo, que havia a questão do acórdão, mas havia outra decisão já impositiva do Ministro Marco Aurélio, comentada pelo Diretor-Geral, a que propõe acatar. Com a palavra o Senhor Deputado Arlindo Chinaglia, Primeiro-Vice-Presidente, disse considerar que, se injustiça houvesse frente às decisões do TCU e do próprio Ministro Marco Aurélio, caberia ao Sindicato e aos próprios servidores fazerem esse embate em outro nível, entendeu que não restava alternativa. O Senhor Deputado Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário, ponderou que havia o citado acórdão a ser publicado, o qual iria dar a extensão, a interpretação com relação à matéria. O Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves afirmou que já havia uma decisão tomada no pleno do STF e que o acórdão seria a redação dessa decisão. Além disso, havia o despacho

impositivo do Ministro Marco Aurélio no sentido de que esta Mesa Diretora resolvesse a questão. Dessa forma, solicitou o voto de cada membro, ponderando que, se for o caso do Sindicato considerar de outra forma, ele possa recorrer. Discutido, amplamente, o assunto, a Mesa Diretora, por unanimidade, decidiu: “Promovida a oitiva de todos os interessados, com a garantia do contraditório amplo, mostrando-se atendida integralmente a determinação advinda do Supremo Tribunal Federal. Os argumentos trazidos pelos recorrentes não se mostraram capazes de infirmar os sólidos e bastantes fundamentos contidos na anterior decisão indeferitória proferida pelo Presidente desta Casa de Leis, que restabeleceu os critérios de pagamentos advindos de determinação contida no acórdão n. 2.142/2013 – TCU – Plenário. Nesse contexto, inviável a reforma do *decisum*. **NEGA-SE PROVIMENTO.**” Prosseguindo, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves comentou a respeito de que, na próxima legislatura, terão 28 partidos, o que alterará a composição dos gabinetes das lideranças, dos cargos de direito de cada líder. Disse que a Diretoria-Geral já estava estudando a redistribuição dos cargos para composição dessa nova estrutura, passando a palavra ao Senhor Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida para esclarecimentos, que comentou sobre a redistribuição dos cargos nas faixas. O Senhor Deputado Biffi, Quarto-Secretário, comentou sobre a proposta do Partido dos Trabalhadores, em conjunto com outros partidos. E ponderou que seria melhor adiar a decisão para a próxima terça-feira, pois a matéria merecia mais discussão. O Senhor Deputado Arlindo Chinaglia, Primeiro-Vice-Presidente, comentou que a cada quatro anos o problema ressurgia. Ponderou que deveriam tentar dar uma solução definitiva, seja na proporcionalidade, que era entendido e resolvido, ou em qualquer outra proposta. Com a participação dos Senhores Deputados Nelson Marquezelli, Rubens Bueno e a Jandira Feghali, o assunto foi amplamente discutido. Marcada nova reunião para a próxima terça-feira, o Senhor Presidente solicitou aos Senhores Deputados Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, e Biffi, Quarto-Secretário, que, juntos com o Diretor-Geral, elaborassem uma proposta para apresentação à Mesa na próxima semana. **II - PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE.** O Senhor Deputado Arlindo Chinaglia relatou o **Projeto de Resolução nº 234, de 2013**, de autoria do Deputado Renato Simões, que “Institui o “Prêmio de Direitos Humanos Evandro Lins e Silva” da Câmara dos Deputados”. Posto em votação, a Mesa Diretora opinou, por unanimidade, pela aprovação do referido projeto, com Substitutivo, nos termos do parecer reformulado do Relator. Prosseguindo, o Senhor Deputado Arlindo Chinaglia, Primeiro-Vice-Presidente, apresentou, extrapauta, os seguintes processos: 1 - **Processo nº 119.794/2014**, de interesse do Deputado Fábio Faria. Reembolso de despesa de assistência à saúde. Aprovado, por unanimidade, o parecer favorável. Nesse instante, retiraram-se da sala de reuniões os Senhores Deputados Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário; e Gonzaga Patriota, Primeiro-Suplente de Secretário. 2 - **Processos nºs 117.224/2014 e 122.465/2014**, de interesse do

Deputado Marcos Montes e do Deputado Pedro Paulo, respectivamente. Recurso para filiação retroativa ao Plano de Seguridade Social dos Congressistas. O Senhor Deputado Arlindo Chinaglia expôs estudo do Grupo de Trabalho, criado para análise da matéria, que concluiu por procedimentos e exigências para tratamento da questão. Retirados de pauta para elaboração de normativo pelo citado Grupo, para posterior deliberação pela Mesa Diretora. Nesse instante, retirou-se da sala de reuniões o Senhor Deputado Takayama, Quarto-Suplente de Secretário. **III - PAUTA DA SEGUNDA-VICE-PRESIDÊNCIA.** A Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres favoráveis exarados pelo Relator, Deputado Fábio Faria, nos processos referentes a reembolso de despesas de assistência à saúde, conforme a seguir: 1 - **Processo n. 6.094/2014**, de interesse do Deputado Cláudio Cajado; 2 - **Processo n. 6.466/2014**, de interesse do Deputado Pedro Novais; 3 - **Processo n. 7.077/2014**, de interesse do Deputado Osmar Serraglio; 4 - **Processo n. 7.330/2014**, de interesse do Deputado Vitor Paulo; 5 - **Processo n. 7.418/2014**, de interesse do Deputado Irajá Abreu; 6 - **Processo n. 11.151/2013**, de interesse do Deputado Irajá Abreu; 7 - **Processo n. 121.026/2014**, de interesse da Deputada Lauriete; 8 - **Processo n. 123.023/2014**, de interesse do Deputado Stefano Aguiar; 9 - **Processo n. 123.028/2014**, de interesse do Deputado ; 10 - **Processo n. 123.750/2014**, de interesse do Deputado Claudio Cajado; 11 - **Processo n. 123.758/2014**, de interesse da Deputada Iriny Lopes; 12 - **Processo n. 123.957/2014**, de interesse do Deputado Carlos Magno; 13 - **Processo n. 126.732/2014**, de interesse do Deputado Domingos Dutra; 14 - **Processo n. 126.735/2014**, de interesse do Deputado Domingos Dutra; 15 - **Processo n. 127.038/2014**, de interesse do Deputado Eleuses Paiva; 16 - **Processo n. 127.179/2014**, de interesse do Deputado Jorge Tadeu Mudalen; 17 - **Processo n. 127.186/2014**, de interesse do Deputado Geraldo Thadeu; 18 - **Processo n. 127.585/2014**, de interesse do Deputado Paulo Bornhausen; 19 - **Processo n. 127.688/2014**, de interesse do Deputado Vieira da Cunha; 20 - **Processo n. 127.712/2014**, de interesse do Deputado Lael Varella; 21 - **Processo n. 127.768/2014**, de interesse do Deputado Claudio Cajado; 22 - **Processo n. 127.769/2014**, de interesse do Deputado Claudio Cajado; 23 - **Processo n. 127.918/2014**, de interesse do Deputado Inocência Oliveira; 24 - **Processo n. 127.959/2014**, de interesse do Deputado Eduardo Sciarra; 25 - **Processo n. 127.967/2014**, de interesse do Deputado Professor Sétimo; 26 - **Processo n. 128.051/2014**, de interesse do Deputado Vicente Arruda; 27 - **Processo n. 128.150/2014**, de interesse do Deputado Stefano Aguiar; 28 - **Processo n. 128.258/2014**, de interesse do Deputado Domingos Sávio; 29 - **Processo n. 128.332/2014**, de interesse do Deputado Eduardo Sciarra; 30 - **Processo n. 128.611/2014**, de interesse da Deputada Rosane Ferreira; 31 - **Processo n. 128.631/2014**, de interesse do Deputado Guilherme Campos; 32 - **Processo n. 128.747/2014**, de interesse do Deputado Nilson Pinto; 33 - **Processo n. 128.749/2014**, de interesse do Deputado Nilson Pinto; 34 - **Processo n. 129.020/2014**, de

interesse da Deputada Cida Borghetti; 35 - **Processo n. 129.180/2014**, de interesse do Deputado Enio Bacci; 36 - **Processo n. 129.181/2014**, de interesse do Deputado Domingos Dutra; 37 - **Processo n. 129.182/2014**, de interesse do Deputado Domingos Dutra; 38 - **Processo n. 129.211/2014**, de interesse do Deputado Claudio Cajado; 39 - **Processo n. 6.948/2014** (com glosa), de interesse do Deputado Simplício Araújo; 40 - **Processo n. 7.067/2014** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Marco Tebaldi; 41 - **Processo n. 7.068/2014** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Marco Tebaldi; 42 - **Processo n. 118.015/2014** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Roberto Dörner; 43 - **Processo n. 122.747/2014** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Jairo Ataíde; 44 - **Processo n. 123.649/2014** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse do Deputado Paulo Foletto; 45 - **Processo n. 124.811/2014** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse da Deputada Nilmar Ruiz; 46 - **Processo n. 124.813/2014** (tratamento odontológico, com glosa), de interesse da Deputada Nilmar Ruiz; 47 - **Processo n. 129.263/2014** (tratamento odontológico), de interesse do Deputado Vieira da Cruz. Por último, a Mesa Diretora, por unanimidade, indeferiu o Recurso interposto por Helena Guerra, filha do ex-Deputado Sérgio Guerra, instruído no **Processo nº 122.670/2014**. Nesse instante, retiraram-se da sala de reuniões os Senhores Deputados Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente; e Wolney Queiroz, Segundo-Suplente de Secretário. Solicitando a palavra, o Senhor Deputado Arlindo Chinaglia, Primeiro-Vice-Presidente, relatou, extrapauta, os seguintes Requerimentos de Informação (RIC): 1 – **Nº 4244, de 2014**, de autoria do Deputado José Carlos Vieira, que “Solicita ao Ministério da Saúde informações sobre contratos de transferência de tecnologia firmados por empresas farmacêuticas com a Farmanguinhos, relativos a medicamentos anti-asmáticos.”. A Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, encaminhar o supracitado RIC, nos termos do parecer do Relator, incluindo a ressalva à questão n. 3 constante do parecer. Retornaram à sala de reuniões, nesse momento, os Senhores Deputados Wolney Queiroz, Segundo-Suplente de Secretário; e Takayama, Quarto-Suplente de Secretário. 2 - **Nº 4494, de 2014**, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, que “Solicita informações ao Ministério das Comunicações sobre o uso das radiofrequências na faixa de 698 MHz a 806 MHz.”. Decisão da Mesa Diretora, unânime, pela devolução do supracitado RIC à Comissão autora, conforme parecer do Relator. Nesse instante, retirou-se da sala de reuniões o Senhor Deputado Takayama, Quarto-Suplente de Secretário. **IV - PAUTA DA PRIMEIRA-SECRETARIA.** O Senhor Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, relatou os seguintes processos: 1 - **Processo n. 7.170/2014**. Despacho do Primeiro-Secretário à fl. 5: “Trata-se do Processo n. 7.170/2014, por meio do qual o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União - Sindilegis apresenta a seguinte proposta: - minuta de projeto de resolução que visa a estabelecer limite temporal e

alternância nos cargos em comissão estratégicos de direção ou chefia; Esta Secretaria apresenta a referida proposta à douta Mesa, para conhecimento e apreciação.”. Posto em votação, a Mesa Diretora rejeitou, por unanimidade, o supracitado anteprojeto de resolução. Retornou à sala de reuniões o Senhor Deputado Takayama, Quarto-Suplente de Secretário. 2 - **Processo n. 7.172/2014**. Despacho do Primeiro-Secretário à fl. 8: “Trata-se do Processo n. 7.172/2014, por meio do qual o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União - Sindilegis apresenta a seguinte proposta: - minuta de projeto de resolução que permite a lotação de até 5 (cinco) servidores efetivos concursados nos Gabinetes parlamentares. Esta Secretaria apresenta a referida proposta à douta Mesa, para conhecimento e apreciação.” Rejeitado, por unanimidade, o supracitado anteprojeto de resolução. Retirou-se da sala de reuniões, o Senhor Deputado Biffi, Quarto-Secretário. 3 - **Processo n. 125.802/2014**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 6: “Trata-se de minuta com a finalidade de alterar o art. 3º do Ato da Mesa n. 91, de 2006, que teve a redação dada pelo Ato da Mesa n. 119, de 2013. Com a atual norma, os servidores da Câmara dos Deputados passaram a receber no mês de janeiro a primeira parcela da gratificação natalina, correspondente a quarenta por cento do valor de sua remuneração do referido mês, sem incidência de imposto de renda nem contribuição previdenciária. Entretanto, tendo em vista a alta rotatividade dos servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão (Secretários Parlamentares e ocupantes de Cargo de Natureza Especial), constatou-se que a antecipação da gratificação natalina no mês de janeiro a esses servidores tem resultado em prejuízo ao erário, considerando a dificuldade de compensação desses valores nas exonerações ocorridas nos meses imediatamente posteriores ao adiantamento ocorrido em janeiro, o que pode agravar-se nos anos em que ocorre mudança de legislatura. Ressalva-se, entretanto, a possibilidade de o servidor requerer o adiantamento no mês em que iniciar suas férias do respectivo ano, à semelhança do que se aplica ao trabalhador regido pelo regime celetista. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável na forma da anexa minuta de Ato da Mesa, e conforme a instrução.” Submetido a votos, o parecer supra foi aprovado por unanimidade e, em decorrência, a Mesa Diretora baixou Ato da Mesa que “Altera o art. 3º do Ato da Mesa nº 91, de 29/11/2006, que dispõe sobre os critérios para pagamento da gratificação natalina na Câmara dos Deputados.” Retornou à reunião, o Senhor Deputado Biffi, Quarto-Secretário. 4 - **Processo n. 117.474/2014**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 12: “Trata-se de minuta de Ato da Mesa com a finalidade de corrigir atribuições do Comitê Gestor de Segurança da Informação – CGSI, dispostas nos §§1º e 2º do art. 5º do AM n. 48/2012. Para tanto, é proposta a transformação dos §§ em parágrafo único, que passa a dispor sobre tarefa que mais se coaduna com a natureza do CGSI, de acordo com as manifestações dos órgãos técnicos envolvidos. O Diretor-Geral destaca que a proposta objetiva “adequar o papel a

ser desempenhado pelo CGSI à Política de Preservação Digital da Câmara dos Deputados, em consonância com as competências conferidas ao Comitê pelo Ato da Mesa n. 47, de 2012 em seu art. 8º, §3º". Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da douda Mesa, com parecer favorável na forma da anexa minuta de Ato da Mesa, e conforme a instrução." Aprovado, por unanimidade, o parecer supra, a Mesa Diretora baixou Ato da Mesa que "Altera o art. 5º do Ato da Mesa n. 48, de 16/7/2012, que institui a Política de Preservação Digital da Câmara dos Deputados." 5 - **Processo n. 127.584/2013**, de interesse do Comitê Assessor da Lei de Acesso à Informação, referente ao anteprojeto de resolução que dispõe sobre o controle, o acesso, o tratamento, a proteção e a divulgação de informações classificadas em grau de sigilo, de natureza pessoal ou com restrição de acesso, produzidas ou acumuladas pela Câmara dos Deputados; bem como sobre o Conselho Especial de Documentos Sigilosos. Vista concedida ao Senhor Deputado Arlindo Chinaglia, Primeiro-Vice-Presidente. 6 – **Processo n. 128.605/2014**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 18: "Cuida-se de proposta de Ato da Mesa que dispõe sobre o Sistema de Tramitação e Gestão de Processos Administrativos Digitais, produzida no âmbito do subprojeto normatização do eDoc, apresentada pelo Centro de Documentação e Informação (Cedi). A Casa tem conjugado esforços para migrar os processos administrativos do atual modelo físico (conhecidos como "pastas rosa") para o digital. A mudança em tela, que gerará uma série de vantagens¹, pressupõe a existência de alguns normativos, como o Projeto de Resolução n. 258/2014, aprovado pela Mesa Diretora em reunião do dia 16 de julho de 2014², que dispõe sobre a validade jurídica dos documentos digitais produzidos ou copiados em formato digital pela Câmara dos Deputados. A proposta da minuta ora apresentada estabelece os princípios, as regras, os procedimentos e as competências para a tramitação e a gestão arquivística de processos administrativos, no âmbito do Sistema de Tramitação e Gestão de Processos Administrativos Digitais - eDoc. O Diretor-Geral, ao manifestar-se favoravelmente à aprovação da matéria, salienta que a introdução da nova sistemática de tramitação e gestão dos processos administrativos na Câmara dos Deputados proporcionará maior transparência para o público interno e contribuirá para a gestão do conhecimento institucional. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da douda Mesa, na forma da anexa minuta de Ato da Mesa, conforme a instrução. ¹Agilidade nos trâmites processuais, economia na utilização de papéis e tintas para impressão, facilidade na pesquisa dos documentos digitais, além de métodos bem definidos de captura, classificação, indexação, restrição de acesso, armazenamento e recuperação que garantem a qualidade da gestão documental e a integridade e a autenticidade dos processos administrativos digitais, em consonância com os princípios da gestão arquivística de documentos. ² Processo administrativo nº 113.618/2014." A Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer supracitado e, em decorrência, baixou Ato

da Mesa que “Dispõe sobre o Sistema de Tramitação e Gestão de Processos Administrativos Digitais – eDoc.” Retirados de pauta os seguintes processos: 1 – n. 9.103/2011; 2 – n. 7.171/2014; 3 – n. 119.608/2014; 4 – n. 119.101/2014; 5 – n. 115.490/2014; 6 – n. 112.692/2014; 7 – n. 3.410/2014; 8 – n. 137.011/2011; 9 – n. 121.910/2014; 10 – n. 103.478/2013; 11 – n. 119.342/2014; 12 – n. 139.946/2005; 13 – n. 105.846/2014; 14 – n. 110.111/2014; 15 – n. 105.843/2014; 16 – n. 115.077/2014; 17 – n. 103.645/2014. Retirou-se da reunião, o Senhor Deputado Takayama, Quarto-Suplente de Secretário. Com a palavra, o Senhor Deputado Simão Sessim, Segundo-Secretário comentou sobre proposta de distinção das medalhas. Em seguida, o Senhor Corregedor, Deputado Átila Lins, apresentou sua pauta. **V – PAUTA DO SENHOR CORREGEDOR.** 1 – **Processo n. 117.616/2014.** Comunicação do Ministro Marco Aurélio, Relator do Mandado de Segurança nº 32.957, acerca do deferimento de liminar para suspender os efeitos do ato de posse de Luiz Antônio Gonzaga Ribeiro (Subtenente Gonzaga) no cargo de Deputado Federal, devendo ser convocado a ocupar a cadeira vaga do Partido Verde – PV aquele que, ainda pertencente aos quadros da agremiação, sucede-lhe na ordem de suplência. Vista concedida ao Senhor Deputado Vitor Penido, Terceiro-Suplente de Secretário; 2 – **Processo n. 126.063/2012.** Requerimento de Representação em desfavor dos Deputados Paulo Freire e Pastor Eurico, exarado pelo então Presidente Marco Maia, de 16 de janeiro de 2013, em decorrência de relato, via email à Ouvidoria Parlamentar, do Senhor Mauro La Salette Costa Lima de Araújo, do suposto uso irregular de placas oficiais. Esclarecido o processo, a Mesa Diretora decidiu, por unanimidade, arquivá-lo, nos termos do parecer do Senhor Corregedor, às fls. 47/51, assim concluso: “...Ante o exposto e com fulcro no art. 2º Ato da Mesa 37/2009, opino aos nobres Pares da Mesa Diretora pelo arquivamento do processo nº 126.063/2012, tendo em vista a patente inépcia, caracterizada pela ausência de mínimos indícios probatórios. Por outro lado, saliento oportunamente que a existência outros fatos e provas podem ensejar outras investigações sobre o objeto deste procedimento.”; 3 – **Processo n. 125.662/2013.** Comissão de Sindicância instaurada pelo Ato do Corregedor nº 1, de 2013, publicado no suplemento ao DCD e 14 de outubro de 2013, com a finalidade de apurar possível envolvimento de deputados federais em denúncia, matéria jornalística veiculada no programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, sobre utilização indevida de recursos da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar – CEAP, com relação à locação de veículos. Discutido o processo, a Mesa Diretora acolheu, por unanimidade, o parecer da supracitada Comissão de Sindicância, à fl. 408 do Volume 3, pelo arquivamento do Processo n. 125.662/2013, conforme conclusão no Relatório, às fls. 386 a 407 do Volume 3: “... A Comissão de Sindicância apresenta parecer final ao processo nº 125.662/2013, nos termos apresentados pelos respectivos Relatores, aprovado por unanimidade nesta Comissão, no sentido de arquivar o processo referente aos Deputados Adrian, Assis Carvalho, Lael Varella e Zoinho, posto que não há

provas que indiquem a utilização indevida dos recursos da Cota para Exercício da Atividade Parlamentar. Ressalte-se, por oportuno, que as investigações foram realizadas sob a vigência do antigo regramento a respeito da cota parlamentar para locação de veículos e que a Comissão de Sindicância congratula a Casa pelo grande avanço no aperfeiçoamento dos dispositivos normatizadores da utilização da cota para o exercício da atividade parlamentar, como advento do Ato da Mesa nº 112, de 15.10.2013.”; 4 – **Processo n. 112.110/2014**. Cópia dos autos de representação eleitoral (nº 193-79.2013.6.19.0000) junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro - TRE/RJ, encaminhada pelo Desembargador Edson Vasconcelos, por meio do Ofício nº 015/COSES/2014, de 3 de abril de 2014, referente à utilização, pelo Deputado Zoinho, da cota para o exercício da atividade parlamentar para suposto financiamento de matéria de caráter eleitoral (propaganda antecipada). A Mesa Diretora, após análise do processo, aprovou, por unanimidade, o parecer do Corregedor, às fls. 197 a 199 do Processo n. 112.110/2014, nos termos a seguir: “...11. Desse modo, conclui-se que não houve no âmbito interno nenhuma ação que, motivada por má-fé do Deputado, o levasse a infringir o Código de Ética da Casa, pelo contrário, já que todos os atos realizados foram levados por ele à apreciação do órgão competente da Casa. Contudo, há de se considerar de extrema relevância o fato de que a decisão judicial exarada que condenou o Parlamentar ao pagamento de multa por realizar propaganda eleitoral extemporânea traz reflexos à Câmara dos Deputados, posto que esta Casa Legislativa ressarciu o Parlamentar pela despesa ora julgada irregular pelo Poder Judiciário. 12. Dessa forma, meu parecer, s.m.j., é no sentido de que o presente processo seja arquivado por inépcia, de acordo com o art. 1º, §1º, I do Ato da Mesa nº 37, de 2009. Entretanto, haja vista que houve valor dispendido pela Casa para o pagamento de ato do Parlamentar considerado irregular no âmbito do Poder Judiciário, sugiro que, ainda que não tenha sido constatada infringência à ética e ao decoro parlamentar, a Mesa Diretora recomende ao Deputado Zoinho o ressarcimento à Câmara dos Deputados do valor recebido.”; 5 – **Processo n. 120.914/2014** (anexo o de n. 115.219/2014). Requerimento de Representação, subscrito pelo Deputado Amauri Teixeira e pela jornalista Manuela Carolina Borges Barbosa, em desfavor do Deputado Jair Bolsonaro, em decorrência de supostas ofensas à Jornalista durante entrevista, no Salão Verde da Câmara dos Deputados, sobre o período dos governos militares no Brasil. Exposto o processo, a Mesa Diretora decidiu, por unanimidade, arquivá-lo, nos termos do parecer do Senhor Corregedor, às fls. 30/35, assim concluso: “...Por todo exposto, ratificando meu profundo respeito às garantias de dignidade da pessoa humana e posição contrária a qualquer tipo de cerceamento à liberdade de imprensa, manifesto-me pelo arquivamento da representação, por inexistência de infração ao decoro parlamentar, reconhecida a incidência da imunidade parlamentar no caso em análise.”. 6 – **Processo n. 120.164/2014**. Requerimento de Representação apresentado pelo Deputado Rubens Bueno,

com solicitação de investigação dos fatos noticiados pela Revista “Veja” e pelo Jornal “Estadão”, a respeito de suposto recebimento, pelo Deputado Rodrigo Bethlem, de valores oriundos de convênios firmados pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Submetido à votação, a Mesa Diretora decidiu, por unanimidade, arquivar o supracitado processo, nos termos do parecer do Senhor Corregedor, com complementação, exarado às fls. 20/27, assim concluso: “Em virtude da r. decisão do e. Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 18 de novembro de 2014, que entendeu promover o arquivamento da Representação contra o Deputado Rodrigo Bethlem naquele Colegiado, embora entenda procedente o Requerimento de Representação, nos termos do Parecer de fls. 20/26, sugiro o arquivamento do feito, eis que evidente a sua prejudicialidade, por tratar nos mesmos fatos objeto de análise daquele Conselho.” **VI - PAUTA DA QUARTA-SECRETARIA.** O Senhor Deputado Biffi expôs o projeto de reforma com duplicação do número de apartamentos dos Blocos I, J, K e L da SQN 202, sugerindo a aprovação da iniciativa que permitirá à Câmara dos Deputados uma variação patrimonial positiva; a diminuição dos gastos com reparos e manutenção; a superação do déficit de imóveis funcionais disponíveis; além da redução dos gastos com auxílio-moradia. Apreciado o projeto, a Mesa Diretora, por unanimidade, decidiu autorizar a Diretoria-Geral a tomar providências no sentido de iniciar a execução do supracitado projeto, conforme encaminhamento do Senhor Quarto-Secretário, às fls. 222 a 238 do **Processo n. 105.369/2009**. Nada mais havendo a tratar, às dezessete horas e trinta e cinco minutos, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, _____, Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados.

HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente

SGM/Serviço de Apoio às Reuniões da Mesa

ANEXO À ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DIRETORA, DE 26/11/2014

ATO DA MESA Nº , DE 2014

Altera o art. 3º do Ato da Mesa nº 91, de 29/11/2006, que dispõe sobre os critérios para pagamento da gratificação natalina na Câmara dos Deputados.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º O art. 3º do Ato da Mesa nº 91, de 29 de novembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 3º O servidor receberá em junho, a título de antecipação de gratificação natalina, quarenta por cento do valor de sua remuneração do referido mês, sem incidência de imposto de renda nem contribuição previdenciária.

.....
§ 3º O servidor que entrar em exercício após o pagamento da antecipação de gratificação natalina receberá a parcela integral no mês de dezembro.

.....
§ 5º O servidor poderá, mediante opção expressa, requerer a antecipação da gratificação natalina, por ocasião do gozo do primeiro período de férias do correspondente ano.”(NR)

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do Ato da Mesa nº 91, de 2006, com a redação dada pelo Ato da Mesa nº 119, de 2013, os servidores da Câmara dos Deputados passaram a receber no mês de janeiro a antecipação da gratificação natalina, correspondente a quarenta por cento do valor de sua remuneração do referido mês, sem incidência de imposto de renda nem contribuição previdenciária.

Nada obstante, dada a alta rotatividade dos servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão (Secretários Parlamentares e Cargo de Natureza Especial), principalmente nos anos em que ocorre mudança de legislatura, constatou-se que a antecipação da gratificação natalina no mês de janeiro a esses servidores tem resultado em prejuízo ao erário, considerando a dificuldade de compensação desses valores nas exonerações ocorridas nos meses imediatamente posteriores ao adiantamento.

Assim, por intermédio do presente ato, propõe-se que os servidores da Casa percebam a antecipação da referida gratificação no mês de junho, a fim de se evitar qualquer prejuízo financeiro ao erário.

Ressalva-se, entretanto, a possibilidade de o servidor requerer o adiantamento no mês em que iniciar suas férias do respectivo ano, à semelhança do que se aplica ao trabalhador regido pelo regime celetista.

São estas as razões pelas quais apresentamos o presente Ato da Mesa.

SGM/Serviço de Apoio às Reuniões da Mesa

ANEXO À ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DIRETORA, DE 26/11/2014

ATO DA MESA Nº , DE 2014

Altera o art. 5º do Ato da Mesa nº 48, de 16/7/2012, que institui a Política de Preservação Digital da Câmara dos Deputados.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Os §§ 1º e 2º do art. 5º do Ato da Mesa nº 48, de 16 de julho de 2012, são transformados em parágrafo único, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

Parágrafo único. As normas relativas à preservação digital serão avaliadas pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação, nos termos do art. 8º, § 3º, inciso III, do Ato da Mesa nº 47, de 2012.” (NR)

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os §§ 1º e 2º do art. 5º do AM nº 48, de 2012, atribuíram ao Comitê Gestor de Segurança da Informação – CGSI definir padrões e procedimentos operacionais necessários aos atendimentos dos requisitos de preservação dos documentos eletrônicos. Entretanto, essa tarefa não se coaduna com a natureza do CGSI, estando muito mais afeta a áreas do Centro de Documentação e Informação e do Centro de Informática, notadamente a Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais, a Coordenação de Arquivo, o Serviço de Arquitetura de Informação, a Coordenação de Relacionamento e Soluções de TIC e a Coordenação de Administração de Infraestrutura de TIC e Suporte Técnico.

A proposta de alteração constante deste Ato de Mesa tem, portanto, o objetivo de adequar o papel a ser desempenhado pelo CGSI à Política de Preservação Digital da Câmara dos Deputados, em consonância com as competências conferidas ao Comitê pelo Ato da Mesa nº 47, de 2012 em seu art. 8º, § 3º, do Ato da Mesa nº 47, de 2012.

Sala de Reuniões, de de 2014.

SGM/Serviço de Apoio às Reuniões da Mesa
ANEXO À ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DIRETORA, DE 26/11/2014

ATO DA MESA Nº , DE 2014

Dispõe sobre o Sistema de Tramitação e
Gestão de Processos Administrativos Digitais
– eDoc.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

**SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Este Ato estabelece os princípios, as regras, os procedimentos e as competências para a tramitação e a gestão arquivística de processos administrativos, no âmbito do Sistema de Tramitação e Gestão de Processos Administrativos Digitais – eDoc.

Parágrafo único. Para os fins a que se destina este Ato, consideram-se os termos e respectivas definições contidos no Anexo Único.

**SEÇÃO II
DOS PRINCÍPIOS**

Art. 2º São princípios que regem o eDoc:

I – a autenticidade, a confiabilidade e a integridade das informações relativas a documentos e processos administrativos digitais;

II – a transparência, a disponibilidade e a agilidade na obtenção, pelo usuário, de informações seguras e precisas sobre a tramitação e o conteúdo dos processos administrativos, observado o grau de sigilo ou restrição de acesso atribuído às informações, consoante os normativos internos da Câmara dos Deputados;

III – as práticas de gestão que resultem na redução dos impactos ambientais decorrentes da atividade institucional;

IV – a celeridade processual.

**SEÇÃO III
DAS REGRAS E PROCEDIMENTOS**

Art. 3º Os documentos digitais criados ou capturados pelo eDoc terão o status de minuta, original ou cópia.

Parágrafo único. Serão considerados documentos arquivísticos digitais somente os originais e as cópias.

Art. 4º A partir do início da operação do eDoc, os processos administrativos da Câmara dos Deputados serão iniciados, exclusivamente, por meio desse sistema.

§ 1º Os atos processuais terão registro, tramitação e controle realizados exclusivamente por meio digital e serão assinados eletronicamente.

§ 2º Nas situações excepcionais em que a autoridade competente estiver impossibilitada de utilizar o eDoc, admitir-se-á que ela assine de próprio punho

documento produzido em papel, sendo sua cópia digital autenticada posteriormente registrada no sistema.

Art. 5º As unidades administrativas e servidores utilizarão os modelos de documentos iniciadores disponíveis no eDoc, com vistas a facilitar a classificação funcional dos processos e a recuperação posterior das informações neles contidas.

Parágrafo único. Na hipótese de não ter sido encontrado modelo adequado de documento iniciador, a unidade administrativa comunicará, de imediato, o fato à Coordenação de Arquivo do Centro de Documentação e Informação, que avaliará a inclusão de tipo documental adequado no eDoc ou indicará o modelo mais adequado dentre os existentes.

Art. 6º Os documentos provenientes de fontes externas à Câmara dos Deputados serão recebidos preferencialmente em formato digital, com assinatura digital baseada em certificado digital, de uso pessoal e intransferível, emitido por autoridade certificadora credenciada junto à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

§ 1º Poderá ser admitida outra modalidade de assinatura eletrônica, na hipótese de convênio firmado entre a Câmara dos Deputados e a fonte externa referenciada no *caput*.

§ 2º Na hipótese de recebimento de documento em suporte físico, a unidade administrativa que o receber gerará cópia digital autenticada, que será capturada pelo eDoc, observadas as restrições atinentes às informações sigilosas.

§ 3º Os documentos em suporte físico que originaram as cópias digitais devem ser arquivados na unidade administrativa recebedora.

§ 4º A Coordenação de Arquivo definirá cronograma de assistência técnica às áreas para orientar sobre o descarte do material armazenado ou sua transferência para o Arquivo.

§ 5º Os objetos ou documentos em suporte físico cuja digitalização seja tecnicamente impossível ou, em função do excessivo volume, inconveniente, devem ser:

I – registrados no eDoc; e

II – tramitados fisicamente, quando for o caso, para as unidades administrativas competentes.

§ 6º Os objetos tridimensionais devem ser fotografados digitalmente, sendo os respectivos arquivos digitais capturados no processo administrativo digital correspondente.

Art. 7º Os procedimentos de anexação, apensação, desapensação e desmembramento de processos administrativos digitais, bem como de desentranhamento de documentos deverão ser registrados e, quando couber, justificados através de recursos específicos disponíveis no eDoc.

Art. 8º Na eventualidade de interrupção do funcionamento do eDoc, fica suspensão, pelo período da intercorrência, nos termos do art. 67 da Lei nº 9.784, de 1999, a contagem dos prazos processuais, salvo os prazos estabelecidos em lei específica ou determinação de autoridade ou órgão competente.

Art. 9º Os processos administrativos que foram autuados até o dia imediatamente anterior ao início de operação do eDoc serão tramitados em papel até seu encerramento definitivo, ressalvados os casos definidos em portaria do Diretor-Geral.

§ 1º A cópia digital autêntica do processo administrativo em papel poderá ser apensada ou anexada a um processo administrativo digital existente no eDoc.

§ 2º Na hipótese prevista no §1º, a eliminação do documento original deverá respeitar o prazo específico previsto na tabela de temporalidade.

SEÇÃO IV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 10. A Diretoria-Geral é o órgão supervisor do Sistema de Tramitação e Gestão de Processos Administrativos.

Art. 11. O Centro de Documentação e Informação é o órgão responsável pelo Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de documentos, associado ao eDoc, e tem por competência:

I – zelar pelo cumprimento dos princípios e métodos da gestão arquivística dos documentos e dos processos administrativos digitais, desde a produção até a destinação final;

II – estabelecer e gerir os perfis de acesso para os grupos de usuários do eDoc;

III – gerir as taxonomias utilizadas pelo eDoc, em especial o Plano de Classificação Funcional, o Tesauro da Câmara dos Deputados, os glossários e as listas;

IV – definir e gerir os artefatos relacionados à arquitetura de informação do eDoc, em cooperação com as unidades administrativas competentes;

V – definir e gerir os tipos documentais que irão compor os processos administrativos, em cooperação com as unidades administrativas competentes;

Art. 12. Compete ao Centro de Informática:

I – desenvolver, manter e promover a evolução do sistema eDoc conforme os requisitos e as regras de negócio definidos pelo Cedi;

II – manter infraestrutura adequada à operação estável e segura do sistema eDoc, com disponibilidade e desempenho adequados às necessidades dos usuários, conforme estabelecido em Acordo de Nível de Serviço;

III – adotar medidas destinadas a preservar a integridade dos dados do sistema eDoc, bem como dos registros de segurança e dos registros de auditoria das transações do sistema, conforme definido em Acordo de Nível de Serviço.

Art. 13. Compete às unidades administrativas:

I – solicitar, previamente, assistência técnica ao Centro de Documentação e Informação para autuar um processo cujo documento iniciador não tenha sido localizado;

II – zelar pela qualidade e legibilidade das cópias digitais autênticas capturadas pelo eDoc;

III – armazenar de forma adequada e organizada os documentos em suporte físico que originaram as cópias digitais, em conformidade com o Ato da Mesa n. 62/1985.

SEÇÃO V DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 14. O Centro de Documentação e Informação, em conjunto com o Centro de Informática e demais unidades administrativas competentes, manterá

estrutura de atendimento e orientação aos usuários do eDoc, durante sua implantação e consolidação.

Art. 15. Os casos excepcionais serão decididos pela Diretoria-Geral.

Art. 16. Portaria do Diretor-Geral regulamentará o disposto neste Ato.

Art. 17. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Sistema de Tramitação e Gestão de Processos Administrativos Digitais – eDoc substituirá os processos administrativos em papel, conhecidos na Câmara dos Deputados como “pastas rosa”, e agregará uma série de vantagens que um ambiente virtual proporciona. Entre elas, a maior agilidade nos trâmites processuais, a economia na utilização de papéis e tintas para impressão e as pesquisas mais ágeis e específicas no inteiro teor dos documentos que compõem os processos.

Além disso, o novel sistema possui métodos bem definidos de captura, classificação, indexação, restrição de acesso, armazenamento e recuperação que garantem a qualidade da gestão documental e a integridade e a autenticidade dos processos administrativos digitais, em consonância com os princípios da gestão arquivística de documentos.

O Ato da Mesa em tela também visa estabelecer as regras que devem ser observadas na implementação do eDoc, bem como definir o tratamento arquivístico a ser dado aos documentos digitais e digitalizados e indicar as responsabilidades das áreas envolvidas.

Por fim, ao introduzir essa nova sistemática de tramitação e gestão de processos administrativos, a Câmara dos Deputados proporcionará maior transparência dos seus atos para o público interno e contribuirá para a gestão do conhecimento institucional.

Sala de Reuniões, em de de 2014.

ANEXO ÚNICO GLOSSÁRIO

Acordo de nível de serviço: é um contrato escrito entre o fornecedor do serviço e o cliente deste serviço. O objetivo é estabelecer metas mensuráveis de desempenho a fim de se ter um entendimento comum da natureza e do nível de serviço desejado.

Anexação: juntada, em caráter definitivo, de documento ou processo a outro processo, na qual prevalece, para referência, o número do processo mais antigo.

Apensação: juntada, em caráter temporário, com o objetivo de elucidar ou subsidiar a matéria tratada, conservando cada processo a sua identidade e independência.

Autuação: ação pela qual um documento passa a constituir um processo, independente de origem e suporte.

Captura: incorporação de um documento ao sistema de gestão arquivística por meio de registro, classificação funcional e arquivamento.

Classificação Funcional: organização dos documentos arquivísticos, com a atribuição de códigos, de acordo com o Plano de Classificação Funcional da Câmara dos Deputados.

Ciclo de vida dos documentos: refere-se às sucessivas etapas pelas quais passam os documentos: produção, tramitação, uso, avaliação, arquivamento e destinação (guarda permanente ou eliminação).

Cópia: imagem proveniente de digitalização de documento original, registrada no eDoc.

Cópia digital autêntica: imagem proveniente de digitalização de documento original, registrada no eDoc e autenticada por servidor público ativo da Câmara dos Deputados.

Desapensação: separação de documento ou processo juntado por apensação.

Desentranhamento: retirada de peças de um processo, que pode ocorrer quando houver interesse da Administração ou a pedido do interessado.

Desmembramento: separação de parte da documentação de um ou mais processos para formação de um novo processo.

Documento arquivístico: informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida e recebida no decorrer das atividades da Câmara dos Deputados, que possui características e elementos constitutivos suficientes para servir de referência e/ou prova dessas atividades.

Documento iniciador: aquele que, para dar curso a uma ação administrativa ou judicial, implica autuação de um processo ao qual serão juntadas outras peças.

Documento digital: Documento codificado em dígitos binários, acessível por meio de sistema computacional.

Gestão arquivística: conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Metadados: dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo.

Minuta: versão preliminar de documento, sujeita à aprovação.

Original: documento que contém os metadados necessários ao fim para o qual foi criado e com a aposição da assinatura de seu autor.

Plano de Classificação Funcional: representação taxonômica das funções desenvolvidas na Câmara dos Deputados, estruturada em itens hierarquizados, nominados e acompanhados pelas respectivas notas explicativas.

Processo: conjunto de documentos oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial, que constitui uma unidade de arquivamento.

Processo administrativo digital: conjunto de documentos digitais e atos processuais organicamente acumulados no curso de uma ação administrativa na Câmara dos Deputados, cuja tramitação se dá por meios eletrônicos, prescindindo total ou parcialmente de documentos impressos em papel.

Registro: procedimento que formaliza a captura do documento arquivístico no sistema de gestão arquivística por meio da atribuição de um identificador único e de outros metadados que descrevem o documento.

Sistema de gestão arquivística: conjunto de procedimentos e operações técnicas cuja interação permite a eficiência e a eficácia da gestão arquivística de documentos.

Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos: conjunto de procedimentos e operações técnicas que visam o controle do ciclo de vida dos documentos digitais ou não digitais, desde a produção até a destinação final, seguindo os princípios e métodos da gestão arquivística de documentos e apoiado em um sistema informatizado.

Suporte físico: base sobre a qual os conteúdos informacionais são registrados.

Tabela de temporalidade: instrumento de destinação que determina prazos e condições de guarda, tendo em vista a transferência, o recolhimento ou o descarte de documentos.

Tipo documental: documento com forma estabelecida pelas regras de negócio da Câmara dos Deputados para dar curso a uma ação administrativa ou judicial.

Tramitação: curso do documento desde a sua produção ou recepção até o cumprimento de sua função administrativa. No sistema eDoc, uma ação de tramitação só é completa quando há o envio e o aceite do recebimento do documento ou processo.

Ata da 14ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada no dia 2 de dezembro de 2014.

Em 13/janeiro/2015

Publique-se.

Mozart Vianna de Paiva

Secretário-Geral da Mesa

**Quarta Sessão Legislativa Ordinária
da Quinquagésima Quarta Legislatura**

**Ata da décima quarta reunião ordinária da Mesa Diretora
da Câmara dos Deputados, realizada em 2 de dezembro de 2014**

Aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às dezesesseis horas, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente. Presentes os Senhores Deputados Arlindo Chinaglia, Primeiro-Vice-Presidente; Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente; Simão Sessim, Segundo-Secretário; Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário; Biffi, Quarto-Secretário; Gonzaga Patriota, Primeiro-Suplente de Secretário; Wolney Queiroz, Segundo-Suplente de Secretário; Vitor Penito, Terceiro-Suplente de Secretário; Takayama, Quarto-Suplente de Secretário; e Átila Lins, Corregedor Parlamentar. Ausente justificadamente o Senhor Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou abertos os trabalhos, comentando sobre o estudo para elaboração do anteprojeto de resolução que tratará da estrutura das lideranças partidárias. Esclareceu que a Mesa Diretora tem até a próxima terça-feira para aprovar uma proposta, assim, determinou ao Senhor Diretor-Geral que elaborasse um projeto que se aproximasse do consensual, considerando o estudo do grupo de trabalho, formado pelo Diretor-Geral, Primeiro-Secretário e Quarto-Secretário; e todas propostas apresentadas. Discutido o assunto, ficou agendada reunião da Mesa Diretora para a próxima terça-feira, 14h30m, para discussão de uma proposta definitiva. Questionado sobre o reajuste do subsídio dos parlamentares, em razão do prazo para inclusão no orçamento, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves passou a palavra ao Senhor Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Diretor-Geral, para esclarecimentos. O Senhor Diretor-Geral informou que estavam em negociação com a Secretaria de Orçamento Federal com vistas a garantir recursos no orçamento, que devia ser tratado imediatamente. Em seguida, dada a palavra ao Senhor Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral, esclareceu que não havia tempo de se votar a PEC nº 5, de 2011, que o reajuste dos subsídios para Presidente, Vice-Presidente, Ministro de Estado e Parlamentares devia ser por projeto de decreto legislativo.

I - PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE. Ratificação pela Mesa Diretora da decisão do Senhor Presidente, de 9 de abril de 2014, de se estender ao

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, em situação análoga ao Presidente da Comissão Mista Permanente de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, o procedimento, conforme decisão da Mesa de 17 de abril de 2014, de considerar justificadas as ausências de registro no painel eletrônico nas Sessões deliberativas da Casa, tendo como critério a natureza de suas atribuições. Dando seguimento, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves expôs o Pedido de Reconsideração do Deputado Arnaldo Jordy, Presidente da CPI destinada a investigar o Tráfico de Pessoas no Brasil, da decisão da Presidência, às fls. 20/21 do **Processo n. 114.470/2014**, nos termos a seguir: “Em: 05/08/2014. Ciente da decisão proferida, seguem razões da irressignação deste parlamentar ante os fundamentos opostos à pretensão de ressarcimento de despesas, assim como Requerimento ao final no sentido da Reconsideração da decisão, pelos motivos expostos no processo, ou, mantida aquela, para apreciação e deliberação da Mesa Diretora, nos termos regimentais. O Requerimento inicial foi formulado em face das despesas decorrentes da viagem realizada, em caráter oficial, durante a vigência da **Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o Tráfico de Pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo (CPI — Tráfico de Pessoas no Brasil)**, da qual era o signatário Presidente eleito por seus pares. Cuidava a missão oficial de participação, como representante da CPI, do Seminário “**Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em Minas Gerais**”, ocorrido no dia 08 de maio de 2014, na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. O convite foi formulado oficialmente pela Assembleia Legislativa daquele Estado, tendo sido o pedido inicial instruído com os documentos correspondentes, incluindo-se cópia do convite dirigido à CPI. O tema do Seminário guardava indubitável correspondência com o objeto da CPI, tendo o Deputado signatário participado na qualidade de expositor, colhendo ademais importantes informações e documentos de fundamental importância para a elaboração do Relatório Final do CPI e formação de convicção do Deputados membros da Comissão acerca das conclusões nele presentes. Cabe ressaltar que, além daquelas atribuições decorrentes da natureza constitucional das Comissões Parlamentares de Inquérito, constitui prerrogativa do Presidente da CPI, nos termos do art. 41, XV, do RICD, “representar a comissão nas suas relações com a Mesa, as outras Comissões e os líderes, ou externas à Casa”. Dessa forma, considera o signatário plenamente demonstrada a pertinência da participação no evento, como parte do efetivo exercício da atividade parlamentar de um membro desta Colenda Instituição honrosamente eleito entre seus pares para presidir uma das mais importantes CPIs do Parlamento Nacional. A despeito, portanto, dos fundamentos colacionados na respeitável Decisão de V.Exa., considera-se ser cabível a nova avaliação, em sede de Reconsideração, tendo em vista os argumentos ora reprisados, de forma que seja determinado o ressarcimento das despesas efetuadas, sob pena de evidente prejuízo financeiro pessoal do parlamentar como contrapartida das nobres funções públicas que desempenhou quando no exercício da

Presidência da CPI. Caso persista a decisão em sentido contrário, requeiro o acolhimento desse pedido como Recurso à Mesa Diretora, para apreciação e deliberação, pugnando em qualquer caso pela decisão favorável. Certo da sempre prestimosa atenção dessa Presidência, reitero protestos de estima e consideração.” Analisada a questão, a Mesa Diretora, por unanimidade, acolheu o supracitado pedido de reconsideração, autorizando o ressarcimento de despesas, no valor de R\$ 1.398,10 (um mil, trezentos e noventa e oito reais e dez centavos), com aquisição de bilhete de passagem aérea mediante crédito na Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar do interessado. Por último, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves apresentou decisão pelo arquivamento do **Processo político-disciplinar n. 105.862/2012**, que comunica a decisão proferida no Acórdão nº 2.779/2011 do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, no sentido de cassar o Diploma da Deputada Federal Antônia Lúcia. Esclareceu que o citado processo estava sobrestado pela Mesa Diretora, desde 13 de julho de 2012, vez que a decisão proferida nos autos do Agravo Regimental na Ação Cautelar n. 86-45 concedeu efeito suspensivo ao Recurso Ordinário n. 1.946-25/AC até seu julgamento pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE. E que, atualmente, verificava-se a completa perda de objeto do citado processo, tendo em vista que a referida parlamentar obteve seu Recurso Ordinário provido pelo TSE, com o trânsito em julgado do feito. Por unanimidade do Colegiado, o **Processo n. 105.862/2012** foi arquivado. Passou-se à apreciação da pauta da Segunda-Vice-Presidência. **II - PAUTA DO SENHOR SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE.** A Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres favoráveis exarados pelo Relator, Deputado Fábio Faria, nos processos referentes a reembolso de despesas de assistência à saúde, conforme a seguir: 1 – **Processo n. 129.001/2014**, de interesse do Deputado Vicente Arruda; 2 - **Processo n. 129.201/2014**, de interesse do Deputado Nelson Marquezelli; 3 - **Processo n. 129.712/2014**, de interesse da Deputada Elcione Barbalho; 4 - **Processo n. 129.798/2014**, de interesse do Deputado Stefano Aguiar; 5 - **Processo n. 128.424/2014** (tratamento odontológico) , de interesse do Deputado Eurico Júnior. Nada mais havendo a tratar, às dezesseis horas e trinta e cinco minutos, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, _____, Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados.

HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente

Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada no dia 9 de dezembro de 2014.

Em 13/janeiro/2015

Publique-se.

Mozart Vianna de Paiva
Secretário-Geral da Mesa

**Quarta Sessão Legislativa Ordinária
da Quinquagésima Quarta Legislatura****Ata da terceira reunião extraordinária da Mesa Diretora
da Câmara dos Deputados, realizada em 9 de dezembro de 2014**

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às quinze horas, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves. Presentes os Senhores Deputados Arlindo Chinaglia, Primeiro-Vice-Presidente; Márcio Bittar, Primeiro-Secretário; Simão Sessim, Segundo-Secretário; Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário; Biffi, Quarto-Secretário; Gonzaga Patriota, Primeiro-Suplente de Secretário; Wolney Queiroz, Segundo-Suplente de Secretário; Vitor Penido, Terceiro-Suplente de Secretário; Takayama, Quarto-Suplente de Secretário; Átila Lins, Corregedor Parlamentar; e Claudio Cajado, Procurador Parlamentar. Ausente justificadamente o Senhor Deputado Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente. Havendo número legal, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou abertos os trabalhos. Expôs, extrapauta, o **Processo n. 130.575/2014**, de interesse do Deputado Arlindo Chinaglia, referente a reembolso de despesas de assistência à saúde, aprovado, por unanimidade, pela Mesa Diretora. Em seguida, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, retomou a discussão das propostas com relação à estrutura de cargos das lideranças partidárias. Comentou a da Diretoria-Geral; em seguida, o Senhor Deputado Biffi, Quarto-Secretário, apresentou a formulada pelo Partido dos Trabalhadores - PT, que estabelecia uma estrutura mínima, a básica, eliminando-se as faixas, e uma estrutura proporcional, com critérios técnicos. Discutidas as propostas, o Senhor Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, argumentou que, levando em consideração as regras pelas quais as eleições foram disputadas, não deveriam mudar agora. Que a proposta da Mesa preservaria, na medida do possível, aquilo que mais ou menos se disputou no ano da eleição. Propôs a aprovação da proposta da Diretoria-Geral para agora e a proposta da proporcionalidade para a próxima Legislatura, ou para 2018. A seguir, o Senhor Deputado Arlindo Chinaglia propôs que, nos primeiros dois anos da próxima Legislatura, a estrutura fosse baseada na proposta da Diretoria-Geral e, nos últimos 2 anos, faria a transição para a proposta do PT. Submetida à votação, a Mesa Diretora aprovou, com voto contrário do Senhor Deputado Biffi, Quarto-Secretário, proposta de projeto de resolução, nos termos sugerido pelo Primeiro-Vice-Presidente, com redação a

ser dada pela Diretoria-Geral. Prosseguindo, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves comentou a respeito da comunicação do Ministro Marco Aurélio, Relator do Mandado de Segurança nº 32.957, acerca do deferimento de liminar para suspender os efeitos do ato de posse de Luiz Antônio Gonzaga Ribeiro (Subtenente Gonzaga) no cargo de Deputado Federal, devendo ser convocado a ocupar a cadeira vaga do Partido Verde – PV aquele que, ainda pertencente aos quadros da agremiação, suceder-lhe na ordem de suplência, instruído no **processo n. 117.616/2014**, cuja vista foi concedida ao Senhor Deputado Vitor Penido, Terceiro-Suplente de Secretário, na reunião do dia 26 de novembro próximo passado. Com a palavra, o Senhor Deputado Vitor Penido solicitou a retirada de pauta da matéria. O Senhor Deputado Arlindo Chinaglia, Primeiro-Vice-Presidente, questionou se poderiam propor aguardar a decisão do Pleno e não acatar como liminar. Discutida a matéria, a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, consultar o Supremo Tribunal Federal a respeito do caminho processual adequado para esse caso, retirando de pauta a matéria no aguardo da resposta para decisão. O Senhor Corregedor, Deputado Átila Lins, solicitou a palavra, dando seguimento a sua pauta. **I – PAUTA DO SENHOR CORREGEDOR.** 1 - **Processo n. 124.632/2013.** Requerimento de Representação relacionado ao decoro parlamentar, subscrito pelo Deputado Ivan Valente em desfavor do Deputado Aelton Freitas, em decorrência de reportagem exibida no Programa “Fantástico” da Rede Globo no dia 21 de julho de 2013. Esclarecido o processo, a Mesa Diretora decidiu, por unanimidade, arquivar o supracitado processo, nos termos do parecer do Senhor Corregedor, às fls. 36 a 43, assim conclusivo: “...27. Por fim, exorto o Deputado Aelton Freitas para que, na manifestação de suas opiniões, tenha a devida cautela naquelas manifestações que, embora não configurem estritamente ilícito penal ou disciplinar, possam ter o condão de gerar dúvidas acerca da licitude do comportamento. 28. Por todo exposto, manifesto-me pelo arquivamento por inépcia da representação, ante à inexistência de infração penal ou ao decoro parlamentar, reconhecida a incidência da imunidade parlamentar no caso em análise, com fulcro no artigo 1º, §, I do Ato da Mesa n. 37/2009.”; 2 – **Processo nº 125.018/2013.** Requerimento de Representação relacionado ao decoro parlamentar, subscrito pelo Deputado Carlos Sampaio em desfavor do Deputado Vicente Cândido, em decorrência de reportagem publicada na Revista Veja, Edição n. 2.336, de 28 de agosto de 2013. Exposto o processo, a Mesa Diretora decidiu, por unanimidade, arquivar o supracitado processo, nos termos do parecer do Senhor Corregedor, às fls. 38 a 45, assim conclusivo: “...29. Por fim, exorto o Deputado Vicente Cândido para que, durante reuniões institucionais, tenha a devida cautela naquelas manifestações, expressas ou tácitas, que, embora não configurem estritamente infração penal ou disciplinar, possam ter o condão de gerar dúvidas acerca da licitude do comportamento. 30. Por todo exposto, manifesto-me pelo arquivamento por inépcia do Requerimento de Representação, ante à inexistência de infração penal ou ao decoro parlamentar, no caso em análise, com fulcro no artigo 1º, §º, I do Ato da Mesa n. 37/2009.”; 3 – **Processo n. 112.362/2014.** Requerimento de Representação relacionado ao decoro parlamentar, apresentado pela

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – CNTTT, Senhor Omar José Gomes e outros, em desfavor do Deputado Nelson Marquezelli, acerca de fato ocorrido no dia 29 de abril de 2014, no Plenário da Casa, durante a votação do Projeto de Lei nº 4.246/2012, que alteraria a Lei nº 12.619/2012, denominada “Lei do descanso”. A Mesa Diretora, após discussão, decidiu, por unanimidade, arquivar o supracitado processo, nos termos do parecer do Senhor Corregedor, às fls. 44 a 51, assim concluso: “... 31. Por fim, exorto o Deputado Nelson Marquezelli para que, durante as entrevistas a veículos de mídia, tenha a devida cautela naquelas manifestações, expressas ou tácitas, que, embora não configurem a assunção de prática de ilícito, possam ter o condão de gerar dúvidas acerca a tal respeito. 32. Por todo exposto, manifesto-me pelo arquivamento por inépcia do Requerimento de Representação, por entender, no caso em análise, não ter havido indício de prática de fato indecoroso e sua flagrante correlação com o Requerido, com fulcro no artigo 1º, §º, III do Ato da Mesa n. 37/2009.” **II - PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE.** O Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves apresentou, para conhecimento, o cronograma com relação aos procedimentos para a posse e eleição da Mesa Diretora da próxima Legislatura. Em seguida, a Mesa Diretora ratificou, por unanimidade, os despachos favoráveis, *ad referendum*, exarados pelo Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, nos seguintes expedientes referentes a requerimentos de informação, missão oficial, requerimento e nomeação de servidor: 1 - **Relatório de Requerimentos de Informação (RIC)**, despachados *ad referendum* da Mesa Diretora, pelo encaminhamento: 1.1 - **RIC Nº 4.556/14** - do Sr. Miro Teixeira - que "ao Presidente do Banco Central do Brasil, para prestar esclarecimentos sobre o Banco Central e questões fiscais do país"; 1.2 - **RIC Nº 4.577/14** - do Sr. Miro Teixeira - que "ao Ministro do Trabalho e Emprego, para prestar esclarecimentos"; 1.3 - **RIC Nº 4.578/14** - do Sr. Miro Teixeira - que "ao Ministro da Fazenda, para prestar esclarecimentos"; 1.4 - **RIC Nº 4.579/14** - do Sr. Miro Teixeira - que "ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para prestar esclarecimentos sobre o BNDES"; e 1.5 - **RIC Nº 4.580/14** - do Sr. Miro Teixeira - que "à Ministra do Planejamento, para prestar esclarecimentos". 2 - **Relatório de Missão Autorizada n. 6, de 2014**, da Presidência. Missões oficiais autorizadas por meio de ofícios - GPO n.s, de 2014: 1576, 1588, 1589, 1591 a 1597, 1599, 1601 a 1603, 1621, 1623, 1624, 1627, 1633, 1634, 1636 a 1639, 1652 a 1654, 1660, 1661, 1667 e 1670. 3 - **Requerimento nº 10.868/14**, de autoria do Deputado João Campos, que "requer a transcrição nos anais desta Casa, do texto publicado no Jornal DIÁRIO DA MANHÃ, "Governo omisso: cristãos perseguidos"". Ratificado o despacho favorável do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves. 4 - **Nomeação de servidor: Processo n. 130.369/2014.** Ratificação do despacho do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves exarado à fl. 3: “Em 2/12/14. Trata-se de indicação do Segundo-Secretário, Deputado simão Sessim, no sentido de que **Ronilson Alves de Assis**, ponto n. 113.447, seja nomeado para o cargo de natureza especial de Secretário Particular, CNE-07, na Segunda-Secretaria. A Resolução n. 43/2006, que disciplina a matéria, autoriza o Presidente desta Casa a dispensar, *ad*

referendum da Mesa Diretora, com base em critérios de confiança, eficiência e oportunidade a escolaridade de nível superior, exigida em atos normativos internos, para a designação de acesso às funções comissionadas de direção e assessoramento e, por extensão, conforme processo n. 2007/122.698, aos cargos de natureza especial. Assim, autorizo, *ad referendum* da Mesa, o provimento do cargo em comissão de Secretário Particular, CNE-07, pelo referido indicado, naquele órgão. Encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para providências e, após, à Secretaria-Geral da Mesa para inclusão do assunto na pauta da próxima reunião do colegiado.” **III - EXTRAPAUTA DO SENHOR PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE.** O Senhor Deputado Arlindo Chinaglia, relatou o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 6, de 2013, que “Altera dispositivos da Resolução nº 1, de 2006-CN, dando competência a Comissões Mistas Permanentes do Congresso Nacional para apresentar emendas aos projetos do plano plurianual, de lei orçamentária anual e de diretrizes orçamentárias, e dá outras providências.”. Esclarecida a matéria, a Mesa Diretora opinou, por unanimidade, pela aprovação do citado projeto, com Substitutivo, nos termos do parecer do Relator. Nesse momento, retiraram-se da sala de reuniões, os Senhores Deputados Takayama, Quarto-Suplente de Secretário, e Átila Lins, Corregedor Parlamentar. Dando seguimento, o Senhor Deputado Arlindo Chinaglia retomou a questão referente aos **Processos nºs 117.224/2014 e 122.465/2014**, de interesse do Deputado Marcos Montes e do Deputado Pedro Paulo, respectivamente, com relação à filiação retroativa ao Plano de Seguridade Social dos Congressistas – PSSC, apresentando minuta de Ato da Mesa e Anteprojeto de Lei para normatização da matéria. Esclarecidas as propostas, a Mesa Diretora, por unanimidade, baixou Ato da Mesa que “Dispõe sobre a filiação ao Plano de Seguridade Social dos Congressistas” e apresentou Projeto de Lei que “Altera a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que dispõe sobre o Plano de Seguridade Social dos Congressistas”. **IV - PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO-SECRETÁRIO.** O Senhor Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, relatou os seguintes processos: 1 – Ratificação dos despachos favoráveis do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves, exarados nos seguintes processos, aprovados, por unanimidade, pela Mesa Diretora, conforme encaminhamento do Primeiro-Secretário: 1.1 - **Processo n. 105.846/2014.** Despacho do Primeiro-Secretário às fls. 144/144v: “Trata o presente processo do pecúlio parlamentar instituído pelo Decreto Legislativo nº 96, de 1975, alterado pelo Decreto Legislativo nº 29, de 1981, devido aos beneficiários do ex-deputado **Severino Sérgio Estelita Guerra**, falecido em 6/3/2014. A liberação do valor correspondente ao pecúlio foi autorizada pelo Senhor Presidente, a teor do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno, estando tal decisão pendente de ratificação pela Mesa Diretora. A instrução processual revela ter sido arrecadada dos Senhores Deputados a importância de **R\$ 974.502,38** (novecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e dois reais e trinta e oito centavos), mediante o recolhimento de 2 diárias de cada Parlamentar, e que tal valor não sofreu a incidência de atualização monetária no curso do processo administrativo, ante a impossibilidade de depósito em conta de poupança,

conforme estabelece a Resolução nº 2.747/2000 do Banco Central do Brasil. Do montante arrecadado foi descontado o débito de **R\$ 254,11** (duzentos e cinquenta e quatro reais e onze centavos), relativo a despesas pendentes com ramal, telefonia e energia elétrica (fls. 104/106). Habilitaram-se ao pecúlio, por meio da apresentação dos documentos necessários, a viúva do ex-parlamentar, *Maria da Conceição Vasconcelos de Almeida Brennand Guerra* (fls. 16/22), e os filhos *Francisco de Paula de Almeida Brennand Guerra* (fls. 23/30), *Ana Elisa de Almeida Brennand Guerra Fernandes* (fls. 31/39), *Helena Olympia de Almeida Brennand Guerra* (fls. 40/47) e *Sérgio Tomaz Guerra* (fls. 48/51), este último menor de idade, representada nos autos por sua genitora *Georgia Laura Pereira Tomaz Silva*. Os filhos *Helena Olympia* e *Sérgio Tomaz* são solteiros e os filhos *Francisco de Paula* e *Ana Elisa* casados sob regime de separação total de bens, condição que dispensa a participação dos cônjuges no processo. Quanto à viúva, revelam os autos não ter tido ela direito à meação, uma vez que o casamento com o ex-Deputado foi celebrado sob o regime da separação convencional de bens. Todavia, tal regime não afasta a condição de herdeira, a teor do art. 1.829, inciso I, do Código Civil. Dessa forma, o benefício foi rateado em partes iguais entre a viúva e os descendentes, cabendo a cada um 1/5 (um quinto) do valor do benefício, a teor do disposto no art. 1832 do Código Civil, *verbis*: “Art. 1832. Em concorrência com os descendentes (art. 1829, I) caberá ao cônjuge quinhão igual ao dos que sucederem por cabeça, não podendo a sua quota ser inferior à quarta parte da herança, se for ascendente dos herdeiros com que concorrer.” Esclareça-se que a ressalva contida na parte final do dispositivo supra, de que a quota do cônjuge não pode ser inferior à quarta parte da herança, não foi considerada no presente caso, visto que a viúva não é ascendente de todos os herdeiros habilitados (o menor *Sérgio Tomaz* é filho de *Georgia Laura Pereira Tomaz Silva*). Os valores já foram repassados aos beneficiários, exceto a importância destinada ao menor *Sérgio Tomaz Guerra*, que foi transferida para conta judicial vinculada ao Processo n. 00017004-14.2014.8.17.0001, que tramita na 5ª Vara de Sucessões e Registros Públicos de Recife/PE, a pedido daquele Juízo. Ante o exposto, esta Secretaria submete ao douto Colegiado a decisão do Senhor Presidente que, *ad referendum* da Mesa Diretora, autorizou a liberação do pecúlio aos beneficiários, conforme a instrução (fl. 113).”. Ratificação da Decisão do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 113: “Trata-se de requerimento de pagamento de pecúlio parlamentar, apresentado pelos beneficiários do ex-Deputado **Severino Sérgio Estelita Guerra**, falecido em 6/3/14. A legislação que trata da matéria (Decreto Legislativo n. 96/1975, alterado pelo de n. 29/1981) dispõe que o Instituto de Previdência dos Congressistas pagará aos beneficiários do parlamentar falecido um pecúlio formado pelo desconto de 2 (duas) diárias de cada membro do Congresso Nacional. Contudo, consoante Parecer n. 43/2001, da Advocacia do Senado, e Processo CD-2011/146918, os senadores não mais participam dessa contribuição compulsória, de forma que regras e benefícios do pecúlio têm sido aplicados somente aos deputados. Conforme despacho da Coordenação de Pagamento de Pessoal (fl. 15), tal desconto da remuneração do mês de março,

de cada deputado ativo, já foi realizado, resultando em uma arrecadação de **R\$ 974.502,38** (novecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e dois reais e trinta e oito centavos). De acordo com a instrução processual, a divisão do pecúlio deverá seguir a primeira parte do art. 1.832 do Código Civil, cabendo aos beneficiários, a título de herança, partes iguais, ou seja, 1/5 (um quinto) daquele montante à viúva, **Maria da Conceição Vasconcelos de Almeida Brennand Guerra** (não é meeira por ter sido casada em regime de separação convencional de bens), e a cada um dos quatro filhos, **Francisco de Paula de Almeida Brennand Guerra**, **Ana Elisa de Almeida Brennand Guerra Fernandes**, **Helena Olympia de Almeida Brennand Guerra** e **Sérgio Tomaz Guerra** (fls. 67 e 68). Assim, acompanhando as manifestações da Coordenação de Registro e Seguridade Parlamentar (fls. 67 e 68) e da Diretoria-Geral (fls. 111 e 112), autorizo, *ad referendum* da Mesa, a liberação dos recursos na forma descrita, nos termos do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno e daqueles Decretos Legislativos. Encaminhe-se à Primeira-Secretaria para inclusão da matéria na próxima reunião da Mesa.”; 1.2 – **Processo n. 110.111/2014**. Despacho do Primeiro-Secretário à fl. 3: “Trata-se do Requerimento n. 9.777, de 2014, em que o Senhor Deputado Arnaldo Faria de Sá requer a prorrogação, por mais 30 (trinta) dias, do prazo para resposta, pelo Ministro de Estado da Previdência Social, ao Requerimento de Informação n. 3.982, de 2014, em que solicita informações relacionadas às fiscalizações previdenciárias, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Em sua justificativa, o autor informa que discutiu com representante da Assessoria Parlamentar da Superintendência Nacional de Previdência Complementar sobre o objetivo do Requerimento de Informação n. 3.982/2014 e da necessidade de resposta satisfatória e detalhada acerca do assunto. Em 9 de abril de 2014, o Senhor Presidente da Câmara dos Deputados deferiu, *ad referendum* da Mesa, o Requerimento n. 9.777, de 2014, de que trata este Processo, e encaminhou a matéria a esta Secretaria. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável a que seja ratificada a referida decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados.”. Ratificação da Decisão do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 2: “Defiro, *ad referendum* da Mesa Diretora. Encaminhe-se ao Senhor Primeiro-Secretário. Publique-se.”; 1.3 - **Processo n. 105.843/2014**. Despacho do Primeiro-Secretário às fls. 15/15v: “Trata-se do Requerimento n. 9.630, de 2014, em que o Senhor Deputado Jesus Rodrigues solicita a suspensão do item 2.3 “Cargo: Técnico Legislativo - Atribuição: Agente de Polícia Legislativa (CD-AL-015)” do Edital n. 1 - CD, de 28 de janeiro de 2014. Concurso Público para provimento de vagas no cargo de Analista Legislativo - Atribuições: Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira e Consultor Legislativo e no cargo de Técnico Legislativo - Atribuição: Agente de Polícia Legislativa”. Em sua justificativa, o autor argumenta que a remuneração inicial prevista para o cargo destoava da realidade a que estão submetidos os policiais federais, civis e militares. Também questiona o que seria um exíguo prazo de 19 (dezenove) dias para inscrição no certame, o fato de as provas serem aplicadas apenas em Brasília/DF e a data

de aplicação das provas - dia 20/4/2014, domingo de Páscoa. A instrução processual revela, em síntese, que: - a realização do concurso foi autorizada pela Mesa Diretora desta Casa por meio do Ato da Mesa n. 26, de 6/3/2012, tendo em vista a necessidade de recomposição do quadro, face a existência de 60 (sessenta) vagas para ao cargo de Técnico Legislativo - Atribuição Agente de Polícia Legislativa; - o Departamento de Pessoal prestou informações acerca do cargo, tais como escolaridade exigida, atribuições, jornada de trabalho, lotação e remuneração, estando esta última em consonância com a Lei n. 12.777, de 28/12/2012, que dispõe sobre o plano de carreira dos servidores da Câmara dos Deputados; - a organizadora do concurso é contratada a prazo certo, estabelecendo-se um cronograma para cada fase do concurso, de modo a suprir de forma mais célere possível a necessidade do órgão por força de trabalho, devendo o cronograma adequar-se a uma série de fatores, entre os quais o tempo para elaboração e confecção das avaliações, a disponibilidade de locais de prova e a contratação de fiscais, seguranças e demais funcionários indispensáveis à realização do certame; - a Câmara dos Deputados possui sede na capital do país, não havendo postos de trabalho fora de Brasília/DF; - as regras previstas no edital foram determinadas de forma isonômica a todos os candidatos, seguindo os princípios norteadores da Administração Pública, em especial os da legalidade e publicidade. No encaminhamento da matéria a esta Secretaria, o Diretor-Geral ressalta a importância da realização do concurso público em comento para provimento das vagas de Agentes de Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados. Esta Secretaria, considerando a proximidade da data de aplicação das provas, submeteu a matéria à consideração de Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, para, caso assim entendesse, decidir *ad referendum* da Mesa, a teor do disposto no parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno, com parecer pelo arquivamento do presente Requerimento, tendo em vista as informações e manifestações favoráveis dos órgãos técnicos da Casa no tocante à realização do certame, conforme a instrução processual. O Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, com base nas manifestações do Cefor, da Diretoria-Geral e desta Secretaria, determinou, em 10/4/2014, *ad referendum* da Mesa, o arquivamento dos autos. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria à douda Mesa, com parecer favorável à ratificação da decisão do Senhor Presidente pelo arquivamento do Processo, conforme o despacho de fls. 14.”. Ratificação da Decisão do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 14: “Trata-se de requerimento, apresentado pelo Deputado **Jesus Rodrigues**, de suspensão do item 2.3 do Edital n. 1 - CD, de 28 de janeiro de 2014, referente ao concurso público para provimento de vagas no cargo de Técnico Legislativo - atribuição Agente de Polícia Legislativa. O parlamentar se opõe à remuneração oferecida ao cargo, por considerá-la discrepante em relação à recebida por policiais federais, civis e militares. Ainda, contesta o prazo disponibilizado para inscrição no certame e a aplicação de todas as suas etapas apenas na cidade de Brasília, DF. Instado a se manifestar, o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) esclarece que, por meio do Processo n. 2011/137030, a realização do concurso

foi autorizada pela Mesa Diretora, segundo o Ato da Mesa n. 26/2012. Com isso, foi firmado contrato com a Fundação Universidade de Brasília para organização e promoção do certame, que se tornou público por meio do Edital n. 1-CD. Segundo o Cefor, a remuneração divulgada obedece à Lei n. 12.777/2012, que altera o plano de carreira dos servidores desta Casa, respeitando, portanto, a Constituição Federal. Quanto ao local de aplicação das provas, aquele órgão argumenta que, embora a Câmara dos Deputados tenha âmbito nacional, sua sede é na capital federal, e, ainda, não haverá postos de trabalho fora de Brasília, DF. A Diretoria-Geral acrescenta que, segundo critérios de oportunidade e conveniência, a Administração, ao estabelecer as normas que regerão o concurso e avaliar os custos com sua realização de forma nacionalizada, prioriza os princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência. Ainda, a Diretoria-Geral, em relação ao prazo de inscrição, salienta que a organizadora do concurso é contratada a prazo certo, estabelecendo-se um cronograma para cada fase do concurso, a fim de suprir a necessidade do órgão por força de trabalho da forma mais célere possível. Além disso, as regras previstas no edital seguiram os princípios norteadores da Administração Pública, especialmente os da isonomia, legalidade e publicidade. Dessa forma, de acordo com as manifestações do Cefor (fl. 10), da Diretoria-Geral (fl. 12) e da Primeira-Secretaria (fl. 13), determino, *ad referendum* da Mesa, o arquivamento dos autos. Devolva-se à Primeira-Secretaria para inclusão da matéria na pauta da próxima reunião da Mesa Diretora.”; 1.4 - **Processo n. 115.077/2014**. Ratificação da Decisão do Presidente, conforme despacho do Primeiro-Secretário à fl. 17: “Trata-se de decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão, por 1 (um) ano, do servidor **Marcus Antonio Amorim dos Santos**, ponto n. 2.813, Técnico Legislativo - atribuição Agente de Serviços Legislativos - Serviços de Atendimento, para continuar exercendo, no Senado Federal, o cargo de provimento em comissão de Auxiliar Parlamentar Intermediário, Símbolo APSF-02, com lotação no Órgão Central de Coordenação e Execução e exercício no Cerimonial da Presidência, com ônus para o órgão cedente. A prorrogação em tela tem amparo no art. 93, inciso I, § 1º da Lei n. 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 4º-A e parágrafo único do Ato da Mesa 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa n. 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douta Mesa.”; 1.5 - **Processo n. 103.645/2014**. Despacho do Primeiro-Secretário à fl. 25: “Trata-se de ratificação pela Mesa Diretora da decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados que autorizou, a teor do disposto no parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno, a prorrogação da cessão, por 1 (um) ano, do servidor **Humberto José Nunes**, ponto n. 7.583, Técnico Legislativo - atribuição Assistente Administrativo, para continuar exercendo o cargo de provimento em comissão de Assessor A, CJ-2, no Gabinete do Diretor-Geral do Superior Tribunal de Justiça/STJ, com ônus para o órgão cedente. O servidor encontra-se à disposição do STJ desde 9/7/2013. A matéria é disciplinada no art. 93, inciso I, § 1º, da Lei n. 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 1º, inciso II, b, art. 2º e art. 4º, parágrafo único, do Ato da Mesa

57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa n. 73, de 2013. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douda Mesa.”. Ratificação da Decisão do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 18: “Atendendo à solicitação do Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministro Felix Fischer, e considerando a Orientação Normativa n. 11, de 9/9/2013, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão do servidor **Humberto José Nunes**, ponto n. 7.583, Técnico Legislativo - atribuição Assistente Administrativo, com afastamento pelo período de 1 (um) ano para continuar a ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor “A”, código CJ-2, no Gabinete do Diretor-Geral do STJ, com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações e manifestações dos órgãos técnicos (fls. 3/5), da Diretoria-Geral (fl. 17) e da Primeira-Secretaria (fl. 16), nos termos do art. 93 da Lei n. 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 1.6 – **Processo n. 121.254/2014**. Despacho do Primeiro-Secretário à fl. 23: “Trata-se de ratificação pela Mesa Diretora da decisão do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados que autorizou, a teor do disposto no parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno, a prorrogação da cessão, por 1 (um) ano, a contar de 23/12/2014, da servidora **Lúcia Frederico de Lyra Vaz**, ponto n. 6.393, Analista Legislativo - atribuição Analista de Informática Legislativa, para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANIP), com vistas a continuar exercendo o cargo de provimento em comissão de Gerência Executiva, código CGE-III, com ônus para o órgão cedente. A servidora encontra-se à disposição da ANP desde 23/12/2010. A matéria é disciplinada no art. 93, inciso I, § 1º, da Lei n. 8.112/90 e, no âmbito interno, no art. 1º, inciso II, b, art. 2º e art. 4º, parágrafo único, do Ato da Mesa 57, de 2013, alterado pelo Ato da Mesa n. 73, de 2013. No particular dos autos, a prorrogação ampara-se ainda na decisão da Mesa Diretora de 26/2/2013 (processo n. 2013/102.261), que permite que o limite máximo de afastamento, de até 4 (quatro) anos, estabelecido pelo Ato da Mesa n. 73, de 2013, seja considerado a partir da edição do referido normativo (31/01/2013), desde que observado o interesse primordial da Administração. Ante o exposto, esta Secretaria submete a decisão do Senhor Presidente à ratificação da douda Mesa.”. Ratificação da Decisão do Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 15: “Atendendo à solicitação do Ministério de Minas e Energia, autorizo, *ad referendum* da Mesa Diretora, a prorrogação da cessão da servidora **Lucia Frederico de Lyra Vaz**, ponto n. 6.393, Analista Legislativo - atribuição Analista de Informática Legislativa, com afastamento pelo período de 1 (um) ano, a contar de 23/12/14, para continuar a exercer o cargo de provimento em comissão de Gerência Executiva, código CGE-III, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com ônus para o órgão cedente, de acordo com as informações e manifestações do Departamento de Pessoal (fls. 6 a 9), da Diretoria de Recursos Humanos (fl. 13) e da Diretoria-Geral (fl. 14), nos termos do art. 93 da Lei n. 8.112/1990 e do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno, bem como do parecer do Primeiro-Secretário,

constante do processo n. 2013/102261, aprovado pela Mesa Diretora, no sentido de que o limite de quatro anos do afastamento deve ser considerado a partir da edição do Ato da Mesa n. 73/2013, em 31 de janeiro de 2013. Devolva-se à Diretoria-Geral para providências.”. Nesse momento, retirou-se da sala de reuniões, o Senhor Deputado Arlindo Chinaglia, Primeiro-Vice-Presidente. 2 – **Processo nº 3.410/2014**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, às fls. 54/54v: “Trata-se de solicitações apresentadas por parlamentares, conforme relação nominal às fls. 38, bem como de comunicação por parte da Coordenação de Gestão de Cota Parlamentar (Cogep), do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade (Defin), acerca de débitos de responsabilidade de 138 (cento e trinta e oito) parlamentares listados às fls. 46 a 49, com vistas à utilização da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar - Ceap referente ao exercício de 2014 para a regularização de débitos verificados na Ceap de 2013. Por oportuno, o Deputado Sérgio Brito, às fls. 11/12, também solicitou fosse verificada eventual cobrança de valores excessivos pelas ligações realizadas nas linhas telefônicas de sua responsabilidade. Nos termos da instrução processual, os débitos referem-se a despesas - de competência do exercício financeiro de 2013 - com linhas telefônicas dos ramais do gabinete parlamentar, celulares institucionais, telefones fixos de apartamentos funcionais, e com passagem aérea, cujos responsáveis não mais dispunham, naquele exercício, de saldo suficiente para a cobertura das despesas. A teor do que dispõe o art. 13, § 2º, do Ato da Mesa n. 43, de 2009, para a regularização dos débitos impõe-se deduzir, automática e integralmente, da remuneração do parlamentar, a importância correspondente ao excesso verificado naquele exercício financeiro. Contudo, a Coordenação de Gestão de Cota Parlamentar do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade - Cogep/Defin informa que em outras situações esta Casa autorizou a utilização de cota de exercício atual para cobertura de despesas de exercícios anteriores, e o fez tendo em vista a excepcionalidade dos casos e considerando, ainda, que as medidas não provocariam aumento da despesa prevista, nem consequências no que se refere à contabilização das despesas, vez que se tratava do aproveitamento de recursos previamente empenhados para a cobertura de despesas da cota (Processos ns. 101.812/2012, 107.696/2005, 112.144/2007, 100.636/2009 e 113.059/2013). Em face dessas considerações, a Cogep sugere a utilização, em caráter excepcional, dos saldos da Ceap de 2014 para a cobertura dos débitos de 2013 de que trata o Processo em epígrafe e anexos, e solicita sejam os autos posteriormente encaminhados ao Departamento Técnico para proceder à apuração de eventual cobrança de valores excessivos pelas ligações realizadas nas linhas telefônicas de responsabilidade do Deputado Sérgio Brito. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da doughty Mesa, com parecer favorável, conforme a instrução.”. Esclarecido o processo, a Mesa Diretora, aprovou, por unanimidade, o parecer supra. Retirou-se da sala de reuniões, o Senhor Deputado Claudio Cajado, Procurador Parlamentar. 3 – **Processo n. 129.237/2014**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 6: “Trata-se de minuta de projeto de resolução,

elaborada com fulcro no art. 51, inciso IV, da Constituição Federal, que visa a regular a contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da Câmara dos Deputados. No encaminhamento da matéria a esta Secretaria, o Diretor-Geral ressalta que a presente minuta é o resultado do esforço coletivo de órgãos técnicos envolvidos no processamento de licitações e contratações desta Casa Legislativa, a exemplo do Departamento de Material e Patrimônio, do Departamento Técnico, do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade e da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral. Esclarece o Diretor-Geral que o conteúdo da minuta aprimora a Resolução n. 3, de 2011, atualizando-a sob a perspectiva normativo-operacional, conferindo maior eficiência administrativa e segurança jurídica ao processo de contratação pública realizado por esta Instituição no tocante à alocação por postos de trabalho. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, nos termos da anexa minuta de projeto de resolução.” Discutido o assunto, a Mesa Diretora aprovou o parecer supra, por unanimidade, e, em decorrência, apresentou Projeto de Resolução que “Dispõe sobre a contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da Câmara dos Deputados”. 4 – **Processo n. 127.584/2013**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, às fls. 68/68v: “Trata-se de minuta de projeto de resolução que dispõe sobre o controle, o acesso, o tratamento, a proteção e a divulgação de informações classificadas em grau de sigilo, de natureza pessoal ou com restrição de acesso, produzidas ou acumuladas pela Câmara dos Deputados; bem como sobre o Conselho Especial de Documentos Sigilosos. Preliminarmente, cabe registrar que o Congresso Nacional aprovou a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, que regula o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Este diploma legal estabelece as hipóteses em que a informação poderá ser classificada em grau de sigilo, os prazos máximos de restrição de acesso, as autoridades competentes para fazê-lo, dentre outros aspectos. No entanto, à luz da diretriz constitucional, e observadas as linhas seguidas na Lei de Acesso à Informação, a presente minuta de projeto de resolução visa a adaptar à realidade da Câmara dos Deputados o controle, o acesso, o tratamento, a proteção e a divulgação de informações sigilosas. Segundo a instrução processual, a minuta, em síntese: - estabelece as autoridades, na área legislativa e administrativa, com poderes para classificar a informação em grau de sigilo ou impor-lhe restrição de acesso; - determina que o acesso, o tratamento e a informação sigilosa ficarão restritos a servidor e a parlamentar em exercício que tenham necessidade de conhecê-la, e que sejam devidamente credenciados na forma de regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei; - fixa os casos em que, com vistas à segurança institucional, dos Deputados, seus familiares e de servidores, e à proteção do depoente e do denunciante, se restringirá o acesso à informação, independentemente da classificação de sigilo; - confere nova denominação à Comissão Especial de Documentos Sigilosos - CEDOS que

passará a “Conselho Especial de Documentos Sigilosos - CEDOS” em razão de ser órgão permanente e de ter caráter técnico, diferentemente das comissões especiais, que têm caráter temporário, cuja criação subordina-se às hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 34 do Regimento Interno; - amplia as atribuições da CEDOS em relação à Resolução n. 29, de 1993, que a criou, objetivando cumprir os ditames da Lei de Acesso à Informação. No encaminhamento da matéria a esta Secretaria, a Diretoria-Geral considera que o ato normativo em tela *é um passo indispensável à implementação do programa de desmaterialização dos processos no âmbito desta Casa.* Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, nos termos da anexa minuta de projeto de resolução.” Submetido a votos, o parecer supra foi aprovado, por unanimidade, e, em decorrência, a Mesa Diretora apresentou Projeto de Resolução que “Dispõe sobre informações sigilosas na Câmara dos Deputados e o Conselho Especial de Documentos Sigilosos”. Retirou-se da sala de reuniões, o Senhor Deputado Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário. 5 – **Processo n. 130.103/2012.** Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 23: “Trata-se de proposta de Ato da Mesa que autoriza a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos da Câmara dos Deputados. Segundo a instrução processual, a proposta visa à recomposição do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, tendo em vista as diversas vacâncias ocorridas nos cargos efetivos de Analista Legislativo - atribuição Técnico em Documentação e Informação Legislativa, Analista Legislativo - atribuição Técnico em Material e Patrimônio e Técnico Legislativo - atribuição Assistente Administrativo, bem como os cargos de Analista Legislativo criados por força do Ato da Mesa n. 132, de 20/5/2014, nas atribuições de Assistente Social e Analista de Informática Legislativa. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, nos termos da anexa minuta de Ato da Mesa.” Discutido o assunto, a Mesa Diretora baixou Ato da Mesa que “Autoriza a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos da Câmara dos Deputados”, nos termos do supracitado parecer, aprovado, por unanimidade. 6 – **Processo n. 126.609/2013.** Despacho do Primeiro-Secretário à fl. 6: “Trata-se de minuta de Ato da Mesa objetivando incluir a função comissionada de Diretor-Geral Adjunto (criada por meio da Resolução n. 27, de 2013), no rol que compõe o Conselho Diretor do PRÓ-SAÚDE, conforme decisão daquele colegiado de 15/8/2013 (fl. 1), fazendo-se, portanto, necessário proceder a alterações no Ato da Mesa n. 75, de 2006. Esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, na forma da anexa minuta.” A Mesa Diretora resolveu baixar Ato da Mesa que “Altera incisos do § 1º do art. 38 e o inciso VI do art. 40 do Regulamento do Programa de Assistência à Saúde da Câmara dos Deputados - PRÓ-SAÚDE, Anexo ao Ato da Mesa nº 75, de 2006”, conforme encaminhamento supracitado do Relator. Retornou à sala de reuniões, o Senhor Deputado Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário. 7 – **Processo n. 126.013/2014.** Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, às fls. 12/12v: “Trata-se de solicitação do Departamento de Apoio Parlamentar-Deapa

acerca da continuidade de confecção de cartões natalinos e de felicitações, com ou sem a inserção de imagem de deputados, por meio da cota de impressão de serviços gráficos dos parlamentares disposta no Ato da Mesa n. 108, de 2013, ante as consultas recebidas por esta Casa em razão da Lei de Acesso à Informação - LAI. A instrução processual revela, em síntese, que: - o assunto em epígrafe foi objeto de análise nos autos do Processo n. 117.675/2013; - o Ato da Mesa n. 108, de 2013, não apresentou vedação expressa quanto à inserção da imagem do parlamentar em produtos gráficos; - a Procuradoria-Geral da República havia solicitado a esta Casa coibir a utilização de recursos públicos para a produção de cartões natalinos e de informativos com fins político-eleitorais; - o Deputado Aldo Rebelo, no âmbito do Processo n. 166.394, de 2005, enquanto Presidente, aduziu que o material em questão poderia ser classificado como meio de divulgação da atividade parlamentar e que os cartões natalinos estimulariam a ideia de que os parlamentares estão a serviço da população, o que diminuiria a distância entre representantes e representados; - a Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, considerando as manifestações doutrinárias e jurisprudenciais, concluiu que a inserção da imagem do parlamentar em trabalhos gráficos e a produção de cartões natalinos são vedadas pelo art. 10 do Ato da Mesa n. 108, de 2013, *verbis*: “Art. 10. O conteúdo e a utilização do material impresso no âmbito do gabinete parlamentar, das Lideranças e representações partidárias, bem como dos produtos confeccionados por meio do uso da cota de que tratam o inciso I do art. 2º e o art. 4º, são de responsabilidade exclusiva, respectivamente, do Deputado, da Liderança e da representação partidária, observadas especialmente:... III - a vedação de promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos. - o Senado Federal, a teor do Ato de sua Comissão Diretora n. 6/2002, veda a impressão de cartões natalinos. O Diretor-Geral (fls. 07), tendo em vista não ter havido deliberação por parte da Mesa Diretora sobre o assunto nos autos do Processo n. 117.675/2013, encaminha a matéria à apreciação superior, acompanhando o posicionamento contrário de sua Assessoria Técnica. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, acompanhando a instrução processual, pela vedação à confecção de cartões natalinos e de felicitações pela Ceap. Porém, quanto à inserção de imagem do parlamentar em trabalhos gráficos, esta Secretaria opina pela continuidade, desde que em produtos gráficos **estritamente** vinculados à atuação parlamentar e nos limites legais.” Debatida a questão, o supracitado parecer foi aprovado por unanimidade. 8 – **Processo n. 7.171/2014**. Despacho do Primeiro-Secretário à fl. 6: “Trata-se do Processo n. 7.171/2014, por meio do qual o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União - Sindilegis apresenta a seguinte proposta: - minuta de projeto de resolução que objetiva estabelecer exigência de graduação de nível superior para o ingresso no cargo efetivo de Técnico Legislativo do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados; Ante o exposto, esta Secretaria apresenta a referida proposta à douta Mesa, para conhecimento e apreciação.” Discutido o anteprojeto, a Mesa Diretora decidiu, por unanimidade, rejeitar a matéria. 9 – **Processo n. 119.608/2014**. Parecer do

Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 20: “Trata-se de proposta de Ato da Mesa que visa a instituir a Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho da Câmara dos Deputados, na forma da Política de Recursos Humanos, estabelecida pelo Ato da Mesa n. 76, de 2013. A iniciativa harmoniza-se com as diretrizes estratégicas da Câmara dos Deputados, particularmente com a linha de atuação definida como “Promover uma adequada gestão de pessoas, com ênfase na produtividade, meritocracia e qualidade de vida.” Segundo a instrução processual, a Casa possui longo histórico de programas e ações orientados à promoção da saúde, segurança e qualidade de vida de servidores e parlamentares. A Política ora proposta, no entanto, representa um avanço para a gestão de pessoas na Câmara dos Deputados, na medida em que: estabelece como princípio a integração das diversas iniciativas em curso, ampliando o alcance e a efetividade dessas iniciativas; fixa os princípios e diretrizes norteadores das ações, bem como os limites e responsabilidades dos agentes envolvidos; determina a precedência das medidas de promoção e prevenção sobre as de assistência e reabilitação, haja vista a comprovada eficácia das primeiras para evitar o adoecimento, controlar riscos e danos, reduzindo custos com intervenções, tratamentos e absenteísmo. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer favorável, nos termos da anexa minuta de Ato da Mesa.” Posto em votação, a Mesa Diretora aprovou o parecer supracitado, e, em decorrência, baixou Ato da Mesa que “Institui a Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho da Câmara dos Deputados”. 10 – **Processo n. 115.490/2014**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, à fl. 96: “Trata-se de proposta de Ato da Mesa que visa à reestruturação administrativa da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira - Conof, com a finalidade de, sem qualquer modificação nas respectivas estruturas remuneratórias, implementar alterações que se revelaram necessárias ao longo das atividades efetivamente lá desenvolvidas, considerando as particularidades dos serviços prestados aos parlamentares e órgãos da Casa, mas que não foram previstas em sua legislação própria. A instrução processual revela que a proposta não tem impacto financeiro (fl. 77), razão por que pode ser tratada por meio de Ato da Mesa, a teor do art. 4º da Resolução n. 46, de 2006. O Ato da Mesa proposto compõe-se de oito artigos e seis anexos, O art. 1º reporta-se ao Anexo 1, que contém a estrutura administrativa da Conof, o art. 2º refere-se ao Anexo II, que extingue funções comissionadas; o art. 3º ao Anexo III, que mostra as funções comissionadas criadas; o art. 4º ao Anexo IV, que apresenta todas as funções comissionadas da Consultoria; o art. 5º dispõe sobre as atribuições da Conof e dos titulares das unidades administrativas; o art. 6º sobre as de Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira, de Assistente Técnico de Orçamento e Fiscalização Financeira e de Assistente de Orçamento e Fiscalização Financeira; o art. 7º prevê a organização da Conof em núcleos temáticos de consultoria e assessoramento; e o art. 8º trata da vigência do Ato, a partir de sua publicação. Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e deliberação da douta Mesa, com parecer favorável desta Secretaria e do Diretor-Geral (fl. 78), na forma da

anexa minuta de Ato da Mesa.” A Mesa Diretora baixou Ato da Mesa que “Dispõe sobre a estrutura administrativa da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados”, nos termos do encaminhamento do parecer supracitado. 11 – **Processo n. 137.011/2011**. Prestação de Contas do Programa de Assistência à Saúde dos Servidores da Câmara dos Deputados - Pró-Saúde, relativa ao exercício de 2010, apresentada pela Secretaria Executiva do Programa, conforme Relatório e parecer de Auditoria, às fls. 34 a 37, o órgão de Controle considerou regulares as contas relativas ao exercício de 2010. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, às fls. 44/44v, pela aprovação, nos termos das informações e manifestações favoráveis dos órgãos técnicos da Casa. Aprovado o parecer por unanimidade. 12 – **Processo n. 121.910/2014**. Proposta orçamentária da Câmara dos Deputados para o exercício de 2015, que inclui as Unidades Orçamentárias Câmara dos Deputados - CD e Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados — FRCD. Parecer favorável do Relator, Deputado Márcio Bittar, às fls. 85/86, nos termos das informações e manifestações dos órgãos técnicos da Casa, aprovado, por unanimidade. 13 – **Processo n. 119.342/2014**. Parecer do Relator, Deputado Márcio Bittar, às fls. 16/16v: “Trata-se de Recurso formulado pelo Senhor Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia ZEZÉU RIBEIRO, ex-Deputado Federal, contra decisão que indeferiu pedido de ressarcimento, com utilização da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar, de despesa realizada ainda quando o requerente exercia mandato nesta Casa. A despesa é no valor de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais) e refere-se à produção de cinco mil exemplares da revista “Êxito”, publicação comemorativa aos cinquenta anos de atividade política do ora Recorrente. Os órgãos técnicos da Casa, incluídos o Departamento de Finanças e a Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, manifestaram-se no sentido de negar provimento ao presente recurso, mantendo-se o posicionamento da Coordenação de Gestão de Cota Parlamentar que considerou haver matéria de natureza eleitoral e de promoção pessoal do parlamentar, o que é vedado pelo Ato da Mesa nº 43/2009. De fato, o exame da referida revista permite constatar a existência de matérias cujo conteúdo extrapola a legítima divulgação da atividade parlamentar do Deputado, como se pode verificar às pp. 1, 6, 11, 13, 14, 33 e 39, sendo que, nesta última, foi publicada a letra do jingle de campanha intitulado “**Zezéu Vou Votar em Você**”. O Tribunal de Contas da União tem recomendado a esta Casa que *“não seja permitida a utilização de recursos públicos na promoção pessoal do deputado, em face da vedação expressa do § 1º do art. 37 da Constituição Federal”*. (Acórdão nº 942/2013 - Plenário). Também a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral - TSE vem-se firmando no sentido de impugnar a divulgação da atividade parlamentar quando esta possa ser caracterizada como propaganda antecipada de natureza eleitoral. Desse modo, acompanho as manifestações dos órgãos técnicos, negando provimento ao presente recurso, pelas razões acima expostas, e submetendo a matéria à deliberação da Douta Mesa.” Submetido à votação, o parecer supracitado foi aprovado por unanimidade. 14 – **Processo n. 9.292/1999**. Parecer do Relator, Deputado

Márcio Bittar, às fls. 36/37v: “Cuidam os autos de discussão envolvendo a obrigatoriedade do recolhimento de contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) por parte da servidora pública aposentada e Deputada Federal Luíza Erundina. Em 11 de abril de 2000, a interessada requereu a suspensão dos descontos previdenciários decorrente de seu vínculo junto a esta Casa, tendo em vista a contribuição para o Instituto de Previdência do Município de São Paulo (IPREM), eis que servidora pública municipal aposentada por aquele regime — fl. 17. Amparado em decisão similar da Mesa Diretora (processo n. 9290/1999, interessado ex-Deputado Luiz Antônio Fleury Filho), o então Senhor Diretor-Geral autorizou, em 27 de junho de 2000, *“a suspensão do desconto previdenciário, concernente ao Regime Geral de Previdência Social (INSS), implantado na folha de pagamento da Deputada Luíza Erundina, bem como a restituição da contribuição já recolhida em favor daquele Regime, uma vez que a Parlamentar comprovou estar contribuindo ao Instituto de Previdência Municipal - IPREM da Prefeitura de São Paulo - SP, nos termos da legislação que rege a matéria.”* (fl.32). Em 25 de novembro de 2014, a Diretoria-Geral, em reexame da matéria, proferiu os seguintes considerandos e propôs: **“Considerando** a decisão desta Diretoria-Geral, datada de 27/06/2000, lançada à fl. 32, que autorizou a suspensão do **desconto previdenciário**, concernente ao Regime Geral de Previdência Social (INSS), da folha de pagamento da **Deputada Luíza Erundina**. **Considerando** que o fundamento para a suspensão dos descontos foi o fato de a nobre parlamentar contribuir, na condição de **servidora aposentada**, para o Instituto de Previdência Municipal – IPREM da Prefeitura de São Paulo (certidão de fl. 02). **Considerando** que esta Diretoria-Geral aplicou, para tanto e naquela ocasião, o mesmo entendimento que a douta Mesa Diretora sustentou na análise de processo semelhante — do Deputado Luiz Antônio Fleury Filho (fls. 19/20). **Considerando** que o fundamento legal dessa r. decisão foi o disposto no artigo 13 da Lei n. 9.506/1997, que obriga a vinculação ao RGPS (INSS) apenas dos parlamentares não vinculados a regime próprio de previdência¹. **Considerando, contudo**, que a correta interpretação do referido dispositivo legal, não isenta da contribuição os parlamentares que sejam servidores aposentados, sendo obrigatória, portanto, a vinculação ao Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC) ou ao Regime Geral de Previdência Social (INSS). Nesse sentido estão as manifestações uniformes dos órgãos técnicos da Casa (Coordenação de Registro e Seguridade Parlamentar, Assessoria Jurídica do Departamento de Pessoal e Assessoria Técnica desta Diretoria-Geral - pareceres constantes dos autos do processo CD-169.241/2008). **À PRIMEIRA-SECRETARIA**, propondo o envio do presente processo à **Coordenação de Registro e Seguridade Parlamentar do Departamento de Pessoal**, para adoção das providências necessárias à vinculação (com a respectiva retenção da contribuição) da Deputada Luíza Erundina ao INSS. Para tanto, proponho que a nobre parlamentar seja previamente comunicada da inscrição, uma vez que despacho dessa Primeira-Secretaria (fl. 64), bem assim o Ofício 176/2013-CORSEP, que o cumpriu, vincularam sua situação à de outro processo, o de n. CD-9.292/1999, referente ao ex-Deputado Antônio

Medeiros, que ainda será submetido à Mesa. Neste último, será analisada a questão relativa ao período sem recolhimento.” É o relatório. De início, cumpre salientar que o direito prévio de defesa restou atendido por meio de notificação à interessada nos autos do processo administrativo n. 169.241/2008, oportunidade em que a Casa enviou ofício n. 176/2013-CORSEP/DEPES, informando-lhe da possibilidade de mudança do entendimento correspondente à suspensão da contribuição previdenciária autorizada em seu processo (n. 9.292/1999-CD). Quanto ao mérito, a Assessoria Jurídica do Departamento de Pessoal, em caso idêntico ao dos autos (processo n. 169.241/2008), registrou que *“isentar o Deputado Federal de contribuição, quando ele já é aposentado de outro regime de previdência, ofende os princípios constitucionais defendidos pelos Constituintes, especialmente em razão das Emendas à Constituição n° 20, 41 e 47, pois se trata de outro vínculo ‘empregatício’”* (fls. 24/29). A conclusão - acolhida pela Assessoria Técnica da Diretoria-Geral às fls. 31/35 do citado processo - foi a seguinte: *“Isto posto, em virtude da obrigação constitucional de se aplicar o princípio da contributividade previdenciária (arts. 40, 194 e 201), do disposto no art. 37, § 10, da CF, no art. 12, § 1° da Lei n° 8.213, de 1991, incluído pela Lei n° 9.876, de 1999, no art. 11, j, da Lei n° 8.213, de 1991, redação dada pela Lei n° 10.887, de 2004, no § 2° do art. 11 da Orientação Normativa MPS/SPS n° 2, de 31/03/2009, propugno pela inscrição do Deputado Antônio José Castelo Branco Medeiros, após sua aposentadoria pela Fundação Universidade Federal do Piauí, no Regime Geral de Previdência Social, mantido pelo INSS, devendo a Coordenação de Pagamento do Pessoal proceder aos descontos e acertos retroativos necessários”*. Da análise das manifestações técnicas, esta Secretaria reconhece que os princípios contributivo e solidário dos planos de previdência social não afastam a contribuição previdenciária ao RGPS ou ao PSSC quando o aposentado passar a desempenhar mandato eletivo. Os fatos geradores são distintos e, como tal, reclamam distintas incidências tributárias correspondentes a cada uma das situações. No caso concreto, a interessada Luíza Erundina (servidora pública aposentada pelo Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM) contribui para o PSSS por força do artigo 40, parágrafos, da Carta Política²; quanto ao mandato eletivo, a tributação deve ocorrer em função do novo vínculo de atividade (Deputado Federal) e da consequente condição de segurado obrigatório do RGPS (art. 11, j c/c art. 12, § 1°, da Lei 8.213/91)³ ou do PSSC (art. 2°, *caput*, da Lei n. 9.506/97).⁴ Tem-se na espécie a incidência da Orientação Normativa MPS/SPS n. 2, cujo teor do § 2° do art. 11 diz o seguinte: *“§ 2°. O aposentado por qualquer regime de previdência que exerça ou venha a exercer cargo em comissão, cargo temporário, emprego público ou mandato eletivo vincula-se, obrigatoriamente, ao RGPS.”* Ademais, o Supremo Tribunal Federal possui compreensão de que o trabalhador aposentado pelo RGPS e que retorna à atividade torna-se contribuinte obrigatório da previdência social, ainda que não venha obter novo benefício previdenciário.⁵ Conclui-se que o aposentado que retornar à atividade, como Deputado Federal, também deve contribuir à previdência, eis que necessita estar vinculado necessariamente a um regime previdenciário. Do exposto, considerando a

existência de decisões administrativas divergentes e a necessidade de estabilizar a matéria jurídica, submeto o assunto à superior consideração da Mesa Diretora, **com parecer favorável à incidência de contribuições previdenciárias sobre os subsídios da Deputada Luíza Erundina e, por extensão, aos casos análogos, conforme a manifestação do Senhor Diretor-Geral à fl. 35 e instrução nesse sentido no processo n. 169.241/2008.** Quanto à inscrição com efeitos retroativos e recolhimento das parcelas previdenciárias, esta Secretaria sugere que aqueles casos ainda não decididos sejam tratados no processo n. 169.241/2008. ¹ Art. 13. O Deputado Federal, Senador ou suplente em exercício de mandato **que não estiver vinculado ao Plano instituído por esta Lei ou a outro regime de previdência participará, obrigatoriamente, do regime geral de previdência social** a que se refere a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. ² “Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº41, 19.12.2003)... § 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº41, 19.12.2003).” ³ “Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: (Redação dada pela Lei nº 8.647, de 1993) I - como empregado: j) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social; (Incluído pela Lei nº 10.887, de 2004) (...) Art. 12. O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado nesta Lei, desde que amparados por regime próprio de previdência social (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99) § 1º Caso o servidor ou o militar venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-ão segurados obrigatórios em relação a essas atividades. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99).” ⁴ “Art. 2º O Senador, Deputado Federal ou suplente que assim o requerer, no prazo de trinta dias do início do exercício do mandato, participará do Plano de Seguridade Social dos Congressistas, fazendo jus à aposentadoria:...”. ⁵ “(...) Contribuição Previdenciária. Regime Geral da Previdência Social. Trabalhador aposentado. Retorno à atividade. Incidência sobre a remuneração. Cabimento. Embargos de Declaração não acolhidos. Precedentes. Esta Corte já decidiu que não há óbice à cobrança de contribuição previdenciária sobre proventos de aposentado que retorna à ativa. “ (STF - RE 437652-AGR-ED/RS, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 28.03.2012). “AGRAVO REGIMENTAL. CONTRIBUIÇÃO

PREVIDENCIÁRIA. APOSENTADO. RETORNO À ATIVIDADE. A decisão agravada está em perfeita harmonia com o entendimento firmado por ambas as Turmas deste Tribunal, no sentido de que é exigível a contribuição previdenciária do aposentado que permanece em atividade ou a ela retorna após a inativação. Agravo Regimental a que se nega provimento” (STF - RE 367416-AGR/RS, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ 17.12.2009). “DIREITO TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. APOSENTADO. RETORNO À ATIVIDADE. 1. É exigível a contribuição previdenciária do aposentado que retorna à atividade (..)“ (STF - RE 364083-AGR/RS, Segunda Turma, Rel. Min Ellen Gracie, DJ 21.05.2009).”. Discutido o processo, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer supracitado. Retirado de pauta o **Processo n. 119.101/2014**, de interesse da Coordenação de Gestão de Cota Parlamentar. Nada mais havendo a tratar, às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, _____, Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados.

HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente

SGM/Serviço de Apoio às Reuniões da Mesa
ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DIRETORA, DE 9/12/2014

ATO DA MESA Nº , DE 2014

Dispõe sobre a filiação ao Plano de
Seguridade Social dos Congressistas.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Art. 1º O deputado federal ou suplente investido no mandato, que assim o requerer, participará do Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC), mediante inscrição e exame médico, com efeitos a partir:

I – do início do mandato, quando o pedido for apresentado no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da posse;

II – da data do protocolo do pedido, quando este ocorrer após o prazo fixado no inciso I deste artigo.

Parágrafo único. Para o deferimento do pedido de filiação, deverá o deputado federal submeter-se a exame médico dentro do prazo assinalado pelo Ato da Mesa nº 115, de 27 de janeiro de 1999, sob pena de o requerimento ser considerado sem efeito.

Art. 2º O tempo de exercício de mandato eletivo federal anterior à data do pedido poderá ser aproveitado no Plano de Seguridade Social dos Congressistas, desde que limitado aos últimos cinco anos, observado o § 3º deste artigo, e condicionado ao efetivo recolhimento das contribuições do respectivo período, previstas no artigo 12, incisos I e II, da Lei n 9.506, de 30 de outubro de 1997, respeitado o artigo 4º, § 2º, da mesma Lei, mediante compensação de contribuições.

§ 1º O recolhimento a que se refere o caput deverá ocorrer durante o exercício do mandato e, após o deferimento do pedido, será atualizado conforme as regras aplicáveis ao recolhimento previdenciário do regime próprio dos servidores federais.

§ 2º O recolhimento a que se refere o caput poderá ser parcelado, devendo a parcela corresponder ao valor necessário para a quitação de uma ou mais contribuições mensais relativas ao período.

§ 3º O tempo de aproveitamento a que se refere o artigo 2º será fixado a contar do mês do recolhimento da primeira contribuição ou do montante total dos valores devidos.

§ 4º O requerente deverá comprovar a não utilização de benefícios do plano de previdência anterior, para fins de compensação, mediante a apresentação de declaração emitida pelo órgão gestor do RGPS.

§ 5º O tempo a que se refere o caput será considerado exclusivamente para fins de contagem do tempo de exercício de mandato, desde que efetivamente recolhidas as correspondentes contribuições previdenciárias ao PSSC.

§ 6º Na hipótese de parcelamento, o tempo de exercício de mandato será considerado proporcionalmente às parcelas efetivamente pagas.

Art. 3º Em qualquer hipótese, a apuração de eventual situação de invalidez permanente far-se-á a partir da data de realização do exame médico mencionado no artigo 1º.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei n. 9.506, de 1997, trouxe inovação ao sistema previdenciário brasileiro, especialmente para a previdência parlamentar. As normas passaram a vigorar, no que concerne à vinculação securitária social, em janeiro de 1999.

Desde então, inúmeras situações se apresentaram em razão de erros ou dúvidas quanto à opção por um dos possíveis sistemas de previdência, motivados pela dificuldade de compreensão do tema, em virtude da referida inovação e complexidade normativa.

Assim, o presente Ato visa a regulamentar a vinculação ao Plano de Seguridade Social dos Congressistas, no âmbito da Câmara dos Deputados, no intuito de estabelecer parâmetros com base na legislação em vigor, de forma a resguardar os cálculos atuariais e as finanças públicas, que já vinham sendo observados pela Administração desta Casa informalmente.

SGM/Serviço de Apoio às Reuniões da Mesa
ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DIRETORA, DE 9/12/2014

PROJETO DE LEI nº , DE 2014 (Da Mesa Diretora)

Altera a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que dispõe sobre o Plano de Seguridade Social dos Congressistas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º O Senador, o Deputado Federal ou suplente investido no mandato, que assim o requerer, participará do Plano de Seguridade Social dos Congressistas, mediante exame médico, com efeitos a partir do protocolo do pedido, ou a partir da posse, se requerido no prazo de 30 (trinta) dias do início do exercício do mandato, fazendo jus à aposentadoria:

.....
§ 3º O tempo de exercício de mandato eletivo federal anterior à data do pedido poderá ser aproveitado no Plano de Seguridade Social dos Congressistas, desde que limitado aos últimos cinco anos, observado o § 6º deste artigo, e condicionado ao efetivo recolhimento das contribuições previstas no artigo 12, incisos I e II, desta Lei, do respectivo período, respeitado o artigo 4º, § 2º, da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, mediante:

I - compensação de contribuições efetivamente recolhidas ao Regime Geral de Previdência Social, a ser realizada pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal;

II - recolhimento diretamente pelo interessado e/ou mediante compensação, na forma de convênio previsto no artigo 6º desta Lei, no caso de parlamentar vinculado a Regime Próprio de Previdência Social.

§ 4º O recolhimento a que se refere o § 3º deverá ocorrer durante o exercício do mandato e, após o deferimento do pedido, será atualizado conforme as regras aplicáveis ao recolhimento previdenciário do regime próprio dos servidores federais.

§ 5º O recolhimento a que se refere o § 3º poderá ser parcelado, sendo o tempo de exercício do mandato considerado proporcionalmente às parcelas efetivamente pagas.

§ 6º O tempo de aproveitamento a que se refere o § 3º será fixado a contar do mês do recolhimento da primeira contribuição ou do montante total dos valores devidos.”(NR)

“Art. 6º A Câmara dos Deputados e o Senado Federal poderão celebrar convênios com entidades de seguridade parlamentar dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a implantação de sistema de compensação financeira das contribuições do segurado por tempo de exercício de mandato, e com os regimes de previdência dos servidores civis e militares integrantes dos artigos 40, 42, § 1º, e 142, § 3º, X, da Constituição para a implantação de sistema de compensação financeira das contribuições previdenciárias, tanto àquelas entidades e regimes quanto ao Plano instituído por esta Lei, mediante repasse, para habilitação à aposentadoria, dos recursos correspondentes.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 9.506, de 1997, trouxe inovação para o sistema previdenciário brasileiro, especialmente para a previdência parlamentar. As normas passaram a vigorar, no que concerne à filiação previdenciária, em 1º de fevereiro de 1999.

Desde então, inúmeras situações se apresentaram em razão de dúvidas quanto à opção por um dos possíveis sistemas de previdência, motivadas pela dificuldade de compreensão do tema, em virtude da referida inovação e complexidade normativa.

Assim, o presente projeto de lei visa a regulamentar a vinculação ao Plano de Seguridade Social dos Congressistas no intuito de estabelecer parâmetros com base na legislação em vigor.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2014.

SGM/Serviço de Apoio às Reuniões da Mesa
ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DIRETORA, DE 9/12/2014

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2014 (Da Mesa Diretora)

Dispõe sobre a contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da Câmara dos Deputados.

A CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições previstas no art. 51, IV, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º A contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da Câmara dos Deputados será regulada pela presente Resolução.

Parágrafo único. Para os fins desta Resolução, consideram-se:

I - serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra: aqueles em que há uso intensivo da mão de obra por parte do tomador dos serviços, normalmente com dedicação exclusiva e, em regra, para trabalhar continuamente nas dependências do órgão;

II - benefícios: parcelas concedidas ao empregado, estabelecidas em convenção coletiva, acordo coletivo, sentença normativa ou lei, tais como as relativas a transporte, a assistência médica e familiar, a seguro de vida, a invalidez, a funeral e a alguns materiais e insumos;

III - órgão técnico demandante ou interessado: órgão da Câmara dos Deputados requerente e/ou destinatário dos serviços contratados;

IV - reajustamento de preços: mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, em sentido geral, desdobrável nas espécies de repactuação e reajuste;

V - repactuação: reajustamento de preços em razão de oneração contratual gerada em decorrência de acordo coletivo, convenção coletiva, sentença normativa ou lei;

VI - reajuste: reajustamento de preços em face da imposição de índice previamente definido em contrato.

Art. 2º Os serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra serão contratados preferencialmente na modalidade de alocação por postos de trabalho.

Parágrafo único. Poderá ser contratado o modelo de serviços pagos por disponibilidade ou por resultado, desde que o órgão técnico entenda pertinente a alteração e documente suas razões, levando em consideração potenciais ganhos em termos de eficiência administrativa.

Art. 3º Os instrumentos convocatórios especificarão o número de postos de trabalho e os salários de cada atividade, os quais serão fixados de acordo com os valores médios praticados pelo mercado, apurados pelo Departamento Técnico.

§ 1º A pesquisa dos valores médios de mercado será fundamentada, conjunta ou alternativamente, nos seguintes critérios:

I - contratações da administração pública;

II - indicadores de entidades sindicais e associações;

III- bolsas de salários publicadas por órgãos de imprensa ou institutos especializados;

IV - quaisquer outros comprovantes admitidos como prova em direito.

§ 2º A pesquisa de que trata o § 1º poderá, excepcionalmente, ser realizada por similaridade de atribuições, qualificação, carga horária, dentre outros fatores considerados relevantes e justificados pelo Departamento Técnico.

§ 3º O valor médio de mercado será calculado pela média aritmética dos salários cotados, sendo atestado nos autos pelo Departamento Técnico.

§ 4º Os salários referidos no *caput* poderão superar os respectivos valores médios praticados pelo mercado em até 30% (trinta por cento), desde que as circunstâncias determinantes sejam justificadas nos autos pelo órgão técnico demandante ou interessado e submetidas à autorização do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados.

Art. 4º A fiscalização e gestão dos contratos serão realizadas observando-se, entre outros, os seguintes parâmetros:

I - o pagamento às contratadas ficará condicionado à comprovação do adimplemento de obrigações trabalhistas, inclusive eventuais haveres rescisórios e os encargos legais deles decorrentes, previdenciárias e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

II - o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação caracterizarão falta grave, podendo ensejar a rescisão do contrato, sem prejuízo das sanções cabíveis;

III - na hipótese de inadimplemento das obrigações previstas no inciso II ou, ainda, a pedido da pessoa jurídica contratada, a Administração contratante poderá realizar recorte nas faturas referentes à prestação do serviço, para repassar as importâncias devidas à conta corrente dos empregados, bem como realizar os recolhimentos pertinentes, sem prejuízo das sanções cabíveis;

IV - a pessoa jurídica contratada deverá fornecer, em prazo razoável fixado pela Administração, as informações e documentos necessários ao recorte previsto no inciso III.

Art. 5º Nas hipóteses de reiterada e injustificada incapacidade da contratada em efetuar os pagamentos aos seus empregados na data aprazada, ou de comprovação do pagamento de verbas rescisórias, a Administração da Casa, mediante avaliação do Departamento de Material e Patrimônio, providenciará:

I - a comunicação imediata da seguradora do contrato, em se tratando de seguro garantia, quanto à expectativa e à reclamação de sinistro, nos termos definidos na respectiva apólice;

II - a avaliação da necessidade de iniciar procedimentos para a abertura de novo certame para o mesmo objeto;

III - a aplicação das sanções contratuais previstas, observada a culpabilidade;

IV - a comunicação do fato ao Ministério Público do Trabalho e à Advocacia-Geral da União.

Art. 6º No processamento de reajustes, repactuações, prorrogações de vigência contratual e medidas correlatas, a Administração adotará o disposto neste artigo.

§ 1º O reajustamento de preços, que compreende o reajuste ou a repactuação, fica condicionado ao requerimento da contratada.

§ 2º O reajustamento de preços envolvendo a folha de salários e benefícios será efetuado mediante repactuação, com base em convenção coletiva, acordo coletivo, sentença normativa ou lei, nos seguintes termos:

I - fica assegurada a repactuação, na hipótese de o salário previsto em edital ter sido fixado mediante orçamento que não tenha levado em consideração quaisquer

dos fatos geradores tratados neste § 2º, desde que vigentes ou com eficácia retroativa à época da assinatura do contrato administrativo;

II - a repactuação será concedida em percentual integral, mesmo nas hipóteses de percentuais escalonados previstos em convenções coletivas em razão da data de admissão dos profissionais - cláusula *pro rata*;

III - a pessoa jurídica contratada para a execução de contrato emergencial ou de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, terá direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que faria jus a anteriormente contratada.

§ 3º O reajustamento de preços envolvendo materiais e/ou insumos - exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou lei -, será efetuado mediante reajuste, com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais materiais ou insumos ou, na inexistência daqueles, com base em índice oficial de inflação do País.

§ 4º O reajustamento de preços a que o contratado fizer jus e não o solicitar ou ressaltar explicitamente durante a vigência do contrato será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação ou com o encerramento do ajuste, desde que tal risco conste do contrato e que o contratado seja formalmente cientificado dele antes das respectivas datas.

§ 5º Presumir-se-á a vantajosidade da contratação vigente, dispensando-se nova pesquisa de mercado, prevista no art. 3º, desde que comprovados os seguintes requisitos na instrução processual:

I - na hipótese de incremento sobre folha de salários ou benefícios, houver informação de que a majoração decorre exclusivamente de recomposição determinada por convenção coletiva, acordo coletivo, sentença normativa ou lei, mesmo que os salários ultrapassem o percentual definido no § 4º do art. 3º;

II - na hipótese de incremento sobre materiais e/ou insumos - exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou lei -, houver informação de que a majoração decorre exclusivamente da aplicação de índice previamente fixado em edital e no contrato ou, não havendo majoração por falta de previsão, demonstração de que o valor anual relativo àqueles materiais e/ou insumos não ultrapassa o montante de 5% (cinco por cento) do valor contratual.

§ 6º O limite percentual a que alude o § 4º do art. 3º restringe-se ao período de fixação de salários para o instrumento convocatório, não se aplicando a eventuais alterações salariais promovidas durante a execução do contrato, mesmo em sede de eventuais prorrogações de vigência, desde que as majorações estejam exclusivamente relacionadas ao cumprimento de obrigações trabalhistas de caráter normativo, nos termos deste artigo.

Art. 7º Admitir-se-ão acréscimos e supressões de postos de trabalho, inclusive mediante exclusão ou criação de categorias profissionais, desde que o valor do contrato esteja situado entre 75% (setenta e cinco por cento) e 125% (cento e vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

Parágrafo único. A criação de novas categorias profissionais só será admitida se, assegurada a intangibilidade do objeto, ficar demonstrado tratar-se de atividade relacionada ao serviço contratado, e desde que realizada nova pesquisa salarial e atendidos os demais requisitos estabelecidos no art. 3º.

Art. 8º Fica facultado à Administração da Casa provisionar os encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários devidos pela contratada mediante depósito em conta corrente vinculada, aberta em nome da executora dos serviços, exclusivamente para esta finalidade, cuja movimentação deverá ser autorizada pela Câmara dos Deputados.

Art. 9º É vedado aos servidores dar ordens diretas a empregados terceirizados, salvo nas situações abaixo descritas, que não configuram pessoalidade ou subordinação direta:

I – quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção, copeiragem e apoio ao usuário;

II – quando as ordens consistirem em comandos meramente reprodutivos, relacionados à programação geral previamente informada ao preposto.

Art. 10. Revoga-se a Resolução nº 3, de 2011.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra é um dos grandes desafios da execução indireta ou da chamada terceirização do trabalho.

2. Com efeito, a terceirização de serviços oferece a possibilidade de conter o desmesurado aumento da máquina administrativa, com a prestação de serviços acessórios, instrumentais, por parte de agentes privados, conforme delineado historicamente no § 7º do art. 10 do Decreto-Lei n. 200/67. Todavia, tal descentralização não pode ocorrer sem a necessária exigência de qualificação para os serviços, sob pena de prejuízo ao interesse público.

3. Deve-se considerar, ainda, a realidade de mercado retratada em recente estudo levado a cabo nos autos do Acórdão TCU Plenário n. 1214/2013: as pessoas jurídicas que operam a terceirização não são verdadeiramente especializadas, mas meras gestoras de mão de obra.

4. Nesse cenário, a despeito de a Administração contratante não poder ingerir no poder diretivo dos empregadores, não lhe sendo lícito subordinar empregados ou criar vínculos de pessoalidade, é seu dever, ante o princípio da eficiência administrativa, velar para que os serviços sejam prestados a contento. Tal exigência passa, necessariamente, pelo estabelecimento de salários-paradigma em edital, uma vez que a acirrada concorrência do processo licitatório tornaria praticamente impossível alguma licitante sagrar-se vencedora pagando salário além do piso normativo.

5. A eficiência administrativa não pode ser medida apenas sob o ponto de vista financeiro, mas também da qualidade e confiabilidade dos serviços executados. É intuitivo que um trabalhador que aufera o piso da categoria tenha menos expertise em sua atividade comparativamente a outro mais bem posicionado no mercado. Assim, silenciar quanto ao salário justo significa admitir a contratação de mão de obra menos qualificada. E mais ainda, significa impor ampla rotatividade ao contingente humano historicamente alocado na prestação laboral, implicando prejuízo não só em termos de gestão administrativa, mas também sob o ponto de vista do trabalhador, hipossuficiente da relação jurídica.

6. Além disso, também se deve buscar eficiência administrativa nos procedimentos licitatórios. É inviável realizar seguidos procedimentos licitatórios para um mesmo objeto, mobilizando recursos humanos e despendendo recursos

financeiros, quando os salários praticados, item mais impactante da contratação, forem majorados exclusivamente em decorrência de instrumentos coletivos de caráter normativo, a exemplo das convenções coletivas.

7. Esta Resolução, com amparo no art. 51, IV, da Constituição Federal, tem por fundamento a necessidade de viabilizar a execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra na Câmara dos Deputados, alinhando-se os princípios constitucionais da eficiência administrativa, da dignidade da pessoa humana e da valorização social do trabalho. Em outras palavras, sua essência reside na conjugação de mecanismos que garantam, de um lado, a retribuição justa pelo labor qualificado e, de outro, a continuidade de importantes serviços com a qualidade e confiança esperadas pelo Parlamento.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2014.

SGM/Serviço de Apoio às Reuniões da Mesa

ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DIRETORA, DE 9/12/2014

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2014

(Da Mesa Diretora)

Dispõe sobre informações sigilosas na
Câmara dos Deputados e o Conselho
Especial de Documentos Sigilosos.

A CÂMARA DOS DEPUTADOS resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre o controle, o acesso, o tratamento, a proteção e a divulgação de informações classificadas em grau de sigilo, de natureza pessoal ou com restrição de acesso, produzidas ou acumuladas pela Câmara dos Deputados.

§ 1º Define-se como informação sigilosa aquela:

I - classificada em grau de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

II - de natureza pessoal, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;

III - de que trata o art. 6º desta Resolução;

IV - decorrente das demais hipóteses legais de sigilo.

§ 2º O acesso, o tratamento e a divulgação de informação sigilosa ficarão restritos a servidor e a parlamentar em exercício que tenham necessidade de conhecê-la, e que sejam devidamente credenciados na forma de regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

§ 3º O acesso à informação sigilosa cria a obrigação de resguardar o sigilo para aquele que a obteve.

§ 4º As informações sigilosas não poderão ser copiadas ou reproduzidas, por qualquer meio, sem prévia autorização de quem lhes tenha atribuído o grau de sigilo.

CAPÍTULO II

DA CLASSIFICAÇÃO EM GRAU DE SIGILO

Art. 2º A informação em poder da Câmara dos Deputados, observado o seu teor e o disposto no art. 23 da Lei nº 12.527, de 2011, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

§ 1º Os prazos máximos de sigilo, conforme a classificação prevista no *caput*, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;

II - secreta: 15 (quinze) anos; e

III - reservada: 5 (cinco) anos.

§ 2º A informação classificada como ultrassecreta poderá ter o seu prazo de sigilo prorrogado, desde que subsistam as razões que ensejaram a classificação, admitindo-se apenas uma prorrogação.

§ 3º Alternativamente aos prazos previstos no § 1º, poderá ser estabelecido como termo final de restrição de acesso a superveniência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.

§ 4º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

§ 5º Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:

I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado;

II - o prazo máximo de sigilo ou o evento que defina seu termo final.

§ 6º Ao término de sessão ou reunião secreta ou reservada de órgão colegiado, o respectivo plenário deliberará sobre a classificação dos documentos dela oriundos.

§ 7º Caso não ocorra a deliberação prevista no parágrafo anterior, o presidente do órgão colegiado decidirá sobre a classificação *ad referendum* do respectivo plenário.

Art. 3º A classificação da informação em grau de sigilo no âmbito da Câmara dos Deputados, de acordo com o que dispuser o regulamento, é de competência:

I - no grau de ultrassecreto:

a) do Presidente da Câmara dos Deputados;

b) de órgãos colegiados compostos por parlamentares, por deliberação plenária, ou por decisão do respectivo presidente na hipótese do § 7º do art. 2º;

c) do Corregedor Parlamentar;

II - no grau de secreto:

a) dos órgãos e autoridades previstos no inciso I;

b) dos demais membros da Mesa;

c) de presidente de órgão colegiado composto por parlamentares;

d) do Ouvidor-Geral;

e) da Procuradora-Geral e da Coordenadora-Geral da Secretaria da Mulher;

III - no grau de reservado:

a) dos órgãos e autoridades previstos nos incisos I e II;

b) do Diretor-Geral;

c) do Secretário-Geral da Mesa;

d) dos servidores que exerçam funções de confiança nível FC-05 ou superior.

Art. 4º A classificação de informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada em decisão, que conterá, no mínimo, os seguintes elementos:

I - assunto sobre o qual versa a informação;

II - fundamentação legal da classificação;

III - razões da classificação, observados os critérios estabelecidos no art. 2º, *caput*;

IV - indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites previstos no art. 2º, § 1º, incisos I a III;

V - identificação da autoridade que a classificou;

VI - órgão produtor da informação;

VII - data da produção da informação; e

VIII - data da classificação da informação.

§ 1º As razões da decisão referida no *caput* deste artigo serão mantidas no mesmo grau de sigilo da informação classificada.

§ 2º Compete à autoridade classificadora, para fins do disposto no art. 9º, IV, notificar o Conselho Especial de Documentos Sigilosos da decisão de classificação, desclassificação, redução, ou, observado o disposto no § 2º do art. 2º, prorrogação de prazo de sigilo da informação, no prazo de 30 dias, contados a partir da data da referida decisão.

Art. 5º A classificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior com vistas à sua desclassificação, redução ou, nos termos do § 2º do art. 2º, prorrogação de prazo de sigilo, nos seguintes casos:

I - a cada 4 (quatro) anos, contados a partir de 16 de maio de 2014; ou

II - mediante provocação ou de ofício.

§ 1º Na reavaliação a que se refere o *caput*, deverão ser examinadas a permanência dos motivos do sigilo e a possibilidade de danos decorrentes do acesso ou da divulgação da informação.

§ 2º Na hipótese de redução do prazo de sigilo da informação, o novo prazo de restrição manterá como termo inicial a data da sua produção.

§ 3º A primeira reavaliação de que trata o *caput* abrangerá informações classificadas a partir da vigência da Lei nº 12.527, de 2011.

CAPÍTULO III

DA RESTRIÇÃO DE ACESSO

Seção I

Da segurança institucional e da proteção do depoente e do denunciante

Art. 6º Serão de acesso restrito, enquanto perdurar a situação que o justifique, independentemente da classificação em grau de sigilo, as informações que possam:

I - pôr em risco a segurança da Casa, dos Deputados, seus familiares e de servidores;

II - pôr em risco a vida ou a integridade física de depoente ou denunciante, quando prestadas perante órgão colegiado da Câmara dos Deputados ou à Corregedoria Parlamentar;

III - comprometer atividades de segurança e inteligência da Câmara dos Deputados, bem como de investigação ou fiscalização relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

§ 1º São competentes para impor restrição de acesso à informação, nos termos deste artigo, os órgãos e as autoridades mencionados no art. 3º, bem como o Conselho Especial de Documentos Sigilosos, nos termos do art. 9º, I, e.

§ 2º Regulamento disporá sobre os procedimentos para a imposição de restrição de acesso à informação prevista neste artigo.

Seção II

Das informações pessoais

Art. 7º Serão de acesso restrito, independentemente de classificação em grau de sigilo, pelo prazo máximo de 100 (cem) anos, informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem de Deputado, servidor ou pessoa a que elas se referirem.

Parágrafo único. Regulamento disporá sobre os procedimentos para tratamento de informações pessoais.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO ESPECIAL DE DOCUMENTOS SIGILOSOS

Art. 8º A Comissão Especial de Documentos Sigilosos, criada pela Resolução nº 29, de 1993, passa a denominar-se Conselho Especial de Documentos Sigilosos (CEDOS).

§ 1º O CEDOS, órgão permanente e de caráter técnico, é integrado por três parlamentares, indicados pelo Presidente da Câmara dos Deputados, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

§ 2º Presidirá o CEDOS o parlamentar indicado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, dentre os membros do Conselho.

§ 3º Regulamento disporá sobre o assessoramento técnico e administrativo ao CEDOS.

Art. 9º Compete ao CEDOS:

I - Quanto à informação sigilosa oriunda de comissões encerradas ou órgãos extintos:

- a) decidir sobre o acesso, de ofício ou mediante provocação;
- b) classificar ou rever a classificação, de ofício ou mediante provocação;
- c) prorrogar, uma única vez, o prazo de sigilo, quando classificada como ultrassecreta, sempre por prazo determinado, enquanto subsistirem as razões da classificação;
- d) reavaliar a classificação, de ofício ou mediante provocação, com vistas à desclassificação ou à redução do prazo de sigilo;
- e) impor restrição de acesso nos termos do art. 6º;

II - decidir sobre informações produzidas no âmbito de sua competência, para fins de classificação em qualquer grau de sigilo;

III - orientar as autoridades classificadoras quanto à classificação, desclassificação ou reavaliação de informações sigilosas;

IV - subsidiar a elaboração do rol anual de informações classificadas e desclassificadas a ser disponibilizado no sítio oficial na Internet;

V - deliberar sobre os casos omissos referentes à classificação e ao tratamento de informações sigilosas.

Parágrafo único. O CEDOS disporá sobre seu regimento interno.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 10. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

I - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa;

II - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

III - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros.

§ 1º Atendidos os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas neste artigo serão consideradas:

I - passíveis das penalidades previstas no art. 10 do Código de Ética e Decoro Parlamentar, segundo os critérios nele estabelecidos; ou

II - para fins do disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, infrações administrativas, que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, segundo os critérios nela estabelecidos.

§ 2º Pelas condutas descritas neste artigo, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11 As informações classificadas nos graus de reservado e confidencial, nos termos da Resolução 29, de 1993, conservar-se-ão assim classificadas até o decurso do prazo estabelecido neste diploma legal, ou até a sua desclassificação pela autoridade competente.

Art. 12. Revoga-se a Resolução nº 29, de 1993.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Carta Cidadã de 1988 estabelece, dentre os princípios basilares da administração pública, em todas as esferas de governo, a publicidade de seus atos. Trata-se de princípio corolário do sistema republicano. Com efeito, deve a administração pública, sempre que não houver razões de força maior que a impeça, dar a mais ampla e irrestrita publicidade a seus atos. Seguindo este preceito, a imposição de sigilo ou restrição de acesso a documentos, dados ou outras informações produzidas ou sob a guarda das entidades e órgãos públicos deve, sob pena de ferir a Lei Maior, ser medida excepcionalíssima, carecedora de devida motivação.

Neste cenário, o Congresso Nacional aprovou a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, que regula o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Este diploma legal estabelece as hipóteses em que a informação poderá ser classificada em grau de sigilo, os prazos máximos de restrição de acesso, as autoridades competentes para fazê-lo, dentre outros aspectos. À luz da diretriz constitucional, e observando as mesmas linhas seguidas pelo legislador da Lei de Acesso à Informação, este projeto de resolução objetiva adaptar à realidade da Câmara dos Deputados, o controle, o acesso, o tratamento, a proteção e a divulgação de informações sigilosas.

Assim, o presente projeto de resolução estabelece quem são as autoridades, nas áreas legislativa e administrativa, com poderes para classificar a informação em grau de sigilo ou impor-lhe restrição de acesso, com observância à hierarquia e à independência funcional dos órgãos políticos da Casa. Estabelece, ainda, que o acesso, o tratamento e a divulgação de informação sigilosa ficarão restritos a servidor e a parlamentar em exercício que tenham necessidade de conhecê-la, e que sejam

devidamente credenciados na forma de regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei. Tal cuidado visa, em última *ratio* proteger o bem jurídico resguardado pelo sigilo.

A par das hipóteses de classificação da informação em grau de sigilo, foram estabelecidos casos em que se restringirá o acesso à informação, também de forma motivada, com vistas à segurança institucional e à proteção do depoente e do denunciante. É o caso disciplinado no art. 6º. Este dispositivo visa albergar os casos em que a classificação em grau de sigilo não atende adequadamente a necessidade de proteção da informação. Cite-se, à guisa de exemplo, as plantas baixas, estruturais e de instalações de imóveis da Câmara dos Deputados. A divulgação destas informações teria o condão de por em grave risco a segurança da Casa. Trata-se de informações não passíveis de serem classificadas em grau de sigilo, pois foram produzidas há mais de 25 anos, prazo máximo do sigilo decorrente de classificação, que é sempre contado da data de produção da informação. Poder-se-ia negar acesso a informações desta natureza, em caso de pedido de acesso, fundamentando a negatória em razões de segurança, porém, a positivação de tais hipóteses confere mais transparência e segurança jurídica para o cidadão e para a Câmara dos Deputados. Com relação ao depoente e ao denunciante, não são raros os casos em que as informações por eles prestadas, perante uma CPI, por exemplo, são tão comprometedoras a ponto de, passado o prazo do sigilo decorrente de eventual classificação, remanescer o risco a sua vida ou integridade física. Por tal razão, o sigilo das informações por eles prestadas, bem como da sua identificação, não deve se subordinar a um prazo certo.

Trata, ainda, o presente projeto de resolução, da Comissão Especial de Documentos Sigilosos (CEDOS), órgão permanente e de caráter técnico que, na Câmara dos Deputados, faz às vezes da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, de que trata o art. 35, § 1º da Lei de Acesso à Informação. Primeiramente, optou-se por alterar o nome da comissão para Conselho Especial de Documentos Sigilosos (CEDOS). Tal alteração deve-se ao fato de que, segundo os arts. 33 e 34 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), comissões especiais são espécies de comissões temporárias, cuja criação deve, necessariamente, subordinar-se às hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 34 do RICD. A CEDOS não é de natureza temporária, tampouco sua criação se subsume às hipóteses regimentais. A alteração, portanto, é bem vinda, pois visa a corrigir este equívoco.

Ainda, com vistas a cumprir os ditames da Lei de Acesso à Informação, ampliaram-se as atribuições da CEDOS em relação à Resolução nº 29, que a criou. Pela presente proposta, além de ter competência para decidir quanto a solicitações de acesso a informações sigilosas e quanto a cancelamento ou redução de prazos de sigilo, incumbe ao ora denominado Conselho Especial de Documentos Sigilosos classificar ou rever a classificação, de ofício ou mediante provocação; prorrogar o prazo de sigilo da informação classificada como ultrassecreta; impor restrição de acesso nos termos do art. 6º; decidir sobre informações produzidas no âmbito de sua competência, para fins de classificação em qualquer grau de sigilo; orientar as autoridades classificadoras quanto à classificação, desclassificação ou reavaliação de informações sigilosas; subsidiar a elaboração do rol anual de informações classificadas e desclassificadas a ser disponibilizado no sítio oficial na Internet; deliberar sobre os casos omissos referentes à classificação e ao tratamento de

informações sigilosas, bem como proceder à reavaliação de que trata o art. 39 da Lei de Acesso à Informação. De outro lado, com o objetivo de respeitar a autonomia e a independência dos demais órgãos e autoridades da Câmara dos Deputados, bem como otimizar a atuação do Conselho, vinculou-se a sua jurisdição às informações produzidas ou acumuladas por órgãos extintos ou comissões encerradas. Este entendimento, que já vinha sendo adotado em função das disposições do Ato da Mesa nº 45, de 2012, permite ao CEDOS dedicar-se precipuamente ao vasto e sensível acervo produzido ao longo de sucessivas legislaturas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito.

Ciente de que a presente proposta aperfeiçoa a atuação transparente desta Casa, somando-se à Lei 12.527, de 2011, no regramento do direito fundamental à informação, e firme nas razões acima expostas, a Mesa submete este projeto de resolução à deliberação parlamentar, na expectativa da sua integral aprovação.

Sala das Sessões, de dezembro de 2014.

SGM/Serviço de Apoio às Reuniões da Mesa
ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DIRETORA, DE 9/12/2014

ATO DA MESA Nº , DE 2014

Autoriza a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos da Câmara dos Deputados.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a realização de concurso público destinado ao provimento de cargos efetivos de Analista Legislativo, atribuições Técnico em Documentação e Informação Legislativa, código CD-AL-013, Técnico em Material e Patrimônio, código CD-AL-021, Assistente Social, código CD-NS-930, Analista de Informática Legislativa, código CD-AL-028, e de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, código CD-AL-026.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Ato da Mesa que aqui se propõe visa à recomposição do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, tendo em vista as diversas vacâncias ocorridas nos cargos efetivos de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Documentação e Informação Legislativa, Analista Legislativo – atribuição Técnico em Material e Patrimônio e Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, bem como os cargos de Analista Legislativo criado por força do Ato da Mesa nº 132, de 20/5/2014, nas atribuições de Assistente Social e Analista de Informática Legislativa.

SGM/Serviço de Apoio às Reuniões da Mesa
ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DIRETORA, DE 9/12/2014

ATO DA MESA Nº , DE 2014

Altera incisos do § 1º do art. 38 e o inciso VI do art. 40 do Regulamento do Programa de Assistência à Saúde da Câmara dos Deputados - PRÓ-SAÚDE, Anexo ao Ato da Mesa nº 75, de 2006.

A **MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Fica acrescido novo inciso, a ser numerado como inciso II, ao §1º do art. 38 do Regulamento do Programa de Assistência à Saúde da Câmara dos Deputados, PRÓ-SAÚDE, Anexo ao Ato da Mesa nº 75, de 2006, renumerando-se os atuais e alterando-se a redação do novo inciso III:

“Art. 38
§ 1º
I – Diretor-Geral, como Presidente;
II – Diretor-Geral Adjunto, como Primeiro Vice-Presidente;
III – Diretor de Recursos Humanos, como Segundo Vice-Presidente;
.....”. (NR)

Art. 2º O inciso VI do art. 40 do Regulamento do PRÓ-SAÚDE, Anexo ao Ato da Mesa nº 75, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40
VI – assinar convênios, ajustes, contratos e acordos, por intermédio do Presidente, ou na sua ausência, do Primeiro-Vice-Presidente, ou do Segundo-Vice-Presidente, estando ausentes os dois primeiros.” (NR).

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Por meio da Resolução nº 27, de 2013, foi criada a função comissionada de Diretor-Geral Adjunto com as competências de exercer as atribuições delegadas pelo Diretor-Geral e de substituição deste nas reuniões da Mesa Diretora, em solenidades e atos oficiais e nos seus afastamentos legais.

À vista das citadas atribuições, o Conselho Diretor do PRÓ-SAÚDE, em reunião realizada em 15/8/2013, decidiu por incluir o ocupante da função de Diretor-Geral Adjunto no rol dos membros que compõem o Colegiado, fazendo-se, portanto, necessário proceder a alterações no Ato da Mesa nº 75, de 2006, conforme proposto no presente Ato.

SGM/Serviço de Apoio às Reuniões da Mesa
ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DIRETORA, DE 9/12/2014

ATO DA MESA Nº , DE 2014

Institui a Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho da Câmara dos Deputados.

A **MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho (PSSQVT), vinculada à Política de Recursos Humanos da Câmara dos Deputados, estabelecida pelo Ato da Mesa nº 76, de 31 de janeiro de 2013.

Art. 2º Para os fins deste Ato, consideram-se:

I - saúde integral – o equilíbrio e o bem-estar do ser humano nas dimensões física, psíquica e social, considerando-se o contexto social e do trabalho;

II - segurança no trabalho – o aprimoramento contínuo da organização e das condições de trabalho por meio do controle de riscos, visando à eliminação ou à redução de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho;

III - qualidade de vida no trabalho – a relação harmoniosa entre os indivíduos e o seu contexto de trabalho, incluindo a organização, as condições de trabalho e as relações socioprofissionais;

IV - trabalho decente – o trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna;

V - desenho universal – o projeto concebido para ser usado por todas as pessoas com conforto, segurança e autonomia, independentemente de suas características individuais, habilidades físicas ou sensoriais;

VI - gestor – a pessoa que coordena o trabalho de uma equipe.

Art. 3º São objetivos da PSSQVT:

I - promover a saúde integral;

II - aprimorar a qualidade de vida de servidores e parlamentares;

III - prevenir acidentes e agravos à saúde relacionados ao trabalho.

Parágrafo único. Ressalvada a existência de vedação legal, os funcionários terceirizados prestadores de serviços serão contemplados pelas ações decorrentes desta Política.

Art. 4º A promoção da Saúde Integral, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho (SSQVT) dar-se-á por meio de ações coordenadas entre as unidades que compõem a Diretoria de Recursos Humanos, a Diretoria Administrativa (Departamento Técnico) e o Departamento de Polícia Legislativa, em parceria com outros órgãos integrantes da estrutura administrativa da Câmara nas respectivas áreas de competências.

Parágrafo único. As ações de que trata o *caput* serão desenvolvidas de forma integrada e coordenada com os demais programas e políticas que mantêm pertinência com a temática de SSQVT.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 5º A PSSQVT está pautada nos seguintes princípios:

I - atenção prioritária às pessoas;
II - atenção à saúde integral e à segurança no trabalho, com precedência das ações de promoção, proteção e prevenção sobre as de assistência, reabilitação e reparação;

III - corresponsabilidade de parlamentares, gestores e servidores;

IV - incentivo à participação.

Art. 6º São diretrizes da PSSQVT:

I - realizar ações de vigilância epidemiológica e avaliação dos riscos presentes no ambiente de trabalho;

II - oferecer atenção à saúde integral, abrangendo a promoção da saúde, a prevenção do adoecimento, o diagnóstico precoce, a assistência especializada e a reabilitação;

III - promover de forma integrada a cultura de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho a fim de que permeie os projetos e os processos de trabalho;

IV - prover informações sobre SSQVT;

V - estimular a participação do público-alvo na elaboração e implementação das ações decorrentes desta Política;

VI - alinhar as políticas e ações de gestão de pessoas às orientações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), incluindo o conceito de Trabalho Decente;

VII - aperfeiçoar continuamente os contextos de trabalho de modo a torná-los adequados às necessidades de saúde, segurança e qualidade de vida;

VIII - realizar, de forma integrada, diagnósticos, intervenções e ações educativas em SSQVT;

IX - avaliar continuamente os resultados das ações implementadas por meio de indicadores.

CAPÍTULO III DAS RESPONSABILIDADES

Art. 7º A responsabilidade de gerir e operacionalizar a PSSQVT será distribuída em quatro níveis:

I - nível executivo, responsável por gerir as informações e coordenar as ações atinentes a SSQVT, nos seguintes termos:

a) Departamento Médico (DEMED), responsável por prover atenção primária e secundária à saúde; desenvolver e executar ações educativas em saúde; promover o acompanhamento epidemiológico e de riscos ocupacionais; conduzir diagnósticos e intervenções em contextos de trabalho; realizar o exame periódico de saúde anual do servidor, nos termos regulamentados em lei e atuar em perícias médicas relativas às necessidades laborativas e administrativas dos servidores e parlamentares;

b) Departamento Técnico (DETEC), ao qual compete promover a acessibilidade e a segurança no trabalho, por meio de ações educativas, soluções de arquitetura e engenharia e medidas administrativas; garantir a adequação nutricional e higiênico-sanitária das refeições oferecidas na Câmara dos Deputados; implementar ações de educação e orientação nutricional em parceria com o DEMED; gerenciar os

resíduos sólidos e promover, em parceria com o EcoCâmara, ações educativas em gestão socioambiental;

c) Departamento de Polícia Legislativa (DEPOL), ao qual compete planejar, coordenar e implementar as ações de segurança na Câmara dos Deputados, além de desenvolver, em parceria com o DETEC e o DEMED, as ações de prevenção e combate contra incêndio e pânico, a serem implementadas pela brigada de incêndio da Câmara dos Deputados;

d) Secretaria Executiva do Pró-Saúde (PRÓ-SAÚDE), responsável por manter rede de assistência à saúde complementar; propor e implementar benefícios; apoiar as ações de educação e prover informações de saúde para o planejamento das ações de SSQVT;

e) Secretaria-Executiva do Programa de Valorização do Servidor (PRÓ-SER), responsável pela prevenção e orientação em questões referentes ao bem-estar e valorização dos servidores na sua relação com o trabalho; pelo acompanhamento funcional em situações de adaptação ao trabalho; pela intervenção em contextos laborais e orientação no que se refere à gestão de pessoas.

II – nível de parceria, responsável por atividades de impacto relevante para a SSQVT:

a) Departamento de Material e Patrimônio (DEMAP), ao qual compete contratar os serviços terceirizados, prover e manter materiais, equipamentos e mobiliário em conformidade com as normas de saúde e segurança no trabalho;

b) Assessoria de Projetos e Gestão Estratégica (APROGE), à qual compete orientar o mapeamento de processos de trabalho em conformidade com os princípios e diretrizes desta Política, além de assessorar os órgãos da Câmara dos Deputados nos assuntos relacionados à acessibilidade e deficiência;

c) Centro de Documentação e Informação (CEDI), responsável por organizar e recuperar a informação necessária à integração das bases de dados essenciais ao diagnóstico dos contextos de trabalho;

d) Centro de Informática (CENIN), responsável por prover soluções de tecnologia da informação, observados os requisitos de usabilidade e acessibilidade, e contribuir para integração dos dados necessários ao diagnóstico dos contextos de trabalho;

e) Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOP), responsável por promover ações de capacitação do corpo técnico das áreas executivas e apoiar as iniciativas educacionais relacionadas a SSQVT;

f) EcoCâmara, responsável por prover informações acerca do impacto do meio ambiente na SSQVT e propor soluções socioambientais adequadas;

g) Secretaria de Comunicação Social (SECOM), responsável por coordenar as ações de comunicação e divulgação relacionadas à PSSQVT.

III - nível integrado pelos parlamentares e gestores, responsável por:

a) estabelecer práticas de gestão que contribuam para um contexto de trabalho produtivo e saudável;

b) promover relacionamentos socioprofissionais que valorizem a saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho;

c) solicitar às áreas executivas intervenções sobre riscos de acidentes e de adoecimento no contexto de trabalho;

d) implementar, dentro de suas respectivas áreas de competências, os princípios e diretrizes da PSSQVT e as orientações dela decorrentes.

IV – nível integrado pelos servidores, responsável por:

- a) identificar riscos presentes em seu contexto de trabalho e participar da elaboração de soluções;
- b) monitorar sua própria saúde e adotar práticas de segurança e qualidade de vida;
- c) promover relacionamentos socioprofissionais que valorizem a saúde, a segurança e a qualidade de vida no trabalho.

Art. 8º A Câmara dos Deputados manterá em regular funcionamento a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, nos termos das Portarias n. 15, de 21/07/1992, e n. 583, de 11/10/1993.

Art. 9º A Câmara dos Deputados promoverá ações educativas na área de SSQVT, difundindo a cultura de inclusão e respeito a fim de evitar o preconceito, a discriminação e outras barreiras atitudinais à diversidade.

CAPÍTULO IV

DAS NECESSIDADES ESPECIAIS

Art. 10. Os projetos dos ambientes, das áreas de circulação, dos espaços de trabalho, das ferramentas e recursos materiais deverão ser elaborados com base nos princípios do desenho universal, a fim de permitir seu uso por pessoas com necessidades especiais - físicas, mentais e sociais-, permanentes ou transitórias.

Art. 11. Os dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação da Câmara dos Deputados deverão ser concebidos de acordo com os requisitos de acessibilidade e usabilidade, de modo a eliminar barreiras tecnológicas e de comunicação e a promover a percepção, compreensão e capacidade de operação por todas as pessoas.

Art. 12. Os processos de lotação de servidores com necessidades especiais deverão considerar as capacidades individuais e as normas de segurança.

Art. 13. Os gestores deverão estar atentos às necessidades dos servidores a fim de providenciar adaptações que garantam a valorização das pessoas e sua qualidade de vida, bem como o desempenho das atividades laborais com autonomia, conforto, segurança e salubridade.

CAPÍTULO V

DA TERCEIRIZAÇÃO

Art. 14. Os editais de contratação de serviços terceirizados deverão contemplar as diretrizes constantes deste Ato.

Art. 15. Os funcionários das empresas prestadoras de serviço deverão participar de treinamentos promovidos pela Câmara dos Deputados relacionados a segurança do trabalho, prevenção e combate a incêndio e pânico, sempre que assim o interesse institucional o exigir.

Art. 16. Compete aos fiscais de contrato adotar as medidas administrativas necessárias ao cumprimento, por parte dos trabalhadores terceirizados, dos normativos legais referentes à saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Poderá o Diretor-Geral expedir normas regulamentares e complementares a este Ato.

Art. 18. Na ausência de legislação interna específica, aplicam-se à Câmara dos Deputados as normas regulamentadoras de saúde e segurança no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 19. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Ato objetiva implementar a Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho da Câmara dos Deputados, na forma da Política de Recursos Humanos, instituída pelo Ato da Mesa n. 76, de 2013.

A iniciativa possui harmonia com as diretrizes estratégicas da Câmara dos Deputados, particularmente com a linha de atuação definida como “Promover uma adequada gestão de pessoas, com ênfase na produtividade, meritocracia e qualidade de vida”.

A Câmara possui longo histórico de programas e ações orientados à promoção da saúde, segurança e qualidade de vida de servidores e parlamentares, como a avaliação de postos de trabalho para controle e redução de riscos inerentes à atividade, os Programas de Assistência a Diabéticos, de Avaliação e Tratamento da Pressão Arterial e de Educação Financeira, dentre outros.

A Política ora proposta representa um avanço para a gestão de pessoas na Câmara dos Deputados, na medida em que: estabelece como princípio a integração das diversas iniciativas em curso, tendo em vista ampliar seu alcance e efetividade; fixa os princípios e diretrizes norteadores das ações, bem como os limites e responsabilidades dos agentes envolvidos; determina a precedência das medidas de promoção e prevenção sobre as de assistência e reabilitação, haja vista a comprovada eficácia das primeiras para evitar o adoecimento, controlar riscos e danos, bem assim reduzir custos com intervenções, tratamentos e absenteísmo.

Considera-se, por fim, que a presente proposta, se aprovada, resultará em importantes benefícios para parlamentares, servidores e seus dependentes legais, ao tempo em que evidenciará o posicionamento da Câmara dos Deputados sobre tema tão atual e relevante no mundo corporativo.

SGM/Serviço de Apoio às Reuniões da Mesa

ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DIRETORA, DE 9/12/2014

ATO DA MESA Nº , DE 2014

Dispõe sobre a estrutura administrativa da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no art. 4º da Resolução nº 46, de 2006, resolve:

Art. 1º A estrutura administrativa da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, criada pela Resolução nº 24, de 1979, e alterada pela Resolução nº 28, de 1998, passa a vigorar na forma do Anexo I.

Parágrafo único. Ficam criadas, na Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, a Coordenação de Fiscalização e Controle, a Coordenação de Processos e Estudos Orçamentários, a Coordenação de Adequação Orçamentária

e Financeira, a Coordenação de Legislação e Normas Orçamentárias e a Coordenação de Gestão de Informações Orçamentárias.

Art. 2º Ficam extintas as funções comissionadas constantes do Anexo II.

Art. 3º Ficam criadas as funções comissionadas constantes do Anexo III.

Parágrafo único. A designação para as funções comissionadas previstas no Anexo III dar-se-á exclusivamente entre servidores ocupantes de cargo efetivo de Analista Legislativo, atribuição Consultoria, lotados na Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira.

Art. 4º As funções comissionadas da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira previstas na Lei nº 5.810, de 11 de outubro de 1972, nas Resoluções nº 33, de 1º de dezembro de 1972; nº 7, de 27 de junho de 1975; nº 24, de 29 de junho de 1979; nº 20, de 3 de outubro de 1989; nº 24, de 6 de novembro de 1997; nº 28, de 21 de maio de 1998; e nos Atos da Mesa nº 15, de 26 de maio de 1987; nº 20, de 6 de junho de 1995; nº 37, de 30 de maio de 2000; nº 94, de 24 de outubro de 2001; e nº 13, de 30 de abril de 2003, passam a ser as constantes do Anexo IV.

Art. 5º As competências da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira são as constantes do Anexo V e as atribuições dos titulares das respectivas unidades administrativas, além de correlacionadas com estas competências, são as estabelecidas nos artigos 252, 253 e 254 da Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971.

Art. 6º As atribuições dos titulares das funções comissionadas de Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira, de Assistente Técnico de Orçamento e Fiscalização Financeira e de Assistente de Orçamento e Fiscalização Financeira são as constantes do Anexo VI.

Art. 7º A Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira poderá ser organizada em núcleos temáticos de consultoria e assessoramento.

Parágrafo único. O Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira definirá, por meio de ato próprio, os núcleos temáticos e a distribuição de consultores conforme a demanda do processo de apreciação de matérias relacionadas à competência do órgão.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados é reconhecida pelo importante suporte oferecido aos trabalhos legislativo-orçamentários desenvolvidos no âmbito da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. Isso decorre da conscientização do papel do Poder Legislativo sobre a elaboração, fiscalização e adequação orçamentárias, fato que tem levado à intensificação das demandas nessas áreas.

Criada pela Resolução n. 24, de 29 de junho de 1979, como sucessora da Divisão de Exame e Acompanhamento de Planos, Programas e Orçamento, do Departamento de Comissões, a então Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, já vinculada diretamente à Diretoria Legislativa, teve definidas suas competências nessa Resolução. Mais tarde, pela Resolução n. 28, de maio de 1998, o órgão teve sua denominação alterada de Assessoria para Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira.

Passados muitos anos desde as últimas modificações formais de sua estrutura, torna-se evidente a necessidade de formalização da estrutura em vigor, dado o desenvolvimento institucional experimentado em razão da efetiva resposta às demandas apresentadas à Consultoria.

Assim, em harmonia com as diretrizes da administração e em conformidade com os princípios estabelecidos pelo planejamento estratégico da Câmara dos Deputados, propõe-se o presente Ato de Mesa, que modifica a estrutura administrativa e define ou redefine competências de suas unidades e dos ocupantes das funções comissionadas na Consultoria.

O Ato proposto estabelece a criação das Coordenações (i) de Fiscalização e Controle, (ii) de Processos e Estudos Orçamentários, (iii) de Adequação Orçamentária e Financeira, (iv) de Legislação e Normas Orçamentárias e (v) de Gestão de Informações Orçamentárias.

Ressalte-se que a alteração ora proposta não implicará aumento de despesa, o que atende ao disposto no art. 4º da Resolução n. 46, de 2006, tendo em vista que as novas funções comissionadas decorrerão da extinção de funções comissionadas existentes de mesmo nível, sem qualquer modificação nas respectivas estruturas remuneratórias.

Importa destacar também que, na prática, os titulares das funções comissionadas hoje existentes já vêm desempenhando as atribuições das funções cuja criação se propõe, tratando-se, portanto, de formalização de realidade presente.

Em relação à redefinição das responsabilidades e competências, o Ato busca adequar e atualizar eventuais definições genéricas para funções similares, ajustando-as às atividades efetivamente desenvolvidas pela Consultoria, considerando as particularidades dos serviços prestados aos parlamentares e órgãos da Casa.

ANEXO I
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Serviço de Administração

Coordenação de Fiscalização e Controle
Coordenação de Processos e Estudos Orçamentários
Coordenação de Adequação Orçamentária e Financeira
Coordenação de Legislação e Normas Orçamentárias
Coordenação de Gestão de Informações Orçamentárias

ANEXO II
Funções comissionadas extintas

Código	Nível	Denominação da Função	Lotação
C0770011	FC-3	Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira
C0770012	FC-3	Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira
C0770025	FC-3	Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira
C0770027	FC-3	Consultor de Orçamento e Fiscalização	Consultoria de Orçamento e

		Financeira	Fiscalização Financeira
C0770030	FC-3	Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

ANEXO III
Funções comissionadas criadas

Nível	Denominação da Função	Lotação
FC-3	Diretor da Coordenação de Fiscalização e Controle	Coordenação de Fiscalização e Controle
FC-3	Diretor da Coordenação de Processos e Estudos Orçamentários	Coordenação de Processos e Estudos Orçamentários
FC-3	Diretor da Coordenação de Adequação Orçamentária e Financeira	Coordenação de Adequação Orçamentária e Financeira
FC-3	Diretor da Coordenação de Legislação e Normas Orçamentárias	Coordenação de Legislação e Normas Orçamentárias
FC-3	Diretor da Coordenação de Gestão de Informações Orçamentárias	Coordenação de Gestão de Informações Orçamentárias

ANEXO IV
Estrutura de funções comissionadas

Qtd.	Nível	Denominação	Lotação
1	FC-4	Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira
35	FC-3	Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira	
2	FC-2	Assistente Técnico de Orçamento e Fiscalização Financeira	
2	FC-1	Assistente de Orçamento e Fiscalização Financeira	
1	FC-3	Diretor da Coordenação de Fiscalização e Controle	Coordenação de Fiscalização e Controle
1	FC-3	Diretor da Coordenação de Processos e Estudos Orçamentários	Coordenação de Processos e Estudos Orçamentários
1	FC-3	Diretor da Coordenação de Adequação Orçamentária e Financeira	Coordenação de Adequação Orçamentária e Financeira
1	FC-3	Diretor da Coordenação de Legislação e Normas Orçamentárias	Coordenação de Legislação e Normas Orçamentárias
1	FC-3	Diretor da Coordenação de Gestão de Informações Orçamentárias	Coordenação de Gestão de Informações Orçamentárias
5	FC-1	Assistente de Orçamento e Fiscalização Financeira	
1	FC-2	Chefe do Serviço de Administração	Serviço de Administração

Qtd.	Nível	Denominação	Lotação
1	FC-1	Assistente de Orçamento e Fiscalização Financeira	

ANEXO V

Competências da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

1. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira:

- 1.1. prestar consultoria e assessoramento às comissões permanentes e temporárias da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, às respectivas Mesas Diretoras, aos parlamentares e à administração da Câmara dos Deputados, mediante a elaboração, entre outros, de estudos, pesquisas, notas técnicas e minutas de relatórios, pareceres e proposições legislativas sobre os seguintes assuntos:
 - 1.1.1. matéria orçamentária e financeira, compreendendo a tramitação dos projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias, do orçamento anual, e dos créditos adicionais, respectivas emendas e destaques, assim como legislação conexa;
 - 1.1.2. execução orçamentária e financeira dos orçamentos públicos, incluindo a gestão fiscal e outros relatórios de acompanhamento e de fiscalização;
 - 1.1.3. planos nacionais, regionais e setoriais, quanto aos aspectos orçamentários e financeiros;
 - 1.1.4. prestação e tomada de contas anual do Presidente da República;
 - 1.1.5. representações e avisos do Tribunal de Contas da União e recursos de suas decisões;
 - 1.1.6. requisições de informações, relatórios, balanços e inspeções sobre as contas de órgãos e entidades da administração federal;
 - 1.1.7. compatibilidade e adequação orçamentária e financeira de proposições legislativas;
 - 1.1.8. propostas de fiscalização e controle, de gestão fiscal e de cumprimento das metas fiscais;
 - 1.1.9. obras e serviços custeados pelo Orçamento da União, com indícios de irregularidades;
 - 1.1.10. requisições de informações, relatórios, balanços e inspeções sobre as contas de órgãos e entidades da administração federal direta e indireta;
- 1.2. prestar assessoramento e consultoria às ações de controle externo do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e de suas comissões, em matéria orçamentária e financeira;
- 1.3. acompanhar a arrecadação da receita e a execução orçamentária e financeira da despesa dos órgãos e entidades integrantes do orçamento da União;
- 1.4. apoiar o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito e das comissões especiais, quanto aos aspectos orçamentários e financeiros;
- 1.5. emitir nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de medida provisória, nos termos do art. 19 da Resolução n. 1, de 8 de maio de 2002, do Congresso Nacional;

- 1.6. disponibilizar para o uso público dados e informações selecionados sobre o orçamento da União, a intervenção parlamentar nos projetos de leis orçamentárias e sobre matéria orçamentária e financeira em geral;
 - 1.7. estabelecer, no desempenho de suas competências, contatos e mecanismos de cooperação técnica com órgãos e autoridades da administração pública dos entes federados e organismos internacionais, especialmente com:
 - 1.7.1. o Tribunal de Contas da União e órgãos de administração financeira, contabilidade e auditoria dos Poderes e do Ministério Público da União, com vistas ao aperfeiçoamento do processo de fiscalização e auditoria;
 - 1.7.2. os órgãos de planejamento e orçamento dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, com vistas ao aperfeiçoamento continuado do processo orçamentário e dos projetos de orçamento anuais e plurianuais e dos planos nacionais, regionais e setoriais;
 - 1.7.3. os demais órgãos de consultoria e assessoria orçamentária e financeira da União, estados, Distrito Federal e municípios, com vistas ao aprimoramento do processo orçamentário brasileiro;
 - 1.7.4. os órgãos de controle e fiscalização dos estados, Distrito Federal e municípios, com vistas ao aprimoramento do sistema de monitoramento, acompanhamento, controle e fiscalização dos recursos públicos;
 - 1.7.5. o órgão de assessoria e consultoria orçamentária e financeira do Senado Federal, com vistas à coordenação, articulação e sistematização dos trabalhos de sua competência prestados à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) e ao Congresso Nacional.
- 2. Serviço de Administração:**
- 2.1. realizar os serviços administrativos da Consultoria;
 - 2.2. cuidar do expediente, responder e manter organizada a correspondência e outros documentos;
 - 2.3. efetuar o atendimento telefônico ou presencial de pessoas que demandam informações ou serviços;
 - 2.4. receber e distribuir as solicitações de trabalho a cargo da Consultoria e disponibilizar informações gerenciais sobre o processamento dos pedidos;
 - 2.5. organizar as informações de frequência dos servidores;
 - 2.6. instruir os documentos ou processos relativos a frequência, licenças, férias, auxílios e outros direitos e benefícios funcionais, ou relativos ao funcionamento, organização, materiais, instalações ou serviços da Consultoria;
 - 2.7. requisitar materiais e suprimentos necessários aos trabalhos da Consultoria;
 - 2.8. propor a aquisição ou solicitação de equipamentos, móveis, utensílios, instalações ou serviços necessários aos trabalhos da Consultoria;
 - 2.9. solicitar a manutenção das instalações, móveis e equipamentos, bem como controlar o inventário de bens.
- 3. Coordenação de Fiscalização e Controle:**

- 3.1. distribuir as proposições entre os núcleos temáticos da Consultoria e coordenar a elaboração das respectivas minutas de parecer e relatórios referentes a representações, avisos do Tribunal de Contas da União - TCU, propostas de fiscalização e controle e outras proposições legislativas relacionadas ao exercício do controle externo;
 - 3.2. coordenar a elaboração de minutas de parecer e relatórios relativos às contas do Presidente da República e de avaliação anual do Plano Plurianual (PPA);
 - 3.3. coordenar a elaboração de notas técnicas relativas ao controle e à fiscalização;
 - 3.4. coordenar o assessoramento a ser prestado nas viagens de inspeção ou fiscalização promovidas pela CMO ou comissões da Câmara dos Deputados com o objetivo de fiscalizar a aplicação de recursos públicos federais;
 - 3.5. prestar consultoria sobre matérias relacionadas ao controle e à fiscalização e assessoramento ao Congresso Nacional, à CMO, à Câmara dos Deputados e respectivas comissões e aos parlamentares, quando solicitado;
 - 3.6. recomendar procedimentos referentes à apresentação de minutas de pareceres e de relatórios relativos ao controle e à fiscalização, buscando sua uniformização;
 - 3.7. providenciar o acompanhamento da discussão e da votação de proposições relacionadas ao controle e à fiscalização;
 - 3.8. manter interlocução com as áreas técnicas dos órgãos de controle interno e externo, com vistas a esclarecer, harmonizar ou aperfeiçoar procedimentos;
 - 3.9. manter atualizados os sistemas de controle de distribuição de proposições afetas à área de controle e fiscalização entre os núcleos temáticos da Consultoria.
- 4. Coordenação de Processos e Estudos Orçamentários:**
- 4.1. promover a coordenação técnica do processo de elaboração de notas técnicas, minutas de relatório e de parecer, redação final e autógrafo relativos aos projetos de plano plurianual, de lei orçamentária anual e suas alterações;
 - 4.2. coordenar estudos relativos à execução orçamentária;
 - 4.3. promover o aperfeiçoamento do conjunto de normas e procedimentos do processo orçamentário;
 - 4.4. articular-se com o órgão de consultoria de orçamento do Senado Federal para o desenvolvimento das respectivas atribuições;
 - 4.5. promover a articulação técnica com os órgãos do sistema de planejamento, orçamento e contabilidade da União, com a finalidade de aperfeiçoamento do processo orçamentário;
 - 4.6. planejar e organizar os trabalhos de análise e apreciação dos projetos de leis de plano plurianual e de orçamento anual;
 - 4.7. coordenar a análise e a implementação de emendas e destaques aos projetos de lei de plano plurianual e de lei orçamentária anual e respectivas alterações;
 - 4.8. coordenar a elaboração das minutas de substitutivos, a cargo dos

relatores dos projetos de lei de plano plurianual e de lei orçamentária anual e suas alterações;

- 4.9. providenciar o acompanhamento da discussão e da votação dos projetos de lei de plano plurianual e de lei orçamentária anual e respectivas alterações;
- 4.10. promover a publicação de pesquisas e estudos realizados pela Consultoria e pelos Consultores de Orçamento sobre matéria orçamentária ou correlata;
- 4.11. acompanhar a execução orçamentária e financeira, em articulação com os núcleos temáticos, incluindo a avaliação dos programas de governo;
- 4.12. promover seminários e eventos congêneres para discussões e debates acerca de matérias de competência da Consultoria, bem assim buscar a participação em eventos dessa natureza patrocinados por outras instituições.

5. Coordenação de Adequação Orçamentária e Financeira:

- 5.1. distribuir as proposições legislativas entre os núcleos temáticos e coordenar a elaboração das respectivas minutas de parecer de adequação orçamentária e financeira;
- 5.2. coordenar a elaboração de notas técnicas relativas à adequação orçamentária e financeira de matérias sujeitas à apreciação da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional;
- 5.3. prestar consultoria sobre adequação orçamentária e financeira e assessoramento ao Plenário da Câmara dos Deputados, suas Comissões, parlamentares e à administração da Casa, quando solicitado;
- 5.4. recomendar procedimentos referentes à apresentação de minutas de pareceres de adequação orçamentária e financeira, buscando sua uniformização;
- 5.5. providenciar o acompanhamento da discussão e da votação de proposições submetidas à apreciação da Comissão de Finanças e Tributação;
- 5.6. manter atualizados os sistemas de controle de distribuição de proposições sujeitas ao exame de adequação orçamentária e financeira entre os núcleos temáticos da Consultoria.

6. Coordenação de Legislação e Normas Orçamentárias:

- 6.1. promover a coordenação técnica do processo de elaboração de notas técnicas, minutas de relatório e de parecer, redação final e autógrafa relativos aos projetos de lei de diretrizes orçamentárias e suas alterações;
- 6.2. subsidiar o exame do texto dos projetos de leis do ciclo orçamentário e suas alterações, bem como dos aspectos normativos e regimentais;
- 6.3. coordenar o exame e parecer de admissibilidade de emendas aos projetos de leis do ciclo orçamentário;
- 6.4. apoiar, em articulação com a Coordenação de Processos e Estudos Orçamentários, a elaboração de notas técnicas e relatórios, relativos aos projetos de leis do ciclo orçamentário;
- 6.5. acompanhar, na área de sua competência e em articulação com o Consultor diretamente designado, as reuniões e discussões com os relatores dos projetos de lei de diretrizes orçamentárias;

- 6.6. providenciar o acompanhamento da discussão e da votação dos projetos de leis do ciclo orçamentário no âmbito da CMO em articulação com a Coordenação de Processos e Estudos Orçamentários;
 - 6.7. coordenar o acompanhamento da legislação e da jurisprudência em matéria orçamentária e financeira, promovendo, no âmbito da Consultoria, a coleta e a disseminação de informação atualizada nessas áreas;
 - 6.8. coordenar a elaboração de minutas de proposições legislativas para o aperfeiçoamento da legislação orçamentária e financeira e para a regulamentação de dispositivos constitucionais afetos à área de orçamento;
 - 6.9. propor a sistematização de interpretações sobre matérias orçamentárias e financeiras no âmbito da Consultoria.
- 7. Coordenação de Gestão de Informações Orçamentárias:**
- 7.1. articular-se com os órgãos responsáveis pelo desenvolvimento de sistemas e manutenção de bases de dados, especialmente o Centro de Informática da Câmara dos Deputados e o Centro de Processamento de Dados do Senado Federal, visando o atendimento das necessidades de gestão de informações da Consultoria;
 - 7.2. propor o desenvolvimento ou a aquisição de soluções de tecnologia de informação necessárias aos trabalhos da Consultoria;
 - 7.3. acompanhar o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e a manutenção dos sistemas de informação para a elaboração das leis orçamentárias, acompanhamento da execução orçamentária, fiscalização financeira e prestação de contas e para a realização de estudos, pesquisas, análises, relatórios, pareceres e projetos de competência da Consultoria;
 - 7.4. desenvolver e integrar sistemas e aplicativos auxiliares e complementares, no âmbito da Consultoria;
 - 7.5. implementar decisões das Relatorias, erratas, adendos, pedidos de alteração e correções aos projetos de leis orçamentárias, bem como elaborar quadros orçamentários e gerar autógrafos;
 - 7.6. providenciar a articulação com os demais órgãos dos Poderes visando o intercâmbio ou a obtenção de dados relacionados ao processo legislativo-orçamentário, de execução orçamentária e financeira, fiscalização e prestação de contas;
 - 7.7. coordenar o desenvolvimento, integração e manutenção de bancos de dados relacionados com a elaboração e a execução e fiscalização dos orçamentos, do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e de créditos adicionais, de indicadores fiscais e econômicos e outros temas afetos à Consultoria;
 - 7.8. realizar extração de dados e levantamento de informações orçamentárias e financeiras solicitadas por parlamentares, comissões e setores da Consultoria;
 - 7.9. avaliar a consistência das bases de dados dos projetos das leis do ciclo orçamentário, recebidas ou encaminhadas ao Poder Executivo;
 - 7.10. orientar os servidores da Consultoria quanto à melhor utilização de recursos tecnológicos.

ANEXO VI**Atribuições de titulares de funções comissionadas****1. Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira:**

- 1.1. prestar assessoramento e consultoria sobre matérias de competência da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira a parlamentares, comissões permanentes e temporárias da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional e à administração da Câmara dos Deputados;
- 1.2. elaborar estudos, pesquisas, análises, notas técnicas, minutas de relatórios, de pareceres e de proposições legislativas, entre outros, por iniciativa própria, ou por solicitação de parlamentares, da administração da Câmara dos Deputados, de comissões permanentes e temporárias da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, sobre matéria de competência da Consultoria;
- 1.3. estabelecer contatos com órgãos da administração direta e indireta da União, estados, Distrito Federal e municípios, com vistas ao cumprimento das competências da Consultoria.

2. Assistente Técnico de Orçamento e Fiscalização Financeira:

- 2.1. prestar assistência técnica direta ao titular da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira;
- 2.2. examinar processos e auxiliar na elaboração de minutas de pareceres;
- 2.3. providenciar a infraestrutura e o material necessários à realização de reuniões e outros eventos promovidos pela Consultoria;
- 2.4. elaborar relatórios e outros documentos;
- 2.5. transmitir e acompanhar a execução das instruções do titular;
- 2.6. auxiliar o titular no acompanhamento dos trabalhos e atividades de responsabilidade da Consultoria;
- 2.7. elaborar outros trabalhos especializados a cargo da Consultoria.

3. Assistente de Orçamento e Fiscalização Financeira:

- 3.1. elaborar trabalhos relacionados ao processo legislativo-orçamentário e à execução e fiscalização financeira, sob orientação e supervisão dos titulares da Consultoria ou de Consultores;
- 3.2. auxiliar na realização de estudos, pesquisas, análises, relatórios, pareceres e na elaboração de projetos de competência da Consultoria;
- 3.3. elaborar textos, planilhas e relatórios e realizar consultas a partir de bases de dados orçamentários e financeiros;
- 3.4. manter e operar sistemas, aplicativos e bases de dados;
- 3.5. prestar assistência no uso avançado de aplicativos ou soluções tecnológicas voltados para os trabalhos da Consultoria;
- 3.6. preparar documentos e relatórios para impressão, publicação na Internet ou Intranet ou encaminhamento aos órgãos pertinentes;
- 3.7. atender parlamentares e demais usuários dos serviços afetos à respectiva área, prestando as orientações e informações cabíveis;
- 3.8. auxiliar no exame de processos e no preparo de minutas de informações;
- 3.9. desempenhar outros trabalhos voltados à consecução das atividades afetas à Consultoria.